SANB11
NÍVEL 2
BM&FBOVESPA

PROSPECTO DEFINITIVO DE OFERTA PÚBLICA DE DISTRIBUIÇÃO PRIMÁRIA DE CERTIFICADOS DE DEPÓSITO DE AÇÕES ("UNITS") DE EMISSÃO DO

Santander

Banco Santander (Brasil) S.A.
Companhia Aberta de Capital Autorizado
CNPJ/MF n.º 90.400.888/0001-42 – NIRE 35.300.332.067
Rua Amador Bueno, n.º 474, CEP 04752-005 – São Paulo, SP
525.000.000 Units
Valor Total da Distribuição: R$12.337.500.000,00
Código ISIN nº BRSANBCDAM13
Código de negociação das Units na BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"): "SANB11"

Preço por Unit: R$23,50

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco", "Companhia", "Emissor" ou "Santander Brasil", e para fins da Instrução CVM 400, conforme abaixo definido, "Coordenador Líder"), o Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), o Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. ("Merrill Lynch") e o Banco BTG Pactual S.A. ("BTG Pactual" e, em conjunto com o Coodernador Líder, o Credit Suisse e o Merrill Lynch, "Coordenadores") estão realizando uma oferta que compreende a distribuição pública primária de 525.000.000 Certificados de Depósito de Ações, todos livres e desembaraçados de quaisquer ônus ou gravames, representativos cada um de 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais de emissão da Companhia ("Oferta"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal ("Units"), a ser realizada no âmbito de uma Oferta Global (conforme definido abaixo). Inicialmente, até a Homologação (conforme abaixo definido), as Units serão formadas por recibos de subscrição ("Recibos de Subscrição") de Ações Ordinárias e por Recibos de Subscrição de Ações Preferenciais, assim como por Ações Ordinárias e por Ações Preferenciais (advindas do empréstimo de Ações para fins de estabilização).

A Oferta Global compreende, simultaneamente, (i) a distribuição pública primária de Units no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação dos Coordenadores e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição ("Coordenadores Contratados") e instituições intermediárias autorizadas a atuar na BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Corretoras" e "BM&FBOVESPA", respectivamente, sendo que se definem as Corretoras em conjunto com os Coordenadores e os Coordenadores Contratados como "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de colocação no exterior a serem realizados por Santander Investment Securities Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e UBS Securities LLC ("Agentes de Colocação Internacional") e por determinadas instituições financeiras contratadas, exclusivamente junto a investidores no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act* ("Regulamento S"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ("Oferta Brasileira"); e (ii) a distribuição pública primária de Units no exterior, inclusive para aquisição por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ou sob a forma de *American Depositary Receipts* ("ADRs"), representativos de *American Depositary Shares* ("ADSs"), com registro na *Securities and Exchange Commission* ("SEC"), em conformidade com a *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América ("Securities Act"), coordenada por Santander Investment Securities Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e UBS Securities LLC ("Coordenadores da Oferta Internacional") e realizada nos termos do *Underwriting Agreement* ("Oferta Internacional" e, em conjunto com a Oferta Brasileira, "Oferta Global"). Poderá haver a realocação de Units e ADSs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante a Oferta Global.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total das Units/ADSs inicialmente ofertada na Oferta Global poderá ser acrescida em até 14,29%, ou seja, em até 75.000.000 Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units/ADSs inicialmente ofertadas ("Units do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada pelo Banco ao Credit Suisse no Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Certificados de Depósito de Ações – "Units" – de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Contrato de Colocação") e ao Credit Suisse Securities (USA) LLC no Underwriting Agreement, as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Global ("Opção de Lote Suplementar"). O Credit Suisse, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação ao Coordenador Líder, ao Merrill Lynch e ao BTG Pactual, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units inicialmente ofertada (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia ter sido, mas não foi, a critério do Banco, em comum acordo com os Coordenadores, acrescida em até 4,76%, ou seja, em até 25.000.000 Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Adicionais").

O preço de distribuição das Units foi fixado com base no resultado do procedimento de coleta de intenções de investimentos ("Procedimento de *Bookbuilding*"), conduzido pelos Coordenadores e pelos Agentes de Colocação Internacional, junto a Investidores Institucionais, em conformidade com o artigo 23, parágrafo 1º, e artigo 44 da Instrução CVM 400, e de acordo com o artigo 170, parágrafo 1º, inciso III, da Lei nº 6.404, de 15 de dezembro de 1976, conforme alterada ("Lei das Sociedades por Ações").

	Preço (em R$)[1]	Comissões (em R$)	Recursos Líquidos (em R$)[2][3]
Por Unit	23,50	0,37	23,13
Total	**12.337.500.000,00**	**193.016.161,41**	**12.144.483.838,59**

(1) Fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Sem dedução das despesas estimadas da Oferta Global.
(3) Sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar.

O aumento de capital referente à Oferta Global está sujeito à aprovação prévia pelo Banco Central do Brasil ("Banco Central"), nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Homologação"). A Homologação é ato administrativo do Banco Central, sem um prazo pré-estabelecido para sua concessão, e somente ocorrerá na medida em que pelo menos 50% do valor de aumento de capital seja integralizado, bem como sejam apresentados ao Banco Central os documentos e informações requeridos. Os investidores da Oferta Brasileira receberão Units formadas (i) por Recibos de Subscrição que não poderão ser convertidos nas Ações a eles subjacentes até a Homologação do aumento de capital do Banco pelo Banco Central e (ii) por Ações provenientes de empréstimo a ser tomado pelo Credit Suisse para fins de obtenção de recursos a serem utilizados nas atividades de estabilização. Até ocorrer a conversão dos Recibos de Subscrição em Ações, considerando a não colocação das Units Adicionais, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Até o quinto dia posterior à Data de Liquidação, o Banco realizará a vinculação de títulos públicos em valor equivalente ao aumento de capital realizado, na forma determinada pelo Banco Central para que se bloqueiem os recursos da integralização de capital efetuada e, até o primeiro dia útil posterior à Data de Liquidação, o Banco enviará ao Banco Central os documentos necessários para evidenciar o aumento do capital social do Banco e sua subscrição e integralização e realizará todos os demais procedimentos e apresentará todos os demais documentos conforme determinação do Banco Central e da BM&FBOVESPA, de forma a viabilizar a Homologação na maior brevidade possível. No prazo de 10 dias a contar da Homologação, as Units passarão a representar 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais de emissão do Banco cada uma. Para maiores informações, ver a Seção "Fatores de Risco—Riscos Relacionados às Nossas Units".

A realização da Oferta Global foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 18 de setembro de 2009, cuja ata foi publicada no jornal "Valor Econômico" em 21 de setembro de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de setembro de 2009. O efetivo aumento do capital do Banco, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de Units objeto da Oferta Global, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e o Preço por Unit, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2009, após a precificação da Oferta Global e antes da concessão do registro da Oferta Brasileira pela CVM, cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" em 7 de outubro de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 8 de outubro de 2009. As Units serão listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA, a partir da data de publicação do Anúncio de Início e negociadas sob o código "SANB11".

A Oferta Brasileira foi registrada na CVM sob o nº CVM/SRE/REM/2009/008 em 7 de outubro de 2009. A Oferta Internacional será registrada na SEC.

"O registro da presente distribuição não implica, por parte da CVM, garantia da veracidade das informações prestadas ou em julgamento sobre a qualidade do Emissor, bem como sobre as Units a serem distribuídas."

Este Prospecto não deve, em nenhuma circunstância, ser considerado uma recomendação de compra das Units. Antes de investir nas Units, os potenciais investidores deverão realizar sua própria análise e avaliação do Banco, de seus negócios e suas atividades, de sua condição financeira e dos riscos decorrentes do investimento nas Units. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", da página 82 a 92 deste Prospecto, para ciência de certos fatores de risco que devem ser considerados quando da aquisição das Units.

ANBID

"A(O) presente oferta pública (programa) foi elaborada(o) de acordo com as normas de Regulação e Melhores Práticas da ANBID para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários, atendendo, assim, a(o) presente oferta pública (programa), aos padrões mínimos de informação exigidos pela ANBID, não cabendo à ANBID qualquer responsabilidade pelas referidas informações, pela qualidade da emissora e/ou ofertantes, das Instituições Participantes e dos valores mobiliários objeto da(o) oferta pública (programa). Este selo não implica recomendação de investimento. O registro ou análise prévia da presente distribuição não implica, por parte da ANBID, garantia da veracidade das informações prestadas ou julgamento sobre a qualidade da companhia emissora, bem como sobre os valores mobiliários a serem distribuídos.

Coordenadores Globais e *Joint Bookrunners*

Coordenador Líder

Santander GLOBAL BANKING & MARKETS

Agente Estabilizador

CREDIT SUISSE

Joint Bookrunners

Bank of America Merrill Lynch

BTG PACTUAL

Coordenadores Contratados

BARCLAYS CAPITAL | BB INVESTIMENTOS | BBI | CALYON CREDIT AGRICOLE CIB | Deutsche Bank | ESPIRITO SANTO Investment | Itaú BBA | Morgan Stanley

A data deste Prospecto é 6 de outubro de 2009.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

ÍNDICE

GLOSSÁRIO, ABREVIATURAS E TERMOS DEFINIDOS 1
CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS 11
APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES 12
Demonstrações Financeiras 12
Participação no Mercado e Outras Informações 13
Arredondamentos 13
SUMÁRIO DA COMPANHIA 14
Visão Geral 14
Nossas Atividades 16
Nossos Pontos Fortes 17
Nossa Estratégia 19
Histórico 21
Eventos Recentes 23
Riscos Relativos aos Nossos Negócios 25
SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS 26
SUMÁRIO DA OFERTA 33
APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS 46
INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA GLOBAL 56
Composição Atual do Nosso Capital Social 56
Alocação dos Recursos da Oferta 57
Descrição da Oferta Global 57
Homologação do Aumento de Capital pelo Banco Central e Liquidação da Oferta Por Meio de Units 58
Preço por Unit 59
Quantidade, Valor e Recursos Líquidos 60
Custos de Distribuição 60
Aprovações Societárias 60
Público Alvo da Oferta 61
Cronograma da Oferta 61
Procedimentos da Oferta 61
Oferta de Varejo 61
Plano de Incentivo 64
Procedimentos para Atendimento aos Clientes, Funcionários e administradores do Banco 64
Oferta Institucional 65
Violações de Normas 65
Prazo de Distribuição e Data de Liquidação 66
Inadequação da Oferta a Certos Investidores 66
Formação de Units por Titulares de Ações em Circulação 66
Contrato de Colocação e *Underwriting Agreement* 66
Garantia Firme de Liquidação 67
Restrições à Venda de Units/Ações (*lock-up*) 68
Empréstimo de Ações para Estabilização 68
Estabilização do Preço das Units 68
Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação 69
Suspensão e Cancelamento da Oferta Global 69
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias 70
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Preferenciais 70
Direitos, Vantagens e Restrições dos Recibos de Subscrição 70
Direitos, Vantagens e Restrições das Units 71
Suspensão do Direito de Cancelamento/Desmembramento das Units 71
Intersyndicate Agreement 71
Relacionamento entre o Banco, os Coordenadores e os Coordenadores Contratados 71
Instituição Financeira Escrituradora das Ações e Emissora das Units 76
Informações Complementares 76

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES **77**
ADMINISTRADOR 77
COORDENADORES 77
COORDENADORES CONTRATADOS 77
CONSULTORES 78
AUDITORES INDEPENDENTES 79
DECLARAÇÃO DA COMPANHIA E DO COORDENADOR LÍDER NOS TERMOS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM 400. 79
INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA **80**
FATORES DE RISCO **82**
RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL 82
RISCOS RELACIONADOS AO SANTANDER BRASIL E AO SETOR DE SERVIÇOS FINANCEIROS BRASILEIRO 83
RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS UNITS 88
DESTINAÇÃO DOS RECURSOS **93**
CAPITALIZAÇÃO **94**
DILUIÇÃO **95**
INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO, OS TÍTULOS E OS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS **96**
PREÇO HISTÓRICO DAS AÇÕES PREFERENCIAIS E AÇÕES ORDINÁRIAS 96
NÍVEL 2 DE PRÁTICAS DIFERENCIADAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA DA BM&FBOVESPA 97
NEGOCIAÇÃO NA BM&FBOVESPA 98
REGULAÇÃO DO MERCADO BRASILEIRO DE VALORES MOBILIÁRIOS 98
REGULAMENTAÇÃO DE INVESTIMENTOS ESTRANGEIROS 99
TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS DE EMISSÃO DO BANCO DE PROPRIEDADE DOS MEMBROS DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO E DIRETORES 99
TÍTULOS EMITIDOS NO EXTERIOR E DÍVIDA SUBORDINADA 100
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS **101**
INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS **109**
INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS **117**
BALANÇOS E TAXAS DE JUROS MÉDIOS 117
VARIAÇÃO DA RECEITA LÍQUIDA — ANÁLISE DE VOLUME E TAXAS 120
ATIVO 122
PASSIVOS 136
CRÉDITOS DE CURTO PRAZO 137
ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS **139**
VISÃO GERAL 139
EFEITOS DA CRISE NO MERCADO FINANCEIRO GLOBAL SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E O RESULTADO DAS OPERAÇÕES 140
AQUISIÇÃO DO BANCO REAL 141
OUTROS FATORES QUE ALTERAM A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS 142
PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS 146
RESULTADOS OPERACIONAIS 150
RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS DO SANTANDER BRASIL RELATIVOS AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2008 151
RESULTADOS OPERACIONAIS POR SEGMENTO RELATIVOS AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2008 157
RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS DO BANCO COMERCIAL RELATIVO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2008 159
RESULTADOS OPERACIONAIS CONSOLIDADOS DO BANCO GLOBAL DE ATACADO RELATIVO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2009 EM COMPARAÇÃO AO PERÍODO DE SEIS MESES ENCERRADO EM 30 DE JUNHO DE 2008 161

Resultados Operacionais Consolidados da Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 163
Resultados operacionais consolidados do Santander Brasil relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 164
Resultados Operacionais por Segmento relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 170
Resultados Operacionais Consolidados do Banco Comercial para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008 em Comparação ao Exercício Encerado em 31 de dezembro de 2007 172
Resultados Operacionais Consolidados da Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008 em Comparação ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2007 175
Análise das Principais Alterações nas Contas Patrimoniais 177
Posição em 30 de Junho de 2009 Comparado a 30 de Junho de 2008 178
Posição em 31 de Dezembro de 2008 Comparado a 31 de Dezembro de 2007 182
Novos Pronunciamentos Contábeis 185
Normas e interpretações promulgados a partir de 30 de junho de 2009 186
Liquidez e Recursos de Capital 188
Obrigações Contratuais 190
Eventos Recentes 193
VISÃO GERAL DO SETOR 195
A Indústria Bancária Brasileira 195
Principais Participantes de Mercado 195
A Crise Financeira e a Resposta do Banco Central 196
Performance Recente 196
Mercado de Crédito no Brasil 197
Crédito como percentual do PIB 198
Gestão de Recursos de Terceiros 201
Seguros 202
NOSSAS ATIVIDADES 203
Visão Geral 203
Nossos Pontos Fortes 204
Nossa Estratégia 207
Histórico 208
Visão Geral do Negócio 211
Banco Comercial 212
Varejo 212
Depósitos de Clientes 213
Operações de Crédito 214
Empréstimos de Varejo 214
Empréstimos Corporativos (para clientes de nosso segmento de Banco Comercial) 216
Banco Global de Atacado (*Global Wholesale Banking*) 219
Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros 224
Rede de Distribuição 226
Gerenciamento de Risco 229
Risco de Mercado 234
Risco Ambiental e Social 246
Captação – Fontes de Recursos 246
Tecnologia 247
Marketing 248
Concorrência 248
Recursos Humanos 249
Imóveis 250
Propriedade Intelectual 250

Contratos Financeiros 251
Contratos Comerciais Relevantes 251
Seguros 251
Processos Judiciais e Administrativos 251
REGULAMENTAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO 255
Disposições Gerais 255
Principais Órgãos Reguladores 255
Principais Instituições Financeiras 257
Principais Limitações e Restrições às Atividades das Instituições Financeiras 258
Regulamentações que Visam Garantir a Segurança e Transparência das Instituições Financeiras e do Sistema Financeiro Nacional 260
Regras Aplicáveis às Hipóteses de Insolvência 271
Empréstimos em Moedas Estrangeiras 274
Regulamentação de Combate à Lavagem de Dinheiro 275
Sigilo Bancário 276
Investimento Estrangeiro no Brasil 276
Código de Defesa do Cliente Bancário 277
Sistema Brasileiro de Pagamentos 278
Alíquotas de PIS e COFINS 278
Imposto sobre Operações Financeiras – IOF 278
Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários 279
Regulamentação das Agências 280
Regulamentação de Arrendamento Mercantil – Leasing 280
Regulamentação de Seguros 280
Planos de Previdência Privada 282
RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL 283
Sustentabilidade 283
Desenvolvimento Social 283
ADMINISTRAÇÃO 284
Conselho de Administração 284
Diretores Executivos 286
Remuneração 299
Comitê de Auditoria 302
Conselho Fiscal 303
Titularidade de Ações 303
Acordos ou Obrigações Relevantes entre o Banco e seus Administradores 303
Processos Judiciais ou Administrativos envolvendo os Administradores do Banco 304
OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA 305
PRINCIPAIS ACIONISTAS 306
Alterações Significativas no Percentual de Participação dos Principais Acionistas 308
Direitos de Voto dos Principais Acionistas 308
Acordo de Acionistas 308
OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS 309
Plataforma de Tecnologia da Informação 309
Serviços de Suprimentos 309
DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL 311
Geral 311
Capital Social 311
Histórico do Capital Social 311
Ações em Tesouraria 312
Acordo de Acionistas 312
Objeto Social 312
Descrição dos Recibos de Subscrição 312
Descrição das Units 312
Política de Negociação de Emissão de Valores Mobiliários de Emissão do Banco 314

Direito das Ações Ordinárias e Preferenciais 314
Assembléias Gerais 316
Quorum 316
Convocação de nossas Assembléias Gerais de Acionistas 317
Local de nossas Assembléias Gerais de Acionistas 317
Competência para Convocar Assembléias Gerais 317
Legitimação e Representação 317
Conselho de Administração 317
Interesse de Conselheiros em Operações 318
Direito de Retirada 318
Resgate de Ações 319
Registro das Ações 319
Direito de Preferência 319
Operações de Compra de Ações de nossa Própria Emissão 319
Restrição à Realização de Determinadas Operações pelo Banco, seus Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores 320
Restrições a Certas Operações que estejam Fora de nossos Objetos Sociais 320
Fechamento de Capital 321
Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 321
Alienação de Controle 321
Divulgação de Informações 322
Negociação em Bolsa de Valores 324
Arbitragem 324
DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS 325
Política de Dividendos 325
Valores Disponíveis para Distribuição 325
Reservas 325
Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio 327
Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio 328
PRINCIPAIS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA 329
Nossas Práticas de Governança Corporativa e as Recomendações do IBGC 329
Segmentos Especiais de Negociação da BM&FBOVESPA 330
Conselho de Administração 330
Conselho Fiscal 330
Percentual Mínimo de Ações em Circulação após Aumento de Capital 330
Alienação do Controle 331
Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Administradores, Controladores e Membros do Conselho Fiscal 331
Arbitragem 331
Política de Divulgação de Informações ao Mercado 331
Informações Periódicas 332

ANEXOS

A Estatuto Social 339

B Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2009, que aprova os termos da Oferta Global 365

C Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2009, que aprova o aumento de capital do Banco e a fixação do Preço por Unit 373

D Declaração do Banco e do Coordenador Líder, de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400 379

E Demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 e revisão limitada dos Auditores Independentes 383

F Demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e parecer dos Auditores Independentes 419

G Demonstrações financeiras combinadas do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e para o período de 1° de janeiro a 29 de agosto de 2008 e 2007 e parecer dos Auditores Independentes 543

H Informações Anuais – IAN do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (apenas informações não constantes neste Prospecto) 649

GLOSSÁRIO, ABREVIATURAS E TERMOS DEFINIDOS

Para fins deste Prospecto, os termos indicados abaixo terão o significado a eles atribuído, salvo no caso de referência diversa neste Prospecto.

AAB Dois	ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.
ABECS	Associação Brasileira de Empresas de Cartões de Crédito e Serviços.
ABN Leasing	ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.
Ações	Compreendem as Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais, conforme abaixo definidas.
Ações Ordinárias	Ações ordinárias, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.
Ações Preferenciais	Ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão da Companhia.
Acordo da Basiléia, Basiléia	Conjunto de regras prudenciais bancárias divulgado pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basiléia, com o objetivo de dar maior solidez ao sistema financeiro mundial. Sua principal característica é o requerimento de um percentual mínimo resultante da divisão do capital social de uma instituição financeira por seus respectivos ativos ponderados pelo risco a eles inerentes. O Acordo da Basiléia foi inicialmente implementado no Brasil pela Resolução do CMN n.º 2.099, de 17 de agosto de 1994, tal como alterada, bem como por diversas regulamentações recentes emitidas a partir de 2006, instituindo valores mínimos de capital realizado e de patrimônio de referência exigido para instituições financeiras brasileiras.
Administração	Conselho de Administração e Diretoria da Companhia.
ADR	*American Depositary Receipts*.
ADS	*American Depositary Shares,* representadas por ADRs, lastreados em Units.
Agentes de Colocação Internacional	Santander Investment Securities Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e UBS Securities, LLC.
ALCO	Comitê de Administração de Ativos e Passivos.
ANBID	Associação Nacional dos Bancos de Investimento.
ANS	Agência Nacional de Saúde Suplementar.
Anúncio de Encerramento	O anúncio informando acerca do resultado da Oferta.
Anúncio de Início	O Anúncio de Início de Distribuição Pública Primária de Units da Companhia.

Anúncio de Retificação	Anúncio informando modificações na Oferta, previsto no artigo 27 da Instrução CVM 400.
Aquanima	Aquanima Brasil Ltda.
Auditores Independentes	Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes.
Aviso ao Mercado	Aviso ao Mercado, publicado no jornal *Valor Econômico*.
Banco Real	Banco ABN AMRO Real S.A.
Banco Central	Banco Central do Brasil.
Banespa	Banco do Estado de São Paulo S.A. – Banespa.
BM&FBOVESPA	BM&FBOVESPA S.A. – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros.
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES.
BPA	Lucro/Benefício por Ação.
BR GAAP	Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.
Brasil ou País	República Federativa do Brasil.
BTG Pactual	Banco BTG Pactual S.A.
CADE	Conselho Administrativo de Defesa Econômica.
CDI	Certificado de Depósito Interfinanceiro.
CDB	Certificado de Depósito Bancário.
CFC	Conselho Federal de Contabilidade.
Cláusula Compromissória	O Banco, seus acionistas, administradores e os membros do conselho fiscal obrigam-se a resolver por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no Estatuto Social da Companhia, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, bem como nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.
Clientes	São pessoas físicas ou jurídicas que não sejam Investidores Institucionais e que possuíam uma conta corrente no Banco ou no Banco Real (que foi incorporado pelo Banco), em 5 de outubro de 2009, e que assim se identificaram nos respectivos Pedidos de Reserva, assinalando sua participação na Oferta Prioritária de Varejo em campo específico.
CMN	Conselho Monetário Nacional.
CNSP	Conselho Nacional de Seguros Privados.

COAF	Conselho de Controle de Atividades Financeiras.
Código de Defesa do Consumidor	Lei nº 8.078 de 11 de setembro de 1990, e alterações posteriores.
COFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social.
Companhia, Banco, ou Santander Brasil	Banco Santander (Brasil) S.A.
Constituição Federal	Constituição da República Federativa do Brasil.
Conselheiro Independente	Conforme o Regulamento do Nível 2, o Conselheiro Independente caracteriza-se por: (i) não ter quaisquer vínculos com a Companhia, exceto participação de capital; (ii) não ser acionista controlador, cônjuge ou parente até segundo grau daquele, ou não ser ou não ter sido, nos últimos três anos, vinculado a sociedade ou entidade relacionada ao acionista controlador (pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa estão excluídas desta restrição); (iii) não ter sido, nos últimos três anos, empregado ou diretor da Companhia, do acionista controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não ser fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia em magnitude que implique perda de independência; (v) não ser funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não ser cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; e (vii) não receber outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação de capital estão excluídos desta restrição).
Conselho de Administração	Conselho de Administração da Companhia.
Contrato de Adesão ao Nível 2	Contrato celebrado em 18 de setembro de 2009, entre o Banco, os acionistas controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco e a BM&FBOVESPA, contendo obrigações relativas à listagem do Banco no Nível 2, que terá vigência a partir da data de publicação do Anúncio de Início. Adicionalmente, caso o Banco Central não homologue o nosso estatuto conforme alterado em nossa Assembléia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2009 para cumprir com os requisitos do Nível 2 da BM&FBOVESPA e/ou a eleição de nossos conselheiros conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de setembro de 2009 e não for possível atendermos eventuais exigências estabelecidas pelo Banco Central em relação à homologação dessas matérias, o Contrato de Adesão ao Nível 2 perderá sua vigência e a listagem de nossas Ações será cancelada no Nível 2 da BM&FBOVESPA, passando as Ações a ser negociadas no segmento tradicional.
Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Certificados de Depósitos de Ações ("Units") de Emissão da Companhia, celebrado entre a Companhia, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA, esta na qualidade de interveniente anuente.
Contrato de Estabilização	Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preço de Certificados de Depósitos de Ações de Emissão da Companhia celebrado entre a Companhia, o Credit Suisse e a CS Corretora, relativo às atividades de estabilização de preço das Units da Companhia.

Coordenador Líder	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenadores	Banco Santander (Brasil) S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores Contratados	Banco Barclays S.A., BB Banco de Investimento S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Calyon Brasil S.A., Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, Banco Itaú BBA S.A. e Banco Morgan Stanley S.A.
Coordenadores Globais	Banco Santander (Brasil) S.A. e Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
Corretoras	Instituições intermediárias autorizadas a atuar na BM&FBOVESPA que tenham aderido ao Contrato de Colocação por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Contrato de Colocação, contratadas para efetuar esforços de colocação das Units da Oferta Brasileira junto a Investidores Não-Institucionais.
CPC	Comitê de Pronunciamentos Contábeis.
CPMF	Contribuição Provisória sobre Movimentação ou Transmissão de Valores e de Créditos de Natureza Financeira.
Credit Suisse	Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
CS Corretora	Credit Suisse (Brasil) S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários.
CSLL	Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.
CVM	Comissão de Valores Mobiliários.
Data de Liquidação	Data de liquidação física e financeira da Oferta, a ser realizada no terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, e será realizada em Units.
Diretoria	Diretoria da Companhia.
Dólar norte-americano, Dólar ou US$	Dólar dos Estados Unidos da América.
Estados Unidos ou EUA	Estados Unidos da América.
FEBRABAN	Federação Brasileira de Bancos.
FGC	Fundo Garantidor de Crédito.
FGV	Fundação Getúlio Vargas.
FINAME	Fundo de Financiamento para Aquisição de Máquinas e Equipamentos Industriais.
Funcionários	Os Investidores Não-Institucionais pessoas físicas que integraram a folha de pagamento do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, em 28 de setembro de 2009, mantendo com o Banco ou com as referidas sociedades um vínculo empregatício, nos termos da legislação trabalhista vigente, e que assim declararam nos respectivos Pedidos de Reserva, indicando sua condição de funcionário participante da Oferta Prioritária de Varejo no campo específico do formulário.

Governo Federal	Governo Federal da República Federativa do Brasil.
Grupo Santander	Banco Santander, S.A. e suas subsidiárias.
Grupo Santander Brasil	Banco Santander (Brasil) S.A. e suas subsidiárias.
Homologação	Homologação pelo Banco Central do aumento do capital social do Banco a ser realizado no contexto da Oferta Global.
IBGC	Instituto Brasileiro de Governança Corporativa.
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.
IBRACON	Instituto dos Auditores Independentes do Brasil.
IFRS	*International Financial Reporting Standards*, emitido pelo *International Accounting Standards Board – IASB.*
IGP-M	Índice Geral de Preços de Mercado, divulgado pela FGV.
Índice BOVESPA ou Ibovespa	Um dos indicadores de desempenho do mercado de ações no Brasil. O índice é o valor atual de uma carteira teórica composta pelas ações mais negociadas na BM&FBOVESPA representando 80% do número de negócios e do volume financeiro verificados no mercado à vista da BM&FBOVESPA e 70% do somatório da capitalização bursátil das empresas listadas na BM&FBOVESPA. O Ibovespa é constituído a partir de uma aplicação hipotética, que reflete não apenas as variações dos preços das ações, mas também o impacto da distribuição dos proventos, sendo considerado um indicador que avalia o retorno total das ações que o compõe.
INPI	Instituto Nacional de Propriedade Industrial.
INSS	Instituto Nacional de Seguridade Social.
Instrução CVM 325	Instrução CVM n.º 325, de 27 de janeiro de 2000.
Instrução CVM 358	Instrução CVM n.º 358, de 3 de janeiro de 2002, e alterações posteriores.
Instrução CVM 384	Instrução CVM n.º 384, de 17 de março de 2003.
Instrução CVM 400	Instrução CVM n.º 400, de 29 de dezembro de 2003, e alterações posteriores.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Corretoras, quando referidos em conjunto.
Investidores Institucionais	Investidores que não sejam Investidores Não-Institucionais.
Investidores Não-Institucionais	Investidores residentes no Brasil com pedidos de investimento de, no mínimo, R$3.000,00 (exceto no caso dos Funcionários e administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, em que os pedidos de investimento mínimo foram de R$1.000,00) e, no máximo, R$300.000,00 e que preencheram o Pedido de Reserva, de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.

IOF	Imposto sobre Operações de Crédito, Câmbio e Seguro, ou relativas a Títulos e Valores Mobiliários.
IPCA	Índice de Preços ao Consumidor – Amplo.
IRB	Brasil Resseguros S.A.
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica.
ISBAN	ISBAN S.A.
Lei da Reforma Bancária	Lei nº 4.595, de 31 de dezembro de 1964, e alterações posteriores.
Lei das Sociedades por Ações	Lei n.º 6.404, de 15 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Lei do Mercado de Capitais	Lei n.º 6.385, de 7 de dezembro de 1976, e alterações posteriores.
Merrill Lynch	Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
Nível 2	Segmento especial de listagem da BM&FBOVESPA com regras diferenciadas de governança corporativa.
Nova Lei de Falências	Lei nº 11.101, de 9 de fevereiro de 2005.
NYSE	Bolsa de Valores de Nova York.
Oferta ou Oferta Global	A Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, conjuntamente, sendo que este Prospecto refere-se exclusivamente à Oferta Brasileira, não devendo ser entendido como uma oferta de venda das Units da Oferta Internacional ao público no Brasil, nem como uma oferta das Units da Oferta Brasileira no exterior. As quantidades de Units da Oferta Brasileira e da Oferta Internacional foram determinadas em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, podendo haver realocação de Units e ADSs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional e vice-versa durante o curso da Oferta Global.
Oferta Brasileira	Oferta pública de distribuição primária de Units no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores e com a participação de Coordenadores Contratados e das Corretoras, com esforços de colocação no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e por determinadas instituições financeiras contratadas, exclusivamente junto a Investidores Institucionais no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.

Oferta de Varejo	O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Units objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, será destinado prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que realizarem seus Pedidos de Reservas, durante o Período de Reserva, observado o valor mínimo de R$3.000,00 (exceto no caso dos Funcionários e administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, em que os pedidos de investimento mínimo serão de R$1.000,00) e o valor máximo de R$300.000,00 por Investidor Não-Institucional.
Oferta Institucional	As Units objeto da Oferta Brasileira que não forem colocadas na Oferta de Varejo ou que não forem a ela prioritariamente destinadas serão destinadas à Oferta Institucional. Não foram admitidas para os Investidores Institucionais reservas antecipadas, tampouco limites mínimos ou máximos de investimento.
Oferta Internacional	Oferta pública de distribuição primária de Units no exterior, inclusive para aquisição por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ou sob a forma de ADRs, representativos de ADSs com registro na SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no *Securities Act,* coordenada pelos Coordenadores da Oferta Internacional e realizada nos termos do *Underwriting Agreement*.
Opção de Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units/ADSs inicialmente ofertada na Oferta Global poderá ser acrescida em até 14,29%, ou seja, em até 75.000.000 Units do Lote Suplementar, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units/ADSs inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pelo Banco ao Credit Suisse no Contrato de Colocação e ao *Credit Suisse Securities (USA) LLC* no *Underwriting Agreement*, as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Global. O Credit Suisse, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação ao Coordenador Líder, ao Merrill Lynch e ao BTG Pactual, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que foi fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores.

Oferta Prioritária de Varejo	O montante de 5% das Units objeto da Oferta (excluindo o exercício da Opção de Lote Suplementar) será destinado prioritariamente aos Funcionários e aos administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, e o montante de 10% das Units objeto da Oferta (excluindo o exercício da Opção de Lote Suplementar) será destinado prioritariamente aos Clientes, observado o percentual mínimo e máximo destinado na Oferta para a Oferta de Varejo. O Funcionário/administrador do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima ou Cliente que não indicou tal condição no Pedido de Reserva foi considerado um Investidor Não-Institucional comum e não receberá tratamento prioritário na alocação da Oferta de Varejo. Para participar da Oferta Prioritária de Varejo, (i) o Funcionário, administrador do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima ou Cliente do Banco deveria efetuar sua reserva exclusivamente junto à Santander Corretora; (ii) o Cliente do Banco Real que fosse cadastrado na Real Corretora deveria realizar sua reserva exclusivamente junto à Real Corretora; e (iii) o cliente correntista do Banco Real que não fosse cadastrado na Real Corretora deveria realizar seu cadastro e pedido de reserva na Santander Corretora. Não participarão da alocação prioritária da Oferta de Varejo os Pedidos de Reserva por eles efetuados junto a outras Corretoras que não as respectivamente indicadas acima. Somente terão direito de participar prioritariamente da Oferta de Varejo os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima que foram assim considerados em 28 de setembro de 2009 e Clientes que foram assim considerados em 5 de outubro de 2009.
PAB	Posto de Atendimento Bancário.
Patrimônio de Referência	Nos termos da Resolução do CMN n.º 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, composição do patrimônio de instituições financeiras para fins de cálculos de requisitos mínimos de adequação de capital e limites operacionais estabelecidos pelo Banco Central.
Período de Colocação	Prazo para a colocação das Units, que será de até 3 (três) dias úteis a contar da data de publicação do Anúncio de Início.
Período de Reserva	Prazo de 6 dias úteis para apresentação de Pedido de Reserva, iniciado em 28 de setembro de 2009 e encerrado em 5 de outubro de 2009, inclusive, para os Investidores Não-Institucionais que formularam seus Pedidos de Reserva.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam controladores ou administradores das instituições intermediárias e do emissor ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau.
Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários	O Banco, seus administradores e seu Acionista Controlador.
PIB	Produto Interno Bruto.
Plano de Incentivo	Plano de incentivo destinado exclusivamente aos Funcionários possibilitando condições especiais para subscrição e integralização das Units, aprovadas e concedidas pelo Banco.

Práticas Contábeis Adotadas no Brasil	Princípios e práticas contábeis adotadas no Brasil, em conformidade com a Lei das Sociedades por Ações, as normas e instruções da CVM e as recomendações do IBRACON e resoluções do CFC, bem como as regras contábeis para instituições financeiras estabelecidas pelo Banco Central.
Preço por Unit	R$23,50, fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding,* conduzido pelos Coordenadores, nos termos dos artigos 23, §1° e 44 da Instrução CVM 400, tendo como parâmetro as indicações de interesse, em função da qualidade da demanda (por volume e preço), coletadas junto aos Investidores Institucionais.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido junto a Investidores Institucionais no Brasil pelos Coordenadores e no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional/Coordenadores da Oferta Internacional, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1°, e 44 da Instrução CVM 400.
Produban	Produban Serviços de Informática S.A.
PROER	Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Fortalecimento do Sistema Financeiro Nacional.
PIS	Programa de Integração Social.
Prospecto Preliminar	O Prospecto Preliminar de Distribuição Pública Primária de Units representativas de Ações de emissão do Banco.
Prospecto ou Prospecto Definitivo	Este Prospecto Definitivo de Distribuição Pública Primária de Units representativas de Ações de emissão do Banco.
Prospectos	O Prospecto Preliminar e o Prospecto Definitivo, em conjunto.
RAET	Regime de Administração Especial Temporária.
Real, Reais ou R$	Moeda oficial corrente do Brasil.
Real Corretora	Santander Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários S.A. (nova denominação da ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, sujeito a homologação pelo Banco Central).
Receita Federal	Receita Federal do Brasil.
Recibo de Subscrição	Recibo de subscrição de ação ordinária ou preferencial de emissão do Banco.
Regulamento do Nível 2	Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.
Regulamento S	Regulamento S do *Securities Act*.
Resolução CMN 2.689	Resolução do CMN n.º 2.689, de 26 de janeiro de 2000.
RTA	Retorno Total para Acionista.
Santander Corretora	Santander S.A. Corretora de Câmbio e Títulos.

Santander Espanha, Nosso Controlador, Acionista(s) Controlador(es)	Banco Santander, S.A.
Santander Insurance	Santander Insurance Holding, S.L.
Santander Leasing	Santander Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.
Santander Seguros	Santander Seguros S.A.
Santusa	Santusa Holdings S.L.
SEC	*Securities and Exchange Commission*, a comissão de valores mobiliários dos Estados Unidos.
Securities Act	*Securities Act* de 1933 dos Estados Unidos, conforme alterado.
SELIC	Sistema Especial de Liquidação e Custódia.
SISBACEN	Sistema de Informações do Banco Central.
SUSEP	Superintendência de Seguros Privados.
Taxa Libor	London Interbank Offered Rate (taxa interbancária do mercado de Londres).
TI	Tecnologia da Informação.
TJLP	Taxa de Juros de Longo Prazo, divulgada pelo CMN.
TR	Taxa Referencial, divulgada pelo Banco Central.
UGC	Unidade geradora de caixa.
Units	Certificado de Depósito de Ações, representando, cada um, 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais. As Units serão inicialmente formadas por Recibos de Subscrição que não poderão ser convertidos nas Ações a eles subjacentes até a Homologação do aumento de capital do Banco pelo Banco Central e por Ações provenientes do empréstimo tomado pelo Credit Suisse para fins de estabilização. Até ocorrer a conversão dos Recibos de Subscrição em Ações, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais.
Units Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units inicialmente ofertada (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia ter sido, mas não foi, a critério do Banco, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 4,76%, ou seja, em até 25.000.000 Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units inicialmente ofertadas.
Units do Lote Suplementar	As Units que compreendem a Opção de Lote Suplementar, acima definida.
VaR	Valor em Risco.

CONSIDERAÇÕES SOBRE ESTIMATIVAS E DECLARAÇÕES FUTURAS

As declarações contidas neste Prospecto relacionadas com nossos planos, previsões, expectativas sobre eventos futuros, estratégias e projeções constituem estimativas e declarações futuras, que estão fundamentadas, em grande parte, em nossas expectativas anuais e projeções sobre eventos futuros e tendências que afetam ou poderiam afetar os nossos negócios e resultados operacionais.

Embora essas considerações sobre estimativas e declarações futuras estejam baseadas em suposições que consideramos razoáveis, estimativas e declarações futuras envolvem riscos, incertezas e premissas, pois se referem a eventos futuros e, portanto, não são garantias de resultados. Entre os fatores que podem exercer tal influência estão:

- aumento no índice de inadimplência por parte de tomadores de empréstimos e financiamentos e de outras inadimplências em operações de crédito;
- aumento na provisão para créditos de liquidação duvidosa;
- redução no nível de depósitos, perdas com clientes ou perda de receita;
- nossa capacidade de manter ou melhorar nosso desempenho;
- alterações nas taxas de juros que podem entre outros efeitos, prejudicar nossas margens;
- concorrência no segmento de serviços bancários, financeiros, de cartão de crédito, seguros, gestão de recursos de terceiros e segmentos relacionados;
- regulamentação governamental e questões fiscais;
- controvérsias ou processos judiciais ou administrativos contrários a nós;
- riscos de crédito, de mercado e outros riscos inerentes às atividades de empréstimo e investimento;
- queda em nosso nível de capitalização;
- oscilações no valor de mercado de títulos brasileiros, particularmente títulos do Governo Federal;
- alterações na situação comercial e econômica regional, nacional e internacional e níveis de inflação; e
- outros fatores de risco apresentados na Seção "Fatores de Risco" na página 82 deste Prospecto.

Portanto, o nosso desempenho pode ser adversamente impactado e consequentemente se comprovar substancialmente diferente das expectativas descritas nas estimativas e declarações futuras, sendo que elas não constituem garantia de um desempenho futuro. Por conta dessas incertezas, o investidor não deve tomar nenhuma decisão de investimento com base exclusivamente nessas considerações sobre estimativas e declarações futuras.

Declarações que dependam ou estejam relacionadas a eventos ou condições futuras ou incertas, ou que incluam as palavras "acredita", "pode", "será", "estima", "continua", "antecipa", "pretende", "espera" e suas variações, bem como palavras semelhantes, são utilizadas neste Prospecto para identificar estimativas e declarações futuras.

As considerações sobre estimativas e declarações futuras referem-se apenas à data em que foram elaboradas, e não assumimos obrigação alguma de atualizar ou revisar essas considerações sobre estimativas e declarações futuras de forma a refletir novas informações, eventos futuros ou outros fatores.

APRESENTAÇÃO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OUTRAS INFORMAÇÕES

Demonstrações Financeiras

Elaboramos e apresentamos nossas demonstrações financeiras em Reais. Nossos balanços patrimoniais e demonstrações do resultado consolidados, relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007, foram obtidos a partir das nossas demonstrações financeiras auditadas pelos Auditores Independentes e estão incluídos neste Prospecto. Nossas demonstrações financeiras consolidadas condensadas levantadas em 30 de junho de 2009 e relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e 2008, submetidas à revisão limitada efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil pelos Auditores Independentes, também estão incluídas neste Prospecto. Preparamos, e continuaremos a preparar, nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Não adotamos em nossas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil as normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM que não foram recepcionadas pelo Banco Central. Nos termos da Resolução CMN nº. 3786, de 24 de setembro de 2009, a partir de 31 de dezembro de 2010 nossas demonstrações financeiras consolidadas deverão ser elaboradas e divulgadas de acordo com o IFRS. Veja "Regulamentação do Setor Bancário – Exigências de Auditoria". Além disso, para fins desta Oferta, preparamos, e continuaremos a preparar de forma suplementar em relação às demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, após a conclusão desta Oferta, nossas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS, que difere das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em aspectos significativos. A nota 17 às nossas demonstrações financeiras relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e a nota 45 às nossas demonstrações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, respectivamente, contêm uma reconciliação e uma descrição dessas diferenças. Determinados dados relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 incluídos neste Prospecto foram extraídos do balanço consolidado intermediário objeto de revisão limitada relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

Os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado do Banco Real, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e ao período de 1º de janeiro de 2008 a 29 de agosto de 2008, foram obtidos a partir das demonstrações financeiras combinadas auditadas pelos Auditores Independentes do Banco Real e da AAB Dois e estão incluídos neste Prospecto. Para fins de comparação, os balanços patrimoniais e as demonstrações do resultado intermediário combinados não auditados do Banco Real e da AAB Dois relativos ao período de 1º de janeiro de 2007 a 29 de agosto de 2007 estão incluídos neste Prospecto. Estas demonstrações financeiras também foram preparadas de acordo com o IFRS.

A menos que de outra forma indicado, todas as nossas informações financeiras e as informações financeiras do Banco Real incluídas neste Prospecto foram extraídas de nossas demonstrações financeiras consolidadas e das demonstrações financeiras combinadas do Banco Real e da AAB Dois, elaboradas de acordo com o IFRS.

Adicionalmente, a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas" inclui informações financeiras que refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações por nós como se houvesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2008 e 2007.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 não estão incluídas neste Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram submetidas à CVM e estão disponíveis em seu *website* e no do próprio Banco.

Participação no Mercado e Outras Informações

Extraímos as informações de mercado e de posicionamento em relação à concorrência, inclusive previsões de mercado, utilizadas em todo este Prospecto, de pesquisas internas, pesquisa de mercado, informações disponíveis ao público e publicações do nosso setor. Essas declarações foram baseadas em informações de terceiros, que acreditamos serem fontes confiáveis, como a ABECS, a Associação Brasileira de Empresas de Leasing – ABEL, a Associação Brasileira das Entidades de Crédito Imobiliário e Poupança – ABECIP, a FEBRABAN, o BNDES, o IBGE, o SISBACEN, a FGV, a SUSEP, a ANBID e a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – FENAPREVI, entre outros. As publicações do setor e governamentais, inclusive aquelas mencionadas aqui neste Prospecto, de forma geral indicam que as informações apresentadas foram obtidas de fontes consideradas confiáveis, mas que a exatidão e integralidade dessas informações não são garantidas. Ainda que não tenhamos motivos para acreditar que as informações ou relatórios sejam imprecisos em algum aspecto relevante, não verificamos de modo independente os dados relativos ao posicionamento em relação à concorrência, nossa participação de mercado, dimensão do mercado, crescimento do mercado ou outros dados fornecidos por terceiros ou extraídos de publicações setoriais ou outras publicações. Nós e os Coordenadores não prestamos qualquer declaração quanto à exatidão dessas informações.

Arredondamentos

Determinados valores e percentuais incluídos neste Prospecto foram submetidos a arredondamentos e, assim, os valores totais apresentados em certas tabelas podem não representar a soma exata dos valores que os precedem.

SUMÁRIO DA COMPANHIA

Apresentamos a seguir um sumário de nossas atividades baseado nas informações constantes deste Prospecto. Por tratar-se de um sumário, a presente seção não contém todas as informações que deverão ser levadas em consideração antes de uma decisão de investimento nas Units. Por favor, leia todo o Prospecto de maneira cuidadosa, incluindo as seções "Fatores de Risco" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", bem como as demonstrações financeiras consolidadas e auditadas ou revisadas e as respectivas notas explicativas, anexas a este Prospecto.

Visão Geral

Somos um dos bancos múltiplos líderes no Brasil, que acreditamos ser um dos mercados mais atraentes do mundo dado seu alto potencial de crescimento e sua baixa penetração de produtos e serviços bancários. Somos o terceiro maior banco privado do Brasil, o maior banco controlado por um grande grupo financeiro global e o quarto maior banco do País, com uma participação de mercado de 10,2% em termos de ativos, em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central. Nossas operações estão localizadas em todo o País e estrategicamente concentradas nas regiões sul e sudeste, área que representa aproximadamente 73,1% do PIB com base em dados de 2006 e onde possuímos atualmente uma das maiores redes de agências bancárias dentre nossos concorrentes, de acordo com o Banco Central. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, geramos lucro bruto de R$3,8 bilhões e possuíamos ativos totais de R$288,9 bilhões e patrimônio líquido de R$51,1 bilhões. Nosso índice de Basiléia era de 17% em 30 de junho de 2009.

Em agosto de 2008 realizamos a incorporação de ações do Banco Real, na época o quarto maior banco privado brasileiro em termos de ativos. Quando da aquisição, éramos o quinto maior banco não estatal do Brasil em termos de ativos. Como resultado da integração do Banco Real e de nosso crescimento orgânico, nossa carteira de crédito líquida aumentou de R$44,6 bilhões em 30 de junho de 2008 para R$132,3 bilhões em 31 de dezembro de 2008, e nossos depósitos totais aumentaram de R$46,9 bilhões em 30 de junho de 2008 para R$124,0 bilhões em 31 de dezembro de 2008, todos refletidos em nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. No mesmo período, nossa base de correntistas ativos aumentou de cerca de 3,5 milhões para aproximadamente 7,7 milhões e nossa rede de distribuição de agências e postos de atendimento bancário aumentou de 1.546 para 3.603.

As operações do Banco Real são altamente complementares às nossas operações pré-aquisição. Acreditamos que a aquisição ofereça oportunidades significativas para a criação de sinergias operacionais, comerciais e tecnológicas, por meio da preservação das melhores práticas de cada banco. A forte presença do Banco Real nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais fortaleceu ainda mais a nossa posição nas regiões sul e sudeste, complementando nossa expressiva participação na região, particularmente em São Paulo. A aquisição do Banco Real consolidou nossa posição como um banco múltiplo com cobertura nacional e escala suficientes para competir de forma efetiva em nosso mercado alvo.

Desde meados dos anos 90, o Brasil beneficiou-se de estabilidade política, social e macroeconômica combinada com a melhoria da renda real e, consequentemente, apresentou alta taxa de mobilidade social e econômica para classes mais altas. Durante este período, o setor de serviços financeiros no Brasil apresentou um crescimento significativo, à medida que a estabilidade econômica, os melhores níveis de emprego e o aumento do poder de compra da população brasileira têm contribuído para a elevação da penetração de produtos e serviços financeiros. Não obstante, o mercado financeiro brasileiro ainda apresenta uma oferta de crédito relativamente baixa quando comparado a outros mercados desenvolvidos e emergentes, oferecendo, dessa forma, oportunidades adicionais de crescimento. De acordo com o relatório do World Bank de 2009, o índice de crédito total em relação ao PIB era de aproximadamente 50% no Brasil em 2007. Em 31 de dezembro de 2007, o índice de crédito total em relação ao PIB nos Estados Unidos era de aproximadamente 169%, de acordo com estatísticas das autoridades monetárias. O mercado de financiamento imobiliário brasileiro ainda é incipiente, com empréstimos imobiliários respondendo por aproximadamente 2% do PIB em 2007, de acordo com o Banco Central, enquanto que nos Estados Unidos, por exemplo, o número atingiu aproximadamente 68% no mesmo período, de acordo com o Banco Mundial. Esperamos que a oferta de crédito continue a aumentar como resultado da maior estabilidade macroeconômica e da oferta de produtos direcionados à necessidades específicas dos clientes. Além disso, esperamos que o financiamento imobiliário cresça no Brasil, como consequência de tendências estruturais, incluindo déficit habitacional, maior foco do Governo Federal em estimular o crescimento no setor de construção e as reformas na legislação em apoio ao desenvolvimento de produtos de financiamento imobiliário. O sistema financeiro nacional é concentrado, sendo os quatro maiores bancos responsáveis por aproximadamente 58% dos empréstimos totais e 64% de poupanças, em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central.

Somos parte do Grupo Santander, um dos maiores grupos financeiros do mundo em termos de capitalização de mercado. Em 30 de junho de 2009, o Grupo Santander tinha um patrimônio líquido de €66,8 bilhões e ativos totais de €1.148,5 bilhões, com presença em mais de 40 países, atendendo a cerca de 90 milhões de clientes por meio de mais de 14.000 agências. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nossas operações responderam por mais de 20% do lucro líquido do Grupo Santander e 53% de seu lucro líquido na América Latina. Em 30 de junho de 2009, nosso negócio representava aproximadamente 9% dos ativos do Grupo Santander e 51% de seus ativos na América Latina.

A tabela a seguir mostra alguns dados financeiros e operacionais de nossas operações.

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		**Exercício encerrado em 31 de dezembro de**	
	2009	**2008**	**2008**	**2007**
	(em milhões de Reais, exceto conforme indicado)			
Informações Financeiras				
Ativos	288.878	114.585	294.190	108.319
Total de empréstimos e adiantamento a clientes, bruto	139.962	47.953	142.649	51.453
Depósitos totais	177.948	76.322	182.312	74.055
Patrimônio líquido	51.136	10.164	49.318	8.671
Receita financeira líquida	10.661	3.332	11.438	6.195
Receita de tarifa e comissões	3.463	1.881	4.809	3.364
Receita bruta	15.483	5.573	15.971	11.367
Lucro líquido do exercício	2.445	707	2.379	1.903
Retorno sobre o patrimônio líquido médio[1]	9,9%	14,8%	10,3%	18,1%
Índice de eficiência[2]	34,7%	40,8%	45,0%	39,2%
Índice de adequação de capital da Basiléia[3]	17,0%	13,5%	14,7%	14,2%
Informações Operacionais				
Número de clientes (em milhares)	21.639	8.487	20.859	8.174
Número de caixas eletrônicos (em unidades)	18.101	7.558	18.120	7.639
Número de agências (em unidades)	2.091	891	2.083	904
Participação de mercado (com base em ativos)[4]	10,2%	4,4%	10,5%	4,5%
Participação de mercado (com base em depósitos)[4]	10,7%	5,1%	11,0%	4,9%
Participação de mercado (com base na carteira de crédito)[4]	12,2%	5,0%	12,3%	5,1%

(1) Índices dos seis meses estão anualizados (dobrando o componente). Índices anualizados não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.

(2) Índice de eficiência é definido como o resultado das despesas administrativas divididas pela receita bruta. O índice do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 é apresentado de maneira "pro forma". Veja "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

(3) Em julho de 2008, novas regras de adequação de capital, no âmbito da implementação do Acordo da Basiléia, entraram em vigor no Brasil, incluindo uma nova metodologia para análise e gerenciamento dos riscos de crédito e operacional. Adicionalmente, nossos índices de adequação de capital a partir de julho de 2008 são calculados excluindo-se o ágio, nos termos do Acordo da Basiléia. Como resultado, nossos índices a partir de julho de 2008 não são comparáveis aos índices anteriores.

(4) Fonte: Banco Central.

Nossas Atividades

Nossas atividades compreendem três segmentos operacionais: Banco Comercial, Banco Global de Atacado (*Global Wholesale Banking*) e Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros. A tabela a seguir mostra dados financeiros selecionados referentes aos nossos segmentos operacionais.

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009		Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008	
	Receita financeira líquida	**% do Total**	**Receita financeira líquida**	**% do Total**
	(em milhões de R$, exceto conforme indicado)			
Banco Comercial	9.750,8	91,5	10.191,7	89,1
Global Wholesale Banking	893,7	8,4	1.213,5	10,6
Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros[1]	16,5	0,1	32,8	0,3
Total	**10.661,0**	**100,0**	**11.438,0**	**100,0**

[1] Não inclui resultados de operações de gestão de recursos de terceiros e seguros objeto de incorporações de ações em 14 de agosto de 2009. Veja nesta seção em "Eventos Recentes – Incorporação de ações de sociedades de Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros". Nosso negócio de gestão de recursos de terceiros e seguros representou 1,5% ou R$227 milhões do total da nossa receita em 30 de junho de 2009.

Banco Comercial: Nosso foco é o relacionamento com clientes, concessão de crédito, serviços e produtos a pessoas físicas e empresas (à exceção de clientes corporativos globais, que são atendidos por nosso segmento de Banco Global de Atacado) por meio de empréstimos pessoais (inclusive financiamento imobiliário e de veículos, financiamento ao consumidor, cheques especiais, cartões de crédito e empréstimos consignados), *leasing*, empréstimos comerciais, linhas de capital de giro e financiamentos de comércio exterior. Nossa oferta de produtos se estende a planos de aposentadoria privada, seguros, recebimento de contas e serviços de processamento. Nossas operações de Banco Comercial também incluem serviços de *private banking*, tipicamente para pessoas físicas com ativos disponíveis para investimento superiores a R$1 milhão. Nosso modelo de negócio é baseado em uma abordagem personalizada para cada faixa de renda de nossos clientes pessoa física (segmentos de alta, média e baixa renda) de modo a lidar com suas necessidades específicas. Particularmente, estamos bem posicionados nos segmentos de renda média (rendimentos mensais entre R$1.200 e R$4.000) e alta renda (rendimentos mensais superiores a R$4.000). Nossos clientes são atendidos em todo o Brasil, principalmente por meio de nossa rede de agências que, em 30 de junho de 2009, compreendia 2.091 agências, 1.521 postos de atendimento bancário localizados nas instalações de nossos clientes corporativos, e 18.101 caixas eletrônicos, bem como por nossa plataforma de serviços bancários pela Internet e nossas centrais de atendimento telefônico. Acreditamos que nossas operações de varejo tenham se beneficiado significativamente da aquisição do Banco Real, por meio da ampliação de nossa cobertura geográfica no Brasil e complemento da nossa carteira de clientes. Por exemplo, historicamente o Banco Real tem forte presença nos segmentos de pessoas físicas de alta renda e pequenas e médias empresas e em produtos como financiamento de automóveis, enquanto nossos pontos fortes têm sido os segmentos de renda média e servidores públicos, bem como os produtos de seguros.

Banco Global de Atacado (Global Wholesale Banking): Somos um dos bancos de atacado líderes no Brasil, oferecendo serviços financeiros e soluções sofisticadas e estruturadas para nossos clientes, em paralelo às nossas atividades de mesa proprietária de tesouraria. Nossos negócios de atacado focam na prestação de serviços a aproximadamente 700 grandes conglomerados locais e multinacionais, aos quais nos referimos como clientes do Banco Global de Atacado. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, as operações brasileiras representaram aproximadamente 30% do negócio de serviços bancários de atacado do Grupo Santander, em termos de lucro líquido. Nossas atividades de banco de atacado fornecem aos nossos clientes um amplo portfólio de produtos e serviços locais e internacionais que são direcionados às suas necessidades específicas. Oferecemos produtos e serviços nas áreas de transações bancárias globais (*Global Transaction Banking*), mercados de crédito (*Credit Markets*), finanças corporativas (*Corporate Finance*), ações (*Equities*), taxas (*Rates*), formação de mercado e mesa proprietária de tesouraria. Nossos clientes se beneficiam dos serviços globais fornecidos pela rede de atacado integrada do Grupo Santander e pela nossa experiência no mercado local. Nossa mesa de negociação proprietária está sob estrita supervisão de gerenciamento de risco e tem consistentemente mostrado resultados positivos, mesmo sob cenários de alta volatilidade.

Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros: Somos o quarto maior administrador de recursos de terceiros no Brasil em termos de recursos administrados, com 437.258 clientes, de acordo com os dados publicados pela ANBID em junho de 2009. Em 30 de junho de 2009, tínhamos R$99,8 bilhões em recursos sob administração. Nosso portfólio de produtos inclui fundos de renda fixa, mercado financeiro, ações e multimercado. Como parte de nosso negócio de seguros, oferecemos primordialmente produtos relacionados aos nossos negócios bancários, tais como seguro de residência, prestamista, produtos de capitalização e planos de previdência privada para nossos clientes de varejo e pequenas e médias empresas. Recentemente adquirimos 50% da Real Seguros Vida e Previdência S.A. (antiga Real Tókio Marine Vida e Previdência S.A.). Em decorrência da aquisição, passamos a figurar como umas das maiores seguradoras em termos de prêmios emitidos em 30 de junho de 2009, sendo classificada como décima em quantidade de prêmios, quarta em seguros de acidentes pessoais, quinta em seguros de vida e quarta em seguros residenciais no Brasil (combinando nossos dados históricos aos da Real Seguros Vida e Previdência S.A.). Acreditamos que nossa ampla rede de distribuição e base de clientes nos permitirá expandir nossos negócios de seguros relacionados a produtos bancários para pessoas físicas, pequenas e médias empresas e grandes clientes corporativos. Nosso foco é a venda de produtos emitidos pelo Grupo Santander Brasil, que representaram quase 80% de nossos prêmios de seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009. Em 14 de agosto de 2009, realizamos a incorporação de ações de determinadas sociedades de gestão de recursos de terceiros e seguros anteriormente detidas indiretamente pelo Santander Espanha, a fim de consolidarmos essas nossas operações no Brasil dentro do Santander Brasil. Essas operações estão sujeitas à aprovação da SUSEP (em relação às atividades de seguros). Veja nesta seção em "Eventos Recentes – Incorporação de ações de sociedades de Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros".

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossa lucratividade e nossas vantagens competitivas são resultado dos cinco pilares do Santander Brasil: presença nacional com posição de liderança nas regiões de maior renda do País; ampla variedade de produtos direcionados às necessidades de cada cliente; perfil conservador de risco; plataforma tecnológica escalável de última geração; e foco no crescimento sustentável, tanto orgânico como por meio de aquisições selecionadas.

Relacionamento com o Grupo Santander

Acreditamos que ser parte do Grupo Santander nos confere uma significativa vantagem competitiva sobre os demais bancos em nosso universo de comparação, visto que nenhum deles é parte de um grupo bancário global como o nosso. Este relacionamento nos permite:

- alavancar a plataforma global de informações do Grupo Santander, reduzindo nossos custos de desenvolvimento de tecnologia, fornecendo sinergias operacionais com o Grupo Santander e melhorando a nossa capacidade de oferecer produtos e serviços internacionais a nossos clientes;
- ter acesso à base de clientes multinacionais do Grupo Santander;
- aproveitar a presença global do Grupo Santander, em especial em outros países da América Latina, para oferecer soluções internacionais para as necessidades financeiras de nossos clientes corporativos brasileiros, à medida que eles expandem as suas operações globalmente;
- replicar ou adaptar para o Brasil, de forma seletiva, as ofertas de produtos de sucesso do Grupo Santander em outros países;
- beneficiar-nos da experiência operacional do Grupo Santander em áreas como controles internos e gestão de riscos, cujos processos têm sido desenvolvidos em resposta a uma ampla variedade de condições de mercado em todo o mundo e que acreditamos poder melhorar nossas oportunidades de crescimento dentro dos limites de risco desejados;
- aproveitar a experiência em integrações do Grupo Santander para maximizar e otimizar a geração de sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real, assim como eventuais aquisições futuras; e
- beneficiar-nos do treinamento e desenvolvimento da administração do Grupo Santander, formada pela combinação de treinamento e desenvolvimento internos, com acesso a experiência gerencial em outras unidades do Grupo Santander no exterior.

Forte presença em áreas demográfica e geograficamente atraentes

Nosso foco está nas crescentes faixas de média e alta renda no Brasil, que definimos como pessoas físicas com renda mensal superior a R$1.200 e R$4.000, respectivamente. Estamos bem posicionados para nos beneficiar do crescimento de nossa base de clientes alvo e da baixa penetração de produtos e serviços financeiros no Brasil, por meio da venda de produtos-chave, como cartões de crédito e seguros. Os clientes de renda média e alta nos dão acesso a uma base de captação estável e de baixo custo por meio de depósitos à vista e a prazo. Além disso, acreditamos que nosso foco nestas faixas aumentou nossa lucratividade, na medida em que elas tradicionalmente apresentam volumes e margens mais altas.

Acreditamos que existe um potencial adicional, inclusive com o uso de nossa moderna, escalável e recém-reformulada plataforma de TI, para o aumento da penetração de produtos e serviços financeiros em nossa atual base de clientes, que conta com aproximadamente 9,9 milhões de correntistas, de acordo com dados do Banco Central referentes a 31 de julho de 2009. Por exemplo, em 30 de junho de 2009, somente 22% de nossos atuais correntistas possuíam empréstimos pessoais e apenas 60% possuíam cartão de crédito. Além disso, a aquisição do Banco Real fortaleceu nossa posição competitiva nas regiões sul e sudeste do Brasil, área que representou aproximadamente 73,1% do PIB do Brasil com base em dados de 2006, e onde atualmente detemos uma das maiores redes de agências entre os bancos brasileiros, de acordo com o Banco Central. Nossa presença nestas áreas geográficas atraentes, combinada com nosso foco nos clientes de renda média e alta, nos permite cobrir efetivamente uma parcela significativa da base econômica do Brasil.

Histórico de integrações bem-sucedidas

O Grupo Santander expandiu a sua presença em todo o mundo por meio da integração bem-sucedida de numerosos negócios adquiridos. Em particular, citamos o exemplo do Abbey National Bank Plc, situado no Reino Unido, que incrementou seu índice de eficiência (custo sobre receita) de 55,1% em 2006, no segundo ano após sua aquisição pelo Grupo Santander, para 45,2% em 2008. Ainda, desde 1997, o Grupo Santander adquiriu seis bancos no Brasil, demonstrando a sua capacidade de executar complexas aquisições neste mercado, integrar as empresas adquiridas em seu negócio existente e melhorar o desempenho operacional destas. Nossa primeira aquisição significativa foi a do Banespa, em novembro de 2000. Em nossas aquisições, em especial no caso do Banco Real, unimos o melhor de ambos os bancos em uma única instituição, escolhendo as melhores estratégias de negócios, pessoal-chave, tecnologia e processos para assegurar a combinação ótima para alcançar uma posição competitiva sustentável. Esse é o caso da integração com o Banco Real, na qual estamos buscando conseguir sinergias de custos cumulativas de aproximadamente R$2,4 bilhões (calculado com base nos custos do Santander Brasil e do Banco Real de 2008 corrigidos pela inflação e estimativa de aumento de salários) e sinergias de receitas acumuladas de aproximadamente R$300 milhões até 31 de dezembro de 2011.

Começamos o processo de integração operacional, comercial e tecnológica do Banco Real imediatamente após a incorporação de ações em agosto de 2008. Desenvolvemos um plano de integração de três anos, que estamos executando cuidadosamente, englobando uma série de iniciativas para assegurar que as sinergias sejam alcançadas e que as melhores práticas sejam identificadas e implementadas. Nossas operações de serviços bancários de atacado foram totalmente integradas desde o fim de 2008. Em março de 2009, integramos a rede de agências e canais eletrônicos de distribuição das duas instituições para possibilitar que os clientes executem não somente saques de dinheiro, mas um leque completo de transações nas agências ou caixas eletrônicos de ambos os bancos. Esperamos ter uma integração completa da rede de caixas eletrônicos e agências em 2010. Acreditamos que, até agora, atingimos nossas principais metas de integração, inclusive a manutenção e melhoria dos serviços aos clientes; identificação, manutenção e melhoria dos pontos operacionais fortes de cada banco; estabelecimento de uma nova cultura de negócios entre nossos funcionários, baseada em nossos pontos fortes; retenção e desenvolvimento de funcionários treinados e talentosos; e cumprimento de metas operacionais.

Posição de liderança no mercado

Somos o terceiro maior banco privado do Brasil em termos de ativos, com uma participação de mercado de 10,2% em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central. Acreditamos estar posicionados entre os três primeiros bancos em grande parte das principais linhas de produtos, conforme demonstrado na tabela abaixo, que apresenta nossa participação de mercado em relação aos produtos e regiões indicados.

	Em 31 de março de 2009
	Participação de Mercado (%)
Cheque especial	19,1
Empréstimos pessoais/consignados	13,1
Leasing/Crédito direto ao consumidor de automóveis	15,3
Cartões de Crédito	9,7
Agências	12,2
Sudeste	15,9
Sul	8,7

Fonte: Banco Central.

A aquisição do Banco Real expandiu ainda mais nossa massa crítica no mercado brasileiro. Acreditamos que tanto nossa escala como liderança de mercado nos asseguram excepcional competitividade, inclusive a capacidade de reunir inteligência de mercado para apoiar a tomada de decisão na identificação de oportunidades de negócio e para atender às necessidades de nossos clientes, operando como um banco múltiplo. Desde a aquisição do Banco Real, aumentamos organicamente nossa participação de mercado em ramos de negócios importantes tais como empréstimos consignados e pessoais, cheque especial e cartões de crédito. Além disso, somos um dos bancos de atacado líderes no Brasil. Por meio de nosso acesso exclusivo à rede global do Grupo Santander, conseguimos apoiar nossos grandes clientes corporativos brasileiros na internacionalização de seus negócios, por meio de financiamento de comércio exterior e aquisições, por exemplo, estruturando empréstimos sindicalizados que permitem a adoção de várias estratégias de refinanciamento em diferentes mercados. Como um dos bancos de primeira linha no País e tendo em vista as oportunidades para alavancagem de nossos segmentos operacionais, nossa ampla oferta de produtos e presença geográfica, estamos bem posicionados para expandir nossa participação de mercado.

Plataforma tecnológica integrada de última geração

Operamos uma plataforma tecnológica de última geração com foco no cliente, que incorpora os padrões, processos e a comprovada inovação do Grupo Santander, tanto no Brasil como no exterior, e do Banco Real. A utilização de um sistema de gestão de relacionamento com o cliente nos permite entregar produtos e serviços direcionados às suas necessidades específicas. Como nossa plataforma de TI está integrada com a do Grupo Santander, estamos em condições de viabilizar os negócios globais de nossos clientes, o que dará suporte ao nosso crescimento no País, tendo em vista os benefícios que uma plataforma flexível e escalável como a nossa permite. Tal plataforma vem sendo aprimorada com um conjunto de funcionalidades voltadas aos clientes, herdadas do Banco Real, que acreditamos nos proporcionar uma vantagem competitiva significativa.

Nossa Estratégia

Nossa meta é ser o principal banco múltiplo do Brasil em termos de lucratividade e reconhecimento de marca, além de satisfação dos clientes e de nossos funcionários. Buscamos ser um banco de relacionamento e o principal banco de nossos clientes de varejo e atacado com base em práticas sustentáveis, atendendo-os com nosso portfólio completo de produtos. Acreditamos que podemos alcançar estas metas por meio das seguintes estratégias:

Melhoria da eficiência por meio de sinergias e implementação das melhores práticas no processo de integração

Continuaremos a buscar formas de melhorar ainda mais nossa eficiência operacional e nossas margens. Pretendemos manter a disciplina de investimento e direcionar recursos a áreas que geram melhorias no gerenciamento de nossos clientes e aumento de nossas receitas. Esperamos conseguir gerar sinergias adicionais por meio da combinação das melhores práticas do Santander Brasil e Banco Real, tanto em termos de receitas, à medida em que alavancamos ainda mais nossos relacionamentos e oportunidades de venda cruzada de produtos em uma base mais ampla de clientes, quanto em termos de custos, à medida que concretizamos os ganhos potenciais impulsionados por ganhos de escala, aumentando a nossa eficiência. Acreditamos que a criação de sinergias será apoiada pela distribuição geográfica e base de clientes complementares de ambas as redes de atendimento e pela baixa sobreposição de produtos dos bancos. Nossa integração já permitiu significativa redução de custos, com nosso índice entre custo e receitas caindo de 45,0% em 2008 para 34,7% no primeiro semestre de 2009, sendo que acreditamos que existem oportunidades para uma redução adicional nas despesas operacionais.

Expansão da oferta de produtos e canais de distribuição no Banco Comercial

Pretendemos aumentar nossos negócios e operações em todo o Brasil, expandindo nossos serviços de Banco Comercial para clientes de varejo existentes e potenciais, e oferecendo novos produtos e serviços a clientes atuais, com base no perfil de cada cliente, por meio de nossos numerosos canais de distribuição e da alavancagem de nossa base de dados e plataforma de TI focadas no relacionamento com nossos clientes. Nossos esforços relativos à oferta de novos produtos e à expansão de nosso alcance a outros mercados continuarão a ser direcionados de acordo com o correto gerenciamento de riscos de tais oportunidades. Buscaremos também aumentar a nossa participação de mercado por meio da oferta de produtos bancários inovadores e manutenção do foco em produtos em que acreditamos existir oportunidade de expansão de nossa presença no mercado brasileiro como, por exemplo, cartões de crédito e produtos de seguros. Além disso, temos planos para atrair correntistas conquistando usuários de nossos produtos de empréstimo, como financiamento de automóvel, seguros ou cartões de crédito. Continuaremos a focar nossos esforços de marketing visando aumentar nossa base de clientes e o número de produtos utilizados por cada cliente, bem como aumentar nossa participação nos produtos que os clientes usualmente utilizam em mais de um banco. Pretendemos melhorar nossa competitividade pelo fortalecimento do alcance de nossa marca, por meio de ações de marketing.

Pretendemos melhorar e expandir os canais de distribuição de nossos produtos por meio de nossa tradicional rede de agências e pela distribuição por canais alternativos de marketing e vendas diretas, tais como telemarketing, serviços bancários pela Internet e bancos correspondentes. Planejamos abrir 600 novas agências até 2013 em nossa área de atuação primordial - sul e sudeste do Brasil - e em outras regiões onde temos massa crítica. Continuaremos a maximizar as sinergias e alavancar as oportunidades entre nossos clientes corporativos e de varejo. Por exemplo, ao oferecer serviços de folha de pagamento a nossos clientes corporativos, poderemos instalar um posto de atendimento bancário no local e, desta forma, ter acesso a seus funcionários como uma possível base de clientes, atingindo massa crítica necessária para abrir uma nova agência naquela área. Pretendemos aumentar nossos financiamentos imobiliários como consequência do cenário deficitário do setor no Brasil e em decorrência de novas regras de incentivo aos financiamentos imobiliários.

Capitalização da nossa forte posição de mercado no negócio de atacado

Fornecemos às multinacionais presentes no Brasil e empresas locais, inclusive aquelas com operações no exterior, uma ampla variedade de produtos financeiros, utilizando nossa rede global para atender as necessidades de nossos clientes com soluções personalizadas. Pretendemos focar ainda mais em nossa sólida posição global como um banco de atacado de relacionamento com clientes, em linha com a estratégia global do Grupo Santander para o Banco Global de Atacado. Esperamos nos beneficiar da forte posição de mercado do Grupo Santander como um dos principais *players* no setor bancário global e, dessa forma, fortalecer nossos relacionamentos existentes e construir novos relacionamentos duradouros com novos clientes, explorando ao máximo nossa carteira de produtos, particularmente produtos com altas margens. Além disso, como um dos maiores bancos locais com apoio de uma grande instituição financeira internacional, pretendemos ser um forte ponto de apoio para as empresas brasileiras, à medida que elas continuam a expandir seus negócios internacionalmente. Ademais, acreditamos que podemos usar nosso relacionamento com grandes empresas para ter acesso a seus fornecedores como possíveis novos clientes. Pretendemos também distribuir produtos de tesouraria a empresas menores ou a pessoas físicas por meio da plataforma Santander Global Connect (SGC).

Desenvolvimento contínuo de uma plataforma de negócios transparente e sustentável

Manteremos um compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental em nossos processos, produtos, políticas e relacionamentos. Continuaremos a construir relacionamentos duráveis e transparentes com nossos clientes por meio da compreensão de suas necessidades, desenhando nossos produtos e serviços para atendê-los. Acreditamos que nosso compromisso com a transparência e sustentabilidade nos ajudará a criar uma plataforma de negócios que manterá o crescimento de nossas operações no longo prazo. Acreditamos também que para construir relacionamentos comerciais é essencial a melhoria contínua no reconhecimento de nossa marca e a busca por profissionais talentosos. Continuaremos a patrocinar oportunidades educacionais por meio do *Santander Universidades* e do portal *Universia* para estimular futuros relacionamentos com potenciais clientes.

Contínuo crescimento de nossos negócios de seguros

Pretendemos continuar a expandir nossos negócios de seguros, particularmente relacionados a produtos bancários. Nosso comprometimento com o crescimento desse segmento foi recentemente demonstrado com a nossa aquisição da participação remanescente de 50% da Real Seguros Vida e Previdência S.A. (antiga Real Tókio Marine Vida e Previdência S.A.). Continuaremos a incrementar nossa presença nesse segmento pelo aproveitamento de nossa forte rede de agências e base de clientes, em particular nas regiões sul e sudeste, venda cruzada de produtos de seguros, com a meta de aumentar a receita gerada por cada cliente, assim como a utilização de nossos intensos relacionamentos com empresas no Brasil. Pretendemos vender nossos produtos por meio de nossos tradicionais canais de distribuição, tais como agências, e também por meio de caixas eletrônicos, centrais de atendimento telefônico e Internet.

Histórico

Grupo Santander no Brasil

O Grupo Santander expandiu a sua presença em todo o mundo por meio de aquisições e obtenção de sinergias a partir de processos de integração bem sucedidos de negócios.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um acordo operacional com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. A partir dos anos 90, o Grupo Santander buscou estabelecer forte presença na América Latina, particularmente no Brasil. O Grupo Santander seguiu esta estratégia tanto por meio de crescimento orgânico, como por aquisições. Em 1997, o Grupo Santander adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., um banco de varejo de médio porte, que subsequentemente mudou seu nome para Banco Santander Brasil S.A. No ano seguinte, o Grupo Santander adquiriu o Banco Noroeste S.A. para fortalecer ainda mais a sua posição como um banco de varejo no Brasil. Em 1999, o Banco Noroeste foi incorporado pelo Banco Santander Brasil. Em janeiro de 2000, o Grupo Santander adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo a subsidiária Banco Bozano, Simonsen S.A.), um banco atuante em serviços bancários de varejo e atacado, principalmente no sudeste do Brasil.

Desde 1997, o Grupo Santander demonstrou de forma consistente a sua capacidade de realizar aquisições significativas no Brasil, integrar as instituições adquiridas em seus negócios existentes e melhorar o desempenho operacional de tais instituições. Este foi o caso, em particular, da aquisição do Banespa, detido pelo Estado de São Paulo, em novembro de 2000. Por meio desta aquisição, o Grupo Santander passou a ser um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com sólidas operações em serviços bancários de varejo e atacado, estrategicamente posicionado no sul e sudeste do País. Após a aquisição, o Grupo Santander implementou uma modernização da tecnologia de informação no Banespa. Transcorrido um ano da aquisição, o índice de eficiência do Banespa havia melhorado significativamente.

Apesar de operar no Brasil por meio de diferentes pessoas jurídicas, o Grupo Santander Brasil tem sua administração e funções gerenciais centralizadas desde 2000. Em 2006, o Grupo Santander Brasil, mediante aprovação de seus acionistas e do Banco Central, consolidou todas as suas participações em uma única pessoa jurídica – Banco Santander Banespa S.A., que posteriormente teve sua denominação alterada para Banco Santander (Brasil) S.A., simplificando, assim, a nossa estrutura societária e fiscal, melhorando nossa eficiência operacional e reduzindo os custos administrativos por meio da integração e do aprimoramento de diferentes plataformas de TI. Em 2007, o Grupo Santander implementou um programa de unificação de sua marca.

Aquisição do Banco Real

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., uma sociedade criada mediante a associação entre o Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pela sociedade. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Nas assembléias gerais de acionistas do Santander Brasil e do Banco Real realizadas em 29 de agosto de 2008, foi aprovada a incorporação pelo Santander Brasil das ações de emissão do Banco Real, passando o Banco Real a ser uma subsidiária integral do Santander Brasil. Naquele momento, o Banco Real era o quarto maior banco privado do Brasil em quantidade de ativos. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e foi extinto como pessoa jurídica independente. A incorporação está pendente de aprovação pelo Banco Central. Como resultado dessa aquisição, o Santander Brasil tornou-se o terceiro maior banco privado do Brasil em termos de ativos.

O organograma a seguir apresenta nossa estrutura societária de controle, antes da conclusão da Oferta:

Eventos Recentes

Incorporação de ações de sociedades de Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros

Em 14 de agosto de 2009, incorporamos todas as ações de determinadas sociedades de gestão de recursos de terceiros, seguros e atividades financeiras anteriormente detidas indiretamente pelo Santander Espanha e por acionistas minoritários. Essas operações estão sujeitas à aprovação da SUSEP (em relação às atividades de seguros). O objetivo de tais operações foi a consolidação dos investimentos do Santander Espanha no Brasil, simplificando a estrutura corporativa do Grupo Santander e concentrando no Santander Brasil as participações dos minoritários em tais sociedades. Em decorrência dessas operações, nosso capital social foi aumentado em aproximadamente R$2,5 bilhões, com a emissão de 14.410.886.181 ações, sendo 7.710.342.899 ações ordinárias e 6.700.543.282 ações preferenciais. De acordo com o IFRS, contabilizamos as operações de incorporação de ações a partir da data em que tais transações foram completadas, com base nos valores contábeis históricos dos ativos e passivos de tais sociedades cujas ações foram incorporadas.

A tabela abaixo contém a identificação das sociedades objeto das incorporações de ações e suas principais atividades, receita líquida em 31 de dezembro de 2008 e patrimônio líquido de cada sociedade em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil:

		Em 31 de dezembro de 2008	
	Principais atividades	**Receita Líquida**	**Patrimônio Líquido**
		(em milhões de R$)	
Santander Seguros S.A.	Comercialização de apólices de seguro de vida e planos de previdência	131	392
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.....	Gestão de recursos de terceiros	41	80
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A[1].	Banco Múltiplo	186	2.011

[1] Aproximadamente 99,9% dessa sociedade era detida por nós antes da incorporação de ações.

Aquisição de Carteira de Créditos do Santander Espanha

Em 17 de setembro de 2009, adquirimos, por meio de nossa agência de Cayman, do Santander Espanha, carteira de créditos composta por contratos de financiamento ao comércio e exportação relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, por US$806,3 milhões líquido de provisões. Referida carteira de créditos com prazo médio de vencimento de cerca de quatro anos foi adquirida em condições comutativas. Poderemos, no futuro, adquirir outros ativos relacionados a clientes brasileiros de nossas afiliadas em condições comutativas.

Alienação de Ativos não relacionados às nossas atividades principais

Em 18 de setembro de 2009, como parte de nossa estratégia de reorganização societária, a nossa administração decidiu alienar à Santusa, sociedade integrante do Grupo Santander com sede na Espanha, da totalidade das ações de propriedade do Banco de emissão das seguintes sociedades: Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet; Companhia Brasileira de Soluções e Serviços; Serasa S.A.; Tecnologia Bancária S.A.; e Visa Inc.

O preço da venda das referidas participações societárias será estabelecido em condições comutativas, tendo como base os respectivos valores de mercado públicos e, quando um valor de mercado público não estiver disponível, apurados em laudos de avaliações preparados por empresa especializada independente. O ganho de capital a ser reconhecido pela Companhia com a venda das referidas participações acionárias está estimado em R$2,1 bilhões, antes de impostos. Também pretendemos alienar parte de nossa participação acionária na Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos em oferta pública inicial que foi objeto de pedido de registro na CVM.

Incorporação entre Subsidiárias de Leasing – Resgate de Debenturistas

Como parte de nossa reorganização societária, foram convocadas para 30 de setembro de 2009, assembléias gerais de acionistas para deliberarem sobre a incorporação da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. pela Santander Leasing. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a incorporação resultará em direito de resgate antecipado de debêntures emitidas em três emissões pela ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. de acordo com o qual, durante o prazo de 6 (seis) meses a partir de 1° de outubro de 2009, será permitido aos debenturistas da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. resgatar 100% do valor de face de suas debêntures a qualquer tempo, acrescida de taxas de juros equivalentes ao CDI aplicável ao respectivo período. O valor principal de cada uma das três emissões devido na data deste Prospecto é de R$1,5 bilhões, R$1,5 bilhões e R$4,1 bilhões, respectivamente, com vencimentos em 1° de junho de 2015, 1° de março de 2016 e 1° de agosto de 2016.

Riscos Relativos aos Nossos Negócios

Potenciais investidores devem considerar com atenção os riscos e as demais disposições da seção "Fatores de Risco", incluindo os seguintes:

- somos vulneráveis às atuais instabilidades e à volatilidade dos mercados financeiros globais, bem como às medidas governamentais destinadas a reduzir os efeitos da recente crise financeira;
- as mudanças regulatórias poderão afetar-nos negativamente;
- desenvolvimentos e percepção de riscos em outros países, especialmente nos Estados Unidos e em países emergentes, podem afetar adversamente nosso acesso a financiamentos e o valor de mercado dos valores mobiliários de nossa emissão;
- nossos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão sujeitos a oscilações de preços de mercado e liquidez em função de mudanças das condições econômicas, o que poderá gerar prejuízos substanciais;
- as alterações das taxas básicas de juros pelo Banco Central poderão afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa lucratividade;
- o ambiente de competitividade crescente e as recentes fusões no mercado de serviços financeiros brasileiro poderão afetar negativamente nossas perspectivas de negócios;
- poderemos vir a sofrer um aumento da inadimplência de nossa carteira de crédito;
- a crescente competitividade do setor e recentes consolidações no sistema financeiro nacional podem afetar adversamente nossa prospecção de negócios;
- nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional podem não ser totalmente eficazes em mitigar nossa exposição a riscos não identificados ou não previstos;
- caso nossas provisões para futuros benefícios a segurados e sinistros sejam insuficientes, poderemos ser obrigados a elevá-las, o que poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira;
- podemos não obter os benefícios esperados da aquisição do Banco Real;
- a lucratividade de nossas operações de seguro poderá reduzir se as taxas de mortalidade, morbidade e continuidade divergirem significativamente de nossas expectativas de precificação; e
- nosso acionista controlador tem grande influência sobre nossas atividades.

O acima disposto pode afetar negativamente nossos negócios ou nossa condição financeira e nossa habilidade de implementar nossa estratégia de negócios com sucesso.

* * * * *

Nossa sede social está localizada na Rua Amador Bueno, 474, CEP: 04752-005, Capital do Estado de São Paulo, Brasil, e nosso telefone geral é (55-11) 3174-8589. Nosso website é www.santander.com.br/ri. As informações constantes do referido website ou que possam ser acessadas por meio dele não integram este Prospecto e não são inseridas por referência.

SUMÁRIO DAS INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

Preparamos, e continuaremos a preparar, nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Não adotamos em nossas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil as normas emitidas pelo CPC e aprovadas pela CVM que não foram recepcionadas pelo Banco Central. Nos termos da Resolução CMN nº. 3786, de 24 de setembro de 2009, a partir de 31 de dezembro de 2010 nossas demonstrações financeiras consolidadas deverão ser elaboradas e divulgadas de acordo com o IFRS. Veja "Regulamentação do Setor Bancário – Exigências de Auditoria". Além disso, para fins desta Oferta, preparamos, e continuaremos a preparar de forma suplementar em relação às demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, após a conclusão desta Oferta, nossas demonstrações financeiras de acordo com o IFRS, que difere das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil em aspectos significativos. O resumo dos dados do nosso balanço patrimonial e das nossas demonstrações do resultado consolidadas relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foi obtido a partir das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas preparadas de acordo com o IFRS e incluídas neste Prospecto. O Banco Real passou a ser consolidado às nossas demonstrações financeiras desde 30 de agosto de 2008. As informações financeiras do Banco Real relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e ao período de 1º de janeiro de 2008 a 29 de agosto de 2008 foram obtidas a partir das demonstrações financeiras combinadas auditadas do Banco Real e da AAB Dois, preparadas de acordo com o IFRS e incluídas neste Prospecto.

O resumo das informações financeiras levantadas em 30 de junho de 2009 e relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e 2008 foi obtido a partir das nossas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas, submetidas à revisão limitada efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, e que estão incluídas neste Prospecto, as quais, na opinião de nossa administração, incluem todos os ajustes necessários para apresentação de nossos resultados operacionais e condição financeira nas respectivas datas e períodos. Os resultados do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 não são necessariamente indicativos dos resultados operacionais que devem ser esperados para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009 ou qualquer outro período.

O resumo das informações financeiras relativas ao período de 1º de janeiro de 2007 a 29 de agosto de 2007 do Banco Real foi obtido a partir de informações financeiras combinadas intermediárias não-auditadas do Banco Real e da AAB Dois, incluídas neste Prospecto, que na opinião de nossa Administração, incluem todos os ajustes necessários à fiel apresentação de nossos resultados operacionais e nossa situação financeira nas datas e para os períodos apresentados.

O resumo de nossas informações financeiras pro forma relativas aos exercícios sociais encerrado em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 foi obtido a partir das informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas incluídas neste Prospecto, que refletem a aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações por nós como se houvesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2008 e 2007, preparadas de acordo com o IFRS. Para maiores informações, veja a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

Estas informações financeiras devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas ou objeto de revisão limitada e as respectivas notas explicativas, bem como as seções "Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" deste Prospecto.

Após a Oferta, continuaremos para fins legais a elaborar nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e também prepararemos nossas demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 não estão incluídas neste Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram submetidas à CVM e estão disponíveis em seu *website* e no do próprio Banco.

Demonstrações de Resultado do Santander Brasil

	Período de seis meses encerrados em 30 de junho de		
	2009	**2008 (pro forma)[1]**	**2008**
	(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)		
Receitas com juros e similares	19.771	17.405	6.715
Despesas com juros e similares	(9.110)	(7.978)	(3.383)
Receita líquida com juros	10.661	9.427	3.332
Resultado de renda variável	15	18	16
Resultado de equivalência patrimonial	257	161	2
Receita de tarifas e comissões	3.463	3.440	1.881
Despesas de tarifas e comissões	(447)	(500)	(164)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	2.734	1.459	686
Diferenças cambiais (líquidas)	(1.037)	(470)	(145)
Outras receitas (despesas) operacionais	(163)	26	(35)
Total de receitas	**15.483**	**13.561**	**5.573**
Despesas administrativas	(5.380)	(5.535)	(2.234)
Depreciação e amortização	(495)	(546)	(310)
Provisões (líquidas)[2]	(1.958)	(934)	(522)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)[3]	(4.831)	(3.194)	(1.496)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(68)	(15)	(9)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	1.145	38	32
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	(56)	(14)	(24)
Lucro operacional antes da tributação	**3.840**	**3.361**	**1.010**
Impostos sobre a renda	(1.395)	(1.191)	(303)
Lucro líquido do exercício	**2.445**	**2.170**	**707**
Lucro por ação			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)			
Ações ordinárias	7,17	6,45	5,07
Ações preferenciais	7,89	7,09	5,58
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída			
Ações ordinárias	174.292.416	172.041.961	71.315.968
Ações preferenciais	151.465.867	149.503.808	61.969.586

(1) Para maiores informações, veja a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".
(2) Principalmente provisões para contingências legais e fiscais.
(3) Provisões líquidas para perdas de crédito deduzidos de recuperações de empréstimos previamente baixados a prejuízo.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2008 (pro forma)[1]	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)		
Receitas com juros e similares	38.102	23.768	13.197
Despesas com juros e similares	(18.872)	(12.330)	(7.002)
Receita líquida com juros	19.230	11.438	6.195
Resultado de renda variável	39	37	36
Resultado de equivalência patrimonial	305	112	6
Receita de tarifas e comissões	6.849	4.809	3.364
Despesas de tarifas e comissões	(983)	(555)	(266)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(485)	(1.286)	1.517
Diferenças cambiais (líquidas)	1.261	1.476	382
Outras receitas (despesas) operacionais	(74)	(60)	133
Total de receitas	**26.143**	**15.971**	**11.367**
Despesas administrativas	(11.532)	(7.185)	(4.460)
Depreciação e amortização	(1.236)	(846)	(580)
Provisões (líquidas)[2]	(1.702)	(1.230)	(1.196)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)[3]	(6.570)	(4.100)	(2.160)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(85)	(77)	(298)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	33	7	1
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	22	9	13
Lucro operacional antes da tributação	**5.072**	**2.549**	**2.687**
Impostos sobre a renda	(1.159)	(170)	(784)
Lucro líquido do exercício	**3.913**	**2.379**	**1.903**
Lucro por ação			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)			
Ações ordinárias	11,65	11,59	14,02
Ações preferenciais	12,81	12,75	15,43
Dividendos por 1.000 ações[4]			
Ações ordinárias		4,26	16,30
Ações preferenciais		4,69	17,93
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída			
Ações ordinárias	171.800.386	104.926.194	69.383.705
Ações preferenciais	149.283.961	91.168.064	60.285.449

(1) Para maiores informações, veja a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".
(2) Principalmente provisões para contingências legais e fiscais.
(3) Provisões líquidas para perdas de crédito deduzidos de recuperações de empréstimos previamente baixados a prejuízo.
(4) Inclui dividendos baseados na receita líquida e dividendos distribuídos com base em reservas.

Balanço Patrimonial do Santander Brasil

	Em 30 de Junho de	Em 31 de dezembro de	
	2009	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$)		
Ativo			
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	24.813	23.700	22.277
Ativos financeiros para negociação	15.809	19.986	12.293
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	6.068	5.575	1.648
Ativos financeiros disponíveis para venda	30.593	30.736	9.303
Empréstimos e financiamentos	161.644	162.725	55.034
Derivativos utilizados como *hedge*	178	106	–
Ativos não correntes para venda	58	113	32
Participações em coligadas	502	634	55
Ativos tangíveis	3.600	3.829	1.111
Ativos intangíveis	30.589	30.995	1.799
Ativo fiscal	13.388	12.920	4.223
Outros créditos	1.636	2.871	544
Total do ativo	**288.878**	**294.190**	**108.319**
Passivo			
Passivos financeiros para negociação	4.887	11.210	4.650
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	363	307	690
Passivos financeiros ao custo amortizado	207.644	213.973	84.781
Depósitos do Banco Central do Brasil	870	185	–
Depósitos de instituições de crédito	21.793	26.325	18.217
Depósitos de clientes	154.922	155.495	55.147
Títulos de dívida e valores mobiliários	11.299	12.086	2.806
Dívidas subordinadas	10.996	9.197	4.210
Outros passivos financeiros	7.764	10.685	4.401
Derivativos utilizados como *hedge*	63	265	–
Provisões[1]	10.203	8.915	4.816
Passivos fiscais:	7.352	6.156	1.719
Outros passivos	6.560	3.527	1.454
Total do passivo	**237.072**	**244.353**	**98.111**
Patrimônio líquido	51.136	49.318	8.671
Participação dos acionistas minoritários	5	5	0
Ajustes ao valor de mercado	665	514	1.537
Total do patrimônio líquido	**51.806**	**49.837**	**10.208**
Total do passivo e patrimônio líquido	**288.878**	**294.190**	**108.319**
Ativos médios	287.974	163.621	100.243
Passivo remunerado médio	186.569	109.455	69.204
Patrimônio líquido médio	50.742	23.110	10.521

[1] Provisões para pensões e contingências.

Índices do Santander Brasil

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
Lucratividade e Performance				
Margem de juro líquida[1][2]	9,9%	7,6%	8,6%	7,2%
Retorno sobre o ativo total médio[1]	1,7%	1,3%	1,5%	1,9%
Retorno sobre o patrimônio líquido médio[1]	9,9%	14,8%	10,3%	18,1%
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio[1][3]	21,9%	14,8%	16,8%	18,1%
Adequação de Capital				
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	17,6%	9,4%	14,1%	10,5%
Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio[3]	9,0%	9,4%	9,2%	10,5%
Índice de Basiléia[4]	17,0%	13,6%	14,7%	14,2%
Qualidade do Ativo				
Ativos inadimplentes como percentual da carteira total de empréstimos[5]	6,7%	4,6%	5,4%	4,1%
Ativos inadimplentes como percentual do ativo total[5]	3,3%	1,9%	2,6%	2,2%
Ativos inadimplentes como percentual do risco de crédito calculável[5][6]	5,8%	3,3%	4,7%	3,2%
Provisão para perdas como percentual de ativos inadimplentes[5]	97,1%	112,2%	105,8%	107,5%
Provisão para perdas como percentual do total de empréstimos	6,5%	5,1%	5,7%	4,4%
Baixa de empréstimos líquida como percentual do total de empréstimos[1]	3,0%	2,9%	2,3%	4,7%
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido[5]	18,4%	21,5%	15,7%	24,1%
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio[3][5]	39,5%	21,5%	35,4%	24,1%
Liquidez				
Total de empréstimos líquido como percentual da capitalização total	65,3%	52,9%	66,0%	60,7%
Depósitos como percentual da capitalização total	88,9%	88,7%	89,5%	91,3%
Outras informações				
Eficiência				
Índice de eficiência[7]	34,7%	40,8%	45,0%	39,2%

(1) Índices dos seis meses estão anualizados (dobrando o componente). Índices anualizados, não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.

(2) Margem de juro líquida é definida como de receita de juros líquida (incluindo dividendos de participações societárias) dividida por ativos remunerados médios.

(3) "Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio", "Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio" e "Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio" são índices não adotados por práticas contábeis que ajustam "Retorno sobre o patrimônio líquido médio", "Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio" e "Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido" para excluir os R$27,5 bilhões de ágio decorrente da aquisição do Banco Real.

A reconciliação abaixo apresenta os cálculos desses índices não adotados por práticas contábeis a partir de seus índices mais diretamente comparáveis e aceitos por práticas contábeis. Tal reconciliação foi feita apenas para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 pois o ágio não foi relevante no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 ou no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e, assim, os índices não seriam afetados pela exclusão do ágio.

	Em 30 de junho de 2009 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	Em 31 de dezembro de 2008 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008
Retorno sobre o patrimônio líquido médio:		
Receita líquida	2.445.145	2.378.626
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	**9,9%**	**10,3%**
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio:		
Receita líquida	2.445.145	2.378.626
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Ágio médio	27.289.961	8.924.823
Patrimônio líquido médio excluindo ágio	**23.451.670**	**14.185.050**
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio	**21,9%**	**16,8%**
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio:		
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Ativo total médio	287.974.048	163.621.250
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	**17,6%**	**14,1%**
Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio:		
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Ágio médio	27.289.961	8.924.823
Patrimônio líquido médio excluindo ágio	23.451.670	14.185.050
Ativo total médio	287.974.048	163.621.250
Ágio médio	27.289.961	8.924.823
Ativo total médio excluindo ágio	**260.684.087**	**154.696.427**
Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio	**9,0%**	**9,2%**
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido:		
Ativos inadimplentes	9.430.815	7.730.464
Patrimônio líquido	51.135.477	49.317.582
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido	**18,4%**	**15,7%**
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio:		
Ativos inadimplentes	9.430.815	7.730.464
Patrimônio líquido	51.135.477	49.317.582
Ágio	27.263.159	27.488.426
Patrimônio líquido excluindo ágio	23.872.318	21.829.156
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio	**39,5%**	**35,4%**

Nossos cálculos desses índices não adotados por práticas contábeis podem diferir de cálculos desses índices feitos por outras companhias. Nossa Administração acredita que esses índices não adotados por práticas contábeis oferecem informações úteis porque o impacto dos R$27,5 bilhões de ágio decorrente da aquisição do Banco Real no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 obscurece a importância de outros fatores que afetam o patrimônio líquido e índices relacionados. Adicionalmente, consistente com as diretrizes do Acordo da Basiléia sobre adequação de capital, em todas as medidas utilizadas na administração do Banco, nossa administração exclui o ágio na consideração do patrimônio líquido. A administração acredita que a exclusão do ágio do patrimônio líquido, além de consistente com o Acordo da Basiléia, reflete mais adequadamente a situação econômica do capital do Banco, pois o ágio não é um ativo disponível para absorção de perdas de caixa e não é levado em consideração pelo Banco ao conduzir suas operações. Nesse sentido, nossa administração acredita que essas medidas não adotadas por práticas contábeis são úteis aos investidores, bem como à própria administração, pois refletem a substância econômica do capital do Banco. A única limitação associada à exclusão do ágio do patrimônio líquido é o efeito de exclusão de parte dos investimentos totais nos ativos do Banco. A administração compensa essa limitação ao também considerar o patrimônio líquido incluindo o ágio, conforme a tabela acima.

(4) Em julho de 2008, novas regras de adequação de capital, no âmbito da implementação do Acordo da Basiléia, entraram em vigor no Brasil, incluindo uma nova metodologia para análise e gerenciamento dos riscos de crédito e operacional. Adicionalmente, nossos índices de adequação de capital a partir de julho de 2008 são calculados excluindo-se o ágio, nos termos do Acordo da Basiléia. Como resultado, nossos índices a partir de julho de 2008 não são comparáveis aos índices anteriores.

(5) Ativos inadimplentes incluem todos os créditos devidos há mais de 90 dias e outros créditos duvidosos.

(6) Risco de crédito calculável é a soma dos valores de face dos empréstimos e financiamentos (incluindo ativos inadimplentes), garantias e créditos documentados.

(7) Índice de eficiência é definido como despesas administrativas divididas pela receita bruta. O índice do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 é apresentado de maneira pro forma. Veja "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

Dados das Demonstrações de Resultado do Banco Real (combinado)

	Período de 1º de janeiro a 29 de agosto de		Período encerrado em 31 de dezembro de
	2008	2007	2007
	(em milhões de R$, exceto conforme indicado)		
Receitas com juros e similares	14.007	12.075	19.070
Despesas com juros e similares	(6.552)	(5.211)	(7.800)
Receita líquida com juros	7.455	6.864	11.270
Resultado de renda variável	2	13	18
Resultado de equivalência patrimonial	193	137	183
Receita de tarifas e comissões	2.040	1.635	2.525
Despesas de tarifas e comissões	(428)	(479)	(762)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	798	870	1.744
Diferenças cambiais (líquidas)	(215)	(153)	(179)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17)	(146)	(287)
Total de receitas	**9.828**	**8.741**	**14.512**
Despesas administrativas	(4.347)	(3.760)	(6.227)
Depreciação e amortização	(288)	(211)	(339)
Provisões (líquidas)	(472)	(303)	(928)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.470)	(1.838)	(2.897)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(8)	(36)	(33)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	25	20	28
Ganhos/(perdas) sobre ativos não circulantes destinado à venda	13	36	38
Lucro operacional antes da tributação	**2.281**	**2.649**	**4.154**
Impostos sobre a renda	(907)	(1.115)	(1.721)
Lucro líquido do exercício	**1.374**	**1.534**	**2.433**
Lucro atribuível à controladora	1.374	1.534	2.432
Lucro atribuível à participação dos acionistas minoritários	n.m.	n.m.	1

Dados do Balanço Patrimonial do Banco Real (combinado)

	Em 31 dezembro de 2007
	(em milhões de R$)
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	10.949
Ativos financeiros para negociação	3.396
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	147
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.779
Empréstimos e financiamentos	77.310
Derivativos de *hedge*	651
Ativos não correntes para venda	39
Participações em coligadas	333
Ativos tangíveis	1.051
Ativos intangíveis	1.207
Créditos fiscais	3.980
Outros créditos	985
Total do ativo	**112.827**
Passivos financeiros para negociação	1.725
Passivos financeiros ao custo amortizado	90.672
Derivativos utilizados como *hedge*	5
Provisões	3.443
Passivos fiscais	2.129
Outras obrigações	1.695
Total do passivo	**99.669**
Patrimônio líquido	13.094
Capital social	9.322
Reservas	1.542
Lucro do exercício atribuível à controladora	2.432
Menos: dividendos e remunerações	(202)
Ajustes ao valor de mercado	59
Participação dos acionistas minoritários	5
Total do patrimônio líquido	**13.158**
Total do passivo e patrimônio líquido	**112.827**

SUMÁRIO DA OFERTA

Banco	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenador Líder	Banco Santander (Brasil) S.A.
Coordenadores (*Joint Bookrunners*)	Banco Santander (Brasil) S.A., Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A., Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. e Banco BTG Pactual S.A.
Coordenadores Contratados	Banco Barclays S.A., BB Banco de Investimento S.A., Banco Bradesco BBI S.A., Banco Calyon Brasil S.A., Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, Banco Itaú BBA S.A. e Banco Morgan Stanley S.A.
Coordenadores da Oferta Internacional	*Santander Investment Securities Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC*, *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated* e *UBS Securities, LLC.*
Agentes de Colocação Internacional	*Santander Investment Securities Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC*, *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated* e *UBS Securities, LLC* e por determinadas instituições financeiras contratadas.
Corretoras	Instituições intermediárias autorizadas a atuar na BM&FBOVESPA que tenham aderido ao Contrato de Colocação por meio da assinatura de Termo de Adesão ao Contrato de Colocação, contratadas para efetuar esforços de colocação das Units da Oferta Brasileira junto a Investidores Não-Institucionais.
Instituições Participantes da Oferta	Os Coordenadores, os Coordenadores Contratados e as Corretoras, considerados em conjunto.
Instituição Financeira Escrituradora das Ações e emissora das Units	Os serviços de custódia, escrituração e transferência das Ações serão realizados pelo próprio Banco, que também será o emissor das Units.
Instituição Financeira Depositária dos ADSs	JPMorgan Chase Bank, N.A.
Código ISIN	BRSANBCDAM13 (Units).
Units	Exceto durante o período anterior à Homologação, conforme descrito na definição de Recibos de Subscrição abaixo, cada Unit será composta por 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais. O titular das Units terá os mesmos direitos de voto dos titulares das Ações a elas subjacentes, observado que o titular de frações de Ações terá o direito de votar com seu número inteiro de Ações.
Recibos de Subscrição	De forma a atender à regulamentação do Banco Central e certos requisitos de fungibilidade da BM&FBOVESPA, cada Unit, até a Homologação, representará frações de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e Recibos de Subscrição representativos do direito ao recebimento de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais adicionais, sendo que cada Unit será inicialmente formada por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Os Recibos de Subscrição serão convertidos em Ações em até 10 (dez) dias a contar da Homologação, esperada para ocorrer após a Data de Liquidação.

Homologação pelo Banco Central e Liquidação da Oferta com Units

O Banco e os Coordenadores esclarecem que o aumento de capital referente à Oferta Global está sujeito à aprovação prévia pelo Banco Central, nos termos da legislação e regulamentação vigentes. A Homologação é ato administrativo do Banco Central, sem um prazo pré-estabelecido para sua concessão, e somente ocorrerá na medida em que pelo menos 50% do valor de aumento de capital do Banco seja integralizado, bem como sejam apresentados ao Banco Central os documentos e informações requeridos. Os investidores da Oferta Brasileira receberão Units formadas (i) por Recibos de Subscrição que não poderão ser convertidos nas Ações a eles subjacentes até a Homologação do aumento de capital do Banco pelo Banco Central e (ii) por Ações provenientes de empréstimo a ser tomado pelo Credit Suisse para fins de obtenção de recursos a serem utilizados nas atividades de estabilização do Preço por Unit. Até ocorrer a conversão dos Recibos de Subscrição em Ações, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Até o quinto dia posterior à Data de Liquidação, o Banco realizará a vinculação de títulos públicos em valor equivalente ao aumento de capital realizado, na forma determinada pelo Banco Central, para que se bloqueiem os recursos da integralização de capital efetuada e, até o primeiro dia útil posterior à Data de Liquidação, o Banco enviará ao Banco Central os documentos necessários para evidenciar o aumento do capital do Banco e sua subscrição e integralização, e realizará todos os demais procedimentos e apresentará todos os demais documentos conforme determinação do Banco Central e da BM&FBOVESPA, de forma a viabilizar a Homologação na maior brevidade possível. No prazo de 10 dias a contar da Homologação, as Units passarão a representar 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais de emissão do Banco cada uma.

Não há como precisar quando a Homologação será concedida. As Units, que serão compostas, cada uma, por 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais (inicialmente, até a Homologação, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais), serão livremente negociáveis na BM&FBOVESPA, sob o código "SANB11", a partir da data de publicação do Anúncio de Início. O Banco publicará comunicado ao mercado informando ao público sobre a Homologação e a conversão dos Recibos de Subscrição em Ações como lastro das Units. Para maiores informações sobre as características e riscos das Units e dos Recibos de Subscrição, ver a Seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Units" na página 88 deste Prospecto.

	Caso a Homologação não seja concedida no prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Liquidação da Oferta, o aumento de capital correspondente aos Recibos de Subscrição será cancelado e os valores correspondentes aos valores pagos pelos Recibos de Subscrição serão distribuídos aos então investidores proporcionalmente ao número de Recibos de Subscrição por eles detidos. Nesta hipótese, com o intuito de permitir a titularidade de ações inteiras pelos investidores que aderirem à Oferta Global, e considerando ainda que, até a Homologação, cada Unit será composta por (i) 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, (ii) 6,875 Ações Ordinárias, (iii) 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um e (iv) 6,250 Ações Preferenciais, o acionista Santander Insurance comprometeu-se a disponibilizar frações de ações de sua titularidade de emissão do Banco aos investidores que, em decorrência da Oferta Global, restarem com frações de ações, de forma que todos os referidos investidores passem a ser detentores de Units representativas de números inteiros de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais.
ADRs	*American Depositary Receipts.*
ADSs	*American Depositary Shares,* representadas por ADRs, lastreados em Units. Cada ADS representa uma Unit.
Oferta Global	A Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, conjuntamente, sendo que este Prospecto refere-se exclusivamente à Oferta Brasileira, não devendo ser entendido como uma oferta de venda das Units da Oferta Internacional ao público no Brasil, nem como uma oferta das Units da Oferta Brasileira no exterior. As quantidades de Units da Oferta Brasileira e da Oferta Internacional foram determinadas em função da demanda verificada no Brasil e no exterior, podendo haver realocação de Units e ADSs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional e vice-versa durante o curso da Oferta Global.
Oferta Brasileira	Oferta pública de distribuição primária de Units no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores e com a participação de Coordenadores Contratados e das Corretoras, com esforços de colocação no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e por determinadas instituições financeiras contratadas, exclusivamente junto a Investidores Institucionais no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável.
Oferta Internacional	Oferta pública de distribuição primária de Units no exterior, inclusive para aquisição por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ou sob a forma de ADRs, representativos de ADSs com registro na SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no *Securities Act,* coordenada pelos Coordenadores da Oferta Internacional e realizada nos termos do *Underwriting Agreement*.

Contrato de Colocação	Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Units de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A.
Opção de Lote Suplementar	Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units/ADSs inicialmente ofertada na Oferta Global poderá ser acrescida em até 14,29%, ou seja, em até 75.000.000 Units do Lote Suplementar, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units/ADSs inicialmente ofertadas, conforme opção outorgada pelo Banco ao Credit Suisse no Contrato de Colocação e ao *Credit Suisse Securities (USA) LLC* no *Underwriting Agreement*, as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Global. O Credit Suisse, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação ao Coordenador Líder, ao Merrill Lynch e ao BTG Pactual, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que foi fixado o Preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores.
Units Adicionais	Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units inicialmente ofertada (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia ter sido, mas não foi, a critério do Banco, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 4,76%, ou seja, em até 25.000.000 Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units inicialmente ofertadas.
Valor total da Oferta Global	R$12.337.500.000,00, considerando o Preço por Unit de R$23,50.
Preço por Unit	No contexto da Oferta Global, o Preço por Unit é de R$23,50. O Preço por Unit foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1° do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e ajustado para refletir as intenções de investimento coletadas pelos Coordenadores no Procedimento de *Bookbuilding*, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1°, e 44 da Instrução CVM 400. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Unit por meio da realização do Procedimento de *Bookbuilding* justifica-se pelo fato de que tal determinação não promove a diluição injustificada dos atuais acionistas do Banco e de que tal critério reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de subscrição das Units no contexto da Oferta Global. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo, inclusive os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima e os Clientes, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Unit.
Procedimento de *Bookbuilding*	Procedimento de coleta de intenções de investimento conduzido junto a Investidores Institucionais no Brasil pelos Coordenadores e no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional/Coordenadores da Oferta Internacional, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1°, e 44 da Instrução CVM 400.

Público Alvo	A Oferta Brasileira será direcionada, na Oferta de Varejo, a Investidores Não-Institucionais e, na Oferta Institucional, a Investidores Institucionais.
Investidores Não-Institucionais	Investidores residentes no Brasil com pedidos de investimento de, no mínimo, R$3.000,00 (exceto no caso dos Funcionários e administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, em que os pedidos de investimento mínimo foram de R$1.000,00) e, no máximo, R$300.000,00 e que preencheram o Pedido de Reserva de acordo com os procedimentos previstos para a Oferta de Varejo.
Investidores Institucionais	Investidores que não sejam Investidores Não-Institucionais.
Oferta de Varejo	O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Units objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, será destinado prioritariamente a Investidores Não-Institucionais que realizaram seus Pedidos de Reservas, durante o Período de Reserva, observado o valor mínimo de R$3.000,00 (exceto no caso dos Funcionários e administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, em que os pedidos de investimento mínimo foram de R$1.000,00) e o valor máximo de R$300.000,00 por Investidor Não-Institucional.
Oferta Prioritária de Varejo	O montante de 5% das Units objeto da Oferta (excluindo o exercício da Opção de Lote Suplementar) será destinado prioritariamente aos Funcionários e administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, e o montante de 10% das Units objeto da Oferta será destinado prioritariamente aos Clientes, observado o percentual mínimo e máximo destinado na Oferta para a Oferta de Varejo. O Funcionário, administrador do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima ou Cliente que não indicou tal condição no Pedido de Reserva foi considerado um Investidor Não-Institucional comum e não receberá tratamento prioritário na alocação da Oferta de Varejo. Para participar da Oferta Prioritária de Varejo, (i) o Funcionário, administrador do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima ou Cliente do Banco deveria efetuar sua reserva exclusivamente junto à Santander Corretora; (ii) o Cliente do Banco Real que fosse cadastrado na Real Corretora deveria realizar sua reserva exclusivamente junto à Real Corretora; e (iii) o cliente correntista do Banco Real que não fosse cadastrado na Real Corretora deveria realizar seu cadastro e pedido de reserva na Santander Corretora. Não participarão da alocação prioritária da Oferta de Varejo os Pedidos de Reserva por eles efetuados junto a outras Corretoras que não as respectivamente indicadas acima. Somente terão direito de participar prioritariamente da Oferta de Varejo os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima que foram assim considerados em 28 de setembro de 2009 e Clientes que foram assim considerados em 5 de outubro de 2009. Caso o Funcionário utilize o Plano de Incentivo, ele deverá ter indicado tal situação no Pedido de Reserva efetuado. O Funcionário que participar da Oferta Prioritária de Varejo, por meio da alocação prioritária, não poderá negociar ou transferir as Units subscritas a partir do início da negociação das Units na BM&FBOVESPA e por um período de 60 dias contados da Data de Liquidação.

Plano de Incentivo	O Funcionário pode utilizar-se de condições especiais para subscrição e integralização das Units, aprovadas e concedidas pelo Banco exclusivamente aos Funcionários por meio de plano de incentivo que possibilita, mediante requerimento, um empréstimo junto ao Banco, no valor mínimo de R$1.000,00 e limitado ao valor máximo do salário bruto mensal de cada Funcionário adicionado do IOF correspondente à transação, cujo pagamento será efetuado ao Banco em 60 parcelas mensais, fixas e consecutivas, com juros de 1% ao ano (taxa exponencial com base em 360 dias). Os Funcionários que subscreverem Units por meio do Plano de Incentivo não poderão negociá-las ou transferi-las a partir do início da negociação das Units na BM&FBOVESPA e por um período de 60 dias contados da Data de Liquidação. Além disso, o Banco arcará com a taxa de custódia devida à Santander Corretora pelo Funcionário que permanecer com as Units pelo prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Liquidação. O Plano de Incentivo não pode beneficiar os administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima. Na hipótese de desligamento do Funcionário após publicação do Anúncio de Início e/ou na hipótese de alienação, durante o período do empréstimo, total ou parcial, das Units adquiridas no âmbito do Plano de Incentivo, o empréstimo realizado pelo Banco ao Funcionário terá o prazo de vencimento antecipado.
Oferta Institucional	As Units objeto da Oferta Brasileira que não forem colocadas na Oferta de Varejo ou que não forem a ela prioritariamente destinadas serão destinadas à Oferta Institucional. Não serão admitidas para os Investidores Institucionais reservas antecipadas, tampouco limites mínimos ou máximos de investimento.
Pedido de Reserva	Formulário específico preenchido durante o Período de Reserva pelo Investidor Não-Institucional que participa da Oferta de Varejo.
Período de Reserva	Prazo de 6 dias úteis para apresentação de Pedido de Reserva, iniciado em 28 de setembro de 2009 e encerrado em 5 de outubro de 2009, inclusive, para os Investidores Não-Institucionais, inclusive aos Funcionários que não sejam Pessoas Vinculadas e aos Clientes, que formularam seus Pedidos de Reserva.
Período de Reserva para Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas	Foi concedido aos Investidores Não-Institucionais (inclusive Funcionários e Clientes) que sejam Pessoas Vinculadas um dia útil, no dia 28 de setembro de 2009, para a realização dos respectivos Pedidos de Reserva. Os Pedidos de Reserva das Pessoas Vinculadas foram automaticamente cancelados em razão de haver excesso de demanda superior em um terço à quantidade de Units inicialmente ofertadas, exceto por aqueles Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas.
Pessoas Vinculadas	Investidores que sejam controladores ou administradores das instituições intermediárias e do emissor ou outras pessoas vinculadas à emissão e distribuição, bem como seus cônjuges ou companheiros, ascendentes, descendentes ou colaterais até o segundo grau.

Prazo de Distribuição	O prazo para a distribuição das Units no âmbito da Oferta Global é de até 6 meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.
Funcionários	Os Investidores Não-Institucionais pessoas físicas que integraram a folha de pagamento do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima, em 28 de setembro de 2009, mantendo com o Banco ou com as referidas sociedades um vínculo empregatício, nos termos da legislação trabalhista vigente, e que assim declararam nos respectivos Pedidos de Reserva, indicando sua condição de funcionário participante da Oferta Prioritária de Varejo no campo específico do formulário.
Clientes	São pessoas físicas ou jurídicas não financeiras que possuíam uma conta corrente no Banco ou no Banco Real em 5 de outubro de 2009, e que assim declararam nos respectivos Pedidos de Reserva, assinalando sua participação na Oferta Prioritária de Varejo em campo específico.
Regime de Colocação – Garantia Firme de Liquidação	Nos termos do Contrato de Colocação, as Units objeto da Oferta Brasileira serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, incluindo as Units do Lote Suplementar, se for o caso. Caso a totalidade das Units objeto da Oferta Brasileira não seja totalmente liquidada até a Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores realizará a subscrição e a integralização, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre o número de Units objeto da garantia firme prestada por tal Coordenador nos termos do Contrato de Colocação e o número de Units colocadas e efetivamente liquidadas no mercado, pelo Preço por Unit. Tal garantia individual e não solidária é vinculante a partir do momento em que for assinado o Contrato de Colocação, sendo que a responsabilidade dos Coordenadores está limitada exclusivamente à respectiva garantia firme de liquidação prestada por cada Coordenador no Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Units ao público pelos Coordenadores, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda das Units será o preço de mercado das Units, tendo por limite máximo o Preço por Unit, ressalvadas as atividades de estabilização.
Data de Liquidação	A liquidação física e financeira da Oferta Global deverá ser realizada no terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação, e será realizada em Units.
Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar	A liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil seguinte à data de exercício da Opção de Lote Suplementar, de acordo com o disposto no Contrato de Colocação.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias	As Ações Ordinárias que comporão as Units após a Homologação, como todas as ações ordinárias de emissão do Banco, conferem a seus titulares os seguintes direitos: (a) direito de voto nas Assembléias Gerais do Banco, sendo que cada Ação Ordinária corresponderá a um voto; (b) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) direito de alienação das Ações Ordinárias nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle do Banco, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas (100% de *tag along*); (d) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pelo Banco a partir da Data de Homologação; (e) direito de alienação de suas Ações Ordinárias em oferta pública a ser efetivada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das Ações de emissão do Banco no segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBOVESPA, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente; e (f) todos os demais direitos assegurados às Ações Ordinárias, nos termos previstos no Regulamento do Nível 2, no estatuto social do Banco e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos neste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Preferenciais	As Ações Preferenciais que comporão as Units após a Homologação, como todas as ações preferenciais de emissão do Banco, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e no Regulamento do Nível 2 da BM&FBOVESPA, não conferem direito de voto nas deliberações da Assembléia Geral, sendo-lhes asseguradas, além do direito à participação integral em distribuições de dividendos e pagamentos de juros sobre o capital próprio a partir da Data de Homologação, as seguintes preferências e vantagens: (a) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de nosso controle, ao mesmo preço pago por ação ordinária do nosso bloco de controle (100% de *tag along*); (b) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao nosso valor econômico, apurado em laudo de avaliação, nos termos estabelecidos no estatuto social do Banco e na legislação aplicável, em decorrência de (i) descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2, para que as Ações passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, e (ii) reorganização societária da qual a sociedade resultante não seja classificada como detentora de padrão de governança corporativa Nível 2; (c) direito de participar dos lucros distribuídos em montante 10% (dez por cento) maior do que os distribuídos às Ações Ordinárias; (d) prioridade na distribuição dos dividendos; (e) participação, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, bem como na distribuição de ações bonificadas, provenientes de capitalização de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer fundos; e (f) direito à prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, no caso de nossa dissolução.

Direitos, Vantagens e Restrições dos Recibos de Subscrição	Os direitos conferidos às Ações, inclusive o de recebimento de dividendos e o direito de voto, não são conferidos aos respectivos Recibos de Subscrição, com exceção do direito de serem convertidos em Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais, conforme o caso, após a Homologação. Para mais informações a respeito das características e riscos inerentes aos Recibos de Subscrição, ver Seções "Informações Relativas à Oferta Global" e "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Units" na página 88 deste Prospecto.
Direitos, Vantagens e Restrições das Units	As Units refletirão as características das Ações e dos Recibos de Subscrição que as compuserem. Inicialmente, as Units representarão Ações, frações de Ações, Recibos de Subscrição e frações de Recibos de Subscrição, sendo que os Recibos de Subscrição não têm todos os direitos conferidos às Ações. Uma vez ocorrida a Homologação, o Banco publicará comunicado ao mercado informando aos investidores que as Units passaram a ser integradas e lastreadas integralmente por Ações, sendo todos os Recibos de Subscrição convertidos em Ações. Além disso, as Units não poderão ser canceladas para recebimento das Ações a elas subjacentes pelo prazo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do Credit Suisse para, ao fim do período de estabilização do Preço por Unit, devolver as Ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização. Adicionalmente, até a Homologação, exceto pelas Units que serão emitidas no contexto da Oferta, não será possível emitir ou cancelar Units, nos termos do artigo 49, § 2º e artigo 51 do estatuto social do Banco. Além disso, até a Homologação, as Units representarão frações de Ações e Recibos de Subscrição e os titulares das Units somente poderão votar com os números inteiros de Ações que possuírem. Para mais informações a respeito das características e riscos inerentes às Units, ver Seções "Informações Relativas à Oferta Global" e "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Units" na página 88 deste Prospecto.

Restrições à venda de Units/Ações (*lock-up*)	Na data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores deverão ter recebido acordos de *lock-up* devidamente firmados pelas Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, nos moldes do *Underwriting Agreement,* dispondo sobre a não alienação das Units e Ações e de valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou que admitam pagamento mediante entrega de Units e Ações, durante um período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, exceto (i) transferências realizadas para fins de estabilização do preço das Units; (ii) a transferência de Units/Ações a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores, no contexto da realização de atividades de formador de mercado para a Oferta Global, de acordo com a Instrução CVM 384 e com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; (iii) a alienação de Ações/Units detidas pela Santander Seguros para fins de eliminação da participação recíproca envolvendo o Banco; (iv) a alienação de Units/Ações eventualmente adquiridas por força do exercício da garantia firme no âmbito da Oferta Global; (v) transferências para a implementação de plano de opção de compra de Ações/Units do Banco; (vi) a transferência, direta ou indireta, de valores mobiliários entre acionistas, controladoras, controladas ou coligadas de Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários; (vii) a transferência por Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários de Units/Ações de sua titularidade para uma ou mais pessoas físicas com o propósito de torná-las elegíveis para cargos no Conselho de Administração do Banco, quando aplicável; (viii) a transferência do valor mobiliário detido por representante de Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários que ocupe cargo no Conselho de Administração do Banco para Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários ou para outra pessoa física por eles designada com o propósito de torná-la elegível para cargo no Conselho de Administração do Banco, quando aplicável, na hipótese do referido representante de Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários ser destituído do referido cargo ou, por qualquer razão, deixá-lo. Nenhuma autorização será necessária caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores. Ademais, os Funcionários que assim se declararam ao realizar o Pedido de Reserva não poderão negociá-las ou transferi-las a partir do início da negociação das Units na BM&FBOVESPA e por um período de 60 dias contados da Data de Liquidação.

Formação de Units por titulares de Ações em circulação	Após a Homologação e a conclusão da Oferta Global, pretendemos criar um mecanismo de forma a permitir que acionistas que detenham Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais em circulação em número que não os permita convertê-las em Units (ou seja, lotes de 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais para a formação de cada Unit), possam adquirir Ações, a preço de mercado, para esse fim. Este mecanismo pode vir a depender de aprovação regulatória e seus termos e condições seriam comunicados oportunamente aos titulares de Ações em circulação. Não podemos assegurar que conseguiremos implementar tal mecanismo ou que o mesmo será aprovado pela CVM e/ou pela BM&FBOVESPA. Nosso acionista Santander Seguros, membro do Grupo Santander, manifestou sua intenção de vender Ações de sua titularidade aos titulares de Ações em circulação que desejarem comprar Ações exclusivamente a fim de lhes permitir a aquisição do número necessário de Ações para a formação de suas Units.
Aprovações Societárias	A realização da Oferta Global foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 18 de setembro de 2009, cuja ata foi publicada no jornal "Valor Econômico" em 21 de setembro de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de setembro de 2009. O efetivo aumento do capital do Banco, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de Units objeto da Oferta Global, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e o Preço por Unit, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2009, após a precificação da Oferta Global e antes da concessão do registro da Oferta Global pela CVM, cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" em 7 de outubro de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 8 de outubro de 2009.
Admissão à Negociação	Anteriormente à presente Oferta, as Units não eram negociadas na BM&FBOVESPA. As Units, que serão compostas, cada uma, por 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais (inicialmente, até a Homologação, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais), serão negociadas no segmento de listagem do Nível 2 da BM&FBOVESPA sob o código "SANB11", a partir da data da publicação do Anúncio de Início. As negociações em Units no pregão da data da publicação do Anúncio de Início serão liquidadas de acordo com procedimentos específicos divulgados pela BM&FBOVESPA. As Units terão código ISIN BRSANBCDAM13.

Contrato de Adesão ao Nível 2	Em 18 de setembro de 2009, o Banco, os Acionistas Controladores, os membros do Conselho de Administração e da Diretoria do Banco e a BM&FBOVESPA celebraram o Contrato de Adesão ao Nível 2, contendo obrigações relativas à listagem do Banco no Nível 2. Tal contrato terá vigência a partir da data de publicação do Anúncio de Início. Adicionalmente, caso o Banco Central não homologue o nosso estatuto conforme alterado em nossa Assembléia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2009 para cumprir com os requisitos do Nível 2 da BM&FBOVESPA e/ou a eleição de nossos conselheiros conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de setembro de 2009 e não for possível atendermos eventuais exigências estabelecidas pelo Banco Central em relação à homologação dessas matérias, o Contrato de Adesão ao Nível 2 perderá sua vigência e a listagem de nossas Ações será cancelada no Nível 2 da BM&FBOVESPA, passando as Ações a ser negociadas no segmento tradicional.
Inadequação da Oferta a Certos Investidores	O investimento em ações, sendo um investimento em renda variável, representa um investimento de risco e, assim, os investidores que pretendam investir nas Units estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados à volatilidade do mercado de capitais, à liquidez das Units e à oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. O investimento em Units não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Units. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", constante das páginas 82 a 92 deste Prospecto, para ciência de certos riscos que devem ser levados em consideração com relação ao investimento nas Units.
***Free-float* ou Ações em circulação no mercado após a Homologação (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, e considerando a proporção de cada Unit)**	31.614.308.823 Ações Ordinárias e 30.243.682.934 Ações Preferenciais ou 15% das Ações Ordinárias e 16,4% das Ações Preferenciais. As companhias listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA são obrigadas a ter um percentual de ações em circulação no mercado equivalente a pelo menos 25% do total de ações de sua emissão. Estimamos que, após a Oferta Global de nossas Units, nosso percentual de ações em circulação no mercado será de aproximadamente 15,6% de nossas Ações. Teremos um período de carência de três anos a partir da data da listagem de nossas Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA, prorrogável por mais dois anos mediante a apresentação de um plano (a ser aprovado pela BM&FBOVESPA), para cumprir a exigência de percentual mínimo de ações em circulação no mercado.

Estabilização do Preço das Units	No contexto da Oferta Brasileira, o Credit Suisse, por intermédio da CS Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das Units prazo de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Units de emissão do Banco na BM&FBOVESPA, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. Adicionalmente, será constituído um mecanismo para estabilização do preço das Units ofertadas sob a forma de ADSs no contexto da Oferta Internacional, pelo qual o *Credit Suisse Securities (USA) LLC* poderá realizar operações para estabilizar ou manter o preço das Units sob a forma de ADSs no exterior, observadas as regras e a regulamentação vigentes nas respectivas jurisdições internacionais. Tais atividades de estabilização no exterior poderão incluir vendas de ADSs a descoberto, e podem ter o efeito de impedir ou retardar uma queda de preço das Units ou ADSs. As atividades de estabilização do preço das Units e ADSs eventualmente realizadas serão exercidas a exclusivo critério do Credit Suisse, por intermédio da CS Corretora, no contexto da Oferta Brasileira, e do *Credit Suisse (USA) Securities LLC*, no contexto da Oferta Internacional.
Destinação dos Recursos	Os recursos obtidos com a realização da Oferta Global serão utilizados pelo Banco para expandir nossos negócios no Brasil, ampliando nossa presença física e aumentando nossa base de capital. O Banco pretende também melhorar sua estrutura de captação e, juntamente com as fontes tradicionais de captação, fomentar as operações de crédito atuais.
Intersyndicate Agreement	Os Coordenadores e os Coordenadores da Oferta Internacional celebraram o *Intersyndicate Agreement*, regulando a realocação de Units e ADRs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global.
Fatores de Risco	Para uma explicação acerca dos fatores de risco que devem ser cuidadosamente analisados antes da decisão de investimento nas Ações, ver a seção "Fatores de Risco", constante das páginas 82 a 92 deste Prospecto, além de outras informações incluídas neste Prospecto.
Informações Adicionais	Para descrição completa das condições aplicáveis à Oferta Global, ver seção "Informações Relativas à Oferta Global", nas páginas 56 a 76 deste Prospecto. O registro da Oferta Brasileira perante a CVM foi solicitado pelo Banco, também na qualidade de Coordenador Líder, em 31 de julho de 2009, tendo sido concedido em 7 de outubro de 2009. Mais informações sobre a Oferta poderão ser obtidas com as Instituições Participantes da Oferta nos respectivos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", na página 77 deste Prospecto.

APRESENTAÇÃO DAS INSTITUIÇÕES INTERMEDIÁRIAS

SANTANDER BRASIL – Coordenador Líder

O Santander Brasil é controlado pelo Santander Espanha, o qual em 2007 participou do consórcio que fechou um importante negócio na história da indústria bancária do mundo ao adquirir 96,95% das ações do banco holandês ABN AMRO, por 71 bilhões de euros.

Fundado em 1857, o Santander Espanha possui atualmente US$1,5 trilhão em ativos, administra quase US$1,6 trilhão em fundos, possui mais de 90 milhões de clientes, mais de 14.196 agências e está presente em 40 países. É o principal grupo financeiro da Espanha e da América Latina e desenvolve uma importante atividade de negócios na Europa, região em que alcançou uma presença destacada no Reino Unido, por meio do Abbey National Bank Plc, assim como em Portugal. É líder em financiamento ao consumo na Europa, por meio do Santander Consumer, com presença em 12 países do continente e nos Estados Unidos.

No primeiro trimestre de 2009, o Santander Espanha registrou lucro líquido de US$2,729 bilhões. Na América Latina, o Grupo Santander possui 6.089 agências e um total de ativos de US$264 bilhões e registrou um lucro líquido de US$4,3 bilhões.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um contrato operacional celebrado com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. Em 1997 adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., em 1998 adquiriu o Banco Noroeste S.A., em 1999 adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo sua subsidiária, o Banco Bozano, Simonsen S.A.), e em 2000 adquiriu o Banespa. Com a compra do Banco Real, realizada em 24 de julho de 2007 e a posterior incorporação de suas ações em 29 de agosto de 2008, o Santander Brasil consolidou-se como o terceiro maior banco privado do País em 2008. O Santander Brasil tem presença ativa em todos os segmentos do mercado financeiro, com uma completa gama de produtos e serviços em diferentes segmentos de clientes - pessoas físicas, pequenas e médias empresas, corporações, governos e instituições. A sua presença está estrategicamente concentrada nas regiões Sul e Sudeste, responsáveis pela maior fatia do PIB nacional. O Santander Brasil possui uma participação de mercado expressiva nessas regiões, com destaque para o Estado de São Paulo, onde é um dos bancos líderes.

No primeiro trimestre de 2009, o Santander Brasil possuía uma carteira de mais de 9 milhões de clientes, 3.601 pontos de venda e 18.194 caixas eletrônicos, encerrando o primeiro trimestre de 2009 com um total de ativos de R$305 bilhões e patrimônio líquido de R$49,3 bilhões. O Santander Brasil possui uma participação de 17% do lucro das áreas de negócios e 21% dos resultados do Grupo Santander no mundo e de 49% no resultado da América Latina.

Em 2009, o Santander Brasil atuou como *bookrunner* e coordenador em importantes ofertas de ações no Brasil. Participou como coordenador da oferta pública inicial de ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, a maior da história da América Latina até o momento, e das ofertas de *follow-on* da MRV Engenharia e Participações S.A., BRMalls Participações S.A. e Brasil Foods, o maior *follow-on* da América Latina no ano de 2009, até o presente momento. Em 2008, atuou em operações com valor total superior a US$12 bilhões. Em particular, atuou como *bookrunner* na oferta secundária da Companhia Vale do Rio Doce em 2008, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil.

CREDIT SUISSE

Fundado em 1856, a estratégia do Credit Suisse é atuar no mercado com uma estrutura de negócios integrada e centrada no cliente. O Credit Suisse oferece aos seus clientes uma completa linha de produtos e serviços por meio de suas três divisões principais de negócios: *Private Banking*, Banco de Investimentos e Asset Management. O Credit Suisse procura estabelecer parcerias de longo prazo e desenvolver soluções financeiras inovadoras para atender às necessidades de seus clientes.

O Credit Suisse está presente em mais de 50 países com mais de 46 mil funcionários de aproximadamente 100 diferentes nacionalidades. As ações de emissão do Credit Suisse Group (CSGN) são negociadas na Suíça (SWX) e na forma de ADS (CS) em Nova York (NYSE). Os ratings de longo prazo do Credit Suisse Group são: Moody's Aa2, Standard & Poor's A+, Fitch Ratings AA-.

Em 1998, o Banco de Investimentos Garantia S.A., líder entre os bancos de investimento no Brasil, foi adquirido pelo Credit Suisse First Boston. Em 16 de janeiro de 2006, as operações globais do Credit Suisse foram unificadas sob uma mesma marca, e a razão social do CSFB passou a ser Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.

A solidez do Banco no Brasil é refletida na classificação de crédito de AAA (bra) em Moeda Nacional - Longo Prazo, atribuída em abril de 2009 pela Fitch Ratings, agência independente de classificação de risco. O Credit Suisse atua no Brasil com operações de crédito, emissão de ações e títulos, abertura de capital (IPO), fusões e aquisições de empresas (M&A), corretagem, tesouraria, *private banking* e administração de recursos de terceiros.

O objetivo do Credit Suisse é ser o banco preferencial dos melhores empresários, empresas e investidores do Brasil.

Em 1º de novembro de 2007, o Credit Suisse concretizou sua associação com a Hedging-Griffo, adquirindo participação majoritária na referida empresa. Essa associação foi um passo importante para consolidar a estratégia do Credit Suisse de prover soluções integradas, solidificando sua posição entre os grandes bancos do País.

Na área de *investment banking*, o Credit Suisse tem vasto conhecimento local e experiência significativa em fusões e aquisições, colocações primárias e secundárias de ações e instrumentos de dívida, mantendo a liderança consolidada nessa área no Brasil.

- Líder no Ranking de Emissão de Ações do Brasil de 2005 a 2007 e 2º lugar em 2008, de acordo com Securities Data Co.;
- Líder no Ranking de Oferta Pública Inicial (IPO) do Brasil de 2005 a 2008, de acordo com Securities Data Co.; e
- Líder no Ranking de Fusões e Aquisições do Brasil de 2006 a 2008, de acordo com Securities Data Co.

O Credit Suisse foi eleito "*Best Investment Bank in Latin America*" (*LatinFinance Magazine*, fevereiro de 2008) pelo quarto ano consecutivo e "*Best M&A house*" (2008). Também foi eleito em 2008 o melhor banco de investimentos dos últimos 20 anos pela *LatinFinance Magazine*.

O banco também desempenhou papel de liderança em 2 transações às quais a revista se referiu como as "Melhores Operações" das últimas 2 décadas. São elas a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce por US$19,2 bilhões em 2006 – financiada pela oferta de títulos internacionais da Companhia Vale do Rio Doce de US$3,75 bilhões em duas tranches e por uma oferta local em Reais, ambas lideradas pelo Credit Suisse – e a abertura de capital (IPO) da Bovespa em 2007, no valor de US$3,2 bilhões.

O Credit Suisse conquistou esses prêmios logo após ter sido eleito pela *LatinFinance* como o "Melhor Banco de Investimentos", "*Best Bond House*" e "*Best Equity House*" na América Latina em 2007 (o 3º ano consecutivo em que o Credit Suisse obteve o título de "Melhor Banco de Investimentos" e 2ª vez consecutiva "*Best Equity House*").

Além dos prêmios concedidos à instituição, o Banco foi aclamado pelas posições de destaque que ocupou na premiação "*Deals* do Ano" da *LatinFinance* em 2007, incluindo a abertura de capital (IPO) da Bovespa de US$3,2 bilhões, eleito a "Melhor Emissão de Ações Primárias", a oferta de US$1,0 bilhão para Usiminas, eleita a "Melhor Oferta *Follow-On*".

O Credit Suisse é líder também em corretagem, mercado no qual movimentou US$130,9 bilhões em 2008, segundo a BM&FBOVESPA.

Além disso, no que tange a responsabilidade cultural e social, ao longo de 2008 e em 2009, o Credit Suisse e suas subsidiárias direcionaram e continuarão direcionando recursos para projetos culturais e sociais. Destacam-se, entre os projetos e instituições apoiados, a Osesp (Orquestra Sinfônica do Estado de São Paulo), a OSB (Orquestra Sinfônica Brasileira), a Pinacoteca do Estado de São Paulo, o Museu de Arte Moderna de São Paulo, a Sociedade Cultura Artística e a TUCCA (Associação para Crianças e Adolescentes com Câncer). O suporte a essas iniciativas apóia-se na convicção de que o Credit Suisse deve participar de ações que contribuam tanto para o retorno a seus acionistas, clientes e funcionários quanto para o desenvolvimento cultural e social do Brasil.

MERRILL LYNCH

O Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. está presente no Brasil desde 1953, contando com uma estrutura de aproximadamente 250 funcionários, com foco na intermediação e negociação de títulos de renda fixa e variável, em operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos, incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições, reestruturações e no mercado de capitais.

A recente fusão global entre os grupos Merrill Lynch e Bank of America resultou em um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, sendo atualmente um líder mundial na negociação e intermediação de títulos e valores mobiliários, na prestação de serviços de banco de investimentos e de finanças corporativas, na gestão de ativos e grandes riquezas e na prestação de serviços de gestão de tesouraria.

O conglomerado Bank of America Merrill Lynch atende clientes nos segmentos de pessoa física, pequenos e médios negócios e também grandes empresas, oferecendo uma vasta gama de produtos e serviços de banco comercial, banco de investimentos, gestão de ativos e de risco. Sua ampla plataforma nos Estados Unidos da América serve mais de 59 milhões de clientes a partir de suas mais de 6.100 agências, mais de 18.000 ATMs e um sistema online que atende mais de 25 milhões de usuários ativos.

O grupo atua em mais de 150 países, possuindo relacionamento com 99% das 500 maiores companhias de acordo com a U.S. Fortune e 83% das 500 maiores companhias de acordo com a Fortune Global. As ações da Bank of America Corporation (NYSE: BAC), controladora da Merrill Lynch, fazem parte do índice Dow Jones Industrial Average e são listadas na *New York Stock Exchange*.

Nas Américas, está entre os principais bancos em emissões de dívida e equity e na assessoria em operações de fusões e aquisições, tendo atingido a maior participação de mercado em investment banking e a 1ª posição em levantamento de capital para empresas considerando o valor agregado em operações de *equity*, *bonds* e financiamentos no primeiro trimestre de 2009, de acordo com a Dealogic, tendo sido ainda considerado "Leveraged Loan House" do ano das Américas pelo IFR de 2008. A transferência indireta do controle do Merrill Lynch pelo Bank of America, no Brasil, encontra-se pendente de autorização pelo Banco Central.

BTG PACTUAL

O Banco Pactual S.A. foi fundado em 1983 como uma distribuidora de títulos e valores mobiliários. Em 2006, o UBS A.G., instituição global de serviços financeiros, e o Banco Pactual S.A. associaram-se para criar o Banco UBS Pactual S.A. Em 2009, o Banco UBS Pactual S.A. foi adquirido pelo Grupo BTG Investimento, formando o grupo BTG Pactual. O BTG Pactual tem como foco principal as áreas de pesquisa, finanças corporativas, mercado de capitais, fusões & aquisições, *wealth management, asset management e sales & trading* (vendas e negociação). No Brasil, possui escritórios em São Paulo, no Rio de Janeiro, em Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife. Possui, ainda, escritórios em Londres, Nova Iorque e Hong Kong.

Na área de *wealth management*, o BTG Pactual oferece uma ampla seleção de serviços personalizados, que variam desde a *asset management* a planejamento de *corporate finance* até *art banking* (consultoria em investimento em obras de arte).

Na área de *investment banking*, o BTG Pactual presta serviços para diversos clientes em todo o mundo, incluindo empresas, governos, *hedge funds*, patrocinadores financeiros, empresas de *private equity*, bancos, corretoras e gestores de ativos. Oferece consultoria especializada, excelente execução, produtos inovadores e acesso abrangente aos mercados de capitais mundiais. Seu vasto conhecimento adquirido ao longo dos anos, o posicionaram na liderança dentre as instituições de atuação nacional e global, mantendo posição de liderança no Brasil:

- Líder no Ranking de Ofertas de Ações do Brasil de 2004 a 2007 pelo número de operações e 4º lugar em 2008, participando de um total de 86 operações no período, 13 a mais do que o segundo colocado, de acordo com a ANBID;
- Líder na abertura de capital de Bancos no Brasil, participando das ofertas de Banco Sofisa, Paraná Banco, Banco Cruzeiro do Sul, Banco Daycoval, ABC Brasil, Banrisul, BicBanco e Banco Panamericano; bem como dos Follow-ons de Unibanco em 2005 e Banco do Brasil em 2006 e 2007, além da participação marcante no setor segurador, participando das ofertas de Porto Seguro e SulAmérica;
- Assessor financeiro exclusivo da Perdigão na sua fusão com a Sadia, a maior operação de M&A do ano de 2009, criando uma das maiores empresas globais da indústria alimentícia.

O BTG Pactual foi eleito por três vezes "*World's Best Equity House*" (Euromoney, em 2003, 2004 e 2007), além de "*Equity House of the Year*" (IFR, 2007). Sua atuação e grande conhecimento sobre a América Latina, renderam o título de "*Best Equity House Latin America*" por seis vezes (Euromoney de 2002 a 2005 e 2007 a 2008).

Como principal suporte a seus investidores, o BTG Pactual sempre investiu fortemente na sua equipe de *equity research*, buscando os melhores profissionais do mercado para a atuação junto ao grupo de investidores. Seus investimentos na área renderam o título de "*#1 Equity Research Team Latin América*" de 2003 a 2007 (*Institutional Investor*). No entanto, sua expertise é demonstrada pela forte atuação no Brasil, onde o BTG Pactual é o primeiro colocado no ranking da *Institutional Investor* por sete anos consecutivos (de 2003 a 2009), contando com a equipe de profissionais de maior conhecimento de toda a região.

Sua liderança no mercado de capitais é comprovada pela forte atuação em 2009, participando das ofertas de *Follow-on* de Brasil Foods (após a assessoria financeira exclusiva do BTG Pactual para a Perdigão, em sua fusão com a Sadia), Natura, BrMalls e MRV Engenharia, bem como da abertura de capital da Visanet. Esta posição de liderança foi alcançada em função do forte relacionamento do BTG Pactual com seus clientes, com sua atuação constante e de acordo com a percepção de valor agregado para suas operações, fato comprovado pela sua atuação em todas as operações de *Follow-on* das empresas nas quais tenha participado em sua abertura de capital.

O BTG Pactual também oferece serviços de *sales and trading* (vendas e negociação) em renda fixa, ações e câmbio na América Latina, tanto em mercados locais quanto internacionais. Os especialistas em produtos, setores e países oferecem consultoria e execução de Fusões e Aquisições de primeira linha, e o departamento de pesquisa (*research*) na América Latina tem obtido o primeiro lugar nos últimos sete anos (*Institutional Investor 2002 - 2008*).

Na área de *asset management*, as estratégias de investimento são desenhadas para clientes institucionais, clientes *private*, empresas e parceiros de distribuição.

COORDENADORES CONTRATADOS

Banco Barclays S.A.

O Banco Barclays S.A. ("BBSA") pertence ao Grupo Barclays, fundado há mais de 300 anos na Inglaterra. Atuando no Brasil desde 1973, o BBSA oferece uma ampla gama de produtos financeiros para clientes corporativos. O BBSA está presente no ramo de bancos de investimento, oferecendo serviços de emissão de dívida, emissão de ações e fusões e aquisições, obtenção de capital, empréstimos e transações auxiliares inerentes às transações comerciais, incluindo investimento, *swaps*, opções e futuros, transações de câmbio, gestora de ativos.

A divisão global de banco de investimentos do Grupo Barclays chama-se Barclays Capital. O Barclays Capital fornece grandes corporações, governo e clientes institucionais com uma gama soluções para conselho estratégico, financiamento e gerenciamento de risco. Hoje, ela conta com o apoio de uma estrutura sólida e consolidada após a aquisição das operações norte americanas da Lehman Brothers em 2008. A adição da Lehman trouxe ao Barclays uma ampla e bem estabelecida base de clientes, contando com uma forte presença no mercado de banco de investimentos nos EUA e grande complementaridade com os serviços oferecidos pelo Barclays, principalmente nas áreas de renda variável, fusões e aquisições e *equity research*.

O Grupo Barclays é um provedor de serviços financeiros globais, engajado como banco de varejo e banco comercial, cartões de crédito, investment banking, gestora de patrimônios e gestora de investimentos no mundo todo. O banco está presente em 60 países, em todos os continentes e com mais de 157 mil funcionários pelo mundo. O banco possui 27 milhões de clientes e faturou no ano de 2008 £28 bilhões, estando entre as maiores instituições financeiras do mundo.

BB Banco de Investimento S.A.

O BB Banco de Investimento S.A. é uma empresa pertencente ao conglomerado Banco do Brasil ("BB"), criada para executar atividades de banco de investimentos.

Em operações de renda variável, o BB Banco de Investimento S.A. mantém posição entre os principais intermediários em ofertas públicas, apoiado em mais de 16 mil pontos de atendimento de seu controlador, BB, espalhados por todo o Brasil e em outros 22 países. Em 2008, atuou como coordenador líder na oferta pública de ações de emissão da Companhia de Saneamento de Minas Gerais – COPASA, no valor de R$460 milhões, e como coordenador na oferta pública de ações de emissão da Vale S.A., no valor de R$19,4 bilhões. Em 2009, atuou como coordenador na oferta pública inicial de ações de emissão da Visanet, no valor de R$8,4 bilhões, do follow on da Brasil Foods, no valor de R$5,2 bilhões, além de estar participando como coordenador da operação da Gol Linhas Aéreas Inteligentes e como coordenador contratado nas operações da Natura e da Multiplan. Ocupa o terceiro lugar no ranking ANBID de distribuição de renda variável de 2008, com o valor de R$4,2 bilhões e 12,4% de participação de mercado.

Para os mais de 30 milhões de clientes do BB, o BB Banco de Investimento S.A. atua na intermediação de valores mobiliários, disponibilizando o serviço de compra e venda de ações por meio da rede de agências, Internet (home broker) e celular, que resultou em volume de R$14,4 bilhões.

Na área de renda fixa, em 2008, o BB Banco de Investimento S.A. liderou a primeira emissão de notas promissórias da Ambev, no valor de R$1,5 bilhão, a primeira emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R$200 milhões, a terceira emissão de notas promissórias da Tractebel Energia S.A., no valor de R$400 milhões, a quinta emissão de debêntures da Gafisa S.A. no valor de R$250 milhões, a quinta emissão de notas promissórias da Vivo Participações S.A. no valor de R$550 milhões, a segunda emissão de notas promissórias da Brenco – Companhia Brasileira de Energia Renovável, no valor de R$390 milhões, e participou da quarta emissão de debêntures da USIMINAS, no valor de R$500 milhões, da primeira emissão de notas promissórias da TCO IP S.A. no valor de R$530 milhões, da nona emissão de debêntures da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R$220 milhões e da segunda emissão de notas promissórias da Invitel S.A., no valor de R$950 milhões.

Já em 2009, o BB Banco de Investimento S.A. liderou a primeira emissão de notas promissórias da Megapar Participações S.A., no valor de R$400 milhões, a terceira emissão de debêntures da VRG Linhas Aéreas S.A., no valor de R$400 milhões, da terceira emissão de notas promissórias da Sabesp – Companhia de Saneamento Básico do Estado de São Paulo, no valor de R$600 milhões, da segunda emissão de notas promissórias da Cobra Tecnologia S.A. no valor de R$50 milhões e da terceira emissão de debêntures da TAM Linhas Aéreas S.A. no valor de R$600 milhões e, participou da segunda emissão de notas promissórias das Autopistas do Grupo OHL Brasil S.A., no valor de R$200 milhões, da terceira emissão de debêntures da Tractebel Energia S.A, no valor de R$600 milhões e da primeira emissão de debêntures da Camargo Corrêa S.A. no valor de R$1.500 milhões.

No mercado de capitais internacional, no ano de 2009, o conglomerado BB, por intermédio da BB Securities (Londres), participou de 9 das 14 operações de emissão externa realizadas por empresas brasileiras e pelo governo brasileiro, em montante próximo a US$10 bilhões, além de co-liderar uma operação de captação externa para uma empresa europeia.

O BB Banco de Investimento S.A. conta ainda com ampla experiência em assessoria e estruturação de operações de fusões e aquisições envolvendo empresas dos setores de energia elétrica, portuário, transportes e saneamento, dentre outros.

Banco Bradesco BBI S.A.

O Banco Bradesco BBI S.A. atua com foco no relacionamento de longo prazo com seus clientes, oferecendo soluções em todas as áreas de banco de investimento, o que inclui operações de mercado de capitais, fusões e aquisições, financiamento de projetos e operações estruturadas, além de contar com corretora de valores mobiliários, private banking e asset management. Além do mercado local, o Banco Bradesco BBI S.A. também atua no mercado internacional, originando e estruturando operações junto a investidores estrangeiros.

Confirmamos o excelente desempenho do Banco Bradesco BBI S.A. na área de banco de investimento através das seguintes operações de destaque:

- Líder na prestação de assessoria em operações de fusões e aquisições; e líder em operações de reestruturações societárias/OPAs, no primeiro semestre de 2009, segundo o "Ranking de Anúncio" da ANBID;
- Desempenhado papel relevante nas maiores operações de renda variável dos últimos anos. Coordenador líder, em 2009, da maior oferta pública inicial de ações realizada até hoje no Brasil: o IPO da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet totalizou R$8,4 bilhões (considerando o exercício de ações suplementares). Em 2008, atuou como coordenador nas ofertas públicas de emissão de ações da Metalúrgica Gerdau S.A., no valor de R$1,5 bilhão, da Gerdau S.A., no valor de R$2,9 bilhões, da Companhia Vale do Rio Doce, no valor de R$19,4 bilhões e como Co-Lead na oferta internacional da Visa Inc., no valor de US$19,7 bilhões. O Banco Bradesco BBI S.A. também atuou como coordenador líder no IPO da Bolsa de Mercadorias e Futuros do Brasil – BM&F, operação no valor de R$6,0 bilhões em outubro de 2007;
- Líder em operações de renda fixa no mercado doméstico no primeiro semestre de 2009, de acordo com o ranking de originação ANBID - com participação de mercado de 30,3% e volume de R$4,8 bilhões; e
- Assessor e estruturador financeiro, em 2008, para importantes projetos de diferentes setores da economia, dentre os quais se destacam: hidrelétricas do complexo Madeira e complexos portuários patrocinados pela LLX Logística.

Ademais, o Banco Bradesco S.A., controlador do Banco Bradesco BBI S.A., segundo dados do Banco Central, é atualmente um dos maiores bancos múltiplos privados do país e está presente em praticamente todos os municípios do Brasil. O Bradesco mantém extensa rede de atendimento, fundamentada em padrões modernos de eficiência e tecnologia e que permite oferecer, a seus 20,4 milhões de correntistas, comodidade e segurança. Clientes e usuários têm à disposição 41.067 pontos de atendimento, entre eles, 4.598 agências e 6.011 unidades do Banco Postal.

Banco Calyon Brasil S.A.

O Calyon é o braço de banco de atacado do Grupo Crédit Agricole, um dos maiores conglomerados financeiros do mundo, líder no varejo na França e presente em 74 países, com 58 milhões de clientes e 64 bilhões de euros de patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2008.

O Calyon foi criado em 2004, como resultado da combinação dos negócios de Corporate & Investment Banking do Crédit Lyonnais e do Crédit Agricole Indosuez. O Calyon conta com 13 mil funcionários em 57 países, atuando em 4 linhas de negócio principais: (i) Coverage & Investment Banking, (ii) Equity Brokerage & Derivatives, (iii) Fixed Income e (iv) Structured Finance. Em 31 de dezembro de 2008, o Calyon tinha um total de ativos de 857 bilhões de euros e patrimônio líquido de 14 bilhões de euros.

O Calyon está presente no país desde 1948, inicialmente por intermédio do Crédit Lyonnais. Sua subsidiária Banco Calyon Brasil S.A. é um banco múltiplo com foco em operações de financiamento e crédito, operações de câmbio e na prestação de serviços de banco de investimentos (por intermédio de sua subsidiária Calyon Corporate Finance Brasil – Consultoria Financeira Ltda.), incluindo a assessoria financeira em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais. O Calyon também opera no Brasil por intermédio da Crédit Agricole Brasil S.A. DTVM, cujo foco é a atividade de administração de recursos por meio de fundos de investimentos e gestão de carteiras administradas.

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

O Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão ("Deutsche Bank") atua no Brasil desde 1911. Com sede em São Paulo, o Deutsche Bank atua como banco múltiplo oferecendo um amplo leque de serviços e produtos financeiros para clientes corporativos. Os clientes do Deutsche Bank são companhias multinacionais, grandes empresas, instituições financeiras e estatais, com responsabilidades que necessitam de soluções bancárias.

Atualmente, o grupo Deutsche Bank oferece seus serviços em 72 países, conta com mais de 80 mil colaboradores e é uma das maiores instituições financeiras do mundo sendo eleito pela revista Euromoney como *Best Equity House* na América do Norte, *Best Foreign Exchange House*, *Best Global Risk Management House* e *Best Bank* na Alemanha em 2009.

O Deutsche Bank tem atuado no segmento de Mercado de Capitais, tendo participado, recentemente, como coordenador nas ofertas de ações do Banco do Brasil (R$3.061 milhões), da PDG Realty S.A. (R$630 milhões), da Klabin Segall S.A. (R$484 milhões), como coordenador internacional na oferta de ações da BM&F (R$5.203 milhões) e como coordenador contratado nas ofertas de ações da Natura Cosméticos S.A. (R$1.505 milhões), da Hypermarcas S.A. (R$793 milhões), da Bovespa Holding (R$5.761 milhões), da Estácio Participações (R$447 milhões), da Log-In – Logística Intermodal S.A. (R$745 milhões), da Metalfrio Solutions (R$394 milhões), da São Martinho (R$368 milhões), entre outras ofertas.

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento

O BES é o banco de investimento no Brasil do Grupo Banco Espírito Santo. Atualmente, desenvolve atividades na Europa, nos Estados Unidos, na América Latina, na África e na Ásia, nas áreas de Banco Comercial, Banco de Investimento, Private Banking, Gestão de Ativos e Private Equity.

A atuação do Grupo Banco Espírito Santo na área financeira é coordenada pelo Banco Espírito Santo.

O Banco Espirito Santo de Investimento, S.A., banco de investimento do Grupo, tem atividades na Península Ibérica, Brasil, Reino Unido, Angola, Polônia e Estados Unidos, oferecendo serviços de Corporate Finance, Project Finance, Mercado de Capitais, tanto em renda fixa como em renda variável, Tesouraria, gestão de risco e corretagem e valores e títulos mobiliários.

Com presença no Brasil desde 1976, o Grupo Banco Espirito Santo atua neste País através do BES e suas subsidiárias BES Securities (corretora), BESAF (asset management), ES Capital (private equity) e BES Refran (assessoria financeira e gestão patrimonial).

O BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento foi criado no 2º semestre de 2000 e é controlado pelo Banco Espirito Santo de Investimento, S.A. (80%) e pelo Banco Bradesco (20%).

Em junho de 2009, seus ativos totais somavam R$3,59 bilhões; os depósitos totais chegaram a R$2,34 bilhões e o patrimônio líquido a R$305,4 MM. O lucro líquido do 1º semestre do ano de 2009 foi de R$60,8 MM.

O BES possui as seguintes notações atribuídas pela agência de rating Moody´s para depósitos em moeda local: Aaa.br (escala local) e Baa1 (escala global).

Na área de renda fixa local, em 2008, o BES participou da Emissão de Debêbtures da American Banknote , no valor de R$180 milhões. Já em 2009 participou da segunda emissão de notas promissórias da Bradespar, no valor de R$690 milhões, a primeira emissão de notas promissórias da OHL Brasil, no valor de R$200 milhões e da segunda emissão de debêntures da Bradespar S.A. no valor de R$800 milhões.

No mercado de capitais internacional, no ano de 2009, o BES, por intermédio do Banco Espírito Santo de Investimento S.A. (Portugal), participou entre 2008 e 2009 de cinco operações (Emissões de Eurobonds) que totalizaram mais de US$480 milhões.

Já na área de renda variável, em 2008, o BES atuou como Co-manager no Block Trade da Copasa, no valor de R$460 milhões e em 2009 como Co-manager no IPO da Visanet, no valor de R$8,4 bilhões, tendo participado desde 2006 de 24 ofertas como Co-manager.

Banco Itaú BBA S.A.

O Banco Itaú BBA S.A. é o banco de atacado do grupo Itaú Unibanco Banco Múltiplo. Com trajetória marcada por associações bem-sucedidas e visão para oferecer os melhores produtos e serviços para empresas, o Banco Itaú BBA S.A. é resultado da fusão dos bancos BBA e das áreas corporate do Banco Itaú S.A. e Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. Em 31 de dezembro de 2008, o Banco Itaú BBA S.A. apresentou os seguintes resultados: os ativos de R$130,3 bilhões, patrimônio líquido de R$5,9 bilhões e lucro líquido de R$411 milhões.

A história do Banco Itaú BBA S.A. começa com o BBA Creditanstalt, fundado em 1988 em São Paulo, por Fernão Bracher e Antonio Beltran, em parceria com o maior banco da Áustria. A atuação do banco estava voltada para operações financeiras bancárias, com características de atacado, e destaque para underwriting, hedge, crédito e câmbio.

Em 1991, foi a única instituição brasileira a coordenar o consórcio de bancos estrangeiros para investimentos no programa de privatização de empresas estatais. Ainda no mesmo ano, recebeu autorização do Banco Central para operar subsidiária em Bahamas e atender demanda de clientes na Área Internacional.

Em 1994, assinou acordo de cooperação com a administradora de recursos Paribas Capital. No ano seguinte, juntou-se ao Capital Group, de Los Angeles, para formar a administradora de fundos BBA Capital. Adquiriu a Financiadora Mappin e criou a Fináustria, especializada em financiamento de veículos. Nessa época, já contava com sucursais em Campinas, Rio de Janeiro, Porto Alegre e Belo Horizonte.

Em 2001, o BBA tem novo parceiro de negócios, em razão da compra do Creditanstalt pelo grupo alemão HVB. No ano seguinte, a associação com o Grupo Icatu fez surgir duas empresas: a BBA Icatu Corretora e a BBA Icatu Investimentos.

No final de 2002, ocorreu a associação com o Banco Itaú S.A., surgindo assim uma nova instituição: o Banco Itaú BBA S.A. Com gestão autônoma para conduzir todos os negócios de clientes corporate e banco de investimento do grupo, passa a contar com a base sólida de capital e liquidez do Itaú e a especialização e destacada atuação do BBA no segmento de atacado.

Em 2005, o Banco Itaú BBA S.A. ampliou as atividades de banco de investimentos e rapidamente consolidou como um importante player de mercado em fusões e aquisições, equities e fixed income local. A partir de 2008, iniciou expansão de suas atividades em fixed income internacional e produtos estruturados.

Em 2009, o Banco Central aprovou a associação entre o Itaú e o Unibanco. O Banco Itaú BBA S.A. uniu-se com a área Corporate do Unibanco, e ainda concentrou as atividades de Tesouraria Institucional do grupo, tendo como desafio ser o melhor banco de atacado, investimento e Tesouraria da América Latina.

Atividade de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A.

A área de Investment Banking do Banco Itaú BBA S.A. oferece assessoria a clientes corporativos e investidores na estruturação de produtos de banco de investimento, incluindo renda variável, renda fixa e fusões e aquisições.

Em renda variável, o Banco Itaú BBA S.A. oferece serviços para estruturação de ofertas públicas primárias e secundárias de ações e de ADRs, ofertas públicas para aquisição e permuta de ações, além de assessoria na condução de processos de reestruturação societária de companhias abertas e trocas de participações acionárias. A condução das operações é realizada em conjunto com a Itaú Corretora, que tem relacionamento com investidores domésticos e internacionais e possui reconhecida e premiada estrutura independente de pesquisa. Em 2008, o Banco Itaú BBA S.A. atuou como coordenador e bookrunner de ofertas públicas iniciais e subsequentes que totalizaram R$31,8 bilhões. Nos rankings ANBID e Thomson Finance, o banco fechou o ano de 2008 em primeiro lugar com participação no mercado de 25%.

No segmento de renda fixa, o Banco Itaú BBA S.A. conta com equipe dedicada para prover aos clientes diversos produtos no mercado doméstico e internacional, tais como: notas promissórias, debêntures, commercial papers, fixed e floating rate notes, fundos de investimento em direitos creditórios (FIDC) e certificados de recebíveis imobiliários (CRI). Em 2008, o Banco Itaú BBA S.A. participou de operações de debêntures e notas promissórias que totalizaram R$15,1 bilhões e operações de securitização que atingiram R$2,0 bilhões. De acordo com o ranking ANBID, o Banco Itaú BBA S.A. foi classificado em primeiro lugar no ranking 2008 de distribuição de operações em renda fixa e securitização. As participações de mercado somaram, respectivamente, 46% e 42%.

Com equipe especializada, a área de fusões e aquisições do Banco Itaú BBA S.A. oferece aos clientes estruturas e soluções eficientes para assessoria, coordenação, execução e negociação de aquisições, desinvestimentos, fusões e reestruturações societárias. A área detém acesso amplo e privilegiado a investidores estratégicos e financeiros para assessorar clientes na viabilização de movimentos societários. De acordo com o ranking de fusões e aquisições da Thomson Finance, com base no volume de operações realizadas em 2008, o Banco Itaú BBA S.A. ficou em terceiro lugar, com volume total de transações de R$65,8 bilhões.

Adicionalmente, o Banco Itaú BBA S.A. tem sido amplamente reconhecido como um dos melhores bancos de investimento do Brasil. Nos últimos dois anos, foi considerado o melhor Banco de Investimento no Brasil, pela revista Global Finance, publicação americana especializada em análises sobre empresas e instituições financeiras dos cinco continentes.

Banco Morgan Stanley S.A.

O Morgan Stanley, entidade constituída de acordo com as leis de Delaware, Estados Unidos, com sede em Nova Iorque, Estados Unidos, foi fundado nos Estados Unidos como banco de investimento em 1935. Em meados de 1971 ingressou no mercado de *sales & trading*, e estabeleceu uma área dedicada a fusões e aquisições. Em 1984, o Morgan Stanley passou a oferecer o serviço de corretagem *prime*. Em 1986, abriu seu capital no New York Stock Exchange NYSE. Em 1997, uniu-se com a Dean Witter, Discover & Co., originando umas das empresas globais líderes no mercado de *securities*, *asset management* e *credit services*. Em 2008, tornou se um *bank holding company* e estabeleceu uma aliança estratégica com o Mitsubishi UFJ Group. Em 2009, formou uma *joint venture* com Smith Barney, combinando seus negócios de *wealth management*.

Atualmente o Morgan Stanley atua nas áreas de (i) *institutional securities* que engloba serviços de captação de recursos; de assessoria financeira, incluindo fusões e aquisições, reestruturações, *real estate* e *project finance*; empréstimos corporativos; assim como atividades de venda, negociação, financiamento e formação de mercado em valores mobiliários de renda fixa e variável, e produtos relacionados, incluindo câmbio e *commodities*; (ii) *global wealth management group* que engloba serviços de corretagem e assessoria em investimento; planejamento financeiro; crédito e produtos de financiamento; gestão de caixa; e serviços fiduciários; e (iii) *asset management* englobando produtos e serviços globais em investimentos em renda variável, renda fixa, e investimentos alternativos; incluindo fundos de *hedge*, fundos de fundos, e *merchant banking*, por meio de mais de 50 escritórios estrategicamente posicionados ao redor do globo. Em 31 de dezembro de 2008, o Morgan Stanley apresentou receita líquida de US$24.739 milhões e ativos totais no valor de US$658.812 milhões.

Em 1997, Morgan Stanley estabeleceu um escritório permanente no Brasil em São Paulo e em 2001 fortaleceu sua posição no País ao constituir o Banco Morgan Stanley S.A. e a Morgan Stanley Corretora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. O Banco Morgan Stanley S.A. é um banco múltiplo devidamente autorizado pelo Banco Central com carteiras comercial, de investimento e câmbio. O Banco Morgan Stanley S.A. é uma subsidiária indiretamente controlada pelo Morgan Stanley. Atualmente o Banco Morgan Stanley S.A. desenvolve principalmente as atividades de banco de investimento, renda variável, renda fixa e câmbio no Brasil.

INFORMAÇÕES RELATIVAS À OFERTA GLOBAL

Composição Atual do Nosso Capital Social

Na data deste Prospecto, a composição de nosso capital social totalmente subscrito e integralizado é de R$49.623.613.674,28 (quarenta e nove bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, seiscentos e treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), representado por 181.989.171.114 Ações Ordinárias e 158.154.602.751 Ações Preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. Nosso capital autorizado é limitado a 500.000.000 mil Ações. A composição do nosso capital social atualmente é a seguinte:

Espécie	Quantidade
Ações Ordinárias	181.989.171.114
Ações Preferenciais	158.154.602.751
Total	**340.143.773.865**

Após a conclusão da Oferta Global, a composição do nosso capital social será a seguinte, sem considerar a colocação das Units do Lote Suplementar:

Espécie	Quantidade
Ações Ordinárias	210.864.171.114
Ações Preferenciais	184.404.602.751
Total	**395.268.773.865**

Após a conclusão da Oferta Global, a composição do nosso capital social será a seguinte, considerando a colocação integral das Units do Lote Suplementar:

Espécie	Quantidade
Ações Ordinárias	214.989.171.114
Ações Preferenciais	188.154.602.751
Total	**403.143.773.865**

Cabe ressaltar que com a conclusão da Oferta Global, mesmo considerando o exercício integral da Opção de Lote Suplementar, o número de Ações Preferenciais será inferior a 50% do total de Ações por nós emitidas, em conformidade com o disposto no artigo 15, § 2º, da Lei das Sociedades por Ações.

As tabelas abaixo apresentam informações sobre a titularidade de nossas Ações por qualquer acionista que seja titular de 5,0% ou mais de nossas Ações Ordinárias ou Preferenciais, bem como dos acionistas que sejam administradores do Banco, nesse último caso independentemente do percentual de suas respectivas participações (i) na data deste Prospecto e (ii) após a conclusão da Oferta Global.

O quadro seguinte contém informações sobre a quantidade de Ações detidas pelos principais acionistas do Banco e pelos seus Administradores, na data deste Prospecto e após a conclusão da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar:

	Quantidades de Ações e Percentual									
	Ações antes da Oferta					Ações após a Oferta				
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**% do Total**	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**% do Total**
Grupo Empresarial Santander, S.L.	74.967.225.596	41,19	63.531.985.888	40,17	40,72	74.967.225.596	35,55%	63.531.985.888	34,45%	35,04%
Sterrebeeck BV	99.527.083.105	54,69	86.492.330.355	54,69	54,69	99.527.083.105	47,20%	86.492.330.355	46,90%	47,06%
Santander Seguros S.A.	7.239.680	(*)	9.525.465	0,01	(*)	7.239.680	(*)	9.525.465	0,01%	(*)
Santander Insurance	4.743.356.648	2,61	4.122.133.988	2,61	2,61	4.743.356.648	2,25%	4.122.133.988	2,24%	2,24%
Funcionários[1]	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)
Outros minoritários	2.739.308.823	1,51	3.993.682.934	2,53%	1,98	31.614.308.823	14,99%	30.243.682.934	16,40%	15,65%
Tesouraria	–		–			0	–	0	–	–
Total	**181.989.171.114**	**100,0**	**158.154.602.751**	**100,0**	**100,0**	**210.864.171.114**	**100,0**	**184.404.602.751**	**100,0**	**100,0**

(*) Detenções inferiores a 0,01%.

(1) Inclui membros da adminstração, a saber: Marcos Matioli de Souza Vieira, Fábio Colletti Barbosa, Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior, Gabriel Jaramillo Sanint, José de Paiva Ferreira, Marcial Angel Portela Alvarez, José Antonio Alvarez Alvarez, José Manuel Tejón Borrajo, José Roberto Mendonça de Barros e Viviane Senna Lalli. Veja "Administração – Participação Acionária".

Após a conclusão da Oferta Global, considerando a colocação integral das Units do Lote Suplementar, a composição do nosso capital social será a seguinte:

	Quantidades de Ações e Percentual									
	Ações antes da Oferta					Ações após a Oferta				
Acionistas	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**Total**	**Ordinárias**	**%**	**Preferenciais**	**%**	**% do Total**
Grupo Empresarial Santander, S.L.	74.967.225.596	41,2%	63.531.985.888	40,2%	40,7%	74.967.225.596	34,9%	63.531.985.888	33,8%	34,4%
Sterrebeeck BV	99.527.083.105	54,7%	86.492.330.355	54,7%	54,7%	99.527.083.105	46,3%	86.492.330.355	46,0%	46,1%
Santander Seguros S.A.	7.239.680	(*)	9.525.465	(*)	(*)	7.239.680	(*)	9.525.465	(*)	(*)
Santander Insurance	4.743.356.648	2,6%	4.122.133.988	2,6%	2,6%	4.743.356.648	2,2%	4.122.133.988	2,2%	2,2%
Funcionários[1]	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)
Minoritários	2.739.308.823	1,5%	3.993.682.934	2,5%	2,0%	35.739.308.823	16,6%	33.993.682.934	18,1%	17,3%
Tesouraria	–	–	–	–	–	–	–	–	–	–
Total	**181.989.171.114**	**100,0%**	**158.154.602.751**	**100,0**	**100,0%**	**214.989.171.114**	**100,0**	**188.154.602.751**	**100,0**	**100,0%**

(*) Detenções inferiores a 0,01%.

(1) Inclui membros da adminstração, a saber: Marcos Matioli de Souza Vieira, Fábio Colletti Barbosa, Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior, Gabriel Jaramillo Sanint, José de Paiva Ferreira, Marcial Angel Portela Alvarez, José Antonio Alvarez Alvarez, José Manuel Tejón Borrajo, José Roberto Mendonça de Barros e Viviane Senna Lalli. Veja "Administração – Participação Acionária".

Alocação dos Recursos da Oferta

Os recursos provenientes da emissão das Units serão contabilizados na conta de capital social, de modo que nenhuma parte do preço será destinada à formação de reserva de capital.

Descrição da Oferta Global

A Oferta Global compreende, simultaneamente, (i) a distribuição pública primária no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução CVM 400, sob a coordenação dos Coordenadores e com a participação dos Coordenadores Contratados e das Corretoras, com esforços de colocação no exterior a serem realizados pelos Agentes de Colocação Internacional e por determinadas instituições financeiras contratadas, exclusivamente junto a investidores no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do Securities Act, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável; e (ii) a distribuição pública primária de Units no exterior, inclusive para aquisição por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ou sob a forma de ADRs, representativos de ADSs, com registro na SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no Securities Act, coordenada pelos Coordenadores da Oferta Internacional e realizada nos termos do Underwriting Agreement. Cada ADS representa uma Unit.

Poderá haver realocação de Units e ADSs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional e vice-versa em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global.

A Oferta Brasileira será liquidada por meio da entrega de Units formadas, cada uma, por 55 Ações Ordinárias e por 50 Ações Preferenciais. Inicialmente, até a Homologação, as Units serão formadas, cada uma, por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Os Recibos de Subscrição serão convertidos em Ações em até 10 dias a contar da Homologação.

Para fins de obtenção dos recursos a serem utilizados no contexto das atividades de estabilização do Preço por Unit, o Credit Suisse tomará por empréstimo 4.125.000.000 Ações Ordinárias e 3.750.000.000 Ações Preferenciais, equivalentes a 14,29% da Oferta Global, que serão usadas para compor as Units, nos termos do Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco. O mutuante das ações emprestadas não auferirá nenhum recurso com a distribuição das Units correspondentes, a serem sobrealocadas no contexto da Oferta Global.

Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units/ADSs inicialmente ofertada na Oferta Global poderá ser acrescida em até 14,29%, ou seja, em até 75.000.000 Units, inclusive sob a forma de ADSs, conforme opção que o Banco outorgará ao Credit Suisse na forma do Contrato de Colocação e ao Credit Suisse *Securities (USA) LLC* na forma do *Underwriting Agreement*, as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Global. O Credit Suisse, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação ao Coordenador Líder, ao Merrill Lynch e ao BTG Pactual, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o Preço por Unit seja tomada em comum acordo entre os Coordenadores.

Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units inicialmente ofertada (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderia ter sido, mas não foi, a critério do Banco, em comum acordo com os Coordenadores, acrescida em até 4,76%, ou seja, e em até 25.000.000 Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units inicialmente ofertadas.

Homologação do Aumento de Capital pelo Banco Central e Liquidação da Oferta Por Meio de Units

O Banco e os Coordenadores esclarecem que o aumento de capital referente à Oferta Global está sujeito à aprovação prévia pelo Banco Central, nos termos da legislação e regulamentação vigentes. A Homologação é ato administrativo do Banco Central, sem um prazo pré-estabelecido para sua concessão, e somente ocorrerá na medida em que pelo menos 50% do valor de aumento de capital seja integralizado, bem como sejam apresentados ao Banco Central os documentos e informações requeridos. Os investidores da Oferta Brasileira receberão Units formadas (i) por Recibos de Subscrição, que não poderão ser convertidos nas Ações a eles subjacentes até a Homologação do aumento de capital do Banco pelo Banco Central, e (ii) por Ações provenientes de empréstimo a ser tomado pelo Credit Suisse para fins de obtenção dos recursos a serem utilizados nas atividades de estabilização. Até ocorrer a conversão dos Recibos de Subscrição em Ações, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Até o quinto dia posterior à Data de Liquidação, o Banco realizará a vinculação de títulos públicos em valor equivalente ao aumento de capital realizado, na forma determinada pelo Banco Central, para que se bloqueiem os recursos da integralização de capital efetuada e, até o primeiro dia útil posterior à Data de Liquidação, o Banco enviará ao Banco Central os documentos necessários para evidenciar o aumento do capital do Banco e sua subscrição e integralização e realizará todos os demais procedimentos e apresentará todos os demais documentos conforme determinação do Banco Central e da BM&FBOVESPA, de forma a viabilizar a Homologação na maior brevidade possível. No prazo de 10 dias a contar da Homologação, as Units passarão a representar 55 ações ordinárias e 50 ações preferenciais de emissão do Banco cada uma.

Não há como precisar quando a Homologação será concedida. As Units, que serão compostas, cada uma, por 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais (inicialmente, até a Homologação, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais, serão livremente negociáveis na BM&FBOVESPA, sob o código "SANB11", a partir da data de publicação do Anúncio de Início. No entanto, até a Homologação, as Units não poderão ser desmembradas nas Ações e Recibos de Subscrição a elas subjacentes. O Banco publicará comunicado ao mercado informando o público sobre a Homologação e a conversão dos Recibos de Subscrição em Ações. Para maiores informações sobre as características e riscos das Units e dos Recibos de Subscrição, ver Seções "Fatores de Risco" deste Prospecto.

Caso a Homologação não seja concedida no prazo de 6 (seis) meses contados da Data da Liquidação da Oferta, o aumento de capital correspondente aos Recibos de Subscrição será cancelado e os valores correspondentes aos valores pagos pelos Recibos de Subscrição serão distribuídos aos então investidores proporcionalmente ao número de Recibos de Subscrição detidos. Nesta hipótese, com o intuito de permitir a titularidade de ações inteiras pelos investidores que aderirem à Oferta Global, e considerando ainda que, até a Homologação, cada Unit será composta por (i) 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, (ii) 6,875 Ações Ordinárias, (iii) 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um e (iv) 6,250 Ações Preferenciais, o acionista Santander Insurance comprometeu-se a disponibilizar frações de ações de sua titularidade de emissão do Banco aos investidores que, em decorrência da Oferta Global, restarem com frações de ações, de forma que todos os referidos investidores passem a ser detentores de Units representativas de números inteiros de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais.

Preço por Unit

No contexto da Oferta Global, o Preço por Unit é de R$23,50. O Preço por Unit foi fixado de acordo com os critérios indicados no inciso III do parágrafo 1º do artigo 170 da Lei das Sociedades por Ações, e ajustado para refletir as intenções de investimento coletadas pelos Coordenadores, em conformidade com os artigos 23, parágrafo 1º, e 44 da Instrução CVM 400, durante o Procedimento de *Bookbuilding*. A escolha do critério de preço de mercado para a determinação do Preço por Unit por meio da realização do Procedimento de *Bookbuilding* justifica-se pelo fato de que tal determinação não promove a diluição injustificada dos atuais acionistas do Banco e de que tal critério reflete o valor pelo qual os Investidores Institucionais apresentaram suas intenções de subscrição das Units no contexto da Oferta Global. Os Investidores Não-Institucionais que aderiram à Oferta de Varejo, inclusive os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima e os Clientes, não participaram do Procedimento de *Bookbuilding* e, portanto, do processo de determinação do Preço por Unit.

Quantidade, Valor e Recursos Líquidos

O quadro seguinte indica a quantidade de Ações, o Preço por Unit, o valor total dos recursos oriundos da Oferta Global e dos recursos líquidos recebidos pelo Banco, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar:

	Quantidade de Ações Ordinárias	Quantidade de Ações Preferenciais	Preço por Units[1] (R$)	Valor total dos recursos da Oferta (R$)	Comissões (R$)	Recursos líquidos[2] (R$)
Sem exercício da Opção de Lote Suplementar	28.875.000.000	26.250.000.000	23,50	12.337.500.000,00	193.016.161,41	12.144.483.838,59
Com exercício integral da Opção de Lote Suplementar	33.000.000.000	30.000.000.000	23,50	14.100.000.000,00	219.332.745,10	13.880.667.254,90

(1) Fixado com base no Procedimento de *Bookbuilding*.
(2) Sem dedução das despesas da Oferta Global. Os valores apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

Custos de Distribuição

As comissões e despesas abaixo relacionadas serão arcadas pelo Banco. Segue, abaixo, descrição dos custos estimados da Oferta Global:

Comissões e Despesas	Valor[1] (R$)	Valor por Units[1] (R$)	% em Relação ao Valor Total da Oferta[1]
Comissão de coordenação	33.653.314	0,06	0,3%
Comissão de garantia firme	33.653.314	0,06	0,3%
Comissão de colocação	100.959.943	0,19	0,8%
Comissão de incentivo	24.749.590	0,05	0,2%
Total de comissões	**193.016.161**	**0,37**	**1,6%**
Despesas de divulgação	3.000.000	0,01	0,0%
Despesas de registro e listagem	1.387.912	0,00	0,0%
Advogados[2]	4.400.000	0,01	0,0%
Auditores[2]	8.000.000	0,02	0,1%
Outras despesas[2]	1.000.000	0,00	0,0%
Total de Despesas[2]	**17.787.912**	**0,04**	**0,1%**
Total	**210.804.074**	**0,40**	**1,7%**

(1) Sem levar em consideração o exercício da Opção de Lote Suplementar.
(2) Os números apresentados são estimados, estando sujeitos a variações.

Aprovações Societárias

A realização da Oferta Global foi aprovada em Reunião do Conselho de Administração do Banco realizada em 18 de setembro de 2009, cuja ata foi publicada no jornal "Valor Econômico" em 21 de setembro de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 22 de setembro de 2009.

O efetivo aumento do capital do Banco, com exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas na subscrição de Units objeto da Oferta Global, nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei das Sociedades por Ações, e o Preço por Unit, foram aprovados em Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2009, após a precificação da Oferta Global e antes da concessão do registro da Oferta Global pela CVM, cuja ata será publicada no jornal "Valor Econômico" em 7 de outubro de 2009 e no Diário Oficial do Estado de São Paulo em 8 de outubro de 2009.

Público Alvo da Oferta

A Oferta Brasileira será direcionada, na Oferta de Varejo, a Investidores Não-Institucionais e, na Oferta Institucional, a Investidores Institucionais.

Cronograma da Oferta

Encontra-se a seguir um cronograma estimado das etapas da Oferta, informando seus principais eventos a partir da publicação do Aviso ao Mercado:

Ordem dos Eventos	Eventos	Data Prevista (1)
1.	Publicação do Aviso ao Mercado (sem logos das Corretoras) Disponibilização do Prospecto Preliminar Início das apresentações do *Roadshow* Início do Procedimento de *Bookbuilding*	21 de setembro de 2009
2.	Publicação do Aviso ao Mercado (com logos das Corretoras) Início do Período de Reserva (inclusive para Pessoas Vinculadas) Encerramento do Período de Reserva para Pessoas Vinculadas	28 de setembro de 2009
3.	Encerramento do Período de Reserva (exceto para Pessoas Vinculadas)	5 de outubro de 2009
4.	Encerramento do *Roadshow* Encerramento do Procedimento de *Bookbuilding* Reunião do Conselho de Administração do Banco para fixação do Preço por Unit Fixação do Preço por Unit Assinatura do Contrato de Colocação, do *Underwriting Agreement* e de outros documentos relacionados à Oferta Início do Prazo de Exercício da Opção de Lote Suplementar	6 de outubro de 2009
5.	Concessão do Registro da Oferta pela CVM Publicação do Anúncio de Início Disponibilização do Prospecto Definitivo Início de Negociação das Units no Nível 2 da BM&FBOVESPA(*) e dos ADRs	7 de outubro de 2009
6.	Data de Liquidação	13 de outubro de 2009
7.	Fim do prazo para o exercício da Opção de Lote Suplementar	6 de novembro de 2009
8.	Data máxima de Liquidação das Units do Lote Suplementar	11 de novembro de 2009
9.	Data máxima de Publicação do Anúncio de Encerramento	13 de novembro de 2009

(1) Todas as datas previstas são meramente indicativas e estão sujeitas a alterações, suspensões ou adiamentos a critério do Banco e dos Coordenadores.

(*) As negociações das Units no pregão de 7 de outubro de 2009 serão liquidadas de acordo com procedimentos específicos divulgados pela BMF&BOVESPA. Para maiores informações, consulte sua corretora.

Procedimentos da Oferta

Após a disponibilização do Prospecto Definitivo, a concessão do registro da Oferta Brasileira pela CVM e a publicação do Anúncio de Início, as Instituições Participantes da Oferta realizarão a distribuição das Units, nos termos da Instrução CVM 400, e observado o esforço de dispersão acionária previsto no Regulamento do Nível 2.

Oferta de Varejo

Os Investidores Não-Institucionais interessados na realização do Pedido de Reserva, bem como os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima e os Clientes, deveriam ter lido cuidadosamente os termos e condições estipulados nos Pedidos de Reserva, especialmente no que diz respeito aos procedimentos relativos à liquidação da Oferta Brasileira e a entrega de Units.

O montante de, no mínimo, 10% e, no máximo, 20% das Units objeto da Oferta, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar, foi destinado prioritariamente à colocação pública junto aos Investidores Não-Institucionais que realizaram seus respectivos Pedidos de Reserva, em caráter irrevogável e irretratável, exceto pelo disposto nos itens (ix) e (x) abaixo e no item "Violações de Normas" abaixo, sendo que 5% e 10% das Units objeto da Oferta foram alocadas prioritariamente aos Investidores Não-Institucionais que sejam Funcionários/administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima e Clientes, respectivamente, observado o percentual mínimo e máximo destinado na Oferta à Oferta de Varejo. Para participar da Oferta Prioritária de Varejo, (i) o Funcionário, administrador do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima ou Cliente do Banco deveria efetuar sua reserva exclusivamente junto à Santander Corretora; (ii) o Cliente do Banco Real que fosse cadastrado na Real Corretora deveria realizar sua reserva exclusivamente junto à Real Corretora; e (iii) o cliente correntista do Banco Real que não fosse cadastrado na Real Corretora deveria realizar seu cadastro e pedido de reserva na Santander Corretora. Não participaram da alocação prioritária da Oferta de Varejo os Pedidos de Reserva por eles efetuados junto a outras Corretoras que não as respectivamente indicadas acima. Somente tiveram direito de participar prioritariamente da Oferta de Varejo os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima que foram assim considerados em 28 de setembro de 2009 e Clientes que foram assim considerados em 5 de outubro de 2009. A Oferta de Varejo se dará nas seguintes condições:

(i) cada um dos Investidores Não-Institucionais pôde efetuar o seu Pedido de Reserva junto a uma única Corretora, mediante o preenchimento de Pedido de Reserva, durante o Período de Reserva, observados o valor mínimo de investimento de R$3.000,00 (exceto no caso dos Funcionários e administradores do Banco, em que os pedidos de investimentos mínimo foram de R$1.000,00) e o valor máximo de R$300.000,00 por Investidor Não-Institucional. Recomendou-se aos Investidores Não-Institucionais que verificassem com a Corretora de sua preferência, antes de realizarem seus Pedidos de Reserva, se essa, a seu exclusivo critério, exigiria a manutenção de recursos em conta de investimento nela aberta e/ou mantida, para fins de garantia do Pedido de Reserva. Os Investidores Não-Institucionais, exceto os Funcionários, puderam estipular, no Pedido de Reserva, um preço máximo por Unit como condição de eficácia de seu Pedido de Reserva, conforme o previsto no parágrafo 3º do artigo 45 da Instrução CVM 400. Caso o Investidor Não-Institucional tenha optado pela estipulação de um preço máximo por Unit no Pedido de Reserva e o Preço por Unit tenha sido fixado em valor superior ao estipulado, o respectivo Pedido de Reserva será automaticamente cancelado. Os Funcionários, administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima e os Clientes que desejaram participar da Oferta Prioritária de Varejo necessariamente indicaram tal condição no campo específico do Pedido de Reserva, sob pena de terem sido considerados Investidores Não-Institucionais comuns e não participarem da alocação prioritária da Oferta de Varejo;

(ii) os Investidores Não-Institucionais (inclusive Funcionários e Clientes) que sejam Pessoas Vinculadas deveriam, necessariamente, ter indicado no Pedido de Reserva a sua condição de Pessoa Vinculada, sendo que, como houve excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Units inicialmente ofertadas (excluídas as Units do Lote Suplementar) não foi permitida a colocação de Units junto a Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas, sendo os Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas e os Pedidos de Reserva em que não se constatou a indicação da condição ou não de Pessoa Vinculada pelo Investidor Não-Institucional foram automaticamente cancelados, com exceção dos Pedidos de Reserva realizados pelos Investidores Não-Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas durante o Período de Reserva para Pessoas Vinculadas;

(iii) a Data de Liquidação, a quantidade de Units a ser subscrita (ajustada conforme descrito nos itens (vi), (vii) e (viii) abaixo, em decorrência do rateio) e o respectivo valor do investimento serão informados ao Investidor Não-Institucional até as 16:00 horas da data de publicação do Anúncio de Início, pela Corretora junto à qual tenha efetuado Pedido de Reserva, por meio de seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou correspondência, sendo o pagamento limitado ao valor do Pedido de Reserva;

(iv) cada Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor indicado no item (iii) acima junto à Corretora em que tenha efetuado seu respectivo Pedido de Reserva, em recursos imediatamente disponíveis, até as 10:30 horas da Data de Liquidação, sob pena de, em não o fazendo, ter seu Pedido de Reserva automaticamente cancelado;

(v) após as 16:00 horas da Data de Liquidação, desde que confirmado o crédito correspondente ao produto da colocação das Units na conta de liquidação, a BM&FBOVESPA entregará, a cada Investidor Não-Institucional que tenha feito reserva, em nome de cada uma das Corretoras junto à qual o Pedido de Reserva tenha sido realizado, o número de Units correspondente à divisão entre o valor constante do Pedido de Reserva e o Preço por Unit, ressalvadas as possibilidades de desistência e cancelamento previstas nos itens (ix) e (x) abaixo, se for o caso, e no item "Violações de Normas" abaixo e ressalvada as possibilidades de rateio previstas nos itens (vi), (vii) e (viii) abaixo. Caso tal divisão resulte em fração de Units, o valor do investimento será limitado ao valor correspondente ao maior número inteiro de Units;

(vi) tendo o total de Units objeto de Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais que sejam Funcionários ou administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima sido igual ou inferior a 5% das Units objeto da Oferta, sem considerar as Units do Lote Suplementar, não houve rateio, sendo que todos os Funcionários e administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima foram integralmente atendidos em todas as suas reservas e as eventuais sobras foram destinadas aos demais Investidores Não-Institucionais;

(vii) tendo o total de Units objeto de Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais que sejam Clientes sido igual ou inferior a 10% das Units objeto da Oferta Global, sem considerar as Units do Lote Suplementar, não houve rateio, sendo que todos os Clientes foram integralmente atendidos em todas as suas reservas e as eventuais sobras foram destinadas aos demais Investidores Não-Institucionais;

(viii) tendo o total das Units objeto de Pedidos de Reserva realizados por Investidores Não-Institucionais sido superior à quantidade de Units destinada à Oferta de Varejo, sem considerar as Units do Lote Suplementar e as Units destinadas à Oferta Prioritária de Varejo, foi realizado rateio das Units da seguinte forma: (a) a divisão igualitária e sucessiva das Units destinadas a Investidores Não-Institucionais entre todos os Investidores Não-Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva, desconsiderando-se as frações de Units, até o limite de R$3.000,00 por Investidor Não-Institucional; e (b) uma vez atendido o critério de rateio descrito no subitem (a) acima, foi efetuado o rateio proporcional das Units destinadas a Investidores Não-Institucionais remanescentes entre todos os Investidores Não-Institucionais, observando-se o valor individual de cada Pedido de Reserva e desconsiderando-se as frações de Units. Opcionalmente, a critério dos Coordenadores, a quantidade de Units destinadas a Investidores Não-Institucionais poderia ter sido, mas não foi aumentada para que os pedidos excedentes dos Investidores Não-Institucionais fossem totalmente ou parcialmente atendidos, observado o critério de rateio descrito neste parágrafo;

(ix) o Investidor Não-Institucional somente poderá desistir do seu Pedido de Reserva caso (a) seja verificada divergência relevante entre as informações constantes do Prospecto Preliminar e do Prospecto Definitivo que altere substancialmente o risco assumido pelos Investidores Não-Institucionais ou a sua decisão de investimento; (b) a Oferta Global seja suspensa nos termos do artigo 20 da Instrução CVM 400; e/ou (c) a Oferta Global seja modificada nos termos do artigo 27 da Instrução CVM 400, devendo, para tanto, informar sua decisão à Corretora que tenha recebido o Pedido de Reserva até as 16:00 horas do quinto dia útil subsequente à data em que for disponibilizado o Prospecto Definitivo, no caso da alínea (a) acima, ou comunicada por escrito a suspensão ou a modificação da Oferta Global, no caso das alíneas (b) e (c) acima. Caso o Investidor Não-Institucional não informe sua decisão de desistência do Pedido de Reserva nos termos deste inciso, o Pedido de Reserva será considerado válido e o Investidor Não-Institucional deverá efetuar o pagamento do valor do investimento;

(x) na hipótese de (a) não haver a conclusão da Oferta Global; (b) resilição do Contrato de Colocação; (c) cancelamento da Oferta Global; ou (d) revogação da Oferta Global, todos os Pedidos de Reserva serão automaticamente cancelados e cada Corretora comunicará referido cancelamento, que será inclusive objeto de publicação de comunicado ao mercado pelo Banco e pelas Instituições Participantes da Oferta, aos Investidores Não-Institucionais que houverem efetuado Pedido de Reserva junto a tal Corretora; e

(xi) caso o Investidor Não-Institucional já tenha efetuado o pagamento nos termos do inciso (iv) acima e ocorram as hipóteses previstas nos itens (ix) ou (x) acima ou ainda no item "Violações de Normas" abaixo, os valores eventualmente depositados serão devolvidos sem remuneração ou correção monetária, no prazo de até cinco dias úteis contados a partir do pedido de cancelamento do Pedido de Reserva ou do cancelamento da Oferta Global e/ou Pedido de Reserva, conforme o caso.

É admissível o recebimento de reservas para subscrição das Units a partir da data indicada no Aviso ao Mercado, as quais somente serão confirmadas pelo subscritor após o início do Prazo de Distribuição.

Plano de Incentivo

O Funcionário pode utilizar-se de condições especiais para subscrição e integralização das Units, aprovadas e concedidas pelo Banco exclusivamente aos Funcionários por meio de plano de incentivo que possibilita, mediante requerimento, um empréstimo junto ao Banco, no valor mínimo de R$1.000,00 e limitado ao valor máximo do salário bruto mensal de cada Funcionário adicionado do IOF correspondente à transação, cujo pagamento será efetuado ao Banco em 60 parcelas mensais, fixas e consecutivas, com juros de 1% ao ano (taxa exponencial com base em 360 dias). Os Funcionários que subscreverem Units por meio do Plano de Incentivo não poderão negociá-las ou transferi-las a partir do início da negociação das Units na BM&FBOVESPA e por um período de 60 dias contados da Data de Liquidação. Além disso, o Banco arcará com a taxa de custódia devida à Santander Corretora pelo Funcionário que permanecer com as Units pelo prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Liquidação. O Plano de Incentivo não pode beneficiar os administradores do Banco ou de suas subsidiárias e das sociedades ISBAN, Produban e Aquanima. Na hipótese de desligamento do Funcionário após a publicação do Anúncio de Início e/ou na hipótese de alienação, durante o período do empréstimo, total ou parcial, das Units adquiridas no âmbito do Plano de Incentivo, o empréstimo realizado pelo Banco ao Funcionário terá o prazo de vencimento antecipado. Caso o Funcionário utilize o Plano de Incentivo, ele deverá ter indicado tal situação no Pedido de Reserva efetuado.

Procedimentos para Atendimentos aos Clientes, Funcionários e administradores do Banco

Os clientes do Banco que forem correntistas já cadastrados na Santander Corretora puderam fazer seus pedidos de reserva através do *website* da Santander Corretora (www.santandercorretora.com.br) ou nas salas de ações do Banco. Os clientes do Banco que forem correntistas e não forem cadastrados na Santander Corretora precisaram efetuar seu cadastro na Santander Corretora exclusivamente nas salas de ações do Banco Santander (Brasil) S.A. e em seguida efetuar o pedido de reserva nestas mesmas salas de ações.

Os clientes correntistas do Banco Real já cadastrados na Real Corretora deveriam fazer o seu pedido de reserva através do Real Ações, pelos telefones (11) 3553 4279 (São Paulo), (21) 3460 7379 (Rio de Janeiro) e 0800 7235008 (demais localidades). Já os clientes correntistas não cadastrados na Real Corretora precisaram efetuar o cadastramento exclusivamente nas agências do Banco Real selecionadas especificamente para essa finalidade antes de efetuar o pedido de reserva, nestas mesmas agências. Esses clientes foram direcionados à Santander Corretora para realização de seus respectivos cadastros e Pedidos de Reserva.

No caso de Funcionários que não estivessem cadastrados nas respectivas corretoras, seus respectivos cadastros foram realizados por meio de procedimento interno e o pedido de reserva pôde ser efetuado inclusive por meio do portal do Banco em sua rede interna (Intranet), acessível a todos os funcionários, por meio do uso de cadastro de acesso (*login*) e senha personalizados para cada funcionário.

Oferta Institucional

As Units objeto da Oferta Brasileira que não forem colocadas na Oferta de Varejo serão destinadas à Oferta Institucional, a Investidores Institucionais, de acordo com o seguinte procedimento:

(i) os Investidores Institucionais interessados em participar da Oferta Global apresentaram suas intenções de investimento durante o Procedimento de *Bookbuilding,* não sendo admitidas reservas antecipadas por meio de pedido de reserva, tampouco limites mínimos ou máximos de investimento;

(ii) caso o número de Units objeto das ordens de investimento recebidas dos Investidores Institucionais durante o Procedimento de *Bookbuilding*, na forma do artigo 44 da Instrução CVM 400, exceda o total de Units remanescentes após o atendimento dos Pedidos de Reserva dos Investidores Não-Institucionais, terão prioridade no atendimento de suas respectivas ordens os Investidores Institucionais que, a critério dos Coordenadores e do Banco, melhor atendam ao objetivo da Oferta Global de criar uma base diversificada de acionistas, formada por investidores com diferentes critérios de avaliação sobre as perspectivas, ao longo do tempo, do Banco, seu setor de atuação e a conjuntura macroeconômica brasileira e internacional, observado o disposto no plano de distribuição elaborado pelo Coordenador Líder, com expressa anuência do Banco, nos termos do parágrafo 3º do artigo 33 da Instrução CVM 400, o qual leva em conta as relações dos Coordenadores com seus clientes e outras considerações de natureza comercial ou estratégica;

(iii) até as 12:00 da data de publicação do Anúncio de Início, os Investidores Institucionais serão informados, por meio do seu respectivo endereço eletrônico, ou, na sua ausência, por telefone ou *fac-símile*, da Data de Liquidação, da quantidade de Units alocadas e do Preço por Unit;

(iv) a entrega das Units deverá ser efetivada na Data de Liquidação, mediante o pagamento em moeda corrente nacional, à vista e em recursos imediatamente disponíveis, do Preço por Unit multiplicado pela quantidade de Units alocadas, de acordo com os procedimentos previstos no Anúncio de Início;

(v) a subscrição das Ações integrantes das Units e das Ações subjacentes aos Recibos de Subscrição, que comporão e lastrearão as Units após a Homologação, será formalizada mediante assinatura de Boletim de Subscrição, cujo modelo final tenha sido previamente apresentado à CVM e que informe o investidor claramente sobre a entrega das Units; e

(vi) poderia ser aceita a participação de Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas no processo de fixação do Preço por Unit, mediante a participação destes no Procedimento de *Bookbuilding*, até o limite máximo de 15% do valor da Oferta Global. Como foi verificado excesso de demanda superior em 1/3 à quantidade de Units inicialmente ofertadas (sem considerar as Units do Lote Suplementar), não foi permitida a colocação de Units aos Investidores Institucionais que sejam Pessoas Vinculadas. Os investimentos realizados para proteção (*hedge*) de operações com derivativos não foram considerados investimentos efetuados por Pessoas Vinculadas para fins da Oferta Global.

Violações de Normas

Caso haja descumprimento, por qualquer dos Coordenadores Contratados e/ou Corretoras, de qualquer das obrigações previstas no respectivo Termo de Adesão ao Contrato de Colocação ou em qualquer contrato celebrado no âmbito da Oferta Global, ou ainda, de qualquer das normas de conduta previstas na regulamentação aplicável à Oferta Global, incluindo, sem limitação, aquelas previstas na Instrução CVM 400, e, especificamente, na hipótese de manifestação indevida na mídia durante o período de silêncio, conforme previsto no artigo 48 da Instrução CVM 400, tal Coordenador Contratado e/ou Corretora (i) deixará de integrar o grupo de instituições responsáveis pela colocação das Units no âmbito da Oferta Global, a critério exclusivo dos Coordenadores, devendo cancelar todos os Pedidos de Reserva ou Boletins de Subscrição que tenha recebido e informar imediatamente os investidores que com ela tenham realizado Pedido de Reserva ou ordens para a coleta de investimentos, conforme o caso, sobre o referido cancelamento; (ii) deverá arcar com os custos com publicações e honorários advocatícios relacionados à violação e sua exclusão da Oferta Global; e (iii) poderá ser suspensa, por um período de até 6 (seis) meses contados da data da comunicação da violação, de atuar como Instituição Participante da Oferta em ofertas de distribuição pública coordenadas pelos Coordenadores.

Prazo de Distribuição e Data de Liquidação

A data de início da Oferta Global será divulgada mediante publicação do Anúncio de Início, em conformidade com o previsto no parágrafo único do artigo 52 da Instrução CVM 400. O Prazo de Distribuição é de até seis meses contados da data de publicação do Anúncio de Início, nos termos do artigo 18 da Instrução CVM 400, ou até a data da publicação do Anúncio de Encerramento, o que ocorrer primeiro.

A liquidação física e financeira da Oferta Global deverá ser realizada até o terceiro dia útil contado da data de publicação do Anúncio de Início, na Data de Liquidação, de acordo com os procedimentos previstos no Contrato de Colocação.

A liquidação física e financeira das Units do Lote Suplementar deverá ser realizada até o terceiro dia útil seguinte à data de exercício da Opção de Lote Suplementar, na Data de Liquidação das Units do Lote Suplementar, de acordo com o disposto no Contrato de Colocação.

Inadequação da Oferta a Certos Investidores

O investimento em Units, sendo um investimento em renda variável, representa um investimento de risco e, assim, os investidores que pretendam investir nas Units estão sujeitos a diversos riscos, inclusive aqueles relacionados à volatilidade do mercado de capitais, à liquidez das Units e à oscilação de suas cotações em bolsa, e, portanto, poderão perder uma parcela ou a totalidade de seu eventual investimento. O investimento em Units não é, portanto, adequado a investidores avessos aos riscos relacionados à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há nenhuma classe ou categoria de investidor que esteja proibida por lei de adquirir as Units. Os investidores devem ler a seção "Fatores de Risco", constantes das páginas 82 a 92 deste Prospecto, para ciência de certos riscos que devem ser levados em consideração com relação ao investimento nas Units.

Formação de Units por Titulares de Ações em Circulação

Após a Homologação e a conclusão da Oferta Global, pretendemos criar mecanismo de forma a permitir que acionistas que detenham Ações Ordinárias e/ou Ações Preferenciais em circulação em número que não os permita convertê-las em Units (ou seja, lotes de 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais para a formação de cada Unit), possam adquirir Ações, a preço de mercado, para esse fim. Este mecanismo pode vir a depender de aprovação regulatória e seus termos e condições seriam comunicados oportunamente aos titulares de Ações em circulação. Não podemos assegurar que conseguiremos implementer tal mecanismo ou que o mesmo será aprovado pela CVM e/ou pela BM&FBOVESPA. Nosso acionista Santander Seguros, membro do Grupo Santander, manifestou sua intenção de vender Ações de sua titularidade aos titulares de Ações em circulação que desejarem comprar Ações exclusivamente a fim de lhes permitir a aquisição do número necessário de Ações para a formação de suas Units.

Contrato de Colocação e Underwriting Agreement

O Banco, os Coordenadores e a BM&FBOVESPA (como interveniente anuente) celebraram o Contrato de Colocação e, o Banco e os Coordenadores da Oferta Internacional, que são também os Agentes de Colocação Internacional, celebraram o *Underwriting Agreement*.

De acordo com os termos do Contrato de Colocação, os Coordenadores concordaram em distribuir, em regime de garantia firme de liquidação individual e não solidária, a totalidade das Units.

Nos termos do *Underwriting Agreement*, celebrado na mesma data de celebração do Contrato de Colocação, os Coordenadores da Oferta Internacional concordaram em (i) no âmbito da Oferta Brasileira, realizar esforços de colocação das Units exclusivamente no exterior; e (ii) no âmbito da Oferta Internacional, distribuir, em regime de garantia firme de subscrição, Units sob a forma de ADRs, representativos de ADSs, no exterior. As Units que forem objeto de esforços de colocação no exterior pelos Agentes de Colocação Internacional serão obrigatoriamente subscritas, liquidadas e pagas aos Coordenadores, em Reais.

O Contrato de Colocação e o *Underwriting Agreement* estabelecem que a obrigação dos Coordenadores e dos Coordenadores da Oferta Internacional/Agentes de Colocação Internacional de colocação das Units, garantia firme de liquidação, ou de subscrição dos ADRs, no caso dos Coordenadores da Oferta Internacional, está sujeita a determinadas condições que visam a atestar a não ocorrência de eventos materialmente adversos em relação ao Banco e a conformidade da Oferta Global com a legislação aplicável, bem como outras condições como (i) a entrega de opiniões legais pelos assessores jurídicos do Banco e dos Coordenadores; (ii) a assinatura de termos de restrição à negociação de Ações pelo Banco, por seus administradores e por seus Acionistas Controladores; e (iii) a emissão de cartas de conforto pelos Auditores Independentes do Banco relativas às demonstrações financeiras consolidadas e demais informações financeiras contidas neste Prospecto, e no *International Prospectus* a ser utilizado nos esforços de colocação das Units, inclusive sob a forma de ADRs no exterior e na Oferta Internacional.

De acordo com o Contrato de Colocação e o *Underwriting Agreement*, o Banco se obriga a indenizar os Coordenadores e os Coordenadores da Oferta Internacional em certas circunstâncias e contra determinadas contingências. Para mais informações acerca das obrigações estipuladas no *Underwriting Agreement*, veja o Fator de Risco "Estamos realizando uma Oferta de Units no Brasil, com esforços de colocação no exterior, e uma Oferta Internacional, o que poderá deixar o Banco expostos a riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil", na seção "Fatores de Risco", constante da página 82 deste Prospecto. As Units serão ofertadas pelas Instituições Participantes da Oferta e pelos Coordenadores da Oferta Internacional/Agentes de Colocação Internacional pelo Preço por Unit.

Cópia do Contrato de Colocação está disponível para consulta ou cópia pelo Coordenador Líder, em seu endereço indicado neste Prospecto, na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores", na página 77 deste Prospecto.

Garantia Firme de Liquidação

Nos termos do Contrato de Colocação, as Units objeto da Oferta Brasileira serão colocadas em regime de garantia firme de liquidação prestada pelos Coordenadores, de forma individual e não solidária, incluindo as Units do Lote Suplementar. Caso a totalidade das Units objeto da Oferta Brasileira não seja totalmente liquidada até a Data de Liquidação, cada um dos Coordenadores realizará a subscrição e a integralização, de forma individual e não solidária, na Data de Liquidação, da totalidade do eventual saldo resultante da diferença entre o número de Units objeto da garantia firme prestada por tal Coordenador nos termos do Contrato de Colocação e o número de Units colocadas e efetivamente liquidadas no mercado, pelo Preço por Unit. Tal garantia individual e não solidária é vinculante a partir do momento em que for assinado o Contrato de Colocação, sendo que a responsabilidade dos Coordenadores está limitada exclusivamente à garantia firme de liquidação estabelecida no Contrato de Colocação. Em caso de exercício da garantia firme de liquidação e posterior revenda das Units ao público pelos Coordenadores, durante o Prazo de Distribuição, o preço de revenda das Units será o preço de mercado das Units, até o limite máximo do Preço por Unit, ressalvadas as atividades de estabilização.

Segue tabela contendo quantidade de Units objeto de garantia firme de liquidação não solidária prestada pelos Coordenadores:

	Quantidade de Units(**)	**Percentual do Montante Total**
Coordenador Líder(*)	188.940.000	31,49%
Credit Suisse	185.640.000	30,94%
Merrill Lynch	159.120.000	26,52%
BTG Pactual.....	66.300.000	11,05%
Total	**600.000.000**	**100%**

(*) Na eventualidade de exercício da garantia firme de liquidação pelo Coordenador Líder em conformidade com o Contrato de Colocação, o Coordenador Líder fará com que qualquer sociedade que, direta ou indiretamente, controle, seja controlada ou esteja sob controle comum do Coordenador Líder adquira as Units objeto da garantia firme de liquidação exercida, observadas a legislação e regulamentação aplicáveis.

(**) Inclui Units do Lote Suplementar.

Restrições à Venda de Units/Ações (lock-up)

Na data de publicação do Anúncio de Início, os Coordenadores deverão ter recebido acordos de *lock-up* devidamente firmados pelas Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários, nos moldes do *Underwriting Agreement,* dispondo sobre a não alienação das Units e Ações e de valores mobiliários conversíveis em, permutáveis por, ou que admitam pagamento mediante entrega de Units e Ações, durante um período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, exceto (i) transferências realizadas para fins de estabilização do preço das Units; (ii) a transferência de Units/Ações a uma corretora, com o consentimento dos Coordenadores, no contexto da realização de atividades de formador de mercado para a Oferta Global, de acordo com a Instrução CVM 384 e com o Código ANBID de Regulação e Melhores Práticas para as Ofertas Públicas de Distribuição e Aquisição de Valores Mobiliários; (iii) a alienação de Ações/Units detidas pela Santander Seguros para fins de eliminação da participação recíproca envolvendo o Banco; (iv) a alienação de Units/Ações eventualmente adquiridas por força do exercício da garantia firme no âmbito da Oferta Global; (v) transferências para a implementação de plano de opção de compra de Ações/Units do Banco; (vi) a transferência, direta ou indireta, de valores mobiliários entre acionistas, controladoras, controladas ou coligadas de Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários; (vii) a transferência por Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários de Units/Ações de sua titularidade para uma ou mais pessoas físicas com o propósito de torná-las elegíveis para cargos no Conselho de Administração do Banco, quando aplicável; (viii) a transferência do valor mobiliário detido por representante de Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários que ocupe cargo no Conselho de Administração do Banco para Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários ou para outra pessoa física por eles designada com o propósito de torná-la elegível para cargo no Conselho de Administração do Banco, quando aplicável, na hipótese do referido representante de Pessoas Sujeitas às Restrições de Transferência de Valores Mobiliários ser destituído do referido cargo ou, por qualquer razão, deixá-lo. Nenhuma autorização será necessária caso as atividades de formador de mercado sejam realizadas por corretoras pertencentes ao grupo econômico dos Coordenadores.

Ademais, os Funcionários que assim se declararam ao realizar o Pedido de Reserva não poderão negociá-las ou transferi-las a partir do início da negociação das Units na BM&FBOVESPA e por um período de 60 dias contados da Data de Liquidação.

Empréstimo de Ações para Estabilização

4.125.000.000 Ações Ordinárias e 3.750.000.000 Ações Preferenciais, equivalentes a 14,29% das Units inicialmente ofertadas serão emprestadas pelo Santander Insurance ao Credit Suisse, no contexto das atividades de estabilização do preço das Units.

Estabilização do Preço das Units

O Credit Suisse, por intermédio da CS Corretora, poderá, a seu exclusivo critério, conduzir atividades de estabilização de preço das Units, pelo prazo de até 30 (trinta) dias contados, inclusive, da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, por meio de operações de compra e venda de Units de emissão do Banco na BM&FBOVESPA, observadas as disposições legais aplicáveis e o disposto no Contrato de Estabilização, que será previamente aprovado pela BM&FBOVESPA e pela CVM, nos termos do artigo 23, parágrafo 3º, da Instrução CVM 400 e do item II da Deliberação CVM nº 476, de 25 de janeiro de 2005. Após tais aprovações, cópia do Contrato de Estabilização poderá ser obtida com o Credit Suisse.

Adicionalmente, será constituído um mecanismo para estabilização do preço das Units ofertadas sob a forma de ADSs no contexto da Oferta Internacional, pelo qual o *Credit Suisse Securities (USA) LLC* poderá realizar operações para estabilizar ou manter o preço das Units sob a forma de ADSs no exterior, observadas as regras e a regulamentação vigentes nas respectivas jurisdições internacionais. Tais atividades de estabilização no exterior poderão incluir vendas de ADSs a descoberto, e podem ter o efeito de impedir ou retardar uma queda de preço das Units ou ADSs.

As atividades de estabilização do preço das Units e ADSs eventualmente realizadas serão exercidas a exclusivo critério do Credit Suisse, por intermédio da CS Corretora, no contexto da Oferta Brasileira, e do *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, no contexto da Oferta Internacional.

Alteração das Circunstâncias, Revogação ou Modificação

O Banco poderá requerer que a CVM autorize a modificação ou o cancelamento da Oferta Global, caso ocorram alterações relevantes e inesperadas nas circunstâncias inerentes à Oferta Global existentes na data do pedido de registro de distribuição que resultem em um aumento relevante nos riscos por eles assumidos. Adicionalmente, o Banco poderá modificar, a qualquer tempo, a Oferta Global, a fim de melhorar seus termos e condições para os investidores, conforme disposto no parágrafo 3º do artigo 25 da Instrução CVM 400. Caso o requerimento de modificação nas condições da Oferta Global seja aceito pela CVM, o prazo para distribuição da Oferta Global poderá ser adiado em até 90 dias, contados da aprovação do pedido de registro. Se a Oferta Global for cancelada, os atos de aceitação anteriores e posteriores ao cancelamento serão considerados ineficazes.

A revogação da Oferta Global ou qualquer modificação na Oferta Global será imediatamente divulgada por meio do Diário Oficial do Estado de São Paulo e do jornal "Valor Econômico", veículos também usados para divulgação do Aviso ao Mercado e do Anúncio de Início, conforme disposto no artigo 27 da Instrução CVM 400, através de Anúncio de Retificação. Após a publicação do Anúncio de Retificação, os Coordenadores só aceitarão ordens no Procedimento de *Bookbuilding* e as Corretoras só aceitarão Pedidos de Reserva daqueles investidores que estejam cientes dos termos do Anúncio de Retificação. Os investidores que já tiverem aderido à Oferta Global serão considerados cientes dos termos do Anúncio de Retificação quando, passados 5 dias úteis de sua publicação, não revogarem expressamente suas ordens no Procedimento de *Bookbuilding* ou seus Pedidos de Reserva. Nesta hipótese, as Instituições Participantes da Oferta presumirão que os investidores pretendem manter a declaração de aceitação.

Em qualquer hipótese, a revogação torna ineficaz a Oferta Global e os atos de aceitação anteriores ou posteriores, devendo ser restituídos integralmente aos investidores aceitantes os valores dados em contrapartida à subscrição das Units, sem qualquer acréscimo, conforme disposto no artigo 26 da Instrução CVM 400.

Suspensão e Cancelamento da Oferta Global

Nos termos do artigo 19 da Instrução CVM 400, a CVM (a) poderá suspender ou cancelar, a qualquer tempo, uma oferta que: (i) esteja se processando em condições diversas das constantes da Instrução CVM 400 ou do registro; ou (ii) tenha sido havida por ilegal, contrária à regulamentação da CVM ou fraudulenta, ainda que após obtido o respectivo registro; e (b) suspenderá qualquer oferta quando verificar ilegalidade ou violação de regulamento sanáveis. O prazo de suspensão de uma oferta não poderá ser superior a 30 dias, durante o qual a irregularidade apontada deverá ser sanada. Findo tal prazo sem que tenham sido sanados os vícios que determinaram a suspensão, a CVM deverá ordenar a retirada da referida oferta e cancelar o respectivo registro.

A suspensão ou o cancelamento da Oferta será informado aos investidores que já tenham aceitado a oferta, sendo-lhes facultado, na hipótese de suspensão, a possibilidade de revogar a aceitação até o 5º dia útil posterior ao recebimento da respectiva comunicação. Todos os investidores que já tenham aceitado a oferta, na hipótese de seu cancelamento, e os investidores que tenham revogado a sua aceitação, na hipótese de suspensão, conforme previsto acima, terão direito à restituição integral dos valores dados em contrapartida às Units, conforme o disposto no parágrafo único do artigo 20 da Instrução CVM 400, no prazo de cinco dias úteis, sem qualquer remuneração ou correção monetária.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Ordinárias

As Ações Ordinárias que comporão as Units após a Homologação, se for o caso, assim como todas as Ações Ordinárias de emissão do Banco, conferem a seus titulares os seguintes direitos: (a) direito de voto nas Assembleias Gerais do Banco, sendo que cada Ação Ordinária corresponderá a um voto; (b) direito ao dividendo obrigatório, em cada exercício social, equivalente a 25% do lucro líquido ajustado, nos termos do art. 202 da Lei das Sociedades por Ações; (c) direito de alienação das Ações Ordinárias nas mesmas condições asseguradas ao acionista controlador alienante, em caso de alienação, direta ou indireta, a título oneroso, do controle do Banco, tanto por meio de uma única operação como por meio de operações sucessivas (100% de *tag along*); (d) direito ao recebimento integral de dividendos e demais proventos de qualquer natureza que vierem a ser declarados pelo Banco a partir da data de Homologação; (e) direito de alienação de suas Ações Ordinárias em oferta pública a ser efetivada pelo acionista controlador, em caso de cancelamento do registro de companhia aberta ou de cancelamento de listagem das Ações de emissão do Banco no segmento especial de listagem Nível 2 da BM&FBOVESPA, pelo seu valor econômico, apurado mediante laudo de avaliação elaborado por empresa especializada e independente; e (f) todos os demais direitos assegurados às Ações Ordinárias, nos termos previstos no Regulamento do Nível 2, no estatuto social do Banco e na Lei das Sociedades por Ações, conforme descritos neste Prospecto.

Direitos, Vantagens e Restrições das Ações Preferenciais

As Ações Preferenciais que comporão as Units após a Homologação, se for o caso, assim como todas as Ações Preferenciais de emissão do Banco, ressalvadas as hipóteses previstas em lei e no Regulamento do Nível 2, não conferem direito de voto nas deliberações da Assembleia Geral, sendo-lhes asseguradas, além do direito à participação integral em distribuições de dividendos e pagamentos de juros sobre o capital próprio a partir da data de Homologação, as seguintes preferências e vantagens: (a) direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de alienação de nosso controle, ao mesmo preço pago por ação ordinária do nosso bloco de controle (100% de *tag along*); (b) direito de serem incluídas em oferta pública de aquisição de ações, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao nosso valor econômico, apurado em laudo de avaliação, nos termos estabelecidos no estatuto social do Banco e na legislação aplicável, em decorrência de (i) descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2, para que as Ações passem a ter registro para negociação fora do Nível 2, e (ii) reorganização societária da qual a sociedade resultante não seja classificada como detentora de padrão de governança corporativa Nível 2; (c) direito de participar dos lucros distribuídos em montante 10% (dez por cento) maior do que os distribuídos às Ações Ordinárias; (d) prioridade na distribuição dos dividendos; (e) participação, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, bem como na distribuição de ações bonificadas, provenientes de capitalização de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer fundos; e (f) direito à prioridade no reembolso do capital social, sem prêmio, no caso de nossa dissolução.

Direitos, Vantagens e Restrições dos Recibos de Subscrição

Os direitos conferidos às Ações, inclusive o de recebimento de dividendos e o direito de voto, não são conferidos aos respectivos Recibos de Subscrição, com exceção do direito de serem convertidos em Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais, conforme o caso, após a Homologação. Para mais informações a respeito das características e riscos inerentes aos Recibos de Subscrição, ver Seções "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Units" *e* "Descrição do Capital Social" deste Prospecto.

Direitos, Vantagens e Restrições das Units

As Units refletirão as características das Ações e dos Recibos de Subscrição que as compuserem. Inicialmente, as Units representarão Ações, frações de Ações, Recibos de Subscrição e frações de Recibos de Subscrição, sendo que os Recibos de Subscrição não têm todos os direitos conferidos às Ações. Uma vez ocorrida a Homologação, o Banco publicará comunicado ao mercado informando aos investidores que as Units passaram a ser integradas e lastreadas integralmente por Ações, sendo todos os Recibos de Subscrição convertidos em Ações. Até a Homologação, as Units não poderão ser emitidas ou canceladas nas Ações subjacentes. As Units não poderão ser canceladas para recebimento das Ações a elas subjacentes pelo prazo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do Credit Suisse para, ao fim do período de estabilização do Preço por Unit, devolver as Ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização. Adicionalmente, até a Homologação, exceto pelas Units que serão emitidas no contexto da Oferta, não será possível emitir ou cancelar Units, nos termos do artigo 49, § 2° e artigo 51 do estatuto social do Banco. Além disso, até a Homologação, as Units representarão frações de Ações e Recibos de Subscrição e os titulares das Units somente poderão votar com os números inteiros de Ações que possuírem. Para mais informações a respeito das características e riscos inerentes às Units, ver Seções "Informações Relativas à Oferta Global" e "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Units" deste Prospecto.

Suspensão do Direito de Cancelamento/Desmembramento das Units

O Conselho de Administração do Banco deliberou, em reunião realizada em 18 de setembro de 2009, a suspensão do direito de cancelamento/desmembramento das Units por um período de 180 dias contados da data de publicação do Anúncio de Início, conforme previsto no artigo 51, §2° do Estatuto Social do Banco. Nesse sentido, as Units não poderão ser canceladas ou desmembradas nos valores mobiliários a elas subjacentes durante o prazo de 180 dias iniciado na data de publicação do Anúncio de Início, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do Credit Suisse para, ao fim do período de estabilização do Preço por Unit, devolver as Ações por ele tomadas por empréstimo como forma de viabilizar as atividades de estabilização a serem por ele conduzidas no âmbito da Oferta Brasileira, nos termos do Contrato de Empréstimo de Ações Ordinárias e Preferenciais de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A.

Intersyndicate Agreement

Os Coordenadores e os Coordenadores da Oferta Internacional celebraram o *Intersyndicate Agreement*, regulando a realocação de Units e ADRs entre a Oferta Brasileira e a Oferta Internacional, em função da demanda verificada no Brasil e no exterior durante o curso da Oferta Global.

Relacionamento entre o Banco, os Coordenadores e os Coordenadores Contratados

Relacionamento entre o Banco e o Coordenador Líder

O Banco é o Coordenador Líder da Oferta Brasileira e participará do procedimento para determinação do Preço por Unit juntamente com os demais três Coordenadores. Para maiores informações sobre o risco de um possível impacto na formação do Preço por Unit em vista da participação do Coordenador Líder e emissor no procedimento de formação do Preço por Unit, ver o fator de risco "O Banco e o Coordenador Líder são a mesma pessoa jurídica e, uma vez que o Coordenador Líder participa do Procedimento de *Bookbuilding*, há risco de distorções na formação do Preço por Ação", na página 88 deste Prospecto.

Relacionamento entre o Banco e o Credit Suisse

Além do que se refere à Oferta, como participante regular do mercado financeiro, o Credit Suisse e sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais usuais com o Banco, como contrapartes de mercado e/ou intermediários de ordens de terceiros, entre outras, em operações de opções e de futuros e/ou de compra e venda de ações na BM&FBOVESPA, em preços e condições compatíveis com os de mercado. O Banco poderá, no futuro, contratar o Credit Suisse ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Units com seus clientes. O Credit Suisse Securities (Europe) Limited e/ou suas afiliadas poderão adquirir Units na Oferta Global como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Credit Suisse cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o Merrill Lynch

Além do que se refere à Oferta, o Merrill Lynch e as sociedades do seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais usuais com o Banco, incluindo a atuação como contraparte de mercado, a extensão de linhas de crédito e a prestação de serviços de banco de investimentos, como a participação do Merrill Lynch como coordenador contratado na oferta pública inicial de ações de emissão da Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos da qual o Banco foi acionista vendedor. No futuro, o Merrill Lynch e as sociedades do seu conglomerado econômico poderão continuar a prestar serviços financeiros e bancários ao Banco, a preços e condições de mercado, incluindo, dentre outros, assessoria em operações de fusões e aquisições e no mercado de capitais, extensão de linhas de crédito, intermediação e negociação de títulos e valores mobiliários, consultoria financeira e outras operações financeiras necessárias à condução das atividades do Banco.

A Merrill Lynch International e outras sociedades do conglomerado econômico do Merrilll Lynch poderão celebrar com seus clientes operações de derivativos de Units ou de ações de emissão do Banco. A Merrill Lynch International e as sociedades do conglomerado econômico do Merrilll Lynch poderão adquirir Units ou Ações como forma de proteção (*hedge*) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Merrill Lynch cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o BTG Pactual

Além do que se refere à Oferta, como participante regular do mercado financeiro, o BTG Pactual e as sociedades do seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais usuais com o Banco e instituições integrantes de seu conglomerado econômico, como contrapartes de mercado e/ou intermediários de suas ordens e de terceiros, em operações de opções, de moeda, de futuros e/ou de compra e venda e aluguel de ações na BM&FBOVESPA, bem como operações interbancárias de câmbio, distribuição de cotas de fundos de investimento e utilização de serviços de custódia e controladoria de fundos de investimento, em preços e condições compatíveis com os praticados no mercado. O Banco poderá, no futuro, contratar o BTG Pactual ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-lo na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades, incluindo, dentre outras, operações envolvendo produtos da BM&FBOVESPA, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao BTG Pactual cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e os Coordenadores Contratados

Relacionamento entre o Banco e o Banco Barclays S.A.

O Barclays Bank Plc, controlador do Banco Barclays S.A., na qualidade de instituição financeira com atuação ampla em diversos países, diretamente ou por meio de suas subsidiárias, mantém, no curso normal de suas atividades bancárias, relações comerciais com o Banco. Em tal contexto, presta ou pode prestar ao Banco serviços relacionados a aplicações financeiras, ofertas de valores mobiliários, prestação de garantias, operações de tesouraria, derivativos, trading e operações de crédito.

O Barclays Plc e/ou suas afiliadas podem manter em posição proprietária ou em nome de clientes ações ou outros títulos de emissão do Banco.

O Barclays Bank Plc e/ou suas afiliadas podem celebrar, no exterior, operações de derivativos de Units com seus clientes. Barclays Plc e/ou suas afiliadas poderão adquirir Units na Oferta Global como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Banco Barclays S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o BB Banco de Investimento S.A.

O BB Banco de Investimento S.A. é uma subsidiária integral do Banco do Brasil S.A. ("BB") para o exercício da atividade de banco de investimento. O BB é credor do Banco em diversos empréstimos e linhas de crédito (tais como carta de crédito, operações de desconto de carta de crédito, operações de garantias bancárias, pperações de *Import Finance Loans*, operações de aviso e negociação de cartas de crédito, operações de cartas de crédito *Pre Export Loans*). O BB presta serviços ao Banco de interbancário de câmbio, aplicações financeiras, prestação de garantias, operações de tesouraria, trading e operações de crédito.

Sociedades integrantes do grupo econômico do BB podem possuir ações de nossa emissão, diretamente ou em fundos de investimentos administrados e/ou geridos por tais sociedades, adquiridas em operações regulares em bolsa de valores a preços e condições de mercado – em todos os casos, participações minoritárias que não atingem e não atingirão 5% do capital social do Banco.

Exceto pelo disposto acima, o Banco não possui qualquer outro relacionamento com o conglomerado BB. O banco poderá, no futuro, contratar com o BB Banco de Investimento S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais necessárias à condução de nossas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao BB Banco de Investimento S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o Banco Bradesco BBI S.A.

Além do relacionamento referente à Oferta, o Banco Bradesco S.A., controlador do Banco Bradesco BBI S.A. e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais com o Banco e/ou com sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico, tais como: cobrança de títulos, operações de swap s/ caixa, aplicações financeiras interbancária (CDBs, subordinadas e compromissadas), fiança e serviços de tesouraria internacional.

Além disso, o Banco Bradesco S.A. mantém participação acionária na CBSS (Companhia Brasileira de Soluções e Serviços), sociedade de prestação de serviços voltada à área de gestão de vale-benefícios, e Companhia Brasileira de Meios de Pagamento, empresas nas quais o Banco e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico possui participação acionária.

O Banco poderá, no futuro, contratar o Banco Bradesco BBI S.A. e/ou sociedades de seu conglomerado econômico para nos assessorar na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de nossas atividades, incluindo, dentre outras, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Banco Bradesco BBI S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o Banco Calyon Brasil S.A.

Além do relacionamento referente à presente Oferta, o Banco Calyon Brasil S.A. não possui nenhum outro relacionamento o Banco. Entretanto, o controlador do Banco Calyon Brasil S.A., o Calyon, mantém relacionamento conosco por meio de participação em uma operação de empréstimo sindicalizado firmada com a agência do Banco nas ilhas Cayman.

Poderemos, no futuro, contratar o Banco Calyon Brasil S.A. e/ou sociedades do conglomerado econômico do Banco Calyon Brasil S.A. para a realização de operações financeiras em geral, incluindo, mas não se limitando a, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, serviços de custódia, consultoria financeira e/ou quaisquer outras operações financeiras úteis e/ou necessárias à condução das nossas atividades.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Banco Calyon Brasil S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão

Além do que se refere à Oferta, como participante regular do mercado financeiro, o Deutsche Bank e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais usuais com o Banco, como contrapartes de mercado, entre outras, em operações de câmbio interbancárias, compromissadas e/ou de compra e venda de ações na BM&FBOVESPA para posição proprietária ou de seus clientes, em preços e condições compatíveis com os de mercado. O Banco poderá, no futuro, contratar o Deutsche Bank ou sociedades de seu conglomerado econômico, a preço de mercado, para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, operações de crédito, consultoria financeira ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

O Deutsche Bank AG, London Branch e/ou qualquer afiliada do Deutsche Bank poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Units como ativo de referência. O Deutsche Bank AG, London Branch e/ou qualquer afiliada do Deutsche Bank poderão adquirir Units na Oferta Global como forma de proteção (hedge) para essas operações. Essas operações poderão afetar a demanda, preço ou outros termos da Oferta Global sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Deutsche Bank cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento

Além do relacionamento referente à Oferta, o BES Investimento do Brasil S/A – Banco de Investimento e sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico, manteve e mantêm relações comerciais com o Banco tais como operações de derivativos, no mercado interbancário operações de curso normal de tesouraria, abertura de linhas de financiamento ao comércio exterior e prestação de serviços de tesouraria internacional e de banco de investimento, não havendo transação específica e relevante entre o Banco e o BES Investimento do Brasil S/A – Banco de Investimento.

O BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento e/ou sociedades pertencentes ao seu conglomerado econômico poderão no futuro prestar, adicionalmente, outros serviços de banco de investimento ou consultoria financeira de acordo com as práticas usuais do mercado financeiro.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o Banco Itaú BBA S.A.

Além do que se refere à Oferta, como participante regular do mercado financeiro, o Banco Itaú BBA S.A. e as sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais usuais com o Banco, como contrapartes de mercado e/ou intermediários de suas ordens e de terceiros, em operações de fianças bancárias, cédulas de crédito bancário, dívidas compromissadas, cessões de crédito, debêntures, *time deposits*, derivativos no Brasil e no exterior, em preços e condições compatíveis com os praticados no mercado. Exceto pelas comissões a serem recebidas no âmbito da Oferta Global, não há qualquer remuneração a ser paga, pelo Banco, ao Banco Itaú BBA S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit. O Banco poderá, no futuro, contratar o Banco Itaú BBA S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para assessorá-lo na realização de investimentos ou em quaisquer outras operações necessárias para a condução de suas atividades, incluindo, dentre outras, operações envolvendo produtos da BM&FBOVESPA, operações de financiamento, de crédito, de derivativos, de câmbio, de oferta de ações e de assessoria financeira.

Itaú USA Securities, Inc. e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Units como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Units, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). Itaú USA Securities, Inc. e/ou suas afiliadas poderão adquirir Units como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e o preço das Units, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Banco Itaú BBA S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Relacionamento entre o Banco e o Banco Morgan Stanley S.A.

Além do que se refere à Oferta, como participante regular do mercado financeiro, o Banco Morgan Stanley S.A. e sociedades de seu conglomerado econômico mantêm relações comerciais usuais com o Banco, como contrapartes de mercado e/ou intermediários de ordens de terceiros, entre outras, em operações nos mercados à vista ou de futuros realizadas junto à BM&FBOVESPA, em preços e condições compatíveis com os de mercado, e operações de câmbio. O Banco poderá, no futuro, contratar o Banco Morgan Stanley S.A. ou sociedades de seu conglomerado econômico para a realização de operações financeiras usuais, incluindo, entre outras, investimentos, emissões de valores mobiliários, prestação de serviços de banco de investimento, formador de mercado, crédito, consultoria financeira, corretagem de câmbio ou quaisquer outras operações financeiras necessárias à condução das suas atividades.

Morgan Stanley & Co. Incorporated e/ou suas afiliadas poderão celebrar, no exterior, a pedido de seus clientes, operações com derivativos, tendo as Units como ativo de referência, de acordo com as quais se comprometerão a pagar a seus clientes a taxa de retorno das Units, contra o recebimento de taxas de juros fixas ou flutuantes (operações com *total return swap*). Morgan Stanley & Co. Incorporated e/ou suas afiliadas poderão adquirir Units como forma de proteção para essas operações. Tais operações poderão influenciar a demanda e os preços das Units, sem, contudo, gerar demanda artificial durante a Oferta Global.

Exceto pela remuneração a ser paga em decorrência da Oferta Global, conforme previsto no item "Custos de Distribuição" desta seção, não há qualquer remuneração a ser paga pelo Banco ao Banco Morgan Stanley S.A. cujo cálculo esteja relacionado ao Preço por Unit.

Instituição Financeira Escrituradora das Ações e Emissora das Units

Os serviços de custódia, escrituração e transferência das Ações serão realizados pelo próprio Banco, que também será o emissor das Units.

Informações Complementares

O investimento em Units, por ser um investimento em renda variável, representa um investimento de risco e, assim, investidores que pretendam investir nas Units estão sujeitos à volatilidade do mercado de capitais. Ainda assim, não há inadequação específica da Oferta Global a certo grupo ou categoria de investidor. Para maiores informações, ver a seção "Fatores de Risco", constante das páginas 82 a 92 deste Prospecto.

Os Coordenadores recomendam aos investidores, antes de tomar qualquer decisão de investimento relativa à Oferta Global, a consulta a este Prospecto. A leitura deste Prospecto possibilita aos investidores uma análise detalhada dos termos e condições da Oferta Global, dos fatores de risco e dos demais riscos a elas inerentes.

O Banco, também na qualidade de Coordenador Líder, solicitou o pedido de registro da Oferta Brasileira junto à CVM em 31 de julho de 2009, estando a Oferta Brasileira sujeita à prévia aprovação da CVM.

Para a obtenção de maiores informações sobre a Oferta, os investidores interessados deverão dirigir-se à CVM, nos seguintes endereços: (i) Rua Sete de Setembro 111, 5º andar, CEP 20159-900, Rio de Janeiro, RJ; ou (ii) Rua Cincinato Braga, 340, 2º, 3º e 4º andares, CEP 01333-010, São Paulo, SP (www.cvm.gov.br); ou contatar quaisquer das Instituições Participantes da Oferta, nos endereços indicados na seção "Identificação de Administradores, Consultores e Auditores" na página 77 deste Prospecto. Informações sobre as instituições credenciadas junto à BM&FBOVESPA para participar da Oferta poderão ser obtidas na página da BM&FBOVESPA em seu *website* (www.cblc.com.br).

IDENTIFICAÇÃO DE ADMINISTRADORES, CONSULTORES E AUDITORES

Administrador

O nosso Diretor de Relações com Investidores poderá prestar esclarecimentos sobre a Oferta Pública:

Carlos Alberto López Galán
Tel.: +55 (11) 3174-8589
Fax: +55 (11) 3174-6751
e-mail: ri@santander.com.br

Coordenadores

Banco Santander (Brasil) S.A.
At.: Sr. Glenn Mallet*
Rua Hungria, n° 1.400, 7º andar
01455-000 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3012-7232
Fax: +55 (11) 3012-7393
Website: http://www.superbroker.com.br
http://www.santander.com.br/ri

Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.
At.: Sr. Allan Libman
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.064, 12º, 13º e 14º andares (parte)
01451-000 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3841-6800
Fax: +55 (11) 3841-6912
Website: http://br.credit-suisse.com/ofertas

Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A.
At.: Sr. Joao Paulo Torres
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 18º andar
04538-132 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 2188-4000
Fax: +55 (11) 2188-4009
Website: http://www.merrilllynch-brasil.com.br

Banco BTG Pactual S.A.
At.: Sr. Pedro Guimarães
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 8º a 10º andares
04538-133 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3383-2000
Fax: +55 (11) 3383-2001
Website:
http://www.btgpactual.com/home/pt/capitalmarkets.aspx

* A pessoa designada pelo Coordenador Líder para fins do disposto no artigo 33, parágrafo 3º, III da Instrução CVM 400 é o Sr. Glenn Mallet.

Coordenadores Contratados

Banco Barclays S.A.
At.: Sr. André T. Laloni
Pça. Prof. José Lannes, n° 40, 5° andar
04571-100 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 5509-3374
Fax: +55 (11) 5509-3338
https://live.barcap.com/publiccp/ECM/br.html

BB Banco de Investimento S.A.
At.: Sr. Renato Bezerra dos Santos
Rua Senador Dantas, n° 105, 36° andar
20031-204 – Rio de Janeiro – RJ
Brasil
Tel.: +55 (21) 3808-6340
Fax: +55 (21) 2262-3862
Website: http://www.bb.com.br/ofertapublica

Banco Bradesco BBI S.A.
At.: Sr. Renato Ejnisman
Av. Paulista, nº 1.450, 8º andar
01310-100 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: (11) 2178-4803
Fax: (11) 2178-4880
http://www.bradescobbi.com.br/ofertaspublicas

Banco Calyon Brasil S.A.
At.: Sra. Graciema Bertoletti
Alameda Itu, n° 852, 16° andar
01421-001 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3896-6295
Fax: +55 (11) 3896-6255
Website: http://www.calyon.com.br

Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão
At.: Sr. José Securato
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3900, 13º, 14º e 15º andares
04538-132 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 2113-5151
Fax: +55 (11) 2113-5120
Website:
http://www.db.com/brazil/content/5030_ofertas.htm

BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento
At.: Sr. Marcio Pepino
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.729, 6º andar
04538-905 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3074 7443
Fax: +55 (11) 3074 7462
Website:
http://www.besinvestimento.com.br/emissoes

Banco Itaú BBA S.A.
At.: Sr. Fernando Iunes
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 4º andar
04538-132 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3708-8000
Fax: +55 (11) 3708-8107
Website:
http://www.itaubba.com.br/portugues/atividades/prospectos.asp

Banco Morgan Stanley S.A.
At.: Srta. Domenica Noronha
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3.600, 7º andar
04538-132 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3048-6020
Fax: +55 (11) 3048-6010
Website:
http://www.morganstanley.com.br/prospectos

Consultores

Os seguintes consultores estiveram envolvidos na Oferta:

Consultores Legais da Companhia

Em Direito Brasileiro

Pinheiro Neto Advogados
At.: Srs. Henrique Lang e José Luiz Homem de Mello
Rua Hungria, n° 1100
01455-000 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3247-8400
Fax: +55 (11) 3247-8600
Website: http://www.pinheironeto.com.br

Em Direito Norte-Americano

Davis Polk & Wardwell LLP
At.: Srs. Nicholas A. Kronfeld e Manuel Garciadiaz
450 Lexington Avenue
10017 – New York – NY
USA
Tel.: +1 (212) 450-4000
Fax: +1 (212) 701-5800
Website: http://www.davispolk.com

Consultores Legais dos Coordenadores

Em Direito Brasileiro

Machado, Meyer, Sendacz e Opice Advogados
At.: Sr. Daniel de Miranda Facó
Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3144, 11° andar
01451-000 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3150-7733
Fax: +55 (11) 3150-7071
Website: http://www.mmso.com.br

Em Direito Norte-Americano

Shearman & Sterling LLP
At.: Sr. Andrew Bela Jánszky
Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 3400
04538-132 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 3702-2202
Fax: +55 (11) 3702-2224
Website: http://www.shearman.com

Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes
At.: Sr. Francisco Sant´Anna
Rua Alexandre Dumas, nº 1981
04717-906 – São Paulo – SP
Brasil
Tel.: +55 (11) 5186-1762
Fax: +55 (11) 5186-1333
Website: http://www.deloitte.com.br

Declaração da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400.

A declaração da Companhia e do Coordenador Líder nos termos do artigo 56 da Instrução CVM 400 encontra-se anexada a este Prospecto na página 379.

INFORMAÇÕES CADASTRAIS DA COMPANHIA

Identificação	Banco Santander (Brasil) S.A., sociedade anônima, inscrita no CNPJ sob o nº 90.400.888/0001-42, com seus atos constitutivos arquivados na Junta Comercial do Estado de São Paulo sob o NIRE 35.300.332.067.
Sede	A Companhia tem sede, foro e domicílio na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, 474.
Diretoria de Relações com Investidores	A Diretoria de Relações com Investidores está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, 474. O responsável por esta Diretoria é o Sr. Carlos Alberto López Galán. O telefone do departamento de relações com investidores é + 55 (11) 3174-8589 e o fax é +55 (11) 3174-6751 e o e-mail é ri@santander.com.br. O endereço do nosso website é www.santander.com.br/ri. As informações contidas em nosso website não estão incluídas neste Prospecto.
Atendimento aos Acionistas	O atendimento aos acionistas da Companhia é efetuado pelo Departamento de Acionistas em seu escritório administrativo localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, 474. O responsável pelo departamento de acionistas é o Sr. Maurício De Lazari. O telefone é +55 (11) 3012-5073. Adicionalmente, o atendimento poderá ser efetuado no Banco Santander (Brasil) S.A., localizado na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Rua Amador Bueno, 474. E-mail: acionistas@santander.com.br.
Auditores Independentes da Companhia	Os auditores independentes da Companhia são a Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes, localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Alexandre Dumas, 1981. O telefone dos auditores é +55 (11) 5186-1762.
Nível 2	Em 18 de setembro de 2009, a Companhia celebrou o Contrato de Adesão ao Nível 2 com a BM&FBOVESPA. Esse contrato entrará em vigor na data de publicação do Anúncio de Início. As Units serão listadas no segmento de Nível 2 da BM&FBOVESPA, onde serão negociadas sob o código "SANB11" a partir da data de publicação do Anúncio de Início.
Jornais nos quais divulga informações	As informações referentes à Companhia são divulgadas no Diário Oficial do Estado de São Paulo e no jornal "Valor Econômico".

Informações Adicionais

Quaisquer outras informações ou esclarecimentos sobre nossa Companhia e a Oferta Pública poderão ser obtidas com (i) a Companhia, em nossa sede social; (ii) os Coordenadores: (a) Coordenador Líder, na Rua Hungria 1.400, 7º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (b) Credit Suisse, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.064, 12º, 13º e 14º andares (parte), na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo, (c) Merrill Lynch, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n° 3.400, 18° andar, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, e (d) BTG Pactual, na Av. Brigadeiro Faria Lima, n.º 3.729, 8º a 10º andares; (iii) os Coordenadores Contratados: (a) Banco Itaú BBA S.A., na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.400, 4º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (b) Banco Bradesco BBI S.A., na Av. Paulista, 1.450, 8º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (c) BB Banco de Investimento S.A., na Rua Senador Dantas, 105, 36° andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (d) Deutsche Bank S.A. – Banco Alemão, na Av. Brigadeiro Faria Lima 3900 – 13º, 14º e 15º andares, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (e) BES Investimento do Brasil S.A. – Banco de Investimento, na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.729, 6º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (f) Banco Morgan Stanley S.A., na Av. Brigadeiro Faria Lima, 3.600, 7º andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (g) Banco Barclays S.A., na Praça Prof. José Lannes, 40, 5° andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; e (h) Banco Calyon Brasil S.A., na Alameda Itu, 852, 16° andar, na cidade de São Paulo, no Estado de São Paulo; (iv) a BM&FBOVESPA, na Rua XV de Novembro, 275, São Paulo – SP; e (v) a CVM, na Rua Sete de Setembro, 111, 5º andar, Rio de Janeiro – RJ, ou na Rua Cincinato Braga, 340, 2º a 4º andares, São Paulo – SP.

Domínio na Internet

www.santander.com.br/ri. As informações contidas em nossa página na rede mundial de computadores não são partes integrantes deste Prospecto.

FATORES DE RISCO

O investimento em nossas Units envolve alto grau de risco. Antes de tomar qualquer decisão de investimento nas Units, o investidor deve analisar cuidadosamente os fatores de risco aqui apontados, bem como as demais informações disponíveis no presente Prospecto, especialmente as demonstrações financeiras e suas respectivas notas explicativas. O preço de mercado das nossas Units poderá ser negativamente afetado em razão da concretização de um ou mais fatores de risco e o investidor poderá perder o seu investimento, total ou parcialmente. Acreditamos que os seguintes fatores de risco são os que poderão nos afetar adversamente. Riscos adicionais, atualmente desconhecidos ou tidos como irrelevantes, também poderão ter um efeito adverso nos nossos negócios e no investimento das Units no futuro.

RISCOS RELACIONADOS AO BRASIL

O Governo Federal já exerceu e continua a exercer influência significativa sobre a economia brasileira. Esse envolvimento, aliado às condições políticas e econômicas brasileiras, poderá nos afetar negativamente, impactando também o preço de mercado de nossos valores mobiliários.

O Governo Federal intervém frequentemente na economia brasileira e altera significativamente, em certas ocasiões, suas políticas e regulamentos. As medidas do Governo Federal para controlar a inflação e suas demais políticas e regulamentos já envolveram, entre outras medidas, aumentos das taxas de juros, alterações das políticas tributárias, controles de preços, desvalorizações da moeda, controles de capital e restrições às importações. As atividades, a situação financeira, os nossos resultados operacionais e o preço de mercado de nossos valores mobiliários poderão ser afetados negativamente por alterações das políticas ou regulamentos que envolvam ou afetem fatores como:

- taxas de juros;
- taxas de câmbio e controles ou restrições à movimentação de capitais para o exterior, tais como as impostas em 1989 e início de 1990;
- oscilações cambiais;
- inflação;
- liquidez dos mercados domésticos de capitais e de crédito;
- políticas tributárias e regulatórias; e
- outros eventos políticos, sociais e econômicos no Brasil ou com efeitos sobre o Brasil.

Embora o Governo Federal tenha adotado políticas econômicas sólidas nos últimos anos, a incerteza quanto à implementação, pelo Governo Federal, de alterações das políticas ou regulamentos que afetam esses ou outros fatores no futuro poderá contribuir para a incerteza econômica no Brasil e para o aumento da volatilidade dos mercados brasileiros de títulos e dos valores mobiliários emitidos no exterior por emissoras brasileiras. Essas incertezas e outros eventos na economia brasileira poderão nos afetar negativamente e afetar o valor de mercado de nossos valores mobiliários.

A inflação e os esforços do Governo Federal para combater a inflação poderão restringir o crescimento da economia brasileira e poderão prejudicar as nossas atividades.

O Brasil registrou, no passado, índices de inflação extremamente elevados, o que o obrigou a implementar políticas monetárias que resultaram em uma das taxas de juros reais mais elevadas do mundo. A inflação e as medidas do Governo Federal para combatê-la, especialmente por meio do Banco Central, já tiveram e poderão ter efeitos significativos sobre a economia brasileira e sobre nossas atividades. Políticas monetárias rígidas, com taxas de juros e exigências de depósito compulsório elevadas, poderão restringir o crescimento do Brasil e a disponibilidade de crédito, reduzir os volumes de empréstimos e elevar nossas provisões para perdas com empréstimos. Por outro lado, políticas mais flexíveis do Governo Federal e do Banco Central e reduções das taxas de juros poderão causar aumento da inflação e, consequentemente, volatilidade do crescimento e necessidade de aumentos repentinos e significativos das taxas de juros, o que poderá afetar negativamente nossos *spreads* de taxas de juros.

Por sermos um banco com atuação no Brasil, a maioria absoluta de nossas receitas, despesas, ativos e passivos está diretamente ligada às taxas de juros. Com isso, nossos resultados operacionais e nossa situação financeira são afetados significativamente pela inflação, pelas oscilações das taxas de juros e pelas políticas monetárias governamentais relacionadas, todos os quais poderão ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira, sobre nossas carteiras de empréstimos, sobre nosso custo financeiro e sobre nossas receitas de operações de crédito.

A instabilidade cambial poderá ter efeito negativo substancial sobre a economia brasileira e sobre o Santander Brasil.

A moeda brasileira sofreu oscilações frequentes e substanciais em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras nos últimos anos. De 2000 a 2002, o Real desvalorizou-se significativamente em relação ao Dólar, chegando a uma taxa de R$3,53 por US$1,00 no fim de 2002. De 2003 a meados de 2008, o Real valorizou-se significativamente em relação ao Dólar devido à estabilização do ambiente macroeconômico e ao forte crescimento do investimento estrangeiro no Brasil, com a taxa de câmbio chegando a R$1,56 por US$1,00 em agosto de 2008. Em função da crise nos mercados financeiros globais, o Real desvalorizou-se 31,9% em relação ao Dólar ao longo de 2008. Em 30 de junho de 2009, a taxa de câmbio era de R$1,9516 por US$1,00.

Uma desvalorização do Real em relação ao Dólar poderá criar pressões inflacionárias no Brasil e causar aumentos das taxas de juros, o que poderá afetar negativamente o crescimento da economia brasileira como um todo e prejudicar nossa situação financeira e nossos resultados operacionais. Além disso, uma desvalorização do Real poderá tornar nossas obrigações e financiamentos denominados em moedas estrangeiras mais onerosos, afetar negativamente o preço de mercado de nossas carteiras de títulos e gerar consequências similares para nossos tomadores. Por outro lado, uma valorização do Real em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras poderá causar uma deterioração das contas correntes brasileiras em moeda estrangeira, bem como desacelerar o crescimento impulsionado pelas exportações. Dependendo das circunstâncias, uma valorização ou desvalorização do Real poderá ter um efeito adverso relevante sobre o crescimento da economia brasileira e sobre nossas atividades, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais.

Os eventos e a percepção do risco em outros países, especialmente nos Estados Unidos e nos mercados emergentes, poderão afetar negativamente o nosso acesso a financiamentos e o preço de mercado de nossos mobiliários.

O valor de mercado dos valores mobiliários das emissoras brasileiras é afetado pelas condições econômicas e de mercado de outros países, entre os quais os Estados Unidos e outros países latino-americanos e mercados emergentes. Embora as condições econômicas nesses países possam ser significativamente diferentes das condições econômicas no Brasil, as reações do investidor aos eventos nesses outros países poderão ter efeito adverso sobre o valor de mercado dos valores mobiliários das emissoras brasileiras. Crises em outros países emergentes poderão reduzir o interesse do investidor nos valores mobiliários das emissoras brasileiras, inclusive nossos valores mobiliários.

RISCOS RELACIONADOS AO SANTANDER BRASIL E AO SETOR DE SERVIÇOS FINANCEIROS BRASILEIRO

Somos vulneráveis às atuais instabilidades e à volatilidade dos mercados financeiros globais, bem como às medidas governamentais destinadas a reduzir os efeitos da crise financeira atual.

Os mercados financeiros globais deterioraram-se acentuadamente, a partir do segundo semestre de 2007, resultando em uma crise de crédito e liquidez prolongada até o primeiro trimestre de 2009. Diversas grandes instituições financeiras, incluindo alguns dos maiores bancos comerciais, bancos de investimento, empresas de crédito imobiliário, garantidoras de financiamento imobiliário e seguradoras do mundo, enfrentaram dificuldades significativas. Os bancos, em especial, enfrentaram, em vários mercados do mundo, redução da liquidez, ou mesmo completa falta de liquidez, rápida deterioração dos ativos financeiros em seus balanços e resultante redução de seus índices de capital, o que limitou fortemente sua capacidade de prosseguir com suas atividades de financiamento. Operávamos rotineiramente com essas instituições como contrapartes na indústria de serviços financeiros, e também com corretores e distribuidores, bancos comerciais, bancos de investimento, fundos mútuos e de *hedge*, e outros clientes institucionais. Embora a gravidade da crise de crédito e liquidez tenha amenizado no segundo trimestre de 2009, a indústria financeira continua a se recuperar dos efeitos da crise. Se eventuais contrapartes financeiras relevantes passarem por problemas de liquidez ou se a indústria de serviços financeiros em geral não for capaz de se recuperar dos efeitos da crise, isto poderá ter um efeito prejudicial relevante em nossos negócios, em nossa situação financeira e nos resultados de nossas operações.

Adicionalmente, as condições financeiras de nossos tomadores foram, em alguns casos, afetadas adversamente pela crise econômica e financeira, o que elevou nossos empréstimos em mora, desvalorizou nossos empréstimos e outros ativos financeiros e resultou em queda da demanda por empréstimos em geral. Por exemplo, alguns de nossos clientes que são grandes exportadores sofreram prejuízos significativos devido às suas posições de *hedge* associadas ao Dólar quando, em 2008, o Real começou a se desvalorizar em relação ao Dólar. Essas perdas poderão ter impacto sobre a capacidade de nossos clientes de amortizar ou refinanciar suas dívidas conosco. Caso nossos clientes não cumpram suas obrigações previstas em contratos firmados conosco dos quais o cliente seja contraparte (tais como contratos de derivativos), o inadimplemento ou incapacidade desses clientes de cumprir tais obrigações poderá ter um efeito adverso para nós.

Apesar da ampla intervenção do Governo Federal e do Banco Central para tentar amenizar os efeitos da crise do sistema financeiro, não se sabe quais serão os impactos finais dessa intervenção. A confiança do investidor global está começando a se recuperar e uma nova ruptura e volatilidade nos mercados financeiros globais poderia gerar outros efeitos negativos sobre o ambiente econômico-financeiro brasileiro. Além disso, uma queda econômica prolongada resultaria na redução geral na atividade empresarial e na consequente perda de receita. Qualquer ruptura ou redução existente na atividade empresarial poderá ter um efeito prejudicial em nossos negócios, em nossa situação financeira e nos resultados de nossas operações.

As mudanças regulatórias poderão afetar-nos negativamente.

Os mercados financeiros brasileiros, incluindo todas as nossas atividades, estão sujeitos a um intenso e permanente controle regulatório por parte do Governo Federal, especialmente do Banco Central e da CVM. Não temos controle sobre os regulamentos governamentais, que regem todos os aspectos de nossas operações, incluindo os regulamentos que impõem:

- exigências de capital mínimo;
- exigências de depósito compulsório e/ou reservas;
- exigências referentes a investimentos em ativos de renda fixa;
- limites a empréstimos e outras restrições ao crédito, tais como alocações compulsórias;
- limites e outras restrições às taxas;
- limites ao valor dos juros que os bancos podem cobrar;
- exigências contábeis e estatísticas; e
- outras exigências ou limitações no contexto da crise financeira global.

A estrutura regulatória que rege as instituições financeiras brasileiras está em constante evolução e o Banco Central tem demonstrado agir de forma bastante ativa no desenvolvimento do nosso setor. Por exemplo, no começo de 2008, o Banco Central criou a exigência de depósito compulsório para sociedades de arrendamento mercantil, e considerando que nossa sociedade de arrendamento mercantil investe a maior parte dos seus recursos disponíveis em depósitos interbancários conosco, isto poderá ter um efeito adverso relevante no custo de nossos fundos. As medidas do Banco Central e a alteração das leis e regulamentos existentes ou a adoção de novas leis ou regulamentos poderão afetar negativamente a nossa capacidade de fornecer empréstimos, fazer investimentos ou prestar certos serviços financeiros.

Nossos valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos estão sujeitos a oscilações de preços de mercado e liquidez em função de mudanças das condições econômicas, o que poderá gerar prejuízos substanciais.

Os instrumentos financeiros e valores mobiliários representam uma parcela significativa do total de nosso ativo. Eventuais ganhos ou perdas futuros, realizados ou não, com esses investimentos ou com as estratégias de hedge poderão ter impacto significativo sobre nossas receitas. Esses ganhos e perdas, contabilizados quando vendemos ou fazemos marcação a mercado de investimentos em instrumentos financeiros, podem variar consideravelmente de um período para outro. Se, por exemplo, celebrarmos transações com derivativos para nos proteger contra desvalorizações do Real ou reduções das taxas de juros, e o Real se valorizar ou as taxas de juros aumentarem, poderemos incorrer em prejuízos financeiros. Não podemos projetar o valor dos ganhos ou perdas em períodos futuros, e as oscilações verificadas entre um período e outro não servem como ponto de referência significativo para projeções de futuro. Os ganhos ou perdas de nossa carteira de investimentos poderão gerar volatilidade nos níveis de receitas líquidas, e poderemos não obter no futuro o retorno esperado sobre nossa carteira de investimentos consolidada ou sobre parte da carteira. Eventuais perdas com nossos valores mobiliários ou instrumentos financeiros derivativos poderão ter um efeito adverso relevante sobre nossas receitas operacionais e sobre nossa situação financeira. Além disso, a eventual desvalorização dessas carteiras de títulos e derivativos poderá resultar na redução de nossos índices de capital, o que poderá comprometer nossa capacidade de desempenhar nossas atividades de financiamento nos níveis em que esperamos atualmente.

As alterações das taxas básicas de juros pelo Banco Central poderão afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa lucratividade.

O Comitê de Política Monetária do Banco Central – COPOM define a taxa básica de juros do sistema bancário brasileiro e a utiliza como instrumento de política monetária. A taxa básica de juros é a taxa de juros de referência paga aos detentores de certos títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados no SELIC. Em 31 de dezembro de 2004, 2005, 2006, 2007 e 2008, a taxa básica de juros era de 17,8%, 18,0%, 13,3%, 11,3% e 13,8%, respectivamente.

Desde 2001, o Banco Central tem ajustado a taxa básica de juros com frequência, tendo-a reduzido no segundo semestre de 2003 e no primeiro semestre de 2004. Para controlar a inflação, elevou a taxa em diversas ocasiões, de 16,0% ao ano em 18 de agosto de 2004 para 19,75% ao ano em 18 de maio de 2005. Nos dois anos seguintes, os índices macroeconômicos favoráveis e a inflação controlada dentro das metas do Banco Central o levaram a reduzir a taxa em diversas ocasiões, de 18,0% em dezembro de 2005 para 11,25% em setembro de 2007. Em abril e junho de 2008, porém, o Banco Central elevou a taxa em 0,5%, respectivamente, para um total de 12,25%, devido a certas condições macroeconômicas do momento e às expectativas de inflação em 2008. Em julho de 2009, diminuiu a taxa para estimular o aumento da disponibilidade de crédito, e a taxa SELIC foi reduzida para 8,75%.

Embora normalmente nos permitam elevar nossas margens financeiras, os aumentos da taxa básica de juros podem afetar negativamente nossos resultados operacionais devido, entre outros efeitos, à redução da demanda por nossos produtos de crédito e investimento, à elevação de nosso custo financeiro e à elevação do risco de inadimplemento do cliente. As reduções da taxa básica de juros também podem afetar negativamente nossos resultados operacionais devido, entre outros efeitos, à redução da receita de juros que obtemos com nossos ativos remunerados a juros e à diminuição das margens.

O ambiente de competitividade crescente e as recentes fusões no mercado de serviços financeiros brasileiro poderão afetar negativamente nossas perspectivas de negócios.

Os mercados financeiros brasileiros, incluindo os setores de serviços bancários, seguros e gestão de ativos, são altamente competitivos. Enfrentamos concorrência significativa em todas as nossas principais áreas de atuação por parte de outros bancos brasileiros e internacionais, públicos e privados, de grande porte e seguradoras. Nos últimos anos, a presença de bancos e seguradoras estrangeiros no Brasil tem aumentado, assim como a concorrência nos setores de serviços bancários e seguros e nos mercados para certos produtos específicos.

A aquisição de uma seguradora ou banco por um de nossos concorrentes provavelmente aumentaria sua fatia de mercado e sua base de clientes. Com isso, poderemos enfrentar uma concorrência mais intensa, o que poderá afetar negativamente os resultados e perspectivas de nossos negócios, devido, entre outros fatores:

- à limitação de nossa capacidade de elevar nossa base de clientes e expandir nossas operações;
- à redução das margens de lucro de nossos serviços bancários, seguros, arrendamento mercantil e outros serviços e produtos que oferecemos; e
- ao crescimento da concorrência por oportunidades de investimento.

O crescimento de nossa carteira de operações de crédito pode levar a um aumento da inadimplência.

Nossa carteira de operações de crédito cresceu substancialmente nos últimos anos. Os eventuais aumentos correspondentes de nosso nível de inadimplência nos empréstimos podem estar defasados em relação à taxa de crescimento das operações de crédito, uma vez que o vencimento dos empréstimos normalmente só ocorre muito tempo depois de sua concessão. O rápido crescimento dos empréstimos poderá também reduzir nosso índice de inadimplência em relação ao total de operações de crédito até que o crescimento desacelere-se ou que a carteira torne-se mais sazonal. Isso poderá resultar no aumento de nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa e no índice de inadimplência em relação ao total da carteira. Além disso, devido ao crescimento de nossa carteira de empréstimos e à referida defasagem do eventual crescimento correspondente de nosso nível de inadimplência, nossa experiência histórica de perdas com operações de crédito poderá não constituir indicativo de nossa experiência futura de perdas com operações de crédito.

Nossas políticas, procedimentos e métodos de gestão de riscos de mercado, crédito e operacional podem não ser totalmente eficazes em mitigar nossa exposição a riscos não identificados ou não previstos.

Nossas técnicas e estratégias de gestão de riscos de mercado e crédito incluindo nossas ferramentas de modelagem estatística poderão não ser plenamente eficazes na mitigação de nossa exposição a riscos em todos os ambientes de mercado da economia ou contra todas as espécies de risco, incluindo os riscos que não possamos identificar ou prever. Algumas de nossas ferramentas qualitativas e métricas para gestão de riscos baseiam-se em nosso uso do comportamento histórico observado do mercado. Aplicamos ferramentas estatísticas e outras ferramentas sobre essas observações para quantificar nossas exposições a riscos. Essas ferramentas qualitativas e métricas poderão não ser capazes de prever exposições a riscos futuras, as quais poderão advir, por exemplo, de fatores que não previmos ou não avaliamos corretamente em nossos modelos estatísticos. Esse fato poderá limitar nossa capacidade de gerir nossos riscos e, consequentemente, nossas perdas poderão ser significativamente maiores do que o indicado pelas medidas históricas. Além disso, nossos modelos quantificados não levam em conta todos os riscos. Nosso método mais qualitativo de gestão desses riscos poderá revelar-se insuficiente, expondo-nos a perdas não previstas substanciais. Caso julguem inadequada nossa gestão de riscos, os clientes existentes ou potenciais poderão mudar de banco, o que poderá danificar nossa reputação, bem como nossas receitas e nossos lucros.

Adicionalmente, nossas atividades dependem de nossa capacidade de processar um grande volume de transações com eficiência e precisão. Poderá haver perdas resultantes de desqualificação dos profissionais, inadequação ou falha dos processos e sistemas de controle interno, falhas dos sistemas de informação ou eventos externos que interrompam as operações normais. Além disso, corremos o risco de que a estrutura de nossos controles e procedimentos para mitigação do risco operacional se revele inadequada ou seja burlada. Já sofremos perdas resultantes de riscos operacionais no passado, e não podemos garantir que elas não ocorreram no futuro.

Podemos não obter os benefícios previstos da aquisição do Banco Real.

O valor das Units e das ADSs poderia ser prejudicialmente afetado na medida em que não obtivermos os benefícios que esperamos alcançar com a integração do Santander e do Banco Real, em particular, com a economia de custo proveniente da integração das operações dos dois bancos. Podemos não obter a economia de custo projetada no prazo previsto ou talvez não consigamos obtê-la devido a uma série de fatores, incluindo nossa incapacidade de colocar em prática as medidas de implementação de políticas eficientes de recursos humanos, a implementação de nossa cultura corporativa e de integração de nossas operações de funções de apoio (back office) ou atrasos ou obstáculos na integração de nossas plataformas de TI e sistemas operacionais. É possível que a aquisição venha a resultar na perda de empregados chave, na ruptura dos negócios em andamento de cada um dos bancos e em inconsistências de padrões, controles, procedimentos e políticas, e na diluição do reconhecimento das marcas "Santander" e "Banco Real". Além do mais, o sucesso da aquisição estará sujeito, pelo menos em parte, a diversos fatores políticos, econômicos e outros fatores que estão fora de nosso controle.

Caso nossas reservas para futuros benefícios a segurados e sinistros sejam insuficientes, poderemos ser obrigados a elevar nossas reservas, o que afetará negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

Nossas seguradoras instituem e mantêm reservas para pagar futuros benefícios a segurados e sinistros. Nossas reservas não representam um cálculo exato do passivo, mas são estimativas atuariais ou estatísticas, baseadas em modelos que incluem diversas premissas e projeções que são intrinsecamente incertas e envolvem o exercício de um julgamento criterioso, inclusive quanto aos níveis e/ou ao tempo do recebimento ou pagamento de prêmios, benefícios, sinistros, despesas, créditos de juros, resultados de investimentos, aposentadoria, morte, morbidade e continuidade. Não podemos definir com precisão os valores finais que pagaremos ou o tempo do pagamento dos benefícios, sinistros e despesas efetivos, ou se os ativos que cobrem nosso passivo de apólices de seguros, juntamente com os prêmios futuros, serão suficientes para pagamento dos benefícios e sinistros. Se concluirmos que nossas reservas, juntamente com os prêmios futuros, são insuficientes para cobrir os futuros benefícios e sinistros das apólices de seguros, seremos obrigados a elevar nossas reservas relacionadas às nossas atividades de seguros e a incorrer em encargos na demonstração do resultado do período no qual fizermos a apuração, o que poderá afetar negativamente nossos resultados operacionais e nossa situação financeira.

A lucratividade de nossas operações de seguro poderá reduzir se as taxas de mortalidade, morbidade e continuidade divergirem significativamente de nossas expectativas de precificação.

Definimos os preços de vários de nossos produtos de seguro e renda com base nos padrões previstos de sinistros e pagamentos, adotando premissas quanto às taxas de mortalidade ou morbidade ou probabilidade de doença de nossos segurados. Além do efeito potencial de catástrofes naturais ou de causa humana, poderão surgir gradualmente, ao longo do tempo, alterações significativas dos índices de mortalidade ou morbidade devido a mudanças do meio ambiente, aos hábitos de saúde da população segurada, aos padrões de tratamento das doenças ou incapacitações ou a outros fatores. A precificação de nossos produtos de seguro e renda diferida também se baseia parcialmente na continuidade prevista para esses produtos, que é a probabilidade de que a apólice ou contrato permaneça em vigor de um período para outro. Os resultados podem também variar conforme as diferenças entre os depósitos de prêmios e saques efetivos e previstos desses produtos. Desvios significativos da experiência efetiva em relação às nossas premissas de precificação poderão ter efeito negativo sobre a lucratividade de nossos produtos de seguro. Embora alguns de nossos produtos de seguro nos permitam elevar os prêmios ou ajustar outros encargos e créditos durante a vigência da apólice ou contrato, os ajustes permitidos segundo os termos das apólices ou contratos poderão não ser suficientes para manter a lucratividade. Muitos de nossos produtos de seguro não nos permitem elevar os prêmios ou ajustar outros encargos e créditos ou limitam esses ajustes durante a vigência da apólice ou contrato.

Nosso acionista controlador tem grande influência sobre nossas atividades.

Depois da oferta, o Santander Espanha, nosso acionista controlador, continuará sendo titular, indiretamente, de aproximadamente 85% de nossas Ações Ordinárias, 83,6% de nossas Ações Preferenciais e 84,3% do total de nosso capital. Em virtude de sua participação acionária, nosso acionista controlador tem poder de controle sobre nós e nossas subsidiárias, incluindo os poderes de:

- eleger a maioria dos membros de nosso Conselho de Administração, nomear nossos diretores, definir nossas políticas de administração e exercer o controle geral de nossa Companhia e suas subsidiárias;
- comprometer-se a vender ou transferir de outra forma sua participação controladora em nossa Companhia; e
- determinar o resultado de virtualmente todas as medidas que dependam de aprovação dos acionistas, incluindo transações com partes relacionadas, reorganizações societárias, aquisições e alienações de ativos e dividendos.

Os interesses do Santander Espanha poderão divergir de nossos interesses ou dos interesses de nossos demais acionistas, e a concentração do controle no Santander Espanha poderá limitar a capacidade de nossos demais acionistas de influenciar as questões corporativas. Em consequência, poderemos adotar medidas que nossos demais acionistas não considerem benéficas, o que poderá afetar adversamente nossos resultados em questões operacionais e financeiras.

RISCOS RELACIONADOS À OFERTA E ÀS NOSSAS UNITS

O Banco e o Coordenador Líder são a mesma pessoa jurídica e, uma vez que o Coordenador Líder participa do Procedimento de Bookbuilding, há risco de distorções na formação do Preço por Ação.

O Banco é o Coordenador Líder da Oferta Brasileira e participa do procedimento para determinação do Preço por Unit juntamente com os demais três Coordenadores. Essa participação do Coordenador Líder, que também é o emissor das Ações que lastreiam as Units e, portanto, destinatário dos recursos da Oferta, no Procedimento de *Bookbuilding* pode levar a distorções na formação do Preço por Unit.

Até que o Banco Central homologue nosso aumento de capital decorrente da Oferta, as Units representarão Recibos de Subscrição e Ações Ordinárias e Preferenciais. Somente após a Homologação, as Units serão representativas somente de Ações do Banco. Não há como precisar quando ou se referida homologação do Banco Central será concedida.

Nosso aumento de capital depende da homologação do Banco Central para que as Units passem a ser representativas de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais. Os processos relativos ao aumento de capital de instituições financeiras encontram-se sujeitos à vinculação de títulos públicos no montante do aumento de capital e à apresentação ao Banco Central dos documentos e informações solicitadas, bem como ao cumprimento de eventuais exigências formuladas. Dessa forma, a homologação de aumento de capital de instituições financeiras ocorre após a confirmação do Banco Central de que os requisitos aplicáveis foram cumpridos, não havendo na regulamentação aplicável prazo específico para a sua verificação.

No contexto da Oferta, inicialmente, até a homologação do nosso aumento de capital, cada Unit será formada por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Até que seja verificada a Homologação, os investidores somente poderão exercer seus direitos de voto, conforme o caso, sobre números inteiros de ações em cada Unit detida por eles. Não temos como precisar quando os Recibos de Subscrição, que inicialmente comporão as Units, serão convertidos em Ações Ordinárias e Ações Preferenciais.

Nenhum dos direitos conferidos às Ações são conferidos aos Recibos de Subscrição que compõem as Units, inclusive o direito ao recebimento de dividendos e o exercício do direito a voto. Os Recibos de Subscrição concedem aos seus detentores o direito de receberem Ações Ordinárias e Ações Preferências, mediante a homologação pelo Banco Central do aumento de capital. Para maiores informações, ver a Seção "Informações Relativas à Oferta Global – *Direitos, Vantagens e Restrições dos Recibos de Subscrição*".

Caso a Homologação não seja concedida no prazo de 6 (seis) meses contados da Data da Liquidação da Oferta, o aumento de capital correspondente aos Recibos de Subscrição será cancelado e os valores correspondentes aos valores pagos pelos Recibos de Subscrição serão distribuídos aos então investidores proporcionalmente ao número de Recibos de Subscrição detidos. Nesta hipótese, com o intuito de permitir a titularidade de ações inteiras pelos investidores que aderirem à Oferta Global, e considerando ainda que, até a Homologação, cada Unit será composta por (i) 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, (ii) 6,875 Ações Ordinárias, (iii) 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um e (iv) 6,250 Ações Preferenciais, o acionista Santander Insurance comprometeu-se a disponibilizar frações de ações de sua titularidade de emissão do Banco aos investidores que, em decorrência da Oferta Global, restarem com frações de ações, de forma que todos os referidos investidores passem a ser detentores de Units representativas de números inteiros de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais. Por exemplo, um titular de duas Units (representativas de Recibos de Subscrição, 13,75 Ações Ordinárias e 12,50 Ações Preferenciais) receberia 0,25 Ações Ordinárias e 0,50 Ações Preferenciais.

Estamos realizando uma Oferta de Units no Brasil, com esforços de colocação no exterior, e uma Oferta Internacional, o que poderá deixar o Banco exposto a riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no Brasil e no exterior. Os riscos relativos a ofertas de valores mobiliários no exterior são potencialmente maiores do que os riscos relativos a uma oferta de valores mobiliários no Brasil.

A Oferta Global compreende, simultaneamente, (i) a oferta de Units realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, por meio de uma distribuição pública primária registrada na CVM, com esforços de colocação das Units no exterior, exclusivamente junto a investidores no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act*, observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável; e (ii) a distribuição pública primária de Units no exterior, inclusive para aquisição por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ou sob a forma de ADRs, representativos de ADSs, com registro na SEC, em conformidade com os procedimentos previstos no *Securities Act*, realizada nos termos do *Underwriting Agreement*.

Os esforços de colocação das Units/ADRs no exterior e a distribuição pública de Units/ADRs no exterior nos expõem a normas relacionadas à proteção de investidores estrangeiros por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Prospectus* e no *Final Prospectus*, inclusive relativos aos riscos de potenciais procedimentos judiciais por parte de investidores em relação a estas questões.

Adicionalmente, o Banco é parte do *Underwriting Agreement*, que regula os esforços de colocação das Units/ADRs no exterior e a distribuição de Units na Oferta Internacional. O *Underwriting Agreement* apresenta uma cláusula de indenização em favor dos Coordenadores da Oferta Internacional/Agentes de Colocação Internacional, pela qual o Banco deve indenizá-los no caso de eventuais perdas no exterior por conta de incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Prospectus* e no *Final Prospectus*. Caso os Coordenadores da Oferta Internacional/Agentes de Colocação Internacional venham a sofrer perdas no exterior em relação a estas questões, eles poderão ter direito de regresso contra o Banco por conta desta cláusula de indenização.

Finalmente, informamos que o *Underwriting Agreement* possui declarações específicas em relação à observância de isenções das leis de valores mobiliários dos Estados Unidos, as quais, se descumpridas, poderão dar ensejo a outros potenciais procedimentos judiciais.

Em cada um dos casos indicados acima, procedimentos judiciais poderão ser iniciados contra o Banco no exterior. Estes procedimentos no exterior, em especial nos Estados Unidos, poderão envolver valores substanciais, em decorrência do critério utilizado nos Estados Unidos para o cálculo das indenizações devidas nestes processos. Além disso, devido ao sistema processual dos Estados Unidos, as partes envolvidas em um litígio são obrigadas a arcar com altos custos na fase inicial do processo, o que penaliza companhias sujeitas a tais processos mesmo que fique provado que nenhuma improbidade foi cometida. Eventual condenação em um processo no exterior em relação a incorreções relevantes ou omissões relevantes no *Preliminary Prospectus* e/ou no *Final Prospectus* poderá causar um efeito material adverso nas nossas atividades, situação financeira e resultados operacionais.

A participação de Pessoas Vinculadas na Oferta Global poderá ter um impacto adverso na liquidez das Units e impactar a definição do Preço por Unit.

O Preço por Unit foi determinado após a conclusão do Procedimento de *Bookbuilding*. Nos termos da regulamentação em vigor, caso a demanda verificada na Oferta Global seja inferior à quantidade de Units da Oferta Global base acrescida de 1/3 (um terço), serão aceitas no Procedimento de *Bookbuilding* intenções de investimento de Pessoas Vinculadas que sejam consideradas Investidores Institucionais, limitados ao percentual máximo de 15% da Oferta Global, o que poderá ter um impacto adverso na liquidez esperada das Units e na definição do Preço por Unit, inclusive podendo promover má formação de preço ou de liquidez no mercado secundário.

Portanto, o Preço por Unit poderá diferir dos preços que prevalecerão no mercado após a conclusão desta Oferta Global.

Os eventos e a percepção do risco em outros países, especialmente nos mercados emergentes, poderão afetar negativamente os preços de mercado das nossas Units.

O mercado para os valores mobiliários emitidos por companhias brasileiras é influenciado, em graus variados, pelas condições econômicas e de mercado de outros mercados emergentes, especialmente de outros países latino-americanos. Embora as condições econômicas sejam diferentes em cada país, a reação do investidor aos eventos em um país poderá causar oscilações nos mercados de capitais de outros países. Certos eventos ou condições econômicas adversas em outros países emergentes já resultaram, algumas vezes, em saídas de recursos significativas e reduções do volume de moeda estrangeira investido no Brasil. Em 2001, por exemplo, depois de uma recessão prolongada, seguida de instabilidade política, a Argentina anunciou a suspensão do pagamento do serviço de sua dívida pública. A crise econômica na Argentina afetou negativamente as percepções dos investidores dos valores mobiliários brasileiros por vários anos. As crises econômicas ou políticas na América Latina ou em outros mercados emergentes poderão afetar significativamente as percepções de risco inerentes ao investimento na região, inclusive no Brasil. A economia brasileira é afetada também pelas condições econômicas e de mercado em geral, especialmente pelas condições econômicas e de mercado nos Estados Unidos. Os preços das ações na BM&FBOVESPA, por exemplo, são historicamente sensíveis às oscilações das taxas de juros nos EUA, bem como aos movimentos dos principais índices de ações norte-americanos. Certos eventos em outros países e mercados de títulos poderão afetar negativamente o preço de mercado das nossas Units e também dificultar-nos o acesso aos mercados de capitais e o financiamento de nossas operações no futuro em condições aceitáveis ou em quaisquer condições.

A relativa volatilidade e a liquidez limitada dos mercados brasileiros de títulos poderão afetar negativamente a liquidez e os preços de mercado das nossas Units.

Embora o mercado de ações brasileiro seja o maior da América Latina em termos de capitalização, ele é menor e menos líquido do que os principais mercados de títulos norte-americanos e europeus. A BM&FBOVESPA é significativamente menos líquida do que a NYSE ou outras grandes bolsas do mundo. Em 31 de dezembro de 2008, a capitalização de mercado total da BM&FBOVESPA era de aproximadamente R$1.375,3 bilhões (US$588,5 bilhões), dos quais 53,1% eram representados pelas 10 maiores companhias listadas em termos de volume negociado. Em comparação, em 31 de dezembro de 2008, a capitalização de mercado total da NYSE era de aproximadamente US$9,2 trilhões. Embora todas as ações em circulação de uma companhia listada possam ser negociadas na BM&FBOVESPA, menos de metade das ações listadas, na maioria dos casos, estão efetivamente disponíveis para negociação ao público, sendo o restante detido por pequenos grupos de controladores, entidades governamentais ou um único acionista principal. A relativa volatilidade e a baixa liquidez dos mercados brasileiros de títulos poderão limitar substancialmente a capacidade do investidor de vender as Units de nossas emissão no momento e pelo preço que desejar, o que poderá, em consequência, ter impacto negativo sobre o preço de mercado desses valores mobiliários.

Poderá não se desenvolver um mercado ativo para as Units de nossa emissão; caso se desenvolva, o preço das Units e das ADSs estará sujeito à volatilidade.

Antes desta Oferta, não existia mercado para nossas Units e ADSs no Brasil e nos Estados Unidos, respectivamente. O preço de nossas Units e ADSs na oferta pública inicial será determinado por negociações entre nós e os representantes dos coordenadores globais internacionais. O preço de mercado de nossas Units ou ADSs poderá cair abaixo do preço de oferta pública inicial por estar sujeito a oscilações significativas em razão de diversos fatores, tais como oscilações efetivas ou previstas de nossos resultados operacionais e nosso desempenho financeiro, desaceleração da economia, eventos políticos nas jurisdições em que operamos ou outras mudanças em nossos setores de atividade, alterações das estimativas financeiras feitas pelos analistas de títulos, introdução de novos produtos ou tecnologias por nós ou por nossos concorrentes ou nossa incapacidade de satisfazer as expectativas dos analistas ou investidores.

A venda efetiva ou prevista de um número substancial de Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais de nossa emissão no futuro poderá reduzir os preços de mercado das Units.

A venda de um número substancial de Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais de nossa emissão após a conclusão da Oferta Global ou a expectativa de tal venda poderá afetar negativamente os preços de mercado das Units. Imediatamente após a conclusão da Oferta Global, o Santander Espanha será titular, direta ou indiretamente, de um total de aproximadamente 179.237.665.349 Ações Ordinárias e 154.146.450.231 Ações Preferenciais. Firmamos compromisso, observadas algumas exceções, de não ofertar, vender ou contratar a venda, onerar ou alienar de outra forma, direta ou indiretamente, não apresentar à SEC ou à CVM declaração de registro referente a Units, ADSs ou títulos adicionais que possam ser convertidos, permutados ou exercidos em Ações representativas de nosso capital social ou ADSs e não divulgar ao público tal oferta, venda, oneração, alienação ou apresentação, pelo prazo de 180 dias a partir da data deste Prospecto, sem o prévio consentimento por escrito dos Coordenadores. Os membros de nosso Conselho de Administração, nossos diretores e nossa controladora firmaram compromissos de *lock-up* (período de restrição) substancialmente similares, observadas algumas exceções. Em função de nossa listagem no Nível 2 da BM&FBOVESPA, nossa controladora deverá vender Ações adicionais até o terceiro aniversário da data deste Prospecto, prorrogável por mais dois anos mediante apresentação de um plano (a ser aprovado pela BM&FBOVESPA), a fim de assegurar que o percentual de Ações em circulação no mercado represente pelo menos 25% do total de nosso capital. Se, no futuro, os detentores existentes ou futuros das Ações efetuarem vendas substanciais de Ações, o preço de mercado das Units poderá cair significativamente. Com isso, os detentores de Units poderão não ser capazes de vendê-las por preço igual ou superior ao que preço pago por elas.

O valor econômico do investimento poderá ser diluído.

O Preço por Unit é superior ao valor contábil tangível líquido por ação de nossas Ações imediatamente antes da Oferta. Caso compre as Units incluídas nesta Oferta, o investidor sofrerá uma diluição imediata e substancial do valor contábil tangível líquido por ação devido ao preço de oferta pública. Veja a seção "Diluição". Além disso, poderemos necessitar de recursos adicionais e, caso não exista financiamento público ou privado disponível ou nossos acionistas o decidirem, poderemos emitir Units, Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais adicionais. Os eventuais recursos adicionais obtidos com tal aumento de capital poderão diluir a participação do investidor em nosso Banco.

O cancelamento da listagem de nossas Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA poderá afetar negativamente o preço de nossas Units.

As companhias listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA são obrigadas a ter um percentual de ações em circulação no mercado equivalente a pelo menos 25% do total de ações de sua emissão. Estimamos que, após a Oferta Global de nossas Units, nosso percentual de ações em circulação no mercado será de aproximadamente 15,6% de nossas Ações, sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar. Teremos um período de carência de três anos a partir da data da listagem de nossas Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA, prorrogável por mais dois anos mediante a apresentação de um plano (a ser aprovado pela BM&FBOVESPA), para cumprir a exigência de percentual mínimo de ações em circulação no mercado. Se não atendermos a essa exigência, a listagem de nossas Ações poderá estar sujeita a questionamentos e eventualmente ser cancelada no Nível 2 da BM&FBOVESPA e as Ações passarão a ser negociadas no segmento tradicional. Adicionalmente, caso o Banco Central não homologue o nosso estatuto, conforme alterado em nossa Assembléia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2009, para cumprir com os requisitos do Nível 2 da BM&FBOVESPA e/ou a eleição de nossos conselheiros conforme aprovado em Assembléia Geral Extraordinária realizada em 2 de setembro de 2009 e não for possível atendermos eventuais exigências estabelecidas pelo Banco Central em relação à homologação dessas matérias, o Contrato de Adesão ao Nível 2 perderá sua vigência e a listagem de nossas Ações será cancelada no Nível 2 da BM&FBOVESPA, passando as Ações a ser negociadas no segmento tradicional.

As normas do Nível 2 estão também sujeitas a alterações e nós podemos não estar aptos a cumprir tais disposições. O cancelamento da listagem de nossas Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA poderá resultar em redução do preço de nossas Ações e Units.

Os detentores de nossas Units poderão não receber dividendos ou juros sobre o capital próprio.

De acordo com nosso estatuto social, devemos, de modo geral, pagar aos nossos acionistas um dividendo obrigatório de 25% de nosso lucro líquido anual como dividendos ou juros sobre o capital próprio, calculados e ajustados pelo método da legislação societária brasileira. O lucro líquido ajustado poderá ser capitalizado, utilizado para absorver perdas ou retido para outros fins, conforme o permitido pela legislação societária brasileira, e poderá não ser disponibilizado para pagamento a título de dividendos ou juros sobre o capital próprio. Além disso, a Lei das Sociedades por Ações brasileira permite que uma companhia aberta, como a nossa, suspenda a distribuição obrigatória de dividendos no exercício social em que nosso Conselho de Administração informar aos nossos acionistas que tal distribuição seria incompatível com nossa situação financeira ou disponibilidade de caixa. Veja a seção "Dividendos e Política de Dividendos – Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio".

As Ações Preferenciais que fazem parte das Units não conferem, em geral, direito de voto aos seus titulares.

Segundo o disposto na Lei das Sociedades por Ações e em nosso estatuto social, os detentores de nossas Ações Preferenciais e, portanto, de nossas ADSs não têm direito de voto em nossas assembléias de acionistas, salvo em circunstâncias limitadas.

DESTINAÇÃO DOS RECURSOS

Estimamos receber recursos líquidos da Oferta, no montante de aproximadamente R$12.126,7 milhões (com base no Preço por Unit de R$23,50), após dedução das comissões de distribuição e das despesas da Oferta a serem pagas por nós, sem considerar o exercício da Opção de Units do Lote Suplementar, e sem considerar efeitos fiscais aplicáveis a determinadas comissões e despesas.

Pretendemos utilizar os recursos obtidos pelo Banco com a realização da Oferta Global para expandir nossos negócios no Brasil, ampliando nossa presença física e aumentando nossa base de capital. O Banco pretende também melhorar sua estrutura de captação e, juntamente com as fontes tradicionais de captação, fomentar as operações de crédito atuais.

Em particular, estimamos utilizar: (i) 70% dos recursos captados, correspondentes a R$8.488,7 milhões, na expansão de nossa estrutura física, inclusive abrindo novas agências e acrescentando mais caixas automáticos ao sistema *on-line*, bem como incrementar as operações de crédito nos segmentos de Banco Comercial e Banco Global de Atacado com maior eficiência do que poderíamos com nossas fontes usuais de captação; (ii) 20% dos recursos captados, correspondentes a R$2.425,3 milhões, para melhorar nossa estrutura de *funding*; e (iii) 10% dos recursos captados, correspondentes a R$1.212,7 milhões, na expansão de nossa base de capital, melhorando nosso índice de Basiléia.

O impacto dos recursos líquidos da Oferta sobre nossa situação patrimonial encontra-se na tabela da seção "Capitalização" e na seção "Análise e Discussão da Administração Sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", incluídas neste Prospecto.

CAPITALIZAÇÃO

A tabela a seguir descreve o nosso passivo de curto e longo prazo, o nosso patrimônio líquido e nossa capitalização total, em 30 de junho de 2009, calculada com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas não auditadas elaboradas de acordo com o IFRS: (1) em bases efetivas; e (2) ajustada para refletir o recebimento de recursos líquidos estimados em aproximadamente R$12.126,7 milhões, com base no Preço por Unit de R$23,50, após dedução das comissões de distribuição e das despesas da Oferta a serem pagas por nós, e sem considerar efeitos fiscais aplicáveis a determinadas comissões e despesas, e após a respectiva destinação dos recursos, sem considerar o exercício da Opção de Units do Lote Suplementar.

O investidor deve ler esta tabela em conjunto com nossas demonstrações financeiras, as respectivas notas explicativas e as seções "Informações Financeiras e Operacionais Selecionadas" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", incluídas neste Prospecto.

	Em 30 de junho de 2009[1]	
	Efetivo	**Ajustado após a Oferta**
	(em milhões de R$)	
Passivo		
Passivos financeiros para negociação	4.887,0	4.887,0
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	363,0	363,0
Passivos financeiros ao custo amortizado	207.644,0	207.644,0
Depósitos do Banco Central do Brasil	870,0	870,0
Depósitos de instituições de crédito	21.793,0	21.793,0
Depósitos de clientes	154.922,0	154.922,0
Títulos de dívida e valores mobiliários	11.299,0	11.299,0
Dívidas subordinadas	10.996,0	10.996,0
Outros passivos financeiros	7.764,0	7.764,0
Derivativos utilizados como *hedge*	63,0	63,0
Provisões	10.203,0	10.203,0
Passivos fiscais	7.352,0	7.352,0
Outras obrigações	6.560,0	6.560,0
Total do passivo	**237.072,0**	**237.072,0**
Patrimônio líquido	51.136,0	63.262,7[2]
Participação minoritários	5,0	5,0
Ajuste a valor de mercado	665,0	665,0
Capitalização total[1]	**288.878,0**	**301.004,7**

(1) A capitalização total corresponde ao total do passivo mais o total do patrimônio líquido.
(2) Considera valores estimados de despesas e não considera impactos fiscais aplicáveis a determinadas despesas.

A tabela acima deve ser lida em conjunto com "*Informações Financeiras e Outras Informações Operacionais e Financeiras Selecionadas*" e "*Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais*", bem como com as nossas demonstrações financeiras auditadas e respectivas notas explicativas incluídas neste Prospecto.

As principais transações realizadas entre o Banco e suas subsidiárias afetando a capitalização do Banco após 30 de junho de 2009 são:

Em 14 de agosto de 2009, incorporamos todas as ações de determinadas sociedades de gestão de recursos de terceiros e seguros anteriormente detidas indiretamente pelo Santander Espanha e outros acionistas minoritários, a fim de consolidarmos essas nossas operações no Brasil dentro do Santander Brasil. Essas operações estão sujeitas à aprovação do Banco Central e da SUSEP (em relação às atividades de seguros). Veja "Sumário da Companhia – Eventos Recentes – Incorporação de ações de sociedades de Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros". Em decorrência dessas operações, nosso capital social foi aumentado em aproximadamente R$2,5 bilhões, com a emissão de 14.410.886.181 ações, sendo 7.710.342.899 ações ordinárias e 6.700.543.282 ações preferenciais.

DILUIÇÃO

Em 30 de junho de 2009, o valor do nosso patrimônio líquido contábil era de R$51.136 milhões e o valor patrimonial por Unit correspondia, na mesma data, a R$16,48 por Unit. O referido valor patrimonial por Unit representa o valor contábil total dos nossos ativos menos o valor contábil total do nosso passivo, dividido por 325.732.887.684, que representa a quantidade total de nossas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais em 30 de junho de 2009.

Considerando-se a subscrição das 525.000.000 Units oferecidas por nós na presente Oferta, ao Preço por Unit de R$23,50, após dedução das comissões de distribuição e das despesas da Oferta a serem pagas por nós, e sem considerar o exercício da Opção de Units do Lote Suplementar, o valor do nosso patrimônio líquido contábil em 30 de junho de 2009 seria de aproximadamente R$63.262,7 milhões, representando R$17,44 por Unit, e resultando, portanto, em um aumento imediato no valor patrimonial contábil por Unit correspondente a R$0,96 por Unit para os acionistas existentes, e uma diluição imediata no valor patrimonial contábil por Unit, em 30 de junho de 2009, de R$6,06 por Unit para os novos investidores, adquirentes de Units no contexto desta Oferta. Essa diluição representa a diferença entre o Preço por Unit pago por esses novos investidores e o valor patrimonial contábil por Unit de nossa emissão imediatamente após a conclusão da Oferta.

A tabela a seguir ilustra tal diluição em 30 de junho de 2009 e levando em consideração as incorporações das sociedades de gestão de recursos de terceiros e seguros ocorridas em 14 de agosto de 2009:

	Em 30 de junho de 2009[2]	**Pós Incorporações[2]**
	(em R$)	
Preço por Unit	23,50	23,50
Valor patrimonial por Unit	16,48	16,55
Aumento do valor patrimonial por Unit atribuído aos acionistas existentes	0,96	0,91
Valor patrimonial por Unit após a Oferta	17,44	17,46
Diluição por Unit para os novos investidores	6,06	6,04
Percentual de diluição por Unit para os novos investidores[1]	25,78%	25,70%

(1) O cálculo do percentual de diluição por Unit para os novos investidores é obtido por meio da divisão da diluição por Unit para os novos investidores, pelo Preço por Unit.

(2) Considera valores estimados de despesas e não considera impactos fiscais aplicáveis a determinadas despesas.

INFORMAÇÕES SOBRE O MERCADO, OS TÍTULOS E OS VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS

Preço Histórico das Ações Preferenciais e Ações Ordinárias

Nossas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais passaram a ser negociadas na BMF&FBOVESPA em abril de 2007, sob os códigos "SANB3" e "SANB4", respectivamente, após a incorporação do Banespa pelo Banco Santander Meridional S.A. (nosso antecessor). O Banespa era uma companhia de capital aberto na época da incorporação, em decorrência da qual, passamos a ser uma companhia negociada em bolsa após a aprovação da CVM em 2 de março de 2007. As Units serão listadas no segmento de Nível2 da BM&FBOVESPA, onde serão negociadas sob o código "SANB11", a partir da data de publicação do Anúncio de Início.

As tabelas a seguir trazem os preços de venda máximos e mínimos no fechamento de nossas Ações Preferenciais e Ações Ordinárias na BM&FBOVESPA nos períodos indicados. Devido à baixa quantidade de nossas Ações em circulação (aproximadamente 2% de nosso capital social), nossas Ações historicamente têm sido negociadas a baixos preços, que não guardam qualquer relação com o preço de emissão das Units descrito na capa deste Prospecto.

	BM&FBOVESPA					
	Ações Preferenciais			Ações Ordinárias		
	Máximo	Mínimo	Volume médio de negociação diária	Máximo	Mínimo	Volume médio de negociação diária
	R$ por ação			R$ por ação		
Ano						
2007[1][2]	340,00	0,23	136.494	313,00	0,21	26.475
2008	0,25	0,10	907.083	0,25	0,11	137.083
Trimestre						
Primeiro Trimestre de 2007[1]	150,00	122,00	201.262	–	–	–
Segundo Trimestre de 2007	200,00	145,00	1.483.772	189,95	150,00	210.815
Terceiro Trimestre de 2007	240,00	166,01	1.743.333	220,00	160,00	203.233
Quarto Trimestre de 2007[2]	340,00	0,23	3.123.333	313,00	0,21	300.667
Primeiro Trimestre de 2008	0,25	0,18	743.333	0,25	0,17	113.333
Segundo Trimestre de 2008	0,23	0,19	1.260.000	0,24	0,20	125.000
Terceiro Trimestre de 2008	0,20	0,13	958.000	0,21	0,14	150.000
Quarto Trimestre de 2008	0,15	0,10	667.000	0,16	0,11	160.000
Primeiro Trimestre de 2009	0,14	0,12	210.000	0,15	0,12	74.000
Segundo Trimestre de 2009	0,15	0,12	1.011.667	0,14	0,11	796.000
Mês						
Fevereiro de 2009	0,14	0,12	440.000	0,14	0,13	200.000
Março de 2009	0,13	0,12	460.000	0,13	0,12	480.714
Abril de 2009	0,13	0,11	233.000	0,14	0,12	192.000
Maio de 2009	0,13	0,12	1.477.000	0,14	0,12	937.500
Junho de 2009	0,14	0,12	2.410.000	0,15	0,12	2.875.000
Julho de 2009	0,25	0,14	11.225.000	0,24	0,21	4.150.000
Agosto de 2009	0,25	0,13	3.450.000	0,24	0,21	2.025.000
Setembro de 2009	0,24	0,23	5.225.071	0,24	0,23	1.765.000
Outubro de 2009 (até dia 05)	0,24	0,24	3.700.000	0,24	0,24	300.000

Fonte: BM&FBOVESPA.

(1) As ações Ordinárias começaram a ser negociadas em 3 de abril de 2007 e as ações preferenciais em 3 de março de 2007.

(2) Antes de 1º de novembro de 2007, nossas Ações Ordinárias e preferenciais eram negociadas em lotes de 1000 ações, e após esta data passaram a ser negociadas como ações individuais.

Em 5 de outubro de 2009, o último preço de venda informado no fechamento da BM&FBOVESPA foi R$0,24 por Ação Ordinária e R$0,24 por Ação Preferencial.

Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA

Em 18 de setembro de 2009, nós e nossos administradores celebramos o Contrato de Adesão ao Nível 2. O Nível 2 é um segmento especial de listagem do mercado de ações da BM&FBOVESPA, destinado exclusivamente a companhias que atendam a requisitos mínimos e aceitem submeter-se a regras de governança corporativa diferenciadas, incluindo, entre outros:

- ações que representem, no mínimo, 25,0% do capital social devem estar em circulação;
- exigência de que os novos membros do Conselho de Administração e da Diretoria assinem Termos de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desses documentos, através dos quais os novos administradores da companhia aberta obrigam-se a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 2, com o Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado e com o Regulamento do Nível 2, servindo ainda de Cláusula Compromissória;
- vedação à emissão ou manutenção de partes beneficiárias;
- apresentação de demonstração de fluxo de caixa (da companhia aberta e consolidado) nas Informações Trimestrais – ITRs e nas demonstrações contábeis anuais;
- divulgação anual do cronograma de eventos corporativos, até o fim do mês de janeiro;
- na alienação de controle, ainda que por vendas sucessivas, o negócio deve ficar condicionado a que sejam estendidas, por meio de oferta pública de aquisição de ações, aos acionistas minoritários titulares de ações ordinárias e preferenciais, as mesmas condições oferecidas ao acionista controlador, incluindo o mesmo preço no caso dos detentores de ações ordinárias (*tag along*), e aos acionistas titulares de ações preferenciais um preço equivalente a, no mínimo, 80,0% do valor oferecido aos detentores de ações ordinárias;
- conferência de direitos de voto às ações preferenciais, no mínimo, nas seguintes matérias: (i) transformação, incorporação, fusão ou cisão da companhia, (ii) aprovação de contratos entre a companhia e o acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral, (iii) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da companhia, (iv) escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico da companhia, e (v) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem determinadas exigências do Nível 2;
- Conselho de Administração com, no mínimo, cinco membros, dentre os quais, pelo menos, 20,0% devem ser Conselheiros Independentes, eleitos pela assembléia geral de acionistas, com mandato unificado de, no máximo, dois anos, sendo permitida a reeleição;
- elaboração de demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, conforme previsto no IFRS, em Reais ou Dólares, que deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês, acompanhadas do relatório da Administração, de notas explicativas que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo os princípios contábeis brasileiros e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou divulgação, no idioma inglês, da íntegra das demonstrações financeiras, relatório da Administração e notas explicativas, elaboradas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo o IFRS, conforme o caso, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes; e
- adesão ao Regulamento de Arbitragem, para a resolução de disputas envolvendo a companhia e seus acionistas e administradores.

Para maiores informações sobre as práticas de governança corporativa adotadas pelo Banco, ver Seção "Principais Práticas de Governança Corporativa" a partir da página 329 deste Prospecto.

Negociação na BM&FBOVESPA

Em maio de 2000, o mercado de renda variável foi reorganizado por meio da assinatura de memorandos de entendimentos entre as bolsas de valores brasileiras. Essa organização teve por objetivo fortalecer a liquidez e aumentar a competitividade do mercado acionário nacional. De acordo com estes memorandos, a BM&FBOVESPA passou a concentrar toda a negociação com valores mobiliários, com exceção dos títulos de dívida pública negociados eletronicamente e de leilões de privatização, que são negociados na Bolsa de Valores do Rio de Janeiro.

As negociação ocorrem das 10:00h às 17:00h, ou entre 11:00h e 18:00h durante o período de horário de verão no Brasil, em um sistema eletrônico de negociação chamado MegaBolsa. A BM&FBOVESPA também permite negociação das 17:45h às 19:00h, ou entre 18:45h e 19:30h durante o período de horário de verão no Brasil, em um horário de negociação diferenciado chamado *after market*. As negociações no *after market* estão sujeitas a limites regulatórios sobre volatilidade de preços e sobre volume de ações negociadas pelos investidores.

Em 31 de maio de 2009, a capitalização bursátil na BM&FBOVESPA foi equivalente a, aproximadamente, R$1,8 trilhão, enquanto as dez maiores companhias listadas na BM&FBOVESPA representaram, aproximadamente, 55,7% da capitalização total de mercado de todas as companhias listadas. Embora quaisquer das ações em circulação de uma companhia listada possam ser negociadas em uma bolsa de valores brasileira, na maioria dos casos, menos da metade dessas ações ficam efetivamente disponíveis para negociação pelo público, sendo o remanescente detido por pequenos grupos de controladores, por entidades estatais ou por um acionista principal.

Quando investidores negociam ações ou outro valor mobiliário na BM&FBOVESPA, a liquidação acontece três dias úteis após a data da negociação, sem correção monetária do preço de compra. O vendedor deve entregar o valor mobiliário negociado à BM&FBOVESPA na manhã do terceiro dia útil após a data da negociação. A entrega e o pagamento dos valores mobiliários são realizados por meio das instalações da BM&FBOVESPA.

A fim de manter um melhor controle sobre a oscilação do Índice BOVESPA, a BM&FBOVESPA adotou um sistema *circuit breaker* de acordo com o qual a sessão de negociação é suspensa por um período de 30 minutos ou uma hora sempre que o Índice BOVESPA cair abaixo dos limites de 10,0% ou 15,0%, respectivamente, com relação ao índice de fechamento da sessão de negociação anterior.

Regulação do Mercado Brasileiro de Valores Mobiliários

Compete à CVM regulamentar e fiscalizar o mercado de capitais brasileiro, nos termos da Lei de Mercado de Valores Mobiliários e da Lei das Sociedades por Ações. Compete ao Banco Central e ao CMN conceder autorização para constituição e funcionamento de corretoras de títulos e valores mobiliários, e regular os investimentos estrangeiros e as operações de câmbio, conforme disposto na Lei do Mercado de Valores Mobiliários e na Lei 4.595. Estas leis em conjunto com outras normas e regulamentos, entre outros, determinam os requisitos de divulgação de informações aplicáveis a emissoras de valores mobiliários publicamente negociados, as sanções penais por negociação de ações utilizando informação privilegiada e manipulação de preço, a proteção de acionistas minoritários, os procedimentos para o licenciamento e supervisão das corretoras de valores e a governança das bolsas de valores brasileiras.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma companhia pode ser aberta ou fechada, listada ou não listada. Todas as companhias listadas estão registradas na CVM e ficam sujeitas a obrigações de divulgação periódica de informações e de divulgação de quaisquer fatos relevantes. Uma companhia registrada na CVM pode negociar seus valores mobiliários na BM&FBOVESPA ou no mercado brasileiro de balcão organizado. Ações de companhias listadas na BM&FBOVESPA não podem ser negociadas simultaneamente no mercado de balcão brasileiro. A operação no mercado de balcão não organizado consiste em negociações entre pessoas, fora da bolsa de valores, com a intermediação de instituição financeira ou autorizada pela CVM. Nenhuma licença especial, além de registro na CVM (e, no caso de mercados de balcão organizados, no mercado de balcão pertinente), é necessária para que os valores mobiliários de companhia aberta possam ser negociados no mercado de balcão. Para ser listada na BM&FBOVESPA, uma companhia deve requerer o registro à BM&FBOVESPA e à CVM.

A negociação de valores mobiliários na BM&FBOVESPA pode ser interrompida mediante solicitação de uma companhia antes da publicação de fato relevante. A negociação também pode ser suspensa por iniciativa da BM&FBOVESPA ou da CVM, com base em ou devido a, entre outros motivos, indícios de que a companhia tenha fornecido informações inadequadas com relação a um fato relevante ou forneceu respostas inadequadas a questionamentos feitos pela CVM ou pela BM&FBOVESPA.

Regulamentação de Investimentos Estrangeiros

Investidores estrangeiros podem registrar seus investimentos em ações amparados pela Lei 4.131, ou pela Resolução CMN 2.689 e Instrução CVM 325. A Resolução CMN 2.689 favorece o tratamento fiscal a investidores não residentes no Brasil, contanto que não sejam residentes em paraísos fiscais (i.e., países que não impõem tributo ou em que a renda é tributada a alíquotas inferiores a 20,0%), de acordo com as leis fiscais brasileiras.

De acordo com a Resolução CMN 2.689, investidores não residentes podem investir em quase todos os ativos disponíveis no mercado financeiro e no mercado de capitais brasileiro, desde que obedecidos certos requisitos. Segundo tal resolução, consideram-se investidores não residentes, individuais ou coletivos, as pessoas físicas ou jurídicas, os fundos ou outras entidades de investimento coletivo, com residência, sede ou domicílio no exterior. Previamente ao investimento, o investidor não residente deve:

- constituir um ou mais representantes no País;
- apontar instituição financeira custodiante devidamente registrada pelo Banco Central ou pela CVM;
- por meio de seu representante, registrar-se na CVM como investidor não residente nos termos da Instrução CVM 325; e
- obter registro do investimento junto ao Banco Central.

Adicionalmente, o investidor operando nos termos da Resolução CMN 2.689 deve ser registrado junto à Receita Federal de acordo com a Instrução Normativa da Receita Federal n° 748, de 28 de junho de 2007.

O processo de registro do investimento junto ao Banco Central é empreendido pelo representante legal do investidor no Brasil. Valores mobiliários e outros ativos financeiros de propriedade de investidores não residentes devem ser registrados ou mantidos em conta depósito, ou, ainda, sob custódia de entidade devidamente autorizada pelo Banco Central ou pela CVM. Ademais, a negociação de valores mobiliários é restrita ao mercado de valores mobiliários exceto nos casos de reorganização societária ou morte.

Títulos e Valores Mobiliários de Emissão do Banco de Propriedade dos Membros do Conselho de Administração e Diretores

Exceto pelas Ações de nossa emissão, os membros do Conselho de Administração e os Diretores não são proprietários ou detentores, direta ou indiretamente, de qualquer título ou valor mobiliário conversível em Ações de nossa emissão, tampouco titulares de direitos de subscrição ou aquisição, sob qualquer forma, de Ações de nossa emissão, que não sejam aqueles direitos decorrentes de lei.

Títulos Emitidos no Exterior e Dívida Subordinada

Os quadros a seguir apresentam as datas de emissão, vencimento, moeda, taxas de juros e saldos em 30 de junho de 2009 de cada série de títulos emitidos no exterior e de dívidas subordinadas:

Obrigações por Títulos e Valores Mobiliários no Exterior	Emissão	Vencimento	Moeda	Taxa de Juros (a.a.)	Saldo em 30/06/09
					(em milhares de R$)
Eurobonds	fevereiro-05	fevereiro-10	R$	16,2%	781.712
Eurobonds	novembro-05	novembro-13	R$	17,1%	471.580
Fixed Rate Notes	outubro-07	janeiro-15	R$	100,0% CDI	188.343
Fixed Rate Notes	novembro-07	janeiro-15	R$	100,0% CDI	182.379
Notas Estruturadas	abril-09	abril-10	R$	102,5% CDI	171.882
Eurobonds	março-05	março-13	R$	17,0%	169.223
Eurobonds[1]	abril-06	agosto-10	R$	IPCA+6%	157.696
Notas Estruturadas	maio-09	agosto-09	US$	0,4%	146.448
Fixed Rate Notes	setembro-06	junho-13	R$	100,0% CDI -0,4%	121.248
Fixed Rate Notes	outubro-06	junho-13	R$	100,0% CDI -0,3%	71.568
Fixed Rate Notes[4]	agosto-07	junho-12	US$	2,5%	66.982
Eurobonds[1]	maio-06	agosto-10	R$	IPCA+6%	62.896
Fixed Rate Notes[4]	agosto-99	agosto-14	US$	7,5%	61.416
Fixed Rate Notes[4]	abril-08	março-13	US$	4,6%	35.031
Fixed Rate Notes[4]	agosto-07	agosto-12	US$	3,3%	33.175
Eurobonds[2]	junho-07	maio-17	R$	FIDC[3]	27.381
Eurobonds[1]	março-07	janeiro-14	R$	10,0%	15.195
Notas de securitização – MT100[5]			US$		1.428.614
Outras					302.552
Total					**4.495.321**

(1) Vinculados a Títulos Públicos "Indexed Linked Sovereign Notes".
(2) Vinculados a Notas de Crédito "Indexed Linked Credit Event Notes".
(3) Vinculados a Remuneração de FIDC.
(4) Operações Indexadas em Libor.
(5) Notas de Securitização decorrente da venda do direito de recebimento do fluxo futuro de ordens de pagamentos a receber de bancos correspondentes no exterior. Inclui a emissão da série 2004-1 no montante de US$234 milhões, com encargos de 5,5% a.a., pagos semestralmente até setembro de 2011, série 2008-1 no montante de US$190 milhões, com encargos de 6,2% a.a. pagas semestralmente, com o principal pago em 10 parcelas semestrais entre setembro de 2010 a março de 2015 e a série 2008-2 no montante de US$300 milhões, com encargos à taxa Libor (6 meses) + 0,80% pagas semestralmente, com o principal pago em 10 parcelas semestrais entre março de 2010 a setembro de 2014. Em ago/2009 ocorreram duas emissões, com as seguintes características: US$50 milhões em 20-ago-09, prazo de 5 anos, taxa Libor (6 meses) + 2,125% a.a. e US$50 milhões em 20-ago-09, prazo de 10 anos, Libor de 6,25% a.a.

Dívidas Subordinadas	Emissão	Vencimento	Valor de Emissão	Taxa de Juros (a.a.)	Saldo em 30/06/09
					(em milhares de R$)
CDB Subordinado[2]	junho-06	julho-16	R$1.500 milhões	105,0% CDI	2.165.563
CDB Subordinado	março-09	março-19	R$1.507 milhões	13,8%	1.560.488
CDB Subordinado[2]	outubro-06	setembro-16	R$850 milhões	104,5% CDI	1.173.487
CDB Subordinado[2]	julho-07	julho-14	R$885 milhões	104,5% CDI	1.105.341
Bônus Perpétuos[1]	setembro-05	Indeterminado	US$500 milhões	8,7%	978.158
CDB Subordinado[2]	abril-08	abril-13	R$600 milhões	100,0% CDI + 1,3%	698.660
CDB Subordinado[2]	abril-08	abril-13	R$555 milhões	100,0% CDI + 1,0%	648.033
CDB Subordinado[2]	julho-06 a outubro-06	julho-16	R$447 milhões	104,5% CDI	637.016
CDB Subordinado[2]	janeiro-07	janeiro-13	R$300 milhões	104,0% CDI	400.072
CDB Subordinado[2]	agosto-07	agosto-13	R$300 milhões	100,0% CDI + 0,4%	373.225
CDB Subordinado[2]	janeiro-07	janeiro-14	R$250 milhões	104,5% CDI	333.769
CDB Subordinado[2]	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R$283 milhões	CDI[3]	323.011
CDB Subordinado[2]	maio-08 a junho-08	maio-13 a maio-18	R$268 milhões	IPCA[4]	307.373
CDB Subordinado[2]	novembro-08	novembro-14	R$100 milhões	120,5% CDI	108.804
CDB Subordinado[2]	fevereiro-08	fevereiro-13	R$85 milhões	IPCA +7,9%	101.266
"Floating Rate Notes"	novembro-99	novembro-09	US$170 milhões	Libor + 4,5%	66.987
"Floating Rate Notes"	novembro-99	novembro-09	US$30 milhões	Libor + 4,5%	11.814
Total					**10.993.067**

(1) Bônus Perpétuos emitidos pela agência de Cayman com juros pagos trimestralmente. Esses títulos não têm data de vencimento ou de resgate obrigatório, podendo, contudo, a critério do Banco e com prévia autorização do Banco Central, ser resgatados em sua totalidade em setembro de 2010 ou em qualquer data de pagamento de juros subsequente.
(2) CDBs Subordinados possuem remuneração paga ao final do prazo juntamente com o principal.
(3) Indexado entre 109% e 112% do CDI acrescido com juros de 1,2% a.a. a 1,5% a.a.
(4) Indexado ao IPCA, acrescido de juros de 8,3% a.a. a 8,7% a.a.

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS E OPERACIONAIS SELECIONADAS

Nosso balanço patrimonial e nossas demonstrações de resultado consolidadas relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 foram obtidos a partir das nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas preparadas de acordo com o IFRS e incluídas neste Prospecto. O Banco Real passou a ser consolidados às nossas demonstrações financeiras desde 30 de agosto de 2008. As informações financeiras relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007 e ao período de 1º de janeiro de 2008 a 29 de agosto de 2008 foram obtidas a partir das demonstrações financeiras combinadas auditadas do Banco Real e da AAB Dois, preparadas de acordo com o IFRS e incluídas neste Prospecto. Os resultados de nossas operações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 não são comparáveis aos resultados de nossas operações do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2007, tendo em vista a consolidação do Banco Real às nossas demonstrações financeiras desde 30 de agosto de 2008. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Aquisição do Banco Real".

O resumo das informações financeiras de 30 de junho de 2009 e relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e 2008 foi obtido a partir das nossas demonstrações financeiras consolidadas intermediárias condensadas, submetidas à revisão limitada efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil, incluídas neste Prospecto, as quais, na opinião de nossa administração, incluem todos os ajustes necessários para apresentação de nossos resultados operacionais e condição financeira nas respectivas datas e períodos. Os resultados do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 não são necessariamente indicativos dos resultados operacionais que devem ser esperados para o exercício social a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009 ou qualquer outro período.

As informações financeiras combinadas selecionadas relativas ao período de 1º de janeiro de 2007 a 29 de agosto de 2007 do Banco Real foram obtidas a partir de informações financeiras combinadas intermediárias não-auditadas do Banco Real e da AAB Dois, incluídas neste Prospecto, que na opinião de nossa Administração, incluem todos os ajustes necessários à fiel apresentação de nossos resultados operacionais e nossa situação financeira nas datas e para os períodos apresentados.

Nossas informações financeiras de 31 de dezembro de 2005 e 2004 e relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 foram obtidas a partir de informações financeiras não-auditadas combinadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Nossas informações financeiras de 31 de dezembro de 2006 foram obtidas a partir de informações financeiras não-auditadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Veja "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações". Tendo em vista que as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil diferem em aspectos significativos do IFRS, tais informações não são comparáveis com nossas demonstrações financeiras preparadas de acordo com o IFRS. A nota 45 às nossas demonstrações financeiras contém uma reconciliação e uma descrição dessas diferenças.

O resumo de nossas informações financeiras selecionadas pro forma relativas aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 foi obtido a partir das informações financeiras consolidadas pro forma não auditadas incluídas neste Prospecto, que refletem a aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações por nós como se houvesse ocorrido desde 1º de janeiro de 2008 e 2007. Para maiores informações, veja a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

Estas informações financeiras devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras auditadas e objeto de revisão limitada e as respectivas notas explicativas, bem como a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" incluída neste Prospecto.

Nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil para os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008, 2007 e 2006 e para os períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 objeto de revisão limitada, não estão incluídas neste Prospecto. Essas demonstrações financeiras foram submetidas à CVM e estão disponíveis em seu *website* e no do próprio Banco.

Demonstrações de Resultado do Santander Brasil de acordo com o IFRS

	Período de seis meses encerrados em 30 de junho de		
	2009	2008 (pro forma)[1]	2008
	(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)		
Receitas com juros e similares	19.771	17.405	6.715
Despesas com juros e similares	(9.110)	(7.978)	(3.383)
Receita líquida com juros	**10.661**	**9.427**	**3.332**
Resultado de renda variável	15	18	16
Resultado de equivalência patrimonial	257	161	2
Receita de tarifas e comissões	3.463	3.440	1.881
Despesas de tarifas e comissões	(447)	(500)	(164)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	2.734	1.459	686
Diferenças cambiais (líquidas)	(1.037)	(470)	(145)
Outras receitas (despesas) operacionais	(163)	26	(35)
Total de receitas	**15.483**	**13.561**	**5.573**
Despesas administrativas	(5.380)	(5.535)	(2.234)
Depreciação e amortização	(495)	(546)	(310)
Provisões (líquidas)[2]	(1.958)	(934)	(522)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)[3]	(4.831)	(3.194)	(1.496)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(68)	(15)	(9)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	1.145	38	32
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	(56)	(14)	(24)
Lucro operacional antes da tributação	**3.840**	**3.361**	**1.010**
Impostos sobre a renda	(1.395)	(1.191)	(303)
Lucro líquido do exercício	**2.445**	**2.170**	**707**
Lucro por ação			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)			
Ações ordinárias	7,17	6,45	5,07
Ações preferenciais	7,89	7,09	5,58
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída			
Ações ordinárias	174.292.416	172.041.961	71.315.968
Ações preferenciais	151.465.867	149.503.808	61.969.586

(1) Para maiores informações, veja a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".
(2) Principalmente provisões para contingências legais e fiscais.
(3) Provisões líquidas para perdas de crédito deduzidos de recuperações de empréstimos previamente baixados a prejuízo.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2008 (pro forma)[1]	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)		
Receitas com juros e similares	38.102	23.768	13.197
Despesas com juros e similares	(18.872)	(12.330)	(7.002)
Receita líquida com juros	**19.230**	**11.438**	**6.195**
Resultado de renda variável	39	37	36
Resultado de equivalência patrimonial	305	112	6
Receita de tarifas e comissões	6.849	4.809	3.364
Despesas de tarifas e comissões	(983)	(555)	(266)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(485)	(1.286)	1.517
Diferenças cambiais (líquidas)	1.261	1.476	382
Outras receitas (despesas) operacionais	(74)	(60)	133
Total de receitas	**26.143**	**15.971**	**11.367**
Despesas administrativas	(11.532)	(7.185)	(4.460)
Depreciação e amortização	(1.236)	(846)	(580)
Provisões (líquidas)[2]	(1.702)	(1.230)	(1.196)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)[3]	(6.570)	(4.100)	(2.160)
Perdas com outros ativos (líquidas)	**(85)**	**(77)**	**(298)**
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	33	7	1
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	22	9	13
Lucro operacional antes da tributação	**5.072**	**2.549**	**2.687**
Impostos sobre a renda	(1.159)	(170)	(784)
Lucro líquido do exercício	**3.913**	**2.379**	**1.903**
Lucro por ação			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)			
Ações ordinárias	11,65	11,59	14,02
Ações preferenciais	12,81	12,75	15,43
Dividendos por 1.000 ações[4]			
Ações ordinárias		4,26	16,30
Ações preferenciais		4,69	17,93
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída			
Ações ordinárias	171.800.386	104.926.194	69.383.705
Ações preferenciais	149.283.961	91.168.064	60.285.449

(1) Para maiores informações, veja a seção "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".
(2) Principalmente provisões para contingências legais e fiscais.
(3) Provisões líquidas para perdas de crédito deduzidas de recuperação de empréstimos previamente baixados a prejuízo.
(4) Inclui dividendos baseados na receita líquida e dividendos distribuídos com base em reservas.

Balanço Patrimonial do Santander Brasil de acordo com o IFRS

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de	
	2009	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$)		
Ativo			
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	24.813	23.700	22.277
Ativos financeiros para negociação	15.809	19.986	12.293
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	6.068	5.575	1.648
Ativos financeiros disponíveis para venda	30.593	30.736	9.303
Empréstimos e financiamentos	161.644	162.725	55.034
Derivativos utilizados como *hedge*	178	106	–
Ativos não correntes para venda	58	113	32
Participações em coligadas	502	634	55
Ativos tangíveis	3.600	3.829	1.111
Ativos intangíveis	30.589	30.995	1.799
Ativo fiscal	13.388	12.920	4.223
Outros créditos	1.636	2.871	544
Total do ativo	**288.878**	**294.190**	**108.319**
Passivo			
Passivos financeiros para negociação	4.887	11.210	4.650
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	363	307	690
Passivos financeiros ao custo amortizado	207.644	213.973	84.781
Depósitos do Banco Central do Brasil	870	185	–
Depósitos de instituições de crédito	21.793	26.325	18.217
Depósitos de clientes	154.922	155.495	55.147
Títulos de dívida e valores mobiliários	11.299	12.086	2.806
Dívidas subordinadas	10.996	9.197	4.210
Outros passivos financeiros	7.764	10.685	4.401
Derivativos utilizados como *hedge*	63	265	–
Provisões[1]	10.203	8.915	4.816
Passivos fiscais:	7.352	6.156	1.719
Outras obrigações	6.560	3.527	1.454
Total do passivo	**237.072**	**244.353**	**98.111**
Patrimônio líquido	51.136	49.318	8.671
Participação dos acionistas minoritários	5	5	–
Ajustes ao valor de mercado	665	514	1.537
Total do patrimônio líquido	**51.806**	**49.837**	**10.208**
Total do passivo e patrimônio líquido	**288.878**	**294.190**	**108.319**
Ativos médios	287.974	163.621	100.243
Passivo remunerado médio	186.569	109.455	69.204
Patrimônio líquido médio	50.742	23.110	10.521

[1] Provisões para pensões e contingências.

Índices do Santander Brasil

	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008[1]	2008	2007
Lucratividade e Performance				
Margem de juro líquida[1][2]	9,9%	7,6%	8,6%	7,2%
Retorno sobre o ativo total médio[1]	1,7%	1,3%	1,5%	1,9%
Retorno sobre o patrimônio líquido médio[1]	9,9%	14,8%	10,3%	18,1%
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio[1][3]	21,9%	14,8%	16,8%	18,1%
Adequação de Capital				
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	17,6%	9,4%	14,1%	10,5%
Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio[3]	9,0%	9,4%	9,2%	10,5%
Índice de Basiléia[4]	17,0%	13,6%	14,7%	14,2%
Qualidade do Ativo				
Ativos inadimplentes como percentual da carteira total de empréstimos[5]	6,7%	4,6%	5,4%	4,1%
Ativos inadimplentes como percentual do ativo total[5]	3,3%	1,9%	2,6%	2,2%
Ativos inadimplentes como percentual do risco de crédito calculável[5][6]	5,8%	3,3%	4,7%	3,2%
Provisão para perdas como percentual de ativos inadimplentes[5]	97,1%	112,2%	105,8%	107,5%
Provisão para perdas como percentual do total de empréstimos	6,5%	5,1%	5,7%	4,4%
Baixa de empréstimos líquida como percentual do total de empréstimos[1]	3,0%	2,9%	2,3%	4,7%
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido[5]	18,4%	21,5%	15,7%	24,1%
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio[3][5]	39,5%	21,5%	35,4%	24,1%
Liquidez				
Total de empréstimos líquido como percentual da capitalização total	65,3%	52,9%	66,0%	60,7%
Depósitos como percentual da capitalização total	88,9%	88,7%	89,5%	91,3%
Outras informações				
Eficiência				
Índice de eficiência[7]	34,7%	40,8%	45,0%	39,2%

(1) Índices anualizados, não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.

(2) Margem de juro líquida é definida como de receita de juros líquida (incluindo dividendos de participações societárias) dividida por ativos remunerados médios.

(3) "Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio", "Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio" e "Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio" são índices não adotados por práticas contábeis que ajustam "Retorno sobre o patrimônio líquido médio", "Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio" e "Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido" para excluir os R$27,5 bilhões de ágio decorrente da aquisição do Banco Real.

A reconciliação abaixo apresenta os cálculos desses índices não adotados por práticas contábeis a partir de seus índices mais diretamente comparáveis e aceitos por práticas contábeis. Tal reconciliação foi feita apenas para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 pois o ágio não foi relevante no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 ou no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e, assim, os índices não seriam afetados pela exclusão do ágio.

	Em 30 de junho de 2009 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	Em 31 de dezembro de 2008 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008
Retorno sobre o patrimônio líquido médio:		
Receita líquida	2.445.145	2.378.626
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Retorno sobre o patrimônio líquido médio	**9.9%**	**10.3%**
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio:		
Receita líquida	2.445.145	2.378.626
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Ágio médio	27.289.961	8.924.823
Patrimônio líquido médio excluindo ágio	**23.451.670**	**14.185.050**
Retorno ajustado sobre o patrimônio líquido médio	**21,9%**	**16,8%**
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio:		
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Ativo total médio	287.974.048	163.621.250
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	**17,6%**	**14,1%**
Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio:		
Patrimônio líquido médio	50.741.631	23.109.873
Ágio médio	27.289.961	8.924.823
Patrimônio líquido médio excluindo ágio	23.451.670	14.185.050
Ativo total médio	287.974.048	163.621.250
Ágio médio	27.289.961	8.924.823
Ativo total médio excluindo ágio	**260.684.087**	**154.696.427**
Patrimônio líquido médio menos ágio como percentual do ativo total médio	**9,0%**	**9,2%**
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido:		
Ativos inadimplentes	9.430.815	7.730.464
Patrimônio líquido	51.135.477	49.317.582
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido	**18,4%**	**15,7%**
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio:		
Ativos inadimplentes	9.430.815	7.730.464
Patrimônio líquido	51.135.477	49.317.582
Ágio	27.263.159	27.488.426
Patrimônio líquido excluindo ágio	**23.872.318**	**21.829,156**
Ativos inadimplentes como percentual do patrimônio líquido menos ágio	**39,5%**	**35,4%**

Nossos cálculos desses índices não adotados por práticas contábeis podem diferir de cálculos desses índices feitos por outras companhias. Nossa Administração acredita que esses índices não adotados por práticas contábeis oferecem informações úteis porque o impacto dos R$27,5 bilhões de ágio decorrente da aquisição do Banco Realno exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 obscurece a importância de outros fatores que afetam o patrimônio líquido e índices relacionados. Adicionalmente, consistente com as diretrizes do Acordo da Basiléia sobre adequação de capital, em todas as medidas utilizadas na administração do Banco, nossa administração exclui o ágio na consideração do patrimônio líquido. A administração acredita que a exclusão do ágio do patrimônio líquido, além de consistente com o Acordo da Basiléia, reflete mais adequadamente a situação econômica do capital do Banco, pois o ágio não é um ativo disponível para absorção de perdas de caixa e não é levado em consideração pelo Banco ao conduzir suas operações. Nesse sentido, nossa administração acredita que essas medidas não adotadas por práticas contábeis são úteis aos investidores, bem como à própria administração, pois refletem a substância econômica do capital do Banco. A única limitação associada à exclusão do ágio do patrimônio líquido é o efeito de exclusão de parte dos investimentos totais nos ativos do Banco. A administração compensa essa limitação ao também considerar o patrimônio líquido incluindo o ágio, conforme a tabela acima.

(4) Em julho de 2008, novas regras de adequação de capital, no âmbito da implementação do Acordo da Basiléia, entraram em vigor no Brasil, incluindo uma nova metodologia para análise e gerenciamento dos riscos de crédito e operacional. Adicionalmente, nossos índices de adequação de capital a partir de julho de 2008 são calculados excluindo-se o ágio, nos termos do Acordo da Basiléia. Como resultado, nossos índices a partir de julho de 2008 não são comparáveis aos índices anteriores.

(5) Ativos inadimplentes incluem todos os créditos devidos há mais de 90 dias e outros créditos duvidosos.

(6) Risco de crédito calculável é a soma dos valores de face dos empréstimos e financiamentos (incluindo ativos inadimplentes), garantias e créditos documentados.

(7) Índice de eficiência é definido como despesas administrativas divididas pela receita bruta. O índice do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 é apresentado de maneira pro forma. Veja "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

Dados das Demonstrações do Resultado do Santander Brasil de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	Bancos predecessores combinados		
	(em milhões de R$)		
Receitas de intermediação financeira			
Operações de crédito	6.885	5.420	4.036
Operações de arrendamento mercantil	83	86	69
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários	5.393	5.100	4.446
Resultado com instrumentos financeiros derivativos	828	1.148	723
Resultado de operações com câmbio	83	242	103
Resultado de aplicações compulsórias	382	387	276
Total das receitas de intermediação financeira	**13.654**	**12.383**	**9.653**
Despesas de intermediação financeira			
Operações de captação no mercado	(6.614)	(5.719)	(3.743)
Operações de empréstimos e repasses	(485)	(411)	(304)
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.523)	(817)	(475)
Total das despesas de intermediação financeira	**(8.622)**	**(6.947)**	**(4.522)**
Resultado bruto da intermediação financeira	**5.032**	**5.436**	**5.131**
Outras receitas (despesas) operacionais			
Receitas de prestação de serviços	2.964	2.410	1.432
Despesas de pessoal	(1.942)	(1.949)	(1.875)
Outras despesas administrativas	(2.591)	(2.422)	(2.034)
Despesas tributárias	(706)	(669)	(539)
Resultado de participações em coligadas e controladas	4	1	17
Outras receitas (despesas) operacionais	(1.266)	(431)	(153)
Resultado operacional	**1.495**	**2.376**	**1.979**
Resultado não operacional	(45)	(369)	(29)
Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações	**1.450**	**2.007**	**1.950**
Imposto de renda e contribuição social	50	(63)	(60)
Participações no lucro	(299)	(258)	(243)
Resultado antes das participações dos acionistas minoritários	**1.201**	**1.686**	**1.647**
Participações dos acionistas minoritários	–	(34)	(33)
Lucro líquido	**1.201**	**1.652**	**1.614**

Dados do Balanço Patrimonial do Santander Brasil de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	Santander Brasil	Bancos predecessores combinados	
	(em milhões de R$)		
Ativo circulante e realizável a longo prazo			
Disponibilidades	1.179	1.592	889
Aplicações interfinanceiras de liquidez	5.309	10.267	7.384
Títulos e valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	39.631	28.686	23.996
Operações de crédito (líquido)	35.887	27.785	20.677
Outros ativos	18.259	14.883	11.619
Total do ativo circulante e realizável a longo prazo	**100.265**	**83.213**	**64.565**
Permanente	**1.762**	**1.692**	**2.027**
Total do ativo	**102.027**	**84.905**	**66.592**
Passivo			
Depósitos	31.792	29.799	22.759
Títulos e valores mobiliários Vinculados a compromissos de recompra	25.475	20.000	10.950
Recursos de aceites e emissão de títulos	1.435	977	1.736
Obrigações por repasses do exterior	9.960	7.617	6.003
Outros passivos	25.389	19.086	16.834
Total do passivo	**94.051**	**77.479**	**58.282**
Patrimônio líquido	**7.976**	**7.426**	**8.310**
Total do passive e patrimônio líquido	**102.027**	**84.905**	**66.592**

Dados das Demonstrações do Resultado do Banco Real (combinado) de acordo com o IFRS

	Período entre 1° de janeiro e 29 de agosto de		Período encerrado em 31 de dezembro de
	2008	**2007**	**2007**
	(em milhões de R$, exceto conforme indicado)		
Receitas com juros e similares	14.007	12.075	19.070
Despesas com juros e similares	(6.552)	(5.211)	(7.800)
Receita de juros	7.455	6.864	11.270
Resultado de renda variável	2	13	18
Resultado de equivalência patrimonial	193	137	183
Receita de tarifas e comissões	2.040	1.635	2.525
Despesas de tarifas e comissões	(428)	(479)	(762)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	798	870	1.744
Diferenças cambiais (líquidas)	(215)	(153)	(179)
Outras receitas (despesas) operacionais	(17)	(146)	(287)
Total de receitas	**9.828**	**8.741**	**14.512**
Despesas administrativas	(4.347)	(3.760)	(6.227)
Depreciação e amortização	(288)	(211)	(339)
Provisões (líquidas)	(472)	(303)	(928)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.470)	(1.838)	(2.897)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(8)	(36)	(33)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	25	20	28
Ganhos/(perdas) sobre ativos não circulantes destinado à venda	13	36	38
Lucro operacional antes da tributação	**2.281**	**2.649**	**4.154**
Impostos sobre a renda	(907)	(1.115)	(1.721)
Lucro líquido do exercício	**1.374**	**1.534**	**2.433**
Lucro atribuível à controladora	1.374	1.534	2.432
Lucro atribuível à participação dos acionistas minoritários	n.m.	n.m.	1

Dados do Balanço Patrimonial do Banco Real (combinado) de acordo com o IFRS

	Em 31 dezembro de 2007
	(em milhões de R$)
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	10.949
Ativos financeiros para negociação	3.396
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	147
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.779
Empréstimos e financiamentos	77.310
Derivativos utilizados como *hedge*	651
Ativos não correntes para venda	39
Participações em coligadas	333
Ativo tangível	1.051
Ativo intangível	1.207
Créditos tributátios	3.980
Outros créditos	985
Total do ativo	**112.827**
Passivos financeiros para negociação	1.725
Passivos financeiros ao custo amortizado	90.672
Derivativos utilizados como *hedge*	5
Provisões	3.443
Passivos fiscais	2.129
Outras obrigações	1.695
Total do passivo	**99.669**
Patrimônio líquido	13.094
Capital social	9.322
Reservas	1.542
Lucro do exercício atrbuível à controladora	2.432
Menos: dividendos e remunerações	(202)
Ajustes ao valor de mercado	59
Participação dos acionistas minoritários	5
Total do patrimônio líquido	**13.158**
Total do passivo e patrimônio líquido	**112.827**

INFORMAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS PRÓ-FORMA NÃO AUDITADAS

As informações financeiras consolidadas pro forma apresentadas abaixo foram extraídas das demonstrações financeiras históricas auditadas consolidadas do Santander Brasil do exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, das demonstrações financeiras históricas não-auditadas consolidadas do Santander Brasil do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, das demonstrações financeiras históricas auditadas combinadas do Banco Real do período de 1º de janeiro de 2008 até 29 de agosto de 2008 e das demonstrações financeiras históricas não-auditadas combinadas do Banco Real do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, todas incluídas neste Prospecto, exceto pelas demonstrações financeiras históricas não-auditadas combinadas do Banco Real do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, que não foram incluídas.

Em 24 de julho de 2008, nosso acionista controlador assumiu o controle acionário do Grupo ABN AMRO Real no Brasil. Em uma assembléia geral extraordinária, em 29 de agosto de 2008, os acionistas do Santander Brasil e do Banco Real aprovaram a incorporação das ações do Banco Real pelo Santander Brasil. Como resultado desta operação, o Banco Real se tornou uma subsidiária integral do Santander Brasil. Em uma assembléia geral extraordinária realizada em 30 de abril de 2009, o Santander Brasil e o Banco Real aprovaram a incorporação do Banco Real pelo Santander Brasil. O Banco Real passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Santander Brasil a partir de 30 de agosto de 2008. Para maiores informações, veja a seção "Nossas Atividades—Estratégia—Aquisição do Banco Real".

As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 refletem nossas informações financeiras consolidadas para dar efeito à aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações por nós como se houvesse ocorrido desde 1° de janeiro de 2008 e 2007. As informações consolidadas pró-forma não auditadas foram preparadas com base nas práticas contábeis de acordo com o IFRS. Os ajustes e suposições pró-forma estão descritos nas notas explicativas apresentadas abaixo.

As informações consolidadas pró-forma não auditadas abaixo foram preparadas de acordo com o IFRS e se baseiam nas informações e hipóteses disponíveis que acreditamos ser razoáveis. As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas são apenas para fins ilustrativos e informativos e não pretendem representar ou ser indicador do que nossa situação financeira ou resultados operacionais teriam sido, caso as operações descritas acima tivessem ocorrido nas datas indicadas. As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas também não devem ser consideradas representativas de nossa situação financeira ou de nossos resultados operacionais futuros. As informações financeiras consolidadas pró-forma devem ser lidas em conjunto com e interpretadas levando-se em conta as seguintes informações contidas neste Prospecto:

- nossas demonstrações financeiras consolidadas auditadas referentes os exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007;
- nossas demonstrações financeiras históricas relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008;
- as demonstrações históricas combinadas do Banco Real relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, que não estão incluídas neste Prospecto;
- as demonstrações financeiras combinadas do Banco Real e da AAB Dois referentes ao período de 1º de janeiro a 29 de agosto de 2008 e ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007; e
- a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" incluída neste Prospecto.

Demonstrações do Resultado Pró-Forma para o Período de Seis Meses Encerrado em 30 de Junho de 2008

	Santander Brasil Histórico Consolidado	Banco Real Histórico Combinado	Ajuste Pro Forma		Pro Forma Consolidado
	Período de seis meses encerado em 30 de junho de				Período de seis meses encerrado em 30 de junho de
	2008				2008
	(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Receitas com juros e similares	6.715	10.213	435	4(i)	17.405
Despesas com juros e similares	(3.383)	(4.595)	42	4(ii)	(7.978)
Receita líquida com juros	**3.332**	**5.618**	**477**		**9.427**
Resultado de renda variável	16	2	–		18
Resultado de equivalência patrimonial	2	159	–		161
Receita de tarifas e comissões	1.881	1.559	–		3.440
Despesas de tarifas e comissões	(164)	(336)	–		(500)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	686	770	3		1.459
Diferenças cambiais (líquidas)	(145)	(325)	–		(470)
Outras receitas (despesas) operacionais	(35)	30	31		26
Total de receitas	**5.573**	**7.477**	**511**		**13.561**
Despesas administrativas	(2.234)	(3.301)	–		(5.535)
Despesas de pessoal	(1.156)	(1.607)	–		(2.763)
Outras despesas gerais	(1.078)	(1.694)	–		(2.772)
Depreciação e amortização	(310)	(156)	(80)	4(iii)	(546)
Provisões (líquidas)	(522)	(412)	–		(934)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(1.496)	(1.698)	–		(3.194)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(9)	(6)	–		(15)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	32	6	–		38
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	(24)	10	–		(14)
Lucro operacional antes da tributação	**1.010**	**1.920**	**431**		**3.361**
Impostos sobre a renda	(303)	(742)	(146)	4(iv)	(1.191)
Lucro líquido do exercício	**707**	**1.178**	**285**		**2.170**
Lucro por ação					
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)					
Ações ordinárias	5,07	–			6,45
Ações preferenciais	5,58	–			7,09
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída					
Ações ordinárias	71.315.968	–			172.041.961
Ações preferenciais	61.969.586	–			149.503.808

Ver notas explicativas às informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas.

Demonstrações do Resultado Pró-Forma para o Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2008

	Santander Brasil Histórico Consolidado	Banco Real Histórico Combinado	Ajuste Pro Forma		Pro Forma Consolidado
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008	Período de 1º de janeiro de 2008 a 29 de agosto de 2008	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008		Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008
	(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Receitas com juros e similares	23.768	14.007	327	4(i)	38.102
Despesas com juros e similares	(12.330)	(6.552)	11	4(ii)	(18.872)
Receita líquida com juros	**11.438**	**7.455**	**338**		**19.230**
Resultado de renda variável	37	2	–		39
Resultado de equivalência patrimonial	112	193	–		305
Receita de tarifas e comissões	4.809	2.040	–		6.849
Despesas de tarifas e comissões	(555)	(428)	–		(983)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(1.287)	798	4		(485)
Diferenças cambiais (líquidas)	1.476	(215)	–		1.261
Outras receitas (despesas) operacionais	(59)	(17)	2		(74)
Total de receitas	**15.971**	**9.828**	**344**		**26.143**
Despesas administrativas	(7.185)	(4.347)	–		(11.532)
Despesas de pessoal	(3.548)	(2.126)	–		(5.674)
Outras despesas gerais	(3.637)	(2.221)	–		(5.858)
Depreciação e amortização	(846)	(288)	(102)	4(iii)	(1.236)
Provisões (líquidas)	(1.230)	(472)	–		(1.702)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(4.100)	(2.470)	–		(6.570)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(77)	(8)	–		(85)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	7	25	–		32
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	9	13	–		22
Lucro operacional antes da tributação	**2.549**	**2,281**	**242**		**5.072**
Impostos sobre a renda	(170)	(907)	(82)	4(iv)	(1.159)
Lucro líquido do exercício	**2.379**	**1.374**	**160**		**3.913**
Lucro por ação					
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)					
Ações ordinárias	11,59	–			11,65
Ações preferenciais	12,75	–			12,81
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída					
Ações ordinárias	104.926.194	–			171.800.386
Ações preferenciais	91.168.064	–			149.283.961

Ver notas explicativas às informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas.

Notas Explicativas às informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas

1. Base da Apresentação

As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas apresentadas acima foram extraídas das demonstrações financeiras não auditadas consolidadas relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 do Santander Brasil e do Banco Real e consolidadas auditadas históricas relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 do Santander Brasil e as demonstrações financeiras combinadas auditadas históricas do Banco Real e da AAB Dois relativas ao período de 1º de janeiro de 2008 a 29 de agosto de 2008, cada qual incluída neste Prospecto, exceto pelas demonstrações financeiras do Banco Real relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

2. A Aquisição do Banco Real

Em 24 de julho de 2008, nosso acionista controlador assumiu o controle acionário do Grupo ABN AMRO Real no Brasil. Em uma assembléia geral extraordinária, em 29 de agosto de 2008, conforme descrito na nota 26 às nossas demonstrações financeiras consolidadas, os acionistas do Santander Brasil e do Banco Real aprovaram a incorporação das ações do Banco Real pelo Santander Brasil. O Banco Real passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Santander Brasil a partir de 30 de agosto de 2008. Veja "Nossas Atividades—Histórico—Aquisição do Banco Real". As demonstrações financeiras históricas usadas para consolidar o Banco Real em 30 de agosto de 2008 refletem os ajustes da compra que foi contabilizada na data em que o Santander Espanha adquiriu o controle do Banco Real, momento em que este passou a ser de controle comum com o Santander Brasil.

3. Ajustes e Suposições Pró-forma

Para fins das informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas, as suposições a seguir e os ajustes pró-forma correspondentes reconhecem a aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações pelo Banco acima descrita como se houvesse ocorrido desde 1° de janeiro de 2008.

- As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas são fornecidas exclusivamente como uma ilustração e não representam quais seriam efetivamente os resultados operacionais consolidados ou a situação financeira consolidada do Santander Brasil caso a aquisição do Banco Real tivesse ocorrido nas respectivas datas presumidas, e não indicam necessariamente os resultados operacionais ou a situação financeira consolidados combinados da Companhia.
- A redução nos futuros custos financeiros esperada, se houver, não é reconhecida nestas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas.
- Os ajustes pró-forma incluem ajustes na contabilização do preço de compra para refletir a aquisição do Banco Real pelo Santander Espanha, como se o controle do Banco Real fosse adquirido em 1º de janeiro de 2008. A compra foi contabilizada usando-se o método de aquisição, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (IFRS) nº 3, "Combinação de Negócios".

Adicionalmente, é possível que se incorra em passivos relacionados a quaisquer atividades finais de reestruturação, cujos custos não foram contemplados nas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas porque as informações necessárias para preparar uma estimativa razoável e formular planos de reestruturação detalhados dependem da conclusão de avaliações e estudos que ainda estão sendo preparados pelo Santander Brasil na data deste Prospecto.

Os ajustes de alocação de preço de compra pró-forma são estimados com base na seguinte alocação do preço de compra:

	Em 30 de junho de 2009		
	Valor contábil	**Valor justo[1]**	**Ajuste**
		(em R$ mil)	
Ativos líquidos adquiridos			
Ativos	**132.301.795**	**130.930.255**	**(1.371.540)**
Dos quais:			
Caixa e saldos em Banco Central	12.147.982	12.147.982	–
Instrumentos de dívidas	21.758.968	21.728.385	(30.583)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	69.669.710	68.039.392	(1.630.318)
Ativos tangíveisTangible assets	1.072.896	1.344.375	271.479
Passivos	**(119.436.124)**	**(120.826.655)**	**(1.390.531)**
Dos quais:			
Depósitos de instituições de crédito	(20.946.768)	(20.932.165)	14.603
Depósitos de clients	(75.372.552)	(75.419.151)	(46.599)
Dívidas subordinadas	(3.440.670)	(3.491.143)	(50.473)
Outras obrigações financeiras	(5.974.858)	(5.852.833)	122.025
Provisões[2]	(3.536.049)	(4.968.623)	(1.432.574)
Ativos líquidos adquiridos	**12.865.671**	**10.103.600**	**(2.762.071)**
Ativos intangíveis[3]		1.229.716	
Valor justo dos ativos		**11.333.316**	
Total considerado[4]		**38.946.426**	
Correspondido por:			
Ações		38.920.753	
Caixa		25.673	
Ágio		**27.613.110**	

(1) O valor justo dos ativos e passivos adquiridos foi determinado com base em avaliações dos ativos tangíveis, consideração da opinião de assessores legais sobre contingências provisionadas e fluxo de caixa descontado para todos os outros ativos e passivos, levando em consideração a expectativa futura de benefícios econômicos de ativos intangíveis.

(2) Inclui o ajuste de R$124,7 milhões contabilizados nos seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 relativo à revisão do valor justo de provisões, conforme o IFRS.

(3) O valor refere-se à lista de clientes com vida útil estimada de 10 anos.

(4) O total do preço de aquisição está baseado em valores pagos pelo Grupo Santander pela aquisição do Banco Real.

4. Ajustes pró-forma

O objetivo dos ajustes pro forma é dar efeito à aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações por nós como se houvesse ocorrido desde 1° de janeiro de 2008. Os ajustes pro forma relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 consideram o período de 1° de janeiro de 2008 a 29 de agosto de 2008, pois os resultados do período remanescente de 2008 já estão refletidos nas informações financeiras históricas do Banco. Da mesma forma, os ajustes pro forma relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 consideram o período de 1° de janeiro de 2008 a 30 de junho de 2008, pois nenhum dos resultados desse período está refletido nas informações financeiras histórias do Banco.

(i) Estes ajustes pro forma são relativos à apropriação dos ajustes de valor justo dos instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos a clientes, que está apresentada na alocação do preço de aquisição na nota explicativa n° 3 às nossas informações financeiras pro forma, e cujos cálculos foram realizados separadamente para cada contrato. Isto resulta em um ajuste na curva de rendimento dos ativos contabilizados pelo valor de custo. O valor justo desses contratos ficou abaixo ou acima de seus valores contábeis, dependendo se as taxas de juros de mercado ficaram acima ou abaixo das taxas contratuais nas datas das contratações. A apropriação da diferença entre o custo e o valor justo é calculada com base nos valores contratuais de vencimento de cada um dos instrumentos financeiros correspondentes, que variam de 2008 a 2015.

Com relação às demonstrações do resultado pro forma relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a reversão dos ajustes de valor justo dos instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos a clientes é realizada com base nos valores de oito meses que espera-se sejam apropriados durante o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R$491 milhões.

Com relação às demonstrações do resultado pro forma relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, a apropriação dos ajustes de valor justo dos instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos a clientes é realizada com base nos valores efetivamente registrados nos últimos quatro meses de 2008 no montante de R$354 milhões, além dos montantes efetivamente registrados durante os dois primeiros meses de 2009, no montante de R$81 milhões.

(ii) Estes ajustes pro forma são relativos à apropriação do valor justo dos passivos financeiros, que é apresentada na alocação do preço de aquisição na nota explicativa n° 3 às nossas informações financeiras pro forma, e cujos cálculos foram realizados separadamente para cada contrato. Isto resulta em um ajuste na curva de rendimento dos passivos financeiros contabilizados pelo valor de custo. O valor justo desses contratos ficou abaixo ou acima de seus valores contábeis, dependendo se as taxas de juros de mercado ficaram acima ou abaixo das taxas contratuais nas datas das contratações. A apropriação da diferença entre o custo e o valor justo é calculada com base nos valores contratuais de vencimento de cada um dos instrumentos financeiros correspondentes, que variam de 2008 a 2015.

Com relação às demonstrações do resultado pro forma relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a apropriação dos ajustes de valor justo dos passivos financeiros é realizada com base nos valores de oito meses que espera-se sejam revertidos durante o exercício a ser encerrado em 31 de dezembro de 2009, no montante de R$16 milhões.

Com relação às demonstrações do resultado pro forma relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, a apropriação dos ajustes de valor justo dos passivos financeiros é realizada com base nos valores efetivamente registrados nos últimos quatro meses de 2008 no montante de R$39 milhões, além dos montantes efetivamente registrados durante os dois primeiros meses de 2009, no montante de R$3 milhões.

(iii) Estes ajustes pro forma são relativos à apropriação do valor justo dos ativos tangíveis e à amortização dos ativos intangíveis identificáveis e mensuráveis reconhecidos na alocação do preço de aquisição, que são apresentadas na nota explicativa n° 3 às nossas informações financeiras pro forma, com a utilização da estimativa de vida útil de tais ativos. Este ajuste reflete principalmente a apropriação da lista de clientes, cuja vida útil estimada é de 10 anos e a amortização dos ativos tangíveis (prédios para uso próprio), cuja vida útil estimada é de 25 anos.

Com relação às demonstrações do resultado pro forma relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, a apropriação dos ativos tangíveis e dos ativos intangíveis amortizáveis é realizada com base nos valores de oito meses de amortização no montante de R$152 milhões em 2009.

Com relação às demonstrações do resultado pro forma relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, a apropriação dos ativos tangíveis e dos ativos intangíveis amortizáveis é realizada com base na apropriação nos últimos quatro meses de 2008 no montante de R$54 milhões, além da apropriação de dois meses adicionais em 2009, resultando em R$26 milhões.

(iv) Estes ajustes pro forma refletem o reconhecimento de tributos diferidos reconhecidos na alocação do preço de aquisição em razão da realização de montantes em que o valor justo é diferente do custo de determinados ativos e passivos, tal como apresentado na tabela acima. Esta realização de tributos diferidos é calculada sobre os ajustes pro forma explicados acima, com base em uma alíquota de imposto de 34%.

Demonstrações do Resultado Pró-Forma para o Exercício Encerrado em 31 de Dezembro de 2007

	Santander Brasil Histórico Consolidado	Banco Real Histórico Combinado	Ajuste Pro Forma		Pro Forma Consolidado
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de
	2007	2007	2007		2007
		(em milhões de R$, exceto se indicado de outra forma)			
Receitas com juros e similares	13.197	19.070	681	4(i)	32.948
Despesas com juros e similares	(7.002)	(7.800)	49	4(ii)	(14.753)
Receita líquida com juros	**6.195**	**11.270**	**730**		**18.195**
Resultado de renda variável	36	18	–		55
Resultado de equivalência patrimonial	6	183	–		188
Receita de tarifas e comissões	3.364	2.525	–		5.888
Despesas de tarifas e comissões	(266)	(762)	–		(1.028)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.517	1.744	6		3.267
Diferenças cambiais (líquidas)	382	(179)	–		203
Outras receitas (despesas) operacionais	133	(287)	32		(122)
Total de receitas	**11.366**	**14.512**	**768**		**26.647**
Despesas administrativas	(4.460)	(6.227)	–		(10.687)
Despesas de pessoal	(2.384)	(3.185)	–		(5.569)
Outras despesas gerais	(2.076)	(3.042)	–		(5.118)
Depreciação e amortização	(580)	(339)	(156)	4(iii)	(1.075)
Provisões (líquidas)	(1.196)	(928)			(2.125)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.159)	(2.898)	–		(5.057)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(298)	(33)	–	–	(331)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	1	28			29
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	13	38			52
Lucro operacional antes da tributação	**2.687**	**4.154**	**613**		**7.453**
Impostos sobre a renda	(784)	(1.720)	(208)	4(iv)	(2.713)
Lucro líquido do exercício	**1.903**	**2.433**	**404**		**4.740**
Lucro por ação					
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais – R$)					
Ações ordinárias	14,02	–	–		14,20
Ações preferenciais	15,43				15,62
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) – básica e diluída					
Ações ordinárias	69.383.705				170.666.195
Ações preferenciais	60.285.449				148.303.286

Notas Explicativas às informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas

1. Base da Apresentação

As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas apresentadas acima foram extraídas das demonstrações financeiras consolidadas auditadas históricas do Santander Brasil relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e as demonstrações financeiras combinadas auditadas históricas do Banco Real e da AAB Dois relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, cada qual incluída neste Prospecto.

2. A Aquisição do Banco Real

Em 24 de julho de 2008, nosso acionista controlador assumiu o controle acionário do Grupo ABN AMRO Real no Brasil. Em uma assembléia geral extraordinária, em 29 de agosto de 2008, os acionistas do Santander Brasil e do Banco Real aprovaram a incorporação das ações do Banco Real pelo Santander Brasil. O Banco Real passou a ser consolidado nas demonstrações financeiras do Santander Brasil a partir de 30 de agosto de 2008. Veja "Nossas Atividades—Histórico—Aquisição do Banco Real". As demonstrações financeiras históricas usadas para consolidar o Banco Real em 30 de agosto de 2008 refletem os ajustes da compra que foi contabilizada na data em que o Santander Espanha adquiriu o controle do Banco Real, momento em que este passou a ser de controle comum com o Santander Brasil.

3. Ajustes e Suposições Pró-forma

Para fins das informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas, as suposições a seguir e os ajustes pró-forma correspondentes reconhecem aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações pelo Banco como se houvesse ocorrido desde 1° de janeiro de 2007.

- As informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas são fornecidas exclusivamente como uma ilustração e não representam quais seriam efetivamente os resultados operacionais consolidados ou a situação financeira consolidada do Santander Brasil caso a aquisição do Banco Real tivesse ocorrido nas respectivas datas presumidas, e não indicam necessariamente os resultados operacionais ou a situação financeira consolidados ou combinados da Companhia.
- A redução nos futuros custos financeiros esperada, se houver, não é reconhecida nestas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas.
- Os ajustes pró-forma incluem ajustes na contabilização do preço de compra para refletir a aquisição do Banco Real pelo Santander Espanha, como se o controle do Banco Real fosse adquirido em 1º de janeiro de 2007. A compra foi contabilizada usando-se o método de aquisição, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade (IFRS) nº 3, "Combinação de Negócios".

Adicionalmente, é possível que se incorra em passivos relacionados a quaisquer atividades finais de reestruturação, cujos custos não foram contemplados nas informações financeiras consolidadas pró-forma não auditadas porque as informações necessárias para preparar uma estimativa razoável e formular planos de reestruturação detalhados dependem da conclusão de avaliações e estudos que ainda estão sendo preparados pelo Santander Brasil na data deste Prospecto.

4. Ajustes pró-forma

O objetivo dos ajustes pro forma é dar efeito à aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander e a incorporação de suas ações por nós como se houvesse ocorrido desde 1° de janeiro de 2007.

(i) Estes ajustes pro forma são relativos à apropriação dos ajustes de valor justo dos instrumentos de dívida e empréstimos e adiantamentos a clientes, que está apresentada na alocação do preço de aquisição na nota explicativa n° 3 às nossas informações financeiras pro forma, e cujos cálculos foram realizados separadamente para cada contrato. Isto resulta em um ajuste na curva de rendimento dos ativos contabilizados pelo valor de custo. O valor justo desses contratos ficou abaixo ou acima de seus valores contábeis, dependendo se as taxas de juros de mercado ficaram acima ou abaixo das taxas contratuais nas datas das contratações. A apropriação da diferença entre o custo e o valor justo é calculada com base nos valores contratuais de vencimento de cada um dos instrumentos financeiros correspondentes, que variam de 2008 a 2015.

(ii) Estes ajustes pro forma são relativos à apropriação do valor justo dos passivos financeiros, que é apresentada na alocação do preço de aquisição na nota explicativa n° 3 às nossas informações financeiras pro forma, e cujos cálculos foram realizados separadamente para cada contrato. Isto resulta em um ajuste na curva de rendimento dos passivos financeiros contabilizados pelo valor de custo. O valor justo desses contratos ficou abaixo ou acima de seus valores contábeis, dependendo se as taxas de juros de mercado ficaram acima ou abaixo das taxas contratuais nas datas das contratações. A apropriação da diferença entre o custo e o valor justo é calculada com base nos valores contratuais de vencimento de cada um dos instrumentos financeiros correspondentes, que variam de 2008 a 2015.

(iii) Estes ajustes pro forma são relativos à apropriação do valor justo dos ativos tangíveis e à amortização dos ativos intangíveis identificáveis e mensuráveis reconhecidos na alocação do preço de aquisição, que são apresentadas na nota explicativa n° 3 às nossas informações financeiras pro forma, com a utilização da estimativa de vida útil de tais ativos. Este ajuste reflete principalmente a apropriação da lista de clientes, cuja vida útil estimada é de 10 anos e a amortização dos ativos tangíveis (prédios para uso próprio), cuja vida útil estimada é de 25 anos.

(iv) Estes ajustes pro forma refletem o reconhecimento de tributos diferidos reconhecidos na alocação do preço de aquisição em razão da realização de montantes em que o valor justo é diferente do custo de determinados ativos e passivos, tal como apresentado na tabela acima. Esta realização de tributos diferidos é calculada sobre os ajustes pro forma explicados acima, com base em uma alíquota de imposto de 34%.

INFORMAÇÕES ESTATÍSTICAS SELECIONADAS

As informações a seguir são apresentadas para fins analíticos, tendo sido extraídas das nossas demonstrações financeiras. As informações a seguir devem ser lidas em conjunto com nossas demonstrações financeiras, e respectivas notas explicativas, e com a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" incluída neste Prospecto.

Os saldos médios foram calculados com base na média dos saldos verificados em 13 datas: em 31 de dezembro do exercício anterior e no último dia dos 12 meses subsequentes.

Os valores médios da nossa demonstração do resultado e do nosso balanço patrimonial e outros dados estatísticos nossos foram elaborados de forma consolidada. A partir de 30 de agosto de 2008, as nossas informações financeiras consolidadas passaram a incluir o Banco Real.

Acreditamos que os saldos médios aqui apresentados refletem, em todos os aspectos relevantes, nossa situação financeira e nossos resultados operacionais nas datas e nos períodos especificados.

As informações estatísticas selecionadas abaixo incluem informações financeiras dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 extraídas de demonstrações financeiras não-auditadas combinadas e preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Veja "Apresentação das Informações Financeiras e Outras Informações". Tendo em vista as diferenças relevantes nos critérios e apresentações entre as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e o IFRS, tais informações não são comparáveis às informações estatísticas selecionadas dos períodos de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e 2008 e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007. Assim, tais diferenças entre os valores dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2006, 2005 e 2004 e dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 podem decorrer das diferenças entre as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e o IFRS, assim como da evolução de nossa situação financeira e resultados operacionais durante esses anos.

Balanços e Taxas de Juros Médios

As tabelas a seguir apresentam nossos balanços e taxas de juros médios para cada um dos exercícios apresentados. Nas tabelas abaixo e nas tabelas sob os títulos "Variação da Receita Financeira Líquida – Análise de Volume e Taxas" e "Ativos Remunerados – Taxa de Remuneração" (1) informamos os saldos médios brutos, antes da compensação com as nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa, e sem considerar os valores médios totais dos ativos, os quais incluem essa compensação; e (2) todos os valores médios foram calculados com base nos saldos de final de mês, o que não é muito diferente de utilizar médias diárias. Paramos de contabilizar juros sobre empréstimos quando eles ultrapassam 60 dias vencidos. Todos os nossos empréstimos com juros não contabilizados estão incluídos na tabela sob o título "outros créditos".

Ativo	IFRS					
	Exercício encerrado em 30 de junho de					
	2009			2008		
	Saldo Médio	Juros	Taxa Média[1]	Saldo Médio	Juros	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	16.838	835	10,2%	16.714	847	10,4%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	29.582	1.440	10,0%	11.504	412	7,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	133.497	15.201	24,1%	43.761	4.343	20,8%
Instrumentos de dívida	38.714	2.201	11,7%	16.308	1.080	13,7%
Outros ativos remunerados	–	94	0,0%	–	33	0,0%
Total do ativo remunerado	**218.631**	**19.771**	**18,9%**	**88.287**	**6.715**	**15,8%**
Participações acionárias	2.034	15	1,5%	2.293	16	1,4%
Participações em coligadas	548	–	–	89	–	–
Total de ativos remunerados	**221.213**	**19.786**	**18,7%**	**90.669**	**6.731**	**15,4%**
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	6.283	–	–	2.566	–	–
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	2.201	–	–	1.042	–	–
Provisão para perdas de valor recuperável	(8.286)	–	–	(2.636)	–	–
Outros créditos	31.774	–	–	11.268	–	–
Ativo tangível	3.746	–	–	1.062	–	–
Ativo intangível	31.043	–	–	1.800	–	–
Total do ativo médio	**287.974**	**19.786**	**14,2%**	**105.771**	**6.731**	**13,1%**

Passivos	IFRS					
	Exercício encerrado em 30 de junho de					
	2009			2008		
	Saldo Médio	Juros	Taxa Média[1]	Saldo Médio	Juros	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Depósitos do Banco Central	823	1	0,3%	–	–	–
Depósitos de instituições de crédito	23.783	966	8,3%	14.889	424	5,8%
Depósitos de clientes	140.128	6.636	9,7%	50.587	2.456	9,9%
Títulos de dívida e valores mobiliários	11.590	596	10,5%	3.542	190	11,0%
Dívidas subordinadas	10.244	542	10,9%	4.376	229	10,7%
Outros passivos remunerados	–	369	–	–	42	–
Total do passivo remunerado	**186.568**	**9.110**	**10,0%**	**73.394**	**3.341**	**9,3%**
Depósitos de instituições de crédito	66	–	–	47	–	–
Depósitos de clientes – depósitos à vista	12.793	–	–	4.662	–	–
Outros passivos	37.800	–	–	17.756	–	–
Participação minoritária	5	–	–	n.m.	–	–
Patrimônio líquido	50.742	–	–	9.912	–	–
Total do passivo médio	**287.974**	**9.110**	**6,4%**	**105.771**	**3.341**	**6,4%**

[1] Índices anualizados, não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.

Ativo	IFRS					
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2008			2007		
	Saldo Médio	Juros	Taxa Média	Saldo Médio	Juros	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	19.102	2.270	11,9%	15.717	1.894	12,0%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	17.390	1.819	10,5%	8.788	701	8,0%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	72.178	16.297	22,6%	39.922	8.047	20,2%
Instrumentos de dívida	22.543	3.327	14,8%	19.084	2.166	11,3%
Outros ativos remunerados	–	55	–	–	389	–
Total do ativo remunerado	**131.213**	**23.768**	**18,1%**	**83.511**	**13.197**	**15,8%**
Participações acionárias	2.250	37	1,6%	3.254	36	1,1%
Participações em coligadas	255	–	–	46	–	–
Total de ativos remunerados	**133.718**	**23.805**	**17,8%**	**86.811**	**13.234**	**15,2%**
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	3.618	–	–	2.440	–	–
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	677	–	–	853	–	–
Provisão para perdas de valor recuperável	(4.272)	–	–	(2.196)	–	–
Outros créditos	16.488	–	–	10.060	–	–
Ativo tangível	1.977	–	–	1.022	–	–
Ativo intangível	11.415	–	–	1.253	–	–
Total do ativo médio	**163.621**	**23.805**	**14,5%**	**100.243**	**13.234**	**13,2%**

Passivos	IFRS					
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2008			2007		
	Saldo Médio	Juros	Taxa Média	Saldo Médio	Juros	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Depósitos do Banco Central	14	–	–	–	–	–
Depósitos de instituições de crédito	21.411	1.631	7,6%	18.169	1.362	7,5%
Depósitos de clientes	75.816	9.146	12,1%	44.507	4.709	10,6%
Títulos de dívida e valores mobiliários	6.331	549	8,7%	2.348	277	11,8%
Dívidas subordinadas	5.883	690	11,7%	4.180	452	10,8%
Outros passivos remunerados	–	314	–	–	202	–
Total do passivo remunerado	109.455	12.330	11,3%	69.204	7.002	10,1%
Depósitos de instituições de crédito	80	–	–	67	–	–
Depósitos de clientes – depósitos à vista	7.112	–	–	4.665	–	–
Outros passivos	23.863	–	–	15.785	–	–
Participação minoritária	1	–	–	0	–	–
Patrimônio líquido	23.110	–	–	10.522	–	–
Total do passivo médio	**163.621**	**12.330**	**7,6%**	**100.243**	**7.002**	**7,6%**

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006		
	Saldo médio	Receita (despesa)	Taxa média
		(em milhões de R$)	
Ativos remunerados			
Empréstimos	27.874	6.885	24,7%
Leasings	423	83	19,6%
Investimentos interbancários, valores mobiliários e intrumentos financeiros derivativos	39.767	6.221	15,6%
Operações de câmbio	1.180	83	7,0%
Investimentos compulsórios	3.126	382	12,2%
Total dos ativos remunerados	**72.369**	**13.654**	**18,9%**
Passivos remunerados			
Captação de recursos			
Depósitos a prazo	21.499	(2.906)	13,5%
Valores mobiliários vendidos com contrato de recompra	20.080	(2.771)	13,8%
Depósitos de poupança	4.820	(377)	7,8%
Depósitos interfinanceiros	102	(15)	14,2%
Recursos de emissão de valores mobiliários	1.474	(210)	14,2%
Dívida subordinada	2.343	(267)	11,4%
Outros	–	(69)	0,0%
Total de operações de capital de recursos	**50.318**	**(6.614)**	**13,1%**
Empréstimos e repasses			
Empréstimos externos	5.041	(253)	5,0%
Repasses domésticos	3.062	(231)	7,6%
Total de empréstimos e repasses	**8.103**	**(485)**	**6,0%**
Total de passivos remunerados	**58.421**	**(7.099)**	**12,2%**

Variação da Receita Líquida – Análise de Volume e Taxas

As tabelas a seguir apresentam a variação em nossa receita líquida considerando as variações no volume médio e as variações na taxa média dos períodos de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 comparado ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 e do ano de 2008 em comparação com 2007. Calculamos as variações de volume com base na movimentação dos saldos médios durante o período, e as variações de taxa com base nas oscilações ocorridas nas taxas de juros incidentes sobre a média dos ativos remunerados e a média dos passivos remunerados. Alocamos as variações causadas por mudanças ocorridas tanto no volume quanto na taxa em relação ao volume. As tabelas e notas de rodapé a seguir deverão ser lidas em conjunto com nossas observações feitas em "Balanço e Taxas de Juros Médios" da presente seção.

Análise de Volume e Taxas	IFRS Período de seis meses em 2009/2008 Aumento (redução) devido a variações de Volume	Taxa	Líquido
	(em milhões de R$)		
Juros – Ativos remunerados			
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	6	(18)	(12)
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	836	192	1.028
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.130	727	10.857
Instrumentos de dívida	1.293	(173)	1.120
Outros ativos remunerados	62	–	62
Total do ativo remunerado	**12.327**	**728**	**13.055**
Participações societárias	(2)	1	(1)
Total do produtivos	**12.325**	**729**	**13.054**

Análise de Volume e Taxas	IFRS Período de seis meses em 2009/2008 Aumento (redução) devido a variações de Volume	Taxa	Líquido
	(em milhões de R$)		
Passivos remunerados			
Depósitos do Banco Central	1	–	1
Depósitos de instituições de crédito	316	227	543
Depósitos de clientes	4.242	(62)	4.180
Títulos de dívida e valores mobiliários	414	(9)	405
Dívidas subordinadas	310	3	313
Outros passivos remunerados	327	–	327
Total de passivos remunerados, líquido de operações de *hedge*	**5.610**	**159**	**5.769**

Análise de Volume e Taxas	IFRS 2008/2007 Aumento (redução) devido a variações de Volume	Taxa	Líquido
	(em milhões de R$)		
Juros – Ativos remunerados			
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	403	(26)	377
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	848	269	1.117
Empréstimos e adiantamentos a clientes	7.182	1.067	8.249
Instrumentos de dívida	437	724	1.161
Outros ativos remunerados	(334)	–	(334)
Total do ativo remunerado	8.536	2.034	10.570
Participações societárias	(13)	14	1
Total do produtivos	**8.523**	**2.048**	**10.571**

Análise de Volume e Taxas	IFRS 2008/2007 Aumento (redução) devido a variações de Volume	Taxa	Líquido
	(em milhões de R$)		
Passivos remunerados			
Depósitos de instituições de crédito	246	22	268
Depósitos de clientes	3.700	737	4.437
Títulos de dívida e valores mobiliários	362	(90)	272
Dívidas subordinadas	197	41	238
Outros passivos remunerados	112	–	112
Total de passivos remunerados, líquido de operações de *hedge*	**4.617**	**710**	**5.327**

Ativo

Ativos Remunerados – Taxa de Remuneração

A tabela abaixo analisa a média dos nossos ativos remunerados, receita de juros e dividendos sobre participações societárias e a receita de juros líquida, além de indicar nossos rendimentos brutos, os rendimentos líquidos e a taxa de remuneração para cada um dos períodos indicados. As tabelas e notas de rodapé a seguir deverão ser lidas em conjunto com as nossas observações feitas em "Balanço e Taxas de Juros Médios" da presente seção.

	IFRS Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009	2008	Exercício encerrado em 31 de zembro de 2008	2007
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Média de ativos remunerados	221.213	90.669	133.718	86.811
Juros e dividendos de participações societárias[1]	19.786	6.731	23.805	13.233
Receita de juros líquida	10.661	3.332	11.438	6.195
Receita bruta[2][3]	18,7%	15,4%	17,8%	15,2%
Receita líquida[3][4]	9,9%	7,6%	8,6%	7,2%
Taxa de remuneração[3][5]	8,7%	6,1%	6,5%	5,1%

(1) Dividendos de participações societárias incluem dividendos de empresas avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.
(2) Receita bruta é o quociente dos juros e dividendos sobre participações societárias divididos pela média dos ativos remunerados.
(3) Índices dos seis meses estão anualizados (dobrando o componente). Índices anualizados, não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.
(4) Receita líquida é o quociente da receita líquida de juros (que inclui dividendos sobre participações societárias) dividido pela média dos ativos remunerados.
(5) Taxa de remuneração é a diferença entre o rendimento bruto de ativos remunerados e o custo médio de passivos remunerados.

Ativos Remunerados – Taxa de Retorno	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)
Ativos remunerados médios	72.369
Lucro bruto de operações financeiras antes de provisão para perda com créditos[1]	6.555
Margem de juros líquida[2]	9,1%
Taxa de juros líquida[3]	6,7%

(1) A diferença entre receitas financeiras e despesas.
(2) Lucro bruto de operações financeiras antes de provisão para perda com créditos como percentual dos ativos remunerados médios.
(3) A diferença entre a remuneração média sobre ativos remunerados totais e a remuneração media sobre passivos remunerados.

Retorno sobre o Patrimônio Líquido e Ativos

A tabela a seguir apresenta nossos índices financeiros selecionados nos exercícios sociais indicados.

	IFRS			
	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Exercício encerrado em 31 de zembro de	
	2009	2008	2008	2007
ROA: Retorno sobre o ativo médio total[1]	1,7%	1,3%	1,5%	1,9%
ROE: Retorno sobre o patrimônio líquido total médio[1]	9,9%	14,8%	10,3%	18,1%
Patrimônio líquido total como percentual do ativo médio[1]	17,6%	9,4%	14,1%	10,5%
Distribuição de Resultados[2]	25,6%	–	35,8%	66,2%

(1) Índices dos seis meses estão anualizados (dobrando o componente). Índices anualizados, não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.
(2) Índice de distribuição de dividendos (dividendos declarados por ação dividido pelo lucro líquido por ação).

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006
ROA: Retorno sobre ativo médio	1,3%
ROE: Retorno sobre patrimônio líquido médio	15,5%
Patrimônio líquido médio como percentual do ativo total médio	8,5%

O índice de distribuição de dividendos para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006 não é comparável com as informações dos demais períodos em razão da estrutura societária anterior, a qual foi objeto de uma reorganização societária em 2006. Veja "Apresentação das Informações Financeiras".

Ativos remunerados

A tabela a seguir mostra a combinação percentual de nossa média de ativos remunerados nos exercícios sociais indicados. Esta tabela deverá ser lida em conjunto com as nossas observações feitas em "Balanço e Taxas de Juros Médios" da presente seção.

	IFRS			
	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Exercício encerrado em 31 de zembro de	
	2009	2008	2008	2007
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	7,7%	18,9%	14,6%	18,8%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	13,5%	13,0%	13,3%	10,5%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	61,1%	49,6%	54,9%	47,8%
Instrumentos de dívida	17,7%	18,5%	17,2%	22,9%
Total do ativo remunerado	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**	**100.0%**

	BR GAAP
Ativos remunerados	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006**
Operações de empréstimo	38,5%
Operações de arrendamento mercantil	0,6%
Investimentos interfinanceiros, operações com valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos	55,0%
Operações de câmbio	1.6%
Depósitos compulsórios	4.3%
Total dos ativos remunerados	**100.0%**

Empréstimos e Adiantamentos a Instituições de Crédito

As tabelas a seguir mostram os nossos recursos de curto prazo depositados em outros bancos, em cada uma das datas indicadas.

	IFRS			
	Em 30 dejunho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Depósitos a prazo	12.351	2.484	10.703	1.861
Operações compromissadas	9.213	7.866	4.583	739
Outras contas[1]	15.056	6.756	18.453	4.684
Total	**36.620**	**17.106**	**33.739**	**7.284**

[1] Inclui principalmente investimentos em moeda estrangeira e depósitos caução.

	BR GAAP
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006
	(em milhões de R$)
Investimentos *money market*	3.269
Depósitos interfinanceiros	1.184
Investimentos em moeda estrangeira	856
Total	**5.309**

Títulos e Valores Mobiliários

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o valor contábil de nossos investimentos em títulos e valores mobiliários era de R$40,9 bilhões e R$41,5 bilhões, respectivamente (representando 14,2% do total de nossos ativos em tais datas), e R$35,2, ou 86,1% e R$37,5 bilhões, ou 89,9%, de nossos investimentos em títulos e valores mobiliários em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente, consistiam em títulos públicos. Para maiores detalhes sobre como avaliamos os nossos investimento em valores mobiliários, veja as notas explicativas n°s 6 e 7 às nossas demonstrações financeiras.

As tabelas a seguir mostram os valores contábeis de nossos títulos e valores mobiliários por tipo e domicílio da contraparte, em cada uma das datas indicadas.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Títulos de dívida				
No País:				
Governo Federal	35.198	15.486	37.493	14.338
Outros emissores nacionais	3.862	1.595	2.132	1.092
Total nacional	**39.060**	**17.081**	**39.625**	**15.430**
Menos – provisão para perdas	(29)	(14)	(29)	(14)
Total de títulos de dívida	**39.031**	**17.067**	**39.596**	**15.416**
Participações societárias				
Participações societárias	1.963	1.994	1.923	2.959
Menos – ajuste de marcação a mercado	(111)	(16)	–	–
Total de participações societárias	**1.852**	**1.978**	**1.923**	**2.959**
Total de títulos e valores mobiliários	**40.883**	**19.045**	**41.520**	**18.374**

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006
	(em milhões de R$)
Títulos de dívida	
Títulos públicos brasileiros	34.843
Outros emissores domésticos	1.494
Total de títulos de dívida	**36.337**
Participações societárias	
Participações societárias	2.120
Total de participações societárias	**2.120**
Total de investimentos em títulos e valores mobiliários	**38.457**

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e 2007, não tínhamos nenhum valor mobiliário de um único emissor, a não ser títulos públicos, em valor acima de 10% do nosso patrimônio líquido (ou outros títulos de dívida com valor total agregado próximo a 10% de nosso patrimônio líquido). Os títulos públicos brasileiros representaram 68,6%, 75,2% e 140,5% de nosso patrimônio líquido em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e 2007, respectivamente.

Na tabela a seguir é feita uma análise dos vencimentos e da média ponderada de nossos títulos de dívida (antes da provisão para perdas) em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008. Os rendimentos sobre as obrigações isentas de imposto não foram calculados em base equivalente de impostos, por considerarmos que o efeito desse cálculo não seria relevante.

	IFRS Em 30 de junho de					
	Em 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total	Rendimento Médio
	(em milhões de R$)					
Títulos de dívida						
Governo Federal	14.268	16.311	2.961	1.658	35.198	11,0%
Outros emissores nacionais	1.835	1.318	644	65	3.862	10,5%
Total de títulos de dívida	**16.103**	**17.629**	**3.605**	**1.723**	**39.060**	**10,9%**

	IFRS Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008					
	Vencimento					
	Em 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos	Após 10 anos	Total	Rendimento Médio
	(em milhões de R$)					
Títulos de dívida						
Governo Federal	8.975	23.339	3.247	1.932	37.493	10,9%
Outros emissores nacionais	346	1.611	175	–	2.132	11,6%
Total de títulos de dívida	**9.321**	**24.950**	**3.422**	**1.932**	**39.625**	**10,9%**

Carteira de Créditos

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o total de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes era de R$140,0 bilhões e R$142,6 bilhões, respectivamente (48,5% do total de nossos ativos em tais datas). O valor líquido dos empréstimos e adiantamentos a clientes após as provisões para créditos de liquidação duvidosa era de R$130,8 bilhões e R$134,5 bilhões em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, respectivamente (45,3% e 45,7% do total de ativos em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008). Além de empréstimos, tínhamos a vencer, em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e 2007, R$72,4 bilhões, R$68,8 bilhões e R$19,6 bilhões, respectivamente, relativos a saldos não sacados disponibilizados a terceiros.

Tipos de Empréstimos

Praticamente todos os nossos empréstimos são concedidos a tomadores residentes no Brasil e em Reais. Na tabela a seguir são indicados os empréstimos e adiantamentos a clientes (incluindo títulos compromissados), por tipo de empréstimo, em cada uma das datas indicadas. Para cada tipo de empréstimo, mantemos políticas específicas de gerenciamento de risco em linha com os padrões do Grupo Santander, que também é acompanhado e monitorado por nossa Diretoria por meio do comitê de risco. Nosso procedimento de aprovação de crédito por tipo de empréstimo é estruturado primordialmente de acordo com nossa segmentação de negócios. Veja "Gerenciamento de Risco – Risco de Crédito" para detalhes de nossas políticas de aprovação de crédito para varejo e atacado.

Possuímos uma carteira de empréstimos diversificada, com nenhuma concentração ultrapassando 10% de nossos empréstimos totais.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Comercial, financeiro e industrial[1]	74.299	28.186	76.407	32.879
Imobiliário – construção[2]	3.194	331	2.469	301
Imobiliária – crédito imobiliário[3]	4.770	1.914	4.472	1.692
Créditos de pessoa física[4]	44.959	16.897	46.857	16.178
Leasing financeiro[5]	12.739	625	12.444	402
Total de empréstimos e *leasing*, bruto[6]	**139.961**	**47.953**	**142.649**	**51.452**
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	(9.159)	(2.451)	(8.181)	(2.249)
Total de empréstimos e *leasing*, líquido de provisões	**130.802**	**45.502**	**134.468**	**49.203**

(1) Inclui empréstimos primários a negócios de pequeno e médio porte, ou pequenas e médias empresas, no nosso segmento de Banco Comercial, Global Banking & Markets, empresas, clientes no nosso segmento Banco Global de Atacado. O principal produto oferecido a pequenas e médias empresas nessa categoria inclui créditos rotativos, linha de crédito para saques descobertos (conta garantida), empréstimo parcelado, capital de giro e empréstimos para financiamento de equipamentos. As aprovações de crédito para pequenas e médias empresas estão baseadas na renda dos clientes, na atividade, cobertura de garantia e instrumentos de avaliaçãode crédito de internas e externas. Garantias em empréstimos comercial, financeiro e industrial a pequenas e médias empresas geralmente incluem recebíveis, ônus, penhor, garantias e hipoteca, com cobertura geralmente entre 100% e 150% do valor do empréstimo, dependendo do perfil do risco e do empréstimo. Aos nossos clientes do Banco Global de Atacado são oferecidas uma gama de produtos de empréstimo, desde típicos produtos bancários societários (empréstimos parcelados, capital de giro e empréstimo para financiamento de equipamentos) até produtos mais sofisticados (derivativos e transações de mercado de capitais). Como clientes do Banco Global de Atacado tendem a ter negócios maiores, as aprovações dos créditos estão baseadas em qualidade de crédito do cliente, conforme analisada por um time de analista de riscos especializado, levando em conta, dentre outras coisas, as receitas de negócio e o histórico de crédito de cada cliente. As políticas de underwriting para essa categoria de empréstimo a clientes do Banco Global de Atacado estão direcionadas com base no tipo de garantia. Certos empréstimos (produtos BNDES) são geralmente garantidos por penhor sobre equipamentos e maquinário financiado, ainda que outras garantias possam ser concedidas como garantias adicionais.

(2) Inclui empréstimos para construção a serem concedidos, principalmente, aos incorporadores imobiliários que são pequenas e médias empresas e clientes corporativos no nosso segmento Banco Global de Atacado. A aprovação do crédito é realizada por um time de analista de riscos especializado, que segue um conjunto específico de padrões de garantias e análises de cada um dos clientes, com base, dentre outras coisas, nas receitas empresariais e no histórico de crédito. Os empréstimos nessa categoria são geralmente garantidos por hipoteca e recebíveis, ainda que outras garantias adicionais possam ser concedidas.

(3) Inclui empréstimos para imóveis residenciais a pessoas físicas. As políticas de aprovação de crédito nessa categoria são determinadas com base no tipo de produto de empréstimo que está sendo oferecido, a renda ou receita do empresário ou do cliente, respectivamente, solicitando as informações do empréstimo e da avaliação de crédito interna ou externa. Todos os empréstimos dessa categoria são garantidos por imóveis financiados. A relação empréstimo-valor do ativo para empréstimos desta categoria é normalmente limitada a 80% e a média da relação empréstimo-valor do ativo para novos empréstimos é de aproximadamente entre 50% e 60%.

(4) Consiste primariamente em empréstimos pessoais parcelados não garantidos (incluindo empréstimo, pagamentos automaticamente dedutíveis de folha de pagamento do cliente), empréstimos rotativos, linha de crédito, empréstimos de financiamento ao consumidor e cartões de crédito. A aprovação do crédito nessa categoria está baseada na renda individual, débito income ratio e pontuação de crédito interna ou externa. A aprovação do crédito para vários desses tipos de empréstimo é baseada em modelos de pontuação automáticos, com limites pré-estabelecidos baseados em pontuação de créditos. Por exemplo, o valor máximo de empréstimo em créditos rotativos e linha de crédito podem variar de 5-% a 250% de uma renda mensal de pessoa física, dependendo de produto específico e pontuação da pessoa física.

(5) Inclui primariamente arrendamento de automóveis e empréstimos a indivíduos. A aprovação de crédito é baseada em ambos: o modelo automático de pontuação usando pontuações de crédito externas e a avaliação do nosso gerente de filial, seguindo políticas de administração de risco. O veículo financiado atua como garantia para o empréstimo particular concedido.

(6) Inclui os saldos devedor (bens financeiros) de todos os créditos e empréstimos concedidos pelo Banco, incluindo operações do mercado de capitais por vias centrais, exceto pelo crédito de qualquer natureza em nome de instituições de crédito ou aquelas representadas por valores mobiliários.

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	(em milhões de R$)		
Comercial, financeiro e industrial	23.571	18.186	13.575
Imobiliário	1.232	1.009	842
Empréstimos parcelados a pessoas físicas	12.303	9.297	6.732
Leasing financeiros	403	490	444
Total de empréstimos e financiamentos, bruto[1]	**37.509**	**28.982**	**21.593**
Provisão para possíveis perdas	(1.622)	(1.197)	(916)
Empréstimos e financiamentos, menos provisões	**35.887**	**27.785**	**20.677**

[1] Inclui todos os empréstimos concedidos por nós, considerando a carteira de créditos sob a Resolução 2.682 do Banco Central. Alguns ativos registrados como empréstimos de acordo com o IFRS não são assim registrados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil.

Vencimento

A tabela a seguir contém uma análise, por vencimento, de nossos empréstimos e adiantamentos a clientes, por tipo de cliente em 30 de junho de 2009.

	IFRS Vencimento em 30 de junho de 2009							
	Menos de um ano		Um a cinco		Acima de cinco		Total	
	Saldo	% of Total	Anos	% of Total	Saldo	% of Total	Saldo	% of Total
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)							
Comercial, financeiro e industrial	52.570	57,6%	19.688	44,7%	2.041	44,2%	74.299	53,0%
Imobiliários	2.977	3,2%	2.669	6,1%	2.318	50,2%	7.964	5,7%
Créditos de pessoa física	30.272	33,2%	14.441	32,8%	247	5,4%	44.960	32,1%
Leasing financeiro	5.484	6,0%	7.246	16,4%	9	0,2%	12.739	9,1%
Total de empréstimos e *leasing*, bruto	**91.303**	**100,0%**	**44,044**	**100,0%**	**4.615**	**100,0%**	**139.962**	**100,0%**

	IFRS Vencimento em 31 de dezembro de 2008							
	Menos de um ano		Um a cinco		Acima de cinco		Total	
	Saldo	% of Total	Anos	% of Total	Saldo	% of Total	Saldo	% of Total
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)							
Comercial, financeiro e industrial	52.276	60,1%	21.663	44,4%	2.468	35,8%	76.407	53,6%
Imobiliários	2.216	2,6%	2.581	5,3%	2.140	31,0%	6.937	4,9%
Créditos de pessoa física	27.464	31,6%	17.155	35,1%	2.242	32,5%	46.862	32,9%
Leasing financeiro	4.992	5,7%	7.401	15,2%	51	0,7%	12.444	8,7%
Total de empréstimos e *leasing*, bruto	**86.948**	**100,0%**	**48,800**	**100,0%**	**6.901**	**100,0%**	**142.649**	**100,0%**

Empréstimos a Juros Pré-Fixados e Pós-Fixados

A tabela a seguir discrimina os nossos empréstimos a juros pré-fixados e pós-fixados com vencimento superior a um ano, em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

	IFRS	
	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de
	(em milhões de R$)	
Pré-fixados	29,298	38,910
Pós-fixados	19,361	16,792
Total	**48,659**	**55,702**

Créditos em Aberto no Exterior

A tabela a seguir apresenta, no encerramento dos exercícios indicados, o valor total dos nossos créditos em aberto no exterior (formados por depósitos em outros bancos, aceites e outros ativos monetários em moeda que não a moeda local da agência onde o item está registrado) que, no país do devedor, ultrapassam 0,75% do total de nossos ativos. Os nossos créditos em aberto no exterior não incluem empréstimos em moeda local contraídos por subsidiárias de bancos no exterior, à medida que esses empréstimos são realizados em moeda local ou cobertos por *hedge*. Assim, eles não incluem a maioria dos empréstimos de nossa agência em Cayman.

	IFRS					
	Período de seis meses encerrado em 30 de Junho		Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2009		2008		2007	
	Saldo	% do Total de Ativos	Saldo	% do Total de Ativos	Saldo	% do Total de Ativos
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Países da OCDE[1]:						
Áustria	557	0,19%	4.937	1,68%	–	0,0%
Espanha	1.123	0,39%	3.734	1,27%	1.630	1,51%
Estados Unidos	2.780	0,96%	1.288	0,44%	273	0,25%
Outros países da OCDE[2]	1.847	0,64%	1.495	0,50%	577	0,53%
Total de países da OCDE	**6.306**	**2,18%**	**11.454**	**3,89%**	**2.481**	**2,29%**
Países fora da OCDE:						
Países latino-americanos	127	0,04%	147	0,05%	264	0,24%
Outros[2]	1.792	0,62%	2.182	0,74%	388	0,36%
Total não OCDE	**1.919**	**0,66%**	**2.329**	**0,79%**	**652**	**0,60%**
Total	**8.225**	**2,84%**	**13.784**	**4,68%**	**3.132**	**2,89%**

(1) Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico.
(2) O valor total em aberto em um único país nesta categoria não ultrapassa 0,75% do total de nossos ativos.

A tabela a seguir apresenta os valores de créditos em aberto no exterior em 31 de dezembro de 2008 e 2007 por tipo de devedor, quando os créditos em aberto no país do devedor ultrapassem 0,75% do total de nossos ativos.

	IFRS			
	Governo Federal	Bancos e Outras Instituições Financeiras	Comercial e Industrial	Total
	(em milhões de R$)			
2007				
Espanha	–	1.625	5	1.630
Total	**–**	**1.625**	**5**	**1.630**
2008				
Áustria	401	–	4.535	4.937
Espanha	–	3.731	4	3.734
Total	**401**	**3.731**	**4.539**	**8.671**

Movimentações da Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

A tabela a seguir analisa as movimentações de nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa nos exercícios sociais indicados. Para uma discussão mais detalhada das movimentações das provisões para créditos de liquidação duvidosa, veja a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Resultados Operacionais – Resultados Operacionais Consolidados do Santander relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 comparado ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 – Perdas de Ativos Financeiros Não Recuperáveis (Líquido)" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Resultados Operacionais Consolidados do Santander Brasil relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 comparado ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 – Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)".

	IFRS			
	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Saldo no início do exercício	**8.181**	**2.249**	**2.249**	**2.170**
Empresas adquiridas	–	–	4.717	–
Adições líquidas	5.144	1.590	4.533	2.474
Baixas	(4.166)	(1.388)	(3.318)	(2.395)
Saldo no final do período	**9.159**	**2.451**	**8.181**	**2.249**

	BR GAAP		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	(em milhões de R$)		
Saldo no início do período	**1.197**	**916**	**1.009**
Empresas adquiridas	–	–	–
Adições líquidos	1.522	817	475
Baixas	(1.097)	(539)	(567)
Other	–	3	(1)
Saldo no final do período	**1.622**	**1.197**	**916**

A tabela abaixo apresenta uma lista de recuperações, menos provisões e baixas contra a provisão para créditos de liquidação duvidosa, por tipo de devedor, nos exercícios sociais indicados.

	IFRS			
	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Recuperações de créditos anteriormente baixados[1]	**318**	**92**	**430**	**294**
Comercial, financeiro e industrial	75	20	144	101
Imobiliário – crédito imobiliário	24	7	29	11
Créditos de pessoa física	211	61	246	163
Leasing financeiro	8	4	11	19
Empresas adquiridas	**–**	**–**	**4.717**	**–**
Comercial, financeiro e industrial	–	–	1.988	–
Imobiliário – crédito imobiliário	–	–	48	–
Crédito de pessoa física	–	–	2.610	–
Leasing financeiro	–	–	71	–
Menos provisões para créditos de liquidação duvidosa[1]	**5.144**	**1.590**	**4.533**	**2.474**
Comercial, financeiro e industrial	842	176	1.452	261
Imobiliário – crédito imobiliário	(7)	(9)	26	6
Crédito de pessoa física	4.194	1.386	2.951	2.180
Leasing financeiro	115	37	104	27
Baixas contra provisão para créditos de liquidação duvidosa	**(4.166)**	**(1.389)**	**(3.319)**	**(2.394)**
Comercial, financeiro e industrial	(1.059)	(271)	(739)	(310)
Imobiliário – crédito imobiliário	(16)	(5)	(13)	(7)
Crédito de pessoa física	(3.026)	(1.083)	(2.513)	(2.027)
Leasing financeiro	(65)	(30)	(54)	(50)

(1) Perdas líquidas não recuperáveis de ativos financeiros, conforme nossas demonstrações financeiras consolidadas, refletem provisões líquidas para perdas de crédito deduzidas de recuperações de empréstimos previamente baixados.

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	(em milhões de R$)		
Recuperações de créditos anteriormente baixados	355	210	312
Comercial, financeiro e industrial	147	74	215
Imobiliário – crédito imobiliário	15	9	4
Créditos de pessoa física	175	111	75
Leasing financeiro	18	16	18
Empresas adquiridas	–	–	–
Comercial, financeiro e industrial	–	–	–
Imobiliário – crédito imobiliário	–	–	–
Crédito de pessoa física	–	–	–
Leasing financeiro	–	–	–
Menos provisões para créditos de liquidação duvidosa	1.522	817	475
Comercial, financeiro e industrial	376	162	134
Imobiliário – crédito imobiliário	13	(5)	9
Crédito de pessoa física	1.087	635	309
Leasing financeiro	46	25	23
Baixas contra provisão para créditos de liquidação duvidosa	(1.097)	(539)	(567)
Comercial, financeiro e industrial	(227)	(145)	(284)
Imobiliário – crédito imobiliário	(13)	(7)	(7)
Crédito de pessoa física	(833)	(362)	(255)
Leasing financeiro	(25)	(24)	(21)

A tabela abaixo apresenta um detalhamento de nossas provisões para créditos de liquidação duvidosa, por tipo de devedores e o percentual de empréstimos por tipo em relação aos empréstimos totais, nas datas indicadas.

	IFRS			
	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de			
	2009	%	2008	%
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Devedores				
Comercial e industrial	3.170	55,4%	592	59,5%
Créditos imobiliários	71	3,4%	19	4,0%
Créditos de pessoa física	5.683	32,1%	1.770	35,2%
Leasing financeiro	235	9,1%	70	1,3%
Total	**9.159**	**100,0%**	**2.451**	**100,0%**

	IFRS			
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2008	%	2007	%
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Devedores				
Comercial e industrial	3.387	55,3%	686	64,5%
Créditos imobiliários	94	3,1%	33	3,3%
Créditos de pessoa física	4.515	32,9%	1.467	3,4%
Leasing financeiro	185	8,7%	63	0,8%
Total	**8.181**	**100,0%**	**2.249**	**100,0%**

	BR GAAP					
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de					
	2006	%	2005	%	2004	%
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Devedores						
Comercial e industrial	432	62,8%	282	62,8%	267	62,9%
Créditos imobiliários	20	3,3%	20	3,5%	32	3,9%
Créditos de pessoa física	1.102	32,8%	848	32,1%	571	31,2%
Leasing financeiro	68	1,0%	47	1,7%	46	2,1%
Total	**1.622**	**100,0%**	**1.197**	**100,0%**	**916**	**100,0%**

Ativos Não Recuperáveis

A tabela a seguir mostra os nossos ativos não recuperáveis, excluindo o risco-país.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Ativos não recuperáveis[1]				
Ativos vencidos e outros ativos inadimplentes	9.431	2.184	7.730	2.093
Créditos inadimplentes como percentual do total de empréstimos	6,7%	4,6%	5,4%	4,1%
Baixa líquida de créditos como percentual do total de empréstimos	3,0%	2,9%	2,3%	4,7%

(1) Inclui em 30 de junho de 2009, R$391 milhões e em 31 de dezembro de 2008, R$1.260 milhões em empréstimos duvidosos que não estavam vencidos e portanto os juros eram contabilizados anualmente. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 a quantia de juros não contabilizados como se tais ativos estivesse contabilizados desde 1º de janeiro de 2009 teria sido R$982 milhões. Em 2008, o montante de juros que não foram contabilizados caso houvessem sido contabilizados desde 1° de janeiro de 2008 teriam atingido R$658 milhões. Nenhum empréstimo que estava vencido há mais de 60 dias teve seus juros contabilizados.

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	(em milhões de R$)		
Ativos não recuperáveis			
Ativos vencidos e outros ativos inadimplentes	1.796	1.225	951
Créditos inadimplentes como percentual do total de empréstimos	4,8%	4,2%	4,4%
Baixa líquida de créditos como percentual do total de empréstimos	2,9%	1,9%	2,6%

Evolução de Ativos Não Recuperáveis

As tabelas a seguir mostram a movimentação de nossos ativos não recuperáveis (excluindo o risco-país).

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Saldo inicial	7.730	2.093	2.093	2.010
Adições líquidas	5.866	1.465	8.956	2.478
Baixas	(4.165)	(1.389)	(3.319)	(2.395)
Saldo final	**9.431**	**2.169**	**7.730**	**2.093**

	IFRS					
	Trimestre encerrado em					
	31-mar-2008	30-jun-2008	30-set-2008	31-dez-2008	31-mar-2009	30-jun-2009
	(em milhões de R$)					
Saldo inicial	2.093	2.549	2.169	6.588	7.730	8.287
Adições líquidas	843	622	4.900	2.591	2.110	3.756
Baixas	(387)	(1.002)	(481)	(1.449)	(1.553)	(2.612)
Saldo final	**2.549**	**2.169**	**6.588**	**7.730**	**8.287**	**9.431**

	BR GAAP		
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	(em milhões de R$)		
Saldo inicial	1.225	951	1.066
Adições líquidas	1.668	813	452
Baixas	(1.097)	(539)	(567)
Saldo final	**1.796**	**1.225**	**951**

As condições econômicas deteriorantes resultaram num crescimento acelerado de ativos não recuperáveis no terceiro e quarto trimestres de 2008. Apesar de os efeitos da crise financeira mundial terem sido moderados no Brasil em comparação aos Estados Unidos e Europa, o Brasil também sofreu com a perda de liquidez e perdas cambiais, que levaram à redução de receitas de nossos clientes pequenas e médias empresas e de atacado, devido à baixa demanda no mercado internacional. Isso contribuiu para o aumento da inadimplência, particulamente por nossos tomadores corporativos de pequeno e médio porte desde o quarto trimestre de 2008 e resultou no aumento do desemprego nesse período, com impacto negativo na performance dos negócios de crédito de varejo, tendo em vista que tomadores pessoas físicas apresentavam maiores índices de inadimplência.

Ativos não recuperáveis também aumentaram como resultado da aquisição do Banco Real. Com a integração do Banco Real e o crescimento orgânico, aumentamos nossos empréstimos e recebíveis de R$55 bilhões em 31 de dezembro de 2007 para R$162,7 bilhões em 31 de dezembro de 2008. No mesmo período, ativos não recuperáveis aumentaram R$3,281 milhões ou 58% em 2008 em decorrência da aquisição do Banco Real. No exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, perdas com ativos financeiros (líquida) foram de R$4,100 milhões, dos quais R$1,236 milhões foram contribuídos pelo Banco Real no período de 29 de agosto de 2008 até 31 de dezembro de 2008. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Aquisição do Banco Real" para uma discussão mais detalhada dos efeitos desta aquisição e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Resultados operacionais consolidados do Santander Brasil relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 – Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)" e "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Resultados operacionais consolidados do Santander Brasil relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 – Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)" para uma discussão por períodos sobre efeitos sobre a receita líquida decorrente de ativos não recuperáveis. Ativos não recuperáveis aumenteram R$1,7 bilhão ou 22% nos primeiros seis meses de 2009, refletindo a contínua deterioração no cenário econômico.

Em resposta à crise financeira global, ajustamos nossas políticas e estratégias para manutenção de níveis apropriados de risco no perfil de gerenciamento de risco do Grupo Santander, com políticas e estratégias individualizadas a cada segmento de nossos negócios. Os principais ajustes foram no sentido de aumentar os recursos de fundos de cobrança, adicionar posições para cobranças em nosso call center e aumentar os incentivos para cobranças, em particular em agências com baixa performance de crédito. No proceso de aprovação de crédito, aumentamos o score mínimo para limites de crédito pré-aprovado nas categorias de clientes que apresentam maiores índices de inadimplência.

A tabela a seguir mostra nossos ativos não recuperáveis por tipo de empréstimo nas datas indicadas.

	IFRS		
	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2007
Ativos Não Recuperáveis	(in millions of R$)		
Comercial, financeiro e industrial			
Imobiliário – crédito imobiliário	3.729	2.730	502
Crédito de pessoa física	83	74	23
Leasing financeiro	5.364	4.528	1.558
Comercial, financeiro e industrial	255	398	10
Total	**9.431**	**7.730**	**2.093**

Índices de Ativos Não Recuperáveis

As tabelas a seguir mostram o índice de nossos ativos não recuperáveis em relação ao risco de crédito total calculável, e o nosso índice de cobertura nas datas indicadas.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Risco de crédito calculável[1]	162.937	66.682	164.695	64.558
Ativos inadimplentes	9.431	2.184	7.730	2.093
Provisão para ativos não recuperáveis	9.159	2.451	8.181	2.249
Índices				
Ativos inadimplentes X risco de crédito calculável	5,8%	3,3%	4,7%	3,2%
Índice de cobertura[2]	97,1%	112,2%	105,8%	107,5%

(1) O risco de crédito calculável corresponde à soma dos valores de face de empréstimos e *leasing* (incluindo ativos não recuperáveis, menos crédito de risco-país), garantias e créditos documentários.
(2) Provisões para ativos não recuperáveis como porcentual dos ativos não recuperáveis.

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de		
	2006	2005	2004
	(em milhões de R$)		
Risco de crédito calculável[1]	37.509	28.982	21.593
Ativos inadimplentes	1.796	1.225	951
Provisão para ativos não recuperáveis	1.622	1.197	916
Índices			
Ativos inadimplentes X risco de crédito calculável	4,8%	4,2%	4,4%
Índice de cobertura[2]	90,3%	97,7%	96,4%

(1) O risco de crédito calculável corresponde à soma dos valores de face de empréstimos e *leasing* (incluindo ativos não recuperáveis, menos crédito de risco-país), garantias e créditos documentários.
(2) Provisões para ativos não recuperáveis como porcentual dos ativos não recuperáveis.

Ativos Executados

A tabela a seguir mostra a movimentação em nossos ativos executados em nas datas indicadas.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Empresas Adquiridas				
Saldo inicial	291	193	193	207
Execuções	45	25	167	73
Alienações	(51)	(28)	(166)	(87)
Empresas adquiridas	–	–	97	–
Ativos executados brutos	285	190	291	193
Provisões constituídas	(227)	(159)	(178)	(161)
Provisões como percentual dos ativos executados	79,6%	84,1%	61,2%	83,4%
Saldo final (líquido)	**58**	**30**	**113**	**32**

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)
Empresas Adquiridas	
Saldo inicial	212
Apreensões	102
Alienações	(107)
Empresas adquiridas	207
Ativos executados brutos	(175)
Provisões constituídas	84,5%
Saldo final (líquido)	**32**

Passivos

Depósitos

Os principais componentes de nossos depósitos são depósitos à vista, depósitos a prazo e de aviso prévio e depósitos interfinanceiros nacionais e internacionais. Os nossos clientes de varejo são a nossa principal fonte de depósitos à vista, a prazo e de aviso prévio.

Nas tabelas a seguir é feita uma análise de nossos depósitos nos períodos indicados.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2008	2007
	(em milhões de R$)			
Depósitos de banco central e de instituições de crédito				
Depósitos a prazo	22.922	11.857	26.721	11.949
Outras contas à vista	101	45	66	61
Operações compromissadas	3	5.060	31	6.834
Total	**23.026**	**16.962**	**26.818**	**18.844**
Depósitos de clientes				
Contas correntes	14.120	4.372	15.298	6.588
Contas de poupança	21.411	7.223	20.643	6.288
Outros depósitos à vista	–	–	–	26
Depósitos a prazo				
Depósitos por prazo fixo	47.862	1.427	52.465	1.365
Depósitos de desconto	39.602	33.696	36.415	24.663
Operações compromissadas	31.927	12.643	30.674	16.281
Total	**154.922**	**59.361**	**155.495**	**55.211**
Total de depósitos	**177.948**	**76.322**	**182.313**	**74.055**

	BR GAAP Exercício encerado em 31 de dezembro de 2006
	(em milhões de R$)
Depósitos de banco central e de instituições de crédito	
Depósitos a prazo	251
Outras contas à vista	25.475
Operações compromissadas	9.961
Total	**3.992**
Depósitos de clientes	**5.969**
Contas correntes	35.687
Contas de poupança	
Outros depósitos à vista	4.731
Depósitos a prazo	5.061
Depósitos por prazo fixo	21.432
Depósitos de desconto	317
Operações compromissadas	31.541
Total	**67.228**

A tabela abaixo mostra o vencimento dos depósitos a prazo (menos os depósitos interfinanceiros) no valor de R$100.000,00 ou superior nas datas indicadas. Depósitos de clientes em importâncias maiores podem constituir uma fonte de recursos menos estável do que os depósitos à vista e de poupança.

	IFRS			
	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de	
	Doméstico	Internacional	Doméstico	Internacional
	(em milhões de R$)			
Inferior a 3 meses	6.978	1.414	8.472	2.231
3 a 6 meses	7.579	7	4.324	351
6 a 12 meses	18.846	–	18.752	195
Acima de 12 meses	30.054	–	36.152	2
Total	**63.457**	**1.421**	**67.700**	**2.779**

Créditos de Curto Prazo

A tabela a seguir mostra nossos créditos de curto prazo constituídos por títulos públicos que vendemos por meio de operações compromissadas para fins de financiamento de nossas operações.

	IFRS Em 30 de junho de			
	2009		2008	
	Valor	Taxa Média	Valor	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Títulos vendidos sob operações compromissadas (sobretudo títulos públicos brasileiros)				
Em 31 de dezembro	31.930	8,2%	17.703	11,3%
Média durante o exercício	32.070	11,8%	15.796	9,7%
Saldo máximo ao final do mês	34.584	–	17.699	–
Total de créditos a curto prazo no final do exercício	**31.930**		**17.703**	

	IFRS			
	Exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2008		2007	
	Valor	Taxa Média	Valor	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Títulos vendidos sob operações compromissadas (sobretudo títulos públicos brasileiros)				
Em 31 de dezembro	30.706	13,6%	23.115	11,2%
Média durante o exercício	19.639	12,0%	21.567	11,0%
Saldo máximo ao final do mês	31.058		25.748	
Total de créditos a curto prazo no final do exercício	**30.706**		**23.115**	

	BR GAAP Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2006	
	Valor	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)	
Títulos vendidos sob operações compromissadas (sobretudo títulos públicos brasileiros)		
Em 31 de dezembro	25.475	
Média durante o exercício	20.080	13,8%
Saldo máximo ao final do mês	30.838	
Total de créditos a curto prazo no final do exercício	**25.475**	

ANÁLISE E DISCUSSÃO DA ADMINISTRAÇÃO SOBRE A SITUAÇÃO FINANCEIRA E OS RESULTADOS OPERACIONAIS

A discussão a seguir sobre nossa situação financeira e o resultado das operações é baseada em, e deve ser lida em conjunto com, nossas demonstrações financeiras relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e respectivas notas explicativas, bem como as informações financeiras incluídas neste Prospecto na seção "Informações Financeiras e Operacionais Selecionados". A preparação das demonstrações financeiras incluídas nesta seção exigiu a adoção de premissas e projeções que provocam impacto nos valores do ativo, passivo, receitas e despesas relativos aos exercícios sociais e períodos citados, estando sujeitas a determinados riscos e incertezas. Os resultados futuros poderão variar substancialmente daqueles aqui previstos em razão de vários fatores que afetam nosso negócio, incluindo, entre outros, aqueles mencionados nas seções "Considerações sobre Estimativas e Declarações Futuras" e "Fatores de Risco", bem como outros fatores analisados em outras seções deste Prospecto. As demonstrações financeiras incluídas neste Prospecto relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e os respectivos pareceres de nossos Auditores Independentes foram elaborados de acordo com o IFRS. *Nosso resultado operacional relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 não é comparável com o resultado operacional relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007, tendo em vista a consolidação do Banco Real a partir de 30 de agosto de 2008. Para maiores informações, veja "–Aquisição do Banco Real".*

Visão Geral

Somos um dos bancos múltiplos líderes no Brasil, que acreditamos ser um dos mercados mais atraentes do mundo dado seu alto potencial de crescimento e sua baixa penetração de produtos e serviços bancários. Somos o terceiro maior banco privado do Brasil, o maior banco controlado por um grande grupo financeiro global e o quarto maior banco do País, com uma participação de mercado de 10,2% em termos de ativos, em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central. Nossas operações estão localizadas em todo o País e estrategicamente concentradas nas regiões sul e sudeste, área que representa aproximadamente 73,1% do PIB com base em dados de 2006 e onde possuímos atualmente uma das maiores redes de agências bancárias dentre nossos concorrentes, de acordo com o Banco Central. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, geramos lucro bruto de R$3,8 bilhões e possuíamos ativos totais de R$288,9 bilhões e patrimônio líquido de R$51,1 bilhões. Nosso índice de Basiléia era de 17% em 30 de junho de 2009.

Nossas atividades compreendem três segmentos operacionais: Banco Comercial, Banco Global de Atacado e Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros. Nosso segmento de Banco Comercial é focado no relacionamento com clientes, concessão de crédito, serviços e produtos a pessoas físicas e empresas (à exceção de clientes corporativos globais, que são atendidos por nosso segmento de Banco Global de Atacado) por meio de empréstimos pessoais (inclusive financiamento imobiliário e de veículos, financiamento ao consumidor sem garantias, cheques especiais, cartões de crédito e empréstimos consignados), *leasing*, empréstimos comerciais, linhas de capital de giro e financiamentos de comércio exterior. Nossas ofertas de produtos se estendem a planos de aposentadoria privada, seguros, recebimento de contas e serviços de processamento. Nossas operações de Banco Comercial também incluem serviços de *private banking* para pessoas físicas com ativos disponíveis para investimento superiores a R$1 milhão. Nosso segmento de Banco Global de Atacado oferece serviços financeiros e soluções sofisticadas e estruturadas para nossos clientes, em paralelo com nossas atividades próprias de negociação. Nossos negócios de atacado focam na prestação de serviço a aproximadamente 700 grandes conglomerados locais e multinacionais, aos quais nos referimos como clientes de Banco Global de Atacado e oferecemos produtos e serviços nas principais áreas a seguir: *Global Transaction Banking*, *Credit Markets*, *Corporate Finance*, *Equities* e tesouraria. Nosso segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros oferece fundos de renda fixa, mercado financeiro, ações e multimercado. Como parte de nosso negócio de seguros, oferecemos produtos de seguros relacionados aos nossos principais negócios bancários, tais como seguro de residência, crédito e capitalização, para nossos clientes de varejo e pequenas e médias empresas.

Efeitos da Crise no Mercado Financeiro Global sobre a Situação Financeira e o Resultado das Operações

A crise no mercado financeiro global afetou significativamente a economia mundial a partir do segundo semestre de 2008, levando as principais economias globais à recessão e ao aumento do desemprego, além de provocar redução nos investimentos em escala global, queda nos preços das matérias-primas, diminuição abrupta na oferta de crédito e liquidez, e fechamento geral do mercado de capitais em todo o mundo. Algumas das maiores instituições financeiras, incluindo grandes bancos comerciais e de investimentos com atuação global, sociedades de crédito imobiliário e seguradoras, estão enfrentando grandes dificuldades. No ano passado, houve uma corrida aos bancos, muitos dos quais foram forçados a buscar capital adicional. Os bancos centrais em todo o mundo coordenaram seus esforços para aumentar a liquidez nos mercados financeiros por meio de medidas como aumentar os valores repassados diretamente às instituições financeiras, diminuir as taxas de juros e aumentar significativamente acordos mútuos temporários de troca de moedas. Na tentativa de impedir a falência do sistema financeiro, governos do mundo todo organizaram intervenções em uma escala sem precedentes, mediante a compra de participações em instituições financeiras, programas de garantia de dívidas de instituições financeiras, aumento de garantias nos depósitos bancários e negociações para a aquisição de algumas instituições financeiras em difícil situação financeira, entre outras medidas.

Os efeitos da crise financeira internacional sobre o Brasil foram moderados em comparação àqueles sentidos nos Estados Unidos e na Europa. O PIB brasileiro cresceu aproximadamente 5,1% em 2008, apesar de ter desacelerado no quarto trimestre, e as grandes instituições financeiras nacionais não foram afetadas significativamente pela crise. Alguns bancos de pequeno e médio porte sofreram com a falta de liquidez, mas, em geral, o sistema financeiro brasileiro não sofreu o mesmo impacto registrado nos sistemas financeiros dos Estados Unidos e da Europa. Enquanto algumas empresas exportadoras de matérias-primas – assim como outros setores – registraram queda no faturamento devido à redução na demanda internacional, a demanda relativamente forte no mercado doméstico auxiliou na redução do impacto da crise mundial sobre a indústria. As exportações foram responsáveis por apenas 12,9% e 12,6% do PIB brasileiro em 2008 e 2007, respectivamente. Os bancos brasileiros são financiados principalmente pelos depósitos domésticos, os quais aumentaram durante a crise, uma vez que houve transferência de recursos do segmento de gestão de recursos de terceiros para depósitos bancários, que são vistos como um investimento mais seguro. Consequentemente, a crise de liquidez global teve um impacto relativamente pequeno no Brasil. Adicionalmente, o mercado de swaps de crédito no Brasil está ainda em seu estágio inicial e os bancos brasileiros somente podem adquirir esses derivativos no mercado externo através de suas filiais no exterior.

Até o momento, os principais efeitos da crise sobre os nossos negócios foram os seguintes:

- Aumento da provisão para créditos de liquidação duvidosos devido às expectativas de aumento nas taxas de inadimplência, especialmente por parte de pequenas e médias empresas tomadoras, a partir do último trimestre de 2008.
- Aumento dos custos de financiamentos no mercado interno, principalmente em consequência da indisponibilidade de financiamentos externos.
- Queda no crescimento do volume de crédito, especialmente entre tomadores pessoas físicas, apesar de o crédito para pessoas físicas ter aumentado no primeiro semestre de 2009.

A crise financeira global não teve um impacto relevante sobre nossa liquidez e recursos de capital devido ao cenário econômico brasileiro relativamente estável, à nossa dependência relativamente baixa de financiamentos externos e às exigências rigorosas do Banco Central com relação aos depósitos compulsórios e um colchão de liquidez relativamente grande acumulado em resposta à crise financeira global. Aferimos nossas necessidades de liquidez constantemente, de acordo com nosso plano de negócio e buscamos alternativas de financiamento baseadas nas nossas necessidades estimadas de recursos. Em 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009, nosso Índice de Basiléia era de 14,7% e 17%, respectivamente. Nossa carteira de títulos e valores mobiliários é formada predominantemente por títulos de renda fixa do Governo Federal. Portanto, não enfrentamos um grau de exposição elevado com relação à crise nas bolsas globais em 2008 e no primeiro trimestre de 2009.

Aquisição do Banco Real

Em 29 de agosto de 2008, foi deliberada a incorporação das ações do Banco Real pelo Banco. Como resultado dessa operação, o Banco Real tornou-se uma subsidiária integral do Banco. A aquisição do Banco Real pelo Banco praticamente duplicou nosso tamanho em termos de ativos totais. Principalmente em decorrência da aquisição do Banco Real, nosso número de titulares de contas correntes ativas saltou de 3,5 milhões em 30 de junho de 2008 para aproximadamente 7,7 milhões em 31 de dezembro de 2008. No mesmo período, nossa rede cresceu de 1.546 para 3.603 agências e PABs. Em 31 de dezembro de 2007, o Banco Real contava com ativos totais de R$112,8 bilhões e patrimônio líquido de R$13,2 bilhões. Após a integração com o Banco Real e crescimento orgânico, nossa carteira de crédito aumentou de R$55,0 bilhões em 31 de dezembro de 2007 para R$162,7 bilhões em 31 de dezembro de 2008. Os depósitos totais cresceram de R$74,1 bilhões em 31 de dezembro de 2007 para R$182,3 bilhões em 31 de dezembro de 2008.

Como consequência dessa aquisição, a consolidação das empresas do Banco Real nas nossas demonstrações financeiras a partir de 30 de agosto de 2008, é um dos principais fatores a serem considerados durante a análise de nossa situação financeira e os resultados operacionais relativos aos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008. Como resultado, fica impossibilitada uma comparação dos nossos resultados operacionais do exercício social de 2008 com os do exercício social de 2007 e também dos nossos resultados operacionais do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 com os do mesmo período de 2008. A fim de possibilitar a análise dos desenvolvimentos orgânicos em nossos negócios, obscurecidos pelo efeito da aquisição do Banco Real, nossa Administração utiliza e apresentamos neste Prospecto informações pro forma do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 como se houvesse ocorrido desde 1° de janeiro de 2008. Para uma completa apresentação dessas informações pro forma, veja "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

Adicionalmente, a fim de proporcionar uma descrição mais detalhada a respeito dos resultados de nossas operações no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, nossa Administração utiliza e apresentamos, em adição aos nossos resultados operacionias do referido período, algumas informações financeiras de 2008 que excluem os resultados do Banco Real. O Banco Real foi uma subsidiária integral do Banco durante os quatro últimos meses de 2008 e esta apresentação tem a intenção apenas de subtrair do nosso resultado de 2008 os montantes contribuídos pelo Banco Real. Esta informação não deve ser tida como o resultado de nossas operações caso não tivéssemos adquirido o Banco Real. Não ajustamos nossos resultados por conta de despesas incorridas em 2008 com relação à aquisição do Banco Real ou por quaisquer outras sinergias de receita. Nossa Administração acredita que quaisquer despesas ou receitas adicionais não foram materiais. A tabela a seguir apresenta o nosso resultado operacional divulgado relativo ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, os montantes contribuídos pelo Banco Real naquele período, e nosso resultado divulgado subtraído dos montantes contribuídos pelo Banco Real.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008		
	Divulgado menos Banco Real	Banco Real	Divulgado
	(em milhões de R$)		
Receitas com juros e similares	14.694	9.074	23.768
Despesas com juros e similares	(8.023)	(4.307)	(12.330)
Receita líquida com juros	6.671	4.767	11.438
Resultado de renda variável	35	2	37
Resultado de equivalência patrimonial	6	106	112
Receita de tarifas e comissões	3.801	1.008	4.809
Despesas de tarifas e comissões	(334)	(221)	(555)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	333	(1.620)	(1.286)
Diferenças cambiais (líquidas)	300	1.176	1.476
Outras receitas (despesas) operacionais	(92)	32	(60)
Total de receitas	**10.720**	**5.251**	**15.971**
Despesas administrativas	(4.656)	(2.529)	(7.185)
Depreciação e amortização	(656)	(190)	(846)
Provisões (líquidas)	(1.113)	(117)	(1.230)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.864)	(1.236)	(4.100)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(4)	(73)	(77)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	6	1	7
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	25	(16)	9
Lucro operacional antes da tributação	**1.458**	**1.091**	**2.549**
Impostos sobre a renda	(217)	47	(170)
Lucro líquido do exercício	**1.241**	**1.138**	**2.379**

Com a aquisição e integração do Banco Real, estamos buscando gerar sinergias de custos acumulados no valor de aproximadamente R$2,4 bilhões até o final de 2011, como resultado da adoção das melhores práticas nos dois bancos, integrando as plataformas de TI, tornando mais eficientes as operações bancárias e a força de trabalho, integrando as terceirizações e centralizando as funções administrativas. Além disso, a nossa meta é alcançar sinergias acumuladas de receitas da ordem de R$300 milhões em 31 de dezembro de 2011 em decorrência de oportunidades de venda cruzada oriundas da integração do Banco Real e do Banco e da implantação das melhores práticas de atendimento aos clientes de cada um dos dois bancos. Nossa capacidade de atingir essas metas de sinergia está sujeita a inúmeros riscos e podemos não obter tais sinergias nos prazos ou na extensão esperados, ou podemos até mesmo não obter qualquer sinergia durante este processo. Para maiores informações, veja a seção "Fatores de Risco – Riscos Relacionados ao Santander Brasil e à Indústria Brasileira de Serviços Financeiros–Podemos não reconhecer os benefícios previstos da aquisição" e "–Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais–Ágio do Banco Real".

Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais

Como um banco brasileiro, somos fortemente influenciados pelo cenário econômico do País. O quadro a seguir inclui os principais dados da economia brasileira nos períodos indicados.

	Seis meses encerrados em 30 de junho de	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2007
Crescimento do PIB[1]	(1.5%)	5.1%	5.4%
CDI[2]	8.96%	12.28%	11.91%
TJLP[3]	6.25%	6.25%	6.37%
SELIC[4]	9.25%	13.75%	11.25%
Valorização (desvalorização) do Real em relação ao Dólar	(22.6%)	(24.2%)	17.2%
Taxa de câmbio para venda (no final do período) R$ por US$1,00	R$1.952	R$2.337	R$1.771
Taxa média de câmbio R$ por US$1,00[5]	R$2.190	R$1.838	R$1.786
Inflação (IGP–M)[6]	1.5%	9.8%	7.7%
Inflação (IPCA)[7]	4.8%	5.9%	4.5%

Fontes: BNDES, Banco Central, FGV, IBGE e LCA Consultores.

(1) Série Revisada. Fonte IBGE.

(2) A taxa do CDI é calculada pela taxa média diária de depósitos interbancários no Brasil (ao final de cada mês e anualmente).

(3) TJLP utilizada pelo BNDES (ao final do período).

(4) Taxa de juros básica paga aos titulares de alguns títulos emitidos pelo Governo Federal e negociados pela SELIC.

(5) Média das taxas de câmbio para venda no último dia de cada mês durante o período.

(6) Taxa de inflação pelo IGP-M calculado pela FGV.

(7) Taxa de inflação pelo IPCA calculado pelo IBGE.

Taxa de Juros

Desde a implementação do controle da inflação a partir de 1999, o Banco Central tem reduzido amplamente a volatilidade de preços. A SELIC foi reduzida de 45% ao ano em 1999 para 18,00% no ano no final de 2005 e para 8,75% ao ano em 31 de julho de 2009.

O quadro abaixo apresenta as taxas mínimas, máximas, médias e ao final do período desde 2005, conforme dados do Banco Central. Nossos ativos são predominantemente corrigidos a taxas fixas, enquanto nosso passivo é corrigido a taxas variáveis. A consequente exposição a altas nas taxas de juros do mercado é compensada pela utilização de *hedges* de fluxo de caixa para a conversão de taxas variáveis para taxas fixas, mas ainda mantemos certa exposição às oscilações das taxas de juros. A alta prolongada de 100 pontos-base nas taxas de juros do mercado ao longo da curva de juros teria resultado em uma redução de R$136 milhões na nossa receita de juros líquida no período de um ano.

Ano	Mínima	Máxima	Média[1]	Final do período
2005	17,75	19,75	19,15	18,00
2006	13,25	18,00	15,10	13,25
2007	11,25	13,25	11,25	11,25
2008	11,25	13,75	12,54	13,75
2009 (até 31 de julho)	8,75	12,75	9,92	8,75

[1] Média das taxas ao final de cada mês durante o período.

Volume de crédito

O volume de crédito no País cresceu substancialmente desde 2004, especialmente em razão das baixas taxas de inflação, queda dos juros e forte crescimento econômico. De acordo com o Banco Central, a taxa anual de crescimento do volume de crédito atingiu 31,1% em 2008, em comparação com 27,8% em 2007. Em 31 de dezembro de 2007 e 2008, o total de créditos bancários em aberto foi equivalente a 34,2% e 41,3%, respectivamente, do PIB brasileiro, uma parcela relativamente menor em comparação com outros países como, por exemplo, Chile, onde o total de créditos bancários ao setor privado em relação a seu PIB foi equivalente a 89% em 2007, de acordo com estatísticas das autoridades monetárias. Veja "Visão Geral do Setor – Crédito como percentual do PIB". Apesar da crise financeira global, a taxa anual de crescimento do volume de crédito para clientes corporativos aumentou para 38,9% em 2008 em comparação com 31,8% em 2007, enquanto que o crescimento anual do volume de crédito para clientes pessoas físicas caiu para 24,2% em 2008 contra 33,4% em 2007. O volume de crédito oferecido ao segmento corporativo diminuiu 0,5% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, enquanto o volume de crédito oferecido a pessoas físicas aumentou 1,6% no mesmo período.

Taxas de Câmbio

Em 30 de junho de 2009, possuíamos US$11,4 bilhões em financiamentos de capital denominados em moeda estrangeira e R$11,4 bilhões em ativos denominados em moeda estrangeira. Nossa política é manter uma exposição limitada às taxas de câmbio, buscando equilibrar ao máximo os ativos e passivos denominados em moeda estrangeira, inclusive, com a utilização de instrumentos derivativos. Os ganhos cambiais registrados somaram R$1,5 bilhões em 2008 devido à nossa posição comprada em ativos denominados em Dólares e à depreciação do Real em relação ao Dólar em 2008. Esses ganhos foram compensados em grande parte pelas perdas correspondentes verificadas nos contratos derivativos celebrados para fins de *hedge* desta exposição. Nas últimas décadas, a moeda brasileira experimentou variações frequentes e substanciais em relação ao Dólar e a outras moedas estrangeiras. Entre 2000 e 2002, o Real registrou uma desvalorização significativa em relação ao Dólar, alcançando uma taxa de R$3,53 por US$1,00 no final de 2002. Entre 2003 e meados de 2008, o Real obteve uma forte valorização em relação ao Dólar devido à estabilidade do ambiente macroeconômico e ao aumento do investimento estrangeiro no Brasil, alcançando uma taxa de R$1,56 por US$1,00 em agosto de 2008. No contexto da crise nos mercados financeiros globais desde a metade de 2008, o Real teve desvalorização de 31,9% em relação ao Dólar durante esse ano. Em 31 de dezembro de 2008, a taxa de câmbio fechou a R$2,337 por US$1,00 e em 30 de junho de 2009 a taxa de câmbio fechou a R$1,952 por US$1,00. Veja a seção "Fatores de Risco–Riscos Relativos ao Brasil" para uma análise mais detalhada sobre as variações do Real frente ao Dólar nos períodos aqui tratados.

Inflação

No passado, a inflação brasileira foi volátil e alta durante alguns períodos. Recentemente, as taxas acomodaram-se em níveis mais baixos, apresentado maior estabilidade. Os índices inflacionários diminuíram no período de 2002 a 2003, permaneceram relativamente estáveis de 2003 a 2004, caíram mais uma vez em 2005, e ficaram abaixo da meta de inflação oficial de 4,5%. Em 2008, a inflação manteve-se dentro da faixa estabelecida, apesar da desvalorização do Real em relação ao Dólar. O declínio dos índices inflacionários é devido, principalmente, à política monetária do Governo Federal, a qual inclui alterações periódicas nas taxas de juros e exigência de depósito compulsório, por vezes aliadas à valorização do Real em relação ao Dólar, assim como entre 2002 e 2007.

Em geral, inflação estável e taxas de juros mais baixas levam à melhora dos níveis de confiança do consumidor e impulsionam a demanda por crédito. Além disso, grande parte da nossa carteira de títulos e valores mobiliários é indexada às taxas de inflação no Brasil. Consequentemente, os resultados das operações com títulos e valores mobiliários são diretamente influenciados pelas variações nessas taxas.

Exigências de Reservas e Créditos

A exigência de reservas e créditos pelo Banco Central tem um efeito significativo nos resultados operacionais das instituições financeiras no País. O aumento ou a diminuição dessas exigências causa impacto sobre nossos resultados operacionais, limitando ou impulsionando os valores disponíveis para as operações comerciais de crédito.

A partir do último trimestre de 2008, o Banco Central aperfeiçoou as regras relativas à exigência de reservas com o objetivo de aumentar a liquidez do sistema financeiro brasileiro. Devido, em grande parte, a esse aperfeiçoamento, nosso nível de reservas (e empréstimos) compulsórias diminuiu de R$40 bilhões (ou 33% do total dos depósitos) em 30 de setembro de 2008 para R$25 bilhões (ou 20% do total dos depósitos) em 31 de dezembro de 2008 (de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil). As principais mudanças ocorridas na exigência de reservas foram as seguintes:

- Aumento de R$100 milhões para R$1 bilhão na quantia dedutível das exigências de reservas adicionais do Banco Central para depósitos de poupança, depósitos à vista e depósitos a prazo;
- Diminuição de 8% para 4% na taxa utilizada no cálculo das exigências adicionais de reserva do Banco Central para depósitos à vista ou a prazo;
- Redução de 45% para 42% na taxa de reserva do Banco Central para depósitos à vista;
- Aumento de R$300 milhões para R$2 bilhões na quantia dedutível das exigências de reservas legais para depósitos a prazo; e
- Alteração na composição dos depósitos a prazo de 100% para 30% em títulos do Governo Federal (40% a partir de 5 de janeiro de 2009) e 70% em espécie (60% a partir de 5 de janeiro de 2009). As reservas em dinheiro podem ser supridas por meio de depósitos interbancários ou aquisições de ativos de instituições com capital líquido inferior a R$7 bilhões.

O quadro a seguir demonstra as exigências de reservas e empréstimos às quais estamos sujeitos para cada categoria de fonte de recursos.

Produto	Em 30 de setembro de 2008	Atual	Forma exigida para as reservas	Juros
Depósitos à vista				
Crédito rural[1]	25%	30%		6,75% a.a
Microcrédito[2]	2%	2%		Taxa de retorno (*cap rate)*: 2% a.m.
Exigência de Reservas	45%	42%	Em espécie	Zero
Exigências de reservas adicionais	8%	5%	Títulos públicos	Taxa Overnight
Financiamento Livre[3]	20%	21%		
Contas de Poupança				
Crédito habitacional	65%	65%		*Cap* de TR + 12% a.a.
Exigência de reservas	20%	20%	Em espécie	TR + 6,17% a.a.
Exigência de reservas adicionais	10%	10%	Títulos públicos	Taxa Overnight
Financiamento livre[3]	5%	5%		
Depósitos a Prazo				
Exigência de Reservas	15%	15%		
Em espécie ou crédito[4]	0%	9%	Em espécie ou crédito	Zero
Em títulos do Governo Federal	15%	6%	Títulos públicos	Taxa Overnight
Exigência de reservas adicionais	8%	4%	Títulos públicos	Taxa Overnight
Financiamento livre[3]	77%	81%		

(1) Os créditos rurais são créditos aos clientes agricultores, com R$5,6 bilhões e R$5,4 bilhões em aberto em 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009, respectivamente.
(2) Os microcréditos são créditos a negócios muito pequenos, com R$158,5 milhões e R$164,4 milhões em aberto em 31 de dezembro de 2008 e 30 de junho de 2009, respectivamente.
(3) Financiamento Livre é a quantia a ser utilizada livremente para outras finalidades em cada categoria de financiamento.
(4) Inclui apenas o crédito obtido até 30 de setembro de 2009 junto às instituições financeiras com capital líquido inferior a R$7 bilhões.

Impostos

Nossas despesas com impostos baseiam-se principalmente em dois componentes: (1) imposto de renda e (2) contribuição social. O imposto de renda é calculado à alíquota de 15%, mais uma alíquota adicional de 10% incidente sobre os lucros tributáveis excedentes a R$240 milhões ao ano. A contribuição social é calculada à alíquota de 15% (para instituições financeiras) sobre o lucro líquido ajustado (9% em 2007 e para o período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2008). Os impostos diferidos sobre ativos e passivos são calculados com base nas diferenças temporárias entre o resultado contábil e o lucro tributável (diferenças temporárias), prejuízos fiscais e ajustes de títulos e valores mobiliários ao seu valor justo. Adicionalmente, recolhemos PIS e COFINS à alíquota de 4,65% sob certas receitas, deduzido de certas despesas.

Conforme descrito na nota explicativa n° 2 às nossas demonstrações financeiras consolidadas, como o PIS e a COFINS incidem sobre uma base de cálculo deduzida de certas receitas e despesas, no critério IFRS registramos essas contribuições sociais como imposto de renda. Atualmente, o IOF é pago pelo cliente a uma alíquota diária de 0,0041% sobre o empréstimo, limitada a 1,5% acrescido de uma alíquota adicional de 0,38% ao ano. Em geral, os empréstimos com prazo de vencimento acima de 365 dias estão atualmente sujeitos ao IOF/imposto sobre o crédito anual de 1,88%. Apesar de sermos responsáveis pela retenção do IOF, esse tributo não altera nossos resultados.

De forma geral, a CPMF incidiu sobre algumas transações financeiras a partir de junho de 1999, à alíquota de 0,38%. Em 31 de dezembro de 2007, a CPMF foi extinta e, desde 1º de janeiro de 2008, as transações financeiras não estão mais sujeitas ao pagamento dessa contribuição. Quando a CPMF estava ativa, éramos responsáveis pelo recolhimento de tal tributo, porém isto não afetava nosso resultado, exceto no que se refere ao recolhimento de CPMF sob alguns de nossos pagamentos de despesas administrativas e investimentos. Tais valores estão refletidos nas despesas administrativas.

Ganhos na Alienação de Participações Societárias

Nossos resultados operacionais em 2008 e 2007 foram afetados substancialmente em decorrência de alienações de participações societárias ocorridas em 2008. Em 2008 e 2007, obtivemos ganhos antes de impostos de R$88 milhões e R$693 milhões, respectivamente, excluindo o Banco Real, em decorrência de alienações de participações societárias, inclusive ações detidas no capital social da Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e da Serasa S.A.

Hedge Externo em Cayman

Operamos uma filial em Cayman, que é usada principalmente para a captação de recursos nos mercados de capital e financeiro internacionais, para o fornecimento ao Banco de linhas de crédito que são estendidas aos nossos clientes para financiamentos de negócios e capital de giro. Nossos investimentos na filial de Cayman, no valor de US$2,6 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e US$2,8 bilhões em 30 de junho de 2009, são denominados em Dólar. Efetuamos *hedge* da exposição ao Dólar através de transações em Dólares no mercado de futuros. Alterações no valor justo de tais instrumentos futuros são refletidas nas nossas demonstrações na linha de ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros. Nossa posição em futuros em Dólares em 31 de dezembro de 2008 era de US$1,4 bilhão e em 30 de junho de 2009 era de US$1,5 bilhões. De acordo com as regras fiscais brasileiras, o ganho decorrente da desvalorização do Real em relação a investimentos em Dólar na filial de Cayman não é tributável e a perda decorrente da valorização do Real não é dedutível. O tratamento fiscal resulta em volatilidade dos itens de gastos com imposto de renda em nossa demonstração do resultado. Essa assimetria é compensada por nossos resultados de *hedge* porque nossas posições de derivativos agregadas geram perdas fiscais dedutíveis em caso de desvalorização do Real e ganhos tributáveis em casos de valorização. Como consequência, o efeito pós-tributação dessas posições de derivativos proporciona um *hedge* contra nossa exposição cambial resultante de nossos investimentos na filial de Cayman (ou seja, o efeito fiscal do *hedge* de R$456 milhões compensa o efeito fiscal da nossa exposição de R$371 milhões, ambos em 30 de junho de 2009). Essas operações de investimentos e os *hedges* a elas relacionados continuarão a resultar em variações na nossa alíquota efetiva de imposto de renda.

Ágio do Banco Real

A potencial redução no valor recuperável (*impairment*) do ágio relativo à aquisição do Banco Real pode ser um fator importante a afetar os nossos resultados operacionais em períodos futuros. Registramos um ágio no valor de R$27,5 bilhões em decorrência da aquisição do Banco Real. De acordo com o IFRS, somos obrigados a analisar anualmente a potencial redução no valor recuperável do ágio. Em 2008, devido à recente incorporação do Banco Real ao nosso grupo e aos resultados do cálculo do valor de mercado e da alocação do preço de aquisição recentemente realizados, não detectamos e, portanto, não registramos qualquer redução do valor recuperável do ágio. É possível que tenhamos de contabilizar no futuro uma desvalorização do valor do ágio caso nossa Administração determine que há evidências objetivas de redução no valor recuperável do ágio. Qualquer redução no valor recuperável do ágio relativo à aquisição do Banco Real será refletida em nossa demonstração do resultado sob o item "perdas por redução no valor recuperável de outros ativos (líquido). Ver "–Principais Práticas Contábeis – Redução no valor recuperável de ativos". Para fins fiscais, o ágio será amortizado ao longo de um período de sete anos.

Principais Práticas Contábeis

Geral

Apresentamos a seguir a descrição das principais práticas contábeis que atualmente afetam nossa situação financeira e o resultado das operações e que exigem que nossa Administração adote determinadas estimativas, extraídas da experiência histórica e de outros fatores considerados razoáveis e relevantes. A adoção dessas estimativas e premissas requer que nossa Administração faça julgamentos referentes aos efeitos sobre nossa situação financeira e resultado das operações, de questões que são inerentemente incertas. Caso nossa Administração decida alterar tais estimativas e premissas, nossa situação financeira e resultado das operações podem ser afetados de modo relevante. A nota explicativa n° 2 às nossas demonstrações financeiras consolidadas e auditadas incluídas neste Prospecto inclui um resumo das políticas e métodos contábeis utilizados na elaboração de nossas demonstrações financeiras.

As análises ou as alterações nas premissas são discutidas com o nosso comitê de auditoria e ao comitê de *compliance* do nosso Conselho de Administração e/ou aos órgãos reguladores e são apresentadas nas notas explicativas às nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Valor justo dos instrumentos financeiros

Nosso balanço patrimonial inclui ativos e passivos financeiros para negociação, ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado, ativos financeiros disponíveis para venda, e todos os derivativos registrados pelo seu valor justo. O valor justo de um ativo ou passivo financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em operações efetuadas a preço de mercado entre as partes conhecidas. Se o valor de mercado de um ativo estiver disponível em um mercado ativo, o valor justo será calculado com base neste valor.

No caso de ausência de um valor de mercado para um determinado instrumento financeiro, o valor justo é calculado com base no preço praticado em operações recentes envolvendo esse instrumento financeiro ou outro similar e, na falta destes, nas técnicas de avaliação normalmente utilizadas pelo mercado financeiro internacional, considerando as características específicas do instrumento financeiro a ser estimado e, principalmente, os vários tipos de riscos a ele associados.

Utilizamos derivativos financeiros tanto para negociação como para outros fins. Os principais tipos de derivativos que utilizamos são os swaps de juros, contratos de taxas futuros, opções e futuros de taxas de juros, contratos de câmbio a termo, contratos futuros de câmbio, opções de câmbio, swaps de câmbio, swap cambial com cupom, futuros de índice de ações, opções de ações e swaps de ações. O valor justo de um derivativo padrão é calculado com base nas cotações públicas. O valor justo dos derivativos no mercado de balcão é calculado pela soma do seu fluxo de caixa futuro descontado a valor presente na data do cálculo (valor presente), com base nas técnicas normalmente utilizadas pelos mercados financeiros, conforme a seguir:

- Método do valor presente para avaliação de instrumentos financeiros de cobertura estática (especialmente contratos a termo e *swaps*), empréstimos e adiantamentos. Estimativas de fluxos de caixa futuros são descontadas por meio da aplicação das curvas das taxas de retorno das moedas em questão. As curvas de taxa de retorno são, em geral, dados de mercado.
- Modelo *Black-Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros de cobertura dinâmica (especialmente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados). Este modelo utiliza dados de mercado para gerar suas variáveis de cálculo, tais como *spreads* em leilões, taxas de câmbio, volatilidade e correlação entre índices e liquidez de mercado, conforme o caso.
- O método do valor presente e o modelo *Black-Scholes* são utilizados na avaliação de instrumentos financeiros expostos a riscos de taxa de juros, tais como opções de taxa juros, *caps* e *floors*. Para instrumentos mais estruturados e que requeiram uma cobertura dinâmica, é utilizado o modelo *Heath-Jarrow-Morton*. Os principais dados aplicados por esses modelos são os dados de mercado mais facilmente disponíveis, tais como curvas de taxa de retorno, volatilidade, correlações e taxas de câmbio.
- Com o objetivo de medir o risco de crédito dos instrumentos lineares (tais como passivos e derivativos de taxa fixa), utilizamos modelos dinâmicos similares àqueles aplicados no cálculo de risco da taxa de juros. No caso de instrumentos não-lineares expostos ao risco da carteira de crédito (como os derivativos de crédito), a probabilidade de inadimplência é determinada por meio do modelo *Standard Gaussian Copula*. Os principais dados considerados nesse modelo são, em geral, aqueles relacionados a emissores individuais incluídos na carteira, além das correlações. Os principais dados utilizados para determinar os custos subjacentes dos créditos para derivativos de risco de crédito são os *spreads* de crédito cotados, e as correlações entre derivativos de créditos cotados dos emissores individuais.

O cálculo do valor justo exige certas estimativas e projeções. Caso não estejam disponíveis publicamente os preços de mercado, o valor justo é calculado por meio da aplicação de modelos de precificação amplamente aceitos e que consideram os preços contratuais dos instrumentos financeiros subjacentes, curvas de juros, condições contratuais, dados de mercado e outros fatores relevantes. O uso de diferentes estimativas ou premissas nesses modelos de precificação pode resultar em uma avaliação diferente daquela registrada em nossas demonstrações financeiras consolidadas.

A nota explicativa 2d(iii) às nossas demonstrações financeiras consolidadas contém informações adicionais sobre as técnicas de avaliação utilizadas por nós, assim como os detalhes sobre as principais premissas e projeções aplicadas nesses modelos, e a sensibilidade da avaliação dos instrumentos financeiros às mudanças nas principais premissas consideradas.

Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa

Analisamos nossos instrumentos de dívida não avaliados pelo valor justo para fins de verificação da possível redução no valor recuperável desses ativos. As provisões para créditos de liquidação duvidosa daí resultantes são identificadas e medidas de acordo com o IAS 39. Consideramos perdas caso o valor contábil de um ativo ou carteira de ativos exceda o valor presente líquido de seus fluxos de caixa futuros.

Nossas provisões para perdas são contabilizadas, com relação a instrumentos de dívida não avaliados pelo valor justo, com base em lucros ou perdas efetivas, e com relação a contingências, com base em nossa experiência histórica de perdas e outras circunstâncias conhecidas no momento da análise. Para fins de contabilização, as perdas inerentes representam aquelas incorridas na data indicada e são calculadas por meio de métodos estatísticos que ainda não foram alocados para transações específicas.

Utilizamos o conceito de "perdas incorridas" para quantificar os custos do risco de crédito. As perdas incorridas correspondem ao custo esperado, em média, no ciclo completo do risco de crédito de uma transação, considerando as características da contraparte e as garantias associadas à operação.

Nossa carteira de crédito é dividida, de maneira a identificar grupos com níveis homogêneos nos parâmetros estimados de probabilidade de inadimplência e de perdas atribuídas à inadimplência e estabilidade em tais parâmetros em um determinado período histórico de 5 anos para probabilidade de inadimplência e 7 anos para perdas atribuídas à inadimplência.

Para cada segmento, as perdas incorridas são calculadas por meio de modelos estatísticos que levam em consideração os três seguintes fatores: grau de exposição na data da inadimplência, probabilidade de inadimplência e perda atribuída à inadimplência:

- O grau de exposição na data da inadimplência é o risco de crédito no momento em que a contraparte torna-se inadimplente.

De acordo com IFRS, o grau de exposição utilizado para este cálculo é a exposição real tal qual divulgada em nosso balanço patrimonial.

- Probabilidade de inadimplência é a probabilidade de que a contraparte não venha a cumprir com o compromisso de pagamento do principal e/ou juros.

A probabilidade de inadimplência é calculada considerando-se o prazo de um ano, ou seja, mediante cálculo da probabilidade da contraparte tornar-se inadimplente nos 12 meses seguintes. O conceito de "inadimplência" inclui empréstimos e financiamentos vencidos há 90 dias ou mais, assim como casos nos quais não há propriamente inadimplência, mas sim dúvidas quanto à solvência da contraparte (créditos de recebimento duvidoso).

- As perdas atribuídas à inadimplência são as perdas resultantes da efetiva ocorrência da inadimplência.

O cálculo das perdas esperadas leva em conta os dados de recuperação de créditos inadimplidos, levando em consideração as garantias associadas à transação, as receitas e despesas associadas ao processo de recuperação, e também o tempo de recuperação e os custos indiretos resultantes do processo.

Nossa metodologia de determinação das provisões relativas a perdas incorridas ainda não especificamente identificadas visa identificar a quantia das perdas incorridas na data do balanço de empréstimos ainda não avaliados como não recuperáveis, mas que estimamos, com base em nossa experiência passada, que o serão no prazo de um ano da data do referido balanço. Referimo-nos a esses ativos não recuperáveis como perdas herdadas no contexto de nossos modelos internos de provisionamento para créditos de liquidação duvidosa.

A abordagem acima descrita é utilizada como regra geral e cobre praticamente toda a carteira de crédito. Porém, com relação às carteiras com baixa inadimplência (risco soberano, instituições financeiras ou empresas de grande porte), a inadimplência observada é muito pequena ou nula. Nesses casos, utilizamos os dados contidos nos *spreads* de derivativos de crédito para estimar as perdas esperadas, classificando esses dados em probabilidade de inadimplência e perdas atribuídas à inadimplência.

Redução no valor recuperável de ativos (Impairment)

Alguns ativos, incluindo ágio, outros ativos intangíveis, investimentos avaliados pelo método de equivalência patrimonial, ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo com base em lucros e perdas e outros ativos, estão sujeitos a uma revisão por redução no seu valor recuperável. Os débitos relativos à redução no valor recuperável são registrados apenas quando há indicações Reais de desvalorização ou de que o custo dos ativos pode não ser recuperado. A análise sobre o que constitui a desvalorização é uma questão de julgamento criterioso.

O teste de redução no valor recuperável do ágio, assim como de outros ativos intangíveis, é feita anualmente ou, mais frequentemente, quando os eventos ou mudanças nas circunstâncias, tais como situações adversas no ambiente de negócios ou nos dados de mercado, indicam que esses ativos podem sofrer desvalorização. O primeiro passo do processo de análise requer a identificação das UGCs. Essas unidades formam o menor grupo identificável de ativos, o qual, em razão de sua operação contínua, gera entradas de caixa bastante independentes das entradas de caixa registradas por outros ativos ou grupos de ativos. A partir daí, o ágio é alocado às UGCs, alocação essa que é reavaliada após a uma reorganização societária. Considerando a alocação do ágio, o valor contábil das UGCs é comparado ao seu valor justo para determinar a existência ou não de desvalorização. Uma perda reconhecida por redução no valor recuperável do ágio não pode ser revertida em períodos subsequentes. A determinação do valor justo utilizado na avaliação da desvalorização requer projeções baseadas nos preços de mercado, nos preços praticados por companhias do setor, valor presente, outras técnicas de avaliação, ou mesmo uma combinação desses itens, e exige opiniões e premissas subjetivas por parte da nossa Administração. Os eventos ou fatores que podem afetar essas projeções de forma significativa incluem, entre outros, concorrência, comportamento e níveis de perda de clientes, alterações na tendência de aumento das receitas, estrutura dos custos e tecnologia, e variações nas taxas de desconto e condições específicas do setor ou do mercado.

Todos os instrumentos de dívida e participações societárias (com exceção daqueles registradas pelo valor justo com base em lucro ou perdas efetivas) estão sujeitos ao teste de redução no valor recuperável periodicamente. O valor contábil é revisado com o objetivo de determinar a ocorrência de perda com desvalorização.

A avaliação da desvalorização engloba considerações quantitativas e qualitativas. Com relação aos instrumentos de dívida, essas considerações incluem as perdas com crédito Reais e as estimadas, de acordo com a taxa de inadimplência, dados de mercado sobre perdas incorridas (estimadas) e outras indicações de que o emissor talvez não cumpra os prazos de pagamento. As participações societárias são desvalorizadas quando a Administração julga que, em razão de uma queda substancial ou prolongada no valor justo para níveis abaixo do preço de compra, há evidências suficientes para crer que o custo de aquisição pode não ser recuperado. Os termos "substancial" e "prolongada" são interpretados caso a caso quando se trata de participações societárias específicas.

Na ocorrência de desvalorização, a diferença total entre os custos amortizados e o valor justo é excluída do patrimônio e reconhecida em lucro ou prejuízo líquido. A desvalorização de instrumentos de dívida pode ser revertida caso haja uma redução no valor da desvalorização, a qual pode estar objetivamente atrelada a um evento determinável. Já a desvalorização de participações societárias pode não ser reversível.

Benefícios de Aposentadoria

Oferecemos planos de pensão por meio de planos de contribuição definida ou planos de benefícios definidos, de acordo com o IAS 19. Para planos de contribuição definida, o custo da pensão incluído na demonstração do resultado consolidado representa a contribuição a ser paga ao sistema. Já nos planos de benefícios definidos, a avaliação dos custos da pensão conta com as recomendações de um atuário externo qualificado, utilizando-se o método da unidade de crédito projetada. Esse custo é debitado anualmente nas demonstrações do resultado consolidadas.

A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, sendo as principais:

- juros simulados;
- estatísticas de mortalidade;
- taxa anual de revisão de pensões da previdência social;
- inflação;
- taxa anual de aumento salarial; e
- o método usado para calcular os direitos adquiridos dos funcionários atuais.

A diferença entre o valor justo dos ativos dos planos e o valor presente das obrigações relativas aos benefícios definidos na data do balanço – ajustados por quaisquer ganhos ou perdas atuariais históricos não-reconhecidos e custo do serviço passado – é reconhecida no balanço patrimonial como um item do passivo.

Outras informações sobre benefícios de aposentadoria são apresentadas nas notas explicativas n° 2 e 21 das nossas demonstrações financeiras consolidadas.

Resultados Operacionais

Somos um conglomerado financeiro cujo principal foco de negócios é o segmento comercial, o qual é complementado por operações de atacado, gestão de recursos de terceiros e seguros.

Nossa principal fonte de receita são os juros obtidos de nossas atividades de crédito, isto é, por meio do empréstimo de recursos de nossos clientes a uma determinada taxa e posterior repasse desses mesmos recursos para outros clientes a taxas diferentes. Também obtemos receitas de juros e dividendos gerados pelos nossos investimentos em títulos de renda fixa, renda variável e participações societárias, além de ganhos na negociação desses títulos e derivativos, e por meio de participação em operações de derivativos com os clientes por meio das quais fazemos *hedge* de nosso risco de mercado e ganhamos um *spread.*

Outra fonte de recursos são as tarifas e comissões pela prestação de diferentes serviços bancários e financeiros, incluindo cartões de crédito e débito, seguros, gerenciamento de contas, desconto de recebíveis, garantias e outros passivos contingentes, serviços de consultoria e custódia e gestão de fundos mútuos e de pensão.

Eventualmente, também registramos receitas decorrentes de ganhos de capital resultantes da venda de nossas participações societárias.

Provisões do Terceiro Trimestre e Outras Despesas

No terceiro trimestre de 2009, pretendemos fazer provisões relacionadas ao reforço da provisão para devedores duvidosos, à integração operacional e comercial das atividades do Banco Real, bem como à amortização de parcela dos direitos por aquisição de folha de pagamento registrados em conta de ativo intangível, resultando em uma despesa total de R$2,3 bilhões. Revisaremos os saldos de nossas provisões para devedores duvidosos e custos de integração, bem como de nossos direitos por aquisição de folha de pagamento, na preparação de nossas demonstrações financeiras do terceiro trimestre e, nessa ocasião, poderemos aumentar ou diminuir o valor dessas provisões e amortização parcial para refletir desenvolvimentos entre esta data e 30 de setembro de 2009.

Resultados operacionais consolidados do Santander Brasil relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

Como consequência da aquisição do Banco Real em agosto de 2008, nossos resultados operacionais dos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2008 e 2009 não são comparáveis. A fim de analisar os desenvolvimentos orgânicos em nossos negócios, discutimos informações pro forma para os primeiros seis meses de 2008 como se tivéssemos consolidado o Banco Real a partir de 1º de janeiro de 2008. Para uma completa apresentação dessas informações pro forma, veja "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de				
	2009	2008 (pro forma)	2008	% Alteração	% Variação (pro forma)
	(em milhões de R$)				
Receita líquida com juros	10.661	9.427	3.332	220%	13%
Receita de renda variável	15	18	16	(9%)	(20%)
Receita de tarifas e comissões (líquido)	3.016	2.940	1.717	76%	3%
Resultado de equivalência patrimonial	257	161	2	n.m.	59%
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	2.734	1.459	686	298%	87%
Diferenças cambiais (líquidas)	(1.037)	(470)	(145)	n.m.	120%
Outras receitas (despesas) operacionais	(163)	26	(35)	365%	n.m.
Despesas administrativas	(5.380)	(5.535)	2.234)	141%	(3%)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(495)	(546)	(310)	60%	(9%)
Provisões (líquidas)	(1.958)	(934)	(522)	275%	110%
Perdas com financeiros (líquidas)	(4.831)	(3.194)	(1.496)	223%	51%
Perdas com outros ativos (líquidas)	(68)	(15)	(9)	n.m.	355%
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	1.145	38	32	n.m.	n.m.
Ganhos (perdas) sobre ativos não circulantes destinados à venda	(56)	(14)	(24)	137%	311%
Lucro antes de imposto	3.840	3.361	1.010	280%	14%
Impostos sobre a renda	(1.395)	(1.191)	(303)	361%	17%
Lucro líquido do exercício	2.445	2.170	707	246%	13%

Sumário

De acordo com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, o lucro apurado pelo grupo totalizou R$2,4 bilhões, um crescimento de 246% ou R$1,7 bilhão em relação a R$707 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, o lucro no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 13% em relação a R$2,2 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, causado principalmente por:

- Aumento de 18,6% na média dos volumes de crédito e um consequente aumento nas receitas de operações de empréstimos. O mercado de crédito brasileiro continua a crescer, apesar de tal crescimento ter diminuído até agora em 2009. O saldo de operações de crédito em 30 de junho de 2009 era 12,2% maior que em 31 de dezembro de 2008;
- Um aumento de R$1,6 bilhão de perdas com créditos, particularmente desde o quarto trimestre de 2008, impulsionadas pela deterioração das condições econômicas; e
- Receitas de R$1.096 milhões da alienação de nossa participação na Visanet, compensada pelo aumento nas provisões para contingências.

Receita Líquida com Juros

Nossa receita líquida com juros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 alcançou R$10,7 bilhões, um aumento de 220% ou R$7,3 bilhões em comparação aos R$3,3 bilhões reportados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossa receita líquida com juros relativa ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 13% em relação a R$9,4 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. O aumento deveu-se especialmente à expansão em nossas atividades de crédito, além do aumento no *spread* médio de nossa carteira de crédito.

A média total dos ativos financeiros alcançou R$221,2 bilhões no período de seis meses encerrado, um crescimento de 144% ou R$131 bilhões contra R$90,7 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a média total dos ativos financeiros aumentou 11% comparado com R$199,8 bilhões em 30 de junho de 2008. A principal causa desse crescimento foi um aumento de 19% ou R$21,1 bilhões na média de empréstimos e adiantamentos a clientes, contrabalanceado em parte pela redução de 30% ou R$7 bilhões de caixa e saldos junto ao Banco Central em decorrência da redução do recolhimento de reservas ao Banco Central, nos termos da Resolução nº 3.634. O aumento nos empréstimos foi liderado pelo aumento de 30% do crédito corporativo, especialmente operações de financiamento ao comércio exterior no segmento de Banco Global de Atacado, bem como o aumento em crédito de varejo decorrente do aumento de em crédito imobiliário e 23,9% em crédito pessoal descoberto. O rápido crescimento do crédito imobiliário está em linha com o crescimento desse mercado no Brasil, tendo em vista ser um mercado incipiente em comparação a outras economias mais desenvolvidas. O aumento do crédito também está em linha com as tendências de mercado no Brasil.

A receita líquida de juros beneficiou-se do aumento de 40 pontos base no *spread* na taxa de retorno média obtida por esses ativos de crédito sobre o custo médio do CDI. O *spread* é um indicador das taxas de retorno obtidas por nossos ativos. O aumento no *spread* reflete o aumento médio do risco de crédito que tomamos em decorrência das condições econômicas e de crédito advindas da recente crise financeira, contrabalanceado em parte pela relativa redução no percentual total de nossa carteira de crédito de varejo de maior risco.

A média do total dos passivos remunerados foi de R$186,6 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um crescimento de 154% ou R$113,2 bilhões em comparação aos R$73,4 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a média total dos passivos remunerados em 30 de junho de 2009 aumentou 17% com relação aos R$159,5 bilhões em 30 de junho de 2008. Esse aumento foi puxado principalmente pela migração de investimentos de fundos mútuos ou similares para depósitos bancários de menor risco, assim como um movimento para investimento de melhor qualidade verificado pela transferência de poupanças para bancos maiores.

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

Nossa receita líquida proveniente de tarifas e comissões totalizou R$3,0 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um crescimento de 76% ou R$1,3 bilhão em comparação aos R$1,7 bilhão registrados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita líquida de tarifas e comissões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 3% contra R$2,9 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse crescimento deve-se principalmente ao aumento de R$77 milhões no negócio de financiamento ao comércio exterior e de R$64 milhões em comissões com a venda de seguros, contrabalanceado em parte pela redução de R$119 milhões em tarifas bancárias, que indica as restrições impostas a essas tarifas pelos órgãos reguladores durante o exercício de 2008.

A tabela a seguir reflete o desdobramento da receita líquida de tarifas e comissões nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 (pro forma).

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		
	2009	**2008 (pro forma)**	**% Alteração**
		(em milhões de R$)	
Tarifas bancárias	1,346	1,466	(8,1)%
Venda de seguro	475	411	15,7%
Fundos de investimento	324	381	(14,8%)
Cartões de crédito e débito	362	328	10,4%
Mercado de capitais	189	188	0,5%
Financiamento ao comércio exterior	246	169	45,9%
Imposto sobre Serviços	(173)	(178)	(2,9)%
Outros	247	177	39,1%
Total	**3,016**	**2,940**	**2,6%**

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial foi de R$257 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um crescimento de R$255 milhões contra R$2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a participação nos resultados de subsidiárias pelo método de equivalência patrimonial em 30 de junho de 2009 aumentou 59% contra R$161 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse aumento deve-se principalmente a ganhos de R$126 milhões da AAB Dois, dos quais R$110 milhões é resultado da venda da Real Capitalização para uma empresa ligada – Santander Seguros.

Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

Nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) registraram ganhos de R$2,7 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 um crescimento de 298% ou R$2 bilhões contra ganhos de R$686 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, tiveram um aumento de 87% contra R$1,5 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Um valor de R$567 milhões desses ganhos está relacionado a derivativos em moedas estrangeiras celebrados como hedge de nossas exposições e foi contrabalanceado em parte por perdas cambiais decorrentes da variação cambial. Adicionalmente, esse aumento foi provocado pelo aumento de R$475 milhões nos investimentos em hedge de nossa agência em Cayman, um aumento de R$126 milhões nos recursos provenientes da alienação de parte de nossas participações societárias devido aos ganhos não recorrentes registrados com a abertura de capital (IPO) da Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, Bolsa de Valores de São Paulo – BOVESPA e um aumento de R$115 milhões em recursos provenientes da alienação de valores mobiliários contrabalanceado em parte por uma redução de R$145 milhões nos resultados da tesouraria. Conforme mencionado acima na seção "Hedge Externo em Cayman – Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais", mudanças nos investimentos em hedge de nossa agência em Cayman são contrabalanceadas pelas mudanças correspondentes nas taxas de imposto de renda. Veja "Resultados operacionais consolidados do Santander Brasil relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 – Imposto Sobre a Renda".

Diferenças Cambiais (Líquidas)

Nossas diferenças cambiais (líquidas) representaram perda de R$1,0 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de R$892 milhões em relação à perda de R$145 milhões reportados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossas diferenças cambiais (líquidas) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentaram 120% em relação às perdas de R$470 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido principalmente à média de depreciação do Real frente ao Dólar no mesmo período. Essas perdas foram em grande parte compensadas por ganhos com instrumentos derivativos liquidados para fins de hedge contra nossa exposição à moeda estrangeira. Veja Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos).

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 correspondeu a despesas de R$163 milhões, comparada a uma despesa de R$35 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 correspondeu a despesas de R$163 milhões, comparada a receitas de R$25 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Essa mudança deve-se principalmente à redução de taxas relativas a originação de determinados empréstimos e eliminação em maio de 2008 de tarifas relativas à abertura de créditos e comissões relativas a empréstimos/leasing em virtude de novas regulamentações do Banco Central.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas foram de R$2,2 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, ou R$5,5 bilhões, de maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, para R$5,4 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009. A redução de maneira pro forma deve-se principalmente ao custo de sinergias criado da incorporação do Banco Real pelo Santander Brasil particularmente de redução com pessoal, compensada por aumentos salariais com reposição da inflação. Como resultado, nosso índice de eficiência, que calculamos através da divisão das despesas administrativas pela receita total, diminuiu de 40,8% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 de maneira pro forma para 34,7% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009.

Despesas de Pessoal

A tabela a seguir mostra as despesas com pessoal para cada um dos períodos indicados.

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de	
	2009	**2008 (pro forma)**
	(em milhões de R$)	
Salários	1,664	1,750
Custos previdenciários	456	453
Acréscimos às provisões para planos de pensão de benefício definido	18	22
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	36	20
Pagamento em ações[1]	10	7
Benefícios	362	339
Outras despesas com pessoal	166	142
Total	**2,712**	**2,763**

[1] Concedido aos membros da Administração do Banco.

Provisões (Líquidas)

Provisões incluem principalmente contingências cíveis, trabalhistas e fiscais. Nossas provisões (líquidas) foram de R$2,0 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparada a R$522 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, ou R$934 milhões, de maneira pro forma. Esse aumento refletiu o aumento de provisões para contingências cíveis, trabalhistas e fiscais em decorrência dos custos associados à aquisição do Banco Real.

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)

Nossas perdas com ativos financeiros (líquidas) somaram R$4,8 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um crescimento de 223% ou R$3,3 bilhões em comparação a R$1,5 bilhão reportado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as perdas com ativos financeiros (líquidas) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentaram 51% em relação aos R$3,2 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse aumento deve-se principalmente à deterioração na qualidade do crédito em quase todos nossos negócios (embora principalmente pequenas empresas, empréstimos pessoais e financiamento ao consumo) em consequência do agravamento das condições econômicas no Brasil na segunda metade de 2008 e nos primeiros meses de 2009.

A tabela a seguir demonstra a proporção de ativos não recuperados do total do risco de crédito computado e nosso índice de cobertura em 30 de junho de 2009 e 2008 (pro forma) e em 31 de dezembro de 2008:

	Em 30 de junho de 2009	Em 31 de dezembro de 2008	Em 30 de junho de 2008 (pro forma)
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)		
Risco de crédito calculável[1]	162.937	164.695	66.682
Ativos inadimplentes	9.431	7.730	2.184
Provisões para perdas	9.159	8.181	2.451
Índices			
Ativos inadimplentes por risco de crédito calculável	5,8%	4,7%	3,3%
Índice de cobertura[2]	97,1%	105,8%	112,2%

(1) Risco de crédito calculável é a soma dos valores de face dos empréstimos e financiamentos (incluindo ativos inadimplentes mas excluindo empréstimos de risco país), garantias e créditos documentados.
(2) Provisões para perdas como percentual de ativos inadimplentes.

A tabela a seguir demonstra nossos ativos não recuperáveis por tipo de empréstimo em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e 2007.

	Em 30 de junho de 2009	Em 31 de dezembro de 2008	Em 31 de dezembro de 2007
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)		
Ativos não recuperáveis			
Comercial, financeiro e industrial	3.728	2.730	523
Setor imobiliário – hipotecas	83	74	22
Empréstimos parcelados para pessoas físicas	5.364	4.528	1.575
Financiamentos de leasing	255	398	62
Total	**9.430**	**7.730**	**2.184**

Comercial, financeiro e industrial

Ativos inadimplentes em operações de empréstimos comerciais, financeiros e industriais aumentaram R$1,0 bilhão de 31 de dezembro de 2008 para 30 de junho de 2009. Esse aumento deve-se ao declínio da demanda nacional e internacional, aumento na volatilidade do Real e crise de liquidez que resultaram em redução de financiamentos corporativos desde o último trimestre de 2008. Isso foi analisado caso a caso, com ajuste de serviços de dívidas na realização de empréstimos para geração de fluxo individual de cada empresa enfrentando problemas, sujeito a melhores garantias ou outras formas de facilitação do crédito.

Setor Imobiliário – Hipotecas

Ativos inadimplentes no setor imobiliário e de hipotecas permaneceram estáveis, com aumento de apenas R$9 milhões de 31 de dezembro de 2008 para 30 de junho de 2009.

Empréstimos Parcelados para Pessoas Físicas

Ativos inadimplentes em empréstimos parcelados para pessoas físicas aumentaram R$836 milhões de 31 de dezembro de 2008 para 30 de junho de 2009 em virtude de aumento no desemprego a partir do último trimestre de 2008. Como resultado, pessoas físicas aumentaram o uso de limites de cheque especial e cartão de crédito, o que levou ao aumento de ativos não recuperáveis em vista da inadimplência dos tomadores.

Financiamentos de Leasing

Ativos inadimplentes em financiamentos de leasing diminuíram R$143 milhões de 31 de dezembro de 2008 para 30 de junho de 2009 em virtude de novas estratégias implementadas para melhorar as cobranças, incluindo aceleração dos procedimentos envolvidos na cobrança de garantias, bem como a redução de empréstimos automáticos desde junho de 2008.

Perdas com Outros Ativos (Líquidas)

Outras perdas com outros ativos (líquidas) somaram R$68 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de R$59 milhões contra R$9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as perdas com outros ativos (líquidas) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentaram 355% em comparação aos R$15 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse aumento deve-se principalmente a aumentos das perdas com imóveis como resultado do fechamento de alguns de nossos escritórios, em vista da mudança para nossa nova sede.

Impostos sobre a Renda

Nossos impostos sobre a renda totalizaram R$1,4 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 361% ou R$1,1 bilhão contra R$303 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossos impostos sobre a renda aumentaram 17% no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, contra R$1,2 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Nossas alíquotas efetivas no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e 2008 (pro forma) corresponderam a 36% e 35%, respectivamente. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, a variação de 16% do Real frente ao Dólar no patrimônio líquido de nossa agência em Cayman acarretou em um aumento de R$428 milhões em despesas com imposto de renda, contra R$178 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Para maiores informações, veja "–Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais–*Hedge* Externo em Cayman". Por outro lado, as despesas com imposto de renda foram reduzidas em R$423 milhões em decorrência do aumento do ágio dedutível, contra R$152 milhões na primeira metade de 2008.

Resultados Operacionais por Segmento relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

As tabelas a seguir apresentam uma análise de determinados dados das nossas demonstrações de resultado relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008.

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009						
Demonstrações do Resultado (condensadas)	**Banco Comercial**	**% do Total**	***Global Wholesale Banking***	**% do Total**	**Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros**	**% do Total**	**Total**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)						
Receita líquida com juros	9.751	91,5%	894	8,4%	17	0,2%	10.661
Resultado de equivalência patrimonial	257	100,0%	–	–	–	–	257
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	2.441	80,9%	390	12,9%	185	6,1%	3.016
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.106	65,1%	566	33,4%	25	1,5%	1.698
Outras receitas (despesas) operacionais	(147)	90,1%	(16)	10,0%	–	(0,1%)	(163)
Despesas de pessoal	(2.485)	91,6%	(203)	7,5%	(25)	0,9%	(2.712)
Outras despesas gerais	(2.563)	96,1%	(96)	3,6%	(9)	0,3%	(2.667)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(4.832)	100,0%	2	–	–	–	(4.831)
Provisões (líquidas)	(1.949)	99,5%	7	(0,4%)	(17)	0,9%	(1.959)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(68)	100,0%	–	–	–	–	(68)
Lucro operacional antes da tributação	2.138	55,7%	1.526	39,7%	175	4,6%	3.840

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008						
Demonstrações do Resultado (condensadas)	**Banco Comercial**	**% do Total**	***Banco Global de Atacado***	**% do Total**	**Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros**	**% do Total**	**Total**
	(em milhões de R$, exceto porcentagens)						
Receita líquida com juros	8.806	93,4%	587	6,2%	33	0,4%	9,427
Resultado de equivalência patrimonial	161	100,0%	–	0,0%	–	0,0%	161
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	2.457	83,5%	299	10,2%	185	6,3%	2,940
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	398	40,2%	585	59,2%	6	0,6%	989
Outras receitas (despesas) operacionais	55	215,9%	(29)	-113,4%	(1)	-2,5%	25
Despesas de pessoal	(2.431)	88,0%	(306)	11,1%	(27)	1,0%	(2,763)
Outras despesas gerais	(2.653)	95,7%	(105)	3,8%	(14)	0,5%	(2,772)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(3.185)	99,7%	(10)	0,3%	–	0,0%	(3,195)
Provisões (líquidas)	(881)	94,3%	(48)	5,1%	(5)	0,6%	(934)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(15)	99,8%	–	0,0%	–	0,2%	(15)
Lucro operacional antes da tributação	2.243	66,7%	943	28,1%	175	5,2%	3,361

As tabelas a seguir apresentam os resultados operacionais relativos ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e 2008 (e resultados pro forma como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008) para cada um de nossos segmentos.

Banco Comercial	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de**		
	2009	**2008 (pro forma)**	**2008**
		(em milhões de R$)	
Receita líquida com juros	9.751	8.806	2.893
Receita de participações societárias	15	18	16
Resultado de equivalência patrimonial	257	161	2
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	2.441	2.457	1.481
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	1.106	398	133
Outras receitas (despesas) operacionais	(147)	55	(26)
Total de receitas	13.423	11.895	4.499
Despesas de pessoal	(2.485)	(2.431)	(998)
Outras despesas gerais	(2.563)	(2.653)	(1.022)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(476)	(513)	(296)
Provisões (líquidas)	(1.949)	(881)	(470)
Perdas com ativos financeiros (líquidas):	(4.832)	(3.185)	(1.497)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(68)	(15)	(9)
Outros ganhos (perdas) não financeiros	1.089	25	8
Lucro operacional antes da tributação	2.138	2.243	216

Banco Global de Atacado	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de**		
	2009	**2008 (pro forma)**	**2008**
		(em milhões de R$)	
Receita líquida com juros	894	587	435
Receita de participações societárias	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	390	299	152
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	566	585	402
Outras receitas (despesas) operacionais	(16)	(29)	(8)
Total de receitas	1.834	1.443	980
Despesas de pessoal	(203)	(306)	(142)
Outras despesas gerais	(96)	(105)	(49)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(19)	(31)	(12)
Provisões (líquidas)	7	(48)	(48)
Perdas com ativos financeiros (líquidas):	2	(10)	–
Perdas com outros ativos (líquidas)	–	–	–
Outros ganhos (perdas) não financeiros	–	–	–
Lucro operacional antes da tributação	1.526	943	730

Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros	**Período de seis meses encerrado em 30 de junho de**		
	2009	**2008 (pro forma)**	**2008**
		(em milhões de R$)	
Receita líquida com juros	17	33	4
Receita de participações societárias	–	0	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	0	–
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	185	185	84
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	25	6	6
Outras receitas (despesas) operacionais	–	(1)	(1)
Total de receitas	226	223	94
Despesas de pessoal	(25)	(27)	(16)
Outras despesas gerais	(9)	(14)	(8)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	–	(2)	(2)
Provisões (líquidas)	(17)	(5)	(4)
Perdas com ativos financeiros (líquidas):	–	–	–
Perdas com outros ativos (líquidas)	–	–	–
Outros ganhos (perdas) não financeiros	–	–	–
Lucro operacional antes da tributação	175	175	63

Resultados Operacionais Consolidados do Banco Comercial relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

Sumário

O lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de Banco Comercial para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 somou R$2,1 bilhões, um aumento de R$1,9 bilhão em relação aos R$216 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, o lucro operacional antes da tributação atribuído ao Banco Comercial para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminui R$100 milhões em relação aos R$2,2 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

Receita líquida com juros

Nossa receita líquida com juros para o segmento de Banco Comercial somou R$9,8 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 237% ou R$6,9 bilhões em comparação aos R$2,9 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita líquida com juros referente ao segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou de 10,7% em comparação aos R$8,8 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, principalmente em virtude do crescimento da média do saldo de nossos empréstimos e no spread médio de nossos ativos de crédito.

Resultado de equivalência patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial para o segmento de Banco Comercial foi de R$257 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um crescimento de R$255 milhões contra R$2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, o resultado de equivalência patrimonial para o Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 59% comparação aos R$161 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse aumento deve-se principalmente a ganhos de R$126 milhões da AAB Dois relativos à venda da Real Capitalização à Santander Seguros.

Receita de tarifas e comissões (líquida)

Nossa receita de tarifas e comissões (líquida) para o segmento de Banco Comercial totalizou R$2,4 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um salto de 64,8% ou R$960 milhões em comparação aos R$1,5 bilhões registrados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita de tarifas e comissões (líquida) no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuiu 0,6% contra R$2,5 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Essa queda deve-se principalmente à queda de tarifas bancárias por restrições regulatórias em 2008.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 registraram ganhos de R$1,1 bilhão, um aumento de R$972 milhões contra R$133 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Comercial aumentaram 178% contra R$398 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esses ganhos foram contrabalanceados em parte por perdas cambiais decorrentes da nossa posição em moeda estrangeira. Esse aumento de ganhos refletiu principalmente o aumento de R$475 milhões nos investimentos em hedge de nossa agência em Cayman, que foram compensados pelo aumento nas taxas de imposto de renda e um aumento de R$126 milhões em ganhos decorrentes da alienação de participações societárias na BM&F e na BOVESPA em 2008.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 somou uma despesa de R$147 milhões comparada à despesa de R$26 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 totalizou uma receita de R$55 milhões. Essa mudança reflete principalmente a eliminação em maio de 2008 de tarifas relativas à abertura de créditos em virtude de novas regulamentações do Banco Central.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal no segmento de Banco Comercial aumentaram de R$1,0 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 para R$2,5 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 149% ou R$1,6 bilhão. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as despesas de pessoal para o segmento de Banco Comercial do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 aumentaram de R$2,4 bilhões para R$2,5 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 2% ou R$54 milhões, refletindo maiores despesas de pessoal em linha com variações históricas salariais ligadas à inflação, parcialmente contrabalanceada pelos custos das sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real.

Outras despesas administrativas gerais

Nossas outras despesas administrativas gerais do segmento de Banco Comercial aumentaram de R$1 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 para R$2,6 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 151% ou R$1,5 bilhão. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as outras despesas administrativas gerais do segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 diminuíram de R$2,7 bilhões para R$2,6 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, uma queda de 3% ou R$90 milhões, devido principalmente aos custos das sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real.

Perdas com ativos financeiros (líquidas)

Nossas perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 somaram R$4,8 bilhões, um aumento de 223% ou R$3,3 bilhões contra R$1,5 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentaram 52% contra R$3,2 bilhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse aumento deve-se principalmente à deterioração da qualidade do crédito em como resultado da piora das condições econômicas do mercado brasileiro na segunda metade de 2008 e nos primeiros meses de 2009.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) para o segmento de Banco Comercial foram de R$1,9 bilhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, contra R$470 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 ou R$881 milhões, de maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008. As provisões incluem, principalmente, as provisões para contingências trabalhistas e fiscais.

Perdas com outros ativos (líquidas)

Nossas perdas com outros ativos (líquidas) para o segmento de Banco Comercial somaram R$68 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de R$59 milhões contra R$9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as perdas com outros ativos (líquidas) para o segmento de Banco Comercial no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentaram 355% em relação aos R$15 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse aumento deve-se principalmente a aumentos das perdas com imóveis como resultado do fechamento de alguns de nossos escritórios, em vista da mudança para nossa nova sede.

Resultados Operacionais Consolidados do Banco Global de Atacado relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

Sumário

O lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, foi de R$1,5 bilhão, um aumento de 109% ou R$796 milhões em relação aos R$730 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, o lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 62% contra os R$943 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

Receita líquida com juros

Nossa receita líquida com juros para o segmento de Banco Global de Atacado somou R$894 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 105% ou R$459 milhões em comparação aos R$435 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita líquida com juros para ao segmento Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 52% em comparação aos R$587 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, refletindo o crescimento das carteiras de crédito de nossos clientes de Banco Global de Atacado, principalmente em comércio exterior.

Receita de tarifas e comissões (líquido)

Nossa receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de Banco Global de Atacado totalizou R$390 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um salto de 157% ou R$238 milhões em comparação aos R$152 milhões registrados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou 30% contra R$299 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, especialmente devido ao aumento de R$70 milhões de comissões líquidas relativas às operações de comércio exterior, resultantes de um maior volume dessas transações em 2009.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Nosso ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Global de Atacado foram ganhos de R$566 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 41% ou R$165 milhões contra R$402 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuíram 3% contra ganhos de R$585 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Esse declínio foi provocado principalmente por uma queda de R$145 milhões nos ganhos sobre ativos e passivos financeiros em nossas operações de tesouraria, contrabalanceado em grande parte por um aumento de R$126 milhões em operações de derivativos de nossos clientes.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Global de Atacado somaram despesas de R$16 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparada a despesas de R$8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1° de janeiro de 2008, a conta de conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuiu 45% contra despesas de R$29 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal para o segmento de Banco Global de Atacado aumentaram de R$142 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 para R$203 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 43% ou R$61 milhões. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1° de janeiro de 2008, as despesas com pessoal para o segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuíram 34% contra R$306 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, refletindo custos das sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real.

Outras despesas administrativas gerais

Nossas outras despesas administrativas gerais para o segmento de Banco Global de Atacado aumentaram de R$49 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 para R$96 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 95% ou R$47 milhões. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1° de janeiro de 2008, as outras despesas administrativas gerais do segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuíram 9% contra R$105 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, refletindo custos das sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real.

Perdas com ativos financeiros (líquidas)

Nossas perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado somaram ganhos de R$2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de R$2 milhões em comparação a R$0,2 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1° de janeiro de 2008, as perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foram de R$10 milhões.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado foram ganhos de R$7 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, em comparação a perdas de R$48 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 (mesmo se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1° de janeiro de 2008, de maneira pro forma). As provisões incluem, principalmente, as provisões para contingências trabalhistas e fiscais.

Resultados Operacionais Consolidados da Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros relativo ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 em comparação ao período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008

Sumário

O lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, foi de R$175 milhões, um aumento de 176% R$112 milhões sobre R$63 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, o lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 permaneceu inalterado em relação aos R$175 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. Os resultados das operações de gestão de recursos de terceiros e seguros nos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 não incluem os resultados de tais operações das entidades a consolidadas em 14 de agosto de 2009. Veja "Sumário da Companhia – Eventos Recentes" e "Nossas Atividades – Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros".

Receita líquida com juros

Nossa receita líquida com juros para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros somou R$17 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 283% ou R$12 milhões contra R$4 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita líquida com juros referente ao segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuiu 50% em comparação aos R$33 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, principalmente em virtude da redução de caixa e investimentos de curto prazo em 2009 em comparação a 2008.

Receita de tarifas e comissões (líquido)

Nossa receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros totalizou R$185 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um salto de 119% ou R$100 milhões em comparação aos R$84 milhões registrados no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, a receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 permaneceu inalterada em relação aos R$185 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. A manutenção da receita de tarifas e comissões (líquido) devido ao aumento de comissões na venda de seguros compensado pela redução das tarifas de fundos de investimentos.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros foram de R$25 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 323% ou R$19 milhões contra R$6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou R$19 milhões contra R$6 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros somaram R$232 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de R$926 mil contra despesas de R$694 mil no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, nossa conta de outras receitas operacionais para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 aumentou de R$1 milhão contra despesas R$1 milhão no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal no segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros aumentaram de R$16 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 para R$25 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 52% ou R$9 milhões. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as despesas de pessoal para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuíram 6% contra R$27 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido principalmente a custos das sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real.

Outras despesas administrativas gerais

Nossas outras despesas administrativas gerais do segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros aumentaram de R$8 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 para R$9 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, um aumento de 16% ou R$1 milhão. De maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008, as outras despesas administrativas gerais do segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 diminuíram 36% contra R$14 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008, devido principalmente a custos das sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros foram de R$17 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, comparado com R$4 milhões no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 ou R$5 milhões, de maneira pro forma, como se a aquisição do Banco Real houvesse ocorrido em 1º de janeiro de 2008. As provisões incluem, principalmente, as provisões para contingências trabalhistas e fiscais.

Resultados operacionais consolidados do Santander Brasil relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007

Como consequência da aquisição do Banco Real em agosto de 2008, nossos resultados operacionais dos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 não são comparáveis. A fim de analisar os desenvolvimentos orgânicos em nossos negócios, discutimos informações pro forma do exercício de 2008 como se tivéssemos consolidado o Banco Real a partir de 1º de janeiro de 2008. Para uma completa apresentação dessas informações, veja "–Aquisição do Banco Real".

	Exercício encerrado em 31 de dezembro				
	2008 (excluindo Banco Real)	2008	2007	% Alteração	% Variação (excluindo Banco Real)
	(em milhões de R$)				
Receita líquida com juros	6.671	11.438	6.195	84,6	7,7
Receita de renda variável	35	37	36	2,8	2,8
Receita de tarifas e comissões (líquido)	3.467	4.254	3.098	37,3	11,9
Resultado de equivalência patrimonial	6	112	6	n.m.	0,0
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	333	(1.287)	1.517	n.m.	(78,0)
Diferenças cambiais (líquidas)	300	1.476	382	286,4	(21,5)
Outras receitas (despesas) operacionais	(92)	(59)	133	n.m.	(169,2)
Despesas administrativas	(4.656)	(7.185)	(4.460)	61,1	4,4
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(656)	(846)	(580)	31,4	13,1
Provisões (líquidas)	(1.113)	(1.230)	(1.196)	2,8	(6,9)
Perdas com financeiros (líquidas)	(2.864)	(4.100)	(2.160)	89,9	32,6
Perdas com outros ativos (líquidas)	(4)	(77)	(299)	(74,2)	(98,7)
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	6	7	1	n.m.	500
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	25	9	14	(36)	78,6
Lucro antes de imposto	1.458	2.549	2.687	(5,1)	(45,7)
Impostos sobre a renda	(217)	(170)	(784)	(78,3)	(72,3)
Lucro líquido do exercício	1.241	2.379	1.903	25,0	(34,8)

Sumário

De acordo com nossas demonstrações financeiras consolidadas relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008, o lucro apurado pelo grupo totalizou R$2,4 bilhões, um crescimento de 25% ou R$476 milhões em relação a R$1,9 bilhão em 2007. O aumento registrado em 2008 foi causado especialmente pela consolidação do Banco Real em nossas demonstrações do resultado consolidadas. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o lucro no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$1,2 bilhão, uma queda de 35% ou R$662 milhões em relação a R$1,9 bilhão em 2007, causado principalmente por:

- Aumento nos volumes de crédito e um conseqüente aumento nas receitas de operações de empréstimos, impulsionadas por crescimento macroeconômico brasileiro, apesar de tal crescimento ter diminuído no quarto trimestre de 2008;
- Aumento na receita de comissões sobre serviços, parcialmente compensadas por limitações impostas pelo Banco Central no início de 2008 com relação a tarifas bancárias para contas correntes e comissões sobre operações de empréstimo e arrendamento mercantil;
- Um declínio nos ganhos decorrentes de negociações e atividades de investimento proprietário decorrente de condições de mercado adversas;
- Um aumento das perdas com créditos, particularmente desde o quarto trimestre de 2008, impulsionadas pela deterioração das condições econômicas; e
- Receitas de R$693 milhões da alienação de participações societárias em 2007, em comparação com R$88 milhões em 2008.

Receita Líquida com Juros

Nossa receita líquida com juros alcançou R$11,4 bilhões em 2008, um aumento de 85% ou R$5,2 bilhões em comparação aos R$6,2 bilhões reportados em 2007. Excluindo-se o efeito da compra do Banco Real, nossa receita líquida com juros totalizou R$6,7 bilhões em 2008, um crescimento de 8% ou R$476 milhões em relação a R$6,2 bilhões em 2007. O aumento deveu-se especialmente à expansão em nossas atividades de crédito, parcialmente neutralizado pela redução no *spread* médio de nossa carteira de crédito.

A média total dos ativos financeiros alcançou R$133,7 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, um crescimento de 54% ou R$46,9 bilhões contra R$86,8 bilhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, a média total dos ativos financeiros foi de R$97,5 bilhões referente ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma alta de 12% ou R$10,7 bilhões em relação aos R$86,8 bilhões reportados em 2007. A principal causa desse crescimento foram empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito, cujo aumento baseou-se no maior volume dos depósitos a prazo, que ultrapassaram as oportunidades de empréstimos comerciais. Além disso, os empréstimos para varejo e clientes corporativos cresceram, parcialmente contrabalançado pelo declínio dos volumes de financiamentos aos consumidores. O aumento nos empréstimos para clientes corporativos foi liderado especialmente pelo aumento das operações de financiamento ao comércio exterior, concentrando-se no segmento de Banco Global de Atacado. O aumento do crédito de varejo foi devido principalmente por cartões de crédito e cheque especial. O declínio nos financiamentos aos consumidores foi devido principalmente à diminuição nos volumes de financiamento de veículos, refletindo o sentimento negativo do consumidor em face das condições econômicas, especialmente no último trimestre de 2008.

O efeito desse crescimento substancial sobre os ativos financeiros foi parcialmente neutralizado por um declínio de 30 pontos base no *spread* na taxa de retorno média obtida por esses ativos de crédito sobre o custo médio dos financiamentos interbancários. O *spread* é um indicador das taxas de retorno obtidas por nossos ativos. A queda no *spread* reflete as mudanças no *mix* resultantes das movimentações acima descritas, as quais levaram a uma proporção maior de ativos financeiros compostos por empréstimos corporativos com rendimentos relativamente mais baixos. O efeito dessa diminuição no *spread* foi acentuado pelo aumento do custo de capital, puxado pelo rápido crescimento nos depósitos a prazo, aumentando proporcionalmente à nossa captação.

A média do total dos passivos remunerados foi de R$109,4 bilhões no exercício encerado em 31 de dezembro de 2008, um crescimento de 58% ou R$40,2 bilhões em comparação aos R$69,2 bilhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, a média total dos passivos remunerados alcançou R$80,4 bilhões no exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, uma alta de 16% ou R$11,2 bilhões com relação aos R$69,2 bilhões reportados em 2007. Esse aumento foi puxado principalmente pelos depósitos a prazo, cujo saldo médio (excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real) cresceu 44% para R$35,1 bilhões. Esse aumento resultou da migração de investidores de fundos mútuos e outros veículos similares para depósitos bancários com risco mais baixo, assim como da transferência de recursos pelos clientes brasileiros para instituições financeiras de maior porte.

Receita Líquida de Tarifas e Comissões

Nossa receita líquida proveniente de tarifas e comissões totalizou R$4,3 bilhões em 2008, um crescimento de 37% ou R$1,2 bilhão em comparação aos R$3,1 bilhões registrados em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, a receita líquida de tarifas e comissões totalizou R$3,5 bilhões em 2008, um crescimento de 12% ou cerca de R$369 milhões contra R$3,1 bilhões em 2007, especialmente devido ao aumento de R$205 milhões nas comissões líquidas sobre a venda de seguros e de R$70 milhões em nossos negócios de financiamento ao comércio exterior. O crescimento nas comissões com a venda de seguros reflete o crescente interesse da Administração nesse segmento de negócios. A redução das tarifas (exceto sobre cheque especial) reflete as restrições impostas a essas tarifas pelos órgãos reguladores durante o exercício de 2008.

A tabela a seguir reflete o desdobramento da receita líquida de tarifas e comissões em 2008 e 2007, excluindo o Banco Real.

	Exercício encerado em 31 de dezembro		
	2008	**2007**	**% Alteração**
		(em milhões de R$)	
Tarifas bancárias	1.485	1.478	0,5
Venda de seguro	652	447	45,9
Fundos de investimento	523	515	1,6
Cartões de crédito e débito	338	297	13,8
Mercado de capitais	243	257	(5,4)
Financiamento ao comércio exterior	176	106	66,0
Imposto sobre Serviços	(173)	(154)	12,3
Outros	223	152	46,7
Total	**3.467**	**3.098**	**11,9**

Resultado de Equivalência Patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial foi de R$112 milhões em 2008, um crescimento de R$106 milhões contra R$6 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, a participação nos resultados de subsidiárias pelo método de equivalência patrimonial foi de R$6 milhões em 2008, sem alteração em relação a 2007.

Ganhos (Perdas) com Ativos e Passivos Financeiros (Líquidos)

Nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) registraram prejuízo R$1,3 bilhão em 2008 contra um resultado positivo de R$1,5 bilhão em 2007. Desconsiderando-se o efeito da aquisição do Banco Real, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) tiveram um resultado positivo de R$334 milhões em 2008, uma queda de 78% em relação aos ganhos de R$1,5 bilhão em 2007. Esse declínio foi provocado principalmente por condições de mercado adversas, refletindo especialmente os seguintes resultados: queda de R$854 milhões nos resultados da tesouraria (formação de mercado, negociação de títulos e valores mobiliários e investimentos proprietários de curto prazo); redução de R$441 milhões nos recursos provenientes da alienação de parte de nossas participações societárias devido aos ganhos não recorrentes registrados com a abertura de capital (IPO) da Bolsa de Mercadorias & Futuros – BM&F, Bolsa de Valores do Estado de São Paulo - BOVESPA em 2007 que não se repetiram em 2008; e declínio de R$650 milhões em outras posições de longo prazo associadas à gestão de nosso balanço. Essas reduções foram parcialmente compensadas pelo aumento R$383 milhões nos ganhos com a oferta de derivativos para os clientes, em vista do aumento da demanda por produtos de hedge, os quais permitem aos clientes controlar sua exposição aos mercados voláteis.

Diferenças Cambiais (Líquidas)

Nossas diferenças cambiais (líquidas) somaram R$1,5 bilhão em 2008, um crescimento de 286% em relação aos R$382 milhões reportados em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, nossas diferenças cambiais (líquidas) somou R$300 milhões em 2008, uma queda de 22% em relação aos R$382 totalizados em 2007. Esses ganhos foram em grande parte compensados por perdas com instrumentos derivativos celebrados para fins de hedge contra nossa exposição à moeda estrangeira. Essas perdas estão registradas como "ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)".

Outras Receitas (Despesas) Operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais decresceu de uma receita de R$133 milhões em 2007 para despesas de R$60 milhões em 2008, ou despesas de R$92 milhões excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, principalmente refletindo a eliminação em maio de 2008 de tarifas sobre determinados empréstimos em vista de novas regulamentações do Banco Central.

Despesas Administrativas

Nossas despesas administrativas cresceram de R$4,5 bilhões em 2007 para R$7,2 bilhões em 2008, ou R$4,7 bilhões, desconsiderando-se a aquisição do Banco Real, o que reflete despesas com pessoal mais altas em consonância com as tendências históricas de aumentos salariais atrelados à inflação e aumento em outras despesas com pessoal.

A tabela a seguir mostra as despesas com pessoal para cada um dos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2008	**2007**
	(em milhões de R$)	
Salários	2.253	1.483
Custos previdenciários	569	354
Acréscimos às provisões para planos de pensão de benefício definido	45	38
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida	33	4
Pagamento em ações[1]	89	31
Benefícios	423	294
Outras despesas com pessoal	134	179
Total	**3.548**	**2.384**

[1] Outorgados aos membros do Conselho de Administração do Banco.

Outras Despesas Gerais

Nosso saldo de outras despesas gerais aumentou de R$2,1 bilhões em 2007 para R$3,6 bilhões em 2008, ou R$2,3 bilhões se excluído o Banco Real, principalmente devido a despesas relacionadas com a expansão de nosso negócio de cartões de crédito e melhorias na nossa plataforma de TI e os efeitos em nossos contratos com fornecedores indexados à inflação.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) somaram R$1,2 bilhão em 2008, inalteradas em relação a R$1,2 bilhão em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, as provisões (líquidas) totalizaram R$1,1 bilhão em 2008. Essas provisões destinam-se principalmente a eventos relacionados a contingências trabalhistas e fiscais.

Perdas com Ativos Financeiros (Líquidas)

Nossas perdas com ativos financeiros (líquidas) somaram R$4,1 bilhões em 2008, um crescimento de 86% ou R$1,9 bilhão acima dos R$2,2 bilhões reportados em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as perdas com ativos financeiros (líquidas) totalizaram R$2,9 bilhões em 2008, um acréscimo de 33% ou R$705 milhões em relação a 2007, refletindo a deterioração na qualidade do crédito em quase todos nossos negócios (embora principalmente pequenas empresas, empréstimos pessoais e financiamento ao consumo) em consequência do agravamento das condições econômicas no Brasil.

Os ativos não realizados somaram R$7,7 bilhões em 31 de dezembro de 2008, um aumento de 267% contra R$2,1 bilhões em 31 de dezembro de 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, os ativos não realizados somaram R$3 bilhões em 31 de dezembro de 2008, um crescimento de 43% em comparação com os R$2.1 bilhões reportados em 31 de dezembro de 2007. Esses ativos registraram aumento em todos os nossos negócios, em especial nos segmentos de varejo e financiamento ao consumo. A deterioração do crédito resultou num aumento dos créditos inadimplentes nos terceiro e quarto trimestres de 2008. Houve um aumento de créditos inadimplentes de R$4,4 bilhões, ou 204%, e R$1,1 bilhão, ou 17%, no terceiro e no quarto trimestre, respectivamente. Excluindo-se o Banco Real, os créditos inadimplentes aumentaram R$424 milhões (20%) e R$438 milhões (17%) nesses períodos.

A tabela a seguir demonstra a proporção de ativos não recuperados do total do risco de crédito computado e nosso índice de cobertura em 31 de dezembro de 2008 e 2007:

	Em 31 de dezembro de	
	2008	**2007**
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)	
Risco de crédito calculável[1]	164.695	64.558
Ativos inadimplentes	7.730	2.093
Provisões para perdas	8.181	2.249
Índices		
Ativos inadimplentes por risco de crédito calculável	4,7%	3,2%
Índice de cobertura[2]	105,8%	107,5%

(1) Risco de crédito calculável é a soma dos valores de face dos empréstimos e financiamentos (incluindo ativos inadimplentes mas excluindo empréstimos de risco país), garantias e créditos documentados.
(2) Provisões para perdas como percentual de ativos inadimplentes.

Nosso índice de cobertura alcançou 105,08% em 31 de dezembro de 2008 (incluindo a aquisição do Banco Real) e 102,8% (desconsiderando a aquisição do Banco Real) comparado a 107,5% em 31 de dezembro de 2007.

A tabela abaixo demonstra nossos ativos não recuperáveis por tipo de empréstimo em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

	Em 31 de dezembro de		
	2008 (excluindo o Banco Real)	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)		
Ativos não recuperáveis			
Comercial, financeiro e industrial	770	2.730	502
Setor imobiliário – hipotecas	20	74	23
Empréstimos parcelados para pessoas físicas	2.221	4.528	1.558
Financiamentos de leasing	12	398	10
Total	**3.023**	**7.730**	**2.093**

Comercial, financeiro e industrial

Ativos inadimplentes em operações de empréstimos comerciais, financeiros e industriais aumentaram R$2,2 bilhões de 31 de dezembro de 2007 para 31 de dezembro de 2008. Excluindo os efeitos da aquisição do Banco Real, os ativos inadimplentes em operações de empréstimos comerciais, financeiros e industriais aumentaram R$268 milhões em 2008, em virtude, principalmente, de maiores taxas e inadimplemento por alguns de nossos clientes, primordialmente aqueles afetados pela crise financeira global, ligados ao desenvolvimento imobiliário e determinados exportadores altamente alavancados em operações com moedas estrangeiras.

Setor Imobiliário – Hipotecas

Ativos inadimplentes no setor imobiliário e de hipotecas aumentaram R$41 milhões de 31 de dezembro de 2007 até 31 de dezembro de 2008. Excluindo os efeitos da aquisição do Banco Real, ativos no setor imobiliário e de hipotecas permaneceram estáveis, com uma pequena redução de apenas R$3 milhões de 31 de dezembro de 2007 até 31 de dezembro de 2008.

Empréstimos Parcelados para Pessoas Físicas

Ativos inadimplentes em empréstimos parcelados para pessoas físicas aumentaram R$3,0 bilhões de 31 de dezembro de 2007 até 31 de dezembro de 2008. Excluindo os efeitos da aquisição do Banco Real, ativos inadimplentes em empréstimos parcelados para pessoas físicas aumentaram R$663 milhões. Esse aumento deve-se principalmente ao crescimento do desemprego no último trimestre de 2008 e nos primeiros meses de 2009, acarretando em maior inadimplemento por pessoas físicas tomadoras.

Financiamentos de Leasing

Ativos inadimplentes em financiamentos de leasing aumentaram R$388 milhões de 31 de dezembro de 2007 até 31 de dezembro de 2008. Excluindo os efeitos da aquisição do Banco Real, Ativos inadimplentes em financiamentos de leasing aumentaram R$2 milhões, em virtude, principalmente, da reclassificação de determinadas quantias antes classificadas de forma diversa em 2007 como "financiamento de leasing" em 2008. No entanto, nossa Administração conseguiu controlar as perdas relativas a ativos inadimplentes em financiamentos de leasing por meio da implementação de políticas mais restritas de aprovação de crédito, incluindo a celebração de empréstimos somente para veículos novos e exigindo níveis de garantias para novos tomadores.

Perdas com Outros Ativos (Líquidas)

Outras perdas com outros ativos (líquidas) somaram R$77 milhões em 2008, uma queda de 74% ou R$221 milhões contra R$298 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, as perdas com outros ativos (líquidas) totalizaram R$4 milhões em 2008, um declínio de R$294 milhões comparado a 2007, refletindo principalmente a redução nas despesas decorrentes de desvalorização de ágio e outros ativos intangíveis, devido à redução das perdas por não recuperação em relação às registradas em 2007 com relação ao software para a plataforma de TI do Banespa, cujo uso foi interrompido quando o sistema de TI foi convertido para a plataforma do Grupo Santander.

Impostos sobre a Renda

Nossos impostos sobre a renda totalizaram R$170 milhões em 2008, uma queda de 78% ou R$614 milhões contra R$784 milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, tivemos um crédito de imposto de renda de R$217 milhões em 2008. Excluindo-se a aquisição do Banco Real, nossas alíquotas efetivas corresponderam a 29% em 2007 e 15% em 2008. A queda nas alíquotas efetivas refletiu o impacto da desvalorização do Real no patrimônio líquido de nossa agência em Cayman. O Real depreciou em relação ao Dólar em 43% nos quatro últimos meses de 2008, após nossa aquisição desta agência em Cayman em virtude da aquisição do Banco Real. O impacto nessa desvalorização foi de uma redução de R$681 milhões em despesas com imposto de renda. Para maiores informações, veja "–Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais–*Hedge* Externo em Cayman". Adicionalmente, a alíquota efetiva de imposto de renda foi reduzida pela utilização de créditos fiscais disponíveis no montante de R$125 milhões, em comparação com apenas R$27 milhões em 2007. Em 31 de dezembro de 2008, tínhamos R$130 milhões em créditos fiscais remanescentes não registrados sem data de vencimento.

Resultados Operacionais por Segmento relativos ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 em comparação ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007

As tabelas a seguir apresentam uma análise de determinados dados das nossas demonstrações de resultado de cada um de nossos segmentos operacionais relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008						
Demonstrações do Resultado (condensadas)	**Banco Comercial**	**% of Total**	***Banco Global de Atacado***	**% of Total**	**Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros**	**% of Total**	**Total**
	(em milhares de R$, exceto porcentagens)						
Receita líquida com juros	10.191.650	89,1	1.213.502	10,6	32.817	0,3	11.437.969
Resultado de renda variável							
Resultado de equivalência patrimonial	112.330	100,0	–	–	–	–	112.330
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	3.602.255	84,7	449.289	10,6	202.159	4,8	4.253.703
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	(358.011)	(188,8)	540.636	285,0	7.041	3,7	189.666
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.570)	36,1	(37.782)	63,2	(465)	0,8	(59.817)
Despesas de pessoal	(3.104.942)	87,5	(403.671)	11,4	(39.549)	1,1	(3.548.162)
Outras despesas gerais	(3.485.160)	95,8	(129.640)	3,6	(21.975)	0,6	(3.636.775)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(4.076.108)	99,4	(23.176)	0,6	–	–	(4.099.284)
Provisões (líquidas)	(1.160.918)	94,4	(38.638)	3,1	(30.761)	2,5	(1.230.317)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(77.267)	100,0	–	–	(10)	–	(77.277)
Lucro operacional antes da tributação	877.525	34,4	1.526.455	59,9	144.853	5,7	2.548.833

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007						
Demonstrações do Resultado (condensadas)	**Banco Comercial**	**% of Total**	***Banco Global de Atacado***	**% of Total**	**Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros**	**% of Total**	**Total**
	(em milhares de R$, exceto porcentagens)						
Receita líquida com juros	5.491.818	88,6	693.259	11,2	10.209	0,2	6.195.286
Resultado de equivalência patrimonial	5.884	100,0	–	–	–	–	5.884
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	2.694.428	87,0	253.022	8,2	150.522	4,9	3.097.972
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	944.229	49,7	950.485	50,1	3.537	0,2	1.898.251
Outras receitas (despesas) operacionais	143.362	107,9	(10.412)	(7,8)	(26)	–	132.924
Despesas de pessoal	(2.071.426)	86,9	(277.737)	11,6	(35.104)	1,5	(2.384.267)
Outras despesas gerais	(1.963.009)	94,6	(95.500)	4,6	(17.441)	0,8	(2.075.950)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	(2.164.523)	100,2	5.075	(0,2)	11	–	(2.159.437)
Provisões (líquidas)	(1.192.553)	99,7	7.654	(0,6)	(11.513)	1,0	(1.196.412)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(298.085)	100,0	–	–	3	–	(298.082)
Lucro operacional antes da tributação	1.111.883	41,4	1.482.819	55,2	92.439	3,4	2.687.141

As tabelas a seguir apresentam os resultados operacionais relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 para cada um de nossos segmentos, o montante contribuído pelo Banco Real para cada segmento durante o período, e os resultados excluindo os montantes contribuídos pelo Banco Real.

Banco Comercial	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008**		
	Divulgado menos Banco Real	**Banco Real**	**Divulgado**
		(em milhares de R$)	
Receita líquida com juros	5.602.063	4.589.587	10.191.650
Receita de participações societárias	35.281	1.691	36.972
Resultado de equivalência patrimonial	6.062	106.268	112.330
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	2.948.287	653.968	3.602.256
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	180.005	(538.016)	(358.011)
Outras receitas (despesas) operacionais	(73.833)	52.264	(21.570)
Total de receitas	8.697.865	4.865.762	13.563.627
Despesas de pessoal	(2.020.897)	(1.084.046)	(3.104.942)
Outras despesas gerais	(2.213.667)	(1.271.494)	(3.485.160)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(622.602)	(174.934)	(797.536)
Provisões (líquidas)	(1.042.570)	(118.347)	(1.160.918)
Perdas com ativos financeiros (líquidas):	(2.851.106)	(1.225.002)	(4.076.108)
Perdas com outros ativos (líquidas)	(4.384)	(72.883)	(77.267)
Outros ganhos (perdas) não financeiros	31.323	(15.493)	15.830
Lucro operacional antes da tributação	(26.037)	903.562	877.525

Banco Global de Atacado	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008**		
	Divulgado menos Banco Real	**Banco Real**	**Divulgado**
		(em milhares de R$)	
Receita líquida com juros	1.059.853	153.649	1.213.502
Receita de participações societárias	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	345.303	103.986	449.289
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	445.100	95.536	540.636
Outras receitas (despesas) operacionais	(16.864)	(20.918)	(37.782)
Total de receitas	1.833.392	332.253	2.165.645
Despesas de pessoal	(285.376)	(118.295)	(403.671)
Outras despesas gerais	(88.351)	(41.288)	(129.640)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(29.342)	(14.723)	(44.065)
Provisões (líquidas)	(40.634)	1.996	(38.638)
Perdas com ativos financeiros (líquidas):	(13.034)	(10.142)	(23.176)
Perdas com outros ativos (líquidas)	–	–	–
Outros ganhos (perdas) não financeiros	–	–	–
Lucro operacional antes da tributação	1.376.655	149.800	1.526.455

Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros	**Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008**		
	Divulgado menos Banco Real	**Banco Real**	**Divulgado**
		(em milhares de R$)	
Receita líquida com juros	9.193	23.624	32.817
Receita de participações societárias	–	–	–
Resultado de equivalência patrimonial	–	–	–
Receita de tarifas e comissões (líquidas)	173.014	29.145	202.159
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	7.041	–	7.041
Outras receitas (despesas) operacionais	(540)	74	(465)
Total de receitas	188.708	52.843	241.551
Despesas de pessoal	(32.667)	(6.882)	(39.549)
Outras despesas gerais	(14.682)	(7.293)	(21.975)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(4.404)	–	(4.404)
Provisões (líquidas)	(30.046)	(716)	(30.761)
Perdas com ativos financeiros (líquidas):	–	–	–
Perdas com outros ativos (líquidas)	–	(10)	(10)
Outros ganhos (perdas) não financeiros	–	–	–
Lucro operacional antes da tributação	106.910	37.943	144.853

Resultados Operacionais Consolidados do Banco Comercial para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008 em Comparação ao Exercício Encerado em 31 de dezembro de 2007

Sumário

O lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de Banco Comercial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 somou R$877 milhões, um declínio de R$235 milhões em relação aos R$1.112 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o lucro operacional antes da tributação atribuído ao Banco Comercial para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 correspondeu a uma perda de R$26 milhões, um declínio de R$1.138 milhão em relação aos R$1.112 milhão em 2007.

Receita líquida com juros

Nossa receita líquida com juros para o segmento de Banco Comercial somou R$10,2 bilhões em 2008, um aumento de 86% ou R$4,7 bilhões em comparação aos R$5,5 bilhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, a receita líquida com juros referente ao segmento de Banco Comercial foi de R$5,6 bilhões em 2008, um aumento de 2% ou R$0,1 bilhão em comparação aos R$5,5 bilhões em 2007, principalmente em virtude do crescimento de nossas atividades de crédito, compensadas em parte por uma queda no *spread* médio de nossos ativos de crédito, tendo em vista um declínio na proporção do crédito a pessoas físicas no mix da carteira de crédito, e um aumento das taxas de juros do mercado, que foram refletidas nos novos depósitos a prazo daquele período.

Resultado de equivalência patrimonial

Nosso resultado de equivalência patrimonial para o segmento de Banco Comercial foi de R$112 milhões em 2008, um crescimento de R$106 milhões contra R$6 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o resultado de equivalência patrimonial para o Banco Comercial foi de R$6 milhões em 2008, sem alteração em relação a 2007.

Receita de tarifas e comissões (líquida)

Nossa receita de tarifas e comissões (líquida) para o segmento de Banco Comercial totalizou R$3,6 bilhões em 2008, um salto de 34% ou R$908 milhões em comparação aos R$2,7 bilhões registrados em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, a receita de tarifas e comissões (líquida) totalizou R$2,9 bilhões em 2008, um salto de 9% ou R$250 milhões contra R$2,7 bilhões em 2007, especialmente devido ao aumento de comissões sobre a venda de seguros por nossas filiais no segmento de varejo, compensado em parte pelo efeito de novas restrições introduzidas pelo Banco Central na cobrança de tarifas bancárias.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Comercial registraram prejuízo de R$358 milhões, uma queda de R$1,3 bilhão contra um resultado positivo de R$944 milhões em 2007. Desconsiderando-se o efeito da aquisição do Banco Real, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Comercial foram de R$180 milhões em 2008, uma queda de R$764 milhões contra R$944 milhões em 2007. Esse declínio foi provocado principalmente pelas receitas mais altas advindas de itens não-recorrentes em 2007 em comparação a 2008, em especial nossa alienação de participações societárias na BM&F e na BOVESPA. As perdas no Banco Real foram primordialmente devidas a um hedge relativo à nosso investimento na Filial de Cayman Island, cujos resultados são altamente compensados por reduzidas taxas de imposto de renda. Veja "Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Hedge Externo em Cayman".

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Comercial somou uma despesa de R$21 milhões em 2008, uma queda de R$165 milhões contra ganhos de R$143 milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Comercial totalizou uma despesa de R$74 milhões em 2008, uma queda de R$217 milhões contra ganhos de R$143 milhões em 2007, refletindo principalmente a eliminação em maio de 2008 de tarifas relativas à abertura de créditos em virtude de novas regulamentações do Banco Central.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal no segmento de Banco Comercial aumentaram de R$2,1 bilhões em 2007 para R$3,1 bilhões em 2008, um aumento de 48% ou R$1 bilhão. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as despesas de pessoal para o segmento de Banco Comercial somaram R$2,0 bilhões, uma queda de 2% ou R$50 milhões contra R$2,1 bilhões em 2007, devido principalmente à eficácia da reorganização de nossas operações em antecipação ao aproveitamento de sinergias de custos decorrentes da aquisição do Banco Real.

Outras despesas administrativas gerais

Nossas outras despesas administrativas gerais do segmento de Banco Comercial aumentaram de R$2 bilhões em 2007 para R$3,5 bilhões em 2008, um aumento de 78% ou R$1,5 bilhão. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as outras despesas administrativas gerais do segmento de Banco Comercial somaram $2,2 bilhões, um aumento de 13% ou R$250 milhões contra R$2 bilhões em 2007, devido principalmente a despesas relativas à expansão das nossas operações de cartão de crédito e aperfeiçoamento da plataforma dos sistemas de informação e os efeitos em contratos com fornecedores corrigidos pela inflação.

Perdas com ativos financeiros (líquidas)

Nossas perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Comercial somaram R$4,1 bilhões em 2008, um aumento de 90% ou R$1,9 bilhão contra R$2,2 bilhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Comercial foram de R$2,9 bilhões em 2008, um aumento de 33% ou R$705 milhões contra 2007, refletindo a deterioração da qualidade do crédito em quase todas as áreas de nosso segmento de Banco Comercial (mas principalmente pequenas empresas, empréstimos pessoas e financiamento ao consumo) como resultado da piora das condições econômicas do mercado brasileiro.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) para o segmento de Banco Comercial foram de R$1,2 bilhão em 2008, sem alterações em relação a R$1,2 bilhão em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as provisões (líquidas) para o segmento de Banco Comercial foram de R$1,0 bilhão em 2008. As provisões incluem, principalmente, as provisões para contingências trabalhistas e fiscais.

Perdas com outros ativos (líquidas)

Nossas perdas com outros ativos (líquidas) para o segmento de Banco Comercial somaram R$77 milhões em 2008, uma queda de 74% ou R$221 milhões contra R$298 milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as perdas com outros ativos (líquidas) para o segmento de Banco Comercial foram de R$4 milhões em 2008, uma queda de R$294 milhões em relação a 2007, refletindo principalmente taxas reduzidas de perda por não recuperação de ativos intangíveis em comparação às taxas registradas em 2007 em relação ao software da plataforma de TI do Banespa, cujo uso foi interrompido quando o sistema de TI foi convertido na plataforma do Banco.

Resultados Operacionais Consolidados do Banco Global de Atacado para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008 em Comparação ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2007

Sumário

O lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de Banco Global de Atacado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, foi de R$1.526 milhões, um aumento de R$43 milhões em relação aos R$1.483 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de Banco Global de Atacado para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$1.377 milhões, um declínio de 7% ou R$106 milhões contra os R$1.483 milhões em 2007.

Receita líquida com juros

Nossa receita líquida com juros para o segmento de Banco Global de Atacado somou R$1,2 bilhão em 2008, um aumento de 75% ou R$520 milhões em comparação aos R$693 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, a receita líquida com juros para ao segmento Banco Global de Atacado foi de R$1.060 milhões em 2008, um aumento de 53% ou R$367 milhões em comparação aos R$693 milhões em 2007, refletindo o crescimento das carteiras de crédito de nossos clientes de Banco Global de Atacado e um aumento das receitas de juros decorrentes de nossas operações de tesouraria.

Receita de tarifas e comissões (líquido)

Nossa receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de Banco Global de Atacado totalizou R$449 milhões em 2008, um salto de 78% ou R$196 milhões em comparação aos R$253 milhões registrados em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, a receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de Banco Global de Atacado totalizou R$345 milhões em 2008, um salto de 36% ou R$92 milhões contra R$253 milhões em 2007, especialmente devido ao aumento de comissões líquidas relativas às operações de comércio exterior, resultantes de um maior volume dessas transações em 2008 em comparação a 2007, e comissões mais altas em nossos negócios de garantias e corretagem.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Nosso ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o para o segmento de Banco Global de Atacado foram de R$541 milhões em 2008, uma queda de 43% ou R$410 milhões contra R$951 milhões em 2007. Desconsiderando-se o efeito da aquisição do Banco Real, os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de Banco Global de Atacado foram de R$445 milhões em 2008, uma queda de 53% ou R$505 milhões contra R$951 milhões em 2007. Esse declínio foi provocado principalmente pela queda dos ganhos sobre ativos e passivos financeiros em nossas operações de tesouraria.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Global de Atacado somaram R$38 milhões em 2008, um aumento de 263% ou R$28 milhões contra despesas de R$10 milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, a conta de conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de Banco Global de Atacado totalizaram despesas de R$17 milhões em 2008, um aumento de 62% ou R$7 milhões contra despesas de R$10 milhões em 2007, devido principalmente aos custos de depósitos de seguro mais altos em relação resultantes de aumentos nos depósitos a prazo.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal para o segmento de Banco Global de Atacado aumentaram de R$278 milhões em 2007 para R$404 milhões em 2008, um aumento de 45% ou R$126 milhões. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as despesas com pessoal para o segmento de Banco Global de Atacado somaram R$285 milhões em 2008, um aumento de 3% ou R$7 milhões contra R$278 milhões em 2007, refletindo custos mais elevados em consonância com os aumentos salariais anuais atrelados à inflação.

Outras despesas administrativas gerais

Nossas outras despesas administrativas gerais para o segmento de Banco Global de Atacado aumentaram de R$96 milhões em 2007 para R$130 milhões em 2008, um aumento de 36% ou R$34 milhões. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as outras despesas administrativas gerais do segmento de Banco Global de Atacado somaram R$88 milhões em 2008, uma queda de 7% ou R$7 milhões contra R$96 milhões em 2007, refletindo nossas metas de controle de custos.

Perdas com ativos financeiros (líquidas)

Nossas perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado somaram R$23 milhões em 2008, em comparação a um ganho de R$5milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as perdas com ativos financeiros (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado foram de R$13 milhões em 2008, em comparação a um ganho de R$5 milhões em 2007, devido principalmente ao aumento da inadimplência por parte de nossos clientes de atacado em virtude da crise financeira global.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado foram de R$39 milhões em 2008, em comparação a um ganho de R$8 milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as provisões (líquidas) para o segmento de Banco Global de Atacado foram de R$41 milhões em 2008 em comparação a um ganho de R$8 milhões em 2007.

Resultados Operacionais Consolidados da Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros para o Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2008 em Comparação ao Exercício Encerrado em 31 de dezembro de 2007

Sumário

O lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008, foi de R$145 milhões, um aumento de R$53 milhões sobre os R$92 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o lucro operacional antes da tributação atribuído ao segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros para o exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008 foi de R$107 milhões, um aumento de 16% ou R$15 milhões contra os R$92 milhões em 2007. Os resultados das operações de gestão de recursos de terceiros e seguros em 2008 e 2007 não incluem os resultados de tais operações das entidades consolidadas em 14 agosto de 2009. Veja "Sumário da Companhia – Eventos Recentes" e "Nossas Atividades – Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros".

Receita líquida com juros

Nossa receita líquida com juros para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros somou R$33 milhões em 2008, um aumento de 221% ou R$23 milhões de R$10 milhões em 2007. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, a receita líquida com juros referente ao segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros foi de R$9 milhões em 2008, uma queda de 10% ou R$1 milhão em comparação aos R$10 milhões em 2007, principalmente em virtude da queda de volume de caixa em 2008 em comparação a 2007.

Receita de tarifas e comissões (líquido)

Nossa receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros totalizou R$202 milhões em 2008, um salto de 34% ou R$52 milhões em comparação aos R$151 milhões registrados em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, a receita de tarifas e comissões (líquido) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros totalizou R$173 milhões em 2008, um aumento de 15% ou R$23 milhões contra R$151 milhões em 2007, especialmente devido ao aumento de comissões sobre a venda de seguros.

Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Nossos ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros foram de R$7 milhões em 2008, um aumento de 100% ou R$3,5 milhões contra R$3,5 milhões em 2007, em virtude principalmente de um aumento das receitas decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda. A aquisição do Banco Real não acarretou nenhum impacto sobre este item em nossas demonstrações financeiras.

Outras receitas (despesas) operacionais

Nossa conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros somaram R$465 mil em 2008, um aumento de R$439 mil contra R$26 mil em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, a conta de outras receitas (despesas) operacionais para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros totalizaram receita de R$540 mil em 2008, em comparação às despesas de R$26 mil em 2007.

Despesas de pessoal

Nossas despesas de pessoal no segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros aumentaram de R$35 milhões em 2007 para R$40 milhões em 2008, um aumento de 13% ou R$4 milhões. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as despesas de pessoal para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros somaram R$33 milhões em 2008, uma queda de 7% ou R$2 milhões contra R$35 milhões em 2007, devido principalmente à eficácia da reorganização de pessoal em antecipação ao aproveitamento de sinergias de custos decorrentes da aquisição do Banco Real.

Outras despesas administrativas gerais

Nossas outras despesas administrativas gerais do segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros aumentaram de R$17 milhões em 2007 para R$22 milhões em 2008, um aumento de 26% ou R$5 milhões. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as outras despesas administrativas gerais do segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros somaram R$15 milhões em 2008, uma queda de 16% ou R$3 milhões contra R$17 milhões em 2007, devido principalmente à eficácia de reorganizações internas em antecipação ao aproveitamento de sinergias de custos decorrentes da aquisição do Banco Real.

Provisões (Líquidas)

Nossas provisões (líquidas) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros foram de R$30,8 milhões em 2008, comparado com R$12 milhões em 2007. Excluindo-se os efeitos da aquisição do Banco Real, as provisões (líquidas) para o segmento de gestão de recursos de terceiros e seguros foram de R$30 milhões em 2008, um aumento de 161% ou R$18 milhões contra R$12 milhões no ano anterior.

ANÁLISE DAS PRINCIPAIS ALTERAÇÕES NAS CONTAS PATRIMONIAIS

	Em 30 de junho de				% Variação
	2009	% AV	2008	% AV	2009/2008
	(Em milhares de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Ativo					
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	24.813.053	8,6%	32.136.942	13,0%	-22,8%
Ativos Financeiros para Negociação	15.809.079	5,5%	17.528.944	7,1%	-9,8%
Instrumentos de dívida	9.682.828	3,4%	9.578.602	3,9%	1,1%
Participações acionárias	316.574	0,1%	846.032	0,3%	-62,6%
Derivativos para negociação	5.809.677	2,0%	7.104.310	2,9%	-18,2%
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	6.068.239	2,1%	6.532.099	2,6%	-7,1%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	4.627.103	1,6%	5.434.895	2,2%	-14,9%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.150.399	0,4%	784.359	0,3%	46,7%
Instrumentos de dívida	290.737	0,1%	312.845	0,1%	-7,1%
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	30.593.113	10,6%	29.145.885	11,8%	5,0%
Instrumentos de dívida	29.057.482	10,1%	27.600.015	11,2%	5,3%
Participações acionárias	1.535.631	0,5%	1.545.870	0,6%	-0,7%
Empréstimos e Financiamentos	161.644.510	56,0%	142.292.896	57,6%	13,6%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	31.992.604	11,1%	30.396.032	12,3%	5,3%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	129.651.906	44,9%	111.896.863	45,3%	15,9%
Mantido a Vencimento	–	0,0%	-27.751	0,0%	n/a
Derivativos Utilizados como *Hedge*	178.416	0,1%	463.427	0,2%	-61,5%
Ativos Não-Circulantes Destinados a Venda	57.933	0,0%	122.060	0,0%	-52,5%
Participações em Coligadas	501.582	0,2%	612.268	0,2%	-18,1%
Ativos Tangíveis	3.599.749	1,2%	2.350.968	1,0%	53,1%
Ativos Intangíveis	30.589.533	10,6%	3.948.342	1,6%	674,7%
Ágio	27.263.159	9,4%	551.924	0,2%	4839,7%
Outros ativos intangíveis	3.326.374	1,2%	3.396.418	1,4%	-2,1%
Ativo Fiscal	13.386.053	4,6%	10.432.519	4,2%	28,3%
Corrente	1.149.016	0,4%	1.024.478	0,4%	12,2%
Diferido	12.237.037	4,2%	9.408.041	3,8%	30,1%
Outros Ativos	1.636.520	0,6%	1.519.116	0,6%	7,7%
Total do Ativo	**288.877.780**	**100,0%**	**247.057.715**	**100,0%**	**16,9%**
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivos Financeiros para Negociação	4.886.950	1,7%	6.614.776	2,7%	-26,1%
Derivativos para negociação	4.861.623	1,7%	5.869.521	2,4%	-17,2%
Posição vendida	25.327	0,0%	170.896	0,1%	-85,2%
Outros passivos financeiros	–	0,0%	574.359	0,2%	n/a
Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	362.541	0,1%	440.356	0,2%	-17,7%
Depósitos de instituições de crédito	362.541	0,1%	440.356	0,2%	-17,7%
Depósitos de clientes	–	0,0%	–	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	207.644.524	71,9%	200.077.789	81,0%	3,8%
Depósitos de bancos centrais	870.130	0,3%	–	0,0%	0,0%
Depósitos de instituições de crédito	21.793.253	7,5%	35.778.565	14,5%	-39,1%
Depósitos de clientes	154.922.160	53,6%	135.766.203	55,0%	14,1%
Títulos de dívida e valores mobiliários	11.298.677	3,9%	8.595.150	3,5%	31,5%
Dívidas subordinadas	10.996.056	3,8%	8.228.782	3,3%	33,6%
Outros passivos financeiros	7.764.248	2,7%	11.709.089	4,7%	-33,7%
Derivativos Utilizados como *Hedge*	63.451	0,0%	865	0,0%	7231,2%
Provisões	10.202.870	3,5%	7.814.113	3,2%	30,6%
Passivos Fiscais	7.351.670	2,5%	4.738.426	1,9%	55,2%
Corrente	3.810.079	1,3%	2.478.517	1,0%	53,7%
Diferido	3.541.591	1,2%	2.259.909	0,9%	56,7%
Outros Passivos	6.559.528	2,3%	2.700.792	1,1%	142,9%
Total do Passivo	**237.071.534**	**82,1%**	**222.387.117**	**90,0%**	**6,6%**
Patrimônio Líquido	51.135.477	17,7%	23.851.230	9,7%	114,4%
Capital social	47.152.201	16,3%	21.340.877	8,6%	120,9%
Reservas	2.165.381	0,7%	713.376	0,3%	203,5%
Menos: ações em tesouraria	-1.948	0,0%	–	0,0%	0,0%
Lucro do exercício atribuível à controladora	2.444.843	0,8%	2.169.715	0,9%	12,7%
Menos: dividendos e remuneração	-625.000	-0,2%	-372.739	-0,2%	67,7%
Ajustes ao Valor de Mercado	665.416	0,2%	814.450	0,3%	-18,3%
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.045.031	0,4%	522.264	0,2%	100,1%
Hedges de fluxo de caixa	-379.615	-0,1%	292.186	0,1%	-229,9%
Participação dos Acionistas Minoritários	5.353	0,0%	4.919	0,0%	8,8%
Total do Patrimônio Líquido	**51.806.246**	**17,9%**	**24.670.599**	**10,0%**	**110,0%**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**288.877.780**	**100,0%**	**247.057.715**	**100,0%**	**16,9%**

Posição em 30 de Junho de 2009 Comparado a 30 de Junho de 2008

ATIVO

Disponibilidades e Reserva no Banco Central do Brasil

O saldo da conta de disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil diminuiu 22,8%, ou R$7.323.889 mil, para R$24.813.053 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$32.136.942 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente a diminuição do volume de depósitos compulsório decorrentes da mudança de regra sobre o deposito compulsório adicional que passaram a ser feitos em títulos e não mais em espécie (Resolução 3426) e queda no volume das operações compromissadas com o Banco Central.

Ativos Financeiros para Negociação

O saldo da conta de ativos financeiros para negociação diminuiu 9,8%, ou R$1.719.865 mil, para R$15.809.079 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$17.528.944 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente pela diminuição das operações de derivativos.

Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado

O saldo da conta de outros ativos financeiros ao valor justo no resultado diminuiu 7,1%, ou R$463.860 mil, para R$6.068.239 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$6.532.099 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente à queda das operações compromissadas derivadas de sobra de caixa pontual.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo da conta de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou 5,0%, ou R$1.447.228 mil, para R$30.593.113 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$29.145.885 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente ao aumento no volume das transações com títulos públicos.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta de empréstimos e financiamentos aumentou 13,6%, ou R$19.351.614 mil, para R$161.644.510 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$142.292.896 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente ao crescimento da carteira de crédito que acompanhou o crescimento do Sistema Financeiro.

Derivativos Utilizados como Hedge

O saldo da conta de derivativos utilizados como *hedge* diminuiu 61,5%, ou R$285.011 mil, para R$178.416 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$463.427 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente a menor estoque diferencial das operações classificadas como hedge.

Ativos Não-Circulantes Disponível para Venda

O saldo da conta de ativos não-circulantes destinados a venda diminuiu 52,5%, ou R$64.127 mil, para R$57.933 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$122.060 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente a equalização dos critérios de contabilização das provisões para imóveis e veículos das empresas do Santander e Banco Real.

Participações em Coligadas

O saldo da conta de participações em coligadas diminuiu 18,1%, ou R$110.686 mil, para R$501.582 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$612.268 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente venda de participação na Visanet e aquisição de 50% da Seguradora Tóquio Marine.

Ativos Tangíveis

O saldo da conta de ativos tangíveis aumentou 53,1%, ou R$1.248.781 mil, para R$3.599.749 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$2.350.968 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente a aquisição do edifício para a nova sede no valor de R$1.060.503 mil.

Ativos Intangíveis

O saldo da conta de ativos intangíveis aumentou 674,7%, ou R$26.641.191 mil, para R$30.589.533 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$3.948.342 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente ao ágio decorrente da aquisição do Banco Real e AAB Dois pelo Banco no valor de R$26.334 milhões.

Ativo Fiscal

O saldo da conta de Ativo Fiscal (Créditos Tributários) aumentou 28,3%, ou R$2.953.534 mil, para R$13.386.053 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$10.432.519 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente pelo aumento das provisões de operações de crédito em insolvência e aumento do ajustes de marcação a mercado.

Outros Ativos

O saldo da conta de outros ativos aumentou 7,7%, ou R$117.404 mil, para R$1.636.520 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$1.519.116 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente ao adiantamento ao FGC realizado devido a Circular Nº 3416.

PASSIVO

Passivos Financeiros Mantidos para Negociação

O saldo da conta de passivos financeiros para negociação diminuiu 26,1%, ou R$1.727.826 mil, para R$4.886.950 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$6.614.776 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente a diminuição das operações de derivativos com clientes.

Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado

O saldo da conta de outros passivos financeiros ao valor justo no resultado diminuiu -17,7% ou R$77.815 mil, para R$362.541 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$440.356 mil em 30 de junho de 2008. Esta diferença é devida principalmente ao menor volume de CDIs.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

O saldo da conta de passivos financeiros ao custo amortizado aumentou 3,8%, ou R$7.566.735 mil, para R$207.644.524 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$200.077.789 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente por um aumento da carteira de depósito de clientes compensado em parte com uma queda nos depósitos de instituições de crédito.

Derivativos Utilizados como Hedge

O saldo da conta de derivativos utilizados como *hedge* aumentou 7231,2%, ou R$62.586 mil, para R$63.451 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$865 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente pelo aumento das operações da carteira de trading classificadas como hedge.

Provisões

O saldo de provisões aumentou 30,6%, ou R$2.388.757 mil, para R$10.202.870 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$7.814.113 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente ao aumento das provisões com contingências Civil, Trabalhista e Fiscal.

Passivos Fiscais

O saldo da conta de passivos fiscais aumentou 55,2% ou R$2.613.244 mil, para R$7.351.670 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$4.738.426 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente pelo aumento das provisões de PIS/COFINS relacionadas ao questionamento judicial da lei 9718/98 e aumento no imposto diferido sobre a marcação a mercado.

Outros Passivos

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 142,9%, ou R$3.858.736 mil, para R$6.559.528 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$2.700.792 mil em 30 de junho de 2008, devido a um aumento das provisões sobre pagamentos a efetuar (férias, participação nos lucros, 13° salário).

Patrimônio Líquido

O saldo da conta de patrimônio líquido de R$51.135.477 mil sofreu variação entre 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2008.

Reservas

As reservas aumentaram 203,5%, ou R$1.452.005 mil, para R$2.165.381 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$713.376 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente a distribuição do resultado do exercício do ano anterior líquido da distribuição de dividendos.

Ajustes ao Valor de Mercado

O saldo da conta de ajustes ao valor de mercado diminuiu 18,3%, ou R$149.034 mil, para R$665.416 mil em 30 de junho de 2009, comparado com R$814.450 mil em 30 de junho de 2008, devido principalmente aos ajustes de Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para venda.

Participação dos Acionistas Minoritários

O saldo da conta de participação dos acionistas minoritários de R$5.353 mil sofreu variação entre 30 de junho de 2009 e 30 de junho de 2008.

	Em 31 de dezembro de				% Variação
	2007	% AV	2008	% AV	2007/2008
	(Em milhares de R$, exceto se indicado de outra forma)				
Ativo					
Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil	22.276.941	20,6%	23.700.500	8,1%	6,4%
Ativos Financeiros para Negociação	12.292.501	11,3%	19.986.000	6,8%	62,6%
Instrumentos de dívida	8.535.261	7,9%	10.011.999	3,4%	17,3%
Participações acionárias	340.267	0,3%	678.993	0,2%	99,5%
Derivativos para negociação	3.416.973	3,2%	9.295.008	3,2%	172,0%
Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	1.647.806	1,5%	5.574.961	1,9%	238,3%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	1.452.467	1,3%	4.046.898	1,4%	178,6%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	–	0,0%	1.434.789	0,5%	0,0%
Instrumentos de dívida	195.339	0,2%	93.274	0,0%	-52,3%
Ativos Financeiros Disponíveis para Venda	9.303.457	8,6%	30.735.681	10,4%	230,4%
Instrumentos de dívida	6.684.760	6,2%	29.491.191	10,0%	341,2%
Participações acionárias	2.618.697	2,4%	1.244.490	0,4%	-52,5%
Empréstimos e Financiamentos	55.034.260	50,8%	162.725.106	55,3%	195,7%
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	5.831.178	5,4%	29.691.635	10,1%	409,2%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	49.203.082	45,4%	133.033.471	45,2%	170,4%
Derivativos Utilizados como *Hedge*	–	0,0%	106.321	0,0%	0,0%
Ativos Não-Circulantes Destinados a Venda	32.000	0,0%	112.824	0,0%	252,6%
Participações em Coligadas	54.565	0,1%	633.595	0,2%	1061,2%
Ativos Tangíveis	1.110.970	1,0%	3.829.074	1,3%	244,7%
Ativos Intangíveis	1.799.182	1,7%	30.995.287	10,5%	1.622,7%
Ágio	–	0,0%	27.488.426	9,3%	0,0%
Outros ativos intangíveis	1.799.182	1,7%	3.506.861	1,2%	94,9%
Ativo Fiscal	4.223.203	3,9%	12.919.894	4,4%	205,9%
Corrente	149.998	0,1%	1.150.737	0,4%	667,2%
Diferido	4.073.205	3,8%	11.769.157	4,0%	188,9%
Outros Ativos	544.348	0,5%	2.870.604	1,0%	427,3%
Total do Ativo	**108.319.233**	**100,0%**	**294.189.847**	**100,0%**	**171,6%**
Passivo e Patrimônio Líquido					
Passivos Financeiros para Negociação	4.650.305	4,3%	11.209.600	3,8%	141,1%
Derivativos para negociação	4.564.131	4,2%	11.197.268	3,8%	145,3%
Posição vendida	86.174	0,1%	12.332	0,0%	-85,7%
Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado	690.285	0,6%	307.376	0,1%	-55,5%
Depósitos de instituições de crédito	627.105	0,6%	307.376	0,1%	-51,0%
Depósitos de clientes	63.180	0,1%	–	0,0%	0,0%
Passivos Financeiros ao Custo Amortizado	84.780.913	78,3%	213.973.314	72,7%	152,4%
Depósitos de bancos centrais	–	0,0%	184.583	0,1%	0,0%
Depósitos de instituições de crédito	18.217.012	16,8%	26.325.636	8,9%	44,5%
Depósitos de clientes	55.147.278	50,9%	155.494.839	52,8%	182,0%
Títulos de dívida e valores mobiliários	2.805.417	2,6%	12.085.655	4,1%	330,8%
Dívidas subordinadas	4.210.224	3,9%	9.197.429	3,1%	118,5%
Outros passivos financeiros	4.400.982	4,1%	10.685.172	3,6%	142,8%
Derivativos Utilizados como *Hedge*	–	0,0%	264.771	0,1%	0,0%
Provisões	4.816.321	4,4%	8.915.245	3,0%	85,1%
Passivos Fiscais	1.718.841	1,6%	6.156.101	2,1%	258,2%
Corrente	266.201	0,2%	3.025.207	1,0%	1.036,4%
Diferido	1.452.640	1,3%	3.130.894	1,1%	115,5%
Outros Passivos	1.453.988	1,3%	3.526.962	1,2%	142,6%
Total do Passivo	**98.110.653**	**90,6%**	**244.353.396**	**83,1%**	**149,1%**
Patrimônio Líquido	8.671.479	8,0%	49.317.582	16,8%	468,7%
Capital social	8.331.448	7,7%	47.152.201	16,0%	466,0%
Reservas	701.800	0,6%	1.240.031	0,4%	76,7%
Lucro do exercício atribuível à controladora	1.902.999	1,8%	2.378.395	0,8%	25,0%
Menos: dividendos e remuneração	(2.264.768)	-2,1%	(1.453.045)	-0,5%	-35,8%
Ajustes ao Valor de Mercado	1.537.044	1,4%	513.617	0,2%	-66,6%
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.537.044	1,4%	795.412	0,3%	-48,3%
Hedges de fluxo de caixa	–	0,0%	(281.795)	-0,1%	0,0%
Participação dos Acionistas Minoritários	57	0,0%	5.279	0,0%	9.161,4%
Total do Patrimônio Líquido	**10.208.580**	**9,4%**	**49.836.478**	**16,9%**	**388,2%**
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	**108.319.233**	**100,0%**	**294.189.847**	**100,0%**	**171,6%**

Posição em 31 de Dezembro de 2008 Comparado a 31 de Dezembro de 2007

ATIVO

Disponibilidades e Reserva no Banco Central do Brasil

O saldo da conta de disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil aumentou 6,4%, ou R$1.423.559 mil, para R$23.700.500 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$22.276.941 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil diminuiu 21,7%, ou R$-4.842.879 mil, para R$17.434.062 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$22.276.941 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente a diminuição do volume de depósitos compulsório decorrentes da mudança de regra sobre o deposito compulsório adicional que passaram a ser feitos em títulos e não mais em espécie (Resolução 3426) e queda no volume das operações compromissadas com o Banco Central.

Ativos Financeiros para Negociação

O saldo da conta de ativos financeiros para negociação aumentou 62,6%, ou R$7.693.499 mil, para R$19.986.000 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$12.292.501 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de ativos financeiros para negociação aumentou 19,5%, ou R$2.391.598 mil, para R$14.684.099 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$12.292.501 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento das operações de derivativos com clientes acompanhando o crescimento do passivo de operações de derivativos.

Outros Ativos Financeiros ao Valor Justo no Resultado

O saldo da conta de outros ativos financeiros ao valor justo no resultado aumentou 238,3%, ou R$3.927.155 mil, para R$5.574.961 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.647.806 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de outros ativos financeiros ao valor justo no resultado aumentou 232,7%, ou R$3.833.881 mil, para R$5.481.687 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.647.806 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento das operações compromissadas derivadas de sobra de caixa pontual.

Ativos Financeiros Disponíveis para Venda

O saldo da conta de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou 230,4%, ou R$21.432.224 mil, para R$30.735.681 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$9.303.457 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de ativos financeiros disponíveis para venda aumentou 15,4%, ou R$1.435.085 mil, para R$10.738.542 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$9.303.457 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento no volume das transações com títulos públicos.

Empréstimos e Financiamentos

O saldo da conta de empréstimos e financiamentos aumentou 195,7%, ou R$107.690.846 mil, para R$162.725.106 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$55.034.260 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de empréstimos e financiamentos aumentou 34,5%, ou R$18.962.242 mil, para R$73.996.502 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$55.034.260 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao crescimento da carteira de crédito que acompanhou o crescimento do Sistema Financeiro.

Derivativos Utilizados como Hedge

O saldo da conta de derivativos utilizados como *hedge* totalizou R$106.321 mil em 31 de dezembro de 2008, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008, sendo que não haviam derivativos destinados a *hegde* em 31 de dezembro de 2007.

Ativos Não Correntes para Venda

O saldo da conta de ativos não-circulantes destinados a venda aumentou 252,6%, ou R$80.824 mil, para R$112.824 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$32.000 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de ativos não-circulantes destinados a venda não tiveram variações relevantes.

Participações em Coligadas

O saldo da conta de participações em coligadas aumentou 1.061,2%, ou R$579.030 mil, para R$633.595 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$54.565 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de participações em coligadas aumentou 24.951,6%, ou R$13.614.831 mil, para R$13.669.396 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$54.565 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao investimento feito pela aquisição do Banco Real e AAB Dois pelo Banco.

Ativos Tangíveis

O saldo da conta de ativos tangíveis aumentou 244,7%, ou R$2.718.104 mil, para R$3.829.074 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.110.970 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de ativos tangíveis aumentou 125,1%, ou R$1.389.673 mil, para R$2.500.643 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.110.970 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente a aquisição do edifício para a nova sede no valor de R$1.060.503 mil.

Ativos Intangíveis

O saldo da conta de ativos intangíveis aumentou 1622,7%, ou R$29.196.105 mil, para R$30.995.287 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.799.182 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de ativos intangíveis aumentou 1471,1%, ou R$26.468.009 mil, para R$28.267.191 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.799.182 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao ágio decorrente da aquisição do Banco Real e AAB Dois pelo Banco no valor de R$26.334 milhões.

Créditos Tributários

O saldo da conta de créditos tributários aumentou 205,9%, ou R$8.696.691 mil, para R$12.919.894 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$4.223.203 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de créditos tributários aumentou 44,3%, ou R$1.872.379 mil, para R$6.095.582 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$4.223.203 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente pelo aumento das provisões de operações de crédito em insolvência e aumento do ajustes de marcação a mercado.

Outros Créditos

O saldo da conta de outros créditos aumentou 427,3%, ou R$2.326.256 mil, para R$2.870.604 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$544.348 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de outros créditos aumentou 106,2%, ou R$578.283 mil, para R$1.122.631 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$544.348 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao adiantamento ao FGC realizado devido a Circular Nº 3416.

PASSIVO

Passivos Financeiros para Negociação

O saldo da conta de passivos financeiros para negociação aumentou 141,1%, ou R$6.559.295 mil, para R$11.209.600 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$4.650.305 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de passivos financeiros para negociação aumentou 81,9%, ou R$3.807.801 mil, para R$8.458.106 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$4.650.305 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento das operações de derivativos com clientes.

Outros Passivos Financeiros ao Valor Justo no Resultado

O saldo da conta de outros passivos financeiros ao valor justo no resultado diminuiu R$382.909 mil, para R$307.376 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$690.285 mil em 31 de dezembro de 2007. Esta diferença é devida principalmente a menor volume de CDIs.

Passivos Financeiros ao Custo Amortizado

O saldo da conta de passivos financeiros ao custo amortizado aumentou 152,4%, ou R$129.192.401 mil, para R$213.973.314 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$84.780.913 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de passivos financeiros ao custo amortizado aumentou 26,4%, ou R$22.389.943 mil, para R$107.170.856 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$84.780.913 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao aumento da carteira de depósito a prazo, poupança e à vista de clientes.

Derivativos Utilizados como Hedge

O saldo da conta de derivativos utilizados como *hedge* totalizou R$264.771 mil em 31 de dezembro de 2008, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008, sendo que não haviam derivativos utilizados como *hegde* em 31 de dezembro de 2007.

Provisões

O saldo de provisões aumentou 85,1%, ou R$4.098.924 mil, para R$8.915.245 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$4.816.321 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de provisões diminuiu 17,3%, ou R$-833.420 mil, para R$3.982.901 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$4.816.321 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente ao pagamento referente a ação judicial que questionava a alíquota majorada da CSLL (18%) aplicada às instituições financeiras.

Passivos Fiscais

O saldo da conta de passivos fiscais aumentou 258,2% ou R$4.437.260 mil, para R$6.156.101 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.718.841 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de passivos fiscais aumentou 54,4%, ou R$935.066 mil, para R$2.653.907 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.718.841 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente pelo aumento das provisões de PIS/COFINS relacionadas ao questionamento judicial da lei 9718/98 e aumento no imposto diferido sobre a marcação a mercado.

Outras Obrigações

O saldo da conta de outras obrigações aumentou 142,6%, ou R$2.072.974 mil, para R$3.526.962 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.453.988 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de outras obrigações aumentou 14,0%, ou R$203.858 mil, para R$1.657.846 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.453.988 mil em 31 de dezembro de 2007, devido a um aumento das provisões sobre pagamentos a efetuar (férias, participação nos lucros, 13° salário).

Patrimônio Líquido

O saldo da conta de patrimônio líquido de R$49.317.582 mil sofreu variação entre 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008.

Reservas

As reservas aumentaram 76,1%, ou R$538.231 mil, para R$1.240.031 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$701.800 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo das reservas aumentou 76,7%, ou R$538.231 mil, para R$1.240.031 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$701.800 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente a distribuição do resultado do exercício do ano anterior líquido da distribuição de dividendos.

Ajustes ao Valor de Mercado

O saldo da conta de ajustes ao valor de mercado diminuiu 66,6%, ou R$-1.023.427 mil, para R$513.617 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.537.044 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente à consolidação do Banco Real em nossas demonstrações financeiras em 2008. Excluindo-se o efeito da aquisição do Banco Real, o saldo da conta de ajustes ao valor de mercado diminuiu 70,7%, ou R$-1.086.111 mil, para R$450.933 mil em 31 de dezembro de 2008, comparado com R$1.537.044 mil em 31 de dezembro de 2007, devido principalmente aos ajustes de Marcação a Mercado de Títulos Disponíveis para venda.

Participação dos Acionistas Minoritários

O saldo da conta de participação dos acionistas minoritários de R$5.279 mil sofreu variação entre 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008.

Novos Pronunciamentos Contábeis

Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes normas e interpretações passaram a vigorar e foram adotadas pelo Banco em 2008 e no primeiro semestre de 2009:

IFRIC 11 IFRS 2 – Operações com Ações em Tesouraria e Operações entre o Grupo: de acordo com esta interpretação, quanto uma companhia recebe serviços em contraprestação por direitos relativos a suas ações próprias, a operação deve ser contabilizada como pagamento em ações, independente de como as ações necessárias foram obtidas. Quando uma subsidiária concede aos funcionários direitos a ações de sua controladora, a subsidiária contabiliza a operação como operação de pagamento baseado em ações com pagamento em dinheiro.

IFRIC 14 IAS 19 – Limite de Ativos de Benefício Definido e Exigências de Provisão Mínima de Fundos: fornece orientação para determinar o valor de qualquer benefício pós-emprego que possa ser reconhecido como ativo no balanço patrimonial, como as exigências de provisão mínima de recursos afetam essa mensuração e quando ela cria uma obrigação onerosa que deve ser reconhecida como passivo, além de qualquer passivo reconhecido segundo o IAS 19.

IFRIC 12 – Acordos de Concessão de Serviço: trata das normas de contabilização por parte das operadoras do setor privado envolvidas na prestação e no fornecimento de bens e serviços de infra-estrutura para o setor público. A adoção desta interpretação não tem efeito algum sobre as demonstrações financeiras consolidadas.

Alterações ao IAS 39 e IFRS 7: permite a reclassificação de determinados ativos financeiros patrimoniais e de dívida de ativos financeiros para negociação para ativos financeiros disponíveis para venda e investimentos mantidos até o vencimento. Essas alterações não permitem a reclassificação de passivos financeiros, derivativos e ativos financeiros inicialmente reconhecidos ao justo valor em lucros ou perdas, nem a reclassificação de instrumentos de outras carteiras para carteira mantida para negociação. Em 2008 e 2007, o Banco não fez nenhuma reclassificação dessa natureza.

IFRS 8 Segmentos Operacionais: substitui o IAS 14 e exige que o valor declarado para cada item do segmento seja a mensuração usada internamente e reportada à pessoa responsável por decisões operacionais para fins de alocação de recursos àquele segmento e avaliação do respectivo desempenho.

Revisão do IAS 1 Apresentação das Demonstrações Financeiras: introduz determinadas alterações na forma de apresentação das demonstrações financeiras, inclusive modificações nas denominações de demonstrações financeiras individuais como, entre outras, renomeação do balanço patrimonial para demonstração da posição financeira. Além disso, a demonstração de mutação no patrimônio líquido incluirá apenas mutações decorrentes de operações com acionistas que estiverem atuando nessa qualidade. Com relação a mutações "não relacionadas ao acionista", como operações com terceiros ou receita e despesa reconhecidas diretamente em patrimônio, as companhias não podem mais apresentar separadamente item de outros resultados abrangentes na demonstração de mutações no patrimônio líquido. Tais operações devem ser apresentadas na demonstração do resultado abrangente e o total deve ser transportado para a demonstração de mutações no patrimônio líquido. Todos os itens de receita e despesa, incluindo itens reconhecidos fora de lucros e perdas, terão de ser apresentados em uma única demonstração do resultado abrangente com os subtotais ou em duas demonstrações separadas, como demonstração do resultado separada e demonstração do resultado abrangente. O IAS 1 também introduziu novas exigências de apresentação de relatório, caso as companhias solicitem uma alteração na política contábil com data retroativa, façam uma ratificação ou reclassifiquem itens em demonstrações anteriormente expedidas.

À exceção do IFRS 8, cujo impacto consta da nota explicativa 42 às nossas demonstrações financeiras, as outras normas e interpretações que passaram a viger e foram adotadas por nós em 2008 não tiveram um impacto significativo sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações promulgados a partir de 30 de junho de 2009

O Banco ainda não adotou as seguintes normas e interpretações recentemente expedidas ou revisadas porque a respectiva data de vigência é posterior à data de nossas demonstrações financeiras:

Revisão do IAS 23 Custos de Empréstimo: as alterações do IAS 23 eliminaram a opção do reconhecimento automático de todos os custos de empréstimo como despesa. Se os custos de empréstimos se referirem à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, a norma exige que esses custos sejam capitalizados como parte do custo do ativo.

Alteração ao IFRS 2 – Pagamento Baseado em Ações: esclarece a definição de condições de aquisição de direitos e o tratamento contábil a ser dado a cancelamentos pela contraparte de um acordo de pagamento baseado em ações.

Alterações ao IAS 32 e IAS 1 – Instrumentos Financeiros com Opção de Venda e Obrigações Decorrentes de Liquidação: trata da classificação de instrumentos financeiros com opção de venda atualmente declarados em patrimônio, desde que esses instrumentos atendam a determinados critérios, como subordinação, e tais instrumentos evidenciem uma participação residual nos ativos líquidos da companhia.

IFRIC 13 Programas de Fidelidade: trata das normas de contabilização para companhias que oferecem a seus clientes incentivos para adquirir produtos ou serviços mediante a concessão de prêmios como parte da operação de venda, como planos de recompensa de cartão de crédito.

Revisão do IFRS 3 Combinação de Negócios e Alteração do IAS 27 Demonstrações Financeiras Consolidadas e Separadas: introduz alterações significativas em várias questões relativas à contabilização de combinação de negócios, inclusive, entre outras: os custos de aquisição devem ser lançados como despesas e não reconhecidos como aumento dos custos da combinação de negócios; a companhia compradora deve novamente mensurar ao justo valor o investimento mantido antes da data em que adquiriu o controle, e terá a opção de mensurar ao justo valor a participação dos acionistas minoritários da companhia adquirida, contrariamente ao tratamento corrente individual de mensurar a participação dos acionistas minoritários como a parcela proporcional do justo valor dos ativos líquidos adquiridos.

Alterações do IAS 39, Itens Elegíveis Protegidos por Hedge: estabelece que o item inflação somente poderá ser designado como protegido por hedge se constar em contrato que ele é parte do fluxo de caixa a ser protegido. Somente o valor intrínseco e não o valor temporal de uma opção de compra poderá ser usado como instrumento de hedge.

IFRIC 15 Contratos para Construção Imobiliária: esclarece as normas de contabilização de receitas e despesas de companhias com atuação no setor de incorporação imobiliária, diretamente ou por meio de empreiteiras.

IFRIC 16 Coberturas de Investimentos Líquidos em Operações no Exterior: esclarece várias normas relativas a posições de hedge, entre elas: (1) a exposição a diferenças cambiais entre a moeda funcional de uma unidade no exterior e a moeda de apresentação da controladora não pode ser classificada como risco coberto, e somente a exposição cambial apurada entre a moeda funcional da controladora e aquela da unidade no exterior se qualifica para contabilização de hedge; (2) o instrumento de hedge usado para cobrir os investimentos líquidos poderá ser mantido por qualquer companhia do grupo, não necessariamente pela controladora da unidade no exterior; e (3) a companhia deve identificar os valores a ser reclassificados de patrimônio para lucros ou perdas, tanto para os instrumentos de hedge quanto para o item coberto quando da alienação da unidade no exterior.

IFRIC 17 Distribuições de Ativos em Espécie aos Acionistas: aborda o tratamento contábil a ser dado a uma companhia ao distribuir ativos em espécie como dividendos a seus acionistas, embora seu escopo não inclua distribuições de ativos dentro do grupo ou entre subsidiárias conjuntas. A interpretação exige que a companhia mensure o dividendo a pagar ao justo valor dos ativos a ser distribuídos e reconheça qualquer diferença relativa ao valor contábil em lucros ou perdas.

IFRIC 18 Transferências de Ativos de Clientes: esclarece as exigências estabelecidas no IFRS no caso de contratos em que a companhia recebe ativo imobilizado de um cliente a ser utilizado pela companhia para conectar o cliente a uma rede ou permitir acesso contínuo ao fornecimento de bens ou serviços, como energia, gás ou água. Segundo o IFRIC 18, quando um item do ativo imobilizado transferido de um cliente se enquadra na definição de ativo, do ponto de vista do beneficiário segundo a estrutura do IASB, o beneficiário terá de reconhecer o ativo em suas demonstrações financeiras. Caso o cliente mantenha o controle sobre o item transferido, a definição de ativo não seria atendida, mesmo se a titularidade do ativo for transferida para o serviço público ou a outra companhia beneficiária.

Não esperamos que a adoção das normas e interpretações acima tenha um efeito substancial sobre nossas demonstrações financeiras consolidadas consideradas como um todo.

Liquidez e Recursos de Capital

De acordo com as políticas globais de financiamento de capital do Grupo Santander, primordialmente nos utilizamos de captação externa para nossas operações independentemente de quaisquer outras entidades do Grupo Santander.

A administração de nossos ativos e passivos é feita dentro de limites definidos, conforme determinado pelo ALCO, o qual opera de acordo com as diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Grupo Santander, incluindo os limites de posicionamento nos diferentes áreas do mercado financeiro brasileiro. Veja "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais–Gestão de Risco–Comitê de Ativos e Passivos" para obter mais informações com relação ao ALCO.

A tabela a seguir apresenta nossa capitalização em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008.

	Em 30 de junho de 2009[1]		Em 31 de dezembro de 2008[1]	
	Montante	Índice	Montante	Índice
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)			
Patrimônio de Referência Nível I	24.370	12,0%	23.033	10,7%
Patrimônio de Referência Nivel II	10.256	5,0%	8.504	4,0%
Patrimônios de Referência Nível I e II	34.626	17,0%	31.357	14,7%
Capital mínimo exigido[2]	22.413	N.A.	23.528	N.A.

(1) Com base no critério do Banco Central, que desconsidera os efeitos do ágio.
(2) Inclui riscos de crédito, mercado e operacional.

Captação – Fonte de Recursos

Nossa principal fonte de recursos de capital são os depósitos locais, em linha com os outros bancos brasileiros. De acordo com a regulamentação brasileira, em geral, não podemos emitir títulos de dívida no mercado local, e nossas emissões externas de títulos denominados em moeda estrangeira incluem uma pequena parte de nosso passivo total. Também comercializamos títulos do Governo Federal com compromisso de recompra (operações compromissadas) para fins de custear o mercado de títulos públicos *overnight*. Com relação à aquisição do Banco Real, Santander Espanha forneceu recursos ao Santander Brasil no valor de R$2,5 bilhões por meio da aquisição de certos empréstimos de Banco Global de Atacado que foram efetuados pelo ABN AMRO.

Depósitos

As tabelas a seguir apresentam a composição dos recursos consolidados do Santander Brasil nas datas indicadas.

Depósitos	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2007
	(em milhões de R$)		
Depósitos de banco central e instituições de crédito			
Depósitos a prazo	22.922	26.720	11.949
Outras contas à vista	101	66	61
Operações compromissadas	3	31	6.834
Total	23.026	26.818	18.844
Depósitos de Clientes			
Contas correntes	14.120	15.297	6.588
Contas de poupança	21.411	20.643	6.288
Outros depósitos à vista	–	–	26
Depósitos a Prazo			
Depósitos por prazo fixo	47.862	52.465	1.365
Depósitos de desconto	39.603	36.415	24.663
Operações compromissadas	31.927	30.674	16.281
Total	154.922	155.495	55.210
Total de depósitos	**177.948**	**182.312**	**74.055**

Empréstimos de Curto Prazo	Em 30 de junho de		Em 31 de dezembro de			
	2009		2008		2007	
	Valor	Taxa Média	Valor	Taxa Média	Valor	Taxa Média
	(em milhões de R$, exceto as porcentagens)					
Operações compromissadas (especialmente títulos públicos brasileiros)						
Em 31 de dezembro	31.930	8,2%	30.705	13,6%	23.115	11,2%
Média durante o exercício	32.070	11,8%	19.639	12,0%	21.567	11,0%
Saldo máximo ao final do mês	34.584	–	31.058	–	25.748	–
Total dos empréstimos de curto prazo no final do exercício[1]	**32.930**		**30.705**		**23.115**	

[1] Inclui depósitos do Banco Central, instituições de crédito e clientes.

Depósitos do Banco Central e Interfinanceiros. Nosso saldo de depósitos do Banco Central e de outras instituições financeiras (depósitos interfinanceiros) era de R$18,8 bilhões em 31 de dezembro de 2007 e R$26,8 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e R$23 bilhões em 30 de junho de 2009, representando 25%,15% e 13% dos depósitos e nossos depósitos totais, respectivamente. Se excluirmos o efeito da aquisição do Banco Real, nosso saldo de depósitos do Banco Central e interfinanceiros era de R$204,4 bilhões em 31 de dezembro de 2008, representando 23% de nossos depósitos totais em 31 de dezembro de 2008. A variação de 31 de dezembro de 2008 para 30 de junho de 2009 deve-se principalmente a desvalorização do Real perante o Dólar de 17%.

Depósitos à Vista de Clientes. Nosso saldo de depósitos à vista (contas correntes e outros depósitos à vista) era de R$6,6 bilhões em 31 de dezembro de 2007, R$15,3 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e R$14,1 bilhões em 30 de junho de 2009, e nosso percentual de depósitos à vista em relação ao total de depósitos era de 9% em 31 de dezembro de 2007, 8% em 31 de dezembro de 2008 e 8% em 30 de junho de 2009. Se excluirmos o efeito da aquisição do Banco Real, nosso saldo de depósitos à vista era de R$5,3 milhões em 31 de dezembro de 2008, e nosso percentual de depósitos à vista em relação ao total de depósitos era de 6% na mesma data. A variação de 2008 excluindo os efeitos da aquisição do Banco deve-se principalmente a crise financeira mundial e diminuição de liquidez do mercado local.

Depósitos de Poupança de Clientes. Depois da aquisição do Banco Real, nossos depósitos de poupança aumentaram de R$6,3 bilhões em 31 de dezembro de 2007 para R$20,6 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e R$21,4 bilhões em 30 de junho de 2009, e nosso percentual de depósitos de poupança em relação ao total de depósitos era de 8% em 31 de dezembro de 2007,11% em 31 de dezembro de 2008 e 12% em 30 de junho de 2009. Se excluirmos o efeito da aquisição do Banco Real, nosso saldo de depósitos de poupança era de R$8,3 bilhões em 31 de dezembro de 2008, representando 9% do total de depósitos na mesma data. Os aumentos de 31 de dezembro de 2007 até 30 de junho de 2009 resultou principalmente da migração de fundos de investimentos para depósitos bancários de menor risco, assim como um movimento para investimento de melhor qualidade, contínuo a partir do final de 2008 e, dessa forma, os aumentos devem-se à redução de taxas de retorno de investimentos em renda fixa decorrente da redução de taxas de juros, tornando a poupança mais atrativa.

Depósitos a Prazo de Clientes. Nosso saldo de depósitos a prazo cresceu de R$26,0 bilhões em 31 de dezembro de 2007 para R$88,9 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e R$87,5 bilhões em 30 de junho de 2009, representando 35%, 49% e 49% do total de depósitos, respectivamente. Se excluirmos o efeito da aquisição do Banco Real, nossos depósitos a prazo totalizavam R$40,9 bilhões em 31 de dezembro de 2008, representando 46% do total de depósitos na mesma data. Essa variação em 2008, após a exclusão do efeito da aquisição do Banco Real, resultou principalmente da migração de fundos de investimentos.

Operações compromissadas. Mantemos uma carteira de instrumentos de dívida líquidos dos setores público e privado brasileiro, que é utilizada para obtenção de recursos *overnight* em outras instituições financeiras ou fundos de investimento mediante a venda desses títulos com compromisso simultâneo de recompra. Devido à natureza de curto prazo (*overnight*) dessa fonte de recursos, essas transações são voláteis e compostas, em geral, de títulos públicos brasileiros. As operações compromissadas cresceram de R$16,3 bilhões em 31 de dezembro de 2007 para R$30,7 bilhões em 31 de dezembro de 2008 e R$31,9 bilhões em 30 de junho de 2009, representando 22%, 17% e 18% do total das fontes de recursos, respectivamente. Se excluirmos o efeito da aquisição do Banco Real, as operações compromissadas totalizavam R$14,4 bilhões em 31 de dezembro de 2008, representando 16% do total da nossa captação na mesma data. A variação de 31 de dezembro de 2008 para 30 de junho de 2009 deve-se principalmente pela migração de investimentos de fundos mútuos ou similares para depósitos bancários de menor risco, assim como um movimento para investimento de melhor qualidade verificado pela transferência de poupanças para bancos maiores.

Outras Fontes de Recursos

Títulos de Dívida Negociáveis. Em 30 de junho de 2009, tínhamos R$11,3 bilhões em recursos de emissão de títulos de dívida negociáveis, representando 5,9% de nosso total de fontes de recursos. Esse valor inclui: (i) R$1,5 bilhão em Letras de Crédito do Agronegócio, que são letras de crédito livremente negociáveis representativas de promessa incondicional de pagamento à vista, emitidas exclusivamente por instituições financeiras e referentes a direitos de crédito originados de transações conduzidas entre produtores rurais e suas cooperativas e representantes da cadeia de produção do agronegócio; (ii) R$5,1 bilhões em Letras de Crédito Imobiliário (LCIs) referentes a direitos de crédito originados de transações imobiliárias; (iii) R$3,3 bilhões em títulos e outros valores mobiliários; e (iv) R$1,4 bilhão em títulos de securitização - celebramos operações de securitização envolvendo a alienação de nossos direitos, títulos e interesses em alguns de nossos direitos de pagamentos diversificados (mas nenhuma das obrigações decorrentes), que consistem de determinadas ordens de pagamentos denominados em Dólar e euros recebidas ou a serem recebidas por nós. A alienação de tais direitos de pagamentos diversificados são feitas a uma sociedade de propósito específico, que financia suas compras através da emissão de títulos.

Dívida Subordinada. Em 30 de junho de 2009, nossa dívida subordinada incluía: (1) US$500 milhões em valores mobiliários perpétuos com taxa fixa de 8,7% ao ano, com pagamentos trimestrais de juros, emitidos em setembro de 2005; (2) R$7,9 bilhões em certificados de depósito emitidos por nós no mercado local, em diversas emissões, a taxas de juros médias atualizadas pelo CDI ou pelo IPCA; e (3) notas a taxas variáveis, totalizando R$79 milhões com taxa fixa de Libor + 4,5%, com vencimento em novembro de 2009.

Obrigações Contratuais

Nossas obrigações contratuais em 30 de junho de 2009 são resumidas da seguinte forma:

	Em 30 de junho de 2009				
	Total	**Menos de 1 ano**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**Mais de 5 anos**
	(em R$ milhões)				
Depósitos do Banco Central	870	870	–	–	–
Depósitos de instituições de crédito	22.156	13.252	6.176	929	1.799
Depósitos de clientes	154.922	96.436	50.436	4.575	3.475
Títulos de dívida negociáveis	11.299	7.660	1.794	1.697	148
Passivos subordinados	10.996	84	–	2.886	8.026
Total	**200.243**	**118.302**	**58.406**	**10.087**	**13.448**

A tabela acima não reflete os montantes que podemos ter de pagar com relação a instrumentos derivativos. Esses montantes dependem dos movimentos dos mercados financeiros. O valor justo total de todos os nossos instrumentos derivativos em 30 de junho de 2009 era de R$1,1 bilhão.

Além disso, alugamos diversos imóveis mediante contratos de locação padrão, os quais podem ser cancelados a nosso critério e incluem opções de renovação e cláusulas escalonamento. Em 2008, pagamos R$249 milhões em função dessas locações e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, pagamos R$222 milhões em função dessas locações.

Contratos Registrados em Contas de Compensação

Celebramos diversas espécies de contratos registrados em contas de compensação no curso normal de nossos negócios, incluindo contratos de securitização, linhas e cartas de crédito, garantias financeiras e certos derivativos, conforme descrito a seguir:

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	**2008**	**2007**
	(em milhares de R$)	
Passivos contingentes		
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	20.804.663	11.704.554
Garantias de desempenho	745.792	170.556
Cartas de crédito financeiras standby	3.019.320	2.634.605
Outros	195.239	325.985
Outras exposições contingentes	640.296	463.529
Créditos de documentação	640.296	463.529
Total de passivos contingentes	**25.405.310**	**15.299.229**
Compromissos		
Compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros	59.708.201	18.089.928
Outros compromissos	9.614.810	3.645.860
Compromissos de colocação de títulos e valores mobiliários	9.614.810	3.645.860
Total de compromissos	**69.323.011**	**21.735.788**
Total	**94.728.321**	**37.035.017**

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar como garantidor sob essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra contra-garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos. A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de pagamentos de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham via de regra nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de performance são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as cartas de crédito financeiras *standby* estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige contra-garantia para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos documentários, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito documentário, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartas de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartas de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, cartas de crédito financeiras *standby* e créditos documentários e de todos os riscos decorentes de avais são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento.

As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação promovida contra o Banco.

A composição dos valores nocionais e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação e hedging mantidos pelo Banco é a seguinte:

	2008		2007	
	Valor de referência (nocional)	**Valor justo**	**Valor de referência (nocional)**	**Valor justo**
		(em milhares de R$)		
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e outros:				
Swaps de taxa de juros	55.901.265	15.868.331	43.381.285	8.574.099
Compra e venda de opções	154.139.645	(175.456)	154.863.541	(192.619)
Contratos a termo e de futuros	43.271.519	7.788	17.315.277	534.658
Risco de moeda estrangeira:				
Compra e venda de câmbio[1]	56.333.178	(17.867.750)	13.036.530	(8.258.183)
Compra e venda de opções	58.473.829	(1.559.102)	75.083.905	(1.690.998)
Contratos a termo e de futuros	48.517.742	1.823.929	18.779.698	(114.115)
	416.637.178	**(1.902.260)**	**322.460.236**	**(1.147.158)**
Derivativos de *hedging*:				
Risco de taxa de juros:				
Contratos futuros[2]	18.055.336	–	–	–
Swaps de taxas de juros	1.701.594	(158.450)	–	–
	19.756.930	**(158.450)**	**–**	**–**
Total	**436.394.108**	**(2.060.710)**	**322.460.236**	**(1.147.158)**

(1) Inclui derivativos de crédito que o Banco utiliza para reduzir ou eliminar sua exposição a riscos específicos decorrentes da compra ou venda de ativos associados com a gestão da carteira de crédito. Em 2008, o volume de derivativos de crédito com taxa de retorno total – risco de crédito corresponde a R$697.606 de custo e R$696.162 de valor justo, e o volume de risco de crédito transferido corresponde a R$94.852 de custo e R$99.785 de valor justo. Durante o período, não houve eventos de crédito relacionados a eventos previstos nos contratos. O capital básico exigido totalizou R$3.805.

(2) O efeito da marcação a mercado desses hedges de fluxos de caixa, com vencimento entre 1º de fevereiro de 2009 e 1º de fevereiro de 2012, é registrado diretamente no patrimônio líquido e em 31 de dezembro de 2008 correspondia a um débito de R$85.917, líquido dos efeitos tributários. O valor justo dos Certificados de Depósito designados como item de hedging era de R$18.308.306 em 31 de dezembro de 2008. Não foi identificada nenhuma parcela inadimplente desses hedges que devesse ser registrada no resultado durante o período. As transações envolvendo futuros-DI designadas como instrumento de hedge têm ajustes diários e são registradas no ativo e no passivo e liquidadas em moeda corrente diariamente.

Instrumentos Financeiros e Garantias a Empréstimos

Utilizamos linhas e cartas de crédito e instrumentos de garantia financeira para atender às demandas de financiamento de nossos clientes. O valor contratual desses instrumentos financeiros representa o risco de crédito máximo, se a contraparte sacar efetivamente o financiamento ou cumprirmos nossa obrigação de garantia e a contraparte se tornar posteriormente inadimplente segundo os termos do contrato. A maior parte desses compromissos e garantias expira sem que a contraparte efetivamente efetue saques da linha de crédito ou ocorra inadimplemento sem haver saque. Por isso, o valor contratual total desses instrumentos não representa sua exposição de crédito ou suas exigências de financiamento futuras. Além disso, certos compromissos, relacionados principalmente a financiamentos a consumidores, podem ser cancelados a nosso critério, mediante notificação.

A tabela a seguir estabelece o valor em potencial máximo dos futuros pagamentos sob as garantias de crédito e financeiras:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de	
	2009	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$)		
Passivos Contingentes			
Garantias financeiras	22.322	24.765	14.835
Garantias de desempenho	387	640	464
Cartas de crédito *standby* e garantias	**22.709**	**25.405**	**15.299**
Outros			
Créditos documentários	72.568	59.708	18.090
Passivos contingentes totais	4.940	9.615	3.646
Compromissos	**77.508**	**69.323**	**21.736**
Compromissos de empréstimo passíveis de saque por terceiros	**100.217**	**94.728**	**37.035**

Eventos Recentes

Incorporação de ações de sociedades de Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros

Em 14 de agosto de 2009, incorporamos todas as ações de determinadas sociedades de gestão de recursos de terceiros, seguros e atividades financeiras anteriormente detidas indiretamente pelo Santander Espanha e por acionistas minoritários. Essas operações estão sujeitas à aprovação da SUSEP (em relação às atividades de seguros). O objetivo de tais operações foi a consolidação dos investimentos do Santander Espanha no Brasil, simplificando a estrutura corporativa do Grupo Santander e concentrando no Santander Brasil as participações dos minoritários em tais sociedades. Em decorrência dessas operações, nosso capital social foi aumentado em aproximadamente R$2,5 bilhões, com a emissão de 14.410.886.181 ações, sendo 7.710.342.899 ações ordinárias e 6.700.543.282 ações preferenciais. De acordo com o IFRS, contabilizamos as operações de incorporação de ações a partir da data em que tais transações foram completadas, com base nos valores contábeis históricos dos ativos e passivos de tais sociedades cujas ações foram incorporadas.

A tabela abaixo contém a identificação das sociedades objeto das incorporações de ações e suas principais atividades, receita líquida em 31 de dezembro de 2008 e patrimônio líquido de cada sociedade em 31 de dezembro de 2008, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil:

		Em 31 de dezembro de 2008	
	Principais atividades	**Receita Líquida**	**Patrimônio Líquido**
		(em milhões de R$)	
Santander Seguros S.A.	Comercialização de apólices de seguro de vida e planos de previdência	131	392
Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Gestão de recursos de terceiros	41	80
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.[1]	Banco Múltiplo	186	2.011

[1] Aproximadamente 99,9% dessa sociedade era detida por nós antes da incorporação de ações.

Aquisição de Carteira de Créditos do Santander Espanha

Em 17 de setembro de 2009, adquirimos, por meio de nossa agência de Cayman, do Santander Espanha, carteira de créditos composta por contratos de financiamento ao comércio e exportação relacionados a operações contratadas com clientes brasileiros ou suas afiliadas no exterior, por US$806,3 milhões líquido de provisões. Referida carteira de créditos com prazo médio de vencimento de cerca de quatro anos foi adquirida em condições comutativas. Poderemos, no futuro, adquirir outros ativos relacionados a clientes brasileiros de nossas afiliadas em condições comutativas.

Alienação de Ativos não relacionados às nossas atividades principais

Em 18 de setembro de 2009, como parte de nossa estratégia de reorganização societária, a nossa administração decidiu alienar à Santusa, sociedade integrante do Grupo Santander com sede na Espanha, da totalidade das ações de propriedade do Banco de emissão das seguintes sociedades: Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet; Companhia Brasileira de Soluções e Serviços; Serasa S.A.; Tecnologia Bancária S.A.; e Visa Inc.

O preço da venda das referidas participações societárias será estabelecido em condições comutativas, tendo como base os respectivos valores de mercado públicos e, quando um valor de mercado público não estiver disponível, apurados em laudos de avaliações preparados por empresa especializada independente. O ganho de capital a ser reconhecido pela Companhia com a venda das referidas participações acionárias está estimado em R$2,1 bilhões, antes de impostos. Também pretendemos alienar parte de nossa participação acionária na Cetip S.A. – Balcão Organizado de Ativos e Derivativos em oferta pública inicial que foi objeto de pedido de registro na CVM.

Incorporação entre Subsidiárias de Leasing – Resgate de Debenturistas

Como parte de nossa reorganização societária, foram convocadas para 30 de setembro de 2009, assembléias gerais de acionistas para deliberarem sobre a incorporação da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. pela Santander Leasing. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, a incorporação resultará em direito de restage antecipado de debêntures emitidas em três emissões pela ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. de acordo com o qual, durante o prazo de 6 (seis) meses a partir de 1° de outubro de 2009, será permitido aos debenturistas da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. resgatar 100% do valor de face de suas debêntures a qualquer tempo, acrescida de taxas de juros equivalentes ao CDI aplicável ao respectivo período. O valor principal de cada uma das três emissões devido na data deste Prospecto é de R$1,5 bilhões, R$1,5 bilhões e R$4,1 bilhões, respectivamente, com vencimentos em 1° de junho de 2015, 1° de março de 2016 e 1° de agosto de 2016.

VISÃO GERAL DO SETOR

A Indústria Bancária Brasileira

O sistema financeiro brasileiro passou por uma importante alteração estrutural, deixando de ser um ambiente com alta inflação na década de 80 e início da década de 90 para atingir uma maior estabilidade monetária e macroeconômica a partir de 1994, com a introdução do Plano Real, caracterizado por um conjunto de medidas adotadas pelo Governo Federal para estabilizar a economia. Antes de 1994, a indústria bancária se beneficiava de altos ganhos inflacionários (que, de acordo com o Banco Central, chegaram a corresponder a 34,7% do faturamento total do setor em seu pico) e era caracterizada por uma forte presença de bancos estatais e limitações regulatórias à participação de instituições financeiras estrangeiras, o que resultava em pouca competitividade e estruturas de custo geralmente ineficientes. A estabilidade monetária alcançada em 1994 gerou um aumento contínuo na demanda por crédito no Brasil. Tal aumento, combinado com a perda dos ganhos inflacionários, pressionou a indústria bancária a melhorar sua eficiência operacional, o que resultou em um período de racionalização e consolidação. O Governo Federal monitorou ativamente tal processo através da criação de programas desenvolvidos para proteger a poupança, incluindo medidas para garantir a solvência do sistema, reduzir a participação de instituições estatais, e fortalecer a concorrência entre os bancos privados. O Governo Federal também reduziu as restrições que se aplicavam à entrada de bancos estrangeiros no mercado brasileiro e, consequentemente, sua participação de mercado aumentou significativamente.

Principais Participantes de Mercado

De acordo com dados publicados pelo Banco Central, em 30 de maio de 2009 havia 139 bancos múltiplos, 18 bancos comerciais, 16 bancos de investimento e diversas corretoras, financeiras e outras instituições financeiras no Brasil.

Setor Público

A despeito do processo de privatização e consolidação da indústria bancária, o Governo Federal e os governos estaduais brasileiros ainda controlam grandes bancos comerciais e outras instituições financeiras. Os bancos estatais detêm um papel importante no sistema financeiro brasileiro, contando com 40,2% e 28,8% dos depósitos totais e ativos totais do sistema bancário em 31 de março de 2009, respectivamente. Os bancos estatais também têm uma maior presença em mercados como o de financiamento imobiliário e de crédito rural do que bancos privados e funcionam como agências de desenvolvimento regional.

As três principais instituições financeiras controladas pelo Governo Federal são:

- Banco do Brasil S.A., um banco múltiplo que oferece uma ampla gama de serviços bancários aos setores público e privado, e o principal agente financeiro do governo brasileiro;
- Caixa Econômica Federal, um banco múltiplo que presta, principalmente, serviços de depósitos, empréstimos imobiliários e financiamento de obras de infraestrutura urbana; e
- BNDES, uma instituição que oferece financiamento de médio e longo prazo ao setor privado no Brasil, especialmente ao setor industrial. O BNDES oferece financiamento direto e indireto através de repasses a outras instituições financeiras nos setores público e privado.

Setor Privado

As principais instituições financeiras privadas que fazem parte do sistema financeiro brasileiro são:

- Bancos múltiplos, que estão autorizados a prestar uma gama completa de serviços de bancos comerciais e de bancos de investimentos, incluindo a distribuição e negociação de valores mobiliários, financiamento ao consumidor e outros serviços;
- Bancos comerciais, que se dedicam primordialmente a atividades bancárias de atacado e varejo, contando alguns com relevantes redes regionais de distribuição ou relevantes participações em nichos de mercado específicos. Tais bancos são particularmente ativos em atividades de depósito à vista ou a prazo e na concessão de empréstimos de capital de giro; e
- Bancos de investimento, que se dedicam principalmente à distribuição de valores mobiliários e à estruturação de operações.

Recentemente, o setor financeiro brasileiro testemunhou a ocorrência de uma série de fusões e aquisições, que resultaram em um maior grau de consolidação da indústria financeira. Em agosto de 2008, concluímos a aquisição do Banco Real, por meio da incorporação de ações do Banco Real pelo Santander Brasil, o que aumentou de forma significativa nossa presença no Brasil. Em novembro de 2008, o Itaú e o Unibanco anunciaram sua fusão. Ainda em novembro de 2008, o Banco do Brasil anunciou a aquisição do controle da Nossa Caixa S.A. e, também, de uma participação de 50% no Banco Votorantim S.A. Ademais, em junho de 2009, o Bradesco anunciou a aquisição do Banco Ibi S.A.. Tais operações consolidaram a presença de um número restrito de bancos múltiplos com marcas fortes, redes de distribuição de âmbito nacional, grande base de depósitos de varejo e carteiras de produtos diversificadas. Apesar do grande número de instituições financeiras existentes no Brasil, de acordo com o Banco Central, em março de 2009, os quatros maiores bancos múltiplos respondiam por 60% do total de ativos, 65% do total de depósitos e 55% do capital total do sistema financeiro brasileiro.

A Crise Financeira e a Resposta do Banco Central

Após a falência do Lehman Brothers em setembro de 2008, os mercados financeiros globais passaram por um acentuado declínio. Em um ambiente cada vez mais avesso a riscos e com alta volatilidade, investidores e depositantes passaram buscar a qualidade encontrada nos grandes bancos múltiplos brasileiros. Bancos de pequeno e médio portes, a maioria dos quais captava recursos através de fontes concentradas em depósitos a prazo de investidores institucionais, logo começaram a sofrer de falta de captação adequada de fundos, sendo obrigados a adotar medidas para sustentar sua liquidez. Tais medidas incluíram uma redução ou mesmo uma parada na geração de novos créditos e a venda de carteiras de créditos a vencer a grandes bancos múltiplos. Em determinados casos, alguns dos participantes decidiram abandonar nichos de mercado, devido à falta de captação adequada e estável de recursos.

De forma a aumentar a confiança no sistema financeiro, o Banco Central anunciou uma série de iniciativas para melhorar a liquidez e dar suporte aos bancos de médio porte, incluindo: (1) alteração nas exigências aplicáveis a depósitos à vista e a prazo, (2) atrasos no cronograma de pagamento dos compulsórios, (3) aumento da parcela dos depósitos compulsórios que pode ser utilizada na aquisição de carteiras de crédito de outros bancos e (4) alteração no regulamento do FGC, com a finalidade de garantir depósitos até o montante de R$20 milhões.

Os bancos múltiplos brasileiros foram altamente beneficiados nesta busca por qualidade através de aquisição de carteiras de empréstimos por preços atraentes e de uma redução na concorrência de outros bancos que, antes da crise, operavam em determinados nichos de mercado, tais como empréstimos consignados, empréstimos para aquisição de veículos e empréstimos para pequenas e médias empresas.

Performance Recente

A indústria financeira brasileira vem apresentando crescimento substancial durante os últimos anos. Acreditamos que a estabilidade econômica, o aumento nas taxas de emprego e o maior poder de compra da população brasileira, em conjunto com a formalização das relações de trabalho entre empregadores e empregados contribuíram para o aumento na penetração de diversos serviços financeiros.

A bem sucedida política macro-econômica implementada pelo Governo Federal durante os últimos anos contribuiu para o aumento na demanda por crédito no Brasil. Os três princípios básicos representados pela taxa de câmbio flutuante, superávit fiscal e metas de inflação criaram um ambiente de estabilidade que, combinado com a inflação controlada, permitiu uma redução na taxa de juros e uma melhoria no perfil da dívida pública. Acreditamos que tais fatores tiveram um impacto direto sobre a renda real da população e, consequentemente, sobre a maior penetração de produtos e serviços bancários no Brasil. De acordo com o Instituto de Planejamento Econômico e Social, a renda anual per capital no Brasil cresceu 9,9% de 2003 a 2008, passando de R$9.511 a R$15.240. Ademais, de acordo como o IBGE, a taxa de desemprego no Brasil caiu 4,4% pontos percentuais durante o mesmo período, passando de 12,3% para 7,9%. Este ambiente macroeconômico favorável contribuiu para o crescimento da classe média e, consequentemente, para uma maior demanda por produtos financeiros. Adicionalmente, diferentes políticas de recursos humanos implementadas no mercado contribuíram para o aumento na abertura de contas bancárias, já que um número significativo de empregados prefere receber seu salário através de depósito direto em conta corrente. Tal fator contribuiu para um aumento no número de pessoas com acesso a serviços bancários.

Tal aumento na penetração de serviços financeiros pode ser visto através do crescimento de dois produtos-chave para o relacionamento bancário. Entre 2000 e 2008, aproximadamente 62 milhões de novas contas correntes foram abertas no Brasil, o que corresponde a TCAC (taxa de crescimento anual composta) de 8,9%. Em 2000, havia 63,7 milhões de contas correntes no Brasil, enquanto, ao final de 2008, tal número chegou a 125,7 milhões, de acordo com os mais recentes dados publicados pelo Banco Central. Durante o mesmo período, o número de cartões de crédito aumentou mais de três vezes, passando de 29 milhões para 124 milhões, o que corresponde a uma TCAC de 17,5%.

Contas Correntes (milhões)

Fonte: Banco Central.

Cartões de Crédito (milhões)

Fonte: ABECS.

Mercado de Crédito no Brasil

O mercado de crédito no Brasil é composto pelas atividades de concessão de crédito a indivíduos e a empresas. Em 31 de junho de 2009, de um total de R$897,7 bilhões em créditos a vencer no Brasil, concedidos pelo sistema financeiro brasileiro com fundos disponíveis, 52% correspondiam à carteira de empréstimos corporativos e 48% correspondiam à carteira de créditos de pessoa física, de acordo com o Banco Central.

Carteira de créditos a vencer – Setor privado (R$bilhões)

Fonte: Banco Central.

Volume de crédito / PIB (%)

Fonte: Banco Central.

Apesar do constante aumento na penetração dos produtos de crédito durante os últimos anos, o mercado financeiro brasileiro ainda apresenta uma taxa de penetração relativamente baixa em comparação com outros mercados desenvolvidos ou emergentes.

Crédito como percentual do PIB

* Maio de 2009
Fonte: Relatório de 2009 do World Bank, relativo a 2007.

Crédito ao Varejo

De acordo com os dados publicados pelo Banco Central, o montante total do crédito ao consumidor a vencer aumentou a uma taxa média composta de 23,2% ao ano desde 31 de dezembro de 2002, chegando a R$290 bilhões em 31 de março de 2009, ou 43,1% do montante total do crédito a vencer no Brasil. Na mesma data, o crédito pessoal e o financiamento de automóveis respondiam por mais de 49% e 28% do montante total do crédito ao consumidor, respectivamente.

A tabela abaixo demonstra o crescimento do crédito ao consumidor, dividido por produto.

	2005	2006	2007	2008	Maio 2009	TCAC 2005-2008
		(em milhões de R$)				(em %)
Cheque especial	10.974	11.760	12.985	16.040	17.596	13,5
Crédito pessoal	63.444	79.893	100.928	127.933	142.455	26,3
Cartões de crédito	11.260	13.418	17.150	22.088	25.379	25,2
Financiamento imobiliário	956	1.211	2.270	3.554	3.995	54,9
Bens de consumo	60.914	74.254	93.942	94.033	90.710	15,6
Automóveis	50.685	63.475	81.481	82.433	81.522	17,6
Outros	10.229	10.779	12.461	11.601	9.187	4,3
Outros	7.643	11.301	12.972	18.837	9.830	5,0
Total	**155.190**	**191.837**	**240.246**	**272.484**	**289.965**	**20,6**

Cheque especial é normalmente oferecido por instituições que aceitam depósitos à vista, em geral os maiores bancos de varejo, incluindo os conglomerados estrangeiros. As taxas em geral são altas, o que nos leva a crer que os consumidores utilizam este tipo de linha de crédito como último recurso. O crédito pessoal caracteriza-se por taxas de juros relativamente altas como forma de compensar altas taxas de inadimplência. Este tipo de crédito é frequentemente utilizado por consumidores com acesso limitado a linhas de crédito. Trata-se de uma linha de crédito sem garantia, que não precisa ser utilizada para uma finalidade específica. Os principais bancos de varejo oferecem este produto à sua base de clientes através de sua rede de agências, enquanto os bancos de pequeno e médio porte, com atividades em nichos de mercado específicos, o oferecem através de pequenas agências nas principais cidades do Brasil.

O mercado de financiamento para aquisição de veículos é dominado primariamente pelos grandes bancos de varejo, que gradualmente vêm ganhando participação neste mercado, o qual, no passado, era dominado pelos braços financeiros das montadoras de automóveis. As taxas de juros neste mercado são muito competitivas e o acesso a uma fonte atraente de financiamento representa uma importante vantagem. As instituições de menor porte neste mercado geralmente focam suas atividades no segmento de veículos usados. As taxas de inadimplência são relativamente mais baixas quando comparadas a outras linhas de crédito e o empréstimo é garantido pelos bens financiados. As atividades de financiamento através de cartão de crédito são dominadas pelos grandes bancos de varejo que operam suas próprias bandeiras associadas a bandeiras internacionais, tais como MasterCard e Visa. Este tipo de financiamento tem taxas de inadimplência relativamente altas e, consequentemente, as taxas de juros também são mais altas do que as aplicáveis a outros tipos de linhas de crédito.

O financiamento em lojas se refere ao financiamento de bens de consumo duráveis, tais como materiais de construção e utilidades domésticas, bem como bens de consumo não duráveis, tais como roupas e alimentos. O mercado de financiamento em lojas representa o segmento financeiro mais fragmentado do Brasil. As grandes redes de varejo tradicionalmente financiam as compras de seus clientes. Nos últimos anos, contundo, as lojas vêm entrando em acordos com bancos interessados em assumir tais operações de financiamento.

Os empréstimos consignados representam uma fonte alternativa de crédito quirografário ao consumidor no Brasil. Com as parcelas de pagamento deduzidas diretamente da folha de pagamento do tomador, as taxas de juros são menores do que aquelas cobradas em linhas de crédito tradicionais. De acordo como o Banco Central, os empréstimos consignados têm uma taxa de inadimplência baixa e representam o tipo de crédito ao consumidor com crescimento mais rápido no Brasil. Historicamente, o custo do acesso a linhas de crédito mais tradicionais tem sido muito alto, por diversas razões, incluindo a competição existente dentro da indústria bancária, as estruturas legais e institucionais e a natureza dos riscos de crédito. Sendo uma alternativa mais atraente às linhas de crédito quirografário oferecidas ao consumidor, os empréstimos consignados substituíram alguns dos produtos de crédito ao consumidor mais tradicionais.

Crédito Corporativo

A herança de uma inflação alta e a falta de linhas de crédito de longo prazo às empresas brasileiras resultou em um nível geral de alavancagem corporativa relativamente baixo. Contudo, segundo o Banco Central, o volume de crédito corporativo (incluindo fundos regulados) aumentou significativamente de dezembro de 2002 a abril de 2009, passando de R$292,3 bilhões a R$697,2 bilhões, o que representou uma TCAC de 18,9%. Deste total, os empréstimos de até R$100.000,00 e entre R$100.000,00 e R$10 milhões representam aproximadamente 55% do total de créditos corporativos.

A tabela abaixo reflete a evolução dos empréstimos corporativos por valor em bilhões de Reais.

Como descrito na tabela acima, os empréstimos entre R$100.000,00 e R$10 milhões representam a maior parte dos créditos corporativos, respondendo por 39,6% do montante total de créditos em dezembro de 2008. Há uma tendência de aumento no vencimento médio dos empréstimos corporativos no Brasil. Embora empréstimos de curtíssimo prazo (com vencimento em até 180 dias) ainda respondessem por 39,6% do total dos empréstimos a empresas no Brasil em março de 2009, o número de empréstimos de médio e longo prazo aumentou entre dezembro de 2002 e março de 2009 de acordo com o Banco Central.

Os principais produtos oferecidos a empresas são o crédito rotativo, os empréstimos de capital de giro, os financiamentos *vendor* e de contas a pagar e o desconto de duplicatas, como descrito abaixo.

O *crédito rotativo* se caracteriza por ser uma linha de crédito rotativo de curto prazo oferecida a empresas, com garantia de liquidez imediata. Em geral, os juros devidos são calculados diariamente com base no saldo devedor mais o imposto sobre operações de crédito, devido no primeiro dia útil do mês seguinte à operação.

Os *empréstimos de capital de giro* consistem em adiantamentos de recursos para atender às necessidades de capital de giro dos tomadores. Em geral, o prazo de amortização é de até 180 dias. Os financiamentos *vendor,* ou aquisição de recebíveis com desconto, consistem em empréstimos a uma empresa para que a mesma possa vender seus produtos a prazo e receber os pagamentos à vista. A maior vantagem deste tipo de financiamento é que a venda não é financiada diretamente pela empresa que vende o produto e, consequentemente, a base de cálculo para o pagamento de tributos e da comissão de vendas é menor. Os financiamentos de contas a pagar são o oposto das aquisições de recebíveis com desconto, já que permitem que o comprador aumente o prazo de amortização de uma compra sem envolver o vendedor, uma vez que o comprador fica obrigado pelo pagamento do empréstimo.

As *transações de desconto de duplicatas* consistem em adiantamentos de valores relativos a instrumentos como duplicatas, notas promissórias, recibos de cartões de crédito ou cheques pré-datados com a finalidade de adiantar o fluxo de caixa das empresas tomadoras. O direito de regresso contra o tomador fica garantido ao banco que processa o desconto em caso de não pagamento das duplicatas.

Financiamento Imobiliário

O mercado de hipotecas ainda é muito incipiente no Brasil, onde as linhas de crédito hipotecário respondem por apenas 2% do PIB, como indicado no gráfico abaixo.

Empréstimos imobiliários como % do PIB

Fonte: Gwinner, B. (2007), Finance for Growth (2001) The World Bank.

Acreditamos que o nível de financiamento de imóveis no Brasil se elevará como resultado de diversas alterações estruturais. Segundo o IBGE, o déficit de moradias no Brasil em 31 de dezembro de 2007 excedia 7,2 milhões de unidades. A maior parte de tal déficit está localizada na região sudeste do Brasil (37,2%), seguida das regiões nordeste (34,3%), sul (11,2%), norte (10,3%) e centro-oeste (7,0%).

Ademais, uma das prioridades do atual Governo Federal é estimular o crescimento do setor da construção, como forma de solucionar a falta de moradias e oferecer emprego. O Governo Federal adotou uma série de políticas importantes com o objetivo de reforçar a demanda por imóveis através de incentivos fiscais e expandir o mercado de financiamento de imóveis, incluindo:

- incentivos e isenções fiscais;
- aumento da garantia às construtoras, através do oferecimento de garantias sobre imóveis;
- aumento da garantia aos compradores através de um sistema tributário especial que separa os bens das construtoras daqueles pertencentes ao projeto de construção específico; e
- simplificação e intensificação da aplicação de leis de execução hipotecária.

Acreditamos que a redução nas taxas de juros e o controle da inflação, combinados com o atual déficit de moradia e o suporte governamental contribuirão para o aumento na demanda por financiamento imobiliário no Brasil.

Gestão de Recursos de Terceiros

De acordo com a ANBID, a indústria de gestão de recursos de terceiros no Brasil vem crescendo a taxas significativas nos últimos anos. O volume de recursos administrados cresceu aproximadamente 4,5%, passando de R$1.187,8 milhões em 16 de julho de 2008, a R$1.241,5 milhões em 16 de julho 2009. Desde 2002, a indústria de fundos de investimento passou por alterações significativas, como resultado dos regulamentos que determinaram a responsabilidade da CVM pela supervisão de tal atividade. Tais regulamentos encorajaram os participantes do mercado a adotar melhores práticas de governança corporativa e a aumentar a transparência na administração de fundos de investimentos.

A indústria de gestão de recursos de terceiros no Brasil está concentrada entre administradores de fundos controlados pelos grandes conglomerados financeiros, o que torna o acesso a canais de distribuição de varejo especialmente importante nesta indústria. Os principais clientes desta indústria são os investidores institucionais, tais como fundos de pensão, seguradoras e clientes de *private banking*. Alguns dos principais fatores que vêm contribuindo para o crescimento da indústria de gestão de recursos de terceiros são:

- estabilidade econômica no Brasil e aumento das receitas disponíveis e poupança;
- expansão nos mercados de seguros e de fundos de pensão, influenciada, em parte, pelo crescimento de produtos como planos de previdência privada (VGBL e PGBL), cujos ativos aumentaram o volume de ativos sob a administração na indústria brasileira de fundos mútuos;
- melhoria da classificação de crédito dos emissores brasileiros;
- expansão no acesso a produtos financeiros oferecidos pela Internet;
- ajustes nos regulamentos aplicáveis aos fundos mútuos no Brasil; e
- melhores condições no mercado brasileiro de capitais.

Seguros

As receitas de seguros no Brasil são geradas pelas vendas de apólices com cobertura para automóveis e outros bens, bem como apólices de seguros contra acidentes, seguros-saúde, crédito de vida e seguros de vida (que inclui seguros de vida e de acidentes pessoais, mas exclui planos de previdência privada (VGBL)).

Nos últimos anos, a indústria brasileira de seguros vem apresentando resultados positivos. De acordo com a SUSEP, de 2002 a 2008, a taxa de crescimento anual do total de prêmios foi de aproximadamente 183,6%, ou seja, 68,9% mais alta do que a taxa de crescimento apresentada globalmente pela indústria de seguros e 6,1 pontos percentuais maior do que o crescimento nominal do PIB brasileiro.

Contudo, o Brasil é um mercado com pouca penetração em termos de produtos de seguros. De acordo com a SwissRe, em seu relatório Sigma datado de maio de 2009, o Brasil ocupava a 17ª colocação na lista de maiores mercados de seguros no mundo, atrás de economias menores, tais como a África do Sul, a Holanda e a Austrália. Em 2008, a indústria de seguros no Brasil contribuiu 3% para o PIB, 4 pontos percentuais abaixo da média global de 7. Em termos de prêmio per capita, o Brasil está abaixo da média mundial, com US$245 versus US$634 ao ano.

NOSSAS ATIVIDADES

Visão Geral

Somos um dos bancos múltiplos líderes no Brasil, que acreditamos ser um dos mercados mais atraentes do mundo dado seu alto potencial de crescimento e sua baixa penetração de produtos e serviços bancários. Somos o terceiro maior banco privado do Brasil, o maior banco controlado por um grande grupo financeiro global e o quarto maior banco do País, com uma participação de mercado de 10,2% em termos de ativos, em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central. Nossas operações estão localizadas em todo o País e estrategicamente concentradas nas regiões sul e sudeste, área que representa aproximadamente 73,1% do PIB com base em dados de 2006 e onde possuímos atualmente uma das maiores redes de agências bancárias dentre nossos concorrentes, de acordo com o Banco Central. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, geramos lucro bruto de R$3,8 bilhões e possuíamos ativos totais de R$288,9 bilhões e patrimônio líquido de R$51,1 bilhões. Nosso índice de Basiléia era de 17% em 30 de junho de 2009.

Em agosto de 2008 realizamos a incorporação de ações do Banco Real, na época o quarto maior banco privado brasileiro em termos de ativos. Quando da aquisição, éramos o quinto maior banco não estatal do Brasil em termos de ativos. Como resultado da integração do Banco Real e de nosso crescimento orgânico, nossa carteira de crédito líquida aumentou de R$44,6 bilhões em 30 de junho de 2008 para R$132,3 bilhões em 31 de dezembro de 2008, e nossos depósitos totais aumentaram de R$46,9 bilhões em 30 de junho de 2008 para R$124,0 bilhões em 31 de dezembro de 2008, todos refletidos em nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. No mesmo período, nossa base de correntistas ativos aumentou de cerca de 3,5 milhões para aproximadamente 7,7 milhões e nossa rede de distribuição de agências e postos de atendimento bancário aumentou de 1.546 para 3.603.

As operações do Banco Real são altamente complementares às nossas operações pré-aquisição. Acreditamos que a aquisição ofereça oportunidades significativas para a criação de sinergias operacionais, comerciais e tecnológicas, por meio da preservação das melhores práticas de cada banco. A forte presença do Banco Real nos estados do Rio de Janeiro e Minas Gerais fortaleceu ainda mais a nossa posição nas regiões sul e sudeste, complementando nossa expressiva participação na região, particularmente em São Paulo. A aquisição do Banco Real consolidou nossa posição como um banco múltiplo com cobertura nacional e escala suficientes para competir de forma efetiva em nosso mercado alvo.

Desde meados dos anos 90, o Brasil beneficiou-se de estabilidade política, social e macroeconômica combinada com a melhoria da renda real e, consequentemente, apresentou alta taxa de mobilidade social e econômica para classes mais altas. Durante este período, o setor de serviços financeiros no Brasil apresentou um crescimento significativo, à medida que a estabilidade econômica, os melhores níveis de emprego e o aumento do poder de compra da população brasileira têm contribuído para a elevação da penetração de produtos e serviços financeiros. Não obstante, o mercado financeiro brasileiro ainda apresenta uma oferta de crédito relativamente baixa quando comparado a outros mercados desenvolvidos e emergentes, oferecendo, dessa forma, oportunidades adicionais de crescimento. De acordo com o relatório de 2009 do World Bank, o índice de crédito total em relação ao PIB era de aproximadamente 50% no Brasil em 2007. Em 31 de dezembro de 2007, o índice de crédito total em relação ao PIB nos Estados Unidos era de aproximadamente 169%, de acordo com estatísticas das autoridades monetárias. O mercado de financiamento imobiliário brasileiro ainda é incipiente, com empréstimos imobiliários respondendo por aproximadamente 2% do PIB em 2007, de acordo com o Banco Central, enquanto que nos Estados Unidos, por exemplo, o número atingiu aproximadamente 68% no mesmo período, de acordo com o Banco Mundial. Esperamos que a oferta de crédito continue a aumentar como resultado da maior estabilidade macroeconômica e da oferta de produtos direcionados à necessidades específicas dos clientes. Além disso, esperamos que o financiamento imobiliário cresça no Brasil, como consequência de tendências estruturais, incluindo déficit habitacional, maior foco do Governo Federal em estimular o crescimento no setor de construção e as reformas na legislação em apoio ao desenvolvimento de produtos de financiamento imobiliário. O sistema financeiro nacional é concentrado, sendo os quatro maiores bancos responsáveis por aproximadamente 58% dos empréstimos totais e 64% de poupanças, em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central.

Somos parte do Grupo Santander, um dos maiores grupos financeiros do mundo em termos de capitalização de mercado. Em 30 de junho de 2009, o Grupo Santander tinha um patrimônio líquido de €66,8 bilhões e ativos totais de €1.148,5 bilhões, com presença em mais de 40 países, atendendo a cerca de 90 milhões de clientes por meio de mais de 14.000 agências. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, nossas operações responderam por mais de 20% do lucro líquido do Grupo Santander e 53% de seu lucro líquido na América Latina. Em 30 de junho de 2009, nosso negócio representava aproximadamente 9% dos ativos do Grupo Santander e 51% de seus ativos na América Latina.

A tabela a seguir mostra alguns dados financeiros e operacionais de nossas operações.

	Período de seis meses encerrado em 30 de junho de		Exercício encerrado em 31 de dezembro de	
	2009[1]	2008[1]	2008	2007
	(em milhões de Reais, exceto conforme indicado)			
Informações Financeiras				
Ativos	288.878	114.585	294.190	108.319
Total de empréstimos e adiantamento a clientes, bruto	139.962	47.953	142.649	51.453
Depósitos totais	177.948	76.332	182.312	74.055
Patrimônio líquido	51.136	10.164	49.318	8.671
Receita financeira líquida	10.661	3.332	11.438	6.195
Receita de tarifa e comissões	3.463	1.881	4.809	3.364
Receita bruta	15.483	5.573	15.971	11.367
Lucro líquido do exercício	2.445	707	2.379	1.903
Retorno sobre o patrimônio líquido médio[1]	9,9%	14,8%	10,3%	18,1%
Índice de eficiência[2]	34,7%	40,8%	45,0%	39,2%
Índice de adequação de capital da Basiléia[3]	17,0%	13,5%	14,7%	14,2%
Informações Operacionais				
Número de clientes (em milhares)	21.639	8.487	20.859	8.174
Número de caixas eletrônicos (em unidades)	18.101	7.558	18.120	7.639
Número de agências (em unidades)	2.091	891	2.083	904
Participação de mercado (com base em ativos)[4]	10,2%	4,4%	10,5%	4,5%
Participação de mercado (com base em depósitos)[4]	10,7%	5,1%	11%	4,9%
Participação de mercado (com base na carteira de crédito)[4]	12,2%	5,0%	12,3%	5,1%

(1) Índices dos seis meses estão anualizados (dobrando o componente). Índices anualizados não necessariamente equivalentes aos índices do final do exercício social.

(2) Índice de eficiência é definido como o resultado das despesas administrativas divididas pela receita bruta. O índice do período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2008 é apresentado de maneira "pro forma". Veja "Informações Financeiras Consolidadas Pró-Forma Não Auditadas".

(3) Em julho de 2008, novas regras de adequação de capital, no âmbito da implementação do Acordo da Basiléia, entraram em vigor no Brasil, incluindo uma nova metodologia para análise e gerenciamento dos riscos de crédito e operacional. Adicionalmente, nossos índices de adequação de capital a partir de julho de 2008 são calculados excluindo-se o ágio, nos termos do Acordo da Basiléia. Como resultado, nossos índices a partir de julho de 2008 não são comparáveis aos índices anteriores.

(1) Fonte: Banco Central.

Nossos Pontos Fortes

Acreditamos que nossa lucratividade e nossas vantagens competitivas são resultado dos cinco pilares do Santander Brasil: presença nacional com posição de liderança nas regiões de maior renda do País; ampla variedade de produtos direcionados às necessidades de cada cliente; perfil conservador de risco; plataforma tecnológica escalável de última geração; e foco no crescimento sustentável, tanto orgânico como por meio de aquisições selecionadas.

Relacionamento com o Grupo Santander

Acreditamos que ser parte do Grupo Santander nos confere uma significativa vantagem competitiva sobre os demais bancos em nosso universo de comparação, visto que nenhum deles é parte de um grupo bancário global como o nosso. Este relacionamento nos permite:

- alavancar a plataforma global de informações do Grupo Santander, reduzindo nossos custos de desenvolvimento de tecnologia, fornecendo sinergias operacionais com o Grupo Santander e melhorando a nossa capacidade de oferecer produtos e serviços internacionais a nossos clientes;
- ter acesso à base de clientes multinacionais do Grupo Santander;

- aproveitar a presença global do Grupo Santander, em especial em outros países da América Latina, para oferecer soluções internacionais para as necessidades financeiras de nossos clientes corporativos brasileiros, à medida que eles expandem as suas operações globalmente;
- replicar ou adaptar para o Brasil, de forma seletiva, as ofertas de produtos de sucesso do Grupo Santander em outros países;
- beneficiar-nos da experiência operacional do Grupo Santander em áreas como controles internos e gestão de riscos, cujos processos têm sido desenvolvidos em resposta a uma ampla variedade de condições de mercado em todo o mundo e que acreditamos poder melhorar nossas oportunidades de crescimento dentro dos limites de risco desejados;
- aproveitar a experiência em integrações do Grupo Santander para maximizar e otimizar a geração de sinergias decorrentes da aquisição do Banco Real, assim como eventuais aquisições futuras; e
- beneficiar-nos do treinamento e desenvolvimento da administração do Grupo Santander, formada pela combinação de treinamento e desenvolvimento internos, com acesso a experiência gerencial em outras unidades do Grupo Santander no exterior.

Forte presença em áreas demográfica e geograficamente atraentes

Nosso foco está nas crescentes faixas de média e alta renda no Brasil, que definimos como pessoas físicas com renda mensal superior a R$1.200 e R$4.000, respectivamente. Estamos bem posicionados para nos beneficiar do crescimento de nossa base de clientes alvo e da baixa penetração de produtos e serviços financeiros no Brasil, por meio da venda de produtos-chave, como cartões de crédito e seguros. Os clientes de renda média e alta nos dão acesso a uma base de captação estável e de baixo custo por meio de depósitos à vista e a prazo. Além disso, acreditamos que nosso foco nestas faixas aumentou nossa lucratividade, na medida em que elas tradicionalmente apresentam volumes e margens mais altas.

Acreditamos que existe um potencial adicional, inclusive com o uso de nossa moderna, escalável e recém-reformulada plataforma de TI, para o aumento da penetração de produtos e serviços financeiros em nossa atual base de clientes, que conta com aproximadamente 9,9 milhões de correntistas ativos, de acordo com dados do Banco Central referentes a 31 de julho de 2009. Por exemplo, em 30 de junho de 2009, somente 22% de nossos correntistas possuíam empréstimos pessoais e apenas 60% possuíam cartão de crédito. Além disso, a aquisição do Banco Real fortaleceu nossa posição competitiva nas regiões sul e sudeste do Brasil, área que representou aproximadamente 73,1% do PIB do Brasil com base em dados de 2006, e onde atualmente detemos uma das maiores redes de agências entre os bancos brasileiros, de acordo com o Banco Central. Nossa presença nestas áreas geográficas atraentes, combinada com nosso foco nos clientes de renda média e alta, nos permite cobrir efetivamente uma parcela significativa da base econômica do Brasil.

Histórico de integrações bem-sucedidas

O Grupo Santander expandiu a sua presença em todo o mundo por meio da integração bem-sucedida de numerosos negócios adquiridos. Em particular, citamos o exemplo do Abbey National Bank Plc, situado no Reino Unido, que incrementou seu índice de eficiência (custo sobre receita) de 55,1% em 2006, no segundo ano após sua aquisição pelo Grupo Santander, para 45,2% em 2008. Ainda, desde 1997, o Grupo Santander adquiriu seis bancos no Brasil, demonstrando a sua capacidade de executar complexas aquisições neste mercado, integrar as empresas adquiridas em seu negócio existente e melhorar o desempenho operacional destas. Nossa primeira aquisição significativa foi a do Banespa, em novembro de 2000. Em nossas aquisições, em especial no caso do Banco Real, unimos o melhor de ambos os bancos em uma única instituição, escolhendo as melhores estratégias de negócios, pessoal-chave, tecnologia e processos para assegurar a combinação ótima para alcançar uma posição competitiva sustentável. Esse é o caso da integração com o Banco Real, na qual estamos buscando conseguir sinergias de custos cumulativas de aproximadamente R$2,4 bilhões (calculado com base nos custos do Santander Brasil e do Banco Real de 2008 corrigidos pela inflação e estimativa de aumento de salários) e sinergias de receitas acumuladas de aproximadamente R$300 milhões até 31 de dezembro de 2011.

Começamos o processo de integração operacional, comercial e tecnológica do Banco Real imediatamente após a incorporação de ações em agosto de 2008. Desenvolvemos um plano de integração de três anos, que estamos executando cuidadosamente, englobando uma série de iniciativas para assegurar que as sinergias sejam alcançadas e que as melhores práticas sejam identificadas e implementadas. Nossas operações de serviços bancários de atacado foram totalmente integradas desde o fim de 2008. Em março de 2009, integramos a rede de agências e canais eletrônicos de distribuição das duas instituições para possibilitar que os clientes executem não somente saques de dinheiro, mas um leque completo de transações nas agências ou caixas eletrônicos de ambos os bancos. Esperamos ter uma integração completa da rede de caixas eletrônicos e agências em 2010. Acreditamos que, até agora, atingimos nossas principais metas de integração, inclusive a manutenção e melhoria dos serviços aos clientes; identificação, manutenção e melhoria dos pontos operacionais fortes de cada banco; estabelecimento de uma nova cultura de negócios entre nossos funcionários, baseada em nossos pontos fortes; retenção e desenvolvimento de funcionários treinados e talentosos; e cumprimento de metas operacionais.

Posição de liderança no mercado

Somos o terceiro maior banco privado do Brasil em termos de ativos, com uma participação de mercado de 10,2% em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central. Acreditamos estar posicionados entre os três primeiros bancos em grande parte das principais linhas de produtos, conforme demonstrado na tabela abaixo, que apresenta nossa participação de mercado em relação aos produtos e regiões indicados.

	Em 31 de março de 2009
	Participação de Mercado (%)
Cheque especial	19,1
Empréstimos pessoais/consignados	13,1
Leasing /Crédito direto ao consumidor de automóveis	15,3
Cartões de Crédito	9,7
Agências	12,2
Sudeste	15,9
Sul	8,7

Fonte: Banco Central.

A aquisição do Banco Real expandiu ainda mais nossa massa crítica no mercado brasileiro. Acreditamos que tanto nossa escala como liderança de mercado nos asseguram excepcional competitividade, inclusive a capacidade de reunir inteligência de mercado para apoiar a tomada de decisão na identificação de oportunidades de negócio e para atender às necessidades de nossos clientes, operando como um banco múltiplo. Desde a aquisição do Banco Real, aumentamos organicamente nossa participação de mercado em ramos de negócios importantes tais como empréstimos consignados e pessoais, cheque especial e cartões de crédito. Além disso, somos um dos bancos de atacado líderes no Brasil. Por meio de nosso acesso exclusivo à rede global do Grupo Santander, conseguimos apoiar nossos grandes clientes corporativos brasileiros na internacionalização de seus negócios, por meio de financiamento de comércio exterior e aquisições, por exemplo, estruturando empréstimos sindicalizados que permitem a adoção de várias estratégias de refinanciamento em diferentes mercados. Como um dos bancos de primeira linha no País e tendo em vista as oportunidades para alavancagem de nossos segmentos operacionais, nossa ampla oferta de produtos e presença geográfica, estamos bem posicionados para expandir nossa participação de mercado.

Plataforma tecnológica integrada de última geração

Operamos uma plataforma tecnológica de última geração com foco no cliente, que incorpora os padrões, processos e a comprovada inovação do Grupo Santander, tanto no Brasil como no exterior, e do Banco Real. A utilização de um sistema de gestão de relacionamento com o cliente nos permite entregar produtos e serviços direcionados às suas necessidades específicas. Como nossa plataforma de TI está integrada com a do Grupo Santander, estamos em condições de viabilizar os negócios globais de nossos clientes, o que dará suporte ao nosso crescimento no País, tendo em vista os benefícios que uma plataforma flexível e escalável como a nossa permite. Tal plataforma vem sendo aprimorada com um conjunto de funcionalidades voltadas aos clientes, herdadas do Banco Real, que acreditamos nos proporcionar uma vantagem competitiva significativa.

Nossa Estratégia

Nossa meta é ser o principal banco múltiplo do Brasil em termos de lucratividade e reconhecimento de marca, além de satisfação dos clientes e de nossos funcionários. Buscamos ser um banco de relacionamento e o principal banco de nossos clientes de varejo e atacado com base em práticas sustentáveis, atendendo-os com nosso portfólio completo de produtos. Acreditamos que podemos alcançar estas metas por meio das seguintes estratégias:

Melhoria da eficiência por meio de sinergias e implementação das melhores práticas no processo de integração

Continuaremos a buscar formas de melhorar ainda mais nossa eficiência operacional e nossas margens. Pretendemos manter a disciplina de investimento e direcionar recursos a áreas que geram melhorias no gerenciamento de nossos clientes e aumento de nossas receitas. Esperamos conseguir gerar sinergias adicionais por meio da combinação das melhores práticas do Santander Brasil e Banco Real, tanto em termos de receitas, à medida em que alavancamos ainda mais nossos relacionamentos e oportunidades de venda cruzada de produtos em uma base mais ampla de clientes, quanto em termos de custos, à medida que concretizamos os ganhos potenciais impulsionados por ganhos de escala, aumentando a nossa eficiência. Acreditamos que a criação de sinergias será apoiada pela distribuição geográfica e base de clientes complementares de ambas as redes de atendimento e pela baixa sobreposição de produtos dos bancos. Nossa integração já permitiu significativa redução de custos, com nosso índice entre custo e receitas caindo de 45% em 2008 para 34,7% no primeiro semestre de 2009, sendo que acreditamos que existem oportunidades para uma redução adicional nas despesas operacionais.

Expansão da oferta de produtos e canais de distribuição no Banco Comercial

Pretendemos aumentar nossos negócios e operações em todo o Brasil, expandindo nossos serviços de Banco Comercial para clientes de varejo existentes e potenciais, e oferecendo novos produtos e serviços a clientes atuais, com base no perfil de cada cliente, por meio de nossos numerosos canais de distribuição e da alavancagem de nossa base de dados e plataforma de TI focadas no relacionamento com nossos clientes. Nossos esforços relativos à oferta de novos produtos e à expansão de nosso alcance a outros mercados continuarão a ser direcionados de acordo com o correto gerenciamento de riscos de tais oportunidades. Buscaremos também aumentar a nossa participação de mercado por meio da oferta de produtos bancários inovadores e manutenção do foco em produtos em que acreditamos existir oportunidade de expansão de nossa presença no mercado brasileiro como, por exemplo, cartões de crédito e produtos de seguros. Além disso, temos planos para atrair correntistas conquistando usuários de nossos produtos de empréstimo, como financiamento de automóvel, seguros ou cartões de crédito. Continuaremos a focar nossos esforços de marketing visando aumentar nossa base de clientes e o número de produtos utilizados por cada cliente, bem como aumentar nossa participação nos produtos que os clientes usualmente utilizam em mais de um banco. Pretendemos melhorar nossa competitividade pelo fortalecimento do alcance de nossa marca, por meio de ações de marketing.

Pretendemos melhorar e expandir os canais de distribuição de nossos produtos por meio de nossa tradicional rede de agências e pela distribuição por canais alternativos de marketing e vendas diretas, tais como telemarketing, serviços bancários pela Internet e bancos correspondentes. Planejamos abrir 600 novas agências até 2013 em nossa área de atuação primordial – sul e sudeste do Brasil – e em outras regiões onde temos massa crítica. Continuaremos a maximizar as sinergias e alavancar as oportunidades entre nossos clientes corporativos e de varejo. Por exemplo, ao oferecer serviços de folha de pagamento a nossos clientes corporativos, poderemos instalar um posto de atendimento bancário no local e, desta forma, ter acesso a seus funcionários como uma possível base de clientes, atingindo massa crítica necessária para abrir uma nova agência naquela área. Pretendemos aumentar nossos financiamentos imobiliários como consequência do cenário deficitário do setor no Brasil e em decorrência de novas regras de incentivo aos financiamentos imobiliários.

Capitalização da nossa forte posição de mercado no negócio de atacado

Fornecemos às multinacionais presentes no Brasil e empresas locais, inclusive aquelas com operações no exterior, uma ampla variedade de produtos financeiros, utilizando nossa rede global para atender as necessidades de nossos clientes com soluções personalizadas. Pretendemos focar ainda mais em nossa sólida posição global como um banco de atacado de relacionamento com clientes, em linha com a estratégia global do Grupo Santander para o Banco Global de Atacado. Esperamos nos beneficiar da forte posição de mercado do Grupo Santander como um dos principais *players* no setor bancário global e, dessa forma, fortalecer nossos relacionamentos existentes e construir novos relacionamentos duradouros com novos clientes, explorando ao máximo nossa carteira de produtos, particularmente produtos com altas margens. Além disso, como um dos maiores bancos locais com apoio de uma grande instituição financeira internacional, pretendemos ser um forte ponto de apoio para as empresas brasileiras, à medida que elas continuam a expandir seus negócios internacionalmente. Ademais, acreditamos que podemos usar nosso relacionamento com grandes empresas para ter acesso a seus fornecedores como possíveis novos clientes. Pretendemos também distribuir produtos de tesouraria a empresas menores ou a pessoas físicas por meio da plataforma *Santander Global Connect* (SGC).

Desenvolvimento contínuo de uma plataforma de negócios transparente e sustentável

Manteremos um compromisso com a sustentabilidade econômica, social e ambiental em nossos processos, produtos, políticas e relacionamentos. Continuaremos a construir relacionamentos duráveis e transparentes com nossos clientes por meio da compreensão de suas necessidades, desenhando nossos produtos e serviços para atendê-los. Acreditamos que nosso compromisso com a transparência e sustentabilidade nos ajudará a criar uma plataforma de negócios que manterá o crescimento de nossas operações no longo prazo. Acreditamos também que para construir relacionamentos comerciais é essencial a melhoria contínua no reconhecimento de nossa marca e a busca por profissionais talentosos. Continuaremos a patrocinar oportunidades educacionais por meio do *Santander Universidades* e do portal *Universia* para estimular futuros relacionamentos com potenciais clientes.

Contínuo crescimento de nossos negócios de seguros

Pretendemos continuar a expandir nossos negócios de seguros, particularmente relacionados a produtos bancários. Nosso comprometimento com o crescimento desse segmento foi recentemente demonstrado com a nossa aquisição da participação remanescente de 50% da Real Seguros Vida e Previdência S.A. (antiga Real Tókio Marine Vida e Previdência S.A.). Continuaremos a incrementar nossa presença nesse segmento pelo aproveitamento de nossa forte rede de agências e base de clientes, em particular nas regiões sul e sudeste, venda cruzada de produtos de seguros, com a meta de aumentar a receita gerada por cada cliente, assim como a utilização de nossos intensos relacionamentos com empresas no Brasil. Pretendemos vender nossos produtos por meio de nossos tradicionais canais de distribuição, tais como agências, e também por meio de caixas eletrônicos, centrais de atendimento telefônico e Internet.

Histórico

Grupo Santander no Brasil

O Grupo Santander expandiu a sua presença em todo o mundo por meio de aquisições e obtenção de sinergias a partir de processos de integração bem sucedidos de negócios.

Em 1957, o Grupo Santander entrou no mercado brasileiro por meio de um acordo operacional com o Banco Intercontinental do Brasil S.A. A partir dos anos 90, o Grupo Santander buscou estabelecer forte presença na América Latina, particularmente no Brasil. O Grupo Santander seguiu esta estratégia tanto por meio de crescimento orgânico, como por aquisições. Em 1997, o Grupo Santander adquiriu o Banco Geral do Comércio S.A., um banco de varejo de médio porte, que subsequentemente mudou seu nome para Banco Santander Brasil S.A. No ano seguinte, o Grupo Santander adquiriu o Banco Noroeste S.A. para fortalecer ainda mais a sua posição como um banco de varejo no Brasil. Em 1999, o Banco Noroeste foi incorporado pelo Banco Santander Brasil. Em janeiro de 2000, o Grupo Santander adquiriu o Banco Meridional S.A. (incluindo a subsidiária Banco Bozano, Simonsen S.A.), um banco atuante em serviços bancários de varejo e atacado, principalmente no sudeste do Brasil.

Desde 1997, o Grupo Santander demonstrou de forma consistente a sua capacidade de realizar aquisições significativas no Brasil, integrar as instituições adquiridas em seus negócios existentes e melhorar o desempenho operacional de tais instituições. Este foi o caso, em particular, da aquisição do Banespa, detido pelo Estado de São Paulo, em novembro de 2000. Por meio desta aquisição, o Grupo Santander passou a ser um dos maiores grupos financeiros do Brasil, com sólidas operações em serviços bancários de varejo e atacado, estrategicamente posicionado no sul e sudeste do País. Após a aquisição, o Grupo Santander implementou uma modernização da tecnologia de informação no Banespa. Transcorrido um ano da aquisição, o índice de eficiência do Banespa havia melhorado significativamente.

Apesar de operar no Brasil por meio de diferentes pessoas jurídicas, o Grupo Santander Brasil tem sua administração e funções gerenciais centralizadas desde 2000. Em 2006, o Grupo Santander Brasil, mediante aprovação de seus acionistas e do Banco Central, consolidou todas as suas participações em uma única pessoa jurídica – Banco Santander Banespa S.A., que posteriormente teve sua denominação alterada para Banco Santander (Brasil) S.A., simplificando, assim, a nossa estrutura societária e fiscal, melhorando nossa eficiência operacional e reduzindo os custos administrativos por meio da integração e do aprimoramento de diferentes plataformas de TI. Em 2007, o Grupo Santander implementou um programa de unificação de sua marca.

Aquisição do Banco Real

Em 1º de novembro de 2007, o RFS Holdings B.V., uma sociedade criada mediante a associação entre o Santander Espanha, The Royal Bank of Scotland Group PLC, Fortis SA/NV e Fortis N.V., adquiriu 96,95% do capital do ABN AMRO, então controlador do Banco Real. Na sequência, em 12 de dezembro de 2007, o CADE aprovou sem ressalvas a aquisição das pessoas jurídicas brasileiras do ABN AMRO pela sociedade. No primeiro trimestre de 2008, o Fortis e Santander Espanha chegaram a um acordo por meio do qual o Santander Espanha adquiriu direito às atividades de administração de ativos do ABN AMRO no Brasil, que o Fortis havia adquirido como parte da compra pelo consórcio do ABN AMRO. Em 24 de julho de 2008, o Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto do Banco Real. Nas assembléias gerais de acionistas do Santander Brasil e do Banco Real realizadas em 29 de agosto de 2008, foi aprovada a incorporação pelo Santander Brasil das ações de emissão do Banco Real, passando o Banco Real a ser uma subsidiária integral do Santander Brasil. Naquele momento, o Banco Real era o quarto maior banco privado do Brasil em quantidade de ativos. Por fim, em 30 de abril de 2009, o Banco Real foi incorporado pelo Santander Brasil e foi extinto como pessoa jurídica independente. A incorporação está pendente de aprovação pelo Banco Central. Como resultado dessa aquisição, o Santander Brasil tornou-se o terceiro maior banco privado do Brasil em termos de ativos.

O organograma a seguir apresenta nossa estrutura societária, antes da conclusão da Oferta:

Integração do Santander Brasil e Banco Real

Começamos a integração das operações do Banco Real e do Santander Brasil logo após a aprovação da incorporação de ações em 29 de agosto de 2008. Como parte deste processo, estabelecemos um "escritório de integração", responsável pela coordenação de nossos planos de integração, fornecendo suporte e planejamento necessários. Inicialmente, foram estabelecidas certas metas para estruturação e condução da integração, incluindo:

- manutenção e aprimoramento dos serviços aos clientes;
- identificação de pontos fortes operacionais de cada banco e manutenção e incremento de tais pontos fortes;
- estabelecimento de nova cultura de negócios entre nossos funcionários, focando em nossos pontos fortes;
- retenção e desenvolvimento de funcionários treinados e talentosos; e
- cumprimento de metas operacionais e financeiras anuais.

Um de nossos objetivos no desenvolvimento do plano de integração era identificar os pontos fortes de cada banco, em cada uma das frentes identificadas acima, e desenvolver uma visão geral estratégica para a combinação das operações. Como parte deste processo, realizamos revisões extensas ao longo de um período de dois meses, comparando, entre outros, modelos operacionais, reconhecimento de marcas e práticas de recursos humanos para identificação e estabelecimento das melhores práticas de cada banco que seriam adotadas quando da integração das operações. Além disso, em um esforço para identificar as melhores práticas de cada banco, aproximadamente 900 pessoas dos dois bancos, desde técnicos a operadores de sistemas, foram envolvidos em nossos planos para definição da integração, em que foram identificadas e analisadas as diferenças entre os sistemas de tecnologia, produtos, processos operacionais e políticas dos dois bancos. Com base em tais esforços, desenvolvemos uma Estrutura de Integração, estabelecendo as exigências para um banco totalmente integrado operando sob a marca Santander, com um modelo de negócios consistente e gerenciamento de riscos de crédito e operacional.

Nossa Estrutura de Integração engloba quatro principais iniciativas:

- Plano de Sistemas: Identificar as diferentes funções dos sistemas de TI de cada banco e implementar a transição para uma única plataforma de TI, projetando planos de contingência e processos para a conversão. A plataforma de TI do Santander Brasil foi escolhida como a plataforma base devido à sua solidez, flexibilidade e fácil interface com os usuários. A plataforma de TI, prevista para estar totalmente implementada em 2010, conta com as melhores práticas do Banco Real e do Santander Brasil;
- Medidas de Integração: Identificar medidas diferentes para apresentação da visão de futuro dos negócios, processos e políticas dos dois bancos. Dessas medidas, aproximadamente metade já foi finalizada e as demais estão em andamento e estimadas para estarem completas até o final de 2009. Uma medida recentemente iniciada é a integração das redes de agências, que será o foco primário até que a integração dos sistemas de TI esteja completa;
- Sinergias: Identificar métodos para aproveitar as sinergias de custos em toda a organização; e
- Mudança: Monitorar e avaliar mudanças resultantes da integração. Nossa equipe de gerenciamento dessas mudanças está focada em definir as medidas necessárias para um melhor aproveitamento das mudanças positivas resultantes da integração e redução de mudanças negativas. Tais medidas incluem treinamento e desenvolvimento de funcionários, desenvolvimento e manutenção de comunicação interna e comunicação com clientes.

Várias das ações contempladas por nossa Estrutura de Integração já foram implementadas, inclusive:

- integração de todas as operações de financiamento de automóveis na Aymoré, o veículo de financiamento ao consumidor;
- consolidação de relacionamentos com os maiores clientes corporativos do Santander Brasil e Banco Real;
- aquisição de uma nova sede para a instituição integrada após a incorporação do Banco Real, onde as nossas atividades serão centralizadas; e
- integração de várias funções internas, tais como auditoria interna, planejamento de negócios, desenvolvimento sustentável, recursos humanos, comunicações, finanças, assuntos corporativos (inclusive jurídico), treinamento, gestão de mudanças e organização de negócios.

Começamos a implementar uma nova plataforma tecnológica para nossos caixas eletrônicos e rede de agências, a fim de simplificar seu uso e reduzir o tempo de utilização. A nova plataforma está atualmente sendo implementada na rede de caixas eletrônicos do Banco Real e deverá estar totalmente implementada até o final do ano. Realizamos a fusão dos bancos de dados de clientes de ambos os conjuntos de agências, combinando todos os registros (aproximadamente 40 milhões) em um único sistema. Também começamos a interconectar as plataformas de TI do Santander Brasil e Banco Real, inclusive com a interconexão de caixas eletrônicos e sistemas de agências que permitem a clientes de cada rede de agências o acesso a serviços e execução de transações financeiras independentemente da marca ou local da agência. Já implementamos um sistema de TI abrangente para gerenciamento integrado de custos, compras e pagamentos de provedores. Implementamos novas políticas aos funcionários, cobrindo cinco áreas principais: saúde, bem-estar, desenvolvimento família e dia-a-dia dos funcionários e estabelecemos uma nova estrutura de funcionários. Estamos em processo de estabelecimento do nosso modelo e política para gerenciamento de risco em banco de varejo, que é uma das fases finais no processo de integração de nossas práticas de risco de crédito e mercado.

Esperamos que a integração gere sinergias cumulativas de custos de aproximadamente R$2.400 milhões e de receitas de aproximadamente R$300 milhões em 31 de dezembro de 2011. Veja "Fatores de Risco – Riscos relacionados ao Santander Brasil e ao Setor de Serviços Financeiros Brasileiro – Podemos não reconhecer os benefícios esperados da aquisição do Banco Real" e "Análise e Discussão da Situação Financeira e dos Resultados Operacionais – Outros Fatores que Alteram a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Ágio do Banco Real".

Visão Geral do Negócio

O gráfico a seguir estabelece nossos segmentos operacionais e seu principal foco:

Banco Comercial	***Banco Global de Atacado***	**Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros**
• Banco de Varejo – Pessoa Física – Pequenas e médias empresas, com receita bruta anual inferior a R$30 milhões • Empresas com receita bruta anual superior a R$30 milhões e inferior a R$250 milhões • Empresas com receita bruta anual superior a R$250 milhões (excluindo clientes corporativos globais) • Financiamento ao Consumidor	• Clientes corporativos globais (ou *Global Banking Markets – GB&M*) • Tesouraria	• Gestão de Recursos de Terceiros • Seguros

A tabela a seguir demonstra a divisão do lucro líquido do exercício e do lucro operacional antes da tributação por segmento operacional:

	Para o período de seis meses encerrado em 30 de junho de						Para o exercício encerrado em 31 de dezembro de			
	2009	2008 (pro forma)	2008	2009	2008 (pro forma)	2008	2008	2007	2008	2007
	Receita líquida de juros			Lucro operacional antes da tributação			Lucro líquido do exercício		Lucro operacional antes da tributação	
	(em milhões de R$)									
Banco Comercial	9.750,8	8.806,0	2.892,7	2.138,4	2.242,5	216,5	10.191,7	5.491,8	877,5	1.111,9
Global Wholesale Banking	893,7	587,4	434,8	1.526,0	943,3	730,1	1.213,5	693,3	1.526,4	1.482,8
Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros	16,5	33,1	4,3	175,2	175,0	63,5	32,8	10,2	144.9	92.4
Total	**10.661,0**	**9.426,5**	**3.331,8**	**3.839,6**	**3.360,8**	**1.010,0**	**11.438,0**	**6.195,3**	**2.548,8**	**2.687,1**

(1) Não inclui operações de seguro previstas para integrarem o segmento após a reestruturação proposta.

Banco Comercial

As atividades de nosso segmento de Banco Comercial incluem produtos e serviços voltados aos clientes de varejo, empresas e clientes corporativos (que não sejam clientes globais atendidos por nosso segmento de Banco Global de Atacado) e nossos negócios de financiamento a consumidores.

Varejo

Nossa base de clientes de varejo inclui pessoas físicas, pequenas e médias empresas com receita bruta anual inferior a R$30 milhões e certas instituições governamentais. Clientes pessoas físicas são divididos entre clientes de *private banking* (com patrimônio superior a R$1 milhão), clientes de alta renda (com renda mensal superior a R$4.000,00), clientes de média renda (com renda mensal entre R$1.200,00 e R$4.000,00) e clientes de baixa renda (com renda mensal inferior a R$1.200,00). Acreditamos que esta nossa classificação de clientes nos permite direcionar a eles produtos adequados às suas necessidades específicas. Nosso foco está em clientes de alta e média renda, nas quais verificamos elevados índices de crescimento resultantes da contínua mobilidade social no Brasil, acompanhada de aumento nos níveis da renda.

Adotamos modelos de serviços diferentes para cada classe de clientes:

- *Clientes de alta renda:* Nosso modelo conta com agências exclusivas e áreas especializadas em nossas agências comuns e é baseado no relacionamento pessoal com nossos gerentes de conta, com o objetivo de proporcionar privacidade, atendimento prioritário e atenção especial a tais clientes;
- *Clientes de média renda:* Adotamos um canal de serviços múltiplos, com o suporte de nossos gerentes de conta. Oferecemos serviços diferenciados a clientes que possam vir a se tornar clientes de alta renda;
- *Clientes de baixa renda:* Nosso foco é o oferecimento de canais alternativos aos clientes de baixa renda. Nossas agências proporcionam serviços por meio de gerentes de conta especializados em vendas. Oferecemos serviços diferenciados a clientes que possam vir a se tornar clientes de media ou alta renda; e
- *Pequenas e médias empresas:* Para pequenas e médias empresas nosso modelo é focado no relacionamento com os gerentes de conta, enquanto para empresas de pequeno porte oferecemos canais de serviços diversos. Plataformas específicas são utilizadas no oferecimento de serviços diferenciados aos clientes com grande potencial de crescimento de receitas.

Em 30 de junho de 2009, nossas operações de varejo contavam com 21,6 milhões de clientes, consistindo de aproximadamente 20,7 milhões de pessoas físicas e 980 mil pequenas e médias empresas, representando um aumento de 715 mil pessoas físicas e 66 mil empresas de pequeno/médio porte em relação a 31 de dezembro de 2008. Em 31 de julho de 2009, contávamos com aproximadamente 9,9 milhões de correntistas ativos de acordo com dados do Banco Central.

O portfólio de produtos e serviços que oferecemos aos nossos clientes de varejo inclui:

- contas correntes, contas de poupança e depósitos a prazo;
- empréstimos a pessoas físicas, inclusive financiamento ao consumidor, empréstimos pessoais e empréstimos consignados;
- cartões de crédito;
- empréstimos a pequenas e médias empresas;
- crédito rural;
- crédito imobiliário;
- *leasing*;
- produtos de seguros e de gestão de recursos de terceiros;
- planos de previdência privada; e
- gestão de caixa para pequenas e médias empresas.

Em nosso segmento de varejo, fornecemos um amplo leque de produtos e serviços e centralizamos transações bancárias de nossos clientes de modo a aumentar o número de produtos utilizados por cada cliente. Nosso objetivo é ser o banco preferido por nossos clientes, em particular nas classes de média e alta renda. No período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009, a média de transações bancárias efetuadas em um mês por nossos clientes individualmente foi de 12,6 (incluindo consultas).

Depósitos de Clientes

Oferecemos aos nossos clientes uma abrangente linha de produtos de depósitos:

- contas correntes (também denominadas depósitos à vista), que não são remuneradas;
- contas de poupança tradicionais, que atualmente são corrigidas pela TR acrescida de 0,5% por mês, conforme estabelecido pelo Governo Federal; e
- depósitos a prazo, que são representados por CDBs, que normalmente têm data de vencimento inferior a 36 meses e são remunerados com base em taxas pré ou pós-fixadas.

Além disso, aceitamos depósitos de instituições financeiras como parte de nossas operações de tesouraria, que são representadas por CDIs, e que são remunerados pela taxa de depósito interbancário. Além de representar uma fonte significativa de captação estável para nós, vemos cada correntista como um potencial cliente para o leque completo de produtos e serviços que oferecemos.

A tabela abaixo apresenta uma discriminação de nossos depósitos por tipo de produto nas datas indicadas:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de	
	2009	2008	2007
	(em milhões de R$)		
Depósitos de clientes			
Contas Correntes	14.120	15.298	6.588
Contas de poupança	21.411	20.643	6.288
Outros depósitos a vista	–	–	26
Depósitos a prazo	87.465	88.880	26.028
Operações Compromissadas	31.926	30.674	16.281
Total de depósitos de clientes	**154.922**	**155.495**	**55.211**
Depósitos de instituições financeiras	23.026	26.818	18.844
Total	**177.948**	**182.313**	**74.055**

Operações de Crédito

A tabela a seguir apresenta uma discriminação de nossa carteira de crédito por categoria de cliente nas datas indicadas:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
	2009	2008	2007	2009	%
	(em milhões de R$)				
Varejo	60.014	58.748	17.766	1.266	2%
Pessoa Física	39.407	36.879	13.515	2.528	7%
Pequenas e médias empresas	20.607	21.869	4.251	(1.262)	(6%)
Financiamento ao Consumidor	24.647	25.108	4.315	(461)	(2%)
Empresas	8.970	10.203	2.812	(1.233)	(12%)
Corporações	8.363	8.915	3.168	(552)	(6%)
Clientes corporativos globais	29.621	30.928	12.066	(1.307)	(4%)
Total	**131.614**	**133.902**	**40.127**	**(2.021)**	**(2%)**

Empréstimos de Varejo

Oferecemos nossos produtos de empréstimos de varejo por meio de nossa abrangente rede de agências e postos de atendimento bancário (veja "Nossas Atividades – Rede de Distribuição"). Separamos nossos clientes em categorias com base, principalmente, em sua renda mensal (para pessoas físicas) e receita bruta anual (para pessoas jurídicas). Personalizamos nossos produtos e serviços às necessidades de cada segmento de clientes.

Disponibilizamos crédito a clientes por meio dos seguintes tipos de produtos de empréstimos a pessoas físicas, conforme tabela abaixo:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
	2009	2008	2007	2009	2008
	(em milhões de R$)				
Empréstimos consignados	8.583	7.244	2.400	1.339	18,48%
Cheque especial	3.240	2.939	882	301	10,24%
Financiamento ao Consumidor	1.725	1.694	942	31	1,82%
Empréstimo pessoal	10.836	9.873	2.613	963	9,75%
Cartões de crédito	6.549	6.490	2.434	59	0,92%
Crédito imobiliário	4.479	4.568	1.663	182	3,97%
Outros[1]	3.724	3.840	2.581	(347)	(8,53)%
Total	**39.407**	**36.648**	**13.515**	**2.528**	**6,85%**

[1] Outros inclui crédito rural, repasses do BNDES e contas garantidas.

A tabela abaixo apresenta a taxa de juros anual aplicável às principais categorias de produtos de empréstimo de varejo em 30 de junho de 2009.

	Taxa de juros anual
	(em %)
Empréstimo pessoal	40-50
Empréstimos consignados	15-25
Cartões de crédito	90-130
Cheque especial	120-150
Financiamento ao consumidor – financiamento de veículos	15-35
Crédito imobiliário	11-20

Empréstimos Pessoais

Empréstimos pessoais são semelhantes ao crédito ao consumidor, exceto pelo fato de os recursos poderem ser usados para propósitos gerais. Empréstimos pessoais têm vencimento em até 48 meses e as prestações mensais a serem pagas pelos clientes não podem exceder 30% de seu salário mensal.

Empréstimos Consignados

Empréstimos consignados representam um produto típico de varejo com um método diferenciado de pagamento. As prestações mensais são deduzidas diretamente da folha de pagamento do cliente pelo seu empregador e então creditadas ao banco, o que acreditamos reduzir de forma significativa o risco de crédito. Nossos clientes são normalmente funcionários ou aposentados do setor público (representando aproximadamente 73% de nossa carteira). Nenhum empregador é individualmente responsável por mais de 10% de nossos empréstimos consignados. Este produto representa aproximadamente 22% do mercado de crédito de varejo no Brasil. Tínhamos aproximadamente 8% de participação nesse mercado em 30 de junho de 2009, de acordo com o Banco Central.

Cartões de Crédito

Participamos no mercado de cartões de crédito por meio da emissão de cartões das bandeiras Visa e MasterCard para nossos clientes (correntistas e não correntistas). Nossa receita de cartões de crédito inclui tarifas de administração, juros sobre saldos não pagos, anuidades de detentores de cartões e tarifas cobradas sobre adiantamentos em dinheiro. Comercializamos nossos cartões de crédito por meio de nossa rede de agências e vendas diretas (telemarketing, centrais de atendimento a clientes e campanhas de marketing direto). Em 30 de junho de 2009, havíamos emitido aproximadamente 9 milhões de cartões de crédito, aceitos em pontos de vendas em todo o mundo. Nossa estratégia é baseada no crescimento de participação de mercado e lucratividade, por meio de inovação de produtos e esforços agressivos de captação de clientes. Desde 2006, lançamos produtos de cartões de crédito projetados para se adequar às necessidades dos vários perfis de clientes e direcionados a encorajar a demanda por nossos produtos. Estes cartões de crédito diferenciados nos permitiram aumentar a nossa carteira de cartões em aproximadamente 66,1% desde 2006. Quase todo o crescimento na oferta desses produtos se deve a inovações do Santander Brasil, como o "Santander Light", um cartão de crédito com taxas de juros mais baixas que outros cartões, e o "Santander Reward", um cartão que oferece crédito em moeda de uma parte dos valores gastos pelos clientes em seus cartões de crédito ("*cash back")*.

Em 2008, continuamos a oferecer serviços adicionais com os cartões de crédito que emitimos, inclusive a possibilidade de os clientes conferirem seus saldos por meio de mensagens de texto em telefones celulares e de aumentar ou diminuir seus limites de crédito.

Cheque Especial

O cheque especial é concedido segundo uma linha de crédito de saques a descoberto, sujeito a um limite para cada cliente, estabelecido com base em um sistema dinâmico de pontuação. Considerando que é um produto sem garantias, conta com taxas de juros mais elevadas do que qualquer de nossas outros operações de financiamento.

Crédito ao Consumidor

Fornecemos produtos de crédito ao consumidor para correntistas e não correntistas por meio da Aymoré Financiamentos S.A., uma instituição financeira especializada em fornecer créditos ao consumidor diretamente a tomadores ou por meio de correspondentes. Em 30 de junho de 2009, tínhamos mais de 12.000 distribuidores ativos, 1.500 funcionários de vendas e 180 agências em todo o Brasil. Nosso principal negócio – o financiamento de veículos – representava aproximadamente 86% de nosso negócio de crédito ao consumidor em 30 de junho de 2009, e tínhamos uma participação de mercado de 16,4%, em termos da carteira de crédito de financiamentos de veículos no Brasil na mesma data, de acordo com o Banco Central. Somos especializados no financiamento de bens e serviços por meio de crédito direto ao consumidor ou arrendamento mercantil (*leasing*). Também financiamos diversos produtos e serviços, tais como computadores, turismo, móveis, equipamentos hospitalares e odontológicos, equipamentos náuticos, peças de automóveis e serviços automotivos. Focamos em oferecer uma rápida aprovação de crédito, e nosso negócio de crédito ao consumidor é sustentado por nossos relacionamentos de longa data com empresas importantes, tais como Renault, Peugeot, Citröen, Dell e Microsoft. A aquisição do Banco Real foi complementar às nossas operações pré-existentes, tendo em vista que o Santander tinha uma parcela relativamente pequena de participação no mercado de financiamento a consumidores em comparação ao Banco Real.

Crédito Imobiliário

Oferecemos financiamentos a nossos clientes para a compra de imóveis garantidos por garantia real. Em 2005, fomos o primeiro banco no Brasil a oferecer um produto de crédito imobiliário com parcelas mensais fixas e vencimento de até 10 anos. Passamos a oferecer crédito imobiliário com vencimento de até 30 anos, além de linhas de crédito a clientes corporativos do setor de construção para o financiamento de até 80% do custo de construção dos projetos. Temos uma posição de liderança neste negócio dentre instituições financeiras privadas e, em 30 de junho de 2009, tínhamos uma participação de mercado de 10% no Brasil em termos de volume em aberto, de acordo com o Banco Central, e um valor total de empréstimos a vencer até dezembro de 2011 de aproximadamente R$7,5 bilhões.

Além disso, como resultado da aquisição do Banco Real e de nossa estratégia de lançamento de produtos inovadores, acreditamos ter conquistado uma posição de liderança entre os bancos privados no setor de financiamento habitacional. Por exemplo, utilizamos a experiência do Grupo Santander em certos produtos que foram bem sucedidos em outros países para lançar o primeiro produtos de crédito imobiliário oferecido por um banco privado no Brasil com parcelas fixas ou corrigidas pela inflação e vencimento de 30 anos. Em 30 de junho de 2009, o total de empréstimos habitacionais, inclusive novos empréstimos para construção, chegou a R$8 bilhões, representando aproximadamente 6% do total de nossa carteira de crédito.

Em média, o índice de financiamentos imobiliários em relação às garantias reais é de 60%. Não oferecemos tais financiamentos fora do padrão estabelecido, ou seja, não concedemos crédito por mais de 80% do valor do imóvel a ser financiado. Os tomadores devem comprovar rendas mínimas mensais estabelecidas, por meio de apresentação de comprovantes de rendimento, declarações de imposto de renda e os pagamentos não podem exceder 27% da renda mensal dos tomadores. Ademais, os tomadores devem apresentar documentação satisfatória confirmando sua ocupação ou outra forma de renda, em caso de ausência de emprego, possibilitar a avaliação de seu perfil de risco.

Empréstimos Corporativos (para clientes de nosso segmento de Banco Comercial)

Oferecemos uma ampla gama de produtos de crédito para nossos clientes corporativos, inclusive financiamento corporativo e de capital de giro, arrendamento mercantil e financiamento de comércio exterior, bem como recebimento de depósitos e outros serviços. Em 30 de junho de 2009, tínhamos aproximadamente 980 mil grupos classificados como pequenas e médias empresas, 3.800 grupos corporativos com receitas brutas anuais entre R$30 milhões e R$250 milhões, e 1.000 grupos corporativos com receitas brutas anuais superiores a R$250 milhões. Nossos clientes corporativos incluem companhias em todos os setores. A cobertura é feita por gerentes alocados por região, de acordo com a localização geográfica do cliente. Contamos com gerentes para cobertura de clientes nas cidades do Rio de Janeiro, Belo Horizonte, Porto Alegre e Recife.

A tabela mostra nossa carteira de empréstimos a pequenas e médias empresas nas datas indicadas:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
	2009	2008	2007	2009	2008
	(em milhões de R$)				
Crédito rural – recursos com destinação específica	2	6	5	(4)	(72)
Crédito rural – compulsório	103	126	52	(22)	(18)
Empréstimo para capital de giro	7.106	8.218	928	(1.111)	(14)
Compror (financiamento ao comprador)	51	194	36	(143)	(74)
Vendor (financiamento ao vendedor)	5	8	2	(3)	(37)
Desconto de recebíveis	270	419	181	(149)	(36)
Saques a descoberto	3.847	4.573	1.077	(727)	(16)
Financiamento ao Comércio Exterior	138	176	52	(38)	(21)
Refinanciamento	1.254	713	126	541	76
Crédito especial	34	34	33	–	–
Repasse do BNDES	1.074	1.118	76	(44)	(4)
Financiamento de equipamento agrícola	17	17	19	–	–
Repasse agrícola e repasse com base na Resolução nº 2.770[1]	80	25	–	556	223
Cheque especial	1.370	1.515	352	(145)	(10)
CDC/leasing	2.550	2.828	675	(278)	(10)
Outros[2]	534	561	195	(26)	(5)
Total	**18.436**	**22.529**	**3.651**	**(2.093)**	**(10)**

(1) Repasse de recursos emprestados a instituições financeiras brasileiras de credores no exterior, de acordo com regulamentação específica do Banco Central.
(2) Outros inclui cartões de crédito e produtos de financiamento imobiliário.

Operações de Repasses do BNDES

Efetuamos operações de repasses locais de recursos do BNDES, para os quais atuamos como agente financeiro autorizado. Os recursos são fornecidos a nós pelo FINAME, uma subsidiária do BNDES voltada para o financiamento de bens de capital, ou pelo BNDES diretamente, para conceder financiamentos de médio e longo prazo a tomadores para, por exemplo, promover o desenvolvimento de bens de capital no Brasil no setor industrial. Estes fundos repassados são geralmente concedidos em taxas de juros abaixo das usuais de mercado e têm vencimento médio de até cinco anos (enquanto o FINAME especificamente tem vencimento médio de 3,5 anos), excedendo os prazos atualmente disponíveis para a maioria dos outros tipos de transações de crédito no Brasil. Por serem empréstimos geralmente financiados com recursos do BNDES ou FINAME, não assumimos riscos de descasamento de taxas de juros ou de vencimentos e cobramos juros em uma margem fixa acima do custo cobrado pelo BNDES ou FINAME. Assumimos, entretanto, todos os riscos de crédito do tomador e, portanto, aplicamos os mesmos critérios de crédito que usamos para nossos outros empréstimos a estas operações. Todos os empréstimos deste tipo possuem garantias. Também oferecemos este produto a nossos clientes de Banco Global de Atacado. Para uma descrição mais detalhada de nossos processos de aprovação de crédito para clientes corporativos, veja "Nossas Atividades – Gerenciamento de Risco" abaixo.

Crédito Rural

A tabela abaixo mostra nosso saldo de empréstimos a vencer para clientes do setor agrícola, dividida conforme porte, área geográfica e setor.

	Em 30 de junho de 2009	Em 31 de dezembro de 2008
	(em milhões de R$)	
Porte do Cliente		
Pequeno[1]	1.689	1.369
Médio[2]	1.077	1.090
Grande[3]	1.139	1.438
Área Geográfica		
Norte/Nordeste	19	33
Centro Oeste	146	130
Sudeste	2.377	2.687
Sul	983	1.047
Setor		
Agricultura	2.231	2.772
Pecuária de Corte	1.051	1.028
Pecuária de Leite	243	255

(1) Inclui tomadores no setor agrícola com receitas brutas anuais inferiores a R$30 milhões.
(2) Inclui tomadores nos setores agrícolas com receitas brutas anuais superiores a R$30 milhões, mas inferiores a R$250 milhões e companhias com receita bruta acima de R$250 milhões (que não sejam clientes do *Banco Global de Atacado*).
(3) Clientes do *Banco Global de Atacado*.

Nosso programa de crédito rural fornece financiamento principalmente para clientes corporativos globais e clientes corporativos de médio e grande porte. Financiamos as principais fases da cadeia do agronegócio, fornecendo empréstimos para colheita, armazenamento e vendas, bem como para investimentos em equipamentos. Os empréstimos são geralmente garantidos por hipotecas, penhor rural de safra e equipamentos. Devido à nossa presença neste setor, tais empréstimos representam uma parcela significativa de nossa carteira total de crédito.

Oferecemos a nossos clientes do agronegócio capital de giro, cheque especial, gestão de recursos de terceiros, arrendamento mercantil e financiamentos de comércio exterior, bem como financiamento do BNDES. Nossa meta é alocar empréstimos para clientes do agronegócio mantendo um valor médio de aproximadamente R$100 milhões por transação. Este processo de alocação de empréstimos é executado em estágios, resultando em taxas menores de inadimplência de tomadores no agronegócio. Conforme determinado pelo Banco Central, os bancos brasileiros podem utilizar recursos de seus recolhimentos compulsórios a uma taxa fixa de 6,75% ao ano para financiar o agronegócio. Regulamentações do Banco Central exigem que os bancos apliquem pelo menos 30% dos depósitos à vista para financiar o agronegócio. As instituições financeiras que não atendam esta porcentagem mínima devem transferir o valor excedente para uma conta não remunerada no Banco Central.

Em 2009, começamos a oferecer produtos de seguros para operações do agronegócio por meio de um acordo com a Seguradora Brasileira Rural (SBR), uma companhia de seguros não pertencente ao Grupo Santander, por meio do qual nossos clientes são segurados por riscos climáticos, reduzindo, em última instância, nosso risco operacional. Em 30 de junho de 2009, nossa carteira de seguros com a SBR chegava a aproximadamente R$230 milhões.

Arrendamento Mercantil – Leasing

Fornecemos arrendamento mercantil para veículos motorizados (inclusive automóveis, vans e tratores-reboques), máquinas, equipamentos e outros itens para uso pessoal e comercial. Em 30 de junho de 2009, nossa carteira de ativos de arrendamento mercantil consistia em R$12,3 bilhões em veículos motorizados e R$1,2 bilhão em máquinas, equipamentos e outros itens para uso pessoal e comercial. Nossa carteira de ativos total de arrendamento mercantil, em 30 de junho de 2009, de R$13,5 bilhões, estava dividida entre as seguintes classificações: clientes pessoas físicas (R$10,3 bilhões), clientes de serviços corporativos (R$1,7 bilhão), clientes do setor industrial (R$0,8 bilhão) e outros segmentos (R$0,7 bilhão). Pedidos de arrendamento mercantil estão sujeitos ao mesmo processo de aprovação de outras operações de crédito de pessoas físicas ou jurídicas, com análise inicial executada na agência que origina a operação. Se o cliente é uma pessoa jurídica, uma solicitação bem sucedida é enviada para o Departamento de Risco de Crédito para posterior revisão. Os prazos das operações de arrendamento mercantil são normalmente entre dois e cinco anos.

Private Banking

Nosso modelo de *private banking* é baseado em prestação de serviços completos para nossos clientes por meio de gerentes especializados, os quais atendem a um número limitado de clientes, tipicamente para pessoas físicas com ativos disponíveis para investimento em valores superiores a R$1 milhão, compreendendo suas necessidades, seus projetos financeiros e sua tolerância ao risco. Revisões periódicas permitem que os consultores financeiros ajudem os clientes a monitorar suas carteiras e adaptá-las às constantes mudanças nas condições de investimento e serviços bancários. Oferecemos uma ampla gama de produtos financeiros, cobrindo diversos riscos e vários ativos. Por meio de nossos rígidos esforços de análise e revisão diária de nossas carteiras, oferecemos a nossos clientes a oportunidade de investir em fundos administrados e geridos por outras instituições financeiras e administradores de recursos independentes.

Em 30 de junho de 2009, nosso segmento de *private banking* administrava R$25 bilhões em ativos de aproximadamente 5.900 contas *private banking* ativas. Acreditamos estar classificados entre os cinco maiores prestadores de serviços de *private banking* no Brasil, com base em informações de mercado e pesquisas internas. Acreditamos que a aquisição do Banco Real nos permitiu alcançar uma posição de liderança neste negócio no Brasil, em termos de número de clientes e ativos totais administrados.

Banco Global de Atacado (*Global Wholesale Banking*)

Somos um banco de atacado líder no Brasil e oferecemos serviços financeiros e soluções sofisticadas e estruturadas a nossos clientes. Em 2008, as divisões de atacado do Banco Real e do Santander Brasil foram integradas de forma bem sucedida. Em 2009, mantivemos nosso foco em quatro pilares básicos: (i) fortalecimento de relacionamento com clientes, (ii) ênfase no desempenho e produtividade para assegurar o crescimento, (iii) gerenciamento de risco e (iv) solidificação do reconhecimento de nossa marca global para distribuição de produtos.

Nosso segmento de atacado foca em clientes corporativos globais (aos quais nos referimos como clientes do *Global Wholesale Banking*): aproximadamente 700 grandes empresas brasileiras e conglomerados multinacionais, incluindo algumas das maiores empresas do Brasil. Atendemos também subsidiárias de nossos clientes globais. Nossos clientes neste segmento estão espalhados por um amplo ramo de setores, inclusive os setores de energia e recursos naturais, telecomunicações, financeiro, construção e infra-estrutura, agricultura, varejo, industrial (incluindo montadoras de veículos) e serviços. A cobertura destes clientes é alocada por setor.

Nossos clientes de atacado se beneficiam da estrutura global dos serviços fornecidos pelo Grupo Santander, por meio da integração global da rede de serviços bancários de atacado, soluções de serviços globais e experiência em mercados locais. O Grupo Santander possui uma estrutura global de gerenciamento de contas com presença na Europa, nos Estados Unidos e em outros locais na América Latina. Esta estrutura permite que os serviços sejam fornecidos de uma forma integrada. Nosso negócio de atacado fornece aos clientes uma ampla gama de serviços locais e internacionais, e busca oferecer soluções especificamente personalizadas às necessidades de cada cliente. Os produtos e serviços do segmento de *Global Transaction Banking* estão disponíveis também a clientes corporativos e pequenas e médias empresas.

Os principais produtos e serviços que fornecemos a nossos clientes são:

- *Global Transaction Banking*, que inclui gestão de caixa, financiamentos de comércio exterior e alternativas de financiamento a instituições com operações internacionais;
- *Credit Markets*, que inclui unidades de originação, distribuição de créditos estruturados, mercado de capitais (dívida) e financiamento de projetos;
- *Corporate Finance*, que inclui fusões e aquisições, reestruturação de ativos e capital e *Equity Investments*;
- *Equities*, que inclui mercado de capitais, derivativos de ações ou valores mobiliários, derivativos negociados em bolsas, serviços de custódia global de valores mobiliários, *cash equities* e *Equity Research*;
- *Rates*, que inclui tesouraria e ofertas de derivativos a nossos clientes, operações de comércio exterior (incluindo com pessoas físicas) e outros produtos financeiros e estruturados;
- Formação de Mercado, que é responsável pela precificação de operações de clientes originadas dos esforços de venda de nossos segmentos corporativo, institucional, *private banking* e varejo; e
- Mesa Proprietária de Tesouraria, que gerencia nossas posições e é responsável pelo estabelecimento de presença relevante como provedor líder de liquidez nos mercados locais.

***Global Transaction Banking* (Operações Bancárias Globais)**

Criamos nossa área de produtos de operações bancárias globais para atender às necessidades de nossos clientes por soluções bancárias locais e globais, em particular nas áreas de financiamentos ao comércio exterior e atividades de gestão de caixa. O Grupo Santander separou estes negócios dos demais serviços bancários corporativos e de investimentos como parte da estratégia global para enfrentar a globalização e internacionalização comercial e financeira.

Financiamento ao Comércio Exterior. Acreditamos ocupar uma forte posição de mercado em transações relacionadas com financiamentos internacionais e garantias (tanto comerciais quanto não comerciais) e serviços de comércio exterior. De acordo com o *Banking Meeting Report*, em 2008 fomos classificados em terceiro lugar em transações de financiamentos de comércio exterior e primeiro em garantias e transações de importações. Nossa equipe de especialistas fornece uma completa gama de produtos e serviços (inclusive financiamentos de comércio exterior, serviços de *trading* e crédito à exportação), particularmente aqueles relacionados com atividades de importações e exportações. Recentemente desenvolvemos um portal de Internet de Serviços Globais, um canal de entrega que permite que os exportadores criem, enviem e controlem suas transações de cobrança de exportações.

Gestão de Caixa (Cash Management). Nosso negócio de gestão de caixa oferece a nossos clientes serviços bancários e produtos financeiros locais. Tal área oferece linhas de crédito, financiamento de recebíveis e linhas de capital de giro, além de uma variedade de serviços de processamento, tais como pagamentos, cobranças, recebimentos e outras atividades relacionadas à gestão de caixa. A inclusão dos produtos, agências e clientes do Banco Real aumentou o escopo e expandiu nosso negócio de gestão de caixa para se tornar um dos líderes no mercado brasileiro em termos de quantidade de títulos e valores processados.

Além de nossas agências locais, operamos uma agência em Cayman, que é usada principalmente para propósitos de captação de recursos e financiamento de transações relacionadas a comércio exterior com o Brasil.

Credit Markets

Nossa área de mercados de crédito é responsável pelos financiamentos de projetos, mercado de capitais (dívida) e empréstimos sindicalizados e financiamentos de aquisições.

Financiamento de Projetos. Nossa atual estratégia de financiamento de projetos, desenvolvida nos últimos cinco anos principalmente pelo Banco Real, nos colocou em posição de liderança em três de quatro rankings da ANBID em 2008: assessoramento em leilões, consultoria financeira e estruturação. O mercado de financiamento de projetos no Brasil apresentou um forte crescimento em 2008, suportado pelo PAC – Programa de Aceleração do Crescimento altamente promovido pelo Governo Federal. Participamos de projetos inovadores nos setores de energia, logística, petróleo e gás e acreditamos estar igualmente bem posicionados em 2009 para participarmos da assessoria, estruturação e financiamento de projetos de infra-estrutura. O Grupo Santander está inserido nos principais financiamentos de projetos globais e o Santander Brasil é um dos líderes desse mercado no Brasil, conforme demonstrado pelo nosso consistente desempenho nos rankings da ANBID nos últimos anos, incluindo primeiro lugar em 2005, oitavo em 2006, segundo em 2007 e novamente primeiro em 2008.

Projetos significativos dos últimos anos incluem (i) assessoria e estruturação de um pacote de financiamento de US$4,3 bilhões para a AHE Santo Antônio, Rio Madeira, dos quais US$3,1 bilhões serão emprestados por bancos comerciais, incluindo o Santander Brasil e o BNDES; (ii) assessoria à Odebrecht na concessão da Rodovia Dom Pedro I, com um investimento de US$1 bilhão pelo prazo de seis anos e pagamentos de US$650 milhões; e (iii) liderança na estruturação do financiamento com fundos do *Inter-American Development Bank* para a Parceria Público-Privada da Linha 4 do Metrô, com investimento estimado de US$500 milhões.

Mercado de Capitais (Dívida). Desempenhamos um importante papel nos mercados de dívida brasileiro e internacional para emissores brasileiros. No mercado de dívida local, somos um dos bancos líderes em emissões de renda fixa, de acordo com a ANBID, classificados em quarto lugar no primeiro semestre de 2009. Nossas principais transações incluem as emissões de debêntures da Tractebel Energia S.A. e de notas promissórias da Elektro Eletricidade e Serviços S.A. e Companhia Energética do Ceará – COELCE. Em 2008, atuamos como coordenadores líderes na oferta de quotas Sênior e Mezzanino da Chemical III, um fundo de investimento em direitos creditórios, bem como coordenadores líderes no financiamento para a aquisição da Empresa de Transmissão de Energia do Oeste, por meio da emissão de notas promissórias pela Terna Participações S.A., um dos maiores grupos de transmissão de eletricidade no Brasil. Lideramos as mais significativas ofertas de dívida de emissores brasileiros no mercado de capitais internacional no primeiro semestre de 2009, incluindo operações de dez anos da Petrobrás e Telemar Norte Leste S.A. e um operação de títulos de dívida de cinco anos da Construtora Norberto Odebrecht. Em 2008, nós e o Banco Real assessoramos emissões internacionais de dívidas da Gerdau, Braskem, Banco Sofisa, Banco Daycoval e Banco Fibra.

Empréstimos Sindicalizados e Financiamento de Aquisições. Nos últimos anos, estruturamos várias importantes transações, inclusive (i) o financiamento do projeto de energia de US$725 milhões para a aquisição da Ipiranga Petroquímica pela Braskem (2008), (ii) o financiamento de US$1,0 bilhão para a aquisição da Quanex Corporation pela Gerdau (2008), e (iii) o financiamento de US$18 bilhões para a aquisição da Inco pela Companhia Vale do Rio Doce, que à época foi o maior empréstimo sindicalizado a ter sido executado na América Latina (2006).

Credit Sales. Nossa equipe de negociação de crédito e *trading* é responsável pela coordenação e distribuição de produtos de crédito no mercado local. Além de ofertas primárias, nossa área atua ativamente no mercado secundário, de renda fixa e empréstimos, bem como no desenvolvimento de produtos estruturados. Operações recentes incluem empréstimo ponte sindicalizado de US$1 bilhão para financiamento do projeto da Odebrecht relativo à Rodovia Dom Pedro I (concessão do Estado de São Paulo) e coordenações em diversas emissões de dívida no mercado local, tais como Tractebel, Elektro e Coelce.

Corporate Finance

Nossas operações de *corporate finance* incluem fusões e aquisições, reestruturação de ativos e capital e *Equity Investments*.

Fusões e Aquisições. Nossos serviços de *corporate finance* estão focados no desenvolvimento de soluções personalizadas para clientes na área de fusões e aquisições. As operações conduzidas por nossa equipe de fusões e aquisições incluem serviços de consultoria em aquisições, vendas, reestruturação e financiamento de projetos em um amplo leque de setores, tais como construção, agronegócio, varejo, telecomunicações, energia, metais e minerais e serviços financeiros. O papel que desempenhamos em operações de fusões e aquisições geralmente envolve um pacote completo de serviços financeiros, inclusive o financiamento da aquisição, reestruturação de todas as operações e liquidação do financiamento. Em 2008, atuamos como consultor financeiro em várias importantes transações, incluindo a aquisição de operações brasileiras e européias da OSI pelo Grupo Marfrig; a venda do ABN Amro Bank NV, Paraguay ao Banco Regional; diversos processos de integração da Petrobras S.A.; a oferta pública de aquisição da ArcelorMittal das ações da ArcelorMittal Inox Brasil S.A. (Acesita); e serviços de consultoria à Energias do Brasil na permuta de ações da Enersul. De acordo com o ranking publicado pela ANBID, estávamos classificados em primeiro lugar em serviços de consultoria financeira em termos de operações de fusões e aquisições fechadas no Brasil para 2008, com um total de 15 operações fechadas, no valor total de aproximadamente R$14,8 bilhões. Além disso, considerando nossas operações combinadas às do Banco Real (exceto por operações nas quais o Banco Real e o Santander Brasil atuaram simultaneamente), em 2008 fomos classificamos em primeiro lugar no mercado brasileiro em termos de número de ofertas públicas de aquisição de ações (OPA) anunciadas e fechadas, e em segundo lugar em termos de valores totais de OPAs anunciadas e fechadas, de acordo com a ANBID.

Reestruturação de Ativos e Capital. Essa área é responsável pela desenvolvimento de estruturas para financiamento de ativos, fomento a negócios e otimização de investimentos de capital. As principais atividades envolvem estrutura de ativos e capital, capital inicial e créditos de carbono.

Equity Investments. Recentemente demos início à prospecção de negócios por meio de nossa área de *equity investments* para potenciais investimentos em participações societárias (*private equity*).

Equities

Mercado de Capitais (Equity). Ocupamos uma sólida posição na estruturação de operações inovadoras para investidores internacionais, institucionais e de varejo. Em 2008, atuamos como *bookrunner* e coordenador em importantes ofertas de ações no Brasil, com valor total de operações superior a US$12 bilhões. Em particular, atuamos como *bookrunner* na oferta secundária da Companhia Vale do Rio Doce em 2008, uma das maiores ofertas de ações da história do Brasil. Em 2009, participamos como coordenadores da oferta pública inicial de ações da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet, a maior da história da América Latina, e da oferta de *follow-on* da MRV Engenharia e Participações S.A., BRMalls Participações S.A. e Brasil Foods. Somos atualmente um dos líderes em ofertas de ações no Brasil e na América Latina.

Derivativos de Ações ou Valores Mobiliários. Fornecemos um leque de serviços por meio de nossa mesa de Derivativos de Ações ou Valores Mobiliários. Nossa equipe é composta de Estruturação, Vendas e Negociação. Produtos de derivativos sobre ações ou valores mobiliários são projetados para atender as necessidades de nossos clientes corporativos, institucionais, pessoas físicas de patrimônio elevado ou de varejo. Nossos produtos incluem índices e ações nacionais, bem como índices, ações e cestas de produtos (incluindo cestas híbridas) internacionais e commodities. Nosso leque de produtos inclui: opções listadas, estruturas delta 1, negociações de balcão, opções e notas estruturadas. Estes produtos são usados para atividades de *hedge*, alavancagem, financiamento e produtos de investimento. A gama de ofertas subjacentes varia desde índice e ações do Brasil até índices, ações, cestas e cestas híbridas internacionais.

Derivativos Negociados em Bolsas de Valores. Prestamos serviços completos de execução e compensação de futuros e opções. Auxiliamos as companhias e instituições financeiras na negociação de futuros no Brasil ou em outras partes do mundo. Por meio de nossa plataforma totalmente integrada, fornecemos serviços de execução e compensação de forma global. Especialistas ajudam os clientes a alcançar seus objetivos de negócios quando negociam derivativos listados. Nossos clientes conseguem negociar por meio de soluções de acesso direto ao mercado (DMA) ou por terceiros fornecedores de encaminhamento de ordens. Também possuímos uma estrutura dedicada a fornecer a nossos clientes soluções personalizadas que atendam suas necessidades específicas.

Custódia Global e Serviços relativos a Valores Mobiliários. Fornecemos serviços fiduciários especiais no Brasil para clientes globais e locais, incluindo custodiantes internacionais, bancos de investimento, fundos de pensão, seguradoras, corretoras, gestores de recursos e instituições de investimentos em participações (*private equity*). Nosso portfólio de produtos e serviços inclui custódia e serviços de *clearing* (para ações, renda fica e derivativos), representação local para investidores estrangeiros, *proxy*, empréstimo de valores mobiliários, análise de riscos, de agente de transferência, representação e serviços para acionistas, trustee (*Corporate Trust Services and Escrow Accounts*), bem como gestor local de fundos mútuos, direitos creditórios (FIDC) e fundos de investimento em participações (FIP). Em 2008, a *Global Custodian Magazine* reconheceu o Santander Brasil como o melhor custodiante para investidores estrangeiros pelo segundo ano consecutivo.

Cash Equities. Fornecemos serviços de ativos monetários a investidores e instituições estrangeiras e locais principalmente por meio de nossa corretora, a Santander Corretora. Nossa equipe de vendas e negociação de ativos monetários é reconhecida dentro do setor por sua qualidade de execução, a força de seu relacionamento com os clientes e a qualidade de pesquisa nos mercados do Brasil e da América Latina. Nossa corretora atende investidores pessoas físicas que negociam na BM&FBOVESPA, fornecendo serviço diferenciado por meio de gerentes especializados. Por meio de nossas Salas de Ações, instaladas em 90 agências do Santander Brasil, os investidores conseguem administrar suas carteiras *on-line*, com acesso a informações tanto sobre o preço histórico quanto aos mais recentes relatórios de análise setoriais e das companhias, inclusive aqueles preparados por nossos analistas e personalizados às necessidades de nossos clientes. Normalmente recebemos uma corretagem de mercado para transações em bolsas ou, no caso de transações negociadas ou transações de balcão, uma corretagem negociada de forma privada. A maioria de nossos corretores e pessoal de vendas está localizada em nossas Salas de Ações para auxiliar nossos clientes. Também oferecemos serviços de liquidação, valores mobiliários, programas de negociação e acesso direto ao mercado (*Direct Market Access*).

Equity Research. Nossa equipe de *equity research* cobre quase 90 empresas brasileiras em 18 setores diferentes, contando com a maior parte do Ibovespa. Nossa equipe é parte da equipe da América Latina. Tais serviços de pesquisa incluem a publicação de relatórios de pesquisa, conferências anuais (*Latam Conference* em Cancun, geralmente realizada no mês de janeiro, e *Brazil Conference* no Guarujá, geralmente realizada no mês de agosto), eventos semanais ("Quinta-feira no Santander"), *roadshows* com analistas e sem negociações e viagens de investidores (agendas específicas para visitar empresas fornecidas para um pequeno grupo de investidores institucionais). De acordo com a pesquisa de 2008 da Investidor Institucional II, nossa equipe de pesquisa de ações foi classificada em terceiro lugar em 2008 entre as equipes de pesquisa de ações (em comparação ao oitavo lugar em 2007).

Rates

Nossa área de *Rates* oferece uma ampla variedade de produtos a nossos clientes, incluindo investidores institucionais, clientes corporativos e pessoas físicas. Fornecemos produtos de derivativos sofisticados e inovadores para ajudar nossos clientes na gestão do risco de mercado de exposição à taxa de câmbio e taxa de juros. Acreditamos ter uma cobertura efetiva a nossos clientes, baseado em dedicados times de vendas para cada segmento de clientes, o que nos permite manter especialistas comprometidos com as necessidades individuais de seus clientes. Adicionalmente, contamos com times de estruturação e desenvolvimento de produtos que trabalham na manutenção de um portfólio de última geração para soluções inovadoras aos clientes. O relacionamento global do Grupo Santander, com sua forte presença na Europa e América Latina, nos proporciona a habilidade de oferecer uma ampla gama de produtos internacionais como serviços integrados a nossos clientes locais. Ademais, lançamos um projeto conhecido como *Santander Global Connect* (SGC), após o sucesso do Grupo Santander com este produto em outros mercados, tais como Espanha e Portugal, visando oferecer produtos de tesouraria como uma solução padronizada a nossos clientes, fornecendo aprimoramento de *hedge* e *yield*, a empresas de médio porte, varejo e pessoas físicas. Implementamos abrangentes processos de adequação projetados para assegurar que os clientes entendam e aceitem os riscos envolvidos no mercado de derivativos.

Nossos esforços de vendas de produtos de câmbio são estrategicamente alocados em nossa sede em São Paulo e em onze escritórios regionais, principalmente localizados nas regiões sul e sudeste do Brasil.

Formação de Mercado

A área de formação de mercado é responsável pela precificação de operações de clientes originadas dos esforços de venda de nossos segmentos corporativo, institucional, *private banking* e varejo. Riscos decorrentes de tais operações são cobertos no mercado, por meio do portfólio dinâmico de operações de *hedge* gerenciado por uma equipe especializada e dedicada.

Nossa presença no mercado por meio das atividades de formação de mercado nos permite oferecer uma ampla gama de produtos e estruturas a nossos clientes, assim como criar sinergias com os esforços de venda e uma melhor compreensão de suas necessidades. Tais aspectos culminaram em uma presença significativa em produtos de cotações, preços mais competitivos a nossos clientes e resultados sustentáveis à organização.

A mesa de formação de mercado deve estar em conformidade com as políticas de controle de risco estabelecidas por nossa alta administração e também com aquelas aplicadas em todo o mundo pelo Grupo Santander. Todas as posições e processos são estritamente monitorados e controlados por equipe especializada em riscos de mercado e riscos operacionais e pelos departamentos financeiro e de *compliance*.

Mesa Proprietária de Tesouraria

A mesa proprietária de tesouraria é responsável pelo gerenciamento de nossas posições bem como pelo estabelecimento de presença relevante como provedor líder de liquidez nos mercados locais. Buscamos a manutenção de resultados recorrentes para cada posição com o objetivo de preservar nosso capital. O processo de tomada de decisões é baseado em aspectos fundamentais de cada mercado, com suporte de pareceres técnicos. A estrita observância desses princípios permitiu que essa atividade apresentasse resultados sustentáveis à organização.

A mesa proprietária de tesouraria deve estar em conformidade com as políticas de controle de risco estabelecidas por nossa alta administração e também com aquelas aplicadas em todo o mundo pelo Grupo Santander. Todas as posições e processos são estritamente monitorados e controlados por equipe especializada em riscos de mercado e riscos operacionais e pelos departamentos financeiro e de *compliance*. O gerenciamento de riscos específicos para cada área do mercado financeiro e iniciativas sustentáveis, tais como observância de critérios sociais, ambientais e governança corporativa também fazem parte de nossas atividades de mesa proprietária de tesouraria.

Correspondent Banking

Nossas operações internacionais de *correspondent banking* incluem financiamentos de comércio exterior e custeio de bancos correspondentes. Nossas atividades de financiamentos de comércio exterior consistem de financiamentos de importações e exportações. Financiamentos de importações geralmente envolvem empréstimo ou carta de crédito na moeda estrangeira relevante da transação comercial. Por sua vez, financiamentos à exportação geralmente consistem de um adiantamento para o exportador em moeda estrangeira. Ambos os financiamentos de exportações e importações são concedidos em Dólares ou na moeda estrangeira relevante da transação comercial.

Aplicamos o mesmo processo de aprovação de crédito e políticas de controle a nossos financiamentos de comércio anterior que aplicamos ao restante de nossas operações de empréstimos. Veja "Nossas Atividades – Gerenciamento de Risco – Risco de Crédito".

Gestão de Recursos de Terceiros e Seguros

Gestão de Recursos de Terceiros

Por meio da Santander Asset Management, administramos e gerimos recursos de terceiros (sem e com discricionariedade nas decisões de investimento, respectivamente) por meio de fundos mútuos, fundos de pensão e carteiras de investimentos de pessoas físicas e pessoas jurídicas. Em 30 de junho de 2009, detínhamos R$99,8 bilhões em recursos administrados e 437,258 clientes. De acordo com dados publicados pela ANBID em junho de 2009, o Santander Asset Management é o quarto maior gestor de recursos de terceiros do Brasil em termos de recursos administrados, com R$99,8 bilhões em recursos administrados.

Nossa oferta de fundos de investimento inclui fundos de renda fixa, investimento financeiro, ações e multimercado (ou seja, fundos que não focam somente em um tipo específico de risco e, portanto, oferecem uma maior diversificação).

Mantemos sólidas práticas que valorizam uma ótima gestão de desempenho, ao mesmo tempo mantendo um forte foco na gestão de risco e controles internos.

Apresentamos o primeiro fundo socialmente responsável na América Latina – o Fundo Ethical, e em 2008 nos tornamos signatários dos Princípios para Investimento Responsável, uma iniciativa das Nações Unidas para encorajar os mercados financeiros e de capitais a buscar projetos de desenvolvimento sustentável por meio do uso de índices sociais, ambientais e de governança corporativa em suas decisões de investimentos.

Seguros

Oferecemos a nossos clientes de varejo e pequenas e médias empresas vários produtos de seguros, tais como seguro de vida e acidentes pessoais, residenciais, prestamistas, perda e roubo de cartão de crédito, e planos de previdência privada, considerados como seguros pela legislação aplicável (embora assemelhem-se a planos privados de aposentadoria) e produtos de capitalização (produtos de poupança em que geralmente requer a realização de depósitos fixos). Conduzimos nossas operações de seguros por meio de três seguradoras e duas sociedades de capitalização.

Seguradoras. A Santander Seguros e Real Seguros Vida e Previdência (antiga Real Tokyo Marine Vida e Previdência S.A.) oferecem seguro residencial, danos pessoais e seguro prestamista, além de planos de previdência privada. A Santander Seguros oferece seguros residenciais e de perda e roubo de cartão de crédito.

Sociedades de Capitalização. A Santander Capitalização e Real Capitalização oferecem produtos de capitalização.

Focamos nossas operações em produtos de seguros relacionados a produtos bancários, oferecendo seguros de baixo risco, com ênfase nos produtos acima referidos, que tipicamente nos geram margens favoráveis. Em relação a produtos de capitalização e previdência privada, direcionamos os produtos aos perfis de risco de acordo com as necessidades de nossos clientes. Temos uma forte presença no mercado de seguros.

Em 9 de março de 2009, adquirimos os 50% restantes de participação acionária na Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. (que teve sua denominação alterada para Real Seguros Vida e Previdência S.A.) por R$678 milhões, por meio do exercício de uma opção que tínhamos adquirido em decorrência da aquisição do Banco Real. A Real Tokio Marine Vida e Previdência é uma *joint venture* criada em 2005 entre o Banco Real e a japonesa Tokio Marine. Referida aquisição, bem como a mudança da denominação estão sujeitas à aprovação da SUSEP. A aquisição expandiu nossas atividades nos setores de seguros e planos de previdência privada no Brasil.

A tabela a seguir demonstra a divisão de nossa participação de mercado por produtos de seguros em 31 de dezembro de 2008:

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de 2008[1]
Seguro de vida	7,6%
Seguro de acidentes pessoais	8,3%
Seguro prestamista	17,3%
Seguro residencial	10,1%
Capitalização	10,8%
Previdência privada	6,6%

Fonte: SUSEP e Federação Nacional de Previdência Privada e Vida – FenaPrevi.

(1) Inclui 100% dos resultados da Real Seguros Vida e Previdência referentes ao período integral.

A aquisição do Banco Real foi complementar às nossas atividades de seguros pré-existentes, à medida em que possuíamos uma maior atuação no mercado de produtos de seguros enquanto o Banco Real possuía historicamente maiores taxas de retenção. Adicionalmente, o Banco Real possuía melhores taxas de planos de previdência privada. O Banco Real não apresentava uma lista tão extensa de produtos de seguro de vida e clientes em comparação a nós.

Implementamos uma reorganização societária para consolidar todas as nossas operações de seguros no Grupo Santander no Brasil. Tal reestruturação incluiu a aquisição em 14 de agosto de 2009 de certas sociedades brasileiras de gestão de recursos de terceiros e seguros previamente detidas pelo Santander Espanha (veja "Sumário da Companhia – Eventos Recentes") e a reestruturação da Santander Seguros, a Santander Brasil Seguros S.A. e a Real Seguros Vida e Previdência S.A., as três seguradoras do Grupo Santander no Brasil, bem como a Santander Capitalização S.A. e a Real Capitalização S.A., as duas sociedades de capitalização do Grupo Santander no Brasil. A reestruturação foi realizada em 31 de agosto 2009.

Em 30 de junho de 2009, tínhamos R$12,4 bilhões provisionados e havíamos levantado R$669,6 milhões em prêmios brutos, incluindo os resultados da Real Seguros Vida e Previdência S.A. Incluindo tais resultados, estamos classificados em quarto lugar em prêmios nos tipos de seguros que nós distribuímos, de acordo com a SUSEP.

Corretagem de Seguros

Distribuímos produtos de seguros de algumas das maiores companhias de seguros públicas e privadas do Brasil. Nos concentramos na venda de produtos da Santander Seguros ou da Santander Brasil Seguros S.A., que representaram quase 80% de nossos prêmios de seguros no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009. Os produtos que distribuímos como parte de nossos serviços de corretagem de seguros incluem seguro de vida, automóveis, bens, acidentes pessoais, equipamentos industriais e seguro de agronegócio (tais como safras). Focamos em produtos de seguros (relacionados a produtos bancários) simplificados e padronizados, principalmente voltados ao segmento de varejo. Oferecemos tais produtos de seguro conjuntamente com outros de nossos produtos bancários, como é o caso do seguro prestamista, que oferecemos quando o cliente contrata um empréstimo.

Os produtos de seguro são vendidos por toda a nossa rede de distribuição e recebemos uma comissão pelo serviço com base nas vendas de seguros. Todos os riscos são assumidos e todos os prêmios são devidos às seguradoras, conforme o caso (inclusive as seguradoras do Grupo Santander Brasil).

Em 30 de junho de 2009, a divisão dos prêmios relativos aos seguros distribuídos pelas seguradoras do Grupo Santander era a seguinte: Santander Seguros (vida) 77%, Santander Brasil (bens pessoais) 13% e empresas terceirizadas (automóveis, bens) 10%. A divisão de prêmios distribuídos pelas seguradoras do Banco Real era a seguinte: Real Seguros Vida e Previdência 51% e as demais 49%. Acreditamos que a consolidação dos negócios de seguros aumentará nossa participação no mercado de serviços de corretagem de seguros. Pretendemos manter nosso foco em distribuição de seguros por meio das agências bancárias, ao mesmo tempo em que capitalizamos nossa capacidade de ampliar as operações de negócios em vários segmentos, inclusive fundos de pensões, seguro de vida, prestamista, acidentes, residenciais e perda e roubo de cartões de crédito.

Rede de Distribuição

Nossa rede de distribuição fornece serviços e produtos financeiros integrados a nossos clientes por meio de vários canais, inclusive agências e unidades de serviços (PABs) e canais de distribuição complementares, tais como caixas eletrônicos, centrais de atendimento e outros canais alternativos de vendas diretas, incluindo serviços bancários pela Internet. Estes canais de distribuição estão concentrados no sul e sudeste, as regiões com maiores índices de PIB per capita (representando aproximadamente 73,1% do PIB brasileiro com base em dados de 2006). Como resultado da aquisição do Banco Real, expandimos nossa rede de distribuição.

A tabela a seguir apresenta nossos principais canais em 30 de junho de 2009:

	Em 30 de junho de 2009
Agências	2.091
PABs (Postos de Atendimento Bancário)	1.521
Caixas Eletrônicos	18.101

Rede de Agências

Nossa rede de agências oferece todos os nossos produtos e serviços aos clientes. Em 2008, foram abertas quase 50 novas agências e temos planos de abrir mais 600 novas agências até 2013. Em 2007, fechamos quatro agências e o Banco Real abriu 47 novas agências.

A tabela abaixo demonstra a distribuição geográfica de nossa rede de agências, nas datas indicadas:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
Agências	**2009**	**2008**	**2007**	**#**	**%**
Centro Oeste	72	71	13	1	1,4%
Nordeste	175	174	11	1	0,6%
Norte	31	30	3	1	3,2%
Sudeste	1.533	1.530	726	3	0,2%
Sul	280	278	151	2	0,7%
Total	**2.091**	**2.083**	**904**	**8**	**0,4%**

O mapa a seguir demonstra a distribuição geográfica de nossa rede de agências, a participação de cada região no PIB de 2006 e nossa participação de mercado atual, de acordo com o Banco Central. A participação de mercado é calculada por meio da divisão do número de agências do Santander Brasil na região pelo número de agências de todos os principais bancos em tal região em 30 de junho de 2009.

Fonte para o PIB: IBGE.

PABs - Postos de Atendimento Bancário

Oferecemos serviços bancários diários a nossos clientes corporativos e seus funcionários por meio de PABs localizados nas instalações dessas empresas, bem como em hospitais e universidades. Nossos PABs são geralmente pontos de venda exclusivo no local em que são instalados. Acreditamos que a presença de PABs nos escritórios de nossos clientes fortalece nosso relacionamento com eles e constrói uma fidelização dos clientes pessoas físicas que se beneficiam da conveniência de executar suas transações bancárias em seu próprio local de trabalho. Acreditamos que os PABs são uma importante forma de baixo custo e baixo risco de expansão e manutenção de nossa base de clientes.

A tabela abaixo apresenta o número de nossos PABs por todas as regiões do Brasil nas datas indicadas.

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
PABs	**2009**	**2008**	**2007**	**2009**	**2008**
	102	101	18	1	1%
Centro Oeste	160	159	24	1	1%
Nordeste	61	62	5	(1)	(2)%
Norte	1.021	1.024	522	(3)	–
Sudeste	177	174	100	3	2%
Sul	1.521	1.520	669	1	–

Canais de Distribuição Complementares

Também distribuímos nossos produtos e serviços por meio de canais complementares de distribuição, que acreditamos contribuírem de forma significativa para o aumento de vendas de produtos e operações bancárias. Juntamente com nossas agências, estes canais nos permitem alcançar os clientes de forma eficiente. Tais canais de distribuição complementares consistem de caixas eletrônicos, serviços bancários pela Internet e centrais de atendimento. Estes canais de distribuição fornecem um volume significativo de informações aos nossos clientes, o que é um importante meio de venda direta. Devido ao seu baixo custo e à grande capacidade de atendimento, acreditamos que o uso destes canais de distribuição complementares é importante para atingir certos clientes, em particular aqueles de classe de baixa renda, onde conseguimos ter um relacionamento mais eficiente e uma base mais ampla de clientes.

Caixas Eletrônicos

Operamos uma extensa rede de mais de 18.000 caixas eletrônicos, inclusive aqueles localizados em nossas agências e PABs. Além disso, nossos clientes têm acesso à rede de caixas eletrônicos "*Banco 24 Horas*", de aproximadamente seis milhões de caixas eletrônicos das mais de 40 instituições financeiras participantes, localizados em todo o Brasil, por meio da qual eles podem acessar as suas contas e executar transações bancárias (normalmente mediante o pagamento de uma tarifa por operação).

A tabela a seguir apresenta a distribuição de nossos caixas eletrônicos em todas as regiões do Brasil, nas datas indicadas:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
	2009	**2008**	**2007**[1]	**2009**	**2008**
Centro Oeste	697	699	22	1	0,1%
Nordeste	1.615	1.617	76	18	1,1%
Norte	396	382	30	2	0,5%
Sudeste	13.343	13.425	5,844	(95)	(0,7)%
Sul	2.050	1.997	243	51	2,6%

[1] Não inclui caixas eletrônicos do Banco Real.

Pessoas físicas e empresas de pequeno/médio porte podem também acessar suas contas por meio da Internet ou por telefone para executar transações bancárias, de acordo com sua conveniência, tal como obter informações da conta, executar transações, contratar empréstimos, fazer pagamentos ou contatar um de nossos representantes.

Central de Atendimento Telefônico (Call Center)

Nossas centrais de atendimento telefônico podem ser usadas pelos clientes para esclarecimento de dúvidas, realização de operações de pagamento ou solicitação de produtos e serviços, tais como empréstimos pessoais. Uma parte de nosso pessoal das centrais de atendimento telefônico é dedicada ao contato com os atuais correntistas, para oferecer a eles produtos e serviços adicionais, em particular seguros e cartões de crédito. Nossas centrais de atendimento telefônico também contam com unidade que lida com solicitações de clientes para cancelamento de produtos ou serviços.

A tabela a seguir apresenta um resumo das estatísticas financeiras e operacionais de nossas centrais de atendimento telefônico:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
	2009	2008	2007[1]	2009	2008
Volume de clientes (em milhares)	2,136	2.262	798	(176)	(7.6)%
PAS[1]	4,180	3.684	1.541	984	26,7%
Pessoal	6,095	6.206	2.572	1.461	23,5%
Porcentagem de clientes usuários	27%	29%	24%		

(1) Estações de trabalho com estrutura para atividades de central de atendimento.

Serviços Bancários pela Internet

Entendemos que os serviços bancários pela Internet são instrumentos chave para a oferta de produtos e serviços adicionais a nossos clientes. A tabela a seguir apresenta um resumo das estatísticas financeiras e operacionais de nossos serviços bancários pela Internet:

	Em 30 de junho de	Em 31 de dezembro de		Variação entre 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008	
	2009	2008	2007[1]	2009	2008
Volume de clientes pessoas físicas (em milhares)	1.645	1.570	469	(86)	5,0%
Porcentagem de clientes usuários	21%	20%	14%		

Gerenciamento de Risco

Visão Geral

Nossas operações estão sujeitas a vários riscos. Para gerenciar estes riscos de forma eficaz, incorporamos as funções globais de gestão de risco do Grupo Santander em vários níveis de nossa organização. Certos membros de nossa área de administração de risco são um apoio do Grupo Santander para assegurar uma abordagem consistente de gestão de risco global por meio da implementação das políticas do Grupo Santander em todas as nossas áreas, inclusive risco financeiro, de crédito e de mercado. Além disso, comitês presididos pela alta administração supervisionam nossos relatórios de risco financeiro, de crédito e de mercado das divisões designadas para a gestão de risco. Limites de risco e exposições em jurisdições locais são adicionalmente sujeitos à aprovação do Grupo Santander.

Risco de Crédito

Nosso processo de gerenciamento de risco de crédito é desenhado para seguir os padrões do Grupo Santander, ao mesmo tempo em que levam em conta nossa oferta de produtos e as exigências normativas específicas de nossas operações no Brasil. Nossos processos de aprovação de crédito, particularmente a aprovação de novos empréstimos e monitoramento de riscos, são estruturados de acordo com nossa classificação de clientes e produtos. A aprovação e o monitoramento de crédito são conduzidos de forma separada e em diferentes plataformas de TI para cada uma das redes operadas sob as marcas Santander e Banco Real, mas as políticas e os procedimentos aplicados são os mesmos para cada rede, exceto pequenas variações operacionais descritas abaixo no nível de empréstimos de varejo em valores abaixo de R$3 milhões.

Nossos processos de aprovação de crédito são estruturados principalmente em torno de nosso segmento de varejo e atacado. Para maiores informações sobre nossas políticas de gerenciamento de risco de crédito específicas por tipo de clientes e empréstimos veja "Informações Estatístivas Selecionadas – Carteira de Crédito – Tipos de Empréstimos por Tipos de Clientes".

Empréstimos no Varejo

Em nossos serviços de varejo, solicitações de crédito feitas por pessoas físicas são analisadas por um sistema de aprovação de crédito aplicando vários tipos de processos, dependendo do histórico de crédito do cliente e do tipo de crédito solicitado. Para solicitações de crédito padrão em valores inferiores a R$3 milhões, a aprovação é geralmente feita em nossas agências individuais com base em um processo padronizado automático. Quando a solicitação do cliente é submetida à aprovação de crédito, coletamos informações de crédito pertinentes sobre o cliente, inclusive sua profissão, nível de renda, restrições financeiras internas e externas, histórico de crédito, atual endividamento e relacionamento conosco. Com base nestes dados e no tipo de crédito solicitado, nosso sistema de classificação de crédito automaticamente designa uma classificação de crédito com base em um modelo de pontuação e em nossas políticas de gerenciamento de risco. Utilizamos nosso modelo de pontuação em duas fases diferentes, uma fase "inicial" e uma fase "contínua". O modelo de pontuação de crédito é aplicado na fase inicial quando o cliente inicia um relacionamento conosco. Já o modelo de pontuação comportamental é usado quando o cliente já possui um relacionamento conosco por um período de tempo estabelecido por nossas políticas de gestão de risco. Esta política nos permite avaliar nossos atuais clientes com uma análise mais completa do que se aplicássemos um modelo puro de pontuação para todos os clientes.

Nossas agências, que operam sob as marcas Santander Brasil e Banco Real, aplicam certos critérios operacionais distintos na aprovação de solicitações de crédito abaixo de R$3 milhões, mas seguem as mesmas limitações de risco. Os limites pré-aprovados são concedidos para linhas de crédito para um indivíduo em particular ou cliente de atacado com base na capacidade de crédito e no porte, conforme determinado de acordo com nossos critérios de pontuação. No caso de aprovação de crédito por nossas agências que operam sob a marca Santander Brasil, a aprovação é baseada inteiramente em nossos critérios de pontuação e os funcionários da agência não têm autorização para aprovar uma solicitação de crédito se o cliente em particular não for pré-aprovado por meio de nossos critérios de pontuação. Com respeito a agências que operam sob a marca Banco Real, determinadas pessoas da agência estão autorizadas a aprovar uma solicitação de crédito de até R$3 milhões, mesmo quando um cliente em particular não foi pré-aprovado com base em critérios relevantes de pontuação, depois de levar em conta determinados fatores atenuantes. Quaisquer de tais aprovações são feitas dentro dos atuais critérios, de forma a estar em conformidade com os nossos padrões de risco de crédito. Isso nos permite preservar o relacionamento com nossos principais clientes. À medida em que continuamos a integrar as operações do Santander Brasil e do Banco Real, esperamos estabelecer critérios operacionais uniformes para a aprovação de crédito em todas as agências.

Uma análise individualizada é feita para produtos que não estão sujeitos ao nosso processo automático de pontuação. Neste caso, avaliações são executadas por comitês de crédito que seguem um processo padronizado e centralizado dentro de critérios predefinidos.

Estabelecemos procedimentos e autorizamos certos departamentos organizacionais a aprovar solicitações de crédito em valores superiores a R$3 milhões (tanto para clientes pessoas físicas quanto para pessoas jurídicas). Tais aprovações são feitas seguindo a aplicação do modelo de pontuação relevante e análise individualizada pelo departamento autorizado. A tabela a seguir apresenta as pessoas ou departamentos autorizados a fazer concessões de crédito para tomadores de varejo nos valores especificados:

Autorização Exigida	**Valor**
Pessoal da agência designado[1]	Menos de R$3 milhões (varia por cliente)
Comitês locais de autorização	De R$1 milhão a R$3 milhões
Centros regionais de decisões	De R$3 milhões a R$5 milhões
Comitê de Risco de Varejo[2]	De R$5 milhões a R$15 milhões
Comitê Central de Risco[3]	De R$15 milhões a R$55 milhões
Comitê Executivo de Clientes e Mercado[4]	Superiores a R$55 milhões

(1) O processo de aprovação em agências que operam sob a marca Santander é automático com base no modelo padrão de pontuação.
(2) Membros do Comitê de Risco de Varejo incluem nosso Diretor-Presidente, Vice-Presidente Executivo para Risco de Crédito e Mercado e o Vice-Presidente Sênior para Varejo.
(3) Membros do Comitê Central de Risco incluem o Vice-Presidente Executivo para Risco de Crédito e Mercado e representantes de cada um dos departamentos de risco.
(4) Membros do Comitê Executivo de Clientes e Mercado incluem nosso Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Vice Presidente Sênior e Vice-Presidente Executivo para o *Banco Global de Atacado* e Vice-Presidente Executivo para Risco de Crédito e Mercado.

Para produtos de financiamento desenvolvidos para serem oferecidos a empresas de pequeno e médio porte (empresas com receitas anuais inferiores a R$1 milhão e R$30 milhões, respectivamente), o processo de aprovação de crédito é executado por meio de um sistema de pontuação automatizado. Para outros produtos de financiamento, a análise de gestão de risco é executada por analistas de crédito que possuem conhecimento detalhado sobre o cliente e seu respectivo grupo de empresas e setores econômico e industrial. Esta análise preliminar também gera uma classificação de crédito com base em nosso modelo interno. Informações adicionais, tais como as características do produto de financiamento sendo oferecido, inclusive termos e condições relacionados e garantias reais concedidas correspondentes, são também levados em conta como parte do processo de aprovação.

Empréstimos de Atacado

Para conceder empréstimos para nossos clientes de serviços bancários de atacado, o processo de aprovação é determinado para cada classe de clientes e produtos separadamente. Todas as solicitações de crédito por nossos clientes do Banco Global de Atacado (um grupo de aproximadamente 700 pessoas jurídicas) são aprovadas pelo Comitê Executivo de Clientes e Mercado. Solicitações de crédito por nossos clientes corporativos (corporações com receitas anuais superiores a R$250 milhões) e clientes empresariais (corporações com receitas anuais entre R$30 milhões e R$250 milhões) devem ser aprovadas pelos departamentos pertinentes descritos na tabela a seguir para os valores indicados:

Autorização Exigida	**Valor para Clientes Corporativos**	**Valor para Clientes Empresariais**
Pessoal designado na agência	Menos de R$3 milhões (varia por cliente)	Menos de R$3 milhões (varia por cliente)
Comitê regional de aprovação	N.A.	De R$2 milhões a R$3 milhões
Comitê der Risco de Atacado[1]	De R$3 milhões a R$15 milhões	De R$3 milhões a R$15 milhões
Comitê Central de Risco	De R$15 milhões a R$55 milhões	De R$15 milhões a R$55 milhões
Comitê Executivo de Clientes e Mercado	Superiores a R$5 milhões	Superiores a R$55 milhões

(1) Membros do Comitê de Risco de Atacado incluem pessoas responsáveis por risco no *Banco Global de Atacado*.

Monitoramento de Crédito

As linhas de Crédito para clientes de serviços bancários de varejo são revisadas semanalmente. Este processo permite melhorias na exposição de crédito de clientes que tenham apresentado uma boa qualidade de crédito. Avisos com antecedência específicos são automaticamente gerados no caso da deterioração da qualidade de crédito de um cliente. Neste caso, um processo de redução de risco de crédito projetado para impedir a inadimplência tem início com a identificação do problema de solvência do cliente (gastos e outros compromissos financeiros) e o cliente é abordado pelo gerente de relacionamento.

Avisos com antecedência são automaticamente gerados para empresas de pequeno e médio porte, e seu desempenho é monitorado mensalmente. Além disso, a situação financeira de cada empresa é discutida por comitês específicos, na presença da área comercial, com o objetivo de melhorar continuamente a qualidade de nossa carteira de crédito.

Revisamos a qualidade do crédito de nossos clientes de atacado regularmente, normalmente em base semestral, embora monitoremos clientes que tenham sido classificados como suspeitos em base trimestral. Se durante este monitoramento surge qualquer preocupação específica em relação à qualidade do crédito de um cliente específico, um sistema de monitoramento de cliente conhecido como ESVE (Empresas Sujeitas a Vigilância Especial) é utilizado, com possíveis ações a serem tomadas segundo as seguintes categorias: "monitoramento", "redução de exposição", "obtenção de garantias reais" ou "cancelamento".

Classificações de Crédito

Classificamos nossas operações de crédito de acordo com os critérios estabelecidos pelo Banco Central, ou seja, AA, A, B, C, D, E, F, G ou H. Cada uma dessas categorias corresponde ao número de dias em atraso no pagamento de uma operação e a uma de nossas categorias internas de classificação risco, as quais foram devidamente aprovadas pelo Banco Central. As operações com clientes pessoa física são classificadas somente com base no número de dias em atraso. Todas as outras operações são classificadas pelo nível máximo de nossa própria classificação interna de risco ou pela classificação resultante do número de dias em atraso de uma operação. Nossa classificação de risco considera:

- as condições do devedor e seu garantidor, tais como situação financeira, grau de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atividade, contingências e limites de crédito do devedor e/ou do garantidor; e
- características da transação, tais como sua natureza e propósito, tipo, adequação e grau de liquidez do bem dado em garantia e a quantia total do crédito.

Nossos sistemas de classificação e gerenciamento de risco são revisados tanto pelo Banco Central quanto pelos auditores internos do Santander Espanha. Nossa administração não teve qualquer controvérsia com o Banco Central ou o Santander Espanha em relação a nossas operações de gestão de risco.

Provisão para Crédito de Liquidação Duvidosa

O Banco Central determina uma provisão mínima para cada categoria de *rating* de operação de crédito, que é medida como uma porcentagem do valor total das operações de crédito, conforme mostrado na tabela abaixo:

Classificação do Banco Central (Nível de risco)	Mínimo Provisionamento em %	Classificação de Dias Vencidos e Não Pagos (dias vencidos e não pagos)
AA	–	Nenhum
A	0,5	<15
B	1,0	15-30
C	3,0	30-60
D	10,0	60-90
E	30,0	90-120
F	50,0	120-150
G	70,0	150-180
H	100,0	180-210

Nossas provisões para perdas de créditos em IFRS são mais conservadoras que os valores mínimos exigidos pelo Banco Central. A tabela a seguir apresenta, nas datas indicadas (i) a composição de nossa carteira de crédito, de acordo com o sistema de classificação do Banco Central e (ii) as provisões que estabelecemos de acordo com o IFRS.

	Carteira de Crédito		Provisão Exigida	
Nível de Risco	**Em 31 de dezembro de**		**Em 31 de dezembro de**	
	2008	**2007**	**2008**	**2007**
	(em milhões de R$)			
Total	**7,094**	**1.806**	**8.181**	**2.249**

Cobranças

Nosso departamento de cobranças usa ferramentas como pontuação comportamental e de cobrança para estudar o desempenho de cobrança de certos grupos na tentativa de diminuir custos e aumentar as recuperações. Os clientes com probabilidade de fazer o pagamento são classificados como de baixo risco, exigindo estratégias menos agressivas para assegurar o pagamento, e mais atenção é dada à manutenção de um saudável relacionamento com o cliente. Os clientes com pouca probabilidade de fazer o pagamento são classificados como de alto risco e contatados consistentemente em relação ao pagamento. Todos os clientes com valores em atraso ou cujos empréstimos foram re-escalonados ou de qualquer outra forma reestruturados enfrentam fortes restrições internas.

As estratégias de cobrança são modificadas de acordo com a duração do atraso no pagamento, ou dias de atraso. Nos primeiros dias da inadimplência (menos de 90 dias de atraso), o departamento de cobranças implementará um modelo mais exaustivo de cobrança, criando estratégias distintas com monitoramento mais próximo. Centrais de atendimento, cartas e agências de classificação de crédito, tais como SERASA, que é um sistema centralizado de dados usado por várias instituições financeiras do Brasil e outros para o processo de aprovação de crédito, são implementadas durante esta fase. Durante esta fase da cobrança, nossa ênfase está na recuperação de nossos clientes. Entretanto, se um cliente ficar em atraso por 90 dias, nosso foco será direcionado à recuperação do dinheiro devido. Neste ponto, fazemos a terceirização dos esforços de cobrança para agências externas de cobrança que recebem uma comissão por quaisquer valores recuperados.

O departamento de cobrança também gerencia reestruturações de dívidas e empréstimos.

Comitê de Administração de Ativos e Passivos - ALCO

Nossa estratégia de administração de ativos e passivos é definida pelo ALCO, que opera segundo as estritas diretrizes e procedimentos estabelecidos pelo Santander Espanha. Os membros do ALCO incluem nosso Diretor-Presidente, Diretor Financeiro, Tesoureiro, Vice-Presidente Executivo de Gestão de Risco, Vice-Presidente Sênior de Atacado, Vice-Presidente Sênior de Varejo, Diretor de Gestão de Ativos e Passivos e Economista-Chefe, entre outros. O ALCO se reúne a cada duas semanas para estabelecer nossa estratégia de financiamento, posição estrutural de taxa de juros do balanço patrimonial e administração de capital. Ele usa vários índices de risco para monitorar o impacto de condições de mercado, inclusive sensibilidades do valor de mercado e margem de taxas de juros. Outras atividades do ALCO incluem o estabelecimento de políticas de preços de transferência, administração de ativos ponderados pelo risco e exposição econômica do capital, administração de capital regulatório local e tomada de decisão sobre emissões de instrumentos de capital, cada um dos quais devendo estar em linha com as diretrizes e os limites do Santander Espanha.

Risco de Mercado

Aspectos Gerais

Estamos expostos a risco de mercado resultante, sobretudo das seguintes atividades:

- Negociação de instrumentos financeiros, a qual envolve riscos de taxa de juros, câmbio, preço de ações e volatilidade.
- Atividades de banco de varejo, as quais envolvem risco de taxa de juros, uma vez que as alterações das taxas de juros afetam as receitas e despesas de juros e o comportamento do cliente.
- Investimentos em ativos (incluindo subsidiárias) cujos retornos ou contas estão denominados em outras moedas que não o Real, os quais envolvem risco de taxa de câmbio.
- Investimentos em subsidiárias e outras companhias, os quais nos sujeitam a risco de preço de ações.
- Todas as atividades, de negociação ou não, que envolvam risco de liquidez.

Os Riscos do Mercado Primário e Sua Origem

Os riscos do mercado primário aos quais estamos expostos são o risco de taxa de juros, o risco de taxa de câmbio, o risco de preço das ações, o risco de volatilidade e o risco de liquidez. Estamos expostos ao risco de taxa de juros sempre que há uma divergência entre os ativos e passivos sensíveis às taxas de juros, exceto pelo *hedge* que possamos eventualmente ter feito utilizando *swaps* de taxas de juros ou outros instrumentos derivativos não declarados no balanço. O risco de taxa de juros tem origem tanto em nossas atividades mantidas para negociação quanto nas demais atividades.

Estamos expostos ao risco de taxa de câmbio devido a divergências entre os ativos e passivos e itens não declarados no balanço denominados em moedas diferentes, tanto em função de negociações quanto no curso normal dos negócios. Mantemos posições cambiais em aberto, não para negociação, em virtude de nossos investimentos em subsidiárias no exterior (tais como nossa filial em Cayman) e afiliadas e seu custeio. Nossa principal exposição cambial não mantida para negociação é o Dólar, a qual, conforme determinado por nossas políticas, é objeto de *hedge* em Reais, dentro dos limites definidos.

Estamos expostos ao risco de preço de ações em virtude de nossos investimentos em ações, mantidos para negociação ou não.

Estamos expostos também ao risco de liquidez. A profundidade do mercado é o principal fator de nossa carteira mantida para negociação, embora nossa política seja a de negociar os ativos mais líquidos. Nosso risco de liquidez também tem origem em atividades não mantidas para negociação, devido ao descompasso entre as datas de vencimento dos ativos e passivos, sobretudo na atividade de banco de varejo.

Utilizamos derivativos tanto em atividades mantidas para negociação quanto não mantidas para negociação. Os derivativos mantidos para negociação são utilizados para eliminar, reduzir ou modificar o risco das carteiras mantidas para negociação (risco de taxa de juros, taxa de câmbio e preço das ações) e para a prestação de serviços financeiros aos clientes. Nossas principais contrapartes (além dos clientes) nessas atividades são instituições financeiras e a BM&FBOVESPA. Entre os nossos principais instrumentos derivativos estão os *swaps* de taxas de juros, futuros de taxas de juros, contratos de câmbio a termo, futuros de câmbio, opções de câmbio, *cross currency swaps*, futuros de índices de ações e opções de ações.

Utilizamos derivativos também em atividades não mantidas para negociação, para gestão do risco de câmbio resultante das atividades de gestão de ativos e passivos. Nas atividades não mantidas para negociação, utilizamos derivativos não opcionais de taxas de juros e câmbio.

Não temos derivativos de crédito no Brasil, uma vez que não há mercado para esses derivativos no País.

Procedimentos para Cálculo e Gestão do Risco de Mercado

Nosso Comitê Executivo, por meio de seus representantes no Comitê de Risco, é responsável pela definição de nossas políticas, procedimentos e limites referentes aos riscos de mercado, inclusive dos negócios que devemos contratar e manter. Além disso, o comitê monitora nosso desempenho geral à luz dos riscos assumidos. Juntamente com os comitês locais e globais de ativos e passivos, cada unidade de risco de mercado calcula e monitora nossos riscos de mercado e liquidez e apresenta aos comitês de ativos e passivos os valores apurados para uso na gestão de tais riscos.

O risco de mercado é disciplinado e controlado por meio de certas políticas, definidas em nosso manual de políticas de gestão de riscos de mercado e liquidez (descrito adiante), e de estruturas que definem limites específicos para nossa exposição a riscos de mercado, as quais se baseiam em limites globais definidos para todo o Grupo Santander. Além disso, periodicamente, elabora-se e revisa-se uma lista de produtos autorizados.

Essas políticas, procedimentos e limites ao risco de mercado são aplicáveis a todas as unidades, negócios ou carteiras suscetíveis a tal risco.

Manual de Políticas de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez

O manual de políticas de gestão de riscos de mercado e liquidez é uma compilação de políticas que descrevem a estrutura de controle adotada pelo Grupo Santander para identificação, mensuração e gestão das exposições ao risco de mercado inerentes às nossas atividades nos mercados financeiros. O manual é utilizado para fins de gestão de risco de mercado em todos os níveis do Grupo Santander, proporcionando uma estrutura de ação geral e global e definindo para todos os níveis normas referentes ao risco.

O principal objetivo do Manual é determinar o nível de risco que o nosso Conselho de Administração considera aceitável e descrever e relatar todas as políticas e controles de riscos adotados por nosso Conselho de Administração. Todos os gestores de riscos do Grupo Santander devem cuidar para que cada uma das atividades de negócios seja executada de acordo com as políticas definidas no manual. O manual é observado na tomada de decisões de mercado em todas as unidades de negócios e atividades.

Procedimentos de Gestão de Risco de Mercado

Todas as funções desempenhadas pela gestão de riscos são documentadas e disciplinadas por diversos procedimentos, incluindo as funções de mensuração, controle e relatório. A observância dessas normas internas é auditada por auditores internos e externos, a fim de garantir o cumprimento de nossas políticas de riscos de mercado.

Estrutura de Limites de Riscos de Mercado

A estrutura de limites de riscos de mercado representa a disposição ao risco do conselho de administração e é determinada por nossas políticas globais de gestão do risco de mercado, as quais abrangem todas as nossas unidades de negócios, e serve para:

- Identificar e definir as principais espécies de riscos incorridos de forma consistente com nossa estratégia de negócios.
- Quantificar e relatar para nossos segmentos de negócios os níveis e perfis de risco adequados, em consonância com a avaliação dos riscos pela administração sênior, a fim de evitar que nossos segmentos de negócios assumam riscos indesejados.
- Proporcionar flexibilidade aos nossos segmentos de negócios na definição oportuna e eficiente de posições de riscos sensíveis às mudanças no mercado e às nossas estratégias de negócios e sempre dentro de níveis de risco aceitáveis para o Grupo Santander.
- Permitir às pessoas e equipes que originarem novos negócios que assumam riscos de forma prudente, de modo a favorecer a obtenção dos resultados orçados.
- Definir alternativas de investimento, limitando a redução do patrimônio.
- Definir a gama de produtos e ativos subjacentes em que cada unidade de tesouraria pode operar, levando em conta nossos modelos e sistemas de avaliação de riscos e nossas ferramentas de liquidez. Isso ajuda a restringir o risco de mercado na administração de negócios e na estratégia de riscos definida.

As políticas globais de gestão de risco de mercado definem nossa estrutura de limites de riscos, enquanto o comitê de riscos revisa e aprova tais políticas. Os administradores da unidade de negócios gerenciam suas atividades dentro desses limites. A estrutura de limite de riscos abrange tanto nossa carteira mantida para negociação quanto nossa carteira não mantida para negociação e inclui limites aos instrumentos de renda fixa, ações, câmbio e outros instrumentos derivativos.

Os limites considerados globais dizem respeito ao nível das unidades de negócios. Até o momento, as restrições do sistema impedem os limites *intra-day*. Nossas unidades de negócios devem observar continuamente os limites aprovados. Os possíveis excessos demandam uma série de medidas executadas pela unidade global de funções de riscos de mercado, entre as quais: (1) implementar sugestões e controles de redução de riscos, em função do rompimento de limites "alarmantes"; e (2) adotar medidas executivas, exigindo que os tomadores de riscos fechem posições para reduzir os níveis de riscos.

Ferramentas Estatísticas para Cálculo e Gestão do Risco de Mercado

Atividades de negociação

Nossa carteira de instrumentos mantidos para negociação compreende nossas posições em instrumentos financeiros mantidos para revenda e/ou comprados para aproveitar diferenças atuais e/ou previstas entre os preços de compra e de venda. Essa carteira inclui também posições em instrumentos financeiros derivados de formação de mercado e vendas. Devido à negociação dos títulos de renda fixa, ações e câmbio mantidos para negociação, estamos expostos a riscos de taxa de juros, preço das ações e câmbio. Quando utilizados derivativos, estamos expostos também à volatilidade.

Administramos ativamente o risco de mercado resultante das atividades privadas mantidas para negociação e formação de mercado por meio do uso de instrumentos financeiros de capital e derivativos negociados nos mercados de balcão, e mercados organizados. Em geral, fazemos *hedge* do risco de taxa de juros oriundo de formação de mercado, comprando ou vendendo títulos de capital de alta liquidez, tais como títulos do Governo Federal, ou contratos futuros listados em mercados organizados, tais como a BM&FBOVESPA, a *London Metals Exchange*, a *Euronext Liffe*, a NYSE e a *Chicago Board of Trade*.

Administramos o risco de taxa de câmbio por meio de transações à vista no mercado interbancário de câmbio global, bem como por meio de contratos de câmbio a termo, *cross currency swaps*, futuros de câmbio na BM&FBOVESPA e opções de câmbio. Fazemos *hedge* do risco de preço das ações, comprando ou vendendo as ações subjacentes específicas nos mercados organizados em que são negociadas ou contratos futuros de ações específicas listadas em mercados organizados, tais como a BM&FBOVESPA. Fazemos *hedge* do risco de volatilidade resultante de formação de mercado em opções e produtos relacionados a opções, comprando e vendendo contratos de opções listados em mercados organizados, tais como a BM&FBOVESPA, ou contratando transações de reversão do risco no mercado de balcão interbancário. Utilizamos o Valor em Risco, ou modelo VaR para mensurar nosso risco de mercado associado à totalidade de nossas atividades mantidas para negociação.

Modelo VaR. Utilizamos localmente diversos modelos matemáticos e estatísticos, entre os quais os modelos VaR, simulações históricas e testes de estresse para mensuração, monitoramento, relatório e gestão do risco de mercado. Tais valores, apurados em nível local, são úteis também às atividades globais, tais como avaliações do retorno sobre o capital ajustado ao risco, e à alocação de capital econômico para diversas atividades, para fins de avaliação do retorno sobre o capital ajustado ao risco das mesmas.

O VaR, na forma como o calculamos, é uma estimativa da perda máxima esperada do valor de mercado de uma determinada carteira, durante o prazo de um dia, com intervalo de confiança de 99%. É uma estimativa da perda máxima em um dia que sofreríamos em uma determinada carteira durante 99% do tempo, observadas certas premissas e limitações discutidas adiante. Por outro lado, é uma estimativa de perda que esperaríamos ultrapassar durante somente 1% do tempo, ou aproximadamente três dias por ano. O VaR proporciona uma estimativa do risco de mercado que é única e comparável entre um risco de mercado e outro.

Nossa metodologia padrão baseia-se na simulação histórica (520 dias). Para refletir a volatilidade recente do mercado no modelo, nosso valor de VaR é o máximo entre o percentil 1% e o percentil ponderado 1% da distribuição simulada dos lucros e prejuízos. Essa distribuição dos prejuízos é calculada aplicando-se um fator de declínio exponencial, que atribui menor peso às observações conforme estejam mais distantes no tempo.

Utilizamos as estimativas do VaR para alertar a administração sênior sempre que as perdas estatisticamente estimadas em nossas carteiras ultrapassarem os níveis prudentes. Os limites ao VaR são utilizados para controle da exposição em cada uma das carteiras.

Premissas e limitações. Nossa metodologia do VaR deve ser interpretada à luz das seguintes limitações: (1) o período de tempo de um dia pode não refletir integralmente o risco de mercado das posições que não possam ser liquidadas ou protegidas por *hedge* dentro de um dia; e (2) atualmente apuramos o VaR no fechamento dos negócios, e as posições mantidas para negociação podem mudar substancialmente durante o dia de negociação.

Análise de cenários e medidas de calibração. Devido a essas limitações da metodologia do VaR, além da simulação histórica, utilizamos testes de estresse para analisar o impacto de oscilações de mercado extremas e adotar políticas e procedimentos na tentativa de proteger nosso capital e nossos resultados operacionais contra tais contingências. Para calibrar nosso modelo VaR, utilizamos o *back testing*, que é uma análise comparativa entre as estimativas do VaR e o resultado líquido diário (resultado teórico gerado adotando-se a premissa da variação diária marcada a mercado da carteira e considerando-se somente a oscilação das variáveis de mercado). A finalidade desses testes é verificar e mensurar a precisão dos modelos utilizados para calcular o VaR.

Gestão de Balanço

Risco de taxa de juros. Analisamos a sensibilidade da margem de juros líquida e do valor de mercado das ações a alterações das taxas de juros. Essa sensibilidade resulta de divergências entre as datas de vencimento e das taxas de juros nas diversas contas do ativo e do passivo. No caso de produtos sem datas de vencimento contratuais expressas, utilizam-se certas hipóteses de reprecificação, com base no ambiente econômico (financeiro e comercial).

Com base no posicionamento das taxas de juro contabilizadas no balanço, bem como na situação e na perspectiva de mercado, são definidas medidas financeiras para ajustar o posicionamento a níveis compatíveis com as políticas do Grupo Santander. Essas medidas variam entre a tomada de posições em mercados e a definição das características da taxa de juros de produtos comerciais. Administramos os investimentos definindo uma faixa de metas para cada sensibilidade e fazendo o *hedge* adequado (especialmente com títulos da dívida pública, *swaps* de taxas de juros e futuros de taxas de juros) para manter essas sensibilidades dentro dessa faixa.

As medidas utilizadas para controle do risco de taxa de juros são a análise da diferença entre as taxas de juros, a sensibilidade da margem de juros líquida e o valor patrimonial de mercado e as alterações das taxas de juros, ao VaR e à análise de cenários.

Divergência entre taxas de juros do ativo e do passivo. A análise da divergência entre taxas de juros refere-se aos descompassos ou discrepâncias entre as alterações do valor dos itens do ativo, do passivo e não declarados no balanço. A análise da divergência proporciona uma representação básica da estrutura do balanço e permite a detecção do risco de taxa de juros conforme a concentração das datas de vencimento. É também uma ferramenta útil para a estimativa do impacto de futuras oscilações das taxas de juros sobre a margem de juros líquida ou sobre o patrimônio.

Todos os itens do balanço ou não declarados no balanço devem ser subdivididos conforme seus fluxos e analisados em termos de reprecificação e vencimento. No caso dos itens sem data de vencimento contratual, adota-se um modelo interno de análise e fazem-se estimativas de seu prazo e sensibilidade.

Sensibilidade da margem de juros líquida. A sensibilidade da margem de juros líquida mede a alteração, a curto e médio prazo, dos ganhos previstos ao longo de um período de 12 meses em resposta a uma mudança na curva de rendimento. A curva de rendimento é calculada por meio de uma simulação da margem de juros líquida, tanto para um cenário de mudança na curva de rendimento como para o cenário atual. A sensibilidade constitui a diferença entre as duas margens calculadas.

Valor de mercado da sensibilidade do patrimônio. A sensibilidade do patrimônio líquido mede o risco de juros implícito no patrimônio líquido ao longo de todo o tempo da operação, com base no efeito de uma alteração das taxas de juros sobre os valores atuais dos ativos e passivos financeiros. É uma medida adicional da sensibilidade da margem de juros líquida.

Valor em risco. O VaR das atividades contabilizadas no balanço e das carteiras de investimento é calculado mediante o mesmo padrão adotado para simulação das atividades mantidas para negociação e simulação histórica, com intervalo de confiança de 99% e horizonte de tempo de um dia.

Análise dos cenários de testes de estresse. Aplicamos três cenários para o desempenho das taxas de juros: seis desvios-padrão para cima e seis desvios-padrão para baixo dos fatores de risco e um cenário abrupto, no qual os fatores de risco são acrescidos de 50% para cima e para baixo dos níveis correntes. Esses cenários são aplicados sobre o balanço, obtendo-se o impacto sobre o patrimônio líquido, bem como as projeções da receita líquida de juros para o exercício.

Risco de liquidez. O risco de liquidez está associado à nossa capacidade de financiarmos nossos compromissos a preços de mercado razoáveis, bem como de executar nossos planos de negócios com fontes de financiamento estáveis. Monitoramos permanentemente os perfis de divergência máxima. As medidas utilizadas para controle da liquidez são o descompasso de liquidez, o índice de liquidez, os cenários de estresse e os planos de contingência.

Descompasso de liquidez. A descompasso de liquidez fornece informações sobre as entradas e saídas de caixa contratuais e previstas, durante um determinado período de tempo, para cada uma das moedas em que operamos. O descompasso mede a demanda ou excesso líquido de recursos em uma data específica e reflete o nível de liquidez mantido sob condições normais de mercado.

Índice de liquidez. O índice de liquidez compara os ativos líquidos disponíveis para venda (depois da aplicação dos descontos e ajustes pertinentes) com o passivo total a ser liquidado, incluindo as contingências. Esse índice mostra, para as moedas que não podem ser incluídas na consolidação, o nível de resposta imediata da empresa aos compromissos firmes.

A falta de liquidez acumulada é definida como a divergência acumulada de 30 dias obtida a partir do descompasso e liquidez modificados. O descompasso de liquidez contratual modificado é calculado com base no descompasso de liquidez contratual e no posicionamento dos ativos ou compromissos de recompra líquidos no momento de liquidação, e não no momento de vencimento.

Análise de cenários/plano de contingência. Nossa gestão da liquidez concentra-se em prevenir crises. As crises de liquidez e suas causas imediatas nem sempre podem ser previstas. Por isso, nosso plano de contingência concentra-se em criar modelos para possíveis crises, analisando diversos cenários e identificando tipos de crises, comunicações internas e externas e responsabilidades individuais.

O plano de contingência abrange a atividade das unidades locais e da sede do Santander Espanha, em Madri. Cada uma das unidades locais deve elaborar um plano de custeio para contingência, indicando o valor que potencialmente demandaria da sede do Santander Espanha em caso de crise. Cada uma das unidades deve informar seu plano à sede do Santander Espanha pelo menos uma vez por semestre, a fim de que possa ser revisto e atualizado. Esses planos, porém, devem ser atualizados com maior frequência, caso essa providência seja considerada prudente em virtude de circunstâncias de mercado.

Análise Quantitativa

Atividades de negociação

Análise quantitativa do VaR diário em 2008. O gráfico a seguir mostra nosso desempenho em relação ao risco referente às atividades mantidas para negociação nos mercados financeiros em 2008, medido pelo VaR diário.

Durante 2008, o VaR oscilou em uma faixa de R$19 milhões a R$208 milhões. Esse aumento ocorreu devido à maior volatilidade dos mercados brasileiros resultante da crise do *subprime* a partir de setembro de 2008. Em 1º de outubro de 2008, o VaR das atividades mantidas para negociação era de R$38 milhões, atingindo quase R$208 milhões em 22 de outubro (o maior nível de 2008). A redução da exposição do Banco nas atividades mantidas para negociação e a melhora das condições de mercado explicam a redução do VaR depois de 31 de outubro de 2008.

Conforme observado no histograma a seguir, o VaR manteve-se entre R$40 milhões e R$60 milhões em 68% dos dias de 2008.

Risco por fator. Os valores de risco mínimo, máximo, médio e no encerramento do exercício de 2008, em termos de VaR, foram os seguintes:

	Mínimo	Médio	Máximo	Final
		(em R$ milhões)		
Total mantido para negociação				
Total do VaR	19,6	56,4	207,7	40,6
Efeito de diversificação	(5,3)	(15,1)	(160,2)	(5,5)
VaR de renda fixa	22,9	48,4	180,0	28,0
VaR de ações	1,3	5,8	24,7	5,0
VaR de câmbio	0,7	17,2	163,2	13,1

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

O VaR médio foi de R$56,41 milhões superior ao de 2007, devido ao aumento da volatilidade do mercado descrito anteriormente. O risco médio dos três principais fatores – taxas de juros, preços das ações e taxas de câmbio – foi de R$48,44 milhões, R$5,83 milhões e R$17,24 milhões, respectivamente, com um efeito da diversificação negativo médio de R$15,1 milhões. O diagrama a seguir mostra a evolução do VaR dos grupos de risco taxas de juros (IR), taxas de câmbio (FX) e preços de ações.

Estatísticas de risco em 2008

Gestão dos riscos de derivativos estruturados. Nossa atividade de derivativos estruturados (mercados não organizados) concentra-se principalmente na estruturação de investimento e no *hedge* de produtos para clientes. Essas transações incluem opções de câmbio, ações, moedas, instrumentos de renda fixa e principalmente atividades de formação de mercado.

Análise de cenários. Diversos cenários de teste de estresse foram analisados durante 2008. Um cenário de volatilidade máxima, com aplicação de um desvio-padrão seis a diversos fatores de mercado em 31 de dezembro de 2008, gerou os resultados apresentados a seguir.

Cenário de volatilidade máxima

A tabela a seguir mostra, em 31 de dezembro de 2008, as perdas máximas diárias para cada produto (renda fixa, ações e moedas), em um cenário ao qual foi aplicada uma volatilidade equivalente a um desvio-padrão seis em distribuição normal (aumentos das taxas de juros, quedas dos mercados de ações, oscilações do Dólar e aumento da volatilidade).

Teste de Estresse da Volatilidade Máxima

	Renda Fixa	**Ações**	**Taxa de Câmbio**	**Volatilidade**	**Total**
			(em R$ milhões)		
Total mantido para negociação	19,6	(11,0)	24,2	(0,5)	32,7

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

O teste de estresse mostra que, se esse cenário se concretizasse no mercado, o prejuízo econômico sofrido pelo grupo no resultado marcado a mercado seria de R$32,7 milhões.

Gestão de Balanço

Gestão do ativo e passivo. Administramos ativamente os riscos de mercado intrínsecos à escrituração bancária, especialmente às atividades de banco de varejo. A gestão administra os riscos estruturais de taxas de juros, liquidez e taxas de câmbio.

O objetivo da gestão financeira é tornar a receita de juros líquida de nossas atividades comerciais mais estável e recorrente, mantendo níveis adequados de liquidez e solvência.

A gestão financeira analisa o risco de taxa de juros estrutural derivado das divergências entre as datas de vencimento e revisão dos ativos e passivos em cada uma das moedas em que operamos. Para cada moeda, o risco medido é o descompasso de taxa de juros, a sensibilidade da receita de juros líquida, o valor econômico e o prazo do ativo patrimonial.

A área de gestão financeira administra o risco estrutural de forma centralizada, o que permite o uso de metodologias homogêneas, adaptadas a cada um dos mercados locais em que operamos. Na área Euro-Dólar, a gestão financeira administra diretamente os riscos de nossa controladora e coordena a gestão do restante das unidades que operam em moedas conversíveis. Há uma equipe local do Santander Brasil que administra os riscos do balanço da mesma forma, em coordenação com a área de gestão financeira global. Os comitês de ativos e passivos de cada país e, onde necessário, os comitê de mercados de nossa controladora são responsáveis pelas decisões de gestão de riscos.

Análise quantitativa do risco de taxa de juros em 2008

Moedas conversíveis

No encerramento de 2008, a sensibilidade da margem de juros líquida em um ano a um aumento paralelo de 100 pontos-base na curva de rendimento em Reais era de R$87 milhões. A margem de juros em Dólares era insignificante (R$3 milhões).

Além disso, no encerramento de 2008, a sensibilidade do patrimônio líquido a aumentos paralelos de 100 pontos-base nas curvas de rendimento estava concentrada na curva do Real (R$708,9 milhões) e na curva do Dólar (R$27 milhões).

Descompasso Estrutural

A tabela a seguir demonstra os intervalos entre datas de precificação de nossos ativos e passivos com datas de vencimento diferentes, em 31 de dezembro de 2008:

	Total	0 a 1 mês	1 a 3 meses	3 a 6 meses	6 a 12 meses	1-3 anos	3-5 anos	> 5 anos	Não sensível
					(em R$ milhões)				
Descompasso estrutural									
Mercado monetário	68.005	40.615	969	1.346	3.934	11.726	6.395	3.021	–
Empréstimos	87.539	22.945	13.653	10.365	12.895	16.842	3.850	4.071	2.916
Ativo permanente	34.452	–	–	–	–	–	–	–	34.452
Outros	72.972	57.231	21	37	7	398	22	55	15.201
Total do ativo	**262.967**	**120.790**	**14.644**	**11.748**	**16.836**	**28.965**	**10.268**	**7.146**	**52.569**
Mercado monetário	(55.245)	(40.607)	(1.473)	(1.131)	(1.771)	(4.898)	(2.386)	(2.978)	–
Depósitos	(89.793)	(59.165)	(1.062)	(660)	(25.920)	(2.310)	(534)	(141)	–
Ações e outros	(117.929)	(41.816)	(2.519)	(1.972)	(1.552)	(828)	(115)	(27)	(69.100)
Total do passivo	**(262.967)**	**(141.589)**	**(5.054)**	**(3.763)**	**(29.244)**	**(8.036)**	**(3.035)**	**(3.147)**	**(69.100)**
Descompasso no balanço	–	(20.798)	9.590	7.985	(12.408)	20.930)	7.232	3.999	(16.531)
Descompasso não declarado no balanço	–	7.486	195	340	147	(6.696)	(1.473)	–	–
Total do descompasso estrutural	**–**	**(13.312)**	**9.786**	**8.325**	**(12.261)**	**14.234**	**5,760**	**3.999**	**(16.531)**
Descompasso acumulado	–	–	**13.312**	**3.527**	**(4.798)**	**7.462**	**(6.772)**	**(12.531)**	**(16.531)**

O risco de taxa de juros das carteiras de gestão de balanço do Santander Brasil, medido pela sensibilidade do valor de mercado da margem de juros líquida a uma oscilação paralela de 100 pontos-base, permaneceu em níveis reduzidos em 2008 e oscilou dentro de uma faixa estreita antes da inclusão do Banco Real (máxima de R$54,2 milhões em maio). Depois da aquisição do Banco Real, a sensibilidade atingiu R$89 milhões. A sensibilidade das ações de nossos acionistas à oscilação paralela no mercado de taxa de juros, oscilou em uma faixa maior, entre R$294,8 milhões e R$376,7 milhões, antes da inclusão do Banco Real. Depois de 1º de setembro de 2008, essa sensibilidade oscilou entre R$685,7 milhões e R$739,8 milhões.

A tabela a seguir apresenta nossa margem líquida de juros e a sensibilidade das ações durante cada mês de 2008:

NIM: Margem líquida de juros.
MVE: Sensibilidade das ações.

Perfil de risco de taxa de juros em 31 de dezembro de 2008

As tabelas de descompassos a seguir mostram a distribuição do risco por data de vencimento no Brasil em 31 de dezembro de 2008 (em R$ milhões).

Descompassos em moeda local	**Total**	**0 a 1 mês**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**> 5 anos**	**Não sensível**
				(em R$ milhões)					
Total do ativo	313.686	140.191	15.159	12.958	20.112	36.548	10.881	5.337	72.500
Total do passivo	(314.047)	(166.725)	(2.785)	(2.545)	(38.390)	(6.341)	(1.286)	(78)	(95.898)
Descompasso não declarado no balanço	630	10.724	592	910	415	(8.966)	(1.970)	(1)	(1.074)
Descompasso	269	(15.809)	12.966	11.323	(17.863)	21.241	7.625	5.258	(24.472)

Descompassos em moeda estrangeira	**Total**	**0 a 1 mês**	**1 a 3 meses**	**3 a 6 meses**	**6 a 12 meses**	**1 a 3 anos**	**3 a 5 anos**	**> 5 anos**	**Não sensível**
				(em R$ milhões)					
Total do ativo	54.785	27.497	5.522	3.633	3.663	4.358	3.619	4.755	1.739
Total do passivo	(54.423)	(30.335)	(4.352)	(2.770)	(2.908)	(5.008)	(3.001)	(4.366)	(1.684)
Descompasso não declarado no balanço	(630)	(153)	(316)	(429)	(207)	(490)	(110)	1	1.074
Descompasso	(269)	(2.991)	853	433	549	(1.140)	509	390	1.128

Risco de Mercado: Análise do VaR Consolidado

A tabela a seguir mostra nosso VaR diário total em 31 de dezembro de 2007 e 31 de dezembro de 2008, subdividido entre a carteira mantida para negociação e a carteira estrutural (não mantida para negociação). Os dados do VaR referentes às atividades mantidas para negociação e não mantidas para negociação em 1º de dezembro de 2007 não incluem as atividades do Banco Real.

	Em 31 de dezembro de				
	2007	**2008**			
		Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Encerramento do Período**
			(em R$ milhões)		
Total	107,74	853,64	983,82	1.127,18	889,18
Atividades de negociação	19,59	26,48	43,63	73,26	40,59
Gestão de balanço	75,17	823,21	933,64	1.054,69	842,28
Efeito da diversificação	12,98	3,95	6,55	(0,76)	6,31

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

A tabela a seguir mostra as estimativas de nosso VaR diário referente a risco de taxa de juros, risco de taxa de câmbio e risco de preço das ações. Os dados do VaR da carteira mantida para negociação não refletem as atividades do Banco Real mantidas e não mantidas para negociação em dezembro de 2007.

Risco de Taxa de Juros

	Em 31 de dezembro de				
	2007	**2008**			
		Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Encerramento do Período**
			(em R$ milhões)		
Risco de taxa de juros					
Atividades de negociação	24,27	23,31	32,45	44,31	27,97
Gestão de balanço	75,17	823,21	933,64	1.054,69	842,28
Efeito da diversificação	(20,95)	6,75	6,10	8,27	6,74
Total	**78,50**	**853,28**	**972,18**	**1.107,27**	**876,99**

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

Risco de Taxa de Câmbio

	Em 31 de dezembro de				
	2007	**2008**			
		Mínimo	**Médio**	**Máximo**	**Encerramento do Período**
			(em R$ milhões)		
Risco de taxa de câmbio					
Atividades de negociação	4,54	12,13	24,17	61,56	13,09
Gestão de balanço	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Efeito da diversificação	–	–	–	–	–
Total	**4,54**	**12,13**	**24,17**	**61,56**	**13,09**

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

Risco de Preço das Ações

	Em 31 de dezembro de				
	2007	2008			
		Mínimo	Médio	Máximo	Encerramento do Período
		(em R$ milhões)			
Risco de preço das ações					
Atividades de negociação	4,45	4,75	6,11	7,78	5,04
Gestão de balanço	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Efeito da diversificação	(4,45)	(4,75)	(6,11)	(7,78)	(5,04)
Total					

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

A tabela a seguir mostra as estimativas de nosso VaR diário por atividade. Os dados do VaR referentes às atividades mantidas para negociação em 1° de dezembro de 2007 não refletem as atividades mantidas para negociação do Banco Real.

	Em 31 de dezembro de				
	2007	2008			
		Mínimo	Médio	Máximo	Encerramento do Período
		(em R$ milhões)			
Operações mantidas para negociação					
Risco de taxa de juros	24,27	23,31	32,45	44,31	27,97
Risco de taxa de câmbio	4,54	12,13	24,17	61,56	13,09
Ações	4,45	4,75	6,11	7,78	5,04
Total	**19,59**	**26,48**	**43,63**	**73,26**	**40,59**
Taxa de juros não mantida para negociação					
Taxa de juros	75,17	823,21	933,64	1.054,69	842,28
Câmbio não mantido para negociação					
Taxa de câmbio	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Ações não mantidas para negociação					
Ações	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica	não se aplica
Total	**107,74**	**853,64**	**983,82**	**1.127,18**	**889,18**
Taxa de juros	78,50	853,28	972,18	1.107,27	876,99
Taxa de câmbio	4,54	12,13	24,17	61,56	13,09
Ações	4,45	4,75	6,11	7,78	5,04

Observação: as informações referentes ao Banco Real foram somadas ao total desconsiderando-se o efeito da diversificação.

Gestão de Riscos Operacionais e Tecnológicos

Avaliamos cada prática e procedimento que adotamos em termos de conformidade com as diretrizes do Grupo Santander, as exigências do Acordo da Basiléia, resoluções relevantes do Banco Central e as exigências da Lei Sarbanes-Oxley de 2002 dos EUA.

Para alcançar estes objetivos, implementamos as seguintes estruturas de gestão de riscos operacionais e tecnológicos, que fazem parte de nossa governança corporativa:

- Comitê Executivo de Riscos Operacionais – um comitê sênior independente e responsável pela definição de estratégias e diretrizes relativas ao controle e à gestão de riscos operacionais e tecnológicos;
- Vice-Presidência de Riscos Operacionais – um comitê composto por quatro departamentos: Segurança da Informação, Eventos Especiais (investigação de fraudes), Inteligência e Prevenção de Fraudes e Riscos, Operacionais, Tecnológicos e de Continuidade de Negócio. As responsabilidades deste comitê incluem a definição e comunicação de metodologias, regras, políticas, ferramentas, treinamento e procedimentos sempre que aplicável e exigido por lei, de modo a gerenciar de forma efetiva e eficiente os nossos riscos operacionais; e
- Superintendência de Riscos Operacionais e Controles Internos – um comitê responsável por assegurar sólidas práticas de gestão de risco operacional e tecnológico em toda a organização, além de assegurar planos de continuidade do negócio para situações de contingências. Este comitê também apóia os gerentes no cumprimento de suas responsabilidades de gestão de risco operacional e funciona como a unidade de reporte para propósitos de conformidade normativa.

Risco Ambiental e Social

Estamos atualmente implementando o sistema de gestão de risco ambiental e social para o Santander Brasil que estava em vigor no Banco Real. Segundo este sistema, os mutuários são inspecionados quanto a preocupações ambientais e sociais, tais como terras contaminadas, desmatamento, violações trabalhistas e outros problemas ambientais e sociais para os quais existe o risco de aplicação de penalidades. Em 2008, o Banco Real inspecionou aproximadamente 5.000 clientes corporativos em relação a estes tipos de riscos. Uma equipe especializada de biólogos e geólogos monitora as práticas ambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos relacionados a tais práticas que podem afetar as garantias e a condição financeira de nossos clientes. Nossa atividade de monitoramento foca na preservação de nossa reputação no mercado.

Pretendemos expandir estas práticas de pré-qualificação para incluir os clientes do Santander Brasil no segmento de Banco Global de Atacado, inclusive com treinamento de nossas áreas de crédito e comercial para aplicar padrões de risco ambiental e social do Banco Real no processo de aprovação de crédito corporativo.

Captação – Fontes de Recursos

Nossas principais fontes de captação são depósitos. Depósitos de clientes normalmente representam uma grande parcela de nossa base de captação devido à nossa capacidade de atrair depósitos por meio de nossa extensa rede de varejo, atacado e corporativa. Uma vez que atuamos principalmente como Banco Comercial, os depósitos de clientes constituem a principal fonte de liquidez em nossa estrutura de captação. Estes depósitos, combinados com instrumentos de capital e outros instrumentos semelhantes, nos permitem cobrir a maior parte de nossas exigências de liquidez. Nossas funções de controle e administração envolvem o planejamento de exigências de captação, estruturação das fontes de captação para conseguir uma ótima diversificação em termos de vencimentos, instrumentos e mercados e estabelecimento de planos de contingência.

De modo a aumentar a liquidez no mercado brasileiro, usamos os depósitos no mercado local como um instrumento de liquidez e não contamos de forma significativa com captação internacional. Adicionalmente, as exigências legais de reservas consomem um valor significativo da captação no Brasil. Para discussões adicionais sobre nossas captações, ver "Análise e Perspectivas Operacionais e Financeiras – Liquidez e Recursos de Capital – Financiamento".

Tecnologia

Investimos continuamente no desenvolvimento e renovação de tecnologias e infra-estrutura de modo a atender nossos clientes de forma eficiente, melhorar nossa lucratividade e aumentar nossos negócios. Acreditamos que a gestão apropriada da tecnologia é um ponto chave para o gerenciamento eficiente de nosso negócio. Nosso modelo de tecnologia é focada em nossos clientes e no apoio ao nosso modelo de negócios. Operamos uma moderna plataforma global de tecnologia interligada com a plataforma do Santander Espanha, o que nos permite atender nossos clientes em uma escala global, sob uma arquitetura unicamente voltada aos clientes. Veja "Operações com Partes Relacionadas – Plataforma de Tecnologia da Informação".

Nossas operações e organização de tecnologia de informações estão focadas em três pilares:

- Integração do Banco Real e Santander Brasil;
- Desenvolvimento do banco mais eficiente do Brasil até 2011, após o término do processo de integração; e
- Alcance de excelência de qualidade em serviços ao atender as necessidades de negócios de nossos clientes.

Atualmente, nosso mais importante projeto de tecnologia é a convergência de nosso sistema e o do Banco Real em uma única plataforma operacional e tecnológica. A integração dos processos operacionais e de tecnologia da informação já teve início. A migração dos clientes para uma única plataforma deverá ocorrer no início de 2010. Acreditamos que com essa nova plataforma única obteremos vantagens competitivas, bem como teremos a mais avançada arquitetura de sistemas combinada com uma série de funcionalidades herdadas do Banco Real. Adicionalmente, estamos investindo em infra-estrutura de escala para dar suporte aos nossos sistemas.

Nosso ambiente de infra-estrutura pode ser dividido em seis grupos:

- *Centros de dados*. Atualmente organizados em três locais em São Paulo. Após a integração, os centros de dados passarão a ficar em dois locais. Nosso ambiente de rede engloba um sistema de autenticação e autorização com base em infra-estrutura de *mainframe*, uma rede interna protegida por um conjunto complexo de *fire walls*, monitoramento contínuo de tráfego de entrada e proteção de estações de trabalho com software antivírus.
- *Comunicações de dados*. Estamos em processo de modernização de nossa infra-estrutura de comunicações de dados, com o objetivo de alcançar uma maior velocidade de banda larga.
- *Centrais de atendimento*. Além da prestação de serviços aos clientes, nossas centrais de atendimento telefônico executam atividades de recuperação e vendas. Esperamos que o processo de integração em andamento otimize os custos das centrais de atendimento e melhorem o relacionamento com os clientes.
- *Agências/Caixas Eletrônicos*. Esperamos uma total integração de nossas agências e caixas eletrônicos aos do Banco Real até 2010. Atualmente, uma integração parcial permite que os clientes de cada banco executem as principais transações financeiras (tais como a obtenção de extratos, saques e pagamentos) em todas as agências e caixas eletrônicos, independentemente da marca.
- *Ambiente de processamento de dados*. Nosso mainframe possui três objetivos principais: apoiar a integração dos sistemas, criar um ambiente de testes de integração e suportar o crescimento dos negócios. Para incrementar a eficiência, estamos trabalhando na consolidação dos servidores (com redução planejada de 4.000 para 1.500 servidores) e na descontinuação de certas plataformas.
- *Sistemas de usuários finais*. Estamos trabalhando na atualização de nossos sistemas de usuários finais, com o objetivo de padronizar o *hardware* e sistemas operacionais em todas as estações de trabalho de nossa sede e em todas as agências.

Esse ambiente de sistemas é gerido e conta com o suporte de empresas especializadas do nosso conglomerado econômico. Tal modelo nos possibilita capturar nossa escala global e beneficiar-nos da terceirização (consolidação, capacidade compartilhada, escala, intercâmbio de melhores práticas e governança simplificada), sem que haja perda de controle pela prestação desses serviços externos.

Estimamos nossos investimentos totais em tecnologia da informação para 2009 em aproximadamente R$630 milhões. Nossos gastos em 2008 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 foram de aproximadamente R$400 milhões e R$220 milhões, respectivamente.

Marketing

Marketing agressivo e exposição da marca é uma de nossas estratégias básicas. O Santander Brasil anuncia em jornais, revistas, televisão, rádio e cinema. Também comercializamos produtos específicos, tais como cartões de crédito, por meio de nossa rede de agências e mídia local. Focamos na divulgação de produtos inovadores para contribuir com o posicionamento de nossa marca como um banco criativo e inovador. Fazemos venda cruzada de todo nosso leque de produtos e serviços para nossos atuais clientes de varejo, atacado, corporativos e de *private banking*.

Para fortalecer ainda mais o reconhecimento de nossa marca, em 2007 adaptamos a nossa comunicação visual, espaços e equipamento àquelas de outras entidades do Grupo Santander. Além disso, em 2007, o Grupo Santander lançou uma campanha global para comemorar o seu 150º aniversário. Simultaneamente, substituímos a marca Santander Banespa no Brasil pela marca Santander, e aplicamos o *slogan* "Santander, o valor das idéias" segundo o plano de marketing para todo o Grupo Santander. A marca Santander e este *slogan* são o ponto-chave para nossas campanhas de propaganda.

Em seguida à aprovação pelo Banco Central da aquisição do Banco Real pelo Grupo Santander, lançamos uma campanha de marketing para familiarizar nossos clientes, fornecedores e funcionários com o processo de integração. Buscamos publicar a continuidade de ambas as marcas como parte de uma única entidade, o Grupo Santander Brasil, usando o slogan "*Juntos seremos mais fortes*". Depois desta primeira campanha, participamos de outras campanhas de marketing para mostrar aos interessados que buscaremos combinar o melhor de cada banco para construir o melhor e mais eficiente banco no País com a marca mais atraente. Até a total integração de todas as marcas do Santander Brasil e Banco Real, que deverá ocorrer no primeiro semestre de 2010, continuaremos com nossa campanha de marketing de "boas notícias" para informar nossos clientes dos benefícios da integração – produtos inovadores – todos sob o a égide do Grupo Santander Brasil.

Em 2009, o Grupo Santander patrocinou pelo terceiro ano consecutivo a equipe de Fórmula 1 da Vodafone McLaren Mercedes. Também somos o patrocinador oficial do Grande Prêmio de Fórmula 1 no Brasil. Em 2009, o Grupo Santander também patrocinou pelo segundo ano consecutivo a *Copa Libertadores da América* (a principal competição de futebol da América do Sul), com a marca *Copa Santander Libertadores*.

Concorrência

O mercado financeiro do Brasil é altamente competitivo. Em 2008 e na primeira metade de 2009 o setor passou por uma forte consolidação, que incluiu as fusões de alguns dos maiores bancos, tais como o Santander Brasil com o Banco Real, Itaú com Unibanco e Banco do Brasil com Nossa Caixa e Banco Votorantim.

Em setembro de 2006, o CMN promulgou regulamentações para aumentar a concorrência entre os bancos comerciais do Brasil. Como resultado destas novas regulamentações: (i) os bancos são proibidos de cobrar de seus clientes tarifas por serviços relacionados a contas-salário, de pensão e outras contas para recebimento de rendimento que tais clientes precisam manter em um banco que tenha sido designado pelo empregador, fundo de pensão ou outra fonte de rendimento de tal funcionário; (ii) as instituições financeiras e sociedade de arrendamento mercantil são obrigadas a aceitar o pagamento antecipado de empréstimos e operações de *leasing* por clientes que tenham escolhido refinanciar tal dívida com outras instituições financeiras; (iii) os clientes terão o direito de solicitar que uma instituição financeira divulgue o seu histórico de crédito para outra instituição financeira; e (iv) alterações foram implementadas na regulamentação do FGC, que é um fundo criado para garantir o pagamento de fundos depositados em instituições financeiras no caso de intervenção, liquidação administrativa ou outro estado de insolvência, desta forma oferecendo aos depositantes uma maior garantia de que seus depósitos ficarão protegidos. Estas regulamentações são estabelecidas para aumentar a concorrência entre as instituições financeiras pela criação de um mecanismo que tornará mais fácil para os clientes a abertura de novas contas e a transferência de seus fundos de uma instituição para outra.

Em 31 de março de 2009, de acordo com o Banco Central, os cinco maiores bancos e conglomerados financeiros detinham aproximadamente 66% de participação de mercado, em termos de volume de crédito e uma participação de mercado de aproximadamente 77%, em termos de depósitos dentro do sistema financeiro nacional. Naquela data, o maior banco no Brasil era a instituição financeira pública formada pela fusão do Banco do Brasil com a Nossa Caixa, com uma participação de mercado de 20%, em termos de volume de crédito, e uma participação de mercado de 24%, em termos de depósitos, de acordo com o Banco Central. Dentre os dez maiores bancos no Brasil, as instituições estrangeiras representam apenas 16% dos ativos do setor financeiro, conforme dados do Banco Central sobre as 50 maiores do País.

A tabela a seguir apresenta as informações de participação de mercado em 31 de dezembro de 2008 para as quatro maiores instituições financeiras do Brasil:

	Em 31 de março de 2009			
	Santander Brasil	**Bradesco**	**Itaú Unibanco**	**Banco do Brasil**
			(%)	
Ativos totais	10,2	12,8	18,2	17,3
Empréstimos totais	12,2	15,3	21,3	21,3
Depósitos totais	10,7	15,4	18,5	25,3
À vista	8,8	18,5	19,8	33,4
Poupança	7,4	13,9	14,2	25,5
A prazo	12,5	15,3	19,9	23,5
Fundos de investimento	7,6	15,8	18,8	23,1
Varejo	12,3	14,9	18,9	21,1

Fonte: Banco Central, de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, e ANBID.

O Banco do Brasil é um de nossos principais concorrentes, desempenhando um importante papel no mercado devido aos seus mercados cativos de produtos de depósitos e forte presença em organizações públicas. Além disso, nossos outros principais concorrentes são grandes bancos privados locais, tais como o Bradesco e a instituição financeira formada pela fusão entre Itaú e Unibanco. Estes bancos têm fortes marcas e capacidade de distribuição em todo o País. Nossa aquisição do Banco Real nos permitiu obter uma massa crítica e concorrer melhor com estas grandes instituições financeiras públicas e privadas. Em função de pressões políticas, instituições financeiras públicas no Brasil têm sido agressivas desde o início de 2009 no aumento dos volumes de crédito com *spreads* menores do que instituições financeiras privadas. Como consequência, a participação de mercado de instituições financeiras públicas aumentou em relação às privadas, com um aumento de 230 pontos base de 36,3% em 31 de dezembro de 2008 para 38,6% em 30 de junho de 2009, de acordo com o Banco Central.

Também enfrentamos a concorrência de bancos locais e regionais em relação a certos produtos no segmento de varejo nos quais tais bancos se especializaram. No segmento de atacado, nossos concorrentes incluem bancos globais focados em serviços de banco de investimento, tais como o Credit Suisse, Bank of America/Merrill Lynch, BTG Pactual, e JP Morgan, que desempenharam um importante papel no mercado de atacado no Brasil como resultado de sua experiência em operações estruturadas complexas e suas redes de distribuição na Europa, América do Norte e Ásia.

Recursos Humanos

Em 30 de junho de 2009, tínhamos 52.252 empregados permanentes em período integral. A tabela a seguir apresenta a discriminação de nossos empregados permanentes em período integral nas datas indicadas:

	Em 30 de junho de 2009
Rede/canais de distribuição	34.377
Equipe administrativa	17.875
Total	**52.252**[1]

[1] Não inclui 10 empregados do Instituto Escola Brasil.

O Sindicato dos Bancários do Brasil representa a maioria de nossos empregados. No caso de um potencial conflito com nossos empregados e/ou o sindicato dos bancos, negociações são conduzidas pela FEBRABAN. A cada ano, geralmente em setembro, todos os bancos têm um período de negociação coletiva no qual eles revisam as estruturas salariais. Durante este período, o Sindicato dos Bancários negocia os salários dentro do escopo do Acordo Coletivo dos Bancários no Brasil com a FEBRABAN. Desde a aquisição de nossos bancos antecessores por nosso acionista indireto Santander Espanha, não sofremos perdas significativas por meio de greves e nossa administração acredita que possui bom relacionamento com nossos empregados. Temos um plano de participação nos lucros com nossos empregados com base em metas de desempenho anuais predeterminadas para nossos resultados operacionais e financeiros. Como resultado, se atingirmos ou excedermos certas metas, nossos empregados participam de nosso desempenho financeiro. Acreditamos que nossos níveis de remuneração, benefícios (inclusive nosso programa de distribuição de lucros), condições de trabalho e outros benefícios são geralmente competitivos com aqueles oferecidos no Brasil por outros grandes bancos e empreendimentos.

Temos uma política de fornecer treinamento contínuo a nossos empregados de modo a possibilitar melhoras em suas habilidades e criação de equipes mais eficientes, comprometidas com os valores do grupo. Em 2004, estabelecemos uma escola de negócios para fornecer treinamento nas seguintes áreas: desenvolvimento profissional, integração de empregado no ambiente de trabalho e treinamento e desenvolvimento de administração de serviços, negócios e habilidades de liderança.

Oferecemos aos empregados determinados planos de previdência, em que nossos empregados podem optar por contribuir parte de seus salários e nós podemos fazer contribuições em nome de tais empregados. Esses planos oferecem benefícios de aposentadoria, benefício por incapacidade e pensão por morte. O Plano de Aposentadoria da HolandaPrevi, administrado pela HolandaPrevi é o único plano atualmente disponível para novas adesões por nossos empregados. Em 30 de junho de 2009, 33.592 participantes estavam inscritos neste plano, correspondendo a um patrimônio de aproximadamente R$1,1 bilhão. O valor de nossas contribuições das patrocinadoras ao plano de benefícios foi de R$101,6 milhões em 2008.

Imóveis

A tabela a seguir contém informações selecionadas para em relação a nossos principais imóveis.

	Em 30 de junho de 2009	
	Quantidade	**Imóveis Alugados/Próprios**
Agências	2.095[1]	522 Próprios
Pontos Comerciais (crédito ao consumidor)	65	5 próprios/60 alugados[2]
Prédios administrativos[1]	32	20 próprios[3]/ 12 alugados

(1) Inclui quatro agências não computadas como ativas por estarem em reforma.
(2) A maioria dos imóveis alugados está associada a contratos de venda e de locação celebrados em 2002 e 2003 com um prazo de 10 anos e uma opção de renovação por qualquer das partes por um prazo adicional de 10 anos.
(3) Temos 19 imóveis localizados no Brasil e um nas Ilhas Cayman. Assim que a nossa integração com o Banco Real estiver completa, esperamos reduzir o número de prédios administrativos para 20 (sendo 14 próprios e seis alugados).

Nossa nova sede será localizada na Torre São Paulo. A mudança está prevista para ter início em outubro de 2009, devendo haver um período de transição de aproximadamente seis meses. Adquirimos este novo prédio em agosto de 2008 por R$1.060 milhões. A Torre São Paulo engloba uma área total de 55.613,43 pés quadrados. Para o ano de 2009, orçamos em R$540 milhões os gastos de capital em nossos imóveis, principalmente relacionados à mudança para nossa nova sede.

Propriedade Intelectual

No Brasil, a propriedade de marcas somente é conferida por meio da concessão de registro pelo INPI, o órgão responsável pelo registro de marcas, patentes e desenhos industriais. Mediante o registro, o proprietário passa a deter direito exclusivo de uso da marca no Brasil por um período de dez anos, sucessivamente prorrogável por iguais períodos.

As principais marcas utilizadas pelo Santander Brasil (inclusive as marcas "Santander" e "Banco Santander") são detidas pelo Santander Espanha ou suas afiliadas, e possuímos licença de empresa do Grupo Santander para a utilização dessas marcas. Todas as marcas relevantes para os nossos negócios estão registradas, ou já tiveram seu pedido de registro depositado no INPI, pelo Grupo Santander ou Santander Brasil.

O Santander Brasil e outras entidades do Grupo Santander Brasil são titulares dos nomes de domínio usados em nossos negócios, incluindo: www.santanderbrasil.com.br, www.bancosantander.com.br, www.bsantander.com.br, www.bancosantanderlight.com.br, www.corretorasantander.com.br e www.realsantander.com.br.

Contratos Financeiros

Para informações sobre os contratos financeiros que celebramos, veja seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais" deste Prospecto.

Contratos Comerciais Relevantes

Não há contratos relevantes que não sejam celebrados no curso normal dos nossos negócios que venham resultar em alguma obrigação ou direito que seja relevante para a nossa capacidade de cumprir nossas obrigações.

Seguros

Possuímos apólices de seguros com cobertura para os seguintes riscos: responsabilidade em geral, sujeita ao limite máximo de R$5 milhões; fraude, sujeita ao limite máximo de R$144 milhões; seguro de propriedade, sujeita ao limite máximo de R$497 milhões; armazenamento de ouro, sujeita ao limite máximo de R$83,6 milhões; e cobertura de automóveis, sujeita ao limite máximo de R$1 milhão, e de duas aeronaves, sujeita ao limite máximo de US$33 milhões.

Processos Judiciais e Administrativos

Geral

Somos parte de processos administrativos e judiciais decorrentes do curso normal de nossos negócios. As principais categorias de processos administrativos e judiciais às quais estamos sujeitos incluem:

- ações administrativas e judiciais relativas a tributos;
- as ações de caráter indenizatório referem-se à indenização por dano material e/ou moral, referentes à relação de consumo, versando, principalmente, sobre questões atinentes a cartões de crédito, contas correntes, cobrança e empréstimos;
- ações revisionais de operações de crédito através das quais os clientes questionam cláusulas contratuais;
- ações cíveis, inclusive de depositantes, relativas ao suposto efeito da implementação de vários planos econômicos governamentais (pleiteando diferenças de correção monetária na remuneração de CDBs e poupança – Planos Bresser, Verão e Collor 1 e 2), a direito do consumidor (isto é, quebra de contrato e indexação em moeda estrangeira, incluindo procedimentos administrativos) e à privatização do Banespa;
- ações propostas por acionistas minoritários das empresas adquiridas;
- ações envolvendo contrato de prestação de serviços bancários celebrados com o poder público; e
- processos instaurados por funcionários, ex-funcionários e sindicatos relativos a supostas violações de direitos trabalhistas.

As provisões são registradas para os processos administrativos e judiciais cujas perdas são avaliadas como prováveis. Em geral, não registramos provisões quando o risco de perda é possível ou remoto, nos termos dos critérios contábeis usualmente adotados. Os valores atribuídos às causas não exprimem necessariamente o valor econômico efetivamente envolvido nos processos. A provisão de perda provável é registrada com base nos dados históricos de processos semelhantes tendo como fundamento (i) análise e parecer legal dos consultores jurídicos interno e externo ou (ii) considerando a média histórica de perdas em determinadas categorias de ações. Devido às provisões estabelecidas e aos pareceres jurídicos fornecidos, acreditamos que qualquer passivo relacionado a tais ações ou processos não terá um efeito substancial sobre nossa condição financeira ou resultados operacionais.

Em 30 de junho de 2009, o valor total dos nossos passivos contingentes (fiscais, trabalhistas e cíveis) classificados como perdas possíveis e prováveis era de aproximadamente R$16.119,8 milhões. Desse total, as contingências provisionadas com risco de perda provável e obrigações legais eram de R$10.772,7 milhões.

Aspectos Fiscais

Somos parte de processos administrativos e judiciais relativos a assuntos fiscais. Em 30 de junho de 2009, o valor total dos processos de natureza fiscal classificados como perdas possíveis e prováveis era de aproximadamente R$9.988,0 milhões. Desse total, estavam provisionadas as prováveis contingências fiscais e obrigações legais no valor de aproximadamente R$6.355,0 milhões. Nossas principais demandas de natureza fiscal são:

PIS/COFINS. Interpusemos medida judicial com vistas a afastar a aplicação do art. 3, §1, da Lei 9.718/1998, que modificou a base de cálculo do PIS e COFINS para que incidissem sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes da referida norma, já afastada em inúmeras decisões recentes do Supremo Tribunal Federal em relação a sociedades não financeiras, era tributado apenas o faturamento das pessoas jurídicas.

Contribuição Social

- Dedutibilidade da CSLL no IRPJ. Pedimos a dedução da despesa fiscal com CSLL do cálculo do imposto de renda sobre o lucro. Argumentamos, em processos administrativos e judiciais que estão pendentes de decisão, que o Artigo 1º da Lei nº. 9316/1996 (que proíbe a dedução de despesas relativas à CSLL do lucro) é inconstitucional;
- CSLL – Isonomia de Alíquotas. Ingressamos com medidas contestando a aplicação de aumento na alíquota da CSLL para instituições financeiras comparado com a alíquota da CSLL para instituições não financeiras, com base no princípio constitucional de tratamento fiscal isonômico;
- Aumento da alíquota da CSLL. Impetramos Mandado de Segurança visando afastar a majoração de alíquota da CSLL imposta pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11.727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas à alíquota de 9% para CSLL, entretanto, a nova legislação estabeleceu a alíquota de 15%, a partir de abril de 2008;
- Inconstitucionalidade da CSLL. Questionamos a autuação da Receita Federal alegando irregularidades em certos pagamentos de CSLL, dado que uma sentença transitada em julgado foi proferida em nosso favor cancelando o pagamento da CSLL de acordo com a Lei nº. 7.689/1988 e a Lei nº. 7.787/1989. Duas de nossas subsidiárias estão envolvidas em ações distintas relacionadas a essa matéria; e
- Desenquadramento da Anistia da Lei 9.779/99. Questiona-se possibilidade de adesão à anistia prevista naquela lei por entidades que não teriam cumprido a totalidade de requisitos estabelecidos naquela lei, sob a alegação de que não possuíam medida judicial abarcando todos os períodos pagos (1989 a 1999). Os processos administrativos e judiciais aguardam julgamento.

IRPJ Resultado de Arrendamento Mercantil. Ingressamos com ação judicial pleiteando, para fins de apuração do IRPJ, que as despesas de depreciação fossem reconhecidas no mesmo período do reconhecimento das receitas de contraprestação de arrendamento.

Provisão para devedores duvidosos. Cobrança de IRPJ e CSLL incidentes sobre Provisão para Devedores Duvidosos, decorrente da dedução, considerada indevida pelo Fisco, no ano calendário de 1995 sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes não foram observados.

Perdas em Operações de Crédito. Visa desconstituir os autos de infração lavrados pela Receita Federal, sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de cálculo do IRPJ e da CSLL as perdas em operações de crédito, uma vez que não teriam atendido às condições e aos prazos previstos na legislação vigente.

CPMF em Operações de Clientes. Em maio de 2003, a Receita Federal lavrou um auto de infração em face da Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM), atual Produban Serviços de Informática S.A. e outro auto em face do extinto Banco Santander Brasil S.A. O objeto dos autos foi a cobrança de crédito tributário relativo à CPMF sobre operações efetuadas pela Santander DTVM na administração de recursos de seus clientes e serviços de compensação prestados pelo Banco para a Santander DTVM, conforme acordo entre essas duas sociedades, durante os anos de 2000 e 2001 e os dois primeiros meses de 2002. Ambas as sociedades consideram que o tratamento fiscal adotado era adequado, uma vez que as referidas operações estavam sujeitas à CPMF à alíquota zero. O antigo Conselho de Contribuintes, atual Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (CARF), anulou o auto da Santander DTVM e manteve o do Banco. Aguarda-se julgamento do Recurso Especial interposto na Câmara Superior de Recursos Fiscais.

IRPJ e CSLL sobre Ressarcimentos Decorrentes de Garantias Contratuais. Em dezembro de 2007, a Receita Federal lavrou auto de infração em face do Banco. O objeto do auto é a cobrança de crédito tributário relativo a IRPJ e CSLL, ano-base 2002, sobre valores ressarcidos pelo antigo controlador do Banco, em decorrência de pagamentos efetuados pelo Banco, mas que cabiam àquele, cujos atos de gestão deram causa à obrigação então quitada. A autoridade fiscal entendeu que o valor depositado em favor do Banco corresponde a "renda tributável". O Banco apresentou Impugnação Administrativa e a decisão de primeira instância foi desfavorável. Aguarda-se julgamento do Recurso Voluntário no Conselho de Contribuintes.

Impostos sobre serviços para instituições financeiras. Refere-se a discussões de diversas empresas em processos administrativos e judiciais frente a vários municípios, que exigem o pagamento do ISS sobre receitas decorrentes de operações que usualmente não se classificam como prestação de serviços.

Contribuição à previdência social. Estamos envolvidos em processos administrativos e judiciais que se referem a discussões das diversas empresas do conglomerado em processos administrativos e judiciais que visam à cobrança da contribuição previdenciária e do salário-educação sobre verbas que normalmente não possuem natureza salarial.

Aspectos Trabalhistas

Assim como muitas outras instituições financeiras brasileiras, estamos nos defendendo de processos instaurados por sindicatos ou reclamações trabalhistas individuais movidas por empregados que, de modo geral, pleiteiam remuneração por horas extras trabalhadas, perda salarial e outros direitos trabalhistas, inclusive processos referentes a reclamações de aposentados sobre benefícios de aposentadoria. Acreditamos que já pagamos ou provisionamos adequadamente todos estes potenciais passivos. Em 30 de junho de 2009, o valor total das ações de natureza trabalhista classificadas como perdas possíveis e prováveis era de aproximadamente R$3.976,1 milhões. Desse total, provisionamos R$2.658,8 milhões para ações trabalhistas correspondente a perdas consideradas prováveis.

Aspectos Cíveis

Somos parte de ações cíveis por perdas e danos e outros recursos cíveis. Estas controvérsias normalmente se enquadram em uma das seguintes categorias típicas para bancos brasileiros: (i) ações com pedido de revisão de termos e condições contratuais ou pedidos de ajustes monetários de planos macroeconômicos, (ii) ações decorrentes de contratos de financiamento, (iii) ações de execução; e (iv) ações de indenização por perdas e danos. Em 30 de junho de 2009, do valor total das ações de natureza cível classificadas como perdas possíveis e prováveis era de aproximadamente R$2.155,7 milhões. Desse total, havíamos provisionado R$1.759,7 milhões, cobrindo, inclusive, os litígios abaixo descritos. Para ações cíveis consideradas como sendo comuns e semelhantes em natureza, as provisões são registradas com base em pagamentos anteriores, e na avaliação de sucesso do consultor jurídico. Provisões para outros processos são determinadas individualmente de acordo com a análise aplicável a cada caso.

Somos réus em processos instaurados por acionistas minoritários do antigo Banco Noroeste, contra atos corporativos praticados em 1998 e 1999. Os autores demandam compensação do prejuízo sofrido devido ao método de avaliação usado para as ações do Banco Noroeste no momento da incorporação e a consequente redução da liquidez de tais ações. Demandam, ainda, (i) anulação da deliberação de aumento de capital tomada na assembléia geral de 3 de setembro de 1998, em virtude da incorporação; e (ii) anulação da incorporação, ou subsidiariamente, a transferência aos autores de participação no Banco em razão da participação anteriormente detida no Banco Noroeste, ou o pagamento do montante equivalente em dinheiro. Adicionalmente, havia uma ação em curso pela qual os minoritários do Banco Noroeste demandavam compensação por perdas resultantes de alegada fraude ocorrida na agência Cayman do Banco Noroeste. Em 1º de setembro de 2009, realizamos acordo com estes acionistas minoritários, pelo qual foram por nós indenizados em um valor de R$93,8 milhões (acrescido de R$11 milhões de honorários advocatícios) e um de nossos acionistas controladores adquiririu o remanescente das ações detidas por eles e, como consequência, os processos anteriormente descritos serão extintos. Este acordo e a consequente extinção das ações dependem apenas de homologação judicial.

Outros Aspectos

Adicionalmente, estamos sujeitos de tempos em tempos a certas demandas e somos partes em certos procedimentos judiciais e administrativos relacionados ao curso normal de nossos negócios, incluindo com relação às nossas operações de empréstimo, relacionamento com nossos funcionários e outras relações comerciais e fiscais. Tendo em vista a dificuldade inerente de se prever o resultado de questões judiciais e administrativas, especialmente quando o reclamante busca valores altos ou indeterminados, ou quando os casos apresentam novas teses jurídicas, ou envolvem um grande número de partes ou estão em fase inicial de prova, não podemos afirmar com confiança qual será o eventual resultado de tais questões judiciais e administrativas, ou qual será o prazo de resolução da questão ou as eventuais perdas, multas ou penalidades resultantes. Acreditamos que, no momento, possuímos provisões adequadas para tais demandas e processos judiciais e administrativos e que as contingências resultantes não deveriam provocar, agregadamente, um efeito adverso para nossas atividades, nossa condição financeira ou o resultado de nossas operações. Entretanto, em razão das incertezas que envolvem tais demandas e procedimentos, não podemos assegurar que a resolução final de tais questões não excederão significativamente nossas provisões atualmente contabilizadas. Assim, o resultado de uma questão específica poderá ser relevante para nosso resultado operacional de um determinado período, dependendo, entre outros fatores, do volume da perda ou da obrigação imposta e do nível de receita do período. Importante esclarecer que as provisões e contingências desses casos, a cada movimentação processual, são revistas por nós.

Em dezembro de 2008 a Receita Federal emitiu auto de infração contra o Banco no valor total de R$3.950,2 milhões, para exigir supostos débitos de IRPJ e CSL referentes aos anos-base 2002 a 2004, por entender que o Banco não teria preenchido as condições legais para deduzir os encargos de amortização do ágio pago quando da aquisição do Banespa. Apresentamos recurso voluntário ao Conselho Administrativo de Recursos Fiscais e acredita-se que deva ser julgado no prazo aproximado de um ano. Acreditamos, com base em parecer legal de nossos consultores jurídicos externos, que a posição da Receita Federal é incorreta, que os argumentos de defesa são bem fundamentados e que o risco de perda é remoto. Por esta razão, não registramos nenhuma provisão para este caso, tendo em vista que a questão não deve ter impacto em nossas demonstrações financeiras.

REGULAMENTAÇÃO DO SETOR BANCÁRIO

Disposições Gerais

A Lei da Reforma Bancária criou a estrutura institucional básica do Sistema Financeiro Nacional. Atualmente, o Sistema Financeiro Nacional do Brasil é composto pelos seguintes órgãos reguladores e fiscalizadores:

- CMN;
- Banco Central;
- CVM;
- SUSEP; e
- Secretaria de Previdência Complementar.

O CMN, o Banco Central e a CVM regulam o setor bancário brasileiro. A SUSEP e a Secretaria de Previdência Complementar regulam o mercado de seguros e previdência complementar aberta, o qual, com relação às regras para investimento, também observa as normas do CMN.

Além disso, determinadas instituições financeiras brasileiras, como o Santander Brasil, são membros da ANBID, uma associação auto-reguladora que regulamenta as atividades de bancos de investimento.

Principais Órgãos Reguladores

Conselho Monetário Nacional

O CMN, órgão máximo do Sistema Financeiro Nacional, é responsável pela supervisão geral das políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e de dívida pública do Brasil. O CMN é constituído pelo Presidente do Banco Central, o Ministro do Planejamento e o Ministro da Fazenda, no cargo de Presidente do Conselho. O CMN tem competência para regulamentar as operações de crédito de instituições financeiras, regulamentar a moeda nacional, supervisionar as reservas de ouro e câmbio, determinar as políticas de poupança e investimento e regulamentar o mercado de capitais do Brasil, com o objetivo de promover o desenvolvimento econômico e social do Brasil. O CMN também supervisiona as atividades do Banco Central e da CVM. Suas políticas têm como objetivos principais, entre outros:

- coordenar as políticas monetária, de crédito, orçamentária, fiscal e de dívida pública;
- estabelecer a política de câmbio e taxa de juros;
- zelar pela liquidez e solvência das instituições financeiras;
- supervisionar as atividades relacionadas aos mercados de bolsas de valores;
- regulamentar a constituição e operação de instituições financeiras;
- conceder poderes ao Banco Central para emitir moeda e estabelecer os níveis de necessidades de reservas; e
- estabelecer as diretrizes gerais, a organização e o funcionamento do mercado de valores mobiliários brasileiro.

O Banco Central

O Banco Central é a entidade dotada de poderes para implementar as políticas estabelecidas pelo CMN relativas ao controle monetário e de câmbio, regulamentar as instituições financeiras do setor público e privado do Brasil e monitorar e regulamentar o investimento estrangeiro no Brasil. O Presidente do Banco Central é nomeado pelo Presidente do Brasil, sujeito à ratificação pelo Senado Federal, para exercício do cargo por prazo indeterminado.

O Banco Central também é responsável por:

- gerenciar o controle diário do fluxo de entrada e saída de capital estrangeiro do Brasil (capital de risco e empréstimos de qualquer natureza);
- estabelecer as regras administrativas e regulamentações para registro de investimentos estrangeiros
- monitorar remessas de moeda estrangeira;
- permitir a repatriação de fundos (em caso de sério déficit na balança de pagamentos do Brasil, o Banco Central pode limitar as remessas de lucros e proibir remessas como repatriação de capital por período limitado de tempo);
- receber depósitos compulsórios e depósitos à vista voluntários de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- executar transações de redesconto e empréstimos a instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- agir como depositário de reservas de ouro e moeda estrangeira;
- controlar e aprovar a constituição, funcionamento, transferência de controle e reorganizações societárias de instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- determinar as exigências mínimas de capital, depósitos compulsórios e limites operacionais das instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central;
- fiscalizar a elaboração das demonstrações financeiras anuais e semestrais auditadas por auditores independentes, pareceres dos auditores e demonstrações financeiras mensais não auditadas preparadas em conformidade com os padrões contábeis estabelecidas pelo Banco Central para cada tipo de instituição financeira; e
- exigir das instituições financeiras divulgação completa de operações de crédito, câmbio, destinação dos recursos obtidos em operações de exportação e importação e qualquer outra atividade econômica, diariamente por meio de sistemas eletrônicos, relatórios e declarações escritas.

A CVM

A CVM é o órgão responsável pela implementação da política do CMN no que diz respeito ao mercado de valores mobiliários, sendo a autarquia competente para regulamentar, desenvolver, controlar e fiscalizar esse mercado. Com sede e foro na Cidade do Rio de Janeiro, Estado do Rio de Janeiro e jurisdição em todo território nacional, a CVM é uma autarquia vinculada ao Ministério da Fazenda. É dotada de autoridade administrativa independente e possui personalidade jurídica e patrimônio próprios. Compete à CVM, dentre outras atividades:

- implementar e regulamentar as políticas de valores mobiliários e bolsas estabelecidas pelo CMN; e
- controlar e fiscalizar o mercado brasileiro de valores mobiliários ao:
    - aprovar, suspender e cancelar o registro de companhias abertas, a autorização para corretoras e distribuidoras operarem no mercado de valores mobiliários e ofertas públicas de valores mobiliários;
    - fiscalizar as atividades de companhias abertas, bolsas de valores, bolsas de mercadorias e futuros, membros do mercado, fundos de investimento e de renda variável;
    - exigir a imediata divulgação de fatos relevantes que possam afetar o mercado, apresentação de relatórios anual e trimestral por companhias abertas; e
    - impor penalidades.

Desde 2001, a CVM tem jurisdição para regulamentar e fiscalizar os fundos financeiros e de investimentos que eram originalmente de competência do Banco Central.

De acordo com a Lei do Mercado de Capitais, a CVM é administrada por um presidente e quatro diretores indicados pelo Presidente do Brasil dentre pessoas de ilibada reputação e reconhecida competência em matéria de mercado de capitais, nomeados após aprovação do Senado Federal. O mandato dos dirigentes da CVM é de cinco anos, vedada a recondução, devendo um quinto dos membros do seu colegiado ser renovado a cada ano.

Todas as decisões tomadas pela CVM e pelo Banco Central em processos administrativos de sua competência, relacionados ao sistema financeiro nacional e ao mercado de capitais estão sujeitas a recurso perante o Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional (composto por quatro membros nomeados por autoridades públicas e quatro membros do setor privado).

ANBID

A ANBID é um órgão de auto-regulação privado que atua como o principal representante das instituições financeiras atuantes no mercado de capitais brasileiro. Seu objetivo é fortalecer o desenvolvimento do mercado de capitais no Brasil. A ANBID busca atuar de forma inovadora, representando os interesses de seus membros e regulamentando suas atividades, adotando com frequência regras que são em geral mais restritivas que a legislação governamental em vigor. A ANBID também atua como prestadora de informações ao mercado de capitais brasileiro e promove diversas iniciativas para aprimorar o conhecimento dos investidores e profissionais do mercado.

Os membros da ANBID são bancos de investimento e bancos múltiplos que oferecem serviços de gestão de ativos e consultoria financeira, inclusive, entre outros, administração de fundos de investimento, ofertas públicas de títulos, fusões e aquisições, *private banking* e custódia.

Principais Instituições Financeiras

Setor Público

O Governo Federal e os governos estaduais do Brasil detêm o controle de bancos comerciais e outras instituições financeiras que desempenham um importante papel no setor bancário brasileiro. Estas instituições detêm uma parcela significativa dos depósitos e ativos totais do sistema bancário e têm uma forte presença em determinados segmentos de mercado, como financiamento imobiliário e o financiamento rural, em relação aos bancos do setor privado. Os principais bancos controlados pelo Governo Federal são:

- Banco do Brasil, banco controlado pelo Governo Federal que fornece um leque completo de produtos bancários, tanto para o setor público como para o privado. O Banco do Brasil é o principal agente financeiro do Governo Federal.
- BNDES, banco de desenvolvimento controlado pelo Governo Federal, fornecedor de financiamentos de médio e longo prazo para o setor privado brasileiro, especialmente ao setor industrial. O BNDES fornece recursos tanto diretamente, como indiretamente, por meio de repasses via outras instituições financeiras públicas e privadas;
- Caixa Econômica Federal, banco múltiplo controlado pelo Governo Federal e o principal agente do Sistema de Financiamento Habitacional do Brasil. A Caixa Econômica Federal está envolvida principalmente na captação de depósitos e na oferta de financiamentos imobiliários e de infra-estrutura urbana; e
- Outros bancos de desenvolvimento e de serviços múltiplos do setor público, inclusive aqueles controlados pelos governos estaduais.

Setor Privado

O setor financeiro privado inclui bancos múltiplos, bancos comerciais, sociedades de investimento, financiamento e crédito, bancos de investimentos, distribuidoras de valores mobiliários, corretoras, cooperativas de crédito, sociedades de *leasing*, companhias de seguros, entre outros. No Brasil, os maiores participantes nos mercados financeiros são conglomerados financeiros que contam com bancos comerciais, bancos de investimentos, financiamentos, *leasing*, distribuição de valores mobiliários, corretagem e seguros.

Conforme dados disponibilizados pelo Banco Central, em 30 de junho de 2009 haviam sido contabilizadas 2.376 instituições financeiras operando no Brasil, incluindo:

- Bancos comerciais – 18 bancos comerciais operando no Brasil, que se dedicam, essencialmente, a serviços bancários de atacado e varejo. São particularmente atuantes na tomada de depósitos à vista e a prazo, bem como no fornecimento de empréstimos de capital de giro.
- Bancos de investimento – 16 bancos de investimento operando no Brasil, que se dedicam, principalmente, ao recebimento de depósitos a prazo, empréstimos especializados e subscrição e negociação de valores mobiliários.
- Bancos Múltiplos – 140 bancos múltiplos operando no Brasil, fornecendo, por meio de diferentes departamentos, um leque completo de serviços de bancos comerciais, bancos de investimentos (inclusive subscrição e negociação de valores mobiliários), financiamento ao consumidor e outros serviços, inclusive administração de fundos e financiamento imobiliário de acordo com a Resolução do Banco Central nº 2.099 de 17 de agosto de 1994, conforme alterada. Alguns bancos do setor público, como a Caixa Econômica Federal, são também bancos múltiplos.
- além do disposto acima, o Banco Central também supervisiona as operações de sociedades de crédito ao consumidor (*financeiras*), distribuidoras de títulos e valores mobiliários, corretoras de valores, sociedades de *leasing*, associações de poupança e empréstimo e sociedades de crédito imobiliário.

Instituições Financeiras Estrangeiras

O artigo 52 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias proíbe as instituições financeiras estrangeiras de abrirem filiais ou subsidiárias no Brasil, exceto quando do interesse do Governo Federal e mediante autorização do Presidente do Brasil e do Banco Central.

Investimento Estrangeiro em Instituições Financeiras Brasileiras

A Constituição Federal somente permite às pessoas físicas ou jurídicas estrangeiras investir em ações com direito a voto de instituições financeiras brasileiras mediante autorização específica do Presidente do Brasil, com base no interesse nacional ou em reciprocidade. O Decreto de 13 de novembro de 1997, expedido com relação ao Banco Meridional do Brasil S.A. (nosso antecessor legal) permite 100% de participação estrangeira no capital social do Santander Brasil. Os investidores estrangeiros podem adquirir as ações emitidas por esta oferta como resultado deste decreto. Além disso, os investidores estrangeiros, sem autorização específica e desde que em negociação pública, podem adquirir ações sem direito a voto, emitidas por instituições financeiras brasileiras ou, ainda, recibos de depósitos de valores mobiliários (*depositary receipts*), representando ações, que sejam distribuídos no exterior.

Principais Limitações e Restrições às Atividades das Instituições Financeiras

As atividades exercidas pelas instituições financeiras estão sujeitas a uma série de limitações e restrições. Em linhas gerais, tais limitações e restrições referem-se à concessão de crédito, concentração de risco, investimentos, operações compromissadas, empréstimos e negociações em moeda estrangeira, administração de recursos de terceiros e micro-crédito.

As principais restrições e limitações impostas às instituições financeiras são as seguintes:

- as instituições financeiras somente poderão funcionar no Brasil mediante autorização prévia do Banco Central. Além disso, instituições financeiras estrangeiras devem ser expressamente autorizadas a funcionar no Brasil mediante autorização por decreto do Poder Executivo.
- limitação de investimento das instituições financeiras no capital social de outras empresas ou instituições financeiras, quando não há autorização do Banco Central, sendo que tais investimentos, quando autorizados, devem ser conduzidos por meio de banco múltiplo com carteira de investimento ou por uma subsidiária que seja banco de investimento.
- é vedado às instituições financeiras adquirir bens imóveis, não destinados a uso próprio, salvo quando recebidos em liquidação de empréstimos de difícil ou duvidosa solução, caso em que deverão vendê-los dentro do prazo máximo de um ano, a contar do recebimento, exceto se o Banco Central autorizar a extensão do prazo.
- é vedado às instituições financeiras realizar operações que não atendam aos princípios de seletividade, garantia, liquidez e diversificação de riscos.
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos sem a constituição de um título adequado representativo da dívida.
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos a qualquer pessoa, física ou jurídica, ou grupo de pessoas representando interesse econômico comum, em montante superior a 25,0% de seu Patrimônio de Referência.
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos às pessoas físicas ou jurídicas que participem de seu capital social com mais de 10,0%, salvo em determinadas circunstâncias específicas, mediante autorização do Banco Central.
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos às pessoas jurídicas de cujo capital social participem com mais de 10,0%.
- é vedado às instituições financeiras conceder empréstimos ou adiantamentos às pessoas jurídicas de cujo capital social qualquer um de seus diretores ou administradores (bem como seus cônjuges e respectivos parentes, até o segundo grau) participem com mais de 10,0%.
- é vedado às instituições financeiras realizar operações compromissadas, ou seja, envolvendo ativos que são vendidos ou comprados com base na ocorrência de algumas condições específicas, superiores ao montante correspondente a 30 vezes o seu Patrimônio de Referência.
- a administração de recursos de terceiros deve ser feita de forma segregada das demais atividades, atendendo às regras aplicáveis impostas pela CVM.
- o valor do capital social e do patrimônio líquido das instituições financeiras deve sempre ser compatível com as regras de capital social e capitalização mínima impostos pelo Banco Central para cada tipo de instituição financeira.
- o valor de recursos aplicados no ativo permanente das instituições financeiras não pode ultrapassar 50% do valor do Patrimônio de Referência.
- A exposição das instituições financeiras brasileiras em ouro e em ativos e passivos referenciados em variação cambial não pode superar 30% do Patrimônio de Referência.

Regulamentações que Visam Garantir a Segurança e Transparência das Instituições Financeiras e do Sistema Financeiro Nacional

Procedimentos de Controles Internos

Todas as instituições financeiras devem adotar políticas e procedimentos para controlar:

- suas atividades;
- seus sistemas de informações financeiras, operacionais e administrativas; e
- o cumprimento de todos os regulamentos a que estão sujeitas.

A diretoria executiva da instituição financeira é responsável pela implementação de estrutura de controles internos efetiva, definindo responsabilidades e procedimentos de controle e estabelecendo os correspondentes objetivos em todos os níveis da instituição. A diretoria executiva também é responsável pela verificação do cumprimento dos procedimentos internos.

Tanto a auditoria interna, que se reporta diretamente ao conselho de administração ou diretoria, conforme o caso, da instituição, quanto a auditoria externa são responsáveis pelo monitoramento do sistema de controles internos.

Auditores Independentes

Todas as instituições financeiras devem ser auditadas por auditores independentes. As instituições financeiras somente podem contratar auditor independente devidamente registrado na CVM e com certificação de especialista em análise bancária do Banco Central. As instituições financeiras devem substituir a pessoa, diretor, administrador, supervisor ou quaisquer de seus membros responsáveis pelos serviços de auditoria independente pelo menos de cinco em cinco anos (requisito estabelecido pela Resolução CMN n° 3.606, de 11 de setembro de 2008. Esta mesma regra estabeleceu que tal previsão foi suspensa até 31 de dezembro de 2008). Ex-auditores podem se recontratados depois de passados três anos de ser trabalho anterior.

Adicionalmente ao relatório de auditoria, o auditor independente deve relatar sobre:

- a avaliação dos controles internos e procedimentos de gerenciamento de riscos exercidos pela instituição financeira, inclusive acerca de seu sistema eletrônico de processamento de dados, apresentando todas as eventuais deficiências encontradas.
- a descrição do eventual desenquadramento da instituição financeira com a regulamentação a que está sujeita, no tocante às demonstrações financeiras da instituição financeira ou suas atividades.

Os auditores independentes e o comitê de auditoria devem comunicar ao Banco Central, no prazo máximo de três dias úteis da respectiva identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por:

- inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da entidade auditada;
- fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição;
- fraudes relevantes perpetradas por funcionários da entidade ou terceiros; ou
- erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da entidade.

Em março de 2002, uma alteração das Práticas Contábeis Adotadas no Brasil conferiu aos membros de nosso Conselho de Administração nomeados por nossos acionistas preferenciais ou ordinários direito de veto quando da nomeação ou destituição de nossos auditores independentes. Para mais informações sobre a nomeação de membros de nosso Conselho de Administração, veja "Administração".

Comitê de Auditoria

De acordo com a Resolução CMN nº. 3.198, de 27 de maio de 2004, conforme alterada, toda instituição financeira que possua (i) Patrimônio de Referência ou Patrimônio de Referência consolidado igual ou maior que R$1 bilhão; (ii) administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a R$1 bilhão; ou (iii) somatório das captações de depósitos e de administração de recursos de terceiros em montante igual ou superior a R$5 bilhões, devem ter um comitê interno de auditoria. O comitê de auditoria deverá ser criado mediante previsão expressa no estatuto social da instituição financeira e deverá ser composto por no mínimo 3 membros, sendo um deles especializado em contabilidade e auditoria. Os membros do comitê de auditoria de instituições financeiras com ações negociadas em bolsa não podem ser, ou ter sido nos últimos doze meses: (i) diretor da instituição ou de suas coligadas; (ii) funcionário da instituição ou de suas coligadas; (iii) responsável técnico, diretor, gerente, supervisor ou qualquer outro integrante, com função de gerência, da equipe envolvida nos trabalhos de auditoria na instituição; ou (iv) membro do conselho fiscal da instituição ou de suas coligadas; bem como cônjuge, ou parente em linha reta, em linha colateral e por afinidade, até o segundo grau de tais pessoas. Também é vedado que os membros do comitê de auditoria de instituições financeiras de capital aberto recebam qualquer outro tipo de remuneração da instituição ou de suas coligadas que não seja aquela relativa à sua função de integrante do comitê de auditoria. Caso o integrante do comitê de auditoria da instituição seja também membro do conselho de administração da instituição ou de suas coligadas, deve optar pela remuneração relativa a um dos cargos. O comitê de auditoria deve se reportar ao conselho de administração ou diretoria, conforme o caso, e suas principais funções são:

- indicar o auditor independente a ser eleito pelo conselho de administração;
- supervisionar os trabalhos do auditor independente;
- solicitar a substituição do auditor independente quando julgar necessário;
- revisar as demonstrações financeiras de cada semestre, bem como os relatórios de administração e de auditoria;
- supervisionar a contabilidade e a auditoria, inclusive quanto ao enquadramento com procedimentos internos e a normas aplicáveis;
- avaliar o enquadramento da administração da instituição financeira de acordo com as orientações fornecidas pelo auditor independente;
- receber e divulgar informações acerca de eventual descumprimento de procedimentos internos ou das normas aplicáveis;
- orientar os administradores com relação aos controles internos e aos procedimentos a serem adotados;
- reunir-se com os administradores, auditores independentes e contadores internos para verificar o cumprimento das suas orientações.

Ainda, é permitido pela legislação brasileira que seja criado um único comitê para todo o grupo de empresas. Nesse caso particular, o comitê de auditoria deve ser responsável por toda e qualquer instituição financeira que pertença ao mesmo grupo e que se enquadre nos requerimentos mencionados no parágrafo acima.

Os auditores independentes e o comitê de auditoria devem comunicar ao Banco Central, no prazo máximo de três dias úteis da respectiva identificação, a existência ou as evidências de erro ou fraude representadas por:

- inobservância de normas legais e regulamentares, que coloquem em risco a continuidade da entidade auditada;
- fraudes de qualquer valor perpetradas pela administração da instituição;
- fraudes relevantes perpetradas por funcionários da entidade ou terceiros; ou
- erros que resultem em incorreções relevantes nas demonstrações contábeis da entidade.

Exigências de Auditoria

A legislação brasileira exige que elaboremos nossas demonstrações financeiras de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e outras normas aplicáveis. Por sermos uma instituição financeira, somos obrigados a providenciar a auditoria de nossas demonstrações financeiras a cada seis meses. As informações financeiras trimestrais apresentadas à CVM estão sujeitas à análise de seus auditores independentes. Em janeiro de 2003, a CVM aprovou regulamentos que exigem que as entidades auditadas divulguem informações relacionadas à prestação de serviços, por empresas de auditoria independente, que não sejam de auditoria sempre que tais serviços representarem mais de 5% da remuneração paga à empresa de auditoria externa.

Ademais, nos termos da Resolução CMN nº. 3.786, de 24 de setembro de 2009, a partir de 31 de dezembro de 2010 deveremos passar a elaborar e divulgar anualmente demonstrações contábeis consolidadas adotando o IFRS, devidamente acompanhadas do parecer da auditoria independente opinando acerca da adequação de tais demonstrações ao IFRS.

Diretrizes de Adequação do Capital

O Banco Central fiscaliza o sistema financeiro nacional de acordo com as diretrizes do Comitê da Basiléia e outras regulamentações aplicáveis, como o Acordo da Basiléia, atualmente em fase de implementação no Brasil. As instituições financeiras devem fornecer ao Banco Central as informações necessárias para tal fiscalização, incluindo as movimentações na liquidez e adequação do capital das instituições financeiras.

O princípio basilar do Acordo da Basiléia, conforme implementado no Brasil, é que os recursos próprios das instituições financeiras devem ser suficientes para cobrir os principais riscos a que estão expostas, notadamente o risco de crédito, risco de mercado e risco operacional.

Os requerimentos impostos pelo Banco Central diferem dos constantes do Acordo da Basiléia em poucos aspectos. Dentre outras diferenças, o Banco Central:

- impõe um requisito de capital mínimo de 11%, ao invés de 8% do capital mínimo exigidos pelo Acordo da Basiléia;
- requer um montante adicional de capital em relação a taxas de juros e operações de swap em moeda estrangeira não refletidas no balanço;
- confere níveis de riscos diferentes a determinados ativos/bens e valores de conversão de créditos, incluindo uma ponderação pelo risco de 300% sobre créditos fiscais;
- exige cálculos e relatórios sobre os índices de capital mínimo de forma consolidada;
- exige que as instituições financeiras aloquem parcela de seu patrimônio para cobrir riscos operacionais a partir de 1º de julho de 2008. A parcela exigida do patrimônio varia entre 12% a 18% dos volumes médios da receita líquida de intermediação financeira;
- não permite o uso de classificação externa (*rating*) para o cálculo da exigência mínima de capital. O Banco Central adota uma abordagem conservadora para definir a exigência de capital; e
- exige que os bancos estabeleçam estruturas internas específicas para identificar, mensurar, controlar e mitigar riscos operacional e de crédito.

De acordo com a Resolução CMN nº. 3.444, de 28 de fevereiro de 2007, o Patrimônio de Referência das instituições financeiras brasileiras é representado pela soma do Nível I e do Nível II de patrimônio e é levado em consideração para definir sua adequação de capital:

Nível I: corresponde à soma dos valores correspondentes ao patrimônio líquido, aos saldos das contas de resultado credoras e ao depósito em conta vinculada para suprir deficiência de capital (nos termos da Resolução CMN nº. 3.398, de 29 de agosto de 2006), excluídos os valores correspondentes a: (1) saldos das contas de resultado devedoras; (2) reservas de reavaliação, reservas para contingências e reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos; (3) ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate e ações preferenciais com cumulatividade de dividendos; (4) créditos tributários (definidos pela Resolução CMN nº. 3.059, de 20 de dezembro de 2002); (5) ativo permanente diferido, deduzidos os ágios pagos na aquisição de investimentos; e (6) saldo dos ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos de valores mobiliários classificados como "títulos disponíveis para venda" e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa.

Nível II: corresponde à soma dos valores correspondentes às reservas de reavaliação, às reservas para contingências e às reservas especiais de lucros relativas a dividendos obrigatórios não distribuídos, acrescida dos valores correspondentes a: (1) instrumentos híbridos de capital e dívida, instrumentos de dívida subordinada, ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate e ações preferenciais com cumulatividade de dividendos emitidos por instituições financeiras; e (2) saldo dos ganhos e perdas não realizados decorrentes do ajuste ao valor de mercado dos títulos de valores mobiliários classificados como "títulos disponíveis para venda" e dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para hedge de fluxo de caixa. O valor total do Nível II não pode exceder o valor total de Nível I, sendo que (i) o montante das reservas de reavaliação fica limitado a 25% do valor do Nível I; (ii) o valor das ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate com prazo original de vencimento inferior a 10 anos, acrescido do valor dos instrumentos de dívida subordinada, fica limitado a 50% do valor do Nível I; e (iii) um redutor de 20% deve ser aplicado aos valores das dívidas subordinadas e ações preferenciais emitidas com cláusula de resgate integrantes do Nível II a cada ano dos 5 anos imediatamente anteriores ao respectivo vencimento.

Exigências de Composição de Ativos

Os ativos fixos de instituições financeiras brasileiras não podem exceder 50,0% do valor de seu Patrimônio de Referência, calculado de acordo com os critérios estabelecidos pelo Banco Central.

As instituições financeiras brasileiras não podem ter mais de 25,0% de seu Patrimônio de Referência alocado a transações de crédito (inclusive garantias) concedidas a um mesmo cliente (inclusive pessoas jurídicas do mesmo grupo econômico) ou a valores mobiliários de um único emissor, bem como não podem atuar como subscritores (excluindo subscrição com melhores esforços de colocação) de valores mobiliários de um único emissor representando mais que 25,0% de seu Patrimônio de Referência.

Transações de recompra efetuadas no Brasil estão sujeitas a determinados limites de capital com base no patrimônio líquido da instituição financeira, conforme ajustado de acordo com as regulamentações do Banco Central. Uma instituição financeira pode somente deter transações de recompra em um valor até 30 vezes o seu Patrimônio de Referência exigido. Observado tal limite, as transações de recompra envolvendo participações em companhias de capital fechado não podem exceder duas vezes o valor do Patrimônio de Referência exigido. Os limites aplicáveis a transações de recompra envolvendo valores mobiliários com lastro em títulos públicos variam de acordo com o tipo de valor mobiliário envolvido na transação e o risco do emissor, conforme estabelecido pelo Banco Central.

O Banco Central estabeleceu regras para a classificação e avaliação de valores mobiliários e instrumentos financeiros derivativos – inclusive títulos públicos – detidos por instituições financeiras, com base na estratégia de investimentos da instituição financeira. Segundo essas regras, os valores mobiliários e derivativos devem ser classificados em três categorias: (i) títulos para negociação, (ii) títulos disponíveis para venda e (iii) títulos mantidos até o vencimento. Os títulos para negociação e disponíveis para venda devem ser ajustados a preços de mercado com reflexos na receita e no patrimônio líquido, respectivamente. Os títulos mantidos até o vencimento são registrados pelo custo. Os derivativos são ajustados a preços de mercado e registrados como ativos e passivos no balanço patrimonial. Alterações no valor de mercado dos derivativos são geralmente refletidas na receita com ajustes, se estes forem utilizados como proteção (*hedges*) e se qualificarem como contabilização de hedge segundo as regulamentações emitidas pelo Banco Central. Os títulos mantidos até o vencimento podem ser objeto de hedge para fins contábeis, mas a sua valorização ou desvalorização decorrente do método contábil de ajuste a preços de mercado não deve ser levada em conta.

Tratamento de Dívidas Vencidas

De acordo com a Resolução CMN nº. 2.682/99, as instituições financeiras estão obrigadas a classificar suas operações de crédito de acordo com seu nível de risco de crédito, em ordem crescente, nos seguintes níveis: AA, A, B, C, D, E, F, G, ou H. Esta classificação de crédito é determinada de acordo com os critérios estabelecidos de tempos em tempos pelo Banco Central, levando-se em consideração:

- as características do devedor e seus garantidores, tais como suas condições econômica e financeira, seus níveis de endividamento, capacidade de gerar lucros, fluxo de caixa, administração e métodos de controle de qualidade, limites de contingenciamento de crédito, bem como atrasos no pagamento; e
- as características dos termos da transação, tais como sua natureza e objetivo, suficiência das garantias, com atenção especial para o nível de liquidez e o valor total do crédito dessas garantias.

As operações de crédito envolvendo o mesmo cliente ou setor da indústria devem ser determinadas por meio da análise de operações de crédito específicas para cada cliente ou setor que representa o maior risco de crédito para as instituições financeiras. As classificações de crédito deverão ser revisadas:

- mensalmente, no caso de atraso no pagamento de qualquer prestação do valor principal ou dos juros devidos, de acordo com a seguinte lista:

  (1) 1 a 14 dias após vencimento: nível de risco A;

  (2) 15 a 30 dias após vencimento: nível de risco B;

  (3) 31 a 60 dias após vencimento: nível de risco C;

  (4) 61 a 90 dias após vencimento: nível de risco D;

  (5) 91 a 120 dias após vencimento: nível de risco E;

  (6) 121 a 150 dias após vencimento: nível de risco F;

  (7) 151 a 180 dias após vencimento: nível de risco G; e

  (8) mais de 180 dias após vencimento: nível de risco H.
- semestralmente, no caso de operações envolvendo o mesmo cliente ou setor da indústria cujo valor seja superior a 5% do patrimônio líquido ajustado da instituição financeira; e
- anualmente, em todos os outros casos, exceto quando o passivo do cliente na operação de crédito for inferior a R$50 mil. Este limite de R$50 mil pode ser alterado pelo Banco Central de tempos em tempos e se aplica somente às operações lançadas em ou antes de 29 de fevereiro de 2000.

O descumprimento de tais exigências estabelecidas pelo Banco Central resultarão na reclassificação de qualquer transação para o nível de risco H.

As provisões para dívidas vencidas devem ser contabilizadas mensalmente pelas instituições financeiras. Essas provisões devem ficar abaixo da soma dos seguintes valores:

- 0,5% do valor total das operações de crédito classificadas como nível A;
- 1,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível B;
- 3,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível C;
- 10,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível D;
- 30,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível E;
- 50,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível F;
- 70,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível G; e
- 100,0% do valor total das operações de crédito classificadas como nível H.

As operações de crédito até R$50 mil podem ser classificadas ou pelo próprio método de avaliação da instituição financeira ou de acordo com o atraso nos critérios de pagamento descritos acima, o que for mais rigoroso.

A Resolução CMN nº. 2.682/99 também se aplica às operações de arrendamento mercantil e outras transações caracterizadas como adiantamentos de crédito.

As provisões para perdas de crédito refletidas em nossas demonstrações financeiras em IFRS não se baseia nos critérios acima, mas nos critérios descritos na seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa" Tais provisões são superiores às requeridas pelo Banco Central.

Pessoas Politicamente Expostas

De acordo com a Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009, as instituições financeiras e demais instituições autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem adotar certas providências para identificar relações comerciais e acompanhar as movimentações financeiras de consumidores considerados pessoas politicamente expostas.

Para efeitos dessa norma, pessoas politicamente expostas são os agentes públicos que desempenham ou tenham desempenhado, nos últimos cinco anos, no Brasil ou em países, territórios e jurisdições estrangeiros, cargos ou funções públicas relevantes, assim como seus familiares, na linha direta até o primeiro grau, companheiros e enteados.

A Circular nº 3.461, de 24 de julho de 2009 dispõe que os procedimentos internos desenvolvidos e implementados pelas instituições financeiras devem ser estruturados de forma a permitir a identificação de pessoas politicamente expostas, bem como da origem dos fundos envolvidos nas transações desses clientes. Uma das opções é verificar a compatibilidade das operações com o patrimônio declarado nos cadastros desses consumidores.

Ouvidoria

De acordo com a Resolução nº 3.477 expedida em 26 de julho de 2007 pelo CMN, as instituições financeiras e demais entidades autorizadas a funcionar pelo Banco Central devem contar, a partir de 30 de setembro de 2007, com uma ouvidoria, com a atribuição de assegurar a estrita observância das normas legais e regulamentares relativas aos direitos do consumidor e de atuar como canal de comunicação entre as instituições financeiras e seus clientes e usuários de seus produtos e serviços, inclusive na mediação de conflitos. A estrutura da ouvidoria deve estar sob a responsabilidade de um diretor de ouvidoria (que poderá ser o próprio ouvidor, desde que, nesse caso, tal pessoa não seja responsável por qualquer outra atividade da instituição financeira) e deve ser compatível com as atividades da instituição e com a complexidade de seus produtos. As instituições que fazem parte de um grupo financeiro podem instituir ouvidoria única, que atuará em nome de todo o grupo.

As instituições financeiras devem divulgar e manter atualizados os dados relativos ao diretor responsável pela ouvidoria. No caso de bancos múltiplos, bancos comerciais, caixas econômicas, sociedades de arrendamento mercantil e sociedades de crédito, financiamento e investimento, o ouvidor não poderá desempenhar outra atividade da instituição, exceto a de diretor responsável pela ouvidoria. O diretor responsável deve elaborar um relatório a cada seis meses (em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano) e sempre quando da identificação de um fato relevante, nos termos da regulamentação aplicável.

Regulamentação da Gestão de Recursos de Terceiros

A gestão de recursos de terceiros é regulada pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM. Os fundos de investimento estão sujeitos à regulação e supervisão do CMN, da CVM e, para certas matérias específicas, do Banco Central. Os fundos de investimento podem ser geridos por bancos múltiplos e comerciais, caixas econômicas, bancos de investimento, sociedades de crédito, financiamento e investimento, corretoras e distribuidoras de títulos e valores mobiliários, dentro de certos limites operacionais. Os regulamentos do CMN dispõem que as instituições devem separar suas atividades de gestão de ativos de suas demais atividades.

Os fundos de investimento podem investir em qualquer espécie de instrumento financeiro disponível nos mercados financeiro e de capitais, incluindo instrumentos de renda fixa, ações, debêntures, derivativos e outros, desde que, além da denominação do fundo, seja incluída uma referência à espécie de fundo pertinente, de acordo com a tabela de classificação da Instrução CVM nº 409, de 18 de agosto de 2004, conforme alterada (e, em relação a fundos de investimento estruturado, de acordo com a regulamentação específica expedida pela CVM para cada tipo de fundo de investimento estruturado).

Os fundos de investimento não podem:

- ter mais de 10,0% de seu patrimônio líquido investido em títulos de um único emissor que não seja instituição financeira ou seus controladores, subsidiárias e afiliadas, fundo de investimento de Governo Federal, estadual ou municipal ou outro fundo de investimento; e
- ter mais de 20,0% de seu patrimônio líquido investido em títulos de emissão de instituição financeira (incluindo o gestor do fundo) ou de seus controladores, subsidiárias e afiliadas.

O Banco Central editou a Circular nº 3.086 em 15 de fevereiro de 2002, definindo critérios para registro e avaliação contábil de valores mobiliários e instrumentos financeiros e derivativos pelos fundos de investimento financeiros, fundos de aplicação em cotas de fundos investimento, fundos de aposentadoria programada individual e fundos de investimento no exterior. De acordo com essa Circular, o Banco Central estabeleceu que os gestores de fundos façam marcação a mercado de seus títulos de renda fixa; com isso, os ativos em carteira do fundo devem ser contabilizados por seu justo valor de mercado, em vez de seu rendimento esperado até o vencimento. Em virtude desse mecanismo de marcação a mercado, as cotas do fundo refletem o valor de seu patrimônio líquido.

Além disso, o setor de gestão de ativos é auto-regulamentado pela ANBID, que periodicamente promulga normas e políticas adicionais relacionadas especialmente a *marketing* e publicidade dos fundos de investimento.

Transações com Afiliadas

A Lei nº 7.492 de 16 de junho de 1986, que define crimes contra o sistema financeiro brasileiro, estabelece como crime a concessão de crédito por uma instituição financeira a qualquer de seus conselheiros ou diretores e determinadas pessoas físicas membros de suas famílias, e a qualquer entidade controlada direta ou indiretamente por tal instituição financeira ou que esteja sujeita a controle comum com tal instituição financeira (exceto empréstimo para subsidiárias de arrendamento mercantil). Ó descumprimento da Lei nº 7.492 é passível de reclusão por dois a seis anos e multa. Em 30 de junho de 1993, o Banco Central emitiu a Resolução nº 1.996, passando a exigir que qualquer dessas transações seja reportada ao Ministério Público.

Regras sobre a Cobrança de Tarifas Bancárias

Novas regras buscando a padronização da cobrança de tarifas bancárias e do custo de transações de crédito para pessoas físicas foram aprovadas pelo CMN em dezembro de 2007. De acordo com as novas regras, a partir de 30 de abril de 2008, os serviços bancários devem ser divididos nos quatro grupos a seguir: (i) serviços essenciais; (ii) serviços específicos (ou diferenciados); (iii) serviços prioritários; e (iv) serviços especiais.

As instituições financeiras não podem cobrar tarifas em troca da prestação de serviços essenciais a pessoas físicas com relação a contas correntes, tais como (i) fornecimento de cartões de débito; (ii) fornecimento de dez folhas de cheque por mês para correntistas que atendam determinadas exigências, conforme as regras aplicáveis; (iii) fornecimento de um segundo cartão de débito (exceto em caso de perda, roubo, dano e outras situações não causadas pela instituição financeira); (iv) até quatro saques por mês, que podem ser feitos nas agências da instituição financeira, usando cheques, cheques adicionais ou em caixas eletrônicos; (v) fornecimento de até dois extratos descrevendo as transações efetuadas durante o mês, a serem obtidos por meio de caixas eletrônicos; (vi) consultas pela Internet; (vii) até duas transferências por mês de fundos entre contas mantidas na mesma instituição financeira, na agência, por meio de caixas eletrônicos e/ou pela Internet; (viii) compensação de cheques; e (ix) fornecimento de declaração consolidada descrevendo mensalmente as tarifas cobradas durante o ano precedente com relação a contas correntes e/ou contas de poupança. Alguns serviços prestados a pessoas físicas relativos a contas de poupança ainda se enquadram na categoria de serviços essenciais e, portanto, são isentos de pagamento de tarifas.

As instituições financeiras estão autorizadas a cobrar tarifas pela prestação de serviços específicos, desde que o titular da conta ou usuário seja informado das condições de uso e pagamento. Alguns dos serviços específicos são: (i) autenticação de assinatura; (ii) administração de fundos de investimentos; (iii) aluguel de cofres; (iv) serviços de mensageiros; e (v) serviços de custódia e corretagem, entre outros.

Serviços prioritários são aqueles prestados a pessoas físicas com relação a contas-correntes, transferência de fundos, transações de crédito e registros e estão sujeitos a cobrança de tarifas pelas instituições financeiras. O Banco Central define as normas de nomenclatura e canais de entrega, identificação e descrição de eventos de ativação para tais serviços.

A cobrança de tarifas em troca do fornecimento de serviços especiais (inclusive, entre outros, serviços relativos a crédito rural, mercado de câmbio e repasses de fundos do sistema de financiamento imobiliário, por exemplo) ainda é regida por disposições específicas encontradas nas leis e regulamentações relativas a tais serviços.

A regulamentação aprovada pelo CMN também proíbe a cobrança de tarifas quando não houver fundos suficientes na conta em questão para cobrir tal pagamento. Além disso, um aumento nas tarifas existentes somente pode ser feito após um intervalo de 180 dias da última alteração tarifária (enquanto que reduções podem acontecer a qualquer momento), devem ser divulgadas com pelo menos 30 dias de antecedência e somente se aplicam a serviços utilizados a partir daquela data.

Cassação da Autorização de Funcionamento

A Lei da Reforma Bancária, juntamente com as normas específicas introduzidas pela Resolução do CMN nº 1.065 de 5 de dezembro de 1985, prevê a possibilidade de imposição de algumas penalidades às instituições financeiras em determinadas situações, sujeitando as instituições financeiras à cassação de sua autorização de funcionamento e/ou autorização para operar no mercado de câmbio. Dentre as hipóteses definidas pelo Banco Central para a imposição de tais penalidades, estão casos de infração reiterada de normas do Banco Central pela administração da instituição financeira ou de negligência, por parte da instituição financeira, da adoção de práticas bancárias adequadas referentes às suas atividades no mercado de câmbio.

Além disso, o Banco Central pode, de acordo com a Resolução do CMN nº 3.040 de 28 de novembro de 2002, cancelar a autorização para funcionamento de uma instituição financeira quando constatada, a qualquer tempo, uma ou mais das seguintes situações: (i) inatividade operacional, sem justificativa aceitável; (ii) instituição não localizada no endereço informado ao Banco Central; (iii) interrupção, por mais de quatro meses, sem justificativa aceitável, do envio ao Banco Central de demonstrativos financeiros exigidos pela regulamentação em vigor; e/ou (iv) não-observância do prazo para início de atividades. A autorização para funcionamento somente pode ser cancelada mediante a instauração do devido processo administrativo pelo Banco Central.

Regulamentações que Afetam a Liquidez do Mercado Financeiro

Reservas e Outras Exigências

O Banco Central atualmente impõe várias exigências de reservas compulsórias às instituições financeiras. As instituições financeiras devem depositar tais reservas junto ao Banco Central. O Banco Central se utiliza de exigências de reservas como um mecanismo para o controle da liquidez do sistema financeiro nacional. As reservas impostas sobre os depósitos em conta corrente, poupança e a prazo representam quase que a totalidade dos valores que devem ser depositados no Banco Central.

Em razão da crise financeira global, o CMN e o Banco Central editaram determinadas medidas para fornecer maior liquidez ao mercado financeiro, dentre as quais:

- aumento do limite para recolhimento de depósitos a prazo de R$300 milhões para R$2 bilhões;
- redução da taxa aplicável sobre exigências adicionais de depósitos a prazo e depósitos à vista de 8% para 4% e de 8% para 5%, respectivamente;

- autorização às instituições financeiras para dedução do valor de transações de aquisição de moeda estrangeira com o Banco Central das exigências de reservas sobre depósitos interbancários de sociedades de arrendamento mercantil;
- redução da exigência de recolhimento compulsório de depósitos à vista de 45% para 42%; e
- redução da exigibilidade de recolhimento compulsório e de encaixe obrigatório sobre recursos a prazo de 15% para 13,5%.

Em outubro de 2008, o Banco Central editou regras adicionais, permitindo que as instituições financeiras que adquiram carteiras de crédito de pequenas e médias instituições financeiras (isto é, instituições com um Patrimônio de Referência de até R$2,5 bilhões em dezembro de 2008) deduzam o valor da aquisição da exigibilidade total a que estaria sujeita a instituição financeira adquirente, até 70% da referida exigibilidade total. Existe um limite de 20% por instituição financeira cedente para aproveitamento dessa dedução.

O recolhimento compulsório e o encaixe obrigatório sobre os recursos a prazo passaram também a ser deduzidos do valor equivalente à aquisição, pela instituição financeira, de determinados (i) direitos creditórios decorrentes de operações de arrendamento mercantil, (ii) títulos de renda fixa emitidos por entidades privadas não financeiras, (iii) ativos integrantes de carteiras de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC), (iv) cotas de Fundos de Investimento em Direitos Creditórios (FIDC) organizados pelo FGC e cotas de Fundos de Investimento Multimercado e de Renda Fixa de propriedade do FGC, observados os critérios de composição aplicáveis, ou (v) depósitos interfinanceiros de instituições financeiras não relacionadas.

Em 24 de outubro de 2008 o Banco Central editou regras permitindo que instituições financeiras deduzam o valor de parcelas voluntárias de contribuição ordinária ao FGC do recolhimento compulsório de depósitos à vista.

Abaixo algumas das modalidades de reservas vigentes:

Depósitos a Prazo (CDBs). O Banco Central atualmente impõe uma exigência de reserva compulsória de 15,0% do saldo médio diário de seus depósitos a prazo e outros determinados valores deduzidos por R$30 milhões. A instituição financeira deverá depositar valores mobiliários emitidos pelo Governo Federal um uma quantia equivalente ao excedente de R$2 bilhões. No final de cada dia, o valor de tais valores mobiliários deve ser equivalente a 100% das exigências de reservas.

Exigência de Reserva Adicional. O Banco Central estipulou uma exigência de reservas adicionais sobre os depósitos levantados por bancos múltiplos, bancos de investimento, bancos comerciais, bancos de desenvolvimento, sociedades de financiamento, crédito e investimento, sociedades de crédito imobiliário e associações de poupança e empréstimo. Tais instituições estão obrigadas a depositar em uma conta remunerada no Banco Central, semanalmente, investimentos altamente líquidos correspondente à soma total dos valores a seguir, descontados R$1 bilhão: (1) 4% da média aritmética dos recursos depositados a prazo e outros valores determinados sujeitos às exigências de reservas; (2) 10% da média aritmética de recursos de depósitos de poupança sujeitos às exigências de reservas e (3) 5% da média aritmética de recursos de depósitos à vista sujeitos às exigências de reservas. No final de cada dia, o saldo em tal conta deve ser equivalente a 100% das exigências de reservas adicionais.

Depósitos à Vista. Como uma regra geral, as instituições financeiras atualmente estão obrigadas a depositar 42,0% do saldo médio diário de seus depósitos à vista, depósitos para investimentos, depósitos de aviso prévio, recursos em trânsito de terceiros, cheques administrativos, cobrança de recebíveis, cobrança de recibos de imposto, operações de assunção de dívida e recursos da realização de garantias concedidas às instituições financeiras no Banco Central sem incidência de juros. Os primeiros R$44 milhões de tal saldo médio diário não estão incluídos nesse cálculo. No final de cada dia, o saldo em tal conta deverá ser equivalente a no mínimo 80% da exigência de reserva para o respectivo período de cálculo que começa na segunda-feira de cada semana e termina na sexta-feira da semana seguinte.

Crédito Rural. De acordo com o Manual de Crédito Rural publicado pelo Banco Central, as instituições financeiras devem manter um saldo médio diário mínimo de 25,0% do saldo diário de todas as contas sujeitas

a exigências de reservas compulsórias destinado ao crédito rural. As instituições financeiras devem fornecer ao Banco Central comprovação de conformidade com tais exigências até o quinto dia útil de cada mês. O não atendimento a estas exigências sujeita a instituição financeira ao pagamento de multas calculadas sobre a diferença diária entre as exigências e a parcela efetivamente destinada ao crédito rural, bem como multa pecuniária ou, a critério da instituição financeira, obrigação de depósito do valor não destinado ao crédito rural, até o último dia útil do mês subsequente, em uma conta não remunerada mantida no Banco Central.

Contratos de Recompra, Notas de Exportações, etc. O Banco Central já estabeleceu recolhimentos compulsórios para certos tipos de transações financeiras, tais como contratos de recompra, notas de exportações, transações com derivativos e certos tipos de cessões. O Banco Central atualmente não exige estes recolhimentos compulsórios.

Garantias. O Banco Central pode estabelecer recolhimento compulsório sobre os valores das garantias prestadas pelas instituições financeiras em operações de empréstimos e financiamentos entre pessoas físicas ou jurídicas não-financeiras e pessoas físicas. Contudo, esse percentual que já foi fixado em 60,0% no passado, foi reduzido a zero pelo Banco Central.

Contas de Poupança. O Banco Central estabeleceu que as instituições financeiras brasileiras são, em geral, obrigadas a depositar semanalmente em uma conta remunerada mantida no Banco Central, importâncias em dinheiro equivalentes a 20,0% do saldo total médio de contas de poupança da semana anterior. Adicionalmente, no mínimo 65,0% do total de depósitos em contas poupança das instituições integrantes do Sistema Brasileiro de Poupança e Empréstimo devem ser utilizados no financiamento de imóveis residenciais ou no setor de construção residencial.

Depósitos a Prazo de Reaplicação Automática. As instituições financeiras têm a faculdade de aceitar depósitos com juros calculados à Taxa Básica Financeira, observadas as exigências de compulsório e, contanto que esses depósitos sejam efetuados por, no mínimo, 90 dias.

Depósitos interfinanceiros efetuados por empresas de arrendamento mercantil. O Banco Central atualmente impõe uma exigência de reserva compulsória de 15,0% do saldo médio diários dos depósitos efetuados por empresas de arrendamento mercantil no mercado interfinanceiro, deduzidos por R$30 milhões. A instituição financeira deverá depositar valores mobiliários emitidos pelo Governo Federal um uma quantia equivalente ao excedente de R$2 bilhões. No final de cada dia, o valor de tais valores mobiliários deve ser equivalente a 100% das exigências de reservas.

O Papel do Setor Público no Sistema Financeiro Nacional

À luz da crise financeira global, em 6 de outubro de 2008, Presidente do Brasil editou medidas provisórias relacionadas ao uso de reservas internacionais de moeda estrangeira pelo Banco Central de modo a fornecer liquidez às instituições financeiras por meio de transações de redesconto e empréstimos em moedas estrangeiras de modo a financiar as transações brasileiras de exportações.

O prazo das operações de redesconto e dos empréstimos em moedas estrangeiras será de até 360 dias. Após tal prazo, a instituição financeira deve recomprar seus ativos. O preço de recompra corresponderá ao preço de compra com os juros cobrados acrescido da taxa SELIC mais 4% ao ano. Os juros sobre empréstimos em moedas estrangeiras corresponderão à Taxa Libor aplicável à moeda estrangeira acrescida de uma porcentagem fixada pelo Banco Central dependendo das condições do mercado.

O Banco Central somente adquirirá carteiras de crédito e debêntures emitidas por instituições não financeiras com classificação AA, A ou B, de acordo com as regras do Banco Central. As instituições financeiras devem fornecer ao Banco Central garantias que podem variar de 120% a 170% do valor da carteira de crédito, dependendo da taxa de risco da carteira de crédito, ou garantias que podem variar de 120% a 140% do valor da debênture, dependendo de sua taxa de risco. Em relação aos empréstimos em moedas estrangeiras, as instituições financeiras devem também fornecer ao Banco Central garantias que podem variar de 100% a 140% do valor do empréstimo.

Além disso, nas operações de redesconto, o Banco Central pode impor as seguintes medidas sobre as

instituições financeiras: (i) a obrigação de pagar valores adicionais de modo a fazer frente ao risco a que as instituições financeiras podem estar expostas; (ii) a adoção de limites operacionais mais restritivos; (iii) as restrições sobre certas transações ou práticas operacionais; (iv) a revisão do nível de liquidez da instituição financeira; (v) a suspensão da distribuição de dividendos superiores ao mínimo exigido por lei; (vi) a proibição de atos que possam resultar em um aumento da remuneração da administração; (vii) a proibição do desenvolvimento de novas linhas de negócios; e (viii) a proibição de vendas de ativos.

Além disso, em 21 de outubro de 2008, o Presidente do Brasil editou medidas provisórias aumentando a participação do setor público no sistema financeiro nacional. Tais regras autorizam (i) o Banco do Brasil e a Caixa Econômica Federal a adquirir, de forma direta ou indireta, participações (controle ou não) em instituições financeiras privadas e públicas no Brasil, inclusive seguradoras, instituições de fundos de pensão e sociedades de capitalização; (ii) a criação da Caixa Banco de Investimentos S.A., uma subsidiária integral da Caixa Econômica Federal, com o objetivo de conduzir atividades de banco de investimentos; e (iii) o Banco Central a executar transações de swap em moeda estrangeira com bancos centrais de outros países. Tais medidas provisórias foram convertidas na Lei nº 11.908 em 3 de março de 2009.

Consolidação do Setor Financeiro

O Governo Federal estabeleceu um conjunto de regras com o objetivo de facilitar reorganizações societárias entre instituições financeiras, de modo a: (i) assegurar a liquidez e solvência do Sistema Financeiro Nacional; e (ii) assegurar os interesses dos depositários e investidores. Tais benefícios são concedidos a algumas instituições financeiras, sujeito à autorização do Banco Central. As principais medidas incluem: (i) a concessão ao Banco Central de poderes para determinar a capitalização obrigatória e para regulamentar a transferência de controle e/ou reorganização societária de instituições financeiras; (ii) o estabelecimento pelo Banco Central de uma linha de crédito especial, conhecida como o PROER, com o objetivo específico de financiar instituições financeiras que adquiram controle ou ativos e obrigações de outras instituições financeiras ou cujo controle seja transferido para terceiros; e (iii) a criação de certos benefícios fiscais para as instituições financeiras financiadas pelo PROER.

O PROER foi criado nos anos 90 para proteger as poupanças e os investimentos no Brasil e permitiu que o Banco Central interviesse em situações de insolvência de instituições financeiras enfrentando crises de liquidez. A criação do PROER agilizou o processo pelo qual o Governo Federal poderia adquirir o controle de instituições financeiras em vias de insolvência e concedeu ao Banco Central poderes para determinar o curso de ação adequado para prevenir a insolvência de instituições financeiras, seja por meio de aumento de capital, incorporação, cisão ou de outra forma. O não cumprimento por qualquer instituição financeira das determinações do Banco Central pode sujeitar essa instituição ao Regime de Especial Administração Temporária, conforme descrito abaixo. O objetivo do PROER foi intensificar a fiscalização de instituições financeiras por meio da verificação da liquidez e da qualidade de seus ativos. Essas medidas foram semelhantes às medidas atualmente implementadas nos Estados Unidos e na Europa em resposta à recente crise financeira global.

Fundo Garantidor de Crédito – FGC

Em 16 de novembro de 1995, o Banco Central criou o FGC, cujo objetivo é garantir o pagamento de fundos depositados em instituições financeiras no caso de intervenção ou liquidação. O FGC é financiado por contribuições feitas pelas instituições financeiras no valor de até 0,0125%, conforme determinado pelo conselho de administração do FGC, dos valores totais de: (i) depósitos à vista, (ii) depósitos em contas de investimento, (iii) depósitos em poupança, (iv) depósitos a prazo, (v) letras de câmbio, (vi) letras imobiliárias, (vii) letras hipotecárias e (viii) letras de crédito imobiliário. O atraso na realização de tal contribuição está sujeito a uma multa de 2,0% sobre o valor da contribuição.

O FGC é administrado por um conselho de administração, cujos membros são nomeados pela Confederação Nacional de Instituições Financeiras e por uma comissão executiva, cujos membros são nomeados pelo conselho de administração e confirmados pelo Banco Central. O valor total dos créditos na forma dos itens (i) a (viii) acima devidos a cada cliente por uma instituição financeira (ou por instituições financeiras do mesmo grupo financeiro) será garantido pelo FGC até um máximo de R$60 mil por cliente. Quando os ativos do FGC atingirem 2,0% dos valores totais garantidos, o CMN poderá temporariamente suspender ou reduzir a contribuição das instituições financeiras ao FGC. Em 26 de março de 2009, o Banco Central editou a Resolução nº 3.692 autorizando as instituições financeiras a levantar fundos por meio de depósitos a prazo garantidos pelo FGC até um máximo de R$20 milhões, desde que tais depósitos (i) tenham um prazo mínimo de doze meses e máximo de sessenta meses; (ii) não sejam resgatados antes de seus respectivos vencimentos; e (iii) sejam limitados ao que for maior entre (a) R$20 mil por depositante no mesma instituição financeira e (b) o maior valor entre o dobro do respectivo Patrimônio de Referência Nível I da instituição financeira em 31 de dezembro de 2008, e a soma dos saldos de depósitos a prazo com os saldos de obrigações por letras de câmbio mantidos na instituição em 30 de junho de 2008, não podendo esse limite ultrapassar R$5 bilhões.

Regras Aplicáveis às Hipóteses de Insolvência

Além do acesso ao PROER (referido no item "Consolidação do Setor Financeiro"), conferido a bancos múltiplos, bancos comerciais, bancos de investimento, banco de desenvolvimento, caixas econômicas, sociedade de crédito, financiamento e investimento e sociedades de crédito imobiliário que: (i) adquiram o controle acionário de uma dessas instituições; (ii) tenham seu controle acionário transferido; ou (iii) assumam direitos e/ou obrigações de qualquer uma dessas instituições, as instituições financeiras estão sujeitas aos procedimentos definidos na Lei nº 6.024 de 13 de março de 1974 (que define as disposições aplicáveis em caso de intervenção ou liquidação extrajudicial pelo Banco Central), bem como processos de falência

O Banco Central pode intervir nas operações de um banco se existir risco material para os credores. O Banco Central pode intervir nas instituições financeiras se for possível evitar sua liquidação ou pode realizar liquidação extrajudicial ou, em alguns casos, requerer a falência de qualquer instituição financeira, exceto aquelas controladas pelo Governo Federal.

Intervenção

De acordo com a Lei nº 6.024/74, o Banco Central tem poderes para nomear interventor a fim de intervir nas operações ou liquidar qualquer instituição financeira (exceto aquelas controladas pelo Governo Federal). A intervenção pode ser realizada, a critério do Banco Central, se for possível comprovar que:

- a entidade sofrer prejuízo, decorrente da má administração, que sujeite a riscos os seus credores;
- forem verificadas reiteradas infrações a dispositivos das leis ou regulamentos bancários brasileiros; ou
- a intervenção for uma alternativa viável à liquidação da instituição financeira.

A partir da data em que é decretada, a intervenção produz automaticamente os seguintes efeitos: (i) suspensão da exigibilidade das obrigações a vencer; (ii) impossibilidade de vencimento antecipado de obrigações anteriormente contraídas; e (iii) congelamento dos depósitos já existentes à data de decretação da intervenção. A intervenção cessará: (i) se os interessados, apresentando determinadas garantias, a critério do Banco Central, assumirem a continuidade das atividades econômicas da instituição; (ii) quando, a critério do Banco Central, a situação da entidade se houver normalizado; ou (iii) se decretada a liquidação extrajudicial ou a falência da instituição.

A intervenção pode também ser decretada mediante solicitação da administração da instituição financeira.

O período da intervenção não pode exceder seis meses, o qual, por decisão do Banco Central, pode ser prorrogado uma única vez, por até mais seis meses. O processo de intervenção cessa quando o Banco Central entender terem sido eliminadas as irregularidades que o motivaram. Do contrário, o Banco Central pode liquidar extrajudicialmente a instituição financeira ou autorizar o interventor a requerer a falência voluntária da instituição, atualmente disciplinada pela Nova Lei de Falências, entre outras situações, quando os ativos da instituição sob intervenção não forem suficientes para cobrir pelo menos 50% do valor de suas dívidas quirografárias a vencer.

Liquidação Extrajudicial

A liquidação extrajudicial é um procedimento administrativo decretado pelo Banco Central (ressalvado que não é aplicável às instituições financeiras controladas pelo Governo Federal) e conduzido por um liquidante nomeado por ele. Essa medida extraordinária tem o objetivo de encerrar as atividades da instituição financeira afetada, liquidar seus ativos e pagar seu passivo, como em uma falência decretada judicialmente.

O Banco Central pode determinar a liquidação extrajudicial:

- os débitos da instituição financeira não estão sendo pagos em seu vencimento; ou
- a instituição financeira é tipificada como insolvente; ou
- a instituição financeira incorreu em perdas que podem aumentar de forma anormal a exposição de credores não garantidos; ou
- a violação de forma relevante pela administração de uma instituição financeira de leis e regulamentos bancários brasileiros; ou
- no cancelamento de sua autorização para funcionar, os procedimentos de liquidação ordinária não se iniciam dentro de 90 dias seguintes ao cancelamento, ou se prolongam com atraso representando um risco para seus credores, ao julgamento discricionário do Banco Central.

A decretação de liquidação extrajudicial produz automaticamente os seguintes efeitos (i) suspensão das ações ou execuções iniciadas sobre direitos e interesses relativos ao acervo da entidade liquidanda, não podendo ser intentadas quaisquer outras enquanto durar a liquidação; (ii) antecipação do vencimento das obrigações da entidade; e (iii) interrupção do prazo de prescrição relativo às obrigações de responsabilidade da instituição.

Os procedimentos de liquidação extrajudicial podem terminar:

- por decisão discricionária do Banco Central, se as partes envolvidas assumirem a administração da instituição financeira após terem dado as garantias necessárias; ou
- quando as contas finais do liquidante forem entregues e aprovadas, e subsequentemente registradas no registro público competente; ou
- quando convertida em liquidação ordinária; ou
- quando a instituição financeira for declarada falida.

Regime de Administração Especial Temporária – RAET

Além dos procedimentos já expostos, o Banco Central também pode estabelecer o RAET, que é uma forma menos severa de intervenção do Banco Central em instituições financeiras privadas e públicas não federais, e que permite às instituições continuar a operar normalmente.

O RAET pode ser imposto pelo Banco Central nas seguintes circunstâncias:

- a instituição participa de forma contínua de transações contrárias às políticas econômicas e financeiras estabelecidas pela legislação aplicável;

- gestão temerária ou fraudulenta;
- ocorrência de situações que ensejam a intervenção, nos termos da legislação em vigor;
- conduta ilegal; e
- existência de passivo a descoberto.

O principal objetivo do RAET é auxiliar a recuperação das condições financeiras da instituição sob administração especial. Assim, o RAET não afeta os negócios cotidianos, obrigações ou direitos da instituição financeira, que continua a operar em seu curso normal.

Não há prazo mínimo para o RAET, que cessa quando da ocorrência de qualquer dos seguintes eventos: (i) se o Governo Federal brasileiro adquirir o controle da instituição financeira; (ii) nos casos de reorganização societária, incorporação, cisão, fusão ou de transferência do controle acionário da instituição financeira; (iii) por decisão do Banco Central; ou (iv) pela decretação da liquidação extrajudicial da instituição financeira.

Nova Lei de Falências

A Nova Lei de Falências brasileira disciplina a reorganização judicial e extrajudicial e a falência das pessoas físicas e jurídicas. A Nova Lei de Falências brasileira entrou em vigor em 10 de junho de 2005, aplicando-se às instituições financeiras somente em relação às matérias não disciplinadas especificamente pelos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial descritos anteriormente. A Nova Lei de Falências brasileira não afeta diretamente as instituições financeiras, que permanecem sujeitas aos regimes de intervenção e liquidação extrajudicial nos termos da Lei nº 6.024/74 e não podem requerer recuperação judicial ou extrajudicial.

Pagamento dos Credores em Processo de Liquidação ou Falência

Em caso de liquidação extrajudicial ou falência de instituição financeira, os credores são pagos segundo seus prioridades e privilégios. Os créditos pré-falimentares são pagos na seguinte ordem:

- os créditos trabalhistas, limitados a 150 (cento e cinquenta) salários mínimos por credor, e os decorrentes de acidentes de trabalho;
- créditos com garantia real até o limite do valor do bem gravado;
- créditos tributários, excetuadas as multas tributárias;
- créditos com privilégio especial;
- créditos com privilégio geral;
- créditos quirografários;
- multas contratuais e penas pecuniárias por infração de leis administrativas ou penais, inclusive de natureza tributária; e
- créditos subordinados.

Os créditos extra concursais e pós-falimentares, conforme definidos na Nova Lei de Falências brasileira, são pagos antes dos créditos pré-falimentares.

Além disso, há duas leis de 1995, que afetam a prioridade de pagamento dos credores de instituições financeiras em caso de insolvência, falência ou processo similar. A Lei nº 9.069 confere impenhorabilidade aos depósitos compulsórios das instituições financeiras mantidos no Banco Central. Ademais, a Lei nº 9.450 exige que os ativos de instituições financeiras insolventes financiados por empréstimos feitos por bancos estrangeiros nos termos de linhas de crédito comercial sejam utilizados para pagamento dos valores devidos em função dessas linhas com precedência sobre os valores devidos aos credores gerais da instituição financeira insolvente.

Empréstimos em Moedas Estrangeiras

Pessoas físicas ou jurídicas domiciliadas no Brasil podem celebrar operações de crédito com credores domiciliados no exterior, sem a necessidade de prévia aprovação do Banco Central para a entrada de recursos no Brasil. Instituições financeiras e sociedades de arrendamento mercantil podem levantar fundos no exterior e aplicar livremente tais fundos no mercado local. O repasse de tais fundos a outras instituições financeiras, pessoas físicas ou jurídicas não financeiras também é permitido. Estes repasses tomam a forma de empréstimos denominados em moeda nacional, mas indexados ao Dólar, e seus prazos devem corresponder aos prazos da transação original. A taxa de juros cobrada deve também estar em conformidade com as práticas do mercado internacional e, além do custo original da transação, a instituição financeira somente poderá cobrar uma comissão de repasse.

Independentemente da isenção de aprovação prévia, o fluxo de entrada de fundos no Brasil relacionado a (i) emissão de valores mobiliários no exterior, (ii) empréstimos estrangeiros, (iii) empréstimos atrelados a exportações (securitização de transações de exportações) e (iv) pré-pagamentos de exportações com prazo de vencimento superior a 360 dias está sujeito ao registro eletrônico declaratório prévio por meio do módulo de registro de operações financeiras (RDE-ROF) do SISBACEN.

O RDE-ROF deve ser efetuado pelo mutuário ou por seu representante, fornecendo ao Banco Central as informações pertinentes em relação (i) às partes da transação, (ii) às condições financeiras e o prazo para pagamento do principal, juros e demais encargos, (iii) confirmação do credor das condições da transação e (iv) quaisquer outras informações solicitadas pelo Banco Central por meio do SISBACEN.

Como regra geral, os registros são automaticamente concedidos pela emissão do número RDE-ROF da transação. Exceções a esta regra geral são aplicáveis quando os custos da transação não são compatíveis com as condições e as práticas prevalecentes do mercado e a estrutura da transação não se enquadra dentro dos padrões existentes do sistema eletrônico. Desde que o Banco Central não faça objeções ao registro dentro de cinco dias úteis, então o registro está completo. Sem tal registro inicial, as partes interessadas não podem receber fundos no Brasil nem remeter os fundos ao exterior. Após a entrada dos fundos, o mutuário deverá registrar o cronograma de pagamento no Módulo RDE-ROF, o qual é indispensável para remessas ao exterior do principal, juros e encargos e para o embarque de bens, conforme for o caso.

Instituições financeiras que deixem de fornecer as informações exigidas ao Banco Central relativas a transações de câmbio ou que forneçam informações incompletas ou imprecisas estarão sujeitas À imposição de penalidades pelo Banco Central.

Em 4 de março de 2009, o CMN promulgou a Resolução nº 3.689, que autoriza o Banco Central a conceder empréstimos em Dólar a instituições financeiras brasileiras para pagamento de dívidas incorridas por suas agências no exterior.

Posição em Moeda Estrangeira

Operações envolvendo a compra e venda de moeda estrangeira no Brasil somente podem ser conduzidas por instituições devidamente autorizadas pelo Banco Central para operar no mercado de câmbio. O Banco Central atualmente não impõe limites sobre as posições vendidas em câmbio (ou seja, o valor total das compras de moeda estrangeira é menor que o valor das vendas) de instituições autorizadas a operar no mercado de câmbio. As instituições financeiras podem manter posições compradas (ou seja, o valor total das compras de moeda estrangeira é maior que o valor das vendas) no mercado de câmbio até certa proporção do valor de seu Patrimônio de Referência exigido.

O Banco Central impõe um limite sobre a exposição das instituições financeiras brasileiras e suas afiliadas a ativos e dívidas sujeitos às flutuações de câmbio e ouro. O limite é atualmente equivalente a 30% do Patrimônio de Referência exigido.

As penalidades por não conformidade com os limites de posição em moeda estrangeira variam desde a venda compulsória de moeda estrangeira até a revogação da autorização para operar no mercado de câmbio.

Regulamentação de Combate à Lavagem de Dinheiro

Segundo a Circular do Banco Central nº 3.461, de 24 de julho de 2009, que consolida e aprimora as regras aplicáveis ao combate à lavagem de dinheiro, as instituições financeiras devem:

- identificar e manter cadastros atualizados de seus clientes (incluindo declaração firmada por clientes permanentes sobre o propósito e natureza das operações e a verificação de caracterização de clientes como "pessoas politicamente expostas", conforme acima mencionado) para possibilitar o início do relacionamento com o cliente;
- adotar políticas de prevenção e procedimentos internos;
- manter registro de toda transação em espécie moeda nacional e estrangeira, títulos e valores mobiliários, metais ou qualquer ativo que possa ser convertido em dinheiro, incluindo registros específicos da emissão ou recarga de valores em cartões pré-pagos;
- manter registro de toda transação ou grupos de transações de movimentação de recursos realizadas por pessoas físicas ou jurídicas pertencentes ao mesmo grupo empresarial em um valor total que ultrapassar R$10 mil em um mês-calendário ou revelar padrão suspeito de atividade para evitar identificação;
- manter registro de toda transação de transferência de recursos referentes (i) ao acolhimento em depósitos de Transferência Eletrônica Disponível (TED) e de cheques, entre outros e (ii) das emissões de cheques, ordens de pagamento, Documento de Crédito (DOC), TED, entre outros, de valor superior a R$1.000,00.
- analisar transações ou propostas cujas características possam indicar intenções criminosas; e
- notificar a autoridade competente, em prazos que variam do primeiro dia útil seguinte à data da operação proposta até cinco dias úteis contados do término do mês calendário em questão, de qualquer transação considerada suspeita pela instituição financeira.

As instituições financeiras devem informar o Banco Central (sem o conhecimento do cliente) de quaisquer transações das espécies mencionadas nos itens (3) e (4) supra que excedam R$10 mil. Não obstante, devem analisar as transações cujas características possam indicar a existência de crime e informar o Banco Central dentro de 24 horas da transação proposta ou executada, nos termos da Lei 9.613/98. Os registros mencionados em todos os itens acima devem ser mantidos pelo prazo mínimo de cinco ou dez anos, dependendo da natureza da informação, contado a partir do término do relacionamento do cliente com a instituição financeira.

O descumprimento de quaisquer das obrigações indicadas acima sujeitará a instituição financeira e seus administradores às penalidades que variam da aplicação de multas (de 1% a 100% do valor da operação ou 200% do lucro por ela gerado) até a declaração de seus administradores como inelegíveis para o exercício de qualquer cargo em instituições financeiras e/ou a cassação da licença de operação/funcionamento da instituição financeira.

O Governo Federal e os auditores da Receita Federal também podem inspecionar, em determinadas circunstâncias, os documentos, livros e registros das instituições financeiras.

Por meio da Lei 9.613/98, conforme alterada, o Governo Federal criou o COAF (unidade de inteligência financeira local), que opera sob a supervisão do Ministério da Fazenda. O objetivo do COAF é investigar, analisar, identificar e impor penalidades administrativas em relação a quaisquer atividades suspeitas ou ilícitas referentes a lavagem de dinheiro no Brasil. O COAF é constituído por um presidente, nomeado pelo Presidente do Brasil e indicado pelo Ministro da Fazenda, e por nove outros membros nomeados por cada uma das seguintes entidades: (i) Banco Central; (ii) CVM; (iii) Ministério das Relações Exteriores; (iv) SUSEP; (v) Receita Federal; (vi) Procuradoria Geral da Fazenda Nacional; (vii) Departamento de Polícia Federal; (viii) Agência Brasileira de Inteligência; e (ix) Controladoria Geral da União. O mandato do presidente do COAF e dos outros membros do conselho é de três anos.

Sigilo Bancário

As instituições financeiras devem manter sigilo sobre suas operações bancárias e serviços prestados aos seus clientes. De acordo com a Lei Complementar nº. 105, de 10 de janeiro de 2001 (Lei de Sigilo Bancário), as seguintes situações não são consideradas como violações ao dever de sigilo das instituições financeiras:

- troca de informações entre instituições financeiras, para fins cadastrais;
- fornecimento de informações constantes de cadastro de emitentes de cheques sem provisão de fundos e de devedores inadimplentes, a entidades de proteção ao crédito;
- comunicação, às autoridades competentes, da prática de ilícitos penais ou administrativos, abrangendo o fornecimento de informações sobre operações que envolvam recursos provenientes de qualquer prática criminosa;
- revelação de informações sigilosas com o consentimento expresso dos interessados; e
- prestação, em determinadas situações, à Receita Federal das informações necessárias à identificação dos contribuintes e os valores globais das respectivas operações.

A Lei de Sigilo Bancário autoriza ainda o Banco Central ou a CVM a trocar informações com autoridades governamentais estrangeiras de acordo com os termos de tratados vigentes.

Investimento Estrangeiro no Brasil

Investimento Estrangeiro Direto. O Investimento Estrangeiro Direto no Brasil é disciplinado pelas Leis nº 4.131 e nº 4.390, de 3 de setembro de 1962 e 29 de agosto de 1964, respectivamente. Segundo a Lei nº 4.131, consideram-se capitais estrangeiros "bens, máquinas e equipamentos que ingressarem no Brasil sem dispêndio inicial de divisas, destinados à produção de bens ou serviços, bem como os recursos financeiros ou monetários introduzidos no País para aplicação em atividades econômicas, desde que, em ambas as hipóteses, pertençam a pessoas físicas ou jurídicas residentes, domiciliadas ou com sede no exterior".

O capital estrangeiro deve ser registrado no Banco Central por meio do Registro Declaratório Eletrônico – Investimento Externo Direto (RDE-IED) no prazo de 30 dias a partir da entrada dos recursos no Brasil. O registro do capital estrangeiro é obrigatório para remessa de lucros ao exterior, repatriação do capital e registro de reinvestimentos. Os investimentos sempre devem ser registrados na moeda estrangeira em que forem efetivamente denominados, ou em moeda nacional, se os fundos tiverem como origem conta de não residente regularmente mantida no Brasil.

Em 28 de dezembro de 2006, a Lei nº 11.371 alterou a Lei nº 4.131, determinando que o capital estrangeiro investido em empresas brasileiras ainda não devidamente registrado no Banco Central no referido prazo de 30 dias, e que não esteja sujeito a outras espécies de registro, deve ser registrado no Banco Central. Para fins de registro, o valor do capital estrangeiro em Reais a ser registrado deve estar comprovado nos registros contábeis da referida empresa brasileira. O capital estrangeiro investido e ainda não registrado deve sê-lo antes do último dia útil do ano-calendário subsequente, durante o qual a empresa passa a ser obrigada a registrar o capital.

Além desse registro, o investimento estrangeiro não está sujeito a aprovações ou autorizações governamentais, e não há exigências referentes a investimento mínimo ou participação nacional no capital (exceto em casos bastante limitados, como instituições financeiras, seguradoras e outras entidades sujeitas a normas específicas).

Os investimentos estrangeiros em moeda devem ser canalizados oficialmente por meio de instituições financeiras devidamente autorizadas a operar no mercado de câmbio. A moeda estrangeira deve ser convertida em moeda nacional e vice-versa, mediante a assinatura dos respectivos contratos de câmbio. Os investimentos estrangeiros também podem ser feitos por meio de aportes de ativos e equipamentos destinados à produção local de bens e serviços.

Investimento em Mercados de Capitais. Os investidores residentes no exterior, incluindo investidores institucionais, podem adquirir valores mobiliários no Brasil em bolsas de valores, desde que observem as exigências de registro previstas na Resolução CMN 2.689 e na Instrução CVM 325.

Com algumas exceções limitadas, os investidores sujeitos à Resolução CMN 2.689 podem realizar qualquer espécie de transação nos mercados de capitais brasileiros que envolva título negociado em mercado de bolsa, mercado futuro ou mercado de balcão organizado, mas não podem transferir a titularidade dos investimentos sujeitos à Resolução CMN 2.689 a outros investidores estrangeiros por meio de transações privadas. Os investimentos e as remessas ao exterior de ganhos, dividendos, lucros ou outros pagamentos relacionados à Resolução CMN 2.689 são feitos por meio do mercado de câmbio comercial.

Para fins da Resolução CMN 2.689, o investidor residente no exterior deve:

- nomear pelo menos um representante no Brasil que se responsabilize pela observância das exigências de registro, apresentação de informações e procedimentos de relatório perante o Banco Central e à CVM. Caso o representante seja pessoa física ou empresa não financeira, o investidor deve também nomear uma instituição devidamente autorizada pelo Banco Central, a qual assumirá responsabilidade solidária pelas obrigações do representante;
- preencher o formulário de registro de investidor estrangeiro aplicável;
- registrar-se como investidor estrangeiro na CVM;
- registrar o investimento estrangeiro no Banco Central;
- nomear um representante tributário no Brasil; e
- obter o CNPJ perante as autoridades federais brasileiras.

Código de Defesa do Cliente Bancário

As Resoluções nº 3.694 e 3.695, datadas de 26 de março de 2009, definem procedimentos referentes à prevenção de riscos de transações financeiras e aos serviços prestados pelas instituições financeiras aos clientes e ao público em geral, com o objetivo de aperfeiçoar as relações entre os participantes do mercado, fomentando maior transparência, disciplina, concorrência e confiabilidade por parte das instituições financeiras. Essa regulamentação consolida todas as normas relacionadas anteriores.

Os principais aspectos das resoluções acima mencionadas são os seguintes:

- as instituições financeiras devem adotar medidas destinadas a assegurar que os clientes e usuários compreendam plenamente todas as cláusulas contratuais, inclusive as responsabilidades e penalidades aplicáveis a ambas as partes pelo fornecimento no tempo devido de cópias de contratos, recibos, extratos e outros documentos relacionados às transações e aos serviços prestados para permitir a livre escolha e tomada de decisão dos clientes;
- as instituições financeiras devem adotar em todos os contratos e documentos relacionados redação clara, objetiva e adequada à natureza e à complexidade da operação ou serviço prestado para permitir o entendimento do conteúdo e a identificação de prazos, valores, encargos, multas, datas, locais e outras condições;
- as instituições financeiras ficam proibidas de recusar ou impedir consumidores e usuários de seus produtos e serviços o acesso a canais convencionais de atendimento, inclusive guichês de caixa, mesmo em casos oferecimento de atendimento eletrônico alternativo;
- as instituições financeiras ficam proibidas de postergar saques em espécie de até R$5.000. Para valores superiores, as instituições financeiras podem postergar a transação para o expediente seguinte; e
- as instituições financeiras ficam proibidas de realizar débitos de contas depósito sem a autorização prévia do cliente. As instituições financeiras devem acatar as solicitações de cancelamento da autorização de débitos automáticos em conta de depósitos à vista, apresentadas pelos clientes desde que não decorram de obrigações referentes a operações de crédito contratadas com a própria instituição financeira.

Além desses procedimentos, o Supremo Tribunal Federal decidiu em 7 de junho de 2006 que as relações entre os clientes e as instituições financeiras devem ser disciplinadas pelo Código de Defesa do Consumidor, a qual confere aos consumidores certos direitos que facilitam sua defesa em juízo, tais como a possibilidade de inversão do ônus da prova, e define limites para as taxas de juros bancárias consideradas abusivas. As instituições financeiras devem observar integralmente as medidas previstas no Código de Defesa do Consumidor.

Sistema Brasileiro de Pagamentos

As regras de compensação de pagamentos no Brasil baseiam-se nas diretrizes adotadas pelo Banco de Pagamentos Internacionais – *Bank of International Settlements* (BIS). O Sistema Brasileiro de Pagamentos começou a operar em abril de 2002, cabendo ao Banco Central e à CVM regulamentar e supervisionar esse sistema. De acordo com referidas regras, todas as câmaras de compensação deverão adotar procedimentos de modo a reduzir a possibilidade de crises sistêmicas e reduzir os riscos anteriormente suportados pelo Banco Central. Os princípios mais importantes do novo Sistema de Pagamento Brasileiro são:

- a existência de dois sistemas principais de pagamento e compensação: compensação em tempo real, por meio da utilização de reservas depositadas no Banco Central; e compensação diferida, esta por meio das câmaras de compensação; e
- as câmaras de compensação, salvo raras exceções, serão responsáveis pelo pagamento das ordens por elas aceitas.

As leis de falência não afetam as ordens de pagamento feitas por intermédio dos créditos das câmaras de compensação, nem as garantias que venham a assegurar tais ordens. No entanto, as câmaras de compensação terão créditos quirografários perante o falido.

Alíquotas de PIS e COFINS

Desde setembro de 2003, o PIS e COFINS têm sido lançados sobre nossa receita, deduzida de determinadas despesas, a uma alíquota combinada de 4,65%. As alíquotas de PIS e COFINS para certas empresas não financeiras são de 7,6% e 1,65%, respectivamente, resultando em uma alíquota combinada de 9,25%, embora sejam autorizadas certas deduções de despesas (regime não cumulativo de PIS e COFINS). Essas alíquotas nos afetam de forma menos direta, uma vez que apenas algumas de nossas subsidiárias de financiamento ao consumidor são consideradas instituições não financeiras para feitos de PIS e COFINS. A alíquota de PIS e COFINS sobre as receitas resultantes de receitas financeiras auferidas por pessoas jurídicas sujeitas ao regime não cumulativo de PIS e COFINS atualmente é zero. Essa alíquota não se aplica, porém, às receitas oriundas de juros sobre o capital.

PIS e COFINS são apurados com base no resultado (base líquida de determinadas receitas e despesas) e, portanto, são contabilizados como imposto de renda para fins de IFRS.

Imposto sobre Operações Financeiras – IOF

A CPMF, sobre movimentações em contas-correntes de clientes, não está em vigor no Brasil desde 31 de dezembro de 2007. Para substituir as perdas resultantes da eliminação da CPMF, foram editados, em 2008, diversos Decretos (tais como Decreto nº 6.339/08, Decreto nº 6.345/08, Decreto nº 6.391/08, Decreto n° 6.453/08, Decreto n° 6.566/08, Decreto nº 6.613/08, e Decreto nº 6.691/08) alterando o Decreto nº 6.306/07 e modificando as alíquotas do IOF incidentes sobre operações de crédito, câmbio e seguro, ou relativas a títulos ou valores mobiliários. A finalidade desses Decretos promulgados em 2008 foi a de elevar as alíquotas de IOF e impor uma alíquota adicional sobre as operações de crédito, câmbio e seguro, com algumas exceções.

Em geral, o IOF incide sobre as seguintes transações e às seguintes alíquotas:

Transação[1]	Alíquota máxima	Alíquota atual[2]
Crédito concedido por instituições financeiras e entidades não financeiras	1,5% ao dia	Até 0,0041% ao dia para empréstimos contratados por pessoas físicas ou jurídicas, limitado a 1,5%. Aplica-se uma alíquota adicional de 0,38%
Transações relativas a títulos ou valores mobiliários	1,5% ao dia	0,5% ao dia para certos fundos de investimento 0% sobre transações com ações 1% ao dia sobre transações com títulos de renda fixa e fundos de investimento em renda fixa, limitado a certos percentuais sobre o lucro auferido com o investimento
Operações de seguro realizadas por seguradoras	25%	2,38% para seguro-saúde e seguro de vida 7,38% para outras espécies de seguro
Operações de câmbio	25%	0,38% (regra geral) 2,38% sobre operações com cartão de crédito 0% para entrada e saída de recursos relacionados a empréstimos no exterior 5,38% para remessas do exterior relacionadas a empréstimos que deverão permanecer no Brasil por período igual ou inferior a 90 dias 0% para transações interbancárias 0% para investidores sujeitos à Resolução CMN 2.689 que invistam nos mercados financeiro e de capitais brasileiros. A alíquota de 0% também se aplica à saída do Brasil de investimentos sujeitos à Resolução CMN 2.689. 0% para receitas relacionadas a operações de exportação de serviços

(1) As transações indicadas na tabela são ilustrativas e não refletem exaustivamente a lista de transações sujeitas ao IOF.
(2) Há algumas isenções ou casos específicos em que a alíquota aplicável é zero.

Regulamentação das Corretoras e Distribuidoras de Títulos e Valores Mobiliários

As corretoras e distribuidoras fazem parte do sistema financeiro nacional e estão sujeitas à regulação e fiscalização do CMN, do Banco Central e da CVM. As corretoras devem ser credenciadas pelo Banco Central e são as únicas instituições no Brasil autorizadas a negociar nas bolsas de valores e de mercadorias e futuros brasileiras. As corretoras e distribuidoras podem atuar como coordenadores globais quando da colocação pública de valores mobiliários e atuar na corretagem de moeda estrangeira em qualquer mercado de câmbio.

As corretoras e distribuidoras não podem:

- com exceções limitadas, executar operações que possam ser enquadradas como concessões de empréstimos para seus clientes, incluindo cessões de direitos;
- cobrar comissões de seus clientes relacionadas às transações com valores mobiliários durante a distribuição primária;
- adquirir imóveis que não sejam para uso próprio; ou
- obter empréstimos em instituições financeiras, exceto: (i) empréstimos para aquisição de bens para uso em função de seu objeto social; ou (ii) empréstimos cujo valor não ultrapasse o dobro de seu patrimônio líquido.

Regulamentação das Agências

Exige-se autorização do Banco Central para o funcionamento de agências ou subsidiárias de instituições financeiras brasileiras, incluindo a observância das seguintes exigências: (i) a instituição deve estar em funcionamento há pelo menos seis anos; (ii) o capital integralizado e o patrimônio líquido da instituição devem atender aos níveis mínimos definidos pelo Banco Central, acrescido do equivalente a 300,0% do capital integralizado e patrimônio líquido mínimos exigidos pelas normas do Banco Central para os bancos comerciais; e (iii) a instituição financeira brasileira deve apresentar ao Banco Central estudo de viabilidade econômico-financeira da subsidiária, agência ou investimento.

Além disso, o Banco Central somente outorga a autorização para instalação de agências ou subsidiárias de instituições financeiras se tiver acesso a informações, dados e documentos relacionados às operações e ao registros contábeis da instituição financeira na qual detiver participação direta ou indireta no exterior. O atraso no fornecimento ao Banco Central das informações e documentos exigidos sujeita a instituição financeira em questão à imposição de penalidades. Além disso, a omissão, por parte instituição financeira brasileira, no cumprimento das exigências da Resolução nº 2.723 implica a dedução, do patrimônio líquido da instituição, ajustado na forma da regulamentação em vigor, para fins de apuração do limite de diversificação de risco e de verificação da exigência de patrimônio líquido compatível com o grau de risco da estrutura dos ativos, dos investimentos referentes a cada dependência, no exterior, ou participação societária, no País e no exterior, em situação irregular, sem prejuízo da aplicação das sanções previstas na legislação e regulamentação em vigor, podendo o Banco Central do Brasil, inclusive, cancelar a autorização já concedida para a instalação de dependências.

Dependem também de prévia autorização do Banco Central: (i) a alocação de novos recursos para agências ou subsidiárias no exterior; (ii) a subscrição, direta ou indireta, de aumento de capital de subsidiárias no exterior; (iii) o aumento, direto ou indireto, da participação no capital de subsidiárias no exterior; e/ou (iv) a incorporação ou cisão, direta ou indireta, de subsidiárias no exterior. As exigências mencionadas nos itens (i) a (iv) somente são aplicáveis se a subsidiária for instituição financeira ou entidade similar.

Regulamentação de Arrendamento Mercantil – Leasing

O CMN, na qualidade de órgão regulador e de supervisão do sistema financeiro nacional, fiscaliza e controla as transações realizadas pelas sociedades de arrendamento mercantil. Além disso, as leis e regulamentos emitidos pelo Banco Central com relação às instituições financeiras em geral, tais como exigências de relatórios, adequação de capital e alavancagem, limites de composição dos ativos e tratamento dos créditos de liquidação duvidosa, também se aplicam, no que couber, às sociedades de arrendamento mercantil.

Regulamentação de Seguros

O sistema de seguros brasileiro é controlado por três órgãos reguladores: o CNSP, a SUSEP e a ANS. Mediante aprovação governamental, uma seguradora pode oferecer todos os tipos de seguro, com exceção do seguro por acidentes de trabalho, que é fornecido exclusivamente pelo INSS. As seguradoras negociam apólices por meio de corretores qualificados. De acordo com a legislação de seguros brasileira, o seguro-saúde deve ser vendido separadamente de outros tipos de seguro por seguradoras especializadas que estão sujeitas às normas da ANS, agência responsável por seguro-saúde privado.

As seguradoras devem constituir reservas para serem investidas em tipos específicos de valores mobiliários. Como resultado, as seguradoras estão entre os principais investidores no mercado financeiro brasileiro e estão sujeitas às normas do CMN com relação ao investimento para formação de reservas técnicas.

As seguradoras estão isentas de processos falimentares comuns e, em vez disso, estão sujeitas a um processo especial administrado pela SUSEP ou pela ANS, exceto quando os ativos da seguradora não forem suficientes para garantir no mínimo 50% dos créditos quirografários garantidos ou no caso de processos que se relacionem a atos que possam ser considerados crimes falimentares. As dissoluções podem ser voluntárias ou compulsórias. O Ministro da Fazenda é responsável pela instituição de processo de dissoluções compulsórias de seguradoras, segundo o regulamento da SUSEP, enquanto a ANS é responsável pela dissolução de empresas de plano de saúde.

Atualmente, não há restrições quanto a investimentos estrangeiros em seguradoras.

De acordo com a legislação brasileira, as seguradoras devem contratar resseguro na medida em que suas obrigações excedam os limites técnicos estabelecidos pelas normas da SUSEP. Por muitos anos as atividades de resseguro no Brasil foram conduzidas em regime de monopólio pelo IRB. Em 16 de janeiro de 2007, a Lei Complementar nº 126/07 entrou em vigor, dispondo sobre a abertura do mercado de resseguros brasileiro a outras empresas de resseguro. Essa lei complementar estabelece especificamente novas políticas relacionadas a resseguro, retrocessão e sua intermediação, operações de co-seguro, contratação de produtos de seguro no exterior e operações com moeda estrangeira no setor de seguros.

As principais alterações introduzidas pela Lei Complementar nº 126/07 são resumidas abaixo.

São estabelecidas por lei três tipos de resseguradores:

- *ressegurador local*. Ressegurador sediado no Brasil, constituído como sociedade por ações e com o objeto exclusivo de realizar transações de resseguro e retrocessão;
- *ressegurador admitido ou eventual*. Ressegurador não residente no Brasil, registrado na SUSEP para realizar transações de resseguro e retrocessão com um escritório de representação no Brasil, cumprindo as exigências da Lei Complementar nº 126/07 e as normas aplicáveis com relação às atividades de resseguro e retrocessão.

O ressegurador eventual não deve ser residente em um país considerado paraíso fiscal, que não tribute a renda ou que a tribute à alíquota inferior a 20% ou que não divulgue as informações sobre sua composição societária. Resseguradores admitidos ou eventuais devem cumprir com as seguintes exigências mínimas:

- ser devidamente constituído, de acordo com as leis de seus países de origem, para subscrever resseguro nacional ou internacional nos ramos em que eles pretendam operar no Brasil e apresentar comprovação de que conduziram suas operações nos respectivos países de origem por, no mínimo, cinco anos;
- dispor de capacidade econômica e financeira superior ao mínimo estabelecido pelo CNSP;
- ter uma avaliação de risco emitida por agências de classificação reconhecidas pela SUSEP igual ou superior ao mínimo estabelecido pelo CNSP;
- constituir um procurador devidamente nomeado residente no Brasil com plenos poderes administrativos e judiciais;
- cumprir com exigências adicionais a serem estabelecidas pelo CNSP e pela SUSEP.

Além das exigências mencionadas acima, o ressegurador admitido deve manter uma conta em moeda estrangeira vinculada à SUSEP e, periodicamente, apresentar a essa agência reguladora suas demonstrações financeiras de acordo com as normas a serem emitidas pelo CNSP.

A contratação de resseguros e retrocessão no Brasil ou no exterior ocorrerá por negociação direta entre as partes envolvidas ou por um corretor autorizado. Os corretores de resseguros estrangeiros podem ser autorizados a operar no Brasil, de acordo com as leis e com exigências adicionais estabelecidas pela SUSEP e pelo CNSP.

As operações de resseguro relacionadas a seguro de vida e planos de previdência privada são exclusivas de resseguradores locais. Com devida observância das normas a serem emitidas pelo CNSP, as seguradoras terão de oferecer aos resseguradores locais, ao transferir seus riscos de resseguro, o seguinte percentual dos referidos riscos (direito de preferência):

- 60% até 16 de janeiro de 2010;
- 40% nos anos subsequentes.

As reservas técnicas de fundos de resseguradores locais e os fundos depositados no Brasil para garantir as atividades locais de resseguradores admitidos serão administrados de acordo com as normas do CMN. O IRB permanece autorizado a realizar atividades de resseguro e retrocessão no Brasil como ressegurador local.

Planos de Previdência Privada

Os planos de previdência privada abertos estão sujeitos, para fins de inspeção e controle, à autoridade do CNSP e da SUSEP, os quais estão subordinados à autoridade regulatória do Ministério da Fazenda. O CMN, a CVM e o Banco Central também podem publicar regulamentos referentes aos planos de previdência privada, especialmente em relação às reservas técnicas.

As entidades de previdência privada abertas devem constituir reservas e provisões para garantia de seus passivos. Os regulamentos aplicáveis aos fundos de pensão não permitem, em geral, que esses fundos invistam recursos no exterior.

RESPONSABILIDADE SOCIAL, AMBIENTAL, PATROCÍNIO E INCENTIVO CULTURAL

Sustentabilidade

Focamos na sustentabilidade social e ambiental em nossos procedimentos, produtos, políticas e relacionamentos, tendo alocado aproximadamente R$107,1 milhões em 2008 para nossas atividades de sustentabilidade. Acreditamos que nosso compromisso com a sustentabilidade e transparência nos ajudará a criar uma plataforma de negócios que manterá o crescimento de nossas operações a longo prazo. Nosso foco de sustentabilidade contempla aspectos ligados a nossos funcionários e clientes, bem como ao meio ambiente, tais como diversidade, produtos bancários socialmente orientados e políticas "verdes". Ao engajarmo-nos em esforços de sustentabilidade, incluindo oferecimento de análise de risco ambiental aos nossos clientes, podemos ajudá-los a reduzir custos e melhorar performances operacionais ao mesmo tempo em que melhorar sua responsabilidade ambiental. Essa prática vem mostrando que há uma frequente relação entre problemas socioambientais e problemas financeiros e que a adoção desses critérios colabora para a redução do risco dessas operações.

Em 2008, expandimos nossa carteira de produtos por meio da criação do *Real CDB Sustentável*, um depósito a prazo com taxas de juros variáveis indexadas à taxa local do CDI acumulada diariamente, que oferece aos investidores a oportunidade de manter iniciativas ambientalmente sustentáveis, e o *Fundo Floresta Real*, um fundo de investimento de renda fixa com benefícios sócio-ambientais. Também promovemos o engajamento de funcionários ao fornecer treinamento em sustentabilidade ambiental e melhorar a sua eco-eficiência. Em 2008, o Financial Times classificou o Banco Real como o banco mais sustentável do mundo.

Relacionamentos com clientes e parceiros corporativos foram intensificados por meio do *Espaço Real de Práticas em Sustentabilidade*, um programa que distribui às empresas, clientes e fornecedores informações relativas à implementação de programas de sustentabilidade em operações comerciais. Em 2008, pessoas de mais de 600 organizações participaram no programa e mais de 250 pessoas participaram nas oficinas de sustentabilidade. Promovemos uma palestra institucional e visitas a nossa *Agência Granja Viana*, a primeira agência construída no Brasil de acordo com padrões sustentáveis. Esta agência recebeu o certificado de construção sustentável pela Liderança em Design de Energia e Ambiental. Além disso, temos nosso site de Internet de sustentabilidade, que disponibiliza para as comunidades do Brasil oficinas de sustentabilidade, casos e vídeos.

Desenvolvimento Social

Direcionamos uma parte de nossos recursos anualmente para programas sociais que ajudem a desenvolver e enriquecer as comunidades nas quais operamos. Um equilíbrio entre contraprestações econômicas, sociais e ambientais impulsiona as políticas que adotamos para contribuir com o desenvolvimento social no Brasil. Geralmente focamos na educação e no fornecimento de exposição à cultura e às artes e buscamos envolver grupos sócio-econômicos de todos os níveis (com ênfase particular em grupos de níveis sócio-econômicos mais baixos) em um esforço para fortalecer e enriquecer os indivíduos e comunidades.

Nossa iniciativa *Santander Universidades* fornece apoio para ensino, pesquisa, bolsas de estudo e intercâmbios no exterior. Com uma rede de instituições parceiras, apoiamos a educação superior fornecendo bolsas de estudos a estudantes e financiamento e tecnologia às universidades. Também apoiamos a educação por meio da *Rede Universia* entre universidades, que integra mais de 1.100 universidades parceiras em 18 países Ibero-americanos onde o Grupo Santander está presente. O elemento que liga a rede é o portal *Universia*, que oferece acesso a informações e serviços acadêmicos gratuitos. Primeiramente introduzido no Brasil em março de 2002, o portal *Universia* (www.universia.com.br) expandiu sua parceria, em seis anos, para incluir 257 universidades e uma média mensal de 900 mil usuários de acordo com a Nielsen.

Desenvolvemos vários programas de investimentos sociais privados, entre os quais se destacam nossos programas *Amigo Real e IR Solidário*. Estes programas encorajam os funcionários, clientes e fornecedores a designar uma parcela do imposto de renda a pagar a projetos sociais que defendem os direitos da criança e do adolescente. Em 2008, aproximadamente 19 mil pessoas físicas e empresas participaram nestes programas, e R$4,6 milhões foram coletados para aproximadamente 40 iniciativas de apoio a crianças e jovens adultos.

ADMINISTRAÇÃO

Somos administrados por um Conselho de Administração e por uma Diretoria. Além desses dois órgãos de administração, temos também um comitê de auditoria, um órgão estatutário que foi criado e que funciona de acordo com as normas do Banco Central.

Conselho de Administração

O Conselho de Administração é constituído por um mínimo de cinco membros e máximo de doze, dos quais 20% devem ser independentes, que têm mandato de dois anos e se reúnem quatro vezes ao ano e com a frequência determinada pelo Presidente do Conselho de Administração. O Conselho de Administração é responsável, entre outras coisas, pela determinação das nossas políticas de curto e de longo prazo. A Assembléia Geral dos Acionistas é realizada anualmente, durante os primeiros quatro meses de cada exercício fiscal. Essa assembléia aprova as demonstrações financeiras do exercício anterior e elege os membros do Conselho de Administração.

Os membros do Conselho de Administração, devidamente homologados pelo Banco Central, foram eleitos na Assembléia Geral Extraordinária realizada em 14 de agosto de 2008. Em 2 de setembro de 2009, em Assembléia Geral Extraordinária, nossos acionistas elegeram cinco novos membros do Conselho de Administração, substituindo dois dos então conselheiros, e os respectivos mandatos terminarão na Assembléia Geral Ordinária a ser realizada em 2011. A eleição de tais membros está sujeita à homologação do Banco Central e até a referida homologação os novos conselheiros não estão empossados para atuarem como conselheiros do Banco, permanecendo os conselheiros atuais em seus cargos até essa homologação.

Em razão da celebração do Contrato de Adesão ao Nível 2 e de nossa adesão ao Regulamento do Nível 2, os membros de nosso Conselho de Administração deverão celebrar um instrumento de adesão a este Regulamento e ao nosso contrato com a BM&FBOVESPA antes de assumirem seus cargos.

A tabela adiante apresenta os nomes e cargos dos membros atuais do Conselho de Administração, conforme homologados pelo Banco Central.

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Fábio Colletti Barbosa	Presidente	3 de outubro de 1954
Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior	Vice-Presidente	11 de julho de 1958
Gabriel Jaramillo Sanint	Membro	17 de setembro de 1949

A tabela adiante apresenta os nomes e cargos dos membros do Conselho de Administração eleitos na Assembléia Geral Extraordinária de 2 de setembro de 2009, pendentes de homologação pelo Banco Central:

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Marcial Angel Portela Alvarez	Presidente	23 de março de 1945
Fábio Colletti Barbosa	Vice-Presidente	3 de outubro de 1954
José Antonio Alvarez Alvarez	Membro	6 de janeiro de 1960
José Manuel Tejón Borrajo	Membro	11 de julho de 1951
José Roberto Mendonça de Barros	Conselheiro Independente	7 de fevereiro de 1944
Viviane Senna Lalli	Conselheira Independente	14 de junho de 1957

Encontram-se abaixo os currículos dos membros do nosso Conselho de Administração.

Fábio Colletti Barbosa. É brasileiro, nascido em 3 de outubro de 1954. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Economia pela Faculdade de Economia da Fundação Getúlio Vargas, de São Paulo, e Mestre em Administração de Empresas pelo *Institute for Management and Development*, de Lausanne. Como Presidente do Conselho de Administração, é responsável pela estratégia do Banco no Brasil. Atua no mercado financeiro há 23 anos. Foi presidente do conselho de administração do Banco Real desde 1996, onde ingressou em 1995 como responsável pela área de *corporate banking* e de finanças e, durante o período de 1996 a 1998, foi o responsável pela estratégia do Banco Real no Brasil. Atualmente, exerce também o cargo de Presidente do Banco, e de diretor executivo do Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), da Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., da AAB Dois, da ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. É também membro do conselho de administração da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. – Arrendamento Mercantil e da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A., e da Petróleo Brasileiro S.A. – Petrobrás. É também presidente da FEBRABAN e membro do Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social da Presidência do Brasil.

Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior. É brasileiro, nascido em 11 de julho de 1958. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É Bacharel em Administração de Empresas pelo *City College of New York*. Ingressou no Santander Brasil em 1997, como responsável pelas operações internacionais e é membro do Conselho de Administração desde agosto de 2007. De 1988 a 1993 atuou como diretor do *Chase Manhattan Bank*, no Brasil, como diretor do *Chemical Bank (Norchem)*, como diretor da Confab Industrial e, de 2000 a 2006 como diretor do Banco. Em dezembro de 2006, foi eleito membro do Conselho de Administração do Banco, responsável por *equity investments.* É também membro do conselho de administração da WTORRE Empreendimentos Imobiliários S.A., da MESA-Madeira e Energia S.A. e da Sidenor Industrial S.L.

Gabriel Jaramillo Sanint. É colombiano, nascido em 17 de setembro de 1949. Possui endereço comercial na 75 State St., Boston, MA, 02109-1827, Estados Unidos da América. É Bacharel em Marketing e Mestre em Administração de Empresas pela *California State University*, além de estudos em *International Marketing* pela *Columbia University*. Atualmente é presidente do Sovereign Bank e atua como membro do Conselho de Administração do Banco. Tem 34 anos de experiência na indústria financeira. Foi Presidente do Conselho de Administração e Diretor-Presidente do Banco de 1999 a 2008. Ingressou no Grupo Santander em 1997, como diretor do *Santander Investment*, na Colômbia. Exerceu os cargos de Diretor-Presidente do Banco Santander Colômbia, de Diretor-Presidente do Citibank no México e de Diretor-Presidente e Gerente Regional do Citibank na Colômbia e no Equador.

Marcial Angel Portela Alvarez. É espanhol e nasceu em 23 de março de 1945. É formado em Ciências Políticas pela Universidade de Madri, Espanha, e M.A. degree em Sociologia pela Universidade de Louvain, Bélgica. Atualmente, o Sr. Portela é vice-presidente do Banco Santander S.A. e é responsável por todas as operações da América Latina. Ele é membro do Conselho de Administração do Banco Santander México S.A. e vice-presidente do Banco Santander Chile S.A. O Sr. Portela começo no Banco Santander como vice-presidente executivo responsável pelos programas de tecnologia, operações, recursos humanos e eficiência. Em 1998 ele trabalhou para a Comunitel S.A. na Espanha, de 1996 a 1997 foi presidente da Telefonica Internacional e de 1992 a 1996 foi membro do Conselho de Administração da Telefônica S.A., Espanha. De 1991 a 1996 foi administrador para a Corporación Bancaria España S.A. – Argentina e presidente do Conselho de Administração do Banco Español de Crédito S.A. Banesto. De 1990 a 1991 trabalhou para o Banco Exterior de España, S.A., na Espanha. Em Setembro de 2009 foi eleito membro do Conselho de Administração do Santander Brasil. O endereço comercial do Sr. Portela é Costa Brava, 49, sétimo andar, 280034, Madri, Espanha.

Jose Antonio Alvarez Alvarez. É espanhol e nasceu em 6 de janeiro de 1960. É formado em Ciências Econômicas e Negócios pela Universidade de Santiago de Compostela na Espanha e um tem MBA em Negócios pela Universidade de Chicago. Ele começou no Banco Santander S.A., Espanha, em 2002 como gerente financeiro chefe e em novembro de 2004 foi designado Diretor Financeiro (CFO).Ele foi Diretor Financeiro do BBVA (Banco Bilbao Vizcaya Argentaria, S.A.) na Espanha de 1999 a 2002 e foi diretor financeiro do Corporación Bancaria de España, S.A. (Argentina) de 1995 a 1999. Ele também foi Diretor Financeiro (CFO) do Banco Hipotecario, S.A. na Espanha de 1993 a 1995 e vice-presidente do Finanpostal Gestión Fondos de Inversión y Pensiones de 1990 a 1993. Em setembro de 2009, foi eleito membro do Conselho de Administração do Santander Brasil. Ele foi membro do Conselho de Administração do Banco Crédito Local S.A. de 2000 a 2002 e é membro do Conselho de Administração do Santander Consumer Finance S.A, presidente do Conselho de Administração do Titulización, SGFT, S.A., membro do Conselho de Administração da Bolsa de Merdados Españoles, S.A. (BME) e membro do Conselho de Administração do Santander Global Property, S.L. O endereço comercial do Sr. Alvarez é Pereda, primeiro andar, 28660 Boadilla Del Monte, Madri, Espanha.

José Manuel Tejón Borrajo. É espanhol e nasceu em 11 de julho de 1951. É formado em Economia pela Universidade Complutense de Madri, Espanha. Ele começou no Banco Santander S.A., Espanha, em 1989 como chefe da auditoria geral e desde 2004 é responsável pela divisão de auditoria geral e controle administrativo. Ainda no Grupo Santander, é presidente do Conselho de Administração do Santander de Albacete S.A., presidente do Conselho de Administração do Cantabro Catalana de Inversiones S.A., membro do Conselho de Administração do Santander Investments S.A., vice-presidente do Conselho de Administração do Santander Investments I S.A., diretor do Santander Holding Internacional S.A., diretor do Santausa Holding S.L., vice-presidente do Conselho de Administração do Santander Gestión S.L., presidente do Conselho de Administraçao do Administración de Bancos Latinoamericanos Santander S.L., presidente do Conselho de Administração do Grupo Empresarial Santander, S.L. Em setembro de 2009 foi eleito membro do Conselho de Administração do Santander Brasil. O endereço comercial do Sr. Tejon é Edifício Amazonia, primeiro andar, 28660, Boadilla Del Monte, Madri, Espanha.

José Roberto Mendonça de Barros. É brasileiro e nasceu em 7 de fevereiro de 1944. É formado, pós-graduado e doutor em Economia pela Universidade de São Paulo, e pós graduado em Economia pela Universidade de Yale. Atualmente ele é membro do Conselho de Administração da BM&FBOVESPA e membro do Conselho Consultivo do Pão de Açúcar. Em setembro de 2009, o Sr. Mendonça de Barros foi eleito membro independente do Conselho de Administração do Santander Brasil. Ele foi membro do Conselho de Administração da GP Investments, da Fosfertil/Ultrafertil, Varig Participações em Transportes Aéreos, Economia da FIESP, Companhia Energética de São Paulo, Electricidade de São Paulo, Companhia Paulista de Força e Luz e Companhia de Gás de São Paulo e do comitê estratégico da Companhia Vale do Rio Doce. O endereço comercial do Sr. Mendonça de Barros fica na Av. Brig. Faria Lima, 1739 – 5º andar – Jardim Paulistano – São Paulo – SP – 01452-001.

Viviane Senna Lalli. É brasileira e nasceu em 14 de junho de 1957. É formada em Psicologia pela Pontifícia Universidade Católica, São Paulo. De 1981 a 1996, trabalhou como psicóloga de adultos e crianças. Em setembro de 2009 foi eleita membro independente do Conselho de Administração do Santander Brasil. Ela é também membro do conselho do Presidente Luiz Inácio Lula da Silva (CDES), do conselho consultivo da Febraban e do Citibank Brasil, do conselho de educação da CNI e FIESP, do conselho institucional da Coca-Cola, Energias do Brasil, ADVB e Todos pela Educação e dos comitês de orientação e de investimento social do Banco Itaú Unibanco. O endereço comercial da Sra. Senna fica na R. Dr. Olavo Egídio, 287, 16º andar – Santana – São Paulo – SP – 02037-000.

Diretores Executivos

Os nossos diretores executivos são responsáveis pela administração e pela representação do Banco. A tabela adiante apresenta os nomes, os cargos e as datas de nascimento dos nossos diretores. Alguns de nossos diretores são também membros da diretoria e do conselho de administração de nossas subsidiárias.

Nome	Cargo	Data de Nascimento
Fábio Colletti Barbosa(*)	Presidente	3 de outubro de 1954
José de Menezes Berenguer Neto(*)	Vice-Presidente Sênior	10 de setembro de 1966
José de Paiva Ferreira(*)	Vice-Presidente Sênior	1° de março de 1959
Angel Oscar Agallano(*)	Vice-Presidente Executivo	18 de março de 1957
Carlos Alberto López Galán(*)	Vice-Presidente Executivo	6 de novembro de 1962
Gustavo José Costa Roxo da Fonseca(*)	Vice-Presidente Executivo	4 de fevereiro de 1967
João Roberto Gonçalves Teixeira(*)	Vice-Presidente Executivo	30 de maio de 1965
Oscar Rodrigues Herrero(*)	Vice-Presidente Executivo	4 de outubro de 1971
Pedro Paulo Longuini(*)	Vice-Presidente Executivo	7 de junho de 1957
Arnaldo Penteado Laudisio	Diretor Executivo	17 de agosto de 1963
Armando Zara Pompeu	Diretor Executivo	12 de fevereiro de 1967
Fernando Byington Egydio Martins	Diretor Executivo	7 de janeiro de 1957
Francisco Di Roberto Junior	Diretor Executivo	28 de dezembro de 1952
Javier Fonseca Viader	Diretor Executivo	17 de janeiro de 1972
João Eduardo de Assis Pacheco Dacache	Diretor Executivo	18 de março de 1966
José Roberto Machado Filho	Diretor Executivo	25 de agosto de 1968
Lilian Maria Ferezim Guimarães	Diretora Executiva	26 de agosto de 1960
Luciane Ribeiro	Diretora Executiva	7 de junho de 1963
Luís Felix Cardamone Neto	Diretor Executivo	16 de março de 1964
Marco Antonio Martins de Araújo Filho	Diretor Executivo	19 de junho de 1965
Marcos Matioli de Souza Vieira	Diretor Executivo	4 de janeiro de 1961
Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva	Diretora Executiva	14 de julho de 1963
Pedro Carlos Araújo Coutinho	Diretor Executivo	2 de abril de 1966
Sérgio Fraiman Blatyta	Diretor Executivo	9 de abril de 1969
Wagner Augusto Ferrari	Diretor Executivo	7 de agosto de 1958
Alexandre Schwartsman	Diretor	7 de fevereiro de 1963
Amancio Acúrcio Gouveia	Diretor	31 de março de 1963
André Fernandes Berenguer	Diretor	13 de janeiro de 1968
Antonio Fernando Laurelli Ribeiro	Diretor	17 de abril de 1958
Antonio Pardo de Santayana Montes	Diretor	5 de novembro de 1971
Carlos Leibowicz	Diretor	31 de dezembro de 1970
Cassius Schymura	Diretor	19 de fevereiro de 1965
Ede Ilson Viani	Diretor	5 de setembro de 1967
Eduardo Müller Borges	Diretor	12 de setembro de 1967
Flávio Tavares Valadão	Diretor	1° de julho de 1963
Gilberto Duarte de Abreu Filho	Diretor	7 de agosto de 1973
Jamil Habibe Hannouche	Diretor	23 de junho de 1960
Jean Pierre Dupui	Diretor	23 de setembro de 1968
João Batista Videira Martins	Diretor	1° de março de 1957
João Guilherme de Andrade Só Consiglio	Diretor	7 de dezembro de 1968
Joel Michael Roberto	Diretor	20 de outubro de 1966
Luiz Felipe Taunay Ferreira	Diretor	18 de março de 1967
Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho	Diretor	10 de julho de 1968
Marcio Aurelio de Nóbrega	Diretor	23 de agosto de 1967
Marcos Adriano Ferreira Zoni	Diretor	10 de dezembro de 1964
Maria Eugênia Andrade Lopez Santos	Diretora	23 de janeiro de 1966
Mauro Siequeroli	Diretor	24 de março de 1957
Miguel Belo de Carvalho	Diretor	10 de outubro de 1966
Nilo Sérgio Silveira Carvalho	Diretor	26 de fevereiro de 1961
Ramón Sanchez Díez	Diretor	29 de outubro de 1968
Reginaldo Antonio Ribeiro	Diretor	19 de maio de 1969
Roberto Correa Barbuti	Diretor	26 de agosto de 1968
Sergio Gonçalves	Diretor	7 de agosto de 1956

(*) Membro do Comitê Executivo, que é um comitê não estatutário que participa de decisões sobre políticas relacionadas à administração dos negócios e suporte operacional, recursos humanos, alocação de capital, além das decisões sobre os principais projetos tecnológicos, de infra-estrutura e de serviços.

Encontram-se abaixo os currículos dos membros da nossa Diretoria, que não são membros do Conselho de Administração.

José de Menezes Berenguer Neto. É brasileiro, nascido em 10 de setembro de 1966. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Direito, formado em 1989 pela Faculdade de Direito da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Como Vice-Presidente Sênior, é responsável por nosso segmento de atacado, inclusive Banco Global de Atacado e Tesouraria. Atua na área de tesouraria e banco de investimento há 24 anos. Em 1997 e 1998 atuou como membro do conselho da *Emerging Markets Traders Association*. Foi também membro da Bolsa de Valores do Rio de Janeiro, de 2000 a 2002. Em 2002 tornou-se conselheiro da BM&F. É atualmente diretor executivo da FEBRABAN. É irmão de André Fernandes Berenguer. É também diretor executivo do Banco Comercial e de Investimento Sudameris, Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. e Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE).

José de Paiva Ferreira. É português, nascido em 1º de março de 1959. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas, pós-graduado em administração pela Fundação Getúlio Vargas e possui MBA da Wharton School of Business. Como nosso Vice-Presidente Sênior, é responsável pela área de canais de distribuição de *marketing* e produtos de varejo do Banco. Atua no mercado financeiro há 35 anos. Iniciou no Banco Bradesco em 1973. Ingresou no Banco Geral do Comércio em 1978 como Assistente Sênior de Serviços e ocupou cargos de Diretor Executivo e Vice-Presidente Executivo no Banco Geral do Comércio, Santander Noroeste S.A., Banco Meridional e Banco Banespa. Atualmente é também diretor executivo do Banco Comercial e de Investimento Sudameris, Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários, Ltda., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Administradora de Consórcios Ltda., Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), Santander Brasil Seguros S.A., Santander Seguros e Santander Capitalização S.A., além de ser membro do conselho de administração da Universia Brasil S.A. e da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

Angel Oscar Agallano. É argentino, nascido em 18 de março de 1957. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Administração Superior pela *Escuela de Dirección e Negócios (IAE)*, da *Universidad Austral de Argentina*. Como um dos nossos Diretores Vice-Presidentes, é responsável pela área de operações e de tecnologia do Banco e desde 2004 é responsável pela integração do Banco Real e do Banco. Atua no mercado financeiro há 35 anos. Iniciou no Grupo Santander em Buenos Aires, Argentina, em 1986. De 1997 a 2000 foi membro do conselho de administração do Santander na Argentina e de 2002 a 2003 atuou como membro do conselho de administração do Santander na Venezuela. Atualmente, exerce também o cargo de diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Santander Administradora de Consórcios Ltda., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Seguros S.A., Santander Capitalização S.A., Santander Investimento em Participações S.A., Agropecuária Tapirapé S.A. e Universia Brasil S.A.

Carlos Alberto López Galán. É espanhol, nascido em 6 de novembro de 1962. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Economia pela *Universidad Autónoma de Madrid*, na Espanha, e Mestre em Mercados Financeiros pela *Universidad Pontifícia Comillas*, na Espanha. Como um dos nossos Diretores Vice-Presidentes, é Diretor de Relações com Investidores e Diretor Financeiro do Banco. Atua no mercado financeiro há 22 anos. Iniciou no Grupo Santander em novembro de 1986, como analista e em 1995 se tornou *controller* do *Santander Financial Products*. De julho de 1997 a janeiro de 1999, atuou como vice-presidente do *Santander Investment*, no México. De julho de 1999 a agosto de 2006, atuou ainda como diretor financeiro e operacional e como membro do conselho de administração das seguintes entidades: Santander Brasil, Afore, Gestora, Aseguradora, Casa de Bolsa e Universia. Atualmente, ocupa a posição de membro do conselho de administração do Grupo Financeiro Santander Serfin e nas seguintes companhias: Altec, Universia, Proaquanima, Banco Santander Serfin, Casa de Bolsa, Afore S.S., Gestora S.A. e Asseguradora S.A. Em 2006, foi transferido para o Banco como Diretor Financeiro e é nosso Vice-Presidente desde então. Atualmente, é também diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Santander Administradora de Consórcios Ltda., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Seguros S.A., Santander Seguros, Santander Capitalização S.A., Santander Investimentos em Participações S.A., Agropecuária Tapirapé S.A., Universia Brasil S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A. É também membro do conselho de administração do Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil) e Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil).

Gustavo José Costa Roxo da Fonseca. É brasileiro, nascido em 4 de fevereiro de 1967. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Mestre em Engenharia Elétrica pela Escola Politécnica da Universidade de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas pela *MIT Sloan School of Management*, de Cambridge, Massachusetts. Como um dos nossos Diretores Vice-Presidentes, é responsável pela área de operações e de TI. Atua na área de Tecnologia da Informação há 18 anos. Foi engenheiro de software da Marinha brasileira no centro de pesquisas avançadas de 1991 a 1993, Gerente de Projeto da Sectrum Consultoria, de 1993 a 1997, e trabalha na área de TI do Banco Real desde então. Atualmente, é também diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), Banco Comercial e de Investimento Sudameris, Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Santander Administradora de Consórcios Ltda., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Seguros S.A., Santander Seguros, Santander Capitalização S.A., Webmotors S.A. e Celta Holdings S.A. É também membro do conselho de administração da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A., Isban Brasil S.A., Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil), Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil) e da Tecnologia Bancária S.A.

João Roberto Gonçalvez Teixeira. É brasileiro, nascido em 30 de maio de 1965. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Mestre em Administração de Empresas pela *London Business School* e Mestre em Economia pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro. Como um dos nossos Diretores Vice-Presidentes, é responsável pela área corporativa e de banco de investimentos. Atua no mercado financeiro há 15 anos. Atuou como consultor especial do Ministério da Fazenda em 1993 e como chefe de assuntos externos da Secretária de Política Econômica. O Sr. Teixeira foi diretor gerente do Dresdner Kleinwort Wasserstein, de 1994 a 2002 e integra o Grupo Santander desde então. Atualmente exerce também o cargo de diretor executivo da Real Capitalização S.A. e da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. É também membro do conselho de administração da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. e da Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

Oscar Rodriguez Herrero. É espanhol, nascido em 4 de outubro de 1971. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Administração de Empresas pelo Colégio Universitário de Estúdios Financieros, de Madri, Espanha, e Mestre em Administração de Empresas pela *Kellogg School of Management*, da *Northwestern University*, de Chicago, Illinois. Como um dos nossos Diretores Vice-Presidentes, é o responsável pela área de administração de risco. Oscar Rodriguez Herrero atua no mercado financeiro há 15 anos. Atuou como analista de risco de crédito do *Santander Investment*, Espanha, de 1994 a 1998. Foi consultor da McKinsey & Co., nos Estados Unidos e na Espanha, de 2000 a 2004. Atuou também como diretor de risco de crédito dos segmentos de banco de atacado e corporativo do Banco de 2004 a 2006. Atualmente, é também diretor executivo da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A. e da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. É também membro do conselho de administração da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil) e da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil).

Pedro Paulo Longuini. É brasileiro, nascido em 7 de junho de 1957. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Engenharia Mecânica pelo Instituto Tecnológico de Aeronáutica. Como um dos nossos Diretores Vice-Presidentes, é responsável pela área de assuntos corporativos, incluindo o departamento jurídico e de *compliance*. Atua no mercado financeiro há 24 anos. Foi o vice-presidente do Citibank S.A. de 1985 a 1996. Ingressou no Banco Real em 1996 como *controller* e, em 1999, passou a atuar como diretor executivo de operações e controle financeiro. É nosso Vice-Presidente desde 2003. Atualmente, é também diretor executivo do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., do Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE) Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Santander Administradora de Consórcios Ltda., Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.), Santander Brasil Seguros S.A., Santander Seguros, Santander Capitalização S.A., Real Capitalização S.A., AAB Dois, Santander Investimentos em Participações S.A., Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Santander Advisory Services S.A., Real CHP S.A., ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda., Agropecuária Tapirapé S.A., Isban Brasil S.A. e Norchem Participações e Consultoria S.A. É também membro do conselho de administração da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil) e Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil).

Arnaldo Penteado Laudisio. É brasileiro, nascido em 17 de agosto de 1963. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Direito pela Universidade de São Paulo com graduação em 1985. Mestrado pela Universidade de São Paulo em 1996. Pós Graduado pela Universidade de Paris II em 1991. Foi Procurador do Município de São Paulo de 1988 a 1992, Juiz Federal do Tribunal Regional Federal da 3ª Região entre 1992 e 2000 e sócio do escritório Lefosse Advogados (Linklaters Brasil) de 2000 a 2006. Ingressou no Santander em 2006 como Superintendente Executivo Jurídico. Como um dos nossos diretores executivos, o Sr. Laudisio atua como diretor jurídico do Contencioso desde novembro de 2008. Atua na área jurídica ha 24 anos. Atualmente, exerce também o cargo de diretor executivo do Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A. e Santander Administradora de Consórcios Ltda.

Armando Zara Pompeu. É brasileiro, nascido em 12 de fevereiro de 1967. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É Bacharel em Administração de Empresas, com especialização em marketing, pelas Faculdades Integradas Campos Salles. É Pós-Graduado em Marketing pela Escola Superior de Propaganda e Marketing e Bacharel em Administração Bancária pela Probank. Como um dos nossos diretores executivos, é responsável pela área de varejo, na qual atua há 18 anos. Iniciou na Editora Abril S.A em 1981, trabalhou na Arno de 1986 a 1987 e na área de tecnologia da Metal Leve de 1988 a 1990. Entre 1991 e 2005, atuou nas principais áreas de varejo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A.

Fernando Byington Egydio Martins. É brasileiro, nascido em 7 de janeiro de 1957. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – térreo – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Armando Álvares Penteado. Como um dos nossos diretores executivos, é responsável pela estratégia de marca e comunicação corporativa. Atua no mercado financeiro há 30 anos. Foi Chefe do Departamento de Negócios e Relações Exteriores do Banco Itaú S.A. de 1985 a 1986. De 1986 a 1987, administrou a própria empresa de vestuário, a Mahay Ltda., e de 1987 a 1992 foi diretor da Metroplan. É diretor do Banco Real desde 1992. Atualmente, exerce também o cargo de diretor executivo da Santander Administradora de Consórcios Ltda., Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.), Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. e Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil.

Francisco Di Roberto Junior. É brasileiro, nascido em 28 de dezembro de 1952. Possui endereço comercial na Avenida Brigadeiro Faria Lima, 2277 – 9º andar – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pela Fundação Mineira de Educação e Cultura. Como um dos nossos diretores executivos, é responsável pela área de *private banking*. Atua no mercado financeiro há 29 anos. Foi analista de crédito, gerente de relações bancárias e tesoureiro da Dupont do Brasil S.A. de 1980 a 1985, vice-presidente assistente de 1985 a1986, vice-presidente de *corporate banking* do Citibank, N.A. de 1986 a 1990 e vice-presidente do CiticorpInvestment Bank – International Corporate Finance Division NY de 1990 a 1992. DE 1992 a 1995, foi diretor corporativo do Citibank S.A. Em 1995, ingressou como diretor de *corporate banking* do Banco Real até 2001. De 2001 a 2004, foi vice presidente sênior do ABN Amro em Miami, de 2005 até 2006 foi presidente no Uruguai do Banco Real. De 2006 a 2008, foi chefe dos países latinos do Banco Real.

Javier Fonseca Viader. É espanhol, nascido em 17 de janeiro de 1972. Possui endereço comercial na Avenida Interlagos, 3501 – Bloco 10 – São Paulo – SP. É Bacharel em Administração de Empresas pela Universidad Antonio de Nebrija, de Madri. Como nosso diretor executivo, é responsável pela auditoria interna do Banco desde 2005, área na qual atua há 13 anos. Iniciou sua carreira no Grupo Santander em 1996.

João Eduardo de Assis Pacheco Dacache. É brasileiro, nascido em 18 de março de 1966. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É Bacharel em Economia pela Faculdade de Ciências Políticas e Econômicas do Rio de Janeiro e Mestre em Administração de Empresas pela Coppead/UFRJ. Como um dos nossos diretores, é o chefede *middle market* e *corporative banking*. Atua no mercado financeiro há 22 anos. Foi Vice-Diretor do Banco Credit Comercial de France no Brasil, de 1987 a 1993, foi diretor do Banco Inter-Atlântico S.A e desde 1997 é diretor do Banco. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Universia Brasil S.A.

José Roberto Machado Filho. É brasileiro, nascido em 25 de agosto de 1968. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 8º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Engenharia Elétrica pela Faculdade de Engenharia Industrial (FEI) de São Paulo e Mestre em Administração de Empresas, Economia e Finanças pela Universidade de São Paulo. Como um dos nossos diretores executivos, é responsável por crédito imobiliário. Atua no mercado financeiro há 17 anos. Foi Engenheiro da Keumkang Limited, de 1990 a 1991. No Banco CCF Brasil S.A., atuou como gerente de câmbio de 1992 a 1995 e como gerente de mesa de operações de mercados emergentes de 1992 a 1996. Foi também diretor executivo do Banco Rabobank Internacional Brasil S. A., de 1998 a 2003, e é diretor executivo do Banco Real desde 2003. Atualmente, exerce também o cargo de diretor executivo da ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE) e Companhia Real de Valores – Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. É também membro do conselho de administração da Companhia Brasileira de Securitização – Cibrasec.

Lilian Maria Ferezim Guimarães. É brasileira, nascida em 26 de agosto de 1960. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 7º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Administração de Empresas pela Fundação Getulio Vargas, com especialização em recursos humanos, também pela Fundação Getulio Vargas, e com especialização em administração de empresas pela Fundação Dom Cabral. Como uma de nossas diretoras executivas, é responsável pelo desenvolvimento e pela implantação das políticas de recursos humanos. Atua na área de recursos humanos há 26 anos. Foi analista de salários do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1984 a 1986, gerente de salários do Citibank S.A. de 1986 a 1991, consultora financeira da Hay do Brasil Consultores Ltda. de 1991 a 1993, gerente de desenvolvimento de recursos humanos do Banco Nacional S.A. de 1993 a 1995, diretora de recursos humanos do Banco Inter-Atlântico de 1996 a 1997, diretora de recursos humanos da Origin Brasil de 1997 a 2000 e diretora de recursos humanos do Banco Real de 2000 a 2006. Atualmente, exerce também o cargo de diretora executiva do Banco e chefe do departamento de recursos humanos do grupo no Brasil.

Luciane Ribeiro. É brasileira, nascida em 7 de junho de 1963. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 8º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado. Como uma de nossas diretoras executivas, é atualmente responsável por operações de gestão de recursos de terceiros do Banco. Atua no mercado financeiro há 25 anos. Iniciou no BankBoston em 1983. Em 1985, foi para o Banco Safra S.A. e atuou como responsável pela gestão da fortuna pessoal dos acionistas do Banco Safra de 1996 a 1999. Em 2002, assumiu a diretoria executiva da Safra Asset Management. EM 2006, tornou-se CEO da Asset Management do Grupo Santander Brasil. Atualmente, é diretora executiva do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. and Santander Investimentos em Participações S.A. É também membro do conselho de administração do Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. É ainda presidente do conselho de administração do Fundo Ethical. É também coordenadora da subcomissão de base de dados e da comissão de fundos de investimentos da ANBID e membro do comitê de asset management da ANDIMA e do comitê de comunicação do IBGC.

Luis Felix Cardamone Neto. É brasileiro, nascido em 16 de março de 1964. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 9º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. Estudou administração na Fundação Lusíadas – Faculdade de Administração de Empresas de Santos. Como um de nossos diretores executivos, é responsável pela administração da área de financiamento ao consumidor. Atua no mercado financeiro há 27 anos. Foi assistente de vendas do Banco Antônio de Queiroz de 1982 a 1985, assistente de gerente do Banco Comind em 1985, chefe de serviços administrativos e gerente do Banco Itaú S.A., de 1985 a 1987, e está no Banco Real desde 1988. Atualmente, exerce também o cargo de diretor executivo da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A., Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil), Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil), ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Administradora de Consórcio Ltda., Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.), Webmotors S.A. e Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE). É também membro do conselho de administração da Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil), da Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil), da Fidelity Processadora e Serviços S.A., Celta Holdings S.A., membro do conselho curador da Fundação Real, do conselho curador da Fundação Sudameris, Vice-Presidente da ACREFI e Presidente de Auto-Regulação, Ética e Compliance da mesma entidade e diretor da ABEL.

Marco Antonio Martins de Araújo Filho. É brasileiro, nascido em 19 de junho de 1965. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 12º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É Bacharel em Direito pela Universidade de Brasília (1987) e Mestre (LLM – *Master of Laws*) em Negócios Internacionais e Direito Comercial pela *Fordham University*, de Nova York, Estado de Nova York (1992). Foi aprovado no exame da Ordem dos Advogados no Brasil em 1988 e tem licença para exercer a advocacia no Estado de Nova York, Estados Unidos (Divisão de Recursos, 2º Departamento – 1993). Atua na área jurídica há mais de 20 anos. Foi sócio de Araújo & Castro Advogados em 1988, Consultor Parlamentar de 1989 a 1991 e Advogado Sênior do Banco Itaú BBA S.A. de 1994 a 2003. Ingressou no Grupo ABN AMRO em 2003, foi *General Counsel* para atividades do ABN AMRO na América Latina (englobando 8 países na América Latina, incluindo o Brasil) e diretor executivo do Banco Real. Em 2008, passou a ser Diretor Executivo do Santander Brasil. É responsável pela Diretoria Jurídica de Negócios, que engloba as áreas de atendimento jurídico ao Varejo, Atacado, *Asset Management* e assuntos societários. Sua equipe presta suporte a todos os segmentos comerciais do banco e é responsável pelo acompanhamento societário relativo às empresas do Grupo Santander Brasil (*joint-ventures*, aquisições, desinvestimentos, preparação e supervisão de atas e assembléias gerais de acionistas). Em 2007, por indicação da ANBID, o Ministro da Fazenda nomeou-o membro do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional, do qual é atualmente o vice-presidente. Atualmente, é também diretor da ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A. e da REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.

Marcos Matioli de Souza Vieira. O Sr. Vieira é brasileiro, nascido em 4 de janeiro de 1961. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 3º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas. Na qualidade de um de nossos diretores executivos, é responsável por desenvolvimento e investimentos corporativos. O Sr. Vieira atua no mercado financeiro há 26 anos. Foi analista do *Chase Manhattan Bank* de 1983 a 1986 e gerente financeiro da L.E. Ind. e Com Ltda. de 1986 a 1987. Iniciou sua atuação como gerente de crédito do Banco Real em 1988 e é diretor executivo do Banco Real desde 1987. Atualmente, é também diretor executivo da Companhia Real de Valores Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.), Real CHP S.A. e ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda. É também membro do conselho de administração da ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Companhia de Arrendamento Mercantil RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil), Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento RCI Brasil (anteriormente denominada Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil), Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A., Celta Holdings S.A., Companhia Brasileira de Meios de Pagamento – Visanet, Companhia Brasileira de Soluções e Serviços S.A. – Visa Vale, Fidelity Processamento e Serviços S.A. e Tecnologia Bancária S.A.

Maria Luiza de Oliveira Pinto e Paiva. A Sra. Paiva é brasileira, nascida em 14 de julho de 1963. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 7º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formada em psicologia pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo com especialização em recursos humanos pela Universidade de Michigan. Na qualidade de uma de nossas diretoras executivas, é responsável pela criação da área de desenvolvimento sustentável do Banco e implementação do conceito de sustentabilidade na organização. A Sra. Paiva atua em sustentabilidade há quase 8 anos. Foi gerente de recursos humanos do Banco Nacional S.A. de 1981 a 1994 e do Banco Real no escritório regional da América Latina e Caribe e chefe do Departamento Global de Recursos Humanos nos segmentos comercial e consumidor do ABN AMRO Bank NV. É nossa diretora executiva desde 1994. Atualmente, também é membro do conselho de administração da Real Microcrédito Assesoria Financeira S.A.

Pedro Carlos Araújo Coutinho. O Sr. Coutinho é brasileiro, nascido em 2 de abril de 1966. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pelo Instituto Superior de Ciências, Letras e Artes de Três Corações – INCOR – MG, tem pós-graduação em administração financeira pela Fundação Dom Cabral e MBA voltado a *marketing* pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. Na qualidade de um de nossos diretores executivos, é responsável pelos pontos de venda do Santander Brasil. O Sr. Coutinho atua no mercado financeiro há 25 anos. Foi responsável pelo segmento de pequenas e médias empresas no Banco Nacional S.A. de 1983 a 1995, gerente de varejo do Unibanco S.A. de 1995 a 1997 e é diretor executivo do Banco desde 1997. Também é diretor executivo da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A, Santander Seguros e Universia Brasil S.A. É também membro do conselho de administração da Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.

Sérgio Fraiman Blatyta. O Sr. Blatyta é brasileiro, nascido em 9 de abril de 1969. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em engenharia de produção pela Universidade de São Paulo e tem pós-graduação em finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais – IBMEC. Na qualidade de um de nossos diretores executivos, é responsável pela mesa proprietária e formação de mercado. O Sr. Blatyta atua no mercado financeiro há 17 anos. Foi operador de bolsa pelo Banco Votorantim S.A. de 1992 a 1997. Iniciou sua atuação no Banco em 1997 como chefe da mesa de ações e como chefe de operações de 2000 a 2006, tesoureiro de 2006 a 2007 e é chefe de nossa mesa proprietária e formação de mercado desde 2007.

Wagner Augusto Ferrari. O Sr. Ferrari é brasileiro, nascido em 7 de agosto de 1958. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 2º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em administração de empresas pelo Instituto Amador Aguiar – Osasco e é mestre em administração de empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. Na qualidade de um de nossos diretores executivos, é responsável pela área de varejo. O Sr. Ferrari atua no mercado financeiro há 25 anos. Foi gerente de compras da Construtora Gavião Monteiro de 1981 a 1982 e ingressou no Banco Real em 1983. Atualmente, também é diretor executivo da Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.

Alexandre Schwartsman. O Sr. Schwartsman é brasileiro, nascido em 7 de fevereiro de 1963. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em economia pela Universidade de São Paulo, é mestre em economia pela Universidade de São Paulo e Ph.D em economia pela Universidade da Califórnia. Na qualidade de um de nossos diretores, é chefe de estudos econômicos. O Sr. Schwartsman atua na área de pesquisa de economia há de 20 anos. Foi professor de economia da Pontifícia Universidade Católica de São Paulo de 1987 a 1991, professor de economia da Universidade de São Paulo de 1990 a 1991, assistente pedagógico da Universidade da Califórnia de 1994, professor de economia do Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER, economista do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1985 a 1986, economista da Companhia Brasileira de Distribuição de 1986 a 1991, principal economista da *Crédit Agricole Indosuez Emerging Markets* de 1995 a 1998, economista-chefe e diretor de pesquisa da *Indosuez W.I. Carr Securities* de 1991 a 2001, economista-chefe e chefe de pesquisa da BBA Corretora, economista-chefe e diretor do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. em 2003, membro da Diretoria Colegiada de Assuntos Internacionais do Banco Central de 2003 a 2006 e economista-chefe na América Latina do Banco Real de 2006 a 2008. É nosso economista-chefe no Brasil desde 2008.

Amancio Acúrcio Gouveia. O Sr. Gouveia é brasileiro, nascido em 31 de março de 1963. Possui endereço comercial na Avenida Interlagos, 3501 – Bloco 10 – São Paulo – SP. É formado em Ciências Contábeis pela Universidade Santa Úrsula. Na qualidade de um de nossos diretores, supervisiona a administração contábil. O Sr. Gouveia atua na área de instituições financeiras contábeis há 23 anos. Foi gerente de auditoria da KPMG até 1991, gerente contábil do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1991 a 1999, gerente supervisor do BankBoston Banco Múltiplo S.A. de 1999 a 2001 e é gerente de controle contábil do Grupo Santander desde 2001. Atualmente, é também diretor executivo da Santander Administradora de Consórcios Ltda., Santander Brasil Seguros S.A., Santander Seguros, Santander Capitalização S.A., Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.). É também membro do conselho fiscal da Companhia Energética de São Paulo.

André Fernandes Berenguer. O Sr. Berenguer é brasileiro, nascido em 13 de janeiro de 1968. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1.400 – São Paulo – SP. É formado em Administração de Empresas pela Escola de Administração de Empresas de São Paulo da Fundação Getúlio Vargas. Na qualidade de nosso diretor, é responsável por clientes corporativos de grande porte, nas áreas de construção e infraestrutura, imobiliária, logística e agronegócio. O Sr. Berenguer atua no mercado financeiro há mais de 20 anos. Foi tesoureiro da Companhia Brasileira de Projetos e Obras CBPO – Grupo Odebrecht de 1988 a 1992, gerente financeiro da Tenenge S.A. – Grupo Odebrecht de 1993 a 1996, gerente de relacionamento do Banco BBA Creditanstalt S.A. de 1996 a 2000, gerente sênior da BBA Securities Corp., NY de 2000 a 2001, diretor do ING Wholesale Bank e ingressou no Banco desde 2007. É irmão de José de Menezes Berenguer Neto.

Antônio Fernando Laurelli Ribeiro. O Sr. Ribeiro é brasileiro, nascido em 17 de abril de 1958. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 11º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em Administração de Empresas pela Fundação Getúlio Vargas e é Mestre em Finanças pela Fundação Getúlio Vargas. Na qualidade de um de nossos Diretores, é supervisor executivo de *compliance* na América Latina. O Sr. Ribeiro atua no mercado financeiro há 29 anos. Foi gerente de planejamento da Credicard S.A. Adm. de Cartões de Crédito de 1980 a 1982, analista de crédito do Bank of America NT & S.A de 1982 a 1985, gerente de companhias do setor público do Citibank N.A. de 1985 a 1986, gerente do ABN AMRO Bank de 1991 a 1998 e ingressou no Banco Real em 1998, ocupando o cargo de gerente de instituições financeiras do Banco Real. O Sr. Ribeiro é nosso supervisor de *compliance* para a América Latina desde 2006. Atualmente, é também diretor executivo do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE), ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda., Santander Administradora de Consórcios Ltda. e Santander Brasil Administradora de Consórcio Ltda. (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.).

Antônio Pardo de Santayana Montes. O Sr. Montes é espanhol, nascido em 5 de novembro de 1971. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em Economia e Direito pela *Universidade Pontificia Comillas* em Icade. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelo desenvolvimento de políticas, sistemas, métodos e controle de risco do Banco. O Sr. Montes atua na área contábil há 14 anos. Foi consultor da PricewaterhouseCoopers de 1995 a 1998, analista de risco sênior do Santander Central Hispano/Santander Investment de 1998 a 2000, gerente sênior da Monitor Company de 2000 a 2005 e integra o Grupo Santander desde 2008.

Carlos Leibowicz. O Sr. Leibowicz é argentino, nascido em 31 de dezembro de 1970. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 13º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em Economia pela *Universidad Nacional de Cuyo* (Mendoza, Argentina). Como nosso diretor, é responsável pelos clientes de atacado. Atua no mercado financeiro há 15 anos. Iniciou sua carreira no ABN AMRO Bank N.V., Argentina, em 1994, onde foi diretor da área corporativa de 1996 a 1998 e responsável pela área de gerenciamento de risco de 1998 a 2002. Em 2002, ingressou no Banco Real como gerente sênior, onde ocupou diversos cargos, incluindo chefe de gerenciamento de risco da América Latina e permaneceu até 2005, quando retornou ao ABN AMRO Bank N.V. como chefe de gerenciamento de risco do país. Após, o Sr. Leibowicz foi Vice-Presidente do Banco Antonveneta S.p.A. de 2006 a 2008, gerente de supervisão de risco do Banco Real em 2008 e está no Banco desde outubro de 2008 como chefe de *corporate banking*.

Cassius Schymura. O Sr. Schymura é brasileiro, nascido em 19 de fevereiro de 1965. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É formado em Engenharia Elétrica pela Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro e é mestre em Administração de Empresas pela Fundação Dom Cabral. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de produtos, pagamentos e cartões de crédito. O Sr. Schymura atua na área de produtos financeiros há 20 anos. Foi gerente de produtos de investimento do Banco Nacional S.A. de 1989 a 1991, gerente de produtos e *marketing* da Cardway Processamento de 1991 a 1994, gerente de produtos do Cartão Nacional de 1994 a 1996, gerente supervisor de *marketing* e produtos da Unicard Banco Múltiplo S.A. de 1996 a 1999, associado sênior da Booz Allen & Hamilton em 1999, membro do conselho e diretor-presidente da Idéiasnet S.A. de 2000 a 2001, e gerente geral da SOFTCORP de 2001 a 2004. Sr. Schymura está no Grupo Santander desde 2004 e atualmente é também membro do conselho de administração da Companhia Brasileira de Soluções e Serviços.

Ede Ilson Viani. O Sr. Viani é brasileiro, nascido em 5 de setembro de 1967. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 12º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em ciências contábeis pelas Faculdades Tibiriçá e é mestre em administração de empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de pequenas e médias empresas. O Sr. Viani atua no mercado financeiro há 26 anos. Foi auditor do Banco Itaú S.A. de 1986 a 1990. Iniciou sua atuação como auditor sênior do BankBoston S.A. onde foi diretor-gerente de 2005 a 2007 e é nosso diretor-gerente de negócios desde 2007.

Eduardo Müller Borges. O Sr. Borges é brasileiro, nascido em 12 de setembro de 1967. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em Administração de Empresas pela Pontifícia Universidade Católica. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelas áreas corporativa e de banco de investimentos. O Sr. Borges atua no mercado financeiro local e internacional há 16 anos. Foi gerente comercial internacional e depois gerente sênior de mercado de capitais internacional do First National Bank of Boston, São Paulo, de 1993 a 1996, vice-presidente de empréstimos sindicalizados de mercados emergentes do BancBoston Robertson Stephens Inc. em Boston, Massachusetts, de 1996 a 1999, diretor do BankBoston Banco Múltiplo S.A. de 1999 a 2000, vice-presidente de mercado de capitais do Banco JP Morgan S.A. de 2000 a 2002, vice-presidente de mercado de capitais do Banco de 2002 a 2004, diretor do ING Bank N.V. São Paulo de 2004 a 2005 e atua no Banco desde 2005.

Flávio Tavares Valadão. O Sr. Valadão é brasileiro, nascido em 1º de julho de 1963. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em engenharia elétrica pela Escola de Engenharia Mauá, é mestre em engenharia elétrica pela Universidade de Lille na França e é formado em ciências contábeis e finanças pelo Instituto Brasileiro de Mercado de Capitais. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de fusões e aquisições. O Sr. Valadão atua no setor bancário há 20 anos. Foi diretor financeiro corporativo do Banco Paribas de 1990 a 1998 e desde então atua no Banco Real.

Gilberto Duarte de Abreu Filho. O Sr. Abreu é brasileiro, nascido em 7 de agosto de 1973. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É formado em engenharia industrial pela Universidade de São Paulo e é mestre em administração de empresas pelo *Massachussets Institute of Technology* em Cambridge, Massachusetts. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável por nossas operações de seguro. Atualmente, é também diretor executivo da Santander Brasil Seguros S.A. e Santander Capitalização S.A. O Sr. Abreu tem conduzido nossas operações de seguros pelos últimos 4 anos e anteriormente administrou canais alternativos do Santander Brasil. Antes de se juntar ao Santander Brasil, era administrador sênior da McKinsey & Company, conduzindo projetos financeiros e de varejo.

Jamil Habibe Hannouche. O Sr. Hannouche é brasileiro, nascido em 23 de junho de 1960. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É formado em engenharia mecânica pela Universidade Mogi das Cruzes – UMC, com especialização em finanças e mestrado em administração de empresas pelo Instituto de Ensino e Pesquisa – INSPER. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de universidades no setor de varejo. O Sr. Hannouche atua no mercado financeiro há 25 anos. Foi diretor de vendas do Banco Nacional S.A. de 1983 a 1995, diretor de varejo do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1997 a 2000 e é vice-presidente do setor de universidades do Banco desde 2007.

Jean Pierre Dupui. O Sr. Dupui é brasileiro e francês, nascido em 23 de setembro de 1968. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1.400 – São Paulo – SP. É formado em Economia com especialização em Matemática e Estatística pela Universidade de Boston. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável por conduzir a coordenação e desenvolvimento de *project finance*, financiamento de aquisições, empréstimos sindicalizados, mercado de capitais e dívida e vendas a crédito. O Sr. Dupui atua no mercado financeiro há 15 anos. Iniciou sua carreira em 1992 como estagiário do Lloyds TSB, passando a diretor sênior na divisão internacional da sede do Lloyds em Londres. O Sr. Dupui também trabalhou no BBVA como diretor de mercado de capitais e dívida no Brasil. Antes de ingressar no Banco em 2006, o Sr. Dupui trabalhou no Citigroup Brasil como chefe da divisão de finanças corporativas, liderando a equipe responsável pelo desenvolvimento de soluções globais de renda fixa, *project finance* e de financiamento para aquisições. Atualmente, é também membro do conselho de administração da Estruturadora Brasileira de Projetos – EBP.

João Batista Videira Martins. O Sr. Martins é brasileiro, nascido em 1º de março de 1957. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 14º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado e tem pós-graduação em Administração Financeira pela Pontifícia Universidade Católica e pela Universidade de São Paulo. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de varejo. O Sr. Martins atua no mercado financeiro há 30 anos. Foi diretor de crédito do Banco Itaú S.A. de 1995 a 2004, diretor de crédito e cobrança do Banco J. Safra de 2004 a 2006 e está conosco desde 2006.

João Guilherme de Andrade Só Consiglio. O Sr. Consiglio é brasileiro e italiano, nascido em 7 de dezembro de 1968. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em economia pela Universidade de São Paulo, cursou mestrado (incompleto) em economia pela Fundação Getúlio Vargas e detém um Post Laurea da *Universitá Degli Studi di Genova*, Itália, Facoltá di Economia e Commercio. Na qualidade de um de nossos Diretores, é atualmente responsável pela área Global Transaction Banking. O Sr. Consiglio atua em mercados financeiros há 15 anos. Foi economista da Bunge (Serfina S.A. Adm e Participações) de 1990 a 1994, gerente do departamento econômico da Santista Corretora S.A. CVM de 1994 a 1995 e está no Banco Real e, subsequentemente no Santander Brasil, desde 1995, onde começou como gerente da área corporativa e assumiu a área de desenvolvimento corporativo e fundos de investimentos em participações até 2005, quando tornou-se responsável pela área de produtos. Foi membro do conselho de administração da CBSS (Visa Vale) até 2008. Atualmente, é também diretor da Real Capitalização S.A. e membro do conselho de administração da Câmara Interbancária de Pagamentos CIP e membro do conselho superior da FUNCEX.

Joel Michael Roberto. O Sr. Roberto é americano, nascido em 20 de outubro de 1966. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em filosofia pela Universidade da Califórnia, Berkeley em Direito pela Faculdade de Direito de Harvard. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável por clientes de telecomunicações, mídia, tecnologia, varejo e setores de serviços. O Sr. Roberto atua nas áreas jurídica corporativa e mercados financeiros internacionais há 15 anos. Foi associado do Skadden, Arps, Slate, Meagher & Flom até 1997, diretor do ABN AMRO Corporate Finance Ltd. em Londres de 1997 a 2002 e desde então atua no Banco.

Luiz Felipe Taunay Ferreira. O Sr. Ferreira é brasileiro, nascido em 18 de março de 1967. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas, em economia pela Universidade de São Paulo e é mestre em economia pela Universidade de São Paulo. O Sr. Ferreira também possui certificado internacional de analista financeiro (CFA). Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelo comitê de administração de ativos e passivos – ALCO. O Sr. Ferreira atua no mercado financeiro há 15 anos. Foi operador do Banco ING Brasil de 1994 a 1996, chefe de gestão de risco de mercado de derivativos de ações do ING Barings, Londres, de 1996 a 1998. Ingressou no Banco Real em 1998 e atua no Banco desde então. Atualmente, é também diretor do Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A., Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil, Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. e do Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE).

Luiz Fontoura de Oliveira Reis Filho. O Sr. Oliveira é brasileiro, nascido em 10 de julho de 1968. Possui endereço comercial na Avenida Rio Branco, 70 – Rio de Janeiro – RJ. É formado em economia pela Universidade de Brasília e é mestre em administração de empresas pela *Kellogg School of Management* da Northwestern University. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelos setores de óleo e gás, eletricidade, instituições financeiras, produtos químicos e serviços de saúde pública. O Sr. Oliveira atua no mercado financeiro há 18 anos. Atuou no Banco Real desde 1991. Atualmente, é também diretor da Companhia Petrolífera Marlim e da Marlim Participações S.A.

Márcio Aurélio de Nóbrega. O Sr. Nóbrega é brasileiro, nascido em 23 de agosto de 1967. Possui endereço comercial na Av. Brigadeiro Luis Antonio, 1827 – 11º andar – Bloco B – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas e economia pela Faculdade Santana. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelos procedimentos e controles de tesouraria e derivativos, câmbio, capitalização, entre outros. O Sr. Nóbrega atua no setor bancário há 25 anos. Atua no Banco Real desde 1982.

Marcos Adriano Ferreira Zoni. O Sr. Zoni. é brasileiro, nascido em 10 de dezembro de 1964. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 14º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em Administração de Empresas e Administração Pública pela Unisul – Universidade do Sul de Santa Catarina. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de administração, inovação e despesas. O Sr. Zoni atua no negócio bancário há 20 anos. Foi gerente financeiro do Banco Nacional S.A. de 1990 a 1994, *controller* do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1995 a 1997, gerente de controles da área de tecnologia do Banco Real de 1997 a 2008 e desde então está no Banco.

Maria Eugênia Andrade Lopez Santos. A Sra. Santos é brasileira, nascida em 23 de janeiro de 1966. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 14º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formada em economia pela Universidade da Bahia com pós-graduação pela Fundação Getúlio Vargas. Na qualidade de uma de nossas Diretoras, é responsável pelo relacionamento com clientes multinacionais no Brasil. A Sra. Santos atua na área corporativa há 18 anos.

Mauro Siequeroli. O Sr. Siequeroli é brasileiro, nascido em 24 de março de 1957. Possui endereço comercial na Avenida Interlagos, 3501 – Bloco 10 – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas com pós-graduação em recursos industriais e administração geral também pela Fundação Getúlio Vargas. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de serviços e operações. O Sr. Siequeroli atua na área de *back-office* há 19 anos. Foi diretor de operações do Banco Crefisul S.A. de 1985 a 1994, diretor de produtos do Banco BMC de 1995 a 1998, diretor de operações do Banco Bandeirantes S.A. de 1999 a 2000 e é nosso diretor desde 2001. Atualmente, é também diretor do Santander Brasil Arrendamento Mercantil e do Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros e Real Corretora de Seguros S.A. É também conselheiro do Banesprev S.A.

Miguel Belo de Carvalho. O Sr. Carvalho é português, nascido em 7 de outubro de 1966. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em Administração de Empresas pela Universidade Lusíada de Portugal com pós-graduação pela Instituição Superior Economia e Gestão em Portugal. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelo desenvolvimento de negócios na tesouraria do Banco, especialmente com clientes corporativos, institucionais e de varejo. O Sr. Carvalho atua na área de tesouraria há 15 anos. Foi analista de ações da Sporgeste – Sociedade Gestora de Patrimônios de 1992 a 1994, e, entre outras funções, tesoureiro do Banco Santander Totta Portugal de 1994 a 2007. É um de nossos Diretores desde 2009. Atualmente, é também diretor do Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. – BANDEPE).

Nilo Sérgio Silveira Carvalho. O Sr. Carvalho é brasileiro, nascido em 26 de fevereiro de 1961. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pela UniSantos – Universidade Católica de Santos e é mestre em administração de empresas pela Fundação Getúlio Vargas e Moroco Associados. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área de varejo. O Sr. Carvalho atua no mercado financeiro há 25 anos. Foi diretor de produtos do Unibanco – União de Bancos Brasileiros S.A. de 1994 a 1998, diretor de renovação de varejo e tecnologia do Banco de 1998 a 2004, diretor executivo da Medial Saúde S.A. de 2004 a 2008 e é nosso diretor de varejo desde 2008. Atualmente, é também diretor da Santander Administradora de Consórcios Ltda., da Santander Brasil Administradora de Consórcio (anteriormente denominada ABN AMRO Real Administradora de Consórcio Ltda.), Santander Brasil Seguros S.A., Santander Seguros e Santander Capitalização S.A.

Ramón Sanchez Díez. O Sr. Díez é espanhol, nascido em 29 de outubro de 1968. Possui endereço comercial na Rua Amador Bueno, 474 – São Paulo – SP. É formado em economia pela Universidad Autonoma de Madrid. Na qualidade de um de nossos diretores, é responsável por nossas operações de banco de varejo. Prestou serviços como analista de investimentos para a filial de Nova York do Banco Santander de 1992 a 1997 e como diretor de estratégia e análise para bancos latino-americanos para o Banco Santander S.A. de 1997 a 2003. Foi diretor de estratégias e relações com investidores do Santander Brasil de 2004 a 2006. Atualmente, é também diretor da Santander Investimentos em Participações S.A. e da Universia Brasil S.A.

Reginaldo Antonio Ribeiro. O Sr. Ribeiro é brasileiro, nascido em 19 de maio de 1969. Possui endereço comercial na Avenida Paulista, 1374 – 5º andar – Bela Vista – São Paulo – SP – CEP 01310-916. É formado em economia pela Universidade Estadual de Campinas, em ciências contábeis pela Universidade Paulista e é mestre em controladoria de empresas pela Fundação Instituto de Pesquisas Contábeis, Atuariais e Financeiras – FIPECAFI. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pelos aspectos fiscais, estratégias de planejamento fiscal e reorganizações societárias do Banco. O Sr. Ribeiro atua na área fiscal há 18 anos. Prestou serviços como consultor à Arthur Andersen Consultoria Fiscal Financeira S/C Ltda. de 1990 a 2001, como membro do conselho fiscal da Companhia Energética de São Paulo e da AES TIETÊ de 2002 a 2006. Atualmente, é diretor da Santander S.A. – Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros e da Aquanima Brasil Ltda.

Roberto Corrêa Barbuti. O Sr. Barbuti é brasileiro, nascido em 26 de agosto de 1968. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em administração de empresas pela Fundação Getulio Vargas, em direito pela Universidade de São Paulo e é mestre em administração de empresas pela Insead. Na qualidade de um de nossos Diretores, é atualmente responsável pela área de *Equities*, que engloba mercado de capitais, derivativos de ações ou valores mobiliários, derivativos negociados em bolsas, serviços de custódia global e de valores mobiliários, *cash equities* e *equity research*. O Sr. Barbuti atua no Banco desde fevereiro de 2007, inicialmente como chefe da área de *corporate finance*. Atuou no passado durante 10 anos na área de *investment banking* do Grupo UBS (1997 - 2007), *private equity* do International Venture Partners (1995 - 1997), fusões e aquisições do Banco Patrimônio (1992 - 1994) e foi consultor em negócios estratégicos na McKinsey (1990 - 1992). Atualmente, é também diretor do Banco Bandepe S.A. (anteriormente denominado Banco de Pernambuco S.A. — BANDEPE).

Sérgio Gonçalves. O Sr. Gonçalves é brasileiro, nascido em 7 de agosto de 1956. Possui endereço comercial na Rua Hungria, 1400 – 5º andar – São Paulo – SP. É formado em Economia pela Fundação Armando Álvares Penteado e é mestre em Gestão de Empresas Executiva pela Universidade de São Paulo. Na qualidade de um de nossos Diretores, é responsável pela área governamental e institucional. O Sr. Gonçalves atua no mercado financeiro brasileiro há 29 anos. Foi diretor do Banco Crefisul de 1987 a 1994, diretor de produtos da Nossa Caixa de 1995 a 2000 e é nosso diretor desde 2001.

Remuneração

Remuneração dos membros do Conselho de Administração, Comitê de Auditoria e Diretoria

Nossos acionistas estabelecem, em sua assembléia geral ordinária, a remuneração máxima total anual de nossos conselheiros, membros de nosso comitê de auditoria e diretores executivos. A lei brasileira não nos obriga a divulgar a remuneração individual de nossos conselheiros, membros do comitê de auditoria e diretores executivos e, não havendo exigência, não divulgamos publicamente essas informações.

Em 2007 e 2008, o pagamento total referente aos serviços prestados por membros de nosso Conselho de Administração e diretores estatutários foi de aproximadamente R$55,9 milhões, respectivamente. Os membros de nosso comitê de auditoria receberam em 2007 e 2008 a remuneração máxima total aprovada de R$1,5 milhão. Em 2009, a remuneração máxima total aprovada é de R$1,7 milhão a todos os membros de nosso comitê de auditoria e de R$223,8 milhões a todos os nossos conselheiros e diretores estatutários. O aumento na remuneração máxima total aprovada de R$55,9 milhões em 2008 para R$223,8 milhões em 2009 a todos os nossos conselheiros e diretores estatutários deve-se principalmente à reestruturação da composição do nosso Conselho de Administração em decorrência da integração e consequente incorporação do Banco Real e ao aumento substancial no número de diretores.

A remuneração devida aos membros de nosso Conselho de Administração, Diretoria e comitê de auditoria é paga mensalmente. Além disso, a remuneração máxima total inclui os valores a pagar nos termos de nosso programa de bônus, cujos critérios de concessão e pagamento variam de acordo com as atividades realizadas pelas diferentes áreas e, dessa forma, o pagamento do bônus pode variar em conformidade com o departamento e atividades realizadas por cada membro. Nossos conselheiros e diretores podem participar do mesmo plano de pensão disponível a todos os nossos funcionários.

Usualmente concordamos em indenizar nossos conselheiros e diretores por ações relativas a atos e fatores ocorridos à época de sua administração.

Remuneração Adicional – Plano de Remuneração em Ações do Santander Espanha

Plano de Ações por Desempenho Pagável em Ações do Santander Espanha

Possuímos um plano de incentivo plurianual pago em ações do Santander Espanha em benefício de nossos diretores executivos, de outros membros da alta administração e de quaisquer outros executivos, conforme determinado pelo Conselho de Administração ou, quando assim delegado por ele, pelo Comitê Executivo. As despesas relativas aos pagamentos desses benefícios são desembolsadas por nós e são parte da remuneração global dos beneficiários do plano, aprovada anualmente por nossos acionistas. Os beneficiários do plano utilizam esta remuneração exclusivamente para adquirir ações do Santander Espanha. O plano prevê ciclos de três anos consecutivos para entrega de ações aos beneficiários, de forma que anualmente um ciclo de um ano tenha início e, a partir de 2009, outro ciclo também termine. Os primeiros dois ciclos do plano tiveram início em julho de 2007, o primeiro com duração de dois anos (PI09) e o segundo com prazo padrão de três anos (PI10). Em junho de 2008, foi aprovado o terceiro ciclo de três anos do plano (PI11).

Para cada ciclo, cada beneficiário que permanecer no Banco durante a vigência do plano tem direito a um número máximo de ações com base no cumprimento de determinadas metas de desempenho estabelecidas pelo Grupo Santander, mediante a comparação do desempenho do Grupo Santander com o desempenho do grupo de instituições financeiras usadas como referência e atreladas a dois parâmetros: Retorno Total para Acionista (RTA) e crescimento em lucro/benefício por Ação (BPA). As metas de desempenho pertinentes são avaliadas no terceiro aniversário do início de cada ciclo (com exceção do primeiro ciclo, no qual é considerado o segundo aniversário). As ações concedidas segundo cada ciclo são entregues dentro de sete meses a partir o final do ciclo, quando o RTA e o crescimento do BPA do Grupo Santander são apurados e cada uma das companhias de referência e os resultados são classificados em ordem crescente. Cada um dos dois critérios (RTA e crescimento do BPA) é ponderado na proporção de 50% no cálculo dos porcentuais das ações a ser entregues, com base na seguinte escala e de acordo com a posição relativa do Grupo Santander na classificação entre as instituições financeiras de referência:

Posição do Santander Brasil na Classificação do RTA	Percentual de quantidade máxima de ações a ser entregues	Posição do Santander Brasil na Classificação do Aumento do Crescimento do BPA	Percentual de quantidade máxima de ações a ser entregues
1º ao 6º	50%	1º ao 6º	50%
7º	43%	7º	43%
8º	36%	8º	36%
9º	29%	9º	29%
10º	22%	10º	22%
11º	15%	11º	15%
12º e abaixo	0%	12º e abaixo	0%

Fazemos determinados ajustes nos critérios de classificação e de concessão de ações quando qualquer companhia do grupo de referência é adquirida por outra e suas ações deixam de ser negociadas ou encerra suas atividades.

Os critérios de classificação e de concessão de ações são calculados da seguinte forma:

- Supôs-se que os beneficiários não deixariam o emprego durante a vigência de cada plano.
- O valor justo do percentual de 50% que está atrelado ao RTA do Grupo Santander foi calculado na data de concessão com base no parecer de peritos independentes, cuja avaliação foi conduzida usando o modelo de avaliação de Monte Carlo, após realizar 10.000 simulações para apurar o RTA de cada uma das companhias do grupo de referência, levando em consideração as variáveis apresentadas abaixo. Os resultados (cada um dos quais representa a entrega de um volume de ações) são classificados em ordem decrescente mediante o cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros livre de risco.

	PI09	PI10	PI11
Volatilidade esperada[1]	16,25%	15,67%	19,31%
Rendimento dos dividendos anuais com base nos últimos anos	3,23%	3,24%	3,47%
Taxa de juros livre de risco (Títulos do Tesouro com cupom zero) durante o período de vigência do plano	4,473%	4,497%	4,835%

[1] Calculado com base na volatilidade histórica durante o período correspondente (dois ou três anos).

A aplicação desse modelo de simulação resulta em valores percentuais de 42,7%, no caso do PI09, 42,3%, no caso do PI10, e 44,9%, no caso do PI11, que serão aplicados ao percentual de 50% do valor das opções concedidas, a fim de determinar o custo da parte do incentivo que é baseada no RTA para fins contábeis. Como essa avaliação refere-se a condições de mercado, ela não poderá ser ajustada após a data da concessão. Em vista da alta correção existente entre o RTA e o BPA, a companhia acredita ser viável concluir que, em boa parte dos casos, o valor do RTA também é válido para o BPA. Portanto, ela determinou que, inicialmente, o justo valor da parte dos planos que está atrelada à posição relativa da companhia considerando o BPA, ou seja, os 50% restantes das opções concedidas, era o mesmo que os 50% correspondentes ao RTA. Como essa avaliação se refere a condições que não são de mercado, ela é revista e ajustada em bases anuais.

Desembolsamos com este plano R$10,3 milhões em 2007 (representativos de 889.073 ações do Santander Espanha), R$15,7 milhões em 2008 (representativos de 1.324.707 ações do Santander Espanha) e R$11,1 milhões nos primeiros seis meses de 2009 (representativos de 2.311.231 ações do Santander Espanha).

Planos Adicionais de Desempenho

Após a realização da Oferta temos a intenção de implementar dois planos de desempenho a nossos executivos conforme segue:

Plano de Desempenho Pagável em Reais para a Aquisição de Nossas Units

Temos a intenção de criar um plano de incentivo plurianual semelhante ao Plano de Ações por Desempenho Pagável em Ações do Santander Espanha que será pago em reais (do qual uma parcela deverá ser utilizada para a aquisição de Units de nossa emissão). O plano pretendido envolverá três ciclos iniciais sucessivos, com pagamentos a serem realizados em reais aos participantes até o final do terceiro ano de cada ciclo. O equivalente a 50% (cinqüenta por cento) do montante do bônus recebido por cada participante, deduzido de impostos, deverá ser utilizado para a aquisição de Units emitidas pelo Banco e ações do nosso controlador em uma proporção (com base no preço de aquisição) a ser determinada, e o beneficiário deverá se comprometer a manter tais Units e ações por pelo menos um ano. A cada ano, com início em 2009, um ciclo será iniciado e, de 2012 em diante, cada ciclo se encerrará. Esperamos que o segundo e terceiro ciclos ocorram de 2010 a 2013 e de 2011 a 2014, respectivamente.

A parcela do benefício máximo que cada participante receberá será calculada com base no nível de atendimento de determinadas metas de desempenho do Banco. Uma das metas será definida por comparação entre o desempenho da Unit do Banco e o das ações de um grupo de referência de instituições financeiras brasileiras e terá relação com o Retorno Total ao Acionista (RTA), que reflete o aumento/redução do valor de mercado de nossas Units mais os dividendos e juros sobre o capital próprio pagos. O RTA será calculado desde o início e até o fim de cada ciclo. A outra meta de desempenho será baseada em determinadas metas de lucro líquido estabelecidas no nosso plano anual de negócios. Cada um dos dois critérios (RTA e lucro líquido) terão peso de 50% no cálculo do percentual do máximo benefício adquirido.

Cada participante do plano continuará a receber uma parcela menor de sua remuneração por meio de um plano de ações por desempenho pagável em ações do Santander Espanha. A estrutura final deste plano de incentivo ainda será determinada e está sujeita à aprovação pelos nossos acionistas reunidos em assembléia geral. Não esperamos diluição de nosso capital social com esse plano, uma vez que as aquisições das Units seriam feitas pelos participantes diretamente no mercado.

Plano de Opção de Ações para Nossos Diretores Executivos Seniores

Esperamos implementar também um plano de opção de ações único que deverá incluir determinados diretores executivos seniores. Os principais termos deste pretendido plano são os seguintes:

- o plano seria estruturado por meio de um único ciclo de outorga de três anos (2010, 2011 e 2012);
- as opções de compra de nossas Units seriam outorgadas aos diretores executivos a um preço de exercício equivalente ao Preço por Unit;
- os participantes receberiam as opções antes de 30 de junho de 2012;
- seria exigido que os diretores executivos mantivessem 50% de quaisquer Units decorrentes do exercício destas opções por pelo menos um ano; e
- a cada diretor executivo seria permitida a outorga de um número máximo de opções nos termos do plano, e o percentual do número máximo de opções efetivamente outorgadas será baseado no RTA e no lucro líquido do Banco. Cada um dos dois critérios terá peso de 50% no cálculo do percentual das opções a serem outorgadas.

Cada participante do plano continuará a receber uma parcela menor de sua remuneração por meio de um plano de ações por desempenho pagável em ações do Santander Espanha. A estrutura final deste plano de incentivo ainda será determinada e está sujeita à aprovação pelos nossos acionistas reunidos em assembléia geral. Esperamos que as ações emitidas em decorrência deste plano não excedam 0,5% do total de ações emitidas.

Comitê de Auditoria

De acordo com regulamentos do Banco Central, o comitê de auditoria deve ser um órgão criado por deliberação de acionistas e separado do Conselho de Administração. Apesar da exigência de órgãos separados, os membros do comitê de auditoria poderão ser membros do Conselho de Administração, contanto que atendam certas exigências de independência. Ademais, nos termos da lei brasileira, a contratação do auditor independente constitui direito exclusivamente reservado ao Conselho de Administração da companhia.

Segundo nosso estatuto social e os regulamentos do Banco Central, em 31 de agosto de 2006 estabelecemos o comitê de auditoria que atua em todas as nossas afiliadas e subsidiárias. A principal função de nosso comitê de auditoria é dar assistência a nosso Conselho de Administração no cumprimento de suas responsabilidades de supervisão, analisando e assegurando a observância, por nossa parte, das leis e regulamentos aplicáveis. Nosso comitê de auditoria também supervisiona a integridade de nossas demonstrações financeiras e sistemas de controles internos, inclusive o processamento de informações ou denúncias confidenciais e anônimas de funcionários, acionistas, fornecedores, clientes e partes interessadas, no tocante a fraudes, contabilidade questionável ou questões de auditoria.

Entre outras atribuições, nosso comitê de auditoria é responsável por:

- recomendar ao Conselho de Administração e ao conselho de administração de cada uma de nossas subsidiárias consolidadas a nomeação e, caso necessário, a substituição dos respectivos auditores independentes;
- supervisionar o trabalho de nossos auditores independentes;
- revisar nossas demonstrações financeiras antes da respectiva publicação, inclusive as notas explicativas, relatórios da administração e parecer dos auditores independentes e os pareceres de cada uma de nossas subsidiárias consolidadas emitidos pelos auditores independentes;
- analisar a eficácia de nossos procedimentos de auditoria internos e independentes e a observância pela administração das políticas e procedimentos de auditoria estabelecidos pelos auditores internos e independentes; e
- reunir-se com nossa administração e nossos auditores independentes e internos e com a administração e auditores independentes e internos de cada uma de nossas subsidiárias consolidadas com o fim de verificar a observância, por sua parte, das recomendações de nosso comitê de auditoria.

Nosso estatuto social exige que nosso comitê de auditoria seja composto por três a seis membros, cada qual eleito por nossos acionistas para mandato de no máximo cinco anos. Nosso Conselho de Administração elege o coordenador de nosso comitê de auditoria. Os membros de nosso comitê de auditoria poderão ser substituídos como se segue: (1) em caso de substituição temporária, o coordenador de nosso comitê de auditoria será substituído por outro membro escolhido pelo coordenador e na ausência de tal substituto temporário escolhido pelo coordenador, o Conselho de Administração apontará o substituto, dentre os demais membros do comitê de auditoria, e (2) em caso de vaga, a posição será preenchida por pessoa designada por nosso Conselho de Administração. Em 12 de novembro de 2007, nosso Conselho de Administração aprovou o estatuto do comitê de auditoria.

A tabela a seguir apresenta os nomes e cargos dos membros do comitê de auditoria eleitos pelo mandato de um ano em 31 de março de 2009.

Nome	Cargo
Maria Elena Cardoso Figueira	Coordenadora
Taiki Hirashima	Membro
Sérgio Darcy da Silva Alves	Membro

Os membros de nosso comitê de auditoria são remunerados pela Companhia e não recebem nenhuma outra remuneração de nossas afiliadas. Em conformidade com os regulamentos do Banco Central, os membros do comitê de auditoria que também prestarem serviços ao Conselho de Administração poderão optar por receber remuneração referente ao serviço prestado ao comitê de auditoria ou ao serviço prestado ao Conselho de Administração, mas não a ambos.

Nosso comitê de auditoria realiza pelo menos uma reunião por mês e também se reúne sempre que nossos interesses societários assim o exijam. As decisões do comitê de auditoria são tomadas por maioria de votos em reunião na qual esteja presente a maioria dos membros eleitos do comitê de auditoria.

Conselho Fiscal

De acordo com nosso Estatuto Social, nosso conselho fiscal é de caráter não permanente. Embora nosso Estatuto Social preveja a possibilidade de instalação do conselho fiscal, atualmente ele não está instalado, podendo ser adotado nos exercícios em que for solicitada sua instalação. O conselho fiscal constitui órgão independente eleito anualmente pelos acionistas para o fim de supervisionar as atividades da administração e dos auditores independentes. As responsabilidades do conselho fiscal são estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e abrangem supervisão da observância, pela administração, das leis e do estatuto social, emissão de parecer sobre os relatórios anuais e trimestrais e certas questões submetidas à aprovação dos acionistas e convocação de assembléias gerais e inclusão na pauta dessas assembléias gerais de questões graves e urgentes surgidas.

Titularidade de Ações

As tabelas a seguir especificam os nomes de nossos conselheiros, diretores executivos e membros do comitê de auditoria que detinham ações do Santander Brasil em 30 de junho de 2009:

Acionista	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias em Circulação	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais em Circulação	Percentual do Capital Social Total
Marcos Matioli de Souza Vieira	207.434	(*)	181.157	(*)	(*)
Fábio Colletti Barbosa	216	(*)	187	(*)	(*)
Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior	7	(*)	8	(*)	(*)
Gabriel Jaramillo Sanint	–	–	3	(*)	(*)
José de Paiva Ferreira	1	(*)	–	–	(*)
Marcial Angel Portela Alvarez(**)	1	(*)	–	–	(*)
José Antonio Alvarez Alvarez(**)	1	(*)	–	–	(*)
José Manuel Tejón Borrajo(**)	1	(*)	–	–	(*)
José Roberto Mendonça de Barros(**)	1	(*)	–	–	(*)
Viviane Senna Lalli(**)	1	(*)	–	–	(*)

(*) Detém menos do que 0,01%.
(**) Eleição pendente de homologação pelo Banco Central.

As ações detidas por membros de nosso Conselho de Administração e diretores executivos não têm direitos de voto distintos das ações detidas por nossos demais acionistas.

Acordos ou Obrigações Relevante entre o Banco e seus Administradores

Não há acordos ou obrigações relevantes entre o Banco e seus administradores.

Processos Judiciais ou Administrativos envolvendo os Administradores da Companhia

Nenhum dos atuais administradores foi condenado em processos judiciais ou administrativos de natureza relevante.

O Sr. Fabio Colletti Barbosa atuou como administrador da Cruzeiro Factoring Sociedade de Fomento Comercial Ltda., sociedade não-financeira controlada pelo Banco Real. As autoridades bancária e fiscal entenderam em 1997 que a Cruzeiro Factoring estaria atuando como instituição financeira sem autorização e, em consequência, seriam devidos tributos incidentes sobre operações financeiras (IOF). Com isso foram abertos processos administrativos e comunicados os fatos ao Ministério Público, que em 2004 deu início à ação penal em face do Sr. Fabio Barbosa e demais administradores pela prática de operar instituição financeira sem autorização com o fim de suprimir tributo. Na esfera administrativa, a decisão do Conselho de Recursos do Sistema Financeiro Nacional e da Receita Federal foi de arquivamento. Na esfera penal, houve comunicação do arquivamento dos processos administrativos e a ação penal está suspensa, aguardando decisão que pode levar à extinção da ação. De acordo com os advogados do Sr. Barbosa, as alegações que embasam a ação penal são infundadas, o que se comprova pela absolvição dos acusados na esfera administrativa, de onde partiram as informações que originaram a ação penal.

OPERAÇÕES VINCULADAS À OFERTA

SANTANDER - Coordenador Líder

O Banco é o Coordenador Líder.

CREDIT SUISSE

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Credit Suisse ao Banco, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pelo Banco vinculados à presente Oferta. Para informações adicionais sobre outras operações envolvendo o Banco e o Credit Suisse da presente Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta Global – Relacionamento entre o Banco, os Coordenadores e os Coordenadores Contratados" na página 73 deste Prospecto.

MERRILL LYNCH

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo Merrill Lynch ao Banco, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pelo Banco vinculados à presente Oferta. Para informações adicionais sobre outras operações envolvendo o Banco e o Merrill Lynch, veja a seção "Informações Relativas à Oferta – Relacionamento entre o Banco e os Coordenadores" na página 73 desde Prospecto.

BTG PACTUAL

Não existem empréstimos em aberto concedidos pelo BTG Pactual ao Banco, seus acionistas controladores ou sociedades controladas pelo Banco vinculados à presente Oferta. Para informações adicionais sobre outras operações envolvendo o Banco e o BTG Pactual da presente Oferta, veja a seção "Informações Relativas à Oferta Global – Relacionamento entre o Banco, os Coordenadores e os Coordenadores Contratados" na página 73 deste Prospecto.

PRINCIPAIS ACIONISTAS

O Grupo Santander é o maior grupo financeiro privado da Espanha. Por meio de expansões e aquisições no Chile, México, Colômbia, Venezuela, Argentina e Brasil, entre outros países, o Grupo Santander tem crescido para se tornar o maior banco da América Latina em termos de ativos. Na qualidade de controlador do Banco, o Grupo Santander possui a prerrogativa de eleger a maioria dos membros de nossa Administração, bem como o poder de decidir quase todas as questões submetidas à votação dos acionistas.

Na data deste Prospecto, o Banco Santander, S.A. (anteriormente denominado Banco Santander Central Hispano, S.A.) detinha uma participação indireta de 98,02% do nosso capital social por meio do Grupo Empresarial Santander, S.L., Santander Insurance e Sterrebeeck B.V., e suas subsidiárias diretas. O Grupo Santander define em última instância nossa estratégia e é responsável pela administração de nossas operações. Nosso relacionamento com o Grupo Santander nos proporciona acesso à experiência do Grupo em áreas como tecnologia, inovação de produtos, recursos humanos e sistemas de controle e auditoria internos. Além disso, o Grupo Santander exige que o Banco cumpra as políticas, os procedimentos e as normas bancárias do Grupo Santander, especialmente com relação à aprovação de crédito e gestão de risco. A experiência e as políticas do Grupo Santander têm sido empregadas com sucesso nos mercados bancários da Espanha e de outros países, e nossa Administração acredita que elas trouxeram e continuarão a trazer benefícios para nossas operações.

A tabela a seguir apresenta a titularidade de nossas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais na data deste Prospecto, bem como as respectivas participações após a conclusão da Oferta (sem considerar o exercício da Opção de Lote Suplementar).

Antes da Oferta

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais	Percentual do Total as Ações do Capital
Grupo Empresarial Santander, S.L.	74.967.225.596	41,19%	63.531.985,888	40,17%	40,72%
Sterrebeeck B.V.	99.527.083.105	54,69%	86.492.330.355	54,69%	54,69%
Santander Seguros S.A.	7.239.680	(*)	9.525.465	0,01%	(*)
Santander Insurance	4.743.356.648	2,61%	4.122.133,988	2,61%	2,61%
Funcionários[(1)]	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)
Outros acionistas minoritários	2.739.308.823	1,51%	3.993.682.934	2,53%	1,98%
Ações em tesouraria	–	(*)	–	(*)	(*)
Total	**181.989.171.114**	**100,00%**	**158.154.602.751**	**100,00%**	**100,00%**

(*) Detenções inferiores a 0,01%.

(1) Inclui membros da adminstração, a saber: Marcos Matioli de Souza Vieira, Fábio Colletti Barbosa, Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior, Gabriel Jaramillo Sanint, José de Paiva Ferreira, Marcial Angel Portela Alvarez, José Antonio Alvarez Alvarez, José Manuel Tejón Borrajo, José Roberto Mendonça de Barros e Viviane Senna Lalli. Veja "Administração–Participação Acionária".

Após a Oferta

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais	Percentual do Total as Ações do Capital
Grupo Empresarial Santander, S.L.	74.967.225.596	35,55%	63.531.985.888	34,45%	35,04%
Sterrebeeck B.V.	99.527.083.105	47,20%	86.492.330.355	46,90%	47,06%
Santander Seguros S.A.	7.239.680	(*)	9.525.465	0,01%	(*)
Santander Insurance	4.743.356.648	2,25%	4.122.133.988	2,24%	2,24%
Funcionários[(1)]	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)
Outros acionistas minoritários	31.614.308.823	14,99%	30.243.682.934	16,40%	15,65%
Ações em tesouraria	0	–	0	–	–
Total	**210.864.171.114**	**100,00%**	**184.404.602.751**	**100,00%**	**100,00%**

(*) Detenções inferiores a 0,01%.

(1) Inclui membros da administração, a saber: Marcos Matioli de Souza Vieira, Fábio Colletti Barbosa, Luiz Carlos da Silva Cantídio Júnior, Gabriel Jaramillo Sanint, José de Paiva Ferreira, Marcial Angel Portela Alvarez, José Antonio Alvarez Alvarez, José Manuel Tejón Borrajo, José Roberto Mendonça de Barros e Viviane Senna Lalli. Veja "Administração–Participação Acionária".

A tabela a seguir apresenta a titularidade de nossas Ações Ordinárias e Ações Preferenciais após a conclusão da Oferta assumindo o total exercício da Opção de Lote Suplementar:

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais	Percentual do Total as Ações do Capital
Grupo Empresarial Santander, S.L. ..	74.967.225.596	34,9%	63.531.985.888	33,8%	34,1%
Sterrebeeck B.V.	99.527.083.105	46,3%	86.492.330.355	46,0%	45,8%
Santander Seguros S.A.	7.239.680	(*)	9.525.465	(*)	(*)
Santander Insurance	4.743.356.648	2,2%	4.122.133.988	2,2%	2,2%
Funcionários[(1)]	4.957.262	(*)	4.944.121	(*)	(*)
Outros acionistas minoritários	35.739.308.823	16,6%	33.993.682.934	18,1%	17,3%
Ações em tesouraria	–	–	–	–	–
Total	**214.989.171.114**	**100,0%**	**188.154.602.751**	**100,0%**	**100,0%**

(*) Detenções inferiores a 0,01%.

(1) Inclui Marcos Matioli de Souza Vieira, Fábio Colletti Barbosa, Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior, Gabriel Jaramillo Sanint, José de Paiva Ferreira, Marcial Angel Portela Alvarez, José Antonio Alvarez Alvarez, José Manuel Tejón Borrajo, José Roberto Mendonça de Barros e Viviane Senna Lalli. Veja "Administração–Participação Acionária".

Apresentamos abaixo a distribuição do capital social de nossos acionistas detentores de 5,0% ou mais de ações de nosso capital social.

Sterrebeeck B.V.

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais	Percentual do Total as Ações do Capital
Banco Santander, S.A.	2.639.306	100,00%	–	–	100,00%
Total	**2.639.306**	**100,00%**	**–**	**–**	**100,00%**

Grupo Empresarial Santander, S.L.

Principais Acionistas	Ações Ordinárias	Percentual de Ações Ordinárias	Ações Preferenciais	Percentual de Ações Preferenciais	Percentual do Total as Ações do Capital
Banco Santander, S.A.	468.793.507	99,106%	–	–	99,106%
Outros	4.229.773	0,894%	–	–	0,894%
Total	**473.023.280**	**100,00%**	**–**	**–**	**100,00%**

Banco Santander, S.A.

O Banco Santander, S.A. é instituição financeira de capital aberto, com sede na Espanha, tendo suas ações negociadas em bolsas de valores. Seu capital encontra-se disperso, sendo que, exceto pela Capital Research and Management Company, Inc., que detém uma participação de 5,004%, sem participação na administração ou no controle do Banco Santander, S.A., nenhum acionista detém participação superior a 5% de seu capital social. A administração do Banco Santander, S.A. e as decisões relativas aos votos das assembléias das sociedades por eles controladas são de competência de seus órgãos de administração, a saber Conselho de Administração e Diretoria, agindo em conformidade com as deliberações da Assembléia Geral e observadas as disposições de seu Estatuto Social.

Alterações Significativas no Percentual de Participação dos Principais Acionistas

Em 31 de janeiro de 2006, o Grupo Empresarial Santander, S.L. era titular de 100,0% das ações ordinárias e de 94,86% das ações preferenciais de nosso antecessor, o Banco Santander Meridional S.A. Como resultado da reestruturação de nossas operações no Brasil em 2006 (veja "Nossas Atividades – Estratégia – Grupo Santander no Brasil"), em 30 de abril de 2006 o Grupo Empresarial Santander, S.L. passou a deter 99,25% das ações ordinárias e 96,50% das ações preferenciais (após ajustes relativos a ações fracionadas resultantes da reestruturação) de nosso antecessor, o Banco Santander Banespa S.A. Como resultado da incorporação das ações do Banco Real pelo Grupo Santander Brasil em 29 de agosto de 2008 (veja "Nossas Atividades – Estratégia – Aquisição do Banco Real"), Sterrebeeck B.V. passou a deter 56,83% de nossas Ações Ordinárias e 56,83% de nossas Ações Preferenciais, e o Grupo Empresarial Santander, S.L. passou a deter 41,60% de nossas Ações Ordinárias e 40,53% de nossas Ações Preferenciais.

A Santander Insurance adquiriu sua participação em nosso capital social em 14 de agosto de 2009, em decorrência da série de incorporações de ações por meio das quais certas sociedades de gestão de recursos de terceiros de atividades de seguros e bancárias previamente detidas pelo Santander Espanha foram transferidas para nosso controle. Veja "Sumário-Eventos Recentes". Como resultado das operações de incorporação de ações de 14 de agosto de 2009, a Santander Insurance passou a deter 2,61% de nossas ações ordinárias e 2,61% de nossas ações preferenciais, Sterrebeeck B.V. passou a deter 54,69% de nossas ações ordinárias e 54,69% de nossas ações preferenciais e o Grupo Empresarial Santander, S.L. passou a deter 41,19% de nossas ações ordinárias e 41,17% de nossas ações preferenciais.

Direitos de Voto dos Principais Acionistas

Nossos principais acionistas não têm direitos de voto diferentes de outros acionistas. Veja "Descrição do Capital Social– *Direito das Ações Ordinárias e Preferenciais*".

Acordo de Acionistas

Não há acordo de acionistas arquivado na nossa sede social.

OPERAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Atualmente efetuamos e esperamos no futuro efetuar periodicamente operações financeiras e comerciais com nossas subsidiárias e afiliadas e empresas do Santander Espanha. Entre outras operações, temos linhas de crédito a vencer com o Santander Espanha e suas instituições financeiras afiliadas em todo o mundo. Em 31 de dezembro de 2008, os empréstimos captados junto ao Santander Espanha representavam aproximadamente 2,7% do total de nossos empréstimos totais. Além disso, celebramos periodicamente determinadas operações com o Santander Espanha e outras partes relacionadas com relação à prestação de serviços de consultoria e publicidade. Tais operações são conduzidas em bases comerciais, com base em termos e condições que se aplicariam a transações com terceiros.

Em cumprimento à legislação brasileira aplicável a nós, não nos é permitido, e não disponibilizamos financiamentos ou adiantamentos a qualquer de nossas subsidiárias (com exceção de financiamentos à nossas sociedades de arrendamento mercantil), aos nossos diretores estatutários, membros de nosso Conselho de Administração ou seus familiares.

Plataforma de Tecnologia da Informação

Temos contrato celebrado com certas afiliadas do Grupo Santander (*Ingeniería de Software Bancário S.L.* (Espanha), ALTEC S.A. (Chile), Produban Servicios Informáticos Generales S.L. (Espanha), ISBAN S.A. (Brasil) e Produban Serviços de Informática S.A. (Brasil)) com relação à terceirização de determinados produtos e serviços relativos à nossa plataforma de TI, incluindo o desenvolvimento de software, armazenamento e processamento de dados. Acreditamos que a prestação desses serviços é feita em bases comerciais, em condições substancialmente similares àquelas disponíveis no mercado. Em 2008 e 2007, respectivamente, pagamos às afiliadas do Grupo Santander aproximadamente R$291 milhões e R$16,1 milhões, com relação à prestação dos serviços acima referidos a nós. Veja "Nossas Atividades – Tecnologia".

Serviços de Suprimentos

Celebramos contratos com a Aquanima Brasil Ltda., uma afiliada do Grupo Santander que presta serviços de suprimentos (agenciamento de compras, suprimentos online, terceirização e consultoria) a nós. Nosso volume agregado a outros clientes permite aquisições conjuntas. Acreditamos que os contratos celebrados com a Aquanima Brasil Ltda. foram em bases comerciais, em termos substancialmente similares aos oferecidos por outros prestadores desses serviços no mercado. Em 2007 e 2008, pagamos aproximadamente R$16 milhões por ano por tais serviços.

Outras Operações com Partes Relacionadas

De tempos em tempos celebramos mútuos intercompanies para capitalizar nossas operações dentre outras transações dentre as várias entidades do Grupo Santander, em observância às restrições regulamentares brasileiras. A tabela a seguir demonstra o saldo devido a nós por tais entidades em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008 e as quantias devidas por nós a tais entidades nas mesmas datas. A tabela também demonstra as quantias recebidas e pagas por tais entidades no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009 e no exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008. As operações e remuneração de serviços entre as empresas do Grupo Santander são efetuadas com valores, taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

	Em 30 de junho de 2009 e no período de seis meses encerrado em 30 de junho de 2009			Em 31 de dezembro de 2008 e no exercício encerradom em 31 de dezembro de 2008		
	Companhias de controle compartilhado	Saldo	Receitas (Despesas)	Companhias de controle compartilhado	Saldo	Receitas (Despesas)
			(em R$ mil)			
Ativos						
Caixa e saldos com bancos centrais	**–**	**651.114**[1]	**–**	**–**	**714.127**	**–**
Banco Santander, S.A. – Spain	–	650.968	–	–	713.858	–
Other	–	146	–	–	269	–
Empréstimos e adiantamenots a instituições de crédito[2]	**397.913**	**1.361.391**	**225.855**	**455.844**	**10.587.034**	**(102.517)**[3]
Banco Santander, S.A. – Spain	–	570.734	18.063	–	3.586.253	(111.954)
Abbey National Treasury Services Plc	–	780.640	–	–	4.674.000	9.437
Santander Benelux, S.A., N.V.	–	10.017	207.792	–	2.326.781	–
Cía de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil	341.985	–	–	380.808	–	–
Cía de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil	55.928	–	–	75.036	–	–
Derivatvos	**–**	**825.374**	**146.973**	**–**	**1.501.689**	**5.644.084**
Banco Santander, S.A. – Spain	–	1.079	4.994	–	–	44.672
Santander Benelux, S.A., N.V.	–	797.230	130.856	–	1.472.414	5.565.713
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico	–	27.065	1.796	–	28.858	31.864
Santander International Bank	–	–	327	–	–	1.835
Abbey National Treasury Services Plc	–	–	9.000	–	417	–
Contas correntes	**–**	**5.800**	**–**	**–**	**18.865**	**–**
Banco Santander, S.A. – Spain	–	5.800	–	–	18.865	–
Outros ativos	**–**	**284.615**	**57.754**	**111**	**125.237**	**51.932**
Banco Santander, S.A. – Spain	–	6.476	6.902	–	1.924	15.800
Real Seguros Vida e Previdência S.A.	–	44.880	18.024	–	–	–
ISBAN S.A.	–	–	14.251	–	–	–
Santander Seguros S.A.	–	194.177	213	–	115.720	1.078
Santander Brasil Seguros S.A.	–	4.904	–	–	4.539	–
Santander Capitalização S.A.	–	33.307	13.137	–	3.054	35.054
Santander Brasil Asset Management DTVM Ltda.	–	871	5.227	–	–	–
Diamond Finance Prom. Vendas	–	–	–	100	–	–
Tecnologia Bancária – TECBAN	–	–	–	11	–	–
Passivos						
Depósitos de clients	**(195.024)**	**(220.422)**	**(10.350)**	**(85.198)**	**(120.400)**	**(10.374)**
Produban Serviços de Informática S.A.		(18.262)	(1.655)		(35.438)	(2.654)
Santander Seguros S.A.		(35.273)	–		(8.094)	–
Santander Brasil Seguros S.A.		(1.091)	–		–	–
Santander Capitalização S.A.		(4.808)	–		–	–
ISBAN S.A.		(24.128)	(3.668)		(73.153)	(7.445)
Real Seguros Vida e Previdência S.A.		(62.241)	–		–	–
Santander Brasil Asset Management DTVM Ltda.		(74.260)	(4.868)		–	–
Universia Brasil S.A.		(359)	(149)		–	–
Cia Brasileira de Soluções e Serviços – CBSS	(184.303)	–	–	(67.225)	–	–
Estrutura Brasileira de Projetos S.A. – EBP	(10.721)	–	–		–	–
Celta Holdings Ltda		–		(1.686)	–	–
Tecnoligia Bancária – TECBAN		–		(16.280)	–	–
Outros		–		(7)	(3.715)	(275)
Depósitos de instituições de crédito	**(17.631)**	**(6.557.115)**	**(481.501)**	**(39.229)**	**(5.471.056)**	**(552.897)**
Banco Santander, S.A. – Spain		(6.300.379)	(73.658)		(4.071.725)	(439.379)
Santander Benelux, S.A., N.V.		(6.929)	(452.448)	–	–	–
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico		(139.822)	(8.291)	–	(1.153.129)	(50.406)
Banco Español de Crédito, S.A. – Banesto		(108.875)	(592)	–	(240.852)	(12.263)
Banco Santander Rio S.A.		(465)	–	–	–	–
Banco Santander, S.A. – Uruguay		(645)	–	–	(1.063)	(11)
Banco Santander, S.A. – Chile		–	–	–	(4.287)	(50.838)
Cía.Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	(2.082)	–	–	(25.589)	–	–
Cía de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil	(14.829)	–	–	(14.640)	–	–
Derivativos	–	**(900.360)**	**(81.773)**	–	**(1.667.390)**	**(6.183.306)**
Banco Santander, S.A. – Spain		(26.661)	–.	–	(160.648)	(204.622)
Santander Benelux, S.A.. N.V.		(849.194)	(62.171)	–	(1.468.981)	(5.915.518)
Santander Overseas Bank, Inc – Puerto Rico		–	(4.762)	–	(2.232)	(7.719)
Abbey National Plc		(23.493)	(13.661)	–	(35.529)	(36.832)
Abbey National Treasuty Plc		–	–	–	–	(18.615)
Santander International Bank		(1.012)	(1.179)	–	–	–
Outros passivos – dividendos e bônus devidos	**(1.829)**	**(784.543)**	–	–	**(1.352.252)**	–
Grupo Empresarial Santander, S.L.		(412.410)	–	–	(567.344)	–
Santander Insurance		(61.252)	–	–	–	–
Sterrebeeck B.V.		(310.881)	–	–	(784.892)	–
Cía.Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	(1.829)	–	–	–	–	–
Outros		–		–	(16)	–
Outros pagamentos – Other	**–**	**(39.542)**	**(158.970)**	**(7.925)**	**(40.534)**	**(227.861)**
Banco Santander, S.A. – Spain		(9.181)	(680)	–	(12.075)	(289)
ISBAN S.A.		(320)	(59.745)	–	(6.368)	(95.552)
Altec, S.A. – Chile		–	(550)	–	(4.395)	(2.837)
Aquanima Brasil Ltda.		–	(10.750)	–	–	(16.095)
Ingeniería de Software Bancario, S.L.		–	(16.470)	–	(14.479)	(19.857)
Produban Serviços de Informática S.A.		(4)	(60.137)	–	(45)	(82.519)
Produban Servicios Informáticos Generales, S.L.		–	(6.176)	–	(3.084)	(7.472)
Santander Brasil Asset Management DTVN S.A.		–	(3.220)	–	–	–
Santander Seguros S.A.		(29.974)	(164)	–	–	–
Santander Capitalização S.A.		(63)	(311)	–	–	–
Universia Brasil S.A.		–	(767)	–	–	(2.237)
Diamond Finance Prom. Vendas		–	–	(7.925)	–	–
Outroas		–	–	–	(88)	(1.003)

	30 de junho de 2009	30 de junho de 2009	30 de junho de 2008
Resultado			
Receitas de juros e similares	25.271	209.514	19.818
Despesas de juros e similares	(13.066)	(543.674)	(27.360)
Ganhos/perdas em ativos e passivos financeiros	–	81.541	110.481
Outras despesas	19.840	(130.922)	193.807

(1) Contempla saldos de caixa que não contêm juros.

(2) Todos os empréstimos a partes relacionadas foram feitos no curso normal dos negócios e contêm termos e condições semelhantes, incluindo taxas de juros e garantias, conforme verificadas em operações comparáveis com outras partes e não envolvem riscos maires que os normais de cobrança ou apresentam outras desvantagens. O maior empréstimo a uma parte relacionada até 30 de junho de 2009 foi concedido ao Abbey National Treasury Services Plc no valor agregado de R$781 milhões. Essa quantia foi oferecida em relação a operações de crédito overnight e geralmente apresenta juros anuais de 0,05%.

(3) Despesas devem-se ao saldo efetivo de operações de derivativos de moeda estrangeira com o Santander Espanha que foram registradas como empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito.

DESCRIÇÃO DO CAPITAL SOCIAL

Descrevemos a seguir um resumo de determinadas cláusulas de nosso Estatuto Social, da Lei das Sociedades por Ações, das regras e regulamentações da CVM e ainda das regras da listagem no segmento de Nível 2 da BM&FBOVESPA aplicáveis ao nosso capital social, administradores, divulgações periódicas e eventuais, bem como outros assuntos aplicáveis à nossa Companhia. Essa descrição não tem a finalidade de ser completa e faz referência ao nosso Estatuto Social, à Lei das Sociedades por Ações, às regras e regulamentações da CVM e às Regras da Listagem da BM&FBOVESPA. No Brasil, o estatuto social é o principal documento que rege uma sociedade por ações. Para maiores informações consulte "Administração"; "Informações sobre o Mercado, os Títulos e os Valores Mobiliários Emitidos" e "Principais Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa".

Geral

Atualmente somos uma sociedade por ações de capital aberto, constituída em 09 de agosto de 1985, de acordo com a legislação brasileira, por prazo indeterminado. Nossa sede está localizada na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Rua Amador Bueno, 474. Os nossos atos constitutivos estão devidamente registrados na Junta Comercial do Estado de São Paulo – JUCESP sob o NIRE nº. 35.300.332.067.

Em 18 de setembro de 2009, celebramos com a BM&FBOVESPA o Contrato de Adoção de Práticas de Governança Corporativa Nível 2 e, em conformidade com esse segmento, devemos atender a certos requisitos relativos às práticas de governança corporativa e divulgação de informações para o mercado.

Capital Social

Na data deste Prospecto, o nosso capital social é R$49.623.613.674,28, totalmente integralizado e dividido em 340.143.773.865 Ações, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, das quais 181.989.171.114 Ações Ordinárias e 158.154.602.751 são Ações Preferenciais. De acordo com o nosso Estatuto Social, o nosso capital social poderá ser aumentado até o limite do nosso capital autorizado, independentemente de reforma estatutária, mediante deliberação de nosso Conselho de Administração e por meio da emissão de até 500 bilhões novas Ações, observados os limites legais estabelecidos quanto ao número de ações preferenciais. Qualquer aumento de capital que exceda esse limite requererá a aprovação de nossos acionistas. De acordo com as regras do Nível 2, não podemos emitir partes beneficiárias e de acordo com a Lei n° 4.595/64, não podemos emitir debêntures. Dentro do limite do nosso capital autorizado, nosso Conselho de Administração pode emitir bônus de subscrição.

Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano previamente aprovado pela Assembléia Geral, podemos outorgar planos de opção de compra de Ações aos nossos administradores, empregados e pessoas que nos prestam serviços ou às nossas Controladas, com exclusão do direito de preferência aos nossos acionistas.

Após a Oferta, considerando o exercício da Opção de Ações Suplementares, nosso capital social passará a ser de R$63.723.613.674,28, representado por 403.143.773.865 Ações, divididas em 214.989.171.114 Ações Ordinárias e 188.154.602.751 Ações Preferenciais. Vide seção "Capitalização" para maiores informações.

Histórico do Capital Social

Nos exercícios sociais encerrados em 31 de dezembro de 2004, 2005 e 2006, nosso capital social era de R$815.181.841,39, R$1.493.587.244,06 e R$6.831.448.249,85, respectivamente.

Em 29 de agosto de 2008, nossos acionistas aprovaram um aumento do capital social no valor de R$38.020.752.911,73, passando, portanto, para R$47.152.201.161,58. Em assembléia geral extraordinária realizada em 14 de agosto de 2009, nossos acionistas aprovaram novo aumento do capital social, no valor de R$2.471.412.512,70, passando, portanto, para R$49.623.613.674,28.

Ações em Tesouraria

Na data deste Prospecto, não possuímos Ações Ordinárias e Ações Preferenciais em tesouraria.

Acordo de Acionistas

Na data deste Prospecto, não há nenhum acordo de acionistas arquivado na nossa sede social.

Objeto Social

De acordo com o artigo 4 de nosso estatuto, nosso objeto social é a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas carteiras autorizadas (Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento, de Crédito Imobiliário e de Arrendamento Mercantil), bem como operações de Câmbio e de Administração de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

Descrição dos Recibos de Subscrição

Os Recibos de Subscrição são valores mobiliários que evidenciam o exercício da subscrição, pelo seu titular, de Ações do Banco. Com exceção do direito de serem convertidos em Ações Ordinárias ou Ações Preferenciais, conforme o caso, após a Homologação, os Recibos de Subscrição não outorgam quaisquer outros direitos aos seus titulares, inclusive o de recebimento de dividendos ou de voto nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Os investidores da Oferta Brasileira receberão inicialmente Units formadas por Recibos de Subscrição que não poderão ser convertidos nas Ações a eles subjacentes até a Homologação do aumento de capital social do Banco pelo Banco Central. Assim, até a Homologação, cada Unit será composta por 48,125 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Ordinária cada um, por 43,750 Recibos de Subscrição representativos de uma Ação Preferencial cada um, por 6,875 Ações Ordinárias e por 6,250 Ações Preferenciais. Após a Homologação, os Recibos de Subscrição que comporão as Units serão convertidos em Ações Ordinárias e Ações Preferenciais e cada Unit passará a ser composta por 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais. As Ações que compõem as Units inicialmente, até Homologação, serão emprestadas por nosso acionista Santander Insurance. A conversão dos Recibos de Subscrição será registrada nos livros do Banco, na qualidade de instituição custodiante e os titulares de Units não precisarão tomar quaisquer outras medidas em relação à conversão dos Recibos de Subscrição em Ações Ordinárias e Preferenciais. Veja "Fatores de Risco – Riscos Relacionados à Oferta e às Nossas Units - Até que o Banco Central homologue nosso aumento de capital decorrente da Oferta, as Units representarão Recibos de Subscrição e Ações Ordinárias e Preferenciais. Somente após a Homologação, as Units serão representativas somente de Ações do Banco. Não há como precisar quando ou se referida homologação do Banco Central será concedida."

Descrição das Units

As Units são Certificados de Depósitos de ações emitidas por nós, representativos, cada um deles, de 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais, todas elas desembaraçadas e livres de quaisquer ônus ou gravames. As Ações representadas pelas Units ficarão registradas em conta de depósito vinculada às Units, e sua propriedade somente será transferida mediante a transferência das Units correspondentes, por ordem escrita de seu titular. Os rendimentos da Units e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular das Units registrado nos livros do próprio Banco, na qualidade de instituição custodiante.

As Ações, que dão lastro às Units, seus rendimentos e o respectivo valor de resgate ou amortização não poderão ser dados em penhor, gravados ou a qualquer outro título dados em garantia pelo titular das Units, nem poderão ser objeto de penhora, arresto, sequestro, busca e apreensão, ou qualquer outro ônus ou gravame.

As Units têm forma escritural e são mantidas pelo próprio Banco em conta aberta em nome de seu titular, sendo que a transferência da propriedade das Units opera-se pelo lançamento efetuado pelo próprio Banco em seus livros, a débito da conta de Units do alienante e a crédito da conta de Units do adquirente, à vista de ordem do alienante, ou de autorização ou de ordem judicial, em documento hábil que ficará em poder do próprio Banco. O pagamento dos dividendos, juros sobre o capital próprio e/ou bonificação em dinheiro será feito mediante pagamento ao próprio Banco, que repassará o valor aos agentes de custódia, que efetuarão o pagamento aos detentores da conta de Units. O penhor, o usufruto, o fideicomisso, a alienação fiduciária em garantia e quaisquer outras cláusulas, ônus ou gravames que gravarem as Units deverão ser averbados nos registros do custodiante e serão anotados no extrato da conta de Units.

O próprio Banco fornecerá ao titular das Units extrato de sua conta sempre que solicitado, ao término de todo mês em que for movimentada e, ainda que não haja movimentação, ao menos uma vez por ano. Do extrato constarão o local e a data de emissão, o nome do titular, a indicação de se tratar de extrato de conta de Units, a especificação das Ações depositadas, a declaração de que as Ações depositadas, seus rendimentos e o valor recebido nos casos de resgate ou amortização somente serão entregues ao titular da conta de Units ou por ordem escrita deste, o nome e qualificação do titular da conta de Units, o preço do depósito cobrado pelo próprio Banco se for o caso, e os locais de atendimento aos titulares de Units. Mediante ordem escrita dada pelo titular da conta de Units à corretora de Bolsa de Valores em que as Units sejam negociadas, o custodiante bloqueará as Units objeto da ordem, ficando assim autorizado a transferi-las para o comprador quando receber da Bolsa de Valores o comunicado de que as Units foram vendidas.

O titular das Units terá o direito de, a qualquer momento, pedir a uma corretora de valores mobiliários o cancelamento ou desmembramento das Units e a entrega das Ações escriturais que representem. Tal corretora, quando solicitada pelo titular das Units, solicitará ao Banco, como escriturador, a transferência destas Units para as contas de depósito de Ações junto à CBLC em nome do titular, arcando o titular das Units com custos de transferência ou cancelamento a fim de que a CBLC realize tal desmembramento ou cancelamento de Units. Da mesma forma, o titular poderá solicitar a uma corretora a montagem de Units mediante a transferência de Ações que, em conjunto, representem uma Unit, à CBLC. Após tal transferência, a CBLC poderá realizar a montagem das Units.

A prerrogativa de cancelamento das Units poderá ser suspensa em caso de Início de oferta pública de distribuição pública de Units, quer no mercado internacional, quer no mercado nacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá exceder 180 dias. Não poderão ser objeto de solicitação de cancelamento as Units que tenham ônus, gravames ou embaraços. As Units não poderão ser canceladas para recebimento das Ações subjacentes pelo prazo de 180 dias a contar do Anúncio de Início, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do Credit Suisse para, ao fim do período de estabilização do Preço por Unit, devolver as Ações por ele tomadas por empréstimo como forma de viabilizar as atividades de estabilização.

No exercício dos direitos conferidos pelas Ações representadas pelas Units, serão observados as seguintes normas:

- Os dividendos e o valor de resgate ou amortização das Ações de emissão da Companhia, entregues ao Banco, na qualidade de depositário das Ações, serão por este pagos ao titular das Units;
- Competirá exclusivamente ao titular das Units o direito de participar das Assembléias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas aos acionistas destas sociedades pelas Ações representadas pelas Units;
- Ocorrendo desdobramento, cancelamento, grupamento, ou novas emissões de Ações da Companhia durante a existência das Units, serão observadas as seguintes regras:

    (i) caso haja alteração da quantidade de Ações representadas pelas Units em virtude de grupamento ou cancelamento de Ações, realizadas pela Companhia, o Banco debitará as contas de Units dos titulares das Ações canceladas, efetuando o cancelamento automático de Units, guardada sempre a proporção de 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais de emissão da Companhia, representadas por Units, sendo que as Ações que não forem passíveis de construir Units serão entregues aos acionistas sem as Units;

(ii) na hipótese de alteração da quantidade de Ações representadas pelas Units em virtude de grupamento ou cancelamento de Ações, realizadas pela Companhia, o custodiante registrará o depósito das novas Ações emitidas e emitirá novas Units, registrando-as na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de Ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 55 Ações Ordinárias e 50 Ações Preferenciais de emissão da Companhia, representadas por Units, sendo que as Ações que não forem passíveis de constituir Units serão entregues aos acionistas sem as Units.

- No caso de a Companhia proceder a um aumento de capital, mediante emissão de ações passíveis de constituírem novas Units, o titular das Units poderá exercer os direitos de preferência que couberem às ações representadas pelas Units. O Banco criará novas Units no livro de registro de Units escriturais da Companhia e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ordinárias de emissão da Companhia, observada sempre a proporção entre ações vigentes para as Units, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão entregues aos acionistas sem as Units. Não haverá crédito automático de Units no caso de exercício de direito de preferência em emissões de valores mobiliários além de ações; e
- Será assegurado ainda aos titulares de Units o recebimento de ações decorrentes de fusão, incorporação ou fusão que venha a ser deliberada pela Companhia.

Política de Negociação de Emissão de Valores Mobiliários de Emissão do Banco

Temos uma Política de Negociação de Valores Mobiliários de emissão do Banco que tem por objetivo: (i) coibir e punir as pessoas que tenham acesso e se utilizem de informações privilegiadas em negociações com valores mobiliários de emissão do Banco e (ii) definir regras relacionadas à negociação de valores mobiliários de nossa emissão, de acordo com a Instrução CVM 358 e com nossas normas internas.

Essa política também tem a finalidade de evitar a prática de *insider trading* (fornecimento de informação privilegiada para que terceiros dela se beneficiem) e promover a transparência na negociação de valores mobiliários de nossa emissão. As regras desta política de negociação definem períodos nos quais não deverá haver nenhuma negociação de valores mobiliários de nossa emissão para evitar quaisquer questões, de modo a evitar o questionamento com relação ao uso indevido de informações não divulgadas ao público. A política aplica-se à própria Companhia, a nossos acionistas controladores (seja eles diretos ou indiretos), membros do Conselho de Administração, membros do nosso conselho fiscal (quando houver um ativo) e outros comitês técnicos e consultivos, funcionários e gerentes que, em virtude de seu cargo ou posição, tenham acesso a qualquer informação privilegiada, entre outros.

Direito das Ações Ordinárias e Preferenciais

Cada Ação Ordinária confere ao seu respectivo titular direito a um voto nas Assembléias Gerais Ordinárias e Extraordinárias.

Nossas Ações Preferenciais não conferem direito a voto nas deliberações das Assembléias Gerais, exceto em relação às seguintes matérias:

- transformação, incorporação, fusão ou cisão do Banco;
- aprovação da celebração de contratos entre o Banco e o seu acionista controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o acionista controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembléia Geral;
- avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital do Banco;

- escolha de empresa especializada para determinação do valor econômico do Banco, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta e/ou saída do Nível 2 (exceto, porém, em caso de migração para o Novo Mercado, que implicará na adoção de práticas adicionais de Governança Corporativa);
- alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem qualquer das exigências previstas na Seção IV, item 4.1 do Regulamento do Nível 2, sendo que tal direito somente será conferido enquanto o Regulamento do Nível 2 permanecer em vigor.

Além disso, são assegurados aos detentores de Ações Preferenciais os seguintes direitos e vantagens:

- dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às Ações Ordinárias;
- prioridade na distribuição dos dividendos;
- participação, em igualdade de condições com as Ações Ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, bem como na distribuição de Ações bonificadas, provenientes de capitalização de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer fundos;
- prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia; e
- direito de integrarem a venda, no caso de alienação de nosso controle em uma operação ou operações sucessivas, nas mesmas condições oferecidas aos nossos acionistas controladores.

A assembléia geral de acionistas poderá deliberar sobre a conversão das Ações Preferenciais em Ações Ordinárias.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece que ações sem direito a votos ou com voto restrito, incluindo nossas Ações Preferenciais, passam a conceder direito de voto irrestrito caso deixemos de distribuir, durante três exercícios fiscais consecutivos, qualquer dividendo fixo ou mínimo atribuído a essas ações, até que as respectivas distribuições sejam realizadas.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, qualquer alteração nas preferências ou nos direitos que afetem patrimonialmente os titulares das ações preferenciais, ou na criação de uma classe mais favorecida de ações preferenciais, deve ser aprovada em Assembléia Geral, e somente será eficaz após a aprovação pela maioria dos titulares de Ações Preferenciais reunidos em assembléia especial.

A Lei das Sociedades por Ações concede ao titulares de (i) ações preferenciais sem direito a voto (ou com voto restrito) que representem, pelo menos, 10% do total de nosso capital social; e (ii) ações ordinárias que não fazem parte do bloco de controle, que representem, ao menos, 15% de nosso capital social votante o direito de eleger um membro do nosso Conselho de Administração, a ser exercido em Assembléia Geral Ordinária. Além disso, se as ações ordinárias ou preferenciais em posse de acionistas não controladores forem insuficientes para a obtenção desses percentuais, eles poderão combinar suas ações para eleger um membro de nosso Conselho de Administração. No entanto, esses direitos só poderão ser exercidos pelos detentores de ações que comprovem que mantiveram suas participações por um período mínimo de três meses antes da data da referida Assembléia Geral Ordinária.

Os titulares de ações possuem direitos, que, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, não podem ser revogados por nosso Estatuto Social ou nas Assembléias Gerais, incluindo: (i) o direito de voto nas Assembléias Gerais, no caso de detentores de ações ordinárias; (ii) o direito de participar na distribuição de dividendos e juros sobre o capital próprio e de compartilhar os nossos ativos remanescentes no caso de liquidação; (iii) o direito de preferência na subscrição de ações ou títulos conversíveis em ações em determinadas circunstâncias; (iv) o direito de fiscalizar nossa Administração, nos termos da Lei das Sociedades por Ações; e (v) o direito de recesso em certos casos, incluindo nossa fusão ou incorporação e nossa cisão. Além desses direitos, o Estatuto Social e a maioria dos acionistas com direito de voto podem estabelecer direitos adicionais e, da mesma forma, removê-los.

Assembléias Gerais

Nas Assembléias Gerais regularmente convocadas e instaladas, nossos acionistas estão autorizados a deliberar sobre todos os negócios relativos ao nosso objeto e a tomar todas as decisões que julgarem convenientes aos nossos interesses. Compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, na Assembléia Geral Ordinária, as demonstrações financeiras, e deliberar sobre a destinação do lucro líquido e a distribuição de dividendos relativos ao exercício social imediatamente anterior. Os membros de nossos Conselho de Administração e conselho fiscal são, em regra, eleitos em Assembléias Gerais Ordinárias, ainda que de acordo com a Lei das Sociedades por Ações eles possam ser eleitos em Assembléia Geral Extraordinária.

A Assembléia Geral Extraordinária pode ser realizada a qualquer momento, inclusive em conjunto a Assembléia Geral Ordinária. Nas Assembléias Gerais, compete exclusivamente aos nossos acionistas aprovar, entre outras matérias, o seguinte: (i) alteração do Estatuto Social; (ii) eleição e destituição de membros do Conselho de Administração; (iii) fixação da remuneração global dos membros do nosso Conselho de Administração, de nossos diretores e dos membros do conselho fiscal, se instalado; (iv) aprovação de contas da Administração e demonstrações financeiras; (v) destinação do lucro líquido do exercício e a respectiva distribuição de nossos dividendos e bonificações, bem como criação de quaisquer reservas, exceto reserva legal; (vi) eleição do liquidante e dos membros do conselho fiscal que devem atuar durante a fase de liquidação; (vii) cancelamento do registro das Ações do segmento do Nível 2 da BM&FBOVESPA; (viii) suspensão dos direitos de um acionista que deixou de cumprir obrigação prevista em lei ou nosso Estatuto Social; (ix) nossa transformação em uma sociedade limitada ou em qualquer outra forma prevista em lei; (x) aprovação de nossa fusão, incorporação ou cisão; (xi) aprovação de nossa dissolução e liquidação e aprovação de relatórios preparados pelos liquidantes; e (xii) eleição de uma companhia de avaliação para determinar nosso valor econômico, no caso de um cancelamento de nosso registro como companhia aberta ou a descontinuidade das regras do Nível 2.

Quorum

Como regra geral, a Lei das Sociedades por Ações prevê que a Assembléia Geral é instalada, em primeira convocação, com a presença de acionistas que detenham, pelo menos, 25% do capital social com direito a voto e, em segunda convocação, com qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto. Caso os acionistas tenham sido convocados para deliberar sobre a reforma do Estatuto Social, o quorum de instalação em primeira convocação será de, pelo menos, 2/3 das ações com direito a voto e, em segunda convocação, de qualquer número de acionistas titulares de ações com direito a voto.

A CVM pode autorizar a redução do quorum previsto acima no caso da companhia aberta com ações dispersas no mercado e cujas 3 últimas assembléias gerais tenham sido realizadas com a presença de acionistas representando menos de metade das ações com direito a voto. De modo geral, a aprovação de acionistas que compareceram pessoalmente ou por meio de procurador a uma Assembléia Geral, e que representem no mínimo a maioria das ações ordinárias presentes à assembléia, é necessária para a aprovação de qualquer matéria, sendo que as abstenções não são levadas em conta para efeito deste cálculo. A aprovação de acionistas que representem metade, no mínimo, das ações com direito a voto é necessária, todavia, para a adoção das seguintes matérias, entre outras: (i) redução do dividendo obrigatório a ser distribuído aos nossos acionistas; (ii) mudança do nosso objeto social; (iii) nossa fusão, cisão ou incorporação; (iv) nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações); (v) cessação do nosso estado de liquidação; e (vii) nossa dissolução.

Convocação de nossas Assembléias Gerais de Acionistas

A Lei das Sociedades por Ações exige que todas as nossas Assembléias Gerais sejam convocadas mediante 3 publicações no Diário Oficial da União Federal ou do Estado em que esteja situada a nossa sede, e em outro jornal de grande circulação. Adicionalmente, estamos obrigados a publicá-las também em um jornal de grande circulação em São Paulo, onde se localiza a BM&FBOVESPA. Nossas publicações são atualmente feitas no Diário Oficial do Estado de São Paulo, veículo oficial do Governo do Estado de São Paulo, bem como no jornal Valor Econômico, sendo a primeira convocação realizada, no mínimo, 15 dias antes da assembléia, e a segunda convocação realizada com 8 dias de antecedência. A CVM poderá, todavia, em determinadas circunstâncias, requerer que a primeira convocação para nossas Assembléias Gerais seja feita em até 30 dias antes da data prevista para a realização da respectiva Assembléia Geral. A CVM poderá ainda, a pedido de qualquer acionista, interromper, por até 15 dias, o curso do prazo de antecedência da convocação da Assembléia Geral extraordinária, a fim de conhecer e analisar as propostas a serem submetidas à Assembléia. O edital de convocação de Assembléia Geral deverá conter, além do local, data e hora da Assembléia, a ordem do dia e, no caso de reforma do nosso Estatuto Social, a indicação da matéria.

Local de nossas Assembléias Gerais de Acionistas

As Assembléias Gerais são realizadas em nossa sede, na Rua Amador Bueno nº. 474, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil. A Lei das Sociedades por Ações permite que nossos acionistas realizem assembléias fora da sede em caso de força maior, contanto que as assembléias sejam realizadas na Cidade de São Paulo e a convocação contenha uma indicação clara e precisa acerca do local onde ela deve ocorrer.

Competência para Convocar Assembléias Gerais

Compete, normalmente, ao nosso Conselho de Administração convocar as Assembléias Gerais, sem prejuízo de que as mesmas possam ser convocadas pelas seguintes pessoas ou órgãos: (i) qualquer acionista, quando nossos Administradores retardarem, por mais de 60 dias, a convocação contida em previsão legal ou estatutária; (ii) acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social, caso nossos Administradores deixem de convocar, no prazo de 8 dias, uma Assembléia solicitada através de pedido que apresente as matérias a serem tratadas e esteja devidamente fundamentado; (iii) acionistas que representem 5%, no mínimo, do nosso capital social quando nossos Administradores não atenderem, no prazo de 8 dias, um pedido de convocação de assembléia que tenha como finalidade a instalação do conselho fiscal; e (iv) o conselho fiscal, caso o nosso Conselho de Administração deixe de convocar a Assembléia Geral ordinária, sendo que o conselho fiscal poderá também convocar uma Assembléia Geral extraordinária sempre que ocorrerem motivos graves ou urgentes.

Legitimação e Representação

Os acionistas presentes nas Assembléias Gerais devem provar a sua condição de acionistas e a titularidade de suas ações que possuam direito de voto, conforme estabelecido na Lei das Sociedades por Ações. Nossos acionistas podem ser representados na Assembléia Geral por um procurador, nomeado no prazo inferior a um ano antes da assembléia, e o referido representante deve ser um acionista, um administrador, um advogado ou, no caso de uma companhia aberta, assim como a nossa, uma instituição financeira. Fundos de investimento podem ser representados por seu administrador.

Conselho de Administração

De acordo com o nosso Estatuto Social, nosso Conselho de Administração deve ser composto de, no mínimo, cinco membros e, no máximo, 12 membros, sendo um denominado Presidente, um Vice-Presidente e os demais denominados simplesmente conselheiros. O número dos membros do Conselho de Administração será definido nas Assembléias Gerais pelo voto majoritário dos titulares das nossas Ações. Nosso Estatuto Social ainda determina que pelo menos 20,0% dos membros do Conselho de Administração sejam Conselheiros Independentes. A Lei das Sociedades por Ações permite a adoção do processo de voto múltiplo mediante requerimento por acionistas representando, no mínimo, 10,0% do nosso capital votante. De acordo com a Instrução CVM nº 282, de 26 de junho de 1998, o percentual para requisição de voto múltiplo para eleição de membros do Conselho de Administração em companhias abertas com capital social superior a R$100 milhões é de 5%.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, os acionistas minoritários de companhias abertas detentores de ações que representem, pelo menos, 15,0% do total das ações com direito a voto, ou os detentores de ações preferenciais sem direito a voto ou com direito a voto restrito que representem, no mínimo, 10,0% do capital social, ou ainda os titulares de ações ordinárias e ações preferenciais que, em conjunto, representem no mínimo 10,0% do capital social, têm o direito de eleger, em votação separada, um membro de nosso Conselho de Administração. Adicionalmente, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, cada membro de nosso Conselho de Administração deve deter, ao menos, uma Ação.

Interesse de Conselheiros em Operações

A Lei das Sociedades por Ações proíbe o membro do Conselho de Administração de (i) realizar qualquer ato de liberalidade às custas do Banco, bem como tomar por empréstimo recursos ou bens do Banco ou usar, em proveito próprio ou de sociedade em que tenha interesse ou de terceiros, os seus bens, serviços ou crédito, sem prévia autorização da Assembléia Geral ou do Conselho de Administração; (ii) receber, em razão do exercício de seu cargo, qualquer tipo de vantagem pessoal direta ou indireta de terceiros, sem autorização estatutária ou concedida através de Assembléia Geral; e (iii) intervir em qualquer operação social em que tiver interesse conflitante com o do Banco, ou nas deliberações que a respeito tomarem os demais administradores do Banco.

Direito de Retirada

Qualquer um de nossos acionistas dissidente ou omisso de determinadas deliberações tomadas em Assembléia Geral poderá retirar-se do Banco, mediante o reembolso do valor patrimonial de suas Ações.

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, o direito de recesso poderá ser exercido, dentre outros, nos seguintes eventos: (i) mudança nas preferências, privilégios ou condições de amortização ou resgate conferidos às nossas Ações Preferenciais, ou a criação de uma nova e mais favorecida classe de Ações (no caso, somente ao acionista prejudicado por tal alteração ou criação terá o direito de retirada); (ii) nossa cisão (observado o disposto abaixo); (iii) redução do nosso dividendo obrigatório; (iv) mudança do nosso objeto social; (v) nossa fusão ou incorporação em outra sociedade em situações específicas (conforme descrito abaixo); (vi) nossa participação em um grupo de sociedades, conforme tal expressão é utilizada na Lei das Sociedades por Ações; (vii) nossa transformação societária; (viii) incorporação de todas as nossas Ações por outra sociedade brasileira, de modo a nos tornar uma subsidiária integral da mesma; e (ix) aquisição do controle de outra sociedade por um preço que exceda determinados limites previstos em lei.

A Lei das Sociedades por Ações estabelece, ainda, que a nossa cisão ensejará direito de recesso nos casos em que ela ocasionar: (i) a mudança do nosso objeto, salvo quando o patrimônio cindido for vertido para sociedade cuja atividade preponderante coincida com a decorrente do nosso objeto social; (ii) a redução do nosso dividendo obrigatório; ou (iii) a nossa participação em um grupo de sociedades, conforme definido na Lei das Sociedades por Ações.

Caso ocorra (i) a nossa fusão ou incorporação em outra sociedade; ou (ii) a nossa participação em um grupo de sociedades (conforme definido na Lei das Sociedades por Ações), nossos acionistas não terão direito de recesso caso suas Ações (a) tenham liquidez, ou seja, integrem o índice geral da BM&FBOVESPA ou o índice de qualquer outra Bolsa de Valores, conforme definido pela CVM, e (b) tenham dispersão, de forma que nossos acionistas controladores ou outras sociedades sob controle comum detenham menos da metade das ações da espécie ou classe objeto do direito de retirada. O direito de recesso deverá ser exercido no prazo de 30 dias, contado da publicação da ata da Assembléia Geral que deliberar a matéria que der ensejo a tal direito. Adicionalmente, temos o direito de reconsiderar qualquer deliberação que tenha ensejado direito de recesso nos 10 dias subsequentes ao término do prazo de exercício desse direito, se entendermos que o pagamento do preço do reembolso das ações aos acionistas dissidentes colocaria em risco nossa estabilidade financeira.

No caso do exercício do direito de recesso, os acionistas terão direito a receber o valor patrimonial de suas ações, com base no último balanço aprovado pela Assembléia Geral. Se, todavia, a deliberação que ensejou o direito de retirada tiver ocorrido mais de 60 dias depois da data do último balanço aprovado, o acionista poderá solicitar levantamento de balanço especial em data não anterior a 60 dias antes da deliberação, para avaliação do valor de suas ações. Neste caso, devemos pagar imediatamente 80% do valor de reembolso calculado com base no último balanço aprovado por nossos acionistas, e o saldo remanescente no prazo de 120 dias a contar da data da deliberação da Assembléia Geral.

Resgate de Ações

De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, podemos resgatar nossas Ações mediante deliberação tomada em uma Assembléia Geral por votos que representem pelo menos 50% das ações afetadas pelo resgate. O resgate das ações pode ser pago com o lucro acumulado, reservas de lucros ou reservas de capital. Caso o resgate das ações não se aplique a todas as ações, o resgate será feito por sorteio. Caso ações em custódia sejam escolhidas no sorteio e não haja nenhuma regra estabelecida no contrato de custódia, a instituição financeira especificará, em base *pro rata*, as ações a serem resgatadas.

Registro das Ações

Com relação aos direitos das Units acima mencionados, nossas Ações são mantidas na forma escritural por nós, que atuamos como agente custodiante de nossas Ações. A transferência de nossas Ações será feita por meio de lançamento contábil por nós, debitando a conta de ações do vendedor e creditando a conta de ações do comprador, com apresentação de uma ordem por escrito do cedente ou uma ordem ou autorização judicial para efetuar tais transferências.

Direito de Preferência

Exceto conforme descrito abaixo, nossos acionistas possuem direito de preferência na subscrição de ações em qualquer aumento de capital, na proporção de sua participação acionária à época do referido aumento de capital. Nossos acionistas também possuem direito de preferência em qualquer oferta de nossas ações ou bônus de subscrição. Concede-se prazo não inferior a 30 dias contado da publicação de aviso aos acionistas referente ao aumento de capital para o exercício do direito de preferência, sendo que este direito pode ser alienado pelo acionista.

Contudo, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e o nosso Estatuto Social, nossos acionistas não têm direito de preferência nos casos de outorga ou de exercício de qualquer opção de compra de ações. Além disso, o nosso Conselho de Administração poderá excluir o direito de preferência de nossos acionistas ou reduzir o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em Bolsa de Valores ou subscrição pública ou através de permuta por ações, em oferta pública de aquisição de controle. A presente Oferta será realizada com exclusão do direito de preferência de nossos acionistas.

Operações de Compra de Ações de nossa Própria Emissão

Nosso Estatuto Social autoriza o nosso Conselho de Administração a aprovar a compra, pelo nosso Banco, de Ações de nossa própria emissão. A decisão de comprar Ações de nossa própria emissão para manutenção em tesouraria ou para cancelamento não pode, dentre outras coisas: (i) resultar na redução do nosso capital social; (ii) requerer a utilização de recursos superiores ao saldo de lucros ou reservas disponíveis, exceto a reserva legal (conforme definido na regulamentação aplicável), constantes do último balanço; (iii) criar por ação ou omissão, direta ou indiretamente, condições artificiais de demanda, oferta ou preço das ações ou envolver práticas não equitativas; (iv) ter por objeto ações não integralizadas ou pertencentes aos nossos acionistas controladores; ou (v) ocorrer, enquanto estiver em curso oferta pública de aquisição de nossas Ações. Não podemos manter em tesouraria mais do que 10,0% da totalidade das Ações de nossa emissão, excluídas as Ações de titularidade dos nossos acionistas controladores, incluindo as Ações detidas por nossas subsidiárias.

Qualquer compra de Ações de nossa emissão por nós deve ser realizada em bolsa, não podendo tal compra ser feita por meio de operações privadas ou por preço superior ao valor de mercado, exceto se previamente aprovada pela CVM. Podemos também comprar Ações de nossa emissão na hipótese de deixarmos de ser uma companhia aberta. Adicionalmente, podemos comprar ou emitir opções de compra ou de venda das Ações de nossa emissão.

Restrição à Realização de Determinadas Operações pelo Banco, seus Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores

De acordo com as normas e regulamentos da CVM, o Banco, os controladores, diretores, conselheiros, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos do Banco com funções técnicas ou consultivas, ou por quem que, em virtude de cargo, função ou posição no Banco, suas controladoras, controladas ou coligadas, tenha conhecimento de informação relevante, bem como qualquer outra pessoa que tome conhecimento efetivo de informações relevantes e esteja ciente de que estas não foram divulgadas (incluindo auditores, analistas, subscritores e consultores) são considerados insiders e não poderão negociar com os valores mobiliários de emissão do Banco, inclusive no contexto de operações com derivativos que envolvam valores mobiliários do Banco, com base no conhecimento de fato relevante que não tenha sido divulgado ao mercado.

Essas restrições aplicar-se-ão, ainda:

- antes da divulgação ao mercado de ato ou fato relevante ocorrido nos negócios do Banco;
- a qualquer diretor, conselheiro ou membro do conselho fiscal do Banco, que se afastar de cargos na Administração do Banco anteriormente à divulgação de informações relevantes relativas à Banco, originadas durante o seu período de gestão, estendendo-se a proibição de negociação (i) por um período de seis meses a contar da data em que tais pessoas se afastaram de seus cargos, ou (ii) até a divulgação do fato relevante ao mercado, salvo se a negociação puder interferir nas condições dos referidos negócios, em prejuízo do Banco ou dos seus acionistas;
- se houver a intenção de promover a incorporação, cisão total ou parcial, fusão, transformação ou reorganização societária do Banco, até que a referida informação seja divulgada ao mercado;
- ao Banco, caso tenha sido assinado contrato de transferência de controle, ou se houver sido outorgada opção ou mandato para o mesmo fim, até que a informação em questão seja divulgada ao mercado;
- durante o período de quinze dias anteriores à divulgação das demonstrações contábeis trimestrais e anuais exigidas pela CVM; ou
- aos controladores, Diretores e membros do Conselho de Administração, sempre que o Banco ou qualquer uma de suas sociedades controladoras, controladas ou sujeitas a controle comum estiverem em processo de adquirir ou vender Ações emitidas pelo Banco.

Adicionalmente, conforme os acordos de não alienação, nós, nossos Acionistas Controladores e nossos Administradores concordamos que não iremos de qualquer forma dispor, exceto conforme circunstâncias expressamente previstas, de quaisquer Ações de emissão do Banco, no prazo de 180 dias a contar da data de publicação do Anúncio de Início, sem o consentimento prévio por escrito do Coordenador Líder. Ver Seção "Informações Relativas à Oferta Global – Restrições à Venda de Ações (*lock-up*)".

Restrições a Certas Operações que estejam Fora de nossos Objetos Sociais

A Lei das Sociedades por Ações determina que estamos expressamente proibidos de efetuar quaisquer operações que não estejam relacionadas com o nosso objeto social, incluindo penhores, fianças, endossos ou quaisquer garantias não relacionadas com o objeto social ou que não estejam em conformidade com nosso Estatuto Social, exceto aquelas que já estiverem em vigor.

Fechamento de Capital

Podemos nos tornar uma companhia fechada, se nossos acionistas controladores fizerem uma oferta pública para aquisição de todas as nossas Ações que estejam livres para negociação no mercado, de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com as regulamentações expedidas pela CVM. O preço mínimo da oferta deve ser pelo menos igual ao valor de mercado de nossas Ações, de acordo com avaliação feita por companhia especializada por meio da adoção de qualquer método de cálculo aceito e reconhecido ou qualquer outro critério definido pela CVM.

O laudo de avaliação deve ser preparado por um avaliador especializado e experiente que seja independente do Banco, de sua equipe administrativa e dos nossos Acionistas Controladores. O avaliador será escolhido pelo voto da maioria dos presentes na Assembléia Geral, na qual cada ação preferencial ou ordinária terá direito a um voto. O proponente arcará com os custos relativos à preparação do laudo de avaliação. A assembléia de Geral para esta finalidade deverá ter a presença de acionistas que representem pelo menos 20% do total de ações em circulação e, caso este quorum não seja atingido, as demais assembléias de acionistas convocadas poderão ser realizadas independentemente de quorum mínimo específico.

Descontinuidade das Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2

Podemos, a qualquer momento, descontinuar o exercício das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2, desde que tal deliberação seja aprovada em Assembléia Geral por acionistas que representem a maioria das nossas Ações, e desde que a BM&FBOVESPA seja informada por escrito com, no mínimo, 30 dias de antecedência. A descontinuidade das práticas do Nível 2 não implicará a perda do nosso registro na BM&FBOVESPA.

De acordo com o nosso Estatuto Social, caso os acionistas reunidos em Assembléia Geral deliberem: (i) a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2 para que as Ações do Banco passem a ter registro de negociação fora do Nível 2, ou (ii) a reorganização societária da qual a companhia resultante não seja admitida no Nível 2, nossos Acionistas Controladores deverão efetivar oferta pública de aquisição de Ações dos demais acionistas do Banco, cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao seu valor econômico, apurado em laudo de avaliação elaborado conforme previsto nesta Seção em "– Fechamento de Capital" acima. A notícia da realização da oferta pública deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembléia Geral de nossos acionistas que houver aprovado referida descontinuidade ou reorganização societária.

Os acionistas controladores estarão dispensados de proceder à referida oferta pública caso a descontinuidade das práticas diferenciadas de governança corporativa do Nível 2 resulte da assinatura de contrato de participação do Banco no segmento especial da BM&FBOVESPA denominado Novo Mercado, ou se a companhia resultante da operação de reorganização societária estiver registrada neste segmento.

Alienação de Controle

O nosso Estatuto Social estabelece que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratado sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a realizar oferta pública de aquisição de todas as Ações detidas por nossos demais acionistas, ordinárias ou preferenciais, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Essa oferta ainda será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de Ações que venha resultar na alienação do nosso controle, e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle sobre nós, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor que tiver sido atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.

Nos termos do nosso Estatuto Social, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores, que deverá ser submetido imediatamente à BM&FBOVESPA.

Divulgação de Informações

Deveremos atender às exigências relativas à divulgação de informações previstas na Lei das Sociedades por Ações e nos atos normativos expedidos pela CVM.

Publicação Periódica ou Eventual de Informações

De acordo com a legislação aplicável, devemos fornecer certas informações à CVM e à BM&FBOVESPA periodicamente, inclusive informações anuais e relatórios e informações trimestrais, pela nossa Administração e auditores independentes, como publicação de anúncios de assembléias anuais de acionistas, minutas das assembléias de acionistas e quaisquer acordos de acionistas.

Além das exigências de divulgação de informações impostas pela Lei das Sociedades por Ações e pela CVM, também devemos observar os seguintes modelos de divulgação:

- No período não superior a quatro meses após o final de cada exercício fiscal, devemos (i) divulgar demonstrações financeiras ou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, em Reais ou Dólares, que devem ser divulgadas em sua totalidade no idioma inglês, juntamente com (a) o relatório da Administração, (b) as notas explicativas que deverão incluir o lucro líquido e o patrimônio líquido no final do referido exercício fiscal, preparados de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil, assim como a proposta da Administração para alocação do lucro líquido, e (c) o parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, as demonstrações financeiras completas, o relatório da Administração e as notas explicativas preparados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações, acompanhados de (a) uma nota explicativa adicional com relação à conciliação do resultado do final do exercício e o patrimônio líquido calculados de acordo com a Lei das Sociedades por Ações e com o IFRS, conforme o caso, devendo-se incluir as principais diferenças entre os princípios contábeis utilizados, e (b) o parecer dos auditores independentes; e
- Após a divulgação das informações conforme estabelecido acima, em período não superior a 15 dias após o prazo estabelecido pela legislação brasileira para divulgação de nossas informações trimestrais, devemos: (i) divulgar nossas informações trimestrais integralmente traduzidas para o idioma inglês; ou (ii) divulgar nossas demonstrações financeiras ou demonstrações financeiras consolidadas de acordo com o IFRS, acompanhadas do parecer de análise dos auditores independentes.

De acordo com as regras do Nível 2 da BM&FBOVESPA, devemos observar as seguintes exigências de divulgação:

- no período não superior a seis meses após a listagem de nossas Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA, devemos divulgar nossas demonstrações financeiras e demonstrações financeiras consolidadas, que devem ser preparadas no final de cada trimestre (exceto para o último trimestre de cada ano) e ao final de cada exercício, incluindo um demonstrativo de nosso fluxo de caixa, que deverá indicar, pelo menos, as alterações em nosso fluxo de caixa e disponibilidades, divididos em fluxo de caixa operacional, financeiro e investimentos para o trimestre ou o exercício pertinente;
- devemos enviar para a BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós e as nossas controladas e coligadas, nossos administradores, nossos acionistas controladores e, ainda, entre nós e sociedades controladas e coligadas de nossos administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% de nosso patrimônio líquido, considerando-se o maior.

Divulgação de informações trimestrais

De acordo com o Regulamento do Nível 2 e com as práticas de governança corporativa que adotamos, as seguintes informações complementares deverão ser apresentadas em nossas Informações Trimestrais – ITRs: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, demonstração de resultado consolidado e comentário de desempenho consolidado; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais do que 5,0% das ações de cada espécie e classe, de forma direta ou indireta, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada, a quantidade e características dos valores mobiliários de emissão do Banco de que sejam titulares, direta ou indiretamente, o acionista controlador, os Administradores e os membros do conselho fiscal, se instalado; (iv) informar a evolução da participação dos acionistas controladores, dos membros do Conselho de Administração, da Diretoria e do conselho fiscal, se instalado, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses imediatamente anteriores; (v) incluir em notas explicativas a demonstração de fluxo de caixa do Banco e consolidado; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas; e (vii) informar a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória.

As informações previstas no segundo, terceiro, quarto, sexto e sétimo itens acima deverão também ser incluídas no quadro "Outras Informações que a Companhia Entenda Relevantes" das Informações Trimestrais – ITR do Banco, e as informações previstas no terceiro, quarto e sétimo itens acima deverão ser incluídas nas Informações Anuais – IAN do Banco, no quadro "Outras Informações Consideradas Importantes para Melhor Entendimento da Companhia".

Divulgação de negociações feitas pelos nossos acionistas controladores, conselheiros, diretores ou membros do conselho fiscal

De acordo com a Instrução CVM 358, nossos administradores, membros do conselho fiscal e de qualquer outro órgão técnico ou consultivo devem informar a nós a titularidade e as negociações realizadas com valores mobiliários de nossa emissão e de emissão das nossas controladas ou controladoras que sejam companhias abertas, que sejam detidos por eles ou por seus cônjuges dos quais não estejam separados judicialmente, companheiros ou dependentes incluídos em sua declaração de imposto sobre a renda, ou ainda por sociedades por eles controladas direta ou indiretamente. As informações relativas à negociação de tais valores mobiliários (como, por exemplo, quantidade e característica dos valores mobiliários, preço e data da operação) devem ser fornecidas pelo Diretor de Relações com Investidores à CVM e à BM&FBOVESPA, no prazo de dez dias a contar do final do mês em que tais movimentações ocorram.

O Regulamento do Nível 2 determina que nossos acionistas controladores, administradores e membros do conselho fiscal estão obrigados a divulgar as informações acima à BM&FBOVESPA, imediatamente após a aquisição do poder de controle e sempre que houver negociação com os valores mobiliários de nossa emissão, inclusive negociações com derivativos ou quaisquer valores mobiliários referenciados nessas ações, no prazo de até dez dias após o término do mês em que ocorrerem referidas negociações. Ainda de acordo com a Instrução CVM 358, sempre que restar elevada ou reduzida em pelo menos 5% do nosso capital social total a participação de qualquer de nossos acionistas, direta ou indiretamente, ou de acionistas que elejam membros do Conselho de Administração ou do conselho fiscal, tais acionistas ou grupo de acionistas deverão nos prestar as seguintes informações: (i) nome e qualificação do(s) adquirente(s) das ações; (ii) objetivo da participação e quantidade visada, contendo, se for o caso, declaração do(s) adquirente(s) de que suas compras não objetivam alterar a composição de nosso controle ou nossa estrutura administrativa; (iii) número de ações, bônus de subscrição, bem como direitos de subscrição de ações e de opções de compra de ações, por espécie e classe, direta ou indiretamente, pelo(s) adquirente(s) ou por pessoa(s) a ele(s) ligada(s); e (iv) indicação de qualquer acordo ou contrato regulando o exercício do direito de voto ou a compra e venda de valores mobiliários de nossa emissão. O Diretor de Relações com Investidores é responsável pela transmissão dessas informações, assim que recebidas por nós, à CVM e à BM&FBOVESPA, bem como por atualizar o formulário de Informações Anuais – IAN no campo correspondente.

Divulgação de Fatos Relevantes

A Instrução CVM 358 dispõe sobre a divulgação e uso de informações sobre ato ou fato relevante relativo às companhias abertas, regulando o seguinte: (i) estabelece o conceito de fato relevante, estando incluída nesta definição qualquer decisão de acionista controlador, deliberação de Assembléia Geral ou dos órgãos da administração de companhia aberta, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos negócios da companhia, que possa influir de modo ponderável na (a) cotação dos valores mobiliários; (b) decisão de investidores em comprar, vender ou manter tais valores mobiliários; e (c) na decisão dos investidores de exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários emitidos pela companhia; (ii) apresenta exemplos de atos ou fatos potencialmente relevantes que incluem, entre outros, a assinatura de acordo ou contrato de transferência do controle acionário da companhia, ingresso ou saída de sócio que mantenha com a companhia contrato ou colaboração operacional, financeira, tecnológica ou administrativa, incorporação, fusão ou cisão envolvendo a companhia ou sociedades ligadas; (iii) obriga o Diretor de Relações com Investidores, os acionistas controladores, diretores, membros do conselho fiscal e de quaisquer órgãos com funções técnicas ou consultivas a comunicar qualquer fato relevante à CVM; (iv) requer a divulgação simultânea de fato relevante em todos os mercados nos quais a companhia tenha as suas ações listadas para negociação; (v) obriga o adquirente do controle acionário de companhia aberta a divulgar fato relevante, incluindo a sua intenção de cancelar o registro de companhia aberta no prazo de um ano da aquisição; (vi) estabelece regras relativas à divulgação de aquisição ou alienação de participação relevante em companhias abertas; e (vii) restringe o uso de informação privilegiada.

Nos termos da Instrução CVM 358, em circunstâncias excepcionais, podemos submeter à CVM um pedido de tratamento confidencial com relação a um ato ou fato relevante, quando nossos acionistas controladores ou administradores entenderem que a divulgação colocaria em risco interesse legítimo de nosso Banco.

Negociação em Bolsa de Valores

Para informações acerca das negociações da BM&FBOVESPA, vide "Informações sobre o Mercado, os Títulos e os Valores Mobiliários Emitidos – Negociação na BM&FBOVESPA", na página 98 deste Prospecto.

Arbitragem

De acordo com nosso Estatuto Social, o Banco, nossos acionistas, administradores e membros de nosso conselho fiscal obrigam-se a submeter à arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, assim como nas demais normas aplicáveis ao mercado de capitais brasileiro, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

DIVIDENDOS E POLÍTICA DE DIVIDENDOS

Política de Dividendos

Atualmente pretendemos recomendar aos nossos acionistas uma política de distribuição de 50% do nosso lucro líquido ajustado anual (conforme definido abaixo) a título de dividendos e/ou juros sobre capital próprio. Nossa política de dividendos futura e o montante de dividendos futuros ou juros sobre capital próprio que recomendaremos aos nossos acionistas para distribuição dependerá de diversos fatores, incluindo, mas não se limitando, nosso fluxo de caixa, condição financeira (incluindo nossa base de capital), planos de investimento, estimativas, obrigações legais, ambiente econômico e outros fatores que considerarmos relevantes à época. O montante dos dividendos futuros ou juros sobre capital próprio que pagaremos está sujeito às regras da Lei das S.A. e será determinado pelos nossos acionistas reunidos em assembléia geral conforme descrito abaixo.

Valores Disponíveis para Distribuição

Em cada assembléia geral ordinária de acionistas, nosso Conselho de Administração deverá fazer uma recomendação sobre a destinação do lucro líquido do exercício social anterior, que será objeto de deliberação. Para fins da Lei das Sociedades por Ações, "lucro líquido" em qualquer exercício fiscal é definido como o resultado do exercício em questão que remanescer depois de deduzidos os montantes relativos às provisões para perdas, imposto de renda e contribuição social daquele exercício, prejuízos acumulados de exercícios anteriores e de quaisquer valores destinados ao pagamento de participações estatutárias de empregados e administradores no lucro do Banco. Referimo-nos a este montante como "lucro líquido ajustado".

Nosso estatuto social prevê que uma quantia não inferior a 25% de nosso lucro líquido ajustado, deduzidas as alocações para as reservas legais e de contingência, deverá estar disponível para distribuição na forma de dividendos ou juros sobre o capital próprio em qualquer exercício social. Esta quantia representa os dividendos obrigatórios. O cálculo do lucro líquido e das alocações para reservas, bem como dos valores disponíveis para distribuição, são efetuados com base em nossas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil. Assim, nosso lucro líquido ajustado calculado de acordo com as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil poderá diferir do lucro líquido calculado de acordo com o IFRS, principalmente em razão da amortização do ágio decorrente da aquisição, em 2008, do Banco Real. Para maiores informações, veja a seção "Análise e Discussão da Administração sobre a Situação Financeira e os Resultados Operacionais – Principais Práticas Contábeis – Redução no valor recuperável de ativos (*Impairment*)".

A Lei das Sociedades por Ações permite, entretanto, que nossos acionistas suspendam a distribuição de dividendos, caso nosso Conselho de Administração informe à assembléia geral de acionistas que a distribuição é incompatível com a nossa situação financeira. Nosso conselho fiscal deve analisar qualquer suspensão de pagamento do dividendo obrigatório. Além disso, nossa Administração deverá apresentar justificativa à CVM para tal suspensão. O lucro líquido não distribuído em razão da suspensão será destinado a uma reserva especial e, caso não seja absorvido por prejuízos subsequentes, deverá ser distribuído a título de dividendos, tão logo nossa situação financeira assim o permita.

Reservas

As demonstrações financeiras das companhias constituídas de acordo com as leis brasileiras contém, normalmente, duas principais contas de reservas no Patrimônio Líquido: as reservas de lucros e as reservas de capital.

Reservas de lucros

Compreendem a reserva legal, a reserva estatutária, a reserva de lucros a realizar, reserva de retenção de lucros e a reserva para contingências.

- *Reserva Legal.* Somos obrigados a manter uma reserva legal à qual se deve destinar 5% de nosso lucro líquido de cada exercício, até que o valor total da reserva seja igual a 20% do nosso capital social. Entretanto, não somos obrigados a fazer qualquer destinação à reserva legal em qualquer exercício em que a reserva legal, quando acrescida às outras reservas de capital constituídas, exceder 30% do nosso capital social. Eventuais prejuízos líquidos poderão ser levados a débito da reserva legal. Os valores alocados à reserva legal devem ser aprovados em assembléia geral de acionistas e somente poderão ser utilizados para aumentar o capital social ou para compensar prejuízos, não estando, portanto, disponíveis para pagamento de dividendos.
- *Reserva Estatutária*. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, pode-se prever a alocação de uma parte do lucro líquido a contas de reserva discricionárias que podem ser abertas de acordo com nosso estatuto e que devem também indicar a sua finalidade, os critérios de alocação e o valor máximo da reserva. A alocação de nosso lucro líquido para contas de reserva discricionárias não poderá ser feita se o objetivo for impedir a distribuição do dividendo obrigatório. Nosso Estatuto Social estabelece que, após a dedução dos valores destinados à Reserva Legal e ao Dividendo Obrigatório, podemos alocar o saldo remanescente de nosso lucro líquido ajustado para uma reserva de equalização de dividendos, que não poderá ser superior a 50% do valor de nosso capital social.
- *Reserva de Lucro a Realizar.* De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, no exercício em que o valor do dividendo obrigatório exceder a parcela "realizada" do lucro líquido, o excedente poderá ser destinado à constituição de reserva de lucros a realizar. A Lei das Sociedades por Ações define lucro líquido "realizado" como o valor pelo qual nosso lucro líquido exceder a quantia (1) de nossos resultados positivos líquidos de equivalência patrimonial, se houver; e (2) dos lucros, ganhos ou rendimentos recebidos após o encerramento do exercício subsequente. Os lucros registrados na reserva de lucros a realizar, quando realizadas, devem ser acrescidos ao próximo dividendo obrigatório distribuído, se não tiverem sido absorvidos por prejuízos em exercícios subsequentes. Atualmente, não temos reserva de lucros a realizar.
- *Reserva de Retenção de Lucros*. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, uma parte de nosso lucro líquido poderá ser destinada a uma reserva para projetos de investimento, no valor constante do orçamento de investimentos em bens de capital aprovado por nossos acionistas. Caso esse orçamento cubra mais de um exercício social, ele terá de ser revisto anualmente em assembléia de acionistas. A alocação de recursos para essa reserva não poderá prejudicar o pagamento dos dividendos obrigatórios. Atualmente, não temos uma reserva de retenção de lucros.
- *Reserva para Contingências.* De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, parte do lucro líquido poderá ser destinada à reserva para contingências com a finalidade de compensar, em exercícios futuros, prejuízos considerados prováveis. Nossa Administração terá de justificar a criação da reserva contingências. Qualquer valor assim destinado em exercício anterior deverá ser revertido no exercício em que o prejuízo previsto não se materializar, ou deverá ser baixado na hipótese de o prejuízo previsto efetivamente ocorrer. As alocações feitas à reserva para contingências estão sujeitas à aprovação de nossos acionistas em assembléia geral. Atualmente, não temos uma reserva para contingências.

Reservas de Capital

De acordo com o artigo 182 da Lei das Sociedades por Ações, a reserva de capital é composta de: (1) ágio pago na subscrição de ações; e (2) produto da alienação de partes beneficiárias (não aplicável a nós) e bônus de subscrição. A reserva de capital somente pode ser usada para: (1) absorção de prejuízos que ultrapassarem os lucros acumulados e as reservas de lucros; (2) resgate, reembolso ou aquisição de Ações de nossa própria emissão; (3) resgate de partes beneficiárias (não aplicável a nós); (4) incorporação ao capital social; ou (5) pagamento de dividendos a ações preferenciais em determinadas circunstâncias. Atualmente, não temos saldo em reserva de capital.

Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Dividendos

Estamos obrigados pela Lei das Sociedades por Ações e por nosso Estatuto Social a realizar assembléia geral ordinária de acionistas até no máximo o quarto mês de cada exercício social, na qual, entre outras questões, nossos acionistas deverão deliberar sobre a alocação dos resultados operacionais do exercício social e a distribuição de dividendos anuais. O pagamento de dividendos anuais é realizado com base nas nossas demonstrações financeiras auditadas e consolidadas referentes ao exercício social imediatamente anterior.

Os titulares de Ações de nossa emissão na data em que o dividendo for declarado fazem jus ao recebimento dos dividendos. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, em geral os dividendos anuais devem ser pagos no prazo de 60 dias após a data em que forem declarados, a menos que a deliberação dos acionistas estabeleça outra data de pagamento que, em qualquer hipótese, deverá ocorrer antes do encerramento do exercício em que os dividendos tenham sido declarados. De acordo com a Lei das Sociedades por Ações, dividendos não reclamados não auferem juros, não são corrigidos pela inflação e são revertidos a nós três anos após serem declarados.

Nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos intermediários ou pagar juros sobre o capital próprio com base nos lucros apurados nas demonstrações financeiras semestrais. Adicionalmente, nosso Conselho de Administração pode declarar dividendos com base em demonstrações financeiras relativas a períodos menores, desde que o total de dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o valor das reservas de capital previstas na Lei das Sociedades por Ações. Nosso Conselho de Administração poderá pagar, ainda, dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio à conta de lucros acumulados ou de reserva de lucros existentes no último balanço anual ou semestral. Os pagamentos de dividendos intermediários ou juros sobre o capital próprio constituem antecipação do valor dos dividendos obrigatórios relativos ao lucro líquido apurado no final do exercício social em que forem pagos.

Em geral, acionistas não residentes no Brasil têm de registrar seus investimentos em ações perante o Banco Central para que dividendos, produto da alienação das ações ou outros valores relacionados a suas ações possam ser remetidos ao exterior.

Caso o detentor não seja um investidor devidamente qualificado e não obtenha o registro eletrônico de capital estrangeiro, uma autorização especial do Banco Central terá de ser obtida a fim de remeter do Brasil quaisquer pagamentos relacionados às Units por meio do mercado de câmbio de taxa comercial. Sem essa autorização especial, o detentor poderá remeter pagamentos relativos às Units por meio do mercado de câmbio de taxa flutuante, mas nenhuma garantia pode ser dada de que esse mercado estará acessível futuramente para essa finalidade.

Segundo a atual legislação brasileira, o Governo Federal poderá impor restrições temporárias para a remessa de capital ao exterior na hipótese de sério descompasso efetivo ou previsto da balança de pagamentos brasileira.

Juros Sobre o Capital Próprio

Segundo a legislação tributária brasileira, desde 1º de janeiro de 1996, as companhias brasileiras podem pagar "juros" aos seus acionistas e considerar tais pagamentos como despesa dedutível para fins de imposto de renda, e desde 1998, também para efeito de contribuição social. O objetivo da modificação da legislação fiscal é estimular o uso de investimentos em participações acionárias, em oposição à dívida para financiar as atividades corporativas. O pagamento de tais juros poderá ser efetuado a critério de nosso Conselho de Administração, sujeito à aprovação dos nossos acionistas reunidos em assembléia geral. Em geral, o valor de qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio é limitado, em qualquer exercício social, ao que for maior entre:

- 50% do nosso lucro líquido (após dedução das provisões para pagamento da CSLL, mas antes de levar em consideração as provisões para imposto de renda e juros sobre o capital próprio) no período relativamente ao qual tal pagamento ocorrer; e

- 50% do nosso lucro acumulado.

Os juros sobre o capital próprio ficam limitados à variação *pro rata die* da TJLP.

Para fins contábeis, embora os juros devam estar refletidos na demonstração do resultado para dedução de imposto, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras estatutárias e deduzido do patrimônio líquido da mesma maneira que os dividendos. Qualquer pagamento de juros sobre o capital próprio está sujeito ao imposto de renda à alíquota de 15%, podendo atingir até 25%, no caso de pessoas físicas ou jurídicas residentes em paraíso fiscal (ou seja, um país no qual a renda não seja tributada ou o seja a uma alíquota inferior a 20%, ou quando a legislação local impuser restrições sobre a divulgação da composição acionária ou da titularidade do investimento).

O valor distribuído aos acionistas a título de juros sobre o capital próprio, líquido de qualquer imposto retido na fonte, poderá ser incluído como parte dos dividendos obrigatórios. De acordo com a legislação aplicável, somos obrigados a pagar aos acionistas um valor suficiente para assegurar que a quantia líquida recebida por eles a título de juros sobre o capital próprio, descontado o pagamento do imposto de renda retido na fonte aplicável, acrescida do valor dos dividendos declarados, seja equivalente a no mínimo o montante do dividendo obrigatório. O acionista tem um prazo de três anos, a contar da data do pagamento, para reivindicar juros sobre o capital próprio, após o que o valor total correspondente não reclamado será legalmente revertido para nós.

Caso paguemos juros sobre o capital próprio em qualquer exercício e os pagamentos não sejam contabilizados como parte do dividendo obrigatório, o pagamento do imposto será de responsabilidade dos acionistas.

Histórico de Pagamento de Dividendos e Juros sobre o Capital Próprio

Em 2009, foi aprovado um pagamento de dividendos aos nossos acionistas de R$625 milhões. Tal montante ainda não foi pago até a data deste Prospecto.

A tabela abaixo apresenta os valores pagos a nossos acionistas nos períodos indicados.

	Exercício encerrado em 31 de dezembro de				
	2008	**2007**	**2006**	**2005**	**2004**
	(em milhões de R$)				
Dividendos	973	1.737	823	2.606	1.739
Juros sobre o capital próprio	480	528	178	358	–
Total	**1.453**	**2.265**	**1.001**	**2.963**	**1.739**

Mesmo se tivermos lucros em exercícios futuros, dividendos e/ou juros sobre o capital próprio não poderão ser pagos, caso nosso Conselho de Administração recomende em assembléia de acionistas que não o façamos tendo em vista nossa situação financeira. Entretanto, tal medida não significa que os dividendos não possam ser pagos aos acionistas no exercício social seguinte.

PRINCIPAIS PRÁTICAS DE GOVERNANÇA CORPORATIVA

Esta Seção contém informações sobre as práticas de governança corporativa que adotamos e deve ser analisada conjuntamente com as Seções "Descrição do Capital Social", "Administração" e "Informação sobre o Mercado, os Títulos e os Valores Mobiliários Emitidos", respectivamente, a partir das páginas 311, 284 e 96 deste Prospecto.

O Banco é comprometido em atingir e manter altos padrões de governança corporativa. Em 18 de setembro de 2009, celebrou com a BM&FBOVESPA o Contrato de Adesão ao Nível 2, que entrará em vigor na data da publicação do Anúncio de Início da Oferta. O Estatuto Social contém todas as cláusulas exigidas pelo Regulamento do Nível 2.

Nossas Práticas de Governança Corporativa e as Recomendações do IBGC

Segundo o IBGC, governança corporativa é o sistema pelo qual as sociedades são dirigidas e monitoradas, envolvendo os relacionamentos entre acionistas, conselho de administração, diretoria, auditores independentes e conselho fiscal. Os princípios básicos que norteiam esta prática são: (i) transparência; (ii) equidade; (iii) prestação de contas (*accountability*); e (iv) responsabilidade corporativa.

Pelo princípio da transparência, entende-se que a administração deve cultivar o desejo de informar não só o desempenho econômico-financeiro da companhia, mas também todos os demais fatores (ainda que intangíveis) que norteiam a ação empresarial. Por equidade entende-se o tratamento justo e igualitário de todos os grupos minoritários, colaboradores, clientes, fornecedores ou credores. O *accountability*, por sua vez, caracteriza-se pela prestação de contas da atuação dos agentes de governança corporativa a quem os elegeu, com responsabilidade integral daqueles por todos os atos que praticarem. Por fim, responsabilidade corporativa representa uma visão mais ampla da estratégia empresarial, com a incorporação de considerações de ordem social e ambiental na definição dos negócios e operações.

Dentre as práticas de governança corporativa recomendadas pelo IBGC em seu Código das Melhores Práticas de Governança Corporativa, nós adotamos as seguintes:

- a Assembléia Geral tem competência para deliberar sobre: (i) eleição ou destituição, a qualquer tempo, de membros do Conselho de Administração; (ii) fixação da remuneração global anual dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria, assim como a dos membros do conselho fiscal, se instalado; (iii) reforma de nosso Estatuto Social; (iv) transformação, fusão, incorporação, cisão, dissolução e liquidação da Companhia; (v) proposta apresentada pela administração, sobre a destinação do lucro líquido do exercício e a distribuição de dividendos; (vi) a descontinuidade das práticas do Nível 2 da BM&FBOVESPA; (vii) o cancelamento do registro de companhia aberta perante a CVM, ressalvado o disposto em nosso Estatuto Social; e (viii) qualquer matéria que lhe seja submetida pelo Conselho de Administração;
- manutenção e divulgação de registro contendo a quantidade de ações que cada sócio possui, identificando-os nominalmente;
- em caso de oferta de compra de ações que resulte em transferência do controle societário, obrigatoriedade de realizar a oferta a todos os sócios e não apenas aos detentores do bloco de controle, sendo que todos os acionistas devem ter a opção de vender suas ações nas mesmas condições e a transferência do controle deve ser feita a preço transparente;
- contratação de empresa de auditoria independente para análise de seus balanços e demonstrativos financeiros;
- previsão estatutária para instalação de um conselho fiscal;
- escolha do local para a realização da Assembléia Geral de forma a facilitar a presença de todos os sócios ou seus representantes;
- clara definição no Estatuto Social (i) da forma de convocação da Assembléia Geral, e (ii) da forma de eleição e tempo de mandato dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria;
- não eleição de Conselheiros suplentes;

- transparência na divulgação pública do relatório anual da administração;
- livre acesso às informações e instalações do Banco pelos membros do Conselho de Administração; e
- resolução de conflitos que possam surgir entre o Banco, seus acionistas, seus administradores e membros do conselho fiscal, por meio de arbitragem.

Segmentos Especiais de Negociação da BM&FBOVESPA

A BM&FBOVESPA possui três níveis de práticas diferenciadas de governança corporativa, Nível 1, Nível 2 e Novo Mercado. Eles diferenciam-se pelo grau das exigências destas práticas. A partir da data de publicação do Anúncio de Início, passará a vigorar o Contrato de Adesão ao Nível 2, reforçando o nosso comprometimento com as boas práticas de governança corporativa. O Nível 2 é um segmento de listagem da BM&FBOVESPA destinado à negociação de ações emitidas por companhias que se comprometam, voluntariamente, com a adoção de práticas diferenciadas de governança corporativa e divulgação de informações adicionais em relação ao que já é exigido pela legislação vigente.

As demais práticas de governança corporativa que adotamos, são apresentadas abaixo nos itens "*Conselho de Administração*", "*Conselho Fiscal*", "*Alienação de Controle*", "*Aquisição de Controle por meio de Aquisições Sucessivas*".

Conselho de Administração

Nosso Estatuto Social prevê que o nosso Conselho de Administração deve ser composto por, no mínimo, cinco membros, dos quais, no mínimo, 20,0% deverão ser Conselheiros Independentes, eleitos pela Assembléia Geral, para um mandato unificado de 2 anos, podendo ser reeleitos e destituídos a qualquer momento por nossos acionistas reunidos em Assembléia Geral. Todos os novos membros do Conselho de Administração e da Diretoria deverão subscrever um Termo de Anuência dos Administradores, condicionando a posse nos respectivos cargos à assinatura desse documento. Por meio do Termo de Anuência dos Administradores, os nossos administradores responsabilizam-se pessoalmente a agir em conformidade com o Contrato de Adesão ao Nível 2 e com o Regulamento do Nível 2. Além disso, nosso Estatuto Social prevê que os membros de nosso Conselho de Administração devem aderir ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado. Para maiores informações, ver seção "*Descrição do Capital Social – Conselho de Administração*" na página 317 deste Prospecto.

Conselho Fiscal

Nosso conselho fiscal é um órgão independente de nossa administração e de nossa auditoria externa. Do mesmo modo que o Conselho de Administração, os membros do conselho fiscal, nos termos de nosso Estatuto Social, devem aderir ao Regulamento da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Nosso conselho fiscal é de funcionamento não permanente, mas pode ser instalado em qualquer exercício social caso haja requisição por parte de acionistas, nos termos da legislação vigente. Atualmente, não possuímos um conselho fiscal instalado. Para maiores informações, ver seção "*Administração – Conselho Fiscal*" na página 303 deste Prospecto.

Percentual Mínimo de Ações em Circulação

As companhias listadas no Nível 2 da BM&FBOVESPA são obrigadas a ter um percentual de ações em circulação no mercado equivalente a pelo menos 25% do total de ações de sua emissão. Teremos um período de carência de três anos a partir da data da listagem de nossas Ações no Nível 2 da BM&FBOVESPA, prorrogável por mais dois anos mediante a apresentação de um plano (a ser aprovado pela BM&FBOVESPA), para cumprir a exigência de percentual mínimo de ações em circulação no mercado.

Alienação do Controle

O nosso Estatuto Social estabelece que a alienação do nosso controle, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratado sob a condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente obrigue-se a realizar oferta pública de aquisição de todas as ações detidas por nossos outros acionistas, ordinárias ou preferenciais, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao acionista controlador alienante, devendo ser entregue à BM&FBOVESPA declaração contendo o preço e demais condições da operação de alienação do nosso controle.

Essa oferta ainda será exigida (i) quando houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações que venha resultar na alienação do nosso controle, e (ii) em caso de alienação do controle de sociedade que detenha o poder de controle sobre nós, sendo que, nesse caso, o acionista controlador alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor que tiver sido atribuído a nós nessa alienação e anexar documentação que comprove tal valor.

Nos termos do nosso Estatuto Social, o acionista controlador alienante não transferirá a propriedade de suas ações enquanto o comprador não subscrever o Termo de Anuência dos Controladores, que deverá ser submetido imediatamente à BM&FBOVESPA.

Negociações de Valores Mobiliários e seus Derivativos por Administradores, Controladores e Membros do Conselho Fiscal

De acordo com as regras do Nível 2, o acionista controlador, os administradores e os membros do conselho fiscal ficam obrigados a comunicar à BM&FBOVESPA (i) a quantidade e as características dos valores mobiliários de nossa emissão de que seja titular direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos, sendo que tal comunicação deverá ser feita imediatamente após a aquisição do poder de controle e (ii) quaisquer negociações que vierem a ser efetuadas, relativas aos valores mobiliários e seus derivativos, em detalhe, informando-se inclusive o preço, no prazo de 10 dias após o término do mês em que se verificar a negociação. Para maiores informações, ver seção "*Descrição do Capital Social – Restrição à Realização de Determinadas Operações pelo Banco, seus Acionistas Controladores, Conselheiros e Diretores*" na página 320 deste Prospecto.

Arbitragem

De acordo com nosso Estatuto Social, o Banco, nossos acionistas, administradores e membros de nosso conselho fiscal obrigam-se a submeter à arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda em especial da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, no nosso Estatuto Social, nas normas editadas pelo CMN, pelo Banco Central e pela CVM, assim como nas demais normas aplicáveis ao mercado de capitais brasileiro, além daquelas constantes do Regulamento de Listagem do Nível 2, do Contrato de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa do Nível 2 e do Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado.

Política de Divulgação de Informações ao Mercado

Possuímos, ainda, conforme a Instrução CVM 358, uma Política de Divulgação de Informações ao Mercado, que consiste na divulgação de informações relevantes e na manutenção de sigilo acerca das informações que ainda não tenham sido divulgadas ao público. Informação relevante consiste em qualquer decisão do nosso acionista controlador, deliberação de nossa Assembléia Geral ou de nossa administração, ou qualquer outro ato ou fato de caráter político-administrativo, técnico, negocial ou econômico-financeiro ocorrido ou relacionado aos nossos negócios, que possa influir de modo ponderável (i) na cotação de nossos valores mobiliários; (ii) na decisão dos investidores de comprar, vender ou manter nossos valores mobiliários; ou (iii) na decisão de os investidores exercerem quaisquer direitos inerentes à condição de titulares de valores mobiliários de nossa emissão.

É de responsabilidade do Diretor de Relações com Investidores divulgar e comunicar à CVM e às bolsas de valores, qualquer ato ou fato relevante ocorrido ou relacionado aos negócios do Banco que seja considerado informação relevante, bem como zelar pela ampla e imediata disseminação da informação relevante nas bolsas de valores e ao público em geral (através de anúncio publicado no jornal, por exemplo).

A Instrução CVM 358 prevê uma única hipótese de exceção à imediata divulgação de informação relevante, de acordo com a qual uma informação só poderá deixar de ser divulgada se sua revelação puder colocar em risco interesse legítimo do Banco.

Nossos acionistas controladores, nossos Diretores, membros do Conselho de Administração, do nosso conselho fiscal e de quaisquer outros órgãos com funções técnicas ou consultivas criados por disposição estatutária, nossos gerentes e funcionários que tenham acesso frequente a informações relevantes ou outras que consideramos necessárias ou convenientes deverão assinar Termo de Adesão à Política de Divulgação de Informações Relevantes, e guardar sigilo sobre as informações ainda não divulgadas, sob pena de indenizar o Banco e as demais pessoas vinculadas dos prejuízos que venham a ocorrer. Para maiores informações, ver seção "*Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações*" na página 322 deste Prospecto.

Informações Periódicas

Demonstrações de Fluxos de Caixa

Estipula o Regulamento do Nível 2 que as nossas demonstrações financeiras e as demonstrações consolidadas a serem elaboradas ao término de cada trimestre (excetuando-se o último trimestre) e de cada exercício social devem, obrigatoriamente, incluir demonstração dos fluxos de caixa do Banco e consolidado, a qual indicará, no mínimo, as alterações ocorridas no saldo de caixa e equivalentes de caixa, segregadas em fluxos das operações, dos financiamentos e dos investimentos.

Segundo o Regulamento do Nível 2, devemos apresentar as demonstrações de fluxos de caixa após seis meses da data em que obtivermos autorização para negociar no Nível 2. Para maiores informações, ver seção "*Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações – Publicação Periódica ou Eventual de Informações*" na página 322 deste Prospecto.

Demonstrações Financeiras Elaboradas de Acordo com Padrões Internacionais

De acordo com as práticas de governança corporativa que adotamos, após o encerramento de cada exercício social, deveremos (i) elaborar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com os padrões internacionais IFRS, em Reais, as quais deverão ser divulgadas na íntegra, no idioma inglês. Devem ainda ser acompanhadas do relatório da administração, de notas explicativas, que informem inclusive o lucro líquido e o patrimônio líquido apurados ao final do exercício segundo as Práticas Contábeis Adotadas no Brasil e a proposta de destinação do resultado, e do parecer dos auditores independentes; ou (ii) divulgar, no idioma inglês, a íntegra das demonstrações financeiras, relatório da administração e notas explicativas acompanhadas de nota explicativa adicional que demonstre a conciliação do resultado do exercício e do patrimônio líquido apurados segundo os critérios contábeis brasileiros e segundo os padrões internacionais IFRS, evidenciando as principais diferenças entre os critérios contábeis aplicados, e do parecer dos auditores independentes (registrados na CVM e com experiência comprovada no exame de demonstrações financeiras elaboradas de acordo com o IFRS). Para maiores informações, ver seção "*Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações – Publicação Periódica ou Eventual de Informações*" na página 322 deste Prospecto.

A adoção destes critérios deve ocorrer a partir da divulgação das demonstrações financeiras referentes ao segundo exercício social transcorrido após a conclusão da Oferta.

Informações Trimestrais em Inglês ou elaboradas de Acordo com os IFRS

Adicionalmente, deveremos apresentar a íntegra das Informações Trimestrais traduzida para o idioma inglês ou, então, apresentar demonstrações financeiras ou demonstrações consolidadas, quando aplicável, de acordo com o IFRS. Para maiores informações, ver seção "*Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações – Divulgação de informações trimestrais*" na página 323 deste Prospecto.

Esta apresentação de Informações Trimestrais, a qual deverá ser acompanhada de parecer ou de relatório de revisão especial dos auditores independentes, deve ocorrer a partir da divulgação da primeira demonstração financeira elaborada de acordo com o IFRS acima apresentados.

Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais – ITR

De acordo com o Regulamento do Nível 2 e com as práticas de governança corporativa que adotamos, as seguintes informações complementares deverão ser apresentadas em nossas Informações Trimestrais: (i) apresentar o balanço patrimonial consolidado, a demonstração do resultado consolidado e o comentário de desempenho consolidado, se estiver obrigada a apresentar demonstrações consolidadas ao final do exercício social; (ii) informar a posição acionária de todo aquele que detiver mais de 5,0% das ações de cada espécie e classe, direta ou indiretamente, até o nível da pessoa física; (iii) informar de forma consolidada a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão do Banco de que sejam titulares, direta ou indiretamente, os grupos de acionista controlador, administradores e membros do conselho fiscal; (iv) informar a evolução da participação das pessoas mencionadas no item (iii) acima, em relação aos respectivos valores mobiliários, nos 12 meses anteriores; (v) incluir em notas explicativas, a demonstração dos fluxos de caixa anteriormente mencionados; (vi) informar a quantidade de ações em circulação e seu percentual em relação ao total de ações emitidas e (vii) informar a existência e a vinculação à Cláusula Compromissória de Arbitragem.

A implementação do item (i) do parágrafo acima deverá ocorrer, no máximo, seis meses após a obtenção da autorização para negociar nossos valores mobiliários no Nível 2.

Requisitos Adicionais para as Informações Anuais – IAN

Devemos também incluir os itens (iii), (iv) e (vii) do tópico acima "Requisitos Adicionais para as Informações Trimestrais" nas Informações Anuais do Banco no quadro "*Outras Informações Consideradas Importantes para Melhor Entendimento da Companhia*". Ver seção "*Descrição do Capital Social – Divulgação de Informações – Divulgação de informações trimestrais*" na página 323 deste Prospecto.

Reunião Pública com Analistas

O Regulamento do Nível 2 estipula que, pelo menos uma vez ao ano, nós e nossos administradores deveremos realizar reunião pública com analistas e quaisquer outros interessados, para divulgar informações quanto à nossa respectiva situação econômico-financeira, projetos e perspectivas.

Calendário Anual

Fica estipulado pelo Nível 2 que nós e nossos administradores deveremos enviar à BM&FBOVESPA e divulgar, até o fim de janeiro de cada ano, um calendário anual, informando sobre eventos corporativos e publicações de documentos do Banco que estejam programados, contendo informações sobre o Banco, os eventos e as publicações, bem como suas datas de realização. Eventuais alterações subsequentes em relação aos eventos programados deverão ser enviadas à BM&FBOVESPA e divulgadas imediatamente.

Contratos com o Mesmo Grupo

Segundo o Regulamento do Nível 2, nosso Banco deve enviar à BM&FBOVESPA e divulgar informações de todo e qualquer contrato celebrado entre nós e as nossas controladas e coligadas, nossos administradores, nossos acionistas controladores e, ainda, entre nós e sociedades controladas e coligadas de nossos administradores e dos acionistas controladores, assim como com outras sociedades que com qualquer dessas pessoas integre um mesmo grupo de fato ou de direito, sempre que for atingido, num único contrato ou em contratos sucessivos, com ou sem o mesmo fim, em qualquer período de um ano, valor igual ou superior a R$200 mil, ou valor igual ou superior a 1,0% de nosso patrimônio líquido, considerando-se o maior.

Essas informações divulgadas deverão discriminar o objeto do contrato, o prazo, o valor, as condições de rescisão ou de término e a eventual influência do contrato sobre a administração ou a condução dos nossos negócios. Para maiores informações, ver seção "*Operações com Partes Relacionadas*" a partir da página 309 deste Prospecto.

ANEXOS

Estatuto Social

Ata da Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2009, que aprova os termos da Oferta Global

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2009, que aprova o aumento de capital do Banco e a fixação do Preço por Unit

Declaração do Banco e do Coordenador Líder, de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400

Demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 e revisão limitada dos Auditores Independentes

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e parecer dos Auditores Independentes

Demonstrações financeiras combinadas do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e para o período de 1° de janeiro a 29 de agosto de 2008 e 2007 e parecer dos Auditores Independentes

Informações Anuais do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (apenas informações não constantes neste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Estatuto Social

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

CNPJ nº 90.400.888/0001-42

NIRE nº 35.300.332.067

Companhia Aberta de Capital Autorizado

ESTATUTO SOCIAL

TÍTULO I
DA DENOMINAÇÃO, SEDE, FORO, DOMICÍLIO E OBJETO SOCIAL

Art. 1º. O BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A. ("**Banco**" ou "**Companhia**"), pessoa jurídica de direito privado, é uma sociedade anônima que se rege por este Estatuto e pelas disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis.

Art. 2º. A Companhia tem sede, foro e domicílio na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo.

Parágrafo único. A Companhia poderá, por deliberação de sua Diretoria Executiva, instalar ou suprimir dependências em qualquer parte do País ou do exterior, observadas as normas legais pertinentes.

Art. 3º. O prazo de duração da Companhia é indeterminado.

Art. 4º. A Companhia tem por objetivo social a prática de operações ativas, passivas e acessórias, inerentes às respectivas Carteiras autorizadas (Comercial, de Investimento, de Crédito, Financiamento e Investimento, de Crédito Imobiliário e de Arrendamento Mercantil), bem como operações de Câmbio e de Administração de Carteiras de Títulos e Valores Mobiliários, além de quaisquer outras operações que venham a ser permitidas às sociedades da espécie, de acordo com as disposições legais e regulamentares, podendo participar do capital de outras sociedades, como sócia ou acionista.

TÍTULO II
DO CAPITAL E DAS AÇÕES

Art. 5º. O capital social é de R$ 49.623.613.674,28 (quarenta e nove bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, seiscentos e treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), dividido em 340.143.773.865 (trezentos e quarenta bilhões, cento e quarenta e três milhões, setecentas e setenta e três mil, oitocentas e sessenta e cinco) ações,

sendo 181.989.171.114 (cento e oitenta e um bilhões, novecentos e oitenta e nove milhões, cento e setenta e uma mil, cento e quatorze) ações ordinárias e 158.154.602.751 (cento e cinqüenta e oito bilhões, cento e cinqüenta e quatro milhões, seiscentas e duas mil, setecentas e cinqüenta e uma) ações preferenciais, nominativas e sem valor nominal.

§ 1º A Companhia está autorizada a aumentar o capital social, por deliberação do Conselho de Administração, independentemente de reforma estatutária, em até o limite total de 500.000.000.000 (quinhentos bilhões) de ações ordinárias ou preferenciais, sem guardar proporção entre as ações de cada espécie, observando-se, quanto às ações preferenciais, o limite máximo admitido em lei.

§ 2º Nos aumentos de capital, as ações poderão ser totalmente subscritas e integralizadas por acionista que manifestar interesse, em seu próprio nome e por conta dos demais acionistas, como seu agente fiduciário, com o compromisso de repassar aos mesmos, dentro do prazo do direito de preferência, as ações a que tenha direito em virtude de seu direito de preferência na subscrição do aumento de capital ou de eventuais sobras.

§ 3° Dentro do limite do capital autorizado, o Conselho de Administração poderá deliberar a emissão de bônus de subscrição.

§ 4° Dentro do limite do capital autorizado e de acordo com o plano aprovado pela Assembleia Geral, o Banco poderá outorgar a opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que lhe prestem serviços, ou a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços a sociedades sob o seu controle, com exclusão do direito de preferência dos acionistas na outorga e no exercício das opções de compra.

§ 5º Cada ação ordinária dará direito a um voto nas Assembleias Gerais.

§ 6º As ações preferenciais asseguram aos seus titulares as seguintes vantagens:

I – dividendos 10% (dez por cento) maiores do que os atribuídos às ações ordinárias;

II – prioridade na distribuição dos dividendos;

III – participação, em igualdade de condições com as ações ordinárias, dos aumentos de capital decorrentes de capitalização de reservas e lucros, bem como na distribuição de ações bonificadas, provenientes de capitalização de lucros em suspenso, reservas ou quaisquer fundos;

IV – prioridade no reembolso do capital, sem prêmio, em caso de dissolução da Companhia; e

V – direito de serem incluídas em oferta pública em decorrência de Alienação de Controle da Companhia ao mesmo preço ofertado às Ações de Controle, conforme definições previstas no Título IX deste Estatuto Social.

§ 7° As ações preferenciais não conferem direito de voto aos seus titulares, exceto em relação às matérias a seguir enumeradas:

(a) transformação, incorporação, fusão ou cisão da Companhia;

(b) aprovação de contratos entre a Companhia e o Acionista Controlador, diretamente ou por meio de terceiros, assim como de outras sociedades nas quais o Acionista Controlador tenha interesse, sempre que, por força de disposição legal ou estatutária, sejam deliberados em Assembleia Geral;

(c) avaliação de bens destinados à integralização de aumento de capital da Companhia;

(d) escolha de instituição ou empresa especializada para determinação do Valor Econômico da Companhia, conforme Artigo 44 deste Estatuto Social; e

(e) alteração ou revogação de dispositivos estatutários que alterem ou modifiquem quaisquer das exigências previstas no item 4.1 do Regulamento de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2 da BM&FBOVESPA – Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("**BM&FBOVESPA**") ("**Regulamento Nível 2**" **ou** "**Nível 2**"), ressalvado que esse direito a voto prevalecerá enquanto estiver em vigor o Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2.

§ 8º Todas as ações são escriturais, mantidas em contas de depósito, em nome de seus titulares, na própria Companhia, sem a emissão de certificados, podendo ser cobrado do acionista o custo do serviço de transferência de propriedade das ações.

§ 9° A Assembleia Geral poderá, a qualquer tempo, decidir sobre a conversão das ações preferenciais em ações ordinárias, estabelecendo a razão da conversão.

§ 10 A Companhia poderá adquirir as próprias ações, mediante autorização do Conselho de Administração, com o objetivo de mantê-las em tesouraria para posterior alienação ou cancelamento, com observância das disposições legais e regulamentares em vigor.

§ 11 A Companhia poderá, mediante comunicação à BM&FBOVESPA e publicação de anúncio, suspender os serviços de transferência e desdobramento de ações, por um período máximo de 15 (quinze) dias consecutivos ou 90 (noventa) dias intercalados, durante o ano.

§ 12 Às ações novas, totalmente integralizadas, poderão ser pagos dividendos integrais independentemente da data de subscrição. Caberá à Assembleia Geral ou ao Conselho de Administração, conforme o caso, estabelecer as condições de pagamento de dividendos às novas ações subscritas, bem como às ações emitidas em decorrência de bonificações, inclusive fixar vantagens para a imediata integralização dos respectivos valores.

§13 A critério do Conselho de Administração poderá ser excluído o direito de preferência ou reduzido o prazo para seu exercício, nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante (i) venda em bolsa ou subscrição pública, ou (ii) permuta de ações, em oferta pública de aquisição de controle, nos termos da Lei.

TÍTULO III
DA ASSEMBLEIA GERAL

Art. 6º. A Assembleia Geral realizar-se-á ordinariamente até o dia 30 de abril de cada ano, e, extraordinariamente, sempre que os interesses sociais o exigirem.

§1° A Assembleia Geral será convocada pelo Conselho de Administração ou, nos casos previstos em lei, por acionistas ou pelo Conselho Fiscal, mediante anúncio publicado, devendo a primeira convocação ser feita com, no mínimo, 15 (quinze) dias de antecedência, e a segunda com antecedência mínima de 8 (oito) dias. A Assembleia Geral que deliberar sobre o cancelamento de registro de companhia aberta ou a saída da Companhia do Nível 2, deverá ser convocada com, no mínimo, 30 (trinta) dias de antecedência.

§ 2º O acionista poderá ser representado na Assembleia Geral por procurador constituído há menos de 1 (um) ano, que seja acionista, administrador da Companhia ou advogado, na forma da legislação vigente, podendo ser solicitado o depósito prévio do respectivo instrumento de mandato na sede da Companhia, dentro do prazo estabelecido nos anúncios de convocação.

§ 3º A Assembleia Geral fixará, anualmente, o montante global da remuneração dos administradores, do Comitê de Auditoria e do Conselho Fiscal, se instalado.

§ 4º A Assembleia Geral será instalada e presidida pelo Presidente do Conselho de Administração, ou por qualquer membro da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica, ou ainda pelo representante do Acionista Controlador, que convidará um dos presentes para secretariar os trabalhos.

§ 5º Cabe à Assembleia Geral decidir todas as questões que lhe são privativas, de acordo com a legislação vigente. As deliberações da Assembleia Geral serão tomadas por maioria absoluta de votos, ressalvadas as exceções previstas em lei e observado o disposto no artigo 44, § 1º deste Estatuto Social.

TITULO IV
DA ADMINISTRAÇÃO

Art. 7º. A Companhia será administrada por um Conselho de Administração e uma Diretoria Executiva.

Art. 8º. Só poderão ser eleitos para membros dos órgãos de administração pessoas naturais; os membros do Conselho de Administração deverão ser acionistas, residentes no País ou não, e os membros da Diretoria Executiva poderão ser acionistas ou não, residentes no País.

Art. 9º. Os administradores serão investidos em seus cargos mediante termos de posse lavrados nos livros de Atas do Conselho de Administração ou da Diretoria Executiva, conforme o caso, independentemente da prestação de caução, após a homologação de seus nomes pelo Banco Central do Brasil e a subscrição prévia do Termo de Anuência dos Administradores, nos termos do disposto no Regulamento Nível 2. Os administradores deverão, imediatamente, após a posse nos seus cargos, comunicar à BM&FBOVESPA a quantidade e as características dos valores mobiliários de emissão da Companhia que sejam titulares, direta ou indiretamente, inclusive seus derivativos.

Parágrafo único. O termo de posse deve ser assinado nos 30 (trinta) dias seguintes à aprovação da eleição pelo órgão governamental competente, salvo justificativa aceita pelo órgão da administração para o qual tiver sido eleito o Conselheiro ou Diretor, sob pena de tornar-se sem efeito a eleição.

Art. 10. Os Conselheiros ou Diretores são impedidos de intervir no estudo, deferimento ou liquidação de negócios ou empréstimos de interesse de sociedade:

I – de que sejam sócios ou acionistas com mais de 5% (cinco por cento) do capital social; ou

II – de cuja administração integrem ou tenham integrado até 6 (seis) meses anteriores à sua investidura no cargo de administrador da Companhia.

Art. 11. Os membros do Conselho de Administração, até o máximo de um terço, poderão ser eleitos para cargos na Diretoria Executiva.

Art. 12. O membro do Conselho de Administração eleito para cargo na Diretoria Executiva fará jus apenas a uma única remuneração, à sua opção.

Art. 13. Os mandatos dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria Executiva são únicos e coincidentes, sendo que o prazo de gestão de cada um dos administradores estender-se-á até a investidura de seu substituto.

CAPÍTULO I
DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Art. 14. O Conselho de Administração será composto de, no mínimo, 5 (cinco) e, no máximo, 12 (doze) membros, eleitos pela Assembleia Geral, com mandato unificado de 2 (dois) anos, considerando-se cada ano como o período compreendido entre 2 (duas) Assembleias Gerais Ordinárias, sendo permitida a reeleição.

§ 1º Na Assembleia Geral que tiver por objeto deliberar a eleição dos membros do Conselho de Administração, os acionistas deverão fixar, inicialmente, o número efetivo de membros do Conselho de Administração a serem eleitos.

§ 2º No mínimo 20% (vinte por cento) dos membros do Conselho de Administração deverão ser Conselheiros Independentes, conforme definido no §3º deste artigo 14. Quando,

em decorrência da observância desse percentual, resultar número fracionário de conselheiros, proceder-se-á ao arredondamento para o número inteiro: (i) imediatamente superior, quando a fração for igual ou superior a 0,5 (cinco décimos); ou (ii) imediatamente inferior, quando a fração for inferior a 0,5 (cinco décimos).

§ 3º Para os fins deste artigo, o termo "**Conselheiro Independente**" significa o Conselheiro que: (i) não tem qualquer vínculo com a Companhia, exceto a participação no capital social; (ii) não é Acionista Controlador (conforme definido no artigo 38 deste Estatuto Social), cônjuge ou parente até segundo grau daquele, não é ou não tenha sido, nos últimos 3 (três) anos, vinculado à Companhia ou a entidade relacionada ao Acionista Controlador (ressalvadas as pessoas vinculadas a instituições públicas de ensino e/ou pesquisa); (iii) não foi, nos últimos 3 (três) anos, empregado ou diretor da Companhia, do Acionista Controlador ou de sociedade controlada pela Companhia; (iv) não é fornecedor ou comprador, direto ou indireto, de serviços e/ou produtos da Companhia, em magnitude que implique perda de independência; (v) não é funcionário ou administrador de sociedade ou entidade que esteja oferecendo ou demandando serviços e/ou produtos à Companhia; (vi) não é cônjuge ou parente até segundo grau de algum administrador da Companhia; (vii) não recebe outra remuneração da Companhia além da de conselheiro (proventos em dinheiro oriundos de participação no capital estão excluídos desta restrição). É também considerado Conselheiro Independente aquele eleito por eleição em separado, por titulares de ações votantes que representem pelo menos 15% (quinze por cento) do total das ações com direito a voto ou titulares de ações sem direito a voto ou com voto restrito que representem 10% (dez por cento) do capital social, nos termos do artigo 141, §§ 4º e 5º, da Lei n º 6.404/76. A qualificação como Conselheiro Independente deverá ser expressamente declarada na ata da assembleia geral que o eleger.

§ 4º Findo o mandato, os membros do Conselho de Administração permanecerão no exercício de seus cargos até a investidura dos novos membros eleitos.

§ 5º O membro do Conselho de Administração não poderá ter acesso a informações ou participar de reuniões de Conselho de Administração relacionadas a assuntos sobre os quais tenha ou represente interesse conflitante com os interesses do Banco.

§ 6º O Conselho de Administração, para melhor desempenho de suas funções, poderá criar comitês ou grupos de trabalho com objetivos definidos, que deverão atuar como órgãos auxiliares sem poderes deliberativos, sempre no intuito de assessorar o Conselho de Administração, sendo integrados por pessoas por ele designadas dentre os membros da administração e/ou outras pessoas ligadas, direta ou indiretamente, ao Banco.

Art. 15. O Conselho de Administração terá 1 (um) Presidente e 1 (um) Vice-Presidente, que serão eleitos pela maioria dos votos dos presentes à Assembleia Geral que nomear os membros do Conselho de Administração, observada as disposições do § 2º nas hipóteses de vacância e nas ausências ou impedimentos temporários dos cargos de Presidente e Vice-Presidente.

§1º O Presidente do Conselho de Administração, em suas ausências ou impedimentos temporários, será substituído pelo Vice-Presidente. Nas ausências ou impedimentos temporários do Vice-Presidente, o Presidente designará substituto entre os demais. No caso de impedimentos temporários ou ausências dos demais membros do Conselho de Administração, cada conselheiro indicará o seu substituto entre os demais Conselheiros.

§ 2º As substituições previstas neste artigo que implicarem na acumulação de cargos, não implicarão na cumulação dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído.

§3° No caso de vacância de cargo de membro do Conselho de Administração, por morte, renúncia ou destituição, o substituto será nomeado pelos conselheiros remanescentes, "*ad referendum*" da primeira Assembleia Geral que se realizar. Vagando o cargo de Presidente, o Vice-Presidente assumirá e indicará o seu substituto, que será nomeado entre os Conselheiros remanescentes. Na hipótese de vaga do cargo de Vice-Presidente, o Presidente indicará o seu substituto entre os demais Conselheiros.

Art. 16. O Conselho de Administração reunir-se-á, ordinariamente, 4 (quatro) vezes por ano e, extraordinariamente, sempre que convocado pelo Presidente do Conselho de Administração.

§1º As convocações para as reuniões serão feitas mediante comunicado escrito entregue a cada membro do Conselho de Administração com pelo menos 5 (cinco) dias úteis de antecedência, a menos que a maioria dos seus membros em exercício fixe prazo menor, porém não inferior a 48 (quarenta e oito) horas. As deliberações em reuniões do Conselho de Administração deverão limitar-se às matérias previstas na comunicação expedida aos membros do Conselho de Administração, da qual deverá constar o local, data e hora da reunião, bem como, resumidamente, a ordem do dia.

§2º As reuniões do Conselho de Administração serão secretariadas por 1 (um) Secretário nomeado por quem as presidir e todas as suas deliberações constarão de atas lavradas em livro próprio, devendo ser publicadas aquelas que produzirem efeitos perante terceiros.

§3º As deliberações do Conselho de Administração serão tomadas por maioria de votos dentre os membros presentes.

Art. 17. Compete ao Conselho de Administração, além de outras atribuições que lhe sejam atribuídas por lei ou pelo Estatuto Social:

I. cumprir e fazer cumprir este Estatuto Social e as deliberações da Assembleia Geral;

II. fixar a orientação geral dos negócios e operações da Companhia;

III. eleger e destituir os Diretores, bem como determinar as suas atribuições;

IV. estabelecer a remuneração, os benefícios indiretos e os demais incentivos dos Diretores, dentro do limite global da remuneração da administração aprovado pela Assembleia Geral;

V. fiscalizar a gestão dos Diretores; examinar a qualquer tempo os livros e papéis da Companhia; solicitar informações sobre contratos celebrados ou em vias de celebração e de quaisquer outros atos;

VI. escolher e destituir os auditores independentes, fixando-lhes a remuneração, bem como convocá-los para prestar os esclarecimentos que entender necessários sobre qualquer matéria;

VII. manifestar-se sobre o Relatório da Administração, as contas da Diretoria e as demonstrações financeiras do Banco e deliberar sobre sua submissão à Assembleia Geral;

VIII. aprovar e rever o orçamento anual, o orçamento de capital e o plano de negócios, bem como formular proposta de orçamento de capital a ser submetido à Assembleia Geral para fins de retenção de lucros;

IX. deliberar sobre a convocação da Assembleia Geral, quando julgar conveniente ou no caso do artigo 132 da Lei n° 6.404/76;

X. submeter à Assembleia Geral Ordinária proposta de destinação do lucro líquido do exercício, bem como examinar e deliberar sobre os balanços semestrais, ou sobre balanços levantados em períodos menores, e o pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio decorrentes desses balanços, bem como deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários ou intercalares à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros, existentes no último balanço anual ou semestral;

XI. submeter à Assembleia Geral propostas objetivando o aumento ou redução do capital social, grupamento, bonificação ou desdobramento de suas ações e reforma do Estatuto Social;

XII. apresentar à Assembleia Geral proposta de dissolução, fusão, cisão e incorporação do Banco;

XIII. aprovar o aumento do capital social do Banco, independente de reforma estatutária, nos limites autorizados no §1° do artigo 5° deste Estatuto Social, fixando o preço, o prazo de integralização e as condições de emissão das ações, podendo, ainda, excluir o direito de preferência ou reduzir o prazo para o seu exercício nas emissões de ações e bônus de subscrição, cuja colocação seja feita mediante venda em bolsa ou por subscrição pública ou em oferta pública de aquisição de Controle, nos termos estabelecidos em lei;

XIV. deliberar sobre a emissão de bônus de subscrição, como previsto no §3° do artigo 5° deste Estatuto Social;

XV. outorgar, após aprovação pela Assembleia Geral, opção de compra de ações a administradores, empregados ou pessoas naturais que prestem serviços à Companhia ou a sociedades controladas pela Companhia, sem direito de preferência para os acionistas, nos termos de planos aprovados em Assembleia Geral;

XVI. deliberar sobre a negociação com ações de emissão da Companhia para efeito de cancelamento ou permanência em tesouraria e respectiva alienação, observados os dispositivos legais pertinentes;

XVII. estabelecer o valor da participação nos lucros dos diretores e empregados do Banco e de sociedades controladas pelo Banco, podendo decidir por não atribuir-lhes participação;

XVIII. decidir sobre o pagamento ou crédito de juros sobre o capital próprio aos acionistas, nos termos da legislação aplicável;

XIX. autorizar a aquisição ou alienação de investimentos em participações societárias com terceiros em valores superiores a 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária, bem como autorizar associações societárias ou alianças estratégicas com terceiros;

XX. nomear e destituir o Ouvidor da Companhia;

XXI. nomear e destituir os membros do Comitê de Auditoria, preencher as vagas que se verificarem por morte, renúncia ou destituição e aprovar o Regimento Interno do órgão, observadas as disposições do Título VI deste Estatuto Social;

XXII. autorizar a alienação de bens móveis e imóveis do ativo permanente, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a obrigações de terceiros, sempre que excederem 5% (cinco por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária;

XXIII. conceder, em casos especiais, autorização específica para que determinados documentos possam ser assinados por apenas um Diretor, do que se lavrará ata no livro próprio, ressalvadas as hipóteses previstas neste Estatuto Social;

XXIV. aprovar a contratação da instituição prestadora dos serviços de escrituração de ações ou de certificado de depósito de ações ("Units");

XXV. aprovar as políticas de divulgação de informações ao mercado e negociação com valores mobiliários do Banco;

XXVI. definir a lista tríplice de instituições ou empresas especializadas em avaliação econômica de empresas, para a elaboração de laudo de avaliação das ações do Banco, em caso de cancelamento de registro de companhia aberta ou saída do Nível 2, na forma definida no Título IX deste Estatuto Social;

XXVII. deliberar sobre qualquer matéria que lhe seja submetida pela Diretoria, bem como convocar os membros da Diretoria para reuniões em conjunto, sempre que achar conveniente;

XXVIII. criar comissões e/ou comitês auxiliares, técnicos ou consultivos, permanentes ou não, definir as respectivas responsabilidades e competências que não aquelas atribuídas ao próprio Conselho de Administração nos termos do artigo 142 da Lei nº 6.404/76, e fiscalizar sua atuação, conforme artigo 14 §6º deste Estatuto Social; e

XXIX. dispor, observadas as normas deste Estatuto Social e da legislação vigente, sobre a ordem de seus trabalhos e adotar ou baixar normas regimentais para seu funcionamento; e

XXX. estabelecer as regras relacionadas às Units, conforme previsto no Título XII deste Estatuto Social.

Art. 18. Compete ao Presidente do Conselho de Administração:

I. convocar e presidir as suas reuniões;
II. convocar a Assembleia Geral dos acionistas;
III. orientar a preparação das reuniões do Conselho;
IV. designar tarefas especiais aos Conselheiros; e

V. convocar, quando o órgão estiver em funcionamento, os conselheiros fiscais para assistir às reuniões do Conselho de Administração cuja pauta incluir matérias sobre as quais o Conselho Fiscal deva opinar.

CAPÍTULO II
DA DIRETORIA EXECUTIVA

Art. 19. A gestão e a representação da Companhia competem à Diretoria Executiva, que será composta de no mínimo 2 (dois), e no máximo 56 (cinquenta e seis) membros, acionistas ou não, residentes no Brasil, eleitos e destituíveis a qualquer tempo pelo Conselho de Administração, com mandato unificado de 2 (dois) anos, permitida a reeleição, dentre os quais, 1 (um) será obrigatoriamente designado como Diretor Presidente, até 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes Executivo Seniores, até 6 (seis) Diretores Vice-Presidentes Executivos, 1 (um) Diretor de Relações com Investidores e os demais como Diretores Executivos e Diretores sem designação específica.

§ 1º Os membros da Diretoria Executiva serão eleitos dentre pessoas de reputação ilibada e reconhecida competência profissional.

§ 2º A designação dos cargos referida no *caput* deste artigo poderá ocorrer no ato de sua eleição, ou por decisão do Conselho de Administração, a qualquer tempo, durante o prazo de seu mandato.

§ 3º Sem prejuízo do disposto neste artigo, qualquer Diretor poderá usar o seu título acrescido da indicação da área pela qual estiver respondendo.

§ 4º Na eleição de novo membro da Diretoria Executiva, ou de substituto, na hipótese de vacância, o término de mandato será coincidente com o dos demais membros eleitos.

§ 5º O cargo de Diretor de Relações de Investidores poderá ser cumulado com outro cargo da Diretoria Executiva.

Art. 20. Nos impedimentos temporários, licenças ou ausências o Diretor Presidente e os demais Diretores serão substituídos por um membro da Diretoria Executiva indicado pelo Diretor Presidente.

§ 1º No caso de vacância do cargo de Diretor Presidente, por morte, renúncia ou destituição, os membros do Conselho de Administração poderão indicar, dentre os membros remanescentes, o seu substituto ou eleger novo administrador.

§ 2º As substituições previstas neste artigo que implicarem na acumulação de cargos, não implicarão na cumulação dos honorários e demais vantagens, nem do direito de voto do substituído, admitindo-se, todavia, que quando um dos membros da Diretoria Executiva estiver substituindo o Diretor Presidente, terá ele direito de voto de qualidade.

Art. 21. A Diretoria Executiva reunir-se-á sempre que convocada pelo Diretor Presidente ou por quem este designar.

§ 1º As reuniões da Diretoria Executiva, ressalvadas as hipóteses previstas nos §§ 2º e 3º deste artigo, serão secretariadas por 1 (um) Secretário designado por quem as presidir e as deliberações, tomadas pela maioria de votos dentre os membros presentes, respeitado o disposto no inciso V do artigo 26 abaixo, constarão de atas lavradas em livro próprio, por eles assinadas, podendo ser instaladas:

I - com a presença do Diretor Presidente e de quaisquer 8 (oito) membros da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica; ou

II - com a presença dos 2 (dois) Diretores Vice-Presidentes Executivos e de quaisquer 7 (sete) membros da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica; ou

III - com a presença de 1 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior ou um Diretor Vice-Presidente Executivo e quaisquer 10 (dez) membros da Diretoria Executiva, inclusive os Diretores sem designação.

§ 2º A matéria de que trata o inciso VI do Art. 22 dependerá de aprovação em Reunião da Diretoria Executiva que, para esse fim, poderá se reunir com a presença de apenas 5 (cinco) membros da Diretoria Executiva, que não os Diretores sem designação específica.

§ 3º A instalação e deliberação das Reuniões da Diretoria Executiva poderão ocorrer com *quorum* mínimo diferenciado, consoante atribuições fixadas pelo Diretor Presidente e conforme critérios de deliberação fixados pela Diretoria Executiva, nos termos do inciso IX do artigo 22 e do inciso IV do artigo 26, ambos deste Estatuto.

Art. 22. São atribuições e deveres da Diretoria Executiva:

I – cumprir e fazer cumprir este Estatuto e as deliberações da Assembleia Geral e do Conselho de Administração;

II – nomear representantes e correspondentes, no País e no exterior;

III – executar, dentro da orientação geral estabelecida pelo Conselho de Administração, os negócios e operações definidos no artigo 4º deste Estatuto, fixando sua programação com autonomia pertinente aos interesses da Companhia;

IV – propor a distribuição e aplicar os lucros apurados, obedecidas as disposições do Título VIII;

V – autorizar a alienação de bens móveis e imóveis do ativo permanente, incluindo participações societárias, a constituição de ônus reais e a prestação de garantias a

obrigações de terceiros, sempre que excederem 3% (três por cento) do patrimônio líquido constante do último balanço aprovado pela Assembleia Geral Ordinária;

VI – deliberar sobre a instalação, transferência ou encerramento de agências, filiais, sucursais, escritórios ou representações, no País ou no exterior;

VII – submeter ao Conselho de Administração as demonstrações financeiras;

VIII – definir as funções e responsabilidades de seus membros, de acordo com a regulamentação dos órgãos reguladores e fiscalizadores das atividades da Companhia; e

IX - estabelecer critérios específicos para a deliberação de matérias relacionadas às atribuições da Diretoria, quando fixadas pelo Diretor Presidente, nos termos do inciso IV, do Artigo 26 deste Estatuto.

Art. 23. A Companhia será representada em todos os atos, operações e documentos que a obrigue:

I – por quaisquer dois membros da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica;

II – por um Diretor sem designação específica, em conjunto com o Diretor Presidente, ou 1 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo Sênior, ou 1 (um) Diretor Vice-Presidente Executivo, ou 1(um) Diretor Executivo;

III – por um membro da Diretoria Executiva em conjunto com um procurador especificamente designado; ou

IV – por dois procuradores em conjunto, especificamente designados para os atos de representação da Companhia.

§ 1º Observado o disposto no § 2º do presente artigo 23, as procurações da Companhia serão assinadas conjuntamente por quaisquer dois membros da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica. As procurações deverão indicar os poderes do mandatário e seu prazo duração.

§ 2º A representação da Companhia em juízo, em processos de natureza administrativa ou em atos que exijam a manifestação pessoal de representante legal, caberá a qualquer membro da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica, podendo, para esses fins, constituir procurador com poderes especiais, inclusive para receber citações iniciais, interpelações e notificações. O instrumento de mandato, nos termos deste parágrafo, poderá ser assinado por um único Diretor, não lhe sendo aplicáveis as demais formalidades no parágrafo anterior.

Art. 24. Excetuam-se das disposições do artigo anterior, o simples endosso de títulos para cobrança e os endossos de cheques para depósito em conta da própria Companhia, quando bastará, para a validade de tais atos, a assinatura de 1 (um) procurador ou de 1 (um) funcionário expressamente autorizado por qualquer membro da Diretoria Executiva, excetuados os Diretores sem designação específica.

Art. 25. A Companhia poderá ser representada isoladamente por qualquer membro da Diretoria Executiva, ou por um único procurador, nos seguintes casos: **a)** empresas, repartições públicas, autarquias, sociedades de economia mista, ou concessionárias de serviços públicos, podendo, para tanto, assinar, dentre outros, cartas de encaminhamento de

documentos, documentos que integrem processos sujeitos ao exame de órgãos reguladores; e **b)** em Assembleias Gerais, Reuniões de Acionistas ou Cotistas de empresas ou fundos de investimento de que a Companhia participe, bem como de entidades de que seja sócia ou filiada.

Art. 26. Compete privativamente ao Diretor Presidente ou ao seu substituto, nos termos do Artigo 20 deste Estatuto:

I – presidir e dirigir todos os negócios e atividades da Companhia;

II – cumprir e fazer cumprir este Estatuto, as resoluções da Assembleia Geral e as orientações do Conselho de Administração e presidir as reuniões da Diretoria Executiva, excetuadas as hipóteses dos incisos II e III do § 1º e dos §§ 2º e 3º, todos do Artigo 21 deste Estatuto, quando as reuniões da Diretoria Executiva poderão ser presididas por qualquer um de seus membros;

III – supervisionar a gestão dos membros da Diretora Executiva, solicitando informações sobre os negócios da Companhia;

IV – definir as atribuições dos membros da Diretoria Executiva, ressalvado o disposto no inciso VIII do Artigo 22 deste Estatuto; e

V – proferir voto de qualidade, na hipótese de empate nas deliberações da Diretoria Executiva.

Parágrafo único. Compete ao(s):

I. **Diretores Vice-Presidentes Executivos Seniores**: colaborar com o Diretor Presidente no desempenho de suas funções;

II. **Diretores Vice-Presidentes Executivos:** desempenhar as funções que lhes forem atribuídas pelo Diretor Presidente ou Conselho de Administração.

III. **Diretor de Relações com Investidores**: (i) coordenar, administrar, dirigir e supervisionar o trabalho de relações com investidores, bem como representar o Banco perante acionistas, investidores, analistas de mercado, a Comissão de Valores Mobiliários, as Bolsas de Valores, e demais instituições relacionados às atividades desenvolvidas no mercado de capitais, no Brasil e no Exterior; e (ii) outras atribuições que lhe forem, de tempos em tempos, determinadas pelo Conselho de Administração.

IV. **Diretores Executivos:** condução das atividades dos departamentos e áreas do Banco que lhes estão afetos e assessorar os demais membros da Diretoria Executiva; e

V. **Diretores sem designação específica:** coordenar as áreas que lhes forem atribuídas pela Diretoria Executiva.

TÍTULO V
DO CONSELHO FISCAL

Art. 27. A Companhia terá um Conselho Fiscal, cujo funcionamento não será permanente, composto de, no mínimo, 3 (três) e no máximo 5 (cinco) membros e igual número de suplentes, acionistas ou não, cuja eleição, se ocorrer, será feita pela Assembleia Geral, podendo ser reeleitos.

§ 1º Somente poderão ser eleitas para o Conselho Fiscal pessoas naturais, residentes no País, que atendam os requisitos legais.

§ 2º Os membros do Conselho Fiscal deverão subscrever o Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal a que se refere o Regulamento Nível 2. A posse dos membros do Conselho Fiscal nos respectivos cargos, que ocorrerá mediante assinatura de termo em livro próprio, é condicionada à subscrição do Termo de Anuência dos Membros do Conselho Fiscal mencionado no Regulamento Nível 2 e aprovação de sua eleição pelo Banco Central do Brasil.

§ 3º A remuneração dos membros do Conselho Fiscal será fixada pela Assembleia Geral que os eleger, obedecido ao disposto no artigo 162, § 3º, da Lei nº 6.404/76.

Art. 28. O Conselho Fiscal terá as atribuições e poderes que lhe são conferidos por lei.

TÍTULO VI
DO COMITÊ DE AUDITORIA

Art. 29. A Companhia terá um Comitê de Auditoria, composto por no mínimo 3 (três) e no máximo 6 (seis) membros, nomeados pelo Conselho de Administração, dentre pessoas, membros ou não do Conselho de Administração, que preencham as condições legais e regulamentares exigidas para o exercício do cargo, inclusive os requisitos que assegurem sua independência, sendo um deles com comprovados conhecimentos nas áreas de contabilidade e auditoria, com mandato de 1 (um) ano, permitida a recondução por até 4 (quatro) vezes consecutivas, nos termos da legislação aplicável.

§ 1º No ato da nomeação dos membros do Comitê de Auditoria, será designado o seu Coordenador.

§ 2º O Comitê de Auditoria reportar-se-á diretamente ao Conselho de Administração da Companhia.

§ 3º Compete ao Comitê de Auditoria, além de outras atribuições que lhe venham a ser conferidas por lei ou norma regulamentar:

I – estabelecer, em Regimento Interno, as regras operacionais para o seu funcionamento;

II – recomendar ao Conselho de Administração, a contratação ou a substituição da auditoria independente;

III – revisar, previamente à publicação, as demonstrações contábeis semestrais, inclusive notas explicativas, relatórios da administração e parecer do auditor independente;

IV – avaliar a efetividade das auditorias independente e interna, inclusive quanto à verificação do cumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos;

V – avaliar o cumprimento, pela administração da Companhia, das recomendações feitas pelos auditores independentes ou internos;

VI – estabelecer e divulgar procedimentos para recepção e tratamento de informações acerca do descumprimento de dispositivos legais e normativos aplicáveis à Companhia, além de regulamentos e códigos internos, inclusive com previsão de procedimentos específicos para proteção do prestador e da confidencialidade da informação;

VII – recomendar à Diretoria Executiva a correção ou aprimoramento de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições;

VIII – reunir-se, no mínimo trimestralmente, com a Diretoria Executiva, com as auditorias independente e interna, para verificar o cumprimento de suas recomendações ou indagações, inclusive no que se refere ao planejamento dos respectivos trabalhos de auditoria, formalizando, em atas, os conteúdos de tais encontros;

IX – reunir-se com o Conselho Fiscal, se em funcionamento, e com o Conselho de Administração, por solicitação dos mesmos, para discutir acerca de políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito das suas respectivas competências;

X – elaborar, ao final dos semestres findos em 30 de junho e 31 de dezembro de cada ano, o Relatório do Comitê de Auditoria, com observância das prescrições legais e regulamentares aplicáveis.

§ 4º Juntamente com as demonstrações contábeis semestrais, o Comitê de Auditoria fará publicar um resumo do relatório a que se refere o inciso X do parágrafo anterior.

TÍTULO VII
DA OUVIDORIA

Art. 30. A Companhia terá uma Ouvidoria, composta por um Ouvidor, o qual será nomeado pelo Conselho de Administração dentre pessoas que preencham as condições e requisitos mínimos para garantir seu bom funcionamento, devendo ter aptidão em temas relacionados à ética, aos direitos e defesa do consumidor e à mediação de conflitos, com mandato de 3 (três) anos, sendo permitida a reeleição.

§ 1º A Ouvidoria contará com condições adequadas para seu funcionamento, bem como para que sua atuação seja pautada pela transparência, independência, imparcialidade e isenção;

§ 2º É assegurado o acesso da Ouvidoria às informações necessárias para a elaboração de resposta adequada às reclamações recebidas, com total apoio administrativo, podendo requisitar informações e documentos para o exercício de suas atividades.

Art. 31. São atribuições da Ouvidoria:

I – receber, registrar, instruir, analisar e dar tratamento formal e adequado às reclamações dos clientes e usuários de produtos e serviços das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro da Companhia, que não forem solucionadas pelo atendimento habitual realizado por suas agências e quaisquer outros pontos de atendimento;

II – prestar os esclarecimentos necessários e dar ciência aos reclamantes acerca do andamento de suas demandas e das providências adotadas;

III – informar aos reclamantes o prazo previsto para resposta final, o qual não pode ultrapassar trinta dias;

IV – encaminhar resposta conclusiva para a demanda dos reclamantes até o prazo informado no inciso III acima;

V – propor ao Conselho de Administração, ou na sua ausência, às diretorias das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro da Companhia, medidas corretivas ou de aprimoramento de procedimentos e rotinas, em decorrência da análise das reclamações recebidas; e

VI – elaborar e encaminhar à auditoria interna, ao Comitê de Auditoria e ao Conselho de Administração, ou na sua ausência, às diretorias das empresas integrantes do Conglomerado Financeiro da Companhia, ao final de cada semestre, relatório quantitativo e qualitativo acerca da atuação da Ouvidoria, contendo as proposições de que trata o inciso V.

Parágrafo único. O Conselho de Administração pode destituir o Ouvidor a qualquer tempo, caso o mesmo descumpra as atribuições previstas no presente artigo.

TÍTULO VIII
DO EXERCÍCIO SOCIAL, DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS, DAS RESERVAS E DOS DIVIDENDOS

Art. 32. O exercício social coincidirá com o ano civil, iniciando-se em 1º de janeiro e encerrando-se em 31 de dezembro de cada ano, quando serão levantados o Balanço Patrimonial e as demais demonstrações financeiras, atendidos os prazos estabelecidos na Lei nº 6.404/76 e as normas expedidas pelo Banco Central do Brasil.

Art. 33. Na forma da legislação em vigor, a Companhia levantará Balanços semestrais, em junho e em dezembro de cada exercício social, observando-se, quanto à distribuição de resultados, as regras a seguir.

Art. 34. O lucro líquido apurado, após as deduções e provisões legais, terá a seguinte destinação:

I - 5% (cinco por cento) para a constituição da reserva legal, até que a mesma atinja a 20% (vinte por cento) do capital social;

II - 25% (vinte e cinco por cento) do lucro líquido, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, serão obrigatoriamente distribuídos como dividendo obrigatório a todos os acionistas;

III - o saldo, se houver, poderá, mediante proposta da Diretoria Executiva e aprovada pelo Conselho de Administração: **(a)** ser destinado à formação de Reserva para Equalização de Dividendos, que será limitada à 50% (cinqüenta por cento) do valor do capital social e terá por finalidade garantir recursos para pagamento de dividendos, inclusive na forma de juros sobre o capital próprio, ou suas antecipações, visando manter o fluxo de remuneração aos acionistas, sendo que, uma vez atingido esse limite, caberá à Assembleia Geral deliberar sobre o saldo, procedendo a sua distribuição aos acionistas ou ao aumento do capital social; e/ou **(b)** ser retido, visando atender as necessidades de aplicação de capital estipuladas em Orçamento Geral da Companhia, submetido pela administração à aprovação da Assembleia Geral e por esta revisto anualmente, quando tiver duração superior a um exercício social.

Parágrafo único. Os lucros não destinados nos termos deste artigo deverão ser distribuídos como dividendos, nos termos do § 6º do artigo 202 da Lei nº 6.404/76.

Art. 35. No curso do exercício social, a Diretoria Executiva, autorizada pelo Conselho de Administração, poderá:

I - declarar dividendos à conta do lucro apurado em balanço semestral;

II - determinar o levantamento de balanços trimestrais, bimestrais ou mensais e declarar dividendos à conta do lucro apurado nesses balanços, desde que o total dos dividendos pagos em cada semestre do exercício social não exceda o montante das reservas de capital de que trata o § 1º do artigo 182 da Lei nº 6.404/76; e

III - declarar dividendos intermediários à conta de lucros acumulados ou de reservas de lucros existentes no último balanço anual ou semestral.

§ 1º Os dividendos declarados pela Diretoria Executiva, na forma do "caput", ficam condicionados à futura aprovação da Assembleia Geral.

§ 2º Por deliberação da Diretoria Executiva, autorizada pelo Conselho de Administração, poderão ser pagos, no curso do exercício social, e até a Assembleia Geral Ordinária, juros sobre o capital próprio, até o limite permitido em lei, cujo valor poderá ser imputado aos dividendos obrigatórios de que trata o inciso II do artigo 34, deste Estatuto, nos termos da legislação pertinente.

Art. 36. A Companhia terá suas contas examinadas por Auditores Independentes, de acordo com a lei e normas aplicáveis às instituições financeiras.

Art. 37. A Assembleia Geral poderá criar, quando julgar conveniente, outras reservas de acordo com a legislação vigente.

TÍTULO IX
ALIENAÇÃO DO CONTROLE ACIONÁRIO,

CANCELAMENTO DO REGISTRO DE COMPANHIA ABERTA, SAÍDA DO NÍVEL 2

Seção I - Definições

Art. 38. Para fins deste Título IX, os termos abaixo iniciados em letras maiúsculas terão os seguintes significados:

"**Acionista Controlador**" significa o acionista ou o grupo de acionistas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum que exerça o Poder de Controle da Companhia.

"**Acionista Controlador Alienante**" significa o Acionista Controlador quando este promove a alienação do controle da Companhia.

"**Ações de Controle**" significa o bloco de ações que assegura, de forma direta ou indireta, ao(s) seu(s) titular(es), o exercício individual e/ou compartilhado do Poder de Controle da Companhia.

"**Ações em Circulação**" significa todas as ações emitidas pela Companhia, excetuadas as ações detidas pelo Acionista Controlador, por pessoas a ele vinculadas, por administradores do Banco e aquelas em tesouraria.

"**Alienação de Controle da Companhia**" significa a transferência a terceiro, a título oneroso, das Ações de Controle.

"**Comprador**" significa aquele para quem o Acionista Controlador Alienante transfere o Poder de Controle em uma alienação de controle da Companhia.

"**Poder de Controle**" ou "**Controle**" significa o poder efetivamente utilizado para dirigir as atividades sociais e orientar o funcionamento dos órgãos do Banco, de forma direta ou indireta, de fato ou de direito. Há presunção de titularidade do controle em relação à pessoa ou ao grupo de pessoas vinculado por acordo de acionistas ou sob controle comum (grupo de controle) que seja titular de ações que lhe tenham assegurado a maioria absoluta dos votos dos acionistas presentes nas três últimas Assembleias Gerais da Companhia, ainda que não seja titular das ações que lhe assegurem a maioria absoluta do capital votante.

"**Valor Econômico**" significa o valor da Companhia e de suas ações que vier a ser determinado por empresa especializada, mediante a utilização de metodologia reconhecida ou com base em outro critério que venha a ser definido pela CVM.

Seção II – Alienação do Controle da Companhia

Art. 39. A Alienação do Controle da Companhia, direta ou indiretamente, tanto por meio de uma única operação, como por meio de operações sucessivas, deverá ser contratada sob condição, suspensiva ou resolutiva, de que o adquirente se obrigue a efetivar oferta pública de aquisição das ações de todos os demais acionistas, observando as condições e os prazos previstos na legislação vigente e no Regulamento do Nível 2, de forma a lhes assegurar tratamento igualitário àquele dado ao Acionista Controlador Alienante.

§ 1º A Alienação do Controle do Banco depende da aprovação do Banco Central do Brasil.

§ 2º O Acionista Controlador Alienante não poderá transferir a propriedade de suas ações, nem a Companhia poderá registrar qualquer transferência de ações para o Comprador do Poder de Controle, ou para aquele(s) que vier(em) a deter o Poder de Controle , enquanto o(s) Comprador(es) não subscrever(em) o Termo de Anuência dos Controladores previsto no Regulamento Nível 2.

§ 3º Nenhum Acordo de Acionistas que disponha sobre o exercício do Poder de Controle poderá ser registrado na sede da Companhia sem que os seus signatários tenham subscrito o Termo de Anuência referido no §2º deste artigo, que será imediatamente enviado à BM&FBOVESPA.

Art. 40. A oferta pública referida no artigo anterior também deverá ser efetivada:

I. nos casos em que houver cessão onerosa de direitos de subscrição de ações e de outros títulos ou direitos relativos a valores mobiliários conversíveis em ações, que venham a resultar na alienação do Controle da Companhia; ou

II. em caso de alienação do Controle de companhia que detenha o Poder de Controle da Companhia, sendo que, nesse caso, o Acionista Controlador Alienante ficará obrigado a declarar à BM&FBOVESPA o valor atribuído à Companhia nessa alienação e anexar documentação que o comprove.

Art. 41. Aquele que já detiver ações da Companhia e venha a adquirir o Poder de Controle, em razão de contrato particular de compra de ações celebrado com o Acionista Controlador, envolvendo qualquer quantidade de ações, estará obrigado a:

I. efetivar a oferta pública referida no artigo 39 deste Estatuto Social; e

II. ressarcir os acionistas dos quais tenha comprado ações em bolsa de valores nos 6 (seis) meses anteriores à data da Alienação do Controle da Companhia, devendo pagar a estes a eventual diferença entre o preço pago ao Acionista Controlador Alienante e o valor pago em bolsa de valores por ações da Companhia nesse mesmo período, devidamente atualizado até o momento do pagamento pela variação positiva do IPCA - Índice de Preços ao Consumidor Amplo, publicado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

Parágrafo único: Após uma operação de Alienação de Controle, o Comprador, quando necessário deverá tomar as medidas cabíveis para recompor o percentual mínimo de 25% (vinte e cinco por cento) do total das ações da Companhia em circulação, dentro dos 6 (seis) meses subseqüentes à aquisição do Controle.

Seção III – Cancelamento do Registro de Companhia Aberta e Saída do Nível 2

Art. 42. Na oferta pública de aquisição de ações a ser efetivada, obrigatoriamente, pelo Acionista Controlador ou pela Companhia para o cancelamento do registro de companhia aberta da Companhia, o preço mínimo a ser ofertado a todos os acionistas minoritários deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 44 deste Estatuto Social.

Art. 43 Caso os acionistas reunidos em Assembleia Geral Extraordinária deliberem (i) a saída da Companhia do Nível 2 para que suas ações passem a ter registro fora do Nível 2 ou (ii) a reorganização societária da qual as ações da companhia resultante não sejam admitidas para negociação no Nível 2, o Acionista Controlador deverá efetivar oferta pública de aquisição de ações pertencentes aos demais acionistas do Banco cujo preço mínimo a ser ofertado deverá corresponder ao Valor Econômico apurado em laudo de avaliação, referido no artigo 44 deste Estatuto Social, observadas as normas legais e regulamentares aplicáveis. A notícia da realização da oferta pública de aquisição de ações deverá ser comunicada à BM&FBOVESPA e divulgada ao mercado imediatamente após a realização da Assembleia Geral da Companhia que houver aprovado referida saída ou reorganização, conforme o caso.

Parágrafo Único. A oferta pública de aquisição de ações prevista no *caput* do artigo 43 não será aplicável caso a saída do Nível 2 se dê para a celebração do Contrato de Participação no Novo Mercado.

Art. 44. O laudo de avaliação de que tratam os artigos 42 e 43 deste Estatuto Social deverá ser elaborado por instituição ou empresa especializada, com experiência comprovada e independente do Banco, seus administradores e Acionista Controlador, bem como do poder de decisão destes, devendo o laudo também satisfazer os requisitos do § 1º do artigo 8º da Lei n º 6404/76 e conter a responsabilidade prevista no § 6º do mesmo artigo 8º.

§ 1º. A escolha da instituição ou empresa especializada responsável pela determinação do Valor Econômico do Banco de que tratam os artigos 42 e 43 é de competência privativa da Assembleia Geral, a partir da apresentação, pelo Conselho de Administração, de lista tríplice, devendo a respectiva deliberação, ser tomada por maioria absoluta dos votos das Ações em Circulação manifestados na Assembleia Geral que deliberar sobre o assunto, não se computando os votos em branco, e cabendo a cada ação, independentemente de espécie ou classe, o direito a um voto. A assembleia prevista neste § 1º, se instalada em primeira convocação, deverá contar com a presença de acionistas que

representem, no mínimo, 20% (vinte por cento) do total das Ações em Circulação ou, se instalada em segunda convocação, poderá contar com a presença de qualquer número de acionistas representantes das Ações em Circulação.

§ 2º. Os custos de elaboração do laudo de avaliação deverão ser suportados integralmente pelos responsáveis pela efetivação da oferta pública de aquisição das ações.

Seção IV - Disposições Comuns

Art. 45. É facultada a formulação de uma única oferta pública de aquisição de ações, visando a mais de uma das finalidades previstas neste Título IX deste Estatuto Social ou na regulamentação emitida pela CVM, desde que seja possível compatibilizar os procedimentos de todas as modalidades de oferta pública de aquisição de ações e não haja prejuízo para os destinatários da oferta e seja obtida a autorização da CVM, quando exigida pela legislação aplicável.

Art. 46. A Companhia ou os acionistas responsáveis pela realização das ofertas públicas de aquisição de ações previstas neste Título IX deste Estatuto ou na regulamentação emitida pela CVM poderão assegurar sua efetivação por intermédio de qualquer acionista, terceiro e, conforme o caso, pela Companhia. A Companhia ou o acionista, conforme o caso, não se eximem da obrigação de realizar a oferta pública de aquisição de ações até que a mesma seja concluída com observância das regras aplicáveis.

TÍTULO X
JUÍZO ARBITRAL

Art. 47. O Banco, seus acionistas, administradores e membros do Conselho Fiscal obrigam-se a resolver, por meio de arbitragem, toda e qualquer disputa ou controvérsia que possa surgir entre eles, relacionada ou oriunda, em especial, da aplicação, validade, eficácia, interpretação, violação e seus efeitos, das disposições contidas no Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa Nível 2, no Regulamento Nível 2, no Regulamento de Arbitragem da Câmara de Arbitragem do Mercado instituída pela BM&FBOVESPA ("**Regulamento de Arbitragem**"), neste Estatuto Social, nas disposições da Lei n º 6.404/76, nas normas editadas pelo Conselho Monetário Nacional, pelo Banco Central do Brasil e pela CVM, nos regulamentos da BM&FBOVESPA e nas demais normas aplicáveis ao funcionamento do mercado de capitais em geral, perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 1º. O procedimento arbitral será instituído perante a Câmara de Arbitragem do Mercado, nos termos de seu Regulamento de Arbitragem.

§ 2º. Sem prejuízo da validade desta cláusula arbitral, qualquer das partes do procedimento arbitral terá o direito de recorrer ao Poder Judiciário com o objetivo de, se e quando necessário, requerer medidas cautelares de proteção urgente de direitos, seja incidentalmente a procedimento arbitral já instituído ou em preparação a procedimento

arbitral ainda não instituído, sendo que, tão logo qualquer provimento judicial dessa natureza seja concedido, a competência para decisão de mérito será imediatamente restituída ao tribunal arbitral instituído ou a ser instituído.

§ 3º. A lei brasileira será a única aplicável ao mérito de toda e qualquer controvérsia, bem como à execução, interpretação e validade da presente cláusula compromissória. O Tribunal Arbitral será formado por três árbitros escolhidos na forma estabelecida no artigo 7.8 do Regulamento de Arbitragem.

§ 4º. O procedimento arbitral terá lugar na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, local onde deverá ser proferida a sentença arbitral. A arbitragem deverá ser administrada pela própria Câmara de Arbitragem do Mercado, sendo conduzida e julgada de acordo com as disposições pertinentes do Regulamento de Arbitragem.

TÍTULO XI
DA LIQUIDAÇÃO

Art. 48. A Companhia liquidar-se-á nos casos legais, cabendo à Assembleia Geral determinar o modo de liquidação, nomear o liquidante e o Conselho Fiscal, se for o caso, que deva funcionar nesse período.

TÍTULO XII
EMISSÃO DE UNITS

Art. 49. A Companhia poderá patrocinar a emissão de certificados de depósito de ações (doravante designados como "Units" ou individualmente como "Unit").

§ 1º. Cada Unit representará 55 (cinqüenta e cinco) ações ordinárias e 50 (cinqüenta) ações preferenciais de emissão da Companhia, observado que o Conselho de Administração poderá definir regras transitórias de composição das Units em razão da homologação de aumento de capital social pelo Banco Central do Brasil. Nesse período de transição, as Units poderão ter na sua composição recibos de subscrição de ações. As Units terão a forma escritural.

§ 2º. As Units serão emitidas no caso de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária ou mediante solicitação dos acionistas que o desejarem, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto.

§ 3º. Somente ações livres de ônus e gravames poderão ser objeto de depósito para a emissão de Units.

Art. 50. Exceto na hipótese de cancelamento das Units, a propriedade das ações representadas pelas Units somente será transferida mediante transferência das Units.

Art. 51. O titular de Units terá o direito de, a qualquer tempo, solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units e a entrega das respectivas ações depositadas, observadas as regras a serem fixadas pelo Conselho de Administração de acordo com o disposto neste Estatuto.

§ 1°**.** Poderá ser cobrado o custo de transferência e cancelamento da Unit do respectivo titular.

§ 2º. O Conselho de Administração da Companhia poderá, a qualquer tempo, suspender, por prazo determinado, a possibilidade de emissão ou cancelamento de Units prevista no artigo 49, §2° e no ***caput*** deste artigo, respectivamente, no caso de início de oferta pública de distribuição primária e/ou secundária de Units, no mercado local e/ou internacional, sendo que neste caso o prazo de suspensão não poderá ser superior a 180 (cento e oitenta) dias.

§ 3º. As Units que tenham ônus, gravames ou embaraços não poderão ser canceladas.

Art. 52. As Units conferirão aos seus titulares os mesmos direitos e vantagens das ações depositadas.

§ 1º O direito de participar das Assembleias Gerais da Companhia e nelas exercer todas as prerrogativas conferidas às ações representadas pelas Units, mediante comprovação de sua titularidade, cabe exclusivamente ao titular das Units. O titular da Unit poderá ser representado nas Assembleias Gerais da Companhia por procurador constituído nos termos do artigo 6 º § 2 º deste Estatuto Social.

§ 2º Na hipótese de desdobramento, grupamento, bonificação ou emissão de novas ações mediante a capitalização de lucros ou reservas, serão observadas as seguintes regras com relação às Units:

(i) Caso ocorra aumento da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária registrará o depósito das novas ações e creditará novas Units na conta dos respectivos titulares, de modo a refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a proporção de 55 (cinqüenta e cinco) ações ordinárias e 50 (cinqüenta) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

(ii) Caso ocorra redução da quantidade de ações de emissão da Companhia, a instituição financeira depositária debitará as contas de depósito de Units dos titulares das ações grupadas, efetuando o cancelamento automático de Units em número suficiente para refletir o novo número de ações detidas pelos titulares das Units, guardada sempre a

proporção de 55 (cinqüenta e cinco) ações ordinárias e 50 (cinqüenta) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações remanescentes que não forem passíveis de constituir Units serão entregues diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units.

Art. 53. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de ações de emissão da Companhia, se houver, a instituição financeira depositária criará novas Units no livro de registro de Units escriturais e creditará tais Units aos respectivos titulares, de modo a refletir a nova quantidade de ações preferenciais e ações ordinárias de emissão da Sociedade depositadas na conta de depósito vinculada às Units, observada sempre a proporção de 55 (cinqüenta e cinco) ações ordinárias e 50 (cinqüenta) ações preferenciais de emissão da Companhia para cada Unit, sendo que as ações que não forem passíveis de constituir Units serão creditadas diretamente aos acionistas, sem a emissão de Units. No caso de exercício do direito de preferência para a subscrição de outros valores mobiliários de emissão da Companhia, não haverá o crédito automático de Units.

Art. 54. Os titulares de Units terão direito ao recebimento de ações decorrentes de cisão, incorporação ou fusão envolvendo a Companhia. Em qualquer hipótese, as Units serão sempre criadas ou canceladas, conforme o caso, no livro de registro de Units escriturais, em nome da BM&FBOVESPA, como respectiva proprietária fiduciária , que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares de Units. Nas hipóteses em que forem atribuídas ações aos titulares de Units e tais ações não forem passíveis de constituir novas Units, estas ações também serão depositadas na BM&FBOVESPA, na qualidade de proprietária fiduciária das Units, que as creditará nas contas de custódia dos respectivos titulares.

TÍTULO XIII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E TRANSITÓRIAS

Art. 55. Nos casos omissos neste Estatuto, recorrer-se-á aos princípios de Direito e às leis, decretos, resoluções e demais atos baixados pelas autoridades competentes.

Art. 56. As disposições contidas no Título IX , bem como as regras referentes ao Regulamento Nível 2 constantes do artigo 9° deste Estatuto Social somente terão eficácia a partir da data de entrada em vigor do Contrato de Adoção de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa – Nível 2.

Ata da Reunião do Conselho de Administração do Banco Santander (Brasil) S.A., realizada em 18 de setembro de 2009, que aprova os termos da Oferta Global

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Companhia aberta de capital autorizado
CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42
NIRE 35 300 332 067

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 18 DE SETEMBRO DE 2009

DATA, HORÁRIO E LOCAL: 18 de setembro de 2009, às 19:00 horas, na sede social, do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander"ou "Companhia"), situada na Rua Amador Bueno, 474, São Paulo/SP.

PRESENÇA: Presentes os membros do Conselho de Administração em exercício, ao final assinados, sob a presidência do Sr. Fabio Colletti Barbosa, que convidou a mim, Marco Antônio Martins de Araújo Filho, para a função de Secretário da Mesa. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro Gabriel Jaramillo Sanint.

CONVOCAÇÃO: A reunião foi convocada na forma prevista no Art. 16 do Estatuto Social.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre: **(a)** a realização de uma oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações ("Units"), representativos de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e ações preferenciais ("Ações Preferenciais" e, em conjunto com as Ações Ordinárias, "Ações"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão do Banco Santander, a ser realizada no Brasil, com esforços de colocação no exterior e distribuição pública primária de Units no exterior, inclusive sob a forma de *American Depositary Receipts* ("ADRs"), representativos de *American Depositary Shares* ("ADSs"), com registro na *Securities and Exchange Commision* ("SEC"); **(b)** a listagem do Banco Santander e negociação das Units, das Ações Ordinárias e das Ações Preferenciais no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("BM&FBOVESPA"); **(c)** o aumento de capital social do Banco Santander, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 28.875.000.000 (vinte e oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões) Ações Ordinárias e 26.250.000.000 (vinte e seis bilhões, duzentos e cinquenta milhões) Ações Preferenciais, nominativas, no contexto da Oferta Global (conforme abaixo definido); **(d)** a destinação dos recursos captados na Oferta Global (conforme abaixo definido); **(e)** o teor do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Prospectus On Form F-1* (conforme abaixo definido); **(f)** a autorização à Diretoria para tomar todas as providências e praticar todos os atos que se fizerem

Banco Santander (Brasil) S.A. Jurídico Societário
Flavia Zahr Pace
OAB/SP 130.566

necessários ou convenientes à consecução da Oferta Global (conforme abaixo definido), bem como ratificar todos os demais atos já praticados; **(g)** a suspensão temporária da emissão e dos cancelamentos de Units; e **(h)** a confirmação de que o serviço de escrituração das Ações e das Units será prestado pelo próprio Banco Santander.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: reuniram-se os membros do Conselho de Administração do Banco Santander abaixo os quais aprovaram, por unanimidade, as seguintes matérias:

(a) foi discutida e aprovada a realização da Oferta Global (conforme abaixo definido), que compreenderá a emissão de 525.000.000 (quinhentos e vinte e cinco milhões) de Units, todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, representativas cada uma de 55 (cinqüenta e cinco) Ações Ordinárias e 50 (cinqüenta) Ações Preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, que compreenderá, simultaneamente, (i) a distribuição pública primária de Units no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400") sob a coordenação do próprio Banco Santander ("Coordenador Líder"), do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A.("Credit Suisse"), do Banco BTG Pactual S.A ("Pactual"), e do Banco Merril Lynch de Investimentos S.A. ("Merril Lynch" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Credit Suisse e o Pactual, "Coordenadores"), e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição ("Coordenadores Contratados") e instituições intermediárias da BM&FBOVESPA ("Corretoras", sendo que se define as Corretoras em conjunto com os Coordenadores e os Coordenadores Contratados como "Instituições Participantes da Oferta") por eles convidadas, com esforços de colocação no exterior a serem realizados por Santander Investment Securities Inc., Credit Suisse Securities (USA) LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e UBS Securities, LLC ("Agentes de Colocação Internacional") e por determinadas instituições financeiras contratadas, exclusivamente junto a investidores no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act* ("Regulamento S"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e, por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ("Oferta Brasileira"); e (ii) a distribuição pública primária de Units no exterior, incluindo sob a forma de ADRs, representativos de ADSs com registro na SEC, em conformidade com a *Securities Act of 1933* dos Estados Unidos da América ("Securities Act"), coordenada por Santander Investment Securities Inc.,Credit Suisse Securities (USA) LLC, Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated e UBS Securities LLC ("Coordenadores da Oferta Internacional") e realizada nos termos do *Underwriting Agreement* ("Oferta Internacional" e, em conjunto com a Oferta Brasileira, "Oferta Global"). A Oferta Global será

Banco Santander (Brasil) S.A. Jurídico Societário
Flávia Zahr Pace
OAB/SP 130.566

coordenada pelos Coordenadores e Coordenadores da Oferta Internacional em regime de garantia firme de liquidação. Nos termos do artigo 24 da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units/ADSs inicialmente ofertada na Oferta Global (sem considerar as Units Adicionais, conforme abaixo definido) poderá ser acrescida em até 14,29%, ou seja, em até 75.000.000 (setenta e cinco milhões) de Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units/ADSs inicialmente ofertadas ("Units do Lote Suplementar"), conforme opção outorgada pelo Banco Santander ao Credit Suisse no Contrato de Coordenação, Colocação e Garantia Firme de Liquidação de Certificados de Depósito de Ações – "Units" – de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Contrato de Colocação") e ao Credit Suisse Securities (USA) LLC no *Underwriting Agreement*, as quais serão destinadas a atender um eventual excesso de demanda que venha a ser constatado no decorrer da Oferta Global ("Opção de Lote Suplementar"). O Credit Suisse, no caso da Oferta Brasileira, terá o direito exclusivo, a partir da data de assinatura do Contrato de Colocação e por um período de até 30 (trinta) dias contados da data de início das negociações das Units na BM&FBOVESPA, de exercer a Opção de Lote Suplementar, no todo ou em parte, em uma ou mais vezes, após notificação ao Coordenador Líder, ao Merrill Lynch e ao Pactual, desde que a decisão de sobrealocação das Units no momento em que for fixado o preço por Unit tenha sido tomada em comum acordo entre os Coordenadores. Nos termos do artigo 14, parágrafo 2º, da Instrução CVM 400, a quantidade total de Units inicialmente ofertada (sem considerar as Units do Lote Suplementar) poderá, a critério do Banco Santander, em comum acordo com os Coordenadores, ser acrescida em até 4,76%, ou seja, em até 25.000.000 (vinte e cinco milhões) de Units, inclusive sob a forma de ADSs, nas mesmas condições e no mesmo preço das Units inicialmente ofertadas ("Units Adicionais"). Após a liquidação física e financeira da Oferta Global, esse Conselho de Administração homologará o aumento de capital referente à Oferta Global, o qual está sujeito à aprovação prévia pelo Banco Central, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Homologação"). A Homologação é ato discricionário do Banco Central do Brasil ("Banco Central") e, sendo assim, a Oferta Global será liquidada por meio da entrega de Units, cuja composição inicial (sem considerar a colocação das Units Adicionais) para cada lote de 1000 (mil) Units, será a seguinte: (i) 48.125 (quarenta e oito mil, cento e vinte e cinco) recibos de subscrição de Ações Ordinárias, (ii) 6.875 (seis mil, oitocentas e setenta e cinco) Ações Ordinárias, (iii) 43.750 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta) recibos de subscrição de Ações Preferenciais (recibos de subscrição de ações ordinárias e recibos de subscrição de ações preferenciais conjuntamente "Recibos de Subscrição"), e (iv) 6.250 (seis mil, duzentas e cinquenta) Ações Preferenciais. Portanto, a composição unitária de cada Unit, até a Homologação, será, sem considerar a colocação das Units Adicionais, de (i) 48,125 (quarenta e oito vírgula cento e vinte e cinco) Recibos de Subscrição de Ações Ordinárias, (ii) 6,875 (seis vírgula oitocentos e setenta e cinco) Ações Ordinárias, (iii) 43,750 (quarenta e três vírgula setecentos e cinquenta) Recibos de Subscrição de Ações Preferenciais e (iv) 6,250 (seis vírgula duzentos e cinquenta) Ações Preferenciais. As Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, que

Banco Santander (Brasil) S.A. Jurídico Societário
Flavia Zahr Pace
OAB/SP 130.566

comporão as Units, serão emprestadas pelo acionista Santander Insurance Holdings, S.L. ao Credit Suisse para os fins de estabilização da Oferta Global. Até que seja verificada a Homologação, os investidores somente poderão exercer seus direitos de voto, conforme o caso, sobre números inteiros de ações em cada Unit detida por eles. Cada Unit passará a representar 55 (cinquenta e cinco) Ações Ordinárias e 50 (cinqüenta) Ações Preferenciais de emissão do Banco Santander após a Homologação, a ser informada em aviso aos acionistas. Caso a Homologação não seja concedida no prazo de 6 (seis) meses contados da Data de Liquidação da Oferta Global, que corresponde ao terceiro dia útil contado da data de publicação do anúncio de início da Oferta Global, o aumento de capital correspondente aos Recibos de Subscrição será cancelado e os valores correspondentes aos valores pagos pelos Recibos de Subscrição serão distribuídos aos então investidores proporcionalmente ao número de Recibos de Subscrição por eles detidos. Nesta hipótese, com o intuito de permitir a titularidade de ações inteiras pelos investidores que aderirem à Oferta Global, e considerando ainda que, até a Homologação, cada Unit (sem considerar a colocação das Units Adicionais) será composta por (i) 48,125 (quarenta e oito vírgula cento e vinte e cinco) Recibos de Subscrição de Ações Ordinárias, (ii) 6,875 (seis vírgula oitocentos e setenta e cinco) Ações Ordinárias, (iii) 43,750 (quarenta e três vírgula setecentos e cinquenta) Recibos de Subscrição de Ações Preferenciais e (iv) 6,250 (seis vírgula duzentos e cinquenta) Ações Preferenciais, o acionista Santander Insurance Holdings, S.L. comprometeu-se a disponibilizar frações de ações de sua titularidade de emissão do Banco Santander aos investidores que, em decorrência da Oferta Global, restarem com frações de ações, de forma que todos os referidos investidores passem a ser detentores de Units representativas de números inteiros de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais. As demais características da Oferta Global constarão do Prospecto Preliminar de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificados de Depósito de Ações ("Units") de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Prospecto Preliminar") e do respectivo *Preliminary Prospectus* on *Form-F1;*

(b) foi aprovada a listagem do Banco Santander e a negociação de Units, das ações ordinárias e ações preferenciais de sua emissão no Nível 2 de Práticas Diferenciadas de Governança Corporativa da BM&FBOVESPA;

(c) foi discutido e aprovado o aumento do capital social da Companhia, dentro do limite do capital autorizado, mediante a emissão de 28.875.000.000 (vinte e oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões) Ações Ordinárias e 26.250.000.000 (vinte e seis bilhões, duzentos e cinquenta milhões) Ações Preferenciais, nominativas e sem valor nominal, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas do Banco Santander nos termos do artigo 172 da Lei 6.404/76, observado o disposto no Estatuto Social, mediante a emissão para subscrição pública de 55 (cinquenta e cinco) ações ordinárias e 50 (cinquenta) ações preferenciais, nominativas, escriturais e sem valor nominal, que serão ofertadas ao público por meio da Oferta Global. As Ações Ordinárias e as Ações Preferenciais a serem emitidas terão os mesmos direitos conferidos

Banco Santander (Brasil) S/A
Flávia Zahr Pace
OAB/SP 130.566
Jurídico Societário

às demais ações ordinárias e ações preferenciais, respectivamente, do Banco Santander. As Ações a serem emitidas deverão ser integralizadas à vista, em moeda corrente nacional, no momento de sua subscrição. Até a Homologação, os recibos de subscrição objeto das Units conferirão aos seus titulares somente o direito de serem convertidos em Ações, após a Homologação. O preço de emissão das Ações e sua justificativa, bem como a destinação dos recursos à conta de capital social serão fixados posteriormente pelo Conselho de Administração, em reunião a ser realizada após a conclusão do procedimento de coleta de intenções de investimento dos investidores institucionais a ser realizado pelos Coordenadores e Coordenadores e Coordenadores da Oferta Internacional (*bookbuilding*);

(d) foi aprovada a utilização dos recursos a serem obtidos mediante o aumento de capital pela Companhia, conforme descrito na seção "Destinação dos Recursos" do Prospecto Preliminar a ser utilizado na oferta;

(e) o Conselho de Administração aprovou o inteiro teor do Prospecto Preliminar e do *Preliminary Prospectus on Form F-1* a serem utilizados na Oferta Global;

(f) a Diretoria do Banco Santander ficou desde já autorizada a praticar todos os atos que se fizerem necessários ou convenientes à consecução da Oferta Global, incluindo, mas não se limitando, a (i) elaborar o Prospecto Definitivo de Oferta Pública de Distribuição Primária de Certificado de Depósitos de valores mobiliários e de ações de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A. e o *Final Prospectus on Form F-1*; (ii) tomar todas as providências necessárias à realização da Oferta Global perante entidades públicas e privadas no Brasil e no exterior e, em especial, perante o Banco Central do Brasil, a SEC, a CVM, a BM&FBOVESPA e estabelecer programa de ADRs, inclusive a listagem de ADSs na *New York Stock Exchange* - NYSE, e de quaisquer outros contratos, pedidos ou documentos para esse fim; e (iii) assinar todos e quaisquer contratos, comunicações, notificações, certificados e documentos que considerar necessários ou apropriados para a realização da Oferta Global, incluindo, mas não se limitando ao Contrato de Colocação, ao *Underwriting Agreement*, ao Contrato de Prestação de Serviços de Estabilização de Preços de Certificados de Depósito de Valores Mobiliários – "Units" - de Emissão do Banco Santander (Brasil) S.A., dentre outros. Os atos relacionados à Oferta Global que já tenham sido praticados, incluindo aqueles acima mencionados são, neste ato, expressamente ratificados;

(g) até a Homologação, exceto pelas Units que serão emitidas no contexto da Oferta Global, não será possível emitir ou cancelar Units, nos termos do artigo 49, § 2º e artigo 51 do Estatuto Social do Banco Santander. Adicionalmente, foi aprovada a suspensão, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias, do direito conferido aos acionistas de solicitar à instituição financeira depositária o cancelamento das Units de sua titularidade, de acordo com o Estatuto Social do Banco

Banco Santander (Brasil) S/A Jurídico Societário Flavia Zahr Pace OAB/SP 130.566

Santander

Santander, sendo que tal prazo será contado a partir da data de emissão das Units, com exceção do desmembramento das Units de titularidade do Credit Suisse para, ao fim do período de estabilização da Oferta Brasileira, devolver as Ações por ele tomadas por empréstimo como forma de realizar as atividades de estabilização; e

(h) foi ratificado que os serviços de escrituração das Ações e das Units serão prestados pelo próprio Banco Santander em observância das normas vigentes aplicáveis.

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual foi assinada pelos membros presentes, a saber: Fabio Colletti Barbosa – Presidente e Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior – Vice-Presidente.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Marco Antônio Martins de Araújo Filho
Secretário da Mesa

Banco Santander (Brasil) SA
Flavia Zahr Pace
OAB/SP 130.566
Jurídico Societário

Ata de Reunião do Conselho de Administração realizada em 6 de outubro de 2009, que aprova o aumento de capital do Banco e a fixação do Preço por Unit

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Santander

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.
Companhia aberta de capital autorizado
CNPJ/MF nº 90.400.888/0001-42
NIRE 35 300 332 067

ATA DE REUNIÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO REALIZADA EM 6 DE OUTUBRO DE 2009

DATA E HORÁRIO E LOCAL: 6 de outubro de 2009, às 18:30 horas, na sede social, do Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco Santander" ou "Companhia"), situada na Rua Amador Bueno, 474, São Paulo/SP.

PRESENÇA: Presentes os membros do Conselho de Administração em exercício, ao final assinados, sob a presidência do Sr. Fabio Coletti Barbosa, que convidou a mim, Flavia Zahr Pace, para a função de Secretária da Mesa. Ausente, por motivo justificado, o Conselheiro Gabriel Jaramillo Sanint.

CONVOCAÇÃO: A reunião foi convocada na forma prevista no Art. 16 do Estatuto Social.

ORDEM DO DIA: deliberar sobre (a) a ratificação da aprovação da emissão pelo Banco Santander de 525.000.000 (quinhentos e vinte e cinco milhões) de Units, dentro do limite do capital autorizado, em aumento de capital social realizado no contexto da oferta global, aprovada em Reunião do Conselho de Administração realizada em 18 de setembro de 2009 ("Oferta Global"); (b) a aprovação do preço de emissão de R$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) por Unit da Oferta Global, que corresponde a R$ 0,2238095238 por ação; (c) a destinação contábil dos recursos obtidos pelo Banco Santander por meio da Oferta; (d) o aumento do capital social do Banco Santander dentro do limite do capital autorizado; e (e) o teor do Prospecto Definitivo e do *Final Prospectus on Form F-1*.

DELIBERAÇÕES TOMADAS POR UNANIMIDADE: reuniram-se os Conselheiros do Banco Santander e aprovaram por unanimidade as seguintes matérias: (a) nos termos do §1° do artigo 5° do Estatuto Social, foi ratificada a aprovação da emissão pelo Banco Santander de 525.000.000 (quinhentos e vinte e cinco milhões) de Units, representativas cada uma de 55 (cinquenta e cinco) ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e por 50 (cinquenta) ações preferenciais ("Ações Preferenciais" e, em conjunto com as Ações Ordinárias, as "Ações"), dentro do limite do capital autorizado, em aumento de capital social realizado no contexto da Oferta Global, observados os demais termos do aumento de capital social, conforme aprovado na Reunião do Conselho de Administração, realizada em 18 de setembro de 2009. Após a liquidação física e financeira da Oferta Global, esse Conselho de Administração homologará o aumento de capital referente à Oferta Global, o qual está sujeito à aprovação prévia pelo Banco

Central, nos termos da legislação e regulamentação vigentes ("Homologação"). A Homologação é ato administrativo do Banco Central do Brasil ("Banco Central") e, sendo assim, a Oferta Global será liquidada por meio da entrega de Units, cuja composição inicial para cada lote de 1000 (mil) Units, será a seguinte: (i) 48.125 (quarenta a oito mil, cento e vinte e cinco) recibos de subscrição de Ações Ordinárias, (ii) 6.875 (seis mil, oitocentas e setenta e cinco) Ações Ordinárias, (iii) 43.750 (quarenta e três mil, setecentos e cinquenta) recibos de subscrição de Ações Preferenciais (recibos de subscrição de ações ordinárias e recibos de subscrição de ações preferenciais conjuntamente "Recibos de Subscrição"), (iv) 6.250 (seis mil, duzentas e cinquenta) Ações Preferenciais. Portanto, a composição unitária de cada Unit, até a Homologação, será, sem considerar a colocação das Units Adicionais de (i) 48,125 (quarenta e oito vírgula cento e vinte e cinco) Recibos de Subscrição de Ações Ordinárias, (ii) 6,875 (seis vírgula oitocentas e setenta a cinco) Ações Ordinárias, (iii) 43,750 (quarenta e três vírgula setecentos e cinquenta) Recibos de Subscrição de Ações Preferenciais e (iv) 6,250 (seis vírgula duzentas e cinqüenta) Ações Preferenciais. As Ações Ordinárias e Ações Preferenciais, que comporão as Units, serão emprestadas pelo acionista Santander Insurance Holding, S.L. ao Credit Suisse para os fins de estabilização da Oferta Global. Até que seja verificada a Homologação, os investidores somente poderão exercer seus direitos de voto, conforme o caso, sobre números inteiros de ações em cada Unit detida por eles e somente poderão adquirir e negociar Units. Cada Unit passará a representar 55 (cinquenta e cinco) Ações Ordinárias e 50 (cinqüenta) Ações Preferenciais de emissão do Banco Santander após a Homologação, a ser informada em aviso aos acionistas. Caso a Homologação não seja concedida no prazo de 6 (seis) meses da Data de Liquidação (abaixo definida), o aumento de capital correspondente aos Recibos de Subscrição será cancelado e os valores correspondentes aos valores pagos pelos Recibos de Subscrição serão distribuídos aos então investidores proporcionalmente ao número de Recibos de Subscrição por eles detidos. Nesta hipótese, com o intuito de permitir a titularidade de ações inteiras pelos investidores que aderirem à Oferta Global, e considerando ainda que, até a Homologação, cada Unit (sem considerar a colocação das Units Adicionais) será composta por (i) 48,125 (quarenta e oito vírgula cento e vinte e cinco) Recibos de Subscrição de Ações Ordinárias, (ii) 6,875 (seis vírgula oitocentas e setenta a cinco) Ações Ordinárias, (iii) 43,750 (quarenta e três vírgula setecentos e cinquenta) Recibos de Subscrição de Ações Preferenciais e (iv) 6,250 (seis vírgula duzentas e cinqüenta) Ações Preferenciais, o acionista Santander Insurance Holdings, S.L. comprometeu-se a disponibilizar frações de ações de sua titularidade de emissão do Banco Santander aos investidores que, em decorrência da Oferta Global, restarem com frações de ações, de forma que todos os referidos investidores passem a ser detentores de Units representativas de números inteiros de Ações Ordinárias e Ações Preferenciais; (b) foi aprovado o preço de emissão de R$ 23,50 (vinte e três reais e cinquenta centavos) por Unit da Oferta Global, que corresponde a R$ 0,2238095238 por Ação, sendo o valor total do aumento de capital social de R$ 12.337.500.000,00 (doze bilhões, trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais). O preço de emissão foi calculado com base no critério de valor de

mercado, após o *roadshow* do Banco Santander e a realização de coleta de intenções de investimento ("Procedimento de *Bookbuilding*") promovida pelos coordenadores da Oferta, tendo sido consideradas as intenções dos investidores institucionais para a subscrição e aquisição das Ações, em consonância com as disposições do §1°, inciso III e §7° do artigo 170 da Lei n° 6.404, de 15.12.1976 e da Instrução n° 400, emitida pela Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") em 29.12.2003, sendo este o critério mais apropriado para determinar o preço justo das Ações. No contexto da Oferta, haverá distribuição pública de Units no exterior sob a forma de *American Depositary Receipts* ("ADRs") representativos de *American Depositary Shares* ("ADSs"), sendo que cada ADS representa uma Unit. O preço de emissão de cada ADR, representativo de cada ADS, foi fixado em US$ 13,40. A conversão do preço de emissão foi feita com base na taxa de venda do dólar dos Estados Unidos da América divulgada pelo Banco Central do Brasil por meio do SISBACEN, transação PTAX 800, opção 5, desta data, de R$ 1,7533. Pelo fato de que o aumento do capital social relativo à Oferta foi fixado em reais e o preço dos ADRs foi fixado em dólares dos Estados Unidos da América, eventuais variações cambiais ocorridas até a data da efetiva integralização serão contabilizadas como resultado financeiro; (c) foi aprovado que a totalidade dos recursos obtidos pela Companhia por meio da Oferta Global será destinada à conta de capital social; (d) foi aprovado o aumento de capital social do Banco, dentro do limite do capital autorizado, com a exclusão do direito de preferência dos atuais acionistas da Companhia nos termos do artigo 172, inciso I, da Lei 6.404/76 e do §13° do artigo 5° do Estatuto Social, no montante de R$ 12.337.500.000,00 (doze bilhões, trezentos e trinta e sete milhões e quinhentos mil reais), de forma que o capital social passará de R$ 49.623.613.674,28 (quarenta e nove bilhões, seiscentos e vinte e três milhões, seiscentos e treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos) para R$ 61.961.113.674,28 (sessenta e um bilhões, novecentos e sessenta e um milhões, cento e treze mil, seiscentos e setenta e quatro reais e vinte e oito centavos), mediante a emissão de 28.875.000.000 (vinte e oito bilhões, oitocentos e setenta e cinco milhões) de Ações Ordinárias e 26.250.000.000 (vinte e seis bilhões, duzentos e cinquenta milhões) de Ações Preferenciais, correspondentes às 525.000.000 (quinhentas e vinte e cinco milhões) de Units da Oferta Global. Esse aumento de capital será homologado pelo Conselho de Administração da Companhia, em reunião, na Data de Liquidação (conforme abaixo definido). As Units e ações a elas subjacentes terão os mesmos direitos conferidos às Units e ações subjacentes de emissão do Banco, nos termos do Estatuto Social e da legislação aplicável, garantindo a seus titulares a atribuição de dividendos integrais e todos os outros benefícios que vierem a ser declarados pelo Banco a partir da data de liquidação da Oferta, que deverá ocorrer no dia 13 de outubro de 2009 ("Data de Liquidação"); e (e) Foi aprovado o inteiro teor do Prospecto Definitivo e do *Final Prospectus on Form F-1* a serem utilizados na Oferta Global.

Santander

ENCERRAMENTO: Nada mais havendo a ser tratado, foi encerrada a Reunião e lavrada esta Ata, a qual foi assinada pelos membros presentes, a saber: Fabio Colletti Barbosa – Presidente e Luiz Carlos da Silva Cantidio Júnior – Vice-Presidente.

Certifico que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Reuniões do Conselho de Administração da Companhia.

Flavia Zahr Pace

Flavia Zahr Pace
Secretária da Mesa

Declaração do Banco e do Coordenador Líder, de que trata o artigo 56 da Instrução CVM 400

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Santander
GLOBAL BANKING & MARKETS

DECLARAÇÃO DO BANCO EMISSOR E DO COORDENADOR LÍDER PARA FINS DO ARTIGO 56 DA INSTRUÇÃO CVM Nº 400

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A, instituição financeira com sede na Rua Amador Bueno, nº 474, Santo Amaro, na Cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, inscrita no CNPJ/MF sob o nº 90.400.888/0001-42, neste ato representada na forma de seu estatuto social ("Banco" e "Coordenador Líder"), vem, na qualidade de companhia emissora da Oferta Brasileira (conforme abaixo definido) e, ao mesmo tempo, como Coordenador Líder de sua própria oferta, no âmbito do pedido de registro da oferta pública de distribuição primária de certificados de depósito de ações ("Units") representativos de ações ordinárias ("Ações Ordinárias") e ações preferenciais ("Ações Preferenciais" e, em conjunto com as Ações Ordinárias, "Ações"), todas nominativas, escriturais, sem valor nominal, livres e desembaraçadas de quaisquer ônus ou gravames, de emissão do Banco, a ser realizada no Brasil, em mercado de balcão não-organizado, nos termos da Instrução da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") nº 400, de 29 de dezembro de 2003, conforme alterada ("Instrução CVM 400"), sob a coordenação do Coordenador Líder, do Banco de Investimentos Credit Suisse (Brasil) S.A. ("Credit Suisse"), do Banco Merrill Lynch de Investimentos S.A. ("Merrill Lynch") e do Banco UBS Pactual S.A. ("UBS Pactual" e, em conjunto com o Coordenador Líder, o Credit Suisse e o Merrill Lynch, "Coordenadores") e com a participação de determinadas instituições financeiras integrantes do sistema de distribuição ("Coordenadores Contratados") e de instituições intermediárias autorizadas a atuar na BM&FBovespa S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros ("Corretoras" e "BM&FBOVESPA", respectivamente, sendo que se define as Corretoras em conjunto com os Coordenadores e os Coordenadores Contratados como "Instituições Participantes da Oferta"), com esforços de colocação no exterior a serem realizados por *Santander Investment Securities Inc.*, *Credit Suisse Securities (USA) LLC*, *Merrill Lynch, Pierce, Fenner & Smith Incorporated* e *UBS Securities, LLC* ("Agentes de Colocação Internacional") e por determinadas instituições financeiras contratadas, exclusivamente junto a investidores no exterior, exceto no Brasil e nos Estados Unidos da América, em conformidade com os procedimentos previstos no Regulamento S do *Securities Act* ("Regulamento S"), observada a legislação aplicável no país de domicílio de cada investidor e por meio dos mecanismos de investimento regulamentados pela legislação brasileira aplicável ("Oferta Brasileira"), declarar o quanto segue:

Considerando que:

I. o Coordenador Líder foi assessorado por consultores legais na implementação da Oferta Brasileira;

II. para realização da Oferta Brasileira, está sendo realizada diligência legal no Banco e em suas controladas, iniciada em 09 de julho de 2009, auditoria esta que prosseguirá até a divulgação do prospecto definitivo da Oferta Brasileira ("Prospecto Definitivo");

III. o Banco contratou auditor independente para emitir cartas de conforto, nos termos do Pronunciamento IBRACON NPA Nº12, sobre as informações financeiras constantes do Prospecto Definitivo;

IV. o Banco disponibilizou aos demais Coordenadores os documentos que considerou relevantes para a Oferta Brasileira;

Banco Santander (Brasil) S/A
Rodrigo Lago
Jurídico Atacado

V. além dos documentos a que se refere o item IV acima, foram solicitados pelos demais Coordenadores documentos e informações adicionais relativos ao Banco;

VI. o Banco confirmou ter disponibilizado todos os documentos e prestado todas as informações consideradas relevantes sobre os negócios do Banco para análise dos demais Coordenadores e de seus consultores legais, com o fim de permitir aos investidores uma tomada de decisão fundamentada sobre a Oferta Brasileira; e

VII. o Banco e os Coordenadores participaram da elaboração do prospecto preliminar da Oferta Brasileira ("Prospecto Preliminar") e do Prospecto Definitivo, diretamente e por meio de seus consultores legais.

O Banco emissor, que é, ao mesmo tempo, Coordenador Líder de sua própria oferta, declara que:

(i) o Prospecto Preliminar contém e o Prospecto Definitivo conterá, nas datas de suas respectivas publicações, as informações relevantes necessárias ao conhecimento pelos investidores da Oferta Brasileira, das Units, das Ações, do Banco, de suas atividades, de sua situação econômico-financeira, dos riscos inerentes à sua atividade e quaisquer outras informações relevantes;

(ii) as informações prestadas pelo Banco no Prospecto Preliminar e no Prospecto Definitivo, nas datas de suas respectivas publicações, bem como aquelas prestadas por ocasião do registro da Oferta e fornecidas ao mercado durante toda a Oferta Global são verdadeiras, consistentes, corretas e suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Brasileira;

(iii) as informações fornecidas ao mercado durante a Oferta Brasileira, inclusive aquelas eventuais ou periódicas constantes da atualização do registro do Banco, que integram o Prospecto Preliminar e que venham a integrar o Prospecto Definitivo, são suficientes, permitindo aos investidores uma tomada de decisão fundamentada a respeito da Oferta Brasileira; e

(iv) o Prospecto Preliminar foi elaborado e o Prospecto Definitivo será elaborado de acordo com as normas pertinentes, incluindo, mas não se limitando, à Instrução CVM 400.

São Paulo, 21 de setembro de 2009.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Nome: *Carlos Alberto López Galán*
Cargo:

Nome: **Pedro Paulo Longuini**
Cargo:

Banco Santander (Brasil) S/A
Rodrigo Lago
Jurídico Atacado

Demonstrações financeiras consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas aos períodos de seis meses encerrados em 30 de junho de 2009 e 2008 e revisão limitada dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes aos Semestres Findos
em 30 de Junho de 2009 e 2008 e Parecer dos
Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua José Guerra, 127
04719-030 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

RELATÓRIO SOBRE REVISÃO LIMITADA DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

1. Efetuamos uma revisão limitada do balanço patrimonial consolidado condensado do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas ("Banco"), levantados em 30 de junho de 2009 e das demonstrações consolidadas condensadas do resultado, das receitas e despesas reconhecidas, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos semestres findos em 30 de junho de 2009 e de 2008, elaboradas sob a responsabilidade da Administração do Banco, de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34, "Demonstrações Intermediárias".

2. Nossa revisão foi efetuada de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON - Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiu, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras mencionadas no parágrafo 1 junto aos responsáveis pela área contábil e financeira. Considerando que esta revisão não representou um exame de acordo com as normas brasileiras de auditoria, não estamos emitindo uma opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

3. Baseados em nossa revisão limitada, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1, para que as mesmas estejam de acordo com a Norma Internacional de Contabilidade 34, "Demonstrações Intermediárias", emitida pelo *International Accounting Standards Board* – IASB.

4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos, das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota 17 às demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

5. Anteriormente, examinamos o balanço patrimonial consolidado do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas ("Banco") levantado em 31 de dezembro de 2008 preparado de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade emitidas pelo International Accounting Standard Board e emitimos nosso parecer sem ressalva datado de 20 de julho de 2009.

São Paulo, 21 de agosto de 2009

Deloitte Touche Tohmatsu

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antonio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8

A Deloitte refere-se a uma ou mais Deloitte Touche Tohmatsu, uma verein (associação) estabelecida na Suíça, e sua rede de firmas-membro, sendo cada uma delas uma entidade independente e legalmente separada. Acesse www.deloitte.com/about para a descrição detalhada da estrutura legal da Deloitte Touche Tohmatsu e de suas firmas-membro.

Membro da
Deloitte Touche Tohmatsu

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS CONDENSADOS (NÃO AUDITADOS) EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 31 DE DEZEMBRO DE 2008

(Valores expressos em milhares de Reais)

ATIVO	Nota explicativa	30 de junho de 2009	31 de dezembro de 2008	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	30 de junho de 2009	31 de dezembro de 2008
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL		24.813.053	23.700.500	PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	10	4.886.950	11.209.600
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO	5	15.809.079	19.986.000	OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	10	362.541	307.376
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO	5	6.068.239	5.574.961	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO	10	207.644.524	213.973.314
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA	5	30.593.113	30.735.681	DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE		63.451	264.771
EMPRÉSTIMOS E RECEBÍVEIS	5	161.644.510	162.725.106	PROVISÕES	11	10.202.870	8.915.245
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO HEDGE		178.416	106.321	PASSIVOS FISCAIS		7.351.670	6.156.101
				Correntes		*3.810.079*	*3.025.207*
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	6	57.933	112.824	*Diferidos*		*3.541.591*	*3.130.894*
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	7	501.582	633.595	OUTRAS OBRIGAÇÕES		6.559.528	3.526.962
ATIVO TANGÍVEL	8	3.599.749	3.829.074	**TOTAL DO PASSIVO**		**237.071.534**	**244.353.369**
ATIVO INTANGÍVEL:	9	30.589.533	30.995.287				
Ágio		*27.263.159*	*27.488.426*	PATRIMÔNIO LÍQUIDO:		51.135.477	49.317.582
Outros ativos intangíveis		*3.326.374*	*3.506.861*	*Capital social*	*12*	*47.152.201*	*47.152.201*
				Reservas		*2.165.381*	*1.240.031*
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:		13.386.053	12.919.894	*Ações em tesouraria*	*12*	*(1.948)*	-
Correntes		*1.149.016*	*1.150.737*	*Lucro do período atribuível à controladora*		*2.444.843*	*2.378.395*
Diferidos		*12.237.037*	*11.769.157*	*Menos: dividendos e remuneração*	*4*	*(625.000)*	*(1.453.045)*
OUTROS ATIVOS		1.636.520	2.870.604	AJUSTES AO VALOR DE MERCADO:		665.416	513.617
				Ativos financeiros disponíveis para venda		*1.045.031*	*795.412*
				Hedges de fluxo de caixa		*(379.615)*	*(281.795)*
				PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS		5.353	5.279
				TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**51.806.246**	**49.836.478**
TOTAL DO ATIVO		**288.877.780**	**294.189.847**	**TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**288.877.780**	**294.189.847**

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas não auditadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DO RESULTADO NÃO AUDITADAS
PARA OS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008
(Valores expressos em milhares de Reais, exceto valores por ação)

	Nota explicativa	30 de junho de	
		2009	2008
RECEITAS COM JUROS E SIMILARES		19.770.876	6.715.377
DESPESAS COM JUROS E SIMILARES		(9.109.829)	(3.383.593)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS	13	**10.661.047**	**3.331.784**
RESULTADO DE RENDA VARIÁVEL	13	14.762	16.276
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	7	257.140	2.322
RECEITA DE TARIFAS E COMISSÕES	13	3.462.886	1.881.195
DESPESAS DE HONORÁRIOS E COMISSÕES	13	(446.776)	(164.017)
GANHOS (PERDAS) COM ATIVOS E PASSIVOS FINANCEIROS (líquidos)	13	2.734.579	686.259
DIFERENÇAS CAMBIAIS (líquidas)	13	(1.037.028)	(145.261)
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS	13	(163.480)	(35.180)
TOTAL DE RECEITAS		**15.483.130**	**5.573.378**
DESPESAS ADMINISTRATIVAS		(5.379.709)	(2.234.410)
Despesas com pessoal	*13*	*(2.712.242)*	*(1.156.018)*
Outras despesas administrativas	*13*	*(2.667.467)*	*(1.078.392)*
DEPRECIAÇÃO E AMORTIZAÇÃO	13	(494.821)	(310.075)
PROVISÕES (líquidas)	13	(1.958.599)	(521.760)
PERDAS COM ATIVOS FINANCEIROS (líquidas)	13	(4.830.855)	(1.496.399)
Empréstimos e financiamentos	5-b	(4.826.488)	(1.498.556)
Outros instrumentos financeiros não remunerados pelo valor justo no resultado		(4.367)	2.157
PERDAS COM OUTROS ATIVOS (líquidas)	13	(68.371)	(8.950)
GANHOS/(LÍQUIDOS) NA ALIENAÇÃO DE BENS NÃO CLASSIFICADOS COMO ATIVO NÃO CIRCULANTE DESTINADO À VENDA	7-b	1.144.444	31.739
GANHOS/(LÍQUIDOS) NA ALIENAÇÃO DE ATIVO NÃO CIRCULANTE DESTINADO À VENDA COMO OPERAÇÕES DESCONTINUADAS	1-f	(55.659)	(23.512)
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**3.839.560**	**1.010.011**
IMPOSTOS SOBRE A RENDA		(1.394.415)	(302.566)
LUCRO DO PERÍODO		**2.445.145**	**707.445**
Lucro atribuível à Controladora		***2.444.843***	***707.443***
Lucro atribuível a participações minoritárias		***302***	***2***
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais)			
Ações ordinárias		*7,17*	*5,07*
Ações preferenciais		*7,89*	*5,58*
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) - Básica e diluída			
Ações ordinárias		*174.292.416*	*71.315.968*
Ações preferenciais		*151.465.867*	*61.969.586*

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas não auditadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS NÃO AUDITADO DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30 de junho de	
	2009	**2008**
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO PERÍODO	**2.445.145**	**707.445**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS	**151.799**	**(681.534)**
Ativos financeiros disponíveis para venda:	482.308	(1.046.199)
Ajuste ao valor de mercado	*897.768*	*(718.221)*
Valores transferidos para conta de resultado	*(415.460)*	*(327.978)*
Hedges de fluxo de caixa:	(199.869)	-
Ajuste ao valor de mercado	*(199.869)*	-
Imposto sobre a renda	(130.640)	364.665
RESULTADO RECONHECIDO NO PERÍODO	**2.596.944**	**25.911**
Atribuível à Controladora	*2.596.642*	*25.909*
Atribuível às participações minoritárias	*302*	*2*

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas não auditadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora								
	Patrimônio Líquido								
	Capital social	Reservas	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total do patrimônio líquido	Ajustes ao valor de mercado	Total	Participações minoritárias	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**8.331.448**	**701.800**	**1.902.999**	**(2.264.768)**	**8.671.479**	**1.537.044**	**10.208.523**	**57**	**10.208.580**
Lucro do exercício atribuível ao grupo	**-**	**-**	**707.443**	**-**	**707.443**	**(681.534)**	**25.909**	**2**	**25.911**
Outras mutações do patrimônio líquido									
Apropriação do lucro do período	-	1.902.999	(1.902.999)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Remuneração	-	(2.264.768)	-	2.264.768	-	-	-	-	-
Aumento de capital	800.000	-	-	-	800.000	-	800.000	-	800.000
Outros	(15.168)	-	-	-	(15.168)	-	(15.168)	-	(15.168)
Saldos em 30 de junho de 2008	**9.116.280**	**340.031**	**707.443**	**-**	**10.163.754**	**855.510**	**11.019.264**	**59**	**11.019.323**

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO NÃO AUDITADAS

DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 DE JUNHO DE 2009 E 2008 (Continuação)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora									
	Patrimônio Líquido									
	Capital social	Reservas	Ações em tesouraria	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total do patrimônio líquido	Ajustes de avaliação	Total	Participações minoritárias	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**47.152.201**	**1.240.031**	**-**	**2.378.395**	**(1.453.045)**	**49.317.582**	**513.617**	**49.831.199**	**5.279**	**49.836.478**
Lucro do exercício atribuível ao grupo	**-**	**-**	**-**	**2.444.843**	**-**	**2.444.843**	**151.799**	**2.596.642**	**302**	**2.596.944**
Outras mutações do patrimônio líquido										
Apropriação do lucro do período	-	2.378.395	-	(2.378.395)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Remuneração	-	(1.453.045)	-	-	828.045	(625.000)	-	(625.000)	-	(625.000)
Aquisição de ações próprias	-	-	(1.948)	-	-	(1.948)	-	(1.948)	-	(1.948)
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(228)	(228)
Saldos em 30 de junho de 2009	**47.152.201**	**2.165.381**	**(1.948)**	**2.444.843**	**(625.000)**	**51.135.477**	**665.416**	**51.800.893**	**5.353**	**51.806.246**

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas não auditadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DO FLUXO DE CAIXA NÃO AUDITADAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2009 E 2008

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30 de junho de	
	2009	**2008**
1. FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro liquid consolidado do período	2.445.145	707.445
Ajustes ao lucro do período	5.780.258	2.147.009
Depreciação do ativo tangível	*233.344*	*112.683*
Amortização do ativo intangível	*261.477*	*197.392*
Perdas com ativos (líquidas)	*41.896*	*5.224*
Provisões (líquidas)	*6.785.087*	*2.111.963*
Ganhos/líquidas na alienação do ativo tangível e investimentos	*(1.144.444)*	*(31.739)*
Participação no resultado de equivalência patrimonial	*(257.140)*	*(2.322)*
Impostos	*(139.962)*	*(246.192)*
	8.225.403	**2.854.454**
(Aumento)/decréscimo líquido nos ativos operacionais:	**(2.084.337)**	**(11.050.916)**
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(3.236.848)	(706.951)
Ativos financeiros para negociação	3.677.746	(350.905)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	(952.709)	(4.783.758)
Ativos financeiros disponíveis para venda	624.601	(2.061.325)
Empréstimos e financiamentos	(3.682.497)	(2.969.453)
Outros ativos	1.485.370	(178.524)
Aumento/decréscimo líquido nos passivos operacionais:	**(9.118.669)**	**3.900.207**
Passivos financeiros para negociação	(6.322.650)	698.226
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	55.165	(249.929)
Passivos financeiros ao custo amortizado	(5.736.278)	5.026.806
Outros passivos	2.885.094	(1.574.896)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)	**(2.977.603)**	**(4.296.255)**
2. FLUXOS DE CAIXA PROVENIENTES DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(802.434)	(439.084)
Subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	(95.899)	-
Ativo tangível	*(329.123)*	*(192.910)*
Ativo intangível	*(377.412)*	*(246.174)*
Alienação de investimentos	2.351.096	197.407
Subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas	*2.074.835*	-
Ativo tangível	*276.261*	*197.407*
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (2)	**1.548.662**	**(241.677)**
3. FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital	-	784.832
Aquisição de ações próprias	(1.948)	-
Emissão de dívida subordinada	1.507.000	550.000
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	7.591.975	3.241.601
Dividendos pagos	(1.388.428)	(1.434.956)
Resgate de outros passivos exigíveis a longo prazo	(8.403.725)	(1.270.158)
Aumento/decréscimo em participações minoritárias	(228)	-
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)	**(695.354)**	**1.871.319**
AUMENTO/DECRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	**(2.124.295)**	**(2.666.613)**
Disponibilidades no início do período	**16.750.870**	**16.286.137**
Disponibilidades no final do período	**14.626.575**	**13.619.524**

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS CONDENSADAS DO FLUXO DE CAIXA NÃO AUDITADAS DOS SEMESTRES FINDOS EM 30 JUNHO DE 2009 E 2008 (Continuação)

(Valores expressos em milhares de Reais)

	30 de junho de	
	2009	**2008**
Transações não monetárias:		
Empréstimos transferidos para ativos não correntes para venda	45.389	25.398
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados, mas não pagos	599.210	-
Informações complementares:		
Juros recebidos	18.177.857	6.713.687
Juros pagos	8.628.940	3.410.039
Impostos recolhidos	705.141	299.679

As notas explicativas e o Anexo I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas condensadas não auditadas.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas para o semestre findo em 30 de junho de 2009

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco" ou "Santander" ou "Banco Santander"), controlado indiretamente pelo Banco Santander S.A., com sede na Espanha (Banco Santander Espanha), é a instituição líder do grupo financeiro e não-financeiro perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Rua Amador Bueno, 474, Santo Amaro, São Paulo, e opera como banco múltiplo, desenvolvendo operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário, de arrendamento mercantil e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros ("asset management") e corretagem de valores mobiliários e de seguros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

Conforme discutido na Nota 2, o Banco ABN AMRO Real S.A. (Banco Real) and ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. ("AAB Dois Par") e suas respectivas subsidiárias foram consolidadas pelo Banco em agosto de 2008 mediante aumento de capital aprovado na Assembléia Geral dos Acionistas realizada em 29 de agosto de 2008.

b) Apresentação das demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas

As demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas foram elaboradas de acordo com o IAS 34, Demonstrações financeiras Intermediárias oriundas das Normas Internacionais de Contabilidade ('IFRS') emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB") e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

De acordo com a IAS 34, as informações financeiras intermediárias destinam-se somente a fornecer uma atualização do conteúdo das últimas demonstrações financeiras consolidadas autorizadas para emissão, com foco em novas atividades, eventos e circunstâncias surgidas durante o semestre, em vez de duplicar informações relatadas nas demonstrações financeiras consolidadas anteriores autorizadas para emissão. Consequentemente, essas demonstrações financeiras intermediárias não incluem todas as informações exigidas nas demonstrações financeiras consolidadas completas preparadas de acordo com o IFRS conforme adotado pelo IASB e, para entender corretamente as informações incluídas nessas demonstrações financeiras intermediárias, devem ser lidas juntamente com as demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008.

As políticas e os métodos contábeis usados na preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas são os mesmos que os aplicados nas demonstrações financeiras consolidadas para 2008, levando em consideração as normas e interpretações vigentes subsequentemente, conforme descritas nas demonstrações financeiras consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008, que não apresentam um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras consolidadas condensadas.

c) Estimativas utilizadas

Os resultados consolidados condensados não auditados e a apuração do patrimônio líquido consolidado não auditado variam de acordo com as práticas contábeis, critérios de apuração e estimativas utilizadas pela administração do Banco na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas.

Nas demonstrações financeiras consolidadas condensadas não auditadas, foram ocasionalmente utilizadas estimativas elaboradas pelos principais executivos do Banco e das entidades consolidadas a fim de quantificar alguns dos ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos aqui reportados.

Essas estimativas referem-se basicamente aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

  O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como segue:

- Método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, permitindo hedging (principalmente moeda a termo e swaps) estático, empréstimos e adiantamentos. Os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente utilizando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis. Normalmente, as curvas das taxas de juros são dados de mercado observáveis.

- O modelo Black-Scholes de avaliação de instrumentos financeiros que requerem hedge dinâmico (principalmente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados). Determinadas informações observáveis de mercado são usadas no modelo Black-Scholes para gerar variáveis como a diferença entre a oferta de compra e a de venda ("*bid-offer spread*"), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, conforme necessário.

- Tanto o método do valor presente como os modelos Black-Scholes são usados para avaliar instrumentos financeiros expostos a riscos de taxas de juros, como contratos de juros futuros, *cap* de juros e *floor* de juros.

- São usados modelos dinâmicos semelhantes aos usados na avaliação do risco de taxas de juros para calcular o risco de crédito de instrumentos lineares (como títulos de dívida e derivativos de rendimento prefixado).

- Provisão para perdas sobre créditos

O Banco cobre perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável ("*impairment*") e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas segundo métodos estatísticos que ainda não tenham sido alocados a operações específicas.

Usamos o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do crédito, usando modelos estatísticos que levam em conta três fatores: "exposição à inadimplência", "probabilidade de inadimplência" e "perda devido à inadimplência".

- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis)

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável ("*impairment*"). O Banco despesas com perda de valor recuperável quando acredita haver indício objetivo de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

- Premissas usadas no cálculo atuarial de passivos e compromissos com benefícios previdenciários e outras obrigações.

O Banco oferece planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, de acordo om o IAS 19.

A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- taxas de juros assumidas;

- tábuas de mortalidade;

- índice anual aplicado à revisão de aposentadorias;

- índice de inflação de preços;

- índice anual de reajustes salariais, e

- método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

Ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais esses ativos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso

seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes para que teus créditos possam ser utilizados.

De acordo com a regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários das Empresas Consolidadas baseia-se em projeções de resultados futuros e em estudos técnicos.

Estas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras consolidadas. As principais premissas que podem afetar estas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

- Mudanças nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito;
- Mudanças nas taxas de juros;
- Mudanças nos índices de inflação;
- Regulamentação governamental e questões fiscais;
- Processos ou disputas judiciais adversas;
- Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento;
- Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro; e
- Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

Todas essas estimativas são discutidas detalhadamente nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008 e 2007. No semestre findo em 30 de junho de 2009, não ocorreram variações significativas nas estimativas feitas no final do exercício de 2008 que não as indicadas nessas demonstrações financeiras intermediárias.

d) Ativos e passivos contingentes

A nota explicativa 2-p às demonstrações financeiras consolidadas do Banco referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2008 inclui informações sobre os ativos e passivos contingentes naquela data. Não ocorreram mudanças significativas nos ativos e passivos contingentes do Banco entre 31 de dezembro de 2008 e a data da preparação dessas demonstrações financeiras intermediárias.

e) Informações comparativas

As informações referentes a 2008 contidas nessas demonstrações financeiras intermediárias estão sendo apresentadas somente para fins de comparação com as informações relativas ao semestre findo em 30 de junho de 2009.

Em decorrência do aporte do Banco Real descrito na nota explicativa nº 3, as informações financeiras consolidadas estão sendo apresentadas comparativamente aos dados do período anterior, que não incluem os resultados do Banco Real.

f) Sazonalidade das transações do Banco

Considerando as atividades em que o Banco e empresas controladas se envolvem, a natureza de suas transações não é cíclica nem sazonal. Consequentemente, não foram fornecidas divulgações específicas nessas notas explicativas às demonstrações financeiras intermediárias consolidadas condensadas referentes ao semestre findo em 30 de junho de 2009.

g) Relevância

O Banco, ao determinar as divulgações a serem feitas sobre os diversos itens das demonstrações financeiras ou outros assuntos, de acordo com a IAS 34, levou em consideração sua relevância em relação às demonstrações financeiras intermediárias.

h) Demonstrações consolidadas condensadas do fluxo de caixa

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas condensadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

1. Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições de crédito e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

2. Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

3. Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar as demonstrações consolidadas condensadas dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". Consequentemente, o Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos reconhecidos no item "Caixa e reservas no Banco Central do Brasil" no balanço patrimonial consolidado condensado, com exceção aos depósitos compulsórios no Banco Central, considerados recursos restritos.

.

2. Base para consolidação

O Anexo I inclui informações relevantes sobre as empresas consolidadas. Informações semelhantes sobre as empresas contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial pelo Banco são fornecidas na nota explicativa 7.

A nota explicativa 3, abaixo, traz uma descrição da transação mais significativa ocorrida em 2008, que foi a contribuição do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Dois Participações S.A. para o Banco.

Além disso, no primeiro semestre de 2009 ocorreu a seguinte fusão jurídica:

Em 14 de abril de 2009, as diretorias do Banco Real e da Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. (Sudameris DTVM) aprovaram e decidiram submeter à aprovação dos respectivos acionistas o "Protocolo e Justificação da Incorporação da Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo Banco ABN AMRO Real S.A.".

Nessa mesma data, as diretorias do Banco Santander e do Banco Real aprovaram e decidiram submeter à aprovação do Conselho de Administração do Santander e dos seus respectivos acionistas a proposta de reestruturação societária nos termos do "Protocolo e Justificação da Incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A. pelo Banco Santander S.A." (Protocolo).

A incorporação da Sudameris DTVM pelo Banco Real e a subsequente incorporação do Banco Real pelo Banco Santander (Incorporações) representam etapas fundamentais no processo de consolidação dos investimentos do conglomerado Santander no país, com o consequente fortalecimento da sua estrutura operacional e organizacional e a unificação das suas atividades.

A incorporação do Banco Real pelo Banco Santander permitirá a conclusão do plano de integração operacional, administrativa e tecnológica que vem sendo implementado desde a aquisição do controle do Banco Real pelo Banco Santander da Espanha, ocorrida em julho de 2008 e a incorporação das ações de emissão do Banco Real pelo Banco Santander realizada em agosto de 2008.

A incorporação do Banco Real permitirá ainda (i) a integração dos negócios e atividades bancárias em uma única instituição financeira para todos os fins comerciais, financeiros e jurídicos; (ii) a redução de custos administrativos e (iii) a racionalização e simplificação da estrutura societária do Conglomerado Santander no país.

As Incorporações ocorreram por meio das transferências dos acervos líquidos contábeis das Incorporadas para o patrimônio das Incorporadoras, com base nos balanços patrimoniais auditados em 31 de março de 2009. As variações patrimoniais verificadas entre a data base dos referidos balanços patrimoniais e a da efetivação das Incorporações (data da realização das respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovaram as Incorporações) foram reconhecidas e escrituradas diretamente nas entidades incorporadoras.

Tendo em vista que as Incorporações envolveram sociedades subsidiárias integrais, houve, em decorrência das operações (i) determinação de relação de substituição de ações; (ii) direito de retirada; (iii) aumento de capital do Banco Santander e do Banco Real e (iv) alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos patrimoniais ou societários a que atualmente fazem jus as ações de emissão do Banco Santander.

3. Contribuição do Banco Real

Em 24 de julho de 2008, o Banco Santander Espanha adquiriu o controle acionário do Grupo ABN AMRO Real no Brasil. Em 29 de agosto de 2008, conforme discutido, na Nota Explicativa 26 das demonstrações financeiras consolidadas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, a Assembléia Geral Extraordinária aprovou um aumento do capital total do Banco Santander, através da incorporação das ações do Banco Real e da AAB Dois Par detidas pelo Banco Santander Espanha. Adicionalmente, o Banco, em uma transação de permuta de ações, trocou todas as ações remanescentes do Banco Real e do AAB Dois Par detidas pelos acionistas minoritários pelas ações do Banco. Como resultado da contribuição: (a) o Banco Real e o AAB Dois Par foram convertidos em subsidiárias integrais do Banco Santander, de acordo com o artigo 252 da Lei 6404/76; (b) o capital social do Banco Santander foi aumentado com base no valor justo das ações do Banco Real e da AAB Dois Par de R$9.131.448 mil para R$47.152.201 mil, e um adicional de R$ 900.000 mil em reservas, e (c) foram emitidas e entregues ações do Banco Santander aos respectivos acionistas do Banco Real e da AAB Dois Par.

A operação simplificou a estrutura patrimonial das empresas do Santander no Brasil e permitiu que os acionistas do Banco Real se tornassem acionistas de uma companhia aberta e tivessem acesso à atual política de dividendos do Banco. Essa nova estrutura permite, ainda, a redução de custos administrativos, especialmente os relacionados ao cumprimento de obrigações legais e regulatórias.

A contribuição do Banco Real foi aprovada pelo Bacen em janeiro de 2009.

A alocação do preço de compra ("PPA") demonstrada abaixo e contabilizada de acordo com o IFRS3, "Combinações de Empresas", reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data em que o Santander Espanha adquiriu o controle do Banco Real, uma vez que naquela data o Banco Real passou a operar sob controle comum com o Banco. Essa alocação foi apresentada em base temporária em 31 de dezembro de 2008, conforme explicitado abaixo:

	Milhares de Reais		
	Valor contábil	**Valor justo (1)**	**Ajuste**
Ativo líquido adquirido			
Ativo	**132.301.795**	**130.930.255**	**(1.371.540)**
Sendo:			
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	*12.147.982*	*12.147.982*	-
Instrumentos de dívida	*21.758.968*	*21.728.385*	*(30.583)*
Empréstimos e financiamentos a clientes	*69.669.710*	*68.039.392*	*(1.630.318)*
Ativo tangível	*1.072.896*	*1.344.375*	*271.479*
Passivo	**(119.436.124)**	**(120.826.655)**	**(1.390.531)**
Sendo:			
Depósitos de instituições de crédito	*(20.946.768)*	*(20.932.165)*	*14.603*
Depósitos de clientes	*(75.372.552)*	*(75.419.151)*	*(46.599)*
Dívidas subordinadas	*(3.440.670)*	*(3.491.143)*	*(50.473)*
Outros passivos financeiros	*(5.974.858)*	*(5.852.833)*	*122.025*
Provisões (4)	*(3.536.049)*	*(4.968.623)*	*(1.432.574)*
Ativo líquido adquirido	**12.865.671**	**10.103.600**	**(2.762.071)**
Intangível (2)		1.229.716	
Valor justo dos ativos		**11.333.316**	
Contraprestação total (3)		**38.946.426**	
Através de:			
Ações		*38.920.753*	
Caixa		*25.673*	
Ágio		**27.613.110**	

(1) Os valores de mercado dos ativos e passivos adquiridos foram apurados com base em uma avaliação realizada em 29 de agosto de 2008 (data de aquisição). Esses ativos e passivos foram mensurados com base em avaliações dos ativos tangíveis, na remuneração dos assessores jurídicos relacionada a passivos contingentes (em Provisões) e na análise do fluxo de caixa descontado de outros ativos e passivos, considerando a previsão de benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos intangíveis.

(2) Valor relacionado à carteira de clientes, cuja vida útil estimada é de 10 anos.

(3) A contraprestação total baseia-se nos valores pagos pelo Grupo Santander para a aquisição do Banco Real.

(4) Inclui o montante de R$124.684 mil ajustado em 30 de junho de 2009 relacionado a revisão do valor justo das provisões, conforme permitido pelo IFRS 3.

Conforme permitido pelo IFRS 3, se a contabilização inicial de uma combinação de negócios puder ser determinada somente provisoriamente no fim do período em que a combinação é efetuada porque ou os valores justos a serem atribuídos aos ativos, passivos ou passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da combinação podem ser determinados somente provisoriamente, a adquirente contabilizará a combinação usando esses valores provisórios. A adquirente reconhecerá quaisquer ajustes a esses valores provisórios como resultado da conclusão da contabilidade inicial dentro de doze meses a contar da data da combinação de negócios. A nota 9 fornece informações adicionais sobre o ágio gerado nessa transação.

4. Dividendos

Os dividendos declarados pelo Banco durante o primeiro semestre de 2009 estão demonstrados abaixo:

	30 de junho de 2009		
	Milhares de Reais	**Reais por milhares de ações**	**Valor (milhares de reais)**
		Ordinárias	**Preferenciais**
Juros sobre capital baseado no resultado intermediário	340.000	0.9974	1.0972
Juros sobre capital baseado no resultado intermediário	285.000	0.8361	0.9197
Total	**625.000**		

Não foram declarados dividendos no primeiro semestre de 2008.

5. Ativos financeiros

a) Composição e detalhes

A composição, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos ativos do Banco, exceto saldos relacionados com "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro está demonstrado abaixo:

	Milhares de Reais			
	30 de junho de 2009			
	Ativos financeiros para negociação	**Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado**	**Ativos financeiros disponíveis para venda**	**Empréstimos e financiamentos**
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	4.627.103	-	31.992.604
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.150.399	-	129.651.906
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	*1.150.399*	-	*138.811.395*
Perdas por não recuperação ("impairment")	-	-	-	*(9.159.489)*
Instrumentos de dívida	9.682.828	290.737	29.057.482	-
Participações acionárias	316.574	-	1.535.631	-
Derivativos para negociação	5.809.677	-	-	-
Total	**15.809.079**	**6.068.239**	**30.593.113**	**161.644.510**

	Milhares de Reais			
	31 de dezembro de 2008			
	Ativos financeiros para negociação	**Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado**	**Ativos financeiros disponíveis para venda**	**Empréstimos e financiamentos**
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	-	4.046.898	-	29.691.635
Empréstimos e adiantamentos a clientes	-	1.434.789	-	133.033.471
Sendo:				
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	-	*1.434.789*	-	*141.214.627*
Perdas por não recuperação ("impairment")	-	-	-	*(8.181.156)*
Instrumentos de dívida	10.011.999	93.274	29.491.191	-
Participações acionárias	678.993	-	1.244.490	-
Derivativos para negociação	9.295.008	-	-	-
Total	**19.986.000**	**5.574.961**	**30.735.681**	**162.725.106**

b) Ajustes de avaliação decorrentes de perda do valor recuperável dos ativos financeiros

b.1) Ativos financeiros disponíveis para venda

Conforme indicado na nota 2 às demonstrações financeiras consolidadas para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, via de regra, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado. Não obstante o exposto acima, no caso de ativos financeiros disponíveis para venda, as variações no valor são reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado, em "Ajustes de avaliação - Ativos financeiros disponíveis para venda".

Itens debitados ou creditados em Ajustes de Avaliação – Ativos Financeiros Disponíveis para Venda permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado. Quando há prova objetiva, na data de medição desses instrumentos, de que as diferenças acima referidas são devidas a não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes de avaliação - Ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Em 30 de junho de 2009, o Banco analisou as variações no valor justo dos diversos ativos que compõem essa carteira e concluiu que, nessa data, não houve diferenças significativas cuja origem nessa data poderia ser considerada como decorrentes de perdas permanentes por não recuperação de valor ("impairment"). Consequentemente, a maioria das variações no valor justo desses ativos está apresentada em "Ajustes de avaliação - Ativos financeiros disponíveis para venda". As variações no saldo de ajustes de avaliação no período intermediário são reconhecidas na demonstração consolidada condensada não auditada de receitas e despesas.

b.2) Empréstimos e financiamentos

As variações nas provisões para perdas por não recuperação dos ativos incluídos em "Empréstimos e financiamentos" no primeiro semestre de 2009 e 2008 foram as seguintes:

	Milhares de Reais	
	30 de junho de 2009	**30 de junho de 2008**
Saldo no início do período	8.181.156	2.249.432
Perdas por não recuperação contra o resultado do período	5.144.009	1.590.203
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registradas	(4.165.676)	(1.388.514)
Saldo no final do período	**9.159.489**	**2.451.121**
Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo	**317.521**	**91.647**

Considerando os valores das "Recuperações de empréstimos baixados para prejuízo" e os reconhecidos em "Perda de valor recuperável contra o resultado" na tabela acima, as perdas de valor recuperável reconhecidas nas demonstrações do resultado em "Empréstimos e Financiamentos" totalizaram R$4.826.488 mil e R$1.498.556 mil no primeiro semestre de 2009 e 2008, respectivamente.

c) Ativos não-recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e financiamentos" considerados como não-recuperáveis devido ao risco de crédito no primeiro semestre de 2009 e 2008 são os seguintes:

	Milhares de Reais	
	30 de junho de 2009	**30 de junho de 2008**
Saldo no início do período	7.730.464	2.092.787
Adições líquidas	5.866.027	1.464.678
Ativos baixados	(4.165.676)	(1.388.514)
Diferenças cambiais e outras	-	-
Saldo no final do período	**9.430.815**	**2.168.951**

Esse valor, após deduzir as provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Banco do valor justo dos ativos não-recuperáveis.

6. Ativos não correntes para venda

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o valor total dos ativos não correntes para venda dizia respeito a bens ativos não de uso.

Referem-se ativos tangíveis recebidos em dação de pagamento e destinados a venda em até um ano até a conclusão de leilões.

7. Investimentos em Coligadas

a) *Composição*

Composição, por empresa, do saldo de "Participações em Coligadas":

			Milhares de Reais			
	Participação em %		Investimentos		Resultados dos investimentos	
	30 de junho de 2009	31 de dezembro de 2008	30 de junho de 2009	31 de dezembro de 2008	30 de junho de 2009	30 de junho de 2008
Norchem Holding e Negócios S.A.	21,75%	21,75%	21.314	21.186	128	817
Norchem Participações e Consultoria S.A.	50,00%	50,00%	27.344	27.621	(277)	1.363
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil	39,64%	39,59%	95.363	82.087	6.549	-
Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	39,88%	39,88%	185.623	179.072	10.586	-
Celta Holding S.A.	26,00%	25,99%	65.886	61.468	4.541	-
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.	-	-	-	-	126.442	-
Real Tókio Marine Vida e Previdência S.A. (1)	-	49,99%	-	86.980	8.766	-
Diamond Finance Promotora de Vendas (2)	-	25,50%	-	787	106	-
Fonet Brasil S.A. (2)	-	50,99%	-	7.644	(1.324)	-
Companhia Brasileira de Meios de Pagamentos - Visanet	9,20%	14,87%	48.197	104.409	96.732	-
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização	13,64%	13,64%	10.466	9.933	797	(70)
Tecban - Tecnologia Bancária S.A.	20,68%	20,68%	32.290	32.044	246	212
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS	15,32%	15,32%	15.099	20.364	3.848	-
Total			**501.582**	**633.595**	**257.140**	**2.322**

(1) Investimento alienado em 2009 para a Santander Seguros.
(2) Investimento alienado em 2009.

b) *Variações*

As variações no saldo desse item no primeiro semestre de 2009 foram as seguintes:

	Milhares de Reais
Saldo em 31 de dezembro de 2008	**633.595**
Aquisições e aumentos de capital	95.899
Variação no escopo de consolidação	251.735
Efeito da equivalência patrimonial	257.140
Alienações de investimentos e reduções de capital (1)	(587.139)
Diferenças cambiais e outras variações	3.569
Dividendos pagos	(153.217)
Saldo em 30 de junho de 2009	**501.582**

(1) Em junho de 2009, o Banco efetuou a baixa parcial do investimento da VisaNet, contabilizando um ganho líquido de R$1.096 milhões, que foi registrado como "Resultado da alienação de ativos não classificados como ativos não-circulantes disponíveis para venda".

c) Perdas por não recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a investimentos em coligadas no primeiro semestre de 2009 e 2008.

8. Ativo tangível

a) Variações no período

No primeiro semestre de 2009 e 2008, foram adquiridos ativos tangíveis por R$329.123 mil e R$192.910 mil, respectivamente. Ainda, no primeiro semestre de 2009 e 2008, foram vendidos ativos tangíveis ao valor contábil de R$269.562 mil e R$165.668 mil, respectivamente, gerando um de R$6.699 mil e R$31.739 mil, respectivamente.

b) Perdas por impairment

Não houve perdas por não-recuperação significativas com ativos tangíveis no primeiro semestre de 2009 e 2008.

c) Compromisso de compra de ativos tangíveis

Em 30 de junho de 2009 e 2008, o Banco não contraiu compromissos significativos de compra de ativos tangíveis.

9. Ativos intangíveis

a) Ágio

Todo o ágio registrado no Banco refere-se à contribuição do Banco Real e da AAB Dois Par para o Banco, conforme discutido na Nota 3. Espera-se que a alocação desse ágio seja concluída até o final do primeiro período anual a iniciar após a data em que o Banco adquiriu o controle dessas entidades.

O valor recuperável do ágio é testado anualmente. No período corrente, devido à recente incorporação das subsidiárias supra mencionadas no grupo e os resultados do respectivo cálculo do valor de mercado e avaliação de alocação do preço da compra recém-realizada, o Banco não detectou e, portanto, não reconheceu quaisquer perdas por não-recuperabilidade do valor do ativo.

A movimentação do ágio no primeiro semestre de 2009 está apresentada abaixo:

	Milhares de Reais
31 de dezembro de 2008 ajustado	**27.613.110**
Ajustes	
ABN AMRO Brasil Dois Par - alienação	*(321.841)*
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet – alienação de investimentos	*(28.110)*
30 de junho de 2009	**27.263.159**

b) Outros ativos intangíveis

Não houve perdas significativas por não-recuperabilidade do valor do ativo intangível no primeiro semestre de 2009.

10. Passivos financeiros

a) *Composição e detalhes*

A composição, por natureza e categoria para fins de avaliação, dos passivos financeiros do Banco que não aqueles incluídos em "Disponibilidades e saldos no Banco Central do Brasil" e "Derivativos utilizados como Hedge", em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008:

	Milhares de Reais					
	30 de junho de 2009			31 de dezembro de 2008		
	Passivos financeiros para negociação	Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado	Passivos financeiros para negociação	Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	Passivos financeiros ao custo amortizado
Depósitos do Banco Central do Brasil	-	-	870.130	-	-	184.583
Depósitos de instituições de crédito	-	362.541	21.793.253	-	307.376	26.325.636
Depósitos de clientes	-	-	154.922.160	-	-	155.494.839
Captados no mercado aberto	-	-	11.298.677	-	-	12.085.655
Derivativos para negociação	4.861.623	-	-	11.197.268	-	-
Dívidas subordinadas	-	-	10.996.056	-	-	9.197.429
Posições vendidas	25.327	-	-	12.332	-	-
Outros passivos financeiros	-	-	7.764.248	-	-	10.685.172
Total	**4.886.950**	**362.541**	**207.644.524**	**11.209.600**	**307.376**	**213.973.314**

b) *Informações sobre emissões, recompras ou resgates de captações no mercado aberto*

Seguem abaixo detalhes em 30 de junho de 2009 e 2008 do saldo em aberto de captações no mercado aberto que naquelas datas haviam sido emitidos pelo Banco. Seguem também detalhes das variações no respectivo saldo durante o primeiro semestre de 2009 e 2008:

	Milhares de Reais	
	30 de junho de	
	2009	2008
Saldo no início do período	**12.085.655**	**2.805.417**
Emissões:	7.591.975	3.241.601
Recompras ou resgates	(8.403.725)	(1.270.158)
Juros	595.631	190.127
Taxa de câmbio e outros ajustes	(570.859)	(128.667)
Saldo no final do período	**11.298.677**	**4.838.320**

Em 30 de junho de 2009, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornaria conversíveis em ações.

c) *Outras emissões garantidas pelo Banco*

Em 30 de junho de 2009 e 2008, não havia instrumentos de dívida emitidos por coligadas ou terceiros não ligadas ao Banco garantidos pelo Banco ou controladas.

11. Provisões

a) *Composição*

A composição do saldo do item "Provisões" é a seguinte:

	Milhares de Reais	
	30 de junho de 2009	**31 de dezembro de 2008**
Provisões para pensões e obrigações similares	1.076.432	1.078.916
Provisões para passivos contingentes, compromissos e outras provisões (1)	9.126.438	7.836.329
Provisões	**10.202.870**	**8.915.245**

(1) Inclui basicamente provisões para contingências fiscais e outras contingências legais, cíveis e trabalhistas.

b) *Provisões para compromissos e outras provisões*

O Banco Santander S.A. e suas controladas estão envolvidas em processos administrativos e legais nas áreas tributária, civil e trabalhista resultantes do curso normal de seus negócios.

As reservas foram reconhecidas com base na natureza, complexidade e histórico dos processos e nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos. A política do Santander é provisionar o valor total dos processos cuja probabilidade de perda seja provável.

Obrigações legais – fiscais e previdenciárias foram integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A administração considera que as provisões contabilizadas são suficientes para cobrir as prováveis perdas nos processos.

i. *Obrigações legais – tributárias e previdenciárias*

Referem-se a processos legais e procedimentos administrativos envolvendo obrigações fiscais e previdenciárias baseadas na opinião dos assessores jurídicos de que as probabilidades de perda são prováveis, como segue:

- PIS e COFINS - R$2,878,220 (em 31 de dezembro de 2008 - R$2.210.489): diversas empresas do conglomerado entraram com processo questionando as disposições do artigo 3, parágrafo 1, da Lei. 9718/98, segundo a qual o PIS e a COFINS devem incidir sobre todas as receitas das pessoas jurídicas. Antes dessas disposições, que foram anuladas por recentes decisões do Supremo Tribunal Federal, o PIS e a COFINS incidiam apenas sobre receitas de serviços e vendas de mercadorias.

- Dedutibilidade da CSLL do IRPJ - R$544.231 (31 de dezembro de 2008 - R$549,739): procura obter a dedução da despesa de CSLL do cálculo do imposto de renda.

- CSLL - isonomia de alíquotas - R$500,342 (31 de dezembro de 2008 - R$502.948) – diversas empresas do grupo entraram com processo questionando a ampliação da alíquota da CSLL (18%) para instituições financeiras, mais elevada que a alíquota aplicada a empresas não-financeiras (8%).

- Aumento da alíquota da CSLL - R$296.236 (31 de dezembro de 2008 – R$131.761) – Em setembro de 2008, o Banco impetrou um mandado de segurança para evitar o aumento da alíquota da CSLL estabelecida pela Medida Provisória 413/2008, convertida na Lei 11727/2008. As instituições financeiras estavam sujeitas a uma alíquota de CSLL de 9%; no entanto, a nova legislação estabeleceu uma alíquota de 15%.

- IRPJ - Contabilização no mesmo período - R$392.629 (31 de dezembro de 2008 – R$381.044) - processo requerendo que, para efeito de cálculo do IRPJ, as despesas com depreciação sejam reconhecidas no mesmo período em que as receitas de pagamentos de aluguel são reconhecidas.

- ISS - Instituições Financeiras - R$431.044 (31 de dezembro de 2008 - R$279.554) - Referem-se a processos legais e administrativos conttra diversos municípios que exigem o pagamento de ISS sobre receitas de diversas operações que normalmente não se enquadram na definição de prestação de serviços.

- INSS - R$198.860 (31 de dezembro de 2008 - R$163.896) - refere-se a processos legais e procedimentos administrativos que pretendem cobrar a contribuição do INSS e o salário educação sobre valores que normalmente não são de natureza salarial.

- Provisão para devedores duvidosos - R$209.198 (31 de dezembro de 2008 – R$ 205.714) – cobrança de IRPJ e CSLL incidente sobre a provisão para devedores duvidosos como resultado da dedução, considerada indevida pelo fisco, no ano-calendário de 1995, sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes na época não haviam sido cumpridos.

- Provisão para devedores duvidosos - R$92.196 (31 de dezembro de 2008 – R$90.466) – O objetivo é anular os autos de infração emitidos pela Receita Federal sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de IRPJ e CSLL as perdas em operações de empréstimo, pois essas deduções não satisfizeram os prazos e as condições definidos pela legislação em vigor.

ii. Contingências trabalhistas

Referem-se a processos movidos por sindicatos e ex-funcionários reivindicando direitos trabalhistas por eles considerados devidos, principalmente pagamento de horas extras e outros direitos, incluindo processos relativos a benefícios de aposentadoria.

Para reivindicações trabalhistas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é reconhecida com base no histórico dos pagamentos feitos. Outras reivindicações trabalhistas são controladas individualmente e as provisões são reconhecidas com base em jurisprudência e no estágio de cada processo.

iii. Contingências cíveis

Referem-se a processos de indenização e revisão de contratos de empréstimo.

Os processos de indenização reivindicam indenização por danos materiais e/ou morais relacionados ao relacionamento com o consumidor, principalmente por protesto indevido, retorno de cheques, inclusão dos dados do devedor no cadastro de restrição de crédito, eliminação dos efeitos inflacionários em depósitos judiciais e outros assuntos.

Os processos de revisão referem-se a questionamentos dos clientes a cláusulas dos contratos de empréstimo.

Também há processos movidos por acionistas minoritários do ex Banco Noroeste contra atos societários de 1998 e 1999. Embora haja decisões desfavoráveis na 1a. instância, com base na avaliação dos advogados a Administração acredita que o Banco tem boas chances de obter a reforma dessas decisões por meio dos recursos impetrados junto ao Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Para processos cíveis considerados semelhantes e usuais, a provisão é contabilizada com base no histórico dos pagamentos feitos, baseado na avaliação de sucesso e classificação dos assessores jurídicos. Os outros processos são controlados individualmente e as provisões são reconhecidas com base na situação de cada processo, na lei e em jurisprudência.

iv. Outros processos sob a responsabilidade de ex-acionistas controladores

Referem-se a processos trabalhistas e cíveis nos valores de R$456.986, R$64.774 e R$45.959 (31 de dezembro de 2008 - R$459.291, R$137.861 e R$57.386), respectivamente, contabilizados em “Outros valores a pagar – fiscais e previdenciários” e “Outros valores a pagar - outros” que são de responsabilidade dos ex-acionistas controladores das entidades adquiridas. Os processos possuem garantias definidas de acordo com os contratos assinados na época da aquisição no valor de R$567.719 (31 de dezembro de 2008 - R$654.538), contabilizados em “Outros valores a receber - outros”. Esses processos não geram efeitos sobre o balanço.

v. Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

Referem-se a processos judiciais e procedimentos administrativos nas áreas tributária, cível e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como perda possível, e que não foram contabilizados. Os principais processos em andamento são:

- CPMF sobre Operações de Clientes – em maio de 2003, a Receita Federal emitiu um Auto de Infração contra a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. (Santander DTVM) e outro Auto de Infração contra o ex-Banco Santander Brasil S.A., ambos no valor de R$290 milhões. Os autos referem-se à cobrança de crédito de CPMF sobre operações conduzidas pela Santander DTVM na administração dos fundos de seus clientes e serviços de compensação fornecidos pelo Banco à Santander DTVM, de acordo com o contrato firmado entre as duas empresas, em 2000, 2001 e nos dois primeiros meses de 2002. Ambas as empresas consideram que o tratamento fiscal adotado era apropriado, pois as transações mencionadas estavam sujeitas a alíquota zero de CPMF. O Conselho de Contribuintes julgou o procedimento administrativo, anulou o auto de infração da Santander DTVM e confirmou o auto de infração do Banco. Para ambos os casos, é possível protocolar recurso administrativo na Câmara Superior de Recursos Fiscais (CSRF). O valor atualizado de cada processo é aproximadamente R$ 548 milhões.

- IRPJ e CSLL sobre Reembolso de Garantias Contratuais – em dezembro de 2007, a Receita Federal emitiu um auto de Infração no valor de R$320 milhões contra o Banco Santander S.A. O auto refere-se à cobrança de IRPJ e CSLL, no ano fiscal de 2002, sobre valores reembolsados pelo ex-acionista controlador do Banco Santander S.A. devido a pagamentos feitos pelo Banco que eram de responsabilidade de seu acionista controlador. A Receita Federal entendeu que o valor depositado em favor do Santander S.A. não era um reembolso mas uma receita tributável. O Banco entrou com uma defesa administrativa e a decisão foi desfavorável. O valor atualizado de cada processo é aproximadamente R$367 milhões.

- Adicional ao Preço de Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa – ação ordinária alegando a inexistência de relacionamento legal com o Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda do Banespa. Esse item prevê o pagamento de um acréscimo ao preço mínimo caso o Banespa seja liberado da contingência fiscal reconhecida na ocasião da definição do preço mínimo no momento da privatização. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$329 milhões. Após decisão desfavorável na primeira instância, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal da Primeira Região aceitou o recurso impetrado pelo Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União.

- Dedutibilidade das Despesas com a Provisão para Devedores Duvidosos – Cobrança administrativa da Receita Federal referente à dedução, das bases de IRPJ e CSLL, de perdas sobre operações de empréstimos realizadas em 1998 e 2000. O Banco está aguardando o julgamento e entende que a cobrança é indevida já que as despesas satisfazem as condições de dedutibilidade da Lei 9.430/1996, pois se referem a perdas definitivas. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$236 milhões.

- CSLL - Inconstitucionalidade – Não conformidade com a anistia estabelecida pela Lei 9.779/1999 – alega que as entidades que aderiram à anistia não cumpriram os requisitos da Lei, pois não tinham um mandado para todos os períodos pagos (1989 a 1999). A ação judicial e os procedimentos administrativos estão aguardando julgamento. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$162 milhões.

- CSLL – isonomia de alíquota – Processo relativo à diferença da alíquota de contribuição social aplicada a instituições financeiras e entidades equivalentes na primeira metade de 1996, pois essa alíquota era maior do que as alíquotas aplicadas a outras pessoas jurídicas, o que contraria o princípio constitucional de precedência e não-retroatividade. Há uma ação aguardando decisão judicial e outros recursos pendentes de julgamento. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$160 milhões.

- CSLL – trânsito em julgado – busca garantir o direito de não contabilizar o crédito fiscal formalizado pela Receita Federal, relativo a alegadas irregularidades no pagamento da CSLL, já que a Entidade obteve uma decisão final cancelando o pagamento da CSLL, em conformidade com as Leis 7.689/1988 e 7.787/1989. Os recursos impetrados no Tribunal Regional Federal estão aguardando julgamento. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$147 milhões.

- Bônus Semestral ou Participação no Resultado – ação na esfera trabalhista relativa ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, participação no resultado a funcionários aposentados do ex-Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. Essa ação foi movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho e o Banco ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado devido ao estágio atual da ação e da possibilidade de que isso afete seu andamento.

12. Patrimônio líquido

a) Capital emitido

O capital autorizado é representado por 325.758.283 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 174.292.416 mil ações ordinárias e 151.465867 mil ações preferenciais.

b) Ações em tesouraria

O Banco possui 25.395 milhões de ações de sua própria emissão, adquiridas ao valor de R$ 1,948. Em 30 de junho de 2009, o valor de mercado das ações m tesouraria é de R$3,555.

13. Segmentos operacionais

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco Comercial
- Banco de Atacado Global
- Gestão de Ativos e Seguros.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio *Corporate Banking* gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* – Modelo Global de Relacionamento). O segmento Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio mundial de Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações gerenciados globalmente.

As demonstrações do resultado condensadas não auditadas e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração condensada do resultado não auditada	Milhares de Reais							
	30 de junho de 2009				30 de junho de 2008			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e seguros	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e seguros	Total
RECEITA FINANCEIRA LÍQUIDA	**9.750.843**	**893.684**	**16.520**	**10.661.047**	**2.892.653**	**434.816**	**4.315**	**3.331.784**
Resultado de renda variável	14.762	-	-	14.762	16.276	-	-	16.276
Resultado de equivalência patrimonial	257.140	-	-	257.140	2.322	-	-	2.322
Receita líquida de honorários e comissões	2.441.188	390.378	184.544	3.016.110	1.481.006	151.895	84.277	1.717.178
Ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros	1.127.931	566.491	3.129	1.697.551	133.495	401.566	5.937	540.998
Outras receitas (despesas) operacionais	(169.327)	(16.374)	22.221	(163.480)	(26.457)	(8.029)	(694)	(35.180)
RECEITA BRUTA	**13.422.537**	**1.834.179**	**226.414**	**15.483.130**	**4.499.295**	**980.248**	**93.835**	**5.573.378**
Despesas de pessoal	(2.484.585)	(202.841)	(24.816)	(2.712.242)	(997.656)	(141.997)	(16.365)	(1.156.018)
Outras despesas administrativas	(2.562.913)	(95.598)	(8.956)	(2.667.467)	(1.021.760)	(48.937)	(7.695)	(1.078.392)
Depreciação e amortização	(475.872)	(18.753)	(196)	(494.821)	(296.077)	(11.828)	(2.170)	(310.075)
Provisões (líquido)	(1.948.756)	7.450	(17.293)	(1.958.599)	(470.002)	(47.626)	(4.132)	(521.760)
Perdas por não recuperação de ativos financeiros (líquido)	(4.832.412)	1.557	-	(4.830.855)	(1.496.622)	223	-	(1.496.399)
Perdas por não recuperação de ativos não financeiros (líquido)	(68.371)	-	-	(68.371)	(8.950)	-	-	(8.950)
Outros ganhos/ (perdas) não-financeiros	1.088.785	-	-	1.088.785	8.227	-	-	8.227
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**2.138.413**	**1.525.994**	**175.153**	**3.839.560**	**216.455**	**730.083**	**63.473**	**1.010.011**

	Milhares de Reais							
Outros;	30 de junho de 2009				31 de dezembro de 2008			
Total do ativo	240.261.353	48.616.427	-	**288.877.780**	243.957.824	50.232.023	-	**294.189.847**
Empréstimos e adiantamentos a clientes	103.245.267	27.557.038	-	**130.802.305**	106.317.159	28.151.101	-	**134.468.260**
Depósitos de clientes	119.586.558	35.335.602	-	**154.922.160**	117.516.868	37.977.971	-	**155.494.839**

Não houve variações na base de segmentação ou na base de mensuração do lucro ou prejuízo do segmento em relação às últimas demonstrações financeiras anuais

Adicionalmente, o Banco não possui clientes que individualmente respondam por 10% de sua receita financeira ou receita correlata (das duas a maior) em junho de 2009 e 2008.

14. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da administração do Banco entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas no primeiro semestre de 2009 e 2008 foram as seguintes:

a) Remuneração da Administração

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Milhares de Reais	
	30 de junho de 2009	**30 de junho de 2008**
Remuneração fixa	16.648	8.599
Remuneração variável	65.611	28.989
Outros	3.051	1.270
Total	**85.310**	**38.858**

ii) Rescisão de contrato

Os contratos possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria do contratado, não dá direito a qualquer compensação financeira. No caso de rescisão do contrato pelo Banco, os executivos cujos contratos estabelecem o pagamento de verba adicional a título de compensação, terão, agregadamente, até o limite de R$7.013, valor que considera a somatória das rescisões.

iii) Outras informações

Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

a) quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas;

b) qualquer entidade controlada pela instituição; ou

c) qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 30 de junho de 2009, com mais de 5% do total de ações:

	30 de junho de 2009					
Acionistas	**Ações ordinárias (milhares)**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais (milhares)**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de Ações (%)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	72.504.460	41,60%	61.391.761	40,53%	133.896.221	41,10%
Sterrebeeck B.V. (1)	99.048.158	56,83%	86.076.128	56,83%	185.124.286	56,83%
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	2.726.211	1,57%	3.986.170	2,64%	6.712.381	2,07%
Total	**174.278.829**	**100,00%**	**151.454.059**	**100,00%**	**325.732.888**	**10,.00%**

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.
(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

A tabela a seguir demonstra a participação acionária indireta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2008, com mais de 5% do total de ações:

	31 de dezembro de 2008					
Acionistas	**Ações ordinárias (milhares)**	**Ações ordinárias (%)**	**Ações preferenciais (milhares)**	**Ações preferenciais (%)**	**Total de ações (milhares)**	**Total de ações (%)**
Grupo Empresarial Santander, S.L. (1)	72.504.460	41,60	61.391.761	40,53	133.896.221	41,10
Sterrebeeck B.V. (1)	99.048.194	56,83	86.076.161	56,83	185.124.355	56,83
Membros do Conselho de Administração	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	2.739.762	1,57	3.997.945	2,64	6.737.707	2,07
Total	**174.292.416**	**100,00**	**151.465.867**	**100,00**	**325.758.283**	**100.00**

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria detém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.
(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

b) Transações com Partes Relacionadas

Transações entre as entidades do Santander realizadas em condições normais de mercado em termos de prazos e taxas, comparáveis às aplicadas nas transações com partes não relacionadas.

As principais transações e saldos são conforme segue:

	Milhares de Reais			
	30 de junho de 2009		31 de dezembro de 2008	
	Empresas controladas em conjunto	**Parte relacionada**	**Empresas controladas em conjunto**	**Parte relacionada**
Ativo				
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	-	651.114	-	714.127
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	397.913	1.361.391	455.844	10.587.034
Derivativos para negociação	-	825.374	-	1.501.689
Intermediação financeira	-	5.800	-	18.865
Outros bens	-	284.615	111	125.237
Passivo				
Depósitos de clientes	(195.024)	(220.422)	(85.198)	(120.400)
Depósitos de instituições de crédito	(17.631)	(6.557.115)	(39.229)	(5.471.056)
Derivativos para negociação	-	(900.360)	-	(1.667.390)
Outros passivos - Dividendos e bônus a pagar	(1.829)	(784.543)	-	(1.352.252)
Outras obrigações - Diversos	-	(39.542)	(7.925)	(40.534)

	Milhares de Reais			
	30 de junho de 2009		30 de junho de 2008	
	Empresas controladas em conjunto	Parte relacionada	Empresas controladas em conjunto	Parte relacionada
Resultado				
Juros e ganhos semelhantes	25.271	209.514	-	19.818
Despesas de juros e encargos semelhantes	(13.066)	(543.674)	-	(27.360)
Ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros	-	81.541	-	110.481
Outras receitas e despesas	19.840	(130.922)	-	193.807

15. Planos de Opção de Compra de Ações

As principais premissas utilizadas em 30 de junho de 2009 não sofreram alterações significativas em relação às indicadas nas demonstrações financeiras consolidadas em 31 de dezembro de 2008 e 2007.

16. Outras divulgações

a) Valores de referência e valores de mercado de derivativos de negociação e para hedge

A composição dos valores de referência e/ou contratuais e dos valores de mercado dos derivativos de negociação e para hedge mantidos pelo Banco é a seguinte:

	Milhares de Reais			
	30 de junho de 2009		31 de dezembro de 2008	
	Valor de referência (nocional)	Valor de mercado	Valor de referência (nocional)	Valor de mercado
Derivativos para negociação:				
Risco de taxa de juros e outros				
Swaps de taxa de juros	45.539.118	10.954.173	55.901.265	15.868.331
Compra e venda de opções	179.420.982	38.182	154.139.645	(175.456)
Contratos a termo e de futuros	44.384.128	-	43.271.519	7.788
Risco de moeda estrangeira				
Swaps de câmbio [1]	47.932.126	(10.077.292)	56.333.178	(17.867.750)
Compra e venda de opções	34.459.408	(552.415)	58.473.829	(1.559.102)
Contratos a termo e de futuros	20.650.313	585.406	48.517.742	1.823.929
	372.386.075	**948.054**	**416.637.178**	**(1.902.260)**
Derivativos de hedge:				
Risco de taxa de juros				
Contratos de futuros [2]	14.674.276	-	18.055.336	-
Swaps de taxa de juros	1.279.770	114.965	1.701.594	(158.450)
	15.954.046	**114.965**	**19.756.930**	**(158.450)**
Total	**388.340.121**	**1.063.019**	**436.394.108**	**(2.060.710)**

[1] Inclui derivativos de crédito que o Banco utiliza para reduzir ou eliminar sua exposição a riscos específicos decorrentes da compra ou venda de ativos associados com a gestão da carteira de crédito. Em 2008, o volume de derivativos de crédito com taxa de retorno total – risco de crédito corresponde a R$580.917 (31 de dezembro de 2008 - R$697.606) de custo e R$579.686 (31 de dezembro de 2008 - R$696.162) de valor justo, e o volume de risco de crédito transferido corresponde a R$54.139 (31 de dezembro de 2008 - R$94.852) de custo e R$51.623 (31 de dezembro de 2008 - R$99.785) de valor justo. Durante o período, não houve eventos de crédito relacionados a eventos previstos nos contratos. O capital básico exigido totalizou R$6.000 (31 de dezembro de 2008 - R$3.805) mil.

[2] O efeito da marcação a mercado desses hedges de fluxos de caixa, com vencimento entre 1 julho de 2009 e 2 de janeiro de 2012, é registrado diretamente no patrimônio líquido e em 30 de junho de 2009 correspondia a um débito de R$410.498 (31 de dezembro de 2008 - R$ 85.917), líquido dos efeitos tributários. O valor justo dos Certificados de Depósito designados como item de hedge era de R$14.917.686 (31 de dezembro de 2008 - R$18.308.306) Não foi identificada nenhuma parcela inadimplente desses hedges que devesse ser registrada no resultado durante o período. As transações envolvendo futuros-DI designadas como instrumento de hedge têm ajustes diários e são registradas no ativo e no passivo e liquidadas em moeda corrente diariamente.

b) Fundos administrados não registrados no balanço

Os fundos administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

	Milhares de Reais	
	30 de junho de 2009	**31 de dezembro de 2008**
Fundos de investimento	78.938.589	76.777.598
Ativos administrados	6.564.459	3.624.448
Total	**85.503.048**	**80.402.046**

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 30 de junho de 2009 e 31 de dezembro de 2008, o Banco mantinha sob custódia títulos e valores mobiliários de terceiros que totalizavam R$188.190.566 mil e R$80.454.575 mil, respectivamente.

17. Informações complementares – Conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do Banco (não requerida pelo IFRS):

De acordo com a Instrução CVM nº 457/7 de 13/07/07, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, nos períodos apresentados a seguir:

	Milhares de Reais			
	Nota explicativa	**30 de junho de 2009**	**30 de junho de 2008**	**31 de dezembro de 2008**
Patrimônio líquido atribuído ao Banco em BR GAAP		49.382.354	10.611.804	48.756.557
Ajustes IFRS, líquido de impostos:				
Taxa de desconto de planos de pensão	e	(173.295)	(182.859)	(179.343)
Classificação de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	f	65.793	(7.002)	43.675
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	581.571	797.585	552.854
Perda de valor recuperável de empréstimos e financiamentos	b	(231.738)	(366.767)	(234.300)
Resultado de equivalência patrimonial	c	-	10.846	(5.970)
Diferimento de taxas bancárias, comissões e outros custos financeiros inerentes pelo método da taxa de juros efetiva	g	189.126	163.360	174.116
Estorno da amortização do ágio	h	1.419.686	-	376.766
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	i	(30.186)	-	(11.069)
Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros	j	31.452	-	32.200
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	d	11.484	(11.177)	1.542
Perda de valor recuperável de ativos não financeiros	j	10.595	-	-
Ajustes de preço de compra - amortização	k	534.843	-	315.992
Outros		9.208	3.474	8.179
Patrimônio líquido atribuído ao Banco em IFRS		**51.800.893**	**11.019.264**	**49.831.199**
Participações minoritárias em IFRS		5.353	59	5.279
Patrimônio líquido (incluindo participações minoritárias) em IFRS		**51.806.246**	**11.019.323**	**49.836.478**

	Milhares de Reais		
	Nota explicativa	30 de junho de 2009	30 de junho de 2008
Lucro líquido atribuído ao Banco em BR GAAP		1.006.023	833.488
Ajustes IFRS, líquido de impostos:			
Taxa de desconto de planos de pensão	e	6.113	3.451
Classificação de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	f	39.548	(8.588)
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	a	101.752	33.582
Resultado de equivalência patrimonial	c	-	142
Diferimento de taxas bancárias, comissões e outros custos financeiros inerentes pelo método da taxa de juros efetiva	g	15.058	(50.508)
Estorno da amortização do ágio	h	1.042.920	-
Perda de valor recuperável de empréstimos e financiamentos	b	2.241	(104.747)
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	i	(19.168)	-
Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros	j	-	-
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	d	7.170	623
Perda de valor recuperável de ativos não financeiros	j	13.315	-
Ajuste de preço de compra - amortização	k	218.856	-
Outros		11.015	-
Lucro líquido atribuído ao Banco em IFRS		**2.444.843**	**707.443**
Participações minoritárias em IFRS		302	2
Lucro líquido (incluindo participações minoritárias) em IFRS		**2.445.145**	**707.445**

a) Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda:

Segundo o BR GAAP, o Banco contabiliza determinados investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo. Segundo o IFRS, o Banco tem classificado esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor de mercado com as alterações reconhecidas em Outras receitas abrangentes, dentro do escopo do IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo”.

b) Perda de valor recuperável de empréstimos e financiamentos:

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo”, o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, conforme discutido na Nota Explicativa 2.g. Tais critérios diferem em determinados aspectos dos critérios adotados segundo o BR GAAP, que usa determinados limites regulatórios definidos pelo Banco Central do Brasil para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito.

c) Resultado da equivalência patrimonial:

Segundo o BR GAAP, investimentos em determinadas coligadas são contabilizados ao custo, uma vez que, segundo esses princípios contábeis, não atendem aos critérios necessários para que possam ser contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Tais critérios incluem participação de no mínimo 10% e a importância do investimento na coligada em relação à participação total do investidor. Segundo o IFRS, de acordo com o IAS 28 “Investimentos em Coligadas”, um investimento em uma coligada na qual o investidor exerça influência significativa, mesmo que a participação seja inferior a 20%, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com a Resolução 3619 do Conselho Monetário Nacional, o BR GAAP foi alterado para possibilitar a convergência com a orientação fornecida pelo IAS 28, em vigor a partir de dezembro de 2008.

d) Perda de valor recuperável de ativos tangíveis:

Segundo o BR GAAP, as perdas de valor recuperável de determinados ativos tangíveis relativos às agências do Banco foram reconhecidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, como resultado da adoção do pronunciamento técnico CPC 01, “Redução ao Valor Recuperável de Ativos”. O CPC 01 alterou a metodologia usada no BR GAAP para permitir a convergência para o IFRS (IAS 36, “Redução do Valor Recuperável de Ativos”). Antes da emissão do CPC 01, o Banco agrupava determinados ativos de agências ao avaliar sua recuperabilidade. Segundo o IFRS, o Banco avalia esses ativos em relação às perdas de valor recuperável para cada uma das agências que para o Banco represente unidade geradora de caixa, de acordo com o IAS 36 “Redução do Valor Recuperável de Ativos”.

e) Taxa de desconto de planos de previdência privada:

Segundo o BR GAAP, a taxa de desconto usada para obrigações com benefícios previdenciários reflete a taxa nominal de juros. Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 19 “Benefícios a empregados”, a taxa usada para trazer a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego foi definida tendo por referência as taxas de remuneração de mercado de títulos de dívida de alta qualidade no encerramento do período cujos resultados estiverem sendo divulgados.

f) Classificação de instrumentos financeiros a valor de mercado no resultado:

Segundo o BR GAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. Segundo o IFRS, o Banco classificou determinados empréstimos, financiamentos e depósitos como sendo a “valor de mercado no resultado”, em conformidade com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo”. O Banco optou por essa base de classificação, uma vez que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

g) Diferimento de taxas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes segundo o método da taxa de juros efetiva:

Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo”, as taxas bancárias, comissões e custos financeiros inerentes que integram a taxa de juros efetiva de instrumentos financeiros calculada ao custo amortizado são reconhecidos no resultado durante o período de validade dos respectivos contratos. Segundo o BR GAAP, essas taxas e despesas são reconhecidas diretamente no resultado quando recebidas ou pagas.

h) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BR GAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de 10 anos. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 “Ativos Intangíveis”, o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação da a perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável; comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil.

i) Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira:

Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 39 “Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo”, contratos a termo em moeda estrangeira são derivativos registrados a valor de mercado. Segundo o BR GAAP, esses contratos são contabilizados ao custo amortizado.

j) Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros:

Segundo o IFRS, o Banco estimou o impacto da contabilização de provisão para ativos financeiros, que difere, em determinados aspectos, dos critérios adotados segundo o BR GAAP.

k) Ajustes do preço de compra - Amortização

Como parte da alocação do preço de compra, seguindo as exigências do IFRS 3, o Banco reavaliou seus ativos e passivos a valor de mercado, incluindo ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida. Segundo o BR GAAP, em uma combinação de empresas, os ativos e passivos não são reavaliados a seus respectivos valores de mercado. Assim, este ajuste diz respeito aos seguintes itens:

- Amortização relativa ao aumento no valor dos ativos na carteira de empréstimos em relação a seu valor contábil: como o valor dos empréstimos foi ajustado a valor de mercado, isto gera um ajuste na curva de remuneração dos respectivos empréstimos em comparação com o seu valor nominal, o qual é compensado proporcionalmente com este ajuste.

- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida em relação à vida útil estimada dsses ativos (superior a 10 anos).

18. Eventos subseqüentes

Incorporação das ações da Santander Seguros S.A. e da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo Banco Santander

Em 28 de julho de 2009, as diretorias do Banco Santander, da Santander Seguros S.A. ("Santander Seguros") e da Santander Brasil Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Santander Brasil Asset") aprovaram e submeteram à aprovação do Conselho de Administração e de seus respectivos acionistas a incorporação das ações da Santander Seguros da Santander Brasil Asset pelo Banco Santander mediante Instrumento Particular de Protocolo de Justificação de Incorporação ("Protocolo"). O Protocolo estabelece as justificativas e condições para a reestruturação societária que consistiu da incorporação de todas as ações da Santander Seguros e da Santander Brasil Asset pelo Banco Santander. Como resultado da incorporação, a Santander Seguros e a Santander Brasil Asset tornaram-se subsidiárias integrais do Banco Santander. A incorporação foi aprovada pela Assembléia Geral Extraordinária das respectivas empresas realizada em 14 de agosto de 2009.

A incorporação resultou em (i) aumento do capital do Banco Santander em R$2.471.413 mil; e (ii) emissão de 14.410.886 ações, que consistiu em 7.710.343 ações com direito a voto e de 6.700.543 ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal. As ações emitidas no contexto da incorporação possuem os mesmos direitos que as ações votantes e as ações preferenciais do Banco Santander já existentes. O Banco Santander contabilizará a incorporação na data em que a incorporação foi concluída, tomando como base o valor histórico dos ativos e passivos da Santander Seguros e da Santander Brasil Asset.

A incorporação ainda está sujeita à aprovação do Banco Central do Brasil (Bacen) e da Superintendência de Seguros Privados (Susep).

ANEXO I – SUBSIDIÁRIAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

				Milhares de reais	
				Semestre findo em 30 de junho de 2009	
		Participação %		Patrimônio	Lucro (Prejuízo)
Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	**Atividade**	**Direta**	**Indireta**	**líquido**	**líquido**
Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	Leasing	99,99%	99,99%	535.549	9.758
Santander S.A. Corretora de Câmbio e Títulos	Corretora	99,99%	100,00%	210.997	17.265
Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	99,99%	100,00%	932	(84)
Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Asset manager	99,99%	100,00%	123.316	19.451
Santander Investimentos em Participações S.A.	Holding	99,99%	100,00%	979.758	355.444
Santander Administradora de Consórcios Ltda.	Buying club	99,99%	100,00%	3.672	36
ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Cartões de crédito	100,00%	100,00%	279.162	13.534
Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE	Banco	100,00%	100,00%	3.803.909	134.978
ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.	Leasing	99,99%	99,99%	610.545	23.268
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	76,40%	99,99%	9.959.569	392.335
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	100,00%	100,00%	629.825	6.883
ABN AMRO Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%	100,00%	72.572	18.121
Real Corretora de Seguros S.A.	Corretora	100,00%	100,00%	47.499	30.397
Real Microcrédito Assessoria Financeira S.A.	Microcrédito	100,00%	100,00%	9.063	2.501
Santander Advisory Services S.A. (1)	Outras atividades	100,00%	100,00%	1.325	70
Companhia Real Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora	100,00%	100,00%	75.707	(385)
Real Argentina S.A.	Outras atividades	98,99%	98,99%	164	(33)
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.	Holding	100,00%	100,00%	23.787	23.287
Webmotors S.A.	Outras atividades	100,00%	100,00%	36.790	7.659
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	Banco	99,80%	99,80%	2.047.283	95.156
ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários	Corretora	-	100,00%	42.220	2.320
Controladas pela Companhia Real Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários					
ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.	Corretora	-	100,00%	64.703	1.901
Controladas pela ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.					
Real CHP S.A.	Holding	-	92,78%	3.346	1.944
Controladas pela Santander Investimentos em Participações S.A.					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Corretora de seguros	-	99,99%	69.413	14.162
Agropecuária Tapirapé S.A.	Outras atividades	-	99,07%	6.623	182
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	Securitização	-	(a)	-	-

(a) Empresa sobre a qual efetivo controle é exercido.
(1) Denominação atual da ABN AMRO Advisory Services S.A.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações Financeiras Consolidadas do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e 2007 e parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Banco Santander (Brasil) S.A.

Demonstrações Financeiras Consolidadas
Referentes aos Exercícios Findos
em 31 de Dezembro de 2008 e 2007 e Parecer
dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco Santander (Brasil) S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos os balanços patrimoniais consolidados do Banco Santander (Brasil) S.A. e controladas ("Banco"), levantados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, e as respectivas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e sob a responsabilidade da Administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco e controladas; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco e controladas, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Banco em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o resultado de suas operações, as mutações consolidadas de seu patrimônio líquido e os seus fluxos de caixa consolidados correspondentes aos exercícios findos naquelas datas, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

4. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos, das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas nas Notas 45 e 46 às demonstrações financeiras consolidadas.

São Paulo, 20 de julho de 2009

Deloitte Touche Tohmatsu
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Francisco Antônio Maldonado Sant'Anna
Contador
CRC nº 1 SP 120424/O-8

Banco Santander (Brasil) S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS CONSOLIDADOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota explicativa	2008	2007
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	4	23.700.500	22.276.941
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO:		19.986.000	12.292.501
Instrumentos de dívida	6	*10.011.999*	*8.535.261*
Participações acionárias	7	*678.993*	*340.267*
Derivativos	8	*9.295.008*	*3.416.973*
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO:		5.574.961	1.647.806
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	5	*4.046.898*	*1.452.467*
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	*1.434.789*	-
Instrumentos de dívida	6	*93.274*	*195.339*
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA:		30.735.681	9.303.457
Instrumentos de dívida	6	*29.491.191*	*6.684.760*
Participações acionárias	7	*1.244.490*	*2.618.697*
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS:		162.725.106	55.034.260
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	5	*29.691.635*	*5.831.178*
Empréstimos e adiantamentos a clientes	9	*133.033.471*	*49.203.082*
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO *HEDGE*		106.321	-
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	10	112.824	32.000
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	11	633.595	54.565
ATIVO TANGÍVEL	12	3.829.074	1.110.970
ATIVO INTANGÍVEL:		30.995.287	1.799.182
Ágio	13	*27.488.426*	-
Outros ativos intangíveis	14	*3.506.861*	*1.799.182*
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS:		12.919.894	4.223.203
Correntes		*1.150.737*	*149.998*
Diferidos	23	*11.769.157*	*4.073.205*
OUTROS ATIVOS	15	2.870.604	544.348
TOTAL DO ATIVO		**294.189.847**	**108.319.233**

PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	2008	2007
PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO:		11.209.600	4.650.305
Derivativos	8	*11.197.268*	*4.564.131*
Posição vendida	8	*12.332*	*86.174*
OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO:		307.376	690.285
Depósitos de instituições de crédito	16	*307.376*	*627.105*
Depósitos de clientes	17	-	*63.180*
PASSIVO FINANCEIRO AO CUSTO AMORTIZADO:		213.973.314	84.780.913
Depósitos do Banco Central do Brasil	16	*184.583*	-
Depósitos de instituições de crédito	16	*26.325.636*	*18.217.012*
Depósitos de clientes	17	*155.494.839*	*55.147.278*
Captações no mercado aberto	18	*12.085.655*	*2.805.417*
Dívidas subordinadas	19	*9.197.429*	*4.210.224*
Outros passivos financeiros	20	*10.685.172*	*4.400.982*
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO *HEDGE*		264.771	-
PROVISÕES	21	8.915.245	4.816.321
PASSIVOS FISCAIS:		6.156.101	1.718.841
Correntes		*3.025.207*	*266.201*
Diferidos	23	*3.130.894*	*1.452.640*
OUTRAS OBRIGAÇÕES	22	3.526.962	1.453.988
TOTAL DO PASSIVO		244.353.369	98.110.653
PATRIMÔNIO LÍQUIDO:	26	49.317.582	8.671.479
Capital social		*47.152.201*	*8.331.448*
Reservas		*1.240.031*	*701.800*
Lucro do exercício atribuível à controladora		*2.378.395*	*1.902.999*
Menos: dividendos e remuneração		*(1.453.045)*	*(2.264.768)*
AJUSTES AO VALOR DE MERCADO:		513.617	1.537.044
Ativos financeiros disponíveis para venda	25	*795.412*	*1.537.044*
Hedges de fluxo de caixa	25	*(281.795)*	-
PARTICIPAÇÃO DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	24	5.279	57
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**49.836.478**	**10.208.580**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**294.189.847**	**108.319.233**

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DO RESULTADO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007
(Valores expressos em milhares de reais - R$, exceto valores por ação)

	Nota explicativa	(Débito) crédito	
		2008	2007
Receitas com juros e similares	29	23.767.814	13.197.368
Despesas com juros e similares	30	(12.329.845)	(7.002.082)
RECEITA LÍQUIDA COM JUROS		**11.437.969**	**6.195.286**
Resultado de renda variável	31	36.972	36.387
Resultado de equivalência patrimonial	11	112.330	5.884
Receita de tarifas e comissões	32	4.809.014	3.363.518
Despesas de honorários e comissões	33	(555.311)	(265.546)
Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)	34	(1.286.113)	1.516.664
Mantidos para negociação		*(1.214.846)*	*254.128*
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		*39.956*	*24.873*
Instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		*320.307*	*1.236.856*
Outros		*(431.530)*	*807*
Diferenças cambiais (líquidas)	35	1.475.779	381.587
Outras receitas (despesas) operacionais	36	(59.817)	132.924
TOTAL DE RECEITAS		**15.970.823**	**11.366.704**
Despesas administrativas		(7.184.937)	(4.460.217)
Despesas com pessoal	37	*(3.548.162)*	*(2.384.267)*
Outras despesas administrativas	38	*(3.636.775)*	*(2.075.950)*
Depreciação e amortização	12 & 14	(846.005)	(579.746)
Provisões (líquidas)	21	(1.230.317)	(1.196.412)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(4.099.284)	(2.159.437)
Empréstimos e financiamentos	9	*(4.102.645)*	*(2.179.843)*
Outros instrumentos financeiros não mensurados pelo valor justo no resultado		*3.361*	*20.406*
Perdas com outros ativos (líquidas)		(77.277)	(298.082)
Outros ativos intangíveis	14	*(52.002)*	*(227.533)*
Outros valores e bens		*(25.275)*	*(70.549)*
Ganhos líquidos na alienação de bens não classificados como ativo não circulante destinado à venda	39	6.611	861
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda como operações descontinuadas	40	9.219	13.470
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**2.548.833**	**2.687.141**
Impostos sobre a renda	23	(170.207)	(784.142)
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO		**2.378.626**	**1.902.999**
Lucro atribuível à Controladora		*2.378.395*	*1.902.999*
Lucro atribuível a participações minoritárias	24	*231*	-
LUCRO POR AÇÃO (em reais)			
Lucro básico e diluído por 1.000 ações (em reais - R$)			
Ações ordinárias		*11,59*	*14,02*
Ações preferenciais		*12,75*	*15,43*
Média ponderada das ações emitidas (em milhares) - básica e diluída			
Ações ordinárias		*104.926.194*	*69.383.705*
Ações preferenciais		*91.168.064*	*60.285.449*

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Exercício findo em 31 de dezembro de	
	2008	**2007**
LUCRO LÍQUIDO CONSOLIDADO DO EXERCÍCIO	**2.378.626**	**1.902.999**
OUTRAS RECEITAS (DESPESAS) RECONHECIDAS	**(1.023.427)**	**(46.824)**
Ativos financeiros disponíveis para venda	(1.099.982)	(58.787)
Ajuste ao valor de mercado	*(779.675)*	*1.178.069*
Valores transferidos para a conta de resultado	*(320.307)*	*(1.236.856)*
Hedges de fluxo de caixa	(447.792)	-
Ajuste ao valor de mercado	*(447.792)*	-
Impostos sobre a renda	524.347	11.963
RESULTADO RECONHECIDO NO EXERCÍCIO	**1.355.199**	**1.856.175**
Atribuível à controladora	1.354.968	1.856.175
Atribuível às participações minoritárias	231	-
TOTAL	**1.355.199**	**1.856.175**

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007 (continuação)

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO TOTAL

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Patrimônio líquido atribuível à Controladora								
	Patrimônio líquido								
	Capital social	Reservas	Lucro atribuído à Controladora	Dividendos e remuneração	Total do patrimônio líquido	Ajustes ao valor de mercado	Total	Participações minoritárias	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1° de janeiro de 2007	**6.831.448**	**1.263.450**	**-**	**(559.033)**	**7.535.865**	**1.583.868**	**9.119.733**	**57**	**9.119.790**
Total de receitas (despesas) reconhecidas	**-**	**-**	**1.902.999**	**-**	**1.902.999**	**(46.824)**	**1.856.175**	**-**	**1.856.175**
Outras mutações do patrimônio líquido									
Dividendos/remuneração	-	(559.033)	-	(1.705.735)	(2.264.768)	-	(2.264.768)	-	(2.264.768)
Aumento de capital	1.500.000	-	-	-	1.500.000	-	1.500.000	-	1.500.000
Outros	-	(2.617)	-	-	(2.617)	-	(2.617)	-	(2.617)
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**8.331.448**	**701.800**	**1.902.999**	**(2.264.768)**	**8.671.479**	**1.537.044**	**10.208.523**	**57**	**10.208.580**
Lucro do exercício atribuível ao Grupo	-	-	**2.378.395**	-	**2.378.395**	**(1.023.427)**	**1.354.968**	**231**	**1.355.199**
Outras mutações do patrimônio líquido									
Apropriação do lucro do exercício	-	1.902.999	(1.902.999)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/remuneração	-	(2.264.768)	-	811.723	(1.453.045)	-	(1.453.045)	-	(1.453.045)
Aumento de capital	38.820.753	900.000	-	-	39.720.753	-	39.720.753	-	39.720.753
Outros	-	-	-	-	-	-	-	4.991	4.991
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**47.152.201**	**1.240.031**	**2.378.395**	**(1.453.045)**	**49.317.582**	**513.617**	**49.831.199**	**5.279**	**49.836.478**

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

DEMONSTRAÇÕES CONSOLIDADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008 E DE 2007

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	2008	2007
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS		
Lucro líquido consolidado do exercício	2.378.626	1.902.999
Ajustes ao lucro	5.108.513	4.211.636
Depreciação do ativo tangível	301.731	237.695
Amortização do ativo intangível	544.274	342.051
Perdas com outros ativos (líquidas)	52.002	227.533
Provisões para devedores duvidosos (líquidas)	5.332.962	3.376.255
Ganhos líquidos na alienação do ativo tangível e investimentos	(6.611)	(861)
Participação no resultado de equivalência patrimonial	(112.330)	(5.884)
Impostos	(1.003.515)	34.847
	7.487.139	**6.114.635**
Aumento (decréscimo) líquido nos ativos operacionais	**(38.972.480)**	**3.472.971**
Depósito compulsório no Banco Central do Brasil	(958.826)	(1.257.825)
Ativos financeiros para negociação	(1.450.457)	10.700.999
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	(3.927.155)	(1.647.806)
Ativos financeiros disponíveis para venda	(3.979.372)	9.527.782
Empréstimos e financiamentos	(27.988.641)	(14.078.839)
Outros ativos	(668.029)	228.660
Aumento (decréscimo) líquido nos passivos operacionais	**18.275.075**	**5.856.990**
Passivos financeiros para negociação	5.394.798	2.332.780
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	(382.909)	690.285
Passivo financeiro ao custo amortizado	15.048.503	6.760.404
Outros passivos	(1.785.317)	(3.926.479)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)	**(13.210.266)**	**15.444.596**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO		
Investimentos	(2.791.665)	(1.570.030)
Ativo tangível	(2.103.308)	(326.858)
Ativo intangível	(688.357)	(1.243.172)
Caixa líquido recebido na aquisição de subsidiária	12.147.982	-
Alienação de investimentos	600.613	59.902
Ativo tangível	600.613	59.902
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)	**9.956.930**	**(1.510.128)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO		
Aumento de capital:	800.000	607.043
Emissão de dívida subordinada	651.000	-
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	12.148.373	2.370.030
Dividendos pagos	(1.502.647)	(900.010)
Resgate de outros passivos exigíveis a longo prazo	(8.378.657)	(1.918.130)
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)	**3.718.069**	**158.933**
AUMENTO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	**464.733**	**14.093.401**
Disponibilidades no início do exercício	**16.286.137**	**2.192.736**
Disponibilidades no final do exercício	**16.750.870**	**16.286.137**
Transações não monetárias		
Empréstimos transferidos para ativos não correntes para venda	166.579	73.348
Ações emitidas na aquisição do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.	38.920.753	-
Dividendos e juros sobre o capital próprio declarados mas não pagos	1.413.748	1.463.350
Informações complementares		
Juros recebidos	22.468.869	12.926.559
Juros pagos	11.952.981	7.108.238
Impostos recolhidos	918.677	392.791

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras consolidadas.

Banco Santander (Brasil) S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas
para os exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras consolidadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco Santander (Brasil) S.A. ("Banco" ou "Santander"), controlado indiretamente pelo Banco Santander S.A., com sede na Espanha ("Grupo" ou "Banco Santander Espanha"), é a instituição líder do conglomerado financeiro e não financeiro perante o Banco Central do Brasil, constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Rua Amador Bueno, 474, Santo Amaro, São Paulo - SP, e opera como banco múltiplo, desenvolvendo operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil, e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros e corretagem de valores mobiliários e de seguros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integralmente no mercado financeiro.

O Banco foi constituído em decorrência da reorganização das participações bancárias do Grupo Santander no Brasil em 2006. Até 31 de agosto de 2006, o Grupo Santander participava, direta e indiretamente, de quatro empresas diferentes, através das quais conduzia suas operações bancárias no Brasil: Banco Santander Brasil, S.A., Banco Santander Meridional S.A., Banco Santander S.A. e Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa. Em 4 de agosto de 2006, o Banco Santander Meridional S.A. teve sua denominação alterada para Banco Santander Banespa S.A. e, em 31 de agosto de 2006, o Grupo Santander reorganizou suas operações bancárias no Brasil, em razão do que o Banco Santander Brasil S.A., o Banco Santander S.A. e o Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa contribuíram para a formação do novo Banco Santander Banespa S.A., que posteriormente passou a se chamar Banco Santander (Brasil) S.A. ("Reorganização Societária de 2006").

Conforme mencionado na nota nº 3, o Banco ABN AMRO Real S.A. ("Banco Real"), a ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. ("AAB Dois Par") e suas respectivas subsidiárias foram consolidados pelo Banco em agosto de 2008, através de aumento de capital aprovado na Ata de Assembleia Extraordinária de 29 de agosto de 2008, resultando no terceiro maior conglomerado financeiro privado (em total de ativos) do Brasil.

b) Apresentação das demonstrações financeiras consolidadas

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRS"), emitidas pelo International Accounting Standards Board ("IASB"), e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

As demonstrações financeiras consolidadas referentes aos exercícios encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 são as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2007 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura). As demonstrações financeiras societárias foram elaboradas localmente no Brasil de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil ("BACEN"), da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), doravante denominados "BR GAAP".

A nota nº 45 das demonstrações financeiras consolidadas contém a reconciliação dos saldos dos balanços patrimoniais consolidados no início e no final dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007 e os resultados correspondentes de 2007, a fim de refletir os saldos correspondentes dos períodos mencionados de acordo com o IFRS.

As notas explicativas às demonstrações financeiras consolidadas contêm informações complementares às apresentadas nos balanços patrimoniais consolidados e nas demonstrações consolidadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa. As notas explicativas fornecem, de forma clara, relevante, confiável e comparável, descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações financeiras.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras consolidadas foram aplicados em sua elaboração.

Adoção de novas normas e interpretações

As seguintes normas e interpretações entraram em vigor e foram adotadas pelo Banco em 2008:

- IFRIC 11 (IFRS 2) - Transações com Ações de Empresas do Grupo em Tesouraria: de acordo com essa interpretação, quando uma entidade recebe serviços em troca de direitos sobre suas próprias ações, a transação deve ser contabilizada como se fosse liquidada em ações, independentemente de como as ações foram obtidas. No caso de uma subsidiária conceder direitos sobre ações de sua controladora a seus empregados, a subsidiária deve contabilizar essa transação baseada em ações como se fosse um pagamento liquidado em dinheiro.

- IFRIC 14 (IAS 19) - Limite sobre Ativos Decorrentes de Planos de Benefício Definidos, Requerimentos Mínimos de Capitalização e sua Correlação: essa interpretação orienta sobre a apuração do valor de eventual excedente de benefícios pós-emprego que poderia ser reconhecido como ativo no balanço patrimonial, como o requerimento mínimo de *funding* afeta esse cálculo e quando o requerimento mínimo de *funding* pode gerar uma obrigação onerosa que deva ser reconhecida como passivo adicional, além do reconhecido nos termos do IAS 19.

- IFRIC 12 - Acordos de Concessão de Serviços: essa interpretação dispõe sobre a contabilidade das operadoras privadas envolvidas no fornecimento de bens e serviços de infraestrutura do setor público. A adoção dessa interpretação não teve efeito nestas demonstrações financeiras consolidadas.

- Alterações ao IAS 39 e IFRS 7: as alterações aprovadas permitem a reclassificação de determinados ativos financeiros (instrumentos de dívida e participações acionárias que atendam a determinadas condições) mantidos para negociação para ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos mantidos até o vencimento. Essas alterações não permitem a reclassificação de passivos financeiros, derivativos e ativos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo no resultado nem a reclassificação de instrumentos de outras carteiras para a carteira mantida para negociação. Em 2008 e 2007, o Banco não efetuou nenhuma reclassificação dessa espécie.

- IFRS 8 - Segmentos Operacionais: essa norma substitui o IAS 14 e requer que o valor apresentado para cada segmento operacional sirva como medida utilizada internamente e seja comunicado ao principal tomador de decisões operacionais para fins de alocação de recursos para esse segmento operacional e para avaliação de seu desempenho.

Com exceção ao IFRS 8, cujo impacto é explicado na nota nº 42, as demais normas e interpretações que entraram em vigor e foram adotadas pelo Banco em 2008, descritas detalhadamente a seguir, não tiveram impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações que entraram em vigor após 31 de dezembro de 2008

O Banco ainda não adotou os seguintes IFRS ou interpretações novas ou revisadas, que foram emitidas, mas cuja entrada em vigor ocorrerá após a data destas demonstrações financeiras:

- Revisão do IAS 23 - Custos de Empréstimos: as alterações ao IAS 23 eliminam a opção de reconhecer todos os custos de empréstimo imediatamente como despesa. Caso os custos de empréstimo se refiram à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, a norma revisada exige que estes sejam capitalizados como parte do custo do ativo.

- Revisão do IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: introduz determinadas modificações na apresentação das demonstrações financeiras, inclusive modificações nos títulos de cada demonstração financeira, passando o balanço patrimonial a ser denominado demonstração da posição financeira. A demonstração das mutações do patrimônio líquido só incluirá mutações do patrimônio líquido decorrentes de transações com acionistas agindo como tais. Quanto às mutações com "não-acionistas" (por exemplo, transações com terceiros ou receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido), as entidades não podem mais apresentar itens de outros resultados abrangentes separadamente nas demonstrações das mutações do patrimônio líquido. Essas movimentações com não-acionistas devem ser apresentadas em uma demonstração do resultado abrangente e o total deve ser transportado para a demonstração das mutações do patrimônio líquido. Todos os itens de receitas e despesas (inclusive os reconhecidos fora do resultado) devem ser apresentados em uma única demonstração do resultado abrangente com subtotais ou em duas demonstrações separadas (uma demonstração do resultado e uma demonstração do resultado abrangente). O IAS 1 introduziu também novos requerimentos de divulgação quando a entidade adota retrospectivamente uma mudança na prática contábil, reapresenta uma demonstração financeira ou reclassifica itens de uma demonstração financeira emitida anteriormente.

- Alteração ao IFRS 2 - Pagamentos Baseados em Ações: o objetivo da alteração é basicamente esclarecer a definição de condições de aquisição e o tratamento contábil de cancelamentos pela contraparte em um acordo baseado em ações.

- Alterações ao IAS 32 e IAS 1 - Instrumentos Financeiros com Opção de Venda e Obrigações Decorrentes de Liquidação: as alterações dispõem sobre a classificação de instrumentos financeiros com opção de venda e obrigações decorrentes apenas na liquidação, com o intuito de prever um "acordo de curto prazo e escopo limitado" destinado a evitar resultados da aplicação dos princípios gerais do IAS 32, que eram pouco intuitivos. Após as revisões, os instrumentos financeiros com opção de venda são apresentados no patrimônio líquido, desde que atendam a determinados critérios, tais como pertencerem a uma classe mais subordinada, e desde que demonstrem uma participação residual no ativo líquido da entidade.

- Alterações ao IFRS 1 e IAS 27 - Custo de Participação em Subsidiária, Entidade sob Controle Conjunto ou Coligada: essas alterações referem-se a demonstrações financeiras separadas e, portanto, não se aplicam a estas demonstrações financeiras consolidadas.

- IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes: essa interpretação dispõe sobre a contabilidade de entidades que fornecem a seus clientes incentivos para compra de mercadorias ou serviços através de prêmios como parte da transação de venda, tais como os programas de recompensa em cartão de crédito.

- Revisão do IFRS 3 - Combinações de Negócios e Alteração ao IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais: introduzem modificações significativas em diversos aspectos relacionados à contabilização de combinações de negócios e são aplicadas prospectivamente. As principais modificações são: os custos de aquisição devem ser lançados ao resultado, em vez de serem reconhecidos como aumento do custo da combinação de negócios; em aquisições por etapas, a adquirente deve recalcular o investimento detido antes da data da obtenção do controle pelo valor justo; e há a opção de calcular pelo valor justo as participações minoritárias da adquirida, diferente do atual tratamento único de calculá-las como uma parcela proporcional do valor justo do ativo líquido adquirido.

- Alterações ao IAS 39 - Itens Elegíveis para Hedge: essa alteração estabelece que a inflação só pode ser designada como item objeto de *hedge* caso seja uma parcela dos fluxos de caixa especificada contratualmente para ser objeto de *hedge*. Apenas o valor intrínseco, e não o valor a prazo, de uma opção comprada poderá ser utilizado como instrumento de *hedge*.

- IFRIC 15 - Contratos para Construção de Imóveis: essa interpretação esclarece a contabilidade de receitas e despesas associadas a entidades encarregadas da construção de imóveis diretamente ou através de subcontratados.

- IFRIC 16 - *Hedges* de Investimento Líquido em Operação Estrangeira: essa interpretação esclarece as seguintes questões: em primeiro lugar, a exposição a diferenças cambiais entre a moeda funcional da operação estrangeira e a moeda de apresentação da controladora não pode ser designada como risco protegido, e apenas a exposição em moeda estrangeira decorrente da diferença entre a moeda funcional da controladora e a de sua operação estrangeira pode ser contabilizada como *hedge*; em segundo lugar, o instrumento de *hedge* utilizado para proteger o investimento líquido pode ser mantido por qualquer entidade do grupo, não necessariamente pela controladora da operação estrangeira; e, em terceiro lugar, dispõe sobre como uma entidade deve apurar os valores a serem reclassificados do patrimônio líquido para o resultado, tanto para o instrumento de *hedge* quanto para o item objeto de *hedge* na alienação da operação estrangeira.

- IFRIC 17 - Distribuições de Ativos Não Monetários aos Acionistas: essa interpretação dispõe sobre o tratamento contábil quando uma entidade distribui ativos, exceto caixa, como dividendos para seus acionistas, embora não façam parte do seu escopo distribuições de ativos dentro de um grupo ou entre empresas sob controle conjunto. A interpretação exige que uma entidade calcule o dividendo a ser pago pelo valor justo dos ativos a serem distribuídos e que reconheça qualquer diferença em relação ao valor contábil do ativo no resultado.

- IFRIC 18 - Transferências de Ativos de Clientes: essa interpretação esclarece as exigências do IFRS para contratos em que uma entidade recebe de um cliente um ativo imobilizado que a entidade deve então utilizar para conectar o cliente a uma rede ou para fornecer ao cliente acesso constante a um suprimento de mercadorias ou serviços (tais como o abastecimento de energia elétrica, gás ou água). O princípio básico do IFRIC 18 é que quando um ativo fixo transferido de um cliente se enquadra na definição de ativo nos termos da estrutura do IASB do ponto de vista do receptor, o receptor deve reconhecer o ativo em suas demonstrações financeiras. Caso o cliente continue a controlar o bem transferido, não se aplica a definição de ativo, mesmo que a propriedade do ativo seja transferida a uma empresa de utilidade ou a outra entidade receptora.

O Banco entende que a adoção das normas e interpretações anteriormente mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras consolidadas como um todo.

c) Estimativas utilizadas

A apuração do patrimônio líquido e dos resultados varia de acordo com as políticas contábeis, a base de avaliação e as estimativas utilizadas pelos diretores do Banco combinadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Nas demonstrações financeiras combinadas, foram ocasionalmente utilizadas estimativas elaboradas pelos principais executivos do Banco a fim de quantificar determinados ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos ora apresentados.

Essas estimativas referem-se basicamente aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

  O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

  Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como segue:

  - Método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, permitindo *hedging* (principalmente moeda a termo e *swaps*) estático, empréstimos e adiantamentos. Os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente utilizando-se as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis. Normalmente, as curvas das taxas de juros são dados de mercado observáveis.

  - O modelo Black-Scholes de avaliação de instrumentos financeiros que requerem *hedge* dinâmico (principalmente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados). Determinadas informações observáveis de mercado são usadas no modelo Black-Scholes para gerar variáveis como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, conforme necessário.

  - Tanto o método do valor presente como o modelo Black-Scholes são usados para avaliar instrumentos financeiros expostos a riscos de taxas de juros, como contratos de juros futuros, *cap* de juros e *floor* de juros.

  - São usados modelos dinâmicos semelhantes aos usados na avaliação do risco de taxas de juros para calcular o risco de crédito de instrumentos lineares (como títulos de dívida e derivativos de rendimento prefixado).

  A metodologia usada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros é descrita em detalhe na nota nº 2.d.

- Provisão para perdas sobre créditos

  O Banco cobre perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas segundo métodos estatísticos que ainda não tenham sido alocados a operações específicas.

  O Banco usa o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do crédito, usando modelos estatísticos que levam em conta três fatores: “exposição à inadimplência”, “probabilidade de inadimplência” e “perda devido à inadimplência”, conforme discutido em detalhes na nota nº 2.g.

- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis)

  Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). O Banco reconhece despesas com perda de valor recuperável quando acredita haver indício objetivo de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

  - Ativos tangíveis são discutidos em detalhes na nota nº 2.k.
  - Ativos intangíveis são discutidos em detalhes na nota nº 2.m.
  - Outros ativos são discutidos em detalhes na nota nº 2.n.
  - Premissas usadas no cálculo atuarial de passivos e compromissos com benefícios previdenciários e outras obrigações.

  O Banco oferece planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, de acordo com o IAS 19.

  A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

  - Taxas de juros assumidas.
  - Tábuas de mortalidade.
  - Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias.
  - Índice de inflação de preços.
  - Índice anual de reajustes salariais.
  - Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

  Os benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota nº 2.t.

- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos

  Conforme explicação na nota nº 2.w, ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias na medida em que se considera provável que o Banco terá lucro tributável futuro em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que o Banco terá lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados.

  Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuros, que podem afetar as demonstrações financeiras combinadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

  - Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
  - Mudanças nas taxas de juros.
  - Mudanças nos índices de inflação.
  - Regulação governamental e questões fiscais.
  - Processos ou disputas judiciais adversas.
  - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
  - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
  - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital

Em julho de 2008 foram introduzidas novas regras para o cálculo do índice de adequação de capital do Banco de acordo com o método estabelecido pelo Acordo da Basileia II, utilizando uma nova metodologia, análise e procedimentos de gestão de risco de crédito. Entre as alterações destacam-se: (a) riscos de crédito - a ponderação de determinados ativos, inclusive crédito ao consumidor, que agora passa a envolver menos capital, a mitigação de riscos utilizando garantias e a inclusão de compromissos de capital para crédito; (b) riscos de mercado - a introdução de requisitos de capital definidos para exposição sujeita a variações em taxas de cupons em moeda estrangeira, índices de preço e taxas de juros; preços de *commodities* e ações classificadas na carteira de negociação; e taxas de juros não classificadas na carteira de negociação; e (c) riscos operacionais - requisito de capital específico (veja a nota nº 27).

O Índice de Basileia II do Santander é calculado com base nos números contábeis registrados de acordo com o BR GAAP, conforme exigência do BACEN.

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas foram os seguintes:

a) Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para as operações é o Real. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio no fim do exercício, os itens não monetários são calculados pelas taxas de câmbio históricas na data das operações e os saldos da demonstração do resultado são convertidos pelas taxas de câmbio médias do exercício.

As diferenças cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como "Diferenças cambiais" na demonstração consolidada do resultado, com exceção das diferenças cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado sem distingui-las de outras variações no valor justo e com exceção das diferenças cambiais decorrentes de itens não monetários calculados pelo valor justo no patrimônio, que são reconhecidas como "Ajustes ao valor de mercado".

b) Base para consolidação

i. Subsidiárias

Entende-se por "subsidiárias" as entidades nas quais o Banco tem a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas nem sempre, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior ou zero, quando o controle é concedido ao Banco, como no caso de acordos com acionistas da investida. Controle é o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são integralmente consolidadas nas do Banco. Assim sendo, todos os saldos e operações entre entidades consolidadas são eliminados na consolidação.

Na aquisição de uma subsidiária, seus ativos, passivos e passivos contingentes são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo do ativo líquido identificável adquirido são reconhecidas como ágio (veja nota nº 13). Diferenças negativas são debitadas ao resultado na data de aquisição.

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido do Banco é apresentada como "Participações minoritárias" no balanço patrimonial consolidado (veja nota nº 24). Essa participação no lucro do exercício é apresentada como "Lucro atribuível a participações minoritárias" na demonstração consolidada do resultado.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do resultado desde a data de aquisição até o fim do exercício. Analogamente, os resultados das subsidiárias alienadas durante o exercício são incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas do exercício desde o início do exercício até a data da alienação.

O Apêndice I contém informações significativas a respeito dessas entidades.

ii. Participações em joint ventures (entidades sob controle conjunto) e coligadas

Joint ventures são participações em entidades que não são subsidiárias, mas que são controladas em conjunto por duas ou mais entidades não relacionadas. Isso se reflete em acordos contratuais nos quais duas ou mais entidades ("empreendedoras") adquirem participações em entidades ("entidades sob controle conjunto") ou possuem operações ou detêm ativos, de modo que as decisões financeiras e operacionais estratégicas que afetem a *joint venture* dependem da decisão unânime das empreendedoras.

Coligadas são entidades nas quais o Banco tem condições de exercer influência significativa, mas não controla nem detém controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras consolidadas, participações em *joint ventures* e coligadas são contabilizadas utilizando o método da equivalência patrimonial, ou seja, pela participação do Banco no ativo líquido da investida, depois de considerar os dividendos recebidos dela e outras eliminações patrimoniais. No caso de operações com uma *joint venture* ou coligada, o respectivo resultado é eliminado de acordo com a participação do Banco na *joint venture* ou coligada.

iii. Entidades de propósito específico

Quando o Banco constitui entidades de propósito específico ou detém participação societária nelas para permitir que seus clientes tenham acesso a determinados investimentos ou para a transferência de riscos ou para outros fins, o Banco avalia, utilizando critérios e procedimentos próprios e considerando a legislação vigente, se há controle (conforme a definição anterior) e, portanto, se essas entidades devem ser consolidadas. Esses critérios e procedimentos levam em conta, entre outros fatores, os riscos e as recompensas retidos pelo Banco e, desse modo, todas as questões relevantes são consideradas, inclusive eventuais garantias concedidas e quaisquer perdas associadas à cobrança dos respectivos ativos retidos pelo Banco. Essas entidades incluem os veículos com propósito específico de securitização, os quais são integralmente consolidados se for constatado, conforme a análise anteriormente mencionada, que o Banco continua a exercer controle sobre eles.

iv. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Uma combinação de empresas significa a união de duas ou mais entidades individuais ou unidades econômicas em uma única entidade ou grupo de entidades, contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinações de Empresas".

As combinações de empresas são efetuadas de modo que o Banco obtenha o controle de uma entidade e são reconhecidas contabilmente como segue:

- O Banco calcula o custo da combinação de empresas, definido como o valor de mercado dos ativos oferecidos, os passivos incorridos e os instrumentos de participação societária emitidos, se for o caso.

- Os valores de mercado dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade ou do negócio adquirido, incluindo os ativos intangíveis que não tenham sido reconhecidos pela entidade adquirida, são estimados e reconhecidos no balanço patrimonial consolidado.

- Eventuais saldos positivos entre o valor de mercado líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes da entidade adquirida e o custo da combinação de empresas são reconhecidos como ágio com base em benefícios econômicos futuros.

Em 2008, o Banco participou de uma reestruturação societária considerada "combinação de empresas", conforme detalhado na nota nº 3. Em 2007, o Banco não participou de nenhuma combinação, aquisição ou alienação significativa de empresas envolvendo terceiros.

c) Definições e classificação dos instrumentos financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para o banco e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira em outra entidade.

"Participação acionária" é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou rating de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo, em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado, e geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar à de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e coligadas (vide nota nº 11).

- Direitos e obrigações em virtude de planos de benefícios para funcionários (vide nota nº 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativo não circulante destinado à venda” ou se forem referentes a “Saldos no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados para hedge” e “Investimentos”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo por meio do resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de hedge.

- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“divergências contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Grupo são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

  Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente, a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e financiamentos” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e as participações acionárias emitidas por outras entidades que não são subsidiárias, coligadas e entidades controladas em conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como “Ativos financeiros mantidos para negociação” ou “Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado”.

- Empréstimos e financiamentos: essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de *leasing* financeiro nas quais as entidades incluídas na consolidação atuam como arrendadoras.

  As entidades incluídas na consolidação têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial consolidado pelo custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não--recuperação estimadas).

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, cuja intenção e capacidade comprovada de mantê-los até o vencimento o Banco tinha.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Disponibilidades e reserva no Banco Central do Brasil": saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no BACEN.

- "Empréstimos e adiantamentos": inclui os empréstimos concedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, bem como créditos de leasing financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor do Banco, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores em relação a câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamadas de capital, créditos de taxas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.

- "Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.

- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelo Banco, exceto os representados por títulos, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.

- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.

- "Participações acionárias": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de participações acionárias para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou coligadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica.

- "Derivativos": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos que não fazem parte dos instrumentos de *hedge*.

- "Derivativos utilizados como *hedge*": inclui o valor justo em favor do Banco dos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge)*.

- "Participações em coligadas": inclui os investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou associadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (mensurados ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros considerados não enquadrados no *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas").

- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nessa categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("divergências contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o Grupo são fornecidas aos profissionais-chave da Administração do Banco sobre a mesma base.

- Passivo financeiro ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições financeiras.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial consolidado:

- "Depósitos do Banco Central do Brasil": depósitos de qualquer natureza recebidos do BACEN.

- "Depósitos de instituições de crédito": depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras.

- "Depósitos de clientes": inclui todos os saldos a pagar recebidos à vista pelo Banco, exceto os representados por títulos negociáveis, operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas, passivos subordinados e depósitos do BACEN e de instituições financeiras.

- "Captações no mercado aberto": inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.

- "Derivativos": inclui o valor justo com saldo negativo do Banco dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting*.

- "Posições vendidas": inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda reversa ou emprestados.

- "Dívidas subordinadas": valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelo Banco que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.

- "Outros passivos financeiros": inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.

- "Derivativos utilizados como *hedge*": inclui o valor justo do passivo do Banco referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção (*hedge)*.

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada exercício, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e financiamentos, investimentos mantidos até o vencimento, participações acionárias cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto participações acionárias dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega dessas participações.

O "valor justo" de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo ("preço cotado" ou "preço de mercado").

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale, até prova em contrário, ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração consolidada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros mantidos para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diário; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: Valor Presente Líquido - VPL, modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e financiamentos" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e financiamentos objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionadas ao(s) risco(s) objeto dos *hedges*.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

As participações acionárias cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto participações acionárias dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega dessas participações são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima do Banco ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, o Banco recebeu garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, participações acionárias, fianças, ativos arrendados mediante contratos de *leasing* e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos dos ativos e passivos financeiros nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelo Banco para apurar seu valor justo:

	Milhares de reais					
	2008			2007		
	Cotações publicadas de preço em mercados ativos	Modelos internos	Total	Cotações publicadas de preço em mercados ativos	Modelos internos	Total
Ativos financeiros para negociação	959.609	19.026.391	19.986.000	546.243	11.746.258	12.292.501
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	5.574.961	5.574.961	-	1.647.806	1.647.806
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.145.483	29.590.198	30.735.681	1.301.186	8.002.271	9.303.457
Derivativos utilizados como *hedge* (ativos)	-	106.321	106.321	-	-	-
Passivos financeiros para negociação	45.781	11.163.819	11.209.600	96.584	4.553.721	4.650.305
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	307.376	307.376	-	690.285	690.285
Derivativos utilizados como *hedge* (passivos)	-	264.771	264.771	-	-	-

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privados, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

As principais técnicas usadas em 31 de dezembro de 2008 pelos modelos internos do Banco para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela a seguir são as seguintes:

- Na avaliação de instrumentos financeiros que permitem *hedge* estático (basicamente *forwards* e *swaps*) e na avaliação de empréstimos e adiantamentos a clientes, utiliza-se o método do valor presente. O fluxo de caixa futuro estimado é descontado utilizando-se as curvas de taxa de juros das respectivas moedas. As curvas de taxa de juros são, geralmente, dados de mercado observáveis.

- Na avaliação de instrumentos financeiros que exijam *hedge* dinâmico (basicamente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados), utiliza-se normalmente o modelo Black-Scholes. Quando apropriado, dados de mercado observáveis são utilizados para a obtenção de fatores, tais como diferença compra-venda, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Na avaliação de determinados instrumentos financeiros expostos a risco de taxa de juros, tais como contratos futuros, de teto e de piso de taxa de juros, utilizam-se o método do valor presente (futuros) e o modelo Black--Scholes (opções *plain vanilla*). Os principais dados utilizados nesses modelos são basicamente dados de mercado observáveis, inclusive as respectivas curvas de taxa de juros, volatilidades, correlações e taxas de câmbio.

- No caso de instrumentos lineares (exemplos: derivativos de risco de crédito e renda fixa), o risco de crédito é mensurado utilizando-se modelos dinâmicos similares aos usados na medição do risco de taxa de juros. No caso de instrumentos não lineares, se a carteira estiver exposta a risco de crédito (exemplo: derivativos de crédito), a probabilidade conjunta de inadimplência é determinada utilizando-se o modelo Gaussiano de Correlação-padrão. Os principais dados utilizados para determinar o custo de crédito subjacente de derivativos de crédito são os prêmios de risco de crédito cotados e a correlação entre os derivativos de crédito cotados de diferentes emissores.

O valor justo dos instrumentos financeiros resultante dos modelos internos mencionados anteriormente leva em conta, entre outros, os termos do contrato e dados de mercado observáveis, que incluem taxas de juros, risco de crédito, taxas de câmbio, preço de mercado cotado de matérias-primas e ações, volatilidade e pré-pagamentos. Os modelos de avaliação não são significativamente subjetivos, já que essas metodologias podem ser ajustadas e auferidas, conforme adequado, através do cálculo interno do valor justo e da subsequente comparação com o respectivo preço ativamente negociado.

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração foi baseada em modelos internos (Nível 2) em 31 de dezembro de 2008:

	Milhares de reais		
	Valores justos calculados utilizando-se modelos internos	Técnicas de avaliação	Principais premissas
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação	**19.026.391**		
Instrumentos de dívida e participações acionárias	9.731.383	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Derivativos	9.295.008		
Swaps	*5.344.367*	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Opções de taxa de câmbio	*1.898.276*	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio)
Opções de taxa de juros	*362.544*	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez e correlação (taxas de juros)
Contratos futuros de taxa de câmbio	*1.689.821*	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio)
Derivativos utilizados como *hedge*	**106.321**		
Swaps	*106.321*	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de juros)
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	**5.574.961**		
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	4.046.898	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.434.789	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Instrumentos de dívida	93.274	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
Ativos financeiros disponíveis para venda	**29.590.198**		
Instrumentos de dívida e participações acionárias	29.590.198	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
PASSIVO:			
Passivos financeiros para negociação	**11.163.819**		
Derivativos	11.163.819		
Swaps	*7.689.532*	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis e liquidez (taxas de câmbio e juros)
Opções de taxa de câmbio	*2.610.758*	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis e liquidez
Opções de taxa de juros	*490.530*	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez e correlação (taxas de câmbio)
Contratos futuros de taxa de juros e investimento	*372.999*	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de juros)
Derivativos utilizados como *hedge*	**264.771**		
Swaps	*264.771*	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de câmbio e juros)
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	**307.376**	Método do valor presente	Dados de mercado observáveis (taxas de desconto e juros)
TOTAL	**66.033.837**		

Na utilização de dados observáveis de mercado, assume-se que os mercados em que o Banco atua estão operando de forma eficiente e consequentemente, esses dados são representativos. As principais premissas utilizadas na mensuração dos instrumentos financeiros incluídos na tabela anterior e que foram avaliados por modelos internos empregando-se dados não observáveis de mercado são as seguintes:

- Correlação: as premissas relacionadas à correlação entre o valor dos ativos que apresentam cotação de mercado e o valor daqueles que não apresentam tal cotação baseiam-se em correlações históricas entre o impacto de mudanças adversas nas variáveis de mercado e o valor atribuído ao ativo para o qual não há cotação de mercado. A avaliação dos ativos dependerá do grau de conservadorismo do cenário escolhido

- Dividendos: as estimativas de dividendos utilizadas nos modelos internos baseiam-se nas previsões de dividendos a serem pagos. Como as expectativas de dividendos podem se alterar ou variar dependendo da fonte do preço (normalmente dados históricos ou consenso de mercado para a avaliação de opções) e as politicas de dividendos das empresas pode se alterar, a avaliação é ajustada pela melhor estimativa do nível estimado de dividendos em cenários mais ou menos conservadores.

- Liquidez: as premissas incluem estimativas em relação a liquidez de mercado. Por exemplo, leva-se em consideração a liquidez do mercado quando estimativas de muito longo prazo ou mudanças nas taxas de juros e câmbio são utilizadas, ou quando o instrumento é parte de um mercado novo ou em desenvolvimento, devido a ausência de preços de mercado que reflitam um preço razoável para esses produtos, os métodos padronizados de avaliação e as estimativas disponíveis podem levar a resultados menos precisos na avaliação desses instrumentos em uma determinada data.

iv. Reconhecimento de variações do valor justo

Via de regra, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica “Receitas com juros e similares” ou “Despesas com juros e similares”, conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica “Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros”.

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes ao valor de mercado”. Itens debitados ou creditados a essa conta permanecem no patrimônio líquido consolidado do Banco até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração consolidada do resultado.

v. Operações de hedge

As entidades consolidadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das entidades do Banco (“derivativos utilizados como *hedge*”); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos (“instrumentos financeiros derivativos”).

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo é enquadrado para contabilidade de operações de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

   a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito (“*hedge* de valor justo”).

   b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis (“*hedge* de fluxo de caixa”).

   c. O investimento líquido em uma operação no exterior (“*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior”).

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente eficaz ("eficácia prospectiva").

b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi eficaz durante toda a existência do item ou posição coberta ("eficácia retrospectiva").

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos do próprio Banco.

   Variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram para contabilização de operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

   a. Em *hedges* de valor justo, os ganhos ou as perdas, tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido), são reconhecidos diretamente na demonstração consolidada do resultado.

   b. Em *hedges* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado" - *hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção cambial é reconhecida diretamente na demonstração consolidada do resultado.

   c. A parcela não efetiva dos ganhos e perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedges* de fluxo de caixa e *hedges* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" na demonstração consolidada do resultado.

Se um derivativo designado como *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos anteriormente como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando *hedges* de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se o Banco transfere substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma compra de opção de compra ou uma venda de opção de venda que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares -, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se o Banco retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares -, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

   a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se o Banco não transfere nem retém substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra comprada ou uma opção de venda lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares -, é feita a seguinte distinção:

   a. Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

   b. Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre os fluxos de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

f) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data de transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando o Banco tiver transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

g) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável - e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação - quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), ocasionem um impacto adverso sobre os fluxos de caixa futuros estimados na data da transação.

- No caso de participações acionárias, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com um débito à demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente reconhecidas é reconhecida na demonstração consolidada do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Os saldos são considerados como não recuperáveis e o provisionamento de juros é suspenso quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após serem levadas em conta as garantias recebidas pelas entidades consolidadas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Cobranças relativas a empréstimos e adiantamentos não recuperáveis são utilizadas para reconhecer os juros provisionados, e o restante, se houver, para reduzir o principal em aberto. O valor dos ativos financeiros que seriam considerados como não recuperáveis caso as suas condições não tivessem sido renegociadas não é substancial em relação às demonstrações financeiras do Banco como um todo.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas entidades consolidadas para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda por não-recuperação incorrida sobre um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seus fluxos de caixa futuros estimados e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.

Ao estimar os fluxos de caixa futuros de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não-recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.

- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito.

- As circunstâncias em que se preveja que as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva do instrumento (se a sua taxa contratual for fixa) ou a taxa contratual efetiva na data de desconto (se for variável).

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há prova de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

O Banco possui certas políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e compromissos, na identificação de sua não-recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas decorrentes de risco de crédito, o Banco efetua a seguinte distinção:

a. Provisão específica

   O Banco utiliza um *proxy* para provisão específica, conforme detalhado abaixo. Essas regras são utilizadas para calcular os requisitos mínimos de provisão. Avaliamos então a necessidade de constituir provisão adicional, segundo os critérios do IAS 39, com base em nossa experiência histórica sobre não--recuperação e em outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação.

   Classificamos nossas operações de crédito de acordo com seu nível de risco e o número de dias de atraso dessa operação. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com:

   - As condições do devedor e de qualquer avalista, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atuação, contingências e limites de crédito.

   - As características da operação, tais como sua natureza e objetivo, tipo, suficiência e nível de liquidez da garantia e valor total do crédito.

   Nossos sistemas de classificação e gestão de risco podem ser revistos pelo BACEN e pelos auditores internos do Grupo Santander. Nossa Administração não teve nenhuma controvérsia com o BACEN ou com o Grupo Santander em relação a nossas operações de gerenciamento de risco.

b. Provisão para perdas incorridas não especificamente identificadas

   O Banco cobre suas perdas inerentes com instrumentos de dívida não mensurados ao valor justo no resultado e com passivos contingentes levando em conta a experiência histórica de não-recuperação e outras circunstâncias conhecidas no momento da avaliação. Para tais fins, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base das informações financeiras, calculadas utilizando-se métodos estatísticos, que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas.

O Banco utiliza o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do risco de crédito e incluí-lo no cálculo do retorno ajustado ao risco de suas operações.

Perda incorrida é o custo que se espera do risco de crédito de uma operação e que se manifestará no prazo de um ano (ciclo de negócios) a contar da data do balanço, levando-se em conta as características da contraparte e as garantias relacionadas à operação.

A perda incorrida é calculada utilizando-se modelos estatísticos que consideram três fatores, a saber: "exposição na inadimplência", "probabilidade de inadimplência" e "perda por inadimplência".

- Exposição na inadimplência (EAD) é o valor da exposição ao risco na data da inadimplência da contraparte.

  De acordo com o IFRS, a exposição na inadimplência usada nesse cálculo é a exposição corrente, conforme apresentada no balanço patrimonial.

- Probabilidade de inadimplência (PD) é a probabilidade de que a contraparte não cumpra suas obrigações de pagamento do principal e/ou juros. A probabilidade de inadimplência está relacionada à classificação/pontuação de cada contraparte/operação.

  A PD é mensurada utilizando-se um horizonte de tempo de um ano, ou seja, ela quantifica a probabilidade de inadimplência da contraparte no próximo ano. A definição de inadimplência utilizada inclui atrasos de 90 dias ou mais e hipóteses nas quais não haja inadimplência, mas haja dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos de liquidação duvidosa subjetiva).

- Perda por inadimplência (LGD) é a perda resultante no caso de inadimplência.

  O cálculo da LGD baseia-se na observação das recuperações de empréstimos não honrados, levando-se em conta as garantias associadas à transação, as receitas e despesas relacionadas com o processo de recuperação e, ainda, o tempo de inadimplência e os custos indiretos gerados no processo de recuperação.

Este parâmetro não leva em conta ajustes relativos ao desaquecimento econômico.

A metodologia que empregamos para calcular a provisão para perdas sobre créditos não identificadas de modo específico tem por objetivo identificar o montante das perdas incorridas na data do balanço patrimonial com empréstimos que ainda não tenham sido identificados como tendo sofrido perda de valor recuperável, mas que estimamos, com base no histórico de pagamentos e em fatos específicos, que irão se manifestar no prazo de um ano a contar da data do balanço. O exposto acima demonstra que esses créditos estavam apresentando problemas na data do balanço. Isto é o que chamamos de perdas inerentes no contexto de nossos modelos internos nos quais as provisões para perdas sobre crédito são calculadas.

Tal abordagem descrita é utilizada como regra geral. Contudo, em certos casos, como resultado de suas características particulares, esta abordagem não é aplicada, sendo utilizadas abordagens alternativas:

1. Carteiras de baixa inadimplência

   Em determinadas carteiras (risco país, instituições financeiras ou grandes corporações), o número de inadimplências observado é muito pequeno ou nulo. Nesses casos, o Banco optou por usar os dados contidos nos *spreads* de derivativos de crédito para estimar a perda esperada descontada pelo mercado e classificá-la em PD e LGD.

2. Unidades *top-down*

   Nos casos excepcionais em que o Banco não tenha dados suficientes para construir um modelo de medição de risco de crédito suficientemente robusto, a perda esperada com as carteiras de crédito é estimada com base em uma aproximação *top-down,* na qual o custo médio historicamente observado das carteiras de crédito é usado como a melhor estimativa da perda esperada. À medida que os modelos de crédito são desenvolvidos e medições *bottom-up* são obtidas, as medições *top-down* utilizadas para essas unidades são gradualmente substituídas.

iii. Títulos de dívida ou participações acionárias classificados como disponíveis para venda

O valor das perdas por não-recuperação com esses instrumentos é a diferença positiva entre seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, menos qualquer perda por não-recuperação previamente reconhecida na demonstração consolidada do resultado.

Quando há prova objetiva, na data de medição desses instrumentos, de que as diferenças anteriormente referidas são devidas a uma não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração consolidada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Se a totalidade ou parte das perdas por não-recuperação for subsequentemente revertida, o valor revertido é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, na demonstração consolidada do resultado do exercício em que houver ocorrido a reversão (ou no patrimônio líquido, sob a rubrica "Ajustes ao valor de mercado - ativos financeiros disponíveis para venda", no caso de participações acionárias).

iv. Participações acionárias mensuradas ao custo de aquisição

A perda por não-recuperação de participações acionárias mensuradas ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados descontados pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não-recuperação são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado referentes ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

h) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial consolidado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Saldos no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes" ("Depósitos do Banco Central do Brasil", "Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

i) Ativo não corrente para venda

Ativos não correntes destinados à venda incluem o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e cuja ocorrência é esperada para dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Portanto, prevê-se que o valor contábil desses itens - que podem ser de natureza financeira ou outra - será recuperado através do produto de sua alienação. Especificamente, imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas entidades consolidadas em quitação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não circulantes destinados à venda.

Ativos não correntes para venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não correntes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Ganhos (perdas) com ativos não circulantes destinados à venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração consolidada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

j) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens nos balanços patrimoniais consolidados e das taxas médias de juros no fim de 2008 e 2007 é informada na nota nº 41.

k) Ativo tangível

Ativo tangível inclui o valor de prédios, terrenos, móveis, veículos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade das entidades consolidadas, incluindo ativos tangíveis recebidos pelo Banco em quitação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em *leasings* financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não-recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos menos o seu valor residual. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

O encargo de depreciação do ativo tangível é reconhecido na demonstração consolidada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

As entidades consolidadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável e os encargos de depreciação futura são ajustados proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil tiver de ser estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as entidades consolidadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam os encargos de depreciação futura de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não-recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas no mínimo ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se o encargo de depreciação a ser reconhecido na demonstração consolidada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

l) Contabilização de leasings

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são *leasings* que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída na rubrica "Empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial consolidado.

ii. Leasings operacionais

Em *leasings* operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as entidades consolidadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica "Ativo tangível" (vide nota nº 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de *leasings* operacionais é reconhecida pelo método linear na rubrica "Outras receitas operacionais" na demonstração consolidada do resultado.

Quando as entidades consolidadas atuam como arrendatárias, as despesas de *leasing*, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica "Outras despesas administrativas" em suas demonstrações consolidadas do resultado.

m) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas entidades consolidadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as entidades consolidadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não--recuperação acumuladas.

i. Ágio

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que a empresa se torna coligada. Na aquisição do investimento, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada é contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinação de Empresas". Portanto:

(a) O ágio referente a uma coligada é incluído no valor contábil do investimento. No entanto, a amortização desse ágio não é permitida e, portanto, não é incluída na determinação da parcela da investidora no resultado da coligada.

(b) Qualquer excedente da parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada ao custo dos investimentos é excluído do valor contábil do investimento e incluído como lucro na determinação da parcela da investidora no resultado da coligada no período no qual o investimento é adquirido.

O ágio - reconhecido somente quando a aquisição se der a título oneroso - representa, portanto, um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - outros ativos intangíveis" na demonstração consolidada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

ii. Outros ativos intangíveis

Outros ativos intangíveis incluem o valor de ativos intangíveis identificáveis (tais como listas de clientes adquiridas e software de computador).

Outros ativos intangíveis podem ter uma vida útil indefinida - quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para as entidades consolidadas - ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período apresentado, as entidades consolidadas revisam as vidas úteis remanescentes dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis.

O encargo de amortização de ativos intangíveis é reconhecido sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração consolidada do resultado.

Em ambos os casos, as entidades consolidadas reconhecem qualquer perda por não-reconhecimento sobre o valor contábil desses ativos a débito da rubrica "Perdas por não-recuperação sobre ágio e outros ativos intangíveis" na demonstração consolidada do resultado. Os critérios utilizados para reconhecer as perdas por não-recuperação sobre esses ativos e, conforme o caso, a reversão de perdas por não-recuperação reconhecidas em exercícios anteriores são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 2-k).

Softwares desenvolvidos internamente

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível se, entre outros requisitos (basicamente a capacidade do Banco de utilizá-los ou vendê-los), puderem ser identificados e a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada.

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no ano em que forem incorridos e não puderem ser subsequentemente capitalizados.

n) Outros ativos

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, caso o valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial consolidado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

o) Outras obrigações

Outras obrigações incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

p) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os Administradores das entidades consolidadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda para as entidades consolidadas cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das entidades consolidadas. Incluem as obrigações presentes das entidades consolidadas, caso não seja provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação.

- Ativos contingentes: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência dependa da e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de eventos além do controle do Banco. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial consolidado ou na demonstração consolidada do resultado, mas sim divulgados nas notas explicativas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As demonstrações financeiras consolidadas do Banco incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considere que seja grande a possibilidade de que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as

normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras consolidadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

Provisões que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as consequências do evento que lhes deu origem e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

Provisões são classificadas de acordo com as obrigações cobertas da seguinte forma:

- Provisões para pensões e obrigações similares: incluem o valor de todas as provisões constituídas para cobrir benefícios pós-emprego, incluindo obrigações com beneficiários de aposentadoria antecipada e obrigações similares.

- Provisões para passivos contingentes, compromissos, provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões: incluem o valor das provisões reconhecidas para cobrir contingências fiscais e legais e ações judiciais trabalhistas e cíveis e das demais provisões reconhecidas pelas entidades consolidadas.

q) Remuneração a funcionários baseada em participações acionárias

Participações acionárias entregues a funcionários em contraprestação a seus serviços, se os instrumentos forem entregues uma vez que o período específico de prestação de serviços tenha se encerrado, são reconhecidas como despesa com serviços (com o respectivo acréscimo no patrimônio líquido) conforme os serviços sejam prestados pelos funcionários durante o período de prestação de serviços. Na data de concessão, os serviços recebidos (e o respectivo acréscimo no patrimônio líquido) são mensurados pelo valor justo das participações acionárias concedidas. Se os direitos relacionados às participações acionárias concedidas forem adquiridos imediatamente, o Banco reconhece integralmente, na data de concessão, a despesa com os serviços recebidos.

Quando os requisitos estipulados no contrato de remuneração incluírem condições de mercado externas (como, por exemplo, que as participações acionárias atinjam uma determinada cotação), o valor a ser reconhecido ao final no patrimônio líquido dependerá de que outras condições sejam atendidas pelos funcionários (normalmente exigências de tempo de serviço), independentemente da satisfação das condições de mercado. Se as condições do contrato forem atendidas, mas as condições de mercado externas não forem satisfeitas, os valores previamente reconhecidos no patrimônio líquido não serão revertidos, ainda que os funcionários não exerçam seu direito de receber as participações acionárias.

r) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelo Banco para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos a seguir:

i. Receitas com juros, despesas com juros e similares

Receitas com juros, despesas com juros e similares são geralmente reconhecidas pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as entidades consolidadas.

Contudo, o reconhecimento de juros provisionados na demonstração consolidada do resultado fica suspenso para instrumentos de dívida classificados individualmente como não recuperáveis e para instrumentos cujas perdas por não-recuperação tenham sido avaliadas coletivamente por terem pagamentos em atraso por mais de três meses. Esses juros são reconhecidos como receita, quando cobrados, como uma reversão das respectivas perdas por não-recuperação.

ii. Comissões, tarifas e itens similares

Receitas e despesas de honorários e comissões são reconhecidas na demonstração consolidada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões, relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado, são reconhecidas quando pagas.

- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.

- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto dos fluxos de caixa esperados a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada do resultado.

s) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

O Banco reconhece inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial consolidado ao valor justo, que geralmente é o valor presente de taxas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhece no ativo do balanço patrimonial consolidado o valor de taxas, comissões e juros recebidos no início das transações e os valores de taxas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

As provisões constituídas para essas operações são reconhecidas sob a rubrica “Provisões - provisões para passivos contingentes e compromissos” no balanço patrimonial consolidado (vide nota nº 21).

Se uma provisão específica for necessária para garantias financeiras, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial consolidado são reclassificadas para a provisão adequada.

t) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelo Banco

Ativos de terceiros administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado. As taxas de administração são incluídas na rubrica “Receita de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado. A nota nº 41.b contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelo Banco.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas entidades consolidadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial consolidado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. Os honorários e as comissões auferidos durante o exercício pelos serviços prestados pelas entidades do Banco a esses fundos (*asset management* e serviços de custódia) são reconhecidos sob a rubrica “Receita de tarifas e comissões” na demonstração consolidada do resultado.

u) Benefícios pós-emprego

O Banco comprometeu-se a complementar os benefícios do sistema público de previdência de determinados funcionários e dos beneficiários dos direitos desses funcionários, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte, os benefícios e indenizações a pagar, as contribuições a sistemas de assistência a beneficiários de aposentadoria antecipada e os benefícios de assistência pós-emprego.

As obrigações pós-emprego do Banco com seus funcionários são consideradas como "planos de contribuição definida", nos quais o Banco realiza contribuições predeterminadas (reconhecidas na rubrica "Despesas de pessoal" na demonstração consolidada do resultado) a uma entidade separada, o Banco não terá nenhuma obrigação legal ou efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não puder pagar os benefícios aos funcionários relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. Obrigações pós-emprego que não atendam às condições mencionadas anteriormente são classificadas como "planos de benefício definido" (vide nota nº 21).

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas nesse sentido a cada exercício são reconhecidas sob a rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração consolidada do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, sob a rubrica "Provisões - provisões para pensões e obrigações semelhantes" no passivo do balanço patrimonial consolidado.

Planos de benefício definido

O Banco reconhece sob a rubrica "Provisões - provisões para pensões e obrigações semelhantes" no passivo do balanço patrimonial consolidado (ou sob a rubrica "Outros valores e bens" no ativo, conforme o caso) o valor presente de suas obrigações pós-emprego de benefício definido, líquido do valor justo dos ativos do plano e dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos cumulativos não reconhecidos divulgados na avaliação dessas obrigações, as quais são diferidas utilizando-se o método do corredor, e líquido do custo de serviços passados, que é diferido ao longo do tempo, conforme explicado a seguir.

Ativos do plano são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que atendam às seguintes condições:

- Não sejam de propriedade das entidades consolidadas, mas de um terceiro legalmente desvinculado que não seja uma parte relacionada ao Banco.

- Somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às entidades consolidadas, a menos que os ativos que permaneçam no plano sejam suficientes para satisfazer todas as obrigações do plano e da entidade no tocante aos benefícios de atuais e ex-funcionários ou para reembolsar benefícios a funcionários já pagos pelo Banco.

Ganhos e perdas atuariais são definidos como aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. O Banco utiliza, plano a plano, o método do corredor e reconhece na demonstração consolidada do resultado o valor líquido dos ganhos e/ou das perdas atuariais cumulativos não reconhecidos ao início de cada exercício que excederem o maior valor entre 10% do valor presente das obrigações ou 10% do valor justo dos ativos do plano ao início do exercício.

O custo de serviços passados - que decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios - é reconhecido pelo método linear na demonstração consolidada do resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração consolidada do resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - definido como o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente -, sob a rubrica "Despesas com pessoal".

- Custo de juros - definido como o aumento, durante o exercício, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo -, sob a rubrica "Despesas com juros e similares". Quando as obrigações são apresentadas no passivo do balanço patrimonial consolidado, líquidas dos ativos do plano, o custo dos passivos reconhecidos na demonstração do resultado refere-se exclusivamente às obrigações reconhecidas como passivos.

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano, sob a rubrica "Receitas com juros e similares".

- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados, sob a rubrica "Provisões (líquidas)" na demonstração consolidada do resultado.

v) Outros benefícios a funcionários de longo prazo

Outros benefícios a funcionários de longo prazo, definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em relação à entidade até que adquiram a situação legal de aposentados -, gratificações por tempo de serviço, obrigações por morte de cônjuge ou invalidez antes da aposentadoria, que dependam do tempo de serviço do funcionário para com a entidade, e outros itens similares, são tratados para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós-emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (vide nota nº 21).

w) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

x) Impostos sobre a renda

Os impostos sobre a renda são calculados à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15% (9% em 2007 e no período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2008) para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários do Banco, conforme demonstrada na nota nº 23, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração consolidada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

Ativo fiscal inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como “correntes” - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

Passivo fiscal inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como “correntes” - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e “diferidos” - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

O passivo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, coligadas ou *joint ventures*, exceto quando o Banco for capaz de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as entidades consolidadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS e da COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como componentes de lucro (líquidos de certas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos sobre a renda.

y) Demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados nas demonstrações consolidadas dos fluxos de caixa com os seguintes significados:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.

- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como “Caixa e equivalentes de caixa”. Consequentemente, o Banco classifica como caixa e equivalentes de caixa os saldos reconhecidos no item “Caixa e reservas no Banco Central do Brasil” no balanço patrimonial consolidado.

z) Demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido

A demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido apresentada nessas demonstrações financeiras consolidadas mostra as mutações totais no patrimônio líquido no ano. Por sua vez, essas informações são apresentadas em duas demonstrações: na demonstração consolidada de receitas e despesas reconhecidas e na demonstração consolidada de mutações no patrimônio líquido total. As principais características das informações contidas nas duas partes da demonstração estão explicadas a seguir:

<u>Demonstração consolidada de receitas e despesas reconhecidas</u>

Essa parte da demonstração consolidada das mutações do patrimônio líquido apresenta as receitas e despesas geradas pelo Banco como resultado de sua atividade econômica no ano, e a distinção é feita entre as receitas e despesas reconhecidas na demonstração consolidada do resultado para o ano e as outras despesas e receitas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido consolidado.

Consequentemente, essa demonstração apresenta:

a) O lucro consolidado do exercício.

b) O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido consolidado na rubrica “Ajustes ao valor de mercado”.

c) O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas definitivamente no patrimônio líquido consolidado.

d) O imposto de renda incorrido pelos itens indicados nos itens b) e c) anteriores, exceto para os ajustes de avaliação resultantes de investimentos em coligadas ou entidades controladas em conjunto contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial, que são apresentados líquidos.

e) As receitas e despesas totais consolidadas reconhecidas, calculadas como a soma dos itens a) a d) anteriores, apresentando separadamente o valor atribuível à controladora e o valor relativo às participações minoritárias.

O valor das receitas e das despesas relativas às entidades contabilizadas utilizando-se o método da equivalência patrimonial reconhecidas diretamente no patrimônio líquido é apresentado nessa demonstração, independentemente de sua natureza, na rubrica "Entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial".

Demonstração das mutações do patrimônio líquido total

Essa parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta todas as mutações no patrimônio líquido, incluindo aquelas resultantes de mudanças nas políticas contábeis e da correção de erros. Consequentemente, essa demonstração apresenta uma reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício de todos os itens consolidados do patrimônio líquido, e quaisquer mudanças são agrupadas com base na sua natureza nos seguintes itens:

a) Ajustes devidos a mudanças nas políticas contábeis e ajustes feitos para corrigir erros: incluem as mudanças no patrimônio líquido consolidado decorrentes como resultado da atualização retrospectiva dos saldos nas demonstrações financeiras consolidadas devido a mudanças na política contábil ou à correção de erros.

b) Receitas e despesas reconhecidas no exercício: incluem, no agregado, o total dos itens anteriormente mencionados reconhecidos na demonstração consolidada das receitas e despesas reconhecidas.

c) Outras mudanças no patrimônio líquido: incluem os itens restantes reconhecidos no patrimônio líquido, distribuição de lucros, transações envolvendo suas próprias ações, transferências entre itens do patrimônio líquido e quaisquer outros aumentos ou reduções no patrimônio líquido consolidado.

3. Reestruturação societária

Em 24 de julho de 2008, o Banco Santander Espanha adquiriu o controle acionário do grupo ABN AMRO Real no Brasil. Em 29 de agosto de 2008, conforme discutido adiante, na nota nº 26, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento do capital total do Banco Santander, através da incorporação das ações do Banco Real e da AAB Dois Par detidas pelo Banco Santander Espanha. Adicionalmente, o Banco, em uma transação de permuta de ações, trocou todas as ações remanescentes do Banco Real e da AAB Dois Par detidas pelos acionistas minoritários pelas ações do Banco. Como resultado da contribuição: (a) o Banco Real e a AAB Dois Par foram convertidos em subsidiárias integrais do Banco Santander, de acordo com o artigo 252 da Lei nº 6.404/76; (b) o capital social do Banco Santander foi aumentado com base no valor justo das ações do Banco Real e da AAB Dois Par de R$9.131.448 mil para R$47.152.201 mil, e um adicional de R$900.000 mil em reservas; e (c) foram emitidas e entregues ações do Banco Santander aos respectivos acionistas do Banco Real e da AAB Dois Par.

A operação simplificou a estrutura patrimonial das empresas do Santander no Brasil e permitiu que os acionistas do Banco Real se tornassem acionistas de uma companhia aberta e tivessem acesso à atual política de dividendos do Banco.

Essa nova estrutura permite, ainda, a redução de custos administrativos, especialmente os relacionados ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares.

A contribuição do Banco Real foi aprovada pelo BACEN em janeiro de 2009.

A alocação do preço de compra ("PPA") demonstrada abaixo e contabilizada de acordo com o IFRS 3, "Combinações de Empresas" reflete os ajustes contábeis de compra determinados na data em que o Santander Espanha adquiriu o controle do Banco Real, uma vez que naquela data o Banco Real passou a operar sob controle comum com o Banco. Essa alocação está sendo apresentada em base temporária, conforme explicado abaixo:

	Milhares de Reais		
	Valor contábil	**Valor justo** [3]	**Ajuste**
Ativo líquido adquirido			
Ativo	**132.301.795**	**130.930.255**	**(1.371.540)**
Sendo:			
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	*12.147.982*	*12.147.982*	*-*
Instrumentos de dívida	*21.758.968*	*21.728.385*	*(30.583)*
Empréstimos e financiamentos a clientes	*69.669.710*	*68.039.392*	*(1.630.318)*
Ativo tangível	*1.072.896*	*1.344.375*	*271.479*
Passivo	**(119.436.124)**	**(120.701.971)**	**(1.265.847)**
Sendo:			
Depósitos de instituições de crédito	*(20.946.768)*	*(20.932.165)*	*14.603*
Depósitos de clientes	*(75.372.552)*	*(75.419.151)*	*(46.599)*
Dívidas subordinadas	*(3.440.670)*	*(3.491.143)*	*(50.473)*
Outros passivos financeiros	*(5.974.858)*	*(5.852.833)*	*122.025*
Provisões	*(3.536.049)*	*(4.843.939)*	*(1.307.890)*
Ativo líquido adquirido	**12.865.671**	**10.228.284**	**(2.637.387)**
Intangível [1]		1.229.716	
Valor justo dos ativos		**11.458.000**	
Contraprestação total [2]		**38.946.426**	
Através de:			
Ações		*38.920.753*	
Caixa		*25.673*	
Ágio		**27.488.426**	

(1) Valor relacionado à carteira de clientes, cuja vida útil estimada é de 10 anos.
(2) A contraprestação total baseia-se nos valores pagos pelo Grupo Santander para a aquisição do Banco Real.

(3) Os valores de mercado dos ativos e passivos adquiridos foram apurados com base em uma avaliação realizada em 29 de agosto de 2008 (data de aquisição). Esses ativos e passivos foram mensurados com base em avaliações dos ativos tangíveis, na remuneração dos assessores jurídicos relacionada a passivos contingentes (em Provisões) e na análise do fluxo de caixa descontado de outros ativos e passivos, considerando a previsão de benefícios econômicos futuros gerados pelos ativos intangíveis

Conforme permitido pelo IFRS 3, se a contabilidade inicial para uma combinação de negócios pode ser determinada somente provisoriamente no fim do período em que a combinação é efetuada porque ou os valores justos a serem atribuídos aos ativos, passivos ou passivos contingentes identificáveis da adquirida ou o custo da combinação podem ser determinados somente provisoriamente, a adquirente contabilizará a combinação usando esses valores provisórios. A adquirente reconhecerá quaisquer ajustes a esses valores provisórios como resultado da conclusão da contabilidade inicial dentro de doze meses a contar da data da combinação de negócios. A nota nº 13 fornece informações adicionais sobre o ágio gerado nessa transação.

A incorporação do Banco Real e da AAB Dois Par no Banco resultou em um aumento na participação de mercado do Banco e na sua capacidade e diversificação da carteira, resultando em uma posição mais forte de capital e liquidez.

Se a aquisição do Banco Real e da AAB Dois Par tivesse sido concluída no primeiro dia do exercício, os juros líquidos do Banco no ano teriam sido de R$19.292 milhões e o lucro teria sido de R$3.219 milhões (informações não auditadas).

4. Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil

	Milhares de reais	
	2008	2007
Caixa e equivalentes de caixa	16.750.870	16.286.137
Sendo:		
Caixa	*3.218.899*	*1.455.533*
Aplicações no mercado aberto (1)	*13.531.971*	*14.830.604*
Depósitos compulsórios no Banco Central (2)	*6.949.630*	*5.990.804*
	23.700.500	**22.276.941**

(1) Compreende posição vendida em títulos e operações compromissadas com comprimisso de revenda, os quas são de curto prazo e com baixo risco de mudança em seu valor.

(2) Os depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil são referentes a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no Banco Central do Brasil com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

5. Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Classificação:		
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	4.046.898	1.452.467
Empréstimos e adiantamentos	29.691.635	5.831.178
	33.738.533	**7.283.645**
Tipo:		
Depósito a prazo	10.702.723	1.860.654
Operações compromissadas	4.582.903	738.871
Outras contas (1)	18.452.907	4.684.120
	33.738.533	**7.283.645**
Moeda:		
Real	22.661.621	5.694.850

Dólar norte-americano	10.764.513	1.558.667
Euro	228.710	1.858
Libra esterlina	13.252	5.113
Outras moedas	70.861	23.157
Perdas por não-recuperação	(424)	-
	33.738.533	**7.283.645**

(1) Inclui principalmente investimentos em moeda estrangeira e depósitos judiciais.

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	10.011.999	8.535.261
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	93.274	195.339
Ativos financeiros disponíveis para venda	29.491.191	6.684.760
	39.596.464	**15.415.360**
Tipo:		
Títulos do governo brasileiro	37.492.944	14.338.140
Outros títulos de dívida	2.132.409	1.091.602
Perdas por não-recuperação	(28.889)	(14.382)
	39.596.464	**15.415.360**
Moeda:		
Real	38.965.760	15.319.552
Dólares norte-americanos	659.593	110.190
Perdas por não-recuperação	(28.889)	(14.382)
	39.596.464	**15.415.360**

Em 31 de dezembro de 2008, os títulos de dívida totalizando R$3.916.554 mil foram atribuídos a operações compromissadas, R$17.970.817 mil a depósitos compulsórios no Banco Central, R$7.953.041 mil para garantir operações com derivativos da Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa e R$1.370.738 mil para depósitos judiciais e outras garantias.

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de ativos financeiros disponíveis para venda e de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

7. Participações acionárias

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Participações acionárias" é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Classificação:		
Ativos financeiros para negociação	678.993	340.267
Ativos financeiros disponíveis para venda	1.244.490	2.618.697
	1.923.483	**2.958.964**
Tipo:		
Ações de empresas nacionais	1.200.305	2.870.319
Ações de empresas estrangeiras	127.700	4.789

Fundos de investimentos e ações	595.478	83.856
	1.923.483	**2.958.964**

b) Variações

As variações nos saldos da rubrica "Participações acionárias - ativos financeiros disponíveis para venda" foram as seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldo inicial	2.618.697	3.046.774
Variações no escopo de consolidação (nota nº 3)	79.770	-
Alienações/adições líquidas	(284.934)	(384.695)
Sendo:		
Companhia Energética de São Paulo - CESP	*(373.670)*	*(156.503)*
Fundos de Investimento em Direitos Creditórios - FIDC	*(85.246)*	*(202.403)*
Wtorre Empreendimentos Imobiliários S.A.	*299.091*	-
Ajustes decorrentes de avaliação	(1.169.043)	(43.382)
Saldo no final do exercício	**1.244.490**	**2.618.697**

8. Derivativos para negociação (ativo e passivo) e posições vendidas

a) Derivativos para negociação

Os detalhes, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação preparados pelo Banco são indicados a seguir (ver nota nº 41-a):

	Milhares de reais			
	2008		2007	
	Saldo devedor	Saldo credor	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de taxa de juros	5.145.948	8.197.517	2.706.053	2.497.246
Risco de moeda estrangeira	4.111.758	2.973.718	158.057	1.960.491
Risco de preço	36.449	26.368	552.800	105.773
Outros riscos	853	(335)	63	621
	9.295.008	**11.197.268**	**3.416.973**	**4.564.131**

b) Posições vendidas

Todas as posições vendidas de bancos para 2008 e 2007 dizem respeito a participações acionárias de títulos emprestados.

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos da rubrica "Empréstimos e adiantamentos a clientes" nos balanços patrimoniais consolidados é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Outros ativos financeiros ao valor no resultado	1.434.789	-
Empréstimos e financiamentos	133.033.471	49.203.082
Sendo:		
Empréstimos e recebíveis ao custo amortizado	*141.214.627*	*51.452.514*
Perdas por não-recuperação	*(8.181.156)*	*(2.249.432)*
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**134.468.260**	**49.203.082**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	**142.649.416**	**51.452.514**

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de empréstimos e recebíveis e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhes

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e fórmula da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição do Banco ao risco de crédito em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Condição e tipo de crédito:		
Crédito comercial	629.177	348.673
Créditos garantidos	29.518.688	15.419.099
Operações compromissadas	5.111	6.360.562
Outros créditos a prazo	83.328.780	24.722.067
Arrendamento mercantil - financeiro	11.836.050	392.327
Outros	9.601.146	2.116.999
Ativos não recuperáveis	7.730.464	2.092.787
	142.649.416	**51.452.514**
Por tipo de cliente:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	76.406.755	32.879.191
Imobiliário hipotecário	2.469.227	301.163
Empréstimos a pessoas físicas	4.472.602	1.692.174
Leasing	46.856.869	16.177.780
	12.443.963	402.206
	142.649.416	**51.452.514**

	Milhares de reais	
	2008	2007
Setor do devedor:		
Setor público - Brasil	159.891	45.630
Famílias	4.467.550	1.692.174
Entidade privada	55.696.919	16.694.486
Indústria	32.980.048	10.949.547
Serviços	27.626.311	14.906.037
Outros setores	21.718.697	7.164.640
	142.649.416	**51.452.514**
Fórmula de taxa de juros:		
Juros prefixados	79.074.052	37.851.727
Juros pós-fixados	63.575.364	13.600.787
	142.649.416	**51.452.514**

c) Perdas por não-recuperação

As variações nas provisões para as perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica "Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes" são as seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldo inicial	2.249.432	2.170.380
Perdas por não-recuperação contra o resultado	4.533.301	2.473.689
Sendo:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	*1.451.583*	*260.532*
Imobiliário	*25.939*	*6.175*
Empréstimos a pessoas físicas	*2.951.494*	*2.179.544*
Leasing	*104.285*	*27.438*
Inclusão de entidades no Banco no exercício (nota nº 3)	4.717.191	-
Sendo:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	*1.987.596*	-
Imobiliário	*48.301*	-
Empréstimos a pessoas físicas	*2.609.890*	-
Leasing	*71.404*	-
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(3.318.768)	(2.394.637)
Sendo:		
Comercial, de instituições financeiras e industrial	*(738.611)*	*(309.529)*
Imobiliário	*(13.279)*	*(7.175)*
Empréstimos a pessoas físicas	*(2.513.112)*	*(2.027.492)*
Leasing	*(53.766)*	*(50.441)*
Saldo no final do exercício	**8.181.156**	**2.249.432**

Ativos previamente baixados registrados nos exercícios de 2008 e de 2007 totalizavam R$430.656 mil e R$293.846 mil, respectivamente. Levando em conta esses valores e aqueles reconhecidos em "Perdas por não--recuperação debitadas ao resultado no exercício" na tabela anterior, as perdas por não-recuperação em "Empréstimos e recebíveis" totalizavam R$4.102.645 mil em 2008 e R$2.179.843 mil em 2007.

d) Ativos não recuperáveis

Os detalhes das variações no saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito são os seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldo inicial	2.092.787	2.009.508
Adições líquidas	5.035.515	2.477.916
Ativos baixados	(3.318.768)	(2.394.637)
Aumento no escopo de consolidação (nota nº 3)	3.920.930	-
Saldo no final do exercício	**7.730.464**	**2.092.787**

Esse valor, após deduzir as provisões correspondentes, representa a melhor estimativa do Banco do valor justo dos ativos não recuperáveis.

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e financiamentos" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito em 31 de dezembro de 2008, classificados por tempo do valor vencido mais antigo:

	Milhares de reais						
	Com saldos não vencidos ou vencimento inferior a 3 meses	Com saldos vencidos de					Total
		3 a 6 meses	6 a 12 meses	12 a 18 meses	18 a 24 meses	Mais de 24 meses	
Total em 31 de dezembro de 2008	2.214.111	2.259.350	3.048.197	182.799	8.515	17.492	7.730.464
Total em 31 de dezembro de 2007	615.509	675.782	705.215	65.077	14.615	16.589	2.092.787

10. Ativos não correntes para venda

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, o valor total dos ativos não correntes para venda dizia respeito a bens ativos não de uso.

Ativos tangíveis recebidos em dação de pagamento e destinados à venda em até um ano até a conclusão de leilões.

11. Participações em coligadas

a) Composição

A composição, por empresa, do saldo da rubrica "Participações em coligadas" (ver nota nº 2.b) segue:

			Milhares de reais			
	Participação em %		**Investimentos**		**Resultados de investimentos**	
	2008	2007	2008	2007	2008	2007
Norchem Holding e Negócios S.A.	21,75%	21,75%	21.186	19.287	1.899	2.950
Norchem Participações e Consultoria S.A.	50,00%	50,00%	27.621	24.575	3.046	3.916
Companhia de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil	39,59%	-	82.087	-	2.639	-
Companhia de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	39,88%	-	179.072	-	4.548	-
Celta Holding S.A.	25,99%	-	61.468	-	30.676	-
Real Tókio Marine Vida e Previdência S.A.	49,99%	-	86.980	-	14.338	-
Diamond Finance Promotora de Vendas	25,50%	-	787	-	564	-
Fonet Brasil S.A. (3)	50,99%	-	7.644	-	(539)	-
Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet (2)	14,87%	-	104.409	-	50.726	-
Cibrasec - Companhia Brasileira de Securitização (2)	13,64%	-	9.933	10.339	(49)	(785)
Tecban - Tecnologia Bancária S.A.	20,68%	-	32.044	364	271	(197)
Companhia Brasileira de Soluções e Serviços - CBSS (2)	15,32%	-	20.364	-	3.892	-
Interchange Serviços S.A. (1)	-	-	-	-	319	-
Total			**633.595**	**54.565**	**112.330**	**5.884**

(1) Variações no escopo de consolidação (nota nº 3) e vendidas subsequentemente durante 2008.

(2) Embora as participações fossem inferiores a 20%, o Banco presumiu influência significativa sobre essas participações, que foi comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração das investidas e à participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e as investidas.

(3) Embora o Banco detenha no mínimo 50% em cada uma dessas empresas, elas não são consolidadas, visto que o Banco não tem o controle delas, seja através de direitos de veto ou outros itens de acordo de acionistas.

b) Variações

As variações no saldo dessa rubrica foram as seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldo inicial	54.565	48.681
Aumento no escopo de consolidação (nota nº 3)	517.143	-
Reduções de capital e alienações	(3.098)	-
Efeito de contabilidade patrimonial	112.330	5.884
Dividendos pagos	(46.384)	-
Outros	(961)	-
Saldo no final do exercício	**633.595**	**54.565**

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a investimentos em coligadas em 2008 ou 2007.

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas (obtidas a partir das informações disponíveis na data-base das informações financeiras). Vale destacar que nenhuma das coligadas teve um exercício fiscal diferente do ano fiscal adotado pelo Banco.

	Milhares de reais	
	2008	2007
Total do ativo	16.354.230	362.260
Total do passivo	14.099.847	226.244
Total da receita	5.883.440	25.169
Lucro total	1.613.115	21.396

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis do Banco dizem respeito ao imobilizado para uso próprio. O Banco não tem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. O Banco também não é parte de nenhum contrato de arrendamento de capital durante os exercícios fiscais encerrados em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

Os detalhes, por categoria de ativo, dos ativos tangíveis nos balanços patrimoniais consolidados são os seguintes:

	Milhares de reais			
	Custo	Depreciação acumulada	Perda por não-recuperação (*impairment*)	Saldo líquido
Terrenos e edificações	312.660	(178.720)	(92.427)	41.513
Sistemas de processamento de dados	881.677	(613.900)	-	267.777
Instalações, móveis e equipamentos de uso	1.345.194	(543.514)	-	801.680
Benfeitorias em andamento	-	-	-	-
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**2.539.531**	**(1.336.134)**	**(92.427)**	**1.110.970**
Terrenos e edificações	1.961.109	(184.664)	(90.619)	1.685.826
Sistemas de processamento de dados	1.129.380	(624.970)	-	504.410
Instalações, móveis e equipamentos de uso	2.275.198	(662.038)	-	1.613.160
Benfeitorias em andamento	25.678	-	-	25.678
Saldos em 31 de dezembro de 2008	**5.391.365**	**(1.471.672)**	**(90.619)**	**3.829.074**

Variações

As variações na rubrica "Ativo tangível" nos balanços patrimoniais consolidados foram as seguintes:

Milhares de reais	2008	2007
Custo:		
Saldos no início do exercício	2.539.531	2.285.502
Aumento no escopo de consolidação (nota nº 3)	1.344.375	-
Adições/baixas (líquidas)	1.509.306	267.816
Transferências	(1.918)	(13.746)
Variação cambial (líquida)	71	(41)
Saldos no final do exercício	**5.391.365**	**2.539.531**
Depreciação acumulada:		
Saldos no início do exercício	(1.336.134)	(1.202.870)
Adições/baixas (líquidas)	149.204	95.912
Transferências	17.041	8.495
Amortização	(301.731)	(237.695)
Variação cambial (líquida)	(52)	24
Saldos no final do exercício	**(1.471.672)**	**(1.336.134)**
Impairment:		
Saldos no início do exercício	(92.427)	(23.735)
Impacto no resultado	(28.129)	(70.876)
Variação cambial (líquida)	29.937	2.184
Saldos no final do exercício	**(90.619)**	**(92.427)**
Ativo tangível (líquido)	**3.829.074**	**1.110.970**

As despesas de depreciação foram contabilizadas na rubrica "Depreciação e amortização", na demonstração do resultado.

13. Intangível - ágio

Todo o ágio do Banco refere-se à contribuição do Banco Real e da AAB Dois Par no Santander, conforme discutido na nota nº 3. Espera-se que a alocação desse ágio seja concluída no final do primeiro período anual que se inicia após a data em que o Banco adquiriu o controle dessas entidades.

O valor recuperável do ágio é testado anualmente. Para o exercício corrente, devido à recente incorporação ao conglomerado das subsidiárias mencionadas acima e aos resultados dos respectivos cálculos do valor de mercado e da avaliação da alocação do preço de compra efetuada recentemente, o Banco não detectou e, portanto, não reconheceu perdas por não-recuperação de valor (*impairment*).

14. Intangível - outros ativos intangíveis

A composição do saldo da rubrica “Outros ativos intangíveis” é a seguinte:

	Vida útil estimada	Milhares de reais	
		2008	2007
Com vida útil definida:			
Desenvolvimentos de Tecnologia da Informação - TI	Três anos	1.122.446	1.074.710
Relacionamento com o cliente	(1)	3.701.604	1.670.125
Outros ativos	Até cinco anos	11.594	9.856
Amortização acumulada		(1.177.222)	(765.574)
Perdas por não-recuperação		(151.651)	(189.935)
		3.506.861	**1.799.182**

(1) Inclui valores pagos relativos a contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários. O intangível “relacionamento com o cliente” do Banco Real é amortizado em dez anos, enquanto os contratos de exclusividade para prestação de serviços bancários são amortizados durante a vigência dos respectivos contratos.

As variações na rubrica “Outros ativos intangíveis” foram as seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldos iniciais	1.799.182	1.136.083
Aumento no escopo de consolidação (nota nº 3)	1.610.007	-
Adições/alienações (líquidas)	688.357	1.243.172
Amortizações	(544.274)	(342.051)
Perdas por não-recuperação	(52.002)	(227.533)
Diferenças cambiais e outras variações (líquidas)	5.591	(10.489)
Saldos no final do exercício	**3.506.861**	**1.799.182**

As despesas com amortização foram incluídas na rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

15. Outros ativos

A composição do saldo da rubrica “Outros ativos” é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Transações em andamento	3.873	987
Antecipações e lucro acumulado	1.186.188	164.955
Outros recebíveis	1.680.543	378.406
	2.870.604	**544.348**

16. Depósitos do BACEN e Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessas rubricas é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Classificação:		
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	307.376	627.105
Passivo financeiro ao custo amortizado	26.510.219	18.217.012
Sendo:		
Depósitos do Banco Central do Brasil	*184.583*	-
Depósitos de instituições de crédito	*26.325.636*	*18.217.012*
	26.817.595	**18.844.117**
Tipo:		
Depósitos à vista	65.585	60.983
Depósitos a prazo	26.720.554	11.949.139
Operações compromissadas	31.456	6.833.995
	26.817.595	**18.844.117**
Moeda:		
Real	9.711.892	10.765.039
Euro	979.026	186.937
Dólar norte-americano	12.957.208	5.335.890
Outras moedas	3.169.469	2.556.251
	26.817.595	**18.844.117**

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, da rubrica "Depósitos de clientes" é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Classificação:		
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	-	63.180
Passivo financeiro ao custo amortizado	155.494.839	55.147.278
	155.494.839	**55.210.458**
Tipo:		
Depósitos à vista:		
Contas correntes	15.297.660	6.587.725
Cadernetas de poupança	20.642.679	6.288.137
Outros depósitos à vista	-	25.736
Depósitos a prazo:		
Depósitos por prazo fixo	52.464.992	1.364.674
Depósitos de desconto	36.415.030	24.663.342
Operações compromissadas	30.674.478	16.280.844
	155.494.839	**55.210.458**

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

18. Captações no mercado aberto

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Captações no mercado aberto" é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Classificação:		
Passivo financeiro ao custo amortizado	12.085.655	2.805.417
	12.085.655	**2.805.417**
Tipo:		
Títulos financeiros em circulação	5.342.334	2.132.919
Notas e outros títulos	6.743.321	672.498
Total	**12.085.655**	**2.805.417**
Sendo:		
Notas de securitização - MT100 (1)	*1.816.289*	*644.160*
Letras de Crédito do Agronegócio - LCA	*2.016.367*	*244.855*
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	*4.496.764*	*427.643*

(1) Incluem a série 2004-1, no valor de US$227 milhões (2007 - US$360 milhões), com encargos equivalentes a 5,5% ao ano, pagos semestralmente até setembro de 2011, a série 2008-1, no valor de US$190 milhões, com encargos equivalentes a 6,2% ao ano, pagos semestralmente, com o principal a pagar em dez parcelas entre setembro de 2010 e setembro de 2015, e a série 2008-2, no valor de US$300 milhões, com encargos equivalentes à taxa Libor (seis meses) + 0,80 ao ano, pagos semestralmente, com o principal a pagar em dez parcelas entre março de 2010 e setembro de 2014 relativo ao pagamento pela venda do direito de receber fluxo futuro de ordens de pagamento recebíveis de bancos estrangeiros correspondentes.

Em 31 de dezembro de 2008 e de 2007, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações do Banco ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornariam conversíveis em ações.

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

A composição, por moeda de emissão, do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Moeda de emissão	Milhares de reais		Juros médios (%)
	2008	2007	31 de dezembro de 2008
Real	9.630.331	1.967.146	10,19%
Dólar norte-americano	2.455.324	838.271	4,23%
Saldos no final do exercício	**12.085.655**	**2.805.417**	**8,98%**

As variações na rubrica "Captações no mercado aberto" foram as seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldos iniciais	2.805.417	2.297.987
Empresas adquiridas	4.077.492	-
Emissões	12.148.373	2.370.030
Câmbio	356.261	(204.734)
Amortizações	(8.378.657)	(1.918.130)
Juros	548.834	276.493
Outros	527.935	(16.229)
Saldos no final do exercício	**12.085.655**	**2.805.417**

19. Dívidas subordinadas

Os detalhes do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

					Milhares de reais	
					2008	2007
	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	Total	Total
Bônus perpétuos (1)	Setembro/2005	Indefinido	US$500 milhões	8,70%	1.163.487	878.389
Notas pós-fixadas (*floating rate notes*)	Novembro/1999	Novembro/2009	US$170 milhões	Libor + 4,50%	94.704	-
Notas pós-fixadas	Novembro/1999	Novembro/2009	US$30 milhões	Libor + 4,50%	16.687	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Junho/2006	Julho/2016	R$1.500 milhões	105,00% do CDI	2.050.292	1.813.986
Certificados de depósito subordinado (2)	Abril/2008	Abril/2013	R$555 milhões	100,00% do CDI + 1,00%	612.183	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Julho/2007	Julho/2014	R$885 milhões	104,50% do CDI	1.046.778	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Abril/2008	Abril/2013	R$600 milhões	100,00% do CDI +1,25%	659.220	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Novembro/2008	Novembro/2014	R$100 milhões	120,50% do CDI	102.184	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Outubro/2006	Setembro/2016	R$850 milhões	104,50% do CDI	1.111.313	983.802
Certificados de depósito subordinado (2)	Julho a Outubro/2006	Julho/2016	R$447 milhões	104,50% do CDI	603.266	534.047
Certificados de depósito subordinado (2)	Janeiro/2007	Janeiro/2013	R$300 milhões	104,00% do CDI	378.974	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Agosto/2007	Agosto/2013	R$300 milhões	100,00% do CDI +0,43%	353.546	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Janeiro/2007	Janeiro/2014	R$250 milhões	104,50% do CDI	316.086	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Maio a Junho/2008	Maio/2013 a Maio/2018	R$283 milhões	CDI (3)	305.087	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Maio a Junho/2008	Maio/2013 a Maio/2018	R$268 milhões	IPCA (4)	288.447	-
Certificados de depósito subordinado (2)	Fevereiro/2008	Fevereiro/2013	R$85 milhões	IPCA + 7,88%	95.175	-
Total					**9.197.429**	**4.210.224**

(1) Bônus perpétuos emitidos pela filial de Grand Cayman com pagamentos de juros trimestrais. Esses bônus não têm data de vencimento ou resgate obrigatório, embora possam ser totalmente resgatados em dezembro de 2010 ou em qualquer data subsequente de pagamento de juros, a critério do Banco e com a prévia autorização do BACEN.

(2) Certificados de depósitos subordinados emitidos pelo Banco com remunerações pagas no fim do período juntamente com o principal.

(3) Indexado a 109% e 112% do Certificado de Depósito Interbancário - CDI ou CDI mais juros de 1,16% ao ano até 1,53% ao ano.

(4) Indexado ao Índice de Preços ao Consumidor - Amplo - IPCA mais juros de 8,28% ao ano até 8,65% ao ano.

Os detalhes, por moeda de emissão, do saldo da rubrica "Dívidas subordinadas" são os seguintes:

	Milhares de reais		Juros médios (%)
Moeda de emissão	2008	2007	31 de dezembro de 2008
Real	7.922.551	3.331.835	14,90%
Dólar norte-americano	1.274.878	878.389	8,64%
Saldos no final do exercício	**9.197.429**	**4.210.224**	**13,77%**

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual das dividas subordinadas em cada fim de exercício e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Cartões de crédito	4.898.336	1.565.454
Transações pendentes de liquidação	3.107.531	755.746
Dividendos a pagar	1.449.922	1.470.150
Contas de cobrança fiscal - impostos a recolher	838.893	221.331
Outros passivos financeiros	390.490	388.301
	10.685.172	**4.400.982**

A nota nº 41-d contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Provisões

a) Composição

A composição do saldo da rubrica "Provisões" é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Provisões para pensões e obrigações similares	1.078.916	777.639
Provisões para passivo contingente, compromissos e outras provisões (1)	7.836.329	4.038.682
Provisões	**8.915.245**	**4.816.321**

(1) Incluem principalmente provisões para impostos e outras contingências legais, civis e trabalhistas.

b) Variações

As variações na rubrica "Provisões" foram as seguintes:

	Milhares de reais					
	2008			2007		
	Pensões	Provisões para compromissos e outras provisões (1)	Total	Pensões	Provisões para compromissos e outras provisões (1)	Total
Saldos no início do exercício	777.639	4.038.682	4.816.321	4.393.317	3.826.371	8.219.688
Inclusão líquida de entidades no Banco	273.423	4.570.516	4.483.939	-	-	-
Adições debitadas ao resultado:						
Despesas de juros e encargos similares (nota nº 30)	91.437	-	91.437	112.619	-	112.619
Despesas de pessoal (nota nº 37)	45.060	-	45.060	38.477	-	38.477
Adições a provisões	18.359	1.211.958	1.230.317	16.731	1.179.681	1.196.142
Pagamentos a pensionistas e beneficiários de aposentadoria antecipada com encargo em provisões internas (2)	(33.054)	-	(33.054)	(28.787)	-	(28.787)
Pagamentos a fundos externos	(93.948)	-	(93.948)	(3.754.718)	-	(3.754.718)
Valor utilizado	-	(2.142.761)	(2.142.761)	-	(861.323)	(861.323)
Transferências, diferenças cambiais e outras variações	-	157.934	157.934	-	(106.047)	(106.047)
Saldos no fim do exercício	**1.078.916**	**7.836.329**	**8.915.245**	**777.639**	**4.038.682**	**4.816.321**

(1) Incluem, fundamentalmente, obrigações jurídicas, contingências tributárias, de seguridade social, trabalhistas e civis.

(2) De acordo com a Regulamentação Básica do Funcionário e o Acordo Coletivo de Trabalho - ACT 2004/2006, o Banco possuía obrigações trabalhistas relacionadas com benefícios previdenciários aplicáveis aos funcionários contratados até 22 de maio de 1975. Em 12 de janeiro de 2007, o pagamento desses benefícios foi assumido pela Banesprev (entidade fechada de previdência complementar) mediante um novo plano de benefícios previdenciários (Plano V) criado especialmente para esse fim, de acordo com a aprovação do órgão regulador (Portaria SPC nº 879, de 2007). Como consequência, o Banco transferiu à Banesprev ativos equivalentes a R$3.598.816 (R$120.000 em moeda corrente e R$3.478.816 em títulos e valores mobiliários) e assumiu uma obrigação com a Banesprev no valor de R$336.661, que está sendo pago em 250 meses.

c) *Provisões para pensões e obrigações similares*

i. Plano de pensão complementar

O Banco e suas controladas patrocinam entidades fechadas de previdência privada, de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Banesprev - Fundo Banespa de Seguridade Social (Banesprev)**

  - **Plano I:** plano de benefício definido plenamente assumido pelo Banco, cobre os funcionários contratados a partir de 22 de maio de 1975 e aqueles contratados em 22 de maio de 1975 que também têm direito a benefícios por morte.

  - **Plano II:** plano de benefício definido vigente em 27 de julho de 1994, quando o novo texto dos Estatutos e Regulamentos Básicos do Plano II entrou em vigor; os participantes do Plano I que optaram pelo novo plano começaram contribuindo com 44,94% da taxa de captação estabelecida pelo atuário para cada período.

  - **Plano V:** plano de benefício definido plenamente assumido pelo Banco, cobre os funcionários contratados a partir de 22 de maio de 1975.

  - **Plano de Pensão Complementar:** plano de benefício definido criado em vista da privatização do Banespa, sendo administrado pelo Banesprev. Esse plano, vigente a partir de 1° de janeiro de 2000, é fornecido apenas a funcionários contratados até 22 de maio de 1975.

  - **Plano III:** plano de contribuição definida que cobre os funcionários contratados a partir de 22 de maio de 1975, previamente registrados nos Planos I e II. Nesse plano, as contribuições são feitas tanto pelo patrocinador quanto pelos participantes.

  - **Plano IV:** plano de contribuição definida que cobre os funcionários contratados a partir de 27 de novembro de 2000, em que o patrocinador contribui somente para benefícios de risco e custos administrativos.

- **Sanprev - Santander Associação de Previdência (Sanprev)**

  - **Plano I:** plano de benefício definido estabelecido em 27 de setembro de 1979 como um plano na forma de benefício definido para funcionários de patrocinadores do plano, o qual tem estado em processo de descontinuidade desde 1° de julho de 1996.

  - **Plano II:** fornece cobertura de risco, pensão complementar temporária, aposentadoria por invalidez, pecúlio por falecimento, auxílio-doença complementar e licença-maternidade para funcionários de patrocinadores do plano e é custeado exclusivamente pelos patrocinadores através de contribuições mensais correspondentes a 1,16% da folha de pagamento total, estruturado como um plano na forma de benefício definido. As contribuições mensais são rateadas da seguinte forma: 0,28% para benefícios de risco e 0,88% para o programa administrativo.

  - **Plano III:** fornece uma renda por período determinado e renda mensal vitalícia para funcionários de patrocinadores contribuintes e é estruturado como um plano de contribuições definidas, em que as contribuições são livremente feitas pelos participantes a partir de 2% do salário de contribuição.

- **Holandaprevi**

  Plano na forma de contribuição definida a partir de 1999, custeado principalmente pelo Banco Real e administrado pela Holandraprevi Sociedade de Previdência Privada.

- **Previban**

  Plano na forma de benefício definido, administrado pela Previban - Previdência Privada Paraiban, patrocinado pelo Banco Real, tendo como participantes os ex-funcionários do Banco da Paraíba S.A. - Paraiban. Esse plano está fechado para novas adesões e em processo de retirada de patrocínio.

- **Bandeprev**

  Plano na forma de benefício definido, patrocinado pelo Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE e pelo Banco Real, administrado pelo Bandeprev - Bandepe Previdência Social. O plano está dividido em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões. Em decorrência da cisão das operações do Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE e posterior incorporação no Banco Real, os funcionários dessa empresa foram transferidos para o Banco Real em 1° de maio de 2006.

- **Fasass**

  Três planos administrados pela Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social, patrocinados pelo Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., com as seguintes características:

  – Plano de pensão complementar na forma de benefício definido, em processo de descontinuidade desde 1° de julho de 1998.

  – Plano de benefícios II, um plano na forma de benefício definido criado em 1° de julho de 1998, incluindo cobertura por morte e invalidez, fechado para novas adesões desde 8 de julho de 1999.

  – Plano de benefícios II, um plano na forma de benefício definido criado em 1° de julho de 1998, fechado para novas adesões desde 8 de julho de 1999. O plano está em processo de retirada de patrocínio.

- **Outros**

  O Banco Santander S.A. é o patrocinador de planos de pensão para funcionários associados, estruturados como planos na forma de benefício definido.

ii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação**

  Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

- **Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial**

  Banesprev - Plano V e outros planos - 11,07% (2007, 11,06%).
  Banesprev - plano de pensão complementar - 14,9% (2007, 14,7%).
  Banesprev - outros planos - 12,1% (2007, 14,6%; exceto para o Plano IV, 13,6%).
  Planos Sanprev - 12,5% (2007, 10,4%).
  Bandeprev, Fasass, Holandaprevi e Previban - 10,3%.

- **Taxa de rendimento real esperada sobre os ativos do plano**

  Banesprev - Plano V e outros planos - 16,5% (2007, 16,7%).
  Banesprev - plano de pensão complementar - 14,9% (2007, 14,7%).
  Banesprev - outros planos - 12,9%; exceto para o Plano IV - 12,5% (2007, 14,6%; exceto para o Plano IV - 13,6%).
  Planos Sanprev - 10,6% (2007, 10,4%).
  Bandeprev - 12,1%, Fasass - 13,8% e Holandaprevi e Previban - 11,8%.

- **Taxa estimada de inflação no longo prazo e índices estimados de aumento nominal dos salários e benefícios**

  Banesprev e Sanprev - todos os planos - 4,0% (2007, 4,2%).
  Bandeprev, Fasass, Holandaprevi e Previban - 4,0%.
  Bandeprev e Holandaprevi - crescimento salarial de 1,0%, e Fasass e Previban - crescimento nulo, uma vez que não possuem participantes ativos.

- **Tábua biométrica de mortalidade geral**

  Banesprev, Sanprev e outros planos - AT-2000.
  Holandaprevi e Bandeprev - AT-2000 segregada por sexo.
  Previban e Fasass - UP-94 segregada por sexo.

- **Tábua biométrica de entrada em invalidez e mortalidade de inválidos**

  Banesprev e Sanprev - Tábua *Mercer Disability*. Não aplicável aos outros planos.
  Bandeprev, Fasass, Holandaprevi e Previban - Tábua *Mercer Disability* e mortalidade para inválidos: IAPB 57.

- **Tábua de rotatividade esperada**

  Banesprev - Plano V (0,1/tempo de serviço + 1) até 50 anos de idade.
  Banesprev - plano de pensão complementar e outros planos - 0%.
  Banesprev - outros planos - 2,0% e Planos Sanprev - nulo.
  Holandaprevi segregada por idade conforme taxas a seguir, por faixas de Salários Mínimos - SM: até 10 SM - de 10% a 7%; de 10 SM até 20 SM - de 9% a 6%; e acima de 20 SM - de 8% a 5%.
  Bandeprev segue as faixas: até 10 SM = 0,45/(tempo de serviço + 1); de 10 SM até 20 SM = 0,30/(tempo de serviço + 1); e acima de 20 SM = 0,15/(tempo de serviço + 1).
  Fasass e Previban são nulas, uma vez que não possuem participantes ativos.

- **Probabilidade de ingresso em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade.**

iii. Assistência médica e odontológica

- **Cabesp - Caixa Beneficente dos Funcionários do Banco do Estado de São Paulo S.A.**

  O Banco contribui para a Cabesp, entidade que cobre as despesas de assistência médica e odontológica de funcionários contratados até a privatização do Banespa em 2000.

- **Aposentados pela Holandaprevi**

  O plano de assistência médica aos aposentados da Holandaprevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

- **Ex-funcionários do Banco Real (aposentados por circulares)**

  O plano de assistência médica referente aos ex-funcionários do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte do patrocinador.

- **Aposentados pela Bandeprev**

  O plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é do Banco, cobertura de 50% para os funcionários aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE e cobertura de 30% para os funcionários aposentados e que vierem a se aposentar após a data em que ocorreu a privatização.

- **Diretor com benefícios vitalícios (diretores vitalícios)**

  Benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor desse Banco por período igual ou superior a dez anos (massa fechada). Com a incorporação do Banco Sudameris Brasil S.A., o Banco Real torna-se responsável por garantir esse benefício.

- **Plasas - Plano de Saúde Suplementar**

  Plano de saúde voluntário, criado em 1º de julho de 1989, suplementar ao plano de assistência médica e somente para casos de hospitalização.

  Inclui uma reserva efetuada por contribuições de participantes e da Fasass, que estão suspensas desde agosto de 1999. O plano está fechado para novas adesões desde julho de 1999.

- **Seguro de Vida para aposentados do Banco Real**

  Consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-funcionários do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o capital segurado e, em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Real subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

- **Clínica Grátis**

  O plano de assistência médica Clínica Grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria.

  Durante 2008, o Banco reconheceu despesas no montante de R$33.166 (2007 - R$3.919) relacionadas a contribuições aos planos de pensão (nota nº 37).

  A situação de custeio das obrigações de benefício definido em 2008 e 2007 é a seguinte:

	Milhares de reais			
	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2008	2007	2008	2007
Valor presente das obrigações:				
A atuais funcionários	954.321	798.056	26.806	-
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	11.676.568	9.205.628	2.684.670	2.786.207
A beneficiários de aposentadoria antecipada	-	-	44	181
	12.630.889	**10.003.684**	**2.711.520**	**2.786.388**
Menos:				
Valor justo dos ativos do plano	12.390.745	10.117.296	2.897.569	2.782.114
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	(180.135)	(576.868)	(223.100)	148.346
Ativos não reconhecidos	(378.950)	(314.201)	(242.636)	(144.254)
Custo não reconhecido de serviço passado	-	-	-	-
Provisões - provisões para pensões	**799.229**	**777.457**	**279.687**	**182**

Em janeiro de 2007, o Banespa - Banco do Estado de São Paulo S.A. (que foi incorporado ao Banco Santander Banespa S.A. em 31 de agosto de 2006) externalizou uma parte das obrigações de pensão a funcionários para os quais ainda reconheceu uma provisão interna e, para essa finalidade, providenciou um plano externo ou um fundo administrado pelo Banesprev. Como resultado dessa externalização, os ativos e passivos correspondentes foram transferidos ao Banesprev, e a rubrica "Provisões - provisões para pensões e obrigações semelhantes" em 31 de dezembro de 2007 incluiu o valor presente das obrigações anteriormente mencionadas, líquidas do valor justo dos ativos correspondentes do plano, e os ganhos e/ou as perdas atuariais cumulativos não reconhecidos.

Os valores reconhecidos na demonstração do resultado consolidado em relação às obrigações na forma de benefício definido anteriormente mencionadas são os seguintes:

	Milhares de reais			
	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2008	2007	2008	2007
Custos dos serviços correntes	21.284	24.745	23.776	13.732
Custo dos juros	1.362.586	1.195.156	311.758	269.275
Rendimento esperado do ativo do plano	(1.278.663)	(1.082.537)	(304.244)	(269.275)
Encargos extraordinários:				
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	16.726	8.305	-	-
Serviço passado	-	-	-	-
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	1.633	8.426
Total	**121.933**	**145.669**	**32.923**	**22.158**

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

	Milhares de reais			
	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2008	2007	2008	2007
Valor presente das obrigações no início do exercício	10.003.684	8.732.563	2.786.388	2.047.784
Inclusão líquida de entidades no Banco	1.372.869	-	291.755	-
Custos dos serviços correntes	21.284	24.745	23.776	13.732
Custo dos juros	1.362.586	1.195.156	311.758	269.275
Custo de aposentadoria antecipada	-	-	1.633	8.426
Benefícios pagos	(922.771)	(843.702)	(157.266)	(157.685)
Serviço passado	-	-	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	931.691	989.648	(539.867)	651.450
Outros	(138.454)	(94.726)	(6.657)	(46.594)
Valor presente das obrigações no fim do exercício	**12.630.889**	**10.003.684**	**2.711.520**	**2.786.388**

A inclusão líquida de entidades no Banco diz respeito principalmente ao Banco Real.

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Milhares de reais			
	Planos pós-emprego		Outras obrigações similares	
	2008	2007	2008	2007
Valor de mercado dos ativos do plano no início do exercício	10.117.296	3.745.220	2.782.114	2.430.500
Inclusão líquida de entidades no Banco	1.574.595	-	93.401	-
Rendimento esperado do ativo do plano	1.278.663	1.082.537	304.244	269.275
Ganhos (perdas) atuariais	230.194	1.373.486	(169.057)	169.143
Contribuições	83.055	4.730.968	41.487	42.860
Sendo:				
Pelo Banco [(1)]	*67.513*	*4.712.879*	*36.021*	*36.184*
Por participantes do plano	*15.542*	*18.089*	*5.466*	*6.676*
Benefícios pagos	(893.058)	(814.915)	(153.225)	(129.664)
Diferenças cambiais e outros itens	-	-	(1.395)	-
Valor de mercado dos ativos do plano no final do exercício	**12.390.745**	**10.117.296**	**2.897.569**	**2.782.114**

(1) Em 2007, inclui a transferência inicial e os valores mensalmente pagos ao Banesprev para o Plano V.

A inclusão líquida de entidades no Banco diz respeito principalmente ao Banco Real.

Em 2009, o Banco espera fazer contribuições para custear essas obrigações por valores similares aos efetuados em 2008.

As principais categorias de ativos em percentual de ativos totais do plano são as seguintes:

	2008	2007
Instrumentos de patrimônio líquido	5,47%	8,66%
Instrumentos de dívida	92,85%	89,33%
Bens imóveis	0,10%	0,01%
Outros	1,58%	2,00%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

A tabela a seguir mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2008 para os próximos dez anos:

	Milhares de reais
2009	1.134.451
2010	1.181.847
2011	1.231.979
2012	1.285.181
2013	1.339.371
2014 a 2018	7.488.601
	13.661.430

d) Provisões para impostos e outras contingências e outras provisões

O Banco e suas controladas estão envolvidos em processos administrativos e legais nas áreas tributária, civil e trabalhista resultantes do curso normal de seus negócios.

As reservas foram reconhecidas com base na natureza, na complexidade e no histórico dos processos e nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos. A política do Santander é provisionar o valor total dos processos cuja probabilidade de perda seja provável.

Obrigações legais - fiscais e previdenciárias foram integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração considera que as provisões contabilizadas são suficientes para cobrir as prováveis perdas nos processos.

i. Obrigações legais - tributárias e previdenciárias

Referem-se a processos legais e procedimentos administrativos envolvendo obrigações fiscais e previdenciárias baseadas na opinião dos assessores jurídicos de que as probabilidades de perda são prováveis, como segue:

- PIS e COFINS - R$2.210.489 (2007 - R$210.883): diversas empresas do conglomerado entraram com processo contra as provisões do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98, segundo as quais o PIS e a COFINS devem incidir sobre todas as receitas das entidades jurídicas. Antes dessas provisões, anuladas pelas recentes decisões do Supremo Tribunal Federal - STF, o PIS e a COFINS incidiram somente sobre as receitas de serviços e vendas de mercadorias.

- Dedutibilidade da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL do IRPJ - R$549.739 (2007 - R$392.786): procura obter a dedução da despesa de CSLL do cálculo do imposto de renda.

- CSLL - isonomia de alíquotas - R$502.948: diversas empresas do Grupo entraram com processo questionando a aplicação da alíquota da CSLL (18%) ampliada para instituições financeiras em comparação com a alíquota para empresas não financeiras (8%).

- Aumento da alíquota da CSLL - R$136.853: em setembro de 2008, o Banco impetrou um mandado de segurança opondo-se ao aumento da alíquota da CSLL estabelecida pela Medida Provisória nº 413/08, convertida na Lei nº 11.727/08. As instituições financeiras estavam sujeitas a uma alíquota da CSLL de 9%; no entanto, a nova legislação estabeleceu uma alíquota de 15%.

- IRPJ - contabilização no mesmo período - R$381.044: processo requerendo que, para efeito de cálculo do IRPJ, as despesas com depreciação sejam reconhecidas no mesmo período em que as receitas de pagamentos de aluguel.

- Imposto Sobre Serviços - ISS - instituições financeiras: refere-se a processos legais e procedimentos administrativos em diversos municípios que exigem o pagamento do ISS sobre receitas de diversas operações que normalmente não são classificadas como provisão para serviços. O valor envolvido atualizado é de R$279.554 (2007 - R$87.994).

- Instituto Nacional do Seguro Social - INSS: refere-se a processos legais e procedimentos administrativos que pretendem cobrar a contribuição do INSS e o salário-educação sobre valores que normalmente não são de natureza salarial. O valor envolvido atualizado é de R$159.752 (2007 - R$120.498).

- Provisão para devedores duvidosos - R$205.714: cobrança de IRPJ e CSLL incidente sobre a provisão para devedores duvidosos como resultado da dedução, considerada indevida pelo Fisco, no ano-calendário 1995, sob a alegação de que os critérios fiscais vigentes na época não haviam sido cumpridos.

- Provisão para devedores duvidosos - R$90.466 - consolidado: o objetivo é anular os autos de infração emitidos pela Receita Federal sob a alegação de que as empresas deduziram indevidamente das bases de IRPJ e CSLL as perdas em operações de empréstimo, pois essas deduções não satisfizeram os prazos e as condições definidos pela legislação em vigor.

ii. Contingências trabalhistas

Referem-se a processos movidos por sindicatos e ex-funcionários reivindicando direitos trabalhistas por eles considerados devidos, principalmente pagamento de horas extras e outros direitos, incluindo processos relativos a benefícios de aposentadoria.

Para reivindicações trabalhistas consideradas semelhantes e usuais, a provisão é reconhecida com base no histórico dos pagamentos feitos. Outras reivindicações trabalhistas são controladas individualmente e as provisões são reconhecidas com base em jurisprudência e no estágio de cada processo.

iii. Contingências cíveis

Referem-se a processos de indenização e revisão de contratos de empréstimo.

Os processos de indenização reivindicam indenização por danos materiais e/ou morais relacionados ao relacionamento com o consumidor, principalmente por protesto indevido, retorno de cheques, inclusão dos dados do devedor no cadastro de restrição de crédito, eliminação dos efeitos inflacionários em depósitos judiciais e outros assuntos.

Os processos de revisão referem-se a questionamentos dos clientes em relação a cláusulas dos contratos de empréstimo.

Também há processos movidos por acionistas minoritários do ex-Banco Noroeste contra atos societários de 1998 e 1999. Embora haja decisões desfavoráveis na primeira instância, com base na avaliação dos advogados, a Administração acredita que o Banco tem boas chances de obter a reforma dessas decisões por meio dos recursos impetrados no Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo.

Para processos cíveis considerados semelhantes e usuais, a provisão é contabilizada com base no histórico dos pagamentos feitos, com base na avaliação de sucesso e classificação dos assessores jurídicos. Os outros processos são controlados individualmente e as provisões são reconhecidas com base na situação de cada processo, na lei e em jurisprudência.

iv. Outros processos sob a responsabilidade de ex-acionistas controladores

Referem-se a processos fiscais, trabalhistas e cíveis nos valores de R$459.291, R$137.861 e R$57.386 (2007 - R$609.613, R$177.791 e R$92.834), respectivamente, contabilizados em “Outros valores a pagar - fiscais e previdenciários” e “Outros valores a pagar - outros”, que são de responsabilidade dos ex-acionistas controladores das entidades adquiridas. Os processos possuem garantias definidas de acordo com os contratos assinados na época da aquisição no valor de R$654.538 (2007 - R$880.238), contabilizado em “Outros valores a receber - outros”. Esses processos não geram efeitos sobre o balanço.

v. Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

Referem-se a processos judiciais e procedimentos administrativos nas áreas tributária, cível e trabalhista avaliados pelos assessores jurídicos como de perda possível e que não foram contabilizados. Os principais processos são:

- Contribuição Provisória sobre Movimentação Financeira - CPMF sobre operações de clientes: em maio de 2003, a Receita Federal emitiu um auto de infração contra a Santander Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda. ("Santander DTVM") e outro auto de infração contra o ex-Banco Santander Brasil S.A., ambos no valor de R$290 milhões. Os autos referem-se à cobrança de crédito de CPMF sobre operações conduzidas pela Santander DTVM na administração dos fundos de seus clientes e serviços de compensação fornecidos pelo Banco à Santander DTVM, de acordo com o contrato firmado entre as duas empresas, em 2000, 2001 e nos dois primeiros meses de 2002. Ambas as empresas consideram que o tratamento fiscal adotado era apropriado, pois as transações mencionadas estavam sujeitas à alíquota zero de CPMF. O Conselho de Contribuintes julgou o procedimento administrativo, anulou o auto de infração da Santander DTVM e confirmou o auto de infração do Banco. Para ambos os casos, pode-se dar entrada em um recurso administrativo na Câmara Superior de Recursos Fiscais - CSRF. O valor atualizado de cada procedimento é de aproximadamente R$530 milhões.

- IRPJ e CSLL sobre reembolso de garantias contratuais: em dezembro de 2007, a Receita Federal emitiu um auto de infração no valor de R$320 milhões contra o Banco. O auto refere-se à cobrança de IRPJ e CSLL, no ano fiscal 2002, sobre valores reembolsados pelo ex-acionista controlador do Banco devido a pagamentos feitos pelo Banco que eram de responsabilidade do acionista controlador. A Receita Federal entendeu que o valor depositado em favor do Banco não era um reembolso mas uma receita tributável. O Banco entrou com uma defesa administrativa e a decisão foi desfavorável. O valor atualizado de cada procedimento é de aproximadamente R$350 milhões.

- Adicional ao Preço de Compra das Ações do Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa: ação ordinária alegando a inexistência de relacionamento legal com o Tesouro Nacional em relação ao item 3.1 do Contrato de Compra e Venda do Banespa. Esse item prevê o pagamento de um acréscimo ao preço mínimo caso o Banespa seja liberado da contingência fiscal reconhecida na ocasião da definição do preço mínimo no momento da privatização. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$299 milhões. Após decisão desfavorável na primeira instância, em 23 de abril de 2008, o Tribunal Regional Federal - TRF da Primeira Região aceitou o recurso impetrado pelo Banco e declarou a cobrança indevida. No momento, aguarda julgamento de recurso interposto pela União.

- Dedutibilidade das despesas com a provisão para devedores duvidosos: cobrança administrativa da Receita Federal referente à dedução, das bases de IRPJ e CSLL, de perdas sobre operações de empréstimos realizadas em 1998 e 2000. O Banco está aguardando o julgamento e entende que a cobrança é indevida já que as despesas satisfazem as condições de dedutibilidade da Lei nº 9.430/96, pois referem-se a perdas definitivas. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$211 milhões.

- CSLL - inconstitucionalidade: não-conformidade com a anistia estabelecida pela Lei 9.779/99 - alega que as entidades que aderiram à anistia não cumpriram os requisitos da Lei, pois não tinham um mandado para todos os períodos pagos (1989 a 1999). A ação judicial e os procedimentos administrativos estão aguardando julgamento. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$159 milhões.

- CSLL - isonomia de alíquota: processo relativo à diferença da alíquota de contribuição social aplicada a instituições financeiras e entidades equivalentes na primeira metade de 1996, pois essa alíquota era maior do que as alíquotas aplicadas a outras pessoas jurídicas, o que contraria o princípio constitucional de precedência e não-retroatividade. Há uma ação aguardando decisão judicial e outros recursos pendentes de julgamento. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$152 milhões.

- CSLL - trânsito em julgado: busca garantir o direito de não contabilizar o crédito fiscal formalizado pela Receita Federal, relativo a alegadas irregularidades no pagamento da CSLL, já que o Banco obteve uma decisão final cancelando o pagamento da CSLL, em conformidade com as Leis nº 7.689/88 e nº 7.787/89. Os recursos impetrados no TRF estão aguardando julgamento. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$150 milhões.

- Bônus Semestral ou Participação no Resultado: ação na esfera trabalhista relativa ao pagamento de gratificação semestral ou, sucessivamente, participação no resultado a funcionários aposentados do ex-Banco do Estado de São Paulo S.A. - Banespa, admitidos até 22 de maio de 1975. Essa ação foi movida por Associação de Aposentados do Banespa. A ação foi julgada pelo Tribunal Superior do Trabalho - TST em 25 de junho de 2008 e o Banco ingressou com os recursos cabíveis. O valor envolvido não é divulgado devido ao estágio atual da ação e à possibilidade de que isso afete seu andamento.

No final de cada um dos três últimos anos, o Banco contabilizou provisões que cobrem, com razoável segurança, todas as contingências que possam advir do tributo mencionado e de litígio judicial.

22. Outras obrigações

A seguir, a composição do saldo da rubrica "Outras obrigações":

	Milhares de reais	
	2008	2007
Despesas provisionadas e receita diferida	2.026.316	956.742
Transações em andamento	336.265	109.813
Outros	1.164.381	387.433
	3.526.962	**1.453.988**

23. Passivos fiscais

a) Imposto de renda e contribuição social

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	2.548.833	2.687.141
Juros sobre o capital próprio (1)	(480.000)	(527.600)
Lucros a realizar	(1.335)	-
Lucro antes da tributação	2.067.498	2.159.541
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social) (*)	(826.999)	(734.244)
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (2)	(492.554)	(389.984)
Equivalência patrimonial	44.932	2.001
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (3)	375.542	303.178
Despesas não dedutíveis e provisões	(74.441)	63.150
Variação cambial - filiais no exterior (4)	681.453	(28.899)
Efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias de anos anteriores	125.311	26.664
Efeitos das mudanças nas alíquotas e no resultado das controladas à alíquota de 9%	(9.221)	-
Outros ajustes	5.770	(26.008)
Imposto de renda e contribuição social	**(170.207)**	**(784.142)**
Sendo:		
Impostos correntes	(1.173.722)	(749.295)
Impostos diferidos	1.003.515	(34.847)
Impostos pagos no exercício	(918.677)	(392.791)

(*) 25% e 9% em 2007, respectivamente.

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como componentes da base de lucro (base líquida de determinadas receitas e despesas); portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido - corresponde a uma dedução especial advinda da provisão para equalização e reorganização corporativa de 2006 (consultar notas nº 1 e nº 21).

(4) Refere-se ao ganho líquido do *hedge* econômico da posição do Banco em Cayman, uma controlada não autônoma, compensado pela perda registrada em "Ganho (perda) em ativos e passivos financeiros (líquidos)".

b) Cálculo efetivo das alíquotas de imposto

As alíquotas efetivas de imposto são:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Lucro antes da tributação	2.548.833	2.687.141
Imposto de renda	170.207	784.142
Alíquota efetiva (1)	6,68%	29,18%

(1) Em 2008, a alíquota efetiva deveria ter sido 25%, excluindo os efeitos da variação cambial sobre as agências no exterior e as perdas do *hedge* econômico, contabilizados em ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (nota nº 34).

c) Imposto reconhecido no patrimônio

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração do resultado consolidada, o Banco reconheceu os seguintes valores no patrimônio consolidado:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio	**463.203**	**821.554**
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	463.203	821.554
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio	**(165.996)**	**-**
Avaliação de *hedge* de fluxo de caixa	(165.996)	-
Total	**297.207**	**821.554**

d) Impostos diferidos

Os dados dos saldos das rubricas "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" são:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Créditos tributários	**11.769.157**	**4.073.205**
Sendo:		
Prejuízo fiscal	*1.377.470*	*446.337*
Diferenças temporárias (1)	*10.391.687*	*3.626.868*
Passivos fiscais	**3.130.894**	**1.452.640**
Sendo:		
Depreciação excedente de bens arrendados	*1.156.283*	*716.125*
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	*1.372.552*	*462.463*

(1) Diferenças temporárias que se referem principalmente a perdas por não-recuperação *(impairment)* sobre empréstimos e valores a receber e passivos contingentes.

As movimentações dos saldos das rubricas "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" nos últimos dois anos foram:

	Milhares de reais				
	Saldos em 31 de dezembro de 2007	(Débito) crédito ao resultado	(Débito) crédito à reserva de reavaliação de ativo e passivo	Aquisições no ano (líquidas)	Saldos em 31 de dezembro de 2008
Créditos tributários diferidos	4.073.205	2.224.953	45.185	5.425.814	11.769.157
Passivos fiscais diferidos	1.452.640	1.221.438	(491.031)	947.847	3.130.894
Total	**2.620.565**	**1.003.515**	**536.216**	**4.477.967**	**8.638.263**

	Milhares de reais				
	Saldos em 31 de dezembro de 2006	(Débito) crédito ao resultado	(Débito) crédito à reserva de reavaliação de ativo e passivo	Aquisições no ano (líquidas)	Saldos em 31 de dezembro de 2007
Créditos tributários diferidos	3.815.620	197.821	59.764	-	4.073.205
Passivos fiscais diferidos	1.185.191	232.668	34.781	-	1.452.640
Total	**2.630.429**	**(34.847)**	**24.983**	**-**	**2.620.565**

24. Participação dos acionistas minoritários

Participação dos acionistas minoritários diz respeito ao valor líquido da equivalência patrimonial atribuível a títulos patrimoniais que não pertencem, direta ou indiretamente, ao Banco, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

O saldo da rubrica "Participação dos acionistas minoritários" está detalhado a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Agropecuária Tapirapé S.A.	60	57
Banco ABN AMRO Real S.A.	80	-
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	3.977	-
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	819	-
Real CHP S.A.	334	-
Outras empresas	9	-
	5.279	**57**
Lucro anual atribuído à participação minoritária	**231**	**-**
Sendo:		
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	*206*	-
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	*19*	-
Outras empresas	*6*	-

b) Movimentação

A movimentação do saldo da rubrica "Participação dos acionistas minoritários" está resumida no quadro a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Saldos no início do exercício	57	57
Inclusão das empresas no Grupo e mudanças no escopo da consolidação, líquidas	4.991	-
Lucro anual atribuído à participação minoritária	231	-
Saldos no encerramento do exercício	**5.279**	**57**

25. Ajustes de avaliação

Os saldos da rubrica "Ajustes ao valor de mercado" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio por meio da demonstração das mutações do patrimônio líquido (receitas e despesas reconhecidas) até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente como patrimônio líquido por meio da demonstração do resultado consolidada. Os valores advindos das controladas e das controladas em conjunto são apresentados, linha a linha, nas rubricas apropriadas de acordo com sua natureza.

É importante observar que a demonstração das receitas e despesas reconhecidas inclui as mudanças na rubrica "Ajustes ao valor de mercado", como segue:

- Ganhos (perdas) de reavaliação: incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nessa rubrica, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outra rubrica.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de *hedge*: incluem os valores dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de *hedges* de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Os valores dessas rubricas são reconhecidos brutos, inclusive o valor dos ajustes de avaliação relacionados à participação minoritária, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Essa rubrica inclui o valor líquido das mudanças a realizar no valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

As movimentações do saldo em 31 de dezembro de 2008 relativas ao ano anterior referem-se principalmente à redução advinda da perda de ganhos a realizar que foi reconhecida no patrimônio líquido no encerramento de 2007.

b) Hedges de fluxo de caixa

Essa rubrica inclui os ganhos ou as perdas atribuíveis a instrumentos de *hedge* que podem ser classificados como *hedges* efetivos. Esses valores permanecerão sob esse título até serem reconhecidos na demonstração do resultado consolidada nos períodos em que os itens sujeitos a *hedge* a afetam (consultar a nota nº 41).

Consequentemente, os valores representantes das perdas de avaliação serão compensados no futuro por ganhos gerados pelos instrumentos objeto de *hedge*.

26. Patrimônio líquido

a) *Capital*

O capital autorizado é representado por 325.758.283 mil ações escriturais sem valor nominal, sendo 174.292.416 mil ações ordinárias e 151.465.867 mil ações preferenciais. A composição do capital integralizado está demonstrada no quadro a seguir:

	Ações - mil					
	2008			2007		
	Ordinárias	Preferenciais	Total	Ordinárias	Preferenciais	Total
Residentes no Brasil	2.734.410	3.993.767	6.728.177	498.688	2.048.621	2.547.309
Residentes no exterior	171.558.003	147.472.100	319.030.103	70.537.235	59.683.935	130.221.170
Total de ações	**174.292.413**	**151.465.867**	**325.758.280**	**71.035.923**	**61.732.556**	**132.768.479**
Total em milhares de reais	**25.228.125**	**21.924.076**	**47.152.201**	**4.457.625**	**3.873.823**	**8.331.448**

A Assembleia Geral Extraordinária de 29 de agosto de 2008 aprovou um aumento de R$38.920.753 no capital do Banco Santander, dos quais R$38.020.753 foram alocados para o capital e R$900.000 para a reserva de capital, por meio da emissão de 189.300.327.000 ações, das quais 101.282.490.000 são ações ordinárias e 88.017.837.000 são ações preferenciais, sem valor nominal, referentes à fusão das ações do Banco Real e da AAB Dois Par.

Na Assembleia de 4 de junho de 2008, o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital com emissão de 3.689.477 mil ações (1.974.003 mil ações ordinárias e 1.715.474 mil ações preferenciais), no valor de R$800.000, ratificado pela Assembleia Geral Extraordinária de 25 de julho de 2008.

Na Assembleia de 25 de abril de 2007, o Conselho de Administração aprovou um aumento de capital com emissão de 9.612.358 mil ações (5.142.958 mil ações ordinárias e 4.469.400 mil ações preferenciais), no valor de R$1.500.000, aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de junho de 2007.

b) *Dividendos e juros sobre o capital próprio*

De acordo com o estatuto social do Banco, os acionistas têm direito a dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do ano, ajustado de acordo com a legislação. As ações preferenciais não têm direito a voto e não podem ser convertidas, mas têm os mesmos direitos e vantagens concedidos às ações ordinárias, além de prioridade no pagamento de dividendos, que são 10% maiores do que os pagos às ações ordinárias, e no reembolso de capital, sem ágio, em caso de liquidação do Banco.

Os dividendos foram e continuarão a ser calculados e pagos de acordo com a Lei das Sociedades por Ações.

Antes da Assembleia Anual dos Acionistas, o Conselho de Administração pode deliberar sobre o pagamento de dividendos intermediários sobre os lucros auferidos, com base em: (i) balanços patrimoniais ou reservas de lucro semestrais; ou (ii) balanços patrimoniais emitidos em períodos inferiores a seis meses, em cujo caso a distribuição de dividendos não pode exceder o valor das reservas de capital. Esses pagamentos intermediários são compensados contra o dividendo anual compulsório.

	2008		
	Milhares de reais	Reais por milhares de ações	
		Ordinárias	Preferenciais
Dividendos baseados no resultado intermediário do exercício findo em 31 de dezembro de 2008	752.807	2,2084	2,4293
Dividendos baseados no resultado intermediário do exercício findo em 31 de dezembro de 2008	217.193	0,6372	0,7009
Dividendos baseados em reservas constituídas	3.045	0,0089	0,0098
Juros sobre o capital próprio (1) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2008	480.000	1,4081	1,5489
Dividendos propostos	**1.453.045**		

(1) Ordinárias - R$1,1969 e preferenciais - R$1,3166, líquidos de impostos.

	2007		
	Milhares de reais	Reais por milhares de ações	
		Ordinárias	Preferenciais
Dividendos baseados no resultado intermediário do exercício findo em 31 de dezembro de 2007	647.050	4,657	5,1227
Dividendos baseados no resultado intermediário do exercício findo em 31 de dezembro de 2007	327.628	2,358	2,5938
Dividendos baseados no resultado intermediário do exercício findo em 31 de dezembro de 2007	240.728	1,7326	1,9058
Dividendos baseados em reservas constituídas	521.762	3,7553	4,1308
Juros sobre o capital próprio (1) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007	264.600	1,9044	2,0948
Juros sobre o capital próprio (2) no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2007	263.000	1,8929	2,0822
Total	**2.264.768**		

(1) Ordinárias - R$1,6187 e preferenciais - R$1,7806, líquidos de impostos.
(2) Ordinárias - R$1,6089 e preferenciais - R$1,7698, líquidos de impostos.

27. Índices operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital regulador consistente com suas atividades, no mínimo 11% maior do que o capital exigido. Em julho de 2008, novas regras de medição de capital regulador, de acordo com a Abordagem Padronizada de Basileia II, entraram em vigor, incluindo uma nova metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito e risco operacional. O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado a seguir:

	Milhares de reais
	2008
Capital regulador de Nível I ajustado	23.033.013
Capital regulador de Nível II	8.504.338
Capital regulador ajustado	**31.537.351**
Capital regulador exigido	**23.527.735**
Parcela de crédito de risco ajustada	22.324.423
Parcela de risco de mercado	916.186
Parcela de risco operacional	287.126
Índice da Basileia II (*)	**14,70%**

(*) Calculado de acordo com as exigências do BACEN e desconsiderando o efeito do ágio.

As instituições financeiras devem manter investimentos em ativos permanentes consistentes com seu capital. Os fundos investidos em ativos permanentes, determinados em base consolidada, estão limitados a 50% do capital ajustado de acordo com a regra em vigor. Devido ao registro de ágio na fusão das ações do Banco Real e da AAB Dois Par, o Santander excedeu o limite de investimento em ativos permanentes. O efeito, advindo exclusivamente da mencionada reestruturação corporativa, não representa impacto adverso na posição financeira do Santander. Como exigido pela regulamentação em vigor, um plano de regularização foi preparado para que esse limite seja satisfeito e foi aprovado pela agência reguladora (BACEN).

28. Garantias

O Banco oferece uma série de garantias para que seus clientes melhorem sua posição de crédito e estejam aptos a competir. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2008 e de 2007.

Como exigido, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” representa os valores nocionais que poderiam ficar perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o “Máximo valor potencial de pagamentos futuros” excede significativamente as perdas inerentes.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	Milhares de reais	
	2008	2007
Passivos contingentes		
Garantias e outras fianças		
Garantias financeiras	*20.804.663*	*11.704.554*
Garantias de desempenho	*745.792*	*170.556*
Cartas de crédito financeiras standby	*3.019.320*	*2.634.605*
Outros	*195.239*	*325.985*
Outras exposições contingentes	640.296	463.529
Créditos de documentação	*640.296*	*463.529*
Total de passivos contingentes	**25.405.310**	**15.299.229**
Compromissos		
Compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros	59.708.201	18.089.928
Outros compromissos	9.614.810	3.645.860
Compromissos de colocação de títulos e valores mobiliários	*9.614.810*	*3.645.860*
Total de compromissos	**69.323.011**	**21.735.788**
Total	**94.728.321**	**37.035.017**

São fornecidas aos clientes do Banco garantias financeiras em compromissos com terceiros. Há o direito de cobrar, dos clientes, o reembolso de qualquer valor que o Banco tenha de pagar devido a essas garantias. Além disso, pode ser mantido dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa do Banco é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, o Banco espera que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, e fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as letras de crédito financeiras *standby* estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. O Banco sempre exige fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, o Banco atua como mediador de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação/exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e o Banco pode fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comercias são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas ao fornecimento de informações pelo cliente.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras *standby* e créditos de documentação e de todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelo menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra o Banco.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o ágio recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao longo da vida das garantias relacionadas e totaliza R$58.520 mil (2007 - R$38.312 mil).

29. Receitas com juros e similares

Juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e das retificações de resultado como consequência da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e similares percebidos em 2008 e 2007 está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
Saldo líquido	2008	2007
Saldos no Banco Central do Brasil	2.270.494	1.893.765
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	1.818.645	701.693
Instrumentos de dívida	3.327.287	2.165.840
Empréstimos e adiantamentos a clientes	16.296.436	8.047.359
Outros juros	54.952	388.711
Ganhos líquidos	**23.767.814**	**13.197.368**

30. Despesas com juros e similares

Despesas com juros e similares na demonstração do resultado consolidada compõem-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, das retificações de custo como resultado da contabilização do *hedge* e dos custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens das despesas com juros e similares em 2008 e 2007 está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Depósitos no Banco Central do Brasil	467	-
Depósitos de instituições de crédito	1.630.639	1.362.276
Depósitos de clientes	9.145.873	4.709.093
Títulos de dívida e passivos subordinados		
Captações no mercado aberto (nota nº 18)	*548.834*	*276.493*
Dividas subordinadas	*690.014*	*451.828*
Planos de previdência (nota nº 21)	91.437	112.619
Outros juros	222.581	89.773
Total	**12.329.845**	**7.002.082**

31. Resultado de equivalência patrimonial

A rubrica “Resultado de equivalência patrimonial ”inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição da participação acionária.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Títulos patrimoniais classificados como:		
Ativos financeiros mantidos para negociação	**7.627**	**16.089**
Sendo:		
Petroquímica União S.A.	*2.654*	*5.256*
Ativos financeiros disponíveis para venda	**29.345**	**20.298**
Sendo:		
Bovespa Holding S.A.	*11.760*	*-*
SERASA S.A.	*3.721*	*8.273*
	36.972	**36.387**

32. Receita de tarifas e comissões

A rubrica "Receita de tarifas e comissões" é composta pelos valores de todos os honorários e comissões acumulados em favor do Banco no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Serviços de cobrança e pagamento:		
Recebimento de contas	218.979	127.514
Contas à vista	449.385	424.829
Cartões	601.782	332.086
Cheques e outros	983.773	742.852
Pedidos	134.713	82.328
	2.388.632	**1.709.609**
Marketing de produtos financeiros não bancários:		
Fundos de investimento	700.233	620.278
Seguros	643.810	428.216
Capitalização	102.185	17.902
	1.446.228	**1.066.396**
Serviços de títulos e valores mobiliários:		
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	110.653	90.691
Negociação de títulos e valores mobiliários	147.307	139.751
Administração e custódia	64.232	22.580
Gestão de bens	2.968	3.191
	325.160	**256.213**
Outros:		
Cambiais	100.129	70.484
Garantias financeiras	146.625	73.800
Outros honorários e comissões	402.240	187.016
	648.994	**331.300**
	4.809.014	**3.363.518**

33. Despesas de honorários e comissões

A rubrica "Despesas de honorários e comissões" mostra o valor de todos os honorários e comissões pagos ou a pagar no ano, exceto aqueles que fazem parte da taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Honorários e comissões designados a terceiros	351.471	129.617
Sendo: cartões de crédito	*243.946*	*52.643*
Outros honorários e comissões	203.840	135.929
	555.311	**265.546**

34. Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros (líquidos)

Os ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros são compostos pelos valores dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e pelos ganhos ou pelas perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Composição

A composição do saldo dessa rubrica, por tipo de instrumento, está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Mantidos para negociação [(1)]	(1.214.846)	254.128
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado [(2)]	39.956	24.873
Instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado	320.307	1.236.856
Sendo: ativos financeiros disponíveis para venda		
Instrumentos de dívida	*(15.476)*	*672.863*
Títulos patrimoniais	*260.855*	*547.343*
Derivativos de *hedge* e outros	(431.530)	807
	(1.286.113)	**1.516.664**

(1) Em 2008, incluem a perda líquida do *hedge* econômico da posição do Banco em Cayman, uma controlada não autônoma. Ver nota nº 23 para detalhes do impacto fiscal desse *hedge*.

(2) Incluem o ganho líquido das transações que envolvem títulos de dívida, títulos patrimoniais e derivativos que fazem parte dessa carteira, pois o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

b) Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado

Os valores dos saldos do ativo estão detalhados a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	4.046.898	1.452.467
Empréstimos e adiantamentos a clientes	1.434,789	-
Instrumentos de dívida	10.105.273	8.730.600
Participações acionárias	678.993	340.267
Derivativos	9.295.008	3.416.973
	25.560.961	**13.940.307**

Os valores dos saldos do passivo estão detalhados a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Depósitos de instituições de crédito	307.376	627.105
Depósitos de clientes	-	63.180
Derivativos	11.197.268	4.564.131
Posições vendidas	12.332	86.174
	11.516.976	**5.340.590**

35. Diferenças cambiais (líquidas)

As diferenças cambiais mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

36. Outras receitas (despesas) operacionais

Entre essa rubrica da demonstração do resultado consolidada estão:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Outras receitas (despesas) operacionais		
Outras receitas operacionais	379.102	631.188
Outras despesas operacionais	(333.831)	(448.610)
Contribuições para custear garantia de crédito	(105.088)	(49.654)
	(59.817)	**132.924**

37. Outras despesas de pessoal

a) Composição

A composição da rubrica “Outras despesas de pessoal” está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Remuneração direta	2.253.313	1.483.211
Custos previdenciários	569.136	354.220
Adições às provisões para os planos de pensão de benefício definido (nota nº 21)	45.060	38.477
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida (nota nº 21)	33.166	3.919
Remuneração baseada em ações (1)	19.647	87.603
Benefícios	423.218	294.158
Outras despesas de pessoal	204.622	122.679
	3.548.162	**2.384.267**

(1) Em 2007, o valor inclui R$77.292 referentes à distribuição de 100 ações para cada funcionário do Grupo Santander (Espanha), como parte da comemoração de seus 150 anos, conforme aprovado na Assembleia dos Acionistas em junho de 2007.

b) *Remuneração baseada em ações*

(i) O Banco

Nos últimos anos, o Banco Santander S.A. definiu programas de remuneração ligados ao desempenho do preço de mercado de suas ações com base na obtenção de algumas metas indicadas a seguir. Esses programas de remuneração também se aplicam a alguns funcionários de suas controladas.

Em conformidade com o acordado em contrato com o Banco Santander S.A., o Banco Santander (Brasil) S.A., igualmente a outras controladas do Grupo, é obrigado a acertar periodicamente e em dinheiro as obrigações decorrentes dos benefícios a esses funcionários.

Os seguintes contratos de pagamento baseados em ações vigoraram durante os períodos de divulgação correntes e comparativos:

	Quantidade de ações	Euro Preço de exercício	Ano de concessão	Grupo de funcionários	Data de início do período de exercício	Data final do período de exercício
Planos em aberto em 1 de janeiro de 2007	**6.032.700**	9,09		Gerente	15/01/2008	15/01/2009
Opções concedidas (Plano I09)	834.332	-	2007	Gerente	23/06/2007	31/07/2009
Opções concedidas (Plano I10)	1.243.355	-	2007	Gerente	23/06/2007	31/07/2010
Opções canceladas, líquidas (Plano I06)	(113.700)	9,09		Gerente	15/01/2008	15/01/2009
Planos em aberto em 31 de dezembro de 2007	**7.996.687**					
Opções exercidas (Plano I06)	(4.657.550)	9,09	-	Gerente		
Opções concedidas (Plano I10)	-	-	2008	Gerente		
Opções concedidas (Plano I11)	2.311.231	-	2008	Gerente		
Planos em aberto em 31 de dezembro de 2008	**5.650.368**					
Sendo:						
Plano I06	*1.261.450*	*9,09*	*2006*	Gerente	15/01/2008	15/01/2009
Plano I09	*834.332*	-	*2007*	Gerente	23/06/2007	31/07/2009
Plano I10	*1.243.355*	-	*2007*	Gerente	23/06/2007	31/07/2010
Plano I11	*2.311.231*	-	*2008*	Gerente	21/06/2008	31/07/2011

O custo total das remunerações baseadas em ações é calculado na data inicial e acumulado *pro rata*. As mudanças no valor justo entre a data de concessão e a data de liquidação estão sujeitas ao *hedge* da controladora. Em 2008, foram registradas despesas *pro rata* de R$19.647 (2007 - R$10.311) relativas aos custos iniciais nas datas de concessão correspondentes a cada um dos ciclos acima mencionados.

Plano I06

Em 2004, o Santander criou um plano de incentivo de longo prazo para seus executivos (I06), ligado à obtenção de duas metas relacionadas às ações dos acionistas majoritários: apreciação do preço da ação e aumento do lucro por ação. As condições para receber a remuneração foram satisfeitas e a compensação variável foi paga de 15 de janeiro de 2008 a 15 de janeiro de 2009, ao preço de €9,09 por opção de ação. Os executivos que não exerceram as opções do plano I-06 até 31 de dezembro de 2008 não poderão exercer esse direito de 13 de dezembro de 2008 até 15 de janeiro de 2009, pois a cotação do Santander estava abaixo do preço-base estabelecido no contrato (€9,09).

Política de incentivos a longo prazo

Na reunião do Conselho Administrativo do Santander Espanha, realizada em 26 de março de 2008, foi aprovada a política de incentivo a longo prazo direcionada aos executivos do Banco Santander Espanha e empresas do Grupo Santander (exceto o Banesto). Essa política prevê remuneração vinculada às ações do Banco Santander Espanha de acordo com o que foi estabelecido na Assembleia Geral Ordinária.

Os executivos da Santander no Brasil estão contemplados no Plano de Ações Vinculado a Objetivos: plano plurianual pago em ações do Banco Santander Espanha. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

O plano que delineia a política de incentivo acima compreende: (i) Plano de Ações Vinculado a Objetivos; (ii) Plano de Entrega Seletiva de Ações; e (iii) Programa de Investimento Mínimo. As características dos planos estão descritas a seguir.

Caso seja necessário ou recomendável por razões legais, regulamentares ou afins, os mecanismos de entrega descritos a seguir podem ser adaptados em casos específicos sem que haja alteração da quantidade máxima de ações vinculadas ao plano ou das condições essenciais às quais tal entrega estará sujeita. Esses ajustes podem envolver a substituição de ações por uma quantia em dinheiro de igual valor.

(ii) Plano de Ações Vinculado a Objetivos

Plano de incentivo plurianual pago em ações do Banco. Os beneficiários do plano são Diretores Executivos e outros membros da Alta Administração, bem como qualquer outro grupo de executivos determinado pela Diretoria ou pelo Comitê Executivo.

Esse plano envolve ciclos trienais de entrega de ações aos beneficiários, de tal maneira que cada ciclo se inicie em um ano e, a partir de 2009, acabe no próximo. O objetivo é estabelecer uma sequência adequada entre o final do programa de incentivo, vinculado ao plano anterior I-06, e os sucessivos ciclos desse plano. Sendo assim, os primeiros dois ciclos começaram em julho de 2007, com o primeiro ciclo tendo duração de dois anos (PI09) e os demais ciclos tendo uma duração média de três anos. O terceiro ciclo do plano (PI11) foi aprovado em julho de 2008 e terá o prazo de três anos.

Para cada ciclo é estabelecido um número máximo de ações para cada beneficiário que continuou trabalhando no Grupo durante o plano. Os objetivos cujo cumprimento determinam o número de ações distribuídas são definidos pela comparação da performance do Grupo em relação a um grupo de referência de instituições financeiras e estão relacionados a dois parâmetros, nomeadamente, Retorno Total ao Acionista - RTA e o crescimento em Lucro por Ação - LPA.

O número final de ações a entregar em cada um dos ciclos por nível de atendimentos de metas no terceiro aniversário do início de cada ciclo (com a exceção do primeiro ciclo, para o qual será considerado o segundo aniversário) e as ações serão distribuídos num período máximo de sete meses a partir do final do segundo ciclo.

No fim de cada ciclo, o RTA e o crescimento do LPA são calculados para o Santander e cada uma das entidades de referência e ordenados em ordem decrescente. Cada um dos dois critérios (RTA e crescimento do LPA) será ponderado a 50% no cálculo do percentual de ações a entregar, com base na seguinte escala e de acordo com a posição relativa do Santander no grupo de referência de instituições financeiras:

Posição do Santander no *Ranking* de RTA	Percentual Máximo de Ações a Entregar	Posição do Santander no *Ranking* de crescimento de LPA	Percentual Máximo de Ações a Entregar
1º a 6º	50%	1º a 6º	50%
7º	43%	7º	43%
8º	36%	8º	36%
9º	29%	9º	29%
10º	22%	10º	22%
11º	15%	11º	15%
12º e abaixo	0%	12º e abaixo	0%

Entidades do grupo de referência adquiridas por outra empresa, cujas ações deixem de ser negociadas ou de existir serão excluídas do grupo. Nesse caso ou em caso semelhante, a comparação com o grupo de referência será realizada de forma que, para cada um dos parâmetros considerados (RTA e crescimento do LPA), será entregue o percentual máximo de ações se o Santander ficar dentro do primeiro quartil (incluindo 25º percentil) do grupo de referência; nenhuma ação é entregue se o Santander ficar abaixo da mediana (50º percentil) do grupo de referência; 30% do máximo de ações será entregue se o Santander ficar na mediana (50º percentil). O percentual para posições entre a mediana e o primeiro quartil (25º percentil) (nenhum incluído) será calculado pelo método de interpolação linear.

(iii) Plano de Entrega Seletiva de Ações

Esse plano destina-se à entrega seletiva de ações sujeita a circunstâncias especiais relacionadas à contratação e à permanência dos empregados. Todos os funcionários e executivos, exceto os diretores executivos do Banco, são elegíveis para esse plano, desde que cumpram um tempo de serviço mínimo de três a quatro anos no Banco. Cada participante terá direito a receber ações após ter cumprido o tempo de serviço mínimo estabelecido.

(iv) Valor Justo

O valor justo de cada opção outorgada pelo banco é calculado na data de outorga. Foram elaborados dois relatórios de avaliação por dois bancos de investimento multinacionais para valorizar o Plano I06. Esses bancos utilizaram o modelo de precificação de opções Black-Scholes, com base nos seguintes parâmetros: a vida esperada das opções, taxas de juros, volatilidade, preço de exercício, preço de mercado e dividendos sobre as ações do Banco e de bancos comparáveis. O valor justo das opções outorgadas foi calculado pela Administração com base no valor médio das duas avaliações.

Com a exceção dos planos de outorga de opções para a aquisição de ações que incluem prazos relacionados às condições de mercado, os prazos de transferência incluídos nas condições de aquisição do direito de exercício não são considerados na estimativa de valor justo. Os prazos de transferência que não se baseiam nas condições de mercado são considerados ajustando-se o número de opções incluídas na avaliação do custo do serviço do funcionário, de forma que o valor final reconhecido na demonstração do resultado consolidada se baseie no número de ações ou de opções transferidas. Quando os prazos de transferência estão vinculados às condições de mercado, o encargo pelos serviços recebidos é reconhecido, sendo ou não atendidas as condições de mercado para a transferência, considerando que os prazos de transferência não mercantis terão de ser respeitados. A volatilidade dos preços das ações baseia-se na escala de volatilidade implícita para as ações do Banco, cujos preços de exercício e prazos correspondem à maioria das sensibilidades.

O valor justo do Plano de Ações Vinculado a Objetivos foi calculado da seguinte forma:

- Foi considerado que os beneficiários não deixarão o Banco durante o prazo de cada plano.

- O valor justo dos 50% vinculados à posição de RTA relativo do Banco foi calculado, na data de outorga, com base no laudo fornecido por avaliadores externos, elaborado a partir do modelo de avaliação Monte Carlo, realizando 10 mil simulações para determinar o RTA de cada empresa do Grupo de referência, considerando as variáveis a seguir. Os resultados (cada um representando a entrega de determinado número de ações) são classificados em ordem decrescente através do cálculo da média ponderada e descontando o valor à taxa de juros sem risco.

	PI09	PI10	PI11
Volatilidade esperada (*)	16,25%	15,67%	19,31%
Remuneração anual dos dividendos nos últimos 5 anos	3,23%	3,24%	3,47%
Taxa de juros sem risco (Título do Tesouro de cupom zero) durante o prazo do plano	4,473%	4,497%	4,835%

(*) Calculado com base na volatilidade histórica para o respectivo prazo (dois ou três anos).

A aplicação do modelo de simulação gerou os valores percentuais de 42,7% para o PI09, 42,3% para o PI10 e 44,9% para o PI11, que são aplicados a 50% do valor das opções outorgadas a fim de apurar o valor contábil da parcela do incentivo baseado no RTA. Como essa avaliação se refere a uma condição de mercado, não pode ser ajustada após a data de outorga.

Devido à elevada correlação entre o RTA e o LPA, pode-se considerar que é viável, em uma grande parcela dos casos, extrapolar que o valor RTA também é válido para o LPA. Por conseguinte, inicialmente foi determinado que o valor justo da parcela dos planos vinculados à posição de LTA relativo do banco, ou seja, os restantes 50% das opções outorgadas, é igual aos 50% correspondentes ao RTA. Essa avaliação é revisada e ajustada anualmente uma vez que se refere a condições não mercantis.

38. Outras despesas administrativas

a) *Composição*

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Imóveis, instalações e materiais	552.538	363.463
Outras despesas administrativas	841.948	509.650
Tecnologia e sistemas	636.739	197.445
Publicidade	404.052	274.908
Comunicações	457.675	251.397
Relatórios técnicos	293.122	173.404
Ajudas de custo e despesas de viagem	114.150	73.505
Tributos exceto imposto de renda	55.365	66.891
Serviços de vigilância e transporte de valores	275.423	160.559
Prêmios de seguros	5.763	4.728
	3.636.775	**2.075.950**

b) *Outras informações*

O saldo dos "Relatórios técnicos" incluiu os honorários pagos pelas diferentes empresas do Grupo (detalhadas no Anexo) aos respectivos auditores, com a seguinte composição:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Auditoria das demonstrações contábeis anuais das empresas auditadas pela Deloitte (incluídas na consolidação)	6.109	3.759
Auditoria das demonstrações contábeis anuais das empresas auditadas pela Deloitte (acrescentadas à consolidação)	172	-

Serviços prestados por outras firmas de auditoria além da Deloitte: R$3,0 milhões (2007: R$3,5 milhões).

39. Resultado da alienação de bens não classificados como ativos não circulantes destinados a venda

A composição do saldo deste item é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Ganhos	**19.701**	**12.759**
Alienação de tangíveis	13.162	12.759
Alienação de investimentos	6.539	-
Passiva	**(13.090)**	**(11.898)**
Alienação de tangíveis	(13.090)	(11.898)
	6.611	**861**

40. Resultado sobre ativos não circulantes destinados a venda como operações descontinuadas

A composição do saldo líquido deste item é a seguinte:

	Milhares de reais	
Saldo líquido	2008	2007
Ganhos		
Alienação de tangíveis	49.859	-
Perdas		
Redução do valor recuperável de tangíveis	(40.640)	13.470
Ganho líquido	**9.219**	**13.470**

41. Outras divulgações

a) Valores de referência (nocionais) e valores justos de derivativos de negociação e hedging

A composição dos valores nocionais e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação e *hegding* mantidos pelo Banco é a seguinte:

	Milhares de reais			
	2008		2007	
	Valor de referência (nocional)	Valor justo	Valor de referência (nocional)	Valor justo
Derivativos de negociação				
Risco de taxa de juros e outros:				
Swaps de taxa de juros	55.901.265	15.868.331	43.381.285	8.574.099
Compra e venda de opções	154.139.645	(175.456)	154.863.541	(192.619)
Contratos a termo e de futuros	43.271.519	7.788	17.315.277	534.658
Risco de moeda estrangeira:				
Compra e venda de câmbio (1)	56.333.178	(17.867.750)	13.036.530	(8.258.183)
Compra e venda de opções	58.473.829	(1.559.102)	75.083.905	(1.690.998)
Contratos a termo e de futuros	48.517.742	1.823.929	18.779.698	(114.115)
	416.637.178	**(1.902.260)**	**322.460.236**	**(1.147.158)**
Derivativos de *hedging*:				
Risco de taxa de juros:				
Contratos futuros (2)	18.055.336	-	-	-
Swaps de taxas de juros	1.701.594	(158.450)	-	-
	19.756.930	**(158.450)**	**-**	**-**
Total	**436.394.108**	**(2.060.710)**	**322.460.236**	**(1.147.158)**

(1) Inclui derivativos de crédito que o Banco utiliza para reduzir ou eliminar sua exposição a riscos específicos decorrentes da compra ou venda de ativos associados com a gestão da carteira de crédito. Em 2008, o volume de derivativos de crédito com taxa de retorno total - risco de crédito corresponde a R$697.606 de custo e R$696.162 de valor justo, e o volume de risco de crédito transferido corresponde a R$94.852 de custo e R$99.785 de valor justo. Durante o período, não houve eventos de crédito relacionados a eventos previstos nos contratos. O capital básico exigido totalizou R$3.805.

(2) O efeito da marcação a mercado desses hedges de fluxos de caixa, com vencimento entre 1º de fevereiro de 2009 e 1º de fevereiro de 2012, é registrado diretamente no patrimônio líquido e em 31 de dezembro de 2008 correspondia a um débito de R$85.917, líquido dos efeitos tributários. O valor justo dos Certificados de Depósito designados como item de hedging era de R$18.308.306 em 31 de dezembro de 2008. Não foi identificada nenhuma parcela inadimplente desses hedges que devesse ser registrada no resultado durante o período. As transações envolvendo futuros-DI designadas como instrumento de hedge têm ajustes diários e são registradas no ativo e no passivo e liquidadas em moeda corrente diariamente.

A composição dos valores de referência (nocionais) e/ou contratuais dos derivativos para negociação, por vencimento, é como segue:

	Milhares de reais				
	2008				2007
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total	Total
Swap	30.683.247	24.952.103	56.599.093	112.234.443	56.417.815
Opções	143.684.039	34.764.025	34.165.410	212.613.474	229.947.446
Contratos a termo e de futuros	41.150.841	17.508.341	33.130.079	91.789.261	36.094.975
	215.518.127	**77.224.469**	**123.894.582**	**416.637.178**	**322.460.236**

Os valores nocionais e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelo Banco, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelo Banco principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultado de ativos e passivos financeiros (líquido)" no resultado consolidado e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Por conseguinte, a interpretação correta do resultado de "Títulos e valores mobiliários e derivativos de mercadorias", apresentado a seguir, deve considerar que a maioria desses itens está relacionada com opções de ações sobre as quais foi recebido um prêmio que compensa o valor de mercado negativo. Além disso, o valor de mercado é compensado por valores de mercado positivos gerados por posições simétricas na carteira de negociação do Banco.

O Banco gerencia a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

A exposição ao risco de crédito acumulada, por derivativo financeiro, é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Derivativos de títulos e valores mobiliários	95.670	870.955
Derivativos cambiais	163.324.749	106.900.133
Derivativos de taxas de juros	272.973.689	214.689.148
Total	**436.394.108**	**322.460.236**

b) Fundos administrados não registrados no balanço

Os fundos administrados pelo Banco não registrados no balanço são os seguintes:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Fundos de investimento	76.777.598	55.911.429
Ativos administrados	3.624.448	2.380.294
	80.402.046	**58.291.723**

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2008, o Banco detinha sob custódia títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R$80.454.575 mil.

d) Vencimento residual e taxas de juros médias

A composição, por vencimento, dos saldos de certos itens do balanço patrimonial consolidado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2008							
	Milhares de reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Ave. Interest
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	10.180.498	11.570.645	1.949.357	-	-	-	23.700.500	9,7%
Instrumentos de dívida	-	5.067.650	4.254.433	14.092.854	10.826.959	5.354.568	39.596.464	14,9%
Participações acionárias	1.923.483	-	-	-	-	-	1.923.483	-
Empréstimos e valores a receber:								
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	2.341.914	16.054.833	6.009.372	3.023.897	212.747	6.095.770	33.738.533	9,9%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	8.050.623	37.176.761	41.720.532	32.897.225	15.903.692	6.900.583	142.649.416	25,4%
	22.496.518	**69.869.889**	**53.933.694**	**50.013.976**	**26.943.398**	**18.350.921**	**241.608.396**	**19,8%**
Passivo:								
Passivos financeiros ao custo amortizado:								
Depósitos no Banco Central do Brasil	-	-	184.583	-	-	-	184.583	6,2%
Depósitos de instituições de crédito	1.188.957	3.652.291	12.815.453	5.639.095	2.387.885	641.955	26.325.636	8,5%
Depósitos de clientes	36.374.095	38.129.028	25.625.227	35.907.327	18.618.151	841.011	155.494.839	12,4%
Captações no mercado aberto	-	3.948.416	3.796.188	2.346.840	1.273.523	720.688	12.085.655	9,0%
Dívidas subordinadas	-	6.431	103.865	-	2.407.277	6.679.856	9.197.429	13,8%
Outros passivos financeiros	1.997.660	4.376.111	4.338.811	(45.998)	18.588	-	10.685.172	0,0%
	39.560.712	**50.112.277**	**46.864.127**	**43.847.264**	**24.705.424**	**8.883.510**	**213.973.314**	**11,2%**
Diferença (ativo e passivo)	**(17.064.194)**	**19.757.612**	**7.069.567**	**6.166.712**	**2.237.974**	**9.467.411**	**27.635.082**	

	31 de dezembro de 2007							
	Milhares de reais							
	À vista	Até 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa média de juros
Ativo:								
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	7.446.337	14.830.604	-	-	-	-	22.276.941	12,2%
Instrumentos de dívida	-	1.505.323	2.117.279	3.797.605	3.054.335	4.940.818	15.415.360	16,3%
Participações acionárias	2.958.964	-	-	-	-	-	2.958.964	-
Empréstimos e valores a receber:								
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	288.356	2.137.002	1.437.462	631.592	165.905	2.623.328	7.283.645	9,7%
Empréstimos e adiantamentos a clientes, bruto	528.605	14.237.487	14.381.151	14.726.057	5.381.749	2.197.465	51.452.514	21,1%
	11.222.262	**32.710.416**	**17.935.892**	**19.155.254**	**8.601.989**	**9.761.611**	**99.387.424**	**16,9%**
Passivo:								
Depósitos de instituições de crédito	75.170	10.999.016	4.362.706	2.144.205	876.959	386.061	18.844.117	7,5%
Depósitos de clientes	13.230.450	19.846.528	8.759.480	11.179.907	2.194.093	-	55.210.458	10,3%
Captações no mercado aberto	-	604.122	901.583	1.075.381	11.723	212.608	2.805.417	10,1%
Dívidas subordinadas	-	2.140	-	-	-	4.208.084	4.210.224	10,6%
Outros passivos financeiros	494.248	2.002.444	1.904.290	-	-	-	4.400.982	-
	13.799.868	**33.454.250**	**15.928.059**	**14.399.493**	**3.082.775**	**4.806.753**	**85.471.198**	**9,2%**
Diferença (ativo e passivo)	**(2.577.606)**	**(743.834)**	**2.007.833**	**4.755.761**	**5.519.214**	**4.954.858**	**13.916.226**	

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial consolidado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	Valor equivalente em milhares de reais			
	2008		2007	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
Caixa e reservas no Banco Central do Brasil	1.870.340	-	162.760	-
Passivos/ativos financeiros para negociação	401.283	1.091.874	23.905	955.598
Ativos financeiros disponíveis para venda	115.480	-	-	-
Empréstimos e adiantamentos	13.568.903	-	3.346.422	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	31.464.106	-	10.052.594
	15.956.006	**33.365.980**	**3.533.087**	**11.008.192**

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade do Banco são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial consolidado anexo, exceto empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida cujo valor de mercado não pode ser estimado com segurança.

No mesmo sentido, os passivos financeiros do Banco - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial consolidado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	Milhares de reais			
	2008		2007	
Ativo	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Empréstimos e adiantamentos:				
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito (nota nº 5)	29.691.635	30.374.956	5.831.178	5.830.370
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota nº 9)	133.033.471	127.044.873	49.203.082	48.993.464
	162.725.106	**157.419.829**	**55.034.260**	**54.823.834**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros do Banco mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

Passivo	Milhares de reais			
	2008		2007	
	Valor Contábil	Valor Justo	Valor Contábil	Valor Justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:				
Depósitos no Banco Central do Brasil (nota nº 16)	184.583	184.583	-	-
Depósitos de instituições de crédito (nota nº 16)	26.325.636	26.187.014	18.217.012	18.177.132
Depósitos de clientes (nota nº 17) (*)	155.494.839	155.173.062	55.147.278	55.119.026
Captações no mercado aberto (nota nº 18)	12.085.655	12.009.351	2.805.417	2.806.198
Dívidas subordinadas (nota nº 19)	9.197.429	9.161.607	4.210.224	4.208.067
Outros passivos financeiros (nota nº 20)	10.685.172	10.832.240	4.400.982	2.542.530
	213.973.314	**213.547.857**	**84.780.913**	**82.852.953**

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes, incluídos em depósitos de clientes, é considerado como sendo igual aos seus valores contábeis.

42. Segmentos operacionais

O Banco optou pela adoção antecipada do IFRS 8 para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008. De acordo com esse pronunciamento, um segmento operacional é um componente de uma entidade:

(a) Que opera em atividades das quais poderá obter receitas e incorrerem despesas (incluindo receitas e despesas relacionadas a operações com outros componentes da mesma entidade).

(b) Cujos resultados operacionais sejam regularmente revisados pelo principal responsável da entidade pelas decisões operacionais relacionadas à alocação de recursos ao segmento e à avaliação de seu desempenho.

(c) Para as quais informações financeiras opcionais estejam disponíveis.

O Banco identificou, com base nessas diretrizes, os seguintes segmentos de negócios como sendo os seus segmentos operacionais:

- Banco Comercial.
- Banco de Atacado Global.
- Gestão de Ativos e Seguros.

O segmento de Banco Comercial engloba todo o negócio de banco comercial (exceto o negócio *Corporate Banking* gerenciado globalmente com base no *Global Relationship Model* - Modelo Global de Relacionamento). O segmento de Gestão de Ativos e Seguros inclui os aportes para o Banco decorrentes da concepção e gestão dos negócios de fundos de investimento, previdência privada e seguros das diversas unidades. O segmento de Banco de Atacado Global reflete os retornos desse negócio, do negócio mundial de Banco de Investimento e Mercados, inclusive todos os departamentos de tesouraria e negócios com ações gerenciados globalmente.

As demonstrações do resultado condensadas e outros dados significativos são os seguintes:

Demonstração (Condensada) do Resultado	Milhares de reais							
	2008				2007			
	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total	Banco Comercial	Banco de Atacado Global	Gestão de Ativos e Seguros	Total
RECEITA FINANCEIRA LÍQUIDA	**10.191.650**	**1.213.502**	**32.817**	**11.437.969**	**5.491.818**	**693.259**	**10.209**	**6.195.286**
Resultado de renda variável	36.972	-	-	36.972	36.387	-	-	36.387
Resultado de equivalência patrimonial	112.330	-	-	112.330	5.884	-	-	5.884
Receita líquida de tarifas e comissões	3.602.255	449.289	202.159	4.253.703	2.694.428	253.022	150.522	3.097.972
Ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros	(358.011)	540.636	7.041	189.666	944.229	950.485	3.537	1.898.251
Outras receitas (despesas) operacionais	(21.570)	(37.782)	(465)	(59.817)	143.362	(10.412)	(26)	132.924
RECEITA TOTAL	**13.563.626**	**2.165.645**	**241.552**	**15.970.823**	**9.316.108**	**1.886.354**	**164.242**	**11.366.704**
Despesas com pessoal	(3.104.942)	(403.671)	(39.549)	(3.548.162)	(2.071.426)	(277.737)	(35.104)	(2.384.267)
Outras despesas administrativas	(3.485.160)	(129.640)	(21.975)	(3.636.775)	(1.963.009)	(95.500)	(17.441)	(2.075.950)
Depreciação e amortização de ativos tangíveis e intangíveis	(797.536)	(44.065)	(4.404)	(846.005)	(528.960)	(43.027)	(7.759)	(579.746)
Provisões (líquido)	(1.160.918)	(38.638)	(30.761)	(1.230.317)	(1.192.553)	7.654	(11.513)	(1.196.412)
Perdas com ativos financeiros (líquido)	(4.076.108)	(23.176)	-	(4.099.284)	(2.164.523)	5.075	11	(2.159.437)
Perdas por não recuperação de outros ativos (líquido)	(77.267)	-	(10)	(77.277)	(298.085)	-	3	(298.082)
Outros ganhos (perdas) financeiros	15.830	-	-	15.830	14.331	-	-	14.331
LUCRO/(PREJUÍZO) ANTES DA TRIBUTAÇÃO	**877.525**	**1.526.455**	**144.853**	**2.548.833**	**1.111.883**	**1.482.819**	**92.439**	**2.687.141**
Outros:								
Total em ativos	243.957.824	50.232.023	-	294.189.847	85.783.918	22.535.315	-	108.319.233
Empréstimos e adiantamentos a clientes	106.317.159	28.151.101	-	134.468.260	38.513.016	10.690.066	-	49.203.082
Depósitos de clientes	117.516.868	37.977.971	-	155.494.839	46.720.925	8.489.533	-	55.210.458

Adicionalmente, o Banco não tem clientes que individualmente respondam por 10% da receita financeira ou receita correlata (das duas a maior) para 2008 e 2007.

43. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas do Banco devem incluir, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração do Banco e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controle significativos.

As transações ordinárias realizadas pelo Banco com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

a) Remuneração da Administração

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração e de Diretoria:

	Milhares de reais	
	2008	2007
Remuneração fixa	16.017	9.321
Remuneração variável	55.421	56.160
Outros	4.335	3.462
Total	**75.773**	**68.943**

ii) Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho, no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria, não dá direito a qualquer compensação financeira. No caso da rescisão do contrato pelo Banco os executivos terão direito ao montante de R$2.219 a título de compensação.

iii) Outras informações

Operações de crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

a) Quaisquer pessoas físicas ou jurídicas que controlem a instituição ou qualquer entidade sob controle comum com a instituição, ou qualquer diretor, conselheiro, membro do conselho fiscal ou membros da família imediata de tais pessoas físicas.

b) Qualquer entidade controlada pela instituição.

c) Qualquer entidade da qual o Banco detenha, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Dessa forma, não são efetuados empréstimo ou adiantamento a quaisquer controladas, diretores executivos, membros do Conselho de Administração ou seus familiares.

Participação acionária

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2008, com mais de 5% do total de ações:

Acionistas	2008					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferências	Ações Preferências (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L.(1)	72.504.460	41,60	61.391.761	40,53	133.896.221	41,10
Sterrebeeck B.V.(1)	99.048.194	56,83	86.076.161	56,83	185.124.355	56,83
Membros do Conselho de Administração.	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	2.739.762	1,57	3.997.945	2,64	6.737.707	2,07
Total	**174.292.416**	**100,00**	**151.465.867**	**100,00**	**325.758.283**	**100,00**

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

A tabela a seguir demonstra a participação acionária direta (ações ordinárias e preferenciais) em 31 de dezembro de 2007, com mais de 5% do total de ações:

Acionistas	2007					
	Ações Ordinárias	Ações Ordinárias (%)	Ações Preferências	Ações Preferências (%)	Total de Ações	Total de Ações (%)
Grupo Empresarial Santander, S.L.(1)	70.531.883	99,29	59.679.756	96,67	130.211.639	98,07
Sterrebeeck B.V.(1)	-	-	-	-	-	-
Membros do Conselho de Administração.	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Membros da Diretoria	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)	(*)
Outros	504.040	0,71	2.052.800	3,33	2.556.840	1,93
Total	**71.035.923**	**100,00**	**61.732.556**	**100,00**	**132.768.479**	**100,00**

(*) Nenhum dos membros do Conselho de Administração e da Diretoria mantém 1,0% ou mais de qualquer classe de ações.

(1) Empresas do Grupo Santander Espanha.

b) Transações com partes relacionadas

Transações entre as entidades do Santander realizadas em condições normais de mercado em termos de prazos e taxas, comparáveis às aplicadas nas transações com partes não relacionadas.

As principais transações e saldos são conforme segue:

Milhares de reais				
	2008		2007	
	Empresas controladas em conjunto	Parte relacionada	Empresas controladas em conjunto	Parte relacionada
Ativo				
Saldos no Banco Central do Brasil	-	714.127	-	36.509
Operações de crédito e adiantamentos a instituições de crédito	455.844	10.587.034	-	1.585.601
Derivativos	-	1.501.689	-	175.573
Intermediação financeira	-	18.865	-	2.535
Outros bens	111	125.237	-	43.894
Passivo				
Depósitos de clientes	(85.198)	(120.400)	-	(58.947)
Depósitos de instituições de crédito	(39.229)	(5.471.056)	-	(1.323.936)
Derivativos para negociação	-	(1.667.390)	-	(123.441)
Outros passivos - Dividendos e bônus a pagar	-	(1.352.252)	-	(1.411.683)
Outras obrigações - Diversos	(7.925)	(40.534)	-	(5.154)
Resultado				
Receitas com juros e similares	6.167	33.348	-	57.273
Despesas com juros e similares	(8.153)	(563.271)	-	(62.828)
Ganhos/perdas sobre ativos e passivos financeiros	-	(675.087)	-	149.703
Outras (despesas) receitas	-	(175.929)	-	14.323

44. Gestão do risco

A gestão de riscos no Santander é baseada nos mesmos princípios aplicáveis a todo o Grupo:

- Independência da função de riscos com relação ao negócio. O responsável pela Divisão de Riscos do Banco reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho.

- Compromisso em apoiar o negócio, colaborando sem menosprezar o princípio anterior, para a consecução dos objetivos comerciais mantendo a qualidade do risco. Para isso, a estrutura organizacional é adaptada à comercial, na busca de cooperação entre os gestores do negócio e do risco.

- Decisões tomadas coletivamente (inclusive no nível das agências) que garantem o contraste de opiniões, evitando a atribuição de capacidades de decisão exclusivamente individuais.

- Tradição bem estabelecida no uso de ferramentas de *rating* interno e *scoring*, RORAC (rentabilidade ajustada ao risco), VaR (Valor em Risco), capital econômico, análise de cenários extremos, etc.

- Enfoque global, por meio do tratamento integrado de todos os fatores de risco em todas as unidades de negócio, e pela utilização do conceito de capital econômico como métrica homogênea do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.

- Manter como objetivo um perfil de riscos médio-baixo, acentuando a baixa volatilidade e o caráter previsto mediante:

  - A busca de um elevado grau de diversificação dos riscos, limitando as concentrações em clientes, grupos, setores, produtos ou geografias.

  - Manutenção de baixo grau de complexidade na atividade de mercados.

  - Atenção contínua ao acompanhamento dos riscos para prevenir possível deterioração das carteiras.

No Grupo Santander Brasil, o processo de controle e gestão de riscos foi estruturado tomando como referência a estrutura definida no nível corporativo, descrita de acordo com as seguintes fases:

- Adaptação das estruturas e políticas de gestão de risco que refletem os princípios de gestão de risco do Santander.

  O Grupo Santander Brasil vem adotando uma série de políticas e procedimentos de riscos que constituem seu modelo regulador, e que, na forma de circulares, estruturas (anteriormente, Manuais de Políticas de Gestão do Risco) e regras operacionais, regulam as atividades e os processos de riscos do Banco.

  Dentro dessa estrutura regulamentar, a Estrutura Corporativa de Gestão de Risco, aprovada pela Alta Administração (Riscos), regula os princípios e as normas que governam o *modus operandi* geral das atividades de risco do Grupo Santander Brasil, com base nos modelos corporativos de organização e gestão.

  O modelo organizacional é composto pelo mapa de gestão, pela função e governança de risco e pela própria estrutura regulamentar. O modelo de gestão contém os pilares básicos da gestão de risco, os canais para o planejamento e a definição de metas, o orçamento e o processo de definição de limites de risco, o controle das operações, a estrutura de emissão de relatórios de risco para a Alta Administração e o modelo de referência tecnológica para a gestão de risco.

  Uma das principais características da Estrutura Corporativa de Gestão de Risco é que ela leva à regulação, por meio de uma série de estruturas corporativas mais específicas, das funções que se reportam à Unidade de Risco.

- Identificação dos riscos, por meio de revisão e monitoramento constantes das exposições, avaliação de novos produtos e negócios e análise específica das transações singulares.

- Medição dos riscos usando métodos e modelos testados exaustivamente.

- Preparação e distribuição de um conjunto completo de relatórios que são revisados diariamente pelos chefes de todos os níveis da Administração do Santander.

Implementação de um sistema de controle de risco que verifique, diariamente, o grau em que o perfil de risco do Grupo Santander Brasil satisfaz as políticas de risco aprovadas e os limites de risco definidos. As ferramentas e técnicas mais significativas (mencionadas acima) já utilizadas pelo Banco Santander estão em diferentes estágios de maturidade em relação ao nível de implementação e uso no Grupo Santander Brasil. Para o segmento de atacado, essas técnicas estão em linha com o desenvolvimento do nível corporativo. Para segmentos locais, modelos baseados em classificações e *scorings* internos, análise de VaR e de cenário de risco de mercado e teste de estresse já foram embutidos na rotina de gestão de risco enquanto que a perda esperada, o capital econômico e RORAC foram iniciados recentemente.

- Modelos baseados em classificações e *score* internos que, ao avaliar os diversos componentes de risco qualitativos e quantitativos por cliente e por operação, permitem estimar, primeiro, a probabilidade de inadimplência e, depois, a perda esperada, com base nas estimativas LGD.

- Capital econômico, como medida consistente do risco assumido e base para a medição da gestão realizada.

- RORAC, usado tanto como ferramenta de precificação da operação (abordagem de baixo para cima) como na análise das carteiras e unidades (abordagem de cima para baixo).

- VaR, usado para controlar o risco de mercado e definir os limites de risco de mercado para as diversas carteiras comerciais.

- Análise de cenário e teste de estresse para complementar as análises de mercado e de risco de crédito a fim de avaliar o impacto dos cenários alternativos, até mesmo sobre as provisões e o capital.

O Grupo Santander Brasil pretende utilizar os modelos internos para o cálculo do capital obrigatório (regulamentar) e para isso estabeleceu um cronograma de comum acordo com o supervisor local. No momento, esse plano está sendo revisto devido à aquisição do Banco Real. No entanto, o Grupo Santander Brasil definiu uma estrutura de governança do Acordo da Basileia II e para isso designou todos os recursos humanos e tecnológicos para satisfazer as exigências estritas estabelecidas pelo Banco da Espanha, a autoridade responsável pela validação desses modelos internos. É importante mencionar também que essa estrutura de governança do Acordo da Basileia II também é responsável por incorporar as exigências regulamentares locais e garantir conformidade com essas exigências.

I. GOVERNANÇA CORPORATIVA DA FUNÇÃO DE RISCOS

A estrutura do Comitê de Riscos do Grupo Santander Brasil é definida conforme os padrões corporativos definidos para esse fim. Os Comitês Executivos de Riscos têm níveis de aprovação delegados pelo Comitê de Riscos do Banco Santander, que é o órgão executivo que adota decisões dentro do escopo dos poderes delegados pelo Conselho, é presidido pelo terceiro vice-presidente do Banco Santander e é composto por mais quatro diretores do Banco. Os Comitês Executivos de Riscos são responsáveis por garantir que as políticas de risco locais sejam implementadas e garantam que as atividades do Grupo Santander Brasil sejam consistentes com o nível de tolerância aos riscos para as principais exposições aprovadas pelo Banco Santander. Essas exposições são sistematicamente revisadas e apresentadas a esses Comitês que também decidem sobre quaisquer transações que excedam os poderes delegados aos órgãos nos níveis mais baixos da Administração. O Comitê Executivo de Riscos também é responsável por assessorar o Comitê de Riscos do Grupo em propostas que ultrapassem seu nível de aprovação.

O Comitê Executivo de Riscos reúne-se semanalmente, o que demonstra a importância que o Grupo Santander Brasil dá à gestão adequada dos riscos da instituição.

As responsabilidades do Comitê Executivo de Riscos são as seguintes:

- Assegurar à Alta Administração do Banco que políticas locais sejam implementadas e seguidas de acordo com os padrões corporativos, incluindo:

  - Os diferentes tipos de risco (financeiros, operacionais, tecnológicos, legais e de reputação) que o Banco pode enfrentar.

  - Os sistemas de informação e controle interno, utilizados para controlar e gerir os riscos mencionados.

  - A fixação de um nível de risco considerado aceitável pelo Banco.

  - As medidas previstas para diminuir o impacto dos riscos identificados, caso eles se materializem.

  - Revisar sistematicamente a exposição ao risco pelo Banco com os principais clientes, com os setores econômicos e com as áreas geográficas e os tipos de riscos.

- Autorizar as ferramentas de gestão e os modelos de riscos locais e conhecer o resultado de sua validação interna.

- Garantir que a atuação do Grupo seja consistente com o nível de tolerância a riscos previamente aprovado no nível do Grupo.

- Informar-se de, avaliar e seguir quaisquer observações e recomendações que venham a ser periodicamente feitas pelas autoridades de supervisão no cumprimento de suas funções.

- Resolver transações que não estejam na alçada de autoridade delegada aos órgãos nos níveis mais baixos da administração e os limites globais de pré-classificação de riscos em favor de grupos econômicos ou em relação à exposição por tipo de risco.

O Comitê Executivo de Riscos delegou algumas de suas prerrogativas aos comitês de risco, que são estruturados por: linha de negócio, tipo e segmento do risco. A função de riscos no Grupo Santander Brasil é executada através da Unidade Executiva de Riscos, que é independente das áreas de negócios tanto do ponto de vista funcional como do ponto de vista hierárquico. Essa Unidade Executiva de Riscos reporta-se diretamente ao CEO do Grupo Santander Brasil e ao Responsável pelo Risco do Banco Santander.

- No Grupo Santander Brasil, a Unidade Executiva de Riscos divide-se em dois blocos:

  - Estrutura e metodologia de controle, que adapta as políticas, as metodologias e os sistemas de controle de riscos e consiste em diversas unidades organizadas por tipo de risco (risco de solvência, risco de mercado e metodologia).

  - Estrutura de negócios, centrada na integração do desempenho e gestão da função de riscos nas empresas varejistas, atacadistas, sociedades anônimas e clientes do Grupo Santander Brasil.

O Grupo Santander Brasil segue a mesma política de riscos que o Banco Santander, política esta orientada no sentido de manter um perfil previsível de médio-baixo risco no que tange a riscos de crédito e de mercado. A seguir, uma análise dos principais tipos de risco a que o Banco está exposto: riscos de crédito, de mercado, operacionais e de reputação.

II. RISCO DE CRÉDITO

II.1. Introdução ao tratamento do risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perda gerada pela inadimplência total ou parcial dos clientes ou das contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre clientes individualizados e clientes padronizados:

- Clientes individualizados são aqueles aos quais se designa um analista de riscos, basicamente por conta do risco assumido. Esta categoria inclui clientes de bancos atacadistas, instituições financeiras e certas empresas pertencentes a bancos varejistas. A gestão do risco é executada através de uma análise complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

- Clientes padronizados são aqueles aos quais nenhum analista de riscos específico é designado. Nesta categoria geralmente se incluem pessoas físicas, empresas individuais e bancos varejistas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementados, quando o modelo não é abrangente ou preciso o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco.

II.2. Principais variações

O perfil do risco de crédito assumido pelo Banco é caracterizado por uma diversificada distribuição geográfica e pela prevalência de operações bancárias varejistas.

a) Mapa do risco de crédito - 2008

A tabela a seguir mostra o mapa do risco de crédito expresso em valores nominais (com exceção da exposição em derivativos e repos, que está expressa em equivalente de risco de crédito), ao qual o Banco está exposto em 31 de dezembro de 2008 (em milhares de reais):

BANCO SANTANDER - EXPOSIÇÃO BRUTA AO RISCO DE CRÉDITO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2008									
Saques - Clientes	Sacáveis - Clientes	Renda fixa - Soberano (Excl. Trad.)	Renda fixa - Private (Excl. Trad.)	Saques Instituições de Crédito	Sacáveis - Instituições de Crédito	Derivativos e Repos (CRE)	Total	%	Variação/ Dez 07
168.595.675	66.066.011	28.155.752	2.619.668	34.124.294	-	9.942.309	309.503.709	9,4%	116,8%

Dados em 31 de dezembro de 2008.
CRE (Equivalente em Risco de Crédito: valor líquido de reposição mais valor potencial máximo. Inclui fatores atenuantes do risco de crédito).
Os saldos sacados pelos clientes excluem operações compromissadas.
Os saldos com instituições de crédito (excluindo repos e carteira de negociação) incluem R$20.481.599 mil em depósitos no BACEN.

2008 foi caracterizado por uma baixa no crescimento das operações de crédito, refletindo o declínio da demanda por empréstimos. A exposição ao risco nominal dos juros cresceu 18,35% em relação ao ano passado (considerando o crescimento do Banco Real em 2008), particularmente como resultado do aumento do volume de saques por clientes e instituições de crédito.

b) Principais variações em 2008

As variações nos empréstimos inadimplentes e no custo de crédito foram refletidas no impacto da deterioração do ambiente econômico, atenuado pela gestão prudente do risco, que permitiu ao Banco manter esses dados em níveis adequados. Como resultado, o Banco manteve um significativo índice de cobertura do NPL e um alto nível de provisões para perdas incorridas não especificamente identificadas.

O índice de empréstimos inadimplentes cresceu 147 pontos básicos no ano e ficou em 4,48% em dezembro de 2008. O índice de cobertura do NPL foi de 105,8%, comparado com um índice de cobertura de 107,5% no encerramento do ano de 2007.

Exposição ao Risco de Crédito - Clientes (*) (Milhares de Reais)		Índice de Empréstimos Inadimplentes (%)		Índice de Cobertura - Impairment (perda do valor recuperável) (%)		Provisões Específicas para Perda sobre Crédito, Líquida de RAWO (**) (Milhares de Reais)		Custo do crédito[1] (% do Risco)	
2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007	2008	2007
172.425.538	66.650.457	4,48	3,14	105,8	107,5	8.181.156	2.249.432	4,45	4,02

Dados preparados de acordo com o critério de gestão de acordo com o critério contábil da unidade do controlador.

(*) Inclui empréstimos brutos e adiantamentos a clientes, garantias e créditos documentários.

(**) RAWO = *Recoveries of Assets Written Off* (Recuperação de Ativos Baixados).

c) Distribuição do risco de crédito

O Banco está bem diversificado dentro dos segmentos e produtos e concentra suas atividades em seus principais mercados. O segmento varejo representa 54% e o não-varejo, 46% do ativo total de crédito.

II.3. Medidas e ferramentas de mensuração

a) Ferramentas de rating

O Santander usa modelos próprios de *rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com a exceção de algumas carteiras conceituadas como *low default portfolios*. No Banco, existem cerca de 50 modelos de qualificação interna, utilizados no processo de aprovação e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação globais são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Banco de Atacado Global, com gestão centralizada no Banco, a determinação do seu *rating* e no acompanhamento do risco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, que é obtido a partir de um módulo automático ou quantitativo, com base em coeficientes de balanços patrimoniais ou variáveis macroeconômicas, complementados pelo julgamento do analista.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, a matriz do Banco Santander definiu uma metodologia única para elaborar um *rating* em cada país, baseada nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação aos seus estados financeiros), qualitativo ou revisão feita pelo analista e ajustes finais.

As classificações atribuídas aos clientes são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada no caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de *rating* também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes padronizados, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem no Banco ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de *rating* de performance, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco (PD, LGD e EAD) devem ser baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes.

Para as carteiras com um histórico interno de inadimplência irrelevante, como no caso de bancos, risco soberano ou banco de atacado global, os parâmetros são estimados no âmbito global. Tais carteiras são conhecidas como *low default portfolios*.

Para as restantes carteiras, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco. No caso das pequenas e médias empresas, as informações do balanço são utilizadas não só para atribuir um *rating*, mas também para obter fatores que explicam a probabilidade de inadimplência (PD). Nas carteiras de varejo, a PD é calculada com base nos casos de novos atrasos em relação à nota atribuída à respectiva operação.

O cálculo da LGD (*loss given default,* ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação da recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes desse processo.

EAD é estimada comparando a utilização de linhas compromissadas no momento da inadimplência e sua utilização em condições normais (adimplentes), a fim de identificar a utilização real das linhas de crédito no momento da inadimplência.

Os parâmetros estimados são então atribuídos aos créditos adimplentes. A atribuição é diferente para carteiras de baixa inadimplência e outras carteiras. No caso de carteiras de baixa inadimplência, que também são carteiras de gestão global, os parâmetros são atribuídos da mesma forma para todas as unidades do Banco.

Inversamente, cada unidade tem um sistema específico de *scoring* para as carteiras de varejo, o que exige a realização de estimativas separadas e a atribuição de parâmetros, adaptada conforme o caso.

c) Escala mestre de ratings

Para obter *ratings* internos equivalentes nos diferentes modelos disponíveis - corporativo, risco soberano, instituições financeiras e outros segmentos - e permitir a sua comparação com *ratings* externos de agências de classificação de risco, o Banco possui a chamada escala mestre de *ratings*.

A equivalência é estabelecida através da probabilidade de inadimplência associada a cada *rating*. As PDs calibradas internamente são comparadas com as taxas de inadimplência associadas aos *ratings* externos periodicamente publicados pelas agências de classificação de risco.

Rating Interno	Probabilidade de Inadimplência	Equivalência com:	
		Standard & Poor's	Moody's
9,3	0,017%	AAA	Aaa
9,2	0,018%	AA+	Aa1
9,0	0,022%	AA	Aa2
8,5	0,035%	AA-	Aa3
8,0	0,06%	A+	A1
7,5	0,09%	A	A2
7,0	0,14%	A-	A3
6,5	0,23%	BBB+	Baa1
6,0	0,36%	BBB	Baa2
5,5	0,57%	BBB-	Baa3
5,0	0,92%	BB+	Ba1
4,5	1,46%	BB	Ba2
4,0	2,33%	BB/BB-	Ba2/Ba3
3,5	3,71%	BB-/B+	Ba3/B1
3,0	5,92%	B+/B	B1/B2
2,5	9,44%	B	B2
2,0	15,05%	B-	B3
1,5	24,00%	CCC	Caa1
1,0	38,26%	CC/C	Caa1/Caa2

d) Distribuição de EAD e EL associada

O quadro a seguir apresenta em detalhe a distribuição, por segmento, da exposição ao risco de crédito em termos de EAD. Cerca de 60% da exposição total a clientes (excluindo os riscos soberano e de contraparte e outros ativos) relaciona-se aos segmentos de financiamento de pequenas e médias empresas e pessoas físicas, que reflete a orientação comercial do negócio e dos riscos do Banco Santander. A perda esperada da exposição com clientes é de 4,91% da exposição total de crédito do Banco e, por conseguinte, o perfil de risco de crédito pode ser classificado como médio-baixo.

	Segmentação da exposição a risco de crédito				
	EAD (milhões de reais)	%	PD Médio (%)	LGD Médio	EL
Setor público	812	0,6	8,80	74,60	53
Corporativo	49.635	37,3	2,30	36,57	418
Pequenas e Médias Empresas	20.955	15,7	6,53	65,76	899
Hipotecários a Pessoas Físicas	4.400	3,3	3,67	40,00	65
Crédito Pessoal	48.081	36,1	7,66	51,88	1.910
Cartões de Crédito - Pessoas Físicas	6.444	4,8	3,20	68,30	141
Outros Valores e Bens	2.889	2,2	-	-	22
Total	**133.216**	**100,0**	**5,02**	**52,15**	**3.485**

Dados de dezembro de 2008.
Exclui ativos duvidosos/créditos inadimplentes.

II.4. Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Para complementar a utilização dos modelos avançados previamente descritos (vide dados relacionados em "Capital Econômico"), são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, fundamentada na perda observada.

O custo do risco de crédito no Banco é medido através de diferentes métodos: variação em créditos inadimplentes em processo de recuperação (ativos duvidosos finais - ativos duvidosos iniciais + ativos baixados - recuperação de ativos baixados), provisões líquidas para créditos de liquidação duvidosa (provisões específicas - recuperação de ativos baixados) e ativos baixados líquidos (recuperação de ativos baixados).

II.5. Ciclo de risco de crédito

O processo de gestão de risco consiste na identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre, conforme o caso, os riscos incorridos nas operações do Banco. As partes envolvidas no processo são as áreas tomadoras de risco e a Alta Administração, além da área de risco.

O processo começa na Alta Administração, através do Conselho de Administração e do Comitê de Risco, que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de poderes, além de aprovar e supervisionar a atuação da área de risco.

O ciclo de risco contém três fases diferentes: pré-venda, venda e pós-venda:

- Pré-venda: fase que inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do apetite de risco do Banco, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de *rating* de créditos e definição de limites.

- Venda: trata-se da fase de tomada de decisão para operações pré-classificadas e específicas.

- Pós-venda: fase que contém os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

a) Planejamento e estabelecimento de limites de risco

O estabelecimento de limites de risco é processo dinâmico que identifica o apetite de risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco.

Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes, definindo o apetite de risco dos diferentes fatores envolvidos.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação) quando certas características, geralmente de relativa importância, ocorrem simultaneamente.

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating,* etc.).

No caso dos riscos padronizados, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus Comitês Delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas à respectiva atividade e à gestão de riscos.

b) Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito de aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada numa periodicidade preestabelecida ou cada vez que surge um novo cliente ou uma nova operação. Adicionalmente, também é analisado o *rating* sempre que o sistema de alerta é acionado ou ocorre um evento que afeta a contraparte/operação.

c) *Tomada de decisão sobre operações*

O processo de tomada de decisão sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções em relação a elas, tendo em conta o apetite de risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

Desde 1993 o Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (retorno ajustado ao risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisão sobre operações e negócios.

d) *Monitoramento e controle de risco*

Além das funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Unidade de Risco tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo contínuo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, das operações, dos clientes e de seu ambiente, de forma a que se tomem ações de atenuação. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para esse efeito, foi projetado um sistema denominado "firmas sob vigilância especial" (FEVE, sigla espanhola) que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstâncias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definindo o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou do acionamento do sistema de alerta automático.

O *rating* atribuído é revisado pelo menos anualmente, mas, caso seja detectada qualquer debilidade ou em virtude do próprio *rating*, a periodicidade deve ser aumentada.

No caso dos riscos de clientes padronizados, os indicadores-chave são monitorados com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

Função de controle de risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco obtém uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco são controladas de forma contínua e sistemática contra o orçamento, limites e *benchmarks*, e os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, são avaliados a fim de estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito do Banco aos parâmetros estabelecidos pelo Banco.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas específicas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

II.6. Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

a) Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de gestão do risco de crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Risco estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira.

Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

A Divisão de Riscos do Banco atua juntamente com a Divisão Financeira na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (*hedge*) ou a execução de transações de securitização a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

b) Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas via produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e via instrumentos mantidos com a finalidade de atender aos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

c) Risco de meio ambiente

A análise do risco de meio ambiente das transações de crédito é um dos pontos principais do Plano Estratégico de Responsabilidade Social Corporativa. A análise baseia-se em dois pilares:

- Princípios do Equador: uma iniciativa da IFC (Corporação Financeira Internacional) do Banco Mundial. Esses princípios constituem um padrão internacional para a análise das implicações sociais e ambientais das transações de *project finance*. O Banco Santander aderiu a esses princípios e sua Administração incorpora a análise e a avaliação dos riscos sociais e ambientais dos projetos financiados em países em desenvolvimento.

- Ferramenta VIDA: implementada em 2004, o principal objetivo desta ferramenta é avaliar o risco ambiental de empresas clientes, atuais e potenciais, usando um sistema que classifica cada uma das empresas em uma das sete categorias, dependendo do grau de risco ambiental incorrido.

Atualmente um sistema de gestão do risco social e ambiental, originalmente implementado pelo Banco Real, está sendo implementado para as operações do Santander no Brasil. Esse sistema permite pesquisar o histórico dos tomadores de empréstimos para identificação de problemas sociais e ambientais que porventura tenham causado, como, por exemplo, contaminação de terras, desmatamento, trabalho escravo e outros problemas sociais e ambientais importantes para os quais haja penalidades potenciais. Em 2008, o Banco Real pesquisou o histórico de aproximadamente 5.000 clientes corporativos para esses tipos de riscos. Uma equipe especializada de biólogos e geólogos monitora as práticas ambientais dos clientes, e uma equipe de analistas financeiros estuda a probabilidade de danos que condições ambientais desfavoráveis podem causar à situação financeira e à garantia de nossos clientes, entre outros efeitos. Essa atividade de monitoramento também tem por finalidade preservar nossa reputação no mercado.

A intenção é expandir essas práticas de pesquisa para que incluam também os clientes do Santander nos segmentos de clientes corporativos médios e grandes. Como parte desse processo, serão treinadas áreas comerciais e de crédito.

III. RISCO DE MERCADO

III.1. Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assuma risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, ações, preços de *commodities* e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

1. **Intermediação financeira:** esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e ações.

2. **Gestão de balanço:** risco da taxa de juros e risco de liquidez gerados como resultado da defasagem entre vencimento e nova precificação de todos os ativos e passivos. Este item também inclui o gerenciamento do ativo do risco de crédito inerente ao balanço patrimonial do Banco.

3. **Riscos estruturais:**

   a. **Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados:** risco cambial decorrente da moeda na qual os investimentos em empresas consolidáveis e não consolidáveis forem efetuados (***taxa de câmbio estrutural***). Este item também inclui as posições tomadas para proteger o risco cambial em resultados futuros gerados em outras moedas que não o real (***cobertura de resultados***).

   b. **Risco estrutural de ações:** este item inclui participações acionárias em empresas não financeiras e financeiras não consolidadas que possam apresentar risco de ações.

A área de Tesouraria é responsável por gerenciar as posições tomadas na atividade de intermediação financeira.

A área de Gestão Financeira é responsável por gerenciar o risco da gestão de balanço e os riscos estruturais centralmente através da aplicação de metodologias uniformes adaptadas à situação de cada mercado no qual o Banco opera. Assim, na área de Moedas Conversíveis, a Gestão Financeira gerencia diretamente os riscos da Matriz e coordena a gestão das demais unidades que operam nessas moedas. As decisões que afetem a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO nos respectivos países e, em última análise, pelo Comitê de Mercados da Matriz.

O objetivo da área de Gestão Financeira é garantir a estabilidade e a natureza recorrente tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

Cada uma dessas atividades é medida e analisada utilizando-se diferentes ferramentas a fim de refletir seus perfis de risco o mais precisamente possível.

III.2. Metodologias

Intermediação financeira

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo BACEN.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Santander em 2008 foi a *Value at Risk* **(VaR)**, que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido. Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de dois anos ou 520 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR. Diariamente são calculados dois valores, um aplicando um fator de queda exponencial que confere um peso menor às observações mais distantes do prazo em vigor, e outro, com pesos uniformes para todas as observações. O VaR reportado será o maior entre esses dois valores.

O VaR não é a única medida. Ele é utilizado pela sua facilidade de cálculo, boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco, mas outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Define-se um mínimo de três tipos de cenários (plausíveis, severos e extremos) que, juntamente com o VaR, possibilitem obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

As posições são monitoradas diariamente através de um exaustivo controle das variações das carteiras com o objetivo de detectar possíveis incidentes e corrigi-los imediatamente. Preparar uma conta de resultados diariamente é um excelente indicador do risco, uma vez que permite observar e detectar o impacto de mudanças nas variáveis financeiras nas carteiras.

Por fim, no controle das atividades de gestão de crédito e derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas. No caso dos derivativos, essas medidas são avaliadas às sensibilidades às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta). No caso das atividades de gestão do crédito, as medidas controladas incluem sensibilidade ao *spread*, *jump-to-default* e concentrações de posições por nível de classificação.

Com relação ao risco de crédito inerente às carteiras de intermediação financeira, e na manutenção das recomendações feitas pelo Comitê de Supervisão Bancária da Basileia, foi introduzida uma medida adicional, o Risco de Inadimplência (IDR), para cobrir o risco de inadimplência não mensurado adequadamente no VaR, por meio da variação dos respectivos *spreads* de crédito. Os instrumentos afetados são basicamente títulos de renda fixa, emitidos pelos setores público e privado, derivativos sobre títulos (futuros, opções, etc.) e derivativos de crédito (*swaps* de inadimplência, títulos lastreados por ativos, etc.). O método usado para calcular o IDR, que, em essência, é semelhante ao aplicado ao risco de crédito em posições não negociáveis, baseia-se nas mensurações diretas nas extremidades da distribuição da perda ao percentual adequado (99,9%). É utilizado o método da máxima declividade (ou gradiente), que gera estimativas do risco total e das contribuições de cada contraparte. Ao mesmo tempo, os cálculos são complementados e calibrados utilizando simulações de Monte Carlo.

Gestão de balanço

Risco da taxa de juros

O Banco analisa a sensibilidade da margem líquida de juros (margem financeira) e do valor patrimonial às variações das taxas de juros. Essa sensibilidade é originada da defasagem entre as datas de vencimento e de revisão das taxas de juros dos diferentes elementos do balanço patrimonial.

Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço e considerando a situação e as perspectivas do mercado, são tomadas medidas financeiras para alinhar essa posição à pretendida pelo Banco. Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais.

As medidas usadas pelo Banco para controlar o risco dos juros nessas atividades são o *gap* das taxas de juros, a sensibilidade da margem financeira e do valor patrimonial a variações nos níveis das taxas de juros, a duração do capital próprio, o Valor em Risco (VaR) e a análise de cenários.

a) Gap das Taxas de Juros de Ativos e Passivos

A análise de *gaps* das taxas de juros foca os descasamentos entre os prazos de reavaliação dos elementos no balanço (ativos e passivos) e dos elementos fora do balanço. Essa análise facilita a representação básica da estrutura do balanço e permite detectar concentrações de riscos de juros nos diferentes prazos. Além disso, é uma ferramenta útil para estimar o possível impacto de variações eventuais nas taxas de juros sobre a margem financeira e sobre o valor patrimonial da instituição.

Todos os elementos no balanço e fora do balanço devem ser classificados por fluxos e reorganizados pelo ponto de reavaliação dos preços e pelos vencimentos. Quando não houver um vencimento por contrato, será utilizado um modelo interno de análise e estimativa da sua duração e sensibilidade.

b) Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a variação nos valores a receber esperados para um período específico (12 meses) quando houver deslocamento na curva das taxas de juros. O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem em um cenário de variações na curva das taxas e no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas.

c) Sensibilidade do Valor de Mercado da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira. Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

d) Valor em Risco (VaR)

O Valor em Risco para a atividade de balanço e carteiras de investimento é calculado aplicando-se o mesmo padrão aplicado às atividades de intermediação financeira: simulação histórica com um intervalo de confiança de 99% e horizonte de um dia. São efetuados ajustes estatísticos que permitem incorporar de forma rápida e eficiente os acontecimentos mais recentes que condicionam os níveis de riscos assumidos.

Risco de liquidez

O risco de liquidez está associado à capacidade do Banco de financiar os compromissos adquiridos a preços de mercado razoáveis e realizar seus planos de negócio com fontes estáveis de financiamento. O Banco monitora permanentemente os perfis máximos de defasagem temporal. As medidas utilizadas para controlar o risco de liquidez na gestão de balanço são o *gap* de liquidez, os índices de liquidez, os cenários de estresse e os planos de contingência.

a) Gap de liquidez

O *gap* de liquidez informa os fluxos de pagamentos e recebimentos no horizonte de tempo das contas ativas, passivas e extrapatrimoniais do balanço, possibilitando a análise dos descasamentos existentes entre as expectativas de entradas e saídas de recursos do Banco.

O *gap* de liquidez é elaborado e analisado em dois segmentos distintos: *gap* de liquidez em moeda local e *gap* de liquidez em moeda estrangeira, em que o caixa disponível, os fluxos de pagamentos/recebimentos e as estratégias são segregados em moeda local e estrangeira, respectivamente.

O Banco elabora três tipos de *gap* de liquidez:

1 - *Gap* de liquidez contratual

O *gap* de liquidez contratual demonstra os fluxos de vencimentos contratuais de forma consolidada dos principais produtos do Grupo e os descasamentos existentes. Informa também a liquidez disponível a um dia e o consumo ou incremento da liquidez no período.

2 - *Gap* de liquidez operacional

Acompanhamento e gestão do caixa realizados diariamente, levando-se em consideração a situação de mercado, vencimentos e renovações de ativos e passivos, necessidade de curto prazo de liquidez e eventos específicos.

3 - *Gap* de liquidez projetado

Com base no *gap* de liquidez contratual, novos fluxos de vencimentos são projetados levando-se em consideração o plano orçamentário do Grupo.

b) Índices de liquidez

Complementarmente à análise do *gap* de liquidez também é elaborado um modelo da liquidez estrutural, cujo objetivo é avaliar o perfil da estrutura das fontes e dos usos dos recursos do Grupo e inclui também estudos de índices de liquidez.

Os principais índices de liquidez analisados são:

- Depósitos/Operações de Crédito - mede a capacidade da instituição de financiar operações de crédito com *funding* mais estáveis e de menor custo.

- Passivos Estáveis/Ativos Permanentes - mede a relação entre o Capital + Outros Passivos Estáveis e os Investimentos + Outros Ativos Permanentes.

- *Funding* de Mercado/Ativos Totais - mede o percentual dos ativos do Grupo que estão sendo financiados com *funding* pouco estáveis e de maior custo.

- *Funding* de Mercado Curto Prazo/*Funding* de Mercado - mede o percentual de perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias) sobre o total de *funding* pouco estáveis.

- Ativos Líquidos/*Funding* de Mercado Curto Prazo - mede a relação de comprometimento dos ativos de liquidez imediata e a perda provável de liquidez de curto prazo (<90 dias).

c) Análise de cenário/plano de contingência

A gestão da liquidez requer a análise dos cenários financeiros nos quais são avaliados possíveis problemas com a liquidez, para tanto são necessários a construção e o estudo de cenários em situações de crises. O modelo utilizado para essa análise é o Teste de *Stress*.

O Teste de *Stress* avalia a estrutura financeira da instituição e sua capacidade de resistir e reagir a situações mais extremas.

O objetivo do Teste de *Stress* para liquidez é permitir a simulação de condições adversas de mercado, possibilitando a avaliação dos impactos na liquidez e na capacidade de pagamentos da instituição, dessa forma, procura-se antecipar as soluções ou mesmo evitar posições que prejudiquem excessivamente a liquidez em cenários conturbados.

Os cenários são definidos a partir da análise do comportamento do mercado durante as crises anteriores, bem como estimativas futuras. São elaborados quatro cenários de crises, com intensidades distintas.

A partir da análise dos modelos de *stress* definiu-se o conceito de liquidez mínima, que é aquela suficiente para suportar as perdas de liquidez de até 90% por 90 dias em todos os cenários de crises simuladas.

Com base nos resultados obtidos no Teste de *Stress*, o Banco elabora o Plano de Contingência de Liquidez, que se constitui em um conjunto formal de ações preventivas e corretivas a serem acionadas em momentos de crise de liquidez.

Principais funções do Plano de Contingência de Liquidez:

- Identificação de Crise - A elaboração do Plano de Contingência de Liquidez requer a prévia definição de um parâmetro mensurável que defina a condição e estrutura de liquidez da instituição. Esse parâmetro é o Limite Mínimo de Liquidez definido no Teste de *Stress* para Liquidez. A violação desse limite caracteriza um ambiente de crise de liquidez e, consequentemente, acionando o Plano de Contingência.

- Comunicação Interna - Após identificada a crise, é necessário estabelecer uma clara comunicação capaz de mitigar os problemas originados. As pessoas envolvidas na execução das ações de contingência devem ser avisadas tanto do grau quanto das medidas a serem tomadas.

- Ações Corretivas - São as ações que efetivamente serão capazes de gerar recursos para solucionar ou mitigar os efeitos da crise:

  - Avaliar o tipo e a gravidade da crise.

  - Identificar qual o segmento mais impactado.

  - Acionar as medidas que gerem recursos, levando-se em conta o valor necessário e o custo do recurso adicional, quer seja, custo financeiro ou custo de imagem.

O ALCO faz a revisão e aprovação dos modelos de *stress*, da Liquidez Mínima e do Plano de Contingência semestralmente.

Se ocorrerem condições de mercados adversas, o ALCO pode revisar e aprovar novos modelos, Liquidez Mínima e Plano de Contingência a qualquer momento que se faça necessário.

Risco estrutural de câmbio/cobertura de resultados/risco estrutural de ações

Essas atividades são monitoradas medindo posições, VaR e resultados.

Medidas complementares

Medidas de teste e calibragem

O *back-testing* consiste numa análise comparativa entre as estimativas do Valor em Risco (VaR) e os resultados diários "limpos" (resultado das carteiras no fechamento do dia anterior, avaliadas aos preços do dia seguinte). O objetivo desses testes é verificar e proporcionar uma medida da precisão dos modelos utilizados no cálculo do VaR.

As análises de *back-testing* realizadas pelo Banco Santander cumprem, no mínimo, com as recomendações do BIS no que diz respeito à verificação dos sistemas internos utilizados na medição e gestão dos riscos financeiros. O Banco também realiza testes de hipóteses: testes de excessos, testes de normalidade, correlação de Spearman, medidas de excesso médio, etc.

Os modelos de avaliação são calibrados e testados regularmente por uma unidade especializada.

III.3. Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado juntamente com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera, entre outros, os seguintes aspectos:

1. Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

2. Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis, pela Alta Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

3. Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

4. Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

5. Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

III.4. Riscos e resultados em 2008

Atividades de Intermediação Financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2008 ficou em R$62,7 milhões[1] e em R$34,08 milhões em 2007. O VaR do Banco Real em 8 de agosto de 2008 e agosto de 2007 era de R$5,9 milhões e R$4,5 milhões, respectivamente. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia a fim de capitalizar as oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

---

[1] Inclui o Banco Real, cujos números foram adicionados ao VaR do Banco Santander, desconsiderando-se o efeito da diversificação.

a) Gestão de balanço[2]

A1. Risco dos juros

Moedas conversíveis

No final de 2008, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade da margem financeira por um ano, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados às carteiras do Grupo Santander Brasil (que reúne Santander e Real), ficou concentrado na curva da taxa de juros em reais, que ficou negativa em R$65,6 milhões, enquanto a curva da taxa de juros em dólar ficou positiva em R$8,6 milhões.

Também no encerramento de 2008, o risco dos juros medido em termos da sensibilidade do valor de mercado da empresa, em uma alta paralela de 100 pontos básicos aplicados ao Banco Santander na curva da taxa de juros em reais, ficou negativo em R$708,9 milhões. Com relação à curva em dólar, a sensibilidade ficou negativa em R$27,46 milhões.

2008 foi caracterizado por um enfoque conservador com relação à exposição a taxas de juros, refletindo a incerteza reinante nos mercados financeiros, que se acentuou particularmente no segundo semestre do ano pela inclusão do Banco Real.

Análise quantitativa do risco

O risco dos juros nas carteiras de gestão de balanço, medido em termos de sensibilidade da margem financeira, por um ano em uma alta paralela de 100 pontos básicos da curva das taxas de juros, o Banco Santander ficou durante todo o ano 2008 em níveis de baixa, oscilando em uma faixa estreita, com um máximo de 53,22 milhões em maio. A sensibilidade de valor flutuou entre uma faixa de R$280,5 milhões e R$376,7 milhões, com uma tendência de estabilidade ao longo do ano, exceto com relação ao último trimestre, quando a alta observada se deveu sobretudo à inclusão do Banco Real.

No encerramento de 2008, o consumo de risco, medido em sensibilidade de alta de 100 pontos básicos do valor patrimonial (MVE) com o Santander e o Banco Real, ficou negativo em R$709,6 milhões (em dezembro de 2007, ficou negativo em R$294,7 milhões), enquanto o risco da margem financeira, medido em sensibilidade de alta de 100 pontos básicos dessa margem, ficou negativo em R$66 milhões (em dezembro de 2007, ficou negativo em R$39,6 milhões).

	Dezembro de 2008
Sensibilidade da margem financeira	(66,20)
Sensibilidade do valor patrimonial	(709,44)
Risco da gestão de balanço (*)	(352,80)

(*) Medido pelo VaR.

A2. Gestão da liquidez estrutural

A gestão da liquidez estrutural tem como objetivo financiar as atividades recorrentes do Banco em condições ótimas de prazos e custos, evitando, assim, que a instituição assuma riscos de liquidez não desejados.

As principais características da **gestão da liquidez estrutural** em 2008 foram as seguintes:

- Posição confortável de liquidez estrutural. Como o Santander é um banco fundamentalmente comercial, os depósitos dos clientes constituem a principal fonte de obtenção de liquidez na sua estrutura de financiamento. Esses depósitos, somados ao capital e outros instrumentos similares, permitem ao Banco cobrir a maior parte de suas necessidades de liquidez. Como resultado, as captações no mercado de atacado são moderadas com relação ao tamanho de seu balanço.

[2] Inclui o total do balanço patrimonial, exceto quanto aos ativos e passivos financeiros mantidos para negociação.

- No Brasil, a obrigatoriedade de constituir reserva legal absorve uma parcela considerável da captação.

- Diversificação de instrumentos para obter liquidez. Adicionalmente, as dívidas preferenciais e subordinadas são de longo prazo, não exigindo, portanto, liquidez imediata para cobrir tais exposições.

- O balanço local deve ser autofinanciado. Considerando o atual ambiente do mercado, esse princípio foi estendido a cada uma das linhas de negócios do Banco.

- Com base nos resultados do teste de *stress*, mantém-se uma reserva mínima de liquidez.

- A dependência do Santander de captações internacionais não é considerável (5,35% do balanço total em 31 de março de 2009).

- O objetivo é que as atividades relacionadas com moedas fortes sejam financiadas com captações em moeda forte com terceiros.

- Dadas as turbulências potenciais nesse mercado, o Santander Brasil tem mecanismos para utilizar a liquidez local para suportar atividades em moeda forte.

- Alta capacidade de obter liquidez dos itens que compõem o balanço. As posições de títulos do governo são mantidas para fins de gestão da liquidez.

- O Banco executa funções de controle e gestão, o que envolve planejar suas necessidades de recursos, estruturar as fontes de financiamento, melhorar sua diversificação com prazos e instrumentos, e definir planos de contingências.

Na prática, a gestão da liquidez executada pelo Banco consiste no seguinte:

- Anualmente é elaborado um plano de liquidez, com base nas necessidades de financiamento derivadas dos orçamentos de cada negócio. A partir dessas necessidades de liquidez, e trabalhando com limites prudenciais da demanda nos mercados de curto prazo, o Banco traça um plano de emissões e securitizações para o exercício.

- Durante o ano é feito um acompanhamento periódico da evolução real das necessidades de financiamento e é atualizado esse plano.

- Controle e análise do risco de liquidez. O principal objetivo é garantir que o Grupo mantenha níveis aceitáveis de liquidez para cobrir suas necessidades de financiamento no curto e no longo prazos, em situações normais de mercado. Para isso, o Banco utiliza medidas de controle de balanços, como *gap* de liquidez e índices de liquidez.

Também são feitas diferentes análises de cenários (ou cenários de *stress*) nas quais são consideradas necessidades adicionais que poderiam surgir caso certos eventos extremos, porém plausíveis, ocorram. O objetivo é cobrir um amplo espectro de situações que, em maior ou menor grau, podem afetar o Banco, permitindo que a instituição prepare os respectivos planos de contingências.

IV. RISCOS OPERACIONAIS E TECNOLÓGICOS E GESTÃO DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

Adotar, manter e disseminar cultura, políticas e infraestrutura necessárias à adequada gestão e controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é um dos fatores competitivos do Grupo Santander Brasil, buscando sempre a eficácia do Sistema de Controles Internos e a prevenção, mitigação e redução dos eventos e das perdas por Riscos Operacionais e Tecnológicos.

Essa preocupação está refletida na Missão da Superintendência de Riscos Operacionais e Tecnológicos:

"Ser a área responsável pela implementação e pela disseminação da cultura, das políticas e da infraestrutura necessárias para aderência e comprometimento de todos os colaboradores para a adequada gestão e controle dos Riscos Operacionais, Tecnológicos e da Continuidade dos Negócios para a eficácia do Sistema de Controles Internos, contribuindo com a consecução dos objetivos do Grupo Santander Brasil e dos seus *stakeholders*."

Os processos desenvolvidos e adotados buscam posicionar e manter o Grupo Santander Brasil entre as instituições financeiras reconhecidas como detentoras das melhores práticas gerenciais na administração dos Riscos Operacionais e de suas operações, e assim contribuir no alcance dos objetivos estratégicos, na melhoria contínua da reputação, da solidez e da confiabilidade da instituição para com o mercado local e internacional.

O modelo de gestão e controle definido, além de ser um fator competitivo, é também um fator estratégico para o Banco, pois, além de garantir o uso pelos gestores no dia-a-dia, também garante o alinhamento às orientações do Grupo Santander Espanha, aos requerimentos do Novo Acordo da Basileia - BIS II, às exigências do BACEN, da CVM e da SUSEP e às determinações da Lei Sarbanes-Oxley.

Assim, o Grupo Santander Brasil, alinhado às emanações desses órgãos supervisores e reguladores, adota como eventos de risco operacional os eventos decorrentes de falhas ou deficiências nos processos internos, pessoas, sistemas ou aqueles decorrentes da exposição a eventos externos, os quais podem ou não causar perdas financeiras, afetar a continuidade dos negócios ou afetar negativamente os *stakeholders*.

Para cumprir esse desafio, o Grupo Santander Brasil mantém a seguinte estrutura organizacional, que é parte da estrutura de Governança Corporativa do Banco:

- *Comitê Executivo de Riscos Operacionais*

  Comitê com independência e autonomia próprias. É responsável pela definição das estratégias e diretrizes relativas ao controle e à gestão dos riscos operacionais, tecnológicos e de continuidade dos negócios do Grupo Santander Brasil.

- *Vice-Presidência de Riscos Operacionais*

  Composta pelas Superintendências de Segurança da Informação, Ocorrências Especiais, Inteligência e Prevenção a Fraudes e Riscos Operacionais, Tecnológicos e de Continuidade dos Negócios, tem, entre suas responsabilidades, o compromisso de disseminar a cultura, a definição das metodologias, normas, políticas, ferramentas, treinamentos e procedimentos, cabíveis e exigíveis, para uma gestão e controle eficazes e eficientes dos riscos operacionais.

- *Superintendência de Segurança da Informação - SSI*

  Responsável pela definição e implementação das ações necessárias para a proteção das informações do Banco, alinhadas a políticas, padrões e procedimentos, leis, normas e melhores práticas globais de Segurança da Informação.

- *Superintendência de Ocorrências Especiais - SOE*

  Responsável por atuar na prevenção, detecção e apuração das fraudes internas e externas, ocorrências com desvios comportamentais e de normativos, orientar gestores nos procedimentos, criar processos específicos para identificação das anormalidades e recomendar soluções e propostas de melhorias nos controles internos, além de interagir com outras áreas na elaboração de alertas preventivos à rede de agências e áreas centralizadas, alertando-os sobre assunto de fraudes que estão em foco, objetivando evitar prejuízos ao Banco.

- *Superintendência de Inteligência e Prevenção a Fraudes (NIPF)*

  É responsável por prevenir, analisar e controlar as fraudes nos canais eletrônicos (Internet, *Call Center* e ATM), reduzindo as perdas do Grupo e aumentando a segurança dos canais, tanto efetivamente quanto na percepção de clientes e do público em geral, por meio de ações de monitoração e reação, identificação de tendências e novos ataques e criação e implementação da estratégia antifraude nos canais, propondo e facilitando o desenvolvimento de soluções de prevenção e combate a fraudes.

- *Superintendência de Riscos Operacionais e Tecnológicos - SROT*

  É responsável por implementar as melhores práticas na gestão dos Riscos Operacionais e Tecnológicos e também para a gestão da Continuidade dos Negócios, auxiliando os gestores no cumprimento aos objetivos estratégicos, no processo decisório do Grupo Santander Brasil e nas atividades diárias, na adequação e no cumprimento aos requerimentos obrigatórios e na manutenção da reputação, da solidez e da confiabilidade do Banco.

  O modelo para Riscos Operacionais e Tecnológicos combina duas abordagens: centralizada e descentralizada.

- *Abordagem centralizada*

  Nessa abordagem reside um dos alicerces do modelo, no qual se define que "o controle" dos Riscos Operacionais e Tecnológicos é de responsabilidade da SROT, correspondendo às atividades de identificar, avaliar, capturar, monitorar, controlar, analisar, consolidar, agregar, mitigar e modelar os riscos potenciais relevantes e os eventos de riscos e perdas por riscos operacionais e tecnológicos, alcançando todas as áreas, processos e instituições não financeiras que fazem parte do Grupo Santander Brasil pela disseminação da cultura, das políticas, das metodologias e das ferramentas para o gerenciamento dos riscos operacionais e tecnológicos.

- *Abordagem descentralizada*

  Nessa abordagem está outro alicerce do modelo, no qual se define que "a gestão" do Risco Operacional e Tecnológico é de responsabilidade dos gestores das áreas e dos processos, com auxílio dos Representantes de Riscos Operacionais e da SROT, os quais utilizam as políticas, metodologias e ferramentas definidas pela SROT. Os gestores das áreas e dos processos devem, portanto, assegurar a identificação, bem como a informação tempestiva, dos eventos de riscos operacionais à SROT para a ação corretiva e preventiva a ser desenvolvida, assim como seu registro na base de dados histórica dos eventos e das perdas por riscos operacionais, apresentando oportunamente o quadro à Alta Administração do Grupo Santander Brasil.

Atuação da SROT

O Grupo Santander Brasil trabalha na convergência e na integração consistente das melhores práticas no controle e na gestão dos Riscos Operacionais. Para isso, e complementando as abordagens, são adotados os enfoques qualitativo e quantitativo e também a gestão e o controle para os riscos tecnológicos e para a continuidade dos negócios.

Enfoques: qualitativo e quantitativo

O enfoque qualitativo visa à identificação e prevenção do risco operacional potencial e definição do perfil de risco das áreas e dos processos. Fundamenta-se no fortalecimento do ambiente de controles internos. É responsável por prover metodologias, ferramental e sistemas, como a matriz de riscos e controles internos, os questionários de autoavaliação e os indicadores-chave de riscos operacionais (KRIs) qualitativos, para auxiliar os gestores na identificação e avaliação dos riscos e controles, a fim de definir o perfil de riscos de cada área, processo, produtos e/ou serviços existentes na organização, e coordenar, com os gestores responsáveis, a implementação dos planos de ação estabelecidos para melhoria do sistema de controles internos e do perfil de risco.

As principais ferramentas metodológicas para sua adoção são:

- *Matriz de Riscos Operacionais e Tecnológicos*

  Ferramenta customizada e utilizada na formalização e constituição da base de dados dos riscos potenciais, dos procedimentos e das atividades de controles identificados em atividades, processos e produtos. São utilizadas as metodologias de *workshops* e *self-assessment* junto com a aplicação dos questionários de autoavaliação sobre riscos operacionais e controles internos.

- *Matriz Resumida de Riscos Operacionais e Tecnológicos para Novos Produtos*

  Ferramenta desenvolvida e utilizada para formalizar os riscos potenciais e os controles internos existentes antes do lançamento de novos produtos e serviços bancários.

- *Atividades de Quality Assurance*

  Permitem avaliar, validar e comprovar a eficácia dos controles internos existentes e formalizados nas Matrizes de Riscos Operacionais e Tecnológicos, bem como comprovar o atendimento às decisões do Comitê de Novos Produtos.

- *Questionários de Autoavaliação (Genéricos e Específicos)*

  Ferramenta adotada a qual visa identificar a percepção dos gestores quanto ao ambiente em que atuam do ponto de vista da gestão dos riscos operacionais, permitindo a criação de tabulação padronizada de criticidade. Permite determinar o grau de cobertura dos controles internos e o tratamento prioritário dos itens críticos e interage com a Base de Dados Interna, ajudando na validação e realização de *Backtest*.

- *Monitoramento dos Planos de Ação Decorrente das Falhas e Ocorrências Relevantes*

  Processo institucional desenvolvido e implantado pela SROT, o qual, por meio da oportuna captura das falhas e ocorrências relevantes materializadas, permite a identificação das ações corretivas e preventivas, a fim de minimizar os impactos aos *stakeholders* e também manter o ciclo de atualização nas Matrizes de Riscos Operacionais e Tecnológicos.

- *Monitoramento dos Órgãos Reguladores*

  Processo desenvolvido pela SROT para a identificação e o tratamento dos registros e requerimentos efetuados pelos órgãos reguladores, visando manter o adequado e oportuno cumprimento aos prazos e às exigências e solicitações legais.

- *Monitoramento da Existência de Restrições Financeiras para o Grupo Santander Brasil*

  Processo desenvolvido pela SROT para a identificação de qualquer restritivo existente contra o Grupo e seu tempestivo tratamento, identificando as causas e os responsáveis para a determinação dos planos de ação cabíveis.

  O enfoque quantitativo está correlacionado com o enfoque qualitativo, ajudando a detectar, corrigir e atuar na prevenção dos riscos operacionais e também prover mecanismos para análise e tomada de decisões, sejam estas estratégicas ou operacionais. Também é responsável por implementar políticas, normas, procedimentos e ferramentas para manutenção do fluxo de captura dos eventos de riscos e perdas operacionais e de indicadores-chave de riscos operacionais (KRIs) quantitativos para todo o Grupo Santander Brasil, consolidando-os em base única, a fim de permitir a análise e agregação dos riscos, a identificação das principais causas dos riscos operacionais e a coordenação, com os gestores responsáveis, da efetiva implementação de planos de ação para mitigação e redução dos riscos e das perdas operacionais.

  A utilização conjunta ao enfoque qualitativo e a oportuna captura dos eventos de riscos operacionais e perdas por riscos operacionais, bem como a identificação e análise das causas e dos seus correspondentes impactos, permitem adotar técnicas de *Backtesting* quando da realização do acompanhamento da implementação dos planos de ação corretivos e preventivos dos eventos capturados.

  Utiliza como principais ferramentas:

- *Base de Dados Interna Histórica dos Eventos de Perdas por Riscos Operacionais*

  Esta base contribui na tomada de decisões quanto às prioridades nos planos de ação para prevenção e redução dos riscos operacionais e das perdas por riscos operacionais. Entre suas funções, permitirá sustentar a abordagem de mensuração avançada para o cálculo de exigência de Capital Econômico e Regulamentar, por meio da construção das distribuições de frequência e severidade das perdas por riscos operacionais, e o consequente cálculo do VaR Operacional.

- *Elaboração e Acompanhamento de Previsões e Limites de Perdas por Riscos Operacionais*

  Processo que assegura o comprometimento das principais áreas em relação às previsões e aos limites para perdas por riscos operacionais em cada exercício, com acompanhamento e análise periódicos das oscilações observadas, antecipando a recomendação de planos de ação pela SROT para a correção dos desvios, quando necessário.

- *Identificação e Acompanhamento dos Planos de Ação para Mitigação e Correção dos Eventos de Riscos Operacionais*

  Ação de controle e acompanhamento, desempenhada pela SROT, da implementação dos planos de ação identificados nas ocorrências relevantes de riscos operacionais.

- *Base de Eventos de Riscos Operacionais Capturados de Fontes Públicas Externas*

  Mecanismo utilizado no processo de disseminação de cultura, para a incorporação dos eventos externos capturados na análise de cenários e avaliação da probabilidade de ocorrências (frequência e severidade), visando complementar a modelagem para mensuração do Capital Econômico e Regulamentar.

- *Análise e Tratamento das Falhas e Ocorrências Relevantes*

  Processo institucional desenvolvido e implantado pela SROT para a oportuna captura das falhas e ocorrências relevantes materializadas, visando à tomada de ações corretivas e ao adequado tratamento preventivo, a fim de minimizar os impactos aos *stakeholders*.

- *Indicadores-chave de Risco Operacional*

  Ferramental desenvolvido pela SROT para o Banco, o qual permite identificar tendências e desvios, em bases relativas, complementares às absolutas, considerando variáveis internas e externas de volumetria e, assim, construir um painel de indicadores-chave de risco operacional customizado às necessidades do Grupo Santander Brasil.

  A união desses enfoques permite obter sinergia e otimização, por meio da convergência na administração do risco operacional e tecnológico e na continuidade dos negócios, com reflexos diretos na determinação do Capital Econômico e Regulamentar.

Gestão e Controle dos Riscos Tecnológicos

Área responsável por auxiliar os gestores na identificação e avaliação dos riscos tecnológicos e respectivos controles internos, específicos aos processos e às atividades relacionados à Tecnologia. Compete a ela definir as metodologias, o ferramental e os sistemas, para a gestão corporativa dos riscos tecnológicos, e coordenar com os responsáveis ações para a prevenção e redução dos eventos de riscos tecnológicos e perdas associadas.

Gestão e Controle dos Riscos de Continuidade dos Negócios

Área responsável pela coordenação da manutenção e atualização do processo de Gestão de Continuidade dos Negócios e da extensão estratégica desse processo por todo o Grupo Santander Brasil, promovendo o levantamento dos riscos e impactos relacionados ao processo, através de ferramentas como a matriz de riscos e de controles internos, os questionários de autoavaliação e os indicadores-chave de riscos operacionais (KRIs).

A área coordena também a elaboração dos Planos de Continuidade de Negócios - PCN das diversas áreas da Organização, a aplicação de testes, o acionamento dos PCNs juntamente com os gestores, quando necessário, e a capacitação do Grupo de Resposta a Crises - GRC e dos pontos focais das áreas para gestão local de seus planos, assim como propõe estratégias de continuidade de negócios para o Plano do Grupo Santander Brasil.

Abrangência e sustentabilidade

A abrangência da gestão e do controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos, assim como a gestão da continuidade dos negócios do Grupo Santander Brasil, ultrapassa a simples identificação de alocação e cálculo do capital regulamentar, pois possui atuação conjunta à estratégia da instituição, garantindo mecanismos para o crescimento sustentável, tanto para o Grupo quanto para o meio econômico e social em que está inserido.

Atuando de maneira ética e profissional, o controle dos riscos operacionais e tecnológicos obtém conquistas importantes para a instituição, assegurando a sua continuidade e desenvolvimento, entre elas:

- Adequação às regulamentações existentes: BACEN, CVM, SUSEP, BIS-II e Lei Sarbanes-Oxley.

- Adequação e certificação perante a Lei Sarbanes-Oxley.

- Melhoria da eficiência operacional e da produtividade nas atividades e nos processos e otimização na alocação do Capital Econômico e Regulamentar,

- Fortalecimento da reputação e melhora da relação Risco x Retorno para os *stakeholders*.

- Adequação tempestiva aos novos requerimentos dos órgãos reguladores.

- Manutenção e preservação da qualidade e confiabilidade quanto a produtos, serviços disponibilizados e partes relacionadas.

- Correções oportunas das vulnerabilidades identificadas em processos.

- Avaliações de quality assurance para os novos produtos desenvolvidos.

- Acompanhamento, via painel de monitoramento, do atendimento oportuno das solicitações dos órgãos reguladores.

- Mudança cultural e disseminação do *accountability*.

- Atendimento aos requerimentos do BACEN e do Banco da Espanha.

Essa estrutura sólida e eficaz permite à instituição e às empresas do Grupo estarem aptas ao contínuo aperfeiçoamento das metodologias já existentes e ao aprofundamento da disseminação da cultura de responsabilidade sobre a gestão de riscos e eventuais eventos de perdas.

Fator diferencial

A Vice-Presidência de Riscos Operacionais mantém seus profissionais atualizados e treinados para as mudanças identificadas no ambiente de atuação e também disponibiliza treinamentos para os demais profissionais do Grupo por meio de cursos disponibilizados na Intranet e matérias específicas.

A SROT atua de forma integrada com as demais áreas do Banco, elegendo representantes para as mais relevantes, incluindo a de Tecnologia.

Entre as realizações, destacam-se:

- Realização anual da Semana de Prevenção e Controle dos Riscos Operacionais e Tecnológicos.

- Criação e manutenção do Programa de Integração para Novos Funcionários - “Uma só voz”, com palestras e aulas expositivas que orientam sobre a responsabilidade de cada um e como devem atuar na gestão dos riscos operacionais.

- Treinamentos sobre os procedimentos necessários para a avaliação do Ambiente de Controles Internos, bem como a importância e exigências necessárias para adequação à Lei Sarbanes-Oxley.

- Criação, divulgação e manutenção dos Manuais de Instruções, permitindo a disseminação corporativa para o comprometimento de todos.

- Coordenação do processo anual da elaboração das previsões de perdas por riscos operacionais e planos de ação para a redução e *accountability*.

- Desenvolvimento de Indicadores-chave de Risco, com o objetivo de extrair análises absolutas e relativas com base em volumetria e *benchmark*.

- Emissão de sumários e destaques de casos relevantes envolvendo Riscos Operacionais, capturados de fontes públicas externas, fortalecendo a importância do processo de controle e gestão dos riscos operacionais.

Esse conjunto de atividades corrobora para que o Grupo Santander Brasil atinja seus objetivos estratégicos e operacionais de maneira consistente, com ambiente controlado e conhecido quanto à exposição aos riscos assumidos, mantendo-o em perfil de risco considerado baixo.

Resolução CMN nº 3.380/06 - BACEN

A Vice-Presidência de Riscos Operacionais dispõe de normas, metodologias e modelo interno, fundamentados nas melhores práticas no mercado para identificação, avaliação, monitoramento, gestão e controle dos riscos operacionais antecipando-se, assim, aos requerimentos dispostos na Resolução CMN nº 3.380, de 29 de junho de 2006 - BACEN, estando aderente às exigências dessa resolução.

A Alta Administração e a Casa Matriz estão comprometidas com esse assunto, avaliam, aprovam, reconhecem e apoiam a estrutura, políticas, metodologias, ferramentas, normas e procedimentos que se façam necessários para promover a adequada gestão e controle dos riscos operacionais no conglomerado.

Os principais resultados obtidos, entre eles, a criação e operacionalização do Comitê Executivo de Riscos Operacionais, já se encontram disponíveis nos relatórios anual e social dos exercícios de 2006 e 2007 e nas demonstrações financeiras consolidadas de 31 de dezembro de 2008, os quais estão disponíveis no endereço eletrônico www.santander.com.br.

Parcela de capital regulamentar - Grupo Santander Brasil

O Grupo Santander Brasil, considerando os Bancos, Real e Santander, adota, a partir da data-base 31 de dezembro de 2008, a Abordagem Padronizada Alternativa no cálculo da Parcela de Capital para Riscos Operacionais - $P_{OPR.}$

Estrutura de consumo de capital regulamentar por linha de negócio do Grupo Santander Brasil

Linha de Negócio - Grupo		Consumo
LN1	Corporate Finance	**4%**
LN2	Negociação e Vendas	**40%**
LN3	Banco de Varejo	**16%**
LN4	Banco Comercial	**22%**
LN5	Pagamento e Liquidação	**6%**
LN6	Serviço de Agência	**4%**
LN7	Administração de Ativos	**8%**
LN8	Corretagem e Varejo	**1%**

Perspectivas futuras

Com a estrutura, as metodologias e o modelo desenvolvidos e adotados espera-se o fortalecimento do Grupo Santander Brasil, tanto no cenário local como internacional, e a consolidação dessa estratégia em mantê-lo reconhecido como instituição de vanguarda no processo de gestão e controle dos riscos operacionais, tecnológicos e de continuidade dos negócios, comprovados pela implementação de um eficiente e eficaz ambiente de controles internos e identificação da exposição ao risco.

V. RISCO DE REPUTAÇÃO

1. Risco de reputação

O Santander (Brasil) acredita que o preceito fundamental da sustentabilidade de seu negócio no longo prazo e da criação de valor ao acionista depende de uma conduta adequada das atividades operacionais de acordo com os Valores Corporativos do Santander.

O risco de *compliance* foi definido como o risco de sofrer sanções por parte de órgãos reguladores, ou sanções jurídicas, perdas financeiras materiais ou dano à reputação do Banco Real como resultado do não-cumprimento de leis, regulamentos, princípios e regras, normas e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades, na letra e no espírito da lei.

O Santander (Brasil) define o risco de reputação como o risco decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião se basear em fatos ou meramente na percepção do público.

Esse risco pode decorrer de:

- Ações e comportamentos da organização ou de seus funcionários envolvendo os produtos vendidos, os serviços prestados ou a interação com as partes interessadas, que constituem o risco direto.

- Ações e comportamentos de partes externas, que constituem o risco indireto.

2. Visão geral

O Santander (Brasil) está, portanto, comprometido a contribuir positivamente para o Desenvolvimento Sustentável, garantindo o sucesso do negócio no longo prazo e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável.

A gestão eficaz do risco é pré-requisito para o sucesso contínuo de qualquer banco.

Um dos principais componentes da gestão do risco é garantir que a reputação do banco seja preservada e elevada. Uma das maneiras de fazer isso é optar por se envolver responsavelmente no negócio certo, com os clientes certos.

Uma reputação sólida representa uma licença social para o banco operar. Embora não seja uma licença bancária formal, não deixa de ser uma licença concedida por todos os interessados e da qual depende nosso crescimento no longo prazo e, em última análise, da qual depende a sustentabilidade de nosso negócio.

Por reconhecermos isso, desenvolvemos diversas políticas de risco de reputação para identificar, avaliar e gerenciar as questões não financeiras presentes em nossos compromissos. Ao conjunto dessas políticas e normas denominamos Políticas de Gestão de Risco de Reputação.

Essa busca da excelência requer que o Santander (Brasil) seja responsabilizado por seus atos, esteja aberto em relação a eles e que os membros do Conselho de Administração do Santander e seus funcionários sejam, em última análise, responsáveis pela reputação do banco.

O Departamento de *Compliance* é responsável por dar assistência ao banco para identificar, mensurar e atenuar uma parcela significativa do risco de *compliance*, mas não sua totalidade. Outras importantes partes interessadas no processo são o Conselho Gestor, a Alta Administração, o Departamento Financeiro, Recursos Humanos, o Departamento de Riscos e o Departamento Jurídico.

As principais atividades das funções de *compliance* estão concentradas em elementos específicos da legislação de serviços financeiros e respectivas regras, regulamentos, códigos de conduta e padrões de mercado. São predominantemente os requisitos para a "condução dos negócios" e não incluem questões de administração de capital (ou seja, adequação do capital, normas de contabilidade e Sarbanes-Oxley) que são de responsabilidade dos Departamentos Financeiro, de Risco Operacional e de Auditoria.

3. Princípios gerais (*high-level principles*)

Os dois princípios básicos do Departamento de *Compliance* do Santander (Brasil) são:

- A função de *compliance* será independente do negócio e atuará em parceria com ele.
- A função de *compliance* aplicará ao risco de *compliance* uma abordagem baseada em riscos.

4. Os princípios gerais são suportados pelos seguintes princípios de boa *compliance*:

- A função de *compliance* será eficaz e eficiente no uso dos recursos do Santander.
- A função de *compliance* entende a estratégia e os negócios do Santander e, com base nesse entendimento, garantirá que sejam tomadas medidas adequadas de controle dos riscos.
- A função de *compliance* envidará seus melhores esforços para que se adotem enfoques proativos ao risco de conformidade, por entender que monitoria, educação e comunicação são sempre mais eficazes que medidas reativas.

5. Função e tarefas da área responsável pela área de *Compliance*

a. Identificar, mensurar e avaliar os riscos de *compliance*

- Identificar, mensurar e avaliar de maneira proativa o impacto do risco de *compliance* gerado internamente: por nossos negócios, estruturas, produtos e funcionários; e externamente: por mudanças ou propostas de mudanças nas leis e normas que regem o Banco, bem como mudanças no ambiente regulador, avaliando mudanças na legislação, em regulamentos e na interpretação das regras e normas existentes pelos órgãos reguladores.

- Participar de diálogos no setor e apresentar os pontos de vista do Santander.
- Fazer *benchmark* a fim de situar o Santander em relação a seus concorrentes/pares.
- Assessorar o banco com relação a autorizações e licenças necessárias para conduzir seus negócios.
- Assessorar na gestão e atenuação do Risco de *Compliance*.
- Desenvolver políticas, normas e procedimentos formais de *compliance* que sejam adequados e proporcionais a fim de facilitar o cumprimento de leis e regulamentos externos relevantes que reflitam o apetite do banco para o risco de *compliance*, quando necessário.
- Revisar as políticas, normas e procedimentos dos negócios e outras funções de suporte para garantir que estejam consistentes com nossas obrigações de *compliance*.
- Prestar assessoria especializada em *compliance* e oferecer contribuição para negócios, questões ou transações específicas.

b. Educar e treinar nossos funcionários em questões relativas à *compliance*

- Oferecer um abrangente programa de treinamento em *compliance* ao *staff* da área e a nossos parceiros de negócios.
- Medir a eficácia do programa de treinamento e informar os resultados à Administração.

c. Monitorar as principais atividades de *compliance* e manter a Administração informada

- Desenvolver e implementar programas eficazes de monitoria de *compliance*.
- Fornecer relatórios gerenciais à Alta Administração, ao Conselho Gestor e aos comitês sobre as atividades, questões e indicadores de desempenho de *compliance*.
- Fornecer relatórios de *compliance* aos órgãos reguladores, quando necessário.
- Fazer *follow-up* dos resultados da monitoria e garantir que a ação corretiva adequada seja tomada.
- Escalar adequadamente os problemas que, do ponto de vista da área de *Compliance*, não foram tratados adequadamente.

d. Coordenar e assessorar a Administração na gestão de nosso relacionamento com os órgãos reguladores

- Promover o diálogo profissional relevante com os órgãos que regulam nossas atividades.
- Monitorar a comunicação com os órgãos reguladores.
- Assessorar a Diretoria com questões que envolvem o relacionamento com órgãos reguladores.
- Monitorar tendências de regulamentação no setor.
- Proativamente prestar assessoria sobre contato com órgãos reguladores.
- Coordenar e assessorar em situações de investigação por parte de órgãos reguladores.

e. Oferecer um Programa de *Compliance* anual.

- Criar um programa anual de atividades de *compliance*, de comum acordo com os parceiros de negócios, para atender às obrigações de *compliance* do banco.
- Buscar um consenso com a Alta Administração e com o negócio de que haja recursos suficientes disponíveis para que a função de *Compliance* possa cumprir suas responsabilidades de modo eficaz.

6. Organização e independência da função de *Compliance*

A função de *Compliance* dentro do banco representa a supervisão independente, em nome da Alta Administração, dos principais processos e respectivas políticas e procedimentos que buscam assegurar que o banco está cumprindo as leis e regulamentações específicas do setor em que opera, na letra e no espírito da lei, contribuindo, assim, para manter a reputação do banco.

7. Comitê Executivo de Produtos do Grupo Santander (Brasil)

O Comitê Executivo de Produtos do Grupo Santander Brasil é responsável por validar novos produtos ou serviços e melhorias cujos riscos não tenham sido anterior e completamente atenuados em instâncias anteriores.

Com base na documentação recebida, o Comitê Executivo de Produtos do Grupo Santander (Brasil), após verificar se todos os requisitos para a aprovação do novo produto ou serviço foram cumpridos e considerando o risco, aprova, rejeita ou estabelece condições para o novo produto ou serviço proposto.

A Gerência de Revisão e Aprovação de Produtos (GRAP) é responsável por garantir a viabilidade do processo de aprovação de produtos, considerando que todo e qualquer produto ou serviço no Grupo Santander (Brasil) somente pode ser lançado ou comercializado após ter suas características gerais, riscos, viabilidade legal e procedimentos (operacionais, tecnológicos, entre outros) previamente analisados e recomendados por todas as áreas funcionais, e aprovados pela alçada competente.

Antes de um novo produto ou serviço ser lançado, as áreas com pessoal que tenha a independência necessária para avaliar os riscos incorridos (entre eles, Prevenção de Lavagem de Dinheiro) realizam uma exaustiva análise de todos os assuntos envolvidos e emitem uma opinião sobre se o produto ou serviço deve ser comercializado ou não. Além disso, é necessário submeter o produto ou serviço ao Fórum Operacional de Produtos para validação operacional por parte de todas as áreas envolvidas.

Após obter a recomendação positiva do Fórum Operacional de Produtos, os produtos/serviços devem ser submetidos ao Comitê de Produtos (GB&M/Retail), Comitê Executivo de Produtos, ao Presidente do Banco e/ou Comitê Global de Novos Produtos - CGNP (Espanha), conforme o nível de características envolvidas e nível de aprovação dos riscos.

Instâncias/Níveis de Aprovação

- **1º nível** - Fórum Operacional de Produtos - composto por analistas de áreas operacionais e de suporte.
- **2º nível** - Comitê de Produtos e Comitês de Instrumentos Financeiros - compostos por Diretores, Superintendentes e Gestores das áreas funcionais.
- **3º nível** - Comitê Executivo de Produtos - composto por Executivos do Santander Brasil.
- **4º nível** - Presidente do Banco - especificamente para produtos ou serviços que representem alto risco de reputação.
- **5º nível** - Comitê Global de Novos Produtos (CNGP) - composto por Executivos do Santander, com sede na Espanha.

A aprovação de produtos e serviços contempla procedimentos padronizados para aprovação ou melhoria aplicáveis a todos os novos produtos/serviços do Santander Brasil. No entanto, não estão incluídos no processo de aprovação de produtos ou serviços: políticas de crédito, ajustes significativos de preços, promoções, campanhas e aspectos relacionados à marca de determinado produto/serviço.

VI. ADEQUAÇÃO AO NOVO MARCO REGULAMENTAR

O Banco Santander assumiu, desde o início, um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Esse marco permite que as entidades possam fazer estimativas internas do capital de que precisam para garantir a solvência em face das ocorrências causadas por diferentes tipos de risco. Devido a esse compromisso, o Banco Santander tem dedicado todos os recursos humanos e materiais necessários para o sucesso da implementação do programa Basileia II. Para esse efeito, foi criada no passado uma equipe Basileia II formada por profissionais qualificados de diferentes áreas do Banco, nomeadamente, Riscos, Tecnologia e Operações, Controladoria, Gestão Financeira, Auditoria Interna - para validar todo o processo, como último nível de controle da entidade - e Negócios - especialmente em relação à integração dos modelos internos na gestão. Além disso, foram formadas equipes de trabalho específicas com o objetivo de garantir a gestão adequada dos aspectos mais complexos da implementação.

Em complementação aos esforços da equipe operacional Basileia II, o envolvimento da Alta Administração do Banco Santander tem sido total desde a primeira hora. Portanto, o Comitê de Gestão e o Conselho de Administração são informados regularmente dos avanços do projeto e das implicações da implementação do Novo Acordo de Capitais para o Banco Santander.

No caso específico do risco de crédito, a implementação do Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulamentar, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão.

O Banco pretende aplicar, nos próximos cinco anos, o modelo avançado baseado em classificação interna (AIRB) do Basileia II em praticamente todas as suas unidades, até que a sua exposição líquida coberta por esse método esteja próxima de 100%.

Dado o perfil de risco médio-baixo que caracteriza as atividades de negócios do Santander, devido ao seu enfoque na banca comercial (pequenas e médias empresas e pessoas físicas), a autorização outorgada pelo Banco de Espanha gerou poupanças consideráveis de acordo com o denominado Pilar I, que estabelece as exigências de capital para a cobertura dos riscos de crédito, de mercado e operacionais. No mesmo sentido, a importante diversificação que caracteriza o perfil do risco e dos negócios do Banco permitirá compensar as exigências adicionais de capital derivadas do processo de autoavaliação de capital (apresentado no Pilar II), que leva em consideração o impacto dos riscos não considerados no Pilar I, além dos benefícios relacionados à diversificação entre riscos, negócios e áreas geográficas.

Além do processo de validação e aprovação de órgãos de supervisão, o Banco Santander deu continuidade, em 2008, ao projeto de implementação gradual das plataformas tecnológicas e dos desenvolvimentos metodológicos necessários que permitirão a implantação dos modelos AIRB ao cálculo de capital regulamentar. Dessa forma, o Banco prevê aplicar os modelos avançados para o cálculo do capital regulamentar exigido nas suas unidades de negócio no Brasil em 2013, após obter a necessária aprovação das autoridades supervisoras.

Em relação aos restantes riscos especificamente tratados no Pilar I do Basileia II, o Banco Santander obteve autorização para utilizar o seu modelo interno de risco de mercado em relação às atividades de negociação da tesouraria no Brasil, apesar de a intenção ser estender essa autorização às restantes unidades. Em termos de risco operativo, o Banco decidiu utilizar o método padronizado de cálculo de capital regulamentar, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse fim.

O Pilar II é outra importante linha de ação do Marco Corporativo Basileia II. Além da revisão e do fortalecimento da metodologia de suporte ao modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma de suporte ao Pilar I, de modo que as informações relacionadas ao risco de crédito sejam obtidas nessa fonte quando o Brasil implementar os modelos internos do Pilar 1. O modelo de capital econômico do Banco Santander foi submetido em 2008 a uma profunda revisão por parte de uma equipe internacional de supervisores do CEBS, liderada pelo Banco de Espanha, além da revisão realizada internamente no final de 2008 por equipes de validação interna e de auditoria interna do Banco.

Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por órgãos de supervisão. Uma unidade especializada da própria Entidade, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, concluindo sobre a sua utilidade e efetividade. A unidade deve, igualmente, avaliar se os procedimentos de gestão e controle do risco são adequados à estratégia e ao perfil de risco da Entidade.

Além da conformidade com a exigência regulamentar, a área de Validação Interna serve de suporte fundamental ao Comitê de Risco e aos Comitês de locais no cumprimento de seus deveres de autorização do uso (para efeitos de gestão e regulamentares) e revisão periódica dos modelos, uma vez que a Alta Administração deve assegurar que a Entidade possua procedimentos e sistemas adequados de acompanhamento e controle do risco de crédito.

No Banco Santander a validação interna de modelos inclui os modelos de risco de crédito, de risco de mercado e de precificação de opções, além do modelo de capital econômico. O alcance da validação inclui não apenas os aspectos mais teóricos ou metodológicos, mas também os sistemas tecnológicos e a qualidade dos dados que fornecem, nos quais se apoia o seu efetivo funcionamento e, em geral, todos os aspectos relevantes da gestão avançada do risco (controles, *reporting*, usos, envolvimento da Alta Administração, etc.). Portanto, o objetivo da validação interna é a revisão quantitativa, qualitativa, tecnológica e dos aspectos relacionados à governança corporativa.

A função de validação interna está localizada, no âmbito corporativo, dentro da área de Controle Integrado e Validação Interna de Risco - CIVIR, subordinada diretamente à matriz (terceiro Vice-presidente do Banco e Presidente do Comitê de Risco) em Madri. A função tem caráter global e corporativo a fim de garantir a uniformidade em sua aplicação. A necessidade de validar modelos implementados em treze diferentes unidades sujeitas a nove supervisores locais, conjugando eficácia e eficiência, tornou aconselhável a criação de três centros de validação corporativa localizados em Madri, Londres e São Paulo. Isso facilita a aplicação de uma metodologia corporativa apoiada por uma série de ferramentas desenvolvidas internamente pelo Banco Santander, que proporcionam uma estrutura corporativa robusta para a sua aplicação em todas as unidades do Banco e que automatizam certas verificações para garantir revisões eficientes.

Deve ser enfatizado que a estrutura interna corporativa de validação do Banco Santander é totalmente consistente com os critérios de validação interna de modelos avançados emitidos pelo Banco de Espanha. Assim sendo, o Banco mantém a segregação de funções entre as unidades de validação interna, e auditoria interna que, enquanto última instância de controle do Banco, é responsável pela revisão de metodologias, ferramentas e trabalhos realizados por validação interna e por emitir parecer sobre seu efetivo grau de independência.

VII. CAPITAL ECONÔMICO

Principais objetivos

O surgimento de modelos de capital econômico no mundo financeiro tem como objetivo tratar um problema fundamental do capital regulamentar, Sensibilidade ao Risco - esta é obrigatória e foi definida pelas agências reguladoras de forma uniforme para efeitos de comparação.

Por outro lado, os modelos de capital econômico são essencialmente projetados para gerar estimativas sensíveis ao risco com dois objetivos em mente: mais precisão na gestão de risco e alocação do custo de manutenção do capital regulamentar a diversas unidades da Organização.

Haja vista a importância de se desenvolverem modelos de capital sensíveis ao risco, o Santander Brasil tem envidado todos os esforços para construir um modelo de capital econômico robusto e integrá-lo à gestão do negócio.

Os principais objetivos da estrutura de capital econômico do Santander são os seguintes:

1 - Consolidar o Pilar II e outros riscos que pendem sobre os negócios em um único modelo quantitativo, além de apurar as estimativas de capital estabelecendo correlações entre os diferentes riscos.

2 - Quantificar e monitorar variações em diferentes tipos de risco.

3 - Distribuir o consumo de capital entre as principais carteiras e gerenciar a eficiência do retorno sobre o capital (RoRAC).

4 - Estimar o Valor Econômico Adicionado para cada unidade de negócios a fim de avaliar metas de desempenho e retorno para o acionista. O lucro econômico deve ser superior ao custo de capital do Grupo.

5 - Conformidade com a regulação nos locais onde o Banco atua no processo de revisão do Pilar II por órgãos supervisores.

O modelo

No cálculo do capital econômico, o Banco tem de decidir os níveis de perdas que deseja cobrir. Isso é definido pelo nível de confiança que deseja para garantir a continuidade do negócio. O nível de confiança adotado pelo Santander é de 99,97%, claramente superior aos 99,90% exigidos pelo Basileia II. Isso basicamente significa que o Santander assume uma eventual inadimplência de 0,03%, três vezes menor que o 0,1% proposto pelo Basileia II.

Em virtude do seu prudente modelo de capital econômico, o Santander atende aos critérios do *rating* global AA.

Perfil de risco no Brasil

O perfil de risco no Brasil é distribuído pelos seguintes tipos de riscos:

Riscos	Capital Econômico
Crédito	73,6%
Negócio	8,5%
Excelência	7,5%
ALM	6,4%
Mercado	4,0%
	100,0%

A atividade de Crédito, que em março de 2009 exigia 73,5% do capital econômico do Brasil, continuou sendo a principal fonte de risco, seguida pelos Riscos de Negócio e Operacional. O primeiro tem fatores Beta bastante conservadores aplicados às Despesas Gerais do Negócio e o último recorre ao Método Padronizado. Por conseguinte, aplica os fatores Beta à Receita Bruta, sendo considerado bastante conservador para um país com *spreads* tão elevados.

Riscos	Dezembro de 2007	Junho de 2007	Dezembro de 2008	Junho de 2008
Crédito	73,3%	74,0%	73,7%	73,1%
Negócio	9,3%	9,4%	10,3%	8,5%
Operacional	8,4%	8,5%	7,0%	7,5%
ALM	7,2%	6,5%	7,2%	6,7%
Mercado	1,8%	1,6%	1,8%	4,2%
	100,0%	**100,0%**	**100,0%**	**100,0%**
	9,5	**10,6**	**9,6**	**9,2**

(*) O modelo de Capital Econômico não inclui o Banco Real nas estimativas para dezembro de 2007 e junho de 2008. Foi utilizada uma procuração para incluir ambos os bancos nas estimativas.

(**) Para junho de 2009 foi utilizada uma provisão.

O RoRAC (retorno ajustado pelo risco) do Brasil foi de 23,5%.

O Santander Brasil avalia periodicamente o nível e a evolução da criação de valor (EVA) das principais unidades de negócios. O EVA é o lucro gerado sobre o custo do capital utilizado e é calculado utilizando a seguinte fórmula:

EVA = RoRAC - Custo de Capital.

RoRAC = Lucro Econômico/Capital Econômico.

O lucro econômico é obtido fazendo os ajustes necessários ao lucro líquido. O custo de capital, que é a remuneração mínima exigida pelos acionistas, pode ser calculado de maneira objetiva adicionando ao retorno sem risco (títulos alemães) o prêmio que o acionista exige por investir no Santander Brasil. Esse prêmio dependerá essencialmente da maior ou menor volatilidade na cotação das ações do Banco em relação ao desempenho do mercado. O custo de capital calculado para 2009 é de 10,53%. É importante mencionar que esse é o custo global. O custo de capital no Brasil é mais elevado, sobretudo devido ao retorno sem risco.

O Santander também faz o planejamento do capital com o principal objetivo de obter projeções futuras de capital econômico e regulamentar. As previsões obtidas para o Grupo são incorporadas aos diferentes cenários de forma coerente, incluindo seus objetivos estratégicos (crescimento orgânico, M&A, índice de *pay-out*, créditos, etc.). São identificadas estratégias possíveis de gestão de capital que permitam otimizar a solvência e o retorno do Banco.

Apesar de as estimativas de capital econômico gerarem valores conservadores, o Santander encontra-se em uma posição muito confortável. O Banco tem 18% mais capital que o capital econômico exigido. No que concerne ao capital regulamentar, o Banco tem 33% mais capital.

RoRAC

O Grupo Santander tem utilizado o RoRAC desde 1993, com os seguintes objetivos:

1 - Analisar e definir um preço mínimo para operações (admissões) e clientes (monitoramento).

2 - Estimar o consumo de capital de cada cliente, grupos econômicos, carteira ou segmento de negócio, a fim de otimizar a alocação do capital econômico, maximizando a eficiência do Banco.

3 - Calcular o nível de provisões correspondentes aos prejuízos médios esperados.

Para se avaliar cada operação, o cálculo do capital econômico leva em consideração algumas variáveis utilizadas no cálculo dos prejuízos esperados e imprevistos.

Entre essas varáveis temos:

1 - *Rating* de contraparte.

2 - Vencimento.

3 - Garantias.

4 - Natureza do financiamento.

O retorno sobre o capital é determinado pelo custo de capital. Para criar valor para os acionistas, o retorno mínimo da operação deve ser superior ao custo de capital do Santander. Uma operação que não consegue cobrir o custo de capital não é aprovada.

VIII. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Do ponto de vista regulamentar, o Banco Santander tem a sua gestão de riscos focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do BACEN e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do BACEN. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação, e a carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco e de seus eventuais *hedges*. Por conseguinte, com base na natureza das atividades do Banco, a análise de sensibilidade foi integralmente aplicada à carteira de negociação, haja vista que se trata de carteira que representa as exposições que podem afetar as receitas do Banco.

O quadro-resumo apresentado abaixo sintetiza valores de *stress* gerados pelos sistemas corporativos do Banco, referentes à carteira de negociação, para cada um dos cenários nas datas especificadas, e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e das atividades do Banco.

Sensibilidade da Carteira de Negociação do Grupo Santander Brasil

Em milhares de reais

Dezembro de 2007

Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	(12.794)	(42.669)	(128.073)
Cupom de Outras Moedas	2.745	27.454	137.272
Taxa Pré (Reais)	(4.969)	(49.691)	(248.455)
Ações e Índices	11.867	29.669	59.337
Inflação	(7.129)	(71.289)	(356.445)
Outros	(1.553)	(15.535)	(77.674)
TOTAL	**(11.832)**	**(122.060)**	**(614.039)**

Dezembro de 2008

Fator de Risco	Cenário 1	Cenário 2	Cenário 3
Cupom de Dólar Americano	(1.092)	14.279	96.598
Cupom de Outras Moedas	(1.198)	(11.981)	(59.903)
Taxa Pré (Reais)	(3.354)	(33.536)	(167.681)
Ações e Índices	3.812	9.529	19.058
Inflação	(1.809)	(18.086)	(90.431)
Outros	(3.609)	(36.091)	(180.455)
TOTAL	**(7.250)**	**(75.886)**	**(382.814)**

Nota: Os valores de 2007 não incluem os valores do Banco Real.

Os cenários 2 e 3 consideram as situações de deterioração previstas na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, tidas como de baixa probabilidade. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos negativos.

Cenário 1: habitualmente informado em nossos relatórios diários, correspondendo a um choque de 10 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 10% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 10 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 100 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 500 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de Dólar Norte-americano: todos os produtos com variações de preço atreladas a variações da moeda norte-americana e da taxa de juros em dólar norte-americano.

Cupom de Outras Moedas: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da qualquer moeda que não o dólar norte-americano e da taxa de juros em dólar norte-americano.

Taxa Pré (Reais): todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em reais.

Ações e Índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações anteriores.

45. Transição para as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS)

As políticas contábeis do Banco foram alteradas em 1º de janeiro de 2007 com o objetivo de atender às normas internacionais de contabilidade (IFRS). A transição para o IFRS é contabilizada de acordo com o IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, e 1º de janeiro de 2007 foi escolhida como "data da transição". As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a conciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas a seguir. O Banco elaborou seu balanço inicial em 1º de janeiro de 2007 por meio da aplicação das regras e políticas contábeis e das bases de mensuração descritas na nota nº 2, com exceção da seguinte isenção, conforme permitido pelo IFRS e descrito a seguir:

- Combinações de empresas

  O Banco não aplicou o IFRS 3 retroativamente a combinações de empresas ocorridas antes de 1º de janeiro de 2007, data de transição. Ao decidir não aplicar o IFRS 3 retroativamente:

  - Reconhecemos todos os ativos e passivos relativos a combinações de empresas na data de transição que foram adquiridos ou assumidos em uma combinação de empresas anterior, exceto aqueles que não se qualificariam como um ativo ou passivo segundo o IFRS.

  - Empregamos o valor contábil segundo o BR GAAP de ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de empresas com base em seu custo estimado segundo o IFRS naquela data.

  - Empregamos o valor contábil do ágio na demonstração de posição financeira de abertura do IFRS com base no seu valor contábil segundo o GAAP anterior na data de transição para o IFRS, sem nenhum ajuste para amortizações prévias ou outros itens.

  - Calculamos a participação não controladora e o imposto diferido seguindo o cálculo de outros ativos e passivos. Portanto, os ajustes acima para ativos e passivos reconhecidos afetam as participações não controladoras e o imposto diferido.

- Valor de mercado ou reavaliação como custo presumido

  O Banco decidiu usar o valor contábil segundo o BR GAAP como custo presumido para ativos tangíveis.

- Redesignação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos

  O Banco designou certos investimentos em títulos de dívida e instrumentos de capital como "disponíveis para venda" e determinados empréstimos, financiamentos e depósitos ao "valor de mercado no resultado" na data da transição.

- Pagamento baseado em ações

  O Banco decidiu aplicar o IFRS 2 para os passivos resultantes de pagamentos baseados em ações que foram liquidados antes da data de transição para o IFRS.

A transição para o IFRS resultou nas seguintes mudanças nas políticas contábeis:

a) Reclassificação de instrumentos financeiros para a categoria disponíveis para venda:

Segundo o BR GAAP, o Banco contabiliza determinados investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo histórico. Segundo o IFRS, o Banco classificou esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor de mercado com as alterações reconhecidas em "Outros resultados abrangentes", dentro do escopo do IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo".

b) Perda de valor recuperável de empréstimos e financiamentos:

Segundo o IFRS, com base na orientação fornecida pelo IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo", o Banco estima a provisão para perdas sobre crédito com base no histórico de perda de valor recuperável e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação, conforme discutido na nota nº 2.g. Tais critérios diferem, em determinados aspectos, dos critérios adotados segundo o BR GAAP, que usa determinados limites regulamentares definidos pelo BACEN para fins do cálculo da provisão para perdas sobre crédito.

c) Avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial:

Segundo o BR GAAP, investimentos em determinadas ações de outras empresas são contabilizados ao custo, uma vez que, segundo esses princípios contábeis, não atendem aos critérios necessários para que possam ser contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Tais critérios incluem participação de no mínimo 10% e a relevância do investimento na coligada em relação ao patrimônio líquido da investida. Segundo o IFRS, de acordo com o IAS 28 "Investimentos em Coligadas", um investimento em uma coligada na qual o investidor exerça influência significativa, mesmo que a participação seja inferior a 20%, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com a Resolução nº 3.619 do Conselho Monetário Nacional, o BR GAAP foi alterado para possibilitar a convergência à referida norma internacional, estando em vigor a partir de dezembro de 2008.

d) Perda de valor recuperável de ativos tangíveis:

Segundo o BR GAAP, as perdas de valor recuperável de determinados ativos tangíveis relativos às agências do Banco foram reconhecidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, como resultado da adoção do pronunciamento técnico CPC 01, "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". O CPC 01 alterou a metodologia usada no BR GAAP para permitir a convergência para o IFRS (IAS 36, "Redução do Valor Recuperável de Ativos"). Antes da emissão do CPC 01, o Banco agrupava determinados ativos de agências ao avaliar sua recuperabilidade. Segundo o IFRS, o Banco avalia esses ativos em relação às perdas de valor recuperável para cada uma das agências, de acordo com o IAS 36 "Redução do Valor Recuperável de Ativos". Esta diferença impactou apenas no balanço patrimonial do Banco de 1º de janeiro de 2007 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, uma vez que as políticas contábeis convergiram durante o exercício de 2008.

e) Taxa de desconto de planos de previdência privada:

Segundo o BR GAAP, a taxa de desconto usada para obrigações com benefícios previdenciários reflete a taxa nominal de juros. Segundo o IFRS, em consonância com o IAS 19 "Benefícios a empregados", a taxa usada para trazer a valor presente as obrigações de benefícios pós-emprego foi definida tendo por referência as taxas de remuneração de mercado de títulos de dívida de alta qualidade no encerramento do período cujos resultados estiverem sendo divulgados.

f) Impostos sobre a renda:

O imposto de renda diferido foi contabilizado sobre as diferenças entre o BR GAAP e o IFRS quando aplicável. Além disso, segundo o BR GAAP, o Banco classifica o PIS e a COFINS como despesas operacionais. Segundo o IFRS, conforme descrito na nota nº 2.x, o PIS e a COFINS são considerados componentes da base de lucro (líquidos de determinadas receitas e despesas). Por isso, e em conformidade com o IAS 12, são classificados como impostos sobre a renda.

g) Classificação de instrumentos financeiros a valor de mercado através do resultado:

Segundo o BR GAAP, todos os empréstimos, financiamentos e depósitos são contabilizados ao custo amortizado. Segundo o IFRS, o Banco classificou determinados empréstimos, financiamentos e depósitos como sendo a "valor valor justo através do resultado", em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração". O Banco selecionou essa base de classificação já que ela elimina um descasamento contábil no reconhecimento de receitas e despesas.

h) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e custos inerentes à originação das operações, segundo o método da taxa de juros efetiva:

De acordo com o IAS 18 – Receiras e o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias e comissões que constituam parte integrante da taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, devem ser reconhecidas ao resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados. Por este mesmo critério devem ser reconhecidos os custos inerentes que estiverem diretamente atrelados à originação destas operações, desde que possam ser mensurados de forma confiável

i) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BR GAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de dez anos. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de determinação da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável, comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil.

j) Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira:

Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo", contratos a termo em moeda estrangeira são instrumentos financeiros derivativos, devendo por conseqüência serem marcados a mercado através do resultado. Segundo as normas contábeis do Banco Central do Brasil, tais operações são caracterizadas como operações de câmbio, sofrendo valoração apenas em função da mudança na taxa em moeda estrangeira a que o ativo está atrelado.

k) Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros:

Segundo o IFRS, o Banco estimou o impacto da contabilização de provisão para ativos financeiros, que difere, em determinados aspectos, dos critérios adotados segundo o BR GAAP.

l) Ajustes do preço de compra - amortização:

Como parte da alocação do preço de compra, seguindo as exigências do IFRS 3, o Banco reavaliou seus ativos e passivos a valor de mercado, mensurando inclusive ativos intangíveis identificáveis com vida útil definida não recolhidos contabilmente na adquirida. Segundo o BR GAAP, em uma combinação de negócios, os ativos e passivos da adquirida não são reavaliados a seus respectivos valores de mercado. Assim, este ajuste diz respeito aos seguintes itens:

- Amortização relativa ao aumento no valor dos ativos na carteira de empréstimos em relação a seu valor contábil: tendo em vista que o valor dos empréstimos foi ajustado a valor de mercado, isto gera um ajuste na curva de remuneração dos respectivos empréstimos em comparação com o seu valor nominal. Tal diferença deve ser reconhecida ao resultado a medida que estes ativos cheguem ao vencimento ou em decorrência de realização do mesmo.

- Amortização dos ativos intangíveis identificados com vida útil definida de acordo com a vida útil estimada desses ativos (superior a dez anos).

a) Balanço patrimonial consolidado: conciliação em 1º de janeiro de 2007 - ativo, passivo e patrimônio líquido

		Milhares de reais		
	Nota explicativa	Saldo final BR GAAP	Efeito da transição para IFRS	Saldo inicial IFRS
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		6.925.715	-	6.925.715
Ativos financeiros para negociação		22.993.500	-	22.993.500
Ativos financeiros disponíveis para venda	a	16.748.178	2.144.465	18.892.643
Empréstimos e financiamentos	b, h	43.352.560	(143.948)	43.208.612
Ativos não correntes para venda		32.000	-	32.000
Participações em coligadas	c	36.997	11.685	48.682
Ativo tangível	d	1.082.429	(21.357)	1.061.072
Ativo intangível		1.136.083	-	1.136.083
Créditos tributários	f	4.067.159	145.741	4.212.900
Correntes		397.280	-	397.280
Diferidos	f	3.669.879	145.741	3.815.620
Outros ativos		509.465	-	509.465
TOTAL DO ATIVO		**96.884.086**	**2.136.586**	**99.020.672**
Passivos financeiros para negociação		2.317.525	-	2.317.525
Passivos financeiros ao custo amortizado		77.096.849	-	77.096.849
Provisões	e	7.968.284	263.346	8.231.630
Passivos fiscais	f	536.436	792.118	1.265.554
Correntes		80.363	-	80.363
Diferidos	f	456.073	792.118	1.185.191
Outras obrigações		989.324	-	989.324
TOTAL DO PASSIVO		**89.908.418**	**992.464**	**89.900.882**
Patrimônio líquido		7.844.144	(308.240)	7.535.904
Participações dos acionistas minoritários		57	-	57
Ajustes ao valor de mercado	a	131.467	1.452.362	1.583.829
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**7.975.668**	**1.144.122**	**9.119.790**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**96.884.086**	**2.136.586**	**99.902.672**

	Milhares de reais	
	Nota explicativa	1º de janeiro de 2007
Patrimônio líquido atribuído ao Banco em BR GAAP		**7.975.668**
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:		
Taxa de desconto de planos de previdência privada	e	(173.808)
Reclassificação de instrumentos financeiros para a categoria disponíveis para venda	a	1.405.072
Perda de valor recuperável de empréstimos e financiamentos	b	(236.940)
Avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial	c	11.685
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos pelo método "taxa de juros efetiva"	h	141.934
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	d	(14.096)
Outros		10.218
Patrimônio líquido atribuível ao Banco em IFRS		**9.119.733**
Participações minoritárias em IFRS		57
Patrimônio líquido (incluindo participações minoritárias) em IFRS		**9.119.790**

b) Balanço patrimonial consolidado: conciliação em 31 de dezembro de 2007 - ativo, passivo e patrimônio líquido

	Nota explicativa	Milhares de reais		
		Saldo final BR GAAP	Efeito da transição para IFRS	Saldo final IFRS
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		22.276.565	376	22.276.941
Ativos financeiros para negociação		12.292.501	-	12.292.501
Outros ativos ao valor justo através do resultado	g	-	1.647.806	1.647.806
Ativos financeiros disponíveis para venda	a	7.735.987	1.567.470	9.303.457
Empréstimos e financiamentos	b, h	56.556.786	(1.522.526)	55.034.260
Ativos não correntes para venda		32.000	-	32.000
Participações em coligadas	c	43.862	10.703	54.565
Ativo tangível	d	1.128.849	(17.879)	1.110.970
Ativo intangível		1.799.182	-	1.799.182
Créditos tributários	f	3.986.146	237.057	4.223.203
Correntes		149.998	-	149.998
Diferidos	f	3.836.148	237.057	4.073.205
Outros ativos		544.348	-	544.348
TOTAL DO ATIVO		**106.396.226**	**1.923.007**	**108.319.233**
Passivos financeiros para negociação		4.650.305	-	4.650.305
Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado	g	-	690.285	690.285
Passivos financeiros ao custo amortizado	g	85.485.210	(704.297)	84.780.913
Provisões	e	4.534.033	282.288	4.816.321
Passivos fiscais	f	1.008.040	710.801	1.718.841
Correntes		266.201	-	266.201
Diferidos	f	741.839	710.801	1.452.640
Outras obrigações		1.453.988	-	1.453.988
TOTAL DO PASSIVO		**97.131.576**	**979.077**	**98.110.653**
Patrimônio líquido		8.922.155	(250.676)	8.671.479
Participações dos acionistas minoritários		57	-	57
Ajustes ao valor de mercado	a	342.438	1.194.606	1.537.044
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**9.264.650**	**943.930**	**10.208.580**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**106.396.226**	**1.923.007**	**108.319.233**

c) Demonstração consolidada do resultado de 2007

	Nota explicativa	Milhares de reais		
		Saldo final BR GAAP	Efeito da transição para IFRS	Saldo inicial IFRS
Receitas da intermediação financeira	h	**6.014.004**	**181.282**	**6.195.286**
Resultado de operações com títulos e valores mobiliários		36.387	-	36.387
Avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial		6.865	(981)	5.884
Receitas de taxas e comissões		3.363.518	-	3.363.518
Despesas com tarifas e comissões		(265.546)	-	(265.546)
Resultado de ativos e passivos financeiros (líquido)	g	1.475.140	41.524	1.516.664
Diferenças cambiais (líquidas)		381.587	-	381.587
Outras receitas (despesas) operacionais	h	225.859	(92.935)	132.924
Resultado bruto da intermediação financeira		**11.237.814**	**128.890**	**11.366.704**
Despesas administrativas	h	(4.472.142)	11.925	(4.460.217)
Depreciações e amortizações		(581.841)	2.095	(579.746)
Provisões (líquidas)	e	(1.177.192)	(19.220)	(1.196.412)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	b	(2.121.437)	(38.000)	(2.159.437)
Perdas com outros ativos (líquidas)		(299.693)	1.611	(298.082)
Resultado da alienação de ativos não classificados como ativos não circulantes disponíveis para venda		861	-	861
Resultado da alienação de ativos não circulantes destinados para venda como operações descontinuadas		13.470	-	13.470
Resultado antes da tributação sobre o lucro		**2.599.840**	**87.301**	**2.687.141**
Imposto de renda	f	(754.444)	(29.698)	(784.142)
Lucro líquido consolidado do exercício		**1.845.396**	**57.603**	**1.902.999**
Lucro atribuído aos acionistas minoritários		-	-	-
Lucro atribuído à Controladora		**1.845.396**	**57.603**	**1.902.999**

A conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do Banco entre o BR GAAP e o IFRS encontra-se na nota nº 46.

46. Informações suplementares - conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido do Banco (não exigida pelo IFRS para o exercício findo em 31 de dezembro de 2008)

De acordo com a Instrução CVM nº 457, de 13 de julho de 2007, apresentamos a seguir a conciliação do patrimônio líquido e do lucro líquido atribuído à Controladora entre as práticas contábeis adotadas no Brasil e o IFRS, nos períodos apresentados a seguir:

	Nota explicativa	Milhares de reais	
		2008	2007
Patrimônio líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		48.756.557	9.264.593
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:			
Taxa de desconto de planos de previdência privada	45.e	(179.343)	(186.309)
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	45.g	43.675	9.660
Reclassificação de instrumentos financeiros para disponíveis para venda	45.a	552.854	1.168.967
Perda de valor recuperável de empréstimos e financiamentos	45.b	(234.300)	(262.020)
Avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial	45.c	(5.970)	10,927
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos pelo método de taxa de juros efetiva	45.h	174.116	213.832
Reversão da amortização do ágio	45.i	376.766	-
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	45.j	(11.069)	-
Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros	45.k	32.200	-
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	45.d	1.542	(11.790)
Ajuste do preço de compra - amortização	45.l	315.992	-
Outros		8.179	663
Patrimônio líquido atribuível à Controladora em IFRS		**49.831.199**	**10.208.523**
Participações minoritárias em IFRS		5.279	57
Patrimônio líquido (incluindo participações minoritárias) em IFRS		**49.836.478**	**10.208.580**

	Nota explicativa	Milhares de reais	
		2008	2007
Lucro líquido atribuído à Controladora em BR GAAP		1.580.614	1.845.396
Ajustes de IFRS, líquidos de impostos:			
Taxa de desconto de planos de previdência privada	45.e	6.966	12.501
Reclassificação de instrumentos financeiros ao valor justo através do resultado	45.g	34.015	9.660
Reclassificação de instrumentos financeiros para a categoria disponíveis para venda	45.a	49.260	(11.220)
Avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial	45.c	(16.897)	(758)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método "taxa de juros efetiva"	45.h	(39.716)	71.898
Reversão da amortização do ágio	45.i	376.766	-
Perda de valor recuperável de empréstimos e recebíveis	45.b	27.720	(25.080)
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	45.j	(11.069)	-
Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros	45.k	32.200	-
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	45.d	13.332	2.310
Ajuste do preço de compra - amortização	45.l	315.992	-
Outros		8.981	(1.708)
Lucro líquido atribuído à Controladora em IFRS		**2.378.164**	**1.902.999**
Participações minoritárias em IFRS		231	-
Lucro líquido (incluindo participações minoritárias) em IFRS		**2.378.395**	**1.902.999**

47. Eventos subsequentes

Fusão jurídica

Em 14 de abril de 2009, as Diretorias do Banco Real e da Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sudameris DTVM") aprovaram e decidiram submeter à aprovação dos respectivos acionistas o Protocolo e Justificação da Incorporação da Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo Banco ABN AMRO Real S.A.

Nessa mesma data, as Diretorias do Banco Santander e do Banco Real aprovaram e decidiram submeter à aprovação do Conselho de Administração do Santander e dos seus respectivos acionistas a proposta de reestruturação societária nos termos do Protocolo e Justificação da Incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A. pelo Banco Santander S.A. ("Protocolo").

A incorporação da Sudameris DTVM pelo Banco Real e a subsequente incorporação do Banco Real pelo Banco Santander (Incorporações) representam etapas fundamentais no processo de consolidação dos investimentos do Conglomerado Santander no País, com o consequente fortalecimento da sua estrutura operacional e organizacional e a unificação das suas atividades.

A incorporação do Banco Real pelo Banco Santander, uma vez aprovada, permitirá a conclusão do plano de integração operacional, administrativa e tecnológica que vem sendo implementado desde a aquisição do controle do Banco Real ocorrida em julho de 2008 e a incorporação das ações de emissão do Banco Real pelo Banco Santander realizada em agosto de 2008.

A incorporação do Banco Real permitirá ainda: (i) a integração dos negócios e das atividades bancárias em uma única instituição financeira para todos os fins comerciais, financeiros e jurídicos; (ii) a redução de custos administrativos; e (iii) a racionalização e simplificação da estrutura societária do Conglomerado Santander no País.

As Incorporações dar-se-ão por meio das transferências dos acervos líquidos contábeis das Incorporadas para o patrimônio das Incorporadoras, com base nos balanços patrimoniais auditados em 31 de março de 2009. As variações patrimoniais verificadas entre a data-base dos referidos balanços patrimoniais e a da efetivação das Incorporações (data da realização das respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovarem as Incorporações) serão reconhecidas e escrituradas diretamente nas entidades incorporadoras.

Tendo em vista que as Incorporações envolvem sociedades subsidiárias integrais, não haverá, em decorrência das operações: (i) determinação de relação de substituição de ações; (ii) direito de retirada; (iii) aumento de capital do Banco Santander e do Banco Real; e (iv) alteração nos direitos de voto, dividendos ou quaisquer outros direitos patrimoniais ou societários a que atualmente fazem jus as ações de emissão do Banco Santander.

Real Tokio Marine

Conforme previsto no Acordo de Acionistas da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. ("RTMVP"), em razão da mudança de controle societário do Banco Real para o Santander, a AAB Dois Par exerceu o direito à compra da participação remanescente na RTMVP, direito este transferido ao Banco Santander no dia 21 de janeiro de 2009. Em Reunião do Conselho de Administração de 19 de março de 2009, foi autorizada a alienação dos seguintes investimentos: 50% de participação adquirida no capital social da RTMVP e 100% de participação no capital social da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. para a Santander Seguros S.A., pelo valor total de R$1.495 milhões, gerando um ganho líquido de R$45 milhões registrado em "Resultado não operacional". Na Assembleia Geral Extraordinária da RTMVP, de março de 2009, foi aprovada a alteração da denominação social para Real Seguros Vida e Previdência S.A.

Investimentos

De acordo com a Oferta Pública anunciada em 25 de junho de 2009, o Banco Santander e outros acionistas venderam parte de sua participação no capital da Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet. A Oferta Pública foi concluída em 3 de julho de 2009 com a venda de ações adicionais oferecidas pelos acionistas.

O Banco Santander vendeu o equivalente a 7,67% do total de ações ordinárias emitidas pela Visanet, com um lucro líquido de aproximadamente R$1,3 bilhão.

APÊNDICE I - CONTROLADAS DO BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.

Participações diretas e indiretas controladas pelo Banco Santander (Brasil) S.A.	Atividade	Participação Direta	Participação Indireta	31/12/08 Patrimônio líquido	31/12/08 Lucro líquido (prejuízo)
Banco ABN AMRO Real S.A.	Banco	100,00%	100,00%	11.857.754	869.747
ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Cartões de crédito	98,46%	100,00%	968.146	42.395
Santander Investimentos em Participações S.A.	Holding	97,62%	100,00%	967.656	159.418
Santander Brasil Arrendamento Mercantil S.A.	Leasing	99,99%	99,99%	525.885	45.784
ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.	Holding	100,00%	100,00%	338.715	204.059
Santander S.A. Corretora de Câmbio e Títulos	Corretora	99,99%	100,00%	193.731	41.200
Santander Asset Management Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários Ltda.	Asset manager	99,99%	100,00%	103.865	40.113
Santander Administradora de Consórcios Ltda.	Consórcio	99,99%	100,00%	3.637	166
Santander Brasil S.A. Corretora de Títulos e Valores Mobiliários	Corretora	99,99%	100,00%	1.016	8.588
Controladas pelo Banco ABN AMRO Real S.A.					
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	Leasing	-	99,99%	9.567.234	599.414
Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE	Banco	-	100,00%	3.669.198	238.695
Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	Distribuidora	-	100,00%	2.136.056	187.772
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	Banco	-	99,80%	2.011.478	186.083
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financeira	-	100,00%	622.942	(108.091)
ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.	Leasing	-	99,99%	587.277	27.779
Real Corretora de Seguros S.A.	Corretora	-	100,00%	77.102	59.729
Companhia Real Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	Distribuidora	-	100,00%	76.142	430
ABN AMRO Securities (Brasil) Corretora de Valores Mobiliários S.A.	Corretora	-	100,00%	62.852	(1.015)
ABN AMRO Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	-	100,00%	54.451	30.803
ABN AMRO Real Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários	Corretora	-	100,00%	47.132	47.132
Webmotors S.A.	Outras atividades	-	100,00%	38.831	16.003
REB Empreendimentos e Administradora de Bens S.A.	Holding	-	100,00%	36.873	23.932
Real Microcrédito S.A.	Microcrédito	-	100,00%	6.563	2.853
ABN AMRO Advisory Services S.A.	Outras atividades	-	100,00%	1.710	466
Real Argentina S.A.	Outras atividades	-	98,99%	259	(132)
Controladas pela ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.					
Real Capitalização S.A.	Capitalização	-	100,00%	90.374	70.394
Controladas pela ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.					
Credicenter Empreendimentos e Promoções Ltda.	Outras atividades	-	100,00%	305.316	31.192
Cruzeiro Factoring Sociedade de Fomento Comercial Ltda.	Factoring	-	100,00%	124.516	8.509
ABN AMRO Brasil Participações e Investimentos S.A.	Holding	-	99,99%	15.814	(656)
Real CHP S.A.	Holding	-	92,78%	4.618	4.289
Controladas pela Santander Investimentos em Participações S.A.					
Santander S.A. Serviços Técnicos, Administrativos e de Corretagem de Seguros	Corretagem de seguros	-	99,99%	55.251	29.271
Agropecuária Tapirapé S.A.	Outras atividades	-	99,07%	6.442	427
Brazil Foreign Diversified Payment Rights Finance Company	Securitizadora	-	(a)	-	-

(a) Companhia sobre a qual há controle efetivo.

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Demonstrações financeiras combinadas do Banco ABN AMRO Real S.A. e da ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. relativas ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2007 e para o período de 1° de janeiro a 29 de agosto de 2008 e 2007 e parecer dos Auditores Independentes

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
#00013978
RB0985.DOC

Banco ABN AMRO Real S.A. e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.

Demonstrações Financeiras Combinadas
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2007 e
Parecer dos Auditores Independentes

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

Deloitte.

Deloitte Touche Tohmatsu
Rua Alexandre Dumas, 1981
04717-906 - São Paulo - SP
Brasil

Tel.: +55 (11) 5186-1000
Fax: +55 (11) 5181-2911
www.deloitte.com.br

PARECER DOS AUDITORES INDEPENDENTES

Aos Administradores e Acionistas do
Banco ABN AMRO Real S.A. e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.
São Paulo - SP

1. Examinamos o balanço patrimonial combinado do Banco ABN AMRO Real S.A. e ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. (coletivamente, "Banco"), levantado em 31 de dezembro de 2007, e as respectivas demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa correspondentes ao exercício findo naquela data e ao período de 1 de janeiro a 29 de agosto de 2008, elaborados de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* – IASB, e sob a responsabilidade da Administração do Banco. Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossos exames.

2. Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas brasileiras de auditoria e compreenderam: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume de transações e os sistemas contábil e de controles internos do Banco; (b) a constatação, com base em testes, das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgados; e (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela Administração do Banco, bem como da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

3. As demonstrações financeiras combinadas não incluem o balanço patrimonial combinado de 29 de agosto de 2008; portanto, as demonstrações financeiras combinadas correspondentes ao período de 1 de janeiro a 29 de agosto de 2008 não constituem um conjunto completo de demonstrações financeiras de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

4. Em nossa opinião, exceto pela omissão do balanço patrimonial combinado de 29 de agosto de 2008, conforme mencionado no parágrafo anterior, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 representam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira combinada do Banco em 31 de dezembro de 2007, e os resultados combinados de suas operações e seus fluxos de caixa combinados correspondentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e ao período de 1 de janeiro a 29 de agosto de 2008, de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB.

5. As práticas contábeis adotadas no Brasil diferem, em certos aspectos, das Normas Internacionais de Contabilidade (IFRS) emitidas pelo IASB. As informações relacionadas à natureza e ao efeito dessas diferenças estão apresentadas na Nota 44 às demonstrações financeiras combinadas.

6. As demonstrações combinadas do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa relativas ao período de 1 de janeiro a 29 de agosto de 2007, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes; portanto, não expressamos nenhuma opinião sobre as mesmas.

7. As demonstrações financeiras combinadas do Banco foram elaboradas para fins de cumprimento da Norma 3-05 do Regulamento S-X da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos (SEC) no que diz respeito à declaração de registro do Banco Santander (Brasil) S.A.

São Paulo, 20 de julho de 2009

DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8

Celso de Almeida Moraes
Contador
CRC nº 1 SP 124669/O-9

BANCO ABN AMRO REAL S.A. E ABN AMRO BRASIL DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇO PATRIMONIAL COMBINADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (AUDITADO)

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

ATIVO	Nota	2007	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota	2007
DISPONIBILIDADES E RESERVAS NO BANCO CENTRAL DO BRASIL	**4**	**10.948.839**	PASSIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO		**1.725.441**
			Derivativos	**8**	1.725.441
ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO:		**3.396.133**			
Instrumentos de dívida	**6**	*811.105*	PASSIVOS FINANCEIROS AO CUSTO AMORTIZADO		**90.672.087**
Participações acionárias	**7**	*276.555*	*Depósitos de instituições de crédito*	**16**	26.347.431
Derivativos	**8**	*2.308.473*	*Depósitos de clientes*	**17**	55.365.410
			Captações no mercado aberto	**18**	3.001.419
			Dívidas subordinadas	**19**	1.999.200
OUTROS ATIVOS FINANCEIROS AO VALOR JUSTO NO RESULTADO		**146.636**	*Outros passivos financeiros*	**20**	3.958.627
Instrumentos de dívida	**6**	*146.636*			
			DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO *HEDGE*	**41**	**5.210**
ATIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA		**12.779.024**			
Instrumentos de dívida	**6**	*12.745.782*	PROVISÕES	**21**	**3.443.277**
Participações acionárias	**7**	*33.242*			
			PASSIVOS FISCAIS		**2.128.635**
EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS		**77.309.697**	*Corrente*		1.777.384
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	**5**	*12.786.701*	*Diferido*	**23**	351.251
Empréstimos e adiantamentos a clientes	**9**	*64.522.996*			
			OUTRAS OBRIGAÇÕES	**22**	**1.694.667**
DERIVATIVOS UTILIZADOS COMO *HEDGE*	**41**	**650.959**			
			TOTAL DO PASSIVO		**99.669.317**
ATIVOS NÃO CORRENTES PARA VENDA	**10**	**39.445**			
PARTICIPAÇÕES EM COLIGADAS	**11**	**333.302**	PATRIMÔNIO LÍQUIDO	**26**	**13.093.328**
			Capital social		9.321.445
ATIVO TANGÍVEL	**12**	**1.050.997**	*Reservas*		1.541.519
			Lucro do exercício atribuível à controladora		2.432.279
ATIVO INTANGÍVEL		**1.206.954**	*Menos: Dividendos e remuneração*		(201.915)
Ágio	**13**	*581.736*			
Outros ativos intangíveis	**14**	*625.218*			
			AJUSTE AO VALOR DE MERCADO		**59.337**
CRÉDITOS TRIBUTÁRIOS		**3.980.202**	*Ativos financeiros disponíveis para venda*	**25**	42.496
Corrente		*399.196*	*Hedge de fluxo de caixa*	**25**	16.841
Diferido	**23**	*3.581.006*			
			PARTICIPAÇÕES DOS ACIONISTAS MINORITÁRIOS	**24**	**5.402**
OUTROS ATIVOS	**15**	**985.196**			
			TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13.158.067**
TOTAL DO ATIVO		**112.827.384**	**TOTAL DO PASSIVO E DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO**		**112.827.384**

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras combinadas.

BANCO ABN AMRO REAL S.A. E ABN AMRO BRASIL DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DO RESULTADO
PARA OS PERÍODOS DE 1 DE JANEIRO A 29 DE AGOSTO DE 2008 (AUDITADO)
E DE 2007 (NÃO AUDITADO) E
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (AUDITADO)

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

		(Débito) Crédito		
		Períodos de oito meses findos em		Exercício findo em
	Nota	29 de agosto de 2008 (Auditado)	29 de agosto de 2007 (Não Auditado)	2007 (Auditado)
Receitas com juros e similares	29	14.007.275	12.075.268	19.070.079
Despesas com juros e similares	30	(6.552.666)	(5.210.714)	(7.800.333)
RECEITAS (DESPESAS) FINANCEIRAS		**7.454.609**	**6.864.554**	**11.269.746**
Resultado de renda variável	31	2.464	13.292	18.449
Resultado de equivalência patrimonial	11	193.239	136.718	182.608
Receita de tarifas e comissões	32	2039.795	1.634.942	2.524.909
Despesas de taxas e comissões	33	(427.667)	(479.410)	(762.207)
Ganhos/perdas com ativos e passivos financeiros (líquido)	34	798.084	869.798	1.744.429
Mantidos para negociação		520.851	169.523	292.182
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado		(17.488)	(14.738)	24.271
Instrumentos financeiros não determinados pelo valor justo no resultado		69.892	503.820	1.054.123
Outros		224.829	211.193	373.853
Diferenças cambiais (líquido)	35	(215.556)	(153.297)	(178.831)
Outras receitas (despesas) operacionais	36	(17.078)	(145.790)	(286.799)
TOTAL DE RECEITAS		**9.827.890**	**8.740.807**	**14.512.304**
Despesas administrativas		(4.346.786)	(3.759.526)	(6.227.064)
Despesas de pessoal	37	(2.125.968)	(1.902.738)	(3.185.141)
Outras despesas administrativas	38	(2.220.818)	(1.856.788)	(3.041.923)
Depreciação e amortização	12 e 14	(288.036)	(210.981)	(339.268)
Provisões (líquido)	21	(472.139)	(302.866)	(928.311)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)		(2.469.696)	(1.837.858)	(2.897.639)
Empréstimos e financiamentos	9	(2.470.175)	(1.838.130)	(2.877.906)
Outros instrumentos financeiros não determinados pelo valor justo no resultado		479	272	(19.733)
Perdas por não-recuperação de outros ativos (líquidas)		(8.117)	(36.122)	(32.796)
Outros valores e bens		(8.117)	(36.122)	(32.796)
Ganhos líquidos na alienação de bens não classificados como ativo não circulante destinado à venda	39	25.681	19.664	28.412
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda	40	12.806	36.221	38.169
LUCRO OPERACIONAL ANTES DA TRIBUTAÇÃO		**2.281.603**	**2.649.339**	**4.153.807**
Impostos sobre a renda	23	(906.943)	(1.114.847)	(1.720.357)
LUCRO DO PERÍODO/EXERCÍCIO		**1.374.660**	**1.534.492**	**2.433.450**
Lucro atribuível à controladora		1.374.271	1.534.027	2.432.279
Lucro atribuível a participações dos acionistas minoritários	24	389	465	1.171

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras combinadas.

BANCO ABN AMRO REAL S.A. E ABN AMRO BRASIL DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE 1 DE JANEIRO A 29 DE AGOSTO DE 2008 (AUDITADO) E DE 2007 (NÃO AUDITADO)
E PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (AUDITADO)

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DE RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS
(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Períodos findos em		Exercício findo em
	29 de agosto de 2008 (Auditado)	29 de agosto de 2007 (Não auditado)	2007 (Auditado)
LUCRO LÍQUIDO COMBINADO DO PERÍODO/EXERCÍCIO	**1.374.660**	**1.534.492**	**2.433.450**
OUTRAS RECEITAS E DESPESAS RECONHECIDAS	**(18.996)**	**(103.860)**	**(87.230)**
Ativos financeiros disponíveis para venda	*(269.118)*	*(184.079)*	*(305.570)*
Hedge de fluxo de caixa	*240.336*	*26.715*	*173.403*
Impostos sobre a renda	*9.786*	*53.504*	*44.937*
RESULTADO RECONHECIDO NO PERÍODO/EXERCÍCIO	**1.355.664**	**1.430.632**	**2.346.220**
Atribuível à controladora	1.355.275	1.430.167	2.345.049
Atribuível às participações minoritárias	389	465	1.171
TOTAL	**1.355.664**	**1.430.632**	**2.346.220**

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras combinadas.

BANCO ABN AMRO REAL S.A. E ABN AMRO BRASIL DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
PARA OS PERÍODOS DE 1 DE JANEIRO A 29 DE AGOSTO DE 2008 (AUDITADO) E DE 2007 (NÃO AUDITADO) E
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (AUDITADO) (continuação)

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Patrimônio líquido								
	Capital social	Reservas	Lucro atribuído à controladora	Dividendos e remuneração	Total do patrimônio líquido	Ajustes ao valor de mercado	Total	Participações de acionistas minoritários	Total do patrimônio líquido
Saldos em 1º de janeiro de 2007	**7.790.934**	**2.517.593**	**-**	**-**	**10.308.527**	**146.567**	**10.455.094**	**4.554**	**10.459.648**
Total de receitas e despesas reconhecidas	-	-	1.534.027	-	1.534.027	(103.860)	1.430.167	465	1.430.632
Dividendos/Remuneração	-	(1.200.063)	-	-	(1.200.063)	-	(1.200.063)	-	(1.200.063)
Aumento de capital	963.827	(609.102)	-	-	354.725	-	354.725	-	354.725
Reduções de capital	(3.243.729)	-	-	-	(3.243.729)	-	(3.243.729)	(339)	(3.244.068)
Reestruturação societária (nota nº 26)	2.134.053	2.433	-	-	2.136.486	-	2.136.486	-	2.136.486
Outros (nota nº 26)	1.564.409	921.621	-	-	2.486.030	-	2.486.030	-	2.486.030
Saldos em 29 de agosto de 2007	**9.209.494**	**1.632.482**	**1.534.027**	**-**	**12.376.003**	**42.707**	**12.418.710**	**4.680**	**12.423.390**
Saldos em 1º de janeiro de 2007	**7.790.934**	**2.517,593**	**-**	**-**	**10.308.527**	**146.567**	**10.455.094**	**4.554**	**10.459.648**
Total de receitas e despesas reconhecidas	-	-	2.432.279	-	2.432.279	(87.230)	2.345.049	1.171	2.346.220
Dividendos/Remuneração	-	(1.335.031)	-	(201.915)	(1.536.946)	-	(1.536.946)	-	(1.536.946)
Aumento de capital	1.075.778	(609.102)	-	-	466.676	-	466.676	-	466.676
Reduções de capital	(3.243.729)	-	-	-	(3.243.729)	-	(3.243.729)	(339)	(3.244.068)
Reestruturação societária (nota nº 26)	2.134.053	2.433	-	-	2.136.486	-	2.136.486	-	2.136.486
Outros (nota nº 26)	1.564.409	965,626	-	-	2.530.035	-	2.530.035	16	2.530.051
Saldos em 31 de dezembro de 2007	**9.321.445**	**1.541.519**	**2.432.279**	**(201.915)**	**13.093.328**	**59.337**	**13.152.665**	**5.402**	**13.158.067**
Total de receitas e despesas reconhecidas	-	-	1.374.271	-	1.374.271	(18.996)	1.355.275	389	1.355.664
Apropriação do lucro do exercício	-	2.432.279	(2.432.279)	-	-	-	-	-	-
Dividendos/Remuneração	-	(640.851)	-	(598.085)	(1.238.936)	-	(1.238.936)	-	(1.238.936)
Aumento de capital	2.876.760	(2.708.794)	-	-	167.966	-	167.966	-	167.966
Transferências	-	-	-	-	-	-	-	(870)	(870)
Outros	28.140	(24.574)	-	-	3.566	-	3,566	(5)	3,561
Saldos em 29 de agosto de 2008	**12.226.345**	**599.579**	**1.374.271**	**(800.000)**	**13.400.195**	**40.341**	**13.440.536**	**4.916**	**13.445.452**

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras combinadas.

BANCO ABN AMRO REAL S.A. E ABN AMRO BRASIL DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES COMBINADAS DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS PERÍODOS DE 1 DE JANEIRO A 29 DE AGOSTO DE 2008 (AUDITADO) E DE 2007 (NÃO AUDITADO) E
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2007 (AUDITADO)

(Valores expressos em milhares de reais - R$)

	Períodos findos em		Exercício findo em
	29 de agosto de 2008 (Auditado)	29 de agosto de 2007 (Não Auditado)	2007 (Auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS			
Lucro líquido combinado do período/exercício	1.374.660	1.543.492	2.433.450
Ajustes ao lucro	1.867.850	1.690.533	3.016.821
Depreciação do ativo tangível	140.381	119.628	184.768
Amortização do ativo intangível	147.655	91.353	154.500
Provisões para empréstimos e financiamentos e provisões (líquidas)	2.941.835	2.140.724	3.825.950
Participação no resultado de equivalência patrimonial	(193.239)	(136.718)	(182.608)
Impostos	(1.168.782)	(524.454)	(965.789)
	3.242.510	**3.225.025**	**5.450.271**
Aumento/decréscimo líquido nos ativos operacionais:	**(21.931.430)**	**(10.978.928)**	**(13.017.282)**
Depósitos compulsórios no Banco Central do Brasil	(1.393.191)	(848.044)	(1.193.979)
Ativos financeiros mantidos para negociação	(2.846.430)	882,023	1.859.105
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	146.636	122.089	124.089
Ativos financeiros disponíveis para venda	(5.904.388)	426.140	2.631.355
Empréstimos e financiamentos	(11.145.377)	(13.710.353)	(18.785.443)
Outros ativos	(788.680)	2.149.217	2.347.591
Aumento/decréscimo líquido nos passivos operacionais:	**17.844.327**	**9.913.553**	**9.304.796**
Passivos financeiros para negociação	(560.944)	102.723	271.448
Passivos financeiros ao custo amortizado	17.080.342	8.419.936	8.008.843
Outros passivos	1.324.929	1.390.894	1.024.505
Total do fluxo de caixa líquido das atividades operacionais (1)	**(844.593)**	**2.159.650**	**1.737.785**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO			
Investimentos	(521.740)	(661.141)	(496.668)
Ativo tangível	(215.822)	(440.855)	(241.982)
Ativo intangível	(305.918)	(220.286)	(254.686)
Alienação de investimentos	112.715	290.859	62.557
Ativo tangível	112.715	290.859	62.557
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de investimento (2)	**(409.025)**	**(370.282)**	**(434.111)**
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO			
Aumento de capital	167.966	(2.889.004)	(2.777.053)
Emissão de dívida subordinada	1.366.579	1.855.446	1.855.446
Emissão de outros passivos exigíveis a longo prazo	105.516	218.124	644.646
Dividendos pagos	(543.759)	(1.124.559)	(1.190.496)
Resgate de outros passivos exigíveis a longo prazo	(62.119)	-	-
Aumento/Decréscimo em participações dos acionistas minoritários	(485)	126	848
Total do fluxo de caixa líquido das atividades de financiamento (3)	**1.033.698**	**(1.939.867)**	**(1.466.609)**
AUMENTO/DECRÉSCIMO LÍQUIDO NAS DISPONIBILIDADES (1+2+3)	**(219.920)**	**(150.499)**	**162.935**
Disponibilidades no início do período/exercício	**1.781.775**	**1.322.397**	**1.322.396**
Disponibilidades no fim do período/exercício	**1.561.855**	**1.171.898**	**1.159.461**
Transações não monetárias			
Empréstimos transferidos para ativos não correntes para venda	27.764	43.881	78.148
Dividendos e juros sobre capital próprio declarados mas não pagos	800.000	-	(201.915)
Reestruturação societária (nota nº 26)	-	2.136.486	2.136.486
Cancelamento de ações (nota nº 26)	-	2.491.079	2.535.100
Informações complementares			
Juros recebidos	14.373.302	12.285.307	18.726.585
Juros pagos	(6.301.118)	(5.562.943)	(8.261.686)
Impostos recolhidos	(1.392.650)	(919.678)	(1.520.656)

As notas explicativas e o Apêndice I são parte integrante destas demonstrações financeiras combinadas.

BANCO ABN AMRO REAL S.A. E ABN AMRO BRASIL DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

Notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas
para o período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 (auditado) e de 2007 (não auditado) e
para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 (auditado)

1. Contexto operacional, apresentação das demonstrações financeiras combinadas e outras informações

a) Contexto operacional

O Banco ABN AMRO Real S.A. e as Empresas ABN AMRO no Brasil operam principalmente através do Banco ABN AMRO Real S.A., entidade constituída como banco múltiplo. O Banco ABN AMRO Real S.A. é a instituição líder do conglomerado financeiro e não financeiro perante o Banco Central do Brasil - BACEN, constituído na forma de sociedade anônima, domiciliado na Avenida Paulista, 1.374, São Paulo, e opera como banco múltiplo, desenvolvendo operações através das carteiras comercial, de câmbio, de investimento, de crédito e financiamento, de crédito imobiliário e de arrendamento mercantil e, através de empresas ligadas, atua também nos mercados de seguros, previdência privada, capitalização, arrendamento mercantil, administração de fundos de terceiros e corretagem de valores mobiliários e de seguros. As operações são conduzidas no contexto de um conjunto de instituições que atuam integradamente no mercado financeiro.

Após a reestruturação societária (incorporação de ações), descrita em detalhes na nota nº 3, o Banco ABN AMRO Real S.A. ("Banco Real") e a ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A. ("AAB Dois Par") e suas respectivas subsidiárias foram integrados no Conglomerado Financeiro e Não Financeiro Santander em 29 agosto de 2008.

b) Apresentação das demonstrações financeiras combinadas

As demonstrações financeiras combinadas ora apresentadas foram elaboradas exclusivamente para fins de cumprimento do Código Americano de Regulamentações Federais - Título 17 - Bolsas de Valores e *Commodities* - Capítulo II - Parte 210.3-05 Demonstrações financeiras de empresas adquiridas ou a serem adquiridas (Norma 3-05 do Regulamento S-X da Comissão de Valores Mobiliários dos Estados Unidos - SEC), no contexto da declaração de registro do Banco Santander (Brasil) S.A.

A esse respeito, a Norma 3-05 do Regulamento S-X requer a preparação e o arquivamento na Comissão Americana de Valores Mobiliários ("SEC") das demonstrações financeiras combinadas das empresas adquiridas (Banco Real e AAB Dois Par), uma vez que ambas as entidades operaram sob controle comum em todos os períodos apresentados.

De acordo com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC"), as demonstrações financeiras são preparadas para o que se denomina "entidade". O termo "entidade" para efeito de elaboração dessas demonstrações financeiras, conforme definido no parágrafo 5 do modelo publicado pelo IFRS, indica que: *"Entidade emitente é a entidade para a qual há usuários que confiam nas demonstrações financeiras como principal fonte de informações financeiras acerca da entidade"*. Portanto, dada a existência de diretores e administração em comum e o fato de que tanto o Banco Real como a AA Dois Par vinham operando como uma única entidade, as entidades/operações combinadas foram consideradas "entidade emitente" para efeito de elaboração dessas demonstrações financeiras combinadas. Assim, foram consideradas as informações financeiras do Banco Real e da AAB Dois Par elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade emitidas pelo IASB, e a combinação considerou todo o processo apropriado de eliminação, consistente com o método de consolidação integral.

Além disso, durante 2007 o Banco ABN AMRO Real S.A. incorporou as entidades ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e BRI-PAR Dois Participações S.A., transação homologada pelo Banco Central do Brasil no dia 9 de abril de 2008. Como essas entidades integram as empresas adquiridas mencionadas na nota nº 3, sua posição financeira e os resultados de suas operações também foram combinados nas demonstrações financeiras ora apresentadas.

Adicionalmente, como estas demonstrações financeiras foram elaboradas exclusivamente para fins de cumprimento da Norma 3-05 do Regulamento S-X, tais demonstrações não incluem o balanço patrimonial e respectivas notas explicativas na data-base 29 de agosto de 2008, o que seria necessário para que o conjunto das demonstrações financeiras fosse considerado completo, de acordo com o IAS 1.

Portanto, exceto quando à falta das informações indicadas, as demonstrações financeiras combinadas foram elaboradas de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* - IASB e as interpretações do Comitê de Interpretações das Normas Internacionais de Contabilidade ("IFRIC").

As demonstrações financeiras combinadas referentes ao período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007 e ao exercício findo em 31 de dezembro de 2007 são as primeiras a serem elaboradas de acordo com o IFRS, sendo 1º de janeiro de 2007 a data da adoção inicial (balanço patrimonial de abertura).

As demonstrações financeiras individuais anteriores do Banco Real e da AAB Dois Par foram elaboradas localmente no Brasil de acordo com as práticas contábeis estabelecidas pela Lei das Sociedades por Ações e as normas do Banco Central do Brasil - BACEN, da Comissão de Valores Mobiliários - CVM, do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP e da Superintendência dos Seguros Privados - SUSEP, doravante coletivamente denominados "GAAP brasileiro" ou "BR GAAP".

A nota nº 44 às demonstrações financeiras combinadas contém a reconciliação dos saldos do balanço patrimonial combinado, transição para o IFRS em 1º de janeiro e 2007, e no final do exercício findo em 31 de dezembro de 2007 e os respectivos resultados combinados para o exercício findo naquela data em BR GAAP com os saldos correspondentes para 2007 determinados de acordo com as normas internacionais de contabilidade (IFRS).

As notas explicativas às demonstrações financeiras combinadas contêm informações complementares às apresentadas no balanço patrimonial combinado, nas demonstrações combinadas do resultado, nas demonstrações combinadas das mutações no patrimônio líquido e nas demonstrações combinadas dos fluxos de caixa. As notas explicativas fornecem de forma clara, relevante e confiável descrições narrativas e detalhes da composição dessas demonstrações financeiras combinadas.

Todas as práticas contábeis e critérios de apuração com efeito material sobre as demonstrações financeiras combinadas foram aplicados em sua elaboração. Todas as práticas contábeis e critérios de apuração relevantes para as demonstrações financeiras combinadas foram aplicados em sua elaboração.

Adoção de novas normas e interpretações

- IFRIC 14 - IAS 19 - Limite sobre Ativos Decorrentes de Planos de Benefício Definidos, Requerimentos Mínimos de Capitalização e sua Correlação: essa interpretação orienta a apuração do valor de eventual excedente de benefícios pós-emprego que poderia ser reconhecido como ativo no balanço patrimonial, como um requisito de financiamento mínimo afeta esse cálculo e quando um requisito de financiamento mínimo pode gerar uma obrigação onerosa que deve ser reconhecida como passivo além do reconhecido nos termos do IAS 19.

- IFRIC 12 - Contratos de Concessão de Serviços: essa interpretação dispõe sobre a contabilidade das operadoras privadas envolvidas na prestação de bens e serviços de infraestrutura do setor público. A adoção dessa interpretação não teve efeito sobre as demonstrações financeiras combinadas.

- Alterações ao IAS 39 e ao IFRS 7: as alterações aprovadas permitem a reclassificação de determinados ativos financeiros - instrumentos de dívida e participações acionárias que atendam a determinadas condições - de ativos financeiros mantidos para negociação para ativos financeiros disponíveis para venda e instrumentos mantidos até o vencimento. Elas não permitem a reclassificação de passivos financeiros, derivativos e ativos financeiros reconhecidos inicialmente pelo valor justo no resultado nem a reclassificação de instrumentos de outras carteiras para a carteira mantida para negociação. Em 2008 e 2007, as Empresas Combinadas não efetuaram nenhuma reclassificação dessa natureza.

- IFRS 8 - Segmentos Operacionais: essa norma substitui o IAS 14 e exige que o valor declarado para cada segmento sirva como medida utilizada internamente e seja comunicada ao responsável operacional para fins de alocação de recursos para esse segmento e para avaliação de seu desempenho.

As demais normas e interpretações que entraram em vigor e foram adotadas pelas Empresas Combinadas em 2008, descritas detalhadamente a seguir, não tiveram impacto relevante sobre as demonstrações financeiras.

Normas e interpretações que entraram em vigor após 29 de agosto de 2008

As Empresas Combinadas ainda não adotaram os seguintes IFRS ou Interpretações novas ou revisadas, que foram emitidas mas entraram em vigor após a data dessas demonstrações financeiras.

- Revisão do IAS 23 - Custos de Empréstimo: as alterações ao IAS 23 eliminam a opção de reconhecer todos os custos de empréstimo imediatamente como despesa. Caso os custos de empréstimo se refiram à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificado, a Norma revisada exige que eles sejam capitalizados como parte do custo do ativo.

- Revisão do IAS 1 - Apresentação das Demonstrações Financeiras: introduz determinadas modificações na apresentação das demonstrações financeiras, inclusive modificações nos títulos de cada demonstração financeira, passando o balanço patrimonial a ser denominado demonstração da posição financeira. A demonstração de mutações do patrimônio líquido só incluirá mutações do patrimônio líquido decorrentes de transações com acionistas agindo como tais. Quanto a mutações com "não acionistas" (por exemplo, transações com terceiros ou receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido), as entidades não podem mais apresentar itens de outro resultado abrangente separadamente nas demonstrações de mutações do patrimônio líquido. Essas movimentações com não acionistas devem ser apresentadas em uma declaração do resultado abrangente e o total transportado para a demonstração de mutações do patrimônio líquido. Todos os itens de receita e despesa (inclusive os reconhecidos fora do resultado) devem ser apresentados em uma única demonstração do resultado abrangente com subtotais ou em duas demonstrações separadas (uma demonstração do resultado e uma demonstração do resultado abrangente). O IAS 1 também introduz novos requisitos de declaração quando a entidade adota uma modificação na prática contábil retrospectivamente, refaz uma demonstração ou reclassifica itens de demonstrações emitidas anteriormente.

- Alteração ao IFRS 2 - Pagamento Baseados em Ações: o objetivo da alteração é basicamente esclarecer a definição de condições de aquisição e o tratamento contábil de cancelamentos pela contraparte em um acordo baseado em ações.

- Alterações ao IAS 32 e IAS 1 - Instrumentos Financeiros com Opção de Venda e Obrigações Decorrentes de Liquidação: as alterações dispõem sobre a classificação de instrumentos financeiros com opção de venda e obrigações decorrentes apenas na liquidação, com o intuito de prever um "acordo de curto prazo e escopo limitado" destinado a evitar resultados da aplicação dos princípios gerais do IAS 32, que eram pouco intuitivos. Após as revisões, os instrumentos financeiros com opção de venda são apresentados como patrimônio líquido, desde que atendam a determinados critérios, tais como serem da classe mais subordinada, e desde que evidenciem um interesse residual no ativo líquido da entidade.

- Alterações ao IFRS 1 e IAS 27 - Custo de Participação em Subsidiária, Entidade sob Controle Conjunto ou Coligada: as alterações referem-se a demonstrações financeiras de uma subsidiária individualmente e, portanto, não se aplica a demonstrações financeiras combinadas. Além disso, essa alteração aplica-se a demonstrações financeiras para períodos anuais com início em 1º de julho de 2009.

- IFRIC 13 - Programas de Fidelização de Clientes: essa interpretação dispõe sobre a contabilidade de entidades que fornecem a seus clientes incentivos para compra de mercadorias ou serviços através de prêmios como parte da transação de venda, tais como os esquemas de recompensa em cartão de crédito.

- Revisão do IFRS 3 - Combinações de Empresas e Alteração ao IAS 27 - Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais: introduzem modificações significativas em diversos aspectos na contabilização de fusões de empresas e são aplicadas apenas prospectivamente. Entre essas modificações destacam-se: os custos de aquisição devem ser lançados ao resultado, em vez de serem reconhecidos como aumento do custo da fusão das empresas; em aquisições por etapas, a adquirente deve recalcular pelo valor justo o investimento detido antes da data da obtenção do controle; e há a opção de calcular pelo valor justo as participações dos acionistas minoritários da adquirida, diferente do atual tratamento único de calculá-las como uma parcela proporcional do valor justo do ativo líquido adquirido.

- Alterações ao IAS 39 - Itens Elegíveis para *Hedge*: essa alteração estabelece que a inflação só pode ser designada como item objeto de *hedge* caso seja uma parcela dos fluxos de caixa especificada contratualmente para ser objeto de *hedge*. Apenas o valor intrínseco, e não o valor a prazo, de uma opção comprada poderá ser utilizado como instrumento de *hedge*.

- IFRIC 15 - Contratos para Construção de Imóveis: esta interpretação esclarece a contabilidade de receitas e despesas associadas a entidades encarregadas da construção de imóveis diretamente ou através de subcontratados.

- IFRIC 16 - *Hedges* de Investimento Líquido em Operação Estrangeira: esta interpretação esclarece as seguintes questões: em primeiro lugar, a exposição a diferenças cambiais entre a moeda funcional da operação estrangeira e a moeda de apresentação da controladora não pode ser designada como risco protegido, e apenas a exposição em moeda estrangeira decorrente da diferença entre a moeda funcional da controladora e a de sua operação estrangeira pode ser contabilizada como *hedge*; em segundo lugar, o instrumento de *hedge* utilizado para proteger o investimento líquido pode ser mantido por qualquer entidade do grupo, não necessariamente pela controladora da operação estrangeira; e, por fim, dispõe sobre como uma entidade deve apurar os valores a serem reclassificados do patrimônio líquido para o resultado tanto para o instrumento de *hedge* como para o item objeto de *hedge* na alienação da operação estrangeira.

- IFRIC 17 - Distribuições de Ativos Não Monetários aos Acionistas: esta interpretação dispõe sobre o tratamento contábil quando uma entidade distribui ativos, exceto caixa, como dividendos para seus acionistas, embora não façam parte do seu escopo distribuições de ativos dentro de um grupo ou entre empresas sob controle conjunto. A interpretação exige que uma entidade calcule o dividendo a ser pago pelo valor justo dos ativos a serem distribuídos e que reconheça qualquer diferença em relação ao valor contábil do ativo no resultado.

- IFRIC 18 - Transferências de Ativos de Clientes: esta interpretação esclarece as exigências do IFRS para contratos em que uma entidade recebe de um cliente um ativo imobilizado que a entidade deve então utilizar para conectar o cliente a uma rede ou para fornecer ao cliente acesso constante a um suprimento de mercadorias ou serviços (tais como o abastecimento de energia elétrica, gás ou água). O princípio básico da IFRIC 18 é que quando um ativo fixo transferido de um cliente se enquadra na definição de ativo nos termos da Estrutura do IASB do ponto de vista do receptor, o receptor deve reconhecer o ativo em suas demonstrações financeiras. Caso o cliente continue a controlar o bem transferido, não se aplica a definição de ativo, mesmo que a propriedade do ativo seja transferida à empresa de utilidade ou a outra entidade receptora.

- As Empresas Combinadas entendem que a adoção das normas e interpretações mencionadas não terá efeito significativo sobre as demonstrações financeiras combinadas como um todo.

c) Estimativas utilizadas

A apuração do patrimônio líquido e dos resultados varia de acordo com as políticas contábeis, a base de avaliação e as estimativas utilizadas pelos diretores das Empresas Combinadas na elaboração das demonstrações financeiras combinadas. Nas demonstrações financeiras combinadas, foram ocasionalmente utilizadas estimativas elaboradas pelos principais executivos das Empresas Combinadas, a fim de quantificar determinados ativos, passivos, receitas, despesas e compromissos ora apresentados.

Essas estimativas referem-se basicamente aos seguintes fatores:

- Avaliação do valor justo de determinados instrumentos financeiros

  O valor justo de um instrumento financeiro é o valor pelo qual ele pode ser comprado ou vendido em uma operação corrente entre partes cientes e dispostas a negociar, conduzida em bases estritamente comerciais. Caso um preço cotado em um mercado ativo esteja disponível para um instrumento, o valor justo é calculado com base nesse preço.

  Caso não haja um preço de mercado disponível para um instrumento financeiro, seu valor justo será estimado com base no preço estipulado em operações recentes envolvendo o mesmo instrumento ou instrumentos similares e, na ausência destes, com base em técnicas de avaliação normalmente usadas pelo mercado financeiro, como segue:

  - Método do valor presente de avaliação de instrumentos financeiros, permitindo *hedging* (principalmente moeda a termo e *swaps*) estático, empréstimos e adiantamentos. Os fluxos de caixa futuros esperados são descontados a valor presente utilizando as curvas de taxas de juros das moedas aplicáveis. Normalmente, as curvas das taxas de juros são dados de mercado observáveis.

  - O modelo *Black-Scholes* de avaliação de instrumentos financeiros requer *hedge* dinâmico (principalmente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados). Determinadas informações observáveis de mercado são usadas no modelo *Black-Scholes* para gerar variáveis, como a diferença entre a oferta de compra e a de venda (*bid-offer spread*), taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado, conforme necessário.

- Tanto o método do valor presente como os modelos *Black-Scholes* são usados para avaliar instrumentos financeiros expostos a riscos de taxas de juros, como contratos de juros futuros, *cap* de juros e *floor* de juros.

- Foram utilizados modelos dinâmicos semelhantes aos usados na avaliação do risco de taxas de juros para calcular o risco de crédito de instrumentos lineares (como títulos de dívida e derivativos de rendimento prefixado).

A metodologia usada para avaliar o valor justo de determinados instrumentos financeiros está descrita em detalhes na nota nº 2.d.).

- Provisão para perdas sobre créditos

Cobrimos perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo levando em conta a experiência histórica de perda de valor recuperável (*impairment*) e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Com essa finalidade, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base da apresentação das demonstrações financeiras, calculadas segundo métodos estatísticos que ainda não tenham sido alocados a operações específicas.

Usamos o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do crédito, usando modelos estatísticos que levam em conta três fatores: "exposição à inadimplência", "probabilidade de inadimplência" e "perda devido à inadimplência", conforme discutido em detalhes na nota nº 2.g).

- Perdas de valor recuperável sobre determinados ativos que não créditos (incluindo ágio e outros ativos intangíveis)

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). Reconhecemos despesas com perda de valor recuperável quando acreditamos haver indício objetivo de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

- Ativos tangíveis são discutidos em detalhes na nota nº 2.k).

- Ativos intangíveis são discutidos em detalhes na nota nº 2.m).

- Outros ativos são discutidos em detalhes na nota nº 2.n).

- Premissas usadas no cálculo atuarial de passivos e compromissos com benefícios previdenciários e outras obrigações.

O Banco oferece planos de previdência na forma de planos de contribuição definida e planos de benefício definido, de acordo com o IAS 19.

A avaliação atuarial depende de uma série de premissas, entre as quais se destacam as seguintes:

- Taxas de juros assumidas.

- Tábuas de mortalidade.

- Índice anual aplicado à revisão de aposentadorias.

- Índice de inflação de preços.

- Índice anual de reajustes salariais.

- Método usado para calcular os compromissos relativos a direitos adquiridos dos funcionários ativos.

Os benefícios dos planos de aposentadoria são discutidos em detalhes na nota nº 2.t).

- Reconhecimento e avaliação de impostos diferidos.

  Conforme explicação na nota nº 2.w), ativos fiscais diferidos são reconhecidos somente em relação a diferenças temporárias, na medida em que se considera provável que as entidades combinadas terão lucros tributáveis futuros em relação aos quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados. Outros ativos tributários diferidos (créditos e prejuízos fiscais a compensar) são reconhecidos apenas caso seja considerado provável que as Empresas Combinadas terão lucro tributável futuro suficiente para que tais créditos possam ser utilizados.

  In accordance with the current regulation, the expected realization of the Combined Companies' tax credits, as shown in Note 23, is based on the projection of future income and technical studies.

  Essas estimativas baseiam-se em expectativas atuais e em estimativas sobre projeções de eventos e tendências futuras, que podem afetar as demonstrações financeiras combinadas. As principais premissas que podem afetar essas estimativas, além das anteriormente mencionadas, dizem respeito aos seguintes fatores:

  - Variações nos montantes depositados, na base de clientes e na inadimplência dos tomadores de crédito.
  - Mudanças nas taxas de juros.
  - Mudanças nos índices de inflação.
  - Regulação governamental e questões fiscais.
  - Processos ou disputas judiciais adversas.
  - Riscos de crédito, de mercado e outros riscos decorrentes das atividades de crédito e investimento.
  - Mudanças nos valores de mercado de títulos brasileiros, especialmente títulos do governo brasileiro.
  - Mudanças nas condições econômicas e comerciais nos âmbitos regional, nacional e internacional.

d) Gestão do capital

As instituições financeiras brasileiras devem cumprir diretrizes semelhantes àquelas do Acordo da Basileia sobre adequação da estrutura de capital baseado em risco. As exigências impostas pelo BACEN diferem das do Acordo da Basileia em certos aspectos. Entre outras diferenças, o BACEN:

- Exige um capital mínimo de 11% contra o capital mínimo de 8% exigido pelo Acordo da Basileia.
- Exige um volume adicional de capital para operações de *swap* de moedas e de taxa de juros extrapatrimoniais (fora do balanço).
- Atribui um peso diferenciado ao risco decorrente de valores de conversão de créditos e certos ativos, incluindo um peso de 300% ao risco sobre ativos fiscais diferidos relacionados com impostos sobre a renda e contribuição social.

De acordo com a Resolução CMN nº 2.099/94, e alterações subsequentes, as instituições financeiras sob controle comum (assim determinado pelo BACEN, através de uma análise caso a caso, de acordo com a legislação brasileira) podem optar por ter seus índices de adequação do capital regulados e reportados em base consolidada/combinada. O Banco Real reportou seu índice de adequação de capital ao BACEN em base consolidada/combinada.

2. Práticas contábeis e critérios de apuração

As práticas contábeis e os critérios de apuração utilizados na elaboração das demonstrações financeiras combinadas foram:

a) Transações em moeda estrangeira

A moeda funcional utilizada para as operações é o Real. Os ativos e passivos que são itens monetários são convertidos por taxas de câmbio no fim do período/exercício, os itens não monetários são calculados pelas taxas de câmbio históricas na data das operações e os saldos da demonstração do resultado são convertidos pelas taxas de câmbio médias do período/exercício.

As diferenças cambiais decorrentes da conversão dos saldos em moeda estrangeira para a moeda funcional são geralmente reconhecidas pelo seu valor líquido como "Diferenças cambiais" na demonstração do resultado, com exceção das diferenças cambiais decorrentes de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado, que são reconhecidas na demonstração do resultado sem distingui-las de outras variações no valor justo e com exceção das diferenças cambiais decorrentes de itens não monetários calculados pelo valor justo no resultado, que são reconhecidas como "Ajuste ao valor de mercado - Diferenças cambiais".

b) Base de consolidação

i. Subsidiárias

Entende-se por "Subsidiárias" as entidades nas quais as Empresas Combinadas têm a possibilidade de exercer controle; essa possibilidade é, em geral, mas nem sempre, presumida quando a controladora detém direta ou indiretamente metade ou mais dos direitos de voto na investida ou, ainda que esse percentual seja inferior ou zero, quando o controle é concedido às Empresas Combinadas, como no caso de acordos com acionistas da investida. Controle é o poder de dirigir as políticas financeiras e operacionais de uma entidade, conforme estipulado por lei, pelo Estatuto ou por acordo, a fim de obter benefícios dessas atividades.

As demonstrações financeiras das subsidiárias são integralmente consolidadas com as das Empresas Combinadas. Assim sendo, todos os saldos e operações entre as entidades consolidadas e combinadas são eliminados na consolidação.

Na aquisição de uma subsidiária, seus ativos, passivos e obrigações legais são reconhecidos pelo valor justo na data da aquisição. Eventuais diferenças positivas entre o custo de aquisição e o valor justo do ativo líquido identificável adquirido são reconhecidas como ágio (veja nota nº 13). Diferenças negativas são debitadas ao resultado na data de aquisição.

Além disso, a participação de terceiros no patrimônio líquido das Empresas Combinadas é apresentada como "Participações dos acionistas minoritários" no balanço patrimonial combinado (vide nota nº 24). Essa participação no lucro do exercício é apresentada como "Lucro atribuível a participações dos acionistas minoritários" na demonstração combinada do resultado.

Os resultados das subsidiárias adquiridas durante o período/exercício são incluídos na demonstração combinada do resultado desde a data de aquisição até o fim do período/exercício. Analogamente, os resultados das subsidiárias alienadas durante o período/exercício são incluídos na demonstração combinada desde o início do exercício até a data da alienação.

O Apêndice I contém informações relevantes a respeito dessas entidades.

ii. Participações em coligadas

Coligadas são entidades nas quais as Empresas Combinadas têm condições de exercer influência significativa, mas não controlar nem ter controle conjunto.

Nas demonstrações financeiras combinadas, as participações em *joint ventures* e coligadas são contabilizadas utilizando o método da equivalência patrimonial, ou seja, pela participação das Empresas Combinadas no ativo líquido investido, depois de considerar os dividendos recebidos dela e outras eliminações patrimoniais, No caso de operações com uma *joint venture* ou coligada, o respectivo resultado é eliminado de acordo com a participação das Empresas Combinadas na *joint venture* ou coligada.

iii. Fusões, aquisições e alienações de empresas

Em 2008 e 2007, as Empresas Combinadas não participaram de nenhuma fusão, aquisição nem alienação significativa de empresas com terceiros. No entanto, participaram de uma reestruturação de empresas sob controle comum, através de um aumento de capital não monetário, detalhado na nota nº 3.

c) Definições e classificação de instrumentos financeiros

i. Definições

"Instrumento financeiro" é qualquer contrato que dê origem a um ativo financeiro para uma empresa e simultaneamente a um passivo financeiro ou participação financeira para outra entidade.

“Participação acionária” é qualquer contrato que represente uma participação residual no ativo da entidade emissora depois de deduzida a totalidade de seu passivo.

“Derivativo financeiro” é o instrumento financeiro cujo valor muda em resposta às mudanças de uma variável de mercado observável (tais como taxa de juros, taxa de câmbio, preço dos instrumentos financeiros, índice de mercado ou *rating* de crédito), no qual o investimento inicial é muito baixo em comparação com outros instrumentos financeiros com resposta similar às mudanças dos fatores de mercado e que geralmente é liquidado em data futura.

“Instrumentos financeiros híbridos” são contratos que incluem simultaneamente um contrato principal não derivativo e um derivativo, conhecido como derivativo embutido, que não pode ser transferido separadamente e tem o efeito de fazer com que parte dos fluxos de caixa do contrato híbrido varie de forma similar a de um derivativo isolado.

As transações a seguir não são tratadas como instrumentos financeiros para fins contábeis:

- Investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto e associadas (vide nota nº 11).

- Direitos e obrigações em função de planos de benefícios para funcionários (vide nota nº 21).

ii. Classificação dos ativos financeiros para fins de mensuração

Os ativos financeiros são classificados inicialmente nas diversas categorias utilizadas para fins de gestão e mensuração, salvo quando é obrigatória sua apresentação como “Ativo não corrente para venda” ou se referem a “Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil”, “Derivativos utilizados para hedge” e “Investimentos”, os quais são contabilizados separadamente.

Os ativos financeiros são incluídos, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Ativos financeiros para negociação (ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os ativos financeiros adquiridos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços e os derivativos financeiros não classificados como instrumentos de *hedge*.

- Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado: essa categoria inclui os ativos financeiros híbridos não mantidos para negociação e totalmente mensurados ao valor justo e os ativos financeiros não mantidos para negociação que são incluídos nessa categoria para obtenção de informações mais relevantes, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração (“descasamentos contábeis”) derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas sobre eles por conta de uma base diferente que tenha sido empregada, seja porque há um grupo de ativos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia formal de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o grupo são fornecidas aos profissionais-chave da Administração das Empresas Combinadas sobre a mesma base.

- Os instrumentos financeiros incluídos nessa categoria (e em “Outros passivos financeiros ao valor justo, no resultado”) estão submetidos, em caráter permanente a um sistema integrado e consistente de mensuração, gestão e controle de riscos e retornos, o qual permite o monitoramento e a identificação de todos os instrumentos financeiros e a verificação da redução efetiva do risco. Os ativos financeiros somente podem ser incluídos nessa categoria na data em que são adquiridos ou originados.

- Ativos financeiros disponíveis para venda: essa categoria inclui os instrumentos de dívida não classificados como “Investimentos mantidos até o vencimento”, “Empréstimos e financiamentos” ou “Ativos financeiros ao valor justo no resultado” e as participações acionárias emitidas por outras entidades que não subsidiárias, associadas e entidades controladas em conjunto, desde que tais instrumentos não tenham sido classificados como “Ativos financeiros mantidos para negociação” ou “Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado”.

- Empréstimos e financiamentos: essa categoria inclui os financiamentos concedidos a terceiros, com base em sua natureza, independentemente do tipo de tomador e da forma de financiamento, incluindo as transações de *leasing* financeiro nas quais as entidades combinadas atuam como arrendadoras.

- As Empresas Combinadas têm, de modo geral, a intenção de manter os empréstimos e créditos que concedem até o vencimento final, os quais, por isso, são apresentados no balanço patrimonial combinado ao custo amortizado (o que inclui os ajustes necessários para refletir as perdas por não-recuperação estimadas).

- Investimentos mantidos até o vencimento: essa categoria inclui os instrumentos de dívida negociados em mercado ativo, com vencimento fixo e pagamentos fixos ou determináveis, que as Empresas Combinadas tenham a intenção e capacidade comprovada de manter até o vencimento.

iii. Classificação dos ativos financeiros para fins de apresentação

Os ativos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial combinado:

- "Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil": saldos de caixa e saldos credores à vista referentes a depósitos no BACEN.

- "Empréstimos e financiamentos": inclui os saldos devedores dos empréstimos concedidos pelas Empresas Combinadas, exceto os representados por títulos, bem como créditos de *leasing* financeiro e outros saldos devedores de natureza financeira em favor das Empresas Combinadas, tais como cheques sacados contra instituições financeiras, saldos credores nas câmaras de compensação e agências de liquidação por transações em bolsa de valores e mercados organizados, bônus pagos à vista, chamados de capital, créditos de tarifas e comissões por garantias financeiras e saldos devedores resultantes de transações não originadas em operações e serviços bancários, tais como cobrança de aluguéis e itens similares.

- "Empréstimos e adiantamentos a clientes": inclui saldos devedores de todos os demais créditos e empréstimos cedidos pelas Empresas Combinadas, exceto os representados por títulos, incluindo operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas.

- "Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito": créditos de qualquer natureza em nome de instituições financeiras.

- "Instrumentos de dívida": bônus e outros títulos que representam dívida para o emissor, rendem juros e são emitidos de forma física ou escritural.

- "Participações acionárias": instrumentos financeiros emitidos por outras entidades, tais como ações, com natureza de participações acionárias para a emissora, exceto investimentos em subsidiárias, entidades controladas em conjunto ou associadas. As quotas de fundos de investimento estão incluídas nesta rubrica.

- "Derivativos": inclui o valor justo em favor das Empresas Combinadas dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting*.

- "Derivativos utilizados para hedge": inclui o valor justo em favor das Empresas Combinadas dos derivativos designados como instrumentos de proteção cambial no *hedge accounting*.

- " Participações em coligadas": inclui os investimentos no capital das associadas.

iv. Classificação dos passivos financeiros para fins de mensuração

Os passivos financeiros são classificados, para fins de mensuração, em uma das seguintes categorias:

- Passivos financeiros para negociação (ao valor justo no resultado): essa categoria inclui os passivos financeiros emitidos para gerar lucro a curto prazo resultante da oscilação de seus preços, os derivativos financeiros considerados não enquadrados no *hedge accounting* e os passivos financeiros resultantes da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda ou emprestados ("posições vendidas").

- Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado: passivos financeiros são incluídos nesta categoria quando há informações mais relevantes obtidas, seja por eliminar ou reduzir significativamente as inconsistências de reconhecimento ou mensuração ("descasamentos contábeis") derivadas da mensuração de ativos ou passivos ou do reconhecimento dos ganhos ou das perdas com eles em bases diversas, seja porque há um grupo de passivos financeiros ou de ativos e passivos financeiros que é gerido e cujo desempenho é avaliado com base no valor justo, de acordo com uma estratégia documentada de gestão de risco ou de investimento, e as informações sobre o grupo são fornecidas aos profissionais-chave da Administração das Empresas Combinadas sobre a mesma base.

- Passivos financeiros ao custo amortizado: passivos financeiros, independentemente de sua forma e vencimento, não incluídos em nenhuma das categorias anteriores e resultantes de atividades de tomada de financiamentos realizadas por instituições de crédito.

v. Classificação dos passivos financeiros para fins de apresentação

Os passivos financeiros são classificados por natureza nas seguintes rubricas do balanço patrimonial combinado:

- Depósitos do BACEN: depósitos de qualquer natureza recebidos do BACEN.

- Depósitos de instituições de crédito: depósitos de qualquer natureza, inclusive operações de crédito e no mercado aberto, recebidos em nome de instituições financeiras.

- Depósitos de clientes: inclui todos os saldos a pagar recebidos à vista pelas Empresas Combinadas, exceto os representados por títulos negociáveis, operações no mercado aberto por meio de contrapartes centralizadas, passivos subordinados e depósitos de bancos centrais e instituições de crédito.

- Captações no mercado aberto: inclui o valor dos bônus e de outras dívidas representadas por títulos negociáveis, exceto passivos subordinados.

- Derivativos: inclui o valor justo com saldo negativo das Empresas Combinadas dos derivativos que não fazem parte do *hedge accounting*.

- Posições vendidas: inclui o valor dos passivos financeiros resultante da venda direta de ativos financeiros comprados mediante compromissos de revenda reversa ou emprestados.

- Dívidas subordinadas: valor dos financiamentos recebidos que, para efeitos de prioridade de pagamento, estão abaixo das dívidas comuns. Essa categoria inclui também os instrumentos financeiros emitidos pelas Empresas Combinadas que, embora constituam ações para fins jurídicos, não satisfazem os requisitos para classificação como ações.

- Outros passivos financeiros: inclui o valor das obrigações de pagamento com natureza de passivos financeiros não incluídas nas demais rubricas e os passivos sujeitos a contratos de garantia financeira, exceto se classificados como duvidosos.

- Derivativos utilizados como *hedge*: inclui o valor justo do passivo das Empresas Combinadas referente aos derivativos designados como instrumentos de proteção.

d) Mensuração dos ativos e passivos financeiros e reconhecimento das mudanças do valor justo

Em geral, os ativos e passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo, que é considerado equivalente, até prova em contrário, ao preço de transação. Os instrumentos financeiros não mensurados ao valor justo no resultado são ajustados pelos custos de transação. Os ativos e passivos financeiros são posteriormente mensurados, no fim de cada período, da seguinte forma:

i. Mensuração dos ativos financeiros

Os ativos financeiros são mensurados ao valor justo, sem dedução de custos estimados de transação que seriam eventualmente incorridos quando de sua alienação, exceto empréstimos e financiamentos, investimentos mantidos até o vencimento, participações acionárias cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e derivativos financeiros que tenham como objeto participações acionárias dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega dessas participações.

O “valor justo” de um instrumento financeiro em uma determinada data é interpretado como o valor pelo qual ele poderia ser comprado ou vendido naquela data por duas partes bem informadas, agindo deliberadamente e com prudência, em uma transação em condições regulares de mercado. A referência mais objetiva e comum para o valor justo de um instrumento financeiro é o preço que seria pago por ele em um mercado ativo, transparente e significativo (“preço cotado” ou “preço de mercado”).

Caso não exista preço de mercado para um determinado instrumento financeiro, seu valor justo é estimado com base nas técnicas de avaliação normalmente adotadas pela comunidade financeira internacional, levando-se em conta as características específicas do instrumento a ser mensurado e sobretudo as diversas espécies de riscos associados a ele.

Todos os derivativos são reconhecidos no balanço patrimonial ao valor justo desde a data do negócio. Quando o valor justo é positivo, são reconhecidos como ativos; quando negativo, como passivos. O valor justo na data do negócio equivale, até prova em contrário, ao preço de transação. As mudanças do valor justo dos derivativos desde a data do negócio são reconhecidas na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" da demonstração combinada do resultado. Especificamente, o valor justo dos derivativos financeiros padrão incluídos nas carteiras de ativos ou passivos financeiros para negociação é considerado equivalente ao seu preço cotado diário; se, por razões excepcionais, não for possível apurar o preço cotado em uma data específica, esses derivativos são mensurados adotando-se métodos similares aos utilizados para mensurar os derivativos negociados em mercado de balcão.

O valor justo dos derivativos negociados em mercado de balcão é considerado equivalente à soma dos fluxos de caixa futuros resultantes do instrumento, descontados a valor presente na data da mensuração ("valor presente" ou "fechamento teórico"), adotando-se técnicas de avaliação comumente adotadas pelos mercados financeiros: "valor presente líquido" (VPL), modelos de precificação de opções e outros métodos.

Os "Empréstimos e financiamentos" e "Investimentos mantidos até o vencimento" são mensurados ao custo amortizado, adotando-se o método dos juros efetivos. O "custo amortizado" é considerado equivalente ao custo de aquisição de um ativo ou passivo financeiro, adicionados ou subtraídos, conforme o caso, os pagamentos do principal e a amortização acumulada (incluída na demonstração do resultado) da diferença entre o custo inicial e o valor no vencimento. No caso dos ativos financeiros, o custo amortizado inclui, além disso, as eventuais reduções por não-recuperação ou impossibilidade de cobrança. No caso dos empréstimos e financiamentos objeto de *hedge* em *hedges* de valor justo, são reconhecidas as alterações do valor justo desses ativos relacionados ao(s) risco(s) objeto dos *hedges*.

A "taxa de juros efetiva" é a taxa de desconto que corresponde exatamente ao valor inicial do instrumento financeiro em relação à totalidade de seus fluxos de caixa estimados, de todas as espécies, ao longo de sua vida útil remanescente. No caso dos instrumentos financeiros de taxa fixa, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de juros contratual definida na data da contratação, adicionados, conforme o caso, as comissões e os custos de transação que, por sua natureza, façam parte de seu retorno financeiro. No caso de instrumentos financeiros de taxa variável, a taxa de juros efetiva coincide com a taxa de retorno vigente em todos os compromissos até a data de referência seguinte de renovação dos juros.

As participações acionárias cujo valor justo não possa ser apurado de forma suficientemente objetiva e os derivativos financeiros que tenham como objeto participações acionárias dessa espécie e que sejam liquidados mediante a entrega dessas participações são mensurados ao custo de aquisição, ajustado, conforme o caso, às perdas por não-recuperação relacionadas.

Os valores pelos quais os ativos financeiros são reconhecidos representam, sob todos os aspectos relevantes, a exposição máxima das Empresas Combinadas ao risco de crédito na data de cada uma das demonstrações financeiras. Além disso, as Empresas Combinadas receberam garantias e outros incrementos de crédito para mitigar sua exposição ao risco de crédito, os quais compreendem principalmente hipotecas, cauções em dinheiro, participações acionárias, fianças, ativos arrendados mediante contratos de *leasing* e locação, ativos adquiridos mediante compromissos de recompra, empréstimos de títulos e derivativos.

ii. Mensuração dos passivos financeiros

Em geral, os passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado, conforme definido anteriormente, exceto os incluídos nas rubricas "Passivos financeiros para negociação" e "Outros passivos financeiros ao valor justo no resultado" e os passivos financeiros designados como objeto de *hedge* (ou instrumentos de proteção cambial) em *hedges* de valor justo, os quais são mensurados ao valor justo.

iii. Técnicas de avaliação

A tabela a seguir mostra um resumo dos valores justos, quando do encerramento do exercício de 2007, dos ativos e passivos financeiros indicados, classificados com base nos diversos métodos de mensuração adotados pelas Empresas Combinadas para apurar seu valor justo.

	Milhares de reais		
	2007		
	Cotações Publicadas de Preço em Mercados Ativos	Modelos Internos	Total
Ativos financeiros para negociação	276.555	3.119.578	3.396.133
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	-	146.636	146.636
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.242	12.745.782	12.779.024
Derivativos utilizados como hedge (ativos)	-	650.959	650.959
Passivos financeiros para negociação	-	1.725.441	1.725.441
Derivativos utilizados como hedge (passivos)	-	5.210	5.210

Instrumentos financeiros ao valor justo, determinados com base em cotações públicas de preços em mercados ativos (Nível 1), incluem títulos da dívida pública, títulos de dívida privados, ativos securitizados, ações, posições vendidas e títulos de renda fixa emitidos.

Quando as cotações de preços não podem ser observadas, a Administração, utilizando seus próprios modelos internos, faz a sua melhor estimativa do preço que seria fixado pelo mercado. Na maioria dos casos, esses modelos utilizam dados baseados em parâmetros de mercado observáveis como uma importante referência (Nível 2). Várias técnicas são empregadas para fazer essas estimativas, inclusive a extrapolação de dados de mercado observáveis e técnicas de extrapolação. A melhor evidência do valor justo de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é o preço da transação, a menos que o valor justo do instrumento possa ser obtido a partir de outras transações de mercado realizadas com o mesmo instrumento ou com instrumentos similares ou possa ser mensurado utilizando-se uma técnica de avaliação na qual as variáveis usadas incluem apenas dados de mercado observáveis, sobretudo taxas de juros.

As principais técnicas usadas em 31 de dezembro de 2007 pelos modelos internos das Empresas Combinadas para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros detalhados na tabela abaixo são as seguintes:

- Na avaliação de instrumentos financeiros que permitem *hedge* estático (basicamente *forwards* e *swaps*) e na avaliação de empréstimos e adiantamentos a clientes, utiliza-se o método do "valor presente". O fluxo de caixa futuro estimado é descontado utilizando-se as curvas de taxa de juros das respectivas moedas. As curvas de taxa de juros são, geralmente, dados de mercado observáveis.

- Na avaliação de instrumentos financeiros que exijam *hedge* dinâmico (basicamente opções estruturadas e outros instrumentos estruturados), utiliza-se normalmente o modelo *Black-Scholes*. Quando apropriado, dados de mercado observáveis são utilizados para a obtenção de fatores como a diferença compra-venda, taxas de câmbio, volatilidade, correlação entre índices e liquidez de mercado.

- Na avaliação de determinados instrumentos financeiros expostos a risco de taxas de juros, tais como contratos futuros, de teto e de piso de taxa de juros, utilizam-se o método do valor presente (futuros) e o modelo Black-Scholes (opções *plain vanilla*). Os principais dados utilizados nesses modelos são basicamente dados de mercado observáveis, inclusive as respectivas curvas de taxa de juros, volatilidades, correlações e taxas de câmbio.

- No caso de instrumentos lineares (exemplos: derivativos de risco de crédito e renda fixa), o risco de crédito é mensurado utilizando-se modelos dinâmicos similares aos usados na medição do risco de taxa de juros. No caso de instrumentos não lineares, se a carteira estiver exposta a risco de crédito (exemplo: derivativos de crédito), a probabilidade conjunta de inadimplência é determinada utilizando-se o modelo Gaussiano de Correlação-padrão. Os principais dados utilizados para determinar o custo de crédito subjacente de derivativos de crédito são prêmios de risco de crédito cotados e a correlação entre os derivativos de crédito cotados de diferentes emissores.

O valor justo dos instrumentos financeiros resultante dos modelos internos mencionados acima leva em conta, entre outros, os termos do contrato e dados de mercado observáveis, que incluem taxas de juros, risco de crédito, taxas de câmbio, o preço de mercado cotado de matérias-primas e ações, volatilidade e pré--pagamentos. Os modelos de avaliação não são significativamente subjetivos, já que essas metodologias podem ser ajustadas e auferidas, conforme adequado, através do cálculo interno do valor justo e da subsequente comparação com o respectivo preço ativamente negociado.

A seguir, os instrumentos financeiros apresentados ao valor justo cuja mensuração se baseou em modelos internos (Níveis 2) em 31 de dezembro de 2007:

	Milhares de reais		
	Valores Justos Calculados Utilizando-se Modelos Internos	Técnicas de Avaliação	Principais Premissas
ATIVO:			
Ativos financeiros para negociação	**3.119.578**		
Instrumentos de dívida e participações acionárias	811.105	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis, HPI
Derivativos	2.308.473		
Swaps	*1.962.814*	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis, liquidez, curvas de rendimento e crédito da contraparte
Opções de taxa de câmbio	*300.521*	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez, curvas de rendimento e crédito da contraparte
Opções de taxa de juros	*45.138*	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis, curvas de rendimento e crédito da contraparte
Derivativos utilizados como hedge	**650.959**		
Swaps	*650.959*	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	**146.636**		
Instrumentos de dívida e participações acionárias	146.636	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis
Ativos financeiros disponíveis para venda	**12.745.782**		
Instrumentos de dívida e participações acionárias	12.745.782	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis
PASSIVO:			
Passivos financeiros para negociação	**1.725.441**		
Derivativos	1.725.441		
Swaps	*741.754*	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis, liquidez, HPI
Opções de taxa de câmbio	*879.613*	Modelo Black-Scholes	Dados de mercado observáveis, liquidez, volatilidade
Contratos futuros de taxa de juros e investimento	*104.074*	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis
Derivativos utilizados como hedge	**5.210**		
Swaps	*5.210*	Método do Valor Presente	Dados de mercado observáveis
TOTAL	**14.932.304**		

O uso de dados de mercado observáveis supõe que os mercados nos quais as Empresas Combinadas operam estão funcionando de forma eficiente e, portanto, que esses dados são representativos.

iv. Reconhecimento de variações no valor justo

Via de regra, variações no valor contábil de ativos e passivos financeiros são reconhecidas na demonstração combinada do resultado, sendo distinguidas entre aquelas decorrentes do provisionamento de juros e ganhos similares - reconhecidas na rubrica "Receitas com juros e similares" ou "Despesas com juros e similares", conforme apropriado - e aquelas decorrentes de outros motivos, reconhecidas por seu valor líquido na rubrica "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros".

Ajustes devidos a variações no valor justo decorrentes de ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos temporariamente no patrimônio líquido em "Ajustes ao valor de mercado - ativos financeiros disponíveis para venda". Itens debitados ou creditados a essa rubrica permanecem no patrimônio líquido combinado das Empresas Combinadas até que os respectivos ativos sejam baixados, quando então são debitados à demonstração combinada do resultado.

v. Operações de hedge

As Empresas Combinadas utilizam derivativos financeiros para os seguintes fins: (i) para facilitar esses instrumentos a clientes que os solicitem para a gestão de seus riscos de mercado e de crédito; (ii) para utilizá-los na gestão dos riscos das posições próprias e dos ativos e passivos das Empresas Combinadas ("derivativos de proteção"); e (iii) para obter ganhos a partir de variações nos preços desses derivativos ("derivativos para negociação").

Derivativos financeiros que não se enquadram para contabilidade de operações de *hedge* são tratados, para fins contábeis, como derivativos para negociação.

Um derivativo enquadra-se como operação de *hedge* se todas as condições a seguir forem atendidas:

1. O derivativo protege contra um dos três tipos de exposição a seguir:

   a. Variações no valor justo de ativos e passivos como resultado de flutuações, entre outras, na taxa de juros e/ou na taxa de câmbio à qual a posição ou o saldo a ser protegido estiver sujeito ("*hedge* de valor justo").

   b. Variações no fluxo de caixa estimado decorrentes de ativos e passivos financeiros, compromissos e transações previstas altamente prováveis ("*hedge* de fluxo de caixa").

   c. O investimento líquido em uma operação no exterior ("*hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior").

2. Quando ele for eficaz para compensar a exposição inerente ao item ou posição protegida durante todo o prazo esperado do *hedge*, ou seja:

   a. Na data do acordo, for esperado que o *hedge*, sob condições normais, seja altamente eficaz ("eficácia prospectiva").

   b. Há prova suficiente de que o *hedge* foi eficaz durante toda a existência do item ou posição coberta ("eficácia retrospectiva").

3. Deve haver documentação adequada comprovando a designação específica do derivativo financeiro para a proteção de determinados saldos ou transações e como se esperava que essa proteção efetiva fosse alcançada e mensurada, desde que isso seja consistente com a gestão de riscos das próprias Empresas Combinadas.

   Variações no valor de instrumentos financeiros que se enquadram como operações de *hedge* são reconhecidas da seguinte forma:

   a. Em *hedge* de valor justo, os ganhos ou as perdas tanto sobre os instrumentos de *hedge* quanto sobre os itens protegidos (atribuíveis ao tipo de risco que estiver sendo protegido) são reconhecidos diretamente na demonstração combinada do resultado.

   b. Em *hedge* de fluxo de caixa, a parcela efetiva da variação no valor do instrumento de *hedge* é reconhecida temporariamente no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajustes de avaliação - *hedges* de fluxo de caixa" até que as transações previstas ocorram, quando então essa parcela é reconhecida na demonstração combinada do resultado, exceto que, se as transações previstas resultarem no reconhecimento de ativos ou passivos não financeiros, essa parcela será incluída no custo do ativo ou passivo não financeiro. A parcela não efetiva da variação no valor de derivativos de proteção é reconhecida diretamente na demonstração combinada do resultado.

   c. A parcela não efetiva dos ganhos e das perdas sobre os instrumentos de *hedge* relativos a *hedge* de fluxo de caixa e *hedge* de um investimento líquido em uma operação no exterior é reconhecida diretamente em "Ganhos (perdas) com ativos e passivos financeiros" na demonstração combinada do resultado.

Se um derivativo designado como *hedge* deixar de atender aos requisitos descritos acima como resultado de vencimento, ineficácia ou por qualquer outro motivo, esse derivativo passará a ser classificado como um derivativo para negociação.

Quando a contabilização de operações de *hedge* pelo valor justo é eliminada, os ajustes reconhecidos anteriormente sobre o item protegido são transferidos ao resultado, pela taxa de juros efetiva recalculada na data de eliminação do *hedge*. Os ajustes devem ser integralmente amortizados no vencimento.

Quando *hedge* de fluxo de caixa são eliminados, qualquer ganho ou perda cumulativo sobre o instrumento de *hedge* reconhecido no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste ao valor de mercado" (desde o período em que o *hedge* se tornou eficaz) permanece reconhecido no patrimônio até que a transação prevista ocorra, quando então esse ganho ou perda é reconhecido no resultado, a menos que não se espere mais que a transação ocorra, hipótese em que qualquer ganho ou perda cumulativo é reconhecido imediatamente no resultado.

e) Baixa de ativos e passivos financeiros

O tratamento contábil de transferências de ativos financeiros depende da extensão em que os riscos e benefícios relacionados aos ativos transferidos são transferidos a terceiros:

1. Se as Empresas Combinadas transferem substancialmente todos os riscos e benefícios a terceiros - venda incondicional de ativos financeiros, venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra pelo valor justo na data da recompra, venda de ativos financeiros com uma opção de compra ou uma venda de opção lançada que esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor não retenha uma dívida subordinada ou conceda uma melhoria de crédito aos novos titulares e outras hipóteses similares -, o ativo financeiro transferido é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos simultaneamente.

2. Se as Empresas Combinadas retêm substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com base em um contrato que preveja a sua recompra a um preço fixo ou ao preço de venda mais juros, um contrato de empréstimo de títulos no qual o tomador se compromete a devolver os mesmos ativos ou ativos similares e outras hipóteses similares -, o ativo financeiro transferido não é baixado e continua a ser mensurado pelos mesmos critérios utilizados antes da transferência. Contudo, os seguintes itens são reconhecidos:

   a. Um passivo financeiro correspondente, por um valor igual à contraprestação recebida; esse passivo é mensurado subsequentemente pelo custo amortizado.

   b. A receita do ativo financeiro transferido não baixado e qualquer despesa incorrida com o novo passivo financeiro.

3. Se as Empresas Combinadas não transferem nem retêm substancialmente todos os riscos e benefícios associados ao ativo financeiro transferido - venda de ativos financeiros com uma opção de compra ou uma venda de opção lançada que não esteja significativamente fora do preço, securitização de ativos na qual o transferidor retenha uma dívida subordinada ou outro tipo de melhoria de crédito em relação a uma parcela do ativo transferido e outras hipóteses similares -, é feita a seguinte distinção:

   a. Se o transferidor não retém o controle do ativo financeiro transferido, o ativo é baixado e quaisquer direitos ou obrigações retidos ou criados na transferência são reconhecidos.

   b. Se o transferidor retém o controle, ele continua a reconhecer o ativo financeiro transferido por um valor equivalente à sua exposição a variações de valor e reconhece um passivo financeiro associado ao ativo financeiro transferido. O valor contábil líquido do ativo transferido e do respectivo passivo é o custo amortizado dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao custo amortizado, ou o valor justo dos direitos e das obrigações retidos, se o ativo transferido for mensurado ao valor justo.

Desse modo, ativos financeiros somente são baixados quando os direitos sobre o fluxo de caixa que geram tiverem sido extintos ou quando substancialmente todos os riscos e benefícios inerentes tiverem sido transferidos a terceiros. Similarmente, passivos financeiros somente são baixados quando as obrigações que gerarem tiverem sido extintas ou quando forem adquiridos com a intenção de serem cancelados ou revendidos.

f) Compras normais de ativos financeiros

As compras normais de ativos financeiros são reconhecidas na data da transação. Os ativos são revertidos quando os direitos de receber fluxos de caixa expirarem ou quando as entidades tiverem transferido substancialmente todos os riscos e benefícios de propriedade.

g) Ativos financeiros não recuperáveis

i. Definição

Um ativo financeiro é considerado não recuperável - e, portanto, seu valor contábil é ajustado para refletir o efeito da não-recuperação - quando há prova objetiva da ocorrência de eventos que:

- No caso de instrumentos de dívida (empréstimos e títulos de dívida), ocasionem um impacto adverso sobre o fluxo de caixa futuro estimado na data da transação.

- No caso de participações acionárias, signifiquem que seu valor contábil não pode ser integralmente recuperado.

Como regra geral, o valor contábil de instrumentos financeiros não recuperáveis é ajustado com um débito à demonstração combinada do resultado referente ao período em que a não-recuperação se tornar evidente, e a reversão, se houver, de perdas por não-recuperação previamente reconhecidas é reconhecida na demonstração combinada do resultado referente ao período em que a não-recuperação for revertida ou reduzida.

Os saldos são considerados como não recuperáveis, e o provisionamento de juros é suspenso, quando há dúvida razoável quanto à sua integral recuperação e/ou à cobrança dos respectivos juros nos valores e nas datas inicialmente pactuados, após levarem-se em conta as garantias recebidas pelas Empresas Combinadas para assegurar (total ou parcialmente) a cobrança dos respectivos saldos. Cobranças relativas a empréstimos e adiantamentos não recuperáveis são utilizadas para reconhecer os juros provisionados, e o restante, se houver, para reduzir o principal em aberto.

Quando a recuperação de qualquer valor reconhecido é considerada improvável, o valor é baixado, sem prejuízo de quaisquer ações que possam ser tomadas pelas Empresas Combinadas para efetuar a cobrança até que seus direitos contratuais sejam extintos.

ii. Instrumentos de dívida registrados ao custo amortizado

O valor de uma perda por não-recuperação incorrida sobre um instrumento de dívida mensurado ao custo amortizado é igual à diferença entre seu valor contábil e o valor presente de seu fluxo de caixa futuro estimado e é apresentado como uma redução do saldo do ativo ajustado.

Ao estimar o fluxo de caixa futuro de instrumentos de dívida, os seguintes fatores são levados em conta:

- Todos os valores que se espera obter ao longo da vida remanescente do instrumento, incluindo, conforme o caso, aqueles que possam resultar da garantia prestada para o instrumento (menos os custos de obtenção e posterior venda da garantia). A perda por não-recuperação leva em conta a probabilidade de cobrança de juros provisionados a receber.

- Os vários tipos de riscos a que cada instrumento está sujeito.

- As circunstâncias em que se preveja que as cobranças serão efetuadas.

Esses fluxos de caixa são posteriormente descontados utilizando-se a taxa de juros efetiva do instrumento (se a sua taxa contratual for fixa) ou a taxa contratual efetiva na data de desconto (se for variável).

Especificamente em relação a perdas por não-recuperação decorrentes da materialização do risco de insolvência das contrapartes (risco de crédito), um instrumento de dívida torna-se não recuperável por motivo de insolvência quando há prova de deterioração da capacidade de pagamento da contraparte, seja por estar em mora ou por outros motivos.

As Empresas Combinadas possuem certas políticas, métodos e procedimentos para cobrir seu risco de crédito decorrente de insolvência atribuível a contrapartes.

Essas políticas, métodos e procedimentos são aplicados na concessão, no exame e na documentação de instrumentos de dívida, passivos contingentes e compromissos, na identificação de sua não-recuperação e no cálculo dos valores necessários para cobrir o respectivo risco de crédito.

No tocante à provisão para perdas decorrentes de risco de crédito, as Empresas Combinadas faz a seguinte distinção:

a. Provisão específica:

As Empresas Combinadas utilizam um *proxy* para provisão específica, conforme detalhado a seguir. Essas regras são utilizadas para calcular os requisitos mínimos de provisão. Avaliamos então a necessidade de constituir provisão adicional, segundo os critérios do IAS 39, com base em nossa experiência histórica sobre não-recuperação e em outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação.

Classificamos nossas operações de crédito de acordo com seu nível de risco e do número de dias em atraso dessa operação. Essas classificações de crédito são determinadas de acordo com:

- As condições do devedor e de qualquer avalista, tais como sua situação econômica e financeira, nível de endividamento, capacidade de geração de lucros, fluxo de caixa, administração, governança corporativa e qualidade dos controles internos, histórico de pagamentos, setor de atuação, contingências e limites de crédito.

- As características da operação, tais como sua natureza e objetivo, tipo, suficiência e nível de liquidez da garantia e valor total do crédito.

Nossos sistemas de classificação e gestão de risco estão sujeitos à auditoria por parte do BACEN e de auditores internos do Grupo Santander. Nossa Administração não teve nenhuma controvérsia com o BACEN ou com o Grupo Santander em relação a nossas atividades de gestão de riscos.

b. Provisão para perdas incorridas não especificamente identificadas:

As Empresas Combinadas cobrem suas perdas inerentes a instrumentos de dívida não avaliados ao valor justo no resultado e a passivos contingentes levando em conta a experiência histórica de não-recuperação e outras circunstâncias conhecidas por ocasião da avaliação. Para este efeito, perdas inerentes são perdas incorridas na data-base das informações financeiras, calculadas através de métodos estatísticos, que ainda não tenham sido alocadas a operações específicas.

As Empresas Combinadas utilizam o conceito de perda incorrida para quantificar o custo do risco de crédito e incluí-lo no cálculo do retorno ajustado ao risco de suas operações.

Perda incorrida é o custo que se espera do risco de crédito de uma operação e que se manifestará no prazo de um ano (ciclo de negócios) a contar da data do balanço, levando em conta as características da contraparte e as garantias relacionadas à operação.

A perda incorrida é calculada utilizando modelos estatísticos que consideram três fatores, a saber: “exposição na inadimplência”, “probabilidade de inadimplência” e “perda por inadimplência”.

- Exposição na inadimplência (EAD) é o valor da exposição ao risco na data da inadimplência da contraparte.

  De acordo com o IFRS, a exposição na inadimplência usada nesse cálculo é a exposição corrente, conforme apresentada no balanço patrimonial.

- Probabilidade de inadimplência (PD) é a probabilidade de que a contraparte não cumpra suas obrigações de pagamento de principal e/ou juros. A probabilidade de inadimplência está relacionada à classificação/pontuação de cada contraparte/operação.

  A PD é mensurada utilizando um horizonte de tempo de um ano, ou seja, ela quantifica a probabilidade de inadimplência da contraparte no próximo ano. A definição de inadimplência utilizada inclui atrasos de 90 dias ou mais e hipóteses nas quais não haja inadimplência, mas haja dúvidas quanto à solvência da contraparte (ativos de liquidação duvidosa subjetiva).

- Perda por inadimplência (LGD) é a perda resultante no caso de inadimplência.

  O cálculo da LGD baseia-se na observação das recuperações de empréstimos não honrados, levando-se em conta as garantias associadas à transação, as receitas e despesas relacionadas com o processo de recuperação, e ainda no tempo de inadimplência e nos custos indiretos gerados no processo de recuperação.

Esse parâmetro não leva em conta ajustes relativos ao desaquecimento econômico.

A metodologia que empregamos para calcular a provisão para perdas sobre créditos não especificamente identificadas tem por objetivo identificar o montante das perdas incorridas na data do balanço patrimonial com empréstimos que ainda não tenham sido identificados como tendo sofrido perda de valor recuperável, mas que estimamos, com base no histórico de pagamentos e em fatos específicos, irão se manifestar no prazo de um ano a contar da data do balanço. O exposto demonstra que esses créditos apresentavam problemas na data do balanço, isto é, o que chamamos perdas inerentes no contexto de nossos modelos internos nos quais as provisões para perdas sobre crédito são calculadas.

A abordagem descrita é utilizada como regra geral. Contudo, em certos casos, como resultado de suas características particulares, essa abordagem não é aplicada, sendo utilizadas abordagens alternativas:

1. Carteiras de baixa inadimplência

   Em determinadas carteiras (instituições financeiras ou grandes corporações), o número de inadimplências observado é muito pequeno ou nulo. Nesses casos, as Empresas Combinadas optaram por usar os dados contidos nos *spreads* de derivativos de crédito para estimar a perda incorrida descontada pelo mercado e classificá-la em PD e LGD.

2. Unidades *top-down*

   Nos casos excepcionais em que as Empresas Combinadas não tenham dados suficientes para construir um modelo de medição de risco de crédito suficientemente robusto, a perda incorrida com as carteiras de crédito é estimada com base em uma aproximação *top-down,* na qual o custo médio historicamente observado das carteiras de crédito é usado como a melhor estimativa da perda incorrida. À medida que os modelos de crédito são desenvolvidos e medições *bottom-up* são obtidas, as medições *top-down* utilizadas para essas unidades são gradualmente substituídas.

iii. Títulos de dívida ou participações acionárias classificados como disponíveis para venda

O valor das perdas por não-recuperação com esses instrumentos é a diferença positiva entre seu custo de aquisição (líquido de qualquer amortização de principal, no caso de instrumentos de dívida) e seu valor justo, menos qualquer perda por não-recuperação previamente reconhecida na demonstração combinada do resultado.

Quando há prova objetiva, na data de medição desses instrumentos, de que as diferenças acima referidas são devidas a não-recuperação permanente, eles deixam de ser reconhecidos no patrimônio líquido sob a rubrica "Ajuste ao valor de mercado - ativos financeiros disponíveis para venda" e são reclassificados à demonstração combinada do resultado pelo valor cumulativo naquela data.

Se a totalidade ou parte das perdas por não-recuperação for subsequentemente revertida, o valor revertido é reconhecido, no caso de instrumentos de dívida, na demonstração combinada do resultado do exercício em que houver ocorrido a reversão (ou no patrimônio líquido, sob a rubrica "Ajustes de avaliação - ativos financeiros disponíveis para venda", no caso de participações acionárias).

iv. Participações acionárias mensuradas ao custo de aquisição

A perda por não-recuperação de participações acionárias mensuradas ao custo de aquisição corresponde à diferença entre o valor contábil e o valor presente do fluxo de caixa futuro esperado descontado pela taxa de retorno do mercado para títulos similares.

Perdas por não-recuperação são reconhecidas na demonstração combinada do resultado referente ao período em que se originarem, como uma redução direta do custo do instrumento. Essas perdas somente podem ser revertidas posteriormente se os respectivos ativos forem vendidos.

h) Operações compromissadas

Compras (vendas) de ativos financeiros com base em um contrato de revenda (recompra) não opcional a preço fixo são reconhecidas no balanço patrimonial combinado como financiamento concedido (recebido), com base na natureza do devedor (credor), sob a rubrica "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil", "Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito" ou "Empréstimos e adiantamentos a clientes" ("Depósitos de instituições de crédito" ou "Depósitos de clientes").

Diferenças entre os preços de compra e de venda são reconhecidas como juros ao longo do prazo do contrato.

i) Ativo não circulante destinado à venda

"Ativo não circulante destinado à venda" inclui o valor contábil de itens individuais, ou grupos de alienação ou itens que façam parte de uma unidade de negócios destinada à alienação ("Operações descontinuadas"), cuja venda em sua condição atual seja altamente provável e espere-se que ocorra dentro de um ano a contar da data-base das informações financeiras. Portanto, prevê-se que o valor contábil desses itens - que podem ser de natureza financeira ou outra - será recuperado através do produto de sua alienação. Especificamente, imóveis ou outros ativos não circulantes recebidos pelas Empresas Combinadas em quitação total ou parcial das obrigações de pagamento de seus devedores são considerados como ativos não circulantes destinados à venda.

Ativos não circulantes destinados à venda são geralmente mensurados ao que for menor entre o valor justo menos o custo de venda e o valor contábil na data em que forem classificados nessa categoria. Ativos não circulantes destinados à venda não são depreciados, desde que permaneçam nessa categoria.

Perdas por não-recuperação com um ativo ou grupo de alienação como resultado de uma redução em seu valor contábil para o valor justo (menos os custos de venda) são reconhecidas em "Ganhos (perdas) com ativos não circulantes destinados à venda não classificados como operações descontinuadas" na demonstração combinada do resultado. Ganhos com um ativo não circulante destinado à venda decorrentes de aumentos subsequentes no valor justo (menos os custos de venda) aumentam o seu valor contábil e são reconhecidos na demonstração combinada do resultado até o valor equivalente às perdas por não-recuperação previamente reconhecidas.

j) Períodos de vencimento residual e taxas médias de juros

A análise dos vencimentos dos saldos de determinados itens no balanço patrimonial combinado e das taxas médias de juros em 2008 e 2007 é informada na nota nº 41.

k) Ativo tangível

"Ativo tangível" inclui o valor de prédios, terrenos, móveis, veículos, hardware de computador e outros utensílios de propriedade das Empresas Combinadas, incluindo ativos tangíveis recebidos pelas Empresas Combinadas em quitação total ou parcial de ativos financeiros representativos de contas a receber de terceiros, destinados a ser mantidos para uso contínuo, e ativos tangíveis adquiridos com base em *leasings* financeiros, sendo apresentado pelo custo de aquisição menos a respectiva depreciação acumulada e quaisquer perdas por não--recuperação (valor contábil líquido superior ao valor recuperável).

A depreciação é calculada pelo método linear, com base no custo de aquisição dos ativos. Os terrenos nos quais se encontram os prédios e outras estruturas possuem vida útil indefinida e, portanto, não são depreciados.

O encargo de depreciação do ativo tangível é reconhecido na demonstração combinada do resultado e calculado basicamente utilizando-se as seguintes taxas de depreciação (com base na média de anos de vida útil estimada dos diferentes ativos):

	Taxa anual
Prédios para uso próprio	4%
Móveis	10%
Utensílios	10%
Equipamentos de escritório e de informática	20%
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10% ou até o vencimento do contrato

As Empresas Combinadas avaliam, na data-base das informações financeiras, se há qualquer indicação de que um ativo pode ser não recuperável (ou seja, seu valor contábil excede seu valor recuperável). Se esse for o caso, o valor contábil do ativo é reduzido ao seu valor recuperável, e os encargos de depreciação futura são ajustados proporcionalmente ao valor contábil revisado e à nova vida útil remanescente (se a vida útil tiver de ser estimada novamente).

Similarmente, se houver indicação de recuperação do valor de um ativo tangível, as Empresas Combinadas reconhecem a reversão da perda por não-recuperação reconhecida em períodos anteriores e ajustam os encargos de depreciação futura de acordo. Em nenhuma circunstância a reversão de uma perda por não--recuperação de um ativo poderá aumentar seu valor contábil acima do valor que teria se nenhuma perda por não-recuperação tivesse sido reconhecida em exercícios anteriores.

As vidas úteis estimadas de bens do imobilizado de uso próprio são revisadas no mínimo ao final do período apresentado, com vistas a detectar variações significativas. Se forem detectadas variações, as vidas úteis dos ativos são ajustadas corrigindo-se o encargo de depreciação a ser reconhecido na demonstração combinada do resultado em exercícios futuros com base nas novas vidas úteis.

Despesas de conservação e manutenção relativas ao imobilizado de uso próprio são reconhecidas como despesas no período em que forem incorridas.

l) Contabilização de leasings

i. Leasings financeiros

Leasings financeiros são *leasings* que transferem ao arrendatário substancialmente todos os riscos e benefícios associados à propriedade do ativo arrendado.

Quando as Empresas Combinadas atuam como arrendadoras de um ativo, a soma do valor presente dos pagamentos a serem recebidos do arrendatário em relação ao *leasing* mais o valor residual garantido - que, de modo geral, é o preço de exercício da opção de compra do arrendatário ao final do prazo do *leasing* - é reconhecida como empréstimo a terceiros e, portanto, incluída em "Empréstimos e financiamentos" no balanço patrimonial combinado.

ii. Leasings operacionais

Em *leasings* operacionais, a propriedade do ativo arrendado e substancialmente todos os riscos e benefícios associados a esse ativo permanecem com o arrendador.

Quando atuam como arrendadoras, as Empresas Combinadas apresentam o custo de aquisição dos ativos arrendados sob a rubrica "Ativo tangível" (vide nota nº 12). A política de depreciação para esses ativos é consistente com a de bens do imobilizado de uso próprio similares, e a receita de *leasings* operacionais é reconhecida pelo método linear em "Outras receitas operacionais" na demonstração combinada do resultado.

Quando as Empresas Combinadas atuam como arrendatárias, as despesas de *leasing*, incluindo quaisquer incentivos concedidos pelo arrendador, são levadas pelo método linear à rubrica "Outras despesas gerais e administrativas" em suas demonstrações combinadas do resultado.

m) Ativo intangível

O ativo intangível representa ativos não monetários identificáveis (separáveis de outros ativos) sem substância física que resultam de uma operação legal ou que sejam desenvolvidos internamente pelas Empresas Combinadas. Somente são reconhecidos ativos cujo custo possa ser estimado de forma confiável e a partir dos quais as Empresas Combinadas considerem provável que benefícios econômicos futuros serão gerados.

Ativos intangíveis são reconhecidos inicialmente pelo custo de aquisição ou produção e são subsequentemente mensurados ao custo de aquisição menos qualquer amortização acumulada e quaisquer perdas por não--recuperação acumuladas.

i. Ágio

Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método da equivalência patrimonial a partir da data em que a empresa se torna coligada. Na aquisição do investimento, qualquer diferença entre o custo do investimento e a parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada é contabilizada de acordo com o IFRS 3 - Combinação de Empresas. Portanto:

(a) O ágio referente a uma coligada é incluído no valor contábil do investimento. No entanto, a amortização desse ágio não é permitida e, portanto, não é incluída na determinação da parcela da investidora no resultado da coligada.

(b) Qualquer excedente da parcela da investidora no valor justo líquido dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis da coligada ao custo dos investimentos é excluído do valor contábil do investimento e incluído como lucro na determinação da parcela da investidora no resultado da coligada no período no qual o investimento é adquirido.

O ágio - reconhecido somente quando a aquisição se der a título oneroso - representa, portanto, um pagamento efetuado pelo adquirente em antecipação a benefícios econômicos futuros de ativos da entidade adquirida que não possam ser identificados individualmente e reconhecidos separadamente.

A não-recuperação do ágio (ou seja, uma redução em seu valor recuperável abaixo de seu valor contábil) é avaliada ao final de cada período apresentado, e qualquer não-recuperação é baixada e debitada à rubrica "Perdas com outros ativos (líquidas) - ágio e outros ativos intangíveis" na demonstração combinada do resultado.

Uma perda por não-recuperação reconhecida para ágio não é revertida em um período subsequente.

ii. Outros ativos intangíveis

"Outros ativos intangíveis" incluem o valor de ativos intangíveis identificáveis (tais como listas de clientes adquiridas e softwares de computador).

Outros ativos intangíveis podem ter uma vida útil indefinida - quando, com base em uma análise de todos os fatores relevantes, for concluído que não há limite previsível para o período ao longo do qual se espera que o ativo gere entradas de caixa para as Empresas Combinadas - ou uma vida útil finita, em todos os outros casos.

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados; em vez disso, ao final de cada período apresentado, as Empresas Combinadas revisam as vidas úteis remanescentes dos ativos a fim de determinar se continuam sendo indefinidas e, se esse não for o caso, tomar as medidas adequadas.

Ativos intangíveis com vida útil finita são amortizados ao longo dessa vida útil utilizando-se métodos similares aos utilizados para depreciar ativos tangíveis.

O encargo de amortização de ativos intangíveis é reconhecido sob a rubrica "Depreciação e amortização" na demonstração combinada do resultado.

Em ambos os casos, as Empresas Combinadas reconhecem qualquer perda por não-reconhecimento sobre o valor contábil desses ativos a débito de "Perdas com ágio e outros ativos intangíveis" na demonstração combinada do resultado. Os critérios utilizados para reconhecer as perdas por não-recuperação sobre esses ativos e, conforme o caso, a reversão de perdas por não-recuperação reconhecidas em exercícios anteriores são similares aos utilizados para ativos tangíveis (vide nota nº 2.k)).

Softwares desenvolvidos internamente

Softwares desenvolvidos internamente são reconhecidos como um ativo intangível se, entre outros requisitos (basicamente a capacidade de as Empresas Combinadas utilizá-los ou vendê-los), puderem ser identificados e a sua capacidade de gerar benefícios econômicos futuros puder ser demonstrada.

Gastos com atividades de pesquisa são reconhecidos como despesa no ano em que são incorridos e não podem ser subsequentemente capitalizados.

n) Outros ativos

Este item inclui o saldo de todos os adiantamentos e receitas provisionadas (excluindo juros provisionados), o valor líquido da diferença entre obrigações de planos de pensão e o valor dos ativos do plano com saldo em favor da entidade, quando este valor líquido deva ser divulgado no balanço patrimonial combinado, e o valor de quaisquer outros valores e bens não incluídos em outros itens.

o) Outras obrigações

"Outras obrigações" incluem o saldo de todas as despesas provisionadas e receita diferida, excluindo juros provisionados, e o valor de quaisquer outras obrigações não incluídas em outras categorias.

p) Provisões e ativos e passivos contingentes

Os diretores das Empresas Combinadas, ao elaborarem suas respectivas demonstrações financeiras, efetuaram uma distinção entre:

- Provisões: saldos credores que cobrem obrigações presentes na data do balanço patrimonial decorrentes de eventos passados que poderiam dar origem a uma perda para as Empresas Combinadas cuja ocorrência seja considerada provável e cuja natureza seja certa, mas cujo valor e/ou época sejam incertos.

- Passivos contingentes: possíveis obrigações que se originem de eventos passados e cuja existência somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de um ou mais eventos futuros que não estejam totalmente sob o controle das Empresas Combinadas. Incluem as obrigações presentes das Empresas Combinadas, quando não for provável que uma saída de recursos que incorporem benefícios econômicos será necessária para a sua liquidação.

- Ativos contingentes: possíveis ativos que se originem de eventos passados e cuja existência dependa da e somente venha a ser confirmada pela ocorrência ou não-ocorrência de eventos além do controle das Empresas Combinadas. Ativos contingentes não são reconhecidos no balanço patrimonial combinado ou na demonstração combinada do resultado, mas sim divulgados nas notas, desde que seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

- As demonstrações financeiras das Empresas Combinadas incluem todas as provisões substanciais em relação às quais se considera que seja provável que a obrigação tenha de ser liquidada. De acordo com as normas contábeis, passivos contingentes não devem ser reconhecidos nas demonstrações financeiras combinadas, mas sim divulgados nas notas explicativas.

- Provisões, que são quantificadas com base nas melhores informações disponíveis sobre as consequências do evento que lhes deu origem e revisadas e ajustadas ao final de cada exercício, são usadas para suprir as obrigações específicas para as quais foram originalmente reconhecidas. Provisões são total ou parcialmente revertidas quando essas obrigações deixam de existir ou são reduzidas.

  Provisões são classificadas de acordo com as obrigações cobertas da seguinte forma:

  - Provisões para pensões e obrigações similares: incluem o valor de todas as provisões constituídas para cobrir benefícios pós-emprego, incluindo obrigações com beneficiários de aposentadoria antecipada e obrigações similares.

  - Provisões para passivos contingentes, compromissos e provisões para impostos e outras contingências legais e outras provisões: incluem o valor das provisões reconhecidas para cobrir contingências fiscais e legais e ações judiciais trabalhistas e cíveis e das demais provisões reconhecidas pelas Empresas Combinadas.

q) Reconhecimento de receitas e despesas

Os critérios mais significativos utilizados pelas Empresas Combinadas para reconhecer suas receitas e despesas são resumidos abaixo:

i. Receitas com juros, despesas de juros e similares

Receitas com juros, despesas de juros e similares são geralmente reconhecidos pelo regime de competência, utilizando-se o método da taxa de juros efetiva. Dividendos recebidos de outras empresas são reconhecidos como receita quando o direito de recebê-los surgir para as Empresas Combinadas.

Contudo, o reconhecimento de juros provisionados na demonstração combinada do resultado fica suspenso para instrumentos de dívida classificados individualmente como não recuperáveis e para instrumentos cujas perdas por não-recuperação tenham sido avaliadas coletivamente por terem pagamentos em atraso por mais de dois meses. Esses juros são reconhecidos como receita, quando cobrados, como uma reversão das respectivas perdas por não-recuperação.

ii. Tarifas, comissões e itens semelhantes

Receitas e despesas de tarifas e comissões são reconhecidas na demonstração combinada do resultado utilizando-se critérios que variam de acordo com a sua natureza. Os principais critérios são os seguintes:

- Receitas e despesas de tarifas e comissões relativas a ativos financeiros e passivos financeiros mensurados ao valor justo no resultado são reconhecidas quando pagas.

- Aquelas resultantes de transações ou serviços realizados ao longo de um período de tempo são reconhecidas ao longo da vida dessas transações ou desses serviços.

- As relativas a serviços prestados em um único ato são reconhecidas quando da execução desse único ato.

iii. Receitas e despesas não financeiras

São reconhecidas para fins contábeis pelo regime de competência.

iv. Cobranças e pagamentos diferidos

Reconhecidos para fins contábeis pelo valor resultante do desconto do fluxo de caixa esperado a taxas de mercado.

v. Taxas de contratos de empréstimo

Taxas de contratos de empréstimo, particularmente taxas de solicitação e obtenção de empréstimo, são provisionadas e reconhecidas no resultado ao longo do prazo do empréstimo. No caso de taxas de obtenção de empréstimo, a parcela relativa aos custos diretos associados incorridos no contrato de empréstimo é reconhecida imediatamente na demonstração combinada do resultado.

r) Garantias financeiras

Garantias financeiras são definidas como contratos pelos quais uma entidade se compromete a efetuar pagamentos específicos em nome de um terceiro se este não o fizer, independentemente das diversas formas jurídicas que possam ter, tais como garantias, créditos documentários irrevogáveis emitidos ou avalizados pela entidade, etc.

As Empresas Combinadas reconhecem inicialmente as garantias financeiras prestadas no passivo do balanço patrimonial combinado, ao valor justo, que geralmente é o valor presente de tarifas, comissões e juros a receber desses contratos ao longo de seu prazo, e, simultaneamente, reconhecem no ativo do balanço patrimonial combinado o valor de tarifas, comissões e juros recebidos ao início das transações e os valores de tarifas, comissões e juros a receber ao valor presente.

Garantias financeiras, independentemente do avalista, da instrumentação ou de outras circunstâncias, são revisadas periodicamente para a determinação do risco de crédito a que estão expostas e, conforme o caso, para considerar se uma provisão é necessária. O risco de crédito é determinado pela aplicação de critérios similares aos estabelecidos para a quantificação de perdas por não-recuperação sobre instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado.

Se uma provisão específica para garantias financeiras for necessária, as respectivas comissões a apropriar reconhecidas sob a rubrica “Passivos financeiros ao custo amortizado - outros passivos financeiros” no balanço patrimonial combinado são reclassificadas para a provisão adequada.

s) Ativos sob administração e fundos de investimento e de pensão administrados pelas Empresas Combinadas

Ativos de terceiros administrados pelas Empresas Combinadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial combinado. As taxas de administração são incluídas em “Receita de tarifas e comissões” na demonstração combinada do resultado. A nota nº 41.b) contém informações sobre os ativos de terceiros administrados pelas Empresas Combinadas.

Fundos de investimento e fundos de pensão administrados pelas Empresas Combinadas não são apresentados no corpo do balanço patrimonial combinado, já que os respectivos ativos são de propriedade de terceiros. As tarifas e comissões auferidas durante o exercício pelos serviços prestados pelas Empresas Combinadas a esses fundos (*asset management* e serviços de custódia) são reconhecidas sob a rubrica "Receita de tarifas e comissões" na demonstração combinada do resultado.

t) Benefícios pós-emprego

As Empresas Combinadas comprometeram-se a complementar os benefícios do sistema público de previdência de determinados funcionários e dos beneficiários dos direitos desses funcionários, referentes a aposentadoria, invalidez permanente ou morte, os benefícios e as indenizações a pagar, as contribuições a sistemas de assistência a beneficiários de aposentadoria antecipada e os benefícios de assistência pós-emprego.

As obrigações pós-emprego das Empresas Combinadas com seus funcionários são consideradas como "planos de contribuição definida", nos quais as Empresas Combinadas realizam contribuições predeterminadas (reconhecidas em "Despesas de pessoal" na demonstração combinada do resultado) a uma entidade separada, e as Empresas Combinadas não terão nenhuma obrigação legal ou efetiva de realizar contribuições adicionais se a entidade separada não puder pagar os benefícios aos funcionários relativos aos serviços prestados no período corrente e em períodos anteriores. Obrigações pós-emprego que não atendam às condições mencionadas anteriormente são classificadas como "planos de benefício definido" (vide nota nº 21).

Planos de contribuição definida

As contribuições efetuadas nesse sentido a cada exercício são reconhecidas sob a rubrica "Despesas com pessoal" na demonstração combinada do resultado. Os valores ainda não contribuídos ao final de cada exercício são reconhecidos, ao seu valor presente, sob a rubrica "Provisões - provisões para pensões e obrigações semelhantes" no passivo do balanço patrimonial combinado.

Planos de benefício definido

As Empresas Combinadas reconhecem sob a rubrica "Provisões - provisões para pensões e obrigações semelhantes" no passivo do balanço patrimonial combinado (ou sob a rubrica "Outros valores e bens" no ativo, conforme o caso) o valor presente de suas obrigações pós-emprego de benefício definido, líquido do valor justo dos ativos do plano e dos ganhos e/ou das perdas atuariais líquidos cumulativos não reconhecidos divulgados na avaliação dessas obrigações, as quais são diferidas utilizando-se o método do corredor, e líquidos do custo de serviços passados, que é diferido ao longo do tempo, conforme explicado abaixo.

"Ativos do plano" são definidos como aqueles que serão usados diretamente na liquidação de obrigações e que atendam às seguintes condições:

- Não sejam de propriedade das Empresas Combinadas, mas de um terceiro legalmente desvinculado que não seja uma parte relacionada às Empresas Combinadas.

- Somente possam ser usados para pagar ou financiar benefícios pós-emprego e não possam ser devolvidos às Empresas Combinadas, a menos que os ativos que permaneçam no plano sejam suficientes para satisfazer todas as obrigações do plano e da entidade no tocante aos benefícios de atuais e ex-funcionários ou para reembolsar benefícios a funcionários já pagos pelas Empresas Combinadas.

"Ganhos e perdas atuariais" são definidos como aqueles resultantes de diferenças entre as premissas atuariais anteriores e o que efetivamente ocorreu e dos efeitos de mudanças nas premissas atuariais. As Empresas Combinadas utilizam, plano a plano, o método do corredor e efetuam o reconhecimento na demonstração combinada do resultado usando a estimativa de vida útil dos funcionários remanescentes.

O "custo de serviços passados" - que decorre de mudanças nos benefícios pós-emprego atuais ou da introdução de novos benefícios - é reconhecido pelo método linear na demonstração combinada do resultado ao longo do período entre o momento em que surgirem os novos compromissos e a data na qual o funcionário tiver o direito irrevogável de receber os novos benefícios.

Benefícios pós-emprego são reconhecidos na demonstração combinada do resultado da seguinte forma:

- Custo de serviço corrente - definido como o aumento no valor presente das obrigações resultantes de serviços de funcionários no período corrente -, sob a rubrica "Despesas com pessoal".

- Custo de juros - definido como o aumento, durante o exercício, no valor presente das obrigações como resultado do transcurso do tempo -, sob a rubrica "Despesas de juros e encargos similares". Quando as obrigações são apresentadas no passivo do balanço patrimonial combinado, líquidas dos ativos do plano, o custo dos passivos reconhecidos na demonstração do resultado refere-se exclusivamente às obrigações reconhecidas como passivos.

- O retorno esperado sobre ativos do plano e os ganhos ou as perdas sobre o valor dos ativos do plano, sob a rubrica "Juros e receitas similares".

- Os ganhos e as perdas atuariais calculados utilizando-se o método do corredor e o custo não reconhecido de serviços passados, sob a rubrica "Provisões (líquidas)" na demonstração combinada do resultado.

u) Outros benefícios a funcionários de longo prazo

"Outros benefícios a funcionários de longo prazo", definidos como obrigações a beneficiários de aposentadoria antecipada - considerados como aqueles que deixaram de prestar serviços a uma entidade, mas que, sem estar legalmente aposentados, continuam a ter direitos econômicos em face da entidade até que adquiram a situação legal de aposentados -, gratificações por tempo de serviço, obrigações por morte de cônjuge ou invalidez antes da aposentadoria que dependam do tempo de serviço do funcionário com a entidade, e outros itens similares, são tratados para fins contábeis, conforme o caso, da forma estabelecida anteriormente para planos pós--emprego de benefício definido, exceto que todos os custos de serviços passados e ganhos e perdas atuariais são reconhecidos imediatamente (vide nota nº 21).

v) Benefícios por desligamento

Benefícios por desligamento são reconhecidos quando há um plano formal detalhado identificando as mudanças básicas a serem efetuadas, desde que a implementação do plano tenha se iniciado, suas principais características tenham sido publicamente anunciadas ou fatos objetivos relativos à sua implementação tenham sido divulgados.

w) Impostos sobre a renda

Os impostos sobre a renda são calculados à alíquota de 15%, mais um adicional de 10%, e a contribuição social, à alíquota de 15% (9% em 2007 e no período de 1º de janeiro a 30 de abril de 2008) para instituições financeiras, após efetuados os ajustes determinados pela legislação fiscal; para entidades não financeiras, a alíquota da contribuição social é de 9%.

De acordo com o disposto na regulamentação vigente, a expectativa de realização dos créditos tributários das Empresas Combinadas, conforme demonstrada na nota nº 23, está baseada em projeções de resultados futuros e fundamentada em estudo técnico.

A despesa do Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ é reconhecida na demonstração combinada do resultado, exceto quando resulta de uma transação reconhecida diretamente no patrimônio líquido, sendo, nesse caso, o efeito fiscal reconhecido também no patrimônio líquido.

A despesa com impostos sobre a renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota apropriada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer deduções permitidas para fins fiscais) e das variações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Ativos e passivos fiscais diferidos incluem diferenças temporárias, identificadas como os valores que se espera pagar ou recuperar sobre diferenças entre os valores contábeis dos ativos e passivos e suas respectivas bases de cálculo, e créditos e prejuízos fiscais acumulados. Esses valores são mensurados às alíquotas que se espera aplicar no período em que o ativo for realizado ou o passivo for liquidado.

"Ativo fiscal" inclui o valor de todos os ativos fiscais, classificados como "correntes" - valores de impostos a serem recuperados nos próximos 12 meses - e "diferidos" - valores de impostos a serem recuperados em exercícios futuros, incluindo os decorrentes de prejuízos fiscais ou créditos fiscais não aproveitados.

"Passivo fiscal" inclui o valor de todos os passivos fiscais (exceto provisões para impostos), classificados como "correntes" - valor a pagar em relação ao imposto de renda sobre o lucro real do exercício e outros impostos nos próximos 12 meses - e "diferidos" - valor do imposto de renda a pagar em exercícios futuros.

O passivo fiscal diferido é reconhecido para as diferenças temporárias tributáveis associadas a investimentos em subsidiárias, coligadas ou *joint ventures*, exceto quando as Empresas Combinadas forem capazes de controlar o momento da reversão da diferença temporária e, além disso, for provável que a diferença temporária não será revertida em um futuro previsível.

Ativos fiscais diferidos somente são reconhecidos para diferenças temporárias na medida em que seja considerado provável que as Empresas Combinadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais os ativos fiscais diferidos possam ser utilizados, e os ativos fiscais diferidos não resultem do reconhecimento inicial (salvo em uma combinação de negócios) de outros ativos e passivos em uma operação que não afete nem o lucro real nem o lucro contábil. Outros ativos fiscais diferidos (créditos fiscais e prejuízos fiscais acumulados) somente são reconhecidos se for considerado provável que as Empresas Combinadas terão lucros tributáveis futuros suficientes contra os quais possam ser utilizados.

Receitas e despesas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido são contabilizadas como diferenças temporárias.

Os ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos são reavaliados na data de cada balanço patrimonial a fim de determinar se ainda existem, realizando-se os ajustes adequados com base nas constatações das análises realizadas.

O Programa de Integração Social - PIS e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS são calculados à taxa combinada de 4,65% sobre certas receitas e despesas brutas. As instituições financeiras podem deduzir certas despesas financeiras na determinação da base de cálculo do PIS/COFINS. O PIS e a COFINS são considerados como baseados no lucro (baseados em certas receitas e despesas), portanto, e de acordo com o IAS 12, eles são contabilizados como impostos sobre a renda.

x) Demonstrações combinadas dos fluxos de caixa

Os termos a seguir são usados nas demonstrações combinadas dos fluxos de caixa com os significados abaixo:

- Fluxos de caixa: fluxos de entrada e saída de caixa e equivalentes de caixa, que são aplicações financeiras de alta liquidez sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor.

- Atividades operacionais: as principais atividades geradoras de receita de instituições financeiras e outras atividades que não são atividades de financiamento ou de investimento.

- Atividades de investimento: a aquisição e a venda de realizável a longo prazo e outros investimentos não incluídos em caixa e equivalentes de caixa.

- Atividades de financiamento: atividades que resultam em mudanças no tamanho e na composição do patrimônio líquido e do passivo que não são atividades operacionais.

Ao preparar a demonstração combinada dos fluxos de caixa, as aplicações financeiras de alta liquidez que estão sujeitas a um risco insignificante de mudanças no valor foram classificadas como "Caixa e equivalentes de caixa". Consequentemente, as Empresas Combinadas classificam como caixa e equivalentes de caixa os saldos reconhecidos no item "Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil" no balanço patrimonial combinado.

y) *Demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido*

A demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido contidas nestas demonstrações financeiras combinadas apresenta as mutações totais no patrimônio líquido no ano. Por sua vez, essas informações são apresentadas em duas demonstrações: na demonstração combinada de receitas e despesas reconhecidas e na demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido. As principais características das informações contidas nas duas partes da demonstração estão explicadas abaixo:

<u>Demonstração combinada de receitas e despesas reconhecidas</u>

Essa parte da demonstração combinada das mutações do patrimônio líquido apresenta as receitas e despesas geradas pelas Empresas Combinadas como resultado de sua atividade econômica no ano, e a distinção é feita entre as receitas e despesas reconhecidas na demonstração combinada do resultado para o ano e as demais despesas e receitas reconhecidas diretamente no patrimônio líquido combinado.

Consequentemente, essa demonstração apresenta:

a) Lucro combinado.

b) O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas temporariamente no patrimônio líquido combinado na rubrica "Ajustes de avaliação".

c) O valor líquido das receitas e despesas reconhecidas definitivamente no patrimônio líquido combinado.

d) O imposto de renda incorrido pelos itens b) e c) anteriores, exceto para os ajustes de avaliação resultantes de investimentos em coligadas contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, que são apresentados líquidos.

e) As receitas e despesas totais combinadas reconhecidas, calculadas como a soma dos itens a) a d) anteriores, apresentando separadamente o valor atribuível à controladora e o valor relativo às participações minoritárias.

O valor das receitas e das despesas relativas às entidades contabilizadas utilizando-se o método da equivalência patrimonial reconhecidas diretamente no patrimônio líquido é apresentado nesta demonstração, independentemente de sua natureza, no item "Entidades contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial".

Demonstração das mutações do patrimônio líquido

Essa parte da demonstração das mutações do patrimônio líquido apresenta todas as mutações no patrimônio líquido, incluindo aquelas resultantes de mudanças nas políticas contábeis e da correção de erros. Consequentemente, essa demonstração apresenta uma reconciliação do valor contábil no início e no fim do exercício de todos os itens combinados do patrimônio líquido, e quaisquer mudanças são agrupadas com base na sua natureza nos seguintes itens:

a) Ajustes devidos a mudanças nas políticas contábeis e ajustes feitos para corrigir erros: incluem as mudanças no patrimônio líquido combinado decorrentes como resultado da atualização retrospectiva dos saldos nas demonstrações financeiras combinadas devido a mudanças na política contábil ou à correção de erros.

b) Receita e despesa reconhecidas no exercício: incluem, no agregado, o total dos itens acima mencionados reconhecidos na demonstração combinada das receitas e despesas reconhecidas.

c) Outras mudanças no patrimônio líquido: incluem os itens restantes reconhecidos no patrimônio líquido, distribuição de lucros, transações envolvendo suas próprias ações, transferências entre itens do patrimônio líquido e quaisquer outros aumentos ou reduções no patrimônio líquido combinado.

3. Mudança de controle

Em 24 de julho de 2008, o Banco Santander Espanha adquiriu o controle acionário do Grupo ABN AMRO no Brasil. Em 29 de agosto de 2008, conforme discutido adiante, na nota nº 26, a Assembleia Geral Extraordinária aprovou um aumento do capital total do Banco Santander, através da incorporação das ações do Banco Real e da AAB Dois Par detidas pelo Banco Santander Espanha. Adicionalmente, o Banco, em uma transação de permuta de ações, trocou todas as ações remanescentes do Banco Real e da AAB Dois Par detidas pelos acionistas minoritários pelas ações do Banco. Como resultado da contribuição: (a) o Banco Real e a AAB Dois Par tornaram-se subsidiárias integrais do Banco Santander, de acordo com o artigo 252 da Lei nº 6.404/76; (b) o capital social do Banco Santander foi aumentado com base no valor justo das ações do Banco Real e da AAB Dois Par de R$9.131.448 mil para R$47.152.201 mil, e um adicional de R$900.000 mil em reservas; e (c) foram emitidas e entregues ações do Banco Santander aos respectivos acionistas do Banco Real e da AAB Dois Par.

A operação simplificou a estrutura acionária das empresas do Grupo Santander no Brasil e permitiu que os acionistas do Banco Real se tornassem acionistas de uma companhia aberta e tivessem acesso à atual política de dividendos do Banco. Essa nova estrutura permitiu, ainda, a redução de custos administrativos, especialmente os relacionados ao cumprimento de obrigações legais e regulamentares.

A contribuição do Banco Real foi homologada pelo Banco Central do Brasil - BACEN em janeiro de 2009.

4. Disponibilidades e Reservas no Banco Central do Brasil

	Milhares de reais
	2007
Caixa	1.781.775
Depósitos compulsórios no Banco Central (*)	9.167.064
Total	**10.948.839**

(*) Os depósitos compulsórios no Banco Central dizem respeito a um saldo mínimo que as instituições financeiras são obrigadas a manter no BACEN com base em um percentual de depósitos recebidos de terceiros.

5. Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos de "Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito" no balanço patrimonial combinado é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Classificação:	
Empréstimos e financiamentos	12.786.701
	12.786.701
Tipo:	
Depósito a prazo	3.392.562
Operações compromissadas	6.128.942
Outras contas(*)	3.265.197
	12.786.701
Moeda:	
Real	11.442.063
Dólar norte-americano	1.245.738
Outras moedas	98.900
	12.786.701

(*) Inclui principalmente investimentos em moeda estrangeira e depósitos judiciais.

A nota nº 41.d) contém detalhes dos vencimentos dos empréstimos e financiamentos e das taxas de juros médias correspondentes.

6. Instrumentos de dívida

A composição, por classificação, tipo e moeda, dos saldos da rubrica "Instrumentos de dívida" é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Classificação:	
Ativos financeiros para negociação	811.105
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	146.636
Ativos financeiros disponíveis para venda	12.745.782
	13.703.523
Tipo:	
Títulos do governo brasileiro	13.000.035
Outros títulos de dívida	717.205
Perdas por não-recuperação	(13.717)
	13.703.523
Moeda:	
Real	8.792.225
Dólar norte-americano	4.911.298
	13.703.523

Em 31 de dezembro de 2007, os títulos de dívida totalizando R$67.803 mil foram atribuídos a operações compromissadas, R$6.340.389 mil a depósitos compulsórios no BACEN, R$5.300.566 mil para garantir operações com derivativos da Bolsa de Mercadorias & Futuros da Bolsa de Valores de São Paulo - BM&FBovespa e R$1.994.765 mil para depósitos judiciais e outras garantias.

A nota nº 41.d) contém detalhes dos vencimentos dos ativos financeiros disponíveis para venda e das taxas de juros médias correspondentes.

7. Participações acionárias

a) Composição

A composição, por classificação e tipo, dos saldos da rubrica "Outras participações acionárias" é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Classificação:	
Ativos financeiros para negociação	276.555
Ativos financeiros disponíveis para venda	33.242
	309.797
Tipo:	
Ações de empresas nacionais	31.109
Ações de empresas estrangeiras	66
Fundo de investimentos e ações	278.622
	309.797

b) Movimentação

A movimentação do saldo de "Participações acionárias - ativos financeiros disponíveis para venda", bruto de provisões para perdas por não-recuperação, foi conforme segue:

	Milhares de reais
	2007
Saldo no início do exercício	311.434
Alienações/adições líquidas	(291.117)
Outros	(10.107)
Ajustes de avaliação	23.032
Saldo no final do exercício	**33.242**

8. Derivativos (ativo e passivo)

Derivativos para negociação

Os detalhes, por tipo de risco inerente, do valor justo dos derivativos para negociação contratados pelas Empresas Combinadas estão demonstrados a seguir (vide nota nº 41.a)):

	Milhares de reais	
	2007	
	Saldo devedor	Saldo credor
Risco de taxa de juros	1.960.408	738.246
Risco cambial	348.065	987.195
	2.308.473	**1.725.441**

9. Empréstimos e adiantamentos a clientes

a) Composição

A composição, por classificação, dos saldos de "Empréstimos e adiantamentos a clientes" no balanço patrimonial combinado é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Empréstimos e adiantamentos a clientes	64.522.996
Sendo:	
Empréstimos e adiantamentos ao custo amortizado	*67.630.346*
Perdas por não-recuperação	*(3.107.350)*
Empréstimos e adiantamentos a clientes, líquidos	**64.522.996**
Empréstimos e adiantamentos a clientes, brutos	**67.630.346**

A nota nº 41.d) contém detalhes dos vencimentos dos empréstimos e adiantamentos e das taxas de juros médias correspondentes.

Não existem empréstimos e adiantamentos a clientes em valores significativos sem datas de vencimento fixadas.

b) Detalhamento

A seguir, os detalhes, por condição e tipo de crédito, setor do devedor e tipo da taxa de juros, dos empréstimos e adiantamentos a clientes, que refletem a exposição das Empresas Combinadas ao crédito de risco em sua atividade preponderante, brutos das perdas por não-recuperação:

	Milhares de reais
	2007
Condição e tipo de crédito:	
Crédito comercial	180.804
Créditos garantidos	18.217.401
Outros créditos a prazo	38.566.356
Arrendamento mercantil - financeiro	5.356.504
Recebíveis à vista	2.109.467
Ativos não recuperáveis	3.199.814
	67.630.346
Setor do devedor:	
Setor público - Brasil	131.311
Pessoa Física	2.901.226
Entidade privada	27.596.119
Manufatura	12.777.866
Serviços	11.874.563
Outros setores	12.349.261
	67.630.346
Tipo de taxa de juros:	
Juros prefixados	49.387.424
Juros pós-fixados	18.242.922
	67.630.346

c) Perdas por não-recuperação

As variações nas provisões para perdas por não-recuperação nos saldos da rubrica "Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a clientes" e "Empréstimos e financiamentos - empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito" (vide nota nº 5) são as seguintes:

	Milhares de reais
	2007
Saldo inicial	2.531.386
Perdas por não-recuperação debitadas no resultado (líquidas de recuperação)	2.877.906
Baixa de saldos não recuperáveis contra provisão para perdas registrada	(2.301.942)
Saldo no final do exercício	**3.107.350**

Para o período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007, as perdas por não-recuperação debitadas no resultado do exercício totalizaram R$2.470.175 mil e R$1.838.130 mil, respectivamente. Ativos previamente baixados registrados nos exercícios de 2007 totalizaram R$665.142 mil. Levando em conta esses valores e aqueles reconhecidos em "Perdas por não-recuperação debitadas ao resultado no exercício" na tabela anterior, as perdas por não-recuperação em "Empréstimos e recebíveis" totalizaram R$3.543.048 mil em 2007.

d) Ativos não recuperáveis

A movimentação do saldo dos ativos financeiros classificados como "Empréstimos e recebíveis - empréstimos e adiantamentos a clientes" e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito foi conforme segue:

	Milhares de reais
	2007
Saldo inicial	2.501.763
Adições líquidas	2.999.993
Ativos baixados	(2.301.942)
Saldo no final do exercício	**3.199.814**

Esse valor, após serem deduzidas as provisões correspondentes, representa a melhor estimativa das Empresas Combinadas do valor justo dos ativos não recuperáveis.

A seguir, os detalhes dos ativos financeiros classificados como empréstimos e recebíveis e considerados como não recuperáveis devido a risco de crédito em 31 de dezembro de 2007, classificados pela idade de vencimento:

	Milhares de reais						
	Com saldos não vencidos ou vencidos há menos de 3 meses	Com saldos vencidos de					Total
		3 a 6 meses	6 a 12 meses	12 a 18 meses	18 a 24 meses	Mais de 24 meses	
31 de dezembro de 2007	966.472	917.850	1.288.332	22.368	1.281	3.511	3.199.814

10. Ativo não correntes para venda

Em 31 de dezembro de 2007, o valor total do ativo não acorrente para venda dizia respeito a bens ativos não de uso.

Ativos tangíveis recebidos em dação de pagamento e que foram destinados à venda em até um ano até a conclusão de leilões.

11. Participações em coligadas

a) Composição

A composição, por empresa, do saldo de "Participações em coligadas" (vide nota nº 2.b) está demonstrada a seguir:

		Milhares de reais			
	Participação	Investimentos	Resultados dos investimentos		
	2007	2007	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Cia. Brasileira de Securitização - CIBRASEC (1)	4,55%	5.185	-	213	-
Tecnologia Bancária - TECBAN (1)	8,96%	15.649	(919)	(613)	(927)
Cia. Brasileira de Soluções de Serviços - CBSS (1)	15,32%	11.962	6.951	3.525	5.476
Celta Holdings S.A.	26,00%	32.033	(1.233)	(1.054)	(2.154)
Diamond Finance Promotora de Vendas S.A.	25,50%	518	-	319	687
Interchange Serviços S.A.	25,00%	14.119	1.375	1.205	2.102
Cia. Brasileira de Meios de Pagamento - VISANET (*)	14,38%	86.566	149.597	82.388	126.883
Marlim Participações S.A. (1)	14,56%	7.089	792	(2.105)	(1.761)
Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A.	49,99%	86.910	33.736	33.640	39.588
Cia. de Arrendamento Mercantil Renault do Brasil	39,77%	3.910	(92)	361	455
Cia. de Crédito, Financiamento e Investimento Renault do Brasil	39,55%	69.146	7.290	9.618	11.055
Outros		215	(4.258)	9.221	1.204
		333.302	**193.239**	**136.718**	**182.608**

(*) Embora as participações fossem inferiores a 20%, o Banco presumiu influência significativa sobre essas participações, que foi comprovada devido à representação do Banco no Conselho de Administração das investidas e participação no processo de elaboração de políticas, incluindo participação em decisões sobre dividendos e transações significativas entre o Banco e as investidas.

b) Movimentação

A movimentação do saldo desta rubrica está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais
	2007
Saldo inicial	311.051
Aquisições e aumentos de capital	2.244
Reduções de capital e alienações	(12.741)
Resultado de equivalência patrimonial	182.608
Dividendos recebidos	(162.498)
Outras variações	12.638
Saldo no final do exercício	**333.302**

c) Perdas por não-recuperação

Não foram contabilizadas perdas por não-recuperação em relação a investimentos em coligadas em 2008 ou 2007.

d) Outras divulgações

A seguir, um resumo das informações financeiras das coligadas (obtidas a partir das informações disponíveis na data-base das informações financeiras). Vale destacar que nenhuma das coligadas teve um exercício fiscal diferente do ano fiscal adotado pelo Banco.

	Milhares de reais
	2007
Total do ativo	11.260.059
Total do passivo	9.621.303
Total do lucro	**1.016.883**
Total da receita	**4.341.661**

12. Ativo tangível

Os ativos tangíveis das Empresas Combinadas referem-se a imobilizado para uso próprio. As Empresas Combinadas não possuem ativos tangíveis mantidos como propriedade de investimento nem arrendados sob a condição de arrendamentos operacionais. As Empresas Combinadas também não celebraram nenhum contrato de arrendamento de capital durante o período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007 e durante o exercício fiscal encerrado em 31 de dezembro de 2007.

Os detalhes, por categoria de bens, dos ativos tangíveis no balanço patrimonial combinado são os seguintes:

	Milhares de reais			
	Custo	Depreciação acumulada	Perdas por não--recuperação	Saldo líquido
Terrenos e edificações	484.032	(198.324)	(19.006)	266.702
Equipamentos de Tecnologia da Informação - TI e periféricos	594.818	(435.986)	-	158.832
Móveis e veículos	1.096.126	(562.024)	-	534.102
Benfeitorias em andamento e outros itens	91.361	-		91.361
Saldo no final do exercício	**2.266.337**	**(1.196.334)**	**(19.006)**	**1.050.997**

Movimentação

A movimentação do "Ativo tangível" no balanço patrimonial combinado está demonstrada abaixo:

	2007
Custo:	
Saldo inicial	2.017.870
Adições/baixas (líquidas)	241.983
Transferências e outras variações	8.259
Variação cambial e outros itens (líquidos)	(1.775)
Saldo no final do exercício	**2.266.337**
Depreciação acumulada:	
Saldo inicial	(1.067.639)
Baixas	57.028
Transferências e outras variações	(1.313)
Despesa no exercício	(184.768)
Variação cambial e outros itens (líquidos)	358
Saldo no final do exercício	**(1.196.334)**
Perda por não-recuperação:	
Saldo no início do ano	(18.092)
Despesa por não-recuperação no exercício	(914)
Saldo no final do exercício	**(19.006)**
Ativo tangível, líquido	**1.050.997**

Nos períodos findos em 29 de agosto de 2008 e de 2007, a despesa de depreciação totalizou R$140.381 mil e R$119.628 mil, respectivamente. A despesa de depreciação foi incluída em "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado.

13. Ativo intangível - ágio

A composição do ágio, por empresa que o gerou, está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais
	2007
Banco Real	203.379
Grupo Sudameris	368.445
Outros	9.912
Saldo no final do exercício (*)	**581.736**

(*) Refere-se a ágio gerado na aquisição de investimentos, representados por empresas subsequentemente incorporadas, fundamentado na expectativa de lucratividade futura.

A movimentação dos saldos de ágio está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais
	2007
Saldo inicial	583.925
Outros	(2.189)
Saldo no final do exercício	**581.736**

Ao final de cada período, avalia-se a recuperabilidade do valor dos ativos. Se houver evidência de perda de valor, o Banco estima o valor recuperável do ativo, independentemente de haver alguma evidência de não-recuperabilidade do valor. O teste de perda por não-recuperação (*impairment*), que consiste em comparar o valor contábil da unidade geradora de caixa com o seu valor recuperável, é efetuado anualmente.

Com base no exposto e de acordo com as estimativas, projeções e avaliações disponíveis para os administradores das Empresas Combinadas até 29 de agosto de 2008 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007, as Empresas Combinadas não detectaram e, portanto, não reconheceram nenhuma perda por não-recuperação.

14. Ativo intangível - outros ativos intangíveis

A composição do saldo de "Outros ativos intangíveis" é a seguinte:

	Vida útil estimada	Milhares de reais
		2007
Com vida útil definida:		
Desenvolvimentos de TI	Três anos (*)	624.635
Relacionamento com o cliente		261.832
Outros ativos		164.601
Perdas por não-recuperação		(425.850)
		625.218

(*) Inclui relacionamento com clientes do varejo, de *middle market* e *core deposits* (depósitos a prazo, à vista e poupança) do Banco Real e contratos de exclusividade para prestar serviços bancários (valores pagos relativos a contratos de parceria comercial com setores públicos e privados para assegurar exclusividade por serviços bancários de processamento de crédito de folha de pagamento e crédito consignado, manutenção de carteira de cobrança, serviços de pagamento a fornecedores e outros serviços bancários). O intangível "relacionamento com o cliente" do Banco Real é amortizado em dez anos, enquanto os contratos de exclusividade para prestação de serviços bancários são amortizados durante a vigência dos respectivos contratos.

A movimentação do saldo de "Outros ativos intangíveis" está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais
	2007
Saldo inicial	532.007
Adições/alienações (líquidas)	254.686
Amortização	(154.500)
Diferenças cambiais e outras variações (líquidas)	(6.975)
Saldo no final do exercício	**625.218**

A despesa de amortização, incluída em "Depreciação e amortização" na demonstração do resultado, totalizou R$147.655 mil e R$91.353 mil nos períodos findos em 29 de agosto de 2008 e de 2007, respectivamente.

Não foi reconhecida nenhuma perda por não-recuperação no período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2007.

15. Outros ativos

A composição do saldo de "Outros ativos" está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais
	2007
Antecipações e lucro acumulado	178.840
Incentivos fiscais	151.038
Outros créditos	655.318
	985.196

16. Depósitos de instituições de crédito

A composição, por classificação, contraparte, tipo e moeda, dos saldos dessa rubrica é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Classificação:	
Passivo financeiro ao custo amortizado	26.347.431
Tipo:	
Depósitos à vista	59.028
Depósitos a prazo	11.603.436
Operações compromissadas	14.683.149
Outros	1.818
	26.347.431
Moeda:	
Reais	21.560.436
Dólar norte-americano	3.051.794
Outras moedas	1.735.201
	26.347.431

A nota nº 41.d) contém detalhes dos períodos de vencimento residual do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

17. Depósitos de clientes

A composição, por classificação, área geográfica e tipo, do saldo da rubrica "Depósitos de clientes" é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Classificação:	
Passivo financeiro ao custo amortizado	55.365.410
	55.365.410
Área geográfica:	
Brasil	55.136.119
Estados Unidos e Porto Rico	229.291
	55.365.410
Tipo:	
Depósitos à vista:	
Contas correntes	9.469.767
Cadernetas de poupança	10.671.509
Depósitos por prazo fixo	33.134.165
Depósitos de desconto	44.743
Operações compromissadas	2.045.226
	55.365.410

A nota nº 41.d) contém detalhes dos vencimentos do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes.

18. Captações no mercado aberto

A composição, por classificação e tipo, dos saldos de "Captações no mercado aberto" é a seguinte:

	Milhares de reais
	2007
Classificação:	
Passivo financeiro ao custo amortizado	3.001.419
	3.001.419
Tipo:	
Títulos financeiros e debêntures em circulação	1.932.926
Notas e outros títulos	1.068.493
Sendo:	
Letras de Crédito Imobiliário - LCI	650.075
Total	**3.001.419**

Em 31 de dezembro de 2007, nenhuma dessas emissões foi convertida em ações das Empresas Combinadas ou obteve privilégios ou direitos que, em determinadas circunstâncias, as tornaria conversíveis em ações.

A nota nº 41.d) contém detalhes dos vencimentos do passivo financeiro ao custo amortizado e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

A composição, por moeda de emissão, do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Moeda de emissão	Milhares de reais 2007	Taxa anual de juros
Real	1.963.145	16,20%
Dólar norte-americano	1.038.274	3,00%
Saldo no final do exercício	**3.001.419**	

As variações na rubrica "Captações no mercado aberto" estão demonstradas abaixo:

	Milhares de reais 2007
Saldo inicial	2.825.696
Emissões de títulos financeiros	2.753.840
Variações cambiais	(285.045)
Amortização	(2.734.533)
Juros	441.461
Saldo no final do exercício	**3.001.419**

Para o período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007, a receita financeira totalizou R$ 224.622 mil e R$ 250.111 mil, respectivamente, e foi incluída na rubrica "Despesa de juros e encargos semelhantes" da demonstração do resultado.

19. Dívidas subordinadas

a) Composição

A composição do saldo de "Dívidas subordinadas" é a seguinte:

					Milhares de reais 31/12/2007
	Emissão	Vencimento	Valor	Taxa de juros	Total
Notas pós-fixadas (*floating rate notes*)	Novembro/99	Novembro/09	US$170 milhões	Libor + 4,5%	122.205
Notas pós-fixadas (*floating rate notes*)	Novembro/99	Novembro/09	US$30 milhões	Libor + 4,5%	21.549
Certificados de depósito subordinado (*)	Janeiro/07	Janeiro/13	R$50 milhões	104,0% do CDI	56.019
Certificados de depósito subordinado (*)	Janeiro/07	Janeiro/13	R$250 milhões	104,0% do CDI	279.668
Certificados de depósito subordinado (*)	Janeiro/07	Janeiro/14	R$250 milhões	104,5% do CDI	279.818
Certificados de depósito subordinado (*)	Julho/07	Julho/14	R$616 milhões	104,5% do CDI	645.206
Certificados de depósito subordinado (*)	Julho/07	Julho/14	R$269 milhões	104,5% do CDI	281.466
Certificados de depósito subordinado (*)	Agosto/07	Agosto/13	R$300 milhões	100,0% do CDI + 0,43% a.a.	313.269
Total					**1.999.200**

(*) Certificados de depósitos emitidos pelo Banco com remunerações pagas no fim do período com o principal.

A composição, por moeda de emissão, do saldo de "Dívidas subordinadas" é a seguinte:

Moeda de emissão	Milhares de reais 2007	31 de dezembro de 2007 Taxa média de juros
Real	1.855.446	11,61%
Dólar norte-americano	143.754	9,22%
Saldo no final do exercício	**1.999.200**	**11,44%**

A nota nº 41.d) contém detalhes dos vencimentos do passivo subordinado no fim do exercício e das taxas de juros médias correspondentes em cada exercício.

20. Outros passivos financeiros

A composição dos saldos desses itens é a seguinte:

	Milhares de reais 2007
Câmaras de compensação	1.153
Impostos a recolher	294.288
Transações pendentes de liquidação	1.342.281
Cartões de crédito	2.071.860
Outros passivos financeiros	249.045
Total	**3.958.627**

A nota 41.d) contém detalhes dos períodos de vencimento residual de outros ativos e passivos financeiros em cada fim de exercício.

21. Provisões

a) Composição

A composição do saldo da rubrica "Provisões" é a seguinte:

	Milhares de reais 2007
Provisões para pensões e obrigações similares	259.084
Provisões para obrigações legais, compromissos e outras provisões	3.184.193
Provisões	**3.443.277**

b) Movimentação

A seguir, a movimentação do saldo de provisões para planos de previdência complementar:

	Milhares de reais 2007		
	Planos	Provisões para obrigações legais e compromissos	Total
Saldo inicial	165.487	2.764.383	2.929.870
Inclusão líquida de entidades no Banco	-	9.813	9.813
Adições debitadas ao resultado:			
Despesas de juros e encargos semelhantes (nota nº 30)	17.589	-	17.589
Custos com *staff* (nota nº 37)	682	-	682
Adições a provisões	81.671	846.640	928.311
Pagamentos a fundos externos	(6.345)	(232.213)	(238.558)
Transferências, diferenças cambiais e outras variações	-	(204.430)	(204.430)
Saldos no final do exercício	**259.084**	**3.184.193**	**3.443.277**

Para o período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007, as provisões suplementares totalizaram R$ 472.139 mil e R$ 302.866 mil, respectivamente, e foram incluídas na rubrica "Provisões (líquidas)" da demonstração do resultado.

c) Provisões para pensões e obrigações similares

i. Plano de pensão complementar

As Empresas Combinadas e suas subsidiárias patrocinam entidades fechadas de previdência privada, de previdência complementar, com a finalidade de conceder aposentadorias e pensões complementares às concedidas pela Previdência Social, conforme definido no regulamento básico de cada plano.

- **Holandaprevi**

Plano na forma de contribuição definida a partir de 1999, custeado principalmente pelo Banco Real e administrado pela Holandraprevi Sociedade de Previdência Privada.

- **Previban**

Plano na forma de benefício definido, administrado pela Previban - Previdência Privada Paraiban, patrocinado pelo Banco Real, tendo como participantes os ex-funcionários do Banco da Paraíba S.A. - Paraiban. Esse plano está fechado para novas adesões e em processo de retirada de patrocínio.

- **Bandeprev**

Plano na forma de benefício definido, patrocinado pelo Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE e pelo Banco Real, administrado pelo Bandeprev - Bandepe Previdência Social. Os planos estão divididos em plano básico e plano especial de aposentadoria suplementar, com diferenciações de elegibilidade, contribuições e benefícios por subgrupos de participantes. Ambos os planos estão fechados a novas adesões. Em decorrência da cisão das operações do Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE e posterior incorporação no Banco Real, os funcionários dessa empresa foram transferidos para o Banco Real em 1° de maio de 2006.

Três planos administrados pela Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social, patrocinados pelo Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., com as seguintes características:

- Plano de aposentadoria complementar na forma de benefícios definidos, em processo de descontinuidade desde 1° de julho de 1998.

- Plano de benefícios II, estabelecido na forma de benefícios definidos em 1° de julho de 1998, incluindo cobertura por morte e invalidez. O plano não admite novos participantes desde 8 de julho de 1999.

- Plano de benefícios III, plano estabelecido na forma de benefício definido em 1° de julho de 1998, fechado para novas adesões. O plano está em processo de retirada de patrocínio.

- **FASASS**

  Três planos administrados pela Fundação América do Sul de Assistência e Seguridade Social, patrocinados pelo Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A., com as seguintes características:

  - Plano de aposentadoria complementar na forma de benefícios definidos, em processo de descontinuidade desde 1° de julho de 1998.

  - Plano de benefícios II, estabelecido na forma de benefícios definidos em 1° de julho de 1998, incluindo cobertura por morte e invalidez. O plano não admite novos participantes desde 8 de julho de 1999.

  - Plano de benefícios III, plano estabelecido na forma de benefício definido em 1° de julho de 1998, fechado para novas adesões. O plano está em processo de retirada de patrocínio.

  Esse plano está fechado para novas adesões e em processo de retirada de patrocínio.

ii. Técnicas atuariais

O valor das obrigações de benefício definido foi determinado por atuários independentes utilizando as seguintes técnicas atuariais:

- **Método de avaliação:**

  - Método do crédito unitário projetado, que vê cada ano de serviço resultando em uma unidade adicional de direito ao benefício e mede cada unidade separadamente.

- **Taxa de desconto nominal para a obrigação atuarial:**

  - Bandeprev, Holandaprevi, Previban e FASASS - 10,3%.

- **Taxa de rendimento real esperada sobre os ativos do plano:**

  - Bandeprev - 12,1%, FASASS - 13%, Holandaprevi e Previban - 11,8%.

- **Taxa estimada de inflação no longo prazo e índices estimados de aumento nominal dos salários e benefícios:**

  - Bandeprev, Holandaprevi e Previban - aumento salarial de 4,0% e inflação de 5%.

  - Previban e FASASS - crescimento nulo, uma vez que não possuem participantes ativos.

- **Tábua biométrica de mortalidade geral:**

  - Holandaprevi e Bandeprev - AT-2000 segregada por sexo.

  - Previban - UP-94 segregada por sexo.

- **Tábua biométrica de entrada em invalidez e mortalidade de inválidos:**

  - Bandeprev, Holandaprevi e Previban - *Mercer Disability* e Tábua de Mortalidade para Inválidos: IAPB57.

- **Tábua de rotatividade esperada:**

  - Holandaprevi segregada por idade conforme taxas a seguir, por faixas de salários mínimos (SM): até 10SM - de 10% a 7%; de 10SM até 20SM - de 9% a 6%; e acima de 20SM - de 8% a 5%.

  - Bandeprev segue as faixas: até 10SM = 0,45/(tempo de serviço+1); de 10SM até 20SM = 0,30/(tempo de serviço + 1); e acima de 20SM = 0,15/(tempo de serviço + 1).

  - Previban é nula, uma vez que não possui participantes ativos.

- **Probabilidade de ingresso em aposentadoria: 100% na primeira elegibilidade.**

iii. Assistência médica e odontológica

- **Aposentados pela Holandaprevi**

  O plano de assistência médica aos aposentados da Holandaprevi é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 30% do custo do plano básico por parte da patrocinadora, devido apenas aos assistidos que entraram em gozo de benefícios até 31 de dezembro de 2002. O custeio é feito de forma direta pelo patrocinador.

- **Ex-funcionários do Banco Real (aposentados por Circulares)**

  O plano de assistência médica referente aos ex-funcionários do Banco Real é de natureza vitalícia e conta com subsídio de 90% do custo do plano básico por parte do patrocinador.

- **Aposentados pela Bandeprev**

  O plano de assistência médica aos aposentados pelo plano da Bandeprev oferece benefício vitalício, cuja responsabilidade é das Empresas Consolidadas, cobertura de 50% para os empregados aposentados até a data em que ocorreu a privatização do patrocinador Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE e cobertura de 30% para os empregados aposentados e que vierem a se aposentar após a data em que ocorreu a privatização.

- **Diretor com benefícios vitalícios**

  Benefício vitalício de assistência médica para os ex-diretores do Banco Sudameris Brasil S.A., oferecido a quem exerceu a função de diretor do Banco Sudameris Brasil S.A. por período igual ou superior a dez anos (massa fechada). Com a incorporação do Banco Sudameris Brasil S.A., o Banco Real torna-se responsável por garantir esse benefício.

- **Seguro de vida para aposentados do Banco Real**

  Consiste em uma apólice de seguro de vida para o grupo de ex-empregados do Banco Real. Em caso de falecimento do participante, seu dependente recebe o capital segurado e, em caso de falecimento do cônjuge, o titular recebe 50% dessa quantia. O Banco Real subsidia 45% do prêmio total (massa fechada).

- **Clínica Grátis**

  O plano de assistência médica Clínica Grátis é oferecido de forma vitalícia aos aposentados que tenham contribuído à Fundação Sudameris por no mínimo 25 anos e conta com participação financeira do usuário no custeio do plano. O plano é oferecido somente em padrão enfermaria.

- **Aposentados pelo FASASS**

  Até setembro de 2004, os aposentados pelo FASASS participavam do Plano de Assistência Médica do Patrocinador, arcando integralmente com o custo individual e obtendo um benefício indireto pela diluição do custo na população ativa (maior e mais jovem).

  Após outubro de 2004, o benefício foi extinto com a segregação entre os funcionários na ativa participantes do FASASS e os funcionários aposentados.

- **Plano de Previdência Complementar PLASAS - FASASS**

  Plano de assistência médica criado em 1º de julho de 1989 permitindo participação opcional. Esse plano complementa o plano de assistência médica cobrindo apenas casos de internação hospitalar.

  O PLASAS possui uma reserva constituída de contribuições pelos próprios participantes e pelos participantes do FASASS, que se encontra suspenso desde agosto de 1999. O plano encontra-se fechado a novas adesões desde julho de 1999.

A situação de custeio das obrigações de benefício definido em 2007 é a seguinte:

	Milhares de reais	
	Planos de aposentadoria	Outras obrigações similares
	2007	
Valor presente das obrigações:		
A funcionários ativos	98.047	26.792
Obrigações a vencer a funcionários aposentados	1.263.806	251.890
	1.361.853	**278.682**
Menos:		
Valor justo dos ativos do plano	1.565.739	92.111
(Ganhos) perdas atuariais não reconhecidos	(106.251)	(3.544)
Ativos não reconhecidos	(98.210)	(68.394)
Custo não reconhecido de serviço passado	-	-
Provisões - provisões para planos de previdência complementar	575	258.509

Os valores reconhecidos na demonstração combinada em relação às obrigações na forma de benefício definido acima mencionadas são os seguintes:

	Milhares de reais					
	Planos de aposentadoria			Outras obrigações semelhantes		
	29/08/08	29/08/07	31/12/07	29/08/08	29/08/07	31/12/07
Custo do serviço corrente	35	140	209	73	315	473
Custo dos juros	111.578	98.447	147.670	29.713	18.695	28.041
Rendimento esperado do ativo do plano	(111.549)	(98.447)	(147.670)	(8.804)	(7.072)	(10.452)
Encargos extraordinários:						
Perdas (ganhos) atuariais reconhecidos no exercício	19	9	15	-	-	-
Serviço passado	-	-	-	-	-	-
Outros			-	1	7.585	81.657
Total	**83**	**149**	**224**	**20.983**	**19.523**	**99.719**

As variações no valor presente das obrigações acumuladas na forma de benefício definido são as seguintes:

	Milhares de reais	
	Planos de aposentadoria	Outras obrigações similares
	2007	
Valor presente das obrigações no início do exercício	1.248.879	164.712
Custos do serviço corrente	209	473
Custo dos juros	147.670	28.041
Efeito da liquidação	4.041	-
Benefícios pagos	(69.328)	(6.125)
Serviço passado	-	-
Perdas (ganhos) atuariais	77.479	11.884
Outros	(47.097)	79.697
Valor presente das obrigações no final do exercício	**1.361.853**	**278.682**

As variações no valor justo dos ativos do plano foram as seguintes:

	Milhares de reais	
	Planos de aposentadoria	Outras obrigações similares
	2007	2007
Valor justo dos ativos do plano no início do exercício	1.419.518	74.661
Rendimento esperado do ativo do plano	147.670	10.452
Ganhos (perdas) atuariais	72.322	(793)
Contribuição do Banco	277	-
Benefícios pagos	(74.048)	(249)
Variações cambiais e outros itens	-	8.040
Valor justo dos ativos do plano no final do exercício	**1.565.739**	**92.111**

De 1 de janeiro a 29 de agosto de 2008, as Empresas Combinadas fizeram contribuições para o plano de contribuição definida que totalizaram R$62.775 mil. A partir de 29 de agosto, espera-se que essas contribuições passem a ser feitas pela controladora e aos mesmos valores das contribuições feitas em 2007. As principais categorias de ativos do plano em relação aos ativos totais do plano são as seguintes:

	2007
Instrumentos de dívida	85,7%
Instrumentos de participação acionária	12,7%
Bens imóveis	1,0%
Outros	0,6%

O rendimento esperado do ativo do plano foi determinado com base nas expectativas de mercado para rendimentos ao longo da duração das obrigações correspondentes.

A tabela abaixo mostra os benefícios estimados a pagar em 31 de dezembro de 2007 para os próximos dez anos:

	Milhares de reais
2008	108.059
2009	110.803
2010	114.227
2011	117.951
2012	121.613
2013 a 2017	665.456
Total	**1.238.109**

d) Provisões para compromissos e outras provisões

As Empresas Combinadas estão envolvidas em processos administrativos e legais nas áreas tributária, civil e trabalhista por questões suscitadas no curso normal de seus negócios.

As reservas foram reconhecidas com base na natureza, na complexidade e no histórico dos processos e nas opiniões de assessores jurídicos internos e externos. A política das Empresas Combinadas é provisionar o valor total dos processos, independentemente da avaliação do *status* do processo e da probabilidade de ganho.

Obrigações legais - tributárias e previdenciárias foram integralmente reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração considera que as provisões contabilizadas são suficientes para cobrir as prováveis perdas nos processos.

i. Obrigações legais e outras contingências - fiscais e previdenciárias

Referem-se a processos legais e procedimentos administrativos envolvendo obrigações tributárias e previdenciárias nas esferas federal, estadual e municipal, que consistem em obrigações.

Processo aberto pela ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A. em 24 de agosto de 2000, requerendo a dedutibilidade para fins de imposto de renda da despesa de depreciação e amortização no mesmo período em que a receita de arrendamento é reconhecida. A entidade obteve decisão favorável em 16 de abril de 2008. O Fisco recorreu da decisão e a questão aguarda o julgamento do Tribunal Regional Federal - TRF.

A Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil e o Banco Real entraram com diversos processos legais e administrativos pleiteando a dedutibilidade das despesas com a provisão para devedores duvidosos em 1995.

O Banco Real e as demais empresas do Grupo no Brasil estão envolvidos em diversos processos legais contra vários municípios que exigem o recolhimento do Imposto Sobre Serviços - ISS sobre certos itens da receita proveniente de transações não classificadas como prestação de serviços.

Contribuição Social sobre o Lucro Líquido - CSLL - isonomia de alíquotas - R$317.905 mil - processo questionando a alíquota de contribuição social diferenciada para instituições financeiras e entidades afins de 1994 a 1998, mais alta que as alíquotas impostas a pessoas jurídicas de outros ramos, ferindo o princípio constitucional do tratamento fiscal igualitário. O processo encontra-se em fase de julgamento final no TRF e no Supremo Tribunal Federal - STF.

PIS e COFINS - Lei nº 9.718/98 - R$1.322.630 mil - processos pleiteando o direito de recolher PIS e COFINS sobre o faturamento total, ou seja, a receita proveniente de serviços prestados, contrariando as disposições do artigo 3º, parágrafo 1º, da Lei nº 9.718/98. Os processos aguardam julgamento no TRF.

ii. Contingências trabalhistas

Referem-se basicamente a processos movidos por ex-funcionários reivindicando pagamento de horas extras e por ex-funcionários de empresas terceirizadas exigindo o reconhecimento de vínculo empregatício e o pagamento de verbas rescisórias. Os valores das contingências são provisionados de acordo com a Política de Provisão e Contingências, aprovada pelo Comitê Executivo do Banco, como descrito a seguir:

(i) Análise individual - valores de perdas potenciais envolvendo reclamações individualmente significativas são analisados separadamente, considerando o estágio atual do processo, a posição do tribunal sobre a matéria em discussão e a opinião dos advogados internos e externos. Constitui-se reserva para contingência no valor integral considerado como risco de perda provável.

(ii) Provisão no valor do saldo dos depósitos judiciais efetuado para o processo - no caso de reclamações trabalhistas com depósitos judiciais, constitui-se provisão com base no saldo dos depósitos. O valor provisionado corresponde ao percentual de depósitos judiciais convertidos em pagamento nos processos julgados nos últimos 24 meses. Esse percentual é revisado a cada 6 meses.

(iii) Provisão coletiva - para os demais processos, constitui-se provisão com base na média histórica de perdas nos processos julgados nos últimos 24 meses. A média histórica de perdas é revisada a cada 6 meses.

iii. Contingências cíveis

Referem-se a processos de indenização por danos morais e/ou materiais, entre outros. Os valores das provisões são determinados de acordo com a Política de Contingências aprovada pelo Comitê Executivo, conforme segue:

(i) Análise individual - valores de perdas potenciais envolvendo reclamações individualmente significativas são analisados separadamente, considerando o estágio atual do processo, a posição do tribunal sobre a matéria em discussão e a opinião dos advogados internos e externos. Constitui-se reserva para contingência no valor integral considerado como risco de perda provável.

(ii) Provisão no valor do saldo dos depósitos judiciais efetuado para o processo - no caso de reclamações cíveis com depósitos judiciais, constitui-se provisão com base no saldo dos depósitos. O valor provisionado corresponde ao percentual de depósitos judiciais convertidos em pagamento nos processos julgados nos últimos 24 meses. Esse percentual é revisado a cada 12 meses.

(iii) Provisão coletiva - para os demais processos, constitui-se provisão com base na média histórica de perdas nos processos julgados nos últimos 18 meses. A média histórica de perdas é revisada a cada 6 meses.

iv. Outros processos sob a responsabilidade de ex-acionistas controladores

De acordo com o contrato celebrado quando o controle do Banco Sudameris Brasil S.A. e de suas controladas foi adquirido, através de um Acordo de Compra e Venda de Ações firmado em 13 de junho de 2003, a Banca Intesa S.p.A., na condição de vendedor, e conforme parâmetros previamente estabelecidos, concordou em indenizar o comprador (Banco Real, sucessor na fusão do ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.) por todos os prejuízos, danos ou custos decorrentes de processos fiscais, cíveis e trabalhistas e processos na esfera administrativa, cujos fatos geradores tenham ocorrido antes da aquisição do controle acionário pelo Banco Real. Em 31 de dezembro de 2007, o saldo de indenizações a receber é de R$357.303 mil.

v. Passivos contingentes classificados como de risco de perda possível

Referem-se a processos judiciais e procedimentos administrativos envolvendo obrigações fiscais e previdenciárias, conforme segue:

- **Contribuição Provisória sobre Movimentações Financeiras - CPMF:** questiona a cobrança da tarifa sobre transações sujeitas à aliquota zero de CPMF descritas nas Portarias da Receita, no artigo 8º, item III, da Lei nº 9.311/96, para empresas de arrendamento comercial. O valor envolvido na causa é de aproximadamente R$201.210 mil.
- **CSLL - inconstitucionalidade - inelegibilidade à anistia pela Lei nº 9.779/99:** questiona o fato de que as entidades que aderiram à anistia concedida por essa Lei não cumpriram integralmente as exigências nela contidas sob a alegação de que não havia medida legal cobrindo todos os períodos nos quais os recolhimentos foram efetuados (1989 a 1999). O valor envolvido atualizado é de aproximadamente R$152.385 mil.
- **CSLL - isonomia de alíquota fiscal em períodos anteriores:** processo relativo à diferença da alíquota de contribuição social aplicada a instituições financeiras e entidades equivalentes na primeira metade de 1996, pois essa alíquota era maior do que as alíquotas aplicadas às demais pessoas jurídicas, o que contraria o princípio constitucional de precedência e não-retroatividade. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$148.609 mil.
- **CSLL - trânsito em julgado:** mandado de segurança impetrado com o objetivo de garantir o direito de não contabilizar o crédito fiscal formalizado pela Receita Federal relativo a alegadas irregularidades no pagamento da CSLL, já que o Banco obteve uma decisão final cancelando o pagamento da CSLL, em conformidade com as Leis nº 7.689/88 e nº 7.787/89. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$146.176 mil.
- **PIS - inelegibilidade à anistia concedida pela Lei nº 9.779/99:** questiona o fato de que as entidades que aderiram à anistia concedida por essa Lei não cumpriram integralmente as exigências nela contidas, entre as quais: (i) não-recolhimento do valor integral do débito fiscal; e (ii) ausência de litígio cobrindo os períodos de vigência das Emendas Constitucionais nº 10/96 e nº 17/97. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$101.717 mil.
- **ISS:** busca garantir o direito de não contabilizar o crédito fiscal formalizado pelo Município de São Paulo, relacionado com a incidência de ISS sobre serviços prestados pelas empresas de arrendamento, sob a alegação de que a praça de arrecadação do imposto estava incorreta. O valor atualizado envolvido é de aproximadamente R$97.917 mil.

22. Outras obrigações

A composição do saldo de "Outras obrigações" está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais
	2007
Transações em andamento	185.665
Despesas provisionadas e receita diferida	948.447
Outras obrigações	183.785
Provisão para aquisição de imobilizado (CAPEX)	131.242
Outros	245.528
	1.694.667

23. Assuntos fiscais

a) *Impostos sobre a renda e contribuição social*

O total dos encargos do exercício pode ser conciliado com o lucro contábil como segue:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Lucro antes da tributação, líquido da participação no resultado	**2.281.603**	**2.649.339**	**4.153.807**
Juros sobre o capital próprio (1)	(373.000)	(290.760)	(627.639)
Lucros a realizar	-	-	-
Lucro antes da tributação	**1.908.603**	**2.358.579**	**3.526.168**
Alíquota (25% de imposto de renda e 15% de contribuição social) (*)	**(763.441)**	**(801.917)**	**(1.198.897)**
PIS e COFINS (líquidos de imposto de renda e contribuição social) (2)	(316.450)	(343.947)	(574.097)
Equivalência patrimonial	77.296	46.484	62.087
Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido (3)	92.418	22.632	72.878
Despesas não dedutíveis e provisões	44.161	33.645	80.029
Variação cambial - filiais no exterior (4)	(110.652)	(112.373)	(233.404)
Efeitos do imposto de renda e da contribuição social sobre as diferenças temporárias de anos anteriores	510	11.222	15.879
Efeitos das mudanças nas alíquotas e no resultado das controladas à alíquota de 9%	117.627	-	-
Outros ajustes	(48.412)	29.407	55.168
Imposto de renda e contribuição social	**(906.943)**	**(1.114.847)**	**(1.720.357)**
Sendo:			
Imposto corrente	*(2.075.725)*	*(1.639.301)*	*(2.686.146)*
Impostos diferidos	*1.168.782*	*524.454*	*965.789*
Impostos pagos no exercício	*(1.392.650)*	*(919.678)*	*(1.520.656)*

(*) 25% e 9% para 2007.

(1) Valor distribuído aos acionistas como juros atribuíveis ao patrimônio líquido. Para fins contábeis, embora os juros devessem estar refletidos na demonstração do resultado para dedução fiscal, o encargo é revertido antes do cálculo do lucro líquido nas demonstrações financeiras e deduzido do patrimônio líquido, pois é considerado um dividendo.

(2) PIS e COFINS são considerados como tendo como base de lucro determinadas receitas e despesas; portanto, e de acordo com o IAS 12, são contabilizados como impostos sobre a renda.

(3) Provisão para manutenção da integridade do patrimônio líquido - corresponde a uma dedução especial advinda da provisão para equalização e reorganização corporativa de 2007 (consultar notas explicativas nº 3 e nº 26).

(4) Refere-se a perdas cambiais não dedutíveis de agências no exterior (consultar nota nº 34).

b) *Cálculo da alíquota fiscal efetiva*

A alíquota efetiva do imposto é como segue:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Lucro antes da tributação	2.281.603	2.649.339	4.153.807
Imposto de renda	**906.943**	**1.114.847**	**1.720.357**
Alíquota efetiva (*)	**39,8%**	**42,1%**	**41,4%**

(*) Em 29 de agosto de 2008 e de 2007 e no exercício findo em 31 de dezembro de 2007, a alíquota efetiva do imposto deveria ter sido 37,2%, 37,4% e 35,1% respectivamente, excluindo o efeito fiscal do hedge econômico sobre as agências no exterior (nota nº 34).

c) *Imposto reconhecido no patrimônio*

Além do imposto de renda reconhecido na demonstração combinada do resultado, as Empresas Combinadas reconheceram os seguintes valores no patrimônio combinado:

	Milhares de reais
	31/12/2007
Despesas de impostos contabilizadas no patrimônio:	**14.123**
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	4.203
Avaliação de *hedge* de fluxo de caixa	9.920
Créditos de impostos contabilizados no patrimônio:	**6.496**
Avaliação de títulos (renda fixa) disponíveis para venda	6.496
Total	**(7.627)**

d) *Impostos diferidos*

A composição do saldo de "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais
	31/12/2007
Créditos tributários	**3.581.006**
Prejuízo fiscal	*108.806*
Diferenças temporárias	*3.472.200*
Sendo:	
Provisão para devedores duvidosos	*1,103,400*
Perdas sobre operações de crédito	*750,304*
Provisão para contingências	*763,183*
Passivos fiscais	**351.251**
Superveniência de depreciação de bens arrendados	*322.726*
Ajuste ao valor justo dos títulos e derivativos para negociação	*2.139*

A seguir, a movimentação do saldo de "Créditos tributários diferidos" e "Passivos fiscais diferidos" em 2007:

	Milhares de reais			
	Saldo em 1º de janeiro de 2007	(Débito) crédito ao resultado	(Débito) crédito à reserva de reavaliação de ativo e passivo	Saldos em 31 de dezembro de 2007
Créditos tributários diferidos	2.572.504	1.060.569	(52.067)	3.581.006
Passivos fiscais diferidos	353.475	94.780	(97.004)	351.251
Posição líquida	**2.219.029**	**965.789**	**44.937**	**3.229.755**

24. Participações dos acionistas minoritários

"Participações dos acionistas minoritários" incluem o valor líquido da equivalência patrimonial atribuível às ações do capital que não pertencem, direta ou indiretamente, às Empresas Combinadas, incluindo a parcela do lucro anual atribuída às controladas.

a) Composição

A composição, por empresa do Grupo, do saldo de "Participações dos acionistas minoritários" é conforme abaixo:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	3.825	3.618	4.212
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	795	747	767
Real CHP S.A.	297	315	423
	4.917	4.680	5.402
Lucro anual atribuído a participações dos acionistas minoritários	389	465	1.171
Sendo:			
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	*162*	*214*	*803*
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	*31*	*26*	*47*
Real CHP S.A.	*196*	*225*	*321*

b) Movimentação

A movimentação do saldo de "Participações dos acionistas minoritários" encontra-se abaixo:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Saldo no início do exercício	5.402	4.554	4.554
Mudança no percentual de participação acionária	(870)	(339)	(339)
Variação cambial e outros itens	(4)	-	16
Lucro anual atribuído a participações dos acionistas minoritários	389	465	1.171
Saldo no final do exercício	**4.917**	**4.680**	**5.402**

25. Ajuste ao valor de mercado

Os saldos da rubrica "Ajustes ao valor de mercado" incluem os valores, líquidos do efeito tributário correspondente, dos ajustes dos ativos e passivos reconhecidos temporariamente no patrimônio por meio da demonstração das mutações do patrimônio líquido (receita e despesa reconhecidas) até que sejam extintos ou realizados, quando são reconhecidos definitivamente como patrimônio líquido por meio da demonstração do resultado combinada. Os valores advindos das controladas e das controladas em conjunto são apresentados, linha a linha, nos itens apropriados de acordo com sua natureza.

É importante observar que a demonstração de receita e despesa reconhecidas inclui as mudanças na rubrica "Ajuste ao valor de mercado", como segue:

- Ganhos (perdas) de reavaliação: incluem o valor da receita, líquida das despesas incorridas no ano, reconhecida diretamente no patrimônio. Os valores reconhecidos no patrimônio do ano permanecem nesse item, mesmo que no mesmo ano sejam transferidos para a demonstração do resultado ou para o valor contábil inicial dos ativos ou passivos, ou sejam reclassificados para outro item.

- Valores transferidos para a demonstração do resultado: incluem o valor dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja no mesmo ano, que são reconhecidos na demonstração do resultado.

- Valores transferidos para o valor contábil inicial do item objeto de *hedge*: incluem o valor dos ganhos e das perdas de reavaliação previamente reconhecidos no patrimônio, mesmo que seja do mesmo ano, que são reconhecidos no valor contábil inicial dos ativos ou passivos como resultado de *hedges* de fluxo de caixa.

- Outras reclassificações: incluem o valor das transferências feitas no ano entre os diversos itens de ajuste de avaliação.

Os valores desses itens são reconhecidos brutos, inclusive o valor dos ajustes de avaliação relacionados à participação de acionistas minoritários, e o respectivo efeito fiscal é apresentado em item separado, exceto no caso de entidades que fazem a contabilidade pelo método de equivalência patrimonial, cujos valores são apresentados líquidos do efeito fiscal.

a) Ativos financeiros disponíveis para venda

Esse item inclui o valor líquido das variações não realizadas no valor justo dos ativos classificados como ativos financeiros disponíveis para venda.

As movimentações do saldo em 31 de dezembro de 2007 relativas ao ano anterior referem-se principalmente à redução advinda da perda de ganhos não realizados que foi reconhecida no patrimônio líquido em 2007.

b) Hedge de fluxo de caixa

Esse item inclui os ganhos ou as perdas atribuíveis a instrumentos de *hedge* que podem ser classificados como *hedges* efetivos. Esses valores permanecerão sob esse título até serem reconhecidos na demonstração do resultado combinada nos períodos em que os itens sujeitos a *hedge* a afetam (vide nota nº 41).

Consequentemente, os valores representantes das perdas de avaliação serão compensados no futuro por ganhos gerados pelos instrumentos objeto de *hedge*.

26. Patrimônio líquido

a) Capital e reservas

O capital autorizado é representado por 2.796.572 ações escriturais ordinárias sem valor nominal. A composição do capital integralizado está demonstrada no quadro abaixo:

	Ações - mil								
	29/08/2008 Ordinárias			29/08/2007 Ordinárias			31/12/2007 Ordinárias		
	Banco Real	AAB Dois Par	Total	Banco Real	AAB Dois Par	Total	Banco Real	AAB Dois Par	Total
Residentes no Brasil	3.158.765	865.376	4.024.141	46.807	-	46.807	47.131	-	47.131
Residentes no exterior	-	-	-	1.865.762	865.376	2.731.138	1.884.065	865.376	2.749.441
Total	**3.158.765**	**865.376**	**4.024.141**	**1.912.569**	**865.376**	**2.777.945**	**1.931.196**	**865.376**	**2.796.572**

Conforme comentado na nota nº 1-b, estas demonstrações financeiras referem-se a empresas combinadas. Portanto, o patrimônio líquido apresentado está combinado, considerando as eliminações necessárias para as transações e os investimentos entre as Empresas Combinadas. Conforme mencionado no item 7 a seguir, em 29 de agosto de 2007, o Banco Real incorporou as entidades ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e BRI-PAR Dois Participações S.A., que possuíam participação acionária no Banco Real. Portanto, ao elaborar estas demonstrações financeiras, o patrimônio líquido dessas empresas também foi considerado, eliminando-se a parcela relacionada à sua participação acionária no Banco Real.

A movimentação do saldo de capital social e reservas nas demonstrações combinadas das mutações do patrimônio líquido encontra-se abaixo:

	ABN AMRO Real S.A.			Bri-Par Dois Participações			ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.			ABN AMRO Brasil Participações S.A.			Total	
	Capital social	Reservas	Ref.	Capital social	Reservas	Ref.	Capital social	Reservas	Ref.	Capital social	Reservas	Ref.	Capital social	Reservas
Jan. - Ago. 2007														
Aumento de capital	99.125	-	8	255.600	-	9	609.102	(609.102)	10	-	-		963.827	(609.102)
Reduções de capital		-		-	-		(3.243.729)	-	12	-	-		(3.243.729)	-
Reestruturação societária	653.804	-	7	-	-		1.480.249	2.433	11	-	-		2.134.053	2.433
Outros (*)		-		-	-					-	-		1.564.409	926.670
Jan. - Dez. 2007														
Aumento de capital	211.076	-	6. 8	255.600	-	9	609.102	(609.102)	10	-	-		1.075.778	(609.102)
Reduções de capital		-		-	-		(3.243.729)	-	12	-	-		(3.243.729)	-
Reestruturação societária	653.804	-	7	-	-		1.480.249	2.433	11	-	-		2.134.053	2.433
Outros (*)													1.564.409	926.670
Jan. - Ago. 2008														
Aumento de capital	2.517.966	(2.350.000)	2. 5	-	-		-	-		358.794	(358.794)	13	2.876.760	(2.708.794)
Transferências	-	-		-	-		-	-		-	-		-	-
Outros	28.140	(24.574)	3. 4	-	-		-	-			--		28.140	(24.574)

(*) Conforme comentado abaixo, a Assembleia Geral Extraordinária de 29 de agosto de 2007 aprovou a incorporação pelo Banco Real das entidades ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e BRI-PAR Dois Participações S.A., através da emissão de 48.902.142 novas ações ordinárias sem valor nominal, no valor de R$653.804 mil, homologado pelo BACEN em 9 de abril de 2008. Essas entidades detinham uma participação acionária no Banco Real de 32,8% e 22,0%, respectivamente, em 31 de janeiro de 2007, e de 0,1% e 22,5%, respectivamente, em 30 de junho de 2007 (data efetiva da fusão). Portanto, esse valor refere-se a variações no valor de eliminação devido a variações no percentual de participação acionária detido, bem como à incorporação dos ativos e passivos no aumento de capital.

Banco ABN AMRO Real S.A.

1. Na Assembleia Geral Extraordinária de 25 de julho de 2008, os acionistas do Banco Real aprovaram, por unanimidade e sem restrições, o cancelamento de 680.998 ações ordinárias emitidas pelo Banco Real e mantidas em tesouraria, no valor de R$4.916 mil, sem reduzir o capital.

2. A Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2008 aprovou um aumento de capital através da emissão de ações (todas elas contra reservas), com resultado líquido para 2007, no valor de R$2.350.000 mil, homologado pelo BACEN em 9 de setembro de 2008.

3. A Assembleia Geral Extraordinária de 27 de março de 2008 aprovou a incorporação das ações da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A. no Banco Real, e, como resultado dessa transação, foi aprovado um aumento de capital, através da emissão de 1.202.979.741 ações ordinárias sem valor nominal, no valor de R$38.796 mil, homologado pelo BACEN em 28 de agosto de 2008.

4. A Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2008 aprovou a redução do capital do Banco Real através do cancelamento de 2.439.636 ações ordinárias sem valor nominal, das quais R$9,697 mil do capital e R$959 mil do aumento de capital, devido à cisão parcial do Banco Real aprovada na Assembleia Geral Extraordinária de 29 de fevereiro de 2008, homologada pelo BACEN em 28 de agosto de 2008.

5. A Assembleia Geral Extraordinária de 28 de janeiro de 2008 aprovou um aumento de capital através da emissão de 27.054.441 ações ordinárias sem valor nominal, no valor de R$167.966 mil, homologado pelo BACEN em 28 de agosto de 2008.

6. A Assembleia Geral Extraordinária de 12 de dezembro de 2007 aprovou um aumento de capital através da emissão de 18.626.655 ações ordinárias sem valor nominal no valor de R$111.951 mil, homologado pelo BACEN em 5 de maio de 2008.

7. Conforme aprovado na Assembleia Geral Extraordinária de 31 de agosto de 2007, o Banco Real incorporou as entidades ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. e BRI-PAR Dois Participações S.A., através da emissão de 48.902.142 novas ações ordinárias sem valor nominal, no valor de R$653.804 mil, homologado pelo BACEN em 9 de abril de 2008.

8. A Assembleia Geral Extraordinária de 26 de abril de 2007 aprovou um aumento de capital através da emissão de 17.757.685 ações ordinárias sem valor nominal, no valor de R$99.125 mil, homologado pelo BACEN em 20 de julho de 2007.

Bri-Par Dois Participações

9. A Assembleia Geral Extraordinária de 16 de fevereiro de 2007 aprovou um aumento de capital no valor de R$255.600 mil, que passou de R$1.934.719 mil para R$2.190.319 mil, através da emissão de 23.494.375 ações ordinárias sem valor nominal.

ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A.

10. A Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2007 aprovou um aumento de capital no valor de R$609.102 mil, através da emissão de 609.102.406 ações ordinárias com um valor nominal de R$1,00 (cada uma, todas elas contra reservas.

11. Em 25 de abril de 2007, devido à incorporação da Mandaguari Participações Ltda., a Assembleia Geral Extraordinária realizada naquela data aprovou um aumento de capital no valor de R$1.480.249 mil, através da emissão de 1.480.249.428 ações ordinárias com um valor nominal de R$1,00 cada uma, subscritas e integradas pelo ABN AMRO N.V.

12. A Assembleia Geral Extraordinária de 18 de junho de 2007 aprovou uma redução do capital da ABN AMRO Brasil Participações Financeiras S.A. no valor de R$3.243.729 mil, através do cancelamento de 3.243.729.108 ações ordinárias com um valor nominal de R$1,00 cada uma, das quais 3.243.727.320 ações pertencentes ao ABN AMRO Bank N.V. e 1.788 ações pertencentes à TEBEMA B.V.

ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A.

13. A Assembleia Geral Extraordinária de 24 de abril de 2008 aprovou um aumento de capital no valor de R$358.794 mil, sem a emissão de novas ações, através de reservas.

b) Dividendos e juros sobre o capital próprio

De acordo com os estatutos das Empresas Combinadas, os acionistas têm direito a dividendos mínimos equivalentes a 25% do lucro líquido do exercício, ajustado de acordo com a legislação. Em 2007, o Conselho de Administração e a Diretoria deliberaram sobre os seguintes pagamentos:

Juros sobre o capital próprio são valores distribuídos aos acionistas, calculados da mesma forma que a parcela do patrimônio líquido atribuível aos acionistas. Para fins contábeis, embora tratados como despesa fiscal, são deduzidos do patrimônio líquido, pelo fato de serem considerados dividendos. Juros sobre o capital próprio, calculados para 2007, no valor de R$627.646 mil, foram atribuídos a dividendos mínimos obrigatórios referentes a 2008. De acordo com a Lei nº 9.249/95, os juros sobre o capital próprio reduziram a despesa de imposto de renda, resultando em benefício fiscal de R$213.400 mil.

Adicionalmente, os dividendos propostos das Empresas Combinadas referem-se ao lucro líquido de exercícios anteriores a 2007, no valor de R$909.300 mil.

Em reuniões até 31 de agosto de 2008, o Conselho de Administração e a Diretoria deliberaram sobre os seguintes pagamentos:

Juros sobre o capital próprio são valores distribuídos aos acionistas, calculados da mesma forma que a parcela do patrimônio líquido atribuível aos acionistas. Para fins contábeis, embora tratados como despesa fiscal, são deduzidos do patrimônio líquido, pelo fato de serem considerados dividendos. Juros sobre o capital próprio, calculados para 2007, no valor de R$373.000 mil, foram atribuídos a dividendos mínimos obrigatórios referentes a 2008. De acordo com a Lei nº 9.249/95, os juros sobre o capital reduziram a despesa de imposto de renda, resultando em benefício fiscal de R$126.820 mil.

As Empresas Combinadas propuseram dividendos sobre o lucro líquido dos dois exercícios anteriores e o lucro líquido projetado para 2008 no valor de R$865.936 mil.

27. Índices operacionais

As instituições financeiras são obrigadas a manter capital mínimo consistente com as suas atividades, maior que o mínimo de 11% exigido. Em julho de 2008, novas regras de medição de capital mínimo, de acordo com a Abordagem Padronizada de Basileia II, entraram em vigor, incluindo uma nova metodologia de medição, análise e administração de risco de crédito e risco operacional. O índice deve ser calculado de forma consolidada, como demonstrado abaixo:

	Milhares de reais
	2007
Capital regulamentar de Nível I ajustado	12.137.565
Capital regulamentar de Nível II	1.813.853
Capital regulamentar ajustado	**13.951.418**
Capital regulamentar exigido	**11.402.950**
Parcela de crédito de risco ajustada	10.335.088
Parcelas de risco de mercado	523.806
Parcela de risco operacional	544.056
Índice da Basileia II	**13,46%**

28. Garantias

As Empresas Combinadas oferecem uma série de garantias para que seus clientes melhorem a sua posição de crédito e possam permanecer competitivos. O quadro a seguir apresenta todas as garantias em 31 de dezembro de 2007.

Como exigido, o "máximo valor potencial de pagamentos futuros" representa os valores nocionais que poderiam ser perdidos se houvesse inadimplência total das partes avalizadas, sem considerar recuperações possíveis de fianças mantidas ou prestadas, ou recuperações em recurso. Não há relação entre esses valores e as perdas prováveis sobre essas garantias. De fato, o "máximo valor potencial de pagamentos futuros" excede significativamente as perdas inerentes.

Máximo valor potencial de pagamentos futuros	Milhares de reais
	2007
Passivos contingentes:	
Garantias e outras fianças	6.720.886
Garantias financeiras	*6.024.229*
Garantias de desempenho	*28.014*
Cartas de crédito financeiras standby	*648.214*
Outros	*20.429*
Outras exposições contingentes	263.023
Créditos de documentação	*263.023*
Total de passivos contingentes	**6.983.909**
Compromissos	
Compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros	19.442.869
Outros compromissos	2.213.678
Compromissos de colocação de títulos e valores mobiliários	*2.213.678*
Total de compromissos	**21.656.547**
Total de compromissos e passivos contingentes	**28.640.456**

As Empresas Combinadas fornecem a seus clientes garantias financeiras em compromissos com terceiros. As Empresas Combinadas têm o direito de cobrar, de seus clientes, o reembolso de qualquer valor que tenham de pagar devido a essa garantia. Além disso, podem manter dinheiro em caixa ou outra garantia de alta liquidez para esses compromissos. Esses contratos estão sujeitos à mesma avaliação de crédito realizada para os empréstimos.

A expectativa das Empresas Combinadas é de que essas garantias expirem sem a necessidade de adiantamento de dinheiro. Portanto, no curso normal dos negócios, elas esperam que essas transações não tenham virtualmente nenhum impacto em sua liquidez.

As garantias de desempenho são emitidas para garantir os compromissos dos clientes, tais como investimentos especificados em contrato, fornecer produtos especificados, produtos básicos ou manutenção ou garantia de serviços a terceiros, conclusão de projetos de acordo com os termos contratuais, etc. Entre as letras de crédito financeiras estão garantias de pagamento de empréstimo, linhas de crédito, notas promissórias e aceites comerciais. As Empresas Combinadas sempre exigem fiança para conceder esse tipo de garantia financeira. Nos créditos de documentação, elas atuam como mediadoras de pagamentos entre as empresas comerciais localizadas em diferentes países (operações de importação-exportação). Na operação de crédito de documentação, as partes envolvidas lidam com os documentos em lugar de lidar com os produtos aos quais se relacionam os documentos. Normalmente, os produtos básicos comercializados são usados como garantia para a operação e as Empresas Combinadas podem fornecer algumas linhas de crédito. Os compromissos de empréstimo resgatáveis por terceiros incluem a maior parte das linhas de cartão de crédito e compromissos comerciais. As linhas de cartão de crédito podem ser canceladas unilateralmente pelo emissor. Os compromissos comerciais são, na maior parte, linhas de um ano sujeitas a que o cliente das Empresas Combinadas forneça informações.

Os critérios de risco para emissão de todos os tipos de garantias, letras de crédito financeiras, créditos de documentação e todos os riscos de assinatura são, em geral, os mesmos que os usados para outros produtos de risco de crédito e, portanto, sujeitos aos mesmos padrões de admissão e rastreamento. As garantias fornecidas em nome dos clientes estão sujeitas ao mesmo processo de revisão de qualidade de crédito que qualquer outro produto de risco. Regularmente, pelos menos uma vez por ano, a solvência dos clientes é verificada, assim como a probabilidade de que essas garantias sejam executadas. Caso surja alguma dúvida sobre a solvência do cliente, provisões são debitadas no lucro líquido, no valor das perdas inerentes, mesmo que não haja nenhuma ação movida contra as Empresas Combinadas.

Além disso, o passivo reconhecido como receita diferida para o valor recebido pelo fornecimento dessas garantias está sendo amortizado ao lucro ao longo do prazo das garantias relacionadas e totaliza R$5.245 mil.

29. Receita com juros e similares

"Receita com juros e similares" na demonstração do resultado combinada compõe-se de juros acumulados no ano sobre todos os ativos financeiros com retorno implícito ou explícito, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, e as retificações de resultado como resultado da contabilização do *hedge*. Os juros são reconhecidos pelo valor bruto, sem a dedução de impostos retidos na fonte.

A composição dos principais itens de juros e ganhos semelhantes auferidos no período de 1 de janeiro à 29 de agosto de 2008 e de 2007 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Saldos no Banco Central	468.179	416.341	613.657
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	1.176.439	967.766	1.314.187
Instrumentos de dívida	1.556.411	1.412.195	2.171.319
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.656.903	9.242.529	14.040.390
Outros juros	149.343	36.437	930.526
Total	**14.007.275**	**12.075.268**	**19.070.079**

30. Despesa com juros e similares

"Despesa com juros e similares" na demonstração do resultado combinada compõe-se de juros acumulados no ano sobre todos os passivos financeiros com retorno implícito ou explícito, inclusive remuneração em espécie, calculados aplicando-se o método dos juros efetivos, independentemente da medição do valor justo, as retificações de custo como resultado da contabilização do *hedge* e os custos dos juros atribuídos aos fundos de pensão.

A composição dos principais itens de juros e encargos semelhantes incorridos nos períodos findos em 29 de agosto de 2008 e de 2007 e para o exercício findo em 31 de dezembro de 2007 está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Depósitos de instituições crédito	773.678	617.068	812.226
Depósitos de clientes	5.021.659	4.108.980	6.063.932
Captações no mercado aberto e dívidas subordinadas			
Captações no mercado aberto (nota nº 18)	*224.622*	*250.111*	*441.461*
Dívida subordinada (nota nº 19)	*209.466*	*55.495*	*120.446*
Planos de previdência (nota nº 21.b))	20.938	11.623	17.589
Outros juros	302.303	167.437	344.679
Total	**6.552.666**	**5.210.714**	**7.800.333**

31. Resultado de renda variável

O saldo de "Resultado de renda variável" inclui dividendos e pagamentos recebidos além dos lucros gerados por investidas após a aquisição da participação acionária.

A composição do saldo desse item está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Participações acionárias classificadas como:			
Ativos financeiros mantidos para negociação	149	170	439
Ativos financeiros disponíveis para venda	2.315	13.122	18.010
Sendo:			
Dividendos da Serasa	*995*	*6.555*	*6.555*
Dividendos da Gerdau	*331*	*3.195*	*3.195*
Dividendos da Usiminas	-	*403*	*403*
Dividendos do fundo SCUDER	-	*225*	*5.043*
	2.464	**13.292**	**18.449**

32. Receita de tarifas e comissões

O saldo de "Receita de tarifas e comissões" é composto pelo valor de todas as tarifas e comissões registradas a favor das Empresas Combinadas no ano, exceto aquelas que integram a taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo dessa rubrica está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Serviços de cobrança e pagamento:			
Recebimento de contas	137.585	128.782	196.493
Contas à vista	458.931	75.035	134.152
Cartões	283.406	211.428	336.600
Cheques e outros	83.511	162.622	245.706
Outros	194.122	113.607	175.356
	1.157.555	691.474	1.088.307
Marketing de produtos financeiros não bancários:			
Fundos de investimento	147.350	146.632	226.149
Seguros	132.008	110.190	175.229
Capitalização	70	169	212
	279.428	256.991	401.590
Serviços de títulos e valores mobiliários:			
Subscrição e colocação de títulos e valores mobiliários	9.526	55.490	69.641
Negociação de títulos e valores mobiliários	23.501	21.031	33.171
Administração e custódia	49.843	38.369	60.170
Gestão de ativos	661	598	913
	83.531	115.488	163.895
Outros:			
Cambiais	17.552	18.845	26.222
Garantias financeiras	96.315	111.329	159.302
Outras tarifas e comissões	405.414	440.815	685.593
	519.281	570.989	871.117
	2.039.795	**1.634.942**	**2.524.909**

33. Despesa de taxas e comissões

O saldo de "Despesa de taxas e comissões" é composto pelo valor de todas as taxas e comissões pagas ou a pagar no ano por parte das Empresas Combinadas, exceto aquelas que integram a taxa de juros efetiva sobre instrumentos financeiros.

A composição do saldo desse item está demonstrada a seguir:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Taxas e comissões designadas a terceiros	**130.673**	**94.031**	**184.479**
Sendo:			-
- Cartões de crédito	*87.413*	*51.703*	*120.791*
Outras taxas e comissões	**296.994**	**385.379**	**577.728**
Sendo:			
- Serviços de cobrança	*87.349*	*81.011*	*127.199*
	427.667	**479.410**	**762.207**

34. Ganhos (perdas) em ativos e passivos financeiros

Os "Ganhos (perdas) em ativos e passivos financeiros" são compostos pelo valor dos ajustes de avaliação dos instrumentos financeiros, exceto aqueles atribuídos aos juros acumulados como resultado da aplicação do método dos juros efetivos e às provisões, e os ganhos ou as perdas resultantes da venda ou compra dos instrumentos financeiros.

a) Composição

A composição do saldo desse item, por tipo de instrumento, está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Mantidos para venda [1]	520.851	169.523	292.182
Outros instrumentos financeiros ao valor justo no resultado [2]	(17.488)	(14.738)	24.271
Outros instrumentos financeiros não medidos ao valor justo no resultado	69.892	503.820	1.054.123
Sendo: Ativos financeiros disponíveis para venda			
Instrumentos de dívida	(3.953)	378.062	374.991
Participações acionárias	73.845	125.758	679.132
Outros	224.829	211.193	373.853
	798.084	**869.798**	**1.744.429**

(1) Em 2007, inclui a perda (ganho) líquida(o) do *hedge* econômico da posição do Banco em Cayman, uma agência não autônoma. Ver nota nº 23 para detalhes do impacto fiscal desse *hedge*.

(2) Inclui o ganho (perda) líquido(a) das transações que envolvem títulos de dívida, participações acionárias e derivativos que integram essa carteira, uma vez que o Banco administra seus riscos com esses instrumentos em nível global.

b) Ativos e passivos financeiros ao valor justo no resultado

As Empresas Combinadas possuem apenas ativos financeiros ao valor justo no resultado no valor de R$146.636 mil referentes a instrumentos de dívida.

35. Diferenças cambiais

As "Diferenças cambiais" mostram basicamente os ganhos ou as perdas nas negociações de moeda, as diferenças que surgem nas conversões de itens monetários em moeda estrangeira para moeda funcional, e os ganhos ou as perdas divulgados para ativos não monetários em moeda estrangeira no momento da alienação.

36. Outras receitas (despesas) operacionais

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Outras receitas (despesas) operacionais			
Outras receitas operacionais	**231.591**	**37.264**	**71.734**
Sendo:			
Indenizações - passivos contingentes	*114.925*	*-*	*10.262*
Outras despesas operacionais	**(248.669)**	**(183.054)**	**(358.533)**
Sendo:			
Contribuições para o FGTS	*(61.519)*	*(53.466)*	*(81.098)*
	(17.078)	**(145.790)**	**(286.799)**

37. Despesas de pessoal

A composição de "Despesas de pessoal" é como segue:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Remuneração direta	1.318.266	1.175.865	2.011.240
Custos previdenciários	374.907	343.425	565.403
Adições às provisões para os planos de pensão de benefícios definidos (nota nº 21)	108	455	682
Contribuições aos fundos de pensão de contribuição definida (nota nº 21)	62.775	53.569	81.671
Outros custos com pessoal	369.912	329.424	526.145
	2.125.968	**1.902.738**	**3.185.141**

38. Outras despesas administrativas

A composição desse saldo está demonstrada abaixo:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Imóveis, instalações e materiais	332.684	308.884	474.558
Outras despesas administrativas	458.109	185.173	346.501
Tecnologia e sistemas	388.309	363.593	555.821
Propaganda, promoções e publicidade	207.327	202.837	402.406
Comunicações	344.836	271.350	436.762
Relatórios técnicos	70.336	77.122	124.908
Ajudas de custo e despesas de viagem	151.929	145.632	239.896
Tributos exceto imposto de renda	50.437	110.290	158.959
Serviços de vigilância e transporte de valores	215.397	190.463	299.916
Prêmios de seguros	1.454	1.444	2.196
	2.220.818	**1.856.788**	**3.041.923**

39. Ganhos líquidos na alienação de bens não classificados como ativo não circulante destinado à venda

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Ganhos	**26.031**	**19.932**	**29.152**
Alienação de ativos tangíveis	*2.895*	*12.680*	*25.090*
Alienação de investimentos	*23.136*	*7.252*	*4.062*
Perdas			
Alienação de ativos tangíveis	(350)	(268)	(740)
	25.681	**19.664**	**28.412**

40. Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinando à venda

A composição do saldo dessa rubrica é a seguinte:

Saldo líquido	Milhares de reais		
	29/08/2008	29/08/2007	31/12/2007
Ganhos	**13.979**	**40.040**	**56.888**
Alienação de ativos tangíveis	13.979	40.040	*56.888*
Perdas	**(1.173)**	**(3.819)**	**(18.719)**
Redução do valor recuperável de tangíveis	4.799	9.426	*12.112*
Alienação de ativos tangíveis	(5.972)	(13.245)	*(30.831)*
Ganho líquido	**12.806**	**36.221**	**38.169**

41. Outras divulgações

a) Valores de referência (contratuais) e valores justos de derivativos de negociação e hedging

A composição dos valores de referência e/ou contratuais e dos valores justos dos derivativos de negociação e *hedging* mantidos pelas Empresas Combinadas é a seguinte:

	Milhares de reais	
	2007	
	Valor referencial	Valor de mercado
Derivativos de negociação:		
Risco de taxa de juros:		
Swaps de taxa de juros	48.483.643	1.229.840
Opções e futuros	22.435.640	-
Risco cambial:		
Compra e venda de moedas estrangeiras	18.806.071	**(58.936)**
Opções em moeda estrangeira	41.143.467	(587.872)
Swaps de moedas	4.920.069	
	135.788.890	**583.032**
Derivativos utilizados cono hedge:		
Risco de taxa de juros-		
Swaps de taxas de juros	2.404.636	645.749
	2.404.636	**645.749**
Total	**138.193.526**	**1.228.781**

Adicionalmente, as Empresas Combinadas possuem *hedge* de fluxo de caixa - Operações com futuros - DI com valor de referência (nocional) de R$14.938.193 . O efeito da marcação a mercado desses *hedges* de fluxo de caixa, com vencimento entre 1º de abril de 2008 e 4 de janeiro de 2010, é registrado diretamente no patrimônio líquido e, em 31 de dezembro de 2007, correspondia a um débito de R$50.448 mil, líquido dos efeitos tributários. A efetividade determinada para a carteira de *hedge* de risco de mercado e de risco de fluxo de caixa em 31 de dezembro de 2007 está em conformidade com as exigências do BACEN, e não foi identificada nenhuma parcela inefetiva desses *hedges* que devesse ser registrada no resultado. As transações com futuros - DI designadas como instrumento de *hedge* têm ajustes diários e são registradas no ativo ou no passivo e liquidadas em moeda corrente diariamente.

A composição dos valores de referência e/ou contratuais dos derivativos para negociação e *hedge* é a seguinte:

	Milhares de reais			
	2007			
	Até 3 meses	3 a 12 meses	Acima de 12 meses	Total
Swap	17.741.819	12.164.431	20.982.029	50.888.279
Opção	39.882.211	817.082	444.174	41.143.467
Contratos a termo e de futuros	19.112.554	10.961.132	16.088.094	46.161.780
	76.736.584	**23.942.645**	**37.514.297**	**138.193.526**

Os valores de referência e/ou contratuais dos contratos celebrados não refletem o risco real assumido pelas Empresas Combinadas, uma vez que a posição líquida desses instrumentos financeiros decorre da sua compensação e/ou combinação. Essa posição líquida é utilizada pelas Empresas Combinadas principalmente para proteger a taxa de juros, o preço dos ativos subjacentes ou o risco cambial; os resultados desses instrumentos financeiros são reconhecidos em "Resultado de ativos e passivos financeiros (líquido)" no resultado combinado e aumentam ou compensam, conforme o caso, o resultado do investimento protegido.

Por conseguinte, a interpretação correta do resultado de "Títulos e valores mobiliários e derivativos de mercadorias", apresentado a seguir, deve considerar que a maioria desses itens está relacionada com opções de ações sobre as quais foi recebido um prêmio que compensa o valor de mercado negativo. Além disso, o valor de mercado é compensado por valores de mercado positivos gerados por posições simétricas na carteira de negociação do Banco.

As Empresas Combinadas gerenciam a exposição ao risco de crédito desses contratos através de acordos de compensação com as suas principais contrapartes e do recebimento de ativos em garantia das suas posições de risco.

A exposição ao risco de crédito acumulada, por derivativo financeiro, é a seguinte:

	Milhares de reais
	31/12/2007
Derivativos de títulos e valores mobiliários	64.361
Derivativos cambiais	64.869.607
Derivativos de taxas de juros	73.259.558
Total	**138.193.526**

b) Fundos administrados não registrados no balanço

Em 31 de dezembro de 2007, o valor relativo aos fundos administrados pelas Empresas Combinadas não registrados no balanço totalizou R$39.107.823 mil e refere-se a fundos de investimento.

c) Títulos e valores mobiliários de terceiros sob custódia

Em 31 de dezembro de 2007, as Empresas Combinadas detinham sob custódia, títulos de dívida e valores mobiliários de terceiros no valor total de R$18.029.368 mil.

d) Vencimento residual e taxas de juros médias

A composição, por vencimento, dos saldo de certos itens do balanço patrimonial combinado é a seguinte:

	31 de dezembro de 2007								
	Milhares de reais								
	À vista	Até 1 mês	1 a 3 meses	3 a 12 meses	1 a 3 anos	3 a 5 anos	Após 5 anos	Total	Taxa média de juros
Ativo									
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	10.948.839	-	-	-	-	-	-	10.948.839	-
Ativos financeiros disponíveis para venda	-	1.474.195	-	2.164.234	8.400.353	314.483	392.517	12.745.782	11%
Empréstimos e financiamentos:									
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	1.285.494	300.203	306.668	3.866.728	4.097.683	590.842	2.339.083	12.786.701	7%
Empréstimos e adiantamentos a clientes	10.193	4.269.073	15.927.749	21.038.313	18.259.035	3.750.355	1.268.278	64.522.996	22%
	12.244.526	**6.043.471**	**16.234.417**	**27.069.275**	**30.757.071**	**4.655.680**	**3.999.878**	**101.004.318**	
Passivo									
Passivos financeiros ao custo amortizado									
Depósitos de instituições de crédito	83.728	10.921.669	4.511.016	4.115.342	5.308.234	1.119.902	287.540	26.347.431	11%
Depósitos de clientes	19.688.527	57	5.169.512	7.040.500	12.184.198	10.874.869	407.747	55.365.410	10%
Captações no mercado aberto	-	71.776	221.339	662.640	1.142.344	206.719	696.601	3.001.419	7%
Dívidas subordinadas	-	-	-	72.902	70.852	1.855.446	-	1.999.200	11%
Outros passivos financeiros	1.343.433	2.366.147	49.480	199.567	-	-	-	3.958.627	
	21.115.688	**13.359.649**	**9.951.347**	**12.090.951**	**18.705.628**	**14.056.936**	**1.391.888**	**90.672.087**	
Diferenças (ativos menos passivos)	**(8.871.162)**	**(7.316.178)**	**6.283.070**	**14.978.324**	**12.051.443**	**(9.401.256)**	**2.607.990**	**10.332.231**	

e) Valor equivalente em reais de ativos e passivos

Os principais saldos em moeda estrangeira registrados no balanço patrimonial combinado, baseados na natureza dos respectivos itens, são os seguintes:

	Valor equivalente em milhares de reais	
	31/12/2007	
	Ativo	Passivo
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil	-	-
Passivos/ativos financeiros para negociação	348.065	987.195
Ativos financeiros disponíveis para venda	4.911.298	-
Empréstimos e financiamentos	1.344.638	-
Passivos financeiros ao custo amortizado	-	1.411.319
	6.604.001	**2.398.514**

f) Valor justo de ativos e passivos financeiros não mensurados ao valor justo

Os ativos financeiros de propriedade das Empresas Combinadas são mensurados ao valor justo no balanço patrimonial combinado anexo, exceto empréstimos e recebíveis e instrumentos de dívida, cujo valor de mercado não pode ser estimado com segurança.

No mesmo sentido, os passivos financeiros das Empresas Combinadas - exceto os passivos financeiros para negociação e os mensurados ao valor justo - são avaliados ao custo amortizado no balanço patrimonial combinado.

i) Ativos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos ativos financeiros das Empresas Combinadas mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	Milhares de reais	
	31/12/2007	
Ativo	Valor contábil	Valor justo
Empréstimos e financiamentos:		
Empréstimos e adiantamentos a instituições de crédito	12.786.701	12.785.627
Empréstimos e adiantamentos a clientes (nota nº 9)	64.522.996	64.083.540
	77.309.697	**76.869.167**

ii) Passivos financeiros mensurados a outro valor que não o valor justo

A seguir apresentamos uma comparação entre os valores contábeis dos passivos financeiros das Empresas Combinadas mensurados a outro valor que não o valor justo e seus respectivos valores justos no final do exercício:

	Milhares de reais	
	31/12/2007	
Passivo	Valor contábil	Valor justo
Passivos financeiros ao custo amortizado:		
Depósitos de instituições de crédito (nota nº 16)	26.347.431	26.280.275
Depósitos de clientes (nota nº 17) (*)	55.365.410	55.365.410
Títulos de dívida negociáveis (nota nº 18)	3.001.419	2.924.025
Dívidas subordinadas (nota nº 19)	1.999.200	1.998.122
Outros passivos financeiros (nota nº 20)	3.958.627	3.958.627
	90.672.087	**90.526.459**

(*) Para esses efeitos, o valor justo dos depósitos à vista de clientes é considerado como sendo igual ao de seu valor contábil.

42. Transações com partes relacionadas

As partes relacionadas das Empresas Combinadas devem incluir, além de suas controladas, afiliadas e controladas em conjunto, o pessoal-chave da Administração das Empresas Combinadas e entidades sobre as quais esse pessoal-chave pode exercer influência ou controles significativos.

As transações ordinárias realizadas pelas Empresas Combinadas com as suas partes relacionadas foram as seguintes:

a) Remuneração da Administração

i) Benefícios de curto prazo

Remuneração do Conselho de Administração e da Diretoria:

	Milhares de reais
	2007
Remuneração fixa	18.722
Remuneração variável	64.250
Outros	3.653
Total	**86.625**

ii) Rescisão do contrato

Os contratos de trabalho possuem prazo indeterminado. A extinção da relação de trabalho no caso de descumprimento de obrigações ou por vontade própria, não dá direito a nenhuma compensação financeira.

iii) Outras Informações

Operações de Crédito

Conforme as normas vigentes, as instituições financeiras não podem conceder empréstimos ou adiantamentos a:

a) Nenhuma pessoa física ou jurídica que controle a instituição ou outra entidade sob controle compartilhado com a instituição, tampouco diretor, membro do Conselho de Administração, membro do Conselho Fiscal, ou familiares imediatos das pessoas físicas.

b) Nenhuma entidade controlada pela instituição.

c) Nenhuma entidade na qual as Empresas Combinadas detenham, direta ou indiretamente, 10% ou mais do capital social.

Consequentemente, os empréstimos ou adiantamentos não são concedidos a nenhuma subsidiária, diretor, membro do Conselho de Administração ou seus familiares.

Participações acionárias

A tabela a seguir mostra a participação direta em 31 de dezembro de 2007 do total de ações.

	2007			
	Ações ordinárias		Ações ordinárias (%)	
	Banco Real	AAB Dois Par	Banco Real	AAB Dois Par
ABN AMRO BANK NV (*)	1.884.064	865.376	97,56%	100,00%
Outros	47.132	-	2,44%	-
Total	**1.931.196**	**865.376**	**100,00%**	**100,00%**

(*) Em 24 de julho de 2008, o Banco Santander Espanha assumiu o controle acionário indireto das empresas do ABN AMRO Real Group no Brasil, após cumprir todas as condições para essa transferência de controle, com a aprovação do De Nederlandsche Bank (o Banco Central da Holanda) e do BACEN (nota nº 3).

b) Transações com partes relacionadas

Os saldos resultantes de transações com partes relacionadas consolidadas e/ou combinadas foram eliminados, enquanto os saldos de operações realizados com as empresas integrantes do Grupo ABN AMRO no exterior, incluindo operações cambiais, no valor líquido de R$4.003.671 mil em 31 de dezembro de 2007, não foram eliminados das demonstrações financeiras combinadas. As transações com partes relacionadas são realizadas sob condições usuais de mercado no que se refere a condições de pagamento pactuadas e taxas de juros.

Os saldos de operações com partes relacionadas envolvendo empresas no Brasil não incluídas nas demonstrações financeiras combinadas não são apresentados nestas notas explicativas, considerando que não são significativos no contexto do Grupo Santander.

As operações entre entidades do Grupo Santander são efetuadas com taxas e prazos usuais de mercado e em condições de comutatividade.

Milhares de reais			
Ativo	31/12/2007	Passivo	31/12/2007
Caixa	**449.662**	**Empréstimos Tomados e Repasses**	**4.339.277**
ABN AA USA Branches - Estados Unidos	230.188	ABN AA USA Branches - Estados Unidos	141.899
ABN AA Japan Branches - Japão	16.360	ABN AA Japan Branches - Japão	2.071.742
ABN Regio NL - Holanda	203.114	ABN Regio NL - Holanda	2.125.636
Investimentos interfinanceiros	**179.755**	**Carteira de Câmbio - Passivos**	**20.127.214**
ABN AMRO Europe - REGIO NL	91.231	ABN AA USA Branches - Estados Unidos	2.229.387
ABN AMRO North America - AA USA branches	88.524	ABN AA UK Branches - Reino Unido	17.881.821
Títulos e Derivativos	**50.816**	ABN Regio NL - Holanda	16.006
ABN AA USA Branches - United States	50.816	**Dividendos e Bônus a Pagar**	**215.288**
Carteira de Câmbio - Ativos	**19.997.875**	ABN AMRO Europe - Regio NL	215.288
ABN AA USA Branches - Estados Unidos	2.247.152		
ABN AA UK Branches - Reino Unido	17.734.445		
ABN Regio NL - Holanda	16.278		
Total do ativo	**20.678.108**	**Total do passivo**	**24.681.779**

43. Gestão de riscos

Foi criado e implementado um novo Comitê de Riscos Sênior (Comitê de Riscos Santander Brasil), tendo como membros Gerentes de Riscos Seniores do Banco Real e do Banco Santander. O Comitê reúne-se duas vezes por semana e seu principal objetivo é determinar o apetite pelo risco para todos os tipos de risco, monitorar decisões de risco e exposições de carteira, a fim de assegurar o alinhamento com esses limites e com a Filosofia de Risco do Banco Santander. Não obstante, as políticas/filosofia de risco, a estrutura de governança local, o relatório e os processos foram mantidos, a fim de manter o negócio normal com impacto mínimo ou nulo para os clientes do Banco Real.

A filosofia de risco no Banco Real permite o estabelecimento e a execução de amplos critérios do Banco para aceitação, monitoramento, controle e administração de risco. Sua finalidade é a criação de valor ao acionista assegurando:

Conscientização de Risco

- Os riscos são identificados, entendidos e medidos em todos os níveis na Organização.

Apetite ao Risco Definido

- O risco aceito pela instituição está dentro do nível de tolerância estabelecido pelo Comitê de Riscos Santander Brasil de acordo com a estratégia do Santander, restrições de capital existentes, lucratividade sustentável e manutenção da classificação de crédito desejada para o Banco.

Clareza e Transparência

- As decisões de risco são claras, explícitas e consistentes com os objetivos comerciais estratégicos.

Alinhamento Prêmio-Risco

- Uma das nossas principais competências é assumir e administrar riscos. Nossas decisões de risco devem ser baseadas no equilíbrio adequado prêmio-risco.

Compliance

- As decisões que podem legal e moralmente comprometer o Banco devem estar em conformidade com os procedimentos de aprovação internos, os regulamentos dos países em que o Banco e suas subsidiárias operam, e refletir valores éticos prescritos pelas políticas comerciais sustentáveis.

- Os princípios de orientação descritos na Carta de Risco servem como uma interpretação prática dos conceitos descritos na Filosofia de Risco. Esses princípios aplicam-se ao Banco e abrangem todos os tipos de risco, incluindo, entre outros, risco de crédito, de mercado, operacional, de liquidez, legal, de documentação, de reputação e comercial.

Independência e Supervisão

- A Administração de Risco mantém sua independência das funções comerciais e tem a responsabilidade de assegurar que as políticas e os procedimentos adequados de *compliance*, monitoramento e relatórios sejam observados. O responsável da Divisão de Risco do Banco, Sr. Matías Rodríguez Inciarte, terceiro vice-presidente e na condição de presidente do Comitê de Riscos, reporta-se diretamente ao Comitê Executivo e ao Conselho. A unidade de risco local mantém sua independência com um relatório direito à Unidade de Risco Corporativa.

Responsabilidade e Propriedade

- Commitment to supporting the business by contributing, without undermining the preceding principle, to the achievement of commercial objectives whilst safeguarding risk quality. Promote risk awareness and ensure that risk decisions are taken in accordance with established delegated authorities. Clients are selected in accordance with KYC principles managed within approved limits. Collective decisions (even at branch level), which ensure that different opinions are taken into account and avoid situations in which decisions are taken individually.

Centralização e Agregação

- Abordagem global, alcançada tratando-se de modo integrado todos os fatores de risco em todas as unidades comerciais e localidades geográficas. As exposições a risco são agregadas em um nível elevado, a fim de medir a interação e o impacto de vários riscos, e para divulgar a órgãos reguladores, acionistas, agências de *rating* e outros *stakeholders.* A abordagem de capital econômico é uma medida consistente do risco assumido e base para avaliação da gestão realizada.

- Tradição bem estabelecida de uso de ferramentas de *rating* interno e de *scoring*, Retorno sobre Capital Ajustado ao Risco (RORAC), Valor em Risco (VaR), capital econômico, análises de cenário extremo, etc.

I. GESTÃO DE RISCO BRASIL

I.1. Gestão de Risco Brasil (Brazil RM)

O organograma de Gestão de Risco Brasil e os mandatos e suas principais funções são como segue:

I.1.1. Gestão de Risco de Crédito

<u>Gestão de Risco de Crédito não referente a varejo (Empresas)</u>

A Gestão de Risco de Crédito de Empresas é constituída dos seguintes grupos: (i) Análise de Crédito; (ii) Assessoria e Administração de Crédito e Políticas e Controle de Risco; e (iii) FR&R de Empresas, que é uma função compartilhada.

(i) Análise de Crédito para o Cliente, Equipes de Middle Market, Regionais e Industriais e Varejo

Os principais objetivos do grupo de análise de crédito estão resumidos a seguir:

- Elaboração de propostas de crédito e apresentação aos Comitês de Crédito correspondentes.
- Responsabilidade pela qualidade das propostas de crédito, assegurando a utilização adequada de todas as ferramentas de crédito (MRA, LPT, RAPID, etc.) e *ratings* internos consistentes (UCRs) para os clientes/ contrapartes propostos.
- Interação com o *Front Office* e as equipes de Gestão de Riscos do Santander.
- Responsabilidade pela qualidade da carteira de crédito, incluindo a manutenção de baixos níveis de carteira de pedidos conforme as políticas de crédito aprovadas.

- Elaboração de Análise do Setor Industrial (*Industry Champion*). A *Industry Champion* coordena assuntos de estratégia de carteira e define padrões mínimos de subscrição, sempre que necessário.

(ii) Assessoria e Políticas

As responsabilidades específicas dessas áreas incluem:

- Consolidar e interagir na elaboração do Relatório de Encerramento Trimestral de Monitoramento.
- Participação ativa em Comitês de Risco de Crédito.
- Dar suporte a áreas comerciais sempre que necessário ao estruturar negociações.
- Desenvolver e ativar estratégias para gerenciar exposições de risco conforme apropriado.
- Iniciar e/ou analisar políticas relativas a crédito para empresas, a fim de harmonizar as políticas e assegurar o nível elevado de transparência e consolidação de informações de risco dentro do Banco.
- Comunicar e disseminar novas políticas relativas a crédito para Gestão de Risco de Companhias e BUs de Clientes.
- Efetuar a manutenção da Carta de Risco.
- Coordenar a preparação de *spreads* financeiros de acordo com as normas do Banco Real.
- Avaliar ferramentas de decisão e análise de crédito com visão de carteira e interação com outras áreas para avaliar e definir os processos de Crédito e Cobrança, incluindo o Primeiro Projeto de Perda.
- Especificar todas as políticas e procedimentos de cobrança e crédito para dar suporte a projetos de Cadeia de Valores.
- Outros projetos incluindo terceirização de *spread* financeiro, classificação de crédito terceirizado para campanhas de crédito pré-aprovado.
- Fornecer suporte/análise de produtos sob uma perspectiva de risco de crédito.

Gestão de Risco de Crédito de Varejo

A Gestão de Risco de Varejo (RRM) é constituída principalmente das seguintes equipes: (i) Análise de Hipoteca; (ii) Políticas; (iii) Estratégia Comercial, (iv) Cobranças e (v) Gestão de Carteira.

- As responsabilidades de RRM relativas a Empréstimo Programático incluem:
  - Iniciação de crédito, aprovação de transações e manutenção de contas.
  - Monitoramento e otimização de estratégias de qualidade de crédito de varejo.
  - Basileia II.
  - Projeto/Políticas/Relatório/Documentação.
  - Desenvolvimento de programas de produtos.
- Responsabilidade por campanhas de limite automático para aumento, redução, cancelamento ou até mesmo a criação de novas linhas de produtos.
- Responsabilidade pelos exercícios de teste de estresse.
- Monitoramento de Crédito e Gestão Corretiva: manter monitoramento contínuo e eficiente de clientes, otimizar condições para reestruturação e gestão de risco corretiva nos segmentos de negócios (Monitoramento de Empresa e Varejo) até R$2.250.000 mil:

- Cobrança Inicial/de Devedores Renitentes através de *Call Center* e agências externas até R$50 mil e Cobrança Jurídica.

- MIS na cobrança e estratégia de cobrança otimizada.

- Fornecimento de informações gerenciais para todo o ciclo de crédito.

- Gerenciamento ativo de carteira global (varejo e não varejo).
- Diminuição de risco de eventos reduzindo a concentração industrial e nomes únicos.
- Responsável por realizar Testes de Estresse e Visões Gerais de Carteira regulares.
- Projeto Basileia II.
- Monitoramento de Capital Econômico.
- Melhoria do retorno ajustado ao risco de uma carteira de crédito retida.

Risco de Crédito Financeiro de Consumidor (Aymoré)

A Gestão de Riscos da Aymoré é principalmente constituída das seguintes áreas: (i) Políticas, *Scoring* e Estratégia Comercial; (ii) Cobranças; e (iii) MIS.

As responsabilidades relativas ao Empréstimo Programático ao Consumidor incluem:

- Iniciação de crédito, aprovação de transações e manutenção de contas.
- Estabelecimento de parâmetros de risco em cooperação com o negócio, por exemplo, gerenciamento de produtos referente aos Programas de Produtos (por exemplo, percentagens máximas/*overrides*, cartões de pontuação, taxas de inadimplência, provisionamento/baixas e prêmio de risco).
- Desenvolvimento da política de estratégias de risco referentes a processos de monitoramento e aplicação, bem como Pontuação Comportamental e de Crédito.
- Participação em projetos referentes ao desenvolvimento de aplicações de crédito e processos de monitoramento.
- Aprovação de alterações na política e estratégia de risco.
- Em cooperação com as linhas de negócios, desenvolvimento de campanha de *marketing* de vendas de programas de produtos.
- Análise de carteiras de empréstimo programático.
- Processo de cobrança.
- Estabelecimento de formatos para as informações de administração de carteira. Responsabilidade MIS referente ao desenvolvimento na carteira de crédito, incluindo infecção, reconhecimento de prejuízo, provisionamento e baixas.

I.1.2. Gestão de Riscos Operacionais

A área de Gestão de Riscos Operacionais (*Operational Risk Management* - ORM) concentra-se na implementação de ferramentas de risco operacional no Brasil, abrangendo todas as atividades comerciais ORM, exceto para *Asset Management*, de acordo com as políticas corporativas. Os principais objetivos, definições e responsabilidades são adaptados, quando necessário, para estarem alinhados com os regulamentos locais.

A ORM está muito empenhada em difundir a cultura de gestão de risco operacional na Organização e em melhorar a atitude de gestão de risco operacional proativa, bem como em atender aos requisitos externos (por exemplo, o BACEN).

I.1.3. Gestão de Risco de Mercado

O Risco de Mercado monitora diariamente as exposições e os limites de risco de mercado. Informa a exposição a usuários locais e aos respectivos comitês. O Risco de Mercado também é responsável por uma revisão regular de limites locais de negociação pelo menos uma vez ao ano.

I.1.4. Relatórios

Os seguintes relatórios são divulgados periodicamente às Diretorias:

Revisão de Carteira de BU: Este documento é preparado semestralmente e fornece uma visão geral de desenvolvimentos na carteira, o ambiente econômico e comercial, mudanças em estruturas de gestão de risco dentro da região, bem como a aplicação de limites de país e limites de indústria do Banco Real.

Atualização de Provisões: Este documento é elaborado trimestralmente e fornece uma visão geral de ativos não recuperáveis e tendências de provisão.

Carta de Risco de BU: Este documento é revisado anualmente, no mínimo, e quaisquer alterações ou inclusões devem ser submetidas à aprovação.

I.1.5. Estrutura de Apetite ao Risco

Qualquer violação de limites deve ser informada oportunamente pela Gestão de Risco Brasil à Diretoria.

I.1.6. Modelos e Ferramentas

O Modelo de Classificação Corporativo Brasileiro, o Modelo de Classificação de Grandes Empresas, a Pontuação de Banco e/ou outras metodologias de classificação aprovadas são utilizados como base para Classificações Uniformes de Contrapartes Internas.

As principais ferramentas de classificação ativas são as seguintes:

- GRACE (*Generic Rating ABN AMRO Counterparty Engine*) é uma plataforma de classificações de contraparte baseada em internet que suporta o cálculo de UCRs. A infraestrutura de Atacado MRA/MFA foi substituída pela GRACE. Todas as contrapartes com faturamento anual superiores a US$5 milhões estão sujeitas ao Sistema GRACE e seus modelos.

- Uma política de classificação foi desenvolvida para atribuir UCRs a contrapartes com faturamento anual inferior a US$5 milhões. Esta política está de acordo com as regras da Basileia II, já foi aprovada e está atualmente implementada no sistema brasileiro (Sistema LC).

- As estruturas aprovadas são aplicadas como base para a classificação de facilidades em categorias de Perdas Decorrentes de Inadimplência (LGD). Da mesma forma, as percentagens de Utilização Decorrente de Inadimplência (UGD), relevantes para determinar a Exposição a Inadimplência (EAD), são determinadas e validadas para os diversos mercados e tipos de facilidades.

- O negócio, com a Gestão de Risco do Brasil, propõe as classificações de UCR. Todas as classificações de UCR devem ser aprovadas pela autoridade de crédito permanente e confirmadas em cada processo de revisão. A autoridade de crédito adequada poderá modificar a UCR atribuída em qualquer ocasião durante a vida útil das linhas de crédito. A UCR aprovada também estaria sujeita a mudanças aconselhadas pelos reguladores locais e pelas revisões de inspeções de risco de crédito.

II. RISCO DE CRÉDITO

II.1. Introdução ao tratamento do risco de crédito

O risco de crédito decorre da possibilidade de perda gerada pela inadimplência total ou parcial de nossos clientes ou contrapartes no cumprimento de suas obrigações financeiras com o Banco.

A especialização da função de riscos do Banco baseia-se no tipo de cliente e, assim, no processo de gestão dos riscos, faz-se uma distinção entre clientes individualizados e clientes padronizados:

- Clientes individualizados são aqueles aos quais se designa um analista de riscos, basicamente por conta do risco assumido. Esta categoria inclui clientes de bancos atacadistas, instituições financeiras e certas empresas pertencentes a bancos varejistas. A gestão de risco é executada através da análise de um especialista, complementada por ferramentas de suporte à tomada de decisões com base em modelos de avaliação do risco interno.

- Clientes padronizados são aqueles aos quais nenhum analista de riscos específico é designado. Nesta categoria geralmente incluem-se pessoas físicas, empresas individuais e bancos varejistas não enquadrados como clientes individualizados. A gestão desses riscos baseia-se em modelos automatizados de tomada de decisões e de avaliação do risco interno, complementadas, quando o modelo não é preciso nem abrangente o bastante, por equipes de analistas especializados nesse tipo de risco.

II.2. Medidas e ferramentas de mensuração

a) Ferramentas de rating

O Banco Real usa modelos próprios de *rating* internos, para medir a qualidade de crédito de um cliente ou de uma operação. Cada *rating* está relacionado com uma probabilidade de inadimplência ou não-pagamento, determinada a partir da experiência histórica da instituição, com exceção de algumas carteiras conceituadas como *low default portfolios*. No Banco, existem diversos modelos de qualificação interna, utilizados no processo de admissão e acompanhamento do risco.

As ferramentas de qualificação globais são aquelas aplicadas aos segmentos de risco soberano, instituições financeiras e Banco de Atacado Global, com gestão centralizada no Banco, a determinação do seu *rating* e no acompanhamento do risco. Essas ferramentas geram o *rating* de cada cliente, resultado da combinação de dados de um módulo quantitativo ou automático, um módulo qualitativo ou de ajuste feito por um analista e um conjunto de ajustes finais.

No caso de empresas e instituições privadas de carteira, definiu-se uma metodologia única para elaborar um sistema de *rating*, baseado nos mesmos módulos que os *ratings* anteriores: um módulo quantitativo ou automático (nesse caso analisando o comportamento de crédito de uma amostra de clientes em relação a suas demonstrações financeiras), qualitativo ou revisão feita pelo analista e ajustes finais.

As qualificações dadas ao cliente são revisadas periodicamente, incorporando a nova informação financeira disponível e a experiência desenvolvida na relação bancária. A periodicidade das revisões é elevada em caso de clientes que alcançam certos níveis nos sistemas automáticos de alerta e clientes classificados como de acompanhamento especial. As próprias ferramentas de *rating* também são revisadas para que as qualificações por elas atribuídas sejam progressivamente apuradas.

Para clientes padronizados, tanto de pessoas jurídicas como de pessoas físicas, existem no Banco ferramentas de *scoring* que atribuem automaticamente uma nota às operações propostas.

Esses sistemas de aprovação de empréstimos são complementados com modelos de *rating* de *performance*, os quais permitem uma maior previsibilidade do risco assumido e que são usados para atividades preventivas e de comercialização.

b) Parâmetros de risco de crédito

As estimativas de parâmetros de risco (PD, LGD e EAD) são baseadas na experiência interna, ou seja, nas observações de inadimplência ou no histórico de recuperação de créditos inadimplentes.

Para as carteiras com um histórico interno de inadimplência irrelevante, como no caso de bancos, risco soberano ou banco de atacado global, os parâmetros são estimados no âmbito global. Tais carteiras são conhecidas como *low default portfolios*.

Para as carteiras restantes, as estimativas de parâmetros baseiam-se na experiência interna do Banco. No caso das pequenas e médias empresas, as informações do balanço são utilizadas não só para atribuir um *rating*, mas também para obter fatores que explicam a probabilidade de inadimplência (PD). Nas carteiras de varejo, a PD é calculada com base nos casos de novos atrasos em relação à nota atribuída à respectiva operação.

O cálculo da LGD (*loss given default* ou perda decorrente de inadimplência) baseia-se na observação na recuperação de créditos inadimplentes, tendo em conta não só receitas e despesas vinculadas ao processo de recuperação, mas também o momento em que acontece e os custos indiretos decorrentes nesse processo.

EAD é estimada comparando a utilização de linhas compromissadas no momento da inadimplência e sua utilização em condições normais (adimplentes), a fim de identificar a utilização real das linhas de crédito no momento da inadimplência.

Os parâmetros estimados são então atribuídos aos créditos adimplentes. A atribuição é diferente para carteiras de baixa inadimplência e outras carteiras. No caso de carteiras de baixa inadimplência, que também são carteiras de gestão global, os parâmetros são atribuídos da mesma forma para todas as unidades do Banco.

Inversamente, cada unidade tem um sistema específico de *scoring* para as carteiras de varejo, o que exige a realização de estimativas separadas e a atribuição de parâmetros, adaptadas conforme o caso.

c) Escala mestre de ratings

Para obter *ratings* internos equivalentes nos diferentes modelos disponíveis - corporativa, risco soberano, instituições financeiras e outros segmentos - e permitir a sua comparação com *ratings* externos de agências de classificação de risco, o Banco possui a chamada escala mestre de *ratings*.

A equivalência é estabelecida através da probabilidade de inadimplência associada a cada *rating*. As PD calibradas internamente são comparadas com as taxas de inadimplência associadas aos *ratings* externos periodicamente publicados pelas agências de classificação de risco.

Rating Interno	Probabilidade de Inadimplência	Equivalência com:	
		Standard & Poor's	Moody's
9.3	0,017%	AAA	Aaa
9.2	0,018%	AA+	Aa1
9.0	0,022%	AA	Aa2
8.5	0,035%	AA-	Aa3
8.0	0,06%	A+	A1
7.5	0,09%	A	A2
7.0	0,14%	A-	A3
6.5	0,23%	BBB+	Baa1
6.0	0,36%	BBB	Baa2
5.5	0,57%	BBB-	Baa3
5.0	0,92%	BB+	Ba1
4.5	1,46%	BB	Ba2
4.0	2,33%	BB/BB-	Ba2/Ba3
3.5	3,71%	BB-/B+	Ba3/B1
3.0	5,92%	B+/B	B1/B2
2.5	9,44%	B	B2
2.0	15,05%	B-	B3
1.5	24,00%	CCC	Caa1
1.0	38,26%	CC/C	Caa1/Caa2

II.3. Perdas observadas: medidas de custo de crédito

Para complementar a utilização dos modelos avançados previamente descritos (vide dados relacionados em "Capital Econômico"), são utilizadas outras medidas habituais que facilitam uma gestão prudente e eficaz do risco de crédito, fundamentada na perda observada.

O custo do risco de crédito no Banco é medido através de diferentes métodos: variação em créditos inadimplentes em processo de recuperação (ativos duvidosos finais - ativos duvidosos iniciais + ativos baixados - recuperação de ativos baixados), provisões líquidas para créditos de liquidação duvidosa (provisões específicas - recuperação de ativos baixados) e ativos baixados líquidos (ativos baixados - recuperação de ativos baixados).

II.4. Ciclo de risco de crédito

O processo de gestão de risco consiste em identificação, mensuração, análise, controle, negociação e decisão sobre, conforme o caso, os riscos incorridos nas operações do Banco. As partes envolvidas no processo são as áreas tomadoras de risco e a Alta Administração, além da área de Risco.

O processo inicia na Alta Administração, através do Conselho de Administração e do Comitê de Riscos, que estabelece as políticas e os procedimentos de riscos, os limites e as delegações de poderes, além de aprovar e supervisionar a atuação da área de Risco.

O ciclo de risco contém três fases diferentes: pré-venda, venda e pós-venda:

- Pré-venda: fase que inclui os processos de planejamento, fixação de metas, apuração do apetite de risco do Banco, aprovação de novos produtos, análise de risco e processo de *rating* de créditos e definição de limites.

- Venda: trata-se da fase de tomada de decisões para operações pré-classificadas e específicas.

- Pós-venda: fase que contém os processos de monitoramento, mensuração e controle, além da gestão do processo de recuperação.

a) Planejamento e estabelecimento de limites de risco

O estabelecimento de limites de risco é processo dinâmico que identifica o apetite de risco do Banco mediante a avaliação de propostas de negócio e a posição de risco.

Esse processo é definido no plano global de limites de risco, um documento previamente acordado para a gestão integrada do balanço e dos riscos inerentes, definindo o apetite de risco dos diferentes fatores envolvidos.

Os limites são baseados em duas estruturas básicas: clientes/segmentos e produtos.

No caso dos riscos individualizados, o nível mais básico é o cliente, para o qual são estabelecidos limites individuais (pré-classificação) quando certas características, geralmente de relativa importância, ocorrem simultaneamente.

Para os grandes grupos econômicos é utilizado um modelo de pré-classificação baseado em um sistema de mensuração e monitoramento do capital econômico. Em relação ao segmento corporativo, utiliza-se um modelo de pré-classificação simplificado para clientes que cumprem determinados requisitos (conhecimento elevado, *rating,* etc.).

No caso dos riscos padronizados, os limites de risco são planejados mediante programas de gestão de crédito (PGC), documento previamente acordado pelas áreas de negócio e riscos e aprovado pelo Comitê de Riscos ou por seus comitês delegados, que contém os resultados esperados do negócio em termos de risco e retorno, além dos limites a que estão sujeitas a respectiva atividade e a gestão de riscos.

b) Análise de risco e processo de rating

A análise de risco é um pré-requisito para aprovação de empréstimo a clientes por parte do Banco. Essa análise consiste em examinar a capacidade da contraparte para fazer frente a seus compromissos contratuais com o Banco, o que inclui analisar a qualidade do crédito do cliente, suas operações de risco, sua solvência e o retorno pretendido, tendo em vista o risco assumido.

Essa análise de risco é realizada em uma periodicidade preestabelecida ou cada vez que surge um novo cliente ou nova operação. Adicionalmente, também é analisado o *rating* sempre que o sistema de alerta é acionado ou ocorre um evento que afeta a contraparte/operação.

c) Tomada de decisões sobre operações

O processo de tomada de decisões sobre operações tem por objetivo analisá-las e adotar resoluções em relação a essas, considerando o "apetite" de risco e quaisquer elementos da operação importantes para contrabalançar risco e retorno.

Desde 1993 o Banco utiliza, entre outras, a metodologia RORAC (Retorno sobre Capital Ajustado ao Risco) para a análise e a precificação no processo de tomada de decisões sobre operações e negócios.

d) Monitoramento e controle de risco

Além de funções exercidas pela Divisão de Auditoria Interna, a Unidade de Risco tem uma área específica de monitoramento dos riscos para o adequado controle da qualidade do crédito, formada por equipes locais e globais com recursos e responsáveis específicos.

Essa área de monitoramento baseia-se em um processo contínuo de observação permanente, que permite a detecção antecipada de incidentes que possam decorrer da evolução do risco, as operações, os clientes e seu ambiente, de forma que se tomem ações de atenuação. Essa área de monitoramento é especializada por segmento de clientes.

Para esse efeito, foi projetado um sistema denominado FEVE ("firmas sob vigilância especial"), que diferencia quatro categorias baseadas no nível de preocupação gerado pelas circunstancias observadas (extinguir, garantir, reduzir e acompanhar). A inclusão de uma empresa no Sistema FEVE não significa que ocorreu uma inadimplência, mas que é aconselhável adotar uma política específica com ela, alocando um responsável e definido o prazo de implementação da política. Os clientes classificados no Sistema FEVE são revisados pelo menos semestralmente ou a cada trimestre, no caso de clientes em categorias mais graves. A classificação de uma empresa no Sistema FEVE decorre do próprio monitoramento, da revisão realizada pela auditoria interna, de decisão do gerente responsável pela empresa ou o acionamento do sistema de alerta automático.

O *rating* atribuído é revisado pelo menos anualmente, mas, caso seja detectada qualquer debilidade ou em função do próprio *rating*, a periodicidade deve ser aumentada.

No caso dos riscos de clientes padronizados, os indicadores-chave são monitorados, com o objetivo de detectar variações no desempenho da carteira de crédito em relação às previsões realizadas nos programas de gestão de crédito.

Função de controle de risco

Em complemento ao processo de gestão, a função de controle de risco obtém uma visão global da carteira de crédito do Banco ao longo das várias fases do ciclo de risco, com um nível de detalhamento suficiente que permite a avaliação da situação atual do risco e de eventuais movimentações.

Eventuais mudanças na exposição ao risco do Banco são controladas de forma contínua e sistemática contra o orçamento, limites e *benchmarks*, sendo os impactos dessas mudanças em certas situações futuras, de natureza exógena e os decorrentes de decisões estratégicas, avaliados para estabelecer medidas que devolvam o perfil e o valor da carteira de crédito do Banco aos parâmetros estabelecidos por ele.

A função de controle de risco é realizada através da avaliação de riscos a partir de várias perspectivas complementares, cujos principais pilares são o controle por localidade, área de negócios, modelo de gestão, produto e processo, facilitando, dessa forma, a detecção de áreas especificas requerendo medidas e para as quais decisões devem ser tomadas.

II.5. Risco de crédito de outras perspectivas

Certas áreas e/ou visões específicas acerca do risco de crédito merecem a atenção de especialistas, em complemento à gestão do risco global.

a) Risco de concentração

O risco de concentração é um fator essencial na área de Gestão do Risco de Crédito. O Banco monitora continuamente o grau de concentração do risco de crédito de suas carteiras, por localidade geográfica/país, setor econômico e grupos de clientes e de produtos.

O Comitê de Riscos estabelece as políticas de risco e analisa os limites de exposição requeridos para a gestão adequada da concentração do risco de crédito da carteira.

Do ponto de vista setorial, a distribuição da carteira de clientes corporativos é adequadamente diversificada.

As Divisões de Riscos e Financeira atuam conjuntamente na gestão das carteiras de crédito, o que inclui reduzir a concentração das exposições através de várias técnicas, entre as quais a manutenção de derivativos para fins de proteção (*hedge*) ou a execução de transações de securitização, a fim de otimizar a taxa de risco/retorno da carteira como um todo.

b) Risco de crédito das operações no mercado financeiro

Este tópico inclui o risco de crédito proveniente das operações de tesouraria realizadas com clientes, sobretudo instituições de crédito. Tais operações são executadas por meio de produtos de financiamento no mercado monetário com diferentes instituições financeiras e por meio de instrumentos mantidos com a finalidade de atender a nossos clientes.

O controle do risco é efetuado com o auxílio de um sistema integrado de tempo real que permite ao Banco saber, a qualquer momento, o limite de exposição não utilizado com relação a qualquer contraparte, qualquer produto e qualquer vencimento em qualquer unidade do Banco.

O risco de crédito é mensurado a valor atual de mercado e a seu valor potencial (valor da exposição, considerando a variação futura nos respectivos fatores de mercado). Portanto, o risco de crédito equivalente (CRE) é definido como o somatório do valor de reposição líquido mais o valor potencial máximo dos contratos no futuro.

c) Risco soberano

Como regra geral, risco soberano é o risco assumido nas transações com o BACEN (incluindo a reserva de caixa regulamentar), o risco do emitente assumido pela Tesouraria ou República (no caso de títulos de dívida do governo) e o risco derivado das transações com entidades públicas com as seguintes características: os fundos dessas entidades provêm unicamente da renda fiscal; são legalmente reconhecidas como entidades diretamente incluídas no setor governamental, e suas atividades têm natureza não comercial.

Em 29 de agosto de 2007, o risco soberano no Brasil (com o BACEN, incluindo depósitos em espécie) foi de R$24,3 bilhões. Em 31 de dezembro de 2007, foi de R$21,3 bilhões. Em 29 de agosto de 2008, foi de R$31,8 bilhões, sendo o aumento de números anteriores resultante principalmente do aumento no volume de Títulos Públicos com utilização compulsória. A exposição ao risco soberano decorre principalmente das obrigações de efetuar determinados depósitos nos respectivos bancos centrais e das carteiras de renda fixa mantidas como parte da estrutura de gestão do risco da taxa estrutural de juros. Essas exposições são tomadas em moeda local e financiadas por depósitos de clientes locais, também denominados em moeda local. O número de agosto de 2008 incorpora a metodologia do Grupo Santander, sendo importante observar que a principal diferença de metodologia é o tratamento de repos reversos e que os ajustes relativos a essa característica não produziram alterações significativas.

A exposição do Banco Real ao risco soberano em outros países foi de R$886,7 milhões em dezembro de 2007 (R$1,1 bilhão em agosto de 2007), e o vencimento dessa posição ocorreu antes do fim de 2007. A posição completa ocorreu na República da Áustria.

III. RISCO DE MERCADO

III.1. Atividades sujeitas a risco de mercado

A medição, o controle e o monitoramento da área de Risco do mercado incluem todas as operações nas quais se assuma risco patrimonial. Esse risco decorre de variações nos fatores de risco - taxa de juros, taxa de câmbio, *equities*, preços de *commodities* e volatilidade desses fatores - e do risco de solvência e liquidez dos vários produtos e mercados nos quais o Banco opera.

As atividades são segmentadas por tipo de risco, conforme segue:

1) **Intermediação financeira:** esse item inclui serviços financeiros para clientes, operações de intermediação financeira e posicionamento, principalmente em produtos de renda fixa, moeda estrangeira e *equity*.

2) **Gestão de balanço:** risco da taxa de juros e risco de liquidez gerados como resultado da defasagem entre vencimento e nova precificação de todos os ativos e passivos. Este item também inclui o gerenciamento do ativo do risco de crédito inerente ao balanço patrimonial do Banco.

III.2. Metodologias

Atividades de Intermediação Financeira

O Banco calcula seus níveis mínimos de capital de risco usando um modelo-padrão fornecido pelo BACEN.

A metodologia-padrão aplicada às atividades de intermediação financeira pelo Banco Real em 2007/2008 foi a *Value at Risk* **(VaR)**, que mede a perda máxima esperada com um determinado nível de confiança, em um determinado prazo. Essa metodologia usa como base uma simulação histórica padrão com um nível de confiança de 99% e um horizonte de um dia. Foram efetuados ajustes estatísticos para incorporar com eficiência os acontecimentos mais recentes que condicionam o nível do risco assumido. Especificamente, o Banco usa uma janela de tempo de 400 dados diários obtidos retroativamente à data de referência do cálculo do VaR, que confere um peso menor às observações mais distantes no tempo.

O VaR não é a única medida, é utilizado pela sua boa referência do nível de risco incorrido pelo Banco. Contudo, outras medições estão sendo simultaneamente implementadas para permitir ao Banco exercer maior controle do risco em todos os mercados nos quais opera.

Entre essas medidas destaca-se a análise de cenário, que consiste em definir cenários de comportamento para diversas variáveis financeiras e determinar o impacto sobre os resultados aplicando-os às atividades do Banco. Esses cenários podem replicar eventos passados (crises, por exemplo) ou, então, determinar cenários plausíveis que não tenham relação com eventos passados. Juntamente com o VaR, possibilitam obter um espectro muito mais completo do perfil de risco.

Por fim, no controle de derivativos, devido a seu caráter atípico, medidas específicas são avaliadas diariamente. No caso dos derivativos, essas medidas são sensíveis às flutuações de preço do *underlying* (delta e gama), da volatilidade (vega) e do tempo (theta).

Gestão de Balanço

A Divisão de Gestão de Ativos e Passivos é responsável por gerenciar o risco dos juros de balanço patrimonial. O objetivo da área de Gestão de Ativos e Passivos é garantir a estabilidade e a natureza recorrentes tanto da margem de juros líquida envolvida na atividade comercial como do valor econômico do Banco, ao mesmo tempo em que mantém os níveis adequados de solvência e liquidez.

O risco dos juros é gerado através da natureza comportamental dos respectivos produtos comerciais. Essas atividades envolvem cartões de crédito, contas correntes e contas poupança, crédito pessoal e hipotecas, etc.

As decisões que afetam a gestão desses riscos são tomadas através do Comitê ALCO. Tomando como base a posição das taxas de juros do balanço, e considerando a situação do mercado e as perspectivas da economia, o Comitê ALCO adota as medidas financeiras necessárias para alinhar essa posição aos juros à pretendida pelo Banco.

Essas medidas podem variar desde tomar posições nos mercados até definir as características das taxas de juros dos produtos comerciais durante o processo de aprovação do produto.

Métrica de Risco dos Juros

O Banco utiliza duas métricas complementares de risco para controlar o perfil de risco de juros do balanço patrimonial. Uma é a mudança de valor de mercado para um ponto básico na curva de rendimento e a segunda é a sensibilidade da margem líquida de juros a mudanças no taxa de juros de curto prazo.

A exposição a taxa de juros considera diferentes tipos de instrumento e fatores de risco e comportamento de cliente (pré-pagamento, modelo de depósito, etc.). A posição de taxa de câmbio é administrada nos registros de transação.

a) Sensibilidade da Margem Financeira (NIM)

A sensibilidade da margem financeira mede a alteração na margem financeira com base no regime de competência para todos os ativos e passivos para um período específico (12 meses), quando houver deslocamento na curva das taxas de juros.

O cálculo da sensibilidade da margem financeira é feito simulando a margem tanto em um cenário de variações instantâneas de 100 pontos básicos na curva das taxas quanto no cenário atual. A sensibilidade é a diferença entre as duas margens calculadas. Não se assume nenhuma nova produção no balanço patrimonial (*run-off*).

b) Sensibilidade do Valor de Mercado da Empresa (MVE)

A sensibilidade do valor patrimonial é uma medida complementar à sensibilidade da margem financeira.

Ela mede o risco dos juros implícito no valor patrimonial com base no efeito das variações das taxas de juros nos valores presentes dos ativos e passivos financeiros.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como o risco corrente ou potencial ao lucro e ao capital resultante da incapacidade do banco em cumprir suas obrigações à medida que se tornem devidas sem incorrer em perdas inaceitáveis.

O controle de política de liquidez busca assegurar que uma liquidez suficiente esteja disponível para honrar saques de depósito e atender aos requisitos de liquidez decorrentes do plano de negócios desse banco.

A liquidez é gerenciada em três níveis: (i) no nível das atividades diárias, cujo objetivo é medir e gerenciar o caixa disponível; (ii) no nível de perfil de liquidez de balanço estrutural, que visa medir a textura de liquidez do Banco através da capacidade de enfrentar saídas de caixa potenciais através da análise do relatório de *gap* de liquidez e índices de liquidez; e (iii) no nível proativo, através da aplicação de cenários de teste de estresse e um plano de contingência adequado estabelecendo uma estrutura gerencial defensiva que permita ao Banco manter o risco de liquidez em um nível gerenciável.

1) Controle diário de fluxo de caixa

Todos os dias os Mercados Financeiros recebem o relatório de abertura dos negócios com liquidez disponível, que é atualizado frequentemente até o encerramento dos negócios. Essa posição resulta de informações originadas no Sistema Legado de *back-office* e também aplica-se às subsidiárias do Grupo no Brasil.

2) Perfil de liquidez estrutural

Perfil de gap de liquidez

O relatório de perfil de *gap* de liquidez indica os vencimentos previstos ao longo do tempo e o nível de liquidez resultante. Esse relatório agrega fluxos de caixa por entradas/saídas de fluxos e fatores de risco. Esses fluxos de caixa são baseados no seguinte:

- Vencimentos contratuais: são aqueles em que o item do ativo ou do passivo tem uma data de vencimento que se espera que seja a data de vencimento real.

- Vencimentos característicos: são aqueles em que as características comportamentais reais de determinados itens do ativo e do passivo diferem de modo significativo de suas características contratuais. Esses itens do ativo e do passivo são modelados para determinar seus perfis de vencimento presumido.

Índices de liquidez

Os índices de liquidez são usados como ferramenta de monitoramento de médio prazo, expressando descasamentos de liquidez de balanço estrutural. São utilizados os seguintes índices:

Índice	Característica
Ativos líquidos/Captação Volátil	Este índice indica em que medida os ativos líquidos devem ser equivalentes à captação volátil. Um nível mínimo deve impedir perdas causadas por déficits em captação não estável.
(Ativos Líquidos + Ativos Menos Líquidos)/Captação Volátil	Este índice indica em que medida os ativos líquidos e não-líquidos devem ser equivalentes à captação volátil. Um nível mínimo deve impedir perdas causadas por déficits em captação volátil.
Ativos Não Líquidos/Captação Estável	Este índice mostra em que medida os ativos não líquidos são financiados por captação estável. Um nível mínimo deve restringir a dependência sobre captação volátil.
Ativos Líquidos + Ativos Menos Líquidos)/Linhas Compromissadas Não Sacadas	Este índice mostra em que medida os ativos líquidos e menos líquidos devem abranger os compromissos não registrados no balanço. Um nível mínimo deve impedir graves prejuízos causados por déficit de recursos.

3) Gestão de liquidez proativa

Estresse de liquidez

A textura de liquidez do Banco é testada mediante estresse para verificar a adequação da captação estrutural do Banco e a carteira de ativos líquidos.

Esses cenários são definidos com três diferentes graus de gravidade para avaliar o risco de liquidez sob estresse. A erosão de liquidez em cada cenário é apresentada aos membros do Comitê ALCO, que definem a liquidez mínima para suportar situações de liquidez adversas.

Plano de Custeio de Contingência

A finalidade do Plano de Custeio de Contingência - CFP é assegurar que o Banco tem uma estrutura de gestão de liquidez suficientemente robusta para resistir a uma série de crises resultantes do estresse de liquidez.

A ativação do CFP ocorre quando se considera que um dos cenários existe ou é iminente. O Comitê de Liquidez será convocado a se reunir imediata e automaticamente após a ativação do CFP. Durante o período de duração do CFP, o Comitê de Liquidez deve reunir-se diariamente, no mínimo, e além disso devem ser realizadas reuniões extraordinárias, quando necessário. É de âmbito do Comitê a determinação das medidas que minimizem os efeitos da crise, de acordo com o plano básico delineado pelo CFP para cada tipo de cenário de crise.

Essa política de CFP deve ser revisada semestralmente.

III.3. Sistema de controle

Definição de limites

O processo de definição de limites é executado em conjunto com a atividade de elaboração de orçamentos e é uma ferramenta utilizada para estabelecer os ativos e passivos disponíveis para cada atividade de negócios. A definição de limites é um processo dinâmico que responde ao nível de risco considerado aceitável pela Alta Administração.

Objetivos da estrutura de limites

A estrutura de limites consiste em desenvolver um processo que considera os seguintes aspectos:

1) Identificar e delimitar, de forma eficiente e abrangente, os principais tipos de riscos financeiros gerados, para que sejam consistentes com a gestão do negócio e com a estratégia definida.

2) Quantificar e comunicar às áreas de negócio quais os níveis e perfis de risco considerados aceitáveis pela Alta Administração, a fim de evitar riscos não desejados.

3) Dar flexibilidade às áreas de negócio para assumir riscos financeiros de forma eficiente e oportuna, em virtude das mudanças do mercado e das estratégias de negócio, e sempre dentro dos níveis de risco considerados aceitáveis pela instituição.

4) Permitir aos geradores de negócio assumir riscos em volume prudente e suficiente para alcançar os resultados orçados.

5) Delimitar a faixa de produtos e *underlyings* em que cada unidade da área de Tesouraria pode operar, considerando características como modelos e sistemas de avaliação, liquidez dos instrumentos envolvidos, etc.

III.4. Riscos e resultados

(i) Atividades de intermediação financeira

O VaR médio da carteira de negociação do Banco em 2007 ficou em R$4.1 milhões e em R$6.3 milhões em 2008 ((janeiro-agosto). O VaR do Banco Real em 8 de agosto de 2008, dezembro de 2007 e agosto de 2007 era de R$5,5 milhões, R$6,5 milhões e R$9,7 milhões, respectivamente. A gestão dinâmica desse perfil permite ao Banco mudar sua estratégia, a fim de capitalizar nas oportunidades oferecidas por um ambiente de incertezas.

A. Gestão de balanço

A1. Risco dos juros

Análise quantitativa do risco

Em 29 de agosto de 2008, o consumo de risco, medido em termos de sensibilidade de 100 pontos básicos do valor patrimonial (MVE) ficou negativo em R$407,7 milhões, enquanto o risco da margem financeira em um ano, medido em sensibilidade de alta de 100 pontos básicos dessa margem, ficou negativo em R$34,2 milhões.

	29 de agosto de 2007	29 de agosto de 2008
Sensibilidade da margem mínima de juros	(88,18)	(34,20)
Sensibilidade do valor de mercado da ação	(318,56)	(407,70)

IV. GESTÃO DE RISCOS OPERACIONAIS, TECNOLÓGICOS E DA CONTINUIDADE DOS NEGÓCIOS

IV.1. Gestão de Riscos Operacionais

A área de Gestão de Riscos Operacionais (ORM) foca a implementação de ferramentas de gestão de riscos operacionais no Banco Real, abrangendo todas as atividades operacionais (exceto *Asset Management*), de acordo com as políticas locais. Os principais objetivos, definições e responsabilidades são definidos em alinhamento com a regulamentação vigente no País.

A área de ORM está fortemente comprometida em disseminar uma cultura de gestão de riscos operacionais na Organização e em aumentar a proatividade com relação à gestão de tais riscos, bem como cumprir aspectos regulamentares externos (por exemplo, exigências do BACEN).

(i) Princípios da Gestão de Riscos Operacionais

O Modelo para Riscos Operacionais fundamenta-se nos princípios-chave descritos a seguir. O Banco Real vem adotando esses princípios, a fim de obter os benefícios da área de ORM e permitir a gestão eficaz dos riscos operacionais em todas as áreas do Banco.

Papéis e Responsabilidades

- **"Gestão em todos os níveis promove a gestão de riscos operacionais"**

  Todos os gestores são **responsáveis** pela Gestão de Riscos Operacionais dentro da área sob sua responsabilidade (seu domínio) e devem assegurar que o modelo seja implementado na íntegra. Uma vez implementado, os gestores devem incluir ativamente o fator "risco operacional" em todos os seus processos de tomada de decisões. Implementando o Modelo ORM, os gestores conseguirão entender melhor o risco operacional a que estão expostos. Além disso, espera-se que aumentem a conscientização sobre esse tipo de risco não só em seu domínio, mas em todas as áreas do Grupo, quando possível.

- **"A gestão dos riscos operacionais é responsabilidade de todos"**

  No Banco Real, a Gestão de Riscos Operacionais é **responsabilidade** de todos. Cada funcionário deve ter consciência do risco operacional a que está exposto ao desempenhar suas atividades no dia-a-dia, e especificamente escalar problemas relevantes sobre eventos reais ou potenciais a seus respectivos gestores e/ou aos gestores competentes. Para garantir a implementação do Modelo, a Alta Administração deve assegurar que as responsabilidades dos funcionários e gestores estejam claramente definidas, em todos os níveis administrativos, e efetivamente comunicadas. As responsabilidades existentes devem ser ajustadas adequadamente.

- **"Os Profissionais de ORM são parceiros de negócios"**

  A área de Gestão de Riscos Operacionais atua em parceria com os gestores de linha e com as demais disciplinas de riscos para, em conjunto, realizarem as atividades de ORM dentro do Banco.

- **"Os Profissionais de ORM coordenam o Universo da Gestão de Riscos Operacionais"**

  O Universo da ORM engloba todas as atividades relacionadas com o amplo escopo do risco operacional, que inclui diversas atividades de outras Funções, aqui denominadas "Funções Relacionadas a Controles". Essas Funções estão intimamente relacionadas com questões de Riscos Operacionais: SOXA, *Compliance*, Gestão de Riscos do Grupo, Segurança da Informação, BCM, etc. Embora a responsabilidade por gerenciar essas atividades seja das próprias Funções, as atividades são consideradas como pertencentes ao universo da Gestão de Riscos Operacionais.

O Modelo de Gestão de Riscos Operacionais

- **"A Gestão de Riscos Operacionais usa uma linguagem comum"**

  Definições compartilhadas e classificações padrão (por exemplo, taxonomia de Riscos Operacionais) formam a linguagem comum da gestão de riscos operacionais. A Gestão de Riscos Operacionais também baseia-se em definições e padrões emitidos por outras Funções do Grupo, entre eles as Funções Relacionadas a Controles (por exemplo, modelo de controles proposto na SOXA). Isso garante consistência e uma compreensão adequada do Risco Operacional em todas as áreas do Banco.

- **"A área de Gestão de Riscos Operacionais usa padrões comuns"**

  O Modelo de ORM *Framework* representa o alicerce da gestão de riscos operacionais do Banco, uma vez que estabelece os padrões para a replicação e execução de políticas, processos, metodologias e ferramentas de ORM em todo o Grupo.

- **"O Risco Operacional é definido analisando a causa-efeito dos eventos"**

  A Gestão do Risco Operacional baseia-se na análise da causa e do efeito dos eventos e dos controles que os cercam, a fim de evitar a ocorrência ou a recorrência dos eventos e/ou reduzir sua gravidade. Um dos objetivos da ORM é adotar ações que permitam alinhar a exposição ao risco com o apetite pelo risco. A tarefa de definição das ações é facilitada analisando-se adequadamente os eventos históricos ou potenciais que representaram risco para o Banco, a fim de identificar as causas que levaram à perda. O modelo de causa e efeito dos eventos, usado com o modelo de processo e controles, suporta o Banco nessa atividade de análise.

Enfoque da ORM

- **"Equilibrando riscos e benefícios"**

  Equilibrando corretamente riscos e benefícios, as empresas são capazes de tomar decisões precisas em linha com seu apetite pelo risco. O risco é inerente aos negócios e precisa ser gerenciado adequadamente em todas as decisões. Ao analisar eventos de riscos potenciais ou históricos, o Banco avalia se o risco considerado está em linha com os objetivos de negócios. Dependendo do caso, ações de atenuação precisam ser tomadas ou riscos podem ser aceitos.

- **"Gerencie os riscos onde interessa"**

  O planejamento e a priorização das atividades relacionadas com os riscos operacionais do Banco focam nas áreas em que os Riscos Operacionais efetivamente ocorrem e nas áreas que suportam as diretrizes estratégicas do Banco. Paralelamente, para uma implementação mais eficaz e eficiente do Modelo, o processo de ORM é executado no nível certo de granularidade.

  Para garantir que a Gestão de Riscos Operacionais esteja alinhada com a estratégia de negócios e que a Alta Administração esteja comprometida com os assuntos relativos à gestão de tais riscos, em 2002 o Banco estabeleceu um Comitê de Gestão de Riscos Operacionais.

<u>Comitê Executivo de ORM</u>

Mandato:

O Comitê Local de ORM (LORM) dá uma orientação relativa às políticas e práticas de ORM nas atividades do dia-a-dia da BU. O Comitê reúne-se a cada dois meses.

As principais atividades do LORM são:

- Implementar as estratégias e políticas aprovadas pelo Comitê de ORM do Grupo.
- Assegurar que os papéis e as responsabilidades da Gestão de Riscos Operacionais estão claramente definidos em todo o Banco.
- Assegurar que o Conselho Gestor está ciente dos elevados riscos operacionais aos quais o Banco está exposto.
- Fortalecer a função de gestão de risco operacional na Organização, incluindo as metodologias e indicadores de risco operacional.
- Assegurar a conformidade com as normas regulamentares.

Composição:

- Membros do Banco Real ExCo, incluindo o CEO do Banco.
- O Diretor de Riscos (CRO) do Banco Real.
- Responsável pela Área de Riscos Operacionais.
- Responsável pela Área de Auditoria.
- Responsável pela Área de Compliance.
- Responsável pelo Comitê de Segurança.

Quórum: No mínimo dois EVPs.

IV.2. Gestão de Riscos Tecnológicos e de Continuidade dos Negócios

A área de Gestão de Continuidade dos Negócios (BCM) é responsável pela identificação dos impactos que poderiam ameaçar a continuidade operacional do Banco e por propiciar uma estrutura flexível o suficiente para oferecer respostas eficazes e garantir a proteção das pessoas, dos interesses dos acionistas e da reputação do Banco.

(i) Responsabilidades e atribuições

Para desempenhar suas responsabilidades, a área usa e desenvolve políticas corporativas focadas na recuperação de negócios, na conscientização, na preparação e na manutenção adequada dos Planos de Continuidade de Negócios.

O modelo adotado inclui:

- Preparação de uma Análise de Impacto sobre os Negócios (BIA).
- Aprovação dos resultados da BIA e a definição da recuperação dos negócios.
- Execução do Plano de Continuidade dos Negócios (PCN).
- Implementação no local da contingência, no caso de itens considerados críticos e relevantes.
- Aplicação de testes e treinamentos.

As principais atribuições da área de BCM incluem:

- Desenvolvimento e manutenção de políticas e normas para a Organização e seus reguladores.
- Implementar e manter Gestão de Continuidade dos Negócios (BCM) para as áreas críticas do Banco.
- Coordenar os testes para o Plano de Continuidade dos Negócios.
- Designar gestores para o local das contingências.
- Desenvolver conteúdo e oferecer treinamentos e simulações para pontos focais e pessoas-chave, a fim de garantir que haja pessoas preparadas para reagir a eventuais incidentes.
- Coordenar o Grupo de Resposta a Crises (CMG), bem como o Plano para Administração de Crises.
- Levantar dados para a base histórica de eventos do Grupo de Continuidade de Negócios (BCG).
- Desenvolver materiais e métodos de disseminação da cultura de Gestão da Continuidade dos Negócios para a Organização.

Diferencial

Como principal resultado obtido, destacamos a formação do Grupo de Resposta a Crises, pelo qual a Organização gerencia o impacto de novos eventos/incidentes/crises até que eles estejam sob controle ou tenham sido contidos, não gerando impactos significativos na continuidade do negócios da Organização.

Esse grupo conta com um plano de ação formal, claramente definido e disponível para uso durante qualquer crise, contemplando inclusive o nome das pessoas responsáveis, os serviços e as ações principais requeridas para a gestão adequada da crise até que esta seja controlada.

V. RISCO DE REPUTAÇÃO

1) Risco de Reputação

O Banco Real acredita que o preceito fundamental da sustentabilidade de seu negócio no longo prazo e da criação de valor ao acionista depende de uma conduta adequada das atividades operacionais de acordo com os Valores Corporativos do Banco Real.

O risco de *compliance* foi definido como o risco de sofrer sanções por parte de órgãos reguladores, ou sanções jurídicas, perdas financeiras materiais ou dano à reputação do Banco Real como resultado do não-cumprimento de leis, regulamentos, princípios e regras, normas e códigos de conduta aplicáveis às suas atividades, na forma e no espírito da lei.

O Banco Real define o risco de reputação como o risco decorrente de opinião pública negativa, independentemente do fato de essa opinião basear-se em fatos ou meramente na percepção do público.

Esse risco pode decorrer de:

- Ações e comportamentos da Organização ou de seus funcionários envolvendo os produtos vendidos, os serviços prestados ou a interação com as partes interessadas, que constituem o risco direto.
- Ações e comportamentos de partes externas, que constituem o risco indireto.

2) Visão Geral

O Banco Real está, portanto, comprometido a contribuir positivamente para o Desenvolvimento Sustentável, garantindo o sucesso do negócio no longo prazo e, ao mesmo tempo, contribuindo para o desenvolvimento econômico e social, um meio ambiente saudável e uma sociedade estável.

A gestão eficaz do risco é pré-requisito para o sucesso contínuo de qualquer banco.

Um dos principais componentes da gestão de riscos é garantir que a reputação do banco seja preservada e elevada. Uma das maneiras de fazer isso é optar por se envolver responsavelmente no negócio certo, com os clientes certos.

Uma reputação sólida representa uma licença social para o banco operar. Embora não seja uma licença bancária formal, não deixa de ser uma licença concedida por todos os interessados e da qual depende nosso crescimento no longo prazo e, em última análise, da qual depende a sustentabilidade de nosso negócio.

Por reconhecermos esse fato, desenvolvemos diversas políticas de risco de reputação para identificar, avaliar e gerenciar as questões não financeiras presentes em nossos compromissos. A essas políticas e normas denominamos políticas de Gestão de Risco de Reputação.

Essa busca da excelência requer que o Banco Real seja responsabilizado por seus atos, esteja aberto em relação a eles e que os membros do Conselho de Administração do Banco Real e seus funcionários sejam, em última análise, responsáveis pela reputação do Banco.

A área de *Compliance* é responsável por dar assistência ao Banco para identificar, mensurar e atenuar uma parcela significativa do risco de *compliance*, mas não sua totalidade. Outras importantes partes interessadas no processo são o Conselho Gestor, a Alta Administração e as áreas Financeira, de Recursos Humanos, de Riscos e Jurídica.

As principais atividades das funções de *compliance* estão concentradas em elementos específicos da legislação de serviços financeiros e respectivas regras, regulamentos, códigos de conduta e padrões de mercado. São predominantemente os requisitos para a "condução dos negócios" e não incluem questões de administração de capital (ou seja, adequação do capital, normas de contabilidade e Sarbanes-Oxley) que são de responsabilidade das áreas Financeira, de Riscos Operacionais e de Auditoria.

3) Princípios Gerais

Os princípios gerais são suportados pelos seguintes princípios de compliance:

- A função de *Compliance* será eficaz e eficiente no uso dos recursos do Banco Real.
- A função de Conformidade entende a estratégia e os negócios do Banco Real e, com base nesse entendimento, garantirá que sejam tomadas medidas adequadas de controle dos riscos.
- A função de *Compliance* envidará seus melhores esforços para que se adotem enfoques proativos ao risco de conformidade, por entender que monitoria, educação e comunicação são sempre mais eficazes que medidas reativas.

4) Função e Tarefas da Área Responsável pela Área de Compliance

a) Identificar, mensurar e avaliar os Riscos de Compliance

- Identificar, mensurar e avaliar de maneira proativa o impacto do risco de *compliance* gerado internamente: por nossos negócios, estruturas, produtos e funcionários; e externamente: por mudanças ou propostas de mudanças nas leis e normas que regem o Banco, bem como mudanças no ambiente regulador, avaliando mudanças na legislação, em regulamentos e na interpretação das regras e normas existentes pelos órgãos reguladores.
- Participar de diálogos na área com relação a novas regulamentações e apresentar os pontos de vista do Banco Real.
- Fazer *benchmark* para situar o Banco em relação a seus concorrentes/pares.
- Assessorar o Banco com relação a autorizações e licenças necessárias para conduzir seus negócios.

b) Assessorar na gestão e atenuação do risco de compliance

- Desenvolver políticas, normas e procedimentos formais de *compliance* que sejam adequados e proporcionais, a fim de facilitar o cumprimento de leis e regulamentos externos relevantes que reflitam o apetite do Banco para o risco de compliance, quando necessário.
- Revisar as políticas, normas e procedimentos dos negócios e outras funções de suporte para garantir que estejam consistentes com nossas obrigações de *compliance*.
- Prestar assessoria especializada em *compliance* e oferecer contribuição para negócios, questões ou transações específicas.

c) Educar e treinar nossos funcionários em questões relativas à compliance

- Oferecer um abrangente programa de treinamento em *compliance* ao *staff* da área e a nossos parceiros nos negócios.
- Medir a eficácia do programa de treinamento e informar os resultados à Administração.

d) Monitorar as principais atividades de compliance e manter a administração informada

- Desenvolver e implementar programas eficazes de monitoria de *compliance*.
- Fornecer relatórios gerenciais à Alta Administração, ao Conselho Gestor e aos Comitês sobre atividades, questões e indicadores de desempenho de *compliance*.
- Fornecer relatórios de *compliance* aos órgãos reguladores, quando necessário.
- Fazer *follow-up* dos resultados da monitoria e garantir que a ação corretiva adequada seja tomada.
- Escalar adequadamente os problemas que, do ponto de vista da área de Compliance, não foram tratados adequadamente.

e) Oferecer um Programa de Compliance anual

- Criar um programa anual de atividades de *compliance*, de comum acordo com os parceiros de negócios, para atender às obrigações de *compliance* do Banco.
- Buscar um consenso com a Alta Administração e com o negócio de que haja recursos suficientes disponíveis para que a função de *Compliance* possa cumprir suas responsabilidades de modo eficaz.

5) Organização e Independência da Função de Compliance

A função de *compliance* dentro do Banco representa a supervisão independente, em nome da Alta Administração, dos principais processos e respectivas políticas e procedimentos que buscam assegurar que o Banco está cumprindo as leis e regulamentações específicas da área em que opera, na forma e no espírito da lei, contribuindo, assim, para manter a reputação do Banco.

VI. ADEQUAÇÃO AO NOVO MODELO REGULADOR

O Banco Real assumiu, desde o início, um compromisso firme com os princípios subjacentes ao "Marco Revisado de Convergência Internacional de Mensuração e Normas de Capital" (Basileia II). Este Marco permite que as entidades façam estimativas internas do capital (enfoque avançado) de que precisam para garantir sua solvência diante de eventos causados por diferentes tipos de risco. Como resultado desse compromisso, o Banco Real está planejando a implementação das novas diretrizes de capital mínimo, de acordo com as normas do BACEN. A Alta Administração do Banco Real está plenamente ciente das implicações da implementação do Novo Acordo de Capital.

No caso específico do risco de crédito, a implementação de Basileia II pressupõe o reconhecimento, para efeitos de capital regulador, dos modelos internos que têm sido utilizados para fins de gestão. Atualmente, o Banco Real adota o modelo padronizado, de acordo com as normas locais.

O Banco pretende aplicar, nos próximos anos, o modelo avançado baseado em classificação interna (AIRB) de Basileia II em praticamente todas as suas unidades. Dado o perfil de risco médio-baixo que caracteriza as atividades operacionais do Banco Real, focadas sobretudo em operações bancárias comerciais (corporações, pequenas e médias empresas e pessoas físicas), a implementação de modelos internos gerou consideráveis economias de capital de acordo com o chamado Pilar 1, que estabelece as exigências de capital para cobertura dos riscos operacionais, de crédito e de mercado. Da mesma forma, a importante diversificação dos perfis de riscos e de negócios do Banco permitirá compensar as exigências adicionais de capital derivadas do Processo de Avaliação Interna da Adequação do Capital (apresentado no Pilar 2), que leva em conta o impacto dos riscos não considerados no Pilar 1 e os benefícios gerados na diversificação entre riscos, negócios e localidades geográficas.

Além disso, o Banco Real iniciou em 2008 o projeto de implementação gradual das plataformas tecnológicas e dos avanços metodológicos necessários à replicação dos modelos de AIRB para fins de cálculo do capital regulador. Dessa forma, o Banco espera aplicar os modelos avançados para o cálculo das exigências de capital regulamentar em suas unidades de negócio no Brasil em 2013, após obter a devida aprovação dos órgãos de supervisão.

Em relação aos demais riscos explicitamente tratados no Pilar 1 do Acordo de Basileia II, o Banco Real pretende utilizar seu modelo interno para risco de mercado com relação às atividades de negociação da área de Tesouraria no Brasil. No que diz respeito ao risco operacional, o Banco decidiu utilizar o modelo padronizado para efeito de cálculo do capital regulador, uma vez que considera prematuro o uso de modelos avançados (AMA) para esse tipo de risco.

O Pilar 2 é outra importante linha de ação do Modelo Corporativo de Basileia II. Além de permitir a revisão e o fortalecimento da metodologia que suporta o modelo de capital econômico, houve um alinhamento tecnológico com a plataforma que suporta o Pilar 1, de modo que todas as informações relacionadas ao risco de crédito podem ser obtidas dessa fonte quando o Brasil implementar os modelos internos do Pilar 1.

Validação interna dos modelos de risco

A validação interna é um pré-requisito do processo de validação por parte dos órgãos de supervisão. Uma unidade especializada do próprio Banco, com independência suficiente, obtém um parecer técnico sobre a adequação dos modelos internos para os efeitos internos e regulamentares pretendidos, e conclui sobre sua funcionalidade e eficácia. Essa unidade deve avaliar também se os procedimentos de gestão e controle de riscos são adequados à estratégia e ao perfil de risco do Banco.

No Banco Real, a validação interna dos modelos de risco inclui os modelos de risco de crédito, de risco de mercado e de precificação de opções, além do modelo de capital econômico. O escopo da validação inclui não apenas os aspectos mais teóricos ou metodológicos, mas também os sistemas de TI e a qualidade dos dados que tais sistemas fornecem, da qual depende a eficácia de sua operação, e, em geral, todos os aspectos relevantes da gestão avançada do risco (controles, níveis de subordinação, usos, envolvimento da Alta Administração, etc.). Portanto, o objetivo da validação interna é revisar aspectos quantitativos, qualitativos, tecnológicos e relacionados à governança corporativa.

A função de validação interna está localizada, no nível corporativo, dentro da área de Controle Integrado do Risco e Validação Interna do Risco (CIVIR), que se reporta diretamente à matriz (terceiro vice-presidente do Banco e *Chairman* do Comitê de Riscos) em Madri.

Vale destacar que a estrutura corporativa de validação interna do Banco Real é 100% consistente com os critérios de validação interna para modelos avançados. Assim, o Banco mantém a segregação de funções entre as unidades de validação interna e auditoria interna que, em seu papel de última instância de controle do Banco, é responsável por revisar as metodologias, as ferramentas e os trabalhos realizados pela validação interna e por opinar sobre seu grau de efetiva independência.

VII. CAPITAL ECONÔMICO

Introdução

O projeto de EC do Grupo que foi realizado em 2004 resultou em metodologias para quantificar o Capital Econômico para diversos tipos de risco (incluindo risco de crédito) e uma metodologia para combiná-las (chamado procedimento em dois passos). Em 2005, foi estendido integrando-se o risco-país no risco de crédito e através da incorporação de securitizações de ativos na metodologia. Em 2006, foi desenvolvida e aprovada uma metodologia para transações de *private equity*. Em 2007, simulações de consumo são harmonizadas e o procedimento integrado substitui o procedimento em dois passos. Além disso, implementou-se uma metodologia para ativos de consumidor inadimplente.

Além dessas atualizações de metodologia, diversos parâmetros (por exemplo, PDs, LGDs, EADs e correlações) são atualizados anualmente. Utilizamos a terminologia Risco de Crédito para refletir tanto o risco de crédito quanto o risco-país. Dada a importância de risco de crédito medida por sua fração de risco total, foram desenvolvidos modelos complexos ao longo de vários anos.

O Capital Econômico visa ser uma medida abrangente, consistente e comparável de risco que resulta em uma reflexão adequada do nível de risco em cada unidade de negócio. O Capital Econômico é central ao risco do Banco e administração de carteira, administração de desempenho, avaliação de adequação de capital e alocação de capital.

Definição de Capital Econômico

Estatisticamente falando, o Banco pode esperar incorrer em algum nível de perdas no futuro. Por exemplo, para risco de crédito, a experiência nos diz que alguma fração de nossas contrapartes ficará inadimplente com suas obrigações. O nível de perdas que podemos estatisticamente esperar incorrer é chamado *prejuízo esperado* (EL).

Em um ano adverso, as perdas reais podem superar as perdas esperadas em determinado valor. Esse valor é chamado *prejuízo imprevisto (UL)*. O tamanho do prejuízo imprevisto é essencialmente o risco que o Banco corre. O prejuízo esperado não representa risco, visto que devemos contar com ele. De fato, o prejuízo esperado deve ser diretamente coberto na determinação de preços de transações. A determinação de preços de transações, contudo, não cobrirá em geral o prejuízo imprevisto potencial diretamente. Portanto, o Banco retém capital para proteger-se contra o prejuízo imprevisto.

O Capital Econômico (EC) é o capital que o Banco deve possuir para proteger-se contra prejuízo imprevisto potencial com um alto nível de certeza. O capital econômico é uma função direta das exposições existentes dos bancos a todos os riscos. Para determinar o capital econômico, é necessário, então, determinar a distribuição de probabilidade de prejuízo potencial que representa todos os riscos a que o Banco está exposto. O "grau de certeza" que é mencionado na definição de capital econômico pode ser especificado pela Administração do Banco e está relacionado ao seu perfil de risco desejado. Para o Banco, foi estabelecido em 99,95%. O valor de capital econômico que é calculado usando as metodologias descritas a seguir representa uma estimativa do prejuízo imprevisto potencial que somente seria superado em 0,05% de todos os possíveis estados futuros do mundo.

O gráfico a seguir representa a distribuição de probabilidade de perdas, e ilustra os conceitos de prejuízo esperado e capital econômico.

Cobertura de tipos de risco

Os cálculos de capital econômico regular do Banco atualmente cobrem os seguintes tipos de risco:

- Risco de crédito e risco-país
- Risco operacional
- Risco de mercado
- Risco dos juros
- Risco de negócio

Horizonte de tempo

Como o capital econômico desempenha um papel central no contrato de desempenho anual do Banco, um horizonte de um ano é utilizado nos cálculos de EC para todos os tipos de risco. Uma possível intervenção da Administração para reduzir o risco durante esse horizonte de um ano é levada em conta nos cálculos de EC de risco de juros e risco de mercado.

Perfil de Risco no Brasil

O perfil de risco do Brasil, em junho de 2008, é distribuído da seguinte forma:

Tipo de risco	Capital Econômico
Risco de crédito e risco-país	63,0%
Risco de mercado	0,5%
Risco dos juros	0,9%
Risco de negócio	12,2%
Risco operacional	15,6%
Outros tipos de riscos	7,8%
Total	**100,0%**

A evolução dos valores de EC é representada na seguinte tabela:

Tipo de Risco	Junho 2008	Dezembro 2007	Agosto 2007	Junho 2007
Risco de crédito e país	4.513.858	4.176.714	3.854.213	3.471.045
Risco de mercado	35.113	14.499	19.445	20.592
Risco dos juros	64.029	121.826	(38.323)	66.750
Risco de negócio	871.939	552.276	510.504	498.450
Risco operacional	1.121.388	1.048.496	1.003.165	988.691
Outros	559.644	1.478.453	1.337.251	1.261.382
Total	**7.165.971**	**7.392.264**	**6.686.255**	**6.306.910**

VIII. ANÁLISE DE SENSIBILIDADE DA CARTEIRA DE NEGOCIAÇÃO

Do ponto de vista regulamentar, o Banco Real tem a sua gestão de riscos focada em portfólios e fatores de riscos, conforme a regulamentação do BACEN e as boas práticas internacionais.

Os instrumentos financeiros são segregados nas carteiras de negociação e *banking*, tal como acontece na gestão da exposição de risco de mercado, de acordo com as melhores práticas de mercado e com os critérios de classificação de operações e gestão de capital do Novo Método Padronizado de Basileia II do BACEN. A carteira de negociação consiste em todas as operações com instrumentos financeiros e mercadorias, inclusive derivativos, detidas com intenção de negociação e a carteira *banking* consiste nas operações comerciais e estruturais provenientes das diversas linhas de negócio do Banco e seus eventuais *hedges*. Por conseguinte, com base na natureza das atividades do Banco, a análise de sensibilidade foi integralmente aplicada à carteira de negociação, haja vista que se trata de carteira que representa as exposições que podem afetar as receitas do Banco.

O quadro-resumo apresentado a seguir sintetiza valores de *stress* gerados pelos sistemas corporativos do Banco, referentes à carteira de negociação, para cada um dos cenários nas datas especificadas, e não reflete necessariamente a posição atual, em virtude do dinamismo do mercado e atividades do Banco.

Sensibilidade da carteira de negociação do Banco Real

Milhares de Reais (R$)

			29/08/2008
Fator de risco	***Cenário 1***	***Cenário 2***	***Cenário 3***
Cupom em dólares norte-americano	*(24)*	*1.327*	*8.204*
Cupom em outras moedas	*16*	*158*	*788*
Taxa prefixada	*(601)*	*(6.013)*	*(30.065)*
Ações e índices	*39*	*98*	*197*
Inflação	*(579)*	*(5.786)*	*(28.928)*
Outros	*-*	*-*	*-*
TOTAL	*(1.149)*	*(10.216)*	*(49.804)*

			29/08/2007
Fator de risco	***Cenário 1***	***Cenário 2***	***Cenário 3***
Cupom em dólares norte-americano	*(13.901)*	*(36.494)*	*(79.955)*
Cupom em outras moedas	*26*	*262*	*1.308*
Taxa prefixada	*(91)*	*(905)*	*(4.526)*
Ações e índices	*-*	*-*	*-*
Inflação	*(29)*	*(290)*	*(1.449)*
Outros	*-*	*-*	*-*
TOTAL	*(13.995)*	*(37.427)*	*(84.622)*

Os cenários 2 e 3 consideram as situações de deterioração previstas na Instrução CVM nº 475, de 17 de dezembro de 2008, tidas como de baixa probabilidade. De acordo com a estratégia determinada pela Administração, no caso de sinal de deterioração de mercado são adotadas ações para minimizar possíveis impactos negativos.

Cenário 1: habitualmente informado em nossos relatórios diários, correspondendo a um choque de 10 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 10% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 10 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 2: correspondendo a um choque de 100 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 25% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 100 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cenário 3: correspondendo a um choque de 500 pontos básicos nas curvas de cupom de moedas estrangeiras somado a um choque de 50% nas posições à vista de moedas (alta) e bolsa (baixa), além de um choque de 500 pontos básicos na superfície de volatilidade de moedas utilizados para precificação de opções.

Cupom de dólar norte-americano: todos os produtos com variações de preço atreladas a variações da moeda americana e da taxa de juros em dólar norte-americano.

Cupom de outras moedas: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da qualquer moeda que não o dólar norte-americano e da taxa de juros em dólar norte-americano.

Taxa prefixada (reais): todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações da taxa de juros em reais.

Ações e índices: índices de bolsas, ações e opções atrelados a índices de ações ou ações em si.

Inflação: todos os produtos que possuem variações de preço atreladas a variações de cupons de inflação e índices de inflação.

Outros: qualquer outro produto que não se enquadre nas classificações anteriores.

44. Transição para as normas internacionais de contabilidade (IFRS)

As políticas contábeis do Banco foram alteradas em 1º de janeiro de 2007, com o objetivo de atender às normas internacionais de contabilidade (IFRS). A transição para o IFRS é contabilizada de acordo com o IFRS 1 - Adoção Inicial das Normas Internacionais de Contabilidade, tendo 1º de janeiro de 2007 como data de transição. As mudanças nas políticas contábeis decorrentes da transição para o IFRS e a conciliação dos efeitos dessa transição estão apresentadas a seguir. O Banco elaborou seu balanço inicial em 1º de janeiro de 2007 aplicando as regras e políticas contábeis e as bases de mensuração descritas na nota nº 2, com exceção da seguinte isenção, conforme permitido pelo IFRS e descrito a seguir:

- Combinações de empresas:

  O Banco optou por não aplicar o IFRS 3 retroativamente a combinações de empresas ocorridas anteriormente a 1º de janeiro de 2007, data da transição. Ao decidir não aplicar o IFRS 3 retroativamente:

  - Foram reconhecidos todos os ativos e passivos relativos a combinações de empresas na data de transição que foram adquiridos ou assumidos em uma combinação de empresas no passado, exceto aqueles que não se qualificariam como um ativo ou passivo segundo o IFRS.

  - Foi utilizado o valor contábil em BR GAAP de ativos adquiridos e passivos assumidos nessas combinações de empresas com base em seu custo estimado em IFRS naquela data.

  - Usou-se o valor contábil do ágio na demonstração de posição financeira de abertura preparada em IFRS com base no valor contábil segundo o GAAP aplicado anteriormente na data de transição para o IFRS, sem nenhum ajuste para amortizações prévias ou outros itens.

  - Calculou-se a participação não controladora e o imposto diferido seguindo o cálculo de outros ativos e passivos. Portanto, os ajustes acima para ativos e passivos reconhecidos afetam as participações não controladoras e o imposto diferido.

- Valor justo ou reavaliação como custo presumido:

  O Banco optou por usar o valor contábil em BR GAAP como custo presumido para ativos tangíveis.

- Redesignação de instrumentos financeiros previamente reconhecidos:

  O Banco redesignou certos investimentos em títulos de dívida e instrumentos de capital como “disponíveis para venda” e certos empréstimos, recebíveis e depósitos “ao valor justo no resultado” na data da transição.

  A transição para o IFRS resultou nas seguintes mudanças nas políticas contábeis:

  a) Reclassificação de instrumentos financeiros para a categoria disponíveis para venda:

     Segundo o BR GAAP, o Banco contabiliza determinados investimentos em títulos de dívida ao custo amortizado e títulos patrimoniais ao custo histórico. Segundo o IFRS, as Empresas Combinadas estão classificando esses investimentos como disponíveis para venda, calculando-os ao valor de mercado com as alterações reconhecidas em “Outros resultados abrangentes”, dentro do escopo do IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo.

b) Perda de valor recuperável de outros ativos:

Pelo IFRS, o Banco estimou o impacto decorrente do cálculo de desconto ao valor recuperável seguindo os critérios descritos na nota nº 2, que difere, em determinados aspectos, dos critérios adotados pelo BR GAAP.

c) Avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial:

Pelo BR GAAP, alguns investimentos em ações de outras empresas são contabilizados ao custo, uma vez que, segundo esses princípios contábeis, tais investimentos não atendem aos critérios necessários para que possam ser contabilizados pelo método da equivalência patrimonial. Tais critérios incluem participação de, no mínimo, 10% e a relevância do investimento na coligada em relação à participação total do investidor no patrimônio líquido da investida. Segundo o IFRS, de acordo com o IAS 28 - Investimentos em Coligadas, um investimento em uma coligada na qual o investidor exerça influência significativa, mesmo que a participação seja inferior a 20%, é contabilizado pelo método da equivalência patrimonial. De acordo com a Resolução nº 3.619 do Conselho Monetário Nacional - CMN, o BR GAAP foi alterado para possibilitar a convergência à referida norma internacional, estando em vigor a partir de dezembro de 2008.

d) Perda de valor recuperável de ativos tangíveis:

Segundo o BR GAAP, as perdas de valor recuperável de determinados ativos tangíveis relativos às agências do Banco foram reconhecidas durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2008, como resultado da adoção do pronunciamento técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos. O CPC 01 alterou a metodologia usada no BR GAAP para permitir a convergência para o IFRS (IAS 36 - Redução do Valor Recuperável de Ativos). Antes da emissão do CPC 01, o Banco agrupava determinados ativos de agências ao avaliar sua recuperabilidade. Segundo o IFRS, as Empresas Combinadas avaliam esses ativos em relação às perdas de valor recuperável para cada uma das agências, de acordo com o IAS 36 - Redução do Valor Recuperável de Ativos. Essa diferença impactou apenas o balanço patrimonial do Banco de 1º de janeiro de 2007 e do exercício findo em 31 de dezembro de 2007, uma vez que as políticas contábeis convergiram durante o exercício de 2008.

e) Impostos sobre a renda

O imposto de renda diferido foi registrado sobre as diferenças entre o BR GAAP e o IFRS, quando aplicável. Adicionalmente, pelo BR GAAP, o Banco classificou o PIS e a COFINS como despesas operacionais. Pelo IFRS, conforme descrito na nota nº 2.w), o PIS e a COFINS são considerados componentes da base de lucro (líquidos de determinadas receitas e despesas). Por isso, e em conformidade com o IAS 12, são classificados como impostos sobre a renda

f) Classificação de instrumentos financeiros a valor de mercado no resultado:

Pelo IFRS, o Banco classificou determinados instrumentos financeiros ao "valor justo no resultado", uma vez que esse método de contabilização elimina um descasamento contábil, conforme o IAS 39 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração.

g) Diferimento de tarifas bancárias, comissões e custos inerentes à originação de operações, segundo o método da taxa de juros efetiva:

De acordo com o IAS 18 – Receitas e o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração, as tarifas bancárias e comissões que constituam parte integrante da taxa efetiva de juros de instrumentos financeiros mensurados ao custo amortizado, devem ser reconhecidas ao resultado pelo prazo dos instrumentos financeiros originados. Por este mesmo critério devem ser reconhecidos os custos inerentes que estiverem diretamente atrelados à originação destas operações, desde que possam ser mensurados de forma confiável.

h) Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira:

De acordo com o IFRS, em conformidade com o IAS 39 "Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Cálculo", contratos a termo em moeda estrangeira são instrumentos financeiros derivativos, devendo por conseqüência serem marcados a mercado através do resultado. Segundo as normas contábeis do Banco Central do Brasil, tais operações são caracterizadas como operações de câmbio, sofrendo valoração apenas em função da mudança na taxa em moeda estrangeira a que o ativo estiver atrelado.

i) Reversão da amortização do ágio:

Segundo o BR GAAP, o ágio é amortizado sistematicamente durante um período de dez anos. Segundo o IFRS, em conformidade com o IAS 38 "Ativos Intangíveis", o ágio não é amortizado, mas testado para fins de

determinação da perda de valor recuperável, ao menos uma vez por ano, e sempre que houver indicação de que o ágio possa sofrer perda de valor recuperável, comparando-se seu valor recuperável a seu valor contábil.

a) Balanço Patrimonial Combinado: Conciliação em 1° de Janeiro de 2007 - Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

	Milhares de reais			
	Nota	**BR GAAP**	**Ajustes**	**IFRS**
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		9.295.481	-	9.295.481
Ativos financeiros para negociação	h	5.233.171	41.800	5.274.971
Outros ativos financeiros ao valor justo no resultado	f	-	270.725	270.725
Ativos financeiros disponíveis para venda	a	15.814.776	(272.230)	15.542.546
Empréstimos e financiamentos	g	59.640.099	(11.600)	59.628.499
Ativos não correntes para venda	b	82.699	(15.500)	67.199
Participações em coligadas	c	302.050	14,850	316,900
Ativo tangível	d	950.230	(18.091)	932.139
Ativo intangível	i	1.151.032	(35.100)	1.115.932
Ágio	i	619.025	(35.100)	583.925
Outros		532.007	-	532.007
Créditos tributários	e	2.742.176	86.833	2.829.009
Corrente		256.505	-	256.505
Diferido	e	2.485.671	86.833	2.572.504
Outros ativos		1.514.561	-	1.514.561
TOTAL DO ATIVO		**96.726.275**	**61,687**	**96,787,962**
Passivos financeiros para negociação		1.453.993	-	1.453.993
Passivos financeiros ao custo amortizados		79.816.818	-	79.816.818
Derivativos utilizados como *hedge*		3.755	-	3.755
Provisões		2.929.870	-	2.929.870
Passivos fiscais	e	672.779	83.037	755.816
Corrente		402.341	-	402.341
Diferido	e	270.438	83.037	353.475
Outras obrigações		1.368.062	-	1.368.062
TOTAL DO PASSIVO		**86.245.277**	**83.037**	**86.328.314**
Patrimônio líquido		10.334.002	(25.475)	10.308.527
Participações dos acionistas minoritários		4.554	-	4.554
Ajuste ao valor de mercado		142.442	4.125	146.567
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**10.480.998**	**(21.350)**	**10.459.648**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**96.726.275**	**61.687**	**96.787.962**

	Milhares de reais	
	Nota	**01/01/2007**
Patrimônio líquido atribuído ao Banco em BR GAAP		**10.476.444**
Ajustes IFRS, líquido de impostos:		
Classificação de ativos financeiros ao valor justo no resultado	f	4.125
Reclassificação de instrumentos financeiros para a categoria disponíveis para venda	a	6.213
Avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial	c	14.850
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e outros custos financeiros pelo método "taxa efetiva de juros"	g	(7.656)
Reversão da amortização do ágio	i	(10.100)
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	h	27.588
Perda de valor recuperável de outros ativos	b	(17.700)
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	d	(22.170)
Outros		(16.500)
Patrimônio líquido atribuído ao Banco em IFRS		**10,455,094**
Participações dos acionistas minoritários em IFRS		**4,554**
Patrimônio líquido (incluindo participações dos acionistas minoritários) em IFRS		**10,459,648**

b) Balanço Patrimonial Combinado: Conciliação em 31 de Dezembro de 2007 - Ativo, Passivo e Patrimônio Líquido

	Milhares de reais			
	Nota	**BR GAAP**	**Ajustes**	**IFRS**
Disponibilidades e reservas no Banco Central do Brasil		10,948,839	-	10,948,839
Ativos financeiros para negociação		3,396,133	-	3,396,133
Outros ativos ao valor justo no resultado	f	-	146,636	146,636
Ativos financeiros disponíveis para venda	a	12,948,430	(169,406)	12,779,024
Empréstimos e financiamentos	g	77,592,016	(282,319)	77,309,697
Derivativos utilizados como *hedge*		650,959		650,959
Ativos não correntes para venda	b	86,028	(46,583)	39,445
Participações em coligadas	c	319,379	13,923	333,302
Ativo Tangível	d	1,070,002	(19,005)	1,050,997
Ativo Intangível	i	861,901	345,053	1,206,954
Créditos tributários	e	4,135,884	(155,682)	3,980,202
Corrente		399,196	-	399,196
Diferido	e	3,736,688	(155,682)	3,581,006
Outros ativos		985,196		985,196
TOTAL DO ATIVO		**112,994,767**	**(167,383)**	**112,827,384**
Passivos financeiros para negociação	h	1,696,185	29,256	1,725,441
Passivos financeiros ao custo amortizado		90,672,087	-	90,672,087
Derivativos utilizados como *hedge*		5,210	-	5,210
Provisões		3,443,277	-	3,443,277
Passivos fiscais	e	2,114,059	14,576	2,128,635
Corrente		1,777,384	-	1,777,384
Diferido	e	336,675	14,576	351,251
Outras obrigações		1,694,667	-	1,694,667
TOTAL DO PASSIVO		**99,625,485**	**43,832**	**99,669,317**
Patrimônio líquido		13,304,543	(211,215)	13,093,328
Participações dos acionistas minoritários		5,402	-	5,402
Ajuste ao valor de mercado		59,337		59,337
TOTAL DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**13,369,282**	**(211,215)**	**13,158,067**
TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		**112,994,767**	**(167,383)**	**112,827,384**

	Milhares de reais	
	Nota	**2007**
Patrimônio líquido atribuído ao Banco em BR GAAP		**13.363.880**
Ajustes IFRS, líquidos de impostos:		
Classificação de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	f	3.965
Reclassificação de instrumentos financeiros para a categoria disponíveis para venda	a	1.809
Avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial	c	12.839
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e custos pelo método de taxa de juros efetiva	g	(186.330)
Reversão da amortização do ágio	i	59.090
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	h	(19.309)
Perda de valor recuperável de ativos	b	(32.200)
Perda de valor recuperável de ativos tangíveis	d	(43.290)
Outros		(7.789)
Patrimônio líquido atribuível ao Banco em IFRS		13.152.665
Participações dos acionistas minoritários em IFRS		5.402
Patrimônio líquido (incluindo participações dos acionistas minoritários) em IFRS		13.158.067

c) Demonstração Combinada do Resultado para o Exercício Findo em 31 de Dezembro de 2007

	Milhares de reais			
	Nota	**BR GAAP**	**Ajustes**	**IFRS**
Receita financeira líquida	**g**	**11.065.762**	**203.984**	**11.269.746**
Resultado de renda variável		18.449		18.449
Resultado de equivalência patrimonial	c	183.535	(927)	182.608
Receita de tarifas e comissões	g	3.175.871	(650.962)	2.524.909
Despesa de taxas e comissões		(762.207)		(762.207)
Resultado de ativos e passivos financeiros (líquidos)	f, h	1.822.112	(77.683)	1.744.429
Diferenças cambiais (líquidas)		(178.831)		(178.831)
Outras despesas operacionais		(286.799)		(286.799)
Total de receitas		**15.037.892**	**(525.588)**	**14.512.304**
Despesas administrativas	g	(6.403.370)	176.306	(6.227.064)
Depreciação e amortização	i	(719.515)	380.247	(339.268)
Provisões (líquido)		(928.311)		(928.311)
Perdas com ativos financeiros (líquidas)	b	(2.883.138)	(14.501)	(2.897.639)
Perdas por não recuperação de outros ativos (líquidas)	b	(818)	(31.978)	(32.796)
Ganhos líquidos na alienação de bens não classificados como ativo não circulante destinado à venda		28.412		28.412
Ganhos líquidos na alienação de ativo não circulante destinado à venda		38.169		38.169
Lucro operacional antes da tributação		**4.169.321**	**(15.514)**	**4.153.807**
Impostos sobre a renda	e	(1.546.303)	(174.054)	(1.720.357)
Lucro do exercício		**2.623.018**	**(189.568)**	**2.433.450**
Lucro atribuído a participações dos acionistas minoritários		(1.171)	-	(1.171)
Lucro atribuível à controladora		**2.621.847**	**(189.568)**	**2.432.279**

	Milhares de reais	
	Nota	**31/12/2007**
Lucro líquido atribuído ao grupo em BR GAAP		**2.621.847**
Ajustes IFRS, líquidos de impostos:		
Classificação de instrumentos financeiros ao valor justo no resultado	f	(3.965)
Avaliação do investimento pelo método de equivalência patrimonial	c	(927)
Diferimento de tarifas bancárias, comissões e custos financeiros pelo método de taxa de juros efetiva	g	(178.644)
Reversão da amortização do ágio	i	68.126
Marcação a mercado de contratos a termo em moeda estrangeira	h	(47.306)
Perda de valor recuperável de outros ativos financeiros	b	(14.500)
Perda de valor recuperável de outros ativos não financeiros	b	(21.106)
Outros		8.754
Lucro líquido atribuível ao grupo em IFRS		**2.432.279**
Participações dos acionistas minoritários em IFRS		1.171
Lucro líquido (incluindo participações dos acionistas minoritários) em IFRS		**2.433.450**

45. Eventos subsequentes

Fusão Jurídica

Em 14 de abril de 2009 as diretorias do Banco Real e do Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. ("Sudameris DTVM") aprovaram e decidiram submeter à aprovação dos respectivos acionistas o "Protocolo e Justificação da Incorporação da Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A. pelo Banco ABN AMRO Real S.A.".

Nessa mesma data, as diretorias do Banco Santander S.A. e do Banco Real aprovaram e decidiram submeter à aprovação do Conselho de Administração do Banco Santander S.A. e dos seus respectivos acionistas a proposta de reestruturação societária nos termos do "Protocolo e Justificação da Incorporação do Banco ABN AMRO Real S.A. pelo Banco Santander S.A." ("Protocolo").

A incorporação da Sudameris DTVM pelo Banco Real e a subsequente incorporação do Banco Real pelo Banco Santander ("Incorporações") representam etapas fundamentais no processo de consolidação dos investimentos do Conglomerado Santander no País, com o consequente fortalecimento da sua estrutura operacional e organizacional e a unificação das suas atividades.

A incorporação do Banco Real pelo Banco Santander S.A. permitirá a conclusão do plano de integração operacional, administrativa e tecnológica que vem sendo implementada desde a aquisição do controle do Banco Real ocorrida em julho de 2008 e a reestruturação societária relativa à incorporação das ações de emissão do Banco Real pelo Banco Santander S.A. realizada em agosto de 2008.

A incorporação do Banco Real permitirá ainda: (i) a integração dos negócios e atividades bancárias em uma única instituição financeira para todos os fins comerciais, financeiros e jurídicos; (ii) a redução de custos administrativos; e (iii) a racionalização e simplificação da estrutura societária do Conglomerado Santander no País.

As Incorporações ocorrerão por meio das transferências dos acervos líquidos contábeis das Incorporadas para o patrimônio das Incorporadoras, com base nos balanços patrimoniais auditados em 31 de março de 2009. As variações patrimoniais verificadas entre a data-base dos referidos balanços patrimoniais e a da efetivação das Incorporações (data da realização das respectivas Assembleias Gerais Extraordinárias que aprovarem as Incorporações) serão reconhecidas e escrituradas diretamente nas Entidades Incorporadoras.

Tendo em vista que as Incorporações envolvem sociedades subsidiárias integrais, não haverá, em decorrência das operações: (i) determinação de relação de substituição de ações; (ii) direito de retirada; (iii) aumento de capital do Banco Santander S.A. e do Banco Real; e (iv) alteração nos direitos de voto, dividendos nem outro direito patrimonial ou societário a que atualmente fazem jus as ações de emissão do Banco Santander S.A.

Real Tokio Marine

Conforme previsto no Acordo de Acionistas da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. ("RTMVP"), como resultado do controle acionário do Banco Real ter sido assumido pelo Banco Santander S.A., a AAB Dois Par exerceu seu direito de adquirir a participação restante na RTMVP, sendo esse direito transferido ao Banco Santander S.A. em 21 de janeiro de 2009. Na reunião do Conselho de Administração celebrada em 19 de março de 2009, foi autorizada a venda dos seguintes investimentos ao Santander Seguros S.A.: a participação de 50% adquirida da Real Tokio Marine Vida e Previdência S.A. e a participação de 100% no ABN AMRO Brasil Dois Participações S.A., pelo valor total de R$1.495 milhões, gerando um ganho líquido de R$45 milhões que foi registrado em lucro não operacional. Na Assembleia Geral Extraordinária da RTMVP, de março de 2009, foi aprovada a alteração da denominação social para Real Seguros Vida e Previdência S.A.

Investimentos

Em setembro de 2008, o Banco Real esteve envolvido em uma substituição de ações por sua participação na Companhia Brasileira de Meios de Pagamento - Visanet por ações do Santander Investimentos e Participações S.A. e Empreendimentos e Administradora de Bens S.A. - REB.

Uma parte dessas ações adquiridas pelo Banco Santander S.A. foi posteriormente vendida como parte de uma oferta pública anunciada em 25 de junho de 2009. A oferta pública foi concluída em 3 de julho de 2009 com a venda das ações adicionais e suplementares oferecidas pelos proprietários.

A venda do Banco Santander S.A. foi equivalente a 7,67% do total de ações ordinárias emitidas pela Visanet. O impacto total da oferta pública corresponde a um ganho líquido de aproximadamente R$1.400.000 mil.

Capital

Na Assembleia Geral Extraordinária celebrada em 28 de novembro de 2008, foi aprovada Cisão Parcial da Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A., com a transferência de uma parcela de seu patrimônio ao Banco Real, com aumento de capital de R$2.801 mil.

Como parte da mesma Assembleia, foi aprovada uma redução de capital da AAB Dois Par, no valor de R$928.280 mil, sem reduzir o número de ações ordinárias em circulação.

Planos de previdência privada

Em 7 de abril de 2009, as Empresas Consolidadas liberaram totalmente o HSBC de todas e quaisquer de suas obrigações relativas ao plano de benefício definido administrado pela Previban - Previdência Privada Paraiban, desse ponto em diante, pagando à parte mencionada o saldo relativo à diferença entre as obrigações de benefícios e os ativos relativos ao plano. Esse evento não causou mudanças ao próprio plano nem a seus ativos e obrigações correspondentes.

APÊNDICE I - SUBSIDIÁRIAS do BANCO ABN AMRO Real S.A. e ABN AMRO DOIS PARTICIPAÇÕES S.A.

		Em 31 de dezembro de 2007 e no exercício findo nessa data			
		Participação - %		Patrimônio Líquido	Lucro Líquido
	Atividade	Direta	Indireta		(Perdas)
Controladas pelo Banco ABN AMRO Real S.A.					
Real Leasing S.A. Arrendamento Mercantil	*Leasing*	69,80%	99,99%	7.001.986	424.365
Banco de Pernambuco S.A. - BANDEPE	Banco	100,00%		3.432.932	261.281
Sudameris Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários S.A.	*Dealer*	100,00%		2.095.677	391.229
Banco Comercial e de Investimento Sudameris S.A.	Banco	5,92%	99,80%	2.022.449	405.021
ABN AMRO Arrendamento Mercantil S.A.	*Leasing*	99,99%		559.795	31.408
ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Cartões de crédito	3,22%		430.716	24.682
Credicenter Empreendimentos e Promoções Ltda.	Outras atividades	12,23%		274.123	51.204
Companhia Real Distribuidora de Títulos e Valores Mobiliários	*Dealer*	100,00%		140.494	66.110
Real Corretora de Seguros S.A.	Corretora	100,00%		70.646	53.208
ABN AMRO Administradora de Consórcio Ltda.	Consórcio	100,00%		25.760	17.860
Webmotors S.A.	Outras atividades	100,00%		21.156	9.992
Aymoré Crédito, Financiamento e Investimento S.A.	Financiadora	100,00%		19.047	938
Real Microcrédito S.A.	Microcrédito	100,00%		3.710	(1.117)
Real Argentina S.A.	Outras atividades	99,99%		2.210	1.023
ABN AMRO Advisory Services S.A.	Outras atividades	100,00%		1.882	673
Controladas por ABN AMRO Dois Participações S.A.					
Banco ABN AMRO Real S.A.	Banco	0,05%		12.044.971	2.539.213
ABN AMRO Administradora de Cartões de Crédito Ltda.	Cartões de crédito	96,78%		430.716	34.182
Credicenter Empreendimentos e Promoções Ltda.	Outras atividades	87,77%		274.123	51.204
Real Capitalização S.A.	Capitalização	100,00%		158.925	64.098
Cruzeiro Factoring Sociedade de Fomento Comercial Ltda.	*Factoring*	100,00%		116.007	7.022
Real CHP S.A.	*Holding*	92,77%		4.738	4.448
ABN AMRO Brasil Participações e Investimentos S.A.	*Holding*	100,00%		(30)	(31)

Informações Anuais do Banco Santander (Brasil) S.A. relativas ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2008 (apenas informações não constantes neste Prospecto)

(Esta página foi intencionalmente deixada em branco)

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

O REGISTRO NA CVM NÃO IMPLICA QUALQUER APRECIAÇÃO SOBRE A COMPANHIA, SENDO OS SEUS ADMINISTRADORES RESPONSÁVEIS PELA VERACIDADE DAS INFORMAÇÕES PRESTADAS.

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
020532	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90400888000142

4 - DENOMINAÇÃO COMERCIAL
SANTANDER

5 - DENOMINAÇÃO SOCIAL ANTERIOR
BANCO SANTANDER S.A.

6 - NIRE	7 - SITE
35300332067	www.santander.com.br
8 - DATA DE CONSTITUIÇÃO DA CIA	**9 - DATA DE REGISTRO DA CIA NA CVM**
12/08/1985	02/03/2007

01.02 - SEDE

1 - ENDEREÇO COMPLETO	2 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA AMADOR BUENO, 474	SANTO AMARO

3 - CEP	4 - MUNICÍPIO	5 - UF
04752-005	SAO PAULO	SP

6 - DDD	7 - TELEFONE	8 - TELEFONE	9 - TELEFONE	10 - TELEX
11	5538-6000	-	-	
11 - DDD	**12 - FAX**	**13 - FAX**	**14 - FAX**	
11	5538-8790	-	-	

15 - E-MAIL
acionistas@santander.com.br

01.03 - DEPARTAMENTO DE ACIONISTAS

ATENDIMENTO NA EMPRESA

1 - NOME
DAGOBERTO VIANNI

2 - CARGO
GERENTE GERAL

3 - ENDEREÇO COMPLETO	4 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA HUNGRIA, 1400 3º ANDAR / EST 232	JD. EUROPA

5 - CEP	6 - MUNICÍPIO	7 - UF
01455-001	SAO PAULO	SP

8 - DDD	9 - TELEFONE	10 - TELEFONE	11 - TELEFONE	12 - TELEX
11	3012-7137	-	-	
13 - DDD	**14 - FAX**	**15 - FAX**	**16 - FAX**	
11	3012-7353	-	-	

17 - E-MAIL
acionistas@santander.com.br

AGENTE EMISSOR / INSTITUIÇÃO FINANCEIRA DEPOSITÁRIA

18 - NOME
BANCO SANTANDER (BRASIL) S A

19 - CONTATO
DAGOBERTO VIANNI

20 - ENDEREÇO COMPLETO	21 - BAIRRO OU DISTRITO
RUA HUNGRIA, 1400 3ª ANDAR / EST 232	JD. EUROPA

22 - CEP	23 - MUNICÍPIO	24 - UF
01455-001	SAO PAULO	SP

25 - DDD	26 - TELEFONE	27 - TELEFONE	28 - TELEFONE	29 - TELEX
11	3012-7137	-	-	
30 - DDD	**31 - FAX**	**32 - FAX**	**33 - FAX**	
11	3012-7353	-	-	

34 - E-MAIL
acionistas@santander.com.br

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

OUTROS LOCAIS DE ATENDIMENTO A ACIONISTAS

35 - ITEM	36 - MUNICÍPIO	37- UF	38 - DDD	39 - TELEFONE	40 - TELEFONE
01				-	-
02				-	-
03				-	-
04				-	-

01.04 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES (Endereço para Correspondência com a Companhia)

1 - NOME CARLOS ALBERTO LOPEZ GALAN				
2 - ENDEREÇO COMPLETO RUA AMADOR BUENO, 474 4º ANDAR			3 - BAIRRO OU DISTRITO SANTO AMARO	
4 - CEP 04752-901	5 - MUNICÍPIO SAO PAULO			6 - UF SP
7 - DDD 11	8 - TELEFONE 3174-6911	9 - TELEFONE -	10 - TELEFONE -	11 - TELEX
12 - DDD 11	13 - FAX 3174-6751	14 - FAX -	15 - FAX -	
16 - E-MAIL ri@santander.com.br				
17 - DIRETOR BRASILEIRO NÃO	18 - CPF 212.825.888-00	18 - PASSAPORTE		

01.05 - REFERÊNCIA / AUDITOR

1 - DATA DE INÍCIO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	2 - DATA DE TÉRMINO DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL
01/01/2008	31/12/2008

3 - DATA DE INÍCIO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO	4 - DATA DE TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL EM CURSO
01/01/2009	31/12/2009

5 - NOME/RAZÃO SOCIAL DO AUDITOR	6 - CÓDIGO CVM
DELOITTE TOUCHE TOHMATSU AUDITORES INDEPENDENTES	00385-9
7 - NOME DO RESPONSÁVEL TÉCNICO	**8 - CPF DO RESP. TÉCNICO**
JOSE BARBOSA DA SILVA JUNIOR	947.639.258-49

01.06 - CARACTERÍSTICAS DA EMPRESA

1 - BOLSA DE VALORES ONDE POSSUI REGISTRO

[ ] BVBAAL	[ ] BVMESB	[ ] BVPR	[ ] BVRJ	[ ] BVST
[ ] BVES	[ ] BVPP	[ ] BVRG	[X] BOVESPA	

2 - MERCADO DE NEGOCIAÇÃO
Bolsa

3 - TIPO DE SITUAÇÃO
Operacional

4 - CÓDIGO DE ATIVIDADE
1240 - Bancos

5 - ATIVIDADE PRINCIPAL	6 - AÇÕES PREF. COM CLASSES
BANCO MULTIPLO	NÃO

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

01.07 - CONTROLE ACIONÁRIO / VALORES MOBILIÁRIOS

1 - NATUREZA DO CONTROLE ACIONÁRIO
Privada Nacional

2 - VALORES MOBILIÁRIOS EMITIDOS PELA CIA.

X	Ações		Certificado de Recebíveis Imobiliários (CRI)
	Debêntures Conversíveis em Ações		Notas Promissórias (NP)
	Ações Resgatáveis		BDR
	Partes Beneficiárias		Outros
	Debêntures Simples		DESCRIÇÃO
	Bônus de Subscrição		
	Certificado de Investimento Coletivo (CIC)		

01.08 - PUBLICAÇÕES DE DOCUMENTOS

1 - AVISO AOS ACIONISTAS SOBRE DISPONIBILIDADE DAS DFs.	2 - ATA DA AGO QUE APROVOU AS DFs.
	05/09/2009
3 - CONVOCAÇÃO DA AGO PARA APROVAÇÃO DAS DFs.	**4 - PUBLICAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS**
15/04/2009	06/02/2009

01.09 - JORNAIS ONDE A CIA. DIVULGA INFORMAÇÕES

1 - ITEM	2 - TÍTULO DO JORNAL	3 - UF
01	VALOR ECONÔMICO	SP
02	DIÁRIO OFICIAL EST SÃO PAULO	SP

01.10 - DIRETOR DE RELAÇÕES COM INVESTIDORES

1 - DATA	2 - ASSINATURA
11/09/2009	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

03.01 - EVENTOS RELATIVOS À DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL

1 - EVENTO BASE	2 - DATA DO EVENTO	3 - PESSOAS FÍSICAS E JURÍDICAS	4 - INVESTIDORES INSTITUCIONAIS	5 - ACORDO DE ACIONISTAS	6 - AÇÕES PREFER. COM DIREITO A VOTO
Incorporação Ações	14/08/2009	0	0	NÃO	NÃO

7 - AÇÕES PREFERENCIAIS COM DIREITO A VOTO	8 - DATA DO ÚLTIMO ACORDO DE ACIONISTAS

AÇÕES EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO

9 - EXISTEM AÇÕES EM CIRCULAÇÃO	ORDINÁRIAS		PREFERENCIAIS		TOTAL	
	10 - QUANTIDADE (Unidade)	11 - PERCENTUAL	12 - QUANTIDADE (Unidade)	13 - PERCENTUAL	14 - QUANTIDADE (Unidade)	15 - PERCENTUAL
SIM	2.744.266	1,50	3.998.627	2,52	6.742.893	1,98

16 - AÇÕES PREFERENCIAIS EM CIRCULAÇÃO NO MERCADO		
1 - CLASSE	2 - QUANTIDADE (Unidade)	3 - PERCENTUAL

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

03.02 - POSIÇÃO ACIONÁRIA DOS CONTROLADORES E ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF
001	GRUPO EMPRESARIAL SANTANDER S.L.	06.164.067-0001/48	ESPANHA	
002	STERREBEECK BV	09.473.556-0001/70	HOLANDA	
997	AÇÕES EM TESOURARIA			
998	OUTROS			
999	TOTAL			

1 - ITEM	6 - AÇÕES ORDINÁRIAS (Mil)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	9 - %	10 - TOTAL DE AÇÕES (Mil)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.	13 - PART. NO ACORDO DE ACIONISTAS	14 - CONTROLADOR
001	74.967.225	41,19	63.531.985	40,17	138.499.210	40,71	14/08/2009		SIM
002	99.527.083	54,68	86.492.330	54,68	186.019.413	54,68	14/08/2009		SIM
997	0	0,00	0	0,00	0	0,00			
998	7.494.863	4,13	8.130.287	5,15	15.625.150	4,61			
999	181.989.171	100,00	158.154.602	100,00	340.143.773	100,00			

1 - ITEM	15/1 - CLASSE	15/2 - QTD. AÇÕES PREFERENCIAIS (Mil)	15/3 - % PREFERENCIAIS

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

03.03 - DISTRIBUIÇÃO DO CAPITAL DOS CONTROLADORES E DOS ACIONISTAS COM 5% OU MAIS DE AÇÕES

1 - ITEM	2 - CONTROLADORA / INVESTIDORA	3 - DATA DE COMP. CAP. SOCIAL
001	GRUPO EMPRESARIAL SANTANDER S.L.	14/08/2009

1 - ITEM	2 - NOME/RAZÃO SOCIAL	3 - CPF/CNPJ	4 - NACIONALIDADE	5 - UF

6 - AÇÕES ORDINÁRIAS/ COTAS (Unidades)	7 - %	8 - AÇÕES PREFERENCIAIS (Unidades)	9 - %	10 - AÇÕES/COTAS TOTAL (Unidades)	11 - %	12 - COMP.CAP.SOC.

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

04.02 - CAPITAL SOCIAL SUBSCRITO E ALTERAÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA DA ALTERAÇÃO	3 - VALOR DO CAPITAL SOCIAL (Reais Mil)	4 - VALOR DA ALTERAÇÃO (Reais Mil)	5 - ORIGEM DA ALTERAÇÃO	7 - QUANTIDADE DE AÇÕES EMITIDAS (Mil)	8 - PREÇO DA AÇÃO NA EMISSÃO (Reais)
01	25/02/2005	1.493.587	700.000	Subscrição Particular em Dinheiro	11.221.465	0,0622380400
02	31/08/2006	6.831.448	5.337.861	Incorporação de Empresas	96.634.909	0,0000000000
03	25/06/2007	8.331.448	1.500.000	Subscrição Particular em Dinheiro	9.612.358	0,1560491142
04	24/07/2008	9.131.448	800.000	Subscrição Particular em Dinheiro	3.689.477	0,2168329000
05	29/08/2008	47.152.201	38.020.752	Incorporação de Empresas	189.427.164	0,0000000000
06	14/08/2009	49.623.613	2.471.412	Incorporação de Empresas	14.410.886	0,0000000000

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
-		. . / -

04.03 - BONIFICAÇÃO / DESDOBRAMENTO OU GRUPAMENTO DE AÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1- ITEM	2 - DATA APROVAÇÃO	3 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO ANTES DA APROVAÇÃO (Reais)	4 - VALOR NOMINAL POR AÇÃO DEPOIS DA APROVAÇÃO (Reais)	5 - QUANTIDADE DE AÇÕES ANTES DA APROVAÇÃO (Mil)	6 - QUANTIDADE DE AÇÕES DEPOIS DA APROVAÇÃO (Mil)

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

04.04 - CAPITAL SOCIAL AUTORIZADO

1 - QUANTIDADE (Mil)	2 - VALOR (Reais Mil)	3 - DATA DA AUTORIZAÇÃO
500.000	0	31/08/2009

04.05 - COMPOSIÇÃO DO CAPITAL AUTORIZADO

1- ITEM	2 - ESPÉCIE	3 - CLASSE	4 - QUANTIDADE DE AÇÕES AUTORIZADAS À EMISSÃO (Mil)
01	ORDINÁRIAS		250.000
02	PREFERENCIAIS		250.000

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
001	31/12/2005	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/12/2005	ORDINÁRIA		12.905.007	0,0007541134	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2006	0,0000000000							
002	31/12/2005	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/12/2005	PREFERENCIAL		7.094.993	0,0007541134	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2006	0,0000000000							
003	31/12/2006	0	DIVIDENDO	RCA	28/04/2006	ORDINÁRIA		14.115.027	0,0008248218	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2006	0,0000000000							
004	31/12/2006	0	DIVIDENDO	RCA	28/04/2006	PREFERENCIAL		7.760.246	0,0008248218	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2006	0,0000000000							
005	31/12/2006	0	DIVIDENDO	RCA	28/06/2006	ORDINÁRIA		132.942.030	0,0077685633	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2006	0,0000000000							
006	31/12/2006	0	DIVIDENDO	RCA	28/06/2006	PREFERENCIAL		73.089.678	0,0077685633	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2006	0,0000000000							
007	31/12/2006	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/09/2006	ORDINÁRIA		66.464.323	0,0010086710	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2007	0,0000000000							
008	31/12/2006	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/09/2006	PREFERENCIAL		63.535.655	0,0011095381	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2007	0,0000000000							
009	31/12/2006	0	DIVIDENDO	RCA	21/12/2006	ORDINÁRIA		114.011.897	0,0017302590	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2007	0,0000000000							
010	31/12/2006	0	DIVIDENDO	RCA	21/12/2006	PREFERENCIAL		108.988.102	0,0019032840	0
0,0000000000	0,0000000000	29/12/2007	0,0000000000							
011	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	29/06/2007	ORDINÁRIA		266.758.057	0,0037552558	0
0,0000000000	0,0000000000	01/10/2007	0,0000000000							

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
012	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	29/06/2007	PREFERENCIAL		255.003.691	0,0041307813	0
0,0000000000	0,0000000000	01/10/2007	0,0000000000							
013	31/12/2007	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/06/2007	ORDINÁRIA		134.462.461	0,0018928798	0
0,0000000000	0,0000000000	01/10/2007	0,0000000000							
014	31/12/2007	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	29/06/2007	PREFERENCIAL		128.537.538	0,0020821678	0
0,0000000000	0,0000000000	01/10/2007	0,0000000000							
015	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	21/12/2007	ORDINÁRIA		330.813.498	0,0046569890	0
0,0000000000	0,0000000000	05/03/2008	0,0000000000							
016	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	21/12/2007	PREFERENCIAL		316.236.607	0,0051226880	0
0,0000000000	0,0000000000	05/03/2008	0,0000000000							
017	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	21/12/2007	ORDINÁRIA		167.504.624	0,0023580270	0
0,0000000000	0,0000000000	05/03/2008	0,0000000000							
018	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	21/12/2007	PREFERENCIAL		160.123.739	0,0025938300	0
0,0000000000	0,0000000000	05/03/2008	0,0000000000							
019	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	26/12/2007	ORDINÁRIA		123.075.350	0,0017325790	0
0,0000000000	0,0000000000	05/03/2008	0,0000000000							
020	31/12/2007	0	DIVIDENDO	RCA	26/12/2007	PREFERENCIAL		117.652.186	0,0019058370	0
0,0000000000	0,0000000000	05/03/2008	0,0000000000							
021	31/12/2007	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	26/12/2007	ORDINÁRIA		135.280.484	0,0019043950	0
0,0000000000	0,0000000000	19/03/2008	0,0000000000							
022	31/12/2007	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	26/12/2007	PREFERENCIAL		129.319.515	0,0020948350	0
0,0000000000	0,0000000000	19/03/2008	0,0000000000							

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 - VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO					
023	31/12/2008	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/12/2008	ORDINÁRIA		102.807.263	0,0014081270	0
0,0014081270	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
024	31/12/2008	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	19/12/2008	PREFERENCIAL		98.277.187	0,0015489400	0
0,0015489400	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
025	31/12/2008	0	DIVIDENDO	RCA	19/12/2008	ORDINÁRIA		652.175	0,0000089320	0
0,0000089320	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
026	31/12/2008	0	DIVIDENDO	RCA	19/12/2008	PREFERENCIAL		623.437	0,0000098260	0
0,0000098260	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
027	31/12/2008	0	DIVIDENDO	RCA	19/12/2008	ORDINÁRIA		161.237.532	0,0022084330	0
0,0022084330	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
028	31/12/2008	0	DIVIDENDO	RCA	19/12/2008	PREFERENCIAL		154.132.798	0,0024292760	0
0,0024292760	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
029	31/12/2008	0	DIVIDENDO	RCA	19/12/2008	ORDINÁRIA		46.518.811	0,0006371570	0
0,0006371570	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
030	31/12/2008	0	DIVIDENDO	RCA	19/12/2008	PREFERENCIAL		44.469.017	0,0007008730	0
0,0007008730	0,0000000000		0,0000000000	19/12/2008						
031	31/12/2008	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/04/2009	ORDINÁRIA		173.829.788	0,0009974230	0
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000	28/04/2009						
032	31/12/2008	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	28/04/2009	PREFERENCIAL		166.170.211	0,0010971650	0
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000	28/04/2009						
033	31/12/2008	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/06/2009	ORDINÁRIA		145.710.263	0,0008360750	0
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000	30/06/2009						

SERVIÇO PÚBLICO FEDERAL
CVM - COMISSÃO DE VALORES MOBILIÁRIOS
IAN - INFORMAÇÕES ANUAIS Data-Base - 31/12/2008 Legislação Societária

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

06.01 - PROVENTOS DISTRIBUÍDOS NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - ITEM	2 - TÉRMINO DO EXERCÍCIO SOCIAL	3 - LUCRO OU PREJUÍZO LÍQUIDO NO PERÍODO (Reais Mil)	4 - PROVENTO	5 - APROVAÇÃO DA DISTRIBUIÇÃO EVENTO	6 - DATA DA APROVAÇÃO DISTRIBUIÇÃO	7 - ESPÉCIE DAS AÇÕES	8 - CLASSE DAS AÇÕES	9 - MONTANTE DO PROVENTO APROVADO (Reais Mil)	10 -VALOR DO PROVENTO APROVADO POR AÇÃO	11 - Nº DE PARCELAS DE PGTOS.
034	31/12/2008	0	JUROS SOBRE O CAPITAL PRÓPRIO	RCA	30/06/2009	PREFERENCIAL		139.289.736	0,0009196830	0

12.1 - VALOR DISTRIBUIDO	12.2 - CORREÇÃO/JUROS	13 - DATA DE INÍCIO DE PAGAMENTO	14 - FATOR CORREÇÃO	15 - DATA POSIÇÃO ACIONÁRIA P/CRÉDITO DO PROVENTO	16 - OBSERVAÇÃO
0,0000000000	0,0000000000		0,0000000000	30/06/2009	

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

06.03 - DISPOSIÇÕES ESTATUTÁRIAS DO CAPITAL SOCIAL

1 - ITEM	2 - ESPÉCIE DA AÇÃO	3 - CLASSE DA AÇÃO	4 - % DO CAPITAL SOCIAL	5 - CONVERSÍVEL	6 - CONVERTE EM	7 - DIREITO A VOTO	8 - TAG ALONG %	9 - PRIORIDADE NO REEMBOLSO DE CAPITAL	17 - OBSERVAÇÃO
10 - PRÊMIO	11 - TIPO DE DIVIDENDO	12 - % DIVIDENDO	13 - R$/AÇÃO	14 - CUMULATIVO	15 - PRIORITÁRIO	16 - CALCULADO SOBRE			
01	ORDINÁRIA		53,50	NÃO		PLENO	80,00		
		0,00	0,00000						
02	PREFERENCIAL		46,50	NÃO		NÃO	0,00	SIM	
NÃO	MÍNIMO	25,00	0,00000	SIM	NÃO	LUCRO LÍQUIDO AJUSTADO			

06.04 - MODIFICAÇÃO ESTATUTÁRIA/DIVIDENDO OBRIGATÓRIO

1 - DATA DA ÚLTIMA MODIFICAÇÃO DO ESTATUTO	2 - DIVIDENDO OBRIGATÓRIO (% DO LUCRO)
14/08/2009	25,00

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

07.01 - REMUNERAÇÃO E PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO

1 - PARTICIPAÇÃO DOS ADMINISTRADORES NO LUCRO	2 - VALOR DA REMUNERAÇÃO GLOBAL DOS ADMINISTRADORES (Reais Mil)	3 - PERIODICIDADE
SIM	223.810	ANUAL

07.02 - PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES NOS TRÊS ÚLTIMOS ANOS

1 - DATA FINAL DO ÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2008

2 - DATA FINAL DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2007

3 - DATA FINAL DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL: 31/12/2006

4- ITEM	5 - DESCRIÇÃO DAS PARTICIPAÇÕES E CONTRIBUIÇÕES	6 - VALOR DO ÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	7 - VALOR DO PENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)	8 - VALOR DO ANTEPENÚLTIMO EXERCÍCIO (Reais Mil)
01	PARTICIPAÇÕES-DEBENTURISTAS	0	0	0
02	PARTICIPAÇÕES-EMPREGADOS	0	0	0
03	PARTICIPAÇÕES-ADMINISTRADORES	55.900	55.900	20.000
04	PARTIC.-PARTES BENEFICIÁRIAS	0	0	0
05	CONTRIBUIÇÕES FDO. ASSISTÊNCIA	0	0	0
06	CONTRIBUIÇÕES FDO. PREVIDÊNCIA	0	0	0
07	OUTRAS CONTRIBUIÇÕES	0	0	0
08	LUCRO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0
09	PREJUÍZO LÍQUIDO NO EXERCÍCIO	0	0	0

Reapresentação por Exigência CVM Nº 035/2009

01.01 - IDENTIFICAÇÃO

1 - CÓDIGO CVM	2 - DENOMINAÇÃO SOCIAL	3 - CNPJ
02053-2	BANCO SANTANDER (BRASIL) S.A.	90.400.888/0001-42

07.03 - PARTICIPAÇÕES EM SOCIEDADES CONTROLADAS E/OU COLIGADAS

1- ITEM	2 - RAZÃO SOCIAL DA CONTROLADA/COLIGADA	3 - CNPJ	4 - CLASSIFICAÇÃO	5 - % PARTICIPAÇÃO NO CAPITAL DA INVESTIDA	6 - % PATRIMÔNIO LÍQUIDO DA INVESTIDORA
01	SANTANDER LEASING S/A ARREND. MERCANTIL	47.193.149/0001-06	ABERTA CONTROLADA	76,40	76,40

7 - TIPO DE EMPRESA	8 - INÍCIO ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	9 - FINAL ÚLTIMO EXERC. SOCIAL	10 - QTD. AÇÕES ÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
INSTITUIÇÃO FINANCEIRA	01/01/2008	31/12/2009	7.662.541

11 - INÍCIO PENÚLTIMO EXERCÍCIO SOCIAL	12 - FINAL PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL	13 - QTD. AÇÕES PENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)	14 - INÍCIO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	15 - FINAL DO ANTEPENÚLT. EXERC. SOCIAL	16 - QTD. AÇÕES ANTEPENÚLTIMO EXERC. SOCIAL (Mil)
01/01/2007	31/12/2007	7.836.524	01/01/2006	31/12/2006	1.922.608